SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 19 de Agosto de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3598

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3550, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 3550, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre o rito procedimental para a realização de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar no âmbito da Administração Pública Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e dar transparência aos procedimentos administrativos de apuração de irregularidades;
CONSIDERANDO a obrigatoriedade de observância aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal;
DECRETA:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Este Decreto estabelece as normas e as fases procedimentais aplicáveis às Sindicâncias e aos Processos Administrativos Disciplinares (PAD) no âmbito da Administração Pública de Boa Esperança do Iguaçu-PR.
CAPÍTULO II
DAS FASES PROCEDIMENTAIS
Art. 2º - O procedimento administrativo para apuração de irregularidades será composto pelas seguintes fases obrigatórias:

• **I - Instauração:** Formalizada por meio de Portaria da autoridade competente, contendo a descrição sucinta dos fatos, a designação dos membros da comissão processante e o prazo para conclusão dos trabalhos.
• **II - Instrução (Inquérito Administrativo):** Fase de coleta de provas, que compreende a oitiva de testemunhas, acareações, solicitações de documentos e a realização de perícias necessárias para a busca da verdade material.
• **III - Indiciamento e Defesa:** Formalização das acusações imputadas ao servidor, com a sua devida notificação para, querendo, apresentar defesa escrita no prazo legal estabelecido.
• **IV - Relatório Conclusivo:** Elaboração de relatório técnico-jurídico pela comissão, contendo a análise minuciosa das provas produzidas e a conclusão fundamentada pela procedência ou improcedência da acusação.
• **V - Julgamento:** Decisão proferida pela autoridade competente, que acolherá ou rejeitará, de forma fundamentada, o relatório da comissão, aplicando a sanção cabível ou determinando o arquivamento do feito.
• **VI - Recursal de Fase:** Garantia do direito de interposição de recurso administrativo contra a decisão final, nos prazos estipulados na legislação municipal vigente.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 3º - A Comissão Sindicante ou Processante será composta por, no mínimo, 03 (três) servidores municipais, assegurando a imparcialidade na condução dos trabalhos.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu-PR, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:CF1B709C

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2026

EMENTA: *Dispõe sobre as diretrizes, organização e regulamentação da Política de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de Ensino de Boa Esperança do Iguaçu – Paraná, e dá outras providências.*

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com o disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB),
CONSIDERANDO a necessidade de promover o desenvolvimento profissional permanente dos profissionais do magistério da Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a importância de assegurar a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal;
RESOLVE:
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Boa Esperança do Iguaçu – Paraná, a Política de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento permanente da prática pedagógica, fortalecer a profissionalização docente e contribuir para a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes.

Art. 2º A Formação Continuada constitui processo permanente de desenvolvimento profissional, articulado às necessidades educacionais da Rede Municipal de Ensino, às demandas identificadas nas instituições escolares e aos desafios de aprendizagem apresentados pelos estudantes.

Art. 3º A formação continuada deverá estar articulada:

I – Às políticas educacionais nacionais, estaduais e municipais vigentes;

I – Ao Plano Municipal de Educação;

III – Ao currículo adotado pela Rede Municipal de Ensino;

IV – Às orientações da Secretaria Municipal de Educação;

V – Ao Projeto Político-Pedagógico das instituições de ensino;

VI – Aos resultados das avaliações diagnósticas, internas e externas;

VII – Às necessidades de aprendizagem dos estudantes;

VIII – Às práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores;

IX – Ao Plano de Cargas, Carreira e Remuneração do Quadro do Magistério Público Municipal;

X – Aos princípios da educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos da Formação Continuada:

I – Fortalecer a identidade e a valorização profissional dos professores;

II – Aprimorar os conhecimentos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos dos profissionais da educação;

III – Promover a reflexão sobre a prática docente e a articulação entre teoria e prática;

IV – Qualificar os processos de planejamento, ensino, avaliação e acompanhamento da aprendizagem;

V – Contribuir para a alfabetização e o desenvolvimento integral dos estudantes;

VI – Fortalecer estratégias de recomposição das aprendizagens;

VII – Promover o uso de metodologias diversificadas, recursos pedagógicos e tecnologias educacionais;

VIII – Ampliar o conhecimento sobre educação inclusiva e atendimento às diferentes necessidades educacionais dos estudantes;

IX – Incentivar a troca de experiências e a socialização de boas práticas pedagógicas;

X – Utilizar os resultados das avaliações como instrumentos de planejamento e intervenção pedagógica;

XI – Fortalecer o trabalho colaborativo entre professores, equipes pedagógicas, gestores e Secretaria Municipal de Educação;

XII – Contribuir para a melhoria dos indicadores educacionais e para a garantia do direito de aprender.

CAPÍTULO III – DOS PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 5º A Formação Continuada será orientada pelos seguintes princípios:

I – Formação permanente e processual;

II – Valorização dos profissionais da educação;

III – Articulação entre teoria e prática;

IV – Reflexão crítica sobre a prática pedagógica;

V – Colaboração e trabalho coletivo;

VI – Equidade e inclusão educacional;

VII – Respeito às especificidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

VIII – Foco na aprendizagem e no desenvolvimento integral dos estudantes;

IX – Utilização de evidências e dados educacionais para subsidiar as ações pedagógicas;

X – Compromisso com a qualidade social da educação pública.

CAPÍTULO IV – DA ORGANIZAÇÃO DA FORMAÇÃO

Art. 6º A Formação Continuada será organizada pela Secretaria Municipal de Educação, podendo contar com a participação das equipes gestoras e pedagógicas das instituições de ensino, profissionais da educação, universidades, instituições formadoras, órgãos públicos e demais parceiros legalmente constituídos.

Art. 7º As ações formativas poderão ocorrer por meio de:

I – Encontros presenciais;

II – Cursos de formação continuada;

III – Oficinas pedagógicas;

IV – Palestras e seminários;

V – Grupos de estudos;

VI – Reuniões pedagógicas formativas;

VII – Encontros de planejamento coletivo;

VIII – Formação on-line ou híbrida;

IX – Acompanhamento pedagógico nas instituições de ensino;

X – Estudos orientados;

XI – Socialização de experiências exitosas;

XII – Análise e discussão dos resultados das avaliações;

XIII – Outras estratégias definidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º O planejamento anual da Formação Continuada será elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, considerando:

I – As prioridades educacionais do município;

II – As necessidades formativas dos profissionais;

III – Os resultados das avaliações diagnósticas e externas;

IV – Os índices de aprendizagem e frequência dos estudantes;

V – As demandas apresentadas pelas equipes escolares;

VI – As metas e estratégias do Plano Municipal de Educação;

VII – As especificidades das etapas e modalidades atendidas pela Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO V – DOS EIXOS FORMATIVOS

Art. 9º As ações de Formação Continuada poderão contemplar, entre outros, os seguintes eixos:

I – Educação Infantil e desenvolvimento integral da criança;

II – Alfabetização e letramento;

III – Língua Portuguesa e Matemática;

IV – Recomposição das aprendizagens;

V – Avaliação da aprendizagem e avaliação diagnóstica;

VI – Planejamento e organização do trabalho pedagógico;

VII – Currículo e práticas pedagógicas;

VIII – Educação inclusiva e atendimento à diversidade;

IX – Tecnologias educacionais e cultura digital;

X – Metodologias ativas e estratégias diversificadas de ensino;

XI – Gestão da sala de aula;

XII – Educação das relações étnico-raciais;

XIII – Competências socioemocionais e convivência escolar;

XIV – Educação integral;

XV – Práticas de leitura e produção textual;

XVI – Desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático;

XVII – Acompanhamento individualizado dos estudantes;

XVIII – Saúde mental e emocional no contexto escola;

XIX – Gestão escolar;

XX – Outros temas definidos a partir das necessidades da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO VI – DA PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES

Art. 10. A participação dos professores nas ações de Formação Continuada promovidas ou autorizadas pela Secretaria Municipal de Educação constitui parte integrante da política de desenvolvimento profissional da Rede Municipal de Ensino.

Art. 11. Os professores deverão:

I – Participar das formações previstas no calendário oficial;

II – Cumprir a carga horária estabelecida para cada ação formativa;

III – Participar ativamente das atividades propostas;

IV – Realizar as atividades de estudo e aplicação pedagógica, quando previstas;

V – Compartilhar experiências e práticas pedagógicas;

VI – Aplicar, sempre que pertinente, os conhecimentos construídos nas formações em sua prática profissional;

VII – Participar dos processos de avaliação das ações formativas;

VIII – Colaborar para a construção coletiva de estratégias destinadas à melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Art. 12. A participação nas formações será registrada pela Secretaria Municipal de Educação e/ou pela instituição responsável pela realização da atividade.

Parágrafo único. Quando a formação possuir certificação, a emissão do certificado estará condicionada ao cumprimento dos critérios de frequência e participação definidos previamente.

CAPÍTULO VII – DA FORMAÇÃO ARTICULADA À AVALIAÇÃO E À APRENDIZAGEM

Art. 13. As ações formativas deverão considerar os resultados das avaliações realizadas pela Rede Municipal de Ensino como subsídio para a identificação das necessidades de aprendizagem e definição das estratégias pedagógicas.
Art. 14. A análise dos resultados das avaliações deverá contribuir para:
I – Identificar habilidades e conhecimentos já consolidados;
II – Identificar defasagens e dificuldades de aprendizagem;
III – Planejar intervenções pedagógicas;
IV – Organizar ações de recomposição das aprendizagens;
V – Acompanhar a evolução dos estudantes;
VI – Reorientar o planejamento pedagógico.
Art. 15. A Formação Continuada deverá estimular a construção de planos de ação pedagógica, individuais e/ou coletivos, sempre que os resultados das avaliações indicarem a necessidade de intervenção específica.
CAPÍTULO VIII – DA FORMAÇÃO NO ÂMBITO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
Art. 16. As instituições de ensino poderão desenvolver ações de formação no próprio espaço escolar, sob orientação e acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação e da equipe pedagógica.
Art. 17. A formação realizada no ambiente escolar poderá contemplar:
I – Estudos coletivos;
II – Análise de práticas pedagógicas;
III – Planejamento colaborativo;
IV – Discussão de casos e situações pedagógicas;
V – Análise de resultados de aprendizagem;
VI – Elaboração de estratégias de intervenção;
VII – Acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes;
VIII – Compartilhamento de experiências exitosas.
Art. 18. A equipe gestora e pedagógica deverá incentivar a cultura de colaboração, estudo e reflexão permanente, promovendo espaços para que os professores possam analisar suas práticas e construir coletivamente soluções para os desafios educacionais.
CAPÍTULO IX – DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO
Art. 19. A Secretaria Municipal de Educação acompanhará e avaliará periodicamente as ações de Formação Continuada, considerando:
I – Participação dos profissionais;
II – Frequência;
III – Avaliação dos participantes;
IV – Aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos;
V – Mudanças observadas nas práticas pedagógicas;
VI – Resultados de aprendizagem dos estudantes;
VII – Cumprimento dos objetivos estabelecidos.
Art. 20. Os resultados do acompanhamento e da avaliação das formações deverão subsidiar o planejamento das ações formativas posteriores.
CAPÍTULO X – DAS RESPONSABILIDADES
Art. 21. Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – Elaborar e divulgar o Plano Anual de Formação Continuada;
II – Definir as temáticas prioritárias;
III – Organizar o cronograma das formações;
IV – Promover, articular ou autorizar ações formativas;
V – Acompanhar a participação dos profissionais;
VI – Avaliar os resultados das formações;
VII – Garantir a articulação entre formação, currículo, avaliação e aprendizagem;
VIII – Incentivar parcerias com instituições formadoras, universidades e demais órgãos competentes.
Art. 22. Compete às equipes gestoras e pedagógicas das instituições de ensino:
I – Incentivar a participação dos profissionais;
II – Acompanhar a aplicação das aprendizagens construídas nas formações;
III – Promover momentos de estudo e planejamento coletivo;
IV – Identificar necessidades formativas dos professores;
V – Colaborar com a Secretaria Municipal de Educação na avaliação das ações formativas.
CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 23. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares para regulamentar as ações previstas nesta Instrução Normativa.
Art. 24. Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente e as normas municipais aplicáveis.
Art. 25. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Esperança do Iguaçu – Paraná, 18 de agosto de 2026.

Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:5D6A2DB3

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº 1876, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 1876, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD), e dá outras providências.

GIVANILDO TRUMI, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela alínea "f", inciso II, do Art. 56º, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 12.06/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar eventuais irregularidades no serviço público, conforme os fatos trazidos pelo Inquérito Civil nº 0048.24.000366-4 (MPPR);

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar sob o nº 002/2026, visando à apuração de responsabilidade de servidores públicos, quanto à supostas irregularidades em procedimentos de contratação pública, especificamente no tocante ao uso de orçamentos e/ou documentos supostamente falsificados em nome de terceiras empresas, referentes às Dispensas de Licitações nºs 15/2019, 26/2021 e 27/2021, conforme relatado no Inquérito Civil nº 0048.24.000366-4 (MPPR).

Art. 2º - Ratificar a designação da Comissão Processante, instituída pela Portaria nº 1872, de 11 de agosto de 2026, a qual terá a incumbência de conduzir o presente feito, nos termos dos arts. 235 a 264, da Lei Municipal nº 12.06/2005, assegurando-se ao(s) acusado(s) o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º - O Processo Administrativo Disciplinar deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início dos trabalhos, admitida a prorrogação por igual período, mediante justificativa fundamentada, nos termos do art. 241 da Lei Municipal nº 12.06/2005.

Art. 4º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:52F83B48

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
RATIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

RATIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 090/2026

A Autoridade Competente do Município de **Boa Esperança do Iguaçu/PR**, no uso de suas atribuições legais, **RATIFICA** a contratação direta realizada por **Inexigibilidade de Licitação**, com fundamento no **art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, tendo em vista a instrução do processo, a justificativa da demanda, a necessidade de realização do serviço junto à concessionária/autorizada, a inviabilidade de competição em razão da exclusividade do fornecedor para a execução do objeto, a análise da proposta e a regularidade da documentação apresentada.

CONTRATANTE - Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças destinadas à manutenção preventiva correspondente à 1ª revisão do caminhão Mercedes-Benz Atego 2730 6x4, placa TBX8B95, pertencente à frota municipal.**

CONTRATADA: INGÁ VEÍCULOS LTDA CNPJ: 01.994.951/0002-77

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 4.202,16 (quatro mil, duzentos e dois reais e dezesseis centavos).

REGIME JURÍDICO: Lei Federal nº 14.133/2021

FUNDAMENTO LEGAL (INEXIGIBILIDADE): Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA PROPOSTA: Contratação direta por inexigibilidade de licitação, justificada pela inviabilidade de competição decorrente da necessidade de realização da revisão preventiva em concessionária/autorizada Mercedes-Benz, conforme especificações e procedimentos estabelecidos pelo fabricante, com utilização de peças originais e observância das condições necessárias à manutenção da garantia dos veículos. A seleção considera a compatibilidade do valor apresentado com os preços praticados para a adequação da proposta às necessidades da Administração.

DISPUTA ELETRÔNICA: Não se aplica, por se tratar de contratação direta por inexigibilidade de licitação, sem realização de disputa eletrônica, em razão da inviabilidade de competição devidamente caracterizada nos autos, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

DIVULGAÇÃO: Publicação do extrato do contrato/instrumento equivalente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site oficial do Município de São João, no prazo legal, conforme Lei nº 14.133/2021.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:CDFB3CB3

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 048.2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026
Processo Adm: Nº 079/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de escavadeira hidráulica com operador, incluindo o fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, transporte do equipamento e todos os insumos necessários à perfeita execução dos serviços, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Viação e Obras do Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.

Empresas vencedoras valor total: R$ 109.000,00(cento e nove mil reais):**AM TERRAPLANAGEM LTDA**(43461521000159) com os lotes: 1 no valor total de R$ 109.000,00 (cento e nove mil reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU (PR), 18 de agosto de 2026.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preços: 135/2026
Pregão Eletrônico n° 048/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATADA: AM TERRAPLANAGEM LTDA
CNPJ: 43.461.521/0001-59
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de escavadeira hidráulica com operador, incluindo o fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, transporte do equipamento e todos os insumos necessários à perfeita execução dos serviços, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Viação e Obras do Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor: R$ 109.000,00 (cento e nove mil reais).
Prazo de vigência: 18/08/2026 à 18/08/2027.
Data de assinatura do contrato: 18 de agosto de 2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:0C093584

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 018.2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE Nº 018/2026
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Homologo/Ratifico a inexigibilidade de licitação nº 018/2026, para eficácia do ato, nos termos do Artigo 74, da Lei nº 14.133/21, de acordo com Aviso de Inexigibilidade e as seguintes condições:

Interessados: Secretaria de Viação e Obras.

Objeto:Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças destinadas à manutenção preventiva correspondente à 1ª revisão do caminhão Mercedes-Benz Atego 2730 6x4, placa TBX8B95, pertencente à frota municipal.

EMPRESA VENCEDORA: À empresa **Ingá Veículos Ltda** é pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **01.994.951/0002-77.**

VALOR: R$ 4.202,16 (quatro mil, duzentos e dois reais e dezesseis centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato na forma do artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Fundamento: A presente contratação direta funda-se na **inexigibilidade de licitação**, em razão da **inviabilidade de competição**, nos termos do disposto no **art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, aplicável às contratações de serviços que somente possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos. No presente caso, a contratação justifica-se pela necessidade de realização da revisão preventiva do veículo em concessionária/autorizada Mercedes-Benz, conforme especificações e procedimentos estabelecidos pelo fabricante, com utilização de peças originais e observância das condições necessárias à manutenção da garantia do veículo.

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU (PR), 18 de agosto de 2026.

GIVANILDO TRUMI
Autoridade Competente

EXTRATO DO CONTRATO
Número do Contrato: 105/2026
Modalidade: Inexigibilidade Nº 018/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado: INGÁ VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 01.994.951/0002-77, com sede no endereço Trevo das rodovias BR 158/ BR 280, s/n°, 158, SAIDA MUNICIPIO, na cidade de Vitorino, Paraná.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças destinadas à manutenção preventiva correspondente à 1ª revisão do caminhão Mercedes-Benz Atego 2730 6x4, placa TBX8B95, pertencente à frota municipal.
Valor Total: R$ 4.202,16 (quatro mil, duzentos e dois reais e dezesseis centavos).
Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato na forma do artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu/Pr, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:F90CB994

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CC 90028/2026 - HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA nº 90028/2026

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Concorrência, tipo Menor Preço - Empreitada por Preço Global, nº 90028/2026, e após expirado o prazo recursal, eu Álvaro Denis Ceni Scolaro, Prefeito, torno público a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto às empresas:

Empresas	Valor Total
B-ENG CONSTRUTORA LTDA	R$ 329.000,00
VALOR TOTAL	R$ 329.000,00

Que apresentou o menor preço.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

Chopinzinho - PR, 18 de agosto de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:37DC5D30

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90039/2026

Extrato Contrato do Pregão Eletrônico nº 90039/2026. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS DE RECREAÇÃO E ARTETERAPIA PARA O PÚBLICO ATENDIDO PELO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, E DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES DA DIVISÃO MUNICIPAL DA MULHER. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO: A execução será realizada no espaço físico da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, localizada na Rua Santos Dumont, 4645 Centro – Chopinzinho PR, na sala onde são desenvolvidas as atividades coletivas do Programa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, inclusive diversificando as diversas e citadas áreas indicadas pelo SUAS. O controle das horas-aulas executadas ficará sob responsabilidade da Diretora da Proteção Social Básica. As horas-aulas serão executadas conforme cronograma a ser definido pela Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos. No período de dezembro e janeiro não serão realizadas atividades coletivas do SCFV, Idosos +60 e oficina de mulheres. Essa pausa se dá devido ao período de férias das equipes técnicas, conforme previsto no planejamento anual. Conforme disposto no item 1.4.4 no período de férias das equipes técnicas não serão realizados os serviços, logo, não haverá o pagamento à Contratada. FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O pagamento da fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de certificado de regularidade fiscal (CRF), e/ou documentos destinados a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (inclusive do Município de Chopinzinho para os licitantes sediados em outro Município da Federação), com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Secretaria de Assist. Social, Mulher e Dir. Humanos Gestão/Unidade: 08.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL – FMAS. Fonte de Recursos: 934 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA SUAS. Programa de Trabalho: 0824500082.043 - Bloco da Proteção Social Básica. Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU Desdobrado: 936 – Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional. Nota de Empenho: Não se aplica. Município de Chopinzinho e Contrato nº 243/2026 - RUNA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA- Contratada, Valor Total do Contrato: R$ 51.758,40 (cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos). Data da assinatura: Chopinzinho-PR, 14 de agosto de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO –
Prefeito.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:DB731E4C

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90048/2026

Extrato da Ata de Registro de Preço do Pregão Eletrônico nº 90048/2026. AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PRONTAS PARA FORNECIMENTO AO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO: O fornecimento dos respectivos produtos (serviços e materiais) será realizado de forma parcelada durante A entrega do objeto relativo à licitação deverá dar-se sob a forma de fornecimento parcelado, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, sendo que somente serão pagos os valores relativos aos produtos/refeições efetivamente entregues, conforme necessidade solicitada pela Secretaria requisitante. As refeições prontas, deverão ser entregues no Município de Chopinzinho – PR, sem custo algum de frete, parceladamente, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, nos endereços e horários abaixo especificados os quais serão indicados nas Notas de Empenho emitidas pelas Secretarias, após a solicitação conforme necessidade da Administração FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de certificado de regularidade fiscal (CRF), e/ou documentos destinados a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (inclusive do Município de Chopinzinho para os licitantes sediados em outro Município da Federação), com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Secretaria de Administração e Finanças. Gestão/Unidade: 03.01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO Fonte de Recursos: 000 - Recursos Ordinários (Livres) 504 - Royalties e Outras Compensações Financeiras Não Previdenciárias - Exercício Corrente Programa de Trabalho: 0412200022.006 - Manutenção da Secretaria de Administração Elemento de Despesa: 33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU Desdobrado: 2400/2893 – Fornecimento de Alimentação Nota de Empenho: Não se aplica Secretaria de Obras e Urbanismo. Gestão/Unidade: 04.02 - Depto de Manut Patrimonio Pub e Serv Urb. Fonte de Recursos: 000 - Recursos Ordinários (Livres) Programa de Trabalho: 0618200132.007 - Manutenção do Posto de Bombeiro Comunitário – PBC Elemento de Despesa: 33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU Desdobrado: 1071 – Fornecimento de Alimentação Nota de Empenho: Não se aplica. Secretaria de Infraestrutura Rural e Frotas Gestão/Unidade: 05.01 - DEPTO DE ESTRADAS RURAIS E FROTA MUNICIPAL Fonte de Recursos: 000 - Recursos Ordinários (Livres) Programa de Trabalho: 2678200142.009 - Manutenção Depto de Estr Rurais e Frota Municipal. Elemento de Despesa: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU Desdobrado: 1090 – Fornecimento de Alimentação Nota de Empenho: Não se aplica. Secretaria de Educação, Cultura e Esportes: Gestão/Unidade: 06.02 – DEPTO DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA Fonte de Recursos: 000 - Recursos Ordinários (Livres) Programa de Trabalho: 12 364 0011 2.030 – Participação no atendimento do ensino superior Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU Desdobrado: 1296 – Fornecimento de Alimentação Secretaria de Saúde Gestão/Unidade: 07.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Fonte de Recursos: 303 – Saúde / Percentual vinculado sobre a receita de impostos Programa de Trabalho: 1030100072.035 - Serviços de Atenção Básica Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU Desdobrado: 2063 – Fornecimento de Alimentação Nota de Empenho: Não se aplica. Secretaria de Assist. Social, Mulher e Direitos Humanos Gestão/Unidade: 08.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL – FMAS Fonte de Recursos: 000 - Recursos Ordinários (Livres) Programa de Trabalho: 0824500082.043 - Bloco da Proteção Social Básica Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU Desdobrado: 2894 – Fornecimento de Alimentação Nota de Empenho: Não se aplica. Secretaria de Desenvolvimento Econômico Gestão/Unidade: 09.01 - DEPTO DE INDÚSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS Fonte de Recursos: 000 - Recursos Ordinários (Livres) Programa de Trabalho: 2369100152.053 - Manutenção das atividades de Fomento a Indústria, Comércio e Serviços. Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU Desdobrado: 2895 – Fornecimento de Alimentação Nota de Empenho: Não se aplica. Partes: Município de Chopinzinho e Contrato nº 245/2026 – FORLIN E FORLIN LTDA - Contratada, Valor Total do Contrato: R$ 397.073,50 (trezentos e noventa e sete mil, setenta e três reais e cinquenta centavos). Contrato nº 246/2026 – MAKILU ALIMENTOS LTDA - Contratada, Valor Total do Contrato: R$ 159.390,00 (cento e cinquenta e nove mil, trezentos e noventa reais). Data da assinatura, Chopinzinho-PR, 17 de agosto de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO –
Prefeito.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:3B4205B2

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 90028/2026

Extrato do Contrato da Concorrência Eletrônica n° 90028/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REFORMA UBS FREI VITO, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Secretaria de Saúde. Gestão/Unidade: 07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Fonte de Recursos: 500 - Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde Programa de Trabalho: 1030100071.025 - Reforma, Construção e Ampliação de Estruturas da Saúde Elemento de Despesa: 4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES Desdobrado: 2761 - POSTOS DE SAÚDE Nota de Empenho: Não se aplica. Partes: Município de Chopinzinho e: Contrato nº 248/2026 – B-ENG CONSTRUTORA LTDA, Valor Total R$ 329.000,00 (trezentos e vinte e nove mil reais). VIGÊNCIA: 180 dias após o término da execução.

Chopinzinho - PR, 18 de agosto de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO –
Prefeito.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:3ED79CBA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEX 32/2026 - EXTRATO DO CONTRATO N° 244/2026.

Espécie: Extrato do Contrato n° 244/2026. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Metronorte Comercial de Veículos Ltda. CNPJ: 05.035.532/0004-20. Objeto: Aquisição de Veículo Tipo Minivan, com Capacidade para 07 (sete) lugares, através de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 003/2026 do Pregão Eletrônico 001/2026 do Consórcio Intermunicipal Saúde - CISA. Valor: R$ 151.290,00 (cento e cinquenta e um mil, duzentos e noventa reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação n° 32/2026. Fundamento Legal: Artigo 74 da Lei Federal 14.133/21. Elemento de despesa: (2953/2955/2956) Fonte: 000/5574/5589. Data da assinatura: 14/08/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Assaad Fares Abou Nabhan, pela Contratada.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:16EFAE83

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEX 32/2026 - TERMO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 32/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 152/2026
MEMORANDO ELETRÔNICO: 4.267/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 – "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição."

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, por intermédio da Secretaria de Administração e Finanças, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: **METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA**, com sede na Avenida das Torres, n° 1680, bairro São Cristóvão, CEP: 83.040-300, na cidade de São José dos Pinhais, Paraná inscrita no CNPJ sob o nº 05.035.532/0004-20, Telefones (43) 3377-1228, (47) 9634-8995, (43) 99192- 0204, E-mail: licitacoes@grupometronorte.com.br, neste ato representada pelo Senhor Assaad Fares Abou Nabhan, inscrito no CPF sob n° 108.994.489-68, portador da Cédula de Identidade nº 1.311.724/SSP-PR.

DO OBJETO
Aquisição de Veículo Tipo Minivan, com Capacidade para 07 (sete) lugares, através de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 003/2026 do Pregão Eletrônico 001/2026 do Consórcio Intermunicipal Saúde - CISA.

DO VALOR
O valor total do contrato é de R$ 151.290,00 (cento e cinquenta e um mil, duzentos e noventa reais).

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura.

FONTE DE RECURSOS
A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Assistencia Social, Mulher e Direitos Humanos.

Gestão/Unidade:	08.03 - FUNDO MUN. DTOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
Fonte de Recursos:	000 - Recursos Ordinários (Livres) 5574 FIA - INCENTIVO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS S 5589 FIA - Incentivo Estadual voltado a Garantia
Programa de Trabalho:	0824300095.001 - Aquisição/Reposição de Máquinas, Equipamentos e Veículos para area da Infancia;
Elemento de Despesa:	4.4.90.52 – Equipamentos e material permanente
Desdobrado:	2953/2955/2956 - VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA
Nota de Empenho:	Não se aplica

DA JUSTIFICATIVA
A Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos de Chopinzinho/PR executa diversos serviços, programas e projetos voltados à proteção social básica e especial, atendendo crianças, adolescentes, famílias, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade social, sendo imprescindível a disponibilidade de veículo adequado para garantir a continuidade, a eficiência e a qualidade dos atendimentos prestados.
A aquisição do veículo por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 03/2026 mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, uma vez que decorre de procedimento licitatório regularmente realizado por outro órgão público, possibilitando maior celeridade na contratação, redução dos custos administrativos, economia processual e observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.
O veículo será destinado ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria, especialmente para:
execução das atividades desenvolvidas pelo **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**, incluindo o acompanhamento das **medidas socioeducativas em meio aberto** aplicadas a adolescentes em conflito com a lei, possibilitando visitas domiciliares, atendimentos, acompanhamentos familiares, articulação com a rede de proteção e deslocamentos necessários ao cumprimento das medidas;
execução do **Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI**, possibilitando visitas técnicas, atendimentos especializados, acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de violência, violação de direitos ou outras situações de risco social;
atendimento das ações desenvolvidas pelo **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV**, especialmente do **Projeto Mundo Jovem**, destinado à capacitação, desenvolvimento pessoal, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e preparação de adolescentes para a vida cidadã e para o mundo do trabalho, incluindo deslocamentos para cursos, oficinas, palestras, visitas técnicas, atividades culturais, esportivas, educativas e demais ações socioeducativas;
apoio às atividades executadas pelo **Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**, especialmente no âmbito do **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**, permitindo o deslocamento das equipes para visitas domiciliares, busca ativa, atendimentos descentralizados, acompanhamento das famílias e articulação com a rede socioassistencial;
transporte de servidores para participação em cursos, capacitações, treinamentos, reuniões técnicas, seminários, congressos, conferências e demais atividades de aperfeiçoamento profissional, realizadas em viagens de curta e longa distância;
transporte de usuários da política de assistência social beneficiários de **benefícios eventuais**, especialmente na modalidade **auxílio-transporte**, quando o deslocamento institucional se mostrar necessário para assegurar o acesso a direitos, serviços públicos, atendimentos especializados, documentação, saúde e demais políticas públicas;
deslocamento de crianças e adolescentes acolhidos na **Casa Lar**, bem como dos servidores responsáveis por seu acompanhamento, para consultas médicas, exames, atendimentos especializados, atividades escolares, culturais, esportivas, recreativas, audiências, visitas familiares autorizadas e demais atividades indispensáveis à garantia de seus direitos.
A escolha de veículo do tipo **Chevrolet Spin LTZ**, com capacidade para sete ocupantes e transmissão automática, atende adequadamente às necessidades da Secretaria, permitindo o transporte simultâneo de usuários e servidores, proporcionando maior segurança, conforto, eficiência operacional e redução do número de viagens necessárias para execução das atividades institucionais.
Além disso, a aquisição contribuirá para o fortalecimento da estrutura operacional da Secretaria, ampliando sua capacidade de atendimento às demandas dos serviços socioassistenciais, reduzindo a dependência de veículos compartilhados e proporcionando maior agilidade na execução das ações previstas pela Política Nacional de Assistência Social.
A adesão à Ata de Registro de Preços também representa solução administrativa mais eficiente e econômica, uma vez que aproveita procedimento licitatório já concluído, preservando a competitividade obtida no certame e evitando a realização de nova licitação para objeto com especificações plenamente compatíveis com as necessidades do Município.
Diante do exposto, verifica-se que a adesão à **Ata de Registro de Preços nº 03/2026**, decorrente do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 001/2026**, promovido pelo **Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA**, para aquisição de **01 (um) veículo Chevrolet Spin LTZ 0 km, modelo 2026/2026, transmissão automática e capacidade para sete lugares**, junto à empresa **METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA**, mostra-se plenamente justificada sob os aspectos da legalidade, conveniência, oportunidade, eficiência e economicidade, atendendo ao interesse público e às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos de Chopinzinho/PR.
Considerando o Art. 74 da Lei 14.133/2021, caput: "É inexigível a licitação quando inviável a competição".

Por fim, registra-se que os preços unitários dos itens contratados se encontram compatíveis com os valores praticados no mercado, conforme demonstrado pela documentação fiscal e orçamentária anexada ao processo.

Chopinzinho-PR, 14 de agosto de 2026.

NEIDE PASQUALI
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.
Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n. º 14.133, de 1º de abril de 2021.
Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.
AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.

Chopinzinho-PR, 14 de agosto de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:A169AADF

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PE 90039/2026 - HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Nº 90039/2026

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço - Serviços nº 90039/2026, de 18/06/26, e após expirado o prazo recursal, eu ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total – R$
RUNA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	51.758,40

VALOR TOTAL R$	51.758,40

Que apresentou o Menor Preço.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 14 agosto de 2026

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:9A515740

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PE 90048/2026 - HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Nº 90048/2026

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço - Compras nº 90048/2026, de 03/08/26, para Registro de Preços e após expirado o prazo recursal, eu ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total Estimado de Contratação – R$
FORLIN E FORLIN LTDA	397.073,50
MAKILU ALIMENTOS LTDA	159.390,00

TOTAL R$	556.463,50

Que apresentou o Menor Preço para Registro.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração da Ata de Registro de Preços.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 17 de agosto de 2026

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:8CD3A8EE

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 891-2026 - FÉRIAS CARLOS AUGUSTO SGUISSARDI NUNES

PORTARIA Nº 891/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4.304/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 11 (onze) dias ao servidor Carlos Augusto Sguissardi Nunes, matrícula funcional nº 851-7, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, referente ao período aquisitivo de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026, para fruição de 18 a 28 de agosto de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 18 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:0EA1952F

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 892-2026 - INTERROMPE LICENÇA PRÊMIO DANIELA MARIA GAIO

PORTARIA Nº 892/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no

uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4.945/2025 e Memorando Eletrônico n.º 1.397/2024,
RESOLVE:

Art. 1º. Interromper, a partir de 20 de julho de 2026, a Licença Prêmio por Assiduidade, concedida através da Portaria 241/2025 à servidora Daniela Maria Gaio, matrícula funcional nº 1341-7, ocupante do cargo de Enfermeiro 40h, referente ao 3º período de fruição de 06 de julho de 2026 a 04 de agosto de 2026, do quinquênio aquisitivo de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2021.

Art. 2º. O saldo restante de 16 (dezesseis) dias será concedido à servidora em data futura, assim que cessar o motivo da interrupção.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 18 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:69F8581D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 893-2026 - NOMEAÇÃO-LOTAÇÃO-ADICIONAL DE INSALUBRIDADE-SEBASTIAO VALES DE CAMPOS

PORTARIA Nº 893/2026

Nomeia servidor temporário e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, visto os resultados finais do Processo Seletivo Público Simplificado, realizado de acordo com Edital de Abertura nº 055/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Sebastiao Vales de Campos, RG nº 2.***.*4-4 SSP/PR, chamado através do Edital de Convocação nº 101/2026, para exercer o cargo Temporário de Motorista, percebendo vencimentos mensais correspondentes ao nível básico do cargo efetivo, a partir de 10 de agosto de 2026.

Art. 2º. Lotar o servidor Sebastiao Vales de Campos, matrícula funcional nº 4036-1, ocupante do cargo Temporário de Motorista, junto à Secretaria de Infraestrutura Rural e Frotas, a partir de 10 de agosto de 2026.

Art. 3º. Conceder o pagamento de Adicional pelo Exercício de Atividade Insalubre, em Grau Médio, ao servidor Sebastiao Vales de Campos, matrícula funcional nº 4036-1, ocupante do cargo de Motorista, a partir de 10 de agosto de 2026.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 18 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:C34A98FA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 894-2026 - CONCEDE ADICIONAL ATIVIDADE INSALUBRE ZENAIDE NAVA ANDRE

PORTARIA Nº 894/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o pagamento de Adicional pelo Exercício de Atividade Insalubre, em Grau Médio, à servidora Zenaide Nava Andre, matrícula funcional nº 4014-7, ocupante do cargo Temporário de Motorista, a partir de 20 de maio de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 18 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:BFCD6418

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO NO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, PARANÁ.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO NO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, PARANÁ.

EDITAL Nº 01/2026

1. PREÂMBULO
O **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Procuradoria Geral do Município, torna público o presente **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO NO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, PARANÁ.**
2. OBJETO
2.1. O presente Chamamento Público tem a finalidade de credenciar Instituições de Ensino Superior (Universidades e Faculdades públicas e privadas), Médio, Profissionalizante e Especial, regularmente constituídas, localizadas na região sudoeste do Estado do Paraná, interessadas em firmar CONVÊNIO com o MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o objetivo de cooperação técnica para viabilizar campo de atuação para o desenvolvimento de estágio curricular obrigatório e não obrigatório remunerado, dos cursos ofertados pelas Instituições e de interesse do Município, através de seu programa de Estágio.
2.1.1. Também poderão participar Instituições que ofereçam ensino a distância, desde que tenham comprovadamente polo no Município de Chopinzinho, PR.
2.2. O convênio a ser firmado estabelecerá obrigações recíprocas para a execução do atendimento aos estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, em consonância com a Lei Federal nº 11.788, de 25

de setembro de 2008 e Lei Municipal nº 3.713, de 05 de julho de 2018.
2.3. Não haverá repasse financeiro para o estágio curricular obrigatório.
2.4. O estágio não obrigatório será remunerado nos termos de decreto específico do Poder Executivo de Chopinzinho, PR.
2.5. Ao responder ao presente Chamamento público, pleiteando a habilitação para a celebração de convênio, cada instituição interessada estará aderindo às condições estabelecidas no presente edital e seus anexos, demonstrando aceitá-las integralmente.
2.6. O presente edital e convênio não envolve repasse de recursos financeiros entre as partes signatárias.

3. DO PRAZO

3.1 As Instituições interessadas em atender ao Chamamento Público deverão apresentar a documentação exigida através de protocolo eletrônico, na opção "Protocolos", no endereço https://chopinzinho.1doc.com.br/atendimento, sendo os documentos direcionados à Procuradoria Geral do Município.
3.2. O período de envio de documentos será a partir do dia **19/08/2026**.
3.3. O presente edital ficará permanentemente aberto para recebimento de documentação de interesse das Instituições de Ensino, até **31/12/2026.**
3.4. Os documentos que forem entregues em local e/ou data diferente não serão objeto de análise, não sendo permitida a participação de interessados em desacordo com o Edital.

4. DA DOCUMENTAÇÃO

4.1. Poderão participar do Chamamento Público as Instituições que apresentarem os seguintes documentos:
a) Inscrição do CNPJ da Instituição (cartão CNPJ);
b) Documento de identificação do(a) Diretor(a), Reitor(a) ou representante legal da Instituição;
c) Contrato ou Estatuto social consolidado;
d) Comprovante de habilitação de todos os professores/orientadores de estágio e coordenadores pedagógicos;
e) Alvará de Funcionamento;
f) documento comprobatório que a instituição está autorizada pelo Ministério da Educação (MEC);
g) Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
h) Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);
i) Certidão de regularidade com Fazenda Estadual;
j) Certidão de regularidade Fazenda Municipal;
k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;
l) Declaração assinada pelo representante legal da Instituição, declarando, sob as penas da lei, que a instituição e seus dirigentes não se encontram impedidos ou vedados de participar deste Chamamento público, nos termos da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

5. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

5.1. A documentação apresentada pelas Instituições será analisada pelo setor administrativo da Procuradoria Geral do Município, que, para critérios de aprovação, observará se as Instituições:
a) são reconhecidas pelo MEC;
b) têm autorização de funcionamento do Município sede, ou no polo de Chopinzinho, quando ensino a distância;
c) comprovam a habilitação de todos os professores/orientadores de estágio;
d) comprovam a habilitação de todos os coordenadores pedagógicos;
e) respeitam os critérios estabelecidos no Edital e no convênio;
f) comprovam regularidade fiscal e trabalhista.
5.2. Fica designada a servidora **Herica Gabriele Pasqualotto**, responsável pela conferência, aprovação e publicação de editais de habilitação ou inabilitação.

6. DO RESULTADO

6.1 Após análise dos documentos apresentados, será publicado edital de habilitação no diário oficial do município https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar.
6.2 A Instituição que for declarada "NÃO HABILITADA" poderá interpor recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da publicação de que trata no item anterior. O recurso deverá ser interposto através de protocolo eletrônico, na opção "Protocolos", no endereço https://chopinzinho.1doc.com.br/atendimento, sendo os documentos direcionados à Procuradoria Geral do Município.
6.3. O recurso será encaminhado ao servidor que praticou o ato impugnado e, caso não haja reconsideração, será remetido ao Prefeito Municipal para decisão.

7. DO CONVÊNIO

7.1. O convênio será firmado pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período, observando as leis vigentes de Estágio.
7.2. As Instituições habilitadas serão oportunamente convocadas para assinatura do convênio.
7.3. As Instituições declaradas habilitadas através do presente Chamamento Público deverão manter as condições de habilitação vigentes até o momento em que forem convocadas para firmarem o convênio, bem como durante todo o período de execução do convênio eventualmente firmado.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 O presente edital poderá ser revogado pelo Município por conveniência administrativa e interesse público, ou por fato superveniente, devidamente justificado, ou anulá-lo, em caso de ilegalidade.
8.2 A revogação ou anulação do presente Chamamento Público não gera direito à indenização.
8.3. Será facultado aos órgãos do Poder Executivo do Município de Chopinzinho promover, em qualquer fase, diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição dos critérios de habilitação de cada Instituição, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar eventuais decisões.
8.4. Decairá do direito de impugnar este Edital ou parte dele o interessado que não o fizer até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de publicação do edital no diário oficial.
8.5. Estarão impedidas de participar deste Chamamento público as Instituições e dirigentes que estejam vedados ou impedidos de contratar, nos termos da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.
8.6. Constituem motivos para rescisão ou denúncia do instrumento jurídico a ser firmado o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os previstos na Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021 e Lei Municipal nº 3.713, de 05 de julho de 2018.
8.7. Os convênios quando assinados serão publicados, por extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Município.

Chopinzinho, PR, 18 de agosto de 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

NIVALDO JOSÉ BELLO JUNIOR
Procurador Geral do Município

ANEXO – MINUTA DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRA O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO E A INSTITUIÇÃO.....

O Município de Chopinzinho, Estado do Paraná, doravante denominado MUNICÍPIO, inscrito no CNPJ nº 76.995.414/0001-60, e a Instituição ....., doravante denominada INSTITUIÇÃO INTERVENIENTE DE ESTÁGIO, inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede ....., neste ato representada pelo seu representante legal ....., celebram o presente Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Convênio tem por objeto a implementação de ação conjunta entre o Município e a Instituição, para proporcionar Estágio Curricular supervisionado, nas modalidades obrigatório e não obrigatório, aos estudantes regularmente matriculados, com vistas ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, através do programa de Estágio do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. São obrigações da Instituição de Ensino:
a) manter entendimento com o MUNICÍPIO, nas suas diversas instâncias técnico-administrativas, no sentido de garantir o pleno funcionamento do estágio, o que se refere à seleção de campos de estágio, sua orientação, monitoramento, controle e avaliação;
b) indicar um professor que atuará como orientador do estágio para seu monitoramento, controle e avaliação;
c) prestar informações sobre o curso e a vida escolar dos estudantes/estagiários, quando solicitados pelo MUNICÍPIO;
d) assumir os encargos referentes aos custos de seguro de acidentes pessoais a ser efetuado em favor do estudante segundo os ditames da Lei Federal 11.788/2008, art. 9º, Parágrafo Único, quando estágio curricular obrigatório;
e) intermediar a celebração do termo de estágio entre o estudante e a unidade concedente;
f) informar ao MUNICÍPIO os casos de cancelamento de matrícula dos estudantes participantes do estágio;
g) emitir, a pedido do MUNICÍPIO ou do estagiário, carta de apresentação e encaminhamento do estágio.
2.2. São obrigações do MUNICÍPIO:
a) ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
b) indicar servidor público com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar, observados os limites da lei;
c) avaliar, junto à Instituição de Ensino, o desenvolvimento do estágio, para seu aperfeiçoamento e de outros;
d) celebrar o termo de estágio com o estudante, com interveniência da Instituição de Ensino;
e) proceder à avaliação do desempenho do estagiário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO SEGURO

3.1. O seguro de cobertura de acidentes pessoais para os estagiários será de responsabilidade da Instituição de ensino, quando se tratar de estágio curricular obrigatório.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E RESCISÃO DO CONVÊNIO

4.1. O convênio terá vigência de 5 (cinco) anos, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Este convênio poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso prévio com antecedência de 60 (sessenta) dias, ou, a qualquer tempo, por superveniência de norma que torne material ou formalmente impossível, ou por razões de relevante e excepcional interesse público, resguardado os estágios em andamento.
5.2. A realização do estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o MUNICÍPIO.
5.3. Não haverá bolsa auxílio para estágio curricular obrigatório.
5.4. Será designado um servidor público da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para a fiscalização do Convênio, o qual poderá requisitar da Instituição de Ensino relatórios periódicos, visitas, indicadores de desempenho dos estagiários, dentre outros documentos pertinentes para o bom acompanhamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Chopinzinho – PR para dirimir quaisquer dúvidas da execução deste convênio.

Chopinzinho, PR, _____ de _____ de 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

NIVALDO JOSÉ BELLO JUNIOR
Procurador Geral do Município

Nome da Instituição de Ensino
Nome do Representante Legal

Publicado por:
Alana Patrícia Locatelli
Código Identificador:BF183BA0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 895 - 2026 - DIARIAS ITATIANA CAMPIGOTTO DALLA COSTA

PORTARIA Nº 895/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Itatiana Campigotto Dalla Costa, Auxiliar Administrativo, CPF nº 020.***.***-06, 03 (três) diárias de viagem, no valor total de R$ 240,00, conforme Art. 11, § 1º, Anexo I, da Lei 3.908/2021, alterada pela Lei nº 4.028/2023, sem pernoite, nos dias 19, 20 e 21 de agosto de 2026, para Pato Branco - PR, para participar de Capacitação no Instituto de Identificação, a serviço da Administração Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 18 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:1A39F60C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6572-2026

DECRETO Nº 6572/2026

Decreta Estabilidade Servidora Concursada.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Art. **41º** da Constituição Federal combinado com o Art.**15º** da Lei Municipal nº **073/1994**.

DECRETA:

Art. 1º Fica assegurada a Estabilidade da Servidora nomeada mediante **CONCURSO PÚBLICO** e, que completou três **(03)** anos de efetivo exercício, conforme abaixo descrito:

NOME:	RG:	DATA ADMISSÃO
LAÍS SBRUSSI	8.071.***-*	01/08/2023

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:3CED6C5D

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6575-2026

DECRETO Nº 6575/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, para o exercício de 2026.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual nº 1632, publicada em 10/12/2025 e Lei nº **1693/2026** de **18/08/2026**.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R$:**145.100,00** (Cento e quarenta e cinco mil e cem reais) para atender despesas nos seguintes Órgãos e Dotações Orçamentárias:

Dotações:		Conta	Fonte	Valor
03	- Secretaria de Administração			
001	- Atividades Administrativas			
04.122.0003.2007	- Desenvolvimento das Ações Administrativa			
3.3.90.40.00.00	- Serviços de tecnologia da informação e comunicação	410	000	100.000,00
12	- Secretaria de Assistência Social, Mulher e Pessoa Idosa.			
001	- Depto. de Cadastro e Progr. Assistenciais			
08.244.0016.2058	- Fundo Municipal de Assistência social			
3.3.90.40.00.00	- Serviços de tecnologia da informação e comunicação	3841	934	10.100,00
08	- Secretaria de Educação, Cultura e Esportes			
001	- Secretaria de Educação			
12.361.0009.2030	- Manutenção do Ensino Fundamental			
3.3.90.39.00.00	- Outros Serviços de terceiros pessoa jurídica	2380	000	15.000,00
10	- Secretaria de Planejamento e ações estratégicas			
003	- Incentivo a Habitação, indústria e comércio			
04.122.0003.2059	- Incentivo a Habitação, indústria e comércio			
4.4.90.51.00.00	- Aquisição de Imóveis	3532	504	20.000,00

Art. 2o A cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante deste Decreto, serão utilizados os recursos oriundos de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária do exercício.

Dotações:		Conta	Fonte	Valor
12	- Secretaria de Assistência Social, Mulher e Pessoa Idosa.			
001	- Depto. de Cadastro e Progr. Assistenciais			
08.244.0016.2053	- Benefícios Eventuais			
3.3.90.39.00.00	- Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	3901	934	10.100,00
05	- Secretaria de Viação e Obras			
001	- Secretaria de Viação e Obras			
26.782.0007.2012	- Manutenção das Atividades da sec de Viação e Obras			
4.4.90.52.00.00	- Equipamento e Material Permanente	75	504	20.000,00
05	- Secretaria de Viação e Obras			
001	- Secretaria de Viação e Obras			
26.782.0007.2012	- Manutenção das Atividades da sec de Viação e Obras			
4.4.90.52.00.00	- Equipamento e Material Permanente	1210	000	100.000,00
4.4.90.52.00.00	- Equipamento e Material Permanente	1220	000	15.000,00

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto, entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:95176E22

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
LEI 1693-2026

LEI No 1693/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, para o exercício de 2026.

A Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **Jean Carlos Cardoso**, Prefeito, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual nº 1632/2025 publicada em 09/12/2025, sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R$:**145.100,00** (Cento e quarenta e cinco mil e cem reais) para atender despesas nos seguintes Órgãos e Dotações Orçamentárias:

Dotações:		Conta	Fonte	Valor
03	- Secretaria de Administração			
001	- Atividades Administrativas			
04.122.0003.2007	- Desenvolvimento das Ações Administrativa			
3.3.90.40.00.00	- Serviços de tecnologia da informação e comunicação	410	000	100.000,00
12	- Secretaria de Assistência Social, Mulher e Pessoa Idosa.			
001	- Depto. de Cadastro e Progr. Assistenciais			
08.244.0016.2058	- Fundo Municipal de Assistência social			
3.3.90.40.00.00	- Serviços de tecnologia da informação e comunicação	3841	934	10.100,00
08	- Secretaria de Educação, Cultura e Esportes			
001	- Secretaria de Educação			
12.361.0009.2030	- Manutenção do Ensino Fundamental			
3.3.90.39.00.00	- Outros Serviços de terceiros pessoa jurídica	2380	000	15.000,00
10	- Secretaria de Planejamento e ações estratégicas			
003	- Incentivo a Habitação, indústria e comércio			
04.122.0003.2059	- Incentivo a Habitação, indústria e comércio			
4.4.90.51.00.00	- Aquisição de Imóveis	3532	504	20.000,00

Art. 2o A cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desta Lei, serão utilizados os recursos oriundos de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária do exercício.

Dotações:		Conta	Fonte	Valor
12	- Secretaria de Assistência Social, Mulher e Pessoa Idosa.			
001	- Depto. de Cadastro e Progr. Assistenciais			
08.244.0016.2053	- Benefícios Eventuais			
3.3.90.39.00.00	- Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	3901	934	10.100,00
05	- Secretaria de Viação e Obras			
001	- Secretaria de Viação e Obras			
26.782.0007.2012	- Manutenção das Atividades da sec de Viação e Obras			
4.4.90.52.00.00	- Equipamento e Material Permanente	75	504	20.000,00
05	- Secretaria de Viação e Obras			
001	- Secretaria de Viação e Obras			
26.782.0007.2012	- Manutenção das Atividades da sec de Viação e Obras			

4.4.90.52.00.00	- Equipamento e Material Permanente	1210	000	100.000,00
4.4.90.52.00.00	- Equipamento e Material Permanente	1220	000	15.000,00

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:B7D5ACA1

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
LEI 1694-2026

LEI No 1694/2026

Institui o Dia do Vizinho no Município de Cruzeiro do Iguaçu.

A Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu, **Jean Carlos Cardoso**, Prefeito, sanciono a seguinte:

LEI:
Art. 1º Fica instituído o "Dia do Vizinho" no Município de Cruzeiro do Iguaçu, a ser celebrado anualmente, no último domingo do mês de agosto.

Parágrafo Único: Cada bairro, rua ou comunidade do interior e grupo de vizinhos será responsável por organizar a sua festa.

Art. 2º Inclui-se o "Dia do Vizinho" no calendário de eventos do Município.

Art. 3º Na semana coincidente ao último domingo do mês de agosto, poderá haver atividades comemorativas à divulgação e promoção do evento, facultada a parceria entre órgãos públicos da esfera municipal, estadual e federal, a sociedade organizada e a classe empresarial.

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:ED9F728D

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
LEI 1695-2026

LEI No 1695/2026

Reestrutura o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, o Fundo Municipal de Habitação – FMH e a Conferência Municipal das Cidades e, dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu, **Jean Carlos Cardoso**, Prefeito, sanciono a seguinte:

LEI:

TÍTULO I
DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS

CAPÍTULO I
Das disposições iniciais

Art. 1º Esta Lei reestrutura o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS – órgão colegiado de caráter permanente, competência propositiva, consultiva, fiscalizadora, normativa e deliberativa, vinculado à estrutura do Departamento de Habitação.

CAPÍTULO II
Da composição

Art. 2º O CMHIS terá composição paritária, 50% (cinquenta por cento) de representantes governamentais e 50% (cinquenta por cento) de representantes da sociedade civil.

Art. 3º O CMHIS terá a seguinte composição:

I – 1 (um) representante do Departamento de Habitação;
II – 1 (um) representante da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Pessoa Idosa;
III – 1 (um) representante da Secretaria de Urbanismo;
IV – 1 (um) representante da Secretaria da Administração;
V – 4 (quatro) representantes da Sociedade Civil: sendo dois (02) das Associações de Moradores do Município de Cruzeiro do Iguaçu, e dois (02) representantes dos Conselhos Municipais.

§ 1º Cada membro titular terá seu respectivo suplente.

§ 2º Os representantes Governamentais e os representantes da Sociedade Civil, associações de Moradores e/ou representantes dos Conselhos Municipais serão nomeados pelo Chefe do Executivo Municipal, por meio de Decreto.

§ 3º Os Servidores Públicos Municipais, Agentes Políticos ocupantes de cargos efetivos ou comissionados ou em função gratificada, não poderão participar do Conselho como representantes da sociedade civil.

CAPÍTULO III
Do mandato

Art. 4º O mandato dos Conselheiros terá duração de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

Art. 5º A função de Conselheiro será considerada serviço público relevante, sendo seu exercício prioritário e, justificáveis as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinado seu comparecimento a sessões do Conselho ou participação em diligências por este autorizadas.

Art. 6º Os membros do CMHIS exercerão seus mandatos sem direito à remuneração.

CAPÍTULO IV

Da Estrutura

Art. 7º O CMHIS terá a seguinte estrutura:

I – Plenário: Composto pelos Conselheiros e pela Diretoria, formada pelo Presidente e Vice-Presidente;

CAPÍTULO V
Da Funcionamento

Art. 8º O CMHIS se reunirá 1 (uma) vez por mês, ordinariamente e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou em decorrência de requerimento da maioria dos seus membros.

§ 1º As reuniões somente serão iniciadas com a presença de pelo menos metade dos seus membros.

§ 2º Cada membro terá direito a 1 (um) voto.

CAPÍTULO VI
Da Competência

Art. 9º Compete ao CMHIS:

I – Deliberar e definir a Política Municipal de Habitação, em consonância com as Legislações Nacionais e Estaduais, bem como, com o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;

II – Articular, propor e aprovar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, bem como, acompanhar, monitorar e avaliar a execução deste;

III – Acompanhar a execução do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA, assegurando a inclusão de dotação orçamentária compatível com as necessidades e prioridades estabelecidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;

IV – Monitorar e avaliar as entidades/organizações, serviços, programas e projetos:

V – Elaborar e aprovar o Plano de Aplicação Anual dos recursos oriundos do Fundo Municipal, bem como acompanhar e fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados;

VI – Publicar todas as suas Deliberações e Resoluções no Diário Oficial do Município, seguindo o mesmo trâmite adotado para publicação dos demais atos do Poder Executivo Municipal;

VII – Acompanhar as condições de acesso da população usuária dos serviços Habitacionais de Interesse Social;

VIII – Dar posse aos Conselheiros governamentais e não governamentais do CMHIS, nos termos do respectivo Regimento Interno e, quando declarado vago o posto, por deliberação da plenária do Conselho;

IX – Elaborar, aprovar e publicar seu Regimento Interno;

X – Convocar, organizar e dirigir a Conferência Municipal das Cidades e estabelecer normas de funcionamento e regimento próprio, conforme orientações Nacional e Estadual;

XI – Acompanhar, propor e deliberar sobre a elaboração de legislações municipais voltadas à Política Habitacional de Interesse Social, oferecendo apoio e colaborando com os Poderes Legislativo e Executivo, no âmbito da sua competência;

XII – Cumprir e zelar pelas normas constitucionais e legais, referente à Política Habitacional de Interesse Social;

XIII – Eleger, por voto direto, dentre os Conselheiros Titulares, a Mesa Diretora;

XIV – Deliberar e propor ao órgão executivo a capacitação de seus Conselheiros membros;

XV – Realizar ações que considerar necessária à Política Habitacional de Interesse Social.

TÍTULO II
DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

CAPÍTULO VII
Da Constituição

Art. 10 Fica reestruturado o Fundo Municipal de Habitação, de duração indeterminada e natureza contábil, que será gerido pelo Departamento de Habitação, sob a deliberação e controle do Conselho Municipal de Habitação.

CAPÍTULO VIII
Da Composição

Art. 11 As receitas componentes do Fundo Municipal de Habitação serão provenientes de:

I – Repasse dos Fundos Nacional e Estadual de Habitação de Interesse Social:
II – Dotações orçamentárias da União, do Estado e do Município, bem como, recursos adicionais que a Lei Orçamentária Anual estabelecer no transcorrer de cada exercício;
III – Doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidade nacionais e internacionais, organizações governamentais e não governamentais, pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;
IV – Produtos de convênios firmados com outras entidades;
V – Produto de aplicação financeira dos recursos disponíveis;
VI – Doações de Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, na forma da Lei;
VII – Rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras de recursos disponíveis;
VIII – Outras receitas.

§ 1º Os recursos que compõe o Fundo serão depositados em conta especial sob a denominação "FMH – Fundo Municipal de Habitação", em estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º Os recursos deste Fundo serão utilizados mediante orçamento anualmente proposto pelo Conselho Municipal de Habitação, submetido à apreciação e aprovação do Chefe do Poder Executivo Municipal para integrar Orçamento Geral do Município, de acordo com a Constituição Federal.

Art. 12 O Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante Decreto, estabelecerá as normas relativas à estruturação, organização e operacionalização do Fundo Municipal de Habitação.

CAPÍTULO IX
Do Gerenciamento

Art. 13 O gerenciamento do Fundo Municipal de Habitação – FMH – será da seguinte forma:

I – Pelo Departamento de Habitação, com a deliberação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, à qual caberá as seguintes atribuições:

Administrar os recursos específicos para os programas habitacionais, segundo as Resoluções e Editais do CNHIS;
Autorizar a aplicação dos recursos em benefício da Política Habitacional de Interesse Social, nos termos das Resoluções e Editais do CNHIS;
Encaminhar relatórios financeiros da movimentação dos recursos alocados no Fundo, contendo justificativas das atribuições de descumprimento dos cronogramas de aplicação de recursos pelas Unidades Governamentais e Entidades não Governamentais beneficiadas.

II – Pela Secretaria Municipal de Finanças e Controle:

Registrar os recursos orçamentários, oriundos do Município ou a ele transferidos pelo Estado ou pela União;
Registrar os recursos captados pelo Município por meio de convênios ou de doações ao Fundo;
Manter o controle escritural das aplicações financeiras, levadas a efeito pelo Município, de acordo com a legislação vigente.

TÍTULO III
DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES

CAPÍTULO X
Da Constituição e Competência

Art. 14 A Conferência Municipal das Cidades é instância periódica de debate, de formulação e de avaliação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 15 A Conferência Municipal das Cidades será convocada pelo Conselho Municipal de Habitação - CMHIS, o qual acompanhará o calendário das Conferências Nacional e Estadual.

Parágrafo Único: O Regulamento da Conferência Municipal das Cidades estabelecerá a forma de participação e de escolha dos delegados das entidades e organizações governamentais na Conferência Municipal das Cidades, devendo ser elaborado e aprovado pelo CMHIS.

Art. 16 Compete à Conferência Municipal das Cidades:

I – Aprovar seu Regimento Interno;
II – Avaliar a Política Municipal de Habitação de Interesse Social;
III – Debater propostas e soluções voltadas à realidade local;
IV – Aprovar e publicar suas deliberações.

TÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 Revogadas as disposições em contrário e, em especial a Lei nº **1295/2019** de **07/05/2019**, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:C5E68EC4

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
LEI 1696-2026

LEI No 1696/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir, mediante compra e venda, os imóveis que especifica, pertencentes à COPEL Geração e Transmissão S/A, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu, **Jean Carlos Cardoso**, Prefeito, sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, mediante compra e venda, da empresa **COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.370.282/0001-70, os seguintes imóveis urbanos situados no Patrimônio Foz do Chopim, Município de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná:

I – Lote de Terras Urbano nº 01 (um), da Quadra nº 10 (dez), do Patrimônio Foz do Chopim, com área de **1.397,25 m²** (um mil, trezentos e noventa e sete metros e vinte e cinco decímetros quadrados), objeto da Matrícula nº 20.074 do Registro de Imóveis da Comarca de Dois Vizinhos – Paraná, com os seguintes limites e confrontações:

ao Norte, por linha reta, medindo 29,00 metros, confrontando com a Rua Itapiranga;
ao Leste, por linha reta, medindo 40,00 metros, confrontando com o Lote nº 02 da mesma quadra;
ao Sul, por linha reta, medindo 40,00 metros, confrontando com a Rua Costa e Silva;
ao Oeste, por linha reta, medindo 41,00 metros, confrontando com terras da COPEL;
II – Lote de Terras Urbano nº 02 (dois), da Quadra nº 10 (dez), do Patrimônio Foz do Chopim, com área de **585,00 m²** (quinhentos e oitenta e cinco metros quadrados), objeto da Matrícula nº 12.381 do Registro de Imóveis da Comarca de Dois Vizinhos – Paraná, com os seguintes limites e confrontações:
ao Norte, por linha seca, medindo 15,00 metros, confrontando com a Rua Itapiranga;
ao Leste, por linha seca, medindo 39,00 metros, confrontando com o Lote nº 03 da mesma quadra;
ao Sul, por linha seca, medindo 15,10 metros, confrontando com a Rua Costa e Silva;
ao Oeste, por linha seca, medindo 40,00 metros, confrontando com o Lote nº 01 da mesma quadra.
Art. 2º A aquisição dos imóveis de que trata esta Lei destina-se à ampliação do patrimônio imobiliário municipal, visando possibilitar a continuidade das atividades de esportes e lazer no Distrito de Foz do Chopim, ou outra finalidade pública definida pelo Poder Executivo.
Art. 3º O valor total da aquisição dos imóveis fica estabelecido em R$ **287.560,00** (duzentos e oitenta e sete mil, quinhentos e sessenta reais), assim discriminado:

I – R$ 172.630,00 (cento e setenta e dois mil, seiscentos e trinta reais), referente ao imóvel descrito no inciso I do art. 1º;
II – R$ 114.930,00 (cento e quatorze mil, novecentos e trinta reais), referente ao imóvel descrito no inciso II do art. 1º.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento do preço de aquisição nas condições ajustadas com a proprietária dos imóveis, observados os seguintes parâmetros:
I – pagamento inicial de R$ **28.756,00** (vinte e oito mil, setecentos e cinquenta e seis reais), a título de sinal e pagamento parcial do preço;
II – pagamento do saldo remanescente de R$ **258.804,00** (duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e quatro reais), em até 59 (cinquenta e nove) parcelas mensais e consecutivas;
III – as parcelas poderão ser calculadas pelo sistema de amortização constante – SAC, com incidência de juros de 8% (oito por cento) ao ano;
IV – o saldo devedor e as parcelas serão atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, enquanto vigente, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar a escritura pública de compra e venda dos imóveis, bem como os respectivos instrumentos, contratos, termos, aditivos, escrituras de retificação e ratificação e demais documentos necessários à formalização e aperfeiçoamento da aquisição autorizada por esta Lei.

Art. 6º Para garantia do pagamento do saldo devedor decorrente da aquisição, fica o Poder Executivo autorizado a constituir, em favor da vendedora, alienação fiduciária em garantia dos imóveis adquiridos, nos termos da Lei Federal nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, observadas as condições estabelecidas no instrumento de compra e venda.

§ 1º A constituição da garantia prevista no caput deverá limitar-se às obrigações decorrentes da aquisição dos imóveis autorizada por esta Lei.
§ 2º A alienação fiduciária será extinta após a quitação integral das obrigações garantidas, mediante os atos registrais pertinentes.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a promover todos os atos administrativos, financeiros, orçamentários, registrais e cartorários necessários à efetivação da aquisição dos imóveis, inclusive:
I – realizar os pagamentos decorrentes da aquisição;
II – promover o registro da escritura pública perante o Registro de Imóveis competente;
III – efetuar o pagamento do ITBI e das demais despesas tributárias, cartorárias, registrais e administrativas incidentes sobre a aquisição, quando legalmente exigíveis;
IV – promover a inscrição, atualização e regularização dos imóveis perante o cadastro imobiliário municipal e demais órgãos competentes;
V – praticar os atos necessários à transferência e incorporação dos imóveis ao patrimônio público municipal.

Parágrafo único – Eventuais débitos relativos aos imóveis registrados na Tributação do Município, serão cancelados.

Art. 8º A aquisição autorizada por esta Lei deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento e responsabilidade fiscal, bem como a legislação orçamentária e financeira aplicável.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, suplementadas, se necessário, na forma da legislação vigente.

Art. 10. A aquisição dos imóveis deverá ser precedida das providências administrativas necessárias à comprovação da disponibilidade orçamentária e financeira para cumprimento das obrigações assumidas, observadas as disposições da legislação fiscal e orçamentária.

Art. 11. Os imóveis adquiridos nos termos desta Lei serão incorporados ao patrimônio do Município de Cruzeiro do Iguaçu e submetidos ao regime jurídico aplicável aos bens públicos municipais.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a promover eventuais ajustes de natureza formal, cadastral, registral ou notarial necessários à perfeita individualização dos imóveis e à efetivação da transferência da propriedade, desde que não impliquem alteração do objeto, do valor total ou das condições essenciais da aquisição autorizada por esta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:1EDB9D59

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
LEI 1697-2026

LEI No 1697/2026

Altera a Lei Municipal nº 1619/2025, que dispõe sobre a estrutura de cargos em comissão e funções de confiança do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências, para incluir a Vigilância Socioassistencial na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Pessoa Idosa.

A Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos que assegura o artigo 53, combinado com o artigo 21, ambos da Lei Orgânica Municipal aprovou, e eu, **JEAN CARLOS CARDOSO**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º O inciso I do artigo 23 da Lei Municipal nº 1.619/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 23. A Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Pessoa Idosa é composta por:
I - Diretoria de **Vigilância Socioassistencial;**
(...)

Art. 2º A Lei Municipal nº 1.619/2025 passa a vigorar acrescida do art. 24-A, com a seguinte redação:

"Art. 24-A. Compete a Diretoria de Vigilância Socioassistencial:
I - Produzir, sistematizar, analisar e disseminar informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade, risco social, violações de direitos, vitimizações, danos, potencialidades e capacidade protetiva das famílias e dos territórios;
II - Elaborar, atualizar e divulgar o Diagnóstico Socioterritorial do Município, contemplando, no mínimo, indicadores econômicos e sociais, riscos e vulnerabilidades, demandas por serviços e benefícios, potencialidades territoriais, rede de proteção social existente e relação entre demanda e capacidade de oferta;
III - Mapear e manter atualizada a rede socioassistencial pública e privada, identificando unidades, serviços, programas, projetos, benefícios, capacidade de atendimento, cobertura e territórios de abrangência;
IV - Analisar a adequação entre as necessidades da população e a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, identificando vazios de cobertura, sobreposições, barreiras de acesso e prioridades de intervenção;

V - Coordenar, organizar e acompanhar a alimentação, a consistência e o uso dos sistemas e bases de dados do SUAS, especialmente CadSUAS, Censo SUAS, Registro Mensal de Atendimentos - RMA, Prontuário SUAS, CNEAS, SUASWeb, AgilizaSUAS, Cadastro Único e demais fontes oficiais pertinentes;
VI - Produzir relatórios periódicos de monitoramento e avaliação da gestão, da Proteção Social Básica, da Proteção Social Especial, da rede socioassistencial e dos benefícios, programas e projetos executados ou referenciados pelo Município;
VII - Monitorar o padrão de oferta, o volume, a localização, a cobertura, a qualidade e os resultados dos serviços socioassistenciais, propondo medidas para seu aprimoramento;
VIII - Levantar, normatizar e sistematizar informações e notificações relacionadas a violações de direitos e demais eventos relevantes para a política de assistência social, resguardados o sigilo profissional, a proteção de dados pessoais e as demais normas aplicáveis;
IX - Fornecer informações territorializadas que subsidiem a busca ativa, o planejamento preventivo e proativo, a priorização de públicos e territórios e a organização das ofertas socioassistenciais;

X - Elaborar e divulgar boletins, painéis, mapas, estudos, notas técnicas, indicadores e demais produtos de informação destinados à gestão, aos trabalhadores do SUAS, ao controle social e à população;
XI - Subsidiar a elaboração, o monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Assistência Social, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e dos demais instrumentos de planejamento da política de assistência social;
XII - Subsidiar tecnicamente o Conselho Municipal de Assistência Social e outras instâncias de participação e controle social, mediante disponibilização de informações, diagnósticos e relatórios;
XIII - Promover a articulação permanente com as áreas de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Cadastro Único, gestão do trabalho e educação permanente, bem como com as políticas de saúde, educação, habitação, trabalho, segurança alimentar e outras necessárias à leitura integrada do território;
XIV - Estabelecer fluxos, padrões, instrumentos e periodicidade para o encaminhamento de dados e informações pelas unidades públicas, entidades e organizações da rede socioassistencial e demais órgãos municipais;
XV - Realizar ou coordenar procedimentos de avaliação da satisfação dos usuários e de análise da qualidade das ofertas, produzindo recomendações para o aperfeiçoamento contínuo da política municipal de assistência social.
§ 1º O diretoria de Vigilância Socioassistencial atuará de forma integrada às áreas responsáveis pelas Proteções Sociais Básica e Especial e às demais áreas de gestão do SUAS, sem substituir as atribuições de atendimento, acompanhamento familiar e gestão de casos próprias das unidades e equipes de referência.
§ 2º O Poder Executivo regulamentará os fluxos, protocolos, periodicidade, fontes de dados, produtos mínimos e responsabilidades necessários ao funcionamento da Vigilância Socioassistencial.
§ 3º Para o exercício das atribuições de diretor da Vigilância Socioassistencial, será dada preferência à pessoa que possua formação de nível superior compatível com as respectivas atribuições, não constituindo a formação superior requisito obrigatório para o exercício da função.
§ 4º A equipe da Vigilância Socioassistencial será permanente, capacitada e dimensionada conforme o porte do Município, a complexidade da rede e o volume de informações, priorizando-se servidores efetivos e condições de trabalho que assegurem continuidade, autonomia técnica e regularidade das atividades."

Art. 3º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:7DBA9F79

SECRETARIA DE FINANCAS
DECRETO 6576-2026

DECRETO Nº6576/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, para o exercício de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual nº **1632/2025** publicada em **09/12/2025**.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R$:**18.771,00** (Dezoito mil, setecentos e setenta e um reais) para atender despesas conforme Relatório de Alteração Orçamentária, anexo I ao presente Decreto.

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constantes deste Decreto serão utilizados Remanejamento - Anulação de dotação orçamentária e Suplementar – Superávit Exercício Anterior.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Sec. Mun. da Administração

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:CB13834E

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
LEI 1602

LEI ORDINÁRIA Nº. 1602/2026

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a proceder Concessão de Direito Real de uso onerosa, com encargos, de Imóveis de Patrimônio do Município de Enéas Marques, através de Leilão, e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques Estado do Paraná, faz saber que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Concessão de Direito Real de Uso, onerosa, com encargos, dos imóveis de sua propriedade, para fins de industrialização, comércio e prestação de serviços, abaixo especificados:
I - Barracão Industrial, em Alvenaria fechamento e cobertura em Aluzinco denominado de **área 4**, com área construída de 200 m² (duzentos metros quadrados), situado no lote urbano n°. 01 (um) da quadra n°. 89 (oitenta e nove), matricula n°. 34.588, folha 01, do 2° Oficio de Registro de Imóveis, Comarca de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, no Distrito Industrial III. Com área ideal de ***719,87 m²*** *(setecentos e dezenove metros e oitenta e sete decímetros quadrados).* Devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria n° 4089/2025, de 18 de agosto de 2025, em R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
II - Imóvel em alvenaria, PRAÇA ESPORTIVA VISTA ALEGRE, com área construída de 47,05 m² (quarenta e sete metros e cinco centímetros quadrados), de área, construído no lote rural n°. 176-C-REMANESCENTE (cento e setenta e seis – C – remanescente) da gleba n°. 52-FB (cinquenta e dois – FB), conforme matrícula n° 33.073, do Núcleo de Francisco Beltrão, da Colônia Missões, situado no Distrito de Vista Alegre do município de ENÉAS MARQUES, espaço de comércio de alimentos e bebidas (copa, cozinha e sanitários). Devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação

nomeada pela Portaria n° 4089/2025, de 18 de agosto de 2025, em R$ 100.000,00 (cem mil reais).

III – Imóvel em alvenaria, PRAÇA ESPORTIVA CIDADE, com área construída de 47,05 m² (quarenta e sete metros e cinco centímetros quadrados), no lote rural n°. 22.A.6 (vinte e dois – A – seis) da gleba n°. 45-FB (quarenta e cinco – FB), conforme matrícula n° 30.611, do Núcleo de Francisco Beltrão, da Colônia Missões, situado no Campo de Futebol do município de ENÉAS MARQUES, espaço de comércio de alimentos e bebidas (copa, cozinha e sanitários). Devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria n° 4089/2025, de 18 de agosto de 2025, em R$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 1º Ficará reservado ao uso dos concessionários, além da área edificada descrita nos incisos I, II e III, a área ideal, que servirá como pátio para utilização como estacionamento, área de carga e descarga de materiais.

§ 2°. Os objetos da presente concessão deverão ser utilizados única e exclusivamente para instalação de empresas devidamente instituídas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas junto à Receita Federal do Brasil.

§ 3° Cada empresa selecionada receberá a concessão de direito real de uso de apenas 01 (um) dos imóveis a que se refere o artigo 1º.

Art. 2º. A Concessão de Direito Real de Uso, onerosa, com encargos, será procedida de Processo Licitatório, modalidade de Leilão, melhor preço, com preço mínimo de:

I – R$ 5.000,00 (cinco mil reais), para Concessão do inciso I, do Art. 1 desta Lei;

II – R$ 3.000,00 (três mil reais), para Concessão do inciso II, do Art. 1 desta Lei;

III – R$ 3.000,00 (três mil reais), para Concessão do inciso III, do Art. 1 desta Lei;

§ 1°. O valor preço total proposto em leilão será pago em até ***05 (cinco)*** parcelas iguais e fixas, através de guias/boletos emitidos pelo Departamento de Tributação e Fiscalização do Município, com pagamento da primeira parcela antes da assinatura do Termo de Concessão.

Art. 3°. O prazo de concessão de Direito Real de Uso de que trata o Art. 1 desta lei é de 10 (dez) anos, com termo inicial de vigência a partir da assinatura do respectivo Termo de Concessão.

§ 1°. A concessão poderá ser prorrogada por igual período, devendo a concessionária manifestar seu interesse no prazo prévio de 6 (seis) meses antes do termino do Contrato Administrativo, devendo a concedente, considerar plenamente cumpridas as normas contratuais e os interesses do município.

Art. 4°. Os encargos e obrigações relativos à Concessão de Direito Real de Uso, serão objetos de contrato, na forma estabelecida pela Lei Orgânica do Município de Enéas Marques, devendo no contrato constar no mínimo as seguintes condições:

I – Para a Concessão do inciso I, do Art. 1º, deverá a concessionária manter no mínimo ***01 (um)*** emprego, devidamente registrado.

Art. 5°. A empresa Concessionária se compromete a cumprir as seguintes obrigações, sob pena de rescisão do Contrato Administrativo de Concessão de Direito Real de Uso, onerosa, com encargos de imóvel público e consequentemente com a devolução do mesmo ao Município:

I - Manter e desenvolver suas atividades de forma regular e ininterruptamente.

II - Zelar pela conservação e manutenção do imóvel objeto desta concessão, bem como suas instalações, responsabilizando-se pelo conserto de avarias no imóvel em decorrência do uso e desgaste pelo decurso do tempo, e manter o imóvel em obediência aos padrões determinados pelo Setor de Patrimônio e Departamento de Projetos Técnicos, Institucionais e de Engenharia do Município, obedecendo parecer da Comissão de Avaliação, acompanhamento e fiscalização da presente Concessão.

III - Providenciar à totalidade do patrimônio permanente, bem imóvel, objeto da concessão de direito real de uso, pagamento de prêmio de seguro contra qualquer dano ou sinistro, durante toda a vigência da concessão de direito real de uso.

IV - Denunciar ao Concedente todo e qualquer defeito ou avaria estrutural do imóvel, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após constatado.

V - Permitir ao Concedente toda e qualquer vistoria ao imóvel concedido, sempre que este solicitar.

VI - Acatar todas as normas do Poder Público, bem como os relatórios emitidos pelo mesmo.

VII - Devolver o imóvel findo o prazo da Concessão de Direito Real de uso, estabelecido no artigo 1° da presente Lei, nas mesmas condições em que o recebeu independentemente de interpelação Judicial.

VIII - Todo e qualquer melhoramento a ser feito no bem imóvel, objeto da concessão de direito real de uso, deverá ser precedido de autorização expressa do Poder Executivo Municipal e em caso de reversão ao patrimônio Público, não caberá qualquer indenização à Concessionária.

IX – A concessionária deverá arcar com as despesas de fornecimento de água, energia elétrica, telefone, demais custos de manutenção do imóvel bem como alvará de licença comercial e vigilância sanitária e/ou quaisquer outras que venham a incidir sobre os imóveis, inclusive de natureza tributária, trabalhista e ambiental.

Art. 6°. Fica vedado à Concessionária e Cessionária, sem prévio, expresso e formal consentimento do Concedente:

I - Transferir ou ceder a terceiros, o bem imóvel objeto da Concessão de Direito Real de Uso, descrito no artigo 1° da presente Lei, seja no seu todo ou parcialmente, mesmo à empresa do próprio grupo econômico.

II - Executar modificações estruturais, subdivisões ou ampliações de qualquer espécie, do bem imóvel objeto da concessão de direito real de uso, sem planta prévia que deverá ser aprovada pelo Departamento de Projetos Técnicos, Institucionais e de Engenharia do Município.

III - usar para fins diversos do previsto nesta Lei.

Art. 7°. Considerar-se-á rescindido o Contrato Administrativo de Concessão de Direito Real de Uso, para todos os seus efeitos, devendo o patrimônio ser devolvido ao Município nas mesmas condições em que foi recebido pela Concessionária, dispensada interpelação judicial, quando:

I - vencer o prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso.

II - Em caso de dissolução ou falência da empresa.

III - Infringir a Concessionária e Cessionária qualquer dos compromissos descritos nos artigos 5° e 6° desta Lei.

Art. 8°. Todo e qualquer prejuízo ou dano ao bem imóvel objeto da Concessão, deverá ser reparado ou ressarcido ao Município, sendo consumada e perfeita sua devolução após vistoria oficial.

Art. 9°. Ocorrendo a necessidade de adequação do espaço físico do imóvel cedido, este será de inteira responsabilidade da cessionária.

§ 1°. Feitas as adequações necessárias, a restituição do imóvel nas condições originais ao Município, ficará a cargo da cessionária.

§ 2°. Todas as despesas inerentes ao imóvel cedido e necessárias a consecução do objeto fim da cessão serão de responsabilidade da cessionária.

§ 3°. As benfeitorias que resultarem de obras por ventura necessárias, se não for possível sua remoção sem danos ao imóvel, passarão, findo o prazo de vigência da concessão de direito real de uso, ou em caso de rescisão, a integrar o patrimônio do cedente sem direito a qualquer tipo de indenização.

Art.10. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a incluir no Contrato Administrativo de Concessão de Direito Real de Uso a ser celebrado, outros critérios, direitos ou obrigações das partes.

Art.11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 18 de agosto de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:E3A0D8CB

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 115/2026

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 115/2026
Pregão Eletrônico Nº 13/2026

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **I.M. FERRAMENTAS MOTORIZADAS LTDA**.
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais, ferramentas, equipamentos e contratação de serviços especializados destinados à manutenção preventiva, corretiva e eventual dos imóveis públicos pertencentes ou utilizados pelo Município de Enéas Marques - PR, conforme condições, quantidades estimadas, exigências e especificações estabelecidas neste instrumento e em seus anexos**
Valor: **R$ 90.000,00(noventa mil reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **18/08/2026**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**

Enéas Marques, 18 de agosto de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:7AAF9D53

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 116/2026

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 116/2026
Pregão Eletrônico Nº 13/2026

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **METALURGICA SILVA LTDA**.
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais, ferramentas, equipamentos e contratação de serviços especializados destinados à manutenção preventiva, corretiva e eventual dos imóveis públicos pertencentes ou utilizados pelo Município de Enéas Marques - PR, conforme condições, quantidades estimadas, exigências e especificações estabelecidas neste instrumento e em seus anexos**
Valor: **R$ 370.000,00(trezentos e setenta mil reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **18/08/2026**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**

Enéas Marques, 18 de agosto de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:B6E4A0B4

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 117/2026

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 117/2026
Pregão Eletrônico Nº 13/2026

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **COMERCIO DE EXTINTORES BELTRAO LTDA**.
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais, ferramentas, equipamentos e contratação de serviços especializados destinados à manutenção preventiva, corretiva e eventual dos imóveis públicos pertencentes ou utilizados pelo Município de Enéas Marques - PR, conforme condições, quantidades estimadas, exigências e especificações estabelecidas neste instrumento e em seus anexos**
Valor: **R$ 30.000,00(trinta mil reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **18/08/2026**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**
Enéas Marques, 18 de agosto de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:121B4B23

SETOR DE PESSOAL
CONCEDE LICENÇA LURDES

PORTARIA 4235/2026

SÚMULA – Concede Licença Prêmio a servidora municipal LURDES LOOF TELLES, e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 71, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 106/2023 de 24/10/2023 e protocolo n° 961/2026

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidora municipal **LURDES LOOF TELLES** matrícula n° 127051-1, com remuneração do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, no período de **18/08/2026 a 16/10/2026**, um total de 60 (sessenta) dias, referente ao período aquisitivo de 2014/2019.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS

GABINETE DO PREFEITO DE ENEAS MARQUES/PR EM 18 DE AGOSTO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:BF1C9782

SETOR DE PESSOAL
SÚMULA LUIZ

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA – LP
O Município de Enéas Marques/Pr, CNPJ 76.205.657/0001-57, torna público que requereu junto ao Instituto de Águas e Terras (IAT), Licença Prévia – LP, para a implantação de um Loteamento de Interesse Social, situado no terreno de Matricula 38.752, no Lote Rural 22 – Parcela 02 – da Gleba 45-FB, localizado as margens da PR-471, nas coordenadas UTM ZONA 22J LONG 284.395,85 e LAT 7.128.205,71, município de Enéas Marques/Pr.

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:E3CCCD38

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA, DO MUNICÍPIO DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 72/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, do Município de Fênix, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR EURÍPEDES MOLINA TASCA JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados os membros representantes do Poder Público para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional **– COMSEA**, do Município de Fênix, Estado do Paraná, para a Gestão 2025–2028, bem como os membros representantes da sociedade civil, nos termos da Lei Municipal nº 12/2020:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

I **– Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**:
Titular: Dayane Fernanda de Sá Molina
Suplente: Josy Neres Figueredo Goulart

II – Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
Titular: Solange Jandrey Marques Rodrigues
Suplente: Valdinéia de S. A. de Oliveira

III – Secretaria Municipal de Agricultura:
Titular: Éder José de Paula
Suplente: Juliana Fontini

Art. 2º Ficam nomeados os membros representantes da sociedade civil organizada, conforme eleição dos conselheiros realizada em 21 de julho de 2025:

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

I – Asilo São Vicente de Paulo:
Titular: Mayara da Silva Baia
Suplente: Fernando da Silva Rodrigues

II – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE:
Titular: Emiliane Freire de Aguiar
Suplente: Teresinha Andréia Serrano

III – Rotary Club:
Titular: Wilson Cândido Russi
Suplente: Leida Figueira Russi

IV – Vila Rural Vale Verde / Associação dos Produtores:
Titular: Pedro de Oliveira Neto
Suplente: Djalma Marques da Silva

V – Associação dos Produtores Rurais:
Titular: Renan Peterneli dos Santos
Suplente: José Roque de Sales

VI – Associação dos Produtores Rurais:
Titular: José Messias de Sales
Suplente: Neocino Maia da Silva

Art. 3º Ficam igualmente nomeados os membros representantes da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – **CAISAN**, conforme o **Decreto Municipal nº 70/2026:**

I – Solange Jandrey Marques Rodrigues – Secretária Municipal de Educação e Cultura;
II – Flávia Mendonça Casale Lopes – Secretária Municipal de Saúde;
III – Wilson Cândido Russi – Secretário de Recursos Humanos;
IV – Éder José de Paula – Secretário Municipal de Agricultura;
V – Dayane Fernanda de Sá Molina – Secretária Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fênix, 18 de agosto de 2026.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:3D07BC78

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 525/2026

Dispõe sobre suspensão de Servidor(a) Público(a) Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º SUSPENDER, pelo período de 90 (noventa) dias, o(a) servidor(a) S.D.O., em razão da conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 152/2026, alterada pela Portaria nº 177/2026, e cujo prazo para conclusão foi prorrogado pela Portaria nº 342/2026, com fundamento nos artigos 185, inciso II, 186 e 188 da Lei Municipal nº 323/1994 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 2º A suspensão será cumprida **sem remuneração**, com início em **1º de setembro de 2026**, nos termos do artigo 188 da Lei Municipal nº 323/1994.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de **1º de setembro de 2026**.

Nossa Senhora das Graças/PR, 18 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:D3E6CB79

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 EDITAL Nº 005/2026

EDITAL Nº 005/2026

DIVULGA O RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso de suas atribuições legais, e a Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, designada pela Portaria nº 25/2026, em conformidade com o Edital nº 001/2026,
TORNAM PÚBLICO o Resultado Preliminar do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, destinado à seleção de estagiários para atuação nas Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças/PR, conforme segue:
1. DO RESULTADO PRELIMINAR
1.1. A classificação preliminar dos candidatos foi realizada de acordo com os critérios e a pontuação estabelecidos no Edital nº 001/2026, considerando as etapas de Histórico Escolar, Redação e Entrevista Estruturada.
1.2. CURSO DE CONTABILIDADE

Classificação	Candidato	Pontuação Final
1º	Rodrigo Leonardo Pereira Lima	7,64

1.3. CURSO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Classificação	Candidato	Pontuação Final
1º	Gustavo Mello Rodrigues	8,40
2º	Tainá Bigarani Rocha	8,23

1.4. CURSO DE PEDAGOGIA

Classificação	Candidato	Pontuação Final
1º	Roberta Oliveira Lima	7,79
2º	Analineany Soares Mesquita	7,52
3º	Maria Izabel Barbosa de Oliveira	7,21
4º	Ana Eloiza da Rocha Pereira	7,05

2. DOS CANDIDATOS AUSENTES

2.1. Para fins de registro, ficam consignados como ausentes nas etapas de Redação e Entrevista Estruturada, realizadas no dia 14 de agosto de 2026, os seguintes candidatos:

• Wânia Maria Cavalcante – Curso de Português;
• Murilo Ribeiro Gonzaga dos Santos – Curso de Tecnologia da Informação.

2.2. Os candidatos relacionados no item anterior não participaram das etapas de Redação e Entrevista Estruturada e, consequentemente, não obtiveram pontuação nessas etapas, não constando na classificação preliminar apresentada neste Edital.

3. DOS RECURSOS

3.1. O candidato poderá interpor recurso contra o Resultado Preliminar, devidamente fundamentado, no prazo de 01 (um) dia útil, conforme estabelecido no Edital nº 001/2026.
3.2. O prazo para interposição de recurso será o dia 19 de agosto de 2026.
3.3. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, contendo a fundamentação e as razões que sustentem o pedido, observadas as disposições estabelecidas no item 7 do Edital nº 001/2026.
3.4. Compete à Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado analisar e julgar os recursos apresentados.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. O Resultado Final e a Homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026 serão divulgados no dia 21 de agosto de 2026, conforme cronograma estabelecido no Edital nº 001/2026.
4.2. Os candidatos deverão acompanhar as publicações oficiais referentes ao presente Processo Seletivo Simplificado.
4.3. O presente Edital será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no Portal Oficial do Município de Nossa Senhora das Graças e afixado no mural da Prefeitura Municipal.
Nossa Senhora das Graças/PR, 18 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:5AEA2E88

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 526/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias aos funcionários abaixo relacionados:

- SONIA APARECIDA ROMERO, matrícula nº 1248– 10 (dez) dias de férias restante em conformidade com a portaria n°411/2026, referentes ao exercício: 03/06/2024 à 02/06/2025.
- Período de férias: 27/08/2026 à 05/09/2026.

- JOSÉ ALBINO PESSUTTI CARDOSO, matrícula nº **935** – 15 (quinze) dias de férias restantes em conformidade com a portaria n° 270/2026, referentes ao exercício: 16/01/2025 à 15/01/2026.
- Período de férias: 28/08/2026 à 11/09/2026.

-NAYARA CAROLINE DE SOUZA BRITO, matrícula nº **448** – 25 (vinte e cinco) dias de férias restantes em conformidade com a portaria n° 94/2026, referentes ao exercício: 03/11/2024 à 02/11/2025.
- Período de férias: 08/09/2026 à 02/10/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 18 dias do mês Agosto do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:F7B7D47E

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

CAMARA DE VEREADORES
NOMEIA A PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE – PR, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº. 01/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA N.º 20/2026

Nomeia a Procuradoria Especial da Mulher no âmbito do Poder Legislativo do Município de São Jorge D'Oeste – PR, nos termos da Resolução nº. 01/2021 e dá outras providências.

ROSANE FÁTIMA LOTTI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Jorge D'Oeste, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
RESOLVE:
Art. 1º. Fica nomeada a Procuradoria Especial da Mulher no âmbito do Poder Legislativo do Município de São Jorge D'Oeste – PR.
Art. 2º. Fica a Vereadora **ROZI TEREZINHA MARMITT** nomeada **PROCURADORA ESPECIAL DA MULHER**, nos termos Art. 3º da Resolução nº. 01/2021.
Art. 3º. Fica a Vereadora **ROSANE FÁTIMA LOTTI** nomeada **PROCURADORA ADJUNTA DA MULHER**, nos termos do Art. 3º da Resolução nº. 01/2021.
Art. 4º. Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos por 01 ano e 04 meses, nos termos do Art. 3º da Resolução nº. 01/2021, revogada as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 26/2025.

Câmara Municipal de Vereadores de São Jorge D' Oeste, Gabinete da Presidência, aos dezoito dias do mês de agosto de 2026.

ROSANE FÁTIMA LOTTI
Presidente da Câmara de Vereadores.

Publicado por:
Leandro Pagliari Jacobs
Código Identificador:596A8D7C

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1º TERMO ATA 75/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 75/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 32/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**L FERNANDES CONCEICAO LTDA – CNPJ nº.** 50.549.372/0001-40
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto;** **I - a prorrogação do prazo constante da CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – prorrogada por igual período, até 18/08/2027.** **II - a renovação do quantitativo, nos limites permitidos por lei, diante da necessidade da administração no valor de R$ 27.494,94 (vinte e sete mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e noventa e quatro centavos)** **III – o reajuste no valor pelo índice INPC (IBGE) de 4,098050%, constante na cláusula quarta da Ata de Registro de Preços.**
Prazo de vigência	**18/08/2027**
Prazo de execução	**18/08/2027**
Data assinatura	18/08/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:D9A600D7

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1º TERMO CONTRATO 115/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 115/2025**, parte integrante do(a) Concorrência nº 5/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**SIX PAVIMENTAÇÃO LTDA – CNPJ nº.** 03.752.550/0001-55
Objeto:	**Constitui objeto do presente termo aditivo prorrogação de prazo.**
Prazo de vigência	**05/02/2027**
Prazo de execução	**18/11/2026**
Data assinatura	18/08/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:3142FF8F

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 109/2026

vEXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 109/2026 Pregão Eletrônico Nº. 42/2026**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	28.841.246 ELEAQUIM MESSIAS VOLLMER- CNPJ nº. 28.841.246/0001-05
Objeto	**Contratação de empresa especializada no fornecimento de produtos e prestação de serviços de borracharia, visando à manutenção preventiva e corretiva de pneus (incluindo o fornecimento de câmaras de ar, protetores, bicos, válvulas, manchões e a execução de serviços de conserto, desmontagem, montagem e rodízio de pneus), para atender à frota de veículos leves, vans, caminhonetes, caminhões, ônibus, micro-ônibus e máquinas pesadas das diversas secretarias e departamentos do Município de São Jorge D'Oeste/PR.**
Valor	R$ 226.588,35 (duzentos e vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e oito reais e trinta e cinco centavos)
Prazo de execução	12 (doze) meses, até 18/08/2027
Prazo de vigência	até 18/08/2027
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 18/08/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:C8739295

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 5017 NOMEIA EDINA DENTI DA SILVA

DECRETO Nº 5017/2026

Nomeia a Sra. Edina Denti da Silva, para o cargo temporário Monitora Escolar.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.168/2025, em face do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2025, para o provimento de cargo temporário de Monitor Escolar, promovido nos termos do Edital nº 004/2025 de 09 de abril de 2025, homologado pelo Edital nº 007/2025 em 19 de maio de 2025 publicado no A.M.P Edição 3278, de 19 de maio de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Sra. **EDINA DENTI DA SILVA,** portadora do CPF n.º 060.051.139-17, para o cargo temporário de Monitora Escolar, trinta (30) horas, a partir de 20 de agosto de 2026.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSARIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:7BB0C4F8

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 5019/2026 DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA PARA COORDENAÇÃO DA CONFÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTES

DECRETO Nº 5019/2026

Dispõe sobre a instituição da Comissão Organizadora para coordenação da Conferência Municipal de Esportes e dá outras providências.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.
DECRETA
Art. 1º - Instituir a Comissão Organizadora para coordenar a 1° Conferência Municipal de Esportes, ficando designados os seguintes servidores.
I. Adriano André Bonetti, RG. 6.794.332-5 ao qual compete a coordenação geral;
II. Mirian Heydt, RG: 8.974.068-1
III. Mauro Edson Obergem, RG: 4.344.708-4.

Art. 2º - Compete à Comissão Organizadora:
I. Planejar, coordenar e promover a 1º Conferência Municipal de Esportes;
II. Mobilizar a sociedade civil e o poder público para organizarem e participarem da conferência;
III. Elaborar a metodologia, programação e regimento interno;
IV. Realizar a sistematização das propostas da conferência municipal;
V. Elaborar o relatório final da 1º Conferência Municipal de Esportes;
VI. Avaliar a 1º Conferência Municipal de Esportes;
Parágrafo Único. A Conferência terá o tema: Construindo o Futuro do Esporte em São Jorge D'Oeste: Planejamento, Participação Social e Qualidade de Vida para os Próximos 10 Anos.

Art. 3º - A 1ª Conferência Municipal de Esportes realizar-se-á no período de 03 de setembro de 2026.
Parágrafo Único. O local para a realização da 1ª Conferência Municipal será a Secretaria Municipal de Educação, com início às 8h30min.

Art. 4º - Serão consideradas como diretrizes para o Plano Municipal de Esportes:
I – Democratização do acesso ao esporte e à atividade física, garantindo oportunidades de participação para toda a população, independentemente de idade, gênero, condição social ou nível de habilidade esportiva;
II – Promoção do esporte como instrumento de educação, cidadania, inclusão social, saúde, qualidade de vida e desenvolvimento humano;
III – Fortalecimento da iniciação e formação esportiva, promovendo programas e projetos destinados às crianças e adolescentes, incentivando a prática esportiva desde as primeiras fases da vida;
IV – Desenvolvimento e valorização do esporte de rendimento e de excelência, apoiando atletas, equipes e modalidades esportivas na participação em competições municipais, regionais, estaduais e nacionais;
V – Incentivo ao esporte para toda a vida, ampliando as oportunidades de prática esportiva, atividade física, recreação e lazer para jovens, adultos e pessoas idosas;
VI – Promoção da inclusão e da acessibilidade no esporte, assegurando a participação das pessoas com deficiência e de outros grupos que enfrentem barreiras de acesso às atividades esportivas e de lazer;
VII – Ampliação, manutenção, modernização e democratização dos espaços e equipamentos esportivos municipais, garantindo condições adequadas, seguras e acessíveis para a prática esportiva, recreativa e de lazer;
VIII – Valorização e capacitação dos profissionais envolvidos com o esporte, incentivando a formação continuada de professores, técnicos,

treinadores, árbitros, gestores, agentes esportivos e demais profissionais da área;
IX – Fortalecimento da gestão pública do esporte, promovendo planejamento, organização, transparência, acompanhamento e avaliação das políticas, programas, projetos e ações esportivas desenvolvidas pelo Município;
X – Incentivo à realização de eventos, campeonatos, jogos e atividades esportivas, valorizando as diferentes modalidades e ampliando a participação da população;
XI – Valorização do esporte escolar, fortalecendo a integração entre o Departamento Municipal de Esportes e as instituições de ensino, incentivando a participação dos estudantes em atividades esportivas;
XII – Incentivo à diversificação das modalidades esportivas, ampliando a oferta de atividades e possibilitando que a população tenha acesso a diferentes práticas esportivas e de lazer;
XIII – Busca e ampliação de recursos para o desenvolvimento esportivo municipal, por meio de programas, convênios, projetos, parcerias, emendas parlamentares e demais fontes de financiamento;
XIV – Integração do esporte com outras políticas públicas municipais, promovendo ações conjuntas com as áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, turismo e desenvolvimento comunitário;
XV – Planejamento de longo prazo para o desenvolvimento esportivo, estabelecendo metas, ações e prioridades para a consolidação de uma política municipal de esporte sustentável e contínua, especialmente por meio do Plano Decenal Municipal do Esporte.

Art. 5º - Serão consideradas como eixos temáticos para a elaboração da Conferência Municipal de Esportes:
I. Formação Esportiva;
II. Excelência Esportiva;
III. Esporte para toda vida.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:7DEF816D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA FÉRIAS 08 2026

Portaria n.º 3241/2026

Determina qual servidor estará de férias no período que especifica Adiante nominados:

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 67, da Lei Complementar.º 04/2025, de 04 de julho de 2025 e pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias aos servidores

Matricula	Nome do Servidor	Dias	Período Aquisitivo	Período Concessivo
15121	Alceu Antonio Bordignon	10	21/07/2023 a 20/07/2024	01/09/2026 a 10/09/2026
29343205	Aryadne Mendes Restelatto	10	06/07/2025 a 05/07/2026	21/09/2026 a 30/09/2026
29567222	Clair Mariano da Costa	05	07/01/2025 a 06/01/2026	17/08/2026 a 21/08/2026
14231	Jose Dell Osbell	10	29/09/2024 a 28/09/2025	08/09/2026 a 17/09/2026
29567287	Isadora Cristina Panasolo	10	13/03/2025 a 12/03/2026	14/09/2026 a 23/09/2026
29567349	Kele Regina Rodrigues Apolinario	30	04/08/2025 a 03/08/2026	10/08/2026 a 08/09/2026
29566699	Leandro Romario Barbosa Pontes	30	09/03/2025 a 08/03/2026	31/08/2026 a 29/09/2026
4471	Lucas Rodrigo Argenton	30	04/07/2025 a 03/07/2026	14/09/2026 a 13/10/2026
29566703	Marcio Cebre	30	07/03/2024 a 06/03/2025	03/08/2026 a 01/09/2026
11991	Macrit Mohr	15	08/05/2024 a 07/05/2025	17/08/2026 a 31/08/2026
5901	Maria Salete Citadella	15	07/08/2025 a 06/08/2026	08/09/2026 a 22/09/2026
15541	Orelio Leite	30	27/12/2023 a 26/12/2024	10/08/2026 a 08/09/2026
10301	Rodrigo Pablo Martins	30	09/11/2024 a 08/11/2025	02/09/2026 a 01/10/2026
10581	Roseli Chiarello	15	03/04/2024 a 02/04/2025	03/08/2026 a 17/08/2026
16571	Rozane Aparecida Marmitt	15	14/03/2024 a 13/03/2025	03/08/2026 a 17/08/2026
15252	Sandra Mara Portronieri Oppermann	30	19/04/2024 a 18/04/2025	01/09/2026 a 30/09/2026
3501	Suzana Volpato	15	18/03/2024 a 17/03/2025	17/08/2026 a 31/08/2026
10131	Tania do Carmo Oliveira Bonifacio	15	18/05/2024 a 17/05/2025	21/08/2026 a 04/09/2026
29567059	Tarciso Geraldo Vieira	30	07/03/2025 a 06/03/2026	08/09/2026 a 07/10/2026
4131	Zenilda da Silva dos Santos	10	05/10/2024 a 04/10/2025	10/08/2026 a 19/08/2026

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:52B4490A

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 140/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº. 140/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº. 1.660/2025, de 18 de dezembro de 2025 (LOA 2026), DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 8.250,00 (oito mil e duzentos e cinquenta reais), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 367 – Educação Especial
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.027 – Manutenção da Educação Especial e do Ensino Inclusivo
Fonte: 102 – Fundeb – Máximo 30%
Despesa: 335043 – Subvenções Sociais
Valor em R$: 2.250,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 245 – Serviços Socioassistenciais
Programa: 13 - Saudade do Iguaçú Com Mais Direitos
Ação: 2.041 – Proteção Social Básica e Serviços Socioassistenciais
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Equipamentos e Material Permanente
Valor em R$: 6.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 8.250,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação de receitas e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, II e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Natureza da Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01.00
Descrição: Remuneração de Depósitos Bancários - Principal
Fonte de Recurso: 101 – Fundeb - Mínimo 70%
Valor Excesso de Arrecadação R$: 2.250,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 2.250,00.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 245 – Serviços Socioassistenciais
Programa: 13 - Saudade do Iguaçú Com Mais Direitos
Ação: 2.041 – Proteção Social Básica e Serviços Socioassistenciais
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Equipamentos e Material Permanente
Valor em R$: 6.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 6.000,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:DABDD9F7

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
LEI Nº 1.703/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

LEI Nº. 1.703/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

A Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 562.000,00 (quinhentos e sessenta e dois mil reais), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito
Unidade: 02.01 – Gabinete do Prefeito
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.004 – Atividades dos Órgãos de Assessoramento
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 15.000,00

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito
Unidade: 02.01 – Gabinete do Prefeito
Função: 04 – Administração
Sub-função: 124 – Controle Interno
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.003 – Atividades do Controle Interno
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 10.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.007 – Atividades da Administração Geral
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 30.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.007 – Atividades da Administração Geral
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319013 – Contribuições Patronais
Valor em R$: 20.000,00

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.037 – Serviços do Departamento de Engenharia
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 40.000,00

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.037 – Serviços do Departamento de Engenharia
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Valor em R$: 40.000,00

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 26 – Transporte
Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 20 – Saudade do Iguaçu Com Mais Caminhos
Ação: 2.021 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) -Superávit
Despesa: 319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Valor em R$: 20.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.024 – Manutenção da Educação Infantil Creche
Fonte: 101 – Fundeb – Mínimo 70%
Despesa: 319004 – Contratação Por Tempo Determinado
Valor em R$: 50.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.024 – Manutenção da Educação Infantil Creche
Fonte: 101 – Fundeb – Mínimo 70%
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 50.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.024 – Manutenção da Educação Infantil Creche
Fonte: 101 – Fundeb – Mínimo 70%
Despesa: 319013 – Contribuições Patronais
Valor em R$: 12.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.025 – Manutenção da Educação Infantil Pre-Escola
Fonte: 104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 50.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 101 – Fundeb – Mínimo 70%
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 73.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 101 – Fundeb – Mínimo 70%
Despesa: 319013 – Contribuições Patronais
Valor em R$: 15.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.048 – Transporte Escolar Educação Infantil
Fonte: 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 70.000,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.016 – Gestão da Secretaria de Assistência Social
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 10.000,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 245 – Serviços Socioassistenciais
Programa: 13 - Saudade do Iguaçú Com Mais Direitos
Ação: 2.041 – Proteção Social Básica e Serviços Socioassistenciais
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 35.000,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 245 – Serviços Socioassistenciais
Programa: 13 - Saudade do Iguaçú Com Mais Direitos
Ação: 2.067 – Serviços de Proteção Social Especial
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 339034 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização
Valor em R$: 22.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 562.000,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025 e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, II e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Valor do Superávit Financeiro R$: 110.000,00

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 110.000,00.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 28 – Encargos Especiais
Sub-função: 846 – Outros Encargos Especiais
Programa: 00 – Operações Especiais
Ação: 0.003 – Pagamento de Precatórios e Sentenças Judiciais
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319091 – Sentenças Judiciais
Valor em R$: 25.000,00

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 26 – Transporte
Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 20 – Saudade do Iguaçu Com Mais Caminhos
Ação: 2.021 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319004 – Contratação Por Tempo Determinado
Valor em R$: 40.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.024 – Manutenção da Educação Infantil Creche
Fonte: 101 – Fundeb – Mínimo 70%
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 100.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.025 – Manutenção da Educação Infantil Pre-Escola
Fonte: 101 – Fundeb – Mínimo 70%
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 100.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.024 – Manutenção da Educação Infantil Creche
Fonte: 103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Despesa: 319004 – Contratação Por Tempo Determinado
Valor em R$: 70.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Despesa: 33933 – Passagens e Despesas com Locomoção
Valor em R$: 50.000,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.038 – Benefícios Eventuais e Sociais
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 339048 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
Valor em R$: 10.000,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 245 – Serviços Socioassistenciais
Programa: 13 - Saudade do Iguaçú Com Mais Direitos
Ação: 2.041 – Proteção Social Básica e Serviços Socioassistenciais
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319004 – Contratação Por Tempo Determinado
Valor em R$: 35.000,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.04 – Fundo Municipal dos Direitos do Idoso
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 241 – Assistência à Pessoa Idosa
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.066 – Políticas Públicas Para o Atendimento dos Direitos do Idoso
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 449051 – Obras e Instalações
Valor em R$: 22.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 452.000,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas na presente lei.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas na presente lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:9153F933

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
LEI Nº 1.704/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

LEI Nº. 1.1704/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

A Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 609.596,36 (seiscentos e nove mil, quinhentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.010 – Serviços de Média e Alta Complexidade em Saúde
Fonte: 1335 – Qualificação do Acesso e Atendimento de MAC – Resolução SESA 746/2026
Despesa: 337239 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 109.021,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.010 – Serviços de Média e Alta Complexidade em Saúde
Fonte: 992 – Atenção de MAC – Atenção a Saúde da População Procedim no MAC
Despesa: 337170 – Rateio Pela Participação em Consórcio Público
Valor em R$: 13.575,36

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 1.004 – Construções e Ampliações Para o Ensino Fundamental
Fonte: 102 – Fundeb – Máximo 30%
Despesa: 449051 – Obras e Instalações
Valor em R$: 87.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAR
Despesa: 339033 – Passagens e Despesas com Locomoção
Valor em R$: 160.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.048 – Transporte Escolar Educação Infantil
Fonte: 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAR
Despesa: 339033 – Passagens e Despesas com Locomoção
Valor em R$: 70.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 107 – Salário-Educação
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 100.000,00
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.048 – Transporte Escolar Educação Infantil
Fonte: 107 – Salário-Educação
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 25.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 107 – Salário-Educação
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 40.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.048 – Transporte Escolar Educação Infantil
Fonte: 107 – Salário-Educação
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 5.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 609.596,36.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação de receitas e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, II e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Natureza da Receita: 1.7.2.3.50.0.1.12.00
Descrição: Qualificação do Acesso e Atendimento e Média Complexidade
Fonte de Recurso: 1335 – Qualificação do Acesso e Atendimento de MAC – Resolução SESA 746/2026
Valor Excesso de Arrecadação R$: 109.021,00

Natureza da Receita: 1.7.1.3.50.2.1.00.00
Descrição: Transferências de Recursos do SUS – Atenção Especializada - Principal
Fonte de Recurso: 992 – Atenção de MAC – Atenção a Saúde da População Procedim no MAC
Valor Excesso de Arrecadação R$: 13.575,36

Natureza da Receita: 1.7.5.1.50.0.1.00.00
Descrição: Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal
Fonte de Recurso: 101 – Fundeb – Mínimo 70%
Valor Excesso de Arrecadação R$: 40.000,00

Natureza da Receita: 1.7.1.5.52.0.1.00.00
Descrição: Transferência de Recursos da Complementação da União ao FUNDEB - VAAR
Fonte de Recurso: 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAR
Valor Excesso de Arrecadação R$: 210.000,00

Natureza da Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01.00
Descrição: Remuneração de Depósitos Bancários - Geral
Fonte de Recurso: 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAR
Valor Excesso de Arrecadação R$: 20.000,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 392.596,36.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 102 – Fundeb – Máximo 30%
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
Valor em R$: 47.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 107 – Salário-Educação
Despesa: 339033 – Passagens e Despesas com Locomoção
Valor em R$: 140.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: : 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.048 – Transporte Escolar Educação Infantil
Fonte: 107 – Salário-Educação
Despesa: 339033 – Passagens e Despesas com Locomoção
Valor em R$: 30.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 217.000,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas na presente lei.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas na presente lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:9A5D4C67

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
LEI Nº 1.705/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

LEI Nº. 1.705/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

A Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 529.000,00 (quinhentos e vinte e nove mil reais), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 20.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 199.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 100.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Valor em R$: 20.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 319013 – Contribuições Patronais
Valor em R$: 117.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 305 – Vigilância Epidemiológica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.050 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 10.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 305 – Vigilância Epidemiológica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.050 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Valor em R$: 3.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 2973– Custeio dos Serviços da Atenção Primária a Saúde - Superávit
Despesa: 339034 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização
Valor em R$: 60.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 529.000,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025, do excesso de arrecadação de receitas, e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, I, II e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 973 – Custeio dos Serviços da Atenção Primária a Saúde
Valor do Superávit Financeiro R$: 60.000,00

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 60.000,00.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Natureza da Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01.00
Descrição: Remuneração de Depósitos Bancários - Geral
Fonte de Recurso: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Valor Excesso de Arrecadação R$: 50.000,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 50.000,00.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 319004 – Contratação Por Tempo Determinado
Valor em R$: 20.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319004 – Contratação Por Tempo Determinado
Valor em R$: 49.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.010 – Serviços de Média e Alta Complexidade em Saúde

Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 337170 – Rateio Pela Participação em Consórcio Público
Valor em R$: 100.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.010 – Serviços de Média e Alta Complexidade em Saúde
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 337170 – Rateio Pela Participação em Consórcio Público
Valor em R$: 100.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 319004 – Contratação Por Tempo Determinado
Valor em R$: 150.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 419.000,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas na presente lei.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas na presente lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:98B0A50B

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
LEI Nº 1.706/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

LEI Nº. 1.706/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

A Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 789.500,00 (setecentos e oitenta e nove mil e quinhentos reais), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Função: 20 – Agricultura
Sub-função: 608 – Promoção da Produção Agropecuária
Programa: 15 – Saudade do Iguaçu Com Mais Agricultura
Ação: 2.014 – Apoio a Produção Agropecuária
Fonte: 1334 - Emenda Individua 202637020007 – Máquinas e Equipam Agrícolas
Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente
Valor em R$: 497.500,00

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 15 – Urbanismo
Sub-função: 452 – Serviços Urbanos
Programa: 22 – Saudade do Iguaçu Com Mais Qualidade de Vida
Ação: 2.062 – Manutenção da Iluminação Pública
Fonte: 2507 – COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF - Superávit
Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente
Valor em R$: 292.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 789.500,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025 e do excesso de arrecadação de receitas, conforme definido no art. 43, § 1º, I e II, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 2507 – COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF - Superávit
Valor do Superávit Financeiro R$: 292.000,00

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 292.000,00.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Natureza da Receita: 2.4.1.9.51.0.1.00.00
Descrição: Transferência Especial da União - Principal
Fonte de Recurso: 1334 - Emenda Individua 202637020007 – Máquinas e Equipam Agrícolas
Valor Excesso de Arrecadação R$: 497.500,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 497.500,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas na presente lei.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas na presente lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:C805185E

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 210 2026

PORTARIA Nº 210/2026, de 18 de agosto de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO as solicitações constantes no memorando nº 410/26 e Protocolos nº 981/26 e 1.025/26, tramitados no sistema de protocolo digital,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER férias aos servidores abaixo relacionados:

NOME DO SERVIDOR	*DIAS*	*PERÍODO AQUISITIVO*	*PERÍODO CONCESSIVO*
Edimar Verona	05	17/05/2024 a 16/05/2025	31/08/2026 a 04/09/2026
Jacir Miguel Demarchi	30	03/09/2024 a 02/09/2025	24/08/2026 a 22/09/2026
Larissa da Silva	30	02/07/2025 a 01/07/2026	12/08/2026 a 10/09/2026
Sidnei Luiz Derlan	20	01/08/2024 a 31/07/2025	24/08/2026 a 12/09/2026

Art. 2°- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos legais e financeiros a partir de 12 de agosto de 2026.
Art. 3°- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, 18 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:D8B74D7C

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
4º TORNEIO DE PESCA ESPORTIVA À TILÁPIA RENDALLI – DAIZI TRENTO REGULAMENTO

4º TORNEIO DE PESCA ESPORTIVA À TILÁPIA RENDALLI – DAIZI TRENTO
REGULAMENTO
A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**, em parceria com a **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE**, promove, organiza e subsidia o 4º Torneio de Pesca Esportiva à Tilápia Rendalli – Daizi Trento, no Lago de Salto Santiago, no ano de 2026.
ART. 1º - DO OBJETIVO DO CAMPEONATO
I - O 4º Torneio de Pesca Esportiva à Tilápia Rendalli – Daizi Trento é um campeonato voltado aos munícipes, tendo como objetivos principais:
I.I - Difundir a modalidade de pesca esportiva com iscas artificiais;
I.II - Divulgar o potencial turístico de pesca esportiva da região;
I.III - Proporcionar o lazer e a confraternização entre os amantes da pesca esportiva;
I.IV - Preservar e valorizar o meio ambiente, incentivando a soltura dos peixes capturados e promovendo a recuperação ecológica através do plantio obrigatório de árvores nativas;
I.V - Preservar o meio ambiente, incentivando a soltura dos peixes capturados;
I.VI - Incentivar a população do município quanto à importância do peixe vivo para o desenvolvimento turístico e preservação do rio.
ART. 2º - DA DATA, HORÁRIO E LOCAL DA LARGADA E FINAL DA COMPETIÇÃO
A competição acontecerá no dia **21/11/2026**, com largada por sinal sonoro às 06h00, e término às 14h00, também com sinal sonoro.
O local oficial do evento será a **Rampa Municipal de Saudade do Iguaçu, junto ao Lago de Salto Santiago**, onde ocorrerão a concentração, a largada, a chegada, a devolução das réguas, a entrega dos troféus e o sorteio.
§ 1º - A data e os horários de largada e chegada poderão sofrer alterações se a Comissão Organizadora entender que haverá problemas na execução da prova devido a intempéries naturais ou outras situações que julgar conveniente, não cabendo qualquer tipo de reclamação por parte dos participantes.
§ 2º - A largada acontecerá às 06h00, dada por sinal sonoro (foguete/rojão). O término da competição será às 14h00, no mesmo local da largada, sendo este o prazo final para a devolução da régua, não sendo aceitos atrasos. O horário poderá ser alterado dependendo das condições do lago. Às 15h30 será realizada a entrega dos troféus e o sorteio no mesmo local.
§ 3º - Os barcos com motorização maior que 100 HP devem se posicionar à frente para evitar acidentes, devendo os competidores evitar disputas de velocidade nas largadas.
§ 4º - As réguas serão entregues no dia da etapa no local do evento juntamente com a pulseira para a gravação dos vídeos, devendo as réguas ser devolvidas ao final da etapa.
§ 6º - Estão sujeitas ao regulamento todas as equipes inscritas e aquelas que tenham a intenção de se inscrever.
§ 7º - A equipe que desrespeitar o fechamento das raias na sexta-feira poderá pescar no sábado e participar do sorteio de brindes, porém seus peixes não serão computados, resultando em sua desclassificação automática da disputa pelos troféus.
ART. 3º - DA COTA E MEDIÇÃO
I - DA COTA: O limite será de 05 (cinco) peixes Tilápia Rendalli (tilápia preta) por equipe, valendo-se exclusivamente de vídeo da medição e soltura dos peixes capturados.
§ 1º - Poderá haver fiscal designado na etapa para vistoriar os barcos antes do início e antes da entrega das pulseiras, com autonomia para desclassificar a equipe que descumprir as normas.
§ 2º - Todos os vídeos serão avaliados pela diretoria definida pela comissão organizadora, que terá total autonomia para validar ou rejeitar as imagens que não atendam ao regulamento.
II - DA MEDIÇÃO: A medição será realizada pelos pescadores através de um **vídeo sem cortes** e nítido sobre a medida e a soltura (o peixe não pode desaparecer da filmagem). O peixe deve estar com a boca fechada e encostada no marco zero da régua, sem o uso de boga (alicate) ou qualquer outro petrecho.
Nota: Em caso de peixe com a boca aberta, será descontado 1 cm. É estritamente proibido o uso de alicate para a medição. A régua oficial será fornecida pela organização.
§ 3º - Serão aceitos apenas 05 (cinco) vídeos, sem opção de troca por erro de gravação. Devem ser entregues pelo Capitão à Comissão após a devolução da régua. A ordem de devolução das réguas definirá a ordem de avaliação dos vídeos. Os peixes devem estar em boas condições, sem marcas de redes ou necroses, sob pena de invalidação do peixe.
ART. 4º - DAS CONDIÇÕES DA COMPETIÇÃO
§ 1º - A competição ocorrerá no Lago de Salto Santiago. Somente poderão participar quem comprovar residência no município de Saudade do Iguaçu. São aceitos: fatura de água, luz ou internet; contrato de compra/venda ou locação com firma reconhecida antes de com no mínimo 12 meses que antecedo o evento, também será aceito como comprovante título de eleitor com domicilio eleitoral no município com no mínimo 12 meses.
§ 2º - As equipes devem respeitar uma distância mínima de 100 mt entre as embarcações. A velocidade máxima permitida ao se aproximar de onde outra equipe já pesque é de 2 milhas náuticas. É proibido atravessar o pesqueiro alheio, sob pena de desclassificação mediante provas (fotos/vídeos).
§ 3º - É proibido desembarcar para refeições em casas, chalés, bares ou similares durante a prova. O desembarque é permitido apenas em barrancos desabitados, sendo proibida a aglomeração de mais de uma equipe no mesmo local.
§ 4º - Não será permitida a realização de confraternizações (churrascos) entre os competidores durante o horário da prova.
ART. 5º - DAS DENÚNCIAS E DA COMISSÃO ORGANIZADORA
§ 1º - Qualquer pessoa poderá efetuar denúncias à Comissão de forma sigilosa por meio físico (papel) ou digital (WhatsApp), direcionada exclusivamente a um dos membros em ambiente particular. Sempre que possível, devem ser anexadas fotos ou vídeos como prova.
I - O sigilo da identidade do denunciante será mantido integralmente pela organização.
II - Todas as denúncias serão devidamente apuradas.
§ 2º - O denunciante será informado sobre o andamento e resultado da investigação de forma privada.
§ 3º - É proibido realizar postagens indevidas em redes sociais ou grupos que denigram ou levantem dúvidas sobre o campeonato, diretoria ou competidores. O autor será intimado a apresentar provas, sob pena de exclusão individual ou de toda a sua equipe.
I - Em caso de exclusão, os envolvidos perdem o direito aos sorteios e ficam impedidos de se inscrever em futuros campeonatos municipais.

§ 4º - A Comissão Organizadora é soberana e possui plenos poderes para garantir a ordem e o cumprimento deste regulamento.
a) A equipe denunciada que colaborar ativamente com a apuração poderá receber uma atenuação da sanção.
b) Ao se inscrever, o competidor declara aceitar os poderes conferidos à Comissão e a aplicação de medidas coercitivas se necessário.
c) O competidor renuncia ao direito de discutir insatisfações em outras vias públicas, devendo formalizar qualquer manifestação apenas diretamente à Comissão.
§ 5º - As penalidades aplicadas pela Comissão de forma proporcional serão:
a) Advertência;
b) Invalidação dos pontos da equipe na etapa;
c) Desclassificação da equipe ou do competidor;
d) Exclusão do Torneio.
§ 6º - As penalidades poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa.

ART. 6º - DO DIREITO DE IMAGEM

§ 1º - Ao se inscreverem como competidores no **4º Torneio de Pesca Esportiva à Tilápia Rendalli – Daizi Trento**, os participantes autorizam gratuitamente o uso de seu nome, imagem e som de voz em qualquer publicação institucional ou promocional da Prefeitura Municipal por tempo indeterminado.

ART. 7º - DA RESPONSABILIDADE DOS COMPETIDORES

§ 1º - É obrigatório que os competidores possuam noções básicas de manuseio de equipamentos de pesca e embarcações. A Prefeitura Municipal não se responsabiliza por acidentes ou danos gerados por imperícia, recaindo a responsabilidade sobre o causador do ato.
§ 2º - Os participantes devem agir com lealdade, honestidade e boa-fé antes, durante e após a competição.
§ 3º - É obrigação da equipe utilizar os itens de segurança exigidos pela Marinha do Brasil, sendo obrigatório que pelo menos um integrante possua habilitação de **Arrais Amador**.
§ 4º - É **OBRIGATÓRIO** o uso do colete salva-vidas no momento da largada. No decorrer da prova, mantendo-se a responsabilidade exclusiva dos competidores.
§ 5º - A equipe será representada perante a organização exclusivamente pelo seu Capitão.
§ 6º - A Prefeitura não responde por infrações às leis de pesca vigentes. Os competidores devem cumprir as regras sobre navegação e proibição de consumo de álcool/entorpecentes na condução de barcos conforme determina a LEI.

ART. 8º - DA INSCRIÇÃO, PRAZOS E VALORES

§ 1º - As inscrições para o torneio estarão abertas do dia **20 de agosto de 2026** ao dia **20 de setembro de 2026**, totalizando o período de **30 dias corridos, podendo ser alterado se a comissão julgar necessário**.
§ 2º - O valor da inscrição será de **R$ 70,00 (setenta reais) por equipe**. O pagamento deverá ser efetuado obrigatoriamente através de transferência ou depósito **via PIX**, **destinado direto à conta bancária aberta pelo município exclusiva para o campeonato**. Os recursos provenientes de patrocínio também serão geridos obrigatoriamente nesta mesma conta exclusiva.
§ 3º - A inscrição implica na aceitação integral deste regulamento. O comprovante da operação do PIX deve ser entregue junto à Ficha de Inscrição antes do encerramento oficial do período de inscrições.
§ 4º - A equipe deve adotar um nome fantasia que a representará por todo o campeonato, não sendo permitidas alterações, salvo por extrema necessidade validada pela coordenação.
§ 5º - A equipe será composta por até 02 (dois) integrantes:
a) 1º Pescador (Capitão): Representante oficial da equipe.
b) 2º Pescador: Substituto legal do Capitão em suas ausências.
c) Reserva: A equipe poderá utilizar um competidor reserva caso um dos titulares não possa comparecer.
d) Para concorrer aos prêmios, a equipe deve estar representada por pelo menos um dos componentes no momento do sorteio.
§ 6º - É obrigatório o preenchimento completo da ficha de inscrição disponível no grupo oficial de WhatsApp. No ato da inscrição, **os participantes que tiverem interesse na camiseta do evento deverão, obrigatoriamente, informar o respectivo número ou tamanho correspondente.**
§ 7º - A inscrição será efetivada mediante comprovação de vínculo com o município através de:
I - Domicílio eleitoral (Título de Eleitor) em Saudade do Iguaçu com no mínimo 12 meses anterior a data do evento.
II - Domicílio pessoal (comprovante de residência ou contrato de aluguel) fixado até a data do evento (para menores, aceita-se em nome dos pais).
III – declaração do(a) agente de saúde.

ART. 9º - DA PREMIAÇÃO

A premiação ocorrerá por meio de sorteio (bingo, números ou sorteador eletrônico), a critério da comissão organizadora.
Prêmios Principais:
A premiação total será de **R$ 10.000,00 (dez mil reais)**, distribuída na seguinte ordem:
1º lugar: R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
2º lugar: R$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais)
3º lugar: R$ 1.000,00 (Mil reais)
4º lugar: R$ 800,00 (Oitocentos reais)
5º lugar: R$ 600,00 (Seiscentos reais)
6º lugar: R$ 500,00 (Quinhentos reais)
7º lugar: R$ 400,00 (Quatrocentos reais)
8º lugar: R$ 300,00 (Trezentos reais)
9º ao 12º lugar: R$ 200,00 (Duzentos reais) cada
13º ao 26º lugar: R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais) cada
Prêmios Extras: Brindes de apoiadores locais e regionais.
§ 1º - Para receber o prêmio, pelo menos 1 (um) integrante deve estar presente. A equipe será chamada 03 vezes com intervalo de 1 minuto. Caso não apareça, o prêmio será sorteado novamente.

ART. 10º - DA CLASSIFICAÇÃO

§ 1º - A classificação será definida pela soma linear (em centímetros e milímetros) dos 05 peixes apresentados no vídeo.
§ 2º - Em caso de empate, os critérios de desempate serão:
1º) Maior peixe; 2º) Segundo maior peixe; 3º) Terceiro maior peixe; 4º) Quarto maior peixe; 5º) Quinto maior peixe.
I - Persistindo o empate, as equipes dividirão a colocação e a pontuação. Caso fiquem entre as 5 primeiras, ambas receberão troféus (confeccionados e entregues posteriormente, se necessário).

ART. 11º - DOS TROFÉUS

§ 1º - Serão premiadas com troféus as 05 (cinco) equipes mais bem classificadas.
§ 2º - Receberá troféu o competidor que capturar a maior Tilápia Rendalli (tilápia preta).
§ 3º - Receberá troféu o competidor que capturar a maior Tilápia Nilótica (tilápia branca), **não contabilizando pontos** para a classificação geral.
§ 4º - Receberá troféu o competidor que capturar a maior Joana, **não contabilizando pontos** para a classificação geral.

ART. 12º - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

§ 1º - As secretarias municipais organizadoras não se responsabilizam por perdas, furtos, roubos ou danos materiais, morais ou pessoais ocorridos antes, durante ou após o evento.
§ 2º - Todas as embarcações e equipamentos estarão sujeitos a revistas pela Comissão Organizadora para garantir a transparência do torneio.
§ 3º - É **estritamente proibido** transportar, acondicionar ou levar peixes capturados na etapa ao final da prova. O descumprimento gera desclassificação imediata. As embarcações sob suspeita serão submetidas a revista no local determinado para o encerramento da prova.
§ 4º - Ao se inscrever no campeonato, o competidor confere "Poder de Polícia" à Comissão Organizadora para investigar e aplicar sanções que garantam a lisura do evento.
§ 5º - Questionamentos devem ser feitos diretamente aos organizadores, em ambiente **particular** e privado.
§ 6º - Imagens, marcas e vídeos de divulgação são de propriedade da administração municipal. O uso não autorizado pela equipe gerará punições.
§ 7º - Este é um evento amador. O regulamento poderá ser ajustado ou aprimorado conforme a necessidade da organização.

ART. 13º - DA OBRIGATORIEDADE AMBIENTAL (PLANTIO DE MUDAS)

§ 1º - Como ação de preservação ambiental e requisito obrigatório de validação, cada equipe inscrita deverá realizar o plantio de **04 (quatro) mudas de árvores nativas durante a prova que serão distribuídas minutos antes da largada**.

§ 2º - O ato do plantio deverá ser integralmente comprovado por meio de **vídeo nítido**, enviado à Comissão Organizadora dentro do prazo estabelecido pela organização para a validação da equipe.
§ 3º - A não apresentação do vídeo comprobatório resultará na **desclassificação imediata** da equipe do torneio.
§ 4º - Equipes desclassificadas pelo descumprimento deste artigo perderão o direito à homologação de pontos, não receberão troféus de colocação e **não concorrerão a nenhuma das premiações ou brindes sorteados**.
§ 5º - Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação digital.

Saudade do Iguaçu, 18 de agosto de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:2577C813

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO
DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO
SAUDADE DO IGUAÇU – PARANÁ
2026–2030

1. APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Comunicação da Política de Alfabetização de Saudade do Iguaçu constitui instrumento de planejamento e organização das ações de comunicação relacionadas à alfabetização na Rede Municipal de Ensino.

Tem como finalidade divulgar as ações, orientações, projetos, avaliações e resultados da política de alfabetização, fortalecendo a participação dos profissionais da educação, das famílias e da comunidade de Saudade do Iguaçu.

2. JUSTIFICATIVA

A alfabetização é um direito de todas as crianças e depende da atuação conjunta da escola, da família e da comunidade. Nesse sentido, a comunicação constitui importante instrumento para informar, orientar e mobilizar os diferentes públicos, garantindo o acesso às informações e fortalecendo o compromisso coletivo com a aprendizagem.

No âmbito da Rede Municipal de Ensino de Saudade do Iguaçu, o Plano busca organizar e fortalecer os processos de comunicação relacionados às ações de alfabetização, assegurando que informações relevantes cheguem de forma clara, acessível, responsável e tempestiva às unidades escolares, aos profissionais da educação, às famílias e à comunidade.

3. OBJETIVO GERAL

Organizar as ações de comunicação da Política Municipal de Alfabetização de Saudade do Iguaçu, garantindo a divulgação clara, acessível, responsável e institucional das ações, orientações e resultados da Rede Municipal de Ensino.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Divulgar as ações, diretrizes e objetivos da Política Municipal de Alfabetização;
Orientar as famílias sobre o acompanhamento da aprendizagem das crianças;
Divulgar projetos, formações, reuniões e ações pedagógicas desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino;
Incentivar a participação das famílias no processo de alfabetização;
Valorizar os profissionais da educação e as boas práticas desenvolvidas nas unidades escolares;
Divulgar resultados, avanços e ações de melhoria da Rede Municipal de Ensino;
Garantir a circulação de informações oficiais, claras, confiáveis e verificáveis;
Fortalecer a articulação entre Secretaria Municipal de Educação, unidades escolares, profissionais, famílias e comunidade.

5. PRINCÍPIOS

As ações de comunicação observarão os seguintes princípios:
transparência;
linguagem clara, objetiva e acessível;
participação das famílias e da comunidade;
valorização dos profissionais da educação;
equidade e inclusão;
respeito à diversidade;
proteção da imagem e dos dados pessoais dos estudantes;
divulgação de informações oficiais e verificáveis;

6. PÚBLICOS

O Plano destina-se aos seguintes públicos:
gestore e equipe da Secretaria Municipal de Educação;
diretores e equipes pedagógicas das unidades escolares;
professores e demais profissionais da educação;
estudantes da Rede Municipal de Ensino;
pais e responsáveis;
comunidade em geral.

7. CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Serão utilizados, de acordo com a finalidade e o público, os canais institucionais disponíveis no Município de Saudade do Iguaçu, especialmente:
grupos institucionais de WhatsApp das turmas e/ou unidades escolares: para comunicados, orientações, reuniões, atividades, eventos e informações da rotina escolar;
site e canais oficiais do Município: para divulgação de ações, programas, projetos, resultados e comunicados oficiais;
murais das unidades escolares: para avisos, calendários, campanhas e informações de interesse da comunidade escolar;
redes sociais e demais meios oficiais de comunicação do Município e da Secretaria Municipal de Educação, quando utilizados para divulgação institucional;
outros meios institucionais que venham a ser adotados conforme a necessidade da Rede Municipal de Ensino.

Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos sobre informações escolares, os pais ou responsáveis deverão procurar diretamente a unidade escolar. Os grupos de comunicação destinados às famílias terão caráter prioritariamente informativo, observadas as orientações institucionais de cada unidade.

8. AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

As ações de comunicação serão desenvolvidas de acordo com o calendário escolar, o planejamento da Secretaria Municipal de Educação e as necessidades da Rede Municipal de Ensino, contemplando:
divulgação das ações da Política Municipal de Alfabetização;
orientações às famílias sobre leitura, escrita, frequência e acompanhamento da aprendizagem;
divulgação de formações continuadas, reuniões e encontros pedagógicos;
divulgação de projetos, experiências exitosas e boas práticas das unidades escolares;
campanhas de incentivo à leitura e à aprendizagem;
comunicação sobre avaliações e processos de acompanhamento da aprendizagem;
divulgação de resultados gerais da Rede Municipal de Ensino, respeitando a proteção dos dados individuais dos estudantes;
valorização e divulgação das conquistas dos estudantes e do trabalho desenvolvido pelos profissionais da educação;
mobilização da comunidade escolar para ações relacionadas à alfabetização.

9. RESPONSABILIDADES

Secretaria Municipal de Educação: coordenar e acompanhar a execução do Plano, organizar e validar as informações oficiais, orientar as unidades escolares e promover a articulação das ações de comunicação relacionadas à alfabetização.

Unidades escolares: divulgar as informações às famílias e à comunidade escolar, promover a participação, manter os canais institucionais atualizados e registrar as ações realizadas.

Famílias e comunidade: acompanhar as informações divulgadas, participar das ações propostas e, sempre que houver dúvidas ou necessidade de esclarecimentos, procurar diretamente a unidade escolar ou a Secretaria Municipal de Educação, conforme a natureza da demanda.

10. REGISTRO E COMPROVAÇÃO

As ações realizadas poderão ser comprovadas por meio de:
publicações nos canais oficiais do Município e da Secretaria Municipal de Educação;
registros dos murais escolares;
comunicados e materiais informativos;

registros fotográficos, observadas as normas de proteção de imagem;
atas e listas de presença;
materiais digitais;
relatórios das ações desenvolvidas.

11. MONITORAMENTO

O Plano será acompanhado pela Secretaria Municipal de Educação, considerando as ações realizadas, os canais utilizados, o alcance das comunicações, a participação das famílias e os resultados alcançados.
Ao final de cada ano, poderão ser sistematizadas as ações realizadas, os registros de execução, as dificuldades identificadas e as necessidades de aperfeiçoamento, subsidiando eventuais atualizações do Plano.

12. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se, com a implementação do Plano:
fortalecer a comunicação entre escola, família e comunidade;
ampliar a participação das famílias no processo de alfabetização;
dar maior visibilidade às ações de alfabetização desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino;
garantir transparência e confiabilidade na divulgação das ações e resultados;
valorizar os profissionais da educação e os estudantes;
fortalecer o compromisso da comunidade com a alfabetização;
promover maior integração entre a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares.

13. VIGÊNCIA

O presente Plano terá vigência de 2026 a 2030, podendo ser atualizado ou revisado conforme as necessidades da Rede Municipal de Ensino de Saudade do Iguaçu, os resultados do monitoramento e as orientações das políticas educacionais vigentes.

TIAGO DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação
Saudade do Iguaçu – Paraná, 2026.

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:21FCBF83

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA 211/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA 211/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a instituição do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Saudade do Iguaçu – Paraná.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas e nos termos do art. 205 da Constituição Federal de 1988; do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Ministério da Educação; e do
Decreto Municipal nº 139/2026, de 17 de agosto de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Saudade do Iguaçu,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o **Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Saudade do Iguaçu – Paraná**, responsável pelo planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações relacionadas à implementação da Política Municipal de Alfabetização, em consonância com o Decreto Municipal que a institui, com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e com as diretrizes da Política Estadual de Alfabetização.
Art. 2º O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será composto pelos seguintes membros:
I – Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Tiago de Souza
II – Coordenadora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada:
Daniela Helena Confortin Gnoatto
III – Representante dos Diretores Escolares:
Karin Lucia Cambruzzi de Souza
IV – Representante dos Coordenadores Pedagógicos:
Karina Pirola Vaz Fuchs
V – Representante do Conselho Municipal de Educação:
Denise Flores Ferreira
VI – Representante dos Professores dos Anos Iniciais:
Luciana Trento Pasquali
VII – Representante da Educação Infantil:
Marcieli Rissardi Lazzari
VIII – Representante da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação:
Leticia Zanella
Art. 3º Compete ao Comitê:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – apoiar a execução das ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
III – monitorar os indicadores de alfabetização e aprendizagem da Rede Municipal de Ensino;
IV – propor ações para melhoria dos resultados educacionais;
V – contribuir para a elaboração e acompanhamento do Plano de Ação da Política Municipal de Alfabetização;
VI – promover a articulação entre as instituições de ensino, a Secretaria Municipal de Educação e os demais órgãos envolvidos;
VII – acompanhar as formações continuadas destinadas aos profissionais da educação;
VIII – elaborar relatórios e registros das ações desenvolvidas;
IX – acompanhar a execução das metas, estratégias e ações previstas no **Decreto Municipal nº 139/2026, de 17 de agosto de 2026**, que institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Saudade do Iguaçu.
Art. 4º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, promover a publicidade, a transparência e o controle social das ações desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização, disponibilizando, em espaço específico da Política Municipal de Alfabetização no Portal da Transparência e/ou no sítio eletrônico oficial do Município, os seguintes documentos:
I – a Política Municipal de Alfabetização;
II – o Plano de Ação da Política Municipal de Alfabetização;
III – os relatórios de monitoramento e acompanhamento das ações, dos resultados e dos indicadores de alfabetização;
IV – documentos orientadores, normativos e demais instrumentos relacionados à implementação da Política Municipal de Alfabetização.
Parágrafo único. A divulgação dos documentos observará os princípios da publicidade, transparência, participação social e acesso à informação, resguardadas as hipóteses legais de sigilo e proteção de dados pessoais.
Art. 5º A participação dos membros será considerada serviço público relevante, não remunerado.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIAGO DE SOUZA
Secretário de Educação

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:EBC802B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ
RESOLUÇÃO Nº 01/2026

RESOLUÇÃO Nº 01/2026

SÚMULA: APROVA A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2027.

RODRIGO PAIVA REZENDE, Presidente da Câmara Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Abatiá aprovou e eu, Presidente da Câmara, PROMULGO a seguinte Resolução:
Art. 1º A proposta orçamentária do Legislativo Municipal de Abatiá, para o exercício de 2027, conterá as seguintes dotações orçamentárias:

Dotação	Descrição	Valor
01	Legislativo Municipal	
001	Legislativo Municipal	
01.031.0101.2001	Manutenção do Legislativo Municipal	
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$ 1.230.317,25
3.1.90.13.00.00	Obrigações Patronais	R$ 265.000,00
3.3.90.14.00.00	Diárias – Pessoal Civil	R$ 20.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	R$ 30.000,00
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$ 10.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 40.000,00
3.3.90.40.00.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ	R$ 85.000,00
3.3.90.46.00.00	Auxílio-Alimentação	R$ 53.000,00
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	R$ 40.000,00
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 50.000,00
	TOTAL	**R$ 1.823.317,25**

Art. 2º Os recursos orçamentários da presente Resolução originam-se das transferências constitucionais e legais relativas à quota do Poder Legislativo.
Art. 3º O Poder Executivo fará incluir no orçamento geral do Município de Abatiá os valores constantes da presente Resolução, conforme as dotações que especifica.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

RODRIGO PAIVA REZENDE
Presidente da Câmara Municipal de Abatiá

Publicado por:
Wagner Batista Castilho
Código Identificador:5A99ACDF

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AUDIÊNCIA PUBLICA

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeita Municipal de Abatiá, no uso de suas atribuições legais, convida os membros dos conselhos municipais de representação da sociedade, dos sindicatos, dos partidos políticos, das associações e das instituições de ensino público instalados no Município, e a população Abatiaense em geral para **REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DEBATE DA PROPOSTA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) para o Exercício 2027.**

Data: 27/08/2026.
Local: Câmara Municipal de Abatiá
Horário: 15h00min.

Abatiá-PR, 17 de agosto de 2026.

SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adriano Duarte Pereira
Código Identificador:A1D04DA6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026

O MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL, torna público que às **09:00 horas** do dia **03 de setembro do ano de 2026**, na plataforma **BLL COMPRAS**, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para:

Objeto	Quantidade	Valor Total	Prazo
Fornecimento e instalação de luminárias de LED	496 unidades	R$ 470.290,52	180 dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Agudos do Sul e na plataforma BLL Compras. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.

Agudos do Sul, 18 de agosto de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Pires Pereira Nascimento
Código Identificador:91D188F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 31/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 31/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, n. 180, em Altamira do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **ELZA APARECIDA DA SILVA**.

CONTRATADA: CENTRAL HOLDING LOGÍSTICA LTDA, estabelecida na Rua Lupércio Pozatto, nº 1063, sala 01, no Parque Industrial José Belinati, CEP 86084-450, Londrina-PR, inscrita no CNPJ sob o n. **10.735.873/0001-04.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares e materiais de apoio à mobilidade destinados ao Hospital Municipal e à Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Altamira do Paraná/PR, visando proporcionar melhores condições de atendimento, segurança, Conforto, acessibilidade e suporte aos profissionais da saúde no desempenho das atividades assistenciais

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato tem fundamento na Lei
Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, decorrente do Processo de Dispensa Eletrônica n°
31/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A CONTRATADA compromete-se a fornecer e entregar o objeto conforme as especificações estabelecidas no contrato e no Termo de Referência, responsabilizando-se pela qualidade do equipamento, pelo transporte até o local indicado e pela comunicação prévia à CONTRATANTE de qualquer fato que possa impedir ou atrasar a entrega do objeto.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR TOTAL: R$ 4.400,00 **(Quatro mil e quatrocentos reais)**.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (Doze) meses, contados da assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, observada a disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
07.002.10.301.0021.1060 - AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS NAS UNIDADES DE SAÚDE
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
07.001.10.302.0019.2057 - ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL.
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

Altamira do Paraná/PR, 18 de agosto de 2026

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:F92D5520

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 31/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 31/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, n. 180, em Altamira do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **ELZA APARECIDA DA SILVA**.

CONTRATADA: MEDMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, estabelecida na Rua 456, nº 365, Jardim Praiamar, Itapema/SC, CEP 88220- 000, inscrita no CNPJ sob o n. **34.064.557/0001-08**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares e materiais de apoio à mobilidade destinados ao Hospital Municipal e à Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Altamira do Paraná/PR, visando proporcionar melhores condições de atendimento, segurança, Conforto, acessibilidade e suporte aos profissionais da saúde no desempenho das atividades assistenciais

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato tem fundamento na Lei
Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, decorrente do Processo de Dispensa Eletrônica n°
31/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A CONTRATADA compromete-se a fornecer e entregar o objeto conforme as especificações estabelecidas no contrato e no Termo de Referência, responsabilizando-se pela qualidade do equipamento, pelo transporte até o local indicado e pela comunicação prévia à CONTRATANTE de qualquer fato que possa impedir ou atrasar a entrega do objeto.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR TOTAL: R$ 980,00 **(Novecentos e oitenta reais)**.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (Doze) meses, contados da assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, observada a disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
07.002.10.301.0021.1060 - AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS NAS UNIDADES DE SAÚDE
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
07.001.10.302.0019.2057 - ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL.
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

Altamira do Paraná/PR, 18 de agosto de 2026

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:3B7B655E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 132/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 31/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 132/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 31/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, n. 180, em Altamira do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **ELZA APARECIDA DA SILVA**.

CONTRATADA: MEDEIROS COSTA LTDA, estabelecida na Rua Geraldo Rebelo, Bairro XV de Novembro, CEP: 88201570, na cidade de TIJUCAS-SC, inscrita no CNPJ sob o n **52.112.686/0001-06**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares e materiais de apoio à mobilidade destinados ao Hospital Municipal e à Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Altamira do Paraná/PR, visando proporcionar melhores condições de atendimento, segurança, Conforto, acessibilidade e suporte aos profissionais da saúde no desempenho das atividades assistenciais

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato tem fundamento na Lei
Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, decorrente do Processo de Dispensa Eletrônica n°
31/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A CONTRATADA compromete-se a fornecer e entregar o objeto conforme as especificações estabelecidas no contrato e no Termo de Referência, responsabilizando-se pela qualidade do equipamento, pelo transporte até o local indicado e pela comunicação prévia à CONTRATANTE de qualquer fato que possa impedir ou atrasar a entrega do objeto.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR TOTAL: R$ 5.207,90 **(Cinco mil, duzentos e sete reais e noventa centavos)**.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (Doze) meses, contados da assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, observada a disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
07.002.10.301.0021.1060 - AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS NAS UNIDADES DE SAÚDE

4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
07.001.10.302.0019.2057 - ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL.

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

Altamira do Paraná/PR, 18 de agosto de 2026

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:FF496EF7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 133/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 31/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 133/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 31/2026
CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, n. 180, em Altamira do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **ELZA APARECIDA DA SILVA**.

CONTRATADA: MEGMED LTDA, estabelecida na Rua Dr. Pedro Zimmermann, 2788, sala 03, anexo 01, Itoupavazinha, Blumenau, SC, CEP 89066-002, inscrita no CNPJ sob o nº **16.946.372/0001-45.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares e materiais de apoio à mobilidade destinados ao Hospital Municipal e à Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Altamira do Paraná/PR, visando proporcionar melhores condições de atendimento, segurança, Conforto, acessibilidade e suporte aos profissionais da saúde no desempenho das atividades assistenciais

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato tem fundamento na Lei
Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, decorrente do Processo de Dispensa Eletrônica n°
31/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A CONTRATADA compromete-se a fornecer e entregar o objeto conforme as especificações estabelecidas no contrato e no Termo de Referência, responsabilizando-se pela qualidade do equipamento, pelo transporte até o local indicado e pela comunicação prévia à CONTRATANTE de qualquer fato que possa impedir ou atrasar a entrega do objeto.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR TOTAL: R$ 15.541,84 **(Quinze mil, quinhentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos)**.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (Doze) meses, contados da assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, observada a disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
07.002.10.301.0021.1060 - AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS NAS UNIDADES DE SAÚDE
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
07.001.10.302.0019.2057 - ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL.
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

Altamira do Paraná/PR, 18 de agosto de 2026

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:20322581

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 31/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 31/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, n. 180, em Altamira do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **ELZA APARECIDA DA SILVA**.

CONTRATADA: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, estabelecida na sociedade terá sua sede no seguinte endereço: RUA Saíra Ouro, nº 210, Jardim Universidade, Arapongas - PR, CEP: 86702820, inscrita no CNPJ sob o n **51.740.794/0001-60.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares e materiais de apoio à mobilidade destinados ao Hospital Municipal e à Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Altamira do Paraná/PR, visando proporcionar melhores condições de atendimento, segurança, Conforto, acessibilidade e suporte aos profissionais da saúde no desempenho das atividades assistenciais

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato tem fundamento na Lei
Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, decorrente do Processo de Dispensa Eletrônica n°
31/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A CONTRATADA compromete-se a fornecer e entregar o objeto conforme as especificações estabelecidas no contrato e no Termo de Referência, responsabilizando-se pela qualidade do equipamento, pelo transporte até o local indicado e pela comunicação prévia à CONTRATANTE de qualquer fato que possa impedir ou atrasar a entrega do objeto.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR TOTAL: R$ 2.859,96 **(Dois mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (Doze) meses, contados da assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, observada a disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
07.002.10.301.0021.1060 - AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS NAS UNIDADES DE SAÚDE
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
07.001.10.302.0019.2057 - ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL.
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

Altamira do Paraná/PR, 18 de agosto de 2026

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:EE90B093

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 336/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração de servidora em cargo em comissão.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*

R E S O L V E

***Art. 1º - EXONERAR** a partir do dia 18 (dezoito) de agosto de 2026, a servidora **JAMILE FERREIRA BATISTA**, matrícula funcional nº **509088,** do cargo em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CC-IV**, lotada no Centro Mun. de Educação Infantil.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:4B6EBB62

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 337/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a prorrogação da convocação de Conselheiro Tutelar Suplente para assumir vaga decorrente de licença para tratamento de saúde de titular.

ELZA APARECIDA DA SILVA, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de
no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 8.069/1990 (ECA) e com a Lei Municipal nº 292/2009.

CONSIDERANDO o término do período de gozo de férias que motivou a convocação inicial da Conselheira Suplente através da Portaria nº [Inserir número da portaria anterior];

CONSIDERANDO o **Ofício nº 05/2026 – CMDCA**, que solicita formalmente a permanência da Conselheira Suplente para suprir a vaga decorrente do afastamento regulamentar para tratamento de saúde da Conselheira Tutelar Titular, Sra. **Edineusa Silva Ramos de Sene**, bem como as demais razões justificadas pelo órgão;

RESOLVE:

Art. 1ºPRORROGAR a convocação e o exercício da Conselheira Tutelar Suplente, Sra. **SIRLENE CORDEIRO DA SILVA SANTOS**, matrícula nº 508848, para continuar exercendo as funções de Conselheira Tutelar no Município de Altamira do Paraná.

Art. 2ºALTERAR a justificativa legal da referida convocação, que passa a fundamentar-se na substituição da titular decorrente de licença para tratamento de saúde.

Art. 3º A Conselheira Suplente fará jus ao recebimento do subsídio mensal proporcional ao período efetivamente trabalhado, bem como às demais vantagens previstas na legislação municipal aplicável, sem prejuízo da remuneração da titular afastada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:B56BBC30

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 253/2026 ID 3835

MUNICÍPIO DE AMAPORÃ - PR
EXTRATO DO CONTRATO Nº 253/2026 ID 3835

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: PONTAL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob nº 78.909.389/0001-80.

DO OBJETO:
Aquisição de um veículo 07 lugares zero km, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Resolução SESA Nº 1357/2025.

DO VALOR:
O Valor Total do contrato é de **R$ 158.900,00,00 (Cento e cinquenta e oito mil e novecentos reais).**

DO PRAZO DE ENTREGA

A licitante deverá entregar o veículo em até 90 (Noventa) dias, após o recebimento do empenho de despesa, de acordo com a necessidade de consumo da secretaria municipal de saúde.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente licitação correrão através do recurso financeiro, através dotação orçamentária abaixo:

08.001.10.122.0003.20594490520000 - Equipamentos E Material Permanente 08.001.10.301.0010.20604490520000 - Equipamentos E Material Permanente 08.001.10.304.0010.21024490520000 - Equipamentos E Material Permanente 08.001.10.305.0010.20974490520000 - Equipamentos E Material Permanente

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O Município de Amaporã efetuará o pagamento a vista em até 30 (trinta) dias, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 174, de 22 de outubro de 2024, após recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura, no setor competente, e conferência da mesma.

DA VALIDADE:
Prazo de vigência do presente Contrato será prazo de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Município.

Amaporã/PR, 18 de agosto de 2026

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gusttavo Lucas de Souza
Código Identificador:828B8C78

LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 235/2026

Designação de Agente de Contratação Substituto em razão de férias do titular

Dispõe sobre a designação de Agente de Contratação Substituto para conduzir os atos das licitações e contratações municipais do Poder Executivo de Amaporã, decorrentes da Lei nº 14.133/2021, em razão de férias do titular.

MARCOS MARIN, Prefeito do Município de Amaporã - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos da *Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021*.
CONSIDERANDO o disposto no *art. 8º da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021*;
CONSIDERANDO a **Portaria nº 213/2026**, que nomeou o servidor **GUSTTAVO LUCAS DE SOUZA** como Agente de Contratação do Município de Amaporã;

CONSIDERANDO o gozo de férias do servidor **GUSTTAVO LUCAS DE SOUZA**, Agente de Contratação titular, pelo período de 15 (quinze) dias;

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **ROSÂNGELA ALEXANDRE DE ANDRADE**, para exercer a função de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO SUBSTITUTA** do Município de Amaporã, pelo período de 15 (quinze) dias, em razão das férias do Agente de Contratação titular, **GUSTTAVO LUCAS DE SOUZA**, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da *Lei Federal nº 14.133/2021*.
Art. 2º Fica mantida em vigor a **Portaria nº 213/2026**, que permanece produzindo seus efeitos normalmente, sendo a presente designação de caráter temporário e excepcional, vigente apenas durante o período de afastamento do titular.
Art. 3º Com o retorno do servidor **GUSTTAVO LUCAS DE SOUZA**, Agente de Contratação titular, ao exercício de suas funções, cessa automaticamente a designação de que trata o Art. 1º deste Decreto, retornando o servidor titular ao pleno exercício de suas atribuições.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE AMAPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE AGOSTO DE 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:F7C93139

RECURSOS HUMANOS
DECRETO NO 175/2026

DECRETO No 175/2026

SÚMULA: Nomeia Servidor Público Municipal, tendo em vista a Habilitação em Concurso Público, e da outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e, em Especial ao contido nas Leis Municipais no 100/2004, 955/2022 e na Lei Orgânica do Município de Amaporã**.**

DECRETA:
Art.1o - Nomeia o Sr. **WILSON ANTONIO DOS SANTOS**, portador da Cédula de Identidade nº 81545827915 e inscrito no CPF nº 815.458.279-15, para o cargo efetivo de **MOTORISTA**, previsto na Lei Municipal no 100/2004 e tendo em vista a habilitação em Concurso Público, aberto pelo Edital nº 054/2025, e respectiva convocação feita pelo Edital no 041/2026 a partir de **17/08/2026**.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 17/08/2026

Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:28E17929

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA NO 236/2026

PORTARIA No 236/2026

SÚMULA: Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, por Motivo de Término de Contrato de Trabalho, e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:

Art. 1o – Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado da Sra. **AIRANA NADJA ASSIS RIBEIRO,** portadora da Cédula de Identidade nº 9.069.760-9 e do CPF nº 077.389.979-07, lotada no Departamento de Saúde, no cargo de **ENFERMEIRA** por motivo de Término de Contrato de Trabalho, a partir de **16/08/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 16/08/2026.
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:AB8A1716

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 1.147, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

LEI N. 1.147, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, institui o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC e o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, órgão central do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC, vinculada à estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, com a finalidade de coordenar as ações de proteção e defesa civil no âmbito do Município de Amaporã.

Parágrafo único. A COMPDEC integrará o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, instituído pela Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil do Paraná – SEPDEC/PR, instituído pela Lei Estadual nº 18.519, de 23 de julho de 2015.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:
I - Proteção e Defesa Civil: conjunto de ações de prevenção, de preparação, de resposta e de recuperação destinado a evitar ou a reduzir os riscos de acidentes ou desastres, a minimizar seus impactos socioeconômicos e a recuperar as áreas afetadas;
II - Desastre: resultado de evento adverso, natural, tecnológico ou causado pelo homem, sobre cenário vulnerável, causando dano ou prejuízo que implique em comprometimento de toda ou de parte da sociedade, prejudicando seriamente o funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade envolvendo perdas e impactos humanos, materiais, econômicos ou ambientais de grande extensão, que excedem a capacidade da comunidade ou da sociedade afetada de arcar com seus próprios recursos;

III - Situação de Emergência: situação anormal, provocada por desastre, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do Poder Público do ente atingido;
IV - Estado de Calamidade Pública: situação anormal, provocada por desastre, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do Poder Público do ente atingido;
V - Prevenção: ações de planejamento, de ordenamento territorial e de investimento destinadas a reduzir a vulnerabilidade dos ecossistemas e das populações e a evitar a ocorrência de acidentes ou de desastres ou a minimizar sua intensidade, por meio da identificação, do mapeamento e do monitoramento de riscos e da capacitação da sociedade em atividades de proteção e defesa civil;
VI - Preparação: ações destinadas a preparar os órgãos do Sistema Municipal, a comunidade e o setor privado, incluídas, entre outras ações, a capacitação, o monitoramento e a implantação de sistemas de alerta e da infraestrutura necessária para garantir resposta adequada aos acidentes ou desastres e para minimizar danos e prejuízos;
VII - Resposta: ações imediatas destinadas a socorrer a população atingida, incluindo a busca e salvamento, os primeiros socorros, o atendimento pré-hospitalar e o atendimento médico e cirúrgico de urgência, bem como o restabelecimento de serviços essenciais;
VIII - Recuperação: ações de curto, médio e longo prazo, destinadas à normalização social, ao retorno da rotina da comunidade e à reconstrução das áreas afetadas pelo desastre;
IX - Risco: probabilidade de ocorrência de um evento danoso, combinada com a magnitude de suas consequências;
X - Vulnerabilidade: grau de suscetibilidade ou de fragilidade de uma população, sistema ou comunidade a eventos adversos, determinado por fatores físicos, sociais, econômicos e ambientais;
XI - Área de Risco: área passível de ser atingida por fenômenos ou processos naturais, tecnológicos ou induzidos pelo homem que causem efeito adverso.

CAPÍTULO II
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 3º A Política Municipal de Proteção e Defesa Civil tem por objetivo promover o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de desastres, estimular o ordenamento da ocupação do solo urbano e rural e promover ações integradas para redução de riscos e desastres no território do Município de Amaporã.

Art. 4º São diretrizes da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil:
I - atuação articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas;
II - abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;
III - prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres;
IV - adoção da bacia hidrográfica como unidade de análise das ações de prevenção de desastres relacionados a corpos d'água;
V - planejamento com base em pesquisas e estudos sobre áreas de risco e incidência de desastres no território municipal;
VI - participação da sociedade civil nas decisões e ações de proteção e defesa civil;
VII - integração das políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos e proteção e defesa civil.

Art. 5º São objetivos da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil:
I - reduzir os riscos de desastres;
II - prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres;
III - recuperar as áreas afetadas por desastres;
IV - incorporar a redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos da gestão territorial e do planejamento das políticas setoriais;
V - promover a continuidade das ações de proteção e defesa civil;
VI - estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização;
VII - promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir sua ocorrência;
VIII - monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos e outros potencialmente causadores de desastres;
IX - produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres;
X - estimular o ordenamento da ocupação do solo urbano e rural, tendo em vista sua conservação e a proteção da vegetação nativa, dos recursos hídricos e da vida humana;
XI - combater a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis e de risco e promover a realocação da população residente nessas áreas;
XII - estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres;
XIII - estimular a reorganização do setor produtivo e a reestruturação econômica das áreas atingidas por desastres;
XIV - estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco;
XV - oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil;
XVI - fornecer dados e informações para o sistema nacional e estadual de informações e monitoramento de desastres;
XVII - desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no Município.

CAPÍTULO III
DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 6º Fica instituído o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC, com a finalidade de promover a articulação e a coordenação das ações de proteção e defesa civil em todo o território do Município.

Art. 7º Integram o SIMPDEC:
I - a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC;
II - o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CMPDEC;
III - os órgãos e entidades da administração pública municipal que possuam competência ou participação nas ações de proteção e defesa civil;
IV - as entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil, mediante termo de adesão ou convênio.

Parágrafo único. O SIMPDEC atuará de forma integrada com o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e com o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil do Paraná – SEPDEC/PR.

CAPÍTULO IV
DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Seção I - Da Estrutura e Competências

Art. 8º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC tem as seguintes competências:
I - coordenar as ações do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
II - articular-se com os órgãos municipais, estaduais e federais de proteção e defesa civil;
III - identificar e mapear as áreas de risco de desastres no Município;
IV - elaborar e implementar o Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil;
V - elaborar Planos de Contingência para áreas de risco e para eventos sazonais;
VI - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando necessário, a intervenção preventiva, o abandono temporário de moradias e a evacuação da população de áreas de risco intensificado, em iminência ou em situação de desastre;
VII - realizar monitoramento em tempo real das áreas classificadas como de risco alto e muito alto;

VIII - produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres no território municipal;
IX - manter sistema de alerta e alarme para situações de risco de desastre, articulado com a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná – CEDEC/PR;
X - coordenar as ações de resposta aos desastres, incluindo a mobilização de recursos humanos **e** materiais;
XI - prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres;
XII - prover abrigos temporários e distribuir suprimentos em situações de desastre;
XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;
XIV - decretar situação de emergência e estado de calamidade pública, submetendo os decretos à homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal;
XV - elaborar diagnósticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos no território municipal;
XVI - promover a educação para prevenção de desastres, por meio de programas de capacitação de agentes e de informação à população;
XVII - promover exercícios simulados de preparação para desastres, com a participação da população;
XVIII - desenvolver ações de conscientização e capacitação da população para autoproteção;
XIX - promover programas de capacitação de recursos humanos em proteção e defesa civil;
XX - fomentar a implantação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – NUPDEC;
XXI - cadastrar voluntários para atuação nas ações de proteção e defesa civil;
XXII - manter banco de dados atualizado sobre áreas de risco e ocorrências de desastres;
XXIII - integrar informações ao Sistema Nacional e Estadual de Informações sobre Desastres;
XXIV - solicitar recursos financeiros aos órgãos estaduais e federais para ações de prevenção e resposta a desastres;
XXV - prestar contas dos recursos recebidos para ações de proteção e defesa civil;
XXVI - articular-se com instituições de ensino e pesquisa para desenvolvimento de estudos e tecnologias aplicadas à redução de riscos de desastres;
XXVII - promover e participar de campanhas e eventos relacionados à proteção e defesa civil;
XXVIII - fiscalizar o cumprimento das normas municipais de prevenção contra desastres;
XXIX - integrar comitês e grupos de trabalho relacionados à redução de riscos de desastres;
XXX - executar outras atividades correlatas à proteção e defesa civil.

Art. 9º A COMPDEC terá a seguinte estrutura organizacional básica:
I - Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil;
II - Setor de Prevenção e Preparação;
III - Setor de Resposta e Recuperação;
IV - Setor Administrativo.
§ 1º A estrutura detalhada, as atribuições específicas de cada setor e o número de servidores serão definidos por decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 2º A COMPDEC poderá contar com o apoio técnico e operacional de outros órgãos municipais, mediante articulação do Coordenador.

§ 3º Em situações de emergência ou calamidade pública, todos os órgãos municipais deverão colocar seus recursos humanos e materiais à disposição da COMPDEC, conforme determinação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Seção II - Do Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil

Art. 10. O Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil será nomeado pelo Prefeito Municipal, dentre servidores de carreira do Município ou militares estaduais cedidos ao Município, preferencialmente com formação ou experiência comprovada na área de proteção e defesa civil, gestão de riscos ou áreas correlatas.

§ 1º Em caso de impedimento temporário do Coordenador, suas funções serão exercidas por substituto designado pelo Prefeito Municipal.

Art. 11. Compete ao Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil:
I - representar a COMPDEC junto aos órgãos públicos e privados;
II - dirigir e coordenar as atividades da COMPDEC;
III - convocar e presidir reuniões do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil;
IV - mobilizar os órgãos integrantes do SIMPDEC em situações de desastre;
V - propor ao Prefeito Municipal a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública;
VI - solicitar apoio dos órgãos estaduais e federais em situações que extrapolem a capacidade de resposta municipal;
VII - autorizar a mobilização e o emprego de recursos humanos e materiais em operações de defesa civil;
VIII - firmar convênios, acordos e parcerias para execução das ações de proteção e defesa civil;
IX - apresentar relatórios periódicos das atividades da COMPDEC ao Prefeito Municipal e ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil;
X - gerenciar o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, quando instituído;
XI - propor a atualização da legislação municipal de proteção e defesa civil;
XII - exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Prefeito Municipal.

CAPÍTULO V
DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 12. Fica instituído o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CMPDEC, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, com as seguintes competências:
I - propor diretrizes e aprovar o Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil;
II - deliberar sobre a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil;
III - aprovar planos de contingência e planos de aplicação de recursos;
IV - manifestar-se sobre a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública;
V - propor medidas para fortalecimento do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
VI - promover estudos, debates e pesquisas sobre proteção e defesa civil;
VII - incentivar a participação comunitária nas ações de prevenção de desastres;
VIII - fiscalizar a execução das políticas de proteção e defesa civil;
IX - manifestar-se sobre convênios e parcerias relacionados à proteção e defesa civil;
X - elaborar e aprovar seu regimento interno.

Art. 13. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será composto por 11 (onze) membros titulares e respectivos suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo:
I - o Prefeito Municipal, que o presidirá;
II - o Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, que exercerá a vice-presidência e a secretaria executiva;
III - um representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura, agropecuária e meio ambiente;
IV - um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
V - um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
VI - um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
VII – um representante da Secretaria Municipal de Administração;
VIII - um representante do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná;
IX – dois representantes da sociedade civil organizada, sendo preferencialmente de associações de bairro ou comunitárias de áreas de risco;
X - um representante do Poder Legislativo Municipal.

§ 1º Os membros do Conselho e seus suplentes serão indicados pelos respectivos órgãos ou entidades representadas e nomeados por decreto do Prefeito Municipal.

§ 2º A participação no Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil não será remunerada, sendo considerada serviço relevante prestado ao Município.

§ 3º O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria absoluta de seus membros.

§ 4º O quórum mínimo para instalação das reuniões do Conselho será de maioria simples de seus membros, e as deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes.

§ 5º Em caso de decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, o Conselho será imediatamente convocado para reunião extraordinária.
§ 6º O Conselho poderá convidar especialistas, técnicos e representantes de outros órgãos para participar de suas reuniões, com direito a voz, mas sem direito a voto.

§ 7º O regimento interno do Conselho será elaborado por seus membros e aprovado em reunião ordinária, devendo ser homologado por decreto do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO VI
DO PLANO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 14. O Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil é o instrumento de planejamento das ações de proteção e defesa civil no Município, devendo conter, no mínimo:
I - identificação e mapeamento das áreas de risco do Município;
II - diagnóstico das vulnerabilidades e ameaças existentes;
III - diretrizes de ação governamental de proteção e defesa civil;
IV - programas e projetos de prevenção e mitigação de riscos;
V - protocolos de alerta e alarme para situações de risco;
VI - procedimentos de resposta a emergências e desastres;
VII - ações de preparação e capacitação de agentes e da população;
VIII - estratégias de recuperação de áreas afetadas;
IX - definição de responsabilidades e atribuições dos órgãos do SIMPDEC;
X - previsão de recursos humanos, materiais e financeiros necessários;
XI - cronograma de implantação e execução das ações.

§ 1º O Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil deverá ser elaborado pela COMPDEC, com participação dos órgãos integrantes do SIMPDEC e da sociedade civil, no prazo de 12 (doze) meses contados da vigência desta Lei.

§ 2º O Plano será submetido à aprovação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil e homologado por decreto do Prefeito Municipal.

§ 3º O Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil será revisado anualmente e atualizado a cada 02 (dois) anos, ou sempre que houver alterações significativas no cenário de riscos do Município.

§ 4º O Plano deverá ser amplamente divulgado à população e disponibilizado no portal eletrônico oficial do Município.

CAPÍTULO VII
DOS NÚCLEOS COMUNITÁRIOS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
Art. 15. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover e apoiar a criação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – NUPDEC, nas comunidades, bairros e localidades do Município, especialmente nas áreas de risco.
Parágrafo único. Os NUPDEC são entidades civis de caráter voluntário, sem fins lucrativos, que atuarão em articulação com a COMPDEC nas ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação de desastres.

Art. 16. São objetivos dos NUPDEC:
I - mobilizar e conscientizar a comunidade para as ações de proteção e defesa civil;
II - auxiliar na identificação e mapeamento de áreas de risco;
III - participar de programas de capacitação em proteção e defesa civil;
IV - divulgar informações sobre prevenção de desastres na comunidade;
V - colaborar com as ações de monitoramento de áreas de risco;
VI - auxiliar nas ações de resposta e assistência à população em situações de desastre;
VII - participar de exercícios simulados de preparação para desastres.

Art. 17. A COMPDEC prestará apoio técnico e material aos NUPDEC, promoverá sua capacitação e coordenará suas ações integradas ao SIMPDEC.

CAPÍTULO VIII
DAS AÇÕES EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA
Art. 18. Compete ao Prefeito Municipal decretar situação de emergência ou estado de calamidade pública no território do Município, mediante proposta fundamentada do Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, com manifestação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil.

§ 1º O decreto de situação de emergência ou de estado de calamidade pública conterá:
I - caracterização do desastre;
II - delimitação da área afetada;
III - declaração de situação de anormalidade;
IV - decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública;
V - determinação de medidas a serem adotadas.

§ 2º O decreto deverá ser comunicado imediatamente ao Corpo de Bombeiros Militar, à Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná – CEDEC/PR e à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, para as providências cabíveis.

§ 3º O reconhecimento federal ou estadual da situação de emergência ou do estado de calamidade pública dependerá de requerimento do Prefeito Municipal, acompanhado dos documentos exigidos pela legislação específica.

Art. 19. Decretada a situação de emergência ou o estado de calamidade pública, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a:
I - mobilizar todos os recursos humanos e materiais da administração pública municipal;
II - requisitar bens e serviços de pessoas físicas e jurídicas, mediante posterior indenização;
III - realizar contratações emergenciais, dispensadas as formalidades ordinárias, na forma da legislação vigente;
IV - realizar despesas emergenciais para atendimento à população afetada;
V - estabelecer regime especial de trabalho para os servidores municipais;
VI - solicitar apoio de outros entes federados e de organizações privadas.
Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo deverão ser proporcionais à gravidade da situação e limitadas ao período de vigência do decreto.

Art. 20. Cessadas as causas que justificaram a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, o Prefeito Municipal publicará decreto de encerramento da situação de anormalidade.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. A COMPDEC articular-se-á com os órgãos de proteção e defesa civil dos municípios vizinhos para ações conjuntas de prevenção e resposta a desastres que possam afetar mais de um município.

Art. 22. O Município poderá firmar convênios, contratos e acordos de cooperação com órgãos públicos e entidades privadas, nacionais ou internacionais, para execução de ações de proteção e defesa civil.

Art. 23. As escolas municipais deverão incluir em seus currículos conteúdos relacionados à educação para prevenção de desastres e proteção e defesa civil, conforme diretrizes estabelecidas pela COMPDEC em articulação com a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 24. O Município promoverá, sempre que possível, a capacitação continuada dos servidores municipais que atuam na área de proteção e defesa civil.

Art. 25. A COMPDEC manterá cadastro atualizado de:
I - áreas de risco no território municipal;
II - população residente em áreas de risco;
III - recursos humanos e materiais disponíveis para ações de defesa civil;
IV - voluntários cadastrados para atuação em situações de desastre;
V - entidades parceiras do SIMPDEC.

Art. 26. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a criar o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, por lei específica, para garantir recursos financeiros permanentes destinados às ações de proteção e defesa civil.

Art. 27. A estrutura administrativa da COMPDEC será gradualmente implantada, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Art. 28. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 29. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 30. Fica Incluída à "Tabela 1 - ATRIBUIÇÕES PARA DESIGNAÇÃO EM ENCARGO ESPECIAL" do artigo 2º da Lei Municipal n. 1.120, de 16 de dezembro de 2025, novo Item, sob n. 11, nos termos seguintes "Exercício da função de Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil".

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Amaporã, 18 de agosto de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ediane Aparecida de Oliveira
Código Identificador:3282FA54

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 1.148, 18 DE AGOSTO DE 2026

LEI N. 1.148, 18 DE AGOSTO DE 2026

"Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R$ 3.600.000,00 (Três milhões e seiscentos reais), no âmbito do FINISA - Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, destinados à aplicação em Despesas de Capital, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia à Caixa Econômica Federal, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro solvendo", as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alíneas "b", "d", "e" e "f" e parágrafo 3º, nos termos do inciso IV do art. 167, todos da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los, bem como outras garantias admitidas em direito. Serão conferidos à Caixa Econômica Federal os poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exequíveis no caso de inadimplemento.

Parágrafo Único: Alternativamente, fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro solvendo", as receitas discriminadas no § 4º do art. 167 da Constituição Federal, no que couber, bem como outras garantias admitidas em direito.
Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, aos 18 de agosto de dois mil e vinte e seis.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ediane Aparecida de Oliveira
Código Identificador:F78C017B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 1.149, 18 DE AGOSTO DE 2026

LEI N. 1.149, 18 DE AGOSTO DE 2026

Altera o art. 14 da Lei Municipal nº 139, de 8 de dezembro de 2005, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica Alterado o artigo 14 da lei nº 139, de 8 de dezembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. Não estão sujeitas ao limite previsto neste artigo as áreas destinadas à implantação de programas habitacionais de interesse social.
Parágrafo único. A doação de imóveis pertencentes ao patrimônio público municipal fica limitada à área máxima de 2.300 m² (dois mil e trezentos metros quadrados), sendo necessária autorização legislativa específica para a doação de área superior ao referido limite.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Amaporã, 18 de agosto de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ediane Aparecida de Oliveira
Código Identificador:20622569

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 070/2026

PREGÃO ELETRÔNICO 023/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 058/2026

Aos 17 (dezessete) dias do mês de agosto do ano 2026, o **MUNICÍPIO DE ANAHY/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, nº 591, Centro, na cidade de Anahy, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Arilson Batista de Souza, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, sob o nº 023/2026, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta Ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo integralmente às condições previstas no Edital de licitação e seus anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações correlatas, mediante as disposições a seguir**:**

1.DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço visando eventuais e futuras aquisições de Fórmulas Nutricionais para suprir as necessidades existentes nos departamentos Municipais de Saúde e Educação, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades e as demais condições obtidas na etapa competitiva e aceitas pela Administração Pública Municipal são os constantes nesta Ata de Registro de Preços e seus anexos.

2.2.O fornecedor detentor do presente registro de preço é a empresa qualificada a seguir:

Razão Social: ESFIGMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.
CNPJ nº: 27.455.068/0001-11.
Endereço/Sede: Rua Paraguai, nº 275, CEP 85805-020 Centro Cascavel – Paraná.
Representante Legal: LUIS AUGUSTO MOIA FRANZINE.
Cargo/Qualificação: SÓCIO ADMINISTRADOR.
Documentos: CPF 291.XXX.XXX-11 e do RG 28.XXX.XXX-3 SESP/SP.
E-mail institucional: esfigmed@gmail.com.
Telefone/WhatsApp: 45 3016-0201 e 45 99997-2630.

Item	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
2	ESFIGMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA CNPJ: 27.455.068/0001-11	R$ 16.281,60 (dezesseis mil e duzentos e oitenta e um reais e sessenta centavos)
Valor Total		**R$ 16.281,60 (dezesseis mil e duzentos e oitenta e um reais e sessenta centavos)**

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e caso as assinaturas sejam realizadas de forma eletrônica, os efeitos da Ata serão produzidos a partir da data da última assinatura.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:28208BA6

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 073/2026

PREGÃO ELETRÔNICO 023/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 058/2026

Aos 17 (dezessete) dias do mês de agosto do ano 2026, o **MUNICÍPIO DE ANAHY/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, nº 591, Centro, na cidade de Anahy, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Arilson Batista de Souza, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, sob o nº 023/2026, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta Ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo integralmente às condições previstas no Edital de licitação e seus anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações correlatas, mediante as disposições a seguir**:**

1.DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço visando eventuais e futuras aquisições de Fórmulas Nutricionais para suprir as necessidades existentes nos departamentos Municipais de Saúde e Educação, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades e as demais condições obtidas na etapa competitiva e aceitas pela Administração Pública Municipal são os constantes nesta Ata de Registro de Preços e seus anexos.

2.2.O fornecedor detentor do presente registro de preço é a empresa qualificada a seguir:

Razão Social: VTR COMERCIAL LTDA.
CNPJ nº: 52.932.346/0001-21.
Endereço/Sede: Av. Presidente Castelo Branco, 220, Sala 01, Centro Norte – Dois Vizinhos – Paraná.
Representante Legal: Vitor Albano Acosta.
Cargo/Qualificação: sócio administrador.
Documentos: RG sob nº 104.XXXX15 e CPF nº 080.XXX.XXX-33.
E-mail institucional: comercial.vtr@outlook.com.
Telefone/WhatsApp: (46) 99983-7431 / (41) 99801-5761.

Item	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
1, 3, 5, 6, 7, 8 e 12	VTR COMERCIAL LTDA CNPJ: 52.932.346/0001-21	R$ 118.967,00 (cento e dezoito mil e novecentos e sessenta e sete reais).
Valor Total		**R$ 118.967,00 (cento e dezoito mil e novecentos e sessenta e sete reais).**

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e caso as assinaturas sejam realizadas de forma eletrônica, os efeitos da Ata serão produzidos a partir da data da última assinatura.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:AF94DD4A

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 065/2026 VINCULADO AO PREGÃO ELETRÔNICO 025/2026.

CONTRATANTE: o MUNICÍPIO DE ANAHY Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, n°. 591, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Arilson Batista de Souza, brasileiro, residente na Rua Duque de Caxias, Município de ANAHY, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 5.XXX.XXX-2, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF sob nº 764.XXX.XXX-20. **CONTRATADA:** a empresa, HIDROSOLLO POÇOS ARTESIANOS pessoa jurídica de direito privado, com sede à AV. Prefeito Sincler Sambatti, 4924 – JD. Universo – Maringá–PR, CEP: 87.053-105, inscrita no CNPJ nº. 04.922.200/0001-52, representada neste ato pelo seu Sócio administrador o Sr. Regis Karlo Borges Bocatte, portador da cédula de RG: nº 8.XXX.XXX-8 SESP/PR e CPF nº. 077.XXX.XXX-55. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de perfuração de poço tubular profundo (poço artesiano), compreendendo o fornecimento de materiais, equipamentos, instalação e entrega em pleno funcionamento, em imóvel pertencente ao Município de Anahy/PR, matrícula nº 12.377 do Registro de

Imóveis da Comarca de Corbélia/PR, destinado ao atendimento das demandas do Centro de Eventos Municipal, ao abastecimento do caminhão-pipa da municipalidade e às demais necessidades de interesse público. **DO PREÇO:** A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço global de R$ 48.900,00 (quarenta e oito mil e novecentos reais). **VIGÊNCIA:** 06 (seis) meses, contados da data de assinatura. **PRAZO DE EXECUÇÃO:** 30 (trinta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço. **DOTAÇÃO**: Vide contrato originário. **FORO:** Comarca de Corbélia, Estado do Paraná. **Anahy-PR, 18 de agosto de 2026.**

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:82AB0C7B

LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 022/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 068/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de capacitação e assessoria voltados ao fortalecimento da Rede Municipal de Proteção de Anahy/PR, com foco em políticas intersetoriais de proteção à criança, ao adolescente e enfrentamento à violência contra a mulher, observada a devida integração com as políticas de atendimento à pessoa idosa e à pessoa com deficiência.

CONTRATADO: VIGORE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA.
CNPJ/CPF: CNPJ: 19.224.408/0001-75

VALOR TOTAL: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Órgão: 15 - Departamento de Ação Social
Unidade: 4 - Fundo M. dos Dir. da Criança e Adolesc.
Ação: 6230 - Manutenção do Fundo da Criança e do Adolescente
Funcional: 0008.0243.0100
Vínculo :382 - Deliberação 013/25 CEDCA-PR
Ref. 555 - **Modalidade de Aplicação**: 3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros.

Unidade: 8 - Fundo Municipal dos Dir. da Mulher
Ação: 2484 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal dos Dir. da Mulher
Funcional: 0008.0245.0136
Vínculo :395 - Deliberação nº 07/2026 - CEDM/PR
Ref. 629 - **Modalidade de Aplicação**: 3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: A presente contratação tem como escopo a execução de serviços técnicos especializados de capacitação, treinamento e assessoria técnica, com carga horária total de 40 (quarenta) horas, voltados à reestruturação e ao fortalecimento da Rede Municipal de Proteção e Garantia de Direitos do Município de Anahy/PR. A iniciativa visa promover a qualificação continuada dos profissionais, fomentar a articulação intersetorial e assegurar a construção e validação oficial de fluxos e protocolos de atendimento focados na proteção de crianças, adolescentes e mulheres em situação de violência, garantindo de forma integrada a devida atenção à pessoa idosa e à pessoa com deficiência.
DA JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE: A contratação direta da profissional Lucimaira Cabreira dos Santos (psicóloga, CRP-08/13443 e Mestre em Biociências e Saúde), vinculada à proponente Vigore Soluções Integradas Ltda. (enquadrada como Empresa de Pequeno Porte optante pelo Simples Nacional), justifica-se por sua notória especialização e pela reconhecida expertise técnica em assessorias institucionais dessa natureza. Aliada à complexidade e à singularidade dos serviços técnicos exigidos para a unificação e validação dos fluxos intersetoriais locais, resta plenamente configurada a inviabilidade de competição, preenchendo os requisitos legais estipulados no Art. 74, inc. III, alíneas “c” e “f”, da Lei n. 14.133/2021.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inc. III, alíneas “c” e “f”, da Lei n. 14.133/2021.

Anahy-PR, 18 de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:F59692F3

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 2.546/2026.

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)."

O PREFEITO DE ANAHY, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1127 de 18 de Dezembro de 2025:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026, da seguinte dotação orçamentária:

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Departamento de Finanças		
Unidade Orçamentária: 05.004	Divisão de Tesouraria	
Funcional Programática: 05.004.0004.0129.0070.2150	Projeto: Manutenção das Atividades da Divisão de Tesouraria	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00000 – Recursos Ordinários Livres	R$ 15.000,00
Departamento de Obras e Urbanismo		
Unidade Orçamentária: 07.002	Divisão de Obras Públicas	
Funcional Programática: 07.002.0015.0451.0270.2370	Atividade: Manutenção das Atividades da Divisão de Obras	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00000 – Recursos Ordinários Livres	R$ 20.000,00
Departamento de Obras e Urbanismo		
Unidade Orçamentária: 07.003	Divisão de Obras Públicas	
Funcional Programática: 07.003.0015.0452.0270.2380	Atividade: Manutenção das Atividades da Divisão de Urbanismo	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00000 – Recursos Ordinários Livres	R$ 70.000,00
Departamento de Cultura		
Unidade Orçamentária: 10.002	Divisão de Cultura	
Funcional Programática: 10.002.0013.0392.0260.2481	Atividade: Manutenção do Centro de Eventos	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00000 – Recursos Ordinários Livres	R$ 5.000,00
Departamento de Educação		
Unidade Orçamentária: 09.002	Divisão de Educação	
Funcional Programática: 09.002.0012.0365.0230.2330	Atividade: Manutenção das Atividades do Centro de Educação Infantil	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390300000 – Material de consumo	00104 – Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 20.000,00
Departamento de Educação		
Unidade Orçamentária: 09.002	Divisão de Educação	
Funcional Programática: 09.002.0012.0365.0230.2330	Atividade: Manutenção das Atividades do Centro de Educação Infantil	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00103 – 5% Sobre Transferências constitucionais FUNDEB	R$ 40.000,00
Departamento de Educação		
Unidade Orçamentária: 09.002	Divisão de Educação	
Funcional Programática: 09.002.0012.0365.0230.2330	Atividade: Manutenção das Atividades do Centro de Educação Infantil	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190130000 – Contribuições patronais	00103 – 5% Sobre Transferências constitucionais FUNDEB	R$ 10.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 180.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura aos créditos indicados no artigo anterior serão anuladas parcialmente as seguintes dotações especificadas:

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Depto de Esportes, Recreação e Lazer		
Unidade Orçamentária: 11.002	Divisão de Esportes	
Funcional Programática: 11.002.0027.0811.0370.2480	Atividade: Manutenção das Atividades da Divisão de Esportes	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00000 – Recursos Ordinários Livres	R$ 105.000,00
Departamento de Cultura		
Unidade Orçamentária: 10.002	Divisão de Cultura	
Funcional Programática: 10.002.0013.0392.0260.2481	Atividade: Manutenção do Centro de Eventos	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390300000 – Material de consumo	00000 – Recursos Ordinários Livres	R$ 5.000,00
Departamento de Educação		
Unidade Orçamentária: 09.002	Divisão de Educação	
Funcional Programática: 09.002.0012.0365.0230.2330	Atividade: Manutenção das Atividades do Centro de Educação Infantil	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00104 – Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 20.000,00
Departamento de Educação		
Unidade Orçamentária: 09.001	Gabinete do Diretor	
Funcional Programática: 09.001.0012.0361.0210.2260	Atividade: Manutenção do Gabinete do Depto de Educação	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00103 – 5% Sobre Transferências constitucionais FUNDEB	R$ 50.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 180.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:A8B0AEA4

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.516/2026.

Exonera servidor de cargo comissionado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e com base no art. 53, inciso I, da Lei Municipal nº 338, de 27 de abril de 2005;

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar a pedido a partir de 10 de agosto de 2026, o servidor Valdeir Ramos, portador do RG. 10.040.300-5/PR, matrícula funcional nº 11762-2, do cargo comissionado de Chefe de Equipe, lotado no Departamento de Obras e Urbanismo, nomeado para cargo através da Portaria nº 7.335 de 06 de abril de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 dias do mês de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:423984FD

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.519/2026.

Exonera servidora efetiva a pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e com base no art. 53, inciso I, da Lei Municipal nº 338, de 27 de abril de 2005;

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar a pedido, a partir de 18 de agosto de 2026, a servidora efetiva Joyce Gomes Camapum, portadora do RG. 12.513.324-0/PR, matrícula funcional nº 9881-2, lotada no Departamento de Ação Social; provida no cargo de psicólogo através da Portaria nº 3.603, de 01 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:84EA799B

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.520/2026.

Transfere servidora efetiva para outro Departamento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e com base no disposto no Art. 91 da Lei municipal nº 338/2005 de 27 de abril de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Transferir a partir de 01/08/2026, a servidora Beatriz Maria de Oliveira Rossow, portadora do RG nº 9.966.713-3/PR, efetiva no cargo de trabalhador braçal, matrícula funcional nº 8931-1, lotada no Departamento de Educação para o Departamento de Ação Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 18 dias do mês de agosto de 2026

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:F70D2DDB

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.521/2026.

Transfere servidora efetiva para outro Departamento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e com base no disposto no Art. 91 da Lei municipal nº 338/2005 de 27 de abril de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Transferir a partir de 01/08/2026, a servidora Noemia Vitória da Silva, portadora do RG. 13.539.058-5, efetiva no cargo de auxiliar de serviços gerais, matrícula funcional nº 12018-1, lotada no Departamento de Ação Social para o Departamento de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:551F52EF

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.517/2026.

Nomeia para Cargo de Provimento em Comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 337/2005 e Lei nº. 339/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 11 de agosto de 2026, Valdeir Ramos, portador do RG. 10.040.300-5/PR, para o cargo de Chefe de Divisão, matrícula funcional nº 11762-3, lotado no Departamento de Administração, CC – VI, Grupo de Cargos de Provimento em Comissão, conforme Lei Municipal nº 337/2005 de 27 de abril de 2005.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 dias do mês de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:4C425255

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.518/2026.

Retira Gratificação de servidora efetiva.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 337/2005 e Lei nº. 339/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Retirar a partir de 18 de agosto de 2026 a gratificação de 40% (quarenta por cento), pelo desempenho de suas funções junto ao Serviço Social "Família Acolhedora", da servidora Joyce Gomes Camapum, portadora do RG nº 12.513.324-0/PR, efetiva no cargo de psicólogo, matrícula funcional nº 9881-2, lotada no Departamento de Ação Social, concedida pela Portaria nº 6.566 de 17 de janeiro de 2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:4E14CA42

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ANDIRÁ
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO FUNPESPA

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

• **Data e Hora:** 04/08/2026 às 10h00
• **Local:** Sede do FUNPESPA (Rua Curitiba, 241, Jardim Vesper – Andirá/PR)
• **Tipo:** Ordinária – Comitê de Investimento
• **Presidência:** Carlos Henrique Claro de Carvalho
• **Base Normativa:** Resolução CMN nº 5.272, de 18/12/2025 (vigência: 02/02/2026) | Lei nº 9.717/1998 | EC nº 103/2019

2. PARTICIPANTES E COMPOSIÇÃO
Todos os Conselheiros foram convidados para participarem da reunião, porém não houve o comparecimento de nenhum conselheiro.

NOME	CARGO / FUNÇÃO	RESPONSABILIDADE (Art. 1º, §4º e §5º – Res. 5.272)
Carlos Henrique Claro de Carvalho	Gestor de Recursos	Responsável pela gestão – Art. 1º, §4º, I, b
Adriana de Fátima Pereira Salustiano	Membro do Comitê de Investimentos	Processo decisório – Art. 1º, §4º, I, d
André Henrique Dassie	Membro do Comitê de Investimentos	Processo decisório – Art. 1º, §4º, I, d

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSE (Art. 24, §§2º e 3º – Res. CMN 5.272/2025): Todos os membros presentes declaram nesta data, não possuir qualquer interesse, direto ou indireto, nos ativos ou fundos objeto de deliberação nesta reunião, nem em suas respectivas gestoras ou distribuidoras. Não há relação societária, comercial ou financeira entre os participantes e as instituições credenciadas.

3. PAUTA DA REUNIÃO

• Aprovação da Ata nº 172/2026 do Comitê de Investimento
• Análise do Relatório Analítico de Investimentos – julho de 2026
• Relatório de Enquadramento, Rentabilidade e Risco – Base: 31/07/2026
• Relatório de Análise de Portfólio, Sugestão e Realocação – Base: 31/07/2026
• Análise de fundos (Diagnóstico de Carteira) – avaliação fundamentalista
• Divulgação de despesas e custos dos ativos investidos (Art. 2º, §3º – Res. 5.272/2025)
• Deliberação sobre estratégia de investimento para o período seguinte

4. DELIBERAÇÕES POR PONTO DE PAUTA
4.1. Aprovação da Ata nº 172/2026
A Ata nº 172/2026 foi lida e submetida à apreciação dos presentes. Não foram apresentadas emendas ou impugnações. O Comitê deliberou pela sua aprovação por unanimidade.
4.2. Resultado dos Investimentos – Julho de 2026
O Presidente apresentou o Relatório Analítico de Investimentos, elaborado pela assessoria de investimento. Os resultados apurados foram consolidados nas tabelas abaixo:

SEGMENTO	RETORNO – JULHO/2026	RETORNO ACUMULADO 2026
Renda Fixa	R$ 738.066,98	R$ 4.960.069,79
Renda Variável	R$ 158.967,81	R$ 978.874,17
TOTAL GERAL	**R$ 897.034,79 (1,01%)**	**R$ 5.938.943,96 (7,03%)**
Patrimônio Total (julho/2026)	**R$ 90.802.151,33**	
INDICADOR	**RESULTADO**	
Rentabilidade Acumulada no Exercício 2026	7,03% a.a.	
Meta Atuarial (IPCA + 5,46% a.a.)	6,65% a.a.	
Gap (Superação da Meta)	0,38 p.p.	
Situação	**META ATUARIAL CUMPRIDA**	

4.3. Composição Atual da Carteira e Enquadramento

SEGMENTO	% CARTEIRA	LIMITE RES. 5.272
Renda Fixa	77,29%	Até 100%
Renda Variável/Estruturado/Fundo Imobiliário	22,71%	Até 35%
Exterior	0,00%	Até 10%
Empréstimo Consignado	0,00%	Até 10%

ENQUADRAMENTO: A carteira do RPPS encontra-se enquadrada nos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 (vigência 02/02/2026). Não há situação de desenquadramento ativo a registrar.

4.4. Transparência de Custos (Art. 2º, §3º, incisos I e II – Res. CMN 5.272/2025)

Apresentação da relação de custos efetivos dos principais fundos da carteira, conforme informações obtidas previamente das instituições gestoras e administradoras:

FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR / ADM.	TX. ADM. (a.a.)	TX. PERF.	CUSTODIANTE
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	CAIXA ASSET	0,20%	Não	CAIXA
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	BB DTVM	0,20%	Não	Banco do Brasil
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	BB DTVM	0,20%	Não	Bradesco
CAIXA RV 30 RESP LIMITADA FIF MULTIMERCADO LP	CAIXA ASSET	1,00%	Não	CAIXA
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	BB DTVM	0,20%	Não	Banco do Brasil
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	BB DTVM	0,010%	Não	Banco do Brasil

PUBLICIDADE AOS SEGURADOS: Nos termos do Art. 2º, §3º, inciso II, da Resolução CMN 5.272/2025, as informações de despesas e custos acima serão divulgadas no portal da transparência do FUNPESPA com periodicidade trimestral, garantindo a transparência aos segurados e beneficiários do regime.

4.5. Credenciamento das Instituições (Art. 1º, §1º, inciso VI – Res. CMN 5.272/2025)

Todas as instituições que compõem a carteira ou que prestam serviços ao RPPS foram submetidas a processo formal de credenciamento. Os critérios avaliados foram:

CRITÉRIO AVALIADO (Art. 1º, §3º)	SITUAÇÃO
Histórico e experiência de atuação	Verificado para todas as instituições
Volume de recursos sob gestão/administração	Verificado para todas as instituições
Solidez patrimonial (S1/S2 – Art. 21, §2º, I)	Verificado para todas as instituições
Exposição a risco reputacional	Sem ocorrências identificadas
Aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho	Avaliado conforme histórico
Padrão ético de conduta	Declaração obtida das instituições

4.6. Análise de Portfólio e Sugestão de Realocação – Base: 31/07/2026

A assessoria de investimento apresentou as sugestões de realocação para redução gradual das posições em CDI e diversificação para ativos com maior proteção à inflação:

ORIGEM (RESGATE)	VALOR RESGATE (R$)	VALOR APLICAÇÃO (R$)	DESTINO (SUGESTÃO DE ATIVO)
CDI	R$ 1.700.000,00	R$ 1.700.000,00	GESTÃO DURATION
CDI	R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00	IDKA IPCA 2A
CDI	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00	IMA-B
TOTAL	**R$ 4.500.000,00**	**R$ 4.500.000,00**	**3 ativos distintos**

4.7. Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança – ESG (Art. 1º, §10, incisos III e IV – Res. 5.272/2025)

DIMENSÃO ESG	AVALIAÇÃO DO COMITÊ
Ambiental (E)	O critério Ambiental (E) é avaliado por meio da análise de como as instituições gestoras integram os riscos climáticos e de transição ecológica em seus modelos de precificação e alocação de ativos. Os fundos de investimento que compõem a carteira priorizam emissores que adotam práticas ativas de eficiência energética, redução da pegada de carbono e uso responsável de recursos naturais. Essa avaliação mitiga o risco de crédito do instituto frente a ativos que possam sofrer desvalorizações severas causadas por eventos climáticos extremos, novas regulações ambientais ou passivos ecológicos.
Social (S)	O critério Social (S) é assegurado pela seleção de fundos de investimento cujos gestores monitoram ativamente a conduta das empresas e emissores em relação aos direitos humanos, práticas trabalhistas dignas, segurança do trabalho e relacionamento com comunidades locais. O instituto busca garantir que os recursos previdenciários não financiem atividades associadas a precarização laboral ou impactos sociais negativos. Essa postura protege a carteira contra riscos de imagem, litígios judiciais trabalhistas de grande escala e boicotes de mercado que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade dos ativos.
Governança (G)	O critério de Governança (G) é verificado por meio do alinhamento obrigatório das instituições gestoras às diretrizes da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Resolução CVM nº 175. Todos os fundos de investimento da carteira são selecionados sob a condição de possuírem estruturas robustas de conformidade (compliance), auditorias independentes, conselhos de administração estruturados e políticas claras de prevenção a conflitos de interesse. Esse rigor assegura a transparência na tomada de decisão dos gestores e garante a manutenção da trilha de auditoria digital exigida pela fiscalização, blindando o patrimônio previdenciário contra riscos de fraudes e falhas operacionais.
Nível de Materialidade	O Comitê entende que os riscos ESG são materialmente relevantes e integrarão a análise periódica de fundos.

4.8. Panorama Econômico e Estratégia de Investimento – Julho/2026

Principais conclusões e orientações estratégicas com base no Panorama Econômico de junho/2026:

Manter exposição relevante em renda fixa pós fixada (IMA S, IRF M 1), aproveitando a Selic em 14,25% e o carrego defensivo, especialmente com o mercado projetando a Selic em 14,00% ao fim de 2026.

Manter posições em IPCA+ (IMA B 5). Os papéis longos (IMA B 5+) podem se beneficiar da desinflação esperada com o acordo de paz, mas exigem cautela diante da volatilidade geopolítica.

Manter cautela em renda variável, com Ibovespa acumulando, 8,24% no 2T26. Priorizar setores defensivos e aguardar visibilidade sobre o cenário eleitoral (outubro/2026) e a durabilidade do acordo.

Avaliar exposição internacional como instrumento de diversificação e proteção contra riscos domésticos.

Reforçar análise de crédito privado (LF, CDB, FIDC), priorizando emissores de alta qualidade e com rating consistente.

5. QUADRO-RESUMO DE DELIBERAÇÕES

Nº	DELIBERAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Aprovação da Ata nº 172/2026 – por unanimidade	Art. 1º, §6º – Res. 5.272	Presidente	Imediato
2	Alocar os recursos do mês no Fundo IDKA IPCA 2A do Banco do Brasil	Art. 7º, I – Res. 5.272	Gestor de Recursos	Imediato
3	Resgatar os recursos para folha de pagamento do fundo BB PERFIL	Art. 7º, II – Res. 5.272	Gestor de Recursos	Agosto/2026
4	Publicar custos dos fundos no portal da transparência do FUNPESPA (trimestralmente)	Art. 2º, §3º, II – Res. 5.272	Presidente	Agosto/2026
5	Solicitar novo Relatório de Análise de Portfólio, Sugestão e Realocação – Base: julho/2026	Art. 4º, I – Res. 5.272	Assessor	Agosto/2026
6	Elaboração e envio do Parecer do Comitê de Investimentos competência agosto/2026 ao Conselho Deliberativo	Item 3.2.6 do Manual Pró-Gestão RPPS	Presidente	Agosto/2026
7	Agendar próxima reunião do Comitê de Investimentos	Art. 1º, §6º – Res. 5.272	Secretária	Agosto/2026
8	Atualizar a Relação das Instituições Financeiras Credenciadas	Item 3.2.8 do Manual Pró-Gestão RPPS	Presidente	Agosto/2026

Diante do atual cenário e análise da carteira de investimentos do Instituto, decidiu-se por alocar todo o recurso recebido no mês, por volta de R$ 1.900.000,00 em um fundo de índice IDKA IPCA 2A, contribuindo para a diversificação da carteira e para a busca de retornos consistentes no médio prazo.

Essa estratégia proporciona exposição a títulos públicos indexados à inflação com vencimentos de até dois anos, com equilíbrio entre rentabilidade e controle da volatilidade. Além da proteção do patrimônio frente à inflação, essa classe de ativos tende a apresentar um comportamento favorável em um cenário de continuidade do processo de desinflação e de expectativa de redução gradual da taxa Selic.

Outro ponto relevante é a baixa sensibilidade desses fundos às oscilações da curva de juros quando comparados aos índices de maior duration, tornando-os uma alternativa adequada em buscam capturar oportunidades no segmento de inflação sem assumir níveis elevados de risco.

6. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será enviada para publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no Portal da Transparência do FUNPESPA.

Andirá/PR, 04 de agosto de 2026.

CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Presidente do Comitê de Investimentos

ANDRÉ HENRIQUE DASSIE
Membro do Comitê de Investimentos

ADRIANA DE FÁTIMA PEREIRA SALUSTIANO
Membro do Comitê de Investimentos

Este documento foi elaborado em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272, de 18/12/2025, que entrou em vigor em 02/02/2026, revogando a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:125BD3E2

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.318 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 11.318 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre autorização para Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 502.000,00 (quinhentos e dois mil reais). Autorizado pela Lei n°. 4.063 de 18 de agosto de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir "**CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL",** nas Dotações Orçamentárias abaixo especificadas:

06. SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
002. DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
2.161. Manter o Programa Melhor em Casa	
3.1.90.16.00.00.1494 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
12. SEC. MUL. DE ESPORTES E LAZER	
002. DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
1.016. Construir, Ampliar e Reformar Centros Esportivos	
4.4.90.51.00.00.1881 OBRAS E INSTALAÇÕES	500.000,00

Art. 2° - Os recursos para abertura de Crédito Adicional Especial de que trata esta lei serão resultantes do **Excesso de Arrecadação** da Fonte 1881 - Resolução 09/2024 - FEE - Modernização e Reforma da Infraestrutura Esportiva, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e do cancelamento da seguinte dotação orçamentária:
.

06. SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
002. DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
2.161. Manter o Programa Melhor em Casa	
3.3.90.37.00.00.1494 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	2.000,00

Art. 3° - Fica acrescentada no Anexo – Programas Finalísticos – Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 3.990 de 27 de novembro de 2025, e suas alterações, nos Programas descritos abaixo a meta discriminada no artigo 1º desta lei:

PROGRAMA	Acrescentar	Reduzir
0011 – ESPORTE PARA TODOS	500.000,00	
0035 – MELHOR EM CASA	2.000,00	2.000,00

Art. 4° - Fica acrescentada no Anexo I – Das Metas e Prioridades da Administração Municipal – Lei de Diretrizes Orçamentárias, previstas no 5º da Lei Municipal nº. 3.991 de 27 de novembro de 2025, e suas alterações, nas ações descritas abaixo a meta discriminada no artigo 1º desta lei:

AÇÃO	Acrescentar	Reduzir
1.016. Construir, Ampliar e Reformar Centros Esportivos	500.000,00	
2.161. Manter o Programa Melhor em Casa	2.000,00	2.000,00

Art. 5° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:31E178CA

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 11.319 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei ,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, por término de contrato, a partir do dia 14 de agosto de 2026, a Servidora Pública Municipal **ADRIANA BERTESIN DE ALMEIDA SILVEIRA** ocupante do cargo de **FISIOTERAPEUTA - PSS.**

Art. 2° - Este decreto entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir do dia 14 de agosto de 2026.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:B3F2D075

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 11.320 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei ,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a partir do dia 19 de agosto de 2026, a Servidora Pública Municipal **CAMILA NARDONI GONÇALEZ** ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO.**

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:A7440679

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO N° 116/2026 INEXIGIBILIDADE N° 032/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PARANÁ
RODO SERVICE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO PREVENTIVA PROGRAMADA DE TRÊS MICRO-ÔNIBUS VOLARE W9C EURO VI DA FROTA OFICIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, A SEREM EXECUTADOS EM CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELA MARCOPOLO S.A. – DIVISÃO VOLARE, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS,

FILTROS, LUBRIFICANTES, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME O PLANO DE MANUTENÇÃO E AS CONDIÇÕES DE GARANTIA DO FABRICANTE.

VALOR: Pela prestação do serviço o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor de **R$ 14.334,90** (quatorze mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir de **18.08.2026 a 17.08.2027.**

DATA: 18.08.2026.

INEXIGIBILIDADE N° 032/2026

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

FERNANDO LEONEL MOREIRA
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:B7F736C3

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 4.063 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

(PROJETO DE LEI Nº 55/2026 - PMA)

LEI Nº. 4.063 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre autorização para Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 502.000,00 (quinhentos e dois mil reais).

A Câmara Municipal de Andirá aprovou e eu **EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA**, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir "**CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL",** nas Dotações Orçamentárias abaixo especificadas:

06. SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
002. DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
2.161. Manter o Programa Melhor em Casa	
3.1.90.16.00.00.1494 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
12. SEC. MUL. DE ESPORTES E LAZER	
002. DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
1.016. Construir, Ampliar e Reformar Centros Esportivos	
4.4.90.51.00.00.1881 OBRAS E INSTALAÇÕES	500.000,00

Art. 2° - Os recursos para abertura de Crédito Adicional Especial de que trata esta lei serão resultantes do **Excesso de Arrecadação** da Fonte 1881 - Resolução 09/2024 - FEE - Modernização e Reforma da Infraestrutura Esportiva, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e do cancelamento da seguinte dotação orçamentária:
.

06. SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
002. DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
2.161. Manter o Programa Melhor em Casa	
3.3.90.37.00.00.1494 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	2.000,00

Art. 3° - Fica acrescentada no Anexo – Programas Finalísticos – Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 3.990 de 27 de novembro de 2025, e suas alterações, nos Programas descritos abaixo a meta discriminada no artigo 1º desta lei:

PROGRAMA	Acrescentar	Reduzir
0011 – ESPORTE PARA TODOS	500.000,00	
0035 – MELHOR EM CASA	2.000,00	2.000,00

Art. 4° - Fica acrescentada no Anexo I – Das Metas e Prioridades da Administração Municipal – Lei de Diretrizes Orçamentárias, previstas no 5º da Lei Municipal nº. 3.991 de 27 de novembro de 2025, e suas alterações, nas ações descritas abaixo a meta discriminada no artigo 1º desta lei:

AÇÃO	Acrescentar	Reduzir
1.016. Construir, Ampliar e Reformar Centros Esportivos	500.000,00	
2.161. Manter o Programa Melhor em Casa	2.000,00	2.000,00

Art. 5° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:C0929B88

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.291 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO a Portaria 20.216 de 14 de julho de 2026, a qual concedeu 30 dias de férias, a partir do dia 03 de agosto de 2026, ao Servidor Público Municipal **VITOR HUGO ROSA TOSTA.**

R E S O L V E:

Art. 1º. Interromper**,** a partir do dia 18 de agosto de 2026**,** o período das férias do Servidor Público Municipal **VITOR HUGO ROSA TOSTA** ocupante do cargo de **MOTORISTA (ESCOLAR/AMBULANCIA).**

Art. 2°. Esta Portaria entrará em vigor nesta data,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:AD149249

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.292 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 23 dias de férias remanescentes, a partir do dia 03 de setembro de 2026, a Servidora Pública Municipal**MARIA PRISCILA FRANCISCO MIGUEL** ocupante do cargo de **AGENTE DE DEFESA CIVIL,** referente ao período aquisitivo: 11-02-2024 a 10-02-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:AEEA0746

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.294 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Ednyra Aparecida Sanches Bueno De Godoy Ferreira, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDOa Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO o Decreto 9.858 de 24 de Janeiro de 2023 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá Pr.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	LEANDRO FARIA DIAS PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES		
Fiscal Substituto:	IVANA APARECIDA COSTA NUNES MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO		
Gestor Titular:	GABRIELA FANTINATTI DE CAMPOS CARVALHATTI		
Gestor Substituto:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Contrato nº	116/2026	**VIGÊNCIA:**	18.08.2026 a 17.08.2027
Modalidade:	INEXIGIBILIDADE		
Nº licitação	032/2026		
Contratado:	**RODO SERVICE LTDA**		
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO PREVENTIVA PROGRAMADA DE TRÊS MICRO-ÔNIBUS VOLARE W9C EURO VI DA FROTA OFICIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, A SEREM EXECUTADOS EM CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELA MARCOPOLO S.A. – DIVISÃO VOLARE, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, FILTROS, LUBRIFICANTES, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME O PLANO DE MANUTENÇÃO E AS CONDIÇÕES DE GARANTIA DO FABRICANTE.		
Valor:	**R$ 14.334,90**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 18 de Agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:95922ACE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO- DISPENSA ELETRÔNICA Nº 08/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS URBANAS, INCLUINDO DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DE VETORES, NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES. **RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** até as 23h:59m do dia 25/08/2026 **LOCAL:** Oxy protocolo
https://andira.eloweb.net/protocolo/5/aberturaProcessoExterno.
AVISO NA INTEGRA: O aviso encontra-se no site do SAMAE de Andirá https://samaeandira.com.br/licitacoes, maiores informações no Departamento de Licitações e Compras - Rua Minas Gerais, nº 828 – Jardim Centenário – Andirá – PR, das 08h:00m às 12h:00m, e das 13h:30m às 17h:00m, ou pelo telefone 43 3538 – 7575. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Andirá, 18 de agosto de 2026.

FERNANDA LEITE BRUNAÇO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:1A178899

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

OBJETO: SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO SAMAE DE ANDIRÁ - PR EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO EM TODO O ESTADO DO PARANÁ, INCLUINDO A MESORREGIÃO DO NORTE PIONEIRO PARANAENSE DE MANEIRA À ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, E DEMAIS LEGISLAÇÕES RELACIONADAS A PUBLICIDADE DE ATOS PÚBLICOS, NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até as 08h:00 do dia 02/09/2026; **INÍCIO DA SESSÃO**: 09h:00m do dia 02/09/2026. **LOCAL:** BNC (Bolsa Nacional de Compras) - www.bnc.org.br. **AQUISIÇÃO DO EDITAL**: O edital completo encontra-se no site do SAMAE de Andirá https://samaeandira.com.br/licitacoes ou www.bnc.org.br, maiores informações no Departamento de Licitações e Compras - Rua Minas Gerais, nº 828 – Jardim Centenário – Andirá – PR, das 08h:00m às 12h:00m, e das 13h:30m às 17h:00m, ou pelo telefone 43 3538 – 7575. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Andirá, 18 de agosto de 2026.

RONIVALDO VISOTO,
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:7718EEF7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 032/2026

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 070/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTONINA/PR
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO EVANGELIZAR E PRECISO
CNPJ: 07.634.465/0001-43

OBJETO: Contratação da Banda Show Danilo Dyba para realização de apresentação artística durante a programação oficial da Festa de Nossa Senhora do Pilar 2026, promovida pelo Município de Antonina/PR, no dia 15 de agosto de 2026, em conformidade com o Termo de Convênio nº 0449/2026 e Protocolo nº 25.518.242-0 – SETU.
VALOR: R$ 10.000,00 (dez mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, II da Lei Federal 14.133/2021
PRAZO DE VIGÊNCIA: 160 (cento e sessenta) dias.
DATA DO FIRMAMENTO: 14/08/2026.

ASSINAM: Sra. Rozane Maristela Benedetti Osaki, Prefeita do Município de Antonina/PR; Sr. Thiago Afonso de Souza, Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico; e Sr. Alexandre Jose Tormena, representante legal da Associação Evangelizar E Preciso.

Publicado por:
Ilziliane Cardoso Maurício
Código Identificador:E5FC6657

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CERTIDÃO DE APROVAÇÃO - RESOLUÇÃO Nº 07/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE ANTONINA/PR

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO

Certifico, para os devidos fins, que a presente **Resolução nº 07/2026 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Antonina/PR** foi apreciada e aprovada pelo Plenário do Conselho, em reunião realizada em 17 de agosto de 2026, conforme **Ata nº 07/2026**.

Certifico, ainda, que a presente deliberação observa as disposições da **Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR**, especialmente quanto ao **Eixo 6 – Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**, à possibilidade de aquisição de veículo como despesa de capital, à competência deliberativa do CMDCA e às regras para alteração do Plano de Ação e do Plano de Trabalho.

Antonina/PR, 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:28169D1C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 07/2026 - DISPÕE SOBRE A DELIBERAÇÃO E APROVAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA, PROVENIENTES DO INCENTIVO ESTADUAL INSTITUÍDO PELA DELIBERAÇÃO Nº 013/2025 – CEDCA/PR,

RESOLUÇÃO Nº 07/2026

Dispõe sobre a deliberação e aprovação da aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, provenientes do Incentivo Estadual instituído pela Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR, para aquisição de veículo destinado ao fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Antonina/PR, e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE ANTONINA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 227 da Constituição Federal, que estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais e colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, especialmente os arts. 4º, 88, 131, 132, 134 e 136;
CONSIDERANDO que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO a legislação municipal vigente que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;
CONSIDERANDO que compete ao Município assegurar as condições materiais e administrativas necessárias ao adequado funcionamento do Conselho Tutelar, nos termos da legislação vigente;
CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 194, de 10 de julho de 2017, que acrescentou o § 2º ao art. 16 da Resolução CONANDA nº 137/2010, estabelecendo a possibilidade de afastamento da vedação prevista no inciso V do § 1º do referido artigo mediante resolução própria do Conselho dos Direitos, desde que estabelecidas as formas e critérios de utilização dos recursos e observado que estes sejam destinados exclusivamente à política da infância e da adolescência;
CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 231, de 28 de dezembro de 2022, especialmente seu art. 4º e § 1º, que estabelecem a necessidade de previsão orçamentária municipal para implantação, manutenção e funcionamento dos Conselhos Tutelares, incluindo transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecimento da Rede de Proteção e do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Antonina;
CONSIDERANDO a solicitação apresentada pelo Conselho Tutelar de Antonina quanto à necessidade de veículo adequado para o desempenho de suas atribuições legais, especialmente para visitas, diligências, acompanhamentos, atendimentos e articulação com os demais órgãos integrantes da Rede de Proteção;
CONSIDERANDO a **Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR**, que estabelece os procedimentos de repasse de recursos, na modalidade fundo a fundo, para o fortalecimento, em âmbito municipal, do Sistema Estadual da Política da Criança e do Adolescente – SEPCA/PR;
CONSIDERANDO que o art. 2º, inciso VI, da Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR estabelece o **Eixo 6 – Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**, destinado, entre outras finalidades, ao fortalecimento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares e das Organizações da Sociedade Civil;
CONSIDERANDO que o § 1º do art. 2º da Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR contempla, no âmbito do Eixo 6, ações destinadas à melhoria das estruturas necessárias ao exercício das atribuições dos órgãos integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO que, conforme o **Anexo II da Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR**, o Município de Antonina/PR foi contemplado com o valor total de **R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)**, sendo R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) de valor de referência e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) de valor adicional;
CONSIDERANDO que o art. 17 da Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR admite a execução de despesas de custeio e de capital, desde que destinadas ao atendimento dos Eixos estabelecidos na referida Deliberação;
CONSIDERANDO que o **art. 17, inciso II, § 1º, da Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR** prevê expressamente a possibilidade de utilização dos recursos para aquisição de **veículo**, caracterizando-se como despesa de capital;
CONSIDERANDO que a aquisição de veículo para fortalecer a capacidade de deslocamento e atuação institucional do Conselho Tutelar e da Rede de Proteção guarda pertinência direta com o Eixo 6 da Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR;
CONSIDERANDO que o **art. 24 da Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR** estabelece a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para deliberar sobre a aplicação e execução dos recursos, de acordo com o planejamento aprovado;
CONSIDERANDO que o **art. 31 da Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR** admite a alteração do Plano de Ação mediante aprovação do CMDCA e publicação de nova resolução, desde que respeitados o objeto e a finalidade da Deliberação;
CONSIDERANDO que a aquisição do veículo se encontra vinculada ao **Plano de Trabalho** aprovado pelo CMDCA, ou, caso necessária sua inclusão ou alteração, será formalizada mediante deliberação

específica deste Conselho, observadas as disposições da Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR;

CONSIDERANDO a disponibilidade dos recursos provenientes do Incentivo Estadual e a necessidade de sua aplicação em ação que contribua efetivamente para o fortalecimento da política municipal de promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMDCA de Antonina, realizada em 14 de agosto de 2026, registrada na Ata nº 08/2026;

RESOLVE:

Art. 1º

Fica **DELIBERADA, APROVADA E AUTORIZADA, NO ÂMBITO DA COMPETÊNCIA DO CMDCA**, a aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, provenientes do **Incentivo Estadual previsto na Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR**, para a aquisição de **01 (um) veículo automotor novo**, destinado ao fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Rede de Proteção do Município de Antonina/PR.

Art. 2º

A aquisição prevista no art. 1º será vinculada ao **Eixo 6 – Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**, previsto no art. 2º, inciso VI, da Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR.

Parágrafo único. A ação tem por finalidade melhorar as condições estruturais e operacionais para o exercício das atribuições dos órgãos integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, especialmente do Conselho Tutelar e da Rede de Proteção.

Art. 3º

A aquisição do veículo será considerada **despesa de capital**, nos termos do art. 17, inciso II, § 1º, da Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR, que admite expressamente a aquisição de veículo com os recursos do incentivo, desde que vinculada aos objetivos e eixos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 4º

O veículo será destinado prioritariamente ao atendimento das ações institucionais relacionadas à política municipal de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

1º Considerando as atribuições legais do Conselho Tutelar, o veículo poderá ser disponibilizado para seu **uso institucional**, especialmente para:

I – realização de visitas domiciliares e institucionais;

II – realização de diligências;

III – atendimento e acompanhamento de crianças, adolescentes e suas famílias;

IV – encaminhamentos decorrentes de situações de ameaça ou violação de direitos;

V – articulação com os serviços da Rede de Proteção;

VI – deslocamentos necessários à atuação do Conselho Tutelar;

VII – participação em reuniões, audiências, capacitações e atividades institucionais relacionadas às suas atribuições;

VIII – demais atividades previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

2º A utilização do veículo deverá guardar relação direta com as finalidades da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e com o Plano de Trabalho aprovado pelo CMDCA.

Art. 5º

A aquisição deverá estar prevista no **Plano de Trabalho e no planejamento de aplicação dos recursos do Incentivo Estadual da Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR**.

1º Caso a aquisição não esteja contemplada no Plano de Trabalho ou Plano de Ação originalmente aprovado, deverá ser realizada a correspondente alteração mediante deliberação do CMDCA e publicação de nova Resolução, nos termos do art. 31 da Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR.

2º A alteração do planejamento deverá preservar o objeto e a finalidade do incentivo e demonstrar a vinculação da aquisição ao fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 6º

O Município de Antonina foi contemplado, nos termos do Anexo II da Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR, com o valor total de **R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)**, destinado às ações do Incentivo Estadual.

1º O valor a ser utilizado especificamente para a aquisição do veículo será aquele definido no Plano de Trabalho e no procedimento administrativo de contratação, observada a disponibilidade financeira e orçamentária.

2º A aquisição do veículo não poderá comprometer as demais ações previstas no Plano de Trabalho aprovado, salvo mediante alteração regularmente deliberada pelo CMDCA.

Art. 7º

A presente deliberação não substitui nem afasta a responsabilidade do Município de Antonina de assegurar, com recursos próprios e mediante previsão na Lei Orçamentária Municipal, as condições materiais, administrativas e financeiras necessárias ao funcionamento ordinário do Conselho Tutelar.

Parágrafo único. A aquisição realizada com recursos do Incentivo Estadual não deverá ser interpretada como substituição permanente das despesas ordinárias de manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar que constituem responsabilidade do Poder Público Municipal.

Art. 8º

O veículo adquirido deverá:

I – ser incorporado ao patrimônio do Município de Antonina;

II – permanecer vinculado à Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III – ser utilizado exclusivamente para atividades institucionais relacionadas às finalidades previstas nesta Resolução;

IV – possuir controle de utilização, abastecimento, quilometragem e manutenção;

V – observar as normas municipais relativas à utilização, guarda, conservação e manutenção dos veículos oficiais;

VI – ser mantido em condições adequadas de uso e segurança.

Art. 9º

É vedada a utilização do veículo para:

I – atividades particulares;

II – transporte para finalidade estranha ao serviço público;

III – atividades político-partidárias;

IV – promoção pessoal de agentes públicos, conselheiros ou terceiros;

V – qualquer finalidade incompatível com a Política dos Direitos da Criança e do Adolescente ou com a legislação vigente.

Art. 10

A aquisição deverá observar integralmente a **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais normas de contratação pública, bem como a regulamentação municipal aplicável.

Parágrafo único. A presente Resolução constitui deliberação do CMDCA quanto à aplicação dos recursos e não substitui os atos administrativos próprios do Poder Executivo necessários à realização da contratação.

Art. 11

O processo administrativo de aquisição deverá conter, observada a legislação aplicável:

I – justificativa da necessidade da aquisição;

II – Plano de Trabalho aprovado pelo CMDCA;

III – demonstração da vinculação ao Eixo 6 da Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR;

IV – indicação da fonte de recursos;

V – disponibilidade orçamentária e financeira;

VI – Estudo Técnico Preliminar, quando exigível;

VII – Termo de Referência;

VIII – pesquisa de preços;

IX – procedimento de contratação correspondente;

X – manifestação jurídica, quando exigível;

XI – empenho e demais documentos de execução da despesa;

XII – nota fiscal e comprovante de pagamento;

XIII – termo de recebimento;

XIV – documentação de incorporação patrimonial;

XV – demais documentos exigidos para a prestação de contas dos recursos.

Art. 12

Compete à Secretaria Municipal responsável pela execução da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, em conjunto com os setores competentes da Administração Municipal, adotar as providências administrativas necessárias à execução da presente deliberação.

Art. 13

Compete ao CMDCA acompanhar e fiscalizar, no âmbito de suas atribuições, a execução dos recursos e da ação aprovada, podendo solicitar ao Poder Executivo Municipal:

I – informações sobre o processo de aquisição;
II – documentos relativos à aplicação dos recursos;
III – informações sobre a incorporação patrimonial;
IV – informações sobre a utilização do veículo;
V – informações sobre manutenção e conservação;
VI – relatórios e documentos necessários à avaliação dos resultados da ação.

Art. 14
A Administração Municipal deverá observar os procedimentos, prazos e mecanismos de execução e prestação de contas estabelecidos na **Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR**, inclusive aqueles relacionados ao registro e à comprovação da execução dos recursos nos sistemas oficiais de acompanhamento e prestação de contas.

Art. 15
Qualquer alteração da finalidade ou destinação do veículo que implique modificação da ação aprovada deverá ser previamente submetida à apreciação do CMDCA, observada a legislação patrimonial, financeira e as disposições da Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR.

Art. 16
Caso sejam identificados impedimentos técnicos, orçamentários, financeiros ou jurídicos à execução da aquisição nas condições aprovadas, a Administração Municipal deverá comunicar formalmente o CMDCA, para avaliação e adoção das providências cabíveis.
Parágrafo único. Quando necessária alteração do Plano de Ação ou do Plano de Trabalho, deverá ser observado o procedimento previsto no art. 31 da Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR.

Art. 17
A presente Resolução deverá ser registrada em ata, publicada no meio oficial de divulgação dos atos do Município e juntada ao respectivo processo administrativo.
Parágrafo único. A publicação desta Resolução deverá assegurar transparência quanto à deliberação do CMDCA e à aplicação dos recursos destinados à Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 18
Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Antonina, observadas a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a legislação municipal, as normas do CONANDA, as deliberações do CEDCA/PR e as orientações da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF/PR.

Art. 19
Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Antonina/PR, 17 de agosto de 2026.

CLAUDINEIA CABRAL FREIRE
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Antonina – Paraná

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:28D27B6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 177/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 177/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da construção de um Unidade Básica de Saúde – UBS Tipo III, no bairro Bugre nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 2.683.487,14 (dois milhões, seiscentos e oitenta e três mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e quatorze centavos)

Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 20/08/2026 as 08h29m do dia 04/09/2026.
Abertura das Propostas: das 08h30m do dia 04/09/2026 as 08h59m do dia 04/09/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h00m do dia 04/09/2026.

O edital poderá ser obtido junto ao portal de transparência acessando o site www.balsanova.pr.gov.br e no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br. Demais informações poderão ser solicitados pelo endereço de e-mail licitacao@balsanova.pr.gov.br ou pelo telefone: (41) 3636-8013/8015/8067.

Balsa Nova/PR, 18 de agosto de 2026.

Assinado Digitalmente
BIANCA APARECIDA MARREIRO
Agente de Contratação
Portaria nº 570/2026

Publicado por:
Bianca Aparecida Marreiro
Código Identificador:1435D229

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00010

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - BALSA NOVA - PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00010, de 18 de Agosto de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
CASEMIRO STOCO(ESPÓLIO DE) E OUTROS	01X.XXX.XX9-68	7443 /00029/2026
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: LUCIANO JOSE DE SOUZA Matrícula: 00054189 Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO / 6202 Assinatura:		

Data de afixação: 18/08/2026
Data de desafixação: 02/09/2026

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:7C667DF7

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00011

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - BALSA NOVA - PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00011, de 18 de Agosto de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
JOSE FRANCO PELLIZZARI(ESPÓLIO DE) E OUTROS	10X.XXX.XX9-20	7443 /00033/2026
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: LUCIANO JOSE DE SOUZA Matrícula: 00054189 Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO / 6202 Assinatura:		

Data de afixação: 18/08/2026
Data de desafixação: 02/09/2026

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:71BBC7CA

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00012

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - BALSA NOVA - PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00012, de 18 de Agosto de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
JOSE FRANCO PELLIZZAR(ESPÓLIO DE) E OUTROS	10X.XXX.XX9-20	7443 /00034/2026
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: LUCIANO JOSE DE SOUZA Matrícula: 00054189 Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO / 6202 Assinatura:		

Data de afixação: 18/08/2026
Data de desafixação: 02/09/2026

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:2101CA25

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00015

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - BALSA NOVA - PR

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00015, de 18 de Agosto de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
VILMAR HARDER (ESPÓLIO DE)	49X.XXX.XX9-00	7443/00051/2026
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: LUCIANO JOSE DE SOUZA Matrícula: 00054189 Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO / 6202 Assinatura:		

Data de afixação: 18/08/2026
Data de desafixação: 02/09/2026

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:880880BF

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 140/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 140/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Contratada: MULTILISA COMERCIO DE VARIEDADES LTDA.
Objeto: Aditamento contratual correspondente ao reequilíbrio de preço dos itens:
Item 01, Lote 298, ROLO TNT 1,4X50M 40G - AMARELO, de R$ 41,75 para R$ 65,09. A partir de 18/06/2026.
Item 01, Lote 300, ROLO TNT 1,4X50M 40G - BRANCO, de R$ 41,75 para R$ 65,09. A partir de 18/06/2026.
Item 01, Lote 301, ROLO TNT 1,4X50M 40G - MARROM, de R$ 41,75 para R$ 65,09. A partir de 18/06/2026.
Item 01, Lote 302, ROLO TNT 1,4X50M 40G - PRETO, de R$ 41,75 para R$ 65,09. A partir de 18/06/2026.
Item 01, Lote 303, ROLO TNT 1,4X50M 40G - ROSA, de R$ 41,75 para R$ 65,09. A partir de 18/06/2026.
Item 01, Lote 304, ROLO TNT 1,4X50M 40G - VERDE, de R$ 41,75 para R$ 65,09. A partir de 18/06/2026.
Item 01, Lote 305, ROLO TNT 1,4X50M 40G - VERMELHO, de R$ 41,75 para R$ 65,09. A partir de 18/06/2026.
Foro: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 02/2024.

Informações Complementares: Permanecem inalteradas às demais disposições da Ata de Registro de Preços nº 140/2025.
Balsa Nova, 11 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:8C3D2C7F

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 099/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 099/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 083/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: 48.526.173 ANDREI AUGUSTO REGLOSKI.
OBJETO: Contratação da dupla musical Andrey e Eliseu para realização de apresentação musical ao vivo, durante a Festa do Agricultor 2026, a ser realizada em 23 de agosto de 2026, no Centro de Eventos do Município de Balsa Nova.
VALOR: Até R$ 2.500,00 (dois mil, quinhentos reais) por todo o objeto contratado.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
07.002.23.695.0008.2045-3.3.90.39.00.00.1000
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Municipal nº 02/2024 e Lei Federal nº 14.133/2021.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.
Balsa Nova, 17 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:6DA64A0D

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 100/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 100/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 084/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: FRATERNITAS.
OBJETO: Contratação de credenciada para prestação de serviço de acolhimento institucional para pessoa idosa, em instituição de longa permanência para idosos – ILPI, grau de dependência II, no âmbito do credenciamento vigente do Município.
VALOR: Até R$ 61.716,00 (sessenta e um mil, setecentos e dezesseis reais) por todo o objeto contratado.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
13.004.08.241.0015.2142-3.3.90.39.00.00.1000
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Municipal nº 02/2024 e Lei Federal nº 14.133/2021.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.
Balsa Nova, 18 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:F442ADC1

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 593/2026

PORTARIA N.º 593/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento na Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 001/2024, e o Processo Administrativo N.º 20078/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 001/2024, pelo prazo **02/09/2026 a 01/03/2027.**

AMANDA CRISTINA DE OLIVEIRA MANICKA
Matrícula: 541951
Cargo: Engenheiro Civil
Lotação: Secretaria Municipal de Obras

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com **produção de efeitos em 02/09/2026.**

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 18 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:645BAED9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA - Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026
UASG: 987445 - PNCP: 76235753000148-1-000084/2026
O Município de Bandeirantes-PR avisa aos interessados que está aberto o edital de Credenciamento Público com data de sessão para abertura dos envelopes em **10/09/2026, às 08:30:00**, na sede da Prefeitura Municipal de Bandeirantes - Setor de Licitações, localizada à Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Caixa Postal 281 - CEP 86.360-055, que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA FORNECIMENTO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, CONFORME LEGISLAÇÕES, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BANDEIRANTES PR 2026**. Os interessados (Grupos Formais, informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 10/09/2026, às 08:29:59, na sede da Prefeitura Municipal de Bandeirantes - Setor de Protocolo, localizada à Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Caixa Postal 281 - CEP 86.360-055. A retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, através do link: https://pncp.gov.br/app/editais, palavra-chave: 987445, https://bandeirantes.pr.gov.br/licitacao e também no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 18 de agosto de 2026.

Bandeirantes - PR, 17 de agosto de 2026.

CLÁUDIA JANZ DA SILVA
Secretária de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 32/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2026
O Município de Bandeirantes-PR avisa os interessados que no dia **09/09/2026, às 08:30**, no portal: https://bllcompras.com, realizará a licitação em referência, que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE ARLA 32 DESTINADO AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS MOVIDOS A DIESEL PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR**. A retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://bllcompras.com, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, através do link:

https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1, https://www.bandeirantes.pr.gov.br/licitacao e também no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 20 de agosto de 2026.

Bandeirantes - PR, 17 de agosto de 2026.

CLÁUDIA JANZ DA SILVA
Secretária de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 33/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2026
O Município de Bandeirantes-PR avisa os interessados que no dia **02/09/2026, às 08:30**, no portal: https://bllcompras.com, realizará a licitação em referência, que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS USUÁRIOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA**, **ATENDIDOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DE BANDEIRANTES**, **CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO**. A retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://bllcompras.com, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, através do link: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1, https://www.bandeirantes.pr.gov.br/licitacao e também no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 20 de agosto de 2026.

Bandeirantes - PR, 17 de agosto de 2026.

CLÁUDIA JANZ DA SILVA
Secretária de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 34/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2026
O Município de Bandeirantes-PR avisa os interessados que no dia **04/09/2026, às 08:30**, no portal: https://bllcompras.com, realizará a licitação em referência, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM ESTABELECIMENTO HOTELEIRO LOCALIZADO EM UM RAIO MÁXIMO DE 50 (CINQUENTA) QUILÔMETROS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR, EM APARTAMENTO INDIVIDUAL CONTENDO, NO MÍNIMO, BANHEIRO PRIVATIVO**, **AR-CONDICIONADO**, **FRIGOBAR**, **ACESSO À INTERNET (WI-FI) E CAFÉ DA MANHÃ INCLUÍDO NA DIÁRIA**. A retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://bllcompras.com, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, através do link: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1, https://www.bandeirantes.pr.gov.br/licitacao e também no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 20 de agosto de 2026.

Bandeirantes - PR, 17 de agosto de 2026.

CLÁUDIA JANZ DA SILVA
Secretária de Administração

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO NRº 02/2026
***pela* LEI 13.019/2014**
SELEÇÃO DE PROJETOS
O Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres, torna público o seguinte aviso:
Objeto: SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, PELA LEI 13.019/2014, OBJETIVANDO CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO PARA REPASSE DE RECURSO DA DELIBERAÇÃO N° 005/2025 DO COEDE/PR, sendo que o valor total do repasse será de R$ 29.000,00 (vinte nove mil reais).
Poderão participar as OSC que atendam aos requisitos previstos no inciso XII do Artigo 2º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.
O edital com as condições de participação e demais informações estará disponível a partir de 17/08/2026, podendo ser retirado presencialmente na Secretaria de Planejamento Município de Bandeirantes, situada na Rua Frei Rafael Proner, Centro, ou no sítio www.bandeirantes.pr.gov.br.A documentação de habilitação deverá ser protocolada no Departamento de Protocolo até às **08h20min** do dia **19**/**10**/**2026** A sessão de abertura dos envelopes e análise da documentação ocorrerá no mesmo dia **(19**/**10**/**2026)**, a partir das 08h30min, no endereço supracitado. Para mais informações, os interessados poderão entrar em contato com a Prefeitura Municipal.

Bandeirantes, 17 de agosto de 2026.

ROSIANE CRISTINA VIEIRA NÉIA STORTI
Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas Para Mulheres
Publicado por:
Weslley Rodrigo Ramos Pires
Código Identificador:7A9BC8F0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2026 - MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Carlos Rosa Alves, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***919329**, portador da carteira de identidade n.º *454380*, e

CONTRATADA: PEDREIRA ITAIPU INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS E ASFALTO LTDA, CNPJ: 00.159.291/0001-65.

PROCESSO LICITATORIO: Concorrência nº 01/ 2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM CBUQ ESPESSURA DE 5,00 CM, SUB-BASE EM MACADAME 15,00 CM BASE COM BRITA GRADUADA DE 10,00 CM, COM EXTENSÃO DE 4.800,00 M NA ESTRADA POCINHO DE BARBOSA FERRAZ.

VALOR: R$ 5.545.328,12 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, trezentos e vinte e oito reais e doze centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 DIAS

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 DIAS

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 17/08/2026

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 17 de Agosto de 2026
Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:EB604FDC

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2026- MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Carlos Rosa Alves, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***919329**.

CONTRATADA: 16.099.571 CICERO GOMES DE SOUZA, CNPJ: 16.099.571/0001-65.

PROCESSO LICITATORIO: Dispensa nº 24/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA A SER REALIZADO NO DISTRITO DE BOURBONIA DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR..

VALOR: R$ 31.200,00 (trinta e um mil, duzentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 01/05/2026

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/21

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 01 de maio de 2026

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:F1F3EE9F

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 40/ 2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 118/ 2026

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, Inscrito no CNPJ Nº 76.950.062/0001-26, com sede à Avenida Presidente Kenedy, 636 – Centro CEP: 86960-000 - Barbosa Ferraz/PR**,** nos termos da Lei 14133/2021 Art. 74 - II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; e o decreto municipal 26/2023 e demais regulamentações, **COMUNICA QUE;** Por intermédio do Departamento de licitações, **RATIFICA** a **INEXIGIBILIDADE** em favor MARCUS E DALTO PRODUÇAO MUSICAL LTDA**,** inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. 28.341.429/0001-61, com sede/domicílio na(o) Rua Fernando Monteiro Furtado, 150, apt. 1703, Londrina – Pr , CEP 86050-760, Bairro:Gleba Palhano , CEP 86050-760.
OBJETO**: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA MARCUS E DALTO PRODUÇAO MUSICAL LTDA, CNPJ: 28.341.429/0001-61, PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A DUPLA MARCUS E DALTO, A SER REALIZADO NO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.**

Pelo **VALOR DE R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**

BARBOSA FERRAZ, PR – 18/08/2026.

HENRIQUE WARKEN
Agente de Contratação
Presidente da Comissão de Licitação

Ratifico por este termo a **INEXIGIBILIDADE Nº 40/ 2026**

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:88E9EEB7

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DECRETO Nº 66/2026.

DECRETO Nº 66/2026.

SÚMULA: Prorroga, até 31 de dezembro de 2026, a vigência do Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei Municipal nº 2.146/2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei Municipal nº 2.146/2015, encerrou sua vigência em 18 de junho de 2025;
CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 22.591, de 29 de agosto de 2025, prorrogou, até 31 de dezembro de 2026, a vigência do Plano Estadual de Educação do Paraná, aprovado pela Lei Estadual nº 18.492, de 24 de junho de 2015;
CONSIDERANDO que o novo Plano Nacional de Educação foi aprovado pela Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026;
CONSIDERANDO que o processo de elaboração do novo Plano Municipal de Educação encontra-se em curso, com o objetivo de adequar as políticas educacionais do Município às diretrizes, aos objetivos, às metas e às estratégias estabelecidas pela legislação educacional vigente;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade das diretrizes, metas, estratégias e políticas públicas educacionais municipais até a conclusão e a aprovação do novo Plano Municipal de Educação;

DECRETA:
Art. 1º Fica prorrogada, até 31 de dezembro de 2026, a vigência do Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei Municipal nº 2.146/2015.
Art. 2º Durante o período de prorrogação, permanecem aplicáveis as diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, sem prejuízo das adequações decorrentes da legislação educacional superveniente.
Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação dará continuidade ao processo de elaboração do novo Plano Municipal de Educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação e com o Plano Estadual de Educação do Paraná.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barbosa Ferraz, 18 de agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito do Município de Barbosa Ferraz

ANA CATARINA BARBOSA BLESSA PEGORARO
Secretário(a) Municipal de Educação

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:D13AA9CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 278-2026

PORTARIA N° 278/2026
De: 18/08/2026.

SÚMULA: "Concede Licença Prêmio a servidora Célia Belarmino Leite e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, **CARLOS ROSA ALVES**, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com **a LEI MUNICIPAL Nº 2.269/2018** e suas alterações,

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a servidora **CÉLIA BELARMINO LEITE,** portadora do CPF nº 626.XXX.XXX-20, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo I**,** na Matricula nº 501674, compreendendo o período de 07/08/2026 a 05/09/2026, referente ao período aquisitivo 2017/2022.
Artigo 2° - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros em 07 de agosto de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barbosa Ferraz, 18 de agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

LEANDRO DE MELLO SILVA
Secretário (a) Municipal de Saúde

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:758794ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026

O Município de Barra do Jacaré vem **CONVOCAR** de acordo com a lei nº 915/2026: os representantes formalmente indicados pelos órgãos e entidades estabelecidos ou domiciliados no município (artigo 9º) para comparecerem à **ASSEMBLÉIA de eleição e deliberação do CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E TECNOLOGIA - COMCIET:**
1. DA DATA, HORÁRIO E LOCAL:
Data: 31/08 /2026
Horário: 1ª chamada às 13:00hs, com presença geral, ou em 2ª chamada às 13:15hs, com a presença de metade mais um dos integrantes**.**
Local: Secretaria Municipal de Cultura
Endereço: Rua Antônio dos Santos, 549, Barra do Jacaré - PR
2. DOS OBJETIVOS:
Na conformidade da lei nº 915/2026, o colegiado cumprirá a seguinte pauta:
1 – Eleição dos componentes;
2 - Aprovação do Regimento Interno;
3. DA REPRESENTAÇÃO:
A **Assembleia** deverá contar com a presença de seus membros indicados como titulares, ou suplentes em condição de titularidade, em virtude da ausência justificada do titular, sendo que o exercício da função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como de relevante serviço público.

Barra do Jacaré, 18 de agosto de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cibelli Karolaine Calixto Dutra
Código Identificador:3AFAD8D3

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 04.10/2026 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Referente ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) – EDITAL nº. 04/2025 de 25/08/2025 Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento extraordinário de vagas de MERENDEIRA, MOTORISTA, OFICINEIRO DE CORTE E COSTURA E COVEIRO na Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré - PR, *(publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 27/08/2025 – Edição 3350 – págs.549 a 558)*.

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, LUIZ FABIANO ZANATTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO a portaria nº. 043/2025 de 29/01/2025 (Comissão Organizadora) *(publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 30/01/2025 – Edição 3205)*.

CONSIDERANDO a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Processo Seletivo Simplificado (PSS) – EDITAL nº. 04/2025 de 25/08/2025 *(publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 27/08/2025 – Edição 3350 – págs.549 a 558)*.

CONSIDERANDO que o resultado do Processo Seletivo Simplificado (PSS) foi Homologado através do Edital nº. 004/2025 de 01/10/2025 (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 02/10/2025 – Edição 3376 – págs. 539 a 540*).

CONSIDERANDO o Ofício nº 162/2026 de 11/08/2026 protocolado sob o nº 407/2026 em 13/08/2026 solicitando convocação de um servidor para o cargo: Motorista PSS.

CONVOCA o candidato aprovado para o cargo abaixo, conforme processo seletivo 04/2025 (PSS), a saber:

MOTORISTA – 40 HORAS:

NOME:	DATA DE NASCIMENTO:	CLASSIFICAÇÃO:
ERICK HENRIQUE PERES VAROTO	13/06/2003	8°

O candidato acima relacionado deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação do Edital de Convocação, ou seja, de **19/08/2026 à 25/08/2026** munido de documentos relacionados (conf. Edital de abertura nº. 04/2025 no art. 15 em seus itens 15.3). conforme abaixo descrito.

15.3 Documentos para admissão:
ATESTADO DE SAÚDE (emitido pelo médico do trabalho);
EXAME TOXICOLÓGICO ATUALIZADO (para o cargo de MOTORISTA)
CERTIDÃO DE NASCIMENTO e/ou CERTIDÃO DE CASAMENTO;
TÍTULO ELEITORAL;
PROVA DE QUITAÇÃO COM A JUSTIÇA ELEITORAL;
PROVA DE QUITAÇÃO COM O SERVIÇO MILITAR PARA O CANDIDATO DO SEXOMASCULINO;
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: RG;
CARTÃO DO CPF;
CARTEIRA DE MOTORISTA (CNH) PARA CARGO DE MOTORISTA;
CTPS – CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL;
CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE/CONCLUSÃO DE CURSO (conforme consta no edital de concurso);
02 (DUAS) FOTOS 3x4 RECENTES;
CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL (expedida pela Comarca onde reside);
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (conta de água, luz, telefone, por exemplo);
CADASTRO NÚMERO DO PIS/PASEP;
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO OU NÃO DE EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA NAS ESFERAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL);
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO PERCEBE PROVENTOS DE APOSENTADORIA;
CONTA SALÁRIO OU CONTA CORRENTE PARA RECEBIMENTO DE SALÁRIO;

E, para conhecimento dos interessados expede-se este Edital que será fixado no mural da Prefeitura Municipal, bem como publicado no Diário Oficial do Município *(diariomunicipal.com.br/amp/)*, no Portal de Transparência *(barradojacare.pr.gov.br/transparencia/adm/pss)* que também poderá ser encaminhado via e-mail e contato telefone (cadastrado na inscrição) (conf. previsto no item 15.1 do art. 15 do Edital de abertura nº. 04/2025).

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 18 de agosto de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:F46131AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIAS

REQUISIÇÃO DE DIÁRIAS Nº 668/2026
LEI MUNICIPAL Nº 528/2017
REQUERENTE: OSVALDO MIGUEL AZEREDO

UNIDADE: LEGISLATIVO MUNICIPAL
ORGÃO: CÂMARA MUNICIPAL

Nº DE DIÁRIAS	DESTINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO/DIA	VALOR TOTAL
3,0	VIAGEM PARA: DIONISIO CERQUEIRA-SC	**09 UFM**	**27 UFM**
	"CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA NA GESTÃO MUNICIPAL: JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO, CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS E ATUAÇÃO DE VEREADORES, SERVIDORES E ASSESSORES" OBS: VALOR DA UFM NA DATA R$ 73,29 (DECRETO de 19/01/2026 DO EXECUTIVO).	**659,61**	**1.978,83**
	PERIODO: DE 18/08 A 21/08/2026		
	TOTAL		**1.978,83**

Bela Vista da Caroba – Pr., 17 de agosto de 2026.

Assinatura do requerente

AUTORIZAÇÃO

Nos termos do Artigo 2º, da Lei nº 528/2017, AUTORIZO a presente solicitação de viagem.

Bela Vista da Caroba-PR, 17 de agosto 2026.

_____
Presidente da Câmara Municipal

COMUNICAÇÃO INTERNA

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS		Nº	468
LEI MUNICIPAL 528/2017		REQUISIÇÃO Nº	668/2026

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ A EFETURAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
FUNCIONARIO	OSVALDO MIGUEL AZEREDO		MATR.	40-9
CARGO/FUNÇÃO	VEREADOR	LOTAÇÃO	CÂMARA MUNICIPAL	

VINCULO				
EFETIVO			COMISSIONADO	
AGENTE POLITICO	X		MEMBRO DE CONSELHOS	
OUTROS COLABORADORES			DIARIAS EXTERIOR	

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
INICIO	FIM				
18/08	21/08	DIONISIO CERQUEIRA	SC	CURSO	3,00

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	
		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X
NOME(S) PACIENTE(S)			

OBSERVAÇÕES	
O FUNCIONÁRIO DEVERÁ COMPROVAR SUA PARTICIPAÇÃO NO(S) EVENTO(S) DESCRITOS MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO, DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO OU OUTROS DOCUMENTOS QUE COMPROVEM SUA EFETIVA PARTICIPAÇÃO	

Forma de Deslocamento:
( ) Ônibus
( ) Avião
(X) Carro Oficial
( ) Outro Especificar: _____
Previsão de Quilometragem para Combustível: _____
Valor para Combustível: _____

Publicação/Órgão: _____
Edição:_____
Data:_____/_____/_____

_____
Assinatura

Bela Vista da Caroba – Pr, em 17 de agosto de 2026.

Presidente

Setor de Contabilidade
Recursos Humanos

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:AF102E12

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CREDENCIAMENTO DE EMPRESA

O prefeito, Gelson Maffi no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de contratação, torna público o seguinte:

Licitação nº: IL11/2026
Modalidade: Inexigibilidade/Credenciamento
Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA MANUTENÇÃO E CONSERTO DE AR CONDICIONADO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, VANS E MÁQUINAS PESADAS DA FROTA MUNICIPAL.

Empresa Credenciada:

DELSION DALITOVI KAROL PERETTO
CNPJ: 07.230.347/0001-70

Data do Credenciamento: 18/08/2026

Bela Vista da Caroba, 18 de agosto de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:8706DB2C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 094/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Contratada.: DELSION DALITOVI KAROL PERETTO
Valor.....: R$ 170.213,50 (cento e setenta mil e duzentos e treze reais e cinquenta centavos)
Vigência...: Início: 18/08/2026 Término: 17/06/2027
Licitação..: Credenciamento Nº.: IL11/2026
Recursos...: Dotação: 547 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
532 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
488 - 1 . 5001 . 20 . 606 . 7 . 2.8 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
483 - 1 . 8001 . 26 . 782 . 8 . 2.41 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

474 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
291 - 1 . 8001 . 26 . 782 . 8 . 2.41 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
234 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
233 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
195 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
194 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
193 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
192 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
191 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
77 - 1 . 5001 . 20 . 606 . 7 . 2.8 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Objeto.....: CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO (MÃO DE OBRA) PARA MANUTENÇÃO E CONSERTO DE AR CONDICIONADO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, VANS E MÁQUINAS PESADAS DA FROTA MUNICIPAL

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 18/08/2026

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:5E03632C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 299/2026

PORTARIA Nº 299/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Servidora Lucia Aparecida Nunes Buczek**,** Matricula 236-1**,** nomeada através do decreto 679/2000 para exercer o Cargo de Agente comunitário de Saúde, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período de 27/06/2017 à 26/06/2018, que serão fruídas de 17/08/2026 a 05/09/2026. Conforme Lei 832/2015 Art. 101. Com plena anuência da servidora.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 18 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:C49C1631

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº300/2026

PORTARIA Nº300/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.
.

RESOLVE:

CONCEDER: Ao Servidor Valter Jose Vieira de Lima, Matricula de Nº 840-1 nomeado através Decreto 106/2010 para exercer o Cargo de Motorista, 10 (dez) dias de férias relativas ao período de 01/09/2020 à 31/08/2021, que serão fruídas de 25/08/2026 a 03/09/2026. Conforme Lei 832/2015 Art. 101. Com plena anuência da servidora.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 18 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:86976F96

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 301/2026

PORTARIA Nº 301/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

NOMEAR: A Comissão Especial de Averiguação e Avaliação de Bens Inservíveis Patrimonial da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque-PR, ficando a sua composição da seguinte forma.

PRESIDENTE: PAULO ROMENIKI RATKE
MEMBROS: JONAS JOSE MOREIRA DE SOUZA
MEMBROS: ROSEVALDO DE MIRANDA

Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria N°272/2025, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 18 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:CE095D6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 302/2026

PORTARIA Nº 302/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Servidora Jaquieli Egler, matricula nº 418093 nomeada através do decreto 190/2025 para exercer o Cargo de Monitor Educacional, 44 dias de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 05/08/2026 até o dia 17/09/2026 com retorno ao trabalho 21/09/2026 dia, conforme Laudo de Pericia Medica do Médico do Trabalho/Médico Murilo Galhart CRM-PR 58264 conforme Lei 832/2015 art. 101. Com plena anuência do servidor.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação, com efeito a contar em 05/08/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 18 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:F46E6B32

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO PÚBLICO - EMBARGO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL

AVISO PÚBLICO
LOTEAMENTO "ROTA DAS ÁGUAS"
O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR**, em cumprimento à decisão proferida nos autos da **Ação Civil Pública nº 0001914-81.2026.8.16.0062**, em trâmite perante a Vara Cível da Comarca de Capitão Leônidas Marques/PR, torna público, para conhecimento da coletividade e de potenciais adquirentes de boa-fé, que o loteamento denominado **"Rota das Águas" encontra-se em situação irregular e está embargado administrativa e judicialmente**.
O presente aviso é publicado em cumprimento à determinação judicial constante dos referidos autos.
Boa Vista da Aparecida/PR, em 17 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:48097AFA

ADMINISTRAÇÃO
PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA EMISSÃO DE TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE

PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA EMISSÃO DE TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE

A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E PARECER PARA EMISSÃO DE TÍTULOS DEFINITIVOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA – PARANÁ, nomeada pelo Decreto 112/2025 de 26/02/2025, considerando toda documentação juntada ao processo administrativo abaixo identificado, comunica aos interessados que emitiu parecer FAVORÁVEL para emissão do título de propriedade ao Requerente, conforme abaixo:
PROCESSO: 387/2026
REQUERENTES: RICARDO CHIYOITI MASSUDA.
LOTES: 02 QUADRA 44
MATRÍCULAS: 23.168
Em cumprimento ao que determina a legislação municipal, fica aberto o prazo de 10 (dez) dias a partir desta publicação, para eventual recurso do Requerente e/ou Terceiros quanto ao teor do parecer do processo para emissão referido título definitivo de propriedade.
P U B L I Q U E - S E.

Boa Vista da Aparecida, em 18 de agosto de 2026.

MARIO HENRICHS CLECI ANTONELO

ALEX SANDRO ZUCO

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:CCAD40E8

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA
EXTRATO DE 5º TERMO ADITIVO

Extrato de5º Termo aditivo
Contratante:Câmara Municipal De Boa Vista Da Aparecida, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ nº 78.673.183/0001-01, com sede na Av. Cícero Barbosa Sobrinho, nº 1190, neste Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, representado neste ato por seu Presidente Sr. Valdir das Dores Manzani, brasileiro, portador da cédula de identidade nº***483**, devidamente inscrito no CPF nº***.993.339-**.
Contratado:Webline Software Ltda, pessoa jurídica, devidamente inscrita no CNPJ nº07.673.796/0001-92, com endereço na Rua Oscar Leopoldino da Silva, nº 119, Jardim Dirceu, Marilia/SP, neste ato, representada por Guilherme Roberto Alvarez Ribeiro, portador da cédula de identidade nº **.463.****-*-SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº ***.650.698-**.
Objeto:Fica prorrogado o presente contrato pelo prazo de mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/09/2025, e encerrando-se em 01/09/2026, nos moldes do artigo 57 da Lei 8.666/93.Fica alterado o valor contratual, decorrente de aplicação do reajuste do índice do INPC, de R$ 1.292,79 (mil duzentos e noventa e dois reais e setenta e nove centavos), mensais, para R$ 1.348,73 (mil trezentos e quarenta e oito reais e setenta e três centavos), mensais, na forma do art. 65 da Lei 8.666/93. As demais cláusulas que não forem incompatíveis com o presente termo permanecem inalteradas.
Assinaturas:Valdir das Dores Manzani e Guilherme Roberto Alvarez Ribeiro.

Publicado por:
Cleci Antonelo
Código Identificador:709B7412

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 094/2026-CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 094/2026-CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026

CONTRATANTE: Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, com sede à Avenida Cícero Barbosa Sobrinho,1190, Centro, inscrito no CNPJ nº 78.121.985/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Eduardo José Henrichs,e

CONTRATADA: TONINATO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, CNPJ 49.731.641/0001-05, localizada Rua Eurico Eloi Marcelino, 225, Santa Maria, sala 01, Santa Tereza do Oeste/Paraná, CEP: 85.825-000, neste ato representado por seu representante legal Selma Toninato.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCLUSÃO DO ALARGAMENTO DA ESTRADA MUNICIPAL ARCENIRIO PICHEK, SENDO: EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA VISANDO O RECAPE ASFÁLTICO, ALARGAMENTO DE PISTA, EXECUÇÃO DE REMENDOS PROFUNDOS, RECOMPOSIÇÃO ESTRUTURAL DO PAVIMENTO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL E REALIZAÇÃO DE ENSAIOS TECNOLÓGICOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E DEMAIS ELEMENTOS TÉCNICOS..

VALOR: R$ 2.508.300,00 (dois milhões, quinhentos e oito mil e trezentos reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 360 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 720 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18 de agosto de 2026.

FORO: Comarca de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.

Boa Vista da Aparecida, 18 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:E9AE064D

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 93/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 93/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: CARLA C HEINZEN LTDA.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO ATÉ A APROVAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, PARA SUPRIR A DEMANDA DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.649.000,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e nove mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Rosmir Marcos Dallabrida.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **18 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:BC88167F

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE EMPREITADA N° 62/2025

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE EMPREITADA N° 62/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: POZZEBON ENGENHARIA EIRELI.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRAS IRREGULARES EM CBUQ, 58.472,32M2, INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO COM SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL, EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E MEMORIAL DESCRITIVO, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

PRAZO DE EXECUÇÃO ORIGINAL: 11 de outubro de 2026.

PRAZO DE EXECUÇÃO ADITADO: 09 de janeiro de 2027.

VALOR DO CONTRATO ATUAL: R$ 8.730.457,43 (oito milhões, setecentos e trinta mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e três centavos)

VALOR DO CONTRATO ADITADO: R$ 8.993.639,77 (oito milhões, novecentos e noventa e três mil, seiscentos e trinta e nove reais e setenta e sete centavos).

Boa Vista da Aparecida – PR, em **18 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:DAE1E402

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 062/2025

SEGUNDO TERMO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 062/2025

Com base nas correções solicitadas pelo setor de engenharia dessa administração (fl. 268), segue as alterações feitas na subcláusula 12.1.2 da CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO, GESTÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE EXECUÇÃO DO CONTRATO para essa retificação:

Onde se lê: 12.1.2 Caberá ao fiscal do contrato, Sr. (a) Rosmir Marcos Dallabrida, e ao fiscal substituto Sr. (a) Isabela Mello, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual. Além disso, a fiscalização procederá, mensalmente, a contar da data da assinatura deste Contrato, citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro e cronograma de execução aprovado, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação, inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.
Ocorrendo a substituição do fiscal, este deverá providenciar a imediata baixa da ART ou RRT.

Leia-se: 12.1.2 Caberá ao fiscal do contrato, Sr. (a) Ana Flávia Santos Feuser, e ao fiscal substituto Sr. (a) Rosmir Marcos Dallabrida, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual. Além disso, a fiscalização procederá, mensalmente, a contar da data da assinatura deste Contrato, citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro e cronograma de execução aprovado, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação, inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

Ocorrendo a substituição do fiscal, este deverá providenciar a imediata baixa da ART ou RRT.

Ficam inalterados os demais termos do presente Contrato.

Boa Vista da Aparecida – PR, em 18 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:685915C1

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2025 EDITAL Nº 33/2026

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2025
Edital nº 33/2026
Data: 18/08/2026

O Prefeito de Boa Vista da Aparecida – PR, no uso de suas atribuições legais, mediantes as condições estipuladas no Edital 05/2023, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes a matérias, resolve:

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º - Tornar público a lista dos candidatos eliminados no Processo Seletivo nº 001/2025, ante ao NÃO COMPARECIMENTO, para apresentação da documentação exigida em atendimento ao Edital de Convocação, conforme segue:

Cargo: Professor – Temporário				
INSC.	**NOME**	**D. DE NASC.**	**PONT.**	**CLASSIF.**
007	CARLA VALÉRIA FERNANDES DOS SANTOS	19/03/1997	50,00	37º
045	CENIRA BRANDÃO ALVES BEGER	29/01/1992	47,00	38º

Art. 2º. Ficam convocadas as candidatas acima descritas para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos desta Municipalidade no prazo de **72 (setenta e duas) horas, após sua publicação**, em horário das **07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas**, munida dos seguintes documentos:
(Original e Cópia) - RG e CPF; Carteira de Trabalho; Pis / Pasep / NIT; Em casos de CTPS digital o número pode ser emitido através do Extrato do CNIS, disponível no site do MEU INSS; Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral; A certidão de Quitação Eleitoral pode ser emitida pelo app do E-Título ou pelo site do TSE; Carteira Nacional de Habilitação; Comprovante de Endereço; Comprovante de quitação militar (se sexo masculino); Comprovação de estado civil (Nascimento/Casamento); Escolaridade e Registro no Conselho de Classe; Certidão de antecedentes criminais expedida pela justiça estadual; Certidão de Antecedentes Criminais; Foto 3 x 4 (recente); Foto Digital estilo 3x4; Hemograma Completo (válido o exame dos últimos 30 dias); Exame Toxicológico (quando cargo de Motorista); Tipagem Sanguínea; Atestado Médico; Declaração de Bens ou última declaração de Imposto de Renda; Se cônjuge (casados); Caso filhos menores de 21 anos, apresentar: RG e CPF, declaração de matrícula (caso estudante até o ensino médio), Certeira de Vacinação (menores de 14 anos); Números de Telefone (fixo e celular); Número da Conta Pagamento (salário), podendo ser das seguintes instituições: SICREDI e SICOOB.

Art. 3º. O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, serão considerados como desistentes e a candidata perderá o direito de aprovação do Processo Seletivo, **conforme item 1.6 do Edital nº 005/2025**.

Art. 4º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista da Aparecida, 18 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:DAEE9481

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
PORTARIA 021/2026

PORTARIA N.º 021/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 25 do Regimento Interno da Câmara Municipal, combinado com a Resolução nº. 008/2025 resolve:

CONSIDERANDO a solicitação formal constante do Requerimento de Diárias n.º 011/2026, protocolado sob n.º 0434-2026, em 18 de agosto do corrente apresentada pela Vereadora desta Câmara Municipal, ROSANGELA DE LIMA ANDREATTA para concessão de diárias referente ao deslocamento a ser realizado nos dias 20 e 21 de agosto de 2026, com destino à cidade Pontal do Paraná/PR, com a finalidade de participação no Evento Conexão Litoral/PR, promovido pelo SEBRAE/PR;
CONSIDERANDO que a participação tem caráter institucional e atende ao princípio da eficiência na administração pública, justificando-se plenamente a concessão das diárias solicitadas;
AUTORIZO a Contadora da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul-PR, a liberação de 02 (duas) diárias conforme previsto na legislação vigente, com os devidos registros e procedimentos contábeis.

Edifício da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul-PR, 18 de agosto de 2026.

CARLOS RODRIGO ISRAEL
Presidente da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul

Publicado por:
Fernanda Borato Schlickmann
Código Identificador:21C92DD6

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026
PROCESSO Nº 84/2026

Fica retificado o edital do Pregão Eletrônico nº 48/2026, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA WEB INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, EM NUVEM, INCLUINDO SERVIÇOS COMPLEMENTARES IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO (CORRETIVA, ADAPTATIVA E EVOLUTIVA), SUPORTE TÉCNICO ETREINAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ARMAZENAMENTO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) MESES,** sem alteração do objeto fim que interfira na proposta.

1º - Pelo presente ato ficam intimados os licitantes da decisão estabelecida no artigo anterior.

Bocaiúva do Sul, 18 de agosto de 2026.

ESTEFANIA TAVARES FREITAS SILVA BUSATO
Agente de Contratação

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:98F4E861

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO - RESCISÃO UNILATERAL CONTRATO 100/2026 – CHAMADA PÚBLICA 03/2025 INEXIGIBILIDADE 17/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS

DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONDUÇÃO VEICULAR - CATEGORIA D
CONTRATADO: MARCOS ANTONIO DOS SANTOS DE PAULA
CPF: XXX.800.XXX-55
DATA DA RESCISÃO: 18/08/2026

BOCAIÚVA DO SUL, 18 DE AGOSTO DE 2026.

JOÃO DE LIMA

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:7E41CF4A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 3 DO CONTRATO N°121-2025

TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo do Contrato N°121/2025, que são partes **O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HELIO JOSE SURDI, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318- 3, a seguir denominada **CONTRATANTE** e a empresa **MGS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA - EPP**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº11.467.4150001-96, com sede na Rua Vereado Romeu Lauro Werlang, N°1195, Sala 01, centro, no município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. MAYKEL DOUGLAS ENGERROFF, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Nº 8.147.120-7 SESP/PR e do CPF Nº 050.390.859-23, residente e domiciliado na cidade de Francisco Beltrão - PR, a seguir denominada **CONTRATADA**, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: REAJUSTE
Ficam reajustados os seguintes valores tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC: valor do **Item 1**, passando o valor mensal de **R$ 518,10 (quinhentos e dezoito reais e dez centavos)** para **R$ 539,33 (quinhentos e trinta e nove reais e trinta e três centavos)**; o valor do **Item 2**, passando o valor mensal de **R$ 1.896,40 (um mil, oitocentos e noventa e seis reais e quarenta centavos)** para **R$ 1.974,12 (um mil, novecentos e setenta e quatro reais e doze centavos)**; o valor do **Item 3**, passando o valor mensal de **R$ 1.176,90 (um mil, cento e setenta e seis reais e noventa centavos)** para **R$ 1.225,13 (um mil, duzentos e vinte e cinco reais e treze centavos)**; o valor do **Item 4**, passando o valor mensal de **R$ 610,60 (seiscentos e dez reais e sessenta centavos)** para **R$ 635,62 (seiscentos e trinta e cinco reais e sessenta e dois centavos)**; o valor do **Item 5**, passando o valor mensal de **R$ 564,60 (quinhentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos)** para **R$ 587,74 (quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e quatro centavos);** o valor do **Item 6**, passando o valor mensal de **R$ 5.381,70 (cinco mil, trezentos e oitenta e um reais e setenta centavos)** para **R$ 5.602,24 (cinco mil, seiscentos e dois reais e vinte e quatro centavos)**; o valor do **Item 7**, passando o valor mensal de **R$ 2.204,90 (dois mil, duzentos e quatro reais e noventa centavos)** para **R$ 2.295,26 (dois mil, duzentos e noventa e cinco reais e vinte e seis centavos);** o valor do **Item 8**, passando o valor mensal de **R$ 2.579,80 (dois mil, quinhentos e setenta e nove reais e oitenta centavos)** para **R$ 2.685,52 (dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)**; o valor do **Item 10**, passando o valor mensal de **R$ 675,40 (seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos)** para **R$ 703,08 (setecentos e três reais e oito centavos)**; o valor do **Item 11**, passando o valor mensal de **R$ 977,50 (novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos)** para **R$ 1.017,56 (um mil e dezessete reais e cinquenta e seis centavos)**; o valor do **Item 18**, passando o valor mensal de **R$ 542,00 (quinhentos e quarenta e dois reais)** para **R$ 564,21 (quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos)**; o valor do **Item 19**, passando o valor mensal de **R$ 1.208,40 (um mil, duzentos e oito reais e quarenta centavos)** para **R$ 1.257,92 (um mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos)**;
o valor do **Item 20**, passando o valor mensal de **R$ 382,80 (trezentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos)** para **R$ 398,49 (trezentos e noventa e oito reais e quarenta e nove centavos)**; totalizando um aumento do presente contrato no montante de **R$ 9.205,44 (nove mil, duzentos e cinco reais e quarenta e quatro centavos).**

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.
E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 18 de agosto de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
- Contratante-

MGS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA - EPP
- Contratada-

VILSON WILAND FORTES
- Fiscal do Contrato-

TESTEMUNHAS:

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

_____
JANICE RUPOLO

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:45961AAD

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº. 04/2025 - PRORROGA PRAZOS PARA ANÁLISE DE RECURSOS REFERENTES AO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE FAMÍLIAS — PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – FNHIS SUB-50

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, Senhor HÉLIO JOSÉ SURDI, no uso de suas atribuições legais, por intermédio da Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação, juntamente com a Comissão de Análise, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições estabelecidas no Chamamento Público para Seleção de Famílias nº 01/2026, destinado à seleção de famílias para atendimento no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub-50, **TORNA PÚBLICO A PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS ESTABELECIDOS NO EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 02/2026, PARA A ANÁLISE DOS RECURSOS.**

Art. 1º. Fica alterado o cronograma constante do Edital de Chamamento Público para Seleção de Famílias nº 02/2026, prorrogando-se o prazo destinado à análise dos Julgamento dos Recursos.

ETAPA	PERÍODO/DATA
Publicação da Lista Final	24/08/2026
Convocação dos Selecionados	31/08/2026 a 01/09/2026
Início do Trabalho Social	A partir da publicação da Lista Final, mediante convocação específica por edital suplementar.

Art. 2º. Permanecem inalteradas todas as demais disposições constantes do Edital nº 02/2026 – Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS – Sub 50, que não conflitarem com a presente retificação.

Bom Jesus do Sul, Paraná, 18 de agosto de 2026.

HÉLIO JOSÉ SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:3845BB05

ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DL25/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº25/2026

RATIFICAÇÃO

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 75, inciso IV, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/21,

RATIFICA, a dispensa de licitação para a contratação direta, cujo objeto é a contratação da Empresa **ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 05.063.653/0009-90, com sede na Rua Plinio Arlindo de Nes, s/n, Belvedere, na Cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, objetivando a contratação de concessionária autorizada para a execução de plano de revisão preventiva da máquina rodoviária Retroescavadeira, marca JCB, modelo 3CX, ano 2025, abrangendo inspeção, análise e realização dos serviços necessários, com fundamento no Parecer Jurídico do Advogado do Município e da Comissão de Contratação do Município de Bom Jesus do Sul e segundo o estatuído no artigo 75, inciso IV, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/21.

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 10.578,90 (dez mil quinhentos e setenta e oito reais e noventa centavos)**, em favor da empresa **ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA**, cujo pagamento far-se-á em parcela única, mediante emissão de Nota Fiscal, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Bom Jesus do Sul – PR, 18 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:27C0F9E5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE BOM SUCESSO DO SUL – PARANÁ
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 003/2026

Dispõe sobre a aprovação do Edital nº 002/2026/CMDCA e a constituição da Comissão Especial de Normas e Monitoramento do Processo de Escolha Suplementar Indireto para o Conselho Tutelar de Bom Sucesso do Sul – PR.

O Conselho Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente - CMDCA de Bom Sucesso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.692, de 13 de março de 2024.

RESOLVE
Art. 1º Aprovar o **Edital nº 002/2026/CMDCA**, referente ao **Processo de Escolha Suplementar Indireto para o Conselho Tutelar de Bom Sucesso do Sul – PR**, que estabelece as normas, procedimentos e demais disposições necessárias à realização do referido processo.
Art. 2º Constituir a **Comissão Especial de Normas e Monitoramento do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Bom Sucesso do Sul – PR**, que será responsável pela operacionalização, monitoramento, fiscalização e coordenação do Processo de Escolha Suplementar Indireto dos membros do Conselho Tutelar no ano de 2026, composta pelos seguintes membros:
I – **Presidente:** Luciane Dias Teixeira;
II – **Membro:** Talise Larise de Andrade Verneki;
III – **Membro:** Thais Daniele Ferreira Dalle Cort;
IV – **Membro:** Jane Clara Pieta Ferrari.
Art. 3º Compete à Comissão Especial constituída no art. 2º acompanhar e executar as providências necessárias à organização, operacionalização, monitoramento, fiscalização e coordenação do Processo de Escolha Suplementar Indireto, observando as disposições do Edital nº 002/2026/CMDCA e da legislação vigente.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Bom Sucesso do Sul – PR, 17 de agosto de 2026.

FRANCIELY ZOLET
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:8FB58EA3

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.886, 18 DE AGOSTO DE 2026.

Regulamenta a utilização, o acesso, a guarda, a preservação e a disponibilização de imagens provenientes dos sistemas de videomonitoramento instalados nas unidades educacionais e demais prédios vinculados ao Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Bom Sucesso do Sul e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, especialmente no art. 5º, inciso X, que assegura a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, e no art. 37, que estabelece os princípios aplicáveis à Administração Pública;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, especialmente a proteção integral e prioritária e os direitos à dignidade, ao respeito, à imagem, à identidade, à autonomia e aos espaços pessoais da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, que disciplina o tratamento de dados pessoais, inclusive em meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade;
CONSIDERANDO que o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos do art. 14 da Lei Federal nº 13.709/2018;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação – LAI, especialmente as disposições relativas à proteção e ao acesso às informações pessoais;
CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar a segurança da comunidade escolar e a preservação do patrimônio público com a proteção da intimidade, da privacidade, da honra, da imagem e dos dados pessoais das pessoas submetidas ao videomonitoramento;
CONSIDERANDO a necessidade de prevenir o acesso, a utilização, a reprodução, a divulgação e o compartilhamento indevidos das imagens, especialmente quando envolverem crianças e adolescentes;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos uniformes e seguros para utilização, acesso, preservação e eventual disponibilização das imagens produzidas pelos sistemas de videomonitoramento,

DECRETA:
Art. 1º Este Decreto regulamenta a utilização, o acesso, a guarda, a preservação, a solicitação e a disponibilização de imagens provenientes dos sistemas de videomonitoramento instalados nas

unidades educacionais e demais prédios vinculados ao Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Bom Sucesso do Sul.

Art. 2º Os sistemas de videomonitoramento terão como finalidades:

Contribuir para a segurança física da comunidade escolar;

Auxiliar na proteção e preservação do patrimônio público;

Subsidiar, quando necessário e juridicamente cabível, processos administrativos ou judiciais, sindicâncias, procedimentos disciplinares, investigações e demais procedimentos oficiais;

Auxiliar na apuração de ocorrências relacionadas à segurança das pessoas e do patrimônio; e

Atender demandas institucionais relacionadas à proteção integral da comunidade escolar.

Parágrafo único. É vedada a utilização dos sistemas de videomonitoramento para finalidade diversa das previstas neste artigo, especialmente para exposição, constrangimento, perseguição, discriminação, assédio, controle indevido de comportamento ou qualquer utilização incompatível com sua finalidade institucional.

Art. 3º O acesso direto aos sistemas de videomonitoramento e às respectivas gravações será restrito às pessoas expressamente autorizadas pelo Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes, observada a necessidade funcional, podendo compreender:

Servidores formalmente autorizados do Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

A direção das unidades educacionais, quando necessário ao exercício de suas atribuições e observadas as limitações estabelecidas neste Decreto; e

O fiscal ou gestor do contrato do sistema de monitoramento, exclusivamente quando o acesso for indispensável ao exercício de suas atribuições e limitado às informações estritamente necessárias.

§ 1º Coordenadores, professores e demais servidores das unidades educacionais não terão acesso direto ao sistema ou às respectivas credenciais, ressalvada autorização específica, excepcional e devidamente justificada pelo Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

§ 2º Os acessos deverão ocorrer, sempre que tecnicamente possível, mediante credenciais individuais e intransferíveis que permitam a identificação do usuário, data e horário do acesso.

§ 3º É vedado o compartilhamento de senhas ou credenciais de acesso.

§ 4º É vedada a gravação, reprodução, captura de tela, fotografia, filmagem por aparelho celular ou qualquer outra forma de cópia das imagens por pessoa não expressamente autorizada.

§ 5º A autorização de acesso não confere ao usuário direito de compartilhar, reproduzir ou utilizar as imagens para finalidade diversa daquela que justificou o acesso.

Art. 4º A empresa contratada responsável pelo sistema de videomonitoramento, quando tiver acesso ou realizar tratamento das imagens por conta do Município, deverá atuar exclusivamente segundo as instruções da Administração Pública e nos limites estabelecidos no contrato, neste Decreto e na legislação aplicável.

§ 1º Caberá à empresa contratada, sem prejuízo das demais obrigações contratuais:

Manter ativos somente os acessos e logins expressamente autorizados pelo Município;

Realizar o bloqueio, alteração ou reset de credenciais sempre que solicitado;

Adotar medidas técnicas e administrativas aptas a garantir a segurança, confidencialidade, disponibilidade e integridade das imagens e dos demais dados tratados;

Manter, quando tecnicamente disponível, registros de acesso ao sistema e disponibilizar relatórios de auditoria sempre que solicitado;

Não utilizar as imagens para finalidade própria ou diversa daquela determinada pelo Município;

Não reproduzir, copiar, divulgar, compartilhar ou fornecer imagens a terceiros sem autorização formal do Município, ressalvadas as hipóteses previstas em lei ou decorrentes de determinação de autoridade competente;

Assegurar o dever de confidencialidade por seus empregados, prepostos e demais pessoas que possam ter acesso ao sistema ou às imagens;

Comunicar imediatamente ao Município qualquer incidente de segurança, acesso indevido, perda, alteração, vazamento ou outro evento que possa comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das imagens e dos dados pessoais; e

Observar, ao término do contrato, as determinações do Município quanto à devolução, manutenção ou eliminação dos dados e credenciais sob sua responsabilidade, observadas as hipóteses legais de conservação.

§ 2º O acesso técnico realizado pela empresa deverá limitar-se ao estritamente necessário à execução dos serviços contratados.

Art. 5º As imagens produzidas pelos sistemas de videomonitoramento constituem informações de acesso restrito quando permitirem a identificação de pessoas e deverão ser tratadas em conformidade com a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Lei de Acesso à Informação e demais normas aplicáveis.

Art. 6º A solicitação de preservação de imagens deverá ser formalizada por escrito, preferencialmente antes do término do período ordinário de armazenamento, com indicação, sempre que possível, da unidade, local, data, horário aproximado e fato que justifique a preservação.

§ 1º A preservação poderá ser solicitada:

Pela direção da unidade educacional, mediante justificativa e encaminhamento ao Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Pelo próprio Departamento, para apuração de fatos administrativos, proteção da comunidade escolar ou atendimento de demanda institucional;

Por autoridade policial, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar ou outro órgão público competente, no exercício de suas atribuições legais;

Pelo titular dos dados, seu representante legal ou responsável pela criança ou adolescente envolvido na ocorrência, mediante requerimento formal; e

Por terceiro que demonstre interesse juridicamente legítimo, cuja solicitação será submetida à análise da Administração.

§ 2º O pedido de preservação não implica direito automático ao recebimento ou à obtenção de cópia das imagens.

§ 3º Recebida a solicitação antes da eliminação automática das imagens, serão adotadas, sempre que técnica e juridicamente possível, as providências necessárias à conservação do trecho pertinente até a decisão acerca do pedido ou o encerramento do procedimento que justificou sua preservação.

Art. 7º As imagens serão mantidas ordinariamente pelo período de até 30 (trinta) dias, conforme a capacidade técnica e a configuração do sistema de armazenamento, sendo posteriormente eliminadas ou sobrescritas automaticamente.

§ 1º Poderão ser preservadas por período superior as imagens relacionadas a:

Processo administrativo, sindicância ou procedimento disciplinar;

Processo judicial ou procedimento extrajudicial;

Investigação policial ou procedimento do Ministério Público;

Procedimento realizado pelo Conselho Tutelar ou outro órgão integrante do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente;

Determinação de autoridade competente;

Exercício regular de direitos; ou

Outra finalidade legítima e juridicamente fundamentada que justifique sua conservação.

§ 2º As imagens preservadas deverão permanecer armazenadas apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade que justificou sua conservação, ressalvadas as hipóteses legais de manutenção.

Art. 8º A disponibilização, exibição ou fornecimento de cópia de imagens a terceiros dependerá de requerimento formal e de análise pelo Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes, observadas a finalidade do pedido, a legitimidade do requerente, a proteção da criança e do adolescente, a privacidade e os direitos das demais pessoas eventualmente registradas.

§ 1º Poderão ser disponibilizadas imagens, observada a legislação aplicável:

Ao Poder Judiciário, mediante ordem ou requisição;

À autoridade policial ou ao Ministério Público, no exercício de suas atribuições legais;

Ao Conselho Tutelar e demais órgãos públicos competentes, quando o acesso estiver relacionado ao exercício de suas atribuições legais;

Ao próprio titular dos dados pessoais, observados os direitos de terceiros eventualmente registrados;
Aos pais ou responsáveis legais, quando as imagens estiverem relacionadas a fato envolvendo criança ou adolescente sob sua responsabilidade, desde que o acesso seja juridicamente cabível e não implique violação desproporcional aos direitos de terceiros; e
A terceiros, nas hipóteses admitidas pela legislação, mediante decisão fundamentada da autoridade administrativa competente.
§ 2º A existência de imagens de outras crianças, adolescentes, servidores ou terceiros deverá ser considerada na análise do pedido, podendo o Departamento, conforme o caso:
Restringir o acesso ao trecho estritamente necessário;
Realizar ou determinar a ocultação, desfoque, anonimização ou outro procedimento tecnicamente adequado para proteção da identidade de terceiros;
Permitir apenas a visualização das imagens, sem fornecimento de cópia;
Fornecer cópia parcial ou editada; ou
Indeferir fundamentadamente o pedido quando a disponibilização representar violação aos direitos de terceiros ou contrariar disposição legal.
§ 3º Quando tecnicamente inviável a anonimização ou edição e a disponibilização integral puder comprometer direitos de terceiros, deverá ser avaliada a possibilidade de adoção de meio menos invasivo para atendimento da finalidade legítima do requerente.
§ 4º O indeferimento total ou parcial do pedido deverá ser fundamentado, asseguradas ao interessado as formas de recurso previstas na legislação aplicável.
§ 5º A disponibilização das imagens não dependerá exclusivamente de ordem judicial ou requisição policial, devendo cada pedido ser analisado conforme sua finalidade, legitimidade e fundamento jurídico.
Art. 9º Toda disponibilização ou fornecimento de cópia de imagens deverá ser registrada pelo Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com identificação do requerente, fundamento do acesso, data, finalidade e identificação das imagens disponibilizadas.
§ 1º Sempre que cabível, o destinatário deverá assinar Termo de Responsabilidade, comprometendo-se a utilizar as imagens exclusivamente para a finalidade que justificou sua disponibilização e responsabilizando-se por eventual utilização ou divulgação indevida.
§ 2º O fornecimento das imagens não autoriza sua publicação em redes sociais, aplicativos de mensagens, imprensa ou qualquer outro meio de divulgação pública, salvo quando houver fundamento legal específico.
Art. 10. O tratamento das imagens observará os princípios e regras estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, especialmente:
Finalidade;
Adequação;
Necessidade;
Livre acesso, quando juridicamente aplicável;
Qualidade dos dados;
Transparência;
Segurança;
Prevenção;
Não discriminação;
Responsabilização e prestação de contas; e
Melhor interesse da criança e do adolescente.
Parágrafo único. Nas decisões relativas à utilização, acesso, preservação ou disponibilização de imagens que envolvam crianças ou adolescentes, deverão ser observados sua proteção integral e prioritária e seu melhor interesse, sem prejuízo da análise dos demais direitos e interesses legítimos envolvidos.
Art. 11. É vedada a instalação de câmeras de videomonitoramento em banheiros, vestiários e outros ambientes destinados à higiene pessoal, troca de roupas ou nos quais exista legítima expectativa de privacidade.

Parágrafo único. A instalação e o posicionamento das câmeras deverão observar os princípios da necessidade e da proporcionalidade, evitando a captação de áreas que não sejam necessárias ao cumprimento das finalidades previstas neste Decreto.

Art. 12. As unidades educacionais e demais prédios abrangidos por este Decreto deverão informar, de maneira clara e acessível, a existência de videomonitoramento.
§ 1º A informação deverá ser disponibilizada por meio de aviso em local visível, especialmente nos acessos às áreas monitoradas.
§ 2º O aviso deverá indicar, de forma objetiva, a existência do videomonitoramento e sua finalidade institucional, bem como identificar o Município como responsável pelo tratamento das imagens.
§ 3º Deverá ser disponibilizado canal para informações e exercício dos direitos relativos à proteção de dados pessoais, observado o procedimento adotado pelo Município.
Art. 13. Compete às direções das unidades educacionais:
Manter atualizados os contatos institucionais necessários ao atendimento pela empresa responsável pelo sistema;
Dotar as providências necessárias para permitir o atendimento técnico da empresa contratada quando indispensável ao funcionamento ou à manutenção do sistema;
Comunicar imediatamente ao Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes qualquer ocorrência que possa exigir a preservação ou análise de imagens, indicando, sempre que possível, local, data, horário e descrição objetiva do fato;
Orientar a equipe escolar quanto ao caráter restrito e confidencial das imagens;
Zelar para que nenhum servidor não autorizado obtenha acesso direto às credenciais ou gravações;
Comunicar imediatamente qualquer suspeita de acesso, utilização, reprodução ou divulgação indevida de imagens; e
Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Decreto.

Art. 14. Cada unidade educacional poderá designar servidor de referência para atendimento à empresa responsável pelo sistema quando a direção estiver impossibilitada de fazê-lo, preferencialmente integrante da equipe de coordenação ou orientação pedagógica.
§ 1º A designação prevista no caput destina-se exclusivamente ao acompanhamento de atendimento técnico ou operacional e não confere ao servidor designado autorização para acessar gravações, visualizar imagens armazenadas ou receber credenciais do sistema.
§ 2º Caso o atendimento técnico exija acesso às imagens, deverão ser observadas as regras de autorização previstas neste Decreto.
Art. 15. A visualização ou utilização de imagens para apuração de ocorrência deverá limitar-se ao período, local e conteúdo necessários ao esclarecimento do fato, vedadas consultas genéricas, indiscriminadas ou desvinculadas de finalidade institucional legítima.
Art. 16. É vedada a utilização das imagens para exposição pública de estudantes, servidores, familiares ou terceiros, bem como sua divulgação em grupos de aplicativos de mensagens, redes sociais ou meios semelhantes, ressalvadas as hipóteses expressamente autorizadas pela legislação ou por autoridade competente.
Art. 17. O acesso, compartilhamento, reprodução, divulgação ou utilização indevida das imagens poderá ensejar responsabilização administrativa, civil e, quando cabível, penal do responsável, sem prejuízo das demais medidas previstas na legislação aplicável.
Art. 18. As unidades educacionais deverão manter este Decreto disponível para consulta da comunidade escolar e orientar servidores e colaboradores acerca das regras de acesso, confidencialidade e proteção das imagens.
Art. 19. Os casos omissos serão analisados pelo Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes, observadas a legislação aplicável e, quando necessário, mediante consulta ao encarregado pelo tratamento de dados pessoais e à assessoria jurídica do Município.
Art. 20. O Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes poderá expedir normas, orientações e procedimentos complementares necessários à execução deste Decreto.
Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:BB5559E1

CHEFE DE GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E CONVITE PÚBLICO PARA REUNIÃO AMPLIADA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

O Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Bom Sucesso do Sul, no uso de suas atribuições:
I – CONVOCA os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Cultura; e
II – CONVIDA a população em geral, especialmente artistas, agentes, produtores, trabalhadores da cultura, representantes de grupos, coletivos, entidades culturais e demais interessados,
para participarem da Reunião Ampliada do Conselho Municipal de Cultura, a realizar-se no dia 24 de agosto de 2026, às 10 horas, presencialmente, na sede da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul, situada na Rua Cândido Merlo, nº 290, Centro, CEP 85.515-000.
PAUTA:
Apresentação de informações sobre a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB;
Apresentação e discussão da proposta de alteração do Plano de Aplicação dos Recursos – PAR;
Discussão sobre a readequação das ações culturais, da forma de execução e da distribuição dos recursos;
Manifestação da população, dos artistas, dos agentes e dos demais representantes da comunidade cultural;
Deliberação do Conselho Municipal de Cultura acerca das alterações propostas; e
Assuntos gerais de interesse da política cultural municipal.
A reunião tem por finalidade assegurar a participação social na revisão do Plano de Aplicação dos Recursos da PNAB, permitindo que o Conselho Municipal de Cultura, os artistas, os agentes culturais e a população conheçam, discutam e se manifestem sobre as alterações propostas.
A readequação pretende compatibilizar a aplicação dos recursos com a realidade e as necessidades culturais do Município, ampliar o acesso gratuito da população às atividades artísticas e culturais, fortalecer os equipamentos públicos de cultura e promover a democratização e a descentralização das ações, inclusive em benefício dos moradores dos bairros, das comunidades rurais e das áreas de maior vulnerabilidade.
A reunião será aberta ao público, assegurada a manifestação dos participantes, cabendo ao Conselho Municipal de Cultura a deliberação formal sobre a proposta de alteração do PAR.
Bom Sucesso do Sul – PR, 18 de agosto de 2026.

ELISANA PILLONETTO
Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:56656940

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº174/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº01
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº174/2025
CONTRATADA: AMPLA SOLUCOES LTDA - ME
CNPJ: 37.729.435/0001-81
Cláusula Primeira – Vigência
Tendo em vista tratar-se de serviços a serem prestados de forma contínua, cuja continuidade propiciará condições de preço mais vantajosas ao município, uma vez que o preço praticado não será reajustado, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 meses, passando a ter vigência da data de **01 de setembro de 2026 à 31 de agosto de 2027**. O valor total das aquisições e instalações de grama sintética, piso emborrachado e outros, segue sendo de **R$11.998,00** (onze mil, novecentos e noventa e oito reais).
Cláusula Segunda – Dotação Orçamentária
Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 1236100102.029 Atividades Operacionais do Ensino Fundamental; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa 559.
Cláusula Terceira – Assessoramento Jurídico e Documentação
Em consonância com o que trata o art. 53º §4º da lei nº 14.133/2021, foi realizado assessoramento jurídico por meio de parecer em cumprimento ao controle prévio de legalidade exigido para consentir com a realização do termo aditivo.
Conforme disposição expressa do art. 91 §4º da lei nº 14.133/2021 em anexo constam os documentos que a empresa deve apresentar para possibilitar a elaboração do aditivo contratual, quais sejam, prova de regularidade fiscal, de regularidade com o FGTS e inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.
Cláusula Quarta – Disposições Gerais
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul - PR, 18 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:1E6D6FC0

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº175/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº01
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº175/2025
CONTRATADA: ANDHEUS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 54.051.187/0001-81
Cláusula Primeira – Vigência
Tendo em vista tratar-se de serviços a serem prestados de forma contínua, cuja continuidade propiciará condições de preço mais vantajosas ao município, uma vez que o preço praticado não será reajustado, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 meses, passando a ter vigência da data de 01 de setembro de 2026 à 31 de agosto de 2027. O valor total das aquisições e instalações de grama sintética, piso emborrachado e outros, segue sendo de R$125.500,00 (cento e vinte e cinco mil, e quinhentos reais).
Cláusula Segunda – Dotação Orçamentária
Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 1236100102.029 Atividades Operacionais do Ensino Fundamental; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa 559.
Cláusula Terceira – Assessoramento Jurídico e Documentação
Em consonância com o que trata o art. 53º §4º da lei nº 14.133/2021, foi realizado assessoramento jurídico por meio de parecer em cumprimento ao controle prévio de legalidade exigido para consentir com a realização do termo aditivo.
Conforme disposição expressa do art. 91 §4º da lei nº 14.133/2021 em anexo constam os documentos que a empresa deve apresentar para possibilitar a elaboração do aditivo contratual, quais sejam, prova de regularidade fiscal, de regularidade com o FGTS e inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.
Cláusula Quarta – Disposições Gerais
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul - PR, 18 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:E6BE9E2B

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº02 AO CONTRATO Nº245/2024

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº02
AO CONTRATO Nº245/2024
CONTRATADA: ATITUDE LOGISTICA LTDA - EPP
CNPJ: 41.176.170/0001-09
Cláusula Primeira – Vigência
Tendo em vista tratar-se de serviços a serem prestados de forma contínua, cuja continuidade propiciará condições de preço mais vantajosas ao município, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 meses. Passando a ter vigência no período de 11 de setembro de 2026 até 10 de setembro de 2027.
Cláusula Segunda – Reajuste
Fica reajustado o valor contratual em 4,44% (quatro virgula quarenta e quatro por cento), com base na variação acumulada no IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurada no período compreendido entre agosto de 2025 a julho de 2026, passando a ser de R$1.190,60 (um mil, cento e noventa reais, com sessenta centavos) mensais, ao passo que o valor total fica em R$14.287,20 (quatorze mil, duzentos e oitenta e sete reais, com vinte centavos).
Cláusula Terceira – Dotação Orçamentária
Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 07.00 – Departamento de Saúde; 07.01 – Fundo Municipal de Saúde; 1030100072.015 – Atividades operacionais do Fundo Municipal de Saúde; 33.90.39 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica; Despesa: 1594.
Cláusula Quarta – Assessoramento Jurídico e Documentação
Em consonância com o que trata o art. 53º §4º da lei nº 14.133/2021, foi realizado assessoramento jurídico por meio de parecer em cumprimento ao controle prévio de legalidade exigido para consentir com a realização do termo aditivo.
Conforme disposição expressa do art. 91 §4º da lei nº 14.133/2021 em anexo constam os documentos que a empresa deve apresentar para possibilitar a elaboração do aditivo contratual, quais sejam, prova de regularidade fiscal, de regularidade com o FGTS e inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.
Cláusula Quinta – Disposições Gerais
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.
Bom Sucesso do Sul - PR, 18 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:5993E8A7

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 417, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Demito, a pedido, a senhora Ronisi de Oliveira Lutz, ocupante do emprego público de Assistente Social – CLT, conforme Lei Municipal nº 1.753/2025, Teste Seletivo nº 001/2025.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições,
RESOLVE:
Art. 1º Demitir a pedido e a partir de 18 de agosto de 2026 a senhora *Ronisi de Oliveira Lutz*, matricula nº 788-9/1, ocupante do emprego público de Assistente Social.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:D3720BFF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2025

Processo Administrativo nº 09/2025
Modalidade da Licitação: Dispensa de Licitação n° 08/2025

PARTES:
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY, inscrita no CNPJ n.º 01.551.484/0001-20, localizada à Avenida Arthur Pereira, nº 993, Centro, na cidade de Braganey, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Sr. **ADRIANO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, estudante, portadora da Carteira de Identidade nº12.490.645-8 SESP/Pr., inscrito no CPF sob o nº. 092.846.049-58, residente e domiciliado na zona rural estrada São Miguel, distrito de Bragantina, nº s/n, Município de Braganey/Pr
CONTRATADA: BERNARDI E XAVIER – CLÍNICA MÉDICA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 27.083.931/0001-57, estabelecida à Rua Lírio, n.º 1854, sala 03, Centro, Corbélia, Estado do Paraná, CEP 85420-000, endereço eletrônico exatacorbelia@gmail.com, neste ato representada por seu representante legal, o Sr. **EDUARDO XAVIER**, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 865.512.139-87 e Sr. **ISMAEL ANDRE BERNARDI**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº. 047.197.659-80 ambos residentes e domiciliados em Corbélia, Estado do Paraná. Resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO** pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar excepcionalmente o prazo de vigência do Contrato nº 10/2025. A presente prorrogação não implica renovação da execução do objeto contratual, ampliação dos serviços, alteração dos quantitativos contratados ou acréscimo de valor, destinando-se exclusivamente à conclusão das obrigações administrativas e financeiras decorrentes de serviços já executados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 10/2025 por 40 (quarenta) dias, compreendendo o período de 26/07/2026 a 04/09/2026, exclusivamente para os fins estabelecidos na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo.
Parágrafo único. Encerrado o período ora prorrogado, considerar-se-á definitivamente encerrada a vigência contratual, ressalvadas as obrigações que, por sua natureza ou por disposição legal, devam subsistir após o término do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL
A presente prorrogação **não acarretará qualquer acréscimo ao valor global do Contrato nº 10/2025**, permanecendo inalterados os valores originalmente pactuados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CONDIÇÕES
Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do Contrato nº 10/2025 que não colidirem com o presente Termo.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do cumprimento das obrigações financeiras remanescentes do Contrato nº 10/2025 correrão à conta da dotação orçamentária própria consignada no orçamento da Câmara Municipal de Braganey, observada a legislação orçamentária e financeira aplicável.
Dotação Orçamentaria: 01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas as disposições do Contrato nº10/2025 para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO
A CONTRATANTE providenciará a divulgação e publicação do presente Termo Aditivo, na forma e nos prazos estabelecidos pela **Lei Federal nº 14.133/2021.**

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO
Fica eleito o foro competente da Comarca de **Corbélia, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes deste Termo Aditivo, ressalvada a competência legal aplicável.
E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Braganey – Paraná, 24 de julho de 2026.

Representante Legal do Contratante
ADRIANO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Braganey

EDUARDO XAVIER
Representante Legal do Contratado

ISMAEL ANDRE BERNARDI
Representante Legal do Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
ELAINE SALETE DA ROCHA

_____
BRUNO GONÇALVES DA LOMBA

Publicado por:
Elaine Salete da Rocha
Código Identificador:4151F253

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 28/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 66/2026

EXTRATO DE CONTRATO 62/2026
Contratante:
Nome: MUNICÍPIO DE CAFEARA – PR, CNPJ nº 75.845.545/0001-06.
Contratado:
Nome: LABINGÁ COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA.
CNPJ/MF sob o nº 04.886.103/0001-51, no valor de R$ 32.301,94.

Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021.
Data de Assinatura: 18/08/2026.
Objeto: Aquisição de insumos laboratoriais e reagentes (material químico), que serão destinados aos atendimentos das demandas do Laboratório Municipal de Cafeara.
Vigência: 12 meses.

Publicado por:
Marcelo Galvão
Código Identificador:18241CBA

GOVERNO MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 66/2026
Dispensa Nº. 28/2026

Fica HOMOLOGADO o resultado do Procedimento Licitatório - Dispensa nº 28/2026, de 11/08/2026, para o qual tem como objeto: "Aquisição de insumos laboratoriais e reagentes (material químico), que serão destinados aos atendimentos das demandas do Laboratório Municipal de Cafeara" pelo critério de menor preço por lote, sendo vencedor(es) do objeto da licitação a(s) empresa(s):
LABINGÁ COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA CNPJ Nº 04.886.103/0001-51 no valor total de R$32.301,94 (Trinta e Dois Mil, Trezentos e Um Reais e Noventa e Quatro Centavos).

Cafeara - PR, dezessete dias de agosto de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
" Prefeito Municipal"
Cafeara –PR

Publicado por:
Marcelo Galvão
Código Identificador:F2F431B1

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA Aquisição de materiais e equipamento de proteção individual (EPI) para uso dos agentes de controle de endemias e vigilância sanitária do município de Cafeara, Dispensa Eletrônica nº 28/2025 - CONTRATO Nº 110/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAFEARA E A MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA., PARA PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA E ACRÉSCIMO QUANTITATIVO, na forma abaixo.
A Prefeitura Municipal de Cafeara, inscrita no CNPJ sob o nº 75.845.545/0001-06, com sede na Avenida Brasil, 188, em Cafeara – PR, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Elton Fabio Lazaretti, R.G. nº 4.934.272-1 SSP/PR e CPF/MF nº 858.230.159-68, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.274.923/0001-05, sediada na Rua Floresta, nº 380, Centro, ACS Erechim, Município de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 99.740-000, neste ato representada pelo Sr. Cleiton Cezar Longo, portador da Carteira de Identidade RG nº 1081236141 SSP/RS e CPF nº 006.225.880-01, celebram o presente Termo Aditivo, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto: (I) a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 110/2025, oriundo do Processo Administrativo nº 83/2025 – Dispensa Eletrônica nº 28/2025; e (II) o acréscimo quantitativo de 25% sobre as quantidades originalmente contratadas dos Lotes 001, 004 e 009, mantidos os preços unitários e as demais condições contratuais.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
2.1. Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 110/2025, a contar de 12/08/2026, com término em 12/11/2026.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO QUANTITATIVO E DO VALOR
3.1. Com fundamento no art. 124, inciso I, alínea "b", combinado com o art. 125 da Lei nº 14.133/2021, ficam acrescidas em 25% as quantidades originalmente contratadas dos Lotes 001, 004 e 009, nas mesmas condições e pelos mesmos preços unitários do contrato original.
3.2. A CONTRATADA manifestou expressamente seu aceite ao aditivo de 25%, conforme Carta de Aceite datada de 27 de julho de 2026.

LLote	Produto	Quant. Original	Acréscimo de 25%	Quant. após acréscimo	Valor unitário
001	Conjunto de roupa de proteção	40	10	50	R$ 81,12
004	Luvas de látex	100	25	125	R$ 7,56
009	Máscara descartável N95 / PFF2	100	25	125	R$ 1,80

3.3. O valor total do acréscimo é de R$ 1.045,20 (um mil e quarenta e cinco reais e vinte centavos), passando o valor global do Contrato nº 110/2025 de R$ 4.676,00 (quatro mil seiscentos e setenta e seis reais) para R$ 5.721,20 (cinco mil setecentos e vinte e um reais e vinte e centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Permanecem válidas e inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 110/2025 que não tenham sido expressamente modificadas por este Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA EFICÁCIA

5.1. O presente Termo Aditivo tornar-se-á perfeito e eficaz após o cumprimento das formalidades legais aplicáveis.

E por assim estarem as partes ajustadas, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Cafeara-PR, 11 de agosto de 2026

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:4C2C7B4B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO PREGÃO N° 057.2026 - FÓRMULAS NUTRICIONAIS

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 057/2026

O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório n° 119/2026**, na modalidade **Pregão Eletrônico n°** 057/2026, PROCESSO COMPRASGOV: Contratação:987985 - 19/2026, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por item, tendo por objeto o Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de fórmulas nutricionais destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cafelândia/PR, conforme as condições, quantidades e exigências descritas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital e demais anexos. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$944.683,90 (novecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa centavos). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das, 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou www.gov.br/compras. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá **01 de setembro de 2026 às 09h00min**, no site www.gov.br/compras nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 18 de agosto de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:CF529D2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO 2° TERMO DE REVISÃO DE PREÇO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 369/2025 –PREGÃO ELETRÔNICO N° 069/2025.

EXTRATO DO 2° TERMO DE REVISÃO DE PREÇO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 369/2025 –PREGÃO ELETRÔNICO N° 069/2025.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.878/0001-72, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Junior Motter. nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções**.**

CONTRATADA: D. CAMP ALIMENTOS LTDA, sediada na Rua Marechal Floriano Peixoto, 308 Sala 01, Cep: 87140000, Bairro: Jardim Dona Marcelina II, Telefone:(44) 3031-5073, e-mail: pedidos@dcampalimentos.com.br, na cidade de Paiçandu/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 60.496.699/0001-54, doravante designada DETENTORA DA ATA, neste ato representado(a) por seu(sua) sócio(a) administrador(a) ou responsável legal Sr.(a) **MAISA DE CAMPOS NASSER**

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a revisão do preço registrado para o Item 06 da Ata de Registro de Preços nº 369/2025, correspondente ao fornecimento de ARROZ BRANCO TIPO 1, embalagem de 5 kg, em razão da alteração superveniente dos custos de aquisição do produto, conforme documentação e demonstrativo constantes do Processo Administrativo nº 0275/2026.

O preço unitário registrado para o Item 06 fica alterado de R$ 17,00 (dezessete reais) para R$ 21,21 (vinte e um reais e vinte e um centavos) por unidade.

Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº 369/2025 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente instrumento.

Assinaturas: Junior Motter e **MAISA DE CAMPOS NASSER**
Data da Assinatura: 18/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:8CA6A2B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 419/2026 - DRH

PORTARIA N. º 419/2026-DRH

SÚMULA: Designa Servidora para exercer Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º DESIGNAR a partir de 04/08/2026 a Servidora **LUCIARA FRANCESCHINI** matrícula 767321623, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, para exercer a Função Gratificada de **DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR.**

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir da data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 17 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:9EF88E04

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA
PORTARIA Nº 04/2026

PORTARIA Nº 04/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de férias a servidora ocupante de cargo efetivo da Câmara do Município de Califórnia, Estado do Paraná.

O Vereador **Neuci Venâncio Ferreira**, Presidente da Câmara do Município de Califórnia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

ARTº 1º - Conceder a servidora MONICA DA CONSOLAÇÃO CORDEIRO, lotada no cargo de Secretária Geral, suas férias regulamentares a que faz jus, referente ao período aquisitivo 2025/2026, a partir de 01/09/2026, sendo 10 (dez) dias em pecúnia. A mesma deve retornar as suas atividades profissionais a partir de 21 de setembro de 2026.

ARTº 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Edifício da Câmara Municipal de Califórnia, 18 de agosto de 2026.

NEUCI VENÂNCIO FERREIRA
Presidente da Câmara do Município de Califórnia

Publicado por:
Monica da C Cordeiro
Código Identificador:E7689294

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 27/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 123/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 27/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeado pela Portaria n° 047/2026 de 03 de março de 2026, torna público aos interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, fará realizar às **08h00min do dia 25 de agosto de 2026**, no endereço eletrônico: **www.bnc.org.br**, DISPENSA ELETRÔNICA, objetivando a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSTRUMENTOS DE FANFARRA.** Julgamento: Menor Preço. Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br ou na plataforma BNC e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11h45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.

Califórnia, 18 de agosto de 2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:F93E0A65

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 122/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeado pela Portaria n° 047/2026 de 03 de março de 2026, torna público aos interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, fará realizar às **09h00min do dia 02 de setembro de 2026**, no endereço eletrônico: **www.bnc.org.br**, PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando a **Registro de preço para aquisição de materiais de construção, materiais elétricos e ferramentas para o Município de Califórnia, solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana.** Julgamento: Menor Preço. Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br ou na plataforma BNC e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11h45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.

Califórnia, 18 de agosto de 2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:FC7D7761

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 206

DECRETO 206/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.943,66 (um mil e novecentos e quarenta e três reais e sessenta e seis centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA - SEIMOB
04.001 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
04.001.15.452.0005.2.014 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA.
3.3.90.93.00.00 874 INDENIZACOES E RESTITUICOES 778,82
04.001.15.452.0005.2.017 MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA.
3.3.90.93.00.00 875 INDENIZACOES E RESTITUICOES 1.164,84

Total Suplementação: 1.943,66

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:
Fonte:
874 - CONVENIO SECID SIT 66571 INSTRUMENTO 672 (PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS)
875 – CONVENIO SECID SIT 66886 INSTRUMENTO 695 < ILUMINAÇÃO PÚBLICA (SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS) >

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 18 de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:113C9CBC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 207

DECRETO 207/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 166,94 (cento e sessenta e seis reais e noventa e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA - SEIMOB
04.001 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
04.001.15.452.0005.2.014 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA.
3.3.90.93.00.00 874 INDENIZACOES E RESTITUICOES 90,01

04.001.15.452.0005.2.017 MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA.
3.3.90.93.00.00 875 INDENIZACOES E RESTITUICOES 76,93

Total Suplementação: 166,94

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:
Receita:
1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Fonte: 874 90,01
1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Fonte: 875 76,93

Total da Receita: 166,94

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 18 de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:3B2610DD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 208

DECRETO 208/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 623.600,00 (seiscentos e vinte e três mil e seiscentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.301.0007.2.022 MANUTENCAO DA ATENCAO PRIMARIA.
4.4.90.52.00.00 494 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 6.600,00

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E OBRAS - SEHADO
08.003 DEPARTAMENTO DE OBRAS, PROJETOS E INFRAESTRUTURA URBANA
08.003.15.451.0005.1.012 CONSTRUCAO DO PATIO DE MAQUINAS E VEICULOS.
4.4.90.51.00.00 3000 OBRAS E INSTALACOES 617.000,00

Total Suplementação: 623.600,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Fonte:
494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
3000 - Recursos Ordinários (Livres)

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 18 de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:E7832D7A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 209

DECRETO 209/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 14.681,88 (quatorze mil e seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e oito centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.782.0006.2.030 MANUTENCAO DO TRANSPORTE DA SAUDE.
3.3.90.39.00.00 495 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 14.681,88

Total Suplementação: 14.681,88

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Fonte:
495 - Atenção Básica

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 18 de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:C6F099E6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 136/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 136/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/ 2026
MODALIDADE Concorrência Nº 12/ 2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA QUADRA ANTONIO VOLTARELLI NO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA.
FORNECEDOR: TECBULA CONSTRUCOES E REFORMAS SLU LTDA
CNPJ/CPF: 51.888.489/0001-10
REPRESENTANTE LEGAL: ADILSON ARAUJO DA SILVA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 769.500,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 18/08/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:0F17E4E2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 141-2026 - RECEBIMENTO DE PORTARIA

PORTARIA Nº 141/2026
O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E :

Artº. 1º - CONSTITUIR a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias, Bens e Serviços, que tem como objetivo receber e examinar, no que diz respeito à quantidade, material ou bens permanentes adquiridos pela Prefeitura do Município de Califórnia, por meio de aquisição, em estreita observância a Lei Nº 14133/21 de 01/04/2021.

Artº. 2º - ESTABELECER que a Comissão, de que trata o Artº 1º, tem como competências:
– Receber e examinar, no que diz respeito à quantidade, o material entregue pelo contratado em cumprimento ao contrato ou instrumento equivalente;
– Rejeitar o material sempre que estiver fora das especificações do contrato ou instrumento particular, ou em desacordo com a amostra apresentada na fase de licitação, podendo submetê-lo, se necessário, ao Controle de Qualidade;
– Assinar Nota Fiscal atestando o Recebimento e Aceitação ou Notificação, no caso de rejeição do material;
– Receber os recursos dirigidos à autoridade superior, interpostos contra seus atos e tomar as providencias pertinentes;
– Remeter a autoridade superior o recurso, devidamente instituído e informado.

Artº. 3º - NOMEAR, para compor a referida Comissão, os seguintes servidores:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
ADEMILSON DE ARAUJO BERNARDO
ANA MARIA DOS SANTOS
CARLA CAROLINA GOMES RAVANEDA
CLAUDIO DE JESUS DA SILVA BORGES
LEIDE APARECIDA PAZINE BUENO
LUIZ COSTA MAGALHAES FILHO
LUIS ANTONIO DOMINGUES NETO
NELSON COELHO
NILZA LEITE FARIAS
ROSELI LOPES VIDOR
THAIS CARREIRA MIRANDA E SOUZA
VILMA APARECIDA BENTO
CARLOS ALBERTO VILAS BOAS

CONSELHO TUTELAR
DAIANE LEITE BENTO
LUZIA REGINA TOMAZ
NEIDE MARIA GONCALVES DE OLIVEIRA
RONY MARA GASPARETTO
VALDECIR JOSÉ DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
ADRIANA APARECIDA DOS REIS ANANIAS
DENISE BARTKO DE ALENCAR PAULO
EDILA AMANDA LAURIANO DA CRUZ
JOSIMÉRES DA SILVA DANTAS DE CARVALHO
JOSÉ CARLOS SOUZA
MARIA DO CARMO GONÇALVES
MARIZA MARIA CAMPOS COSTA
VANESSA FARIA DOS REIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
ANDREIA REGINA ALEXANDRINO
ADRIANA CANOVAS MATIAS CASSINS
LUCIANA ISONO PEREIRA PIEKNY

CRAS:
BARBARA ISABELA DE OLIVEIRA ROSSI MACHADO
GEISA APARECIDA SANTIAGO
ELIANE DE FÁTIMA VANZELA
SILVANA MARY DA SILVA BATISTA
ANA CAROLINE DOS SANTOS KONHEVALIKI

CLUBE DA MELHOR IDADE:
CLAUDENICE APARECIDA FELTRAN

SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS:
OSNEI SANTOS DE OLIVEIRA
LUIZ CARLOS ALVES
EDINEI AMANCIO
RENATO SPONTON
MARCO ANTONIO LANDGRAFF
WILLIAN DE LUCAS ANANIAS PIRES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:
DANIELE DE LURDES RAMARI
SIRLEI JUVENTINO NUNES
GABRIEL REZES DE ARAUJO
GISELY CALDI

SECRETARIA DE HABITAÇÃO:
VINICIOS GONÇALVES DE MELO LIMA
VINICIUS EDUARDO DAS NEVES

DEPARTAMENTO DE TENCOLOGIA E INFORMAÇÃO:
JULIANO PAZINI

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO:
JOSÉ DENILSON BATISTA DA SILVA
MAICON SILVA CASSIMIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA:
GUSTAVO ANTONY JESUS DE SOUZA LOPES
RAFAELLI FERREIRA DE ALMEIDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E CULTURA:
GILBERTO ANTINO DE OLIVEIRA
KESLLEY GOMES DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER:
TALITA DE ALMEIDA
ADRIANA CANOVAS MATIAS CASSINS

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E TURISMO:
IZAIAS PALMA LOPES

Artº. 4º - DETERMINAR que nenhum material ou bem deverá ser liberado, aos usuários antes de cumpridas as formalidades de recebimento, aceitação e registro no competente instrumento de controle.

Artº. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 138/2026 de 12/08/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios, entrando a em presente em vigor nesta data.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR, ao 18º dia do mês de agosto 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:748639F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026 -PMCS

CONTRATO 47/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS HABILITADOS EM DIVERSAS ÁREAS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATADA: OESTELIMP TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **45.043.822/0001-98**, sediada na Avenida Maripá, nº 5457, sala 106, Cep: 85.901-000 – Toledo, estado do Paraná, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por **JOSÉ DANIEL SILVA ZECHI.**

VALOR: R$ 1.486.352,28 (um milhão, quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos). O valor da **taxa administrativa de 0,38% (zero vírgula trinta e oito por cento).**

VIGÊNCIA: 17 DE AGOSTO DE 2027.
DATA ASSINATURA: 18 DE AGOSTO DE 2026.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:51F1549F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02

Objeto: Acréscimo quantitativo do contrato nº 09/2024, que visa a Contratação de empresa para fornecimento de 170 (cento e setenta) placas diversas em aço inox, conforme necessidade da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul/Pr, para o período de 12 meses.

Fornecedor: RCW FOTOGRAVAÇÃO LTDA.
CNPJ: 11.145.654/0001-20
Valor Total R$ R$ 6.156,42 (seis mil, cento e cinquenta e seis reais e quarenta e dois centavos).
Data assinatura: 04/08/2026
Fundamento Legal: art. 124, inciso I, alínea "b" e art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

Autorização:

PEDRO APARECIDO CAFÉ
Presidente

Publicado por:
Adriano Junior Frason Ribeiro
Código Identificador:2E2219B6

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
PORTARIA 45, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 45, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Altera a composição das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, instituída pela portaria nº 26 de 07 de março de 2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no artigo 33 do Regimento Interno da Casa, RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a composição as Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, instituída pela portaria nº 26, de 07 de março de 2025, conforme o quadro a seguir:

Comissões	Membros
- Constituição e Justiça	**Presidente:** Venicio Ferreira **Vice-presidente:** Gefão Santos **Membro:** Amarildo Bandeira **Suplente:** Nilceia Falavinha
- Finanças, Orçamento e Fiscalização	**Presidente:** Marcelo Olegario **Vice-presidente:** Cleverson Dalprá **Membro:** Leide de Souza **Suplente:** Geraldo Vaquinha
- Urbanismo, Obras, Serviços Públicos, Segurança Pública e Trânsito	**Presidente:** Helton Colere **Vice-presidente:** Cleverson Dalprá **Membro:** Roberto Simioni **Suplente:** Marcelo Olegario
- Comércio, Indústria, Agricultura e Tecnologias de Informação	**Presidente:** Venicio Ferreira **Vice-presidente:** Helton Colere **Membro:** Nilceia Falavinha **Suplente:** Gefão Santos
- Educação, Esporte, Cultura, Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	**Presidente:** Helton Colere **Vice-presidente:** Leide de Souza **Membro:** Venicio Ferreira **Suplente:** Geraldo Vaquinha
- Saúde, Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Acessibilidade e Pessoas com Deficiência	**Presidente:** Leide de Souza **Vice-presidente:** Gefão Santos **Membro:** Marcelo Olegario **Suplente:** Helton Colere
- Ética e Decoro Parlamentar	**Presidente:** Geraldo de Vaquinha **Vice-presidente:** Leide de Souza **Membro:** Amarildo Bandeira **Suplente:** Helton Colere

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Arquive-se.

Campina Grande do Sul, 18 de agosto de 2026.

PEDRO APARECIDO CAFÉ
Presidente

Publicado por:
Nadia Cristina Rocha de Souza
Código Identificador:BD725D1A

PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PREVICAMP
034/2026

PORTARIA Nº 034/2026

Concede férias à servidora RUBIA CARLA CAMARGO GIACOMITI ROSVADOSKI no período que especifica.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PREVICAMP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 37 da Lei Complementar Municipal nº 3/2010 e demais disposições legais aplicáveis,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias pelo período de 22 (vinte e dois) dias à servidora municipal RUBIA CARLA CAMARGO GIACOMITI ROSVADOSKI – Matrícula da PREVICAMP nº. 1597, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, atualmente em disposição funcional para a PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PREVICAMP.

Art. 2º – As férias referem-se ao período aquisitivo relativo aos exercícios de 2022/2023 e 2023/2024, com fruição no período de 08 a 29 de setembro de 2026.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE

Campina Grande do Sul, 18 de agosto de 2026.

INÊS BALDO FURTADO BORGES
Diretora-Presidente
Portaria 1886/2025

Publicado por:
Luciléia Maria Casanova Dircksen
Código Identificador:C2E0C7E7

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA PG ELETRÔNICO N° 76/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 76/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, VIDEO/MIDIA (TELÃO DE LED) E DE GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA, FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA TÉCNICA PARA MONTAGEM, OPERAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DESMONTAGEM, DESTINADO AO ATENDIMENTO DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA MUNICIPALIDADE.
Critério de julgamento: Menor Preço por Item
Valor Máximo: R$ 1.851.445,30 (Um milhão, oitocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos)
Data de abertura: 03/09/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Patrick Cavalli Poli Chiquitti
Código Identificador:7CC1C5C3

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CHAMAMENTO AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL Nº 11

A Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, considerando que depois de encerrado o chamamento dos candidatos classificados no Concurso Público, objeto do Edital nº. 002/2025, sem o preenchimento das vagas necessárias, passa-se a chamar os candidatos que optaram e assinaram o pedido de "Final de Lista", conforme o item 20.6 do edital.
Sendo assim, considerando que a candidata classificada em 01º lugar (Classificação Final de Lista), não compareceu no prazo de 27 de julho à 05 de agosto de 2026, chamada através do Edital de Chamamento nº. 10, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Edição nº. 3581, páginas nº. 66 e 67 de 27/07/2026, **CONVOCA** a candidata abaixo relacionada aprovada para o cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, para que no **PERÍODO DE 18 A 27 DE AGOSTO DE 2026**, compareçam no Departamento de Gestão de Pessoal munidas dos documentos (conforme item 20.3 do Edital nº. 002/2025) **no prazo estipulado acima**, no horário das 8:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, sito à Praça Bento Munhoz da Rocha, 30 - Centro - Campina Grande do Sul - Departamento de Gestão de Pessoal.

A designação do local para exercer as atividades ficará condicionada às necessidades das unidades básicas de saúde e departamentos do Município de Campina Grande do Sul e será definida pela Secretária Municipal da Saúde.

O não comparecimento à presente convocação até a data acima mencionada, será conside-rado como desistente da vaga ofertada.

Função	Nome	Classificação Final de Lista
AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	MODALIDADE AMPLA CONCORRÊNCIA	
	ISIS TEIXEIRA BISPO	02º

Nº. de Vagas	Local
01	Secretaria Municipal da Saúde

Campina Grande do Sul, 17 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:B685173F

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1083/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade, a regularidade e a eficiência dos procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública Municipal, em observância aos princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal;

Considerando que o exercício da função de Agente de Contratação, nos termos da legislação aplicável, não pressupõe dedicação integral ou exclusiva, admitindo a organização funcional da jornada de trabalho de modo compatível com outras atribuições administrativas;

Considerando que permanecem inalteradas as circunstâncias fáticas e administrativas que fundamentaram a designação originária, inexistindo prejuízo ao regular desempenho das atribuições atualmente exercidas pelo servidor;

Considerando o interesse público, a economicidade e a necessidade de evitar a paralisação ou o atraso dos procedimentos licitatórios, indispensáveis ao regular funcionamento da Administração Municipal;
Considerando que a Administração Municipal promoveu Concurso Público destinado ao provimento dos cargos necessários ao atendimento da demanda administrativa, cuja homologação final encontra-se prevista para o mês de setembro de 2026, permanecendo necessária, até sua conclusão, a manutenção excepcional da designação;

Considerando que a presente prorrogação possui caráter excepcional, temporário e transitório, limitada ao período estritamente necessário para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços públicos;

R E S O L V E

Art. 1º Prorrogar, por mais 06 (seis) meses, a designação do servidor **RAFAEL CARLOS BERLEZE, Matrícula nº. 325958**, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo – Nível B09 da Tabela de Vencimentos constante do Anexo XIV da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012, para o exercício da Função Gratificada de Agente de Contratação, junto ao Departamento de Compras, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Administração, permanecendo sem prejuízo da função gratificada que já exerce.

Art. 2º A manutenção da designação de que trata esta Portaria não implica prejuízo ao regular desempenho das atribuições atualmente exercidas pelo servidor, permanecendo assegurada a continuidade, a eficiência e o interesse público na prestação dos serviços administrativos.

Parágrafo único. A presente prorrogação possui caráter excepcional e transitório, vigorando enquanto persistirem as circunstâncias administrativas que justificaram a manutenção da designação, podendo ser revogada a qualquer tempo diante da superveniência de situação que torne desnecessária a medida.

Art. 3º Permanecem inalteradas todas as demais disposições constantes da Portaria nº. 113/2026.

Art. 4º Os efeitos da presente designação retroagem ao dia 01 de agosto de 2026.

Campina Grande do Sul, 10 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 10 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:4B855CE1

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1085/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Capítulo V, artigo 26-A, inciso I, da Lei Municipal nº. 693, de 18 de dezembro de 2019;

Considerando a necessidade de garantir a segurança e atenção da comunidade escolar, com vistas, especialmente, a suprir a ociosidade de nossas crianças e alunos, assim como proporcionar a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

A U T O R I Z A

Ampliação da jornada de trabalho de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais de trabalho à servidora **BRUNA JAQUELINE RISSATO DE SOUZA - Matrícula nº. 328696,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - Classe Superior - Nível 01 do Quadro do Magistério Municipal, para exercer suas funções na Escola Municipal Lucídio Florêncio Ribeiro, com efeito retroativo a partir do dia 04 de agosto de 2026 até 03 de outubro de 2026.

Campina Grande do Sul, 10 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 10 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:6993C251

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1086/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 153/2026, emitido pela Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança, protocolado sob o nº. 28.545/2026;

R E V O G A

A partir da presente data, a Portaria nº. 210/2026, datada de 25 de fevereiro de 2026, publicada na Edição do Diário Oficial dos Municípios do Paraná nº. 3478, páginas nº. 90 e nº. 91 de 27/02/2026, que concedeu redução de carga horária de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, ao servidor Cleber Carvalho de Castro - Matrícula nº. 187911, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente da Guarda Civil Municipal – Nível C17 da Tabela de Vencimentos Anexo I da Lei Complementar Municipal nº. 31/2017.

Campina Grande do Sul, 10 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 10 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:1ED74AB2

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1087/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária na forma de reembolso, ao servidor **MIZAEL SANTANA DE ARRUDA - Matrícula nº. 279441**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Central de Remoções, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 50%
		(Conforme § 3º do Art. 4º do Decreto Municipal nº. 1897/2022);
II	Valor da diária;	R$ 390,25 (Trezentos e noventa reais e vinte e cinco centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 390,25 (Trezentos e noventa reais e vinte e cinco centavos)
IV	Destino;	Ponta Grossa – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Ponta Grossa, para realizar o transporte da paciente F.J.S., para internamento no Hospital Psiquiátrico São Camilo.
VI	Período da viagem;	Dia 03 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 10 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 10 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:F734664A

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1088/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária na forma de reembolso, ao servidor **RAFAEL DE ARAÚJO FLORENTINO - Matrícula nº. 328946,** ocupante do cargo em comissão de Coordenador II, lotado na Central de Remoções, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 50%
		(Conforme § 3º do Art. 4º do Decreto Municipal nº. 1897/2022);
II	Valor da diária;	R$ 390,25 (Trezentos e noventa reais e vinte e cinco centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 390,25 (Trezentos e noventa reais e vinte e cinco centavos)
IV	Destino;	Ponta Grossa – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Ponta Grossa, para acompanhar o transporte da paciente F.J.S., para internamento no Hospital Psiquiátrico São Camilo.
VI	Período da viagem;	Dia 03 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 10 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 10 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:1CFFD0EB

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1089/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **CLAUDIA GOMES DE LIZ - Matrícula nº. 272781,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	05 (cinco) diárias valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 418,10 (Quatrocentos e dezoito reais e dez centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Capacitação – Gestão do SUAS"**.
VI	Período da viagem;	De 10 a 14 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 10 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 10 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:1E514CF9

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1090/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **RHAIZA TALISSA DE AGUIAR BERO - Matrícula nº. 329289,** ocupante do cargo em comissão de Diretor de Planejamento Urbano, lotada na Secretaria Municipal de Urbanismo, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 50%
II	Valor da diária;	R$ 167,24 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 167,24 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"PAINEL DE REFERÊNCIA – RODADA COM MUNICÍPIOS DA RMC/NCU E ÓRGÃOS ESTADUAIS"**.
VI	Período da viagem;	Dia 11 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Próprio.

Campina Grande do Sul, 11 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:1620FA39

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1092/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **KELI CORADIN - Matrícula nº. 328943,** ocupante do cargo de Agente Político de Secretária Municipal de Urbanismo, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	03 (três) diárias valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 250,86 (Duzentos e cinquenta reais e oitenta e seis centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"TransfereGov – Passo a Passo Completo – 100% Prático"**.
VI	Período da viagem;	De 12 a 14 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 11 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:9290A763

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1093/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **JANAINE ESQUEDINO MAURICIO - Matrícula nº. 161871,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Urbanismo, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	03 (três) diárias valor de 50%
II	Valor da diária;	R$ 167,24 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 501,72 (Quinhentos e um reais e setenta e dois centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"TransfereGov – Passo a Passo Completo – 100% Prático"**.
VI	Período da viagem;	De 12 a 14 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Próprio.

Campina Grande do Sul, 11 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:5451CF8A

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1094/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **RHAIZA TALISSA DE AGUIAR BERO - Matrícula nº. 329289,** ocupante do cargo em comissão de Diretor de Planejamento Urbano, lotada na Secretaria Municipal de Urbanismo, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	03 (três) diárias valor de 50%
II	Valor da diária;	R$ 167,24 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 501,72 (Quinhentos e um reais e setenta e dois centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"TransfereGov – Passo a Passo Completo – 100% Prático"**.
VI	Período da viagem;	De 12 a 14 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Próprio.

Campina Grande do Sul, 11 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:D1D6AD5D

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1095/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 152/2026, emitido pela Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança, protocolado sob o nº. 28.353/2026;

REMOVE

O servidor **EDIVALDO MATIAS - Matrícula nº. 102001,** ocupante do cargo efetivo de Operário – Nível C15 da Tabela de Vencimentos Anexo VI da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012, da Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança, para exercer suas funções na Secretaria Municipal da Educação, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 11 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:A59281C6

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1096/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

REMOVE

A servidora **ESTER GONÇALVES DE OLIVEIRA - Matrícula nº. 325082,** ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – Nível C09 da Tabela de Vencimentos Anexo VI da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012, da Secretaria Municipal da Educação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal da Saúde, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 11 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:185CC65C

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1097/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento da servidora protocolado sob nº. 29.209/2026;

E X O N E R A

A pedido da servidora **EMILIN OLIVEIRA BANDEIRA - Matrícula nº. 328999,** ocupante do cargo em comissão de Coordenador II, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 11 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:C7C47DBA

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1099/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor e tendo em vista o resultado do concurso público municipal realizado na forma Edital nº. 002/2025 de 09 de junho de 2025,

N O M E I A

Art. 1º ANDRÉA DE SOUZA LIMA DA SILVA - R.G.: nº. 15.427.171-6-PR, para prover o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal - Nível A01 da Tabela de Vencimentos Anexo VIII da Lei Complementar nº. 07/2012 (carga horária de 40 (quarenta) horas semanais), ficando o ora nomeado com o prazo de até 30 (trinta) dias para tomar posse a partir da presente data (Art. 16 § 2º da Lei Municipal nº. 09/2004).

Art. 2º A definição do local de trabalho, unidade administrativa ou estabelecimento de saúde em que a servidora exercerá suas atividades será realizada pelo **Secretário Municipal de Saúde**, mediante Portaria própria, nos termos do Decreto Municipal nº. 2.627, de 02 de março de 2026.

Campina Grande do Sul, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 12 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:04F3C7D7

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1100/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor e tendo em vista o resultado do concurso público municipal realizado na forma Edital nº. 002/2025 de 09 de junho de 2025,

N O M E I A

Art. 1º EMILIN OLIVEIRA BANDEIRA - R.G.: nº. 12.922.177-1-PR, para prover o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem - Nível A01 da Tabela de Vencimentos Anexo XII da Lei Complementar nº. 07/2012 (carga horária de 40 (quarenta) horas semanais), ficando o ora nomeado com o prazo de até 30 (trinta) dias para tomar posse a partir da presente data (Art. 16 § 2º da Lei Municipal nº. 09/2004).

Art. 2º A definição do local de trabalho, unidade administrativa ou estabelecimento de saúde em que a servidora exercerá suas atividades será realizada pelo **Secretário Municipal de Saúde**, mediante Portaria própria, nos termos do Decreto Municipal nº. 2.627, de 02 de março de 2026.

Campina Grande do Sul, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 12 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:C4D1BD83

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1101/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento da servidora protocolado sob nº. 29.421/2026;

E X O N E R A

A pedido da servidora **SATIE OLINDA MACIEL - Matrícula nº. 328820,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Infantil – Classe Ensino Médio - Nível 01 da Tabela de Vencimentos Anexo V da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 12 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:184E5144

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1102/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **SINTIA SUZANA BORATO CARSTENS - Matrícula nº. 324921,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, lotada no Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	03 (três) diárias valor de 50%
II	Valor da diária;	R$ 167,24 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 501,72 (Quinhentos e um reais e setenta e dois centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"TransfereGov – Passo a Passo Completo – 100% Prático"**.
VI	Período da viagem;	De 12 a 14 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Próprio.

Campina Grande do Sul, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 12 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:8DCAC5FB

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1103/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **SUELEN DA CUNHA RIBAS - Matrícula nº. 160121,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotada no Departamento de Tesouraria, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	03 (três) diárias valor de 50%
II	Valor da diária;	R$ 167,24 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 501,72 (Quinhentos e um reais e setenta e dois centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"TransfereGov – Passo a Passo Completo – 100% Prático"**.
VI	Período da viagem;	De 12 a 14 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Próprio.

Campina Grande do Sul, 12 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 12 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:DE2BD2F5

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1105/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor e tendo em vista o resultado do concurso público municipal realizado na forma Edital nº. 002/2025 de 09 de junho de 2025,

N O M E I A

Art. 1º MICHELE FÁTIMA CRUZ - R.G.: nº. 9.001.695-4-PR, para prover o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem - Nível A01 da Tabela de Vencimentos Anexo XII da Lei Complementar nº. 07/2012 (carga horária de 40 (quarenta) horas semanais), ficando o ora nomeado com o prazo de até 30 (trinta) dias para tomar posse a partir da presente data (Art. 16 § 2º da Lei Municipal nº. 09/2004).

Art. 2º A definição do local de trabalho, unidade administrativa ou estabelecimento de saúde em que a servidora exercerá suas atividades será realizada pelo **Secretário Municipal de Saúde**, mediante Portaria própria, nos termos do Decreto Municipal nº. 2.627, de 02 de março de 2026.

Campina Grande do Sul, 14 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 14 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:3303CADE

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1106/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor

e tendo em vista o resultado do concurso público municipal realizado na forma Edital nº. 002/2025 de 09 de junho de 2025,

N O M E I A

Art. 1º LOIDE ALVES DA LUZ RATUCHENSKI - R.G.: nº. 5.144.022-6-PR, para prover o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem - Nível A01 da Tabela de Vencimentos Anexo XII da Lei Complementar nº. 07/2012 (carga horária de 40 (quarenta) horas semanais), ficando o ora nomeado com o prazo de até 30 (trinta) dias para tomar posse a partir da presente data (Art. 16 § 2º da Lei Municipal nº. 09/2004).

Art. 2º A definição do local de trabalho, unidade administrativa ou estabelecimento de saúde em que a servidora exercerá suas atividades será realizada pelo **Secretário Municipal de Saúde**, mediante Portaria própria, nos termos do Decreto Municipal nº. 2.627, de 02 de março de 2026.

Campina Grande do Sul, 14 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 14 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:4CA6BD53

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1107/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **CAROLINE DO ROCIO LUIZ - Matrícula nº. 329433,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotada no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 50%
II	Valor da diária;	R$ 167,24 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 167,24 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
IV	Destino;	Colombo – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Colombo para participar do evento **"I Jornada Paranaense de CAPSij – Compartilhando práticas em saúde mental da infância e adolescência"**.
VI	Período da viagem;	Dia 20 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Próprio.

Campina Grande do Sul, 17 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:69C096B7

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1108/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **SABRINA FERRARINI DE FREITAS - Matrícula nº. 329024,** ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico, lotada no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 50%
II	Valor da diária;	R$ 167,24 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 167,24 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
IV	Destino;	Colombo – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Colombo para participar do evento **"I Jornada Paranaense de CAPSij – Compartilhando práticas em saúde mental da infância e adolescência"**.
VI	Período da viagem;	Dia 20 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Próprio.

Campina Grande do Sul, 17 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:2B6D1734

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1109/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **YARA BATISTA DA LUZ - Matrícula nº. 327453,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Terapeuta Ocupacional, lotada no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 50%
II	Valor da diária;	R$ 167,24 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 167,24 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
IV	Destino;	Colombo – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Colombo para participar do evento **"I Jornada Paranaense de CAPSij – Compartilhando práticas em saúde mental da infância e adolescência"**.
VI	Período da viagem;	Dia 20 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Próprio.

Campina Grande do Sul, 17 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:CD666765

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1110/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **ANDRESSA MARIA KICHE COSTACURTA - Matrícula nº. 329594,** ocupante do cargo em comissão de Assessor de Secretaria, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	04 (quatro) diárias
II	Valor da diária;	R$ 780,50 (Setecentos e oitenta reais e cinquenta centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 3.122,00 (Três mil, cento e vinte e dois reais)
IV	Destino;	Guaratuba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Guaratuba para acompanhar a equipe do Município que participará do evento **"Jogos da Integração do Idoso – JIIDO"**.
VI	Período da viagem;	De 20 à 24 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 17 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:3D864E2E

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1111/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, ao servidor **JUAREZ BORGES MACHADO - Matrícula nº. 326832,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	04 (quatro) diárias
II	Valor da diária;	R$ 780,50 (Setecentos e oitenta reais e cinquenta centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 3.122,00 (Três mil, cento e vinte e dois reais)
IV	Destino;	Guaratuba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Guaratuba para realizar o transporte da equipe do Município que participará do evento **"Jogos da Integração do Idoso – JIIDO"**.
VI	Período da viagem;	De 20 à 24 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 17 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:FD22AC57

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1112/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **CAROLINA RIBAS - Matrícula nº. 329384,** ocupante do cargo em comissão de Diretor II, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Curso de Intervenção e Gestão em Desastres"**.
VI	Período da viagem;	Dia 31 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 17 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:BC5D350F

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1113/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **CAROLINE FEITOSA MARTINS DA SILVA - Matrícula nº. 329145,** ocupante do cargo em comissão de Coordenador I, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Curso de Intervenção e Gestão em Desastres"**.
VI	Período da viagem;	Dia 31 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 17 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:4922B018

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1114/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **FERNANDA ROSA SILVEIRA LOPES - Matrícula nº. 329066,** ocupante do cargo em comissão de Coordenador II, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Curso de Intervenção e Gestão em Desastres"**.
VI	Período da viagem;	Dia 31 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 17 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:59C9D592

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1117/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária na forma de reembolso, ao servidor **ALEXANDRE CAPILE BATISTA - Matrícula nº. 328944,** ocupante do cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	02 (duas) diárias valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 167,24 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
IV	Destino;	Pinhais – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Pinhais para participar do evento **"Codecon Summit 26"**.
VI	Período da viagem;	Dias 14 e 15 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 18 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:8B812A0C

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1118/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, ao servidor **GLAUCIO DALPRÁ MACEDO - Matrícula nº. 148261,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial Administrativo, lotado no Departamento do Detran deste Município, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	02 (duas) diárias valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 167,24 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Curso de Identificação Veicular"**.
VI	Período da viagem;	Dias 19 e 20 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 18 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:8DD4338B

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1119/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando a solicitação do servidor protocolada sob nº. 28.399/2026;

Considerando o Artigo 107, § 1º da Lei Municipal nº. 09/2004;

Considerando o Despacho, emitido pela Secretaria Municipal de Administração;

C O N C E D E

A interrupção da licença sem vencimentos do servidor **ALISSON SOUZA FERREIRA - Matrícula nº. 327051,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas - Nível C03 da Tabela de Vencimentos Anexo XI da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Infraestrutura, a partir do dia 20 de agosto de 2026.

Campina Grande do Sul, 18 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:3E0072BD

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1120/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento do servidor protocolado sob nº. 29.334/2026;

Considerando o Enunciado nº. 01/2025 da Procuradoria Geral do Município;

C O N C E D E

Licença sem vencimentos com base no artigo 107 da Lei Municipal nº. 09/2004 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campina Grande do Sul) pelo período de 02 (dois) anos ao servidor **ANDERSON FORTE MENSOR - Matrícula nº. 162921,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Física Classe Especialização - Nível 12 do Quadro do Magistério Municipal, a partir do dia 20 de agosto de 2026 até 18 de agosto de 2028.

Campina Grande do Sul, 18 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:06BB161C

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1121/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento do servidor protocolado sob nº. 29.334/2026;

Considerando o Enunciado nº. 01/2025 da Procuradoria Geral do Município;

C O N C E D E

Licença sem vencimentos com base no artigo 107 da Lei Municipal nº. 09/2004 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campina Grande do Sul) pelo período de 02 (dois) anos ao servidor **ANDERSON FORTE MENSOR - Matrícula nº. 217921,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Física Classe Especialização - Nível 08 do Quadro do Magistério Municipal, a partir do dia 20 de agosto de 2026 até 18 de agosto de 2028.

Campina Grande do Sul, 18 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:F57A293F

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 59/2026

A Secretária Municipal da Educação de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

Considerando o disposto no §3º do artigo 4º da Lei nº. 1.032, de 05 de dezembro de 2024;

Considerando o Decreto nº. 2.627, de 02 de março de 2026, que regulamenta a delegação de competências no âmbito da Administração Pública Municipal e autoriza a expedição de Portarias para definição de local de trabalho de servidores;

Considerando a necessidade administrativa de alteração do local inicialmente designado para o exercício das atribuições do servidor, visando à melhor adequação do serviço público e ao interesse da Administração;

D E S I G N A

Art. 1º Fica designado o servidor **JOSIAS DE OLIVEIRA PADILHA, matrícula nº. 279521**, ocupante do cargo efetivo de Professor, para exercer suas atividades no Projeto PIA - Walfrido Ribeiro de Sousa, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, a partir da presente data.

Art. 2º A presente designação destina-se exclusivamente à definição do local de trabalho e do exercício funcional, não implicando alteração de cargo, função, remuneração ou lotação administrativa, salvo disposição legal em contrário.

Campina Grande do Sul, 10 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Secretária Municipal da Educação

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 10 de julho de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:889AC3AE

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 60/2026

A Secretária Municipal da Educação de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

Considerando o disposto no §3º do artigo 4º da Lei nº. 1.032, de 05 de dezembro de 2024;

Considerando o Decreto nº. 2.627, de 02 de março de 2026, que regulamenta a delegação de competências no âmbito da Administração Pública Municipal e autoriza a expedição de Portarias para definição de local de trabalho de servidores;

Considerando a necessidade administrativa de alteração do local inicialmente designado para o exercício das atribuições do servidor, visando à melhor adequação do serviço público e ao interesse da Administração;

D E S I G N A

Art. 1º Fica designada a servidora **ELIANA MICHALSKI DA SILVA, matrícula nº. 328733,** ocupante do cargo efetivo de Professor, para exercer suas atividades na Escola Municipal Humberto de Alencar Castelo Branco, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, a partir da presente data.

Art. 2º A presente designação destina-se exclusivamente à definição do local de trabalho e do exercício funcional, não implicando alteração de cargo, função, remuneração ou lotação administrativa, salvo disposição legal em contrário.

Campina Grande do Sul, 20 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Secretária Municipal da Educação

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 20 de julho de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:CE5751F7

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 61/2026

A Secretária Municipal da Educação de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

Considerando o disposto no §3º do artigo 4º da Lei nº. 1.032, de 05 de dezembro de 2024;

Considerando o Decreto nº. 2.627, de 02 de março de 2026, que regulamenta a delegação de competências no âmbito da Administração Pública Municipal e autoriza a expedição de Portarias para definição de local de trabalho de servidores;

Considerando a necessidade administrativa de alteração do local inicialmente designado para o exercício das atribuições do servidor, visando à melhor adequação do serviço público e ao interesse da Administração;

D E S I G N A

Art. 1º Fica designada o servidor **ANTONIO MARCOS PIRES GERALDO, matrícula nº. 145161**, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física, para exercer suas atividades na Escola Municipal Lucídio Florêncio Ribeiro, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, a partir da presente data.

Art. 2º A presente designação destina-se exclusivamente à definição do local de trabalho e do exercício funcional, não implicando alteração de cargo, função, remuneração ou lotação administrativa, salvo disposição legal em contrário.

Campina Grande do Sul, 23 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Secretária Municipal da Educação

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 23 de julho de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:9ADB512E

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 62/2026

A Secretária Municipal da Educação de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

Considerando o disposto no §3º do artigo 4º da Lei nº. 1.032, de 05 de dezembro de 2024;

Considerando o Decreto nº. 2.627, de 02 de março de 2026, que regulamenta a delegação de competências no âmbito da Administração Pública Municipal e autoriza a expedição de Portarias para definição de local de trabalho de servidores;

Considerando a necessidade administrativa de alteração do local inicialmente designado para o exercício das atribuições do servidor, visando à melhor adequação do serviço público e ao interesse da Administração;

D E S I G N A

Art. 1º Fica designada o servidor **LUIS ALBERTO THOMASZECK DOS SANTOS, matrícula nº. 328722,** ocupante do cargo efetivo de Professor, para exercer suas atividades na Escola Municipal Lucídio Florêncio Ribeiro, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, a partir da presente data.

Art. 2º A presente designação destina-se exclusivamente à definição do local de trabalho e do exercício funcional, não implicando alteração de cargo, função, remuneração ou lotação administrativa, salvo disposição legal em contrário.

Campina Grande do Sul, 23 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Secretária Municipal da Educação

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 23 de julho de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:50D4A157

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 63/2026

A Secretária Municipal da Educação de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

Considerando o disposto no §3º do artigo 4º da Lei nº. 1.032, de 05 de dezembro de 2024;

Considerando o Decreto nº. 2.627, de 02 de março de 2026, que regulamenta a delegação de competências no âmbito da Administração Pública Municipal e autoriza a expedição de Portarias para definição de local de trabalho de servidores;

Considerando a necessidade administrativa de alteração do local inicialmente designado para o exercício das atribuições do servidor, visando à melhor adequação do serviço público e ao interesse da Administração;

D E S I G N A

Art. 1º Fica designada a servidora **ELISANGELA GUEDES BISCAIA, matrícula nº. 329319,** ocupante do cargo efetivo de Professor, para exercer suas atividades na Escola Municipal Lucídio Florêncio Ribeiro, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, a partir da presente data.

Art. 2º A presente designação destina-se exclusivamente à definição do local de trabalho e do exercício funcional, não implicando alteração de cargo, função, remuneração ou lotação administrativa, salvo disposição legal em contrário.

Campina Grande do Sul, 23 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Secretária Municipal da Educação

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 23 de julho de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:A9BBB99D

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 64/2026

A Secretária Municipal da Educação de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

Considerando o disposto no §3º do artigo 4º da Lei nº. 1.032, de 05 de dezembro de 2024;

Considerando o Decreto nº. 2.627, de 02 de março de 2026, que regulamenta a delegação de competências no âmbito da Administração Pública Municipal e autoriza a expedição de Portarias para definição de local de trabalho de servidores;

Considerando a necessidade administrativa de alteração do local inicialmente designado para o exercício das atribuições do servidor, visando à melhor adequação do serviço público e ao interesse da Administração;

D E S I G N A

Art. 1º Fica designada a servidora **JAMYLI ANDRADE CORREA RUZENENTE, matrícula nº. 329273,** ocupante do cargo efetivo de Professor, para exercer suas atividades na Escola Municipal Lucídio Florêncio Ribeiro, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, a partir da presente data.

Art. 2º A presente designação destina-se exclusivamente à definição do local de trabalho e do exercício funcional, não implicando alteração de cargo, função, remuneração ou lotação administrativa, salvo disposição legal em contrário.

Campina Grande do Sul, 23 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Secretária Municipal da Educação

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 23 de julho de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:2F2C4CA8

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 65/2026

A Secretária Municipal da Educação de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

Considerando o disposto no §3º do artigo 4º da Lei nº. 1.032, de 05 de dezembro de 2024;

Considerando o Decreto nº. 2.627, de 02 de março de 2026, que regulamenta a delegação de competências no âmbito da Administração Pública Municipal e autoriza a expedição de Portarias para definição de local de trabalho de servidores;

Considerando a necessidade administrativa de alteração do local inicialmente designado para o exercício das atribuições do servidor, visando à melhor adequação do serviço público e ao interesse da Administração;

D E S I G N A

Art. 1º Fica designada a servidora **JAMYLI ANDRADE CORREA RUZENENTE, matrícula nº. 329273,** ocupante do cargo efetivo de Professor, para exercer suas atividades na Escola Municipal Lucídio Florêncio Ribeiro, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, a partir da presente data.

Art. 2º A presente designação destina-se exclusivamente à definição do local de trabalho e do exercício funcional, não implicando alteração de cargo, função, remuneração ou lotação administrativa, salvo disposição legal em contrário.

Campina Grande do Sul, 23 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Secretária Municipal da Educação

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 23 de julho de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:AEA22DA4

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 66/2026

A Secretária Municipal da Educação de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

Considerando o disposto no §3º do artigo 4º da Lei nº. 1.032, de 05 de dezembro de 2024;

Considerando o Decreto nº. 2.627, de 02 de março de 2026, que regulamenta a delegação de competências no âmbito da

Administração Pública Municipal e autoriza a expedição de Portarias para definição de local de trabalho de servidores;

Considerando a necessidade administrativa de alteração do local inicialmente designado para o exercício das atribuições do servidor, visando à melhor adequação do serviço público e ao interesse da Administração;

D E S I G N A

Art. 1º Fica designada a servidora **ISABELA DA SILVA BABICZ, matrícula nº. 328867,** ocupante do cargo efetivo de Professor, para exercer suas atividades no Centro Municipal de Educação Infantil Laura Bertoni Zanchettin, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, a partir da presente data.

Art. 2º A presente designação destina-se exclusivamente à definição do local de trabalho e do exercício funcional, não implicando alteração de cargo, função, remuneração ou lotação administrativa, salvo disposição legal em contrário.

Campina Grande do Sul, 24 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Secretária Municipal da Educação

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 24 de julho de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:D407FCD8

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 67/2026

A Secretária Municipal da Educação de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

Considerando o disposto no §3º do artigo 4º da Lei nº. 1.032, de 05 de dezembro de 2024;

Considerando o Decreto nº. 2.627, de 02 de março de 2026, que regulamenta a delegação de competências no âmbito da Administração Pública Municipal e autoriza a expedição de Portarias para definição de local de trabalho de servidores;

Considerando a necessidade administrativa de alteração do local inicialmente designado para o exercício das atribuições do servidor, visando à melhor adequação do serviço público e ao interesse da Administração;

D E S I G N A

Art. 1º Fica designada a servidora **MARIA DO CARMO ALVES, matrícula nº. 115091,** ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer suas atividades no Centro Municipal de Educação Infantil Laura Bertoni Zanchettin, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, a partir da presente data.

Art. 2º A presente designação destina-se exclusivamente à definição do local de trabalho e do exercício funcional, não implicando alteração de cargo, função, remuneração ou lotação administrativa, salvo disposição legal em contrário.

Campina Grande do Sul, 24 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Secretária Municipal da Educação

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 24 de julho de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:CEB932C1

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 68/2026

A Secretária Municipal da Educação de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

Considerando o disposto no §3º do artigo 4º da Lei nº. 1.032, de 05 de dezembro de 2024;

Considerando o Decreto nº. 2.627, de 02 de março de 2026, que regulamenta a delegação de competências no âmbito da Administração Pública Municipal e autoriza a expedição de Portarias para definição de local de trabalho de servidores;

Considerando a necessidade administrativa de alteração do local inicialmente designado para o exercício das atribuições do servidor, visando à melhor adequação do serviço público e ao interesse da Administração;

D E S I G N A

Art. 1º Fica designada a servidora **CARLA MORALES, matrícula nº. 328736,** ocupante do cargo efetivo de Professor, para exercer suas atividades na Escola Municipal Antônio José de Carvalho, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, a partir da presente data.

Art. 2º A presente designação destina-se exclusivamente à definição do local de trabalho e do exercício funcional, não implicando alteração de cargo, função, remuneração ou lotação administrativa, salvo disposição legal em contrário.

Campina Grande do Sul, 27 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Secretária Municipal da Educação

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 27 de julho de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:F26D2DA8

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 69/2026

A Secretária Municipal da Educação de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

Considerando o disposto no §3º do artigo 4º da Lei nº. 1.032, de 05 de dezembro de 2024;

Considerando o Decreto nº. 2.627, de 02 de março de 2026, que regulamenta a delegação de competências no âmbito da Administração Pública Municipal e autoriza a expedição de Portarias para definição de local de trabalho de servidores;

Considerando a necessidade administrativa de alteração do local inicialmente designado para o exercício das atribuições do servidor, visando à melhor adequação do serviço público e ao interesse da Administração;

D E S I G N A

Art. 1º Fica designada a servidora **VIVIANE DA CONCEIÇÃO RODRIGUES, matrícula nº. 298821,** ocupante do cargo efetivo de Professor, para exercer suas atividades na Escola Municipal Antônio José de Carvalho, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, a partir da presente data.

Art. 2º A presente designação destina-se exclusivamente à definição do local de trabalho e do exercício funcional, não implicando alteração de cargo, função, remuneração ou lotação administrativa, salvo disposição legal em contrário.

Campina Grande do Sul, 27 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Secretária Municipal da Educação

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 27 de julho de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:45D15F8B

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 70/2026

A Secretária Municipal da Educação de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

Considerando o disposto no §3º do artigo 4º da Lei nº. 1.032, de 05 de dezembro de 2024;

Considerando o Decreto nº. 2.627, de 02 de março de 2026, que regulamenta a delegação de competências no âmbito da Administração Pública Municipal e autoriza a expedição de Portarias para definição de local de trabalho de servidores;

Considerando a necessidade administrativa de alteração do local inicialmente designado para o exercício das atribuições do servidor, visando à melhor adequação do serviço público e ao interesse da Administração;

D E S I G N A

Art. 1º Fica designada o servidor **ANDERSON FORTE MENSOR, matrícula nº. 162921,** ocupante do cargo efetivo de Professor, para exercer suas atividades na Escola Municipal Lucídio Florêncio Ribeiro, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, a partir da presente data.

Art. 2º A presente designação destina-se exclusivamente à definição do local de trabalho e do exercício funcional, não implicando alteração de cargo, função, remuneração ou lotação administrativa, salvo disposição legal em contrário.

Campina Grande do Sul, 10 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Secretária Municipal da Educação

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 10 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:91DF3C4A

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 71/2026

A Secretária Municipal da Educação de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

Considerando o disposto no §3º do artigo 4º da Lei nº. 1.032, de 05 de dezembro de 2024;

Considerando o Decreto nº. 2.627, de 02 de março de 2026, que regulamenta a delegação de competências no âmbito da Administração Pública Municipal e autoriza a expedição de Portarias para definição de local de trabalho de servidores;

Considerando a necessidade administrativa de alteração do local inicialmente designado para o exercício das atribuições do servidor, visando à melhor adequação do serviço público e ao interesse da Administração;

D E S I G N A

Art. 1º Fica designada o servidor **ANDERSON FORTE MENSOR, matrícula nº. 217921,** ocupante do cargo efetivo de Professor, para exercer suas atividades na Escola Municipal Anna Ferreira da Costa, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, a partir da presente data.

Art. 2º A presente designação destina-se exclusivamente à definição do local de trabalho e do exercício funcional, não implicando alteração de cargo, função, remuneração ou lotação administrativa, salvo disposição legal em contrário.

Campina Grande do Sul, 10 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Secretária Municipal da Educação

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 10 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:158C5D04

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026 NOVA DATA

Objeto: Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), destinados ao atendimento das Secretarias Municipais do Município de Campo do Tenente/PR, Data: 01/09/2026, às 9 h. O edital está disponível na página bllcompras.com e no site https://www.campodotenente.pr.gov.br/. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, à Av. Miguel Komarchewski, nº 900, Centro, Campo do Tenente/PR – Fone: (41) 3797-9477, e-mail licitacaoctpr@gmail.com.

Campo do Tenente, 18 de agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelli Tatiane de Medeiros Hoinaski
Código Identificador:73CDE774

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 691/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025.

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 03 – FUNDO MUNIC. DO DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE			
08.243.1024.6.001 – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	0877	100.000,00
TOTAL			**100.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados anulação parcial de dotação, no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), proveniente da fonte: 0877.

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 03 – FUNDO MUNIC. DO DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE			
08.243.1024.6.001 – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos E Material Permanente	0877	100.000,00
TOTAL			**100.000,00**

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 17 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:8E93B989

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 692/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), como segue:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
Unidade: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1006.2.006 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR			
3.3.90.32.00.00	Bem ou serviço para Distribuição gratuita	0111	100.000,00
TOTAL			**100.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação no valor de R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), proveniente da fonte: 0111.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 17 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:5FFCCF8B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 693/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 180.000,00 (Cento e oitenta Mil Reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 180.000,00 (Cento e oitenta Mil Reais), como segue:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
Unidade: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1006.2.005 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO			
3.3.90.33.00.00	Passagens e despesas com locomoção	0145	180.000,00
TOTAL			**180.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação no valor de R$ 180.000,00 (Cento e oitenta Mil Reais), proveniente da fonte: 0145.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 17 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:10AD5283

LEGISLATIVO MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 003.26

Súmula: Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Câmara Municipal de Campo Magro.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
Decreta:
Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), para inclusão na Lei Municipal n° 1.477 de 18 de
Dezembro de 2025, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Campo Magro para o exercício financeiro de 2026, de atividade orçamentária com a respectiva classificação institucional, classificação por funções, subfunções e programas, e classificação da

despesa segundo a sua natureza e por fontes, conforme abaixo discriminado:

Órgão	01	-	*Legislativo Municipal*		
Unidade Orçamentária	001	-	*Câmara Municipal*		
01.031.10012-001		-	*Manutenção das Atividades do Legislativo*		
Fonte	0 1 001	-	*Recursos do Tesouro – Descentralizados – Exercício Corrente*		
3.3.90.93.00.00		-	Indenizações e Restituições	R$	*10.000,00*
Total Crédito Adicional Suplementar				***R$***	***10.000,00***

Art. 2o Constitui recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1°, da Lei 4.320/64, o cancelamento parcial de dotações constantes do orçamento programa em vigor:

Órgão	01	-	*Legislativo Municipal*		
Unidade Orçamentária	001	-	*Câmara Municipal*		
01.031.10012-001		-	*Manutenção das Atividades do Legislativo*		
Fonte	0 1 001	-	*Recursos do Tesouro – Descentralizados – Exercício Corrente*		
3.3.90.40.00.00		-	Serviços da Tecnologia da Informação e Comunicação	R$	*10.000,00*
			Total do Cancelamento	**R$**	***10.000,00***

Art. 3° Esta ato entra em vigor na data de sua publicação.
Câmara Municipal de Campo Magro, 18 de agosto de 2026.

RONES RIBAS MACHADO
Presidente

Publicado por:
Cintia Kudlawiec Casprek
Código Identificador:18E56E58

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA N° 032/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

NOMEAR**, NATHALYA GABRIELLY MARQUE DOS SANTOS,** inscrito no CPF: *2*.***.*8*-*8 ao cargo em comissão de Assessor Parlamentar, simbologia AP-1, lotado no Gabinete do Vereador Marcio Bueno de Lara, nesta Câmara Municipal.

REGISTRA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Campo Magro, 18 de agosto de 2026.

RONES RIBAS
Presidente

Publicado por:
Cintia Kudlawiec Casprek
Código Identificador:62885883

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1ºADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 23/2025 ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 06/2025

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
LOCADORA: CELIA MARIA MACHADO FILLUS
CPF/MF: 043.475.339-42
DO OBJETO: Locação de imóvel comercial em alvenaria, com área aproximada de 300 m², matrícula nº 13.049, para uso da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer situado na Rodovia Gumercindo Boza, n° 20.705, Centro, Campo Magro/PR
DO VALOR: O valor destinado à execução deste aditivo fica reajustado, conforme previsto na Cláusula Segunda do contrato original, considerando a variação acumulada do IPCA de 4,474170% no período de julho de 2025 a maio de 2026. Dessa forma, o valor mensal será alterado de R$ 4.127,64 (quatro mil, cento e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos) para R$ 4.312,32 (quatro mil, trezentos e doze reais e trinta e dois centavos), totalizando R$ 51.747,84 (cinquenta e um mil, setecentos e quarenta e sete reais e oitenta e quatro centavos) no período de 12 (doze) meses
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste aditivo é de 12 (doze) meses, compreendendo o período de **24/07/2026 a 24/07/2027**
DATA ASSINATURA: 24 de julho de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:8576ADEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 51/2026 ORIGINÁRIO DA INEXIGIBILIDADE Nº 013/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO OPECAR VEÍCULOS LTDA
CNPJ: 05.793.769/0004-70
OBJETO: Aquisição de 3 (três) veículos zero Km por meio da Ata de Registro de Preço, conduzido pela Secretaria Estado da Administração e da Previdência, resultante Pregão Eletrônico nº 719/2024 da Ata de Registro de Preços nº 524/24
VALOR TOTAL: R$ 257.790,00 (duzentos cinquenta e sete mil setecentos e noventa reais)
PRAZO DE ENTREGA: O fornecimento será efetuado em remessa única com prazo não superior a 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de fornecimento
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato
DATA DE ASSINATURA: 11 de agosto de 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:B33A1C5D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito do Município de Candói, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e cumprindo os princípios da legalidade, da publicidade e da transparência, e com base na Constituição Federal e Art. 48, § 1º, INCISO I, da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, faz saber à população em geral e a quem possa interessar, que realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para apresentação e discussão da **Proposta da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2027**, nos seguintes termos:

Data: 24 de agosto de 2026;
Horário: às 10:00H;
Local: Câmara Municipal de Candói, situada a Av. Alfredo Antonio Budel nº 1067 – Bairro Pioneiros - Candói-Pr.

Candói, 04 de agosto de 2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:4D802953

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 008/2026

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 008/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 397/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA- CNPJ nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: O objeto deste termo aditivo é a repactuação salarial do cargo de inspetor de aluno de 20h e 40h.
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 92 §6°, Art. 135, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsão na cláusula quarta do contrato.
VALOR: R$ 12.170.64 (doze mil, cento e setenta reais e sessenta e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 18/08/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:E7521D7F

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 127/2025

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 127/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 397/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA- CNPJ nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: O objeto deste termo aditivo é a repactuação salarial do cargo merendeira 20h.
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 92 §6°, Art. 135, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsão na cláusula quarta do contrato.
VALOR: R$ 269,91 (duzentos e sessenta e nove reais e noventa e um centavo).

DATA DE ASSINATURA: 18/08/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:163AB228

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 039/2026

CONTRATO Nº 039/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 005/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4.362/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: REGINALDO AZEVEDO DA SILVA LTDA- CNPJ nº 15.593.462/0001-37.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto promover a adequação da especificação técnica referente ao veículo, aos itens 3 e 4 do Contrato Administrativo nº 039/2026, autorizando a substituição do veículo utilizado na execução das respectivas linhas por outro com capacidade minima de 29 (vinte e nove) passageiros, em conformidade com a justificativa técnica constante do processo administrativo e o parecer jurídico, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.
FUNDAMENTO: O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 124, inciso I, alinea “a” e c/c II, da Lei Federal nº 14.133/2021, nas disposições do Contrato Administrativo nº 039/2026, especialmente nas Cláusulas Primeira, Sétima, Oitava, Nona e Décima, bem como no Termo de Referência que integra o processo licitatório, considerando a necessidade de adequação da especificação técnica referente ao veículo destinado à execução dos itens 3 e 4 para assegurar a continuidade, a eficiência e a segurança da prestação do serviço público de transporte escolar. A presente alteração observa, ainda, as disposições contratuais que estabelecem a obrigatoriedade de utilização de veículo adequado às características da linha, a necessidade de prévia autorização da Administração para substituição de veículo e a responsabilidade da contratada pela segurança e regularidade da execução dos serviços.
DATA DE ASSINATURA: 18/08/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:7FEAE4B1

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 044/2025

EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 044/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 397/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA- CNPJ nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: O objeto deste termo aditivo é a repactuação salarial do cargo de Cozinheiro 40h, Auxiliar de Cozinha 40h e Inspetor de Alunos 40h.
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 92 §6°, Art. 135, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsão na cláusula quarta do contrato.
VALOR: R$ 38.785,76 (trinta e oito mil, setecentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 18/08/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:01F48C75

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 007/2024

CONTRATO Nº 007/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90.001/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4.861/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: CASA NONA CECILIA ALOJAMENTO LTDA - CNPJ nº 35.589.204/0001-94.
OBJETO: a prorrogação do prazo e valor do Contrato nº 007/2024, “Contratação de serviços de hospedagem nas cidades de Curitiba e Campo Largo - PR”.
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 107, Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 137 do Decreto Municipal nº 296, de 2023.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/02/2027
VALOR: R$ 164.660,00 (cento e sessenta e quatro mil e seiscentos e sessenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 18/08/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:BBF5ACDB

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2026

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 112/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3.226/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANA - SEBRAE/PR, inscrito no CNPJ sob o nº 75.110.585/0001-00
OBJETO: Contratação do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos pequenos negócios e ao fomento do empreendedorismo local.
VALOR GLOBAL: R$ 69.827,00 (sessenta e nove mil e oitocentos e vinte e sete reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de publicação do seu extrato.

DATA DE ASSINATURA: 18/08/2026

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:967C659D

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2026

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 113/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.030/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1.421/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: BLANC SEGURANCA LTDA - CNPJ sob o nº 48.518.083/0001-31.
OBJETO: O presente contrato é por escopo, e tem por objeto a contratação do serviço de segurança, para realização de eventos de festividades do Município.
VALOR GLOBAL: R$ 65.080,80 (sessenta e cinco mil, oitenta reais e oitenta centavos).
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses contado da assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 18/08/2026

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:14641BBD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 321/2026 DATA: 18-08-2026

SÚMULA: Exonera ocupantes de emprego público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais, com base na Lei nº 2.718/2024,

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam exoneradas por término de contrato, as ocupantes de emprego público de Professor - PSS, abaixo relacionadas:

Matrícula	Nome	RG-CPF. nº
124282/1	Andresa Batista Rodrigues	043.***.***-90
124278/1	Iania Marisa Henz	331.***.***-91
124280/1	Vera Lucia Dama Dallabrida	046.***.***-42

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, PR. 18 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Junior Bertramelli
Código Identificador:B71FA40A

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
PREGÃO ELETRÔNICO 080/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2026.
CÓDIGO COMPRAS.GOV: 24/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO:
A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene, limpeza e itens de uso geral destinados à manutenção das atividades e do espaço do Centro de Convivência da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, em atendimento a solicitação nº 189/2026 e conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência/Anexo I.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R$ 50.702,91 (cinquenta mil, setecentos e dois reais e noventa e um centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Recebimento das propostas: até às 08:15h do dia 09.09.2026

Início da sessão de Disputa de Preços: 08:30h do dia 09.09.2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: ***Menor preço por lote***

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: ***Sim***

· ***PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ART. 48, I, E NOS TERMOS DA LEI N. 123/06, ART. 3º, INCISOS I E II.***
· ***AS EMPRESAS QUE NÃO FOREM/COMPROVAREM SER ENQUADRADAS ME, EPP OU MEI QUE PARTICIPAREM DA DISPUTA ESTARÃO SUJEITAS AS PENALIDADES LEGAIS.***
· ***SERÁ ESTABELECIDO PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS SEDIADAS LOCAL OU REGIÃO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. º 28/2023 – PROGRAMA MUNICIPAL PROSPECAP.***

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos ***www.comprasgovernamentais.gov.br*** - Código **UASG:** 987489 **– Capitão Leônidas Marques – Pr** e ***www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br.(tranparência/licitação),*** ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacaoclm@hotmail.com.

ATENÇÃO
- PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.
- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER
Pregoeiro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:EF39A138

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 306/2026

DATA: 06.08.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.

DECRETA
Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 209.000,00 (Duzentos e Nove Mil Reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
02.000 - GOVERNO MUNICIPAL
02.001 - GABINETE DO PREFEITO
02.001.4.122.1004.2101-3.3.90.30.00.00.00.00 - Mat C R$4.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 4.000,00
02.001.4.122.1004.2101-3.3.90.39.00.00.00.00 - Out S R$30.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 30.000,00
09.000 - SECRETARIA DE SAUDE - FUNDO MUNIC SAUDE
09.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
09.001.10.301.1038.2160-3.3.90.39.00.00.00.00 - Out S R$70.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 70.000,00
10.000 - SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
10.001 - DEPARTAMENTO DE PROTEÇAO SOCIAL
10.001.8.245.1028.2183-3.3.90.39.00.00.00.00 - Out S R$ 30.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 30.000,00
10.000 - SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
10.003 - FUNDO MUNICIPAL ASSIST SOCIAL FNAS / SUAS
10.003.8.245.1030,2190-3.3.90.39.00.00.00.00 - Out S R$ 40.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 40.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
15.001 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
15.001.18.541.1017.2211-3.3.90.39.00.00.00.00 - Out SR$ 20.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 20.000,00
15.001.18.542.1093.2213-3.3.90.39.00.00.00.00 - Out S R$15.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 15.000,00
Art. 2º - Para cobertura do que trata o Artigo anterior, fica indicada como recurso a anulação parcial ou total nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320, das seguintes Dotações Orçamentárias:
02.000 - GOVERNO MUNICIPAL
02.009 - COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
02.009..6.182.1006.2105-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equip R$ 4.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 4.000,00
03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO
03.001 - DIVISAO ADMINISTRATIVA
03.001.4.122.1004.2111-3.3.90.30.00.00.00.00 - Mat C $100.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 100.000,00
03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO
03.001 - DIVISAO ADMINISTRATIVA
03.001.4.122.1004.2111-3.3.90.39.00.00.00.00 - Out S R$35.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 35.000,00
10.000 - SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
10.001 - DEPARTAMENTO DE PROTEÇAO SOCIAL
10.001.8.245.1028.1120-4.4.90.51.00.00.00.00 – Obr R$30.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 30.000,00
10.000 - SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
10.003 - FUNDO MUNICIPAL ASSIST SOCIAL FNAS / SUAS
10.003.8.245.1031.2188-3.3.90.32.00.00.00.00 – Mat D R$40.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 40.000,00
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 06 de Agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:6647059B

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
TERMO ADITIVO Nº 001/2026. TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 062/2025. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N º 343/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***CHURRASCARIA TAVARES LTDA***, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 52.606.041/0001-20, com sede na Rod. Br 163, Km 140, Trevo de acesso a Capitão Leônidas Marques-PR, CEP 85.790-007, neste ato representada por *CELMA APARECIDA TAVARES*, portadora da CI/RG nº 7.375.917-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 989.386.900-59. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência para até mais 01 (um) mês a partir do seu vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:
Fica prorrogada o prazo de vigência para até 13.09.2026.
CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 13 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

CHURRASCARIA TAVARES LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:EA7EFA4E

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
TERMO ADITIVO Nº 001/2026. TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 063/2025. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N º 344/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***ADRIEU VITOR PAULA SAUTIEHR***, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 58.971.267/0001-06, com sede na Linha Vista Alegre, Rod. BR 163, KM 142, Capitão Leônidas Marques-PR, CEP 85.790-007, neste ato representada por **ADRIEU VITOR PAULA SAUTIEHR**, portador da CI/RG nº 13487499-6 SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 101.595.629-70. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência para até mais 01 (um) mês a partir do seu vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:
Fica prorrogada o prazo de vigência para até 13.09.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 13 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

ADRIEU VITOR PAULA SAUTIEHR
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:9FB4ED39

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
INEX. 129/2026 - EXTRATO CTO 368/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 129/2026.

Processo Adm. Nº 233/2026.
Solicitação Nº 277/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 80.112,87 (oitenta mil, cento e doze reais e oitenta e sete centavos), a favor da empresa ***AZURE GERENCIAMENTO E PROJETOS LTDA,*** pessoa jurídica de direito privado, sita à Rua Acacia, nº 2395, apartamento 03, Centro, município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, CEP: 85.460-000, inscrita no CNPJ sob nº 44.368.906/0001-39, para prestação de serviços de agrimensura, topografia e ensaio de percolação, a serem executados em áreas urbanas e rurais do Município de Capitão Leônidas Marques – PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, compreendendo levantamentos topográficos, georreferenciamento, demarcações, locações, elaboração de plantas e memoriais descritivos, bem como a realização de ensaios de percolação e demais serviços correlatos necessários ao planejamento, desenvolvimento e execução de ações e projetos da Administração Municipal, conforme especificações do Termo de Referência.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 368/2026.

REF:
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 129/2026.
Processo Adm. Nº 233/2026.
Solicitação Nº 277/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: AZURE GERENCIAMENTO E PROJETOS LTDA.

OBJETO: É objeto do presente instrumento a contratação de prestação de serviços de agrimensura, topografia e ensaio de percolação, a serem executados em áreas urbanas e rurais do Município de Capitão Leônidas Marques – PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, compreendendo levantamentos topográficos, georreferenciamento, demarcações, locações, elaboração de plantas e memoriais descritivos, bem como a realização de ensaios de percolação e demais serviços correlatos necessários ao planejamento, desenvolvimento e execução de ações e projetos da Administração Municipal, conforme especificações do Termo de Referência.

VALOR: R$ 80.112,87 (oitenta mil, cento e doze reais e oitenta e sete centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 128 – 04.002.04.121.1009.2117.3.3.90.39.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:ACDD01F0

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
INEX. 130/2026 - EXTRATO CTO 369/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 130/2026.

Processo Adm. Nº 234/2026.
Solicitação Nº 278/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 81.186,76 (oitenta e um mil, cento e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos), a favor da empresa ***V. DE JESUS LOPES BIAZZI TOPOGRAFIA LTDA,*** pessoa jurídica de direito privado, sita à Rodovia BR 163, km 141, s/nº, sala 02, Complexo Grande Parada, município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CNPJ sob nº 53.136.418/0001-97, para prestação de serviços de agrimensura, topografia e ensaio de percolação, a serem executados em áreas urbanas e rurais do Município de Capitão Leônidas Marques – PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, compreendendo levantamentos topográficos, georreferenciamento, demarcações, locações, elaboração de plantas e memoriais descritivos, bem como a realização de ensaios de percolação e demais serviços correlatos necessários ao planejamento, desenvolvimento e execução de ações e projetos da Administração Municipal, conforme especificações do Termo de Referência.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 369/2026.

REF:
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 130/2026.
Processo Adm. Nº 234/2026.
Solicitação Nº 278/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: V. DE JESUS LOPES BIAZZI TOPOGRAFIA LTDA.

OBJETO: É objeto do presente instrumento a contratação de prestação de serviços de agrimensura, topografia e ensaio de

percolação, a serem executados em áreas urbanas e rurais do Município de Capitão Leônidas Marques – PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, compreendendo levantamentos topográficos, georreferenciamento, demarcações, locações, elaboração de plantas e memoriais descritivos, bem como a realização de ensaios de percolação e demais serviços correlatos necessários ao planejamento, desenvolvimento e execução de ações e projetos da Administração Municipal, conforme especificações do Termo de Referência.

VALOR: R$ 81.186,76 (oitenta e um mil, cento e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 128 – 04.002.04.121.1009.2117.3.3.90.39.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:C60A5BBB

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
INEX. 131/2026 - EXTRATO CTO 370/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 131/2026.

Processo Adm. Nº 235/2026.
Solicitação Nº 279/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 81.186,12 (oitenta e um mil, cento e oitenta e seis reais e doze centavos), a favor da empresa ***M F SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA,*** pessoa jurídica de direito privado, sita à Estrada Linha Tronco Verde, nº 01, área rural, município de Santa Lucia, Estado do Paraná, CEP: 85.795-000, inscrita no CNPJ sob nº 52.788.318/0001-82, para prestação de serviços de agrimensura, topografia e ensaio de percolação, a serem executados em áreas urbanas e rurais do Município de Capitão Leônidas Marques – PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, compreendendo levantamentos topográficos, georreferenciamento, demarcações, locações, elaboração de plantas e memoriais descritivos, bem como a realização de ensaios de percolação e demais serviços correlatos necessários ao planejamento, desenvolvimento e execução de ações e projetos da Administração Municipal, conforme especificações do Termo de Referência.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 370/2026.

REF:
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 131/2026.
Processo Adm. Nº 235/2026.
Solicitação Nº 279/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: M F SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: É objeto do presente instrumento a contratação de prestação de serviços de agrimensura, topografia e ensaio de percolação, a serem executados em áreas urbanas e rurais do Município de Capitão Leônidas Marques – PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, compreendendo levantamentos topográficos, georreferenciamento, demarcações, locações, elaboração de plantas e memoriais descritivos, bem como a realização de ensaios de percolação e demais serviços correlatos necessários ao planejamento, desenvolvimento e execução de ações e projetos da Administração Municipal, conforme especificações do Termo de Referência.

VALOR: R$ 81.186,12 (oitenta e um mil, cento e oitenta e seis reais e doze centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 128 – 04.002.04.121.1009.2117.3.3.90.39.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:6EDC3F8A

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
INEX. 132/2026 - EXTRATO CTO 371/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 132/2026.

Processo Adm. Nº 236/2026.
Solicitação Nº 280/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 52.986,75 (cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos), a favor da empresa ***CAP EMPREENDIMENTOS LTDA,*** pessoa jurídica de direito privado, sita à Rua Guaracas, nº 143, loja 02, bairro Santa Cruz, município de Cascavel, Estado do Paraná, CEP: 85.806-370, inscrita no CNPJ sob nº 33.835.845/0001-56, para prestação de serviços de agrimensura, topografia e ensaio de percolação, a serem executados em áreas urbanas e rurais do Município de Capitão Leônidas Marques – PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, compreendendo levantamentos topográficos, georreferenciamento, demarcações, locações, elaboração de plantas e memoriais descritivos, bem como a realização de ensaios de percolação e demais serviços correlatos necessários ao planejamento, desenvolvimento e execução de ações e projetos da Administração Municipal, conforme especificações do Termo de Referência.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 371/2026.

REF:
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 132/2026.

Processo Adm. Nº 236/2026.
Solicitação Nº 280/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: CAP EMPREENDIMENTOS LTDA.

OBJETO: É objeto do presente instrumento a contratação de prestação de serviços de agrimensura, topografia e ensaio de percolação, a serem executados em áreas urbanas e rurais do Município de Capitão Leônidas Marques – PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, compreendendo levantamentos topográficos, georreferenciamento, demarcações, locações, elaboração de plantas e memoriais descritivos, bem como a realização de ensaios de percolação e demais serviços correlatos necessários ao planejamento, desenvolvimento e execução de ações e projetos da Administração Municipal, conforme especificações do Termo de Referência.

VALOR: R$ 52.986,75 (cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 128 – 04.002.04.121.1009.2117.3.3.90.39.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:D4797E57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 344/2026 DATA: 18-08-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os Artigos 93 a 99 da Lei Municipal n.º 1.784/2012, de 23 de março de 2012,

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder as servidoras públicas abaixo relacionadas, Licença Prêmio por Assiduidade por 03 (três) meses, nos períodos que mencionam.

MATRÍC.	SERVIDOR (A)	CARGO	INÍCIO	TÉRMINO
123449/1	Cenuir Faoro de Marqui	Zelador(a)	03-08-2026	02-11-2026
123732/1	Daiane Gisele Zadinello da Silva	Agente de Administração	17-08-2026	16-11-2026
123497/1	Marli Ferreira da Silva Nardino	Zelador(a)	17-08-2026	16-11-2026

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 18 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:25BC13A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 083/2025. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 340/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* e de outro lado a empresa ***OLMIR LUIS PECCIN ME,*** com sede na Av. Iguaçu, nº 201, Centro, em Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CNPJ sob n. º 79.209.763/0001-05, neste ato devidamente representada por seu Titular, Senhor *OLMIR LUIS PECCIN,* portador do CPF sob n. º 483.273.799-68. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência para até mais 12 (doze) meses do seu vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:
Fica prorrogada a vigência para até 12.08.2027.
CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 12 de agosto 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

OLMIR LUIS PECCIN - ME
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:00E5BA16

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 341/2026 DATA: 17/08/2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais e de acordo com o Artigo 59 da Lei Municipal nº 2.358/2018, de 14.11.2018,

R E S O L V E

Art. 1º - Prorrogar o período suplementar da Professora a seguir relacionada, concedido através da Port. Nº 064/2026 e prorrogado pela Port. N.º 194/2026, no local, período e respectiva carga horária:

NOME	LOCAL	DIA(S) / PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	HORAS SEMANAIS
Ana Caroline Pereira Schmidt	CMEI Primavera	06/08/2026 a 18/12/2026	08

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, 17 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Rohr Grohalski Gomes
Código Identificador:B76B6E8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 342/2026 DATA: 17/08/2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais e de acordo com o Artigo 59 da Lei Municipal nº 2.358/2018, de 14.11.2018,

R E S O L V E

Art. 1º - Designar as professoras a seguir relacionadas para assumirem período suplementar, no local, período e respectiva carga horária, em substituição temporária, a professoras em afastamento para tratamento de saúde:

NOME	LOCAL	DIA(S) / PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	HORAS SEMANAIS
Rosméri Prause da Silva	Escola Leonel Brizola	28/07/2026 a 21/08/2026	20
Marcia Fabian Bleich	CMEI Albina Dallabrida	23/07/2026 a 21/08/2026	08
Ronice Inês Morsch	CMEI Albina Dallabrida	20/08/2026 a 18/12/2026	08

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, 17 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Rohr Grohalski Gomes
Código Identificador:412C688F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 343/2026 DATA: 17/08/2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais e de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Municipal nº 2.358/2018, de 14.11.2018,

R E S O L V E

Art. 1º - Alterar o número de cargos à disposição da Função de Coordenação Pedagógica, dos professores a seguir relacionados concedida através da portaria 017/2026, conforme descritos abaixo:

Nome	Nº de cargos a disposição da função	Unidade Escolar	Período
Daniele Sinotti da Silva Doarte	2 de 20/40h	Esc. Terezinha Machado	03/08/2026 a 31/12/2026
Rafael Rodrigues	1de 20/20h	Esc. Terezinha Machado	03/08/2026 a 31/12/2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, 17 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Rohr Grohalski Gomes
Código Identificador:CDDE0756

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 082/2025. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 328/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de Saúde, senhora *REGINA CRISTINA ANTUNES* e de outro lado a empresa ***SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA***, sita à Rua Anita Ribas, 410, Bacacheri, município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 82.520-610, inscrita no CNPJ sob n. º 00.656.468/0001-39, neste ato devidamente representada pelo, Senhor *LUIZ RENATO GAROFANI*, portador do CPF sob n. º 874.165.659-87. Fundamentando-se na Lei 14.133 de 01.04.2021, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência para até mais 01 (um) mês do seu vencimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:
Fica prorrogada a vigência para até 08.09.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de agosto de 2026.

REGINA CRISTINA ANTUNES
Secretária Municipal de Saúde

SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:B156FC66

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2026
A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS, Estado do Paraná, por intermédio de seu Presidente, ELTON HERNANDES TRINDADE, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, para a contratação do seguinte objeto:
OBJETO: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários ordinários necessários à movimentação financeira da Câmara Municipal de Carlópolis, incluindo, conforme a necessidade administrativa, manutenção e movimentação de contas, pagamentos, transferências, recebimentos e demais operações bancárias, podendo compreender o processamento e pagamento da folha de pagamento, sem exclusividade, cessão ou exploração econômica da folha.
VALOR ESTIMADO
O valor estimado da contratação para o período de 12 (doze) meses é de: R$ 2.000,00 (dois mil reais). O valor constitui estimativa da despesa, sendo devidos somente os valores correspondentes aos serviços efetivamente utilizados e às tarifas regularmente incidentes.
PARTICIPAÇÃO
Os interessados poderão apresentar proposta de preços e documentação de habilitação, pelo endereço eletrônico cm@camaraclps.pr.gov.br observadas as condições estabelecidas no Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos.

Data de início para apresentação das propostas:21 /08/2026, às 08h00min.

Data limite para apresentação das propostas:21 /08/2026, às 13hmin.
As propostas e os documentos deverão ser encaminhados na forma e pelos meios estabelecidos no Aviso de Dispensa de Licitação.
O Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos estarão disponíveis no Portal da Câmara Municipal de Carlópolis, meios oficiais de publicidade adotados pela Câmara Municipal.

Carlópolis, 18 de agosto de 2026.

ELTON HERNANDES TRINDADE
Presidente da Câmara Municipal de Carlópolis

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:18976A5E

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 37/2026 PROCESSO INTERNO Nº 116/2026

Contratante	**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87**
Contratado	**A & G SERVICOS MEDICOS LTDA – CNPJ Nº 12.532.358/0001-44**
Objeto	Contratação de empresa para Prestação de Serviços de locação de Ambulância tipo D, serviços móveis, atendimento de urgência e emergência acompanhada da equipe profissional necessária, médico, enfermeiro e condutor socorrista/técnico, para eventos municipais
Vigência da Ata de Registro de Preços	18/08/2026 à 18/08/2027
Valor Contratual	**R$ 170.839,40 (cento e setenta mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta centavos)**
Foro	Carlópolis – Estado do Paraná
	Data de Assinatura: 18 de agosto de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretario Municipal de Turismo e Cultura

A & G SERVICOS MEDICOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:4A5689F7

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 299/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2025 PROCESSO INTERNO Nº 171/2025

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**F P DO NASCIMENTO, CNPJ 10.611.181/0001-46**
Objeto:	Prestação de serviços de manutenção, melhorias e adequações prediais com fornecimento de mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil (sem desoneração), doravante denominada SINAPI
Vigência do Contrato:	18/08/2026 à 18/08/2027
Valor Contratual:	**R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**

Dotação Orçamentária

24.005.15.451.0349.1.413.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.005.15.451.0349.1.413.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
24.005.15.451.0349.1.413.3.3.90.39.00.00. - 511 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
24.005.15.452.0403.1.414.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.005.15.452.0403.1.414.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
24.011.15.452.0343.2.428.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
24.011.15.452.0343.2.428.3.3.90.39.00.00. - 511 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.365.0501.6.438.3.3.90.39.00.00. - 102 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
29.001.18.542.0347.2.423.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.002.23.695.0356.2.404.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.002.23.695.0356.2.404.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.002.23.695.0356.2.404.3.3.90.39.00.00. - 504 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.454.3.3.90.39.00.00. - 303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 18 de agosto de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretária Municipal de Administração e Comunicação
Contratante

F P DO NASCIMENTO
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:52242FAF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO N° 226/2026 - DISPÕE SOBRE O DEFERIMENTO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DO NÚCLEO ALTO ALEGRE IV

DECRETO N° 226/2026

DISPÕE SOBRE O DEFERIMENTO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DO NÚCLEO ALTO ALEGRE IV, COM INSTRUMENTO JURÍDICO DE E LEGITIMAÇÃO DE POSSE E APROVANDO A CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF) DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-PR, POR MEIO DA LEI FEDERAL Nº 13.465/2017 E DECRETO FEDERAL Nº 9.310/2018.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pela Lei Orgânica do Município, **DECRETA:**

Art. 1º O deferimento da Legitimação Fundiária e da Certidão de Regularização Fundiária, por meio da Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018, do núcleo urbano denominado Alto Alegre IV, localizado neste município, pertencente à transcrição nº 27.735 de propriedade de Paulino Joaquim Slomp, registrada no 1º ofício de registro de imóveis de Cascavel/PR, matrícula n° 4371 de propriedade de Domingos Guedes Ribeiro, registrada no 3º oficio de registro de imóveis de Cascavel/PR, matrícula n° 221 de propriedade de Mateus Miranda Da Rocha, matrícula n° 2.046 de propriedade de Luiz Correia e Cleusa Lemos Correia, matrícula n° 2.093 de propriedade de Juventino Queiroz Da Silva, matrícula n° 2.440 de propriedade de Valmir De Moura ,matrícula n° 2.441 de propriedade de Juraci Antunes De Lima, matrícula n° 2.463 de propriedade de Conceiçao Spaczski, matrícula n° 2.770 de propriedade de Candido Do Nascimento Filho e Izabel Do Nascimento, matrícula n° 2.872 de propriedade de Júlio Jurkewicz e Maria Angelica Alves Juskewicz, matrícula n° 2.926 de propriedade de Maycon Alves Pereira, Luciely Ramos Martins Pereira, usufrutuário Teresinha Cardoso Silveira - terceiro diretamente interessado: Cooperativa de Credito e Investimento com Interação Solidaria, Integração-CRESOL Integração, matrícula n° 2.937 de propriedade de Joao Maria Rodrigues e Iracema Trindade Rodrigues, matrícula n°2.976 de propriedade de Alvina Cardoso Minatti e Frederico Minatti, matrícula n° 3.082 de propriedade de Eva Carneiro Mendes, matrícula n° 3.133 de propriedade de Nilson Gabriel Herminio e Ângela Maria Ribicki, matrícula n° 3.134 de propriedade de Valdo De Jesus Goche e Rosane Marinete Rex Goche, matrícula n° 3.371 de propriedade de Itacir Jose Rafain, matrícula n° 3.432 de propriedade de Jurandir Curtis e Gloria Marques Da Cunha Curtis - terceiro diretamente interessado Cooperativa De Credito SICOOB - CREDICAPITAL, matrícula n° 3.472 de propriedade de Ângelo Rosa Dos Santos e Eroni Trindade Dos Santos, matrícula n° 4.313 de propriedade de Maria Madalena Oliveira, matrícula n° 5.427 de propriedade de Alicia Felipe Ferreira, matrícula n° 5.472 de propriedade de Luiz Fich e Aida Fatima Chagas, matrícula n° 5.581 de propriedade de Joao Maria Ribeiro e Romilda Silva Ribeiro, matrícula n° 5.584 de propriedade de Castorina Machado De Moura e Rosalino Moura, matrícula n° 5.585 de propriedade de Lauro Moraes De Souza, matrícula n°5.586 de propriedade de Joao Maria Rodrigues e Iracema Trindade Rodrigues,

matrícula n° 6.287 de propriedade de Waldomiro Sauer, matrícula n° 7.171 de propriedade de Devanir Aparecida Greim Oliveira, matrícula n° 9.382 de propriedade de Hermes Bergamaschi e Neusa Teresinha Ferreira Bergamaschi, matrícula n° 9.634 de propriedade de Osvaldo Moraes Antunes e Leoni Aparecida Dos Santos Antunes, matrícula n° 11.500 de propriedade de Alcides Beker, Helia Piaia Becker, Natalia Cordeiro, João Maria Cordeiro, Francisco Becker, Lourdes Becker Da Rosa, Lucas Chaves Da Rosa, Sebastião Becker, Geralda De Andrade Becker, Pedro Becker, Antônio Becker, Dahiane Becker Ferreira, Patrique Becker Ferreira, Douglas Becker, Keler Cristina Becker Silva, Neuedison Silva e Lucia de Fátima Becker e Jose pereira de Souza, Lourdes da Aparecida Becker, Leandro Becker e Sidney José Becker, matrícula n° 11.698 de propriedade de Juliana Ducatti, matrícula n° 11.994 de propriedade de Pedro Alves Dos Santos e Teresinha De Jesus Dos Santos, matrícula n° 12.071 de propriedade de Partilha -Terezinha De Carvalho e Antônio Ramos Ferreira, registradas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas/PR.

Art. 2º Individualização de matrículas para as ruas e servidões, conforme art. 53 da Lei Federal nº 13.465/2017, parágrafo único, para promover manutenções e ordenamento.

Art. 3º Considerando a autonomia municipal como ente federado, respaldada na Lei nº 13.465/2017, que confere institucionalidade dos projetos de regularização fundiária, este município classifica o referido núcleo como de interesse social (Reurb-S) e interesse específico (Reurb-E). O núcleo se encontra apto para fins de regularização fundiária e, consequentemente, para emissão das matrículas individualizadas para cada morador, nas modalidades já mencionadas, sendo este núcleo predominantemente de baixa e média renda.

Art. 4º Deferimento da cobrança do IPTU, em nome do ocupante, independentemente da emissão das matrículas individualizadas.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Catanduvas/PR, 18 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:89312803

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 055/2026 - CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS

PORTARIA Nº 055/2026

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no exercício da função e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e em observância a Lei Orgânica do Município, e considerando que o requerente atende aos requisitos exigidos para deferimento do pedido,
RESOLVE
Art. 1º) - Conceder licença SEM VENCIMENTOS pelo período de dois anos, ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado:

Nome	CPF nº	Matricula	Cargo	Período da Licença
João Vanderlei Cabral	***.024.509-**	99656-4	Auxiliar de Topografia	19/08/2026 a 18/08/2028

.
Art. 2º)- O Servidor nominado e beneficiado com a licença sem vencimentos deverá retomar suas atividades no primeiro dia útil subseqüente ao último dia da licença que ora é concedida, sem qualquer aviso ou notificação.
Art. 3º) -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 18 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:646CC4AA

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE AJUSTE DE PREÇO REGISTRADO/FIXADO

INEXIGIBILIDADE N° 14/2024
CHAMADA PÚBLICA Nº 3/2024

Conforme itens 1, 2, 3, 4 e 5 do edital supracitado, ficam reajustados os preços dos combustíveis, passando a vigorar os seguintes valores:

ITEM	UNID	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO VÁLIDO DA SEMANA DE 19/08/2026 À 25/08/2026
1	Litro	ARLA	R$ 3,29
2	Litros	Diesel comum – S500	R$ 5,69
3	Litros	Diesel S10	R$ 6,39
4	Litros	Etanol	R$ 3,59
5	Litros	Gasolina comum	R$ 6,09

Catanduvas – PR, 18 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:83840C5B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2026 - ID Nº 12526

EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2026 - ID Nº 12526
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CENTENÁRIO DO SUL
CONTRATADO: 64.443.473 FERNANDA CARDOSO CANCELLI VIEIRA
OBJETO: Aquisição de Itens Eletrônicos e Eletrodomésticos para Show de Prêmios em confraternização de final de ano, com as famílias do PAIF Programa de Atenção Integral à Família e PAEFI Programa de Atenção Especial a Família e ao Indivíduo, através da Secretaria Municipal de AssistênciaSocialdo municípiode Centenário do Sul PR.
VALOR GLOBAL: R$ 242,00 (Duzentos e Quarenta e Dois Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 28/07/2026

Publicado por:
Jessica Maria da Silva
Código Identificador:8B96E95F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº: 253/2026 - RETIFICAÇÃO DE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA LUANA CRISTINA DE PAULO

Nomear, a partir de 03 de agosto de 2026, LUANA CRISTINA DE PAULO, portador do RG n° 14.***.***-8 e CPF nº 117.***.***-41, para o cargo de Divisão de Processos Funcionais, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC-03, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 047, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional,
DECRETA:

Art. 1º nomear, a partir de 03 de agosto de 2026, LUANA CRISTINA DE PAULO, portador do RG n° 14.***.***-8 e CPF nº 117.***.***-41, para o cargo de Divisão de Processos Funcionais, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC-03, ficando lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito, em 10 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:730337A2

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº: 258/2026 - RETIFICAÇÃO DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

Exonerar, ORAZIL DOS REIS, portador do CPF n.º 515.***.***-20, para o cargo de Diretoria Executiva de Manutenção Viária Setor 01, ficando lotado na Secretaria Municipal de Obras e Viação.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Nº 062, de 02 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional,

DECRETA:

Art. 1º - Exonerar, a partir de 03 de agosto de 2026, ORAZIL DOS REIS, portador do CPF n.º 515.***.***-20, do cargo de Diretoria de Execução de Manutenção Viária Setor 01, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Viação, ocupando o Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC1B.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 07 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:0A9165B9

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº: 263/2026 - RETIFICAÇÃO NOMEAÇÃO DO SERVIDOR OSVALDO JOAQUIM DA PAZ

Nomear, a partir de 05 de agosto de 2026, o senhor OSVALDO JOAQUIM DA PAZ, ocupando para o Cargo Provimento em Comissão Símbolo CC02, para exercer a função de Diretor do Departamento de Infraestrutura, ficando lotado na Secretaria Municipal de Obras e Viação.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Nº 047, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional,

DECRETA:

ART.1º - Nomear, a partir de 05 de agosto de 2026, o senhor OSVALDO JOAQUIM DA PAZ, portador do RG nº 1.***.***-1 SSP/PR, ocupando o Cargo Provimento em Comissão Símbolo CC02, para exercer a função de Diretor do Departamento de Infraestrutura, ficando lotada na Secretaria Municipal de Obras e Viação.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 07 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:036CB421

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº 272/2026 REGULAMENTA A LEI Nº 31/2023 E A RESOLUÇÃO 01/2023 DO COMESP QUE DISPÕE SOBRE NOVAS REGRAS PARA O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM/POA, E ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA EM ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS DE ORIGEM

O PREFEITO MUNICIPAL DE **CERRO AZUL** , ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO a internalização das Resoluções do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SIPOA COMESP, e suas normas complementares,

DECRETA

Art. 1º. Fica reconhecida a equivalência e harmonização dos atos regulamentares deste município, em conformidade com a regulamentação expedida pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA) vinculado ao Consórcio Metropolitano de Serviços do Paraná - COMESP.
Art. 2º. Ficam recepcionadas as regulamentações do Consórcio COMESP, que:
I- institui o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no Consórcio COMESP e dá outras providências;
II- estabelece a gestão de documentos das atividades de inspeção de produtos de origem animal do Consórcio COMESP;
III- define o âmbito de comercialização de produtos de origem animal nos municípios integrantes do Consórcio COMESP, no Estado do Paraná;
IV - institui a vinculação dos Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal e a listagem de estabelecimentos registrados no SIM/POA;
V - institui o logotipo do Consórcio COMESP e dá outras providências;
VI- dispõe sobre a obrigatoriedade da descrição e implantação dos programas de autocontrole e dá outras providências;
VII- dispõe sobre o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA) e normas para sua regulamentação complementar.
Art.3º. Os procedimentos descritos em normas complementares expedidas pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Consórcio Metropolitano de Serviços do Paraná - COMESP, serão adotados a partir da vigência deste Decreto.

Art. 4º. Ficam revogados os Decretos referentes ao Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal - SIM/POA..

Gabinete do Prefeito Municipal Cerro Azul , 10 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:C7EDB9E2

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº273/2026 "DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COMPDEC DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, E DA OURAS PROVIDENCIAS."

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO, PREFEITO MUNICIPAL DE CERR AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados titulares e suplentes do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, órgão consultivo e integrante da estrutura da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, com a seguinte composição:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS
Secretaria Municipal do Governo:
Titular: Bruno Henrique Lovato
Suplente: Fabiana de Moura e Costa - COMPDEC

Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente:
Titular: Paulo Cesar Cordeiro do Nascimento
Suplente: Rogério da Silva Godoi

Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento:
Titular: Wender G. Moreira
Suplente: Jonas Ferraz da Cunha

Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Josemara da Guia de Araújo
Suplente: Martha Lorenski

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS
Representante Conselho Municipal de Segurança - CONSEG:
Titular: Jairo Desplanches

Suplente: Waldomiro Gonçalves dos Santos Neto

Representante do 34º Batalhão da Policia Militar:
Titular: Asp. PM Gabriel Cristovão Machado
Suplente: Sgto. PM Abraão Fernandes

Representante do Sindicato Rural:
Titular: Adilson da guia Silva
Suplente: Eduardo de Paula

Representante da Associação Comercial e Agrícola de Cerro Azul – ACIACA
Titular: Willian Lorenski
Suplente: Patricia de Mattos Lorenski

Art.2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será de **02 (dois) anos**, permitida a recondução, e suas funções serão consideradas como prestação de serviço público relevante, não sendo remuneradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, 10 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:DAA65F10

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº 274/2026 DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOREM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COMPDEC) DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO, PREFEITO MUNICIPAL DE CERR AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
Art. 1º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) de Cerro Azul passa a ser organizada de acordo com a seguinte estrutura básica:

• **I - Coordenadora:** FABIANA DE MOURA E COSTA
• **II – Secretaria Executiva:** BEATRIZ DO AMARAL

Art. 2º Núcleo responsável por mapeamento de áreas de risco, análises de vulnerabilidade, vistorias técnicas estruturais, planejamento de prevenção e elaboração de planos de contingência. Em conformidade com o disposto, o **Setor Técnico** da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC será composto por:
I – Um representante da Defesa Civil Municipal:
Fabiana de Moura e Costa

• **II – Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento:**

b) Jonas Ferraz da Cunha

• **III – Um representante da Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio ambiente:**

c) Paulo Sergio de Mello

• **IV – Um representante da Secretaria Municipal de Projetos e Planejamento Integrado:**

d) João Roberto Lins

• **V – Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:**

e) Magaly Bruna Ramos

• **VI – Um representante da Secretaria Municipal de Obras Públicas:**

f) Manoel Gonçalves dos Santos

• **VII – Um representante da Secretaria Municipal de Saúde:**

g) Alcicléia da Guia Jaquetti

Art. 3º Núcleo responsável pelas ações de campo e resposta imediata, incluindo vistorias preventivas rotineiras, sinalização de áreas afetadas, evacuação, distribuição de ajuda humanitária, suporte em abrigos provisórios e primeiras intervenções em situações de desastre. Em conformidade com o disposto, o Setor de Operações da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC será composto por:
I – Coordenador operacional de Proteção e Defesa Civil Municipal:

João Henrique Mottin
II – Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento:
Manuel Martins
III – Um representante da Secretaria Municipal de Obras e Viação
Orazil ds Reis
IV - Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Hugo Assis de Oliveira Fernandes
Um representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente
Ely Ruban Muler

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 4º O Poder Executivo Municipal designará, por meio de ato próprio, os servidores públicos municipais ou membros voluntários devidamente capacitados para integrar e chefiar as equipes e setores da COMPDEC.

Art. 5º As competências específicas e os procedimentos de atuação integrada de cada uma das equipes e setores descritos neste Decreto poderão ser detalhados no Regimento Interno da COMPDEC.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, 10 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:E7A3EF40

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº: 281/2026 - RETIFICAÇÃO NOMEAÇÃO DO SERVIDOR ADAMS DE ANDRADE LECH

Nomear a partir de 05 de agosto de 2026, Adams De Andrade Lech, portador do CPF n° 076.xxx.xxx-65, para o cargo de Departamento de Tributação.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Nº 047, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional.

DECRETA:

ART.1º - Nomear a partir de 05 de agosto de 2026, ADAMS DE ANDRADE LECH, portador do CPF n° 076.***.***-65, para o cargo de Diretor de Departamento de Tributação, ocupando o Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC 02, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 07 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:B35AD4ED

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº: 306/2026.

Exonerar a partir de 04 de agosto de 2026, a Servidora Vanessa da Guia Scheleider, portadora do CPF N° 042.***.***-03, do cargo de Divisão de Inclusão- FG3, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 05/2017 dispõe sobre o plano de carreira do magistério público municipal de Cerro Azul,

DECRETA:

ART.1º - Exonerar a partir de 04 de agosto de 2026, a Servidora Vanessa da Guia Scheleider, portadora do CPF N° 042.***.***-03, do cargo de Divisão de Inclusão- FG3, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 17 de agosto de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:469D51B2

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº: 307/2026.

Exonerar a partir de 04 de agosto de 2026, a Servidora MISLAINE CRISTINA MARCHE, portadora do CPF nº 039.xxx.xxx-26, do cargo de Divisão de Ensino Infantil.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 10/2018, e de acordo com a Lei Nº 001, de 28 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional,

DECRETA:

ART.1º - Exonerar a partir de 04 de agosto de 2026, a servidora MISLAINE CRISTINA MARCHE, portadora do CPF n° 039.***.***-26, do cargo Divisão de Ensino Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, função gratificada FG-3.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua Publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 17 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:CDF7DFAF

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº: 308/2026.

Nomear a partir de 05 de agosto de 2026, a Servidora Vanessa da Guia Scheleider, portadora do CPF N° 042.***.***-03, para o cargo de Chefe de Divisão de

Ensino Fundamental, Ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Nº 047, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional.

DECRETA:

ART.1º - Nomear a partir de 07 de agosto de 2026, a Servidora Vanessa da Guia Scheleider, portadora do CPF N° 042. ***. ***-03, do cargo de Chefe de Divisão de Ensino Fundamental, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC 03, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 17 de agosto de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:1996C888

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº: 309/2026.

Exonerar a partir de 04 de agosto de 2026, o Servidor ELY RUBAN MULLER, portador do Rg nº 865.***.-59 SSP/PR e CPF n° 048.***.***-13, do Departamento de Abastecimento, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, função gratificada FG-2.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Nº 001, de 28 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional,

DECRETA:

ART.1º - Exonerar a partir de 04 de agosto de 2026, o Servidor ELY RUBAN MULLER, portador do Rg nº 865.***.-59 SSP/PR e CPF n° 048.***.***-13, do Departamento de Abastecimento, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, função gratificada FG-2.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 17 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:60DD5D1E

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº: 310/2026.

Nomear a partir de 05 de agosto de 2026, o Servidor ELY RUBAN MULLER, portador do Rg nº 865.***.-59 SSP/PR e CPF n° 048.***.***-13, para o Departamento de Urbanismo, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Nº 047, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional.

DECRETA:

ART.1º - Nomear a partir de 05 de agosto de 2026, o Servidor ELY RUBAN MULLER, portador do Rg nº 865.***.-59 SSP/PR e CPF n° 048.***.***-13, para o Departamento de Urbanismo, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC 02, ficando lotada na Secretaria Municipal de Urbanismo.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 17 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:7EB6BF3C

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº: 311/2026.

Nomear a partir de 04 de agosto de 2026, CELIA DA APRECIDA DOS SANTOS, portadora do CPF n° 036.xxx.xxx-25, para o cargo de Vice-Diretora do Núcleo das Escolas do Campo.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 05/2017 dispõe sobre o plano de carreira do magistério público municipal de Cerro Azul,

DECRETA:

ART.1º - Nomear a partir de 05 de agosto de 2026, a Servidora Celia da Aparecida dos Santos, portadora do CPF n° 036.***.***-25, para cargo de Vice-Diretora do Núcleo das Escolas do Campo, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, função gratificada de 20% (vinte por cento).

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 14 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:7CE08B27

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº: 312/2026.

Nomear, a partir de 05 de agosto de 2026, o senhor IBIRACY CORDEIRO DE MATTOS, portador do CPF n° 036.***.***-66, ocupando a função secretario Escolar, do Núcleo das Escolas do Campo, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e, de acordo com a Lei Complementar Nº 002, de 28 de março de 2025,
DECRETA:

ART.1º - Nomear, a partir de 05 de agosto de 2026, o senhor IBIRACY CORDEIRO DE MATTOS, portador do CPF n° 036.***.***-66, ocupando a função secretario Escolar, do Núcleo das Escolas do Campo, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 17 de agosto de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:4A4CB481

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº: 313/2026.

Exonerar a partir de 04 de agosto de 2026, a Servidora ROZIANE APARECIDA DE PAULA, portadora do CPF n° 023.***.***-57, do cargo de Chefe da Divisão da de Identificação, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Função Gratificada correspondente a FG-3.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Nº 001, de 28 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional,

DECRETA:

ART.1º - Exonerar a partir de 04 de agosto de 2026, a Servidora ROZIANE APARECIDA DE PAULA, portadora do CPF n° 023.***.***-57, do cargo de Chefe da Divisão da de Identificação, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Função Gratificada correspondente a FG-3.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 17 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:3AE749AD

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº: 314/2026.

Exonerar a partir de 04 de agosto de 2026, ALEXANDRA MERISE BESTEL, portadora do CPF n° 016.xxx.xxx-14, do cargo de Divisão de Informação e produção do SUS.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Nº 001, de 28 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional,

DECRETA:

ART.1º - Exonerar a partir de 04 de agosto de 2026, ALEXANDRA MERISE BESTEL, portadora do CPF n° 016.***.***-14 e RG n° 6.***.***-1 SESP PR, do Cargo de Divisão de Informação e Produção do SUS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Função Gratificada FG-3.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 17 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:6D83E07F

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº: 315/2026.

Nomear a partir de 05 de agosto de 2026, ALEXANDRA MERISE BESTEL, portadora do CPF n° 016.xxx.xxx-14, para Departamento de Atenção Primária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Nº 047, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional.

DECRETA:

ART.1º - Nomear a partir de 05 de agosto de 2026, ALEXANDRA MERISE BESTEL, portadora do CPF n° 016.***.***-14 e RG n° 6.***.***-1 SESP PR, para o Departamento de Atenção Primária, cargo provimento CC2, ficando lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 17 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:D56BE147

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº 316/2026

Dispõe sobre a nomeação interina para o cargo de Chefe de Divisão de Administração, em razão do afastamento por licença-maternidade da titular, nos termos da Lei Municipal nº 047/2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que o art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988 estabelece que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Considerando que o inciso I do art. 37 da Constituição Federal garante a acessibilidade aos cargos, empregos e funções públicas aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

Considerando os preceitos constitucionais de proteção à maternidade, à família e à infância, insculpidos nos artigos 6º, 201, inciso II, e 227

da Carta Magna, bem como o direito fundamental à licença à gestante consagrado no art. 7º, inciso XVIII, extensível às servidoras públicas por força do art. 39, § 3º, da Constituição Federal;

Considerando que a servidora ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão de Administração, Sra. BÁRBARA DE MOURA E COSTA, encontra-se regularmente afastada em gozo de licença-maternidade, direito fundamental indisponível assegurado pela ordem constitucional vigente;
Considerando a imperiosa necessidade de assegurar a continuidade do serviço público, a eficiência administrativa e o interesse público na gestão das rotinas da Secretaria Municipal de Administração, criada e estruturada pela Lei Municipal nº 047, de 07 de julho de 2026;

Considerando a natureza do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Administração (Símbolo CC3), cujas atribuições operacionais de coordenação, supervisão e apoio à gestão exigem presença constante e atuação ininterrupta.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, de forma INTERINA, a Sra. **GABRIELE DE BOMFIM OLIVEIRA SANTOS** para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão de Administração (Símbolo CC3), constante da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Administração, prevista na Lei Municipal nº 047, de 07 de julho de 2026.

Art. 2º A nomeação interina de que trata este Decreto dar-se-á durante o período do afastamento legal da titular do cargo, Sra. BÁRBARA DE MOURA E COSTA, decorrente de sua licença-maternidade, cessando automaticamente os efeitos deste ato com o retorno regular da servidora licenciada às suas funções.

Art. 3º A servidora nomeada fará jus à remuneração fixada para o cargo de Símbolo CC3, correspondente ao valor de R$ 2.895,93 (dois mil oitocentos e noventa e cinco reais e noventa e três centavos) mensais, nos termos do art. 9º, inciso V, da Lei Municipal nº 047/2026.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de agosto de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito, em 17 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:8DE15E61

SECRETARIA GOVERNO
DECRETO Nº: 319/2026. NOMEAR A PARTIR DE 18 DE AGOSTO DE 2026, LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS, PORTADOR DO CPF N° 104.XXX.XXX-10, PARA O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Nº 047, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional.

DECRETA:

ART.1º - Nomear a partir de 10 de agosto de 2026, LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS, portadora do CPF n° 104.***.***-10 e RG n° 13.***.***-8 SESP PR, para o Diretor do Departamento de Agricultura, cargo provimento CC2, ficando lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 18 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:460EAEC3

SECRETARIA GOVERNO
REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 75, DE 2017, QUE CRIA OS COMPONENTES MUNICIPAIS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – SISAN, DISPÕE SOBRE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA – CERRO AZUL E

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006; CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 7.272, de 25 de agosto de 2010; CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 75, de 30 de novembro de 2017; CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA – Cerro Azul;

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º. Este Decreto regulamenta a Lei Municipal n°75, de 30 de novembro de 2017, estabelecendo normas e diretrizes para o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Cerro Azul – CONSEA – Cerro Azul, órgão de assessoramento ao Poder Executivo Municipal, que tem por objetivo promover a participação da sociedade na formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS
Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Cerro Azul:
I – Propor ao Poder Executivo Municipal, considerando as deliberações da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, diretrizes para a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
II – Articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes à Política e ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
III – Propor e acompanhar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
IV – Promover a articulação entre órgãos públicos e entidades da sociedade civil;
V – Estimular ações municipais de combate à fome e à insegurança alimentar;
IX – Convocar a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade não superior a 4 (quatro) anos, bem como, definir seus parâmetros de composição, organização e funcionamento, por meio de regulamento próprio;
X – Elaborar e deliberar sobre seu Regimento Interno;
XI – Mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de segurança alimentar e nutricional;

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO
Art. 3º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Cerro Azul será composto por representantes do Poder Público Municipal e Estadual, de entidades representativas dos agricultores familiares e produtores rurais, de profissionais técnicos, de líderes de

comunidades, movimentos e pastorais religiosas, de entidades socioassistenciais que atuem no Município de Cerro Azul, todos nomeados por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante indicação do órgão ou entidade representada.

Art. 4º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Cerro Azul, será composto por, no mínimo, 6 (seis) membros efetivos titulares e seus respectivos suplentes, conforme critérios abaixo:
I – 1/3 (um terço) de representantes do Poder Público, constituído pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional;
II – 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil organizada;

Art. 5º. Serão conselheiros titulares na composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Cerro Azul, representando o Poder Público Municipal e/ou Estadual:
I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento;
II – 01 (um) representante Secretaria Municipal de Assistência Social;
III – 01 (um) representante Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
IV – 01 (um) representante Secretaria Municipal de Saúde;
V – 01 (um) representante Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR - EMATER
VI – 01 (um) representante Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - Adapar;

Art. 6º. Serão conselheiros titulares na composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Cerro Azul, representando a sociedade civil, os integrantes de entidades da sociedade civil organizada, com atuação comprovada no Município de Cerro Azul e vinculadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional:
I – 02 (dois) representantes de Associações e/ou Cooperativas da Agricultura Familiar ou de Produtores Rurais, sediadas no município;
II – 01 (um) representante dos Produtores Orgânicos;
III – Representantes de Comunidades;
IV – 02 (dois) representantes de Sindicatos Rurais ou da Agricultura Familiar, com sede no município;
V – 02 (dois) representantes de Movimentos e Pastorais de Entidades Religiosas;
VI – 01 (um) representante de Povos e Comunidades Tradicionais;
VII – 01 (um) representante da APAE Cerro Azul
VIII – 01 (um) representante da Feira Livre de Cerro Azul
IX – 01 (um) representante da PROVOPAR Cerro Azul

Art. 7º. Outras entidades poderão fazer parte do CONSEA – Cerro Azul, desde que sua participação seja relevante e de interesse da política de segurança alimentar e nutricional, mediante aprovação da maioria absoluta dos conselheiros.

Art. 8º. Havendo aprovação da participação de novos representantes, o Presidente do CONSEA – Cerro Azul deverá encaminhar ao Poder Executivo Municipal a solicitação de homologação destes que deverá ser realizada por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. Os titulares dos órgãos e entidades integrantes do CONSEA – Cerro Azul indicarão, por escrito, um membro titular e um suplente, com mandato de 02 (dois) anos, podendo haver recondução por iguais e sucessivos períodos.
§1º As comunidades farão indicação dos representantes, mediante apresentação da ata de reunião realizada para este fim, indicando os representantes da respectiva comunidade.
§2º O suplente substituirá automaticamente o titular em seus impedimentos e ausências.

Art. 10º. A homologação dos conselheiros titulares e suplentes será realizada por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11º. A função de conselheiro é considerada serviço público relevante e não será remunerada.

CAPÍTULO III
DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 12º. O CONSEA – Cerro Azul elegerá dentre seus membros a Diretoria Executiva, que será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual e sucessivo período, através de nova eleição.

Art. 13º. A presidência do CONSEA – Cerro Azul será exercida por conselheiro representante da sociedade civil, eleito em reunião Plenária para este fim, presentes no mínimo dois terços dos conselheiros, que também elegerão o vice-presidente e secretário, nomeados por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal para um mandato de dois anos.

Art. 14º. A Diretoria Executiva do CONSEA – Cerro Azul será eleita na primeira reunião plenária ordinária que se realizar após a publicação do decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal que homologar os conselheiros, por maioria absoluta dos votos, sendo que sua nomeação deverá ocorrer por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.
§1º Os conselheiros que se candidatarem a um cargo da Diretoria deverão se organizar em chapas completas e se inscreverem através e oficio endereçado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que deverá ser protocolizado em protocolo único da Prefeitura Municipal de Cerro Azul até as 17h00min do dia útil imediatamente anterior a primeira reunião plenária ordinária.
§2ºA eleição se dará por votação secreta e direta, sendo considerada vencedora, a chapa que conseguir a maioria absoluta dos votos.
§3ºNos casos de vacância de qualquer cargo da Diretoria Executiva, o CONSEA – Cerro Azul promoverá nova eleição para a substituição deste até o término do seu mandato

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO
Art. 15º. O CONSEA reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada trimestre, em data definida pelo Plenário.
§1º O calendário anual de reuniões será aprovado na primeira reunião ordinária de cada exercício.
§2º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial, híbrida ou por videoconferência, desde que garantida a participação e manifestação dos conselheiros.

Art. 16º. Poderão ser convidados às reuniões do CONSEA – Cerro Azul, sem direito a voto, titulares de outros órgãos ou entidades públicas e representantes da sociedade civil quando na pauta houver assunto de sua área de atuação.

Art. 17º. O detalhamento das atribuições, a organização e o funcionamento do CONSEA – Cerro Azul serão estabelecidos em Regimento Interno, aprovado pela maioria absoluta dos conselheiros.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 18º. O suporte administrativo e operacional ao funcionamento do CONSEA – Cerro Azul será provido pela Secretaria Municipal de Agricultura e do Abastecimento.

Art. 19º. O CONSEA – Cerro Azul poderá constituir Grupos de Trabalho Temáticos, compostos por técnicos dos setores público e privado, para auxiliar na proposição das diretrizes da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional a serem apresentadas à plenária.

Art. 20º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do CONSEA – Cerro Azul, observadas as disposições da Lei Municipal nº 75/2017, deste Decreto, da Lei Federal nº 11.346/2006 e demais normas aplicáveis.

Art. 21º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cerro Azul/PR, 10 de agosto de 2026.

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:38E2E227

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1062, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VANESSA DA GUIA SCHELEIDER, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE PROFESSORA 1 (UMA) DIARIA.

PORTARIA Nº 1062, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Vanessa da Guia Scheleider, ocupante do cargo de Diretor de Professora 1 (uma) diaria.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público senhora Vanessa da Guia Scheleider sendo ocupante do cargo de Professora vinculado à Secretaria Municipal de Educação e cultura conforme memorando nº777/2026, o pagamento de 1(uma) diária no valor de R$ 72,58 setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba– PR, no 13 de Agosto do ano em curso, para visitar escola especializadas e busca de Educação intrusiva para nosso Municipio. Saida as 10:00 e retorno as 17:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de Agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:60CCF261

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1064, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EVELLYN THAIS PEREIRA, OCUPANTE DO CARGO DE PSICÓLOGA 1 (UMA) DIARIA.

PORTARIA Nº 1064, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Evellyn Thais Pereira, ocupante do cargo de Psicóloga 1 (uma) diaria.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público senhora Evellyn Thais Pereira sendo ocupante do cargo de Psicóloga vinculado à Secretaria Municipal de Educação e cultura conforme memorando nº778/2026, o pagamento de 1(uma) diária no valor de R$ 72,58 setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba– PR, no 13 de Agosto do ano em curso, para visitar escola especializadas e busca de Educação intrusiva para nosso Municipio. Saida as 10:00 e retorno as 17:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de Agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:CB7341E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1065, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURANDIR RIBEIRO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 2(DUAS) DIARIA.

PORTARIA Nº 1065, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de Motorista 2(duas) diaria.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público senhor Jurandir Ribeiro de Souza sendo ocupante do cargo de Motorista vinculado à Secretaria Municipal de Saúde conforme memorando nº392/2026, o pagamento de 2(duas) diária no valor de R$ 145,16 (cento e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba– PR, no dia 10 e 11 de Agosto do ano em curso, para transportar paciente em tratamento. Saida as 06:00 e retorno as 16:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de Agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:6DDF8919

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1066, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ARI HENRIQUE DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 5(CINCO) DIARIA.

PORTARIA Nº 1066, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Ari Henrique dos Santos, ocupante do cargo de Motorista 5(cinco) diaria.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público senhor Ari Henrique dos Santos sendo ocupante do cargo de Motorista vinculado à Secretaria Municipal de Saúde conforme memorando nº780/2026, o pagamento de 5(cinco) diárias no valor de R$ 362,90 (trezentos e sessenta e dois reais e noventa centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba– PR, no dia 17, 18, 19, 20 e 21 de Agosto do ano em curso, para transportar alunos na Universidade e demais demandas da Secretaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de Agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:5882B2EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1075, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NEREU LINO NASCIMENTO, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 2(DUAS) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1075, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Nereu Lino Nascimento, ocupante do cargo de Motorista 2(duas) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Nereu Lino Nascimento ocupante do cargo de Motorista vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura conforme memorando nº779/2026, o pagamento de 2(duas) diária no valor de R$ 145,16(cento e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Pinhais– PR, no dia 17 e 21 de Agosto do ano em curso, para transportar alunos para o Colégio Agrícola e demais demandas da Secretaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de Agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:9DCD4DCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1076, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADRIANA CHAVES DA SILVA OCUPANTE DO CARGO DE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 2(DUAS) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1076, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Adriana Chaves da Silva ocupante do cargo de Secretaria de Educação 2(duas) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Adriana Chaves da Silva ocupante do cargo de Secretaria de Educação vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, o pagamento de 2(duas) diária no valor de R$ 208,84 (duzentos e oito reais e oitenta e quatro centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á São Jose dos Pinhais– PR, no dia 03 e 04 de Agosto do ano em curso, para participação no IX Seminário Regional Sul e XV Seminário Estadual paranaense dos conselhos municipais da educação.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de Agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:9DD71735

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1077, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDECI FARIA OCUPANTE DO CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS 1(UMA) DIÁRIA

PORTARIA Nº 1077, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Claudeci Faria ocupante do cargo de Fiscal de Tributos 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Claudeci Faria ocupante do cargo de Fiscal de Tributos vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°393/2026 o pagamento de 1(uma) diária no valor de R$ 69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba– PR, no dia 07 de Agosto do ano em curso, para transportar pacientes em tratamento. Saídas as 04:30 e retorno as 18:30.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 18 de Agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:84DBC699

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1078, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDECI FARIA OCUPANTE DO CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS 3(TRÊS) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1078, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Claudeci Faria ocupante do cargo de Fiscal de Tributos 3(três) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Claudeci Faria ocupante do cargo de Fiscal de Tributos vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°393/2026 o pagamento de 3(três) diárias no valor de R$ 217,74 (duzentos e dezessete reais e setenta e quatro centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba– PR, no dia 11, 12 e 13 de Agosto do ano em curso, para transportar pacientes em tratamento. Saídas as 04:30 e retorno as 18:30.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 18 de Agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:5AC87F10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1080, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ ANTONIO PAULUS OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE TÉCNICO AGRICULA E ATUANTE COMO CONTROLADOR GERAL 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1080, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Luiz Antonio Paulus ocupante do cargo efetivo de Técnico Agricula e atuante como controlador geral 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Luiz Antonio Paulus ocupante do cargo efetivo de Técnico Agricula e atuante como controlador geral vinculado à Secretaria Municipal de controladoria geral, conforme o memorando n°093/2026 o pagamento de 1 (uma) diárias no valor de R$ 72,58 (setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba– PR, no dia 20 de Agosto do ano em curso, para participar do treinamento e capacitação na área de Controle Interno. Saídas as 07:00 e retorno as 18:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 18 de Agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:1D076509

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1086, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WALTER JOSÉ DO VALE, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 5(CINCO) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1086, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Walter José do Vale, ocupante do cargo de Motorista 5(cinco) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Walter José do Vale ocupante do cargo de Motorista vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°354/2026 o pagamento de 5 (cinco) diárias no valor de R$ 348,05 (trezentos e quarenta e oito reais e cinco centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba– PR, no dia 13, 14, 15, 16 e 17 de Julho do ano em curso, para transportar pacientes em tratamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 18 de Agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:3A07EA77

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1087, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LARANA MANGGER, OCUPANTE DO CARGO DE ENGENHEIRA AGRONOMA 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1087, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidora Pública Municipal Larana Mangger, ocupante do cargo de Engenheira Agronoma 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Larana Mangger ocupante do cargo de Engenheira Agronoma vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, o pagamento de 1 (uma) diárias no valor de R$ 69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba– PR, no dia 22 Julho do ano em curso, para participação da reunião da CORESAN. Saídas as 06:00 e retorno as 17:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 18 de Agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:996F6142

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1089, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL WENDER MOREIRA , OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DA AGRICULTURA 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1089, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidora Pública Municipal Wender Moreira , ocupante do cargo de Secretário Municipal da Agricultura 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Wender Moreira ocupante do cargo de Secretario Municipal da Agricultura vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, o pagamento de 1 (uma) diárias no valor de R$ 104,42 (cento e quatro reais e quarenta e dois centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba– PR, no dia 22 Julho do ano em curso, para participação da reunião da CORESAN. Saídas as 06:00 e retorno as 17:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 18 de Agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:E1C2CF49

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1096, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CESAR KOGISKI, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1096, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Cesar Kogiski ocupante do cargo de Diretor de departamento vinculado à Secretaria Municipal de Assistencia Social, conforme o memorando n°420/2026 o pagamento de 1 (uma) diárias no valor de R$ 72,58 (setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba– PR, no dia 11 de Agosto do ano em curso, para transportar e acompanhar paciente em tratamento. Saídas as 08:00 e retorno as 17:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 18 de Agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:8B72BC1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1096, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EGON EDUARDO DA SILVA GODOY, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO 1 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1096, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Egon Eduardo da Silva Godoy, ocupante do cargo de Agente Administrativo 1 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Egon Eduardo da Silva Godoy ocupante do cargo de Agente Administrativo vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme o memorando n°785/2026 o pagamento de 1 (uma) diárias no valor de R$ 72,58 (setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba– PR, no dia 13 de Agosto do ano em curso, para deslocamento em virtude de convocação para atuar como motorista no transporte de Psicóloga designada para atividades de formação profissional. Saídas as 08:00 e retorno as 18:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 18 de Agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:6093D715

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 1023, DE 18 DE AGOSTO 2026 RETIFICA A PORTARIA Nº 1023, DE 18 DE AGOSTO DE 2026, QUE CONCEDE 2(DUAS) DIÁRIAS, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSEMARI RAAB ROCHA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 1023, DE 18 DE AGOSTO 2026

Retifica a portaria Nº 1023, de 18 de Agosto de 2026, que concede 2(duas) diárias, a servidora pública municipal Rosemari Raab Rocha ocupante do cargo de Professora.

Onde se lê:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Rosemari Raab Rocha, ocupante do cargo de Professora , vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura conforme memorando nº364/2026, o pagamento de 02(dois) diárias no valor de R$139,22 (cento e trinta e nove reais e vinte e dois centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á São Jose dos Pinhais– PR, nos dias 03 e 08 de Agosto do ano em curso, para participar da convocação da UNCME IX Seminario Regional Sul E XV Seminarios Estadual Paranaense Dos Conselhos Municipais De Educacao. Saidas as 06:00 e retorno as 17:00 horas
.

Leia-se:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Rosemari Raab Rocha, ocupante do cargo de Professora , vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura conforme memorando nº364/2026, o pagamento de 02(dois) diárias no valor de R$139,22 (cento e trinta e nove reais e vinte e dois centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á São Jose dos Pinhais– PR, nos dias 03 e 04 de Agosto do ano em curso, para participar da convocação da UNCME IX Seminario Regional Sul E XV Seminarios Estadual Paranaense Dos Conselhos Municipais De Educacao. Saidas as 06:00 e retorno as 17:00 horas.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 18 de Agosto do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:17B4E662

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO Nº 23/2026 — DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO Nº 23/2026 — DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026
DISPENSA ELETRÔNICA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI
Torna-se público que a Câmara Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, por meio da Agente de Contratação, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.
OBJETO
Aquisição de televisores Smart TV (01 unidade de 86 polegadas e 01 unidade de 32 polegadas), destinados a equipar o plenário e atender às necessidades de votação, suporte e deliberações da Câmara Municipal de Clevelândia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

• **Critério de Julgamento:** menor preço por item
• **Período para entrega de proposta:** Até 28/08/2026 às 07h59min (horário de Brasília)
• **Data prevista para abertura da sessão pública e envio de lances:** Dia 28/08/2026 das 08h00 às 14h00 (horário de Brasília)
• **Local/Link:** Portal de Compras do Governo Federal — www.gov.br/compras

VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO
R$ 9.029,11 (Nove mil e vinte e nove reais e onze centavos)
Id contratação PNCP:
https://pncp.gov.br/app/editais/77774503000149/2026/27
Maiores Informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações, no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas. Fone: (46) 3252-2233, no endereço eletrônico www.clevelandia.pr.leg.br, acessando o menu Avisos e Editais de Licitação, ou pelo e-mail: licitacao@clevelandia.pr.leg.br.

Clevelândia, 18 de agosto de 2026.

JULIANA POGOGELSKI REALI
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Pogogelski Reali
Código Identificador:4AD29708

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DECRETO Nº 016/2026

DECRETO Nº 016/2026

Rejeita o Veto Total Oposto pelo Poder Executivo Municipal ao Autógrafo do Projeto de Lei nº 009/2026-L, que "Institui a obrigatoriedade de apresentação semestral de Plano de Ação e Resultados pelos Secretários Municipais e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica REJEITADO o Veto Total apresentado pelo Poder Executivo do Projeto de Lei n° 009/2026-L, de autoria do Vereador Manoel Augusto Gollub Inocêncio, que institui a obrigatoriedade de apresentação semestral de Plano de Ação e Resultados pelos Secretários Municipais e dá outras providências.
Art. 2º O Autógrafo do Projeto de Lei n° 009/2025-L, será encaminhado à Chefia do Poder Executivo Municipal para que proceda à sua promulgação nos termos do artigo 27 da Lei Orgânica do Município de Clevelândia.
Art. 3º Decorrido o prazo do §$7° do artigo 27 da Lei Orgânica Municipal, sem a devida promulgação pela Prefeita Municipal, caberá ao Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia fazê-lo em igual prazo, este não o fazendo, caberá obrigatoriamente ao Vice-Presidente.
Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Clevelândia - Paraná, 18 de agosto de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente do Legislativo Municipal

Publicado por:
Eliaki Marceli Zanini
Código Identificador:D606A84F

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 500 (quinhentas) pastas, para atender às demandas administrativas da Câmara Municipal de Clevelândia.
Tendo em vista que a documentação referente à Dispensa de Licitação nº 021/2026 atende a todos os requisitos do Artigo nº 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21;
Considerando o parecer jurídico, o qual foi favorável à homologação da presente Dispensa;
Considerando que houve a devida prospecção de mercado para acolhimento e escolha da melhor proposta de preços para o fornecimento do material, e que a Contratada atende aos requisitos legais para contratação;
Com efeito, **RATIFICO** todas as formalidades legais e **HOMOLOGO** a Dispensa de Licitação nº 021/2026, para contratação do objeto supramencionado.
CONTRATADO: LAABS LTDA (Yumi Gráfica e Comunicação Visual)
CNPJ Nº: 58.692.574/0001-58
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 dias após a liquidação da nota fiscal, condicionado à verificação da regularidade fiscal da contratada.
VALOR: R$ 1.094,00 (mil e noventa e quatro reais).
PUBLIQUE-SE.

Clevelândia – PR, 18 de agosto de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Juliana Pogogelski Reali
Código Identificador:4F65B328

GABINETE
CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO DE PROGRAMA

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO DE PROGRAMA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão responsável pelo registro de entidades , inscrição e reavaliação dos programas direcionados ao Atendimento de crianças e adolescentes no município, neste ato representado por sua Presidenta, no uso das atribuições previstas na Lei Federal nº 8069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 1.345/1993, no exercício da função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Clevelândia/PR, certifica que a Organização da Sociedade Civil, CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ – CIEE/PR, CNPJ: 76.610.591/0028-09, Endereço: Rua Caramuru nº 270, Bairro: Centro Município: Pato Branco Tel: (46) 3224-7151, UF: PR, CEP: 85.501-064, E-mail: patobranco@cieepr.org.br. Possui inscrito o seguinte programa:

• Programa de Socioaprendizagem – Modalidade EaD:

Aprendizagem em Arco de Serviços Administrativos - EaD/Digital 4h Carga Horária da Fase Teórica - Total de 400 horas, sendo: 40 horas de Módulo I (Inicial); 120 horas Módulo II (Básico); 220 horas no Módulo III (Específico); 20 horas Módulo IV (específico especial) Carga Horária da Fase Prática - Total de 1.440 horas CBOs: 411005 - Auxiliar de escritório 411010 - Assistente Administrativo 411030 - Auxiliar de Pessoal 414105 - Auxiliar de Almoxarifado 422105 - Recepcionista, em geral.

Emite o presente Certificado de Renovação da Inscrição de Programa junto ao CMDCA, nº **12/2026**, com validade para 1(UM) ano.

Clevelândia, 12 de agosto de 2026.

CAMILA SERPA BALENA
Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:253CB7BE

GABINETE
CERTIFICADO DE REGISTRO DE ENTIDADE

CERTIFICADO DE REGISTRO DE ENTIDADE

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão responsável pelo registro de entidades , inscrição e reavaliação dos programas direcionados ao Atendimento de crianças e adolescentes no município, neste ato representado por sua Presidenta, no uso das atribuições previstas na Lei Federal nº 8069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 1.345/1993, no exercício da função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Clevelândia/PR, certifica que a Organização da Sociedade Civil, CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ – CIEE/PR, CNPJ: 76.610.591/0028-09, Endereço: Rua Caramuru nº 270, Bairro: Centro Município: Pato Branco Tel: (46) 3224-7151, UF: PR, CEP: 85.501-064, E-mail: patobranco@cieepr.org.br.

Emite o presente Certificado de Renovação do Registro de Entidade junto ao CMDCA, nº **11/2026**, com validade para 1(UM) ano.

Clevelândia, 12 de agosto de 2026.

CAMILA SERPA BALENA
Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:B3AFE409

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº. 013/2026

Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente Clevelândia-Pr

RESOLUÇÃO Nº. 013/2026

Súmula: Aprova a renovação do Registro e da Inscrição do Programa de Sócio Aprendizagem – Modalidade EaD do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, neste conselho;

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº. 1345/1993, alterada pela Lei Municipal nº 2.067/2007; e

Considerando a deliberação e aprovação unânime da Plenária Ordinária realizada no dia 12 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprova a renovação do Registro nº **11/2026** do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, neste conselho; Escritório Regional inscrito no CNPJ nº 76.610.591/0028-09, situado na Rua Caramuru, nº 270 em Pato Branco/PR;

-

Art. 2º – Aprova a renovação da Inscrição nº **12/2026** do Programa de Sócio Aprendizagem – Modalidade EaD - Aprendizagem em Arco de Serviços Administrativos - EaD/Digital 4h Carga Horária da Fase Teórica - Total de 400 horas, sendo: 40 horas de Módulo I (Inicial); 120 horas Módulo II (Básico); 220 horas no Módulo III (Específico); 20 horas Módulo IV (específico especial) Carga Horária da Fase Prática - Total de 1.440 horas CBOs: 411005 - Auxiliar de escritório 411010 - Assistente Administrativo 411030 - Auxiliar de Pessoal 414105 - Auxiliar de Almoxarifado 422105 - Recepcionista, em geral

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Clevelândia, 12 de agosto de 2026.

CAMILA SERPA BALENA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:3B73EB24

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026

O município de Clevelandia-PR torna público que fará realizar, às 08:00 horas do dia 16 de setembro do ano de 2026, na plataforma BLL Compras, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local do Objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede municipal	Pavimentação CBUQ	65.192,33 m³	240 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Clevelandia e na plataforma BLL Compras. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Clevelandia - PR, 17 de agosto de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:5ED85FA1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

COLOMBO PREVIDÊNCIA
PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N° 019/2026

A COLOMBO PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE COLOMBO, pelo Diretor Superintendente, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela lei nº. 960/2006,

RESOLVE:

I - Nomear os servidores abaixo relacionados, para atuarem como Gestor e Fiscal da Dispensa nº 08/2026 cujo objeto é a aquisição de Materiais Personalizados:

Gestor de Contrato: Luiz Vanderley Dallasuanna - RG. 4.XXX.XXX-6/PR

Fiscal de Contrato: Joice Lagos Marone - RG. 8.XXX.XXX-0/PR

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se publicidade

Colombo, 18 de agosto de 2026.

WILTON LUIZ CARRÃO
Diretor Superintendente

Publicado por:
Joice Lagos Marone
Código Identificador:0016F2BA

COLOMBO PREVIDÊNCIA
PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N° 20/2026

A COLOMBO PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE COLOMBO, pelo Diretor Superintendente, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela lei nº. 960/2006,

RESOLVE:

I - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem como Gestor e Fiscal de Contrato, referente à Inexigibilidade nº 09/2026 cujo objeto é contratação de serviço especializado de solução de tecnologia da informação para disponibilização do serviço de batimento de dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC:

Gestor de Contrato: Joice Lagos Marone - RG. 8.XXX.XXX-0/PR

Fiscal de Contrato: Giovani Corletto - RG. 7.XXX.XXX-0/PR

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se publicidade

Colombo, 18 de agosto de 2026.

WILTON LUIZ CARRÃO

Publicado por:
Joice Lagos Marone
Código Identificador:9DBB10EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 009/2026

HOMOLOGAÇÃO

O Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio de Colombo/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas.
RESOLVE:
HOMOLOGAR o Relatório da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria n° 477/2026 de 15 de maio de 2026, referente ao **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2026**, cujo objeto deste chamamento é o Credenciamento para permissão não-onerosa de uso de espaço público destinado à exploração comercial de áreas específicas para a realização de uma Feira de Agronegócios, a ser realizada durante a **14ª da Festa do Agricultor** no Parque Municipal da Uva, em Colombo – PR, nos dias 22 e 23 de agosto de 2026.
CREDENCIADOS: PRAIAS TUR POUSADAS E APARTAMENTOS LTDA, 93.749.256/0001-78; FAVARETO AGROINDUSTRIAL LTDA, 57.297.808/0001-08; BRASELIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA, 01.768.763/0001-40; BBBEST ACESSÓRIOS PARA CASA LTDA, 36.216.516/0001-15; PORTAL MOTORES EQUIPAMENTOS MÁQUINAS E PEÇAS LTDA, 13.223.494/0001-15; BUCCO IRRIGAÇÃO E IMPLENTOS AGRICOLAS LTDA, 11.454.150/0001-91; PHILIPE XAVIER BEIRA, 46.831.239/0001-04; FERZAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, 27.461.071/0001-48; INDUSIL COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA, 58.874.194/0001-34; GLOBAL TRATORES LTDA, 01.652.818/0001-51; TEIXPAC SERVICE LTDA, 35.644.378/0001-02; SABORES DE PRUDENTÓPOLIS E CIA LTDA, 24.083.737/0001-83; GREEN FIELD INTERNATIONAL LTDA, 47.838.506/0001-19; MAGPARANÁ S/A, 80.220.791/0006-09; ALEX DINAMARQUEZ, 67.015.096/0001-32; LUNARI STORE COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, 61.074.297/0001-24.
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do contrato será até 23 de agosto de 2026, coincidindo com o término das atividades do evento.
PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo para a execução das atividades comerciais na 14ª Festa do Agricultor será nos dias 22 e 23 de agosto de 2026.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A permissão de uso de espaço público se dará de forma não-onerosa.
Colombo, 18 de agosto de 2026.

JERONIMO STRAPASSON
Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:83A78178

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N.° 280/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 050/202

Processo: 33.894/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratada: BRIDGE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ n.º 51.094.491/0001-18
Fiscalização: A fiscalização do presente contrato será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestora de Contrato: Srª Josiane de Fatima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º 16.404 - Fiscal Técnico: Sr Fabiano Mores Machado, matrícula funcional n.º 19.485
Objeto: Contratação do artista *"LOUBET"* para realização de show musical na 14ª Festa do Agricultor, que ocorrerá nos dias 22 e 23 de agosto de 2026, no Parque Municipal da Uva, no município de Colombo/Pr.
Valor: O valor da contratação é de R$ 153.200,00 (cento e cinquenta e três mil e duzentos reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/25.

Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme disposto no artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Local e data da emissão: Colombo, 13 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

EXTRATO CONTRATO N.° 280/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 050/2026
Processo: 33.894/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratada: BRIDGE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ n.º 51.094.491/0001-18
Fiscalização: A fiscalização do presente contrato será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestora de Contrato: Srª Josiane de Fatima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º 16.404 - Fiscal Técnico: Sr Fabiano Mores Machado, matrícula funcional n.º 19.485
Objeto: Contratação do artista *"LOUBET"* para realização de show musical na 14ª Festa do Agricultor, que ocorrerá nos dias 22 e 23 de agosto de 2026, no Parque Municipal da Uva, no município de Colombo/Pr.
Valor: O valor da contratação é de R$ 153.200,00 (cento e cinquenta e três mil e duzentos reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/25.
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme disposto no artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Local e data da emissão: Colombo, 13 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:769030AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 283/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

Processo: 34.142/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: TECH-SUL MEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ n.º 21.831.246/0001-85
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade das seguintes servidoras: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches Bueno Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791
Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares descartáveis para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 1.687,00 (hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 17 de agosto de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:CE353A4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 284/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

Processo: 34.142/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: MACMED SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA, CNPJ n.º 31.085.156/0001-46
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade das seguintes servidoras: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches Bueno Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791
Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares descartáveis para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 327,00 (trezentos e vinte e sete reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 17 de agosto de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:0EC99E12

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 286/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

Processo: 34.142/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ n.º 06.175.908/0001-12
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade das seguintes servidoras: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches Bueno Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791
Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares descartáveis para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 2.316,00 (dois mil, trezentos e dezesseis reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP),

podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 17 de agosto de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:6C580CA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 287/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

Processo: 34.142/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: HOSP MEDIC SERVIÇOS LTDA, CNPJ n.º 20.861.961/0001-06
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade das seguintes servidoras: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches Bueno Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791
Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares descartáveis para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 8.496,00 (oito mil, quatrocentos e noventa e seis reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 17 de agosto de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:48982CD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 289/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

Processo: 34.142/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: AABA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, CNPJ n.º 80.392.566/0001-45
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade das seguintes servidoras: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches Bueno Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791
Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares descartáveis para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 2.955,00 (dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 17 de agosto de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:BCF97798

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 290/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

Processo: 34.142/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ n.º 00.802.002/0001-02
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade das seguintes servidoras: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches Bueno Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791
Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares descartáveis para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 12.457,54 (doze mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 17 de agosto de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:C3A5274F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 293/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

Processo: 34.142/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: BRAZMIX COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA, CNPJ n.º 10.972.948/0001-62
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade das seguintes servidoras: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches Bueno Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791
Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares descartáveis para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 8.000,00 (oito mil reais).

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 17 de agosto de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:6CAD6E91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 294/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

Processo: 34.142/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: SC COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ n.º 34.396.122/0001-60
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade das seguintes servidoras: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches Bueno Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791
Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares descartáveis para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 8.475,00 (oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 17 de agosto de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:29D4BD5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 298/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

Processo: 34.142/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, CNPJ n.º 60.599.605/0001-72
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade das seguintes servidoras: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches Bueno Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791
Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares descartáveis para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 7.198,00 (sete mil, cento e noventa e oito reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 17 de agosto de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:7F6BB92B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 301/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

Processo: 34.142/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: CIRÚRGICA UNIÃO LTDA, CNPJ n.º 04.063.331/0001-21
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade das seguintes servidoras: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches Bueno Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791
Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares descartáveis para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 1.135,00 (hum mil, cento e trinta e cinco reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 17 de agosto de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:3E72E2AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 304/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

Processo: 34.142/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: IS 8 INTERNATIONAL SUPPLIES IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ n.º 30.597.921/0001-44
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade das seguintes servidoras: Gestora de

Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches Bueno Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791
Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares descartáveis para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 1.680,00 (hum mil, seiscentos e oitenta reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 17 de agosto de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:B563251D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 051/2026, CHAMAMENTO PÚBLICO 015/2026.

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 051/2026

Processo:	Nº 29674/2026 - Inexigibilidade Nº 051/2026 – Chamamento Público 015/2026.
Partes:	Município de Colombo/PR, **COZINHA VINI DAGOSTIN LTDA. CNPJ: 18.450.708/0001-00**
Objeto:	CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 015/2026, cujo objeto é o Credenciamento de pessoa jurídica para atuar na prestação de serviços Gastronômicos durante a 14ª Festa do Agricultor.
Valor:	O valor máximo da Inexigibilidade será de R$ 0,0 (zero reais).
Embasamento Legal:	- Lei nº. 14.133/2021; Artigo 78
Data:	18/08/2026.

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:E95157E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026 - SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES

Aviso de Licitação - ERRATA
Edital – Pregão Eletrônico Nº 052/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de TELECOMUNICAÇÕES – INTERNET para atender as demandas Municipais da Prefeitura Municipal de Colombo, com fornecimento de materiais
Recebimento das Propostas: das 09:00 HORAS do dia 20 de agosto de 2026 até às 08:00 HORAS do dia 03 de setembro de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 HORAS do dia 03 de setembro de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço "por LOTE".
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelo fone: (041) 3656–8102 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 14 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odilon Jose Silveira Junior
Código Identificador:BE79DA14

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 025/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 025/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). VALDIR TADEU STIVAL, inscrito no CPF 856.***.***-20, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: OBRA COM ACRESSIMO DE ÁREA EM DESACORDO COM O PROJETO APROVADO DO ALVARÁ 169/2021, EDIFICAÇÃO OCUPADA SEM O RESPECTIVO TERMO DE CONCLUSÃO DE OBRA., na RUA ABEL SCUISSIATO, 1710, ATUBA.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 30 de Junho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 18 de Agosto de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:754A9EC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 026/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 026/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). LUIZ PERISSATO, inscrito no CPF 282.***.***-00, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: OBRA COM ACRESSIMO DE ÁREA EM DESACORDO COM O PROJETO APROVADO DO ALVARÁ 170/2021, EDIFICAÇÃO OCUPADA SEM O RESPECTIVO TERMO DE CONCLUSÃO DE OBRA., na RUA ABEL SCUISSIATO, 1694, ATUBA.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 30 de Junho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 18 de Agosto de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:2E242AB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 027/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 027/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). SONIA REGINA ACIOLY KASNODZEI, inscrito no CPF 533.***.***-30, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: OBRA COM ACRESSIMO DE ÁREA EM DESACORDO COM O PROJETO APROVADO 171/2021, EDIFICAÇÃO OCUPADA SEM O RESPECTIVO TERMO DE CONCLUSÃO DE OBRA, CONSTRUÇÃO NO RECUO., na RUA ABEL SCUISSIATO, 1710, ATUBA.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 30 de Junho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 18 de Agosto de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:11A3C7D4

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO N° 1157

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). Adriana Pereira da Silva Mattoso, CPF/CNPJ nº 058.150.239-65que V.Sª foi autuado conforme Lei Municipal 1.795/2024 art. 9 no Processo Administrativo Ambiental 34399/2026.

O valor da multa foi arbitrado em: 190UFC (Cento e noventa unidades Fiscais Municipais).

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:5180B0C3

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO N° 3438

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). Maria Ineide Vieira de Lara, CPF/CNPJ nº 590.034.489-49que V.Sª foi está notificado conforme Lei Municipal 1.795/2024 art. 9. no Processo Administrativo Ambiental 31038/2026.

Fica V.Sª obrigada a cumprir com o seguinte: Não permitir o acesso a via pulica e envio dos dados do proprietário dos animais ao 41 9867-2540.

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:D387F40B

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO N° 3440

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). Espólio de Francisco Fernandes da Silva, CPF/CNPJ nº 394.033.359-04que V.Sª foi está notificado conforme Lei Municipal 1.795/2024 art. 9. no Processo Administrativo Ambiental 26891/2026.

Fica V.Sª obrigada a cumprir com o seguinte: Entrar em contato com este departamento para prestar os devidos esclarecimentos. 41 9867-2540 e Informar e encaminhar dados do responsável pelos animais 41 9867-2540.

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:43433FD0

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
TERMO DE APREENSÃO N° 200

Em 18/08/2026 foram apreendidos dois equinos, sendo um macho de pelagem baia e uma fêmea de pelagem branca apresentando lesão em membro pélvido direito. Ambos foram encontrados soltos na Rua do Juazeiro, no bairro Embu, sem a presença de responsável.

Responável pelos animais dispõe do prazo de 1 (um) dia útil para apresentar recurso, mediante protocolo, solicitando a devolução dos referidos equinos.

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:88191B6A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2025 PREGÃO ELETRONICO Nº 022/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 022/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 095/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Portaria GM/MS nº 1135 de 16 de agosto de 2023, da Lei Municipal nº 2259/2025
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de dedetização/desratização e limpeza de caixa.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 26 de agosto de 2026 até 26 de agosto de 2027
PRAZO DE EXECUÇÃO: 26 de agosto de 2026 até 26 de agosto de 2027
CONTRATADO: HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA CNPJ: 36.929.401/0001-78
DATA: 06 de agosto de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:565C4C56

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 288/2026

SÚMULA: Nomeia candidato (a) aprovado (a) em Concurso Público.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, obedecendo ao disposto no art. 37, inciso II da CF, na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, e ainda conforme o ato homologatório do resultado final do Concurso Público nº 001/2024, por meio do Edital de Homologação nº 017/2024,

D E C R E T A

Art.1º Fica nomeado (a) o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a) e aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2024, para provimento ao cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, em conformidade com as disposições contidas na Lei Complementar Municipal nº 032/2025.

Candidato	CPF	CLASSIFICAÇÃO	DATA
AMANDA REZENDE DE LIMA HEINZ	064.659.779-58	06º AFRO – (94º AC)	19/08/2026

Art.2º As despesas da presente nomeação correrão pela seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11.00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Contenda, 18 de agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:E23E842D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 037/2026

O Município de Contenda, por meio do Departamento de Recursos Humanos no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as), aprovados (as) no Concurso Público Edital nº 001/2024, de 17 de junho de 2024 e obedecida à classificação homologada pelo Edital nº 017/2024 de 10 de outubro de 2024, a comparecerem neste Departamento sito à Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a partir da data de publicação deste, a fim de manifestarem o interesse em assumir o cargo e dar cumprimento às providências estabelecidas no referido edital.

Decorrido o prazo estabelecido, serão considerados desistentes os candidatos que não atenderem a presente convocação.

CARGO: DENTISTA	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
10°	MATHEUS LINCOLN SOUZA DE OLIVEIRA

Obs.: 06° vaga.

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
76°	MARLUCE CASSIANO DOS SANTOS BATISTA
77°	REGINA CONCEIÇÃO DOS SANTOS BRITO

Obs.: 46° e 47° vagas.

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
04°	ELOIZA MARCELLY MIKA

Obs.: 03° vaga.

Contenda, 18 de agosto de 2026.

FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
Departamento de Recursos Humanos

ANEXO I

DOCUMENTOS PARA POSSE EM CARGO PÚBLICO EFETIVO OU EMPREGO PÚBLICO.

O candidato deverá comprovar todos os requisitos elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a aprovação obtida, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no concurso ou processo seletivo público.

• Apresentar fotocópia dos documentos abaixo autenticados em cartório, ou apresentar os originais para conferência da autenticidade:

a) Hemograma completo, glicemia de jejum, creatinina sérica, ureia, colesterol total e frações, triglicérides, parcial de urina; anti HBS, ácido úrico - com intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre a data de realização dos exames
laboratoriais e a data da avaliação médica;
b) Carteira de identidade;
c) CPF;
d) Título de Eleitor;
e) Comprovante de Residência;
f) Certidão de Nascimento ou Casamento;
g) Certidão de Nascimento ou RG e CPF de dependentes;
h) Carteira de Trabalho e Previdência Social com cópias do número do PIS/PASEP, qualificação e das páginas dos contratos anteriores. No caso de Carteira de Trabalho Digital, impressão da carteira onde constem os dados pessoais e os contratos de trabalho.
i) 01 (uma) foto 3x4;
j) Diploma ou Certificado, que comprove a conclusão do curso e a escolaridade exigida para o cargo ao qual foi convocado;
k) Registro no Conselho de Classe, quando o cargo assim exigir, apresentando também certidão do referido conselho ou demais documentos comprobatórios que comprovem a regularidade do registro junto ao órgão;
l) Comprovante de quitação com o serviço militar obrigatório (apenas para candidatos do sexo masculino);
m) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pelo Foro da Justiça Federal emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php ;
n) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pela Justiça Estadual emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www.tjpr.jus.br/certidao-de-2-grau-para-pessoa-fisica ;
o) Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato dos últimos 05(cinco) anos emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor ;
p) Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais, emitido no seguinte endereço eletrônico: https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral ;
q) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas. (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos);
r) Declaração de bens (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos), ou apresentar a declaração completa do imposto de renda do ano anterior à nomeação;
s) Declaração de Perda de Cargo Público (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos);
t) Ficha de Cadastro funcional. (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos).
u) O (a) candidato (a) convocado (a) para vagas reservadas a candidatos Afrodescendentes, deverá apresentar, fotografias coloridas, datadas e tiradas há menos de um mês. Conforme Art.2º. da Instrução Normativa Nº 001/2025 – Comissão de Heteroidentificação.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

• Os candidatos aprovados terão o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da publicação do edital de convocação, para apresentar-se e entregar a documentação comprobatória da qualificação para posse do cargo. O candidato que não obedecer a este prazo perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município de Contenda o direito de convocar o próximo candidato, por ordem de classificação.
• Caso o candidato não deseje ou esteja impedido de assumir a vaga, poderá, mediante requerimento próprio ou fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos, solicitar sua inclusão para o final da lista dos aprovados, e para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do concurso ou processo seletivo público, a novo chamamento uma só vez.

AVALIAÇÃO MÉDICA E PSICOLÓGICA

• O candidato deve obter atestado que comprove boa saúde física e mental, a ser fornecido por Médico ou Junta Médica do Município de Contenda, ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física;
• Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.
• Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à nomeação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato na ordem de classificação.

• Para a realização da avaliação médica, o candidato deve apresentar o laudo/resultado dos seguintes exames:
- Hemograma completo, glicemia em jejum, creatinina sérica, uréia, colesterol total e frações, triglicérides, parcial de urina, anti HBS, e ácido úrico, todos com intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre a data de realização dos exames laboratoriais e a data da avaliação médica.
• A avaliação médica e psicológica será agendada conforme orientação do Departamento de Recursos Humanos.

Publicado por:
Wellington Miguel Correa Padilha
Código Identificador:3E0C6AA1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL N.º 03.001/2026 – HOMOLOGAÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Homologação das solicitações de isenção da taxa de Inscrição** do Concurso Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art.1º Após análise dos recursos administrativos interpostos em face do deferimento das solicitações de isenção da taxa de inscrição, fica **MANTIDA** a listagem divulgada na data pretérita de 11 de agosto de 2026 no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
Os candidatos que interpuseram recurso contra o indeferimento das isenções poderão consultar individualmente a resposta do recurso através da "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, consulta esta, que ficará disponível pelo prazo de 05 (cinco) dias, a contar a partir desta publicação.
Art.2º Registra-se, que os candidatos que tiveram a solicitação de isenção da taxa de inscrição indeferida, poderão realizar o pagamento da inscrição até a data limite **01 de setembro de 2026.**
Art.3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda (PR), 18 de agosto de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:DBE4B3F9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL N.º 03.002/2026 – HOMOLOGAÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Homologação das solicitações de isenção da taxa de Inscrição** do Concurso para Emprego Público n.º 002/2026, nos seguintes termos.

Art.1º Diante da ausência de recursos administrativos protocolizados contra o deferimento das solicitações de isenção da taxa de inscrição, fica **MANTIDA** a listagem divulgada na data pretérita de 11 de agosto de 2026 no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.2º Registra-se, que os candidatos que tiveram a solicitação de isenção da taxa de inscrição indeferida, poderão realizar o pagamento da inscrição até a data limite **01 de setembro de 2026.**
Art.3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda (PR), 18 de agosto de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:F895FC99

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.385/2026

Súmula: "Institui o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes - Abrigo Institucional Anjo da Guarda e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte:

LEI

CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO E FINALIDADE
Art. 1º Fica instituído o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – **Abrigo Institucional Anjo da Guarda**, vinculado à Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.
Art. 2º O Abrigo Institucional Anjo da Guarda constitui unidade pública de acolhimento destinada à oferta de proteção integral e provisória a crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por determinação da autoridade competente, em razão de ameaça ou violação de direitos.
Art. 3º São objetivos do serviço:
I – Garantir proteção integral às crianças e adolescentes acolhidos;
II – Assegurar condições adequadas de moradia, alimentação, higiene, saúde, educação, cultura, esporte e lazer;
III – Preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários;
IV – Promover a reintegração familiar sempre que possível;
V – Preparar gradativamente a criança e ao adolescente para o desligamento do serviço;
VI – Assegurar atendimento individualizado e humanizado.

CAPÍTULO II
DO PÚBLICO ATENDIDO E DA CAPACIDADE
Art. 4º O Abrigo Institucional atenderá crianças e adolescentes de ambos os sexos, de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos incompletos, inclusive aqueles com deficiência, mediante aplicação de medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.
Art. 5º Será assegurada a manutenção dos grupos de irmãos no mesmo acolhimento, vedado seu desmembramento, salvo determinação judicial ou interesse superior da criança e do adolescente.
CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 6º O serviço será executado observando:
I – O Estatuto da Criança e do Adolescente;
II – A Constituição Federal;
III – A Lei Orgânica da Assistência Social;
IV – A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
V – A Política Nacional de Assistência Social;
VI – A NOB-RH/SUAS;
VII – As Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.
Art. 7º Constituem princípios do serviço:
I – Excepcionalidade e provisoriedade do acolhimento;
II – Preservação dos vínculos familiares e comunitários;
III – Respeito à individualidade, identidade e história de vida;
IV – Atendimento personalizado e em pequenos grupos;
V – Não discriminação;
VI – Garantia da convivência familiar e comunitária;
VII – Respeito à diversidade cultural, religiosa, étnica e de gênero.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
Art. 8º O Abrigo Institucional funcionará em regime ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana.

Art. 9º O serviço desenvolverá suas atividades por meio de Projeto Político-Pedagógico, Regimento Interno e Plano Individual de Atendimento – PIA, observadas as normativas vigentes.
Art. 10. O acolhimento será realizado mediante determinação judicial ou, excepcionalmente, por requisição do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO V
DA EQUIPE DE REFERÊNCIA
Art. 11. O Abrigo Institucional contará com equipe de referência compatível com as normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento.
Art. 12. O Serviço de Acolhimento Institucional contará com equipe de referência e demais profissionais necessários à execução das atividades, observadas as disposições da legislação vigente, da Política Nacional de Assistência Social, da NOB-RH/SUAS, das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e demais normativas aplicáveis.
Parágrafo único. A composição, quantitativo, jornada de trabalho, atribuições e forma de vinculação dos profissionais serão definidos pelo Poder Executivo, de acordo com a demanda do serviço, disponibilidade orçamentária e normativas vigentes.

CAPÍTULO VI
DOS DIREITOS DOS ACOLHIDOS
Art. 13. São assegurados às crianças e adolescentes acolhidos todos os direitos previstos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações aplicáveis.
Art. 14. O serviço deverá garantir:
I – Atendimento individualizado;
II – Acesso à educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer;
III – Preservação da identidade e da história de vida;
IV – Respeito à liberdade de crença;
V – Convivência familiar e comunitária;
VI – Participação nas decisões compatíveis com sua idade e desenvolvimento.

CAPÍTULO VII
DAS COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO

Art. 15. Compete ao Município:
I – Garantir recursos financeiros, humanos e materiais para manutenção do serviço;
II – Assegurar infraestrutura adequada ao acolhimento;
III – Promover capacitação continuada da equipe;
IV – Supervisionar, monitorar e avaliar o serviço;
V – Assegurar a articulação da rede de proteção à criança e ao adolescente.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS
Art. 16. Os cargos, funções, empregos públicos, contratos e demais vínculos funcionais atualmente existentes e vinculados ao serviço de acolhimento permanecem válidos e em pleno exercício até que sejam promovidas as adequações administrativas, funcionais e legislativas necessárias à completa implementação da estrutura prevista nesta Lei.
§ 1º A alteração da modalidade de atendimento de Casa-Lar para Abrigo Institucional não implicará extinção de cargos, dispensa de servidores, rescisão contratual ou prejuízo aos direitos adquiridos pelos profissionais atualmente vinculados ao serviço.
§ 2º Os servidores efetivos, empregados públicos e demais profissionais em exercício continuarão desempenhando suas atribuições, observadas as necessidades do serviço e as adequações promovidas pela Administração Municipal.
§ 3º O Poder Executivo poderá promover, mediante lei específica, a reorganização do quadro de pessoal, criação, transformação, extinção ou adequação de cargos e funções necessários ao funcionamento do Abrigo Institucional, observadas as disposições constitucionais, a legislação municipal vigente, a NOB-RH/SUAS e as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.
§ 4º Enquanto não houver adequação definitiva da estrutura de pessoal, o serviço poderá utilizar os cargos e funções existentes, desde que preservada a qualidade do atendimento e observadas as normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Art. 17. O Poder Executivo terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, contados da publicação desta Lei, para promover as adequações administrativas, estruturais e funcionais necessárias à completa implementação do modelo de Abrigo Institucional.
Art. 18. Durante o período de transição, permanecem válidos os atos administrativos, regulamentos internos, contratos, convênios e demais instrumentos vinculados ao serviço de acolhimento, desde que não contrariem as disposições desta Lei.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 19. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei mediante Decreto, sempre que necessário.
Art. 20. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Contenda 18 de agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:CCD0055A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.386/2026

Súmula: "Denomina "CARLOS BAUMEL FILHO", Unidade Básica de Saúde (UBS), neste município".

A Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, aprovou, de autoria dos Veredores Agostinho José Wojcik, Adauto Cordeiro de Souza, Alexsandro Miguel Tulik de Freitas, Ana Tereza Piel Franco de Carvalho Szczypior, Gugu, Simone Nunes Javorski e Vanessa Cristina Patla da Silveira, e eu Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica denominada "**Unidade Básica de Saúde Carlos Baumel Filho**" a Unidade Básica de Saúde (UBS) situada na Avenida João Franco, nº 1601, Contenda/PR.

Art. 2. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Contenda 18 de agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:8F079537

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
ATO DE HOMOLOGAÇÃO N.º 10/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, mantenedora da Escola Municipal do Campo Senhor Bom Jesus, no uso das atribuições legais conferidas pelas Deliberações CEE/PR nº. 02 e 03/2018 e pelo Parecer de Legalidade nº 604/2026 – NRE AMS.

HOMOLOGA

Art. 1º – Art. 1º - O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal do Campo Senhor Bom Jesus do município de Contenda, com a oferta de: Educação Infantil (Infantil IV e V) e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

Art. 2º – O Projeto Político-Pedagógico homologado por este ato de homologação entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2026, ficando revogado o ato de homologação n. º 002/2020 e disposições em contrário.

Contenda, 17 de agosto de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Feitosa Verastegui
Código Identificador:9F99B80C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONTABILIDADE PMCV
DECRETO 9083

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ

DECRETO N.º 9083/2026, de 17 de agosto de 2026

Abre Crédito Adicional Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 3581/2026, de 23 de março de 2026

DECRETA
Art. 1º) – Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 124,59 (cento e vinte e quatro reais e cinquenta e nove centavos**), conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0500	Secretaria Municipal da Educação, da Cultura e do Desporto		
0501	Departamento de Educação		
0501.12.361.0013.2.012	Manutenção do Ensino Fundamental		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	31044-SF	122,52
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	1044-EA	2,07
TOTAL			124,59

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:

I - Superávit Financeiro por Fonte de Recursos, conforme constatado nas disponibilidades constantes do Plano de Contas do final do Exercício Financeiro de 2025 e discriminado no quadro a seguir:

CÓDIGO DA FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE	VALOR DO SALDO EM 31.12.2025
31044	SUPERAVIT FINANCEIRO-Outras Transferências de Recursos do FNDE	122,52
TOTAL		122,52

I - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e de Transferências do Governo Federal, através do FNDE, e de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
Outras Transferências de Recursos do FNDE	FNDE	1044	2,07
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO			2,07

Art. 3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:5AF76939

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
DECRETO Nº 9084 DE 18/08/2026

DECRETO Nº. 9.084, de 18 de agosto de 2026.

Torna sem efeito Decreto que nomeou candidata para assumir vaga de Assistente Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "o" do Inciso I do art. 24 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Complementar Municipal nº. 071/2025 de 19/09/2025, e Lei Complementar nº. 073/2025 de 19/09/2025 (que dispõe sobre o quadro de cargos, planos de carreira e remuneração), e o **Edital de Concurso Público, aberto sob nº. 01/2022 de 30/05/2022**, combinado com o Edital nº. 13/2022 de 26/09/2022 (aprovados/homologados) e,
Considerando o Decreto nº. 9.081 de 10/08/2026, que nomeou Elisandra da Silva de Mattos, para o cargo público de Assistente Administrativa,
Considerando que a nomeada desistiu do cargo público, conforme solicitação protocolada sob nº. 3.693/2026 de 18/08/2026,
DECRETA
Art. 1º. Torna sem efeito o Decreto Nº. 9.081 de 10/08/2026, publicado no endereço eletrônico: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/ - no dia 11/08/2026, Edição nº 3592, que nomeou a candidata, **ELISANDRA DA SILVA DE MATTOS**, por desistir, conforme solicitação da interessada protocolado sob nº. 3.693 de 18/08/2026, da posse e consequentemente do exercício do cargo de **Assistente Administrativo**, para o qual se habilitou conforme disposto no Edital nº. 13/2022 de 26/09/2022, que relacionou os candidatos aprovados e homologou o resultado do Concurso Público aberto através do Edital nº. 001/2022 de 30/05/2022.
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:60705CA8

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL 003/2026 - PSS 002/2026

EDITAL Nº 003/2026, de 18 de agosto de 2026.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026
O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Edital de Abertura nº. 002/2026 de 09 de julho de 2026, **RESOLVE:**

TORNAR PÚBLICO A **Homologação das inscrições** dos candidatos para o Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2026 de Farmacêutico, e o resultado após recurso.

I – INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS:

Farmacêutico:

Nº	NOME DO CANDIDATO	Nº DE PROTOCOLO
	Paula Graciela Koetz	3362/26
	Alisson Caleffi Alievi	3435/26
	Tatiane Barbosa Braum	3484/26
	Leidiane da Luz de Lima	3512/26
	Jessica Bonassi	3513/26
	Camila Carnieletto Winques	3533/26
	Eduardo Lazzarini	3535/26
	Monise Caroline Capelin	3560/26

Coronel Vivida - PR, 18 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

JAIANA KEVILIN GUBERT
Secretária Municipal de Saúde, e Presidente da Comissão Organizadora e Examinadora

Publicado por:
Samara de Moraes Spagnoli
Código Identificador:5421EF02

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 202/2026 DE 18/08/2026 - CONCURSO 001/2022

EDITAL Nº. 202/2026, de 18 de agosto de 2026.

CONCURSO PÚBLICO 001/2022 – Convocação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal, Lei nº. 3.514 de 19/09/2025 (que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa), Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025, Lei Complementar 072 de 19/09/2025, Lei Complementar 073 de 19/09/2025, e **Edital de Concurso Público aberto sob Nº. 001/2022 de 30/05/2022** (abertura do certame) combinado com Edital nº. 013/2022 de 26/09/2022(aprovados/homologação) e,

Considerando a necessidade do Município, **RESOLVE TORNAR PÚBLICO**

I. A ***convocação*** de candidato(a)s aprovado(a)s no Concurso Público aberto através do Edital nº. 001/2022 de 30/05/2022, para o provimento de vaga(s) no cargo de **Agente Administrativo,** conforme Anexo I, parte integrante do presente Edital.

II. Que o(a)s Candidato(a)s convocado(a) tem prazo de 24h00min(vinte e quatro horas), a contar de **19 (dezenove) de agosto de 2026,** para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas, sita a Praça Ângelo Mezzomo SN, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não o cargo público que se habilitou em concurso.

2.1. Que o Candidato não comparecendo ou não se pronunciando no prazo estabelecido neste item será automaticamente eliminado do Concurso Público, aberto através do Edital nº. 01/2022 de 30/05/2022.

III. Que a posse em cargo público dar-se-á no prazo de 15(quinze) dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período (art.35 da Lei Complementar nº. 056/2020), e dependerá do resultado da inspeção e no atendimento aos requisitos estabelecidos no item 2 do Edital de Abertura do Concurso Público sob nº. 01/2022 de 30/05/2022, Anexo II deste.

3.1. Será considerado apto se não apresentar restrições médicas que o contraindique ao exercício do cargo.

3.2. O não atendimento de algum dos requisitos para investidura estabelecida no Edital de Concurso Público nº. 01/2022 eliminará o candidato do concurso.

3.3. É de cinco dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.

IV. O disposto no presente Edital atende aos preceitos contidos na Lei nº. 3.514 de 19/09/2025, Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025 (dispões sobre o Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – PR), Lei Complementar 072 de 19/09/2025, Lei Complementar 073 de 19/09/2025, e no Edital de Concurso Público Nº 01/2022 de 30/05/2022 e demais disposições legais vigentes.

V. Que a publicação deste, além do Jornal de Beltrão de Francisco Beltrão – PR, no endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dia do mês de agosto de 2026, 135º da República e 69º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

ANEXO I
EDITAL Nº 202/2026 de 18/08/2026
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação
Candidatos CONVOCADOS para assumir Cargo de Provimento Efetivo
Decorrente de habilitação no Concurso Público, aberto através do Edital Nº 001/2022, de 30/05/2022:
Cargo Público: **Agente Administrativo**

Ordem Nº.	Classificação	Nome do Candidato	Nº. Inscrição	Lotação Funcional
1	76º	LUCAS GABRIEL WEBER	174568	Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO II
EDITAL Nº 202/2026 de 18/08/2026
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação
Requisitos para Nomeação
Documentos Iniciais

cópia da Carteira de Identidade;
cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
cópia da certidão de nascimento ou casamento;
cópia da certidão de nascimento e CPF dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
certidão negativa de antecedentes criminais do Cartório Criminal do lugar onde tenha residido nos últimos 05 anos, expedida no máximo há 03 (três) meses;
comprovante de endereço;
cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital 001/2022;
Carteira de Habilitação conforme requisito exigido para o cargo.

Para a cargo de Agente Comunitário de Saúde, o 1º comprovante de residência, é que, reside desde a data de publicação do edital de concurso na localidade (distrito/localidade), será feita de um dos seguintes comprovantes: fatura de energia elétrica ou de telefone ou de água, correspondente ao mês da publicação do edital de concurso, e o 2º comprovante de residência é outro comprovante com data atual, ou ainda através de declaração de residência assinada por duas testemunhas, ambos por ocasião da convocação, cabendo a administração municipal, nos termos do parágrafo único do art. 10 da Lei nº. 11.350 de 05/10/2006, exonerar unilateralmente o ACS na hipótese de não atendimento ao disposto no inciso I do art. 6º da referida Lei, ou em função da apresentação de declaração falsa de residência.

demais documentos que a Prefeitura Municipal de Coronel Vivida achar necessários, posteriormente informados no Edital de Convocação.
ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da POSSE, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos documentos, implicará na eliminação do candidato, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso Público.
Coronel Vivida, Estado do Paraná.

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:33436645

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ADITIVO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
Aditivo nº 07 ao Contrato n° 103/2025 – Pregão Eletrônico nº 70/2025 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02. O acréscimo da meta física financeira, objeto deste aditamento, está embasado nos termos da Cláusula Décima Segunda do Contrato nº 103/2025, com fundamento no Artigo 124, I, b e Artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, solicitação do contratante, através do Processo Administrativo 1doc nº 6.450/2026, parecer jurídico, indicação contábil e deliberação superior. Pela inclusão da cobertura do veículo, o contratante pagará o valor de R$ 1.109,95. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 17 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:16DC320F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
NOMEAÇÃO COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

PORTARIA Nº 057, de 18 de agosto de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 24, Inciso II, alínea "b",

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação para conferência das especificações do software, referente ao Pregão Eletrônico n° 46/2026, que tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de software (SAAS) voltado a gestão de relacionamento com cidadãos, contemplando atendimento virtual via Whatsapp (chatbot), composta pelos seguintes membros:

NOME	MATRÍCULA
Franchy Rech	2340-0
Laura Frizon de Camargo	2435-0
Silvonei Langenberg	2344-2

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Mayannapoli14@Outlook.com
Código Identificador:CE0541B1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO

TERMO DE REVOGAÇÃO-CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2026
A presente revogação fundamenta-se em razões de interesse público e na necessidade de adequação do procedimento licitatório, especialmente diante dos achados apontados pelo TCE/PR, os quais demandam alterações e correções relevantes nos elementos que instruem o certame. Dessa forma, considerando a existência de fato superveniente devidamente identificado e as razões de conveniência e oportunidade decorrentes da necessidade de readequação do procedimento, REVOGO a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2026, nos termos do art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. Coronel Vivida, 18 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:FF17A28E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026 PROCESSO Nº 89/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 07/2026
PROCESSO nº 89/2026

OBJETO: Constitui objeto desta licitação a **contratação de empresa especializada para reforma e ampliação da Escola Municipal do Campo Presidente Costa e Silva, localizada na Linha Polonesa, sendo 50m² de ampliação e 113,75m² de reforma, bem como a reforma e ampliação da Escola Municipal do Campo Faruk Abraão Kalil, localizada na Linha Procopiak, sendo 59,72m² de ampliação e 83,18m² de reforma**, conforme projetos e memorial descritivo e demais condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ **373.317,90** (Trezentos e setenta e três mil trezentos e dezessete reais e noventa centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: das 14:00 do dia 19/08/2026 às 08:00 horas do dia 10/09/2026.
Abertura e julgamento das propostas: das 08:01 às 08:29 horas do dia 10/09/2026.
Início da sessão de disputa de preços: às 08:30 horas do dia 10/09/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO
LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DA CONCORRÊNCIA: Plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bllcompras.com "Acesso Identificado no link – licitações".

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

Cruz Machado, 18 de agosto de 2026

CARLOS NOWAK
Prefeito

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:B10F828A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2926/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

07.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.00.000.0000.0.000 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.08.244.0014.2.041 Manutenção da Política de Assistência Social
422 - 3.3.90.30.00.00 901 MATERIAL DE CONSUMO..... R$ 5.000,00.
Total Suplementação..... R$ 5.000,00.

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita 1.7.1.6.50.01.07.0000 Fonte 901 ..... R$ 5.000,00.
Total da Receita..... R$ 5.000,00.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:0DB8D9FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL PR 27/206

E X T R A T O C O N T R A T U A L

Que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE,** e de outro lado a empresa abaixo qualificada. **Processo licitatório sob nº 102/2026**; na modalidade licitatória Pregão na forma Eletrônica por **Registro de Preços sob nº 27/2026**; menor preço por lote. Objeto: **contratação de pessoa jurídica especializada em serviços gráficos, visando garantir a produção de impressos diversos, adesivos e demais peças gráficas, atendendo a demanda das diversas secretarias do município de Diamante D´Oeste/Pr.;** observadas as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos. Contrato de Fornecimento, com vigência de 12 (doze) meses, a partir da data do contrato, ou seja, até 18/08/2027.

EMPRESA CONTRATADA	Item	Valor Global R$
"A. P. RODRIGUES LTDA" CNPJ sob nº. 05.495.541/0001-51. Contrato nº 223/2026.	03, 05, 06, 23, 33	6.465,00
"CRISTIANO DE OLIVEIRA RISTOW 09020009931" CNPJ sob nº. 36.510.912/0001-50. Contrato nº 224/2026.	10, 30, 31, 32	3.045,00
"EMBACOM LTDA" CNPJ sob nº. 47.156.456/0001-09. Contrato nº 225/2026.	15, 18, 20	10.076,20
"FINA ESTAMPA CARIMBOS LTDA" CNPJ sob nº. 01.536.865/0001-30. Contrato nº 226/2026.	02, 04, 07, 08, 09	7.137,70
"GRÁFICA BENACCHIO E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA" CNPJ sob nº. 78.790.631/0001-49. Contrato nº 227/2026.	11, 13, 14, 22, 24, 27	20.522,50
"NORTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA" CNPJ sob nº. 57.107.200/0001-65. Contrato nº 228/2026.	16, 17	4.675,00
"POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA" CNPJ sob nº. 14.292.313/0001-75. Contrato nº 229/2026.	12, 25, 26, 28, 29	13.785,00
"PRINT MIX SOLUÇÕES EM IMPRESSOS LTDA" CNPJ sob nº. 14.292.313/0001-75. Contrato nº 230/2026.	19, 121	9.250,00
"PROJ ART COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA" CNPJ sob nº. 65.900.716/0001-90. Contrato nº 231/2026.	01	9.719,40

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:DE759FDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
RETIFICAÇÃO PR 29/2026

R E T I F I C A Ç Ã O

No Aviso de Licitação, Edital; PROCESSO LICITATÓRIO SOB Nº 114/2026; PREGÃO ELETRÔNICO SOB Nº 29/2026, publicado em Jornal de Grande Circulação TRIBUNA, no dia 17/08/2026.
CONSTA: DATA DE ABERTURA DIA 28-08-2026 às 09:00 horas;
CORRIGIR: DATA DE ABERTURA DIA 02-09-2026 às 09:00 horas;
Retificar cláusulas do Edital.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:B73A087E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROCESSO DE ESCOLHA DO GESTOR/DIRETOR EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE-PR EDITAL 01/2026 COMISSÃO CENTRAL DE ELEIÇÕES PARA ESCOLHA DO (A) GESTOR/DIRETOR (A) DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE.

Processo de Escolha do Gestor/Diretor Educacional do Município de Diamante D'Oeste-PR
Edital 01/2026
Comissão Central de Eleições para Escolha do (a) Gestor/diretor (a) dos estabelecimentos de ensino do município de Diamante D'Oeste.

Tornar Público:
A homologação do resultado Final da consulta da escolha do gestor/diretor dos estabelecimentos de ensino do município de Diamante D'Oeste.

Instituição	Candidato(a)	Votos Sim	Votos Não
CMEI-Professora Neusa Cleci de Lima	Mary Lucia Vieira de Almeida Zanettin	81(Oitenta e um)	16 (Dezesseis)
Escola Municipal Presidente Kennedy	Loreci Lemes Rodrigues Andrade	160 (Cento e sessenta)	23 (vinte e três)

Diamante D'Oeste 19 de agosto de 2026.

LEILA BEATRIZ SILVEIRA AMARAL DA COSTA

JACINTA FRANCESCHINI

MARCOS AURELIO MOCELIN

ADRIANA FRANCO DOS SANTOS

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:B985E1EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS
REVOGAÇÃO PR 28/2026

TERMO DE REVOGAÇÃO

Despacho de Revogação de processo licitatório, em razão de inconveniência e importunidade do objeto do Edital de Licitação.

Assunto: Pregão Eletrônico n° 28/2026; Processo Licitatório n° 106/2026;
Objeto: A contratação de empresa para fornecimento de peças e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica e hidráulica e capotaria/tapeçaria, incluindo o fornecimento e troca de peças/acessórios sendo peças originais e genuínas e peças de reposição, e serviços de manutenção de ar-condicionado automotivo (leve, médio pesado e máquinas), serviço de funilaria e pintura (corretiva, preventiva e estética) e serviços de alinhamento, balanceamento e cambagem, nos veículos multimarcas da frota municipal (automóveis, utilitários, caminhões, ônibus, vans, máquinas e implementos agrícolas), tendo como referência de valores máximos, os preços das peças e serviços do software "TRAZ VALOR", atendendo as necessidades dos secretarias solicitantes do município de Diamante D´Oeste/Pr.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE/PR, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei nº 14.133/21, art. 71, caput, e **CONSIDERANDO** que em razão da necessidade de alterar a forma de disputa (lote para item), com vista a fazer uma licitação satisfatória e que atenda ao solicitado, se assim desejar:

RESOLVE

ACOLHER o contido no Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria do Município de Diamante D´Oeste, ficando **REVOGADO** o Pregão Eletrônico de Licitação n° 28/2026**,** Processo n°106/2026, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de peças e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica e hidráulica e capotaria/tapeçaria, incluindo o fornecimento e troca de peças/acessórios sendo peças originais e genuínas e peças de reposição, e serviços de manutenção de ar-condicionado automotivo (leve, médio pesado e máquinas), serviço de funilaria e pintura (corretiva, preventiva e estética) e serviços de alinhamento, balanceamento e cambagem, nos veículos multimarcas da frota municipal (automóveis, utilitários, caminhões, ônibus, vans, máquinas e implementos agrícolas), tendo como referência de valores máximos, os preços das peças e serviços do software "TRAZ VALOR", atendendo as necessidades dos secretarias solicitantes do município de Diamante D´Oeste/Pr.
Publique-se.

Diamante D´Oeste, 18 de Agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:3AE06AFA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - EXTRATO DO CONTRATO Nº 366/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, O PREFEITO MUNICIPAL, **ADJUDICA E HOMOLOGA** nos termos do Inciso IV do Art. 71 da lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epigrafe, junto a Dispensa DL16/2026**,** do Município de DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, em uso das atribuições que lhe são conferidas peça legislação em vigor, resolve:

01 – HOMOLOGAR nos termos do Inciso IV do Art. 71 da lei nº 14.133/2021, a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: DL16/2026
b) Modalidade: Dispensa
c) Data Homologação: 03/08/2026
d) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OFERECER HORAS/AULAS DE DIVERSOS CURSOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PARCERIA COM O CRAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL/PR.
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores:

459377 - TOP NET DIAMANTE LTDA (12.077.986/0001-87)
Item 01 – 32697 – CURSOS – Professor Bacharel em Educação Física, com registro ativo no CREF – CRAS.
Unidade: HR | **Quantidade:** 160 | **Valor unitário:** R$ 68,33 | **Valor total:** R$ 10.932,80.
Item 02 – 32697 – CURSOS – Instrutor de Artes Marciais (Muay Thai e outras modalidades), com certificação compatível.
Unidade: HR | **Quantidade:** 150 | **Valor unitário:** R$ 57,67 | **Valor total:** R$ 8.650,50.
Item 03 – 32697 – CURSOS – Instrutor de Artesanato, com comprovação de experiência ou qualificação técnica.
Unidade: HR | **Quantidade:** 150 | **Valor unitário:** R$ 43,90 | **Valor total:** R$ 6.585,00.
Item 04 – 32697 – CURSOS – Professor de Música para aulas de instrumentos musicais e canto.
Unidade: HR | **Quantidade:** 180 | **Valor unitário:** R$ 59,00 | **Valor total:** R$ 10.620,00.
Item 06 – 32697 – CURSOS – Professor Bacharel em Educação Física, com registro ativo no CREF – Secretaria Municipal de Esportes.
Unidade: HR | **Quantidade:** 240 | **Valor unitário:** R$ 68,33 | **Valor total:** R$ 16.399,20.
VALOR TOTAL: R$ 53.187,50 (cinquenta e três mil, cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Diamante do Sul, 03/08/2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 366/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL/PR.
CONTRATADA: TOP NET DIAMANTE LTDA, inscrita no CNPJ nº **12.077.986/0001-87**.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para oferecer horas/aulas de diversos cursos promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em parceria com o CRAS do Município de Diamante do Sul/PR, compreendendo serviços de Professor Bacharel em Educação Física, Instrutor de Artes Marciais, Instrutor de Artesanato, Professor de Música e Professor Bacharel em Educação Física para a Secretaria Municipal de Esportes, conforme condições estabelecidas no processo de contratação.
VALOR TOTAL: R$ 53.187,50 (cinquenta e três mil, cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
CONTRATO Nº: 366/2026.
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 16/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
Diamante do Sul/PR, 03 de agosto de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:0F84A967

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS SELECIONADOS NO PSS – 012/2025

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS SELECIONADOS NO PSS – 012/2025

CANDIDATOS CONVOCADOS – EDUCAÇÃO INFANTIL 40H

Classificação	Candidato
78.	Paula Cristine Dill
79.	Luana Bernardo da Silva

Dois Vizinhos, 13 de agosto de 2026.

LEDA MARIA FERRARI
Gestora Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Decreto N° 20806/2024

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:74EEC581

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 43/2026; **OBJETO:** Contratação de espetáculo artístico-educativo em formato de palestra-show, destinado ao público infantil da rede municipal de ensino, com a finalidade de conscientizar sobre a prevenção e o combate ao trabalho infantil, utilizando linguagem teatral, interpretação de personagens, música, expressão corporal, recursos cênicos e interação com o público, de forma lúdica e educativa; **CONTRATADA:** MACAGNAN E PONTES TREINAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.998.617/0001-62,rua Dep. Arnaldo Busato, nº 1203, Bairro centro, município de Cruzeiro do Iguaçu, estado do Paraná, CEP: 85.598-000 e-mail: enirson@macagnanpalestrante.com.br e telefone (46) 990102-2323, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu responsável legal o(a) Sr(a). Enirson Fernando Macagnan, inscrito no CPF. nº. 841***.***-91; **CONTRATANTE:** Município de Dois Vizinhos - Paraná; **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 74, inciso II da Lei Federal 14.133/2021; **PRAZO:** 03 (três) meses **VALOR ESTIMADO:** R$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais);**RECONHECIMENTO:** 18 de agosto de 2026, por Adilson da Rosa**,** Secretário Municipal de Assistência Social; **RATIFICAÇÃO:** 18 de agosto de 2026, por **Luis Carlos Turatto**, Prefeito de Dois Vizinhos - Paraná.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:F09A0613

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 44/2026; **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos continuados de treinamento e suporte à captação de recursos e à gestão de transferências voluntárias, abrangendo a orientação técnica, acompanhamento, monitoramento, capacitação e suporte operacional às áreas da Administração Municipal, desde a estruturação das propostas até a prestação de contas, observadas as normativas federais vigentes para atender as demandas do Município de Dois Vizinhos/PR, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência. A contratação compreenderá, ainda, como parte integrante e instrumental da assessoria, a disponibilização de plataforma eletrônica/web de apoio à execução dos serviços, destinada ao registro, organização, acompanhamento e monitoramento das demandas relacionadas a propostas, convênios, contratos de repasse, termos de compromisso, programas governamentais, certidões, prazos, vigências, pendências, relatórios e demais informações vinculadas à captação e gestão de recursos; **CONTRATADA:** C M ASSESSSORIA E PLANEJAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.528.717/000164 rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1561, sala 02-B, Bairro: Centro, município de Francisco Beltrão, estado do Paraná, CEP 85601-030 e-mail: cmplanejamento@cmplanejamento.com.br e telefone (46) 3905-2900, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu responsável legal o(a) Sr(a). Marijani Blasiuis Ribeiro, inscrito(a) no CPF. nº. .580.***.***-72; **CONTRATANTE:** Município de Dois Vizinhos - Paraná; **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 74, inciso III alíneas "c" e "f", da Lei Federal 14.133/2021; **PRAZO:** 12 (doze) meses ; **VALOR ESTIMADO:** R$ 133.764,36 (cento e trinta e três mil, setecentos e sessenta e quatro reais com trinta e seis centavos). **RECONHECIMENTO:** 18 de agosto de 2026, por **Carlos Eduardo Mangini Silva** Secretário de Planejamento e Ações Estratégicas, **RATIFICAÇÃO:** 18 de agosto de 2026, por **Luis Carlos Turatto**, Prefeito de Dois Vizinhos - Paraná.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:51F56EE3

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 093/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 093/2026

Contrato	358/2026 – Pregão Eletrônico nº 90035/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	David Borges de Oliveira Me - CNPJ/MF nº 82.416.710/0001-61.
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis a ser destinada a Merenda Escolar no ano letivo de 2026/2027, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 2.949.068,50 (dois milhões, novecentos e quarenta e nove mil, sessenta e oito reais e cinquenta centavos).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	11 de agosto de 2026.

Contrato	360/2026 – Pregão Eletrônico nº 90035/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Davinio Adão Pin Atacado Ltda - CNPJ/MF nº 24.371.907/0001-25.
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis a ser destinada a Merenda Escolar no ano letivo de 2026/2027, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 388.278,00 (trezentos e oitenta e oito mil, duzentos e setenta e oito reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	12 de agosto de 2026.

Contrato	361/2026 – Pregão Eletrônico nº 90035/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Horti Foods Distribuidora de Alimentos Ltda - CNPJ/MF nº 07.939.649/0001-11.
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis a ser destinada a Merenda Escolar no ano letivo de 2026/2027, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 2.454.380,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	12 de agosto de 2026.

Contrato	368/2026 – Inexigibilidade de Licitação nº 041/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Macagnan e Pontes Treinamento Ltda - CNPJ nº 40.998.617/0001-62.
Objeto	Contratação de profissional especializado para a realização de palestra-show presencial voltada à pessoa idosa, a ser realizada em 22 de outubro de 2026, nas dependências do Clube de Idosos Norte, em comemoração à Semana Municipal de Atenção à Pessoa Idosa, instituída pela Lei Municipal nº 2.887/2025 e em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pelo Estatuto da Pessoa Idosa, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	13 de agosto de 2026.

Dois Vizinhos, 18 de agosto de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:D38E4509

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0009/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
Nº 0009/2026

CONTRATANTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, AGRICULTURA E TRANSPORTE – MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES

OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE 3 (TRÊS) EQUIPAMENTOS DE INTERNET VIA SATÉLITE MODELO STARLINK MINI, INCLUINDO SUPORTE DE FIXAÇÃO VEICULAR, PLANO DE DADOS (MÍNIMO 50GB OU ILIMITADO), INSTALAÇÃO COMPLETA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, E SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS ESTABELECIDAS NO ETP E TERMO DE REFERÊNCIA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 26.287,32 (VINTE E SEIS MIL DUZENTOS E OITENTA E SETE REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS)

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: até o dia 25/08/2026 às 09h00min.
DATA DE ABERTURA DA FASE DE DISPUTA: 25/08/2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA FASE DE DISPUTA: 09h05min
DURAÇÃO DA DISPUTA: 06 (SEIS) HORAS
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br.
REFERENCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

DISPOSIÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital e seus anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, sito http://www.doutorulysses.pr.gov.br/licitacao/; e no Site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, sito o Site: http://www.bll.org.br.

VALIDADE DA CONTRATAÇÃO: 12 MESES

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderá ser obtido junto a Superintendência de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, sito a Rua Olívio Gabriel de Oliveira, 10, Centro, das 08h00minh às 16h00minh. O edital completo encontra-se disponível no endereço eletrônico www.doutorulysses.pr.gov.br no link licitações.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses/PR, 18 de agosto de 2026.

HELISSON PATRICK BESTEL
Agente de Contratação

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:8BA79CBF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº0256/2026 NOMEAR, O SENHOR BRUNO ROSA FERREIRA.

DECRETO Nº0256/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, através do Prefeito, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Simplificado n° 004-2026;
DECRETA

Artigo 1º – NOMEAR, o senhor **BRUNO ROSA FERREIRA,** portador do CPF/MFnº111.XXX.XXX-40, no cargo temporário de MOTORISTA;

Artigo 2° - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 17 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:449992D4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0079/2026 ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0021/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0079/2026

Origem: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0021/2026

Data da assinatura: 18 DE AGOSTO DE 2026.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES – PR CNPJ 95.422.911/0001-13.

Contratada: WPB COMERCIO, SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 28.610.644/0001-10, com sede na Rua Ana Maria Martinez, nº 121, Bairro Assunção, São Bernardo do Campo - SP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DESTINADOS ÀS UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, COMPREENDENDO CONJUNTO COLETIVO PARA ALUNOS COM ALTURA ENTRE 1,19 M E 1,42 M, MÓDULO DE DESCANSO 01 (BERÇO), MÓDULO DE DESCANSO 02 DESMONTÁVEL (CAMINHA) E NICHO PARA TROCA, CONSTANTE NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2024, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2024, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Valor Global: R$ 59.921,00 (CINQUENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E VINTE E UM REAIS).

Prazo de Vigência: 12 MESES.

Doutor Ulysses, 18 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:E112CBF8

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 0088/2026 CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA CAROLINE DO CARMO AMANDO FAGUNDES BRAINE.

PORTARIA Nº. 0088/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, o Atestado Médico apresentado;

RESOLVE

Art. 1° - Conceder Licença Maternidade a servidora **CAROLINE DO CARMO AMANDO FAGUNDES BRAINE,** portadora do CPF n°105.xxx.xxx-23**,** admitida em 20 de fevereiro de 2026, no cargo de Temporário de ENFERMEIRO SAUDE DA FAMÍLIA, pelo período de 120 dias a partir de 10 de agosto de 2026;

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a data de 10 de agosto de 2026, revogados as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 17 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:DFAF37A9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N° 004/2026
EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N° 004/2026
EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento à decisão liminar proferida nos autos de Mandado de Segurança nº 0001153-35.2026.8.16.0067 em trâmite na Vara da Fazenda Pública da Comarca de Cerro Azul/PR;
CONSIDERANDO a publicação da retificação da homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 004/2026, decorrente do cumprimento de decisão judicial;
RESOLVE:
Art 1º. Retificar o Edital de Convocação nº 001/2026, referente ao cargo de ENFERMEIRO ESF, para fins de readequação da ordem de classificação e convocação, em razão do cumprimento de ordem judicial, conforme segue:
1º Lugar: JACIARA DO ROCIO DONATO BRAINE – CONVOCADA (mantida a convocação anterior);
2º Lugar: FABIO ADRIANO MENDES (sub judice) – CONVOCADO;
3º Lugar: ILOYZI CHAMBERLAIN – CONVOCADA (mantida a convocação anteriormente realizada).

Art 2º. Manter a convocação da candidata ILOYZI CHAMBERLAIN, realizada por meio do Edital de Convocação nº 001/2026, permanecendo a candidata convocada para o cargo de Enfermeiro ESF, observada a ordem classificatória decorrente do cumprimento da ordem judicial.

Art 3º. Convocar o candidato FABIO ADRIANO MENDES (sub judice), classificado em 2º lugar para o cargo de Enfermeiro ESF, a comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, conforme o edital de regulamentação do Processo Seletivo Simplificado n°004/2026, no prazo de 5 (cinco) dias úteis impreterivelmente.

Parágrafo único. O não comparecimento do candidato no prazo estabelecido, sem justa justificativa, implicará sua eliminação, sendo considerado desistente, nos termos do edital.

Art 4º. Ratificar e manter inalteradas todas as demais convocações efetuadas para o cargo de Motorista categoria B e Motorista de Caminhão, bem como os demais termos do Edital de Convocação nº 001/2026 que não tenham sido expressamente alterados pela presente retificação.

Art 5º. Esta retificação entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo válidos e inalterados os demais termos do Edital de Convocação nº 001/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Prefeito Municipal, 18 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:BA9C6119

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - JEAN DYARLES PORTELA.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, Lei nrº 14.133/2021e pela **Plataforma Contrata + Brasil**, plataforma digital do Governo Federal e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	58/2026
b) Licitação Nrº :	23/2026
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação :	18/08/2026
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO DE AR-CONDICIONADO PARA SAÚDE, CONFORME DETALHADO NA DEMANDA ABERTA NA PLATAFORMA DO CONTRATA+BRASIL.
f) Processo Adm Nrº :	58/2026

10.301.0013.2.040. - Manutenção da Atenção Básica de Saúde

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: JEAN DYARLES PORTELA
CNPJ/CPF: 66.478.925/0001-50

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO DE AR-CONDICIONADO PARA SAÚDE, PARA ATENDER 18 APARELHOS EM 6 UNIDADES DE SAUDE CONFORME DETALHADO NA DEMANDA ABERTA NA PLATAFORMA DO CONTRATA+BRASIL.	1	R$ 1.800,0000	R$ 1.800,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.800,00

DOUTOR ULYSSES, 18 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:6A7DED84

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 154/2026

*****LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP*****

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO
EMISSÃO: 18/08/2026
ABERTURA: 24/08/2026 às 08:30 HORAS
DO OBJETO: Contratação de empresa especializada em organização de evento do 4º Rodeio Crioulo do CTG Potro Caborteiro, a ser realizado nos dias 04, 05 e 06 de setembro de 2026, conforme descrição dos serviços, condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência.

Valor máximo global: R$ 64.760,00 (sessenta e quatro mil, setecentos e sessenta reais).

DATA E HORÁRIO DE INÍCIO PARA CADASTRO DA PROPOSTA:	**DIA 19/08/2026 ÀS 00:00 HORAS**
DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:	**DIA 21/08/2026 ÀS 23:59 HORAS**
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	**HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF**
ENDEREÇO DE EMAIL E FÍSICO PARA PROTOCOLAR A PROPOSTA:	licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br Prefeitura Municipal, Avenida Remis João Loss, 600 – Centro, CEP: 84.535-000, Fernandes Pinheiro – PR, das 08 às 12 e das 13 às 17 horas.
LINK DE ACESSO AO EDITAL:	http://www.fernandespinheiro.pr.gov.br/
DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS	**DIA 24/08/2026 ÀS 08:30 HORAS**

Fernandes Pinheiro, 18 de agosto de 2026.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, regulamento pelo e Decreto Municipal nº 208/2024.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:8794BC48

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 218/2026

Súmula: "Torna estável Servidora Pública Municipal e concede Progressão Funcional Horizontal"

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município e com fulcro nas Lei Municipal nº 722/2019, Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fernandes Pinheiro, e n° 833/2023, Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Profissional do Magistério do Município de Fernandes Pinheiro,

DECRETA:

Art.1º - Torna-se estável a servidora **ANALU APARECIDA DMUCHARSKI**, matrícula **1202-1**, ocupante do cargo efetivo de **PSICÓLOGO**, por ter sido aprovada na análise do estágio probatório, durante o período 01/08/2023 a 01/08/2026.
Art. 2º - Fica concedido Progressão Funcional Horizontal, nos termos do artigo 22 da Lei Municipal 833/2023, Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos da Saúde do Município de Fernandes Pinheiro, passando sua referência para "B" a partir de 01/09/2026.
Art. 3°- Este decreto entra em vigor nesta data, com efeitos financeiros a partir de 01/09/2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 18 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:6649153F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

LICITAÇÕES
CREDENCIAMENTO DE PRODUTORES RURAIS/AVÍCOLAS

AVISO DE SUSPENSÃO
CREDENCIAMENTO DE PRODUTORES RURAIS/AVÍCOLAS
OBJETO: Credenciamento de produtores rurais/avícolas visando à **aquisição de adubo orgânico (cama de aviário)** para atendimento à **Lei Municipal nº 903/2025, alterada pela Lei Municipal nº 934/2025**, de acordo com as especificações técnicas discriminadas no instrumento convocatório, cabendo à Secretaria Municipal de Agricultura informar à Comissão de Contratação se os produtos ofertados atendem às exigências técnicas estabelecidas.
A Comissão de Contratação do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, **COMUNICA A SUSPENSÃO** do procedimento de Credenciamento acima mencionado, bem como da **abertura e análise inicial dos documentos**, anteriormente prevista para ocorrer em **24 de agosto de 2026, a partir das 09h00min**.
A suspensão se faz necessária para possibilitar a **análise e o julgamento da impugnação apresentada ao Edital**, visando à adequada avaliação dos questionamentos formulados e, se necessário, à adoção das providências pertinentes antes do prosseguimento do certame.
Fica, portanto, suspensa a abertura e análise inicial prevista para o dia 24 de agosto de 2026, às 09h00min.
A **nova data para abertura e análise inicial**, caso seja mantida a continuidade do procedimento, será oportunamente divulgada pelos meios oficiais, com a devida antecedência.
Flor da Serra do Sul/PR, **18 de agosto de 2026**.

JULIANA BORGES DA ROSA DE ALMEIDA
Agente de Contratação
Município de Flor da Serra do Sul/PR

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:AFC3D436

LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO PE 40

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2026
O Município de Flor da Serra do Sul/PR, por meio do Prefeito Municipal, torna público a **retificação parcial do Edital de Licitação** referente ao Processo Licitatório nº 80/2026, Pregão Eletrônico nº 40/2026, cujo objeto é o **Aquisição de equipamentos e materiais permanentes de fisioterapia e reabilitação funcional, destinados à continuidade do tratamento de pacientes com sequelas da COVID-19, no Município de Flor da Serra do Sul/PR.** O edital foi **parcialmente retificado, ficando assim corrigido:**
Cancela-se o item 05: "Kit de Jogos e brinquedos adaptados. Material utilizado para terapia manual. Jogo de memória, quebra-cabeça, dominó, jogos de tabuleiro, entre outros; brinquedos adaptados de encaixe".
O descritivo do item apresenta uma descrição genérica, sem apresentar a quantidade, nem o material de cada jogo componente do kit, causando imprecisão quanto à composição, às características e à quantidade dos produtos que efetivamente deverão ser fornecidos, o que impossibilita a adequada formulação das propostas pelos licitantes e dificulta a correta análise de sua compatibilidade com o objeto pretendido pela Administração.
Em razão das alterações promovidas, a data de realização do certame foi **reagendada para o dia 03 de setembro de 2026, às 09h00**. As demais condições, bem como o local e o horário de realização do pregão, permanecem inalterados.
O edital retificado encontra-se disponível para consulta e download nos seguintes endereços eletrônicos:

Sítio da Prefeitura Municipal: https://transparencia.betha.cloud/#/cvQsSiZRsNPfVtIntlwt-A==
PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Comprasnet: https://www.comprasgovernamentais.gov.br

Flor da Serra do Sul/PR, 18 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:C1667F18

RH
EDITAL 01/2026 CONVOCAÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2026

O **Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social**, em parceria com a **Administração Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, e a COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná**, torna público o presente **Edital de Convocação** para informar e convocar a população do Município de **Flor da Serra do Sul – PR** interessada em participar de futuros processos de seleção para programas habitacionais de interesse social.

DO OBJETO
O presente Edital tem por objetivo convocar as famílias interessadas em **moradias populares** para realizar sua **inscrição ou atualização do Cadastro Habitacional**, possibilitando sua participação em processos de seleção de unidades habitacionais, conforme critérios e programas habitacionais vigentes.

DO PÚBLICO-ALVO
Poderão realizar a inscrição ou atualização cadastral as famílias residentes no Município de **Flor da Serra do Sul – PR** que tenham interesse em participar de programas de habitação de interesse social e atendam aos critérios estabelecidos pelos programas habitacionais.

DO LOCAL E PERÍODO PARA INSCRIÇÃO
As inscrições e atualizações cadastrais serão realizadas junto à **Secretaria Municipal de Assistência Social**, Rua Joao Arise, Centro localizada em Flor da Serra do Sul – PR.
Período: de 09/09/2026 a 11/09/2026.
Horário: das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 Hrs.

DOS DOCUMENTOS
No momento da inscrição ou atualização do cadastro, o interessado deverá apresentar, preferencialmente:
Documento de identificação (RG e CPF); do titular e cônjuge
Comprovante de residência atualizado;
Comprovante de renda familiar: contracheque, comprovante de aposentadoria ou declaração
Número do NIS/Cadastro Único, quando houver;
Certidão de casamento, averbação ou óbito (conforme o estado civil);
Documentos dos demais integrantes do grupo familiar. (Documentos dos filhos ou dependentes)

DA IMPORTÂNCIA DO CADASTRO
A realização do cadastro **não garante a concessão de moradia**, sendo sua finalidade possibilitar a participação em processos de seleção habitacional, observados os critérios, requisitos e prioridades definidos pelos programas habitacionais e pela legislação vigente.
As informações prestadas deverão ser verdadeiras e atualizadas, sendo de responsabilidade do interessado comunicar eventuais alterações na composição familiar, renda, endereço ou demais dados cadastrais.

DA CONVOCAÇÃO
O **Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social** convoca todas as famílias interessadas a comparecer à **Secretaria Municipal de Assistência Social** dentro do período estabelecido, para realizar sua inscrição ou atualização cadastral.
A Administração Municipal reforça a importância de que as famílias interessadas mantenham seus dados atualizados para eventual participação em programas de habitação de interesse social.

Flor da Serra do Sul – PR, 17 de agosto de 2026.

Presidente do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social

THAISLINE MASO FELIPE
Secretária Municipal de Assistência Social

Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul – PR

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:A570393B

RH
EXTRATO RESCISÃO DE CONTRATO PSS 03/2024

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
RESCISÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO A PEDIDO DO CONTRATADO
CONTRATO Nº *017/2025*
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***CYNTHIA NARA PERONDI LOPES DE GÓES***
OBJETO/CARGO: Nutricionista 20 horas – PSS 03.2024
DATA RESCISÃO: 17/08/2026

Flor da Serra do Sul-PR, 18 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:2B77E143

RH
PORTARIA 316/2026

PORTARIA Nº 316/2026

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO para a Servidora Pública Municipal, Sra. **CLEUSA MARIA CORADI** inscrita no RG/CPF sob nº***.354.269-**, ocupante do cargo efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sendo 90 (noventa) dias referente ao período aquisitivo 2010/2015, baseando-se na Lei Municipal nº 935/2025, no seu Artigo 137, a partir de 19 de agosto de 2026, devendo retornar às suas atividades em 17 de novembro de 2026.
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 18 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:9BD4B431

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 33/2026-PMF

I. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de cobertura de seguro automotivo para os veículos da frota municipal.
II. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: a partir do dia 19 de agosto de 2026 até às 08h45min do dia 03/09/2026, no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.
III. REALIZAÇÃO: dia **03 de setembro de 2026** às 09:00hrs, no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.
IV. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço".
V. FORMA DE APURAÇÃO: "por item".
VI. VALOR TOTAL MÁXIMO: R$ 130.552,71 (cento e trinta mil e quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e um centavos).
Demais informações pelo fone: (44) 3136-0200 na Prefeitura Municipal de Flórida/PR, na Divisão de Licitação, no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Flórida: www.florida.pr.gov.br e no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.

Flórida, 18 de agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Eduardo Cesnik Cardoso
Código Identificador:27725952

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Dispensa de Licitação N°. 15/2025

Processo Administrativo 23/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em confecção e execução, fornecimento e instalação de móveis planejados, conforme projetos e especificações técnicas, para a Câmara Municipal de Foz do Jordão-PR.

Analisado todos os Atos do **Processo de Dispensa de Licitação n°. 15/2026**, Torna-se pública a **homologação** do procedimento licitatório em epígrafe e dos objetos licitantes:

Empresa **OFFICER X MÓVEIS LTDA Nº: 66.296.653/0001-78,** pelo valor total de R$ 47.560,00 (Quarenta e Sete Mil Quinhentos e Sessenta Reais), nas condições de sua proposta e do Processo de Dispensa de Licitação nº. 15/2026.

Foz do Jordão, 18 de Agosto de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente da Câmara Municipal de Foz do Jordão

Publicado por:
Edimar Junior de Paula Spagnoli
Código Identificador:03760D8A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CHAMADA PUBLICA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA N. º 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 435/2026.

O Município de Foz do Jordão/PR, representado neste ato pela Agente de Contratação, Sra. Andressa da Silva de Souza, designada pela Decreto nº. 035/2025, 10 de Abril de 2025, considerando o disposto no artigo 14 da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, alterada pela Resolução CD/FNDE nº 20, de 2 de dezembro de 2020 e Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna público que realizará a Chamada Pública n.º 001/2026, para **"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE".**

Os interessados (Grupos Formais, informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no período de **19/08/2026 a 28/08/2026, às 09h00min**, na sede da Prefeitura Municipal de Foz do Jordão/PR, na Sala de Licitações, localizada á Rua Padre Emilio Barbieri, nº 339, Centro, Foz do Jordao/PR.

O Edital encontra-se disponível no Portal da Transparência do Município em www.fozdojordao.pr.gov.br. Informações podem ser obtidas pelo e-mail licitacao@fozdojordao.pr.gov.br ou pelo Tel e whatsapp. 42 36398107.

A Sessão Pública para apresentação da relação dos proponentes dos projetos de venda será realizada no dia **28/08/2026, às 09h00min,** na Sala das Licitações, localizada na Prefeitura Municipal.

Foz do Jordao-Pr, 18 de agosto de 2026.

ANDRESSA DA SILVA DE SOUZA
Agente de Contratação
Decreto 35/2025

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:39D16C84

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITACAO PREGAO ELETRONICO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 433/2026

O Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, comunica que realizará o **Pregão Eletrônico nº 032/2026**, do tipo menor preço por item, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ITENS DESERTOS DO PREGÃO 20/2026, PARA MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDAO",** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

Início de Recebimento das propostas: 20/08/2026 - 08h00min até 01/09/2026 as 08h29min.
Abertura e julgamento das propostas: 01/09/2026 - 08h30min até - 08h59min
Início da sessão de disputa de preços: 01/09/2026 às 09h00min.

O edital poderá ser obtido nos sítios eletrônicos https://bll.org.br ou www.fozdojordao.pr.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, na Divisão de Compras e Licitações - Rua Padre Emílio Barbiéri, nº 339, Centro, CEP 85.145-000, Foz do Jordão (PR). Contato: licitacao@fozdojordao.pr.gov.br.

Foz do Jordão, 18 de agosto 2026.

ANDRESSA DA SILVA DE SOUZA
Agente de Contratação
Decreto nº 035/2025

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:6A9B343F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇAO INEXIGIBILIDADE

TERMO DE AUTORIZAÇAO RETIFICADO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 022/2026
Processo Administrativo: Nº 432/2026

Objeto:"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE BRIGADA DE INCÊNDIO PARA SERVIDORES MUNICIPAIS"

Empresa vencedora:
CUIDAR E PROTEGER MEIO AMBIENTE LTDA,-, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 63.138.126/0001-47, vencedora com valor de R$ **8.680,00**(Oito mil seiscentos e oitenta reais) para capacitar servidores no curso brigadista de incêndio in company.

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14.133/2021, conforme Artigo 72 Inciso VIII, Artigo 74 Inciso III alínea "f" e suas alterações, resolve Autorizar a contratação por Inexigibilidade (Contratação direta) resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FOZ DO JORDÃO (PR), Terça-feira, 18 de agosto de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:C37F5B51

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

GABINETE DO PREFEITO
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS DO PROJETO DE LEI DA LOA - 2027

O Prefeito Municipal em cumprimento ao inciso I, do § 1º do artigo 48, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000– Lei de Responsabilidade Fiscal, **CONVIDA a** população em geral para participar da Audiência Pública de demonstração e avaliação do Projeto de Lei - LOA – LEI ORÇAMENTARIA para o Exercício de 2027.
A ser realizada na Data de: **25/08/2026 (terça-feira) às 09h00min no Prédio da Câmara Municipal.**

Prefeitura Municipal de General Carneiro, em 18 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:EA0F0AEA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 107 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, através do presente Edital, convoca os(as) candidatos(as) aprovados(as) no **Concurso Público 002-2023 – Regime ESTATUTARIO,** conforme EDITAL Nº 007/2023 de HOMOLOGAÇÃO FINAL CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – Edição 2890 em 01 de novembro de 2023. https://www.diariomunicipal.com.br.

CONVOCA abaixo relacionado para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal, sito à Avenida Presidente Getúlio Vargas, N.º 601, centro, em General Carneiro, Estado do Paraná, para apresentarem os documentos conforme estabelecido no Item 17.5 do Edital de abertura do referido Concurso e consoante o rol abaixo mencionado. **O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na eliminação do candidato no concurso público.**
1) Cópia da Carteira de Identidade;
2) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3) Cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
4) Cópia da Carteira e Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
5) Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
6) Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
7) Cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
8) Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
9) Certidão negativa de antecedentes criminais, no âmbito Estadual: (http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102).
10) Certidão negativa de antecedentes criminais Federal: (https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-crminais).
11) Cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital de Abertura do Concurso;
12) Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito do emprego;
13) Comprovante de Endereço, (cópia conta de luz, água ou telefone);
14) Carteira de Habilitação Categoria "C" e "D" e "E", conforme requisito exigido para o cargo;
15) Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
16) O candidato convocado será submetido ao exame médico admissional e avaliação psicológica e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga. (conforme item 17.4 do Edital de Abertura do Concurso)
17) Dados para cadastro: Número de telefone e e-mail; Conta Salário ou Corrente no Banco do Brasil S/A;

1.

Classificação	Nome	Cargo	Concorrência
60º	NATIELE APARECIDA FERREIRA DA ROSA	Auxiliar de Serviços Diversos	Ampla concorrência

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:ECD801D9

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.218 DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Retifica a matrícula do imóvel constante da Lei Municipal nº 2.216, de 04 de agosto de 2026, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei do Executivo **Nº.058/2026,** e Eu, **Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica retificada a matrícula do imóvel constante do art. 1º da Lei Municipal nº 2.216, de 04 de agosto de 2026, passando a constar

como Matrícula nº 25.514 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória/PR, onde consta Matrícula nº 25.214.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 2.216, de 04 de agosto de 2026.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:FC0585B9

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.219 DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover, em caráter excepcional, a revalidação dos prazos para cumprimento dos encargos assumidos pela empresa General Pré Moldados Ltda., decorrentes da Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei do Executivo **Nº.053/2026,** e Eu, **Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, em caráter excepcional e por relevante interesse público, a revalidar os prazos originalmente estabelecidos para cumprimento dos encargos assumidos pela empresa General Pré Moldados Ltda., decorrentes da Concessão de Direito Real de Uso do imóvel concedido por meio da Concorrência Pública n° 003/2021 — Processo Licitatório n° 123/2021.

Art. 2° O novo prazo de que trata esta Lei será de até 04 (quatro) anos, contados da celebração do respectivo Termo Aditivo, período durante o qual a concessionária deverá cumprir integralmente as obrigações assumidas na legislação municipal, no edital, no contrato administrativo e nos demais instrumentos que regem a concessão.

Art. 3° A concessão do novo prazo fundamenta-se na demonstração de que:
I — o empreendimento foi efetivamente implantado no imóvel concedido;
II — foram realizados investimentos substancialmente superiores aos inicialmente previstos;
III — a empresa permanece em funcionamento no Município, exercendo atividade econômica compatível com a finalidade da concessão;
IV — inexistem elementos que caracterizem abandono do empreendimento ou desvio da finalidade pública da concessão;
V — a continuidade do empreendimento atende ao interesse público, em razão da preservação dos investimentos realizados, da geração de empregos, da movimentação da economia local e da perspectiva de ampliação da arrecadação tributária.

Art. 4° A autorização prevista nesta Lei não implica;
I — remissão ou perdão dos encargos assumidos;
II — alteração da finalidade da concessão;
III — reconhecimento do cumprimento das obrigações originalmente pactuadas; IV — direito adquirido à doação definitiva do imóvel.
IV — direito adquirido à doação definitiva do imóvel.

Art. 5º A concessão do novo prazo será formalizada mediante Termo Aditivo, que estabelecerá o cronograma para cumprimento das obrigações originalmente assumidas pela concessionária.

Art. 6° A eventual doação definitiva do imóvel permanecerá condicionada ao integral cumprimento dos encargos assumidos pela concessionária, observadas todas as exigências previstas na Lei Municipal n° 1.714/2021, na Lei Municipal n° 1.727/2021, no edital, no contrato administrativo e nesta Lei.

Parágrafo único. A concessão do novo prazo implica o correspondente adiamento da verificação do cumprimento dos encargos para fins de futura doação do imóvel, permanecendo inalteradas todas as demais condições estabelecidas na legislação municipal, no edital e no contrato administrativo.

Art. 7° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:F9FB6779

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.220 DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA "Institui o Fórum Municipal de Educação — FME do Município de General Carneiro, Estado do Paraná, e dá outras providências."

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei do Executivo **Nº.054/2026,** e Eu, **Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Fica instituído, no âmbito do Município de General Carneiro, Estado do Paraná, o Fórum Municipal de Educação — FME, instância permanente de participação, articulação, monitoramento, avaliação e consulta da política educacional municipal, com a finalidade de acompanhar a implementação do Plano Municipal de Educação, coordenar a realização das Conferências Municipais de Educação, acompanhar a execução de suas deliberações e promover a articulação com os Fóruns Estadual e Nacional de Educação**.**

Art. 2° Compete ao Fórum Municipal de Educação:
I — convocar, planejar, organizar e coordenar a realização das Conferências Municipais de Educação, bem como divulgar e acompanhar a implementação de suas deliberações;
II — elaborar e aprovar seu Regimento Interno, bem como propor as normas de funcionamento das Conferências Municipais de Educação, observadas as diretrizes do Plano Municipal de Educação e as orientações dos Fóruns Estadual e Nacional de Educação;
III - acompanhar e avaliar a implementação das deliberações das Conferências Municipais de Educação;
IV — promover a articulação entre as Conferências Municipais, Estadual e Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação;
V — promover debates, estudos, seminários e outras atividades destinadas ao fortalecimento da política pública municipal de educação;
VI — acompanhar a tramitação das proposições legislativas relacionadas à política municipal de educação; VII — acompanhar, monitorar e avaliar a execução das metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação;
VIII — estimular a participação da sociedade civil na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas educacionais;
IX — exercer outras atribuições correlatas previstas em seu Regimento Interno.

Art. 3° O Fórum Municipal de Educação será composto por representantes titulares e respectivos suplentes dos seguintes órgãos, entidades e segmentos:
I — Gabinete do Prefeito;
II — Secretaria Municipal de Educação;
III — Conselho Municipal de Educação;
IV — Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB — CACS/FUNDEB;

V — Conselho de Alimentação Escolar — CAE;
VI — Educação Infantil;
VII — Ensino Fundamental;
VIII — Educação Especial;
IX — Pais ou responsáveis por estudantes;
X — Gestores das instituições de ensino da rede municipal;
XI — Conselho Tutelar.

§ 1° Os membros titulares e respectivos suplentes serão indicados pelos órgãos, entidades ou segmentos que representam e nomeados por ato do Prefeito Municipal.

§ 2° Os representantes exercerão mandato de quatro anos, permitida uma recondução, permanecendo em exercício até a nomeação de seus sucessores.

§ 3° O Regimento Interno poderá prever a participação de convidados, especialistas ou representantes de outros órgãos e entidades, sem direito a voto, sempre que sua participação contribuir para o desenvolvimento dos trabalhos do Fórum.

Art. 4° O Fórum Municipal de Educação será coordenado por um Coordenador e um Vice-Coordenador, eleitos dentre seus membros, na forma estabelecida pelo Regimento Interno.

Parágrafo único. Até a aprovação do Regimento Interno e a eleição da coordenação prevista no caput, o Fórum será coordenado pelo Dirigente Municipal de Educação ou por servidor por ele designado, ad referendum.

Art. 5º A organização, o funcionamento, as competências complementares e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação serão disciplinados em seu Regimento Interno, observado o disposto nesta Lei**.**

Art. 6° O Fórum Municipal de Educação reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Coordenador ou mediante requerimento da maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação ficará vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Educação, que lhe prestará o apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao seu funcionamento, preservada sua autonomia no exercício de suas competências.

Art. 7° A participação dos membros no Fórum Municipal de Educação será considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 8° As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 9° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:019BCBB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM - PE 046/2026

AVISO DE REVOGAÇÃO PARCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2026

O Município de General Carneiro/PR torna público, para conhecimento dos interessados, que fica REVOGADO o ITEM 02 do Pregão Eletrônico nº 046/2026, em razão da necessidade de revisão da pesquisa e do respectivo preço estimado, conforme decisão devidamente fundamentada constante dos autos.

Permanecem inalterados os Itens 01 e 03, bem como a realização da sessão pública designada para o dia 19 de agosto de 2026, às 09h00, através da plataforma BLL.

General Carneiro/PR, 18 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:17C99553

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CHAMAMENTO PÚBLICO

EXTRATO CHAMAMENTO PÚBLICO

Chamamento Público n° **012/2026**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR
Credenciados:
COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL MARINHO LIDER LTDA – CNPJ nº 61.467.872/0001-59

Objeto: Chamamento Público para o credenciamento de postos revendedores de combustíveis automotivos, localizados no Município de General Carneiro/PR, para o fornecimento parcelado de **Etanol Hidratado Combustível, Gasolina Comum, Óleo Diesel S10, Óleo Diesel S500 e ARLA 32 (Agente Redutor Líquido Automotivo)**, destinados ao abastecimento da frota municipal de veículos, máquinas e equipamentos, conforme as necessidades das Secretarias Municipais.

Os documentos permanecerão disponíveis para consulta, respeitando-se os prazos legais para apresentação de **impugnações e recursos**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

KIMBERLY DE MOURA DA ROSA
Agente de Contratação
General Carneiro, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:2F290DE7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATOS CONTRATUAIS
Processo Administrativo Licitatório: 121/2026
Pregão Eletrônico: 044/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro/PR.
Vigência dos Contratos: 19/08/2026 à 19/08/2027
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de bica corrida, destinada à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de General Carneiro/PR.
--
Contratada: REVESTICAL EXTRACAO E COMERCIO DE PEDRAS LTDA
Contrato: 270/2026
Valor Estimado da Despesa: R$ 346.275,00 (trezentos e quarenta e seis mil, duzentos e setenta e cinco reais).
--
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Cód. Red.	Recurso
115	4.4.90.52.00.00.00.00 (livre)

Valor Estimado da Despesa: R$ 346.275,00 (trezentos e quarenta e seis mil, duzentos e setenta e cinco reais).

General Carneiro – Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:7C36E79E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 121/2026
Pregão Eletrônico nº 044/2026
Adjudicação e Homologação: 18/08/2026
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de bica corrida, destinada à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de General Carneiro/PR.

Fornecedores Vencedores:

EMPRESAS	QNT ITEM
REVESTICAL EXTRACAO E COMERCIO DE PEDRAS LTDA	01

General Carneiro - Paraná, 18 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:03525ECE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.942/2026

NOMEIA, EM CARÁTER EFETIVO, CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2022.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,
CONSIDERANDO o resultado final do concurso público de provas e títulos regido pelo Edital nº 001/2022, devidamente homologado em 17 de agosto de 2022;
CONSIDERANDO a necessidade de nomear aprovado em concurso público e de convocá-lo para tomar posse;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, em caráter efetivo, a candidata PATRICIA BENTO DA SILVA, CPF nº 055.417.479-02, para o cargo público de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, obedecida a ordem de classificação no Concurso Público nº 001/2022.

Art. 2º A nomeada deverá se apresentar para posse, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento do cargo, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº. 11/2009 (Regime Jurídico Municipal), sob pena de ter seu ato de nomeação tornado sem efeito.

Art. 3º O candidato aprovado e nomeado neste concurso será investido no cargo se comprovar, na data da posse preencher todos os requisitos descritos no art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 11/2009 e após a apresentação dos documentos relacionados no Decreto Municipal nº. 7.565/2022.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO",
Goioerê – PR, em 18 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:8258EFF8

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº. 007/2026 - CONCURSO PÚBLICO 001/2026 - DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR, CADERNO DE QUESTÕES E PRAZO PARA RECURSO

O Prefeito do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Gabarito preliminar, caderno de questões e prazo para recurso** do Concurso Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art.1º Fica divulgado no **ANEXO ÚNICO** deste edital o gabarito preliminar da prova objetiva aplicada na data de **16/08/2026.**
Art.2º Comunicamos que a partir das **0h do dia 18/08/2026 às 23h59min do dia 19/08/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF, o candidato interessado em interpor recurso contra o caderno de questões e o gabarito preliminar da Prova Objetiva aplicada na data em referência, deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
Art.3º Registra-se que os recursos deverão ser protocolados em requerimento próprio na "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, observando-se as seguintes ressalvas:
Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada questão;
Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados;
Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecido neste Edital não serão apreciados.

Art.4º Os Cadernos de Questões ficarão disponíveis para download na "Área do Candidato", do dia **17/08/2026 até às 23h59min do dia 26/08/2026**.
Art.5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Goioerê (PR), 17 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:3C98D9A0

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº. 007/2026 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2026 - DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR, CADERNO DE QUESTÕES E PRAZO PARA RECURSO

O Prefeito do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Gabarito preliminar, caderno de questões e prazo para recurso** do Processo Seletivo Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art.1º Fica divulgado no **ANEXO ÚNICO** deste edital o gabarito preliminar da prova objetiva aplicada na data de **16/08/2026.**
Art.2º Comunicamos que a partir das **0h do dia 18/08/2026 às 23h59min do dia 19/08/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF, o candidato interessado em interpor recurso contra o caderno de questões e o gabarito preliminar da Prova Objetiva

aplicada na data em referência, deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
Art.3º Registra-se que os recursos deverão ser protocolados em requerimento próprio na "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, observando-se as seguintes ressalvas:
Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada questão;
Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados;
Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecido neste Edital não serão apreciados.

Art.4º Os Cadernos de Questões ficarão disponíveis para download na "Área do Candidato", do dia **17/08/2026 até às 23h59min do dia 26/08/2026**.
Art.5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Goioerê (PR), 17 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:180D6A7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 513/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, ao servidor público municipal, RAFAEL HIDEO KATO TANAKA, ocupante do cargo de Diretor de Planejamento e Captação de Recursos, férias regulamentares por 10 (dez) dias, para gozá-las de 08/09/2025 a 17/09/2025, referente ao período aquisitivo 2025/2026, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 17 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:FE5BDA06

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 515/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a servidora pública municipal, CLAUDIA HELENA GOBBO BOSCHETTI, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Atendimento de Reclamações, lotada na Procuradoria Geral do Munícipio, férias regulamentares por 10 (dez) dias, para gozá-las de 08/09/2026 a 17/09/2026, referente ao período aquisitivo 2025/2026, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 18 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:A53CFEA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 516/2026

Institui horas suplementares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto nos artigos 65, 66, 67 e 68 da Lei Complementar nº 98/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, os servidores públicos municipais, ocupantes do cargo de Professor, para prestar serviços em regime suplementar de 20 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar nº 98/2024, no período de 18/08/2026 a 18/12/2026.

Nome do servidor:	Escola:
Eliete Raquel de Souza Costa	Esc. Mun. Jardim Primavera

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 18 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:6BA410F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 517/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares por 30 (trinta) dias, conforme artigo 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009:

Nome do servidor	Cargo	Período aquisitivo	a usufruir em:
Dirce Amadeu	ACE	2024/2025	08/09/2026 a 07/10/2026
Eloiza Braga de Oliveira	ACE	2024/2025	08/09/2026 a 07/10/2026
Fernanda dos Santos Lemes	ACS	2025/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
Isalia Maria dos Santos Carolino	ACS	2025/2026	15/09/2026 a 14/10/2026
Juliana Martins Gomes	Tec. Saúde Bucal	2025/2026	18/09/2026 a 17/10/2026
Maria de Lourdes Aparecida da Silva	ACS	2025/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
Valeria Martins Cardoso de Oliveira	ACS	2025/2026	08/09/2026 a 07/10/2026
Zuleide de Oliveira	Téc. Enfermagem	2024/2025	14/09/2026 a 13/10/2026

Tumilheiro Arquinigo			

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 18 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:8B3D3006

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 518/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares por 15 (quinze) dias, conforme artigo 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009:

Nome do servidor	Cargo	Período aquisitivo	a usufruir em:
Antonio Carlos Barboza de Jesus	Motorista	2024/2025	01/09/2026 a 15/09/2026
Francielle Martinez da Silva	Tec. Enfermagem	2024/2025	14/09/2026 a 28/09/2026
Juliana Malagutti dos Santos	Fisioterapeuta	2025/2026	08/09/2027 a 22/09/2026
Luiz Carlos Monteiro	Motorista	2023/2024	21/09/2026 a 05/10/2026
Maria Aparecida Alves Chaves	ACS	2024/2025	14/09/2026 a 28/09/2026
Maria Aparecida Alves Chaves	ACS	2025/2026	29/09/2026 a 13/10/2026
Solange Figueiredo Teixeira	Aux. Saúde Bucal	2025/2026	08/09/2026 a 22/09/2026
Zélia Aparecida Amâncio	Aux. Saúde Bucal	2024/2025	14/09/2026 a 28/09/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 18 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:26994623

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 519/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares por 10 (dez) dias, conforme artigo 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009:

Nome do servidor	Cargo	Período aquisitivo	a usufruir em:
Gean Lucas Silvestre Farias	Aux. Administrativo	2023/2024	14/09/2026 a 23/09/2026
Gean Lucas Silvestre Farias	Aux. Administrativo	2024/2025	30/09/2026 a 09/10/2026
Lillian Carla dos Santos	Farmacêutico	2025/2026	30/09/2026 a 09/10/2026
Naama de Oliveira Iadicola	ACS	2025/2026	21/09/2026 a 29/09/2026
Raquel Bueno Cavalcanti	Auxiliar de Serviços Gerais	2024/2025	14/09/2026 a 23/09/2026
Raquel Bueno Cavalcanti	Auxiliar de Serviços Gerais	2024/2025	24/09/2026 a 03/10/2026
Viviane dos Santos	Dentista	2024/2025	14/09/2026 a 23/09/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 18 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:424BB93E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 520/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares por 20 (vinte) dias, conforme artigo 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009:

Nome do servidor	Cargo	Período aquisitivo	a usufruir em:
Maria Aparecida Caetano da Silva	Aux. de Serviços Gerais	2023/2024	14/09/2026 a 03/10/2026
Mayk Ramalho dos Santos	Aux. Administrativo	2024/2025	08/09/2026 a 27/09/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 18 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:FE214F92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 521/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a servidora pública municipal, CAMILA PEREIRA GONÇALVES, ocupante do cargo efetivo de Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares por 15 (quinze) dias, para gozá-las de 31/08/2026 a 14/09/2026, referente ao período aquisitivo 2024/2025, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 18 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:9CD7025E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 522/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, ao servidor público municipal, MAYK RAMALHO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares por 10 (dez) dias, para gozá-las de 28/09/2026 a 07/10/2026, referente ao período aquisitivo 2025/2026, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 18 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:8BE00067

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 523/2026

Transfere servidor para desempenhar suas funções em outra secretaria e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê,

RESOLVE:
Art. 1º Redistribuir, o servidor público municipal, VALDINEY SOARES DE MELLO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, atualmente na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, a partir de 1º de agosto de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos á 1º de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 18 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:70D29BEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 524/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a servidora pública municipal, KEROLLEN ANY ARECO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, férias regulamentares por 30 (trinta) dias, para gozá-las de 14/09/2026 a 13/10/2026, referente ao período aquisitivo 2025/2026, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 18 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:C6D3BC9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 525/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a servidora pública municipal, MARINA FAZANI TARDELLI, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, férias regulamentares por 10 (dez) dias, para gozá-las de 08/09/2026 a 17/09/2026, referente ao período aquisitivo 2024/2025, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 18 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:D4240A82

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 526/2026

Concede horário especial a servidor efetivo, na forma do art. 107, § 3º, da Lei Complementar nº 11, de 15 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e
Considerando que o art. 107, da Lei Complementar nº 11/2009, disciplina que o servidor terá direito a redução de jornada (horário especial) quando possuir familiar portador de deficiência, desde que haja compensação de horário;
Considerando que, apesar da redação do artigo supracitado, o Supremo Tribunal Federal (STF) fixou a seguinte tese, proveniente do Tema nº 1.097 (RE 1237867): "Aos servidores públicos estaduais e

municipais é aplicado, para todos os efeitos, o art. 98, § 2º e § 3º, da Lei 8.112/1990";
Considerando que o art. 98, §§ 2º e 3º, da Lei 8.112/1990, dispõe que o servidor terá direito a redução de jornada (horário especial) independente de compensação de horário;
Considerando o protocolo para alteração de horário de cumprimento de carga horária nº 0067.3099/2026;
Considerando que o servidor público possui jornada diária de trabalho de 08 (oito) horas, das 07:30h às 11:30h, das 13h30 às 17h30,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder horário especial ao servidor ROMARIO JOSE GROPO, ocupante do cargo de "Auditor Tributário", consistente em redução de até 50% (cinquenta por cento) da carga horária, com base no art. 107, § 3º, da Lei Complementar Municipal nº 11/2009, sem prejuízo da remuneração e dispensada a compensação de horário.

Parágrafo único. A incidência da redução prevista no caput dar-se-á, diariamente, de segunda a sexta-feira, de modo que a jornada diária deverá ser cumprida pelo servidor da seguinte maneira: das 07:30h as 11:30h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 18 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:28E96C17

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2026
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N° 157/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada na execução de serviços de primeiro emplacamento, substituição de placas oficiais conforme padrão Mercosul e substituição de placas danificadas ou ilegíveis, destinados à frota de veículos pertencente à Prefeitura Municipal de Goioerê/PR.
VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 20.650,00 (vinte mil, seiscentos e cinquenta reais)
INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 20/08/2026 às 08:00hrs
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 24/08/2026 às 17:00hrs
EMAIL PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: propostalicitacao@goioere.pr.gov.br
DISPONIBILIDADE DO AVISO/EDITAL**:** https://www.goioere.pr.gov.br/licitacao/
INFORMAÇÕES E EDITAL: e-mail compras@goioere.pr.gov.br, fone (44) 3521-8920.

Goioerê, 18 de agosto de 2026

CLAUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Cristiane Marçal Dos Santos de Oliveira
Código Identificador:B46015A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 101/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE.
Contratada: BRUNA FEITEN SERVICOS MEDICOS LTDA.
Vigência: 01 (um) ano contado da assinatura da publicação.
Chamamento Público: 05/2026.
Objeto da Contratação: CREDENCIAMENTO de PESSOA JURÍDICA Para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PSIQUIÁTRICOS, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Goioerê-PR.

Goioerê/PR, 14 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

BRUNA ADRIAN FEITEN
Bruna Feiten Serviços Medicos LTDA

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:F0EBF3AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 59/2026
OBJETO: Registro de Preços, visando eventuais aquisições de MATERIAIS ELÉTRICOS para atender as secretarias na realização da manutenção dos prédios públicos do Município de Goioerê-PR.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
CONTRATADO: COMERCIAL MARTINS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 120.396,00
CONTRATADO: J.A.A. MATERIAIS ELETRICOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 53.029,40
CONTRATADO: TRIUNFO ILUMINACAO LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 169.083,95
CONTRATADO: SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 22.717,50
CONTRATADO: ILUMINA GOIAS ILUMINACAO LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 39.732,04
CONTRATADO: KAIROS AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 4.787,70
CONTRATADO: DIPAR FERRAGENS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 78.076,00
CONTRATADO: GR COMERCIO LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 13.211,20
CONTRATADO: FERREIRA & KOHLER ILUMINACAO LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 5.242,50
CONTRATADO: J. J. VITALLI
VALOR DA DESPESA: R$ 1.371,54
CONTRATADO: I.R. COMERCIO E MATERIAIS ELETRICOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 6.480,80
CONTRATADO: TRIUNFAL MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 4.732,45
CONTRATADO: AC COMERCIO E SERVICOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 5.484,50
CONTRATADO: TATSUOTECH COMERCIO LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 2.550,00
CONTRATADO: ALPHA COMMERCE LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 21.579,00
CONTRATADO: OGT DISTRIBUIDORA LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 12.119,00
CONTRATADO: VIDOR & HEINECKE REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 605,00
CONTRATADO: GERMANO & GERMANO LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 19.266,35
CONTRATADO: R. BUSETTO & F. KRUGER LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 7.480,00
CONTRATADO: VEAR TECNOLOGIA LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 1.033,00
CONTRATADO: 19.253.584 EMANUEL ARAUJO DE ARRUDA MELLO

VALOR DA DESPESA: R$ 599,98
CONTRATADO: RRW LICITA LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 800,00
CONTRATADO: 54.107.641 FRANCO DE LIMA MORINA VAZ
VALOR DA DESPESA: R$ 3.990,00
CONTRATADO: AMILTON GUIMARAES E CIA LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 1.256,40
CONTRATADO: DR COMERCIO E LICITACAO LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 3.490,00
CONTRATADO: PJ ILUMINACAO LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 837,00
CONTRATADO: STELLAR COMERCIO LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 1.899,00
CONTRATADO: PARAFUSOS.COM FERRAMENTAS E ACESSORIOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 9.965,00

DATA: 18/08/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Ayumi Matushita
Código Identificador:C9DFA2A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PRAZO 10 DIAS

DESTINATÁRIO(A)(S):

Executado(a)(s)	CPF/CNPJ
ADRIANO NEVES DOS SANTOS	054.xxx.799-xx
ADAIR JOSÉ DE MELO	012.xxx.909-xx
ANDERSON DA SILVA DE SOUZA	048.xxx.039-xx
ALTINO MARCELINO PINTO NETO 039xxx239xx	36.xxx.149/0001-xx
ANGELICA DOS SANTOS DA SILVA	011.xxx.039-xx
ESPÓLIO JORGE JACOB RISCALLA	042.xxx.089-xx
APARECIDA COSTA ALVES DELGADO	811.xxx.869-xx
ANDRE VICENTE PEREIRA	045.xxx.959-xx
ARILDA DE CAMPOS NEVES	917.xxx.349-xx
ALESSANDRA PEREIRA DA CRUZ	061.xxx.849-xx
ADÃO FACHINA	655.xxx.989-xx
ESPÓLIO ROMILDO MIGUEL	369.xxx.709-xx
ESPÓLIO ARISTIDES SOARES DE OLIVEIRA	699.xxx.809-xx
APARECIDO CELESTINO	740.xxx.889-xx
ESPÓLIO ALTAMIR TEIXEIRA DE OLIVEIRA	073.xxx.039-xx
ESPÓLIO SEBASTIÃ GOMES DA COSTA	446.xxx.299-xx
ESPÓLIO FRANCISCO EVANGELISTA	044.xxx.709-xx
ESPÓLIO MANOEL COSMOS DOS SANTOS	210.xxx.309-xx
AGOSTINHO ESPINOLA NETO	287.xxx.168-xx
15.xxx.926 NILSON FRANCISCO DE OLIVEIRA	15.xxx.926/0001-xx
ANGELA DA SILVA OLIVEIRA	910.xxx.431-xx
ESPÓLIO MARIO VIEIRA RIOS	434.xxx.649-xx
ESPÓLIO VALDEMAR MOZENA CAVALCANTE	329.xxx.909-xx
ANTONIO DE JESUS FILHO	055.xxx.849-xx

O Município de Goioerê/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, com sede da administração municipal na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP 87.360-066, em Goioerê/PR, vêm, através deste Edital, **NOTIFICAR** Vossas Senhorias, cuja localização pessoal restou infrutífera, para que compareçam à Tributação do Município de Goioerê/PR, no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação deste, para **tentativa de conciliação** referente às dívidas junto à Fazenda Pública Municipal objeto das execuções fiscais acima mencionadas, onde serão expostas as propostas para negociação do débito e quitação do valor exequendo.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 10 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Goioerê, 18 de agosto de 2026.

Secretária Municipal da Fazenda

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:A628388C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
FNS – FUNO NACIONAL DE SAUDE	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA CBAF	18/08/2026	R$ 20.037,60
FNS – FUNO NACIONAL DE SAUDE	ATENÇÃO PRIMÁRIA - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS	18/08/2026	R$ 226.000,00
FNS – FUNO NACIONAL DE SAUDE	ATENÇÃO PRIMÁRIA - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	18/08/2026	R$ 116.712,00
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	ICS	18/08/2026	R$ 1.554,143,82
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	FUS	18/08/2026	R$ 233.121,57
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	FUNDEB	18/08/2026	R$ 205.872,58
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	SIMPLES NACIONAL	18/08/2026	R$ 3.124,82

Goioerê, 18 de agosto de 2.026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:01D844DA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 37/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 37/2026
PROCESSO Nº 76
REPUBLICAÇÃO - PROCEDIMENTO DESERTO EM 18/08/2026
LICITAÇÃO: Dispensa Eletrônica nº 37/2026 (Lei nº 14.133, de 2021, Art. 75, inciso II).

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação, manutenção, substituição e conserto de portas, janelas, espelhos e vidros em geral, destinados aos prédios públicos da Administração Municipal.

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Goioxim, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 01.607.627/0001-78.

LOCAL: Sistema LICITANET (https://licitanet.com.br/).

DATA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS: 19/08/2026.

DATA E HORÁRIO DA ETAPA DE LANCES: 24/08/2026 - das 8:00h às 14:00h.

INFORMAÇÕES: através do protocolo digital acessível no site oficial do Município ou através do e-mail licitagoioxim@yahoo.com.br.

A íntegra do edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.goioxim.pr.gov.br ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Goioxim, 18/08/2026.

FLÁVIO BALDUINO SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:DAEC94C3

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 30/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 30/2026
PROCESSO ADM 80

Tipo: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO

O Município de Goioxim, Estado do Paraná, por meio de seu Pregoeiro, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 002/2024 e demais legislações aplicáveis, torna público que realizará, **às 09h00min do dia 03/09/2026**, o **Pregão Eletrônico SRP nº 30/2026**, cujo objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE POÇOS ARTESIANOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, PEÇAS DE REPOSIÇÃO E INSUMOS, EXCLUSIVAMENTE ENTRE OS ITENS E COMPOSIÇÕES CONSTANTES DA TABELA SINAPI VIGENTE PARA O ESTADO DO PARANÁ, conforme especificações constantes no edital e anexos.

Valor total previsto: R$ 100.000,00

Realização da sessão pública:

A sessão ocorrerá **no dia 03/09/2026, às 09h00min**, na plataforma eletrônica: **www.licitanet.com.br**.

Os interessados poderão acessar e retirar o edital completo no site oficial do Município de Goioxim – PR: **www.goioxim.pr.gov.br**.
Pedidos de esclarecimentos, informações e dúvidas poderão ser encaminhados ao Setor de Licitações da
Prefeitura Municipal, pelo e-mail **licitagoioxim@yahoo.com.br** ou pelo telefone **(42) 3656-1002**.
Para participação no pregão eletrônico, os licitantes deverão estar devidamente credenciados no sistema **LicitaNet**, disponível no site **www.licitanet.com.br**.

Goioxim, 18/08/2026.

FLÁVIO BALDUINO SOARES
Agente de Licitações/Pregoeiro

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:6B19C022

MUNICIPIO DE GOIOXIM
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 -POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026
GOIOXIM - PARANÁ
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA –PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
A Secretaria Municipal de Cultura de Goioxim, por meio deste, em consonância com o disposto no item 3 e 7 do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 – FOMENTO ALDIR BLANC, torna público a relação dos projetos recebidos e aprovados provisoriamente pelo Comissão avaliadora para execução da Política Nacional Aldir Blanc, em cumprimento a primeira etapa da seleção.
I – PROPOSTAS RECEBIDAS E APROVADAS:

Categoria	Proponente	Valor
Categoria 01 – Banda Nacional Musical	Giovani Rufino de Siqueira CNPJ: 19.854.130/0001-10	49.695,00
Categoria 02 – Ornamentação	Cleusa de Fatima Lima CPF:044.722.729-70	20.305,00

Goioxim, em 19 de agosto de 2026.

COMISSÃO AVALIADORA

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:358D9C2F

MUNICIPIO DE GOIOXIM
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 07/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2026
COM INVERSÃO DE FASES
O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, Sr. **EDER DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e nas disposições do Edital da Concorrência Presencial nº 07/2026,
CONSIDERANDO a regular tramitação do Processo Administrativo nº 60/2026, referente à Concorrência Presencial nº 07/2026, realizada sob o regime de empreitada por preço global, critério de julgamento de menor preço e com inversão de fases;
CONSIDERANDO que o objeto do procedimento consiste na construção de 01 (uma) Unidade de Atendimento Mista de Saúde no Município de Goioxim/PR, localizada na Rua João Maria Alves de Jesus, esquina com a Rua Vereador Erni A. Bonifácio, conforme Resoluções SESA nº 1774/2025 e nº 2009/2025, protocolo/e-Protocolo nº 25.174.505-6, projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo;
CONSIDERANDO que, concluída a fase de habilitação, permaneceu habilitada para prosseguimento no certame a empresa ALB ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.150.711/0001-07;
CONSIDERANDO que, na sessão pública realizada em 12 de agosto de 2026, a proposta de preços da empresa ALB ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA foi aberta, analisada e julgada em conformidade com o edital, tendo a licitante sido declarada vencedora pelo valor global de R$ 5.766.508,51 (cinco milhões, setecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e oito reais e cinquenta e um centavos);
CONSIDERANDO que foi oportunizada a manifestação de intenção de recurso quanto ao julgamento da proposta e à declaração da vencedora, não havendo manifestação recursal, com a consequente preclusão;
CONSIDERANDO, por fim, o disposto no item 11 do Edital da Concorrência Presencial nº 07/2026 e no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:
I – ADJUDICAR o objeto da Concorrência Presencial nº 07/2026 – Processo Administrativo nº 60/2026 em favor da empresa ALB ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.150.711/0001-07, pelo valor global de R$ 5.766.508,51 (cinco milhões, setecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e oito reais e cinquenta e um centavos), conforme proposta de preços apresentada e demais documentos integrantes do procedimento.
II – HOMOLOGAR o resultado da Concorrência Presencial nº 07/2026, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, reconhecendo como vencedora a empresa ALB ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA, nos termos do julgamento realizado no procedimento licitatório.
III – DETERMINAR ao Departamento de Licitações e aos demais setores competentes a adoção das providências necessárias à formalização da contratação, convocação da adjudicatária, assinatura do instrumento contratual e prática dos demais atos subsequentes previstos no edital e na legislação aplicável.
IV – DETERMINAR a divulgação e publicação deste ato na forma legal, com o regular prosseguimento dos procedimentos administrativos necessários à execução do objeto.

Goioxim/PR, 18 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:21995A71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 151/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Item
Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de equipamentos de informática, periféricos externos e internos, e materiais de consumo, que serão empregados em toda a estrutura municipal, para atender a demanda de todas Secretarias desse Município, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 01/09/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 01/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 01/09/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 18 de agosto de 2026.

MICHELE TAIS CLARO GUEDES
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:B241DEAD

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 152/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Item

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação de infraestrutura de fibra óptica, contemplando o fornecimento de cabo óptico dielétrico monomodo de 12 fibras ópticas — 12FO — e de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e acessórios necessários à execução dos serviços em ambientes internos e externos, incluindo a instalação e a realização de testes nos enlaces ópticos, para atendimento aos prédios, órgãos e entidades públicas do Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 03/09/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 03/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 03/09/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 18 de agosto de 2026.

GABRIEL RIBEIRO DO MONTE
Pregoeiro

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:CBB53D53

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 153/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Grupo

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), visando a aquisição de produtos alimentícios perecíveis (carnes, hortifrutigranjeiros, panificação, frios e laticínios), outros produtos alimentícios diversos não perecíveis e materiais para manuseio de alimentos, a serem utilizados para atender as demandas de atividades, ações, projetos e eventos esportivos realizados pela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura (SEMTEC), desse Município, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. **LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13h30min do dia 02/09/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 13h31min às 14h29min do dia 02/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14h30min do dia 02/09/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 18 de agosto de 2026.

GRAZIELA BARBOSA DE AZEVEDO
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:B959098F

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 154/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Global

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual contratação de empresa especializada no preparo, fornecimento e entrega parcelada de refeições prontas (marmitex) e refrigerantes, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais do Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 03/09/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 03/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 03/09/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 18 de agosto de 2026.

GRAZIELA BARBOSA DE AZEVEDO
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:D0B7CCED

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 155/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Item

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de produtos a serem utilizados no café da manhã que é servido diariamente aos servidores públicos do Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13h30min do dia 01/09/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 13h31min às 14h29min do dia 01/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14h30min do dia 01/09/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 18 de agosto de 2026.

MICHELE TAIS CLARO GUEDES
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:A2AAEB32

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 156/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Global

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento, montagem, embalagem, transporte, descarga e entrega direta de cestas básicas compostas por gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higienização, destinadas à distribuição nas Aldeias Tekohá Mirim, Tekohá Guarani, Tekohá Yhovy, Tekohá Jevy, Tekohá Karumbey, Tekohá Porã, Tekohá/Tekorá Hité, Tekohá/Tekorá Marangatu e demais aldeias que se desmembrarem ou forem indicadas pelo Município de Guaíra/PR, conforme demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e decisões/obrigações decorrentes das Ações Civis Públicas nº 5002058-51.2011.4.04.7017/PR, nº 5001068-26.2012.4.04.7017/PR e nº 5002729- 35.2019.4.04.7004, da 1ª Vara Federal de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 01/09/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 01/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 01/09/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 18 de agosto de 2026.

GABRIEL RIBEIRO DO MONTE
Pregoeiro

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:9D0E57B3

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 538/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 054/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 258/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **BS ASSESSORIA & SERVICOS LTDA, CNPJ nº 27.316.882/0001-55**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa prestação de serviços de capacitação. Este evento presencial, consubstanciado na palestra intitulada 'DA PRIMEIRA INFÂNCIA À ALFABETIZAÇÃO: COMO O DESENVOLVIMENTO INFLUENCIA NA APRENDIZAGEM', destina-se estrategicamente aos professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, bem como aos coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, psicopedagogos e à direção escolar do município de Guaíra/PR.

Fundamentação: Art. 74, inciso III, alínea f da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 3.450,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Recursos Orçamentários:

Dotação: 690 - 08.001.2044.3339036060000000000.103 - Serviços de seleção e treinamento

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será de **03 (três) meses**, tendo término em **18 de novembro de 2026**, podendo ser prorrogado por igual período, conforme nos termos da Lei n° 14.133/21.

Data de Assinatura: 18 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 18 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:BF4B57ED

COMPRAS E LICITAÇÕES
SEGUNDO AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Chamamento Público n° 015/2024

Objeto: Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, visando a seleção de artistas locais interessados, para futura e eventual contratação de prestação de serviços artísticos de espetáculos, workshops, show e produções artísticas nas modalidades de artes cênicas, teatro, dança, circo, música, DJ performance, artes visuais e artes integradas, "AO VIVO" em formato presencial ou digital de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Turismo Esporte e Cultura, doravante denominada SEMTEC, para realização dos eventos organizados ou apoiados pelo Município de Guaíra-PR, nos termos da Lei Municipal nº 1.890/2014.

A Comissão de Licitação nomeada pela Portaria n° 696/2025, **informa a prorrogação do prazo para o recebimento de documentos de credenciamento**, com fundamento no artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no edital original do Chamamento Público supracitado.

Novo prazo final para credenciamento: 08 de setembro de 2027.
As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O edital completo e outras informações estão disponíveis no site oficial do Município de Guaíra-PR: www.guaira.pr.gov.br no link Chamamento Público. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642 9928. E-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra (PR), em 18 de agosto de 2026.

GRAZIELA BARBOSA DE AZEVEDO
Comissão de Licitação

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:99CFF417

PROJUR
DECRETO Nº 399/2026 DATA: 18.08.2026 EMENTA: HOMOLOGA A RESOLUÇÃO SOB O Nº 026/2026 DE 14 DE AGOSTO DE 2026, DA COMISSÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE FOMENTO À INDÚSTRIA, AGROINDÚSTRIA, COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base nos dispositivos do Decreto nº 145/2005 de 08.07.2005, e suas respectivas alterações, e, considerando o memorando sob o nº 1.940/2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução sob o nº 026/2026 de 14 de agosto de 2026, da Comissão do Programa Municipal de Fomento à Industria, Agroindústria, Comércio, Prestação de Serviço e Turismo, conforme a seguir:
I. Requerimento n° 22165/2026 protocolado por ANTONIO CAMILO DA SILVA, pessoa física, devidamente inscrito no CPF n° XXX.328.369-XX, residente e domiciliado na Rua Francisco Murtinho, 1281, Centro, no município de Guaíra, Estado do Paraná, o qual solicita via fomento o incentivo de construção e reforma de terraços, sendo realizado o serviço de Trator Lâmina no valor total de R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais), tudo em conformidade com a Lei n° 2.478/2026. **DEFERIDO**.

II. Requerimento n° 22032/2026 protocolado por ELIAS CANDIDO FERREIRA, pessoa física, devidamente inscrito no CPF n° XXX.612.239-XX, residente e domiciliado na Avenida Benedita Rodrigues Camarini, nº 88, Distrito de Dr. Oliveira Castro, no município de Guaíra, Estado do Paraná, o qual solicita via fomento o incentivo de construção e reforma de terraços, sendo realizado o serviço de Trator Lâmina no valor total de R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais), tudo em conformidade com a Lei n° 2.478/2026. **DEFERIDO**.

III. Requerimento n° 28939/2026 protocolado por ELOIR LUIZ LOVERA, pessoa física, devidamente inscrito no CPF n° XXX.795.139-XX, residente e domiciliado na Rua Francisco Murtinho, nº 1538, Centro, no município de Guaíra, Estado do Paraná, o qual solicita via fomento o incentivo de construção e reforma de terraços, sendo realizado o serviço de Trator Lâmina no valor total de R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais), tudo em conformidade com a Lei n° 2.478/2026. **DEFERIDO**.

IV. Requerimento n° 29038/2026 protocolado por JOSE ALVES PEREIRA, pessoa física, devidamente inscrito no CPF n° XXX.479.449-XX, residente e domiciliado na Rua Riachuelo, nº 701, Centro, no município de Guaíra, Estado do Paraná, o qual solicita via fomento o incentivo de construção e reforma de terraços, sendo realizado o serviço de escavadeira hidráulica no valor total de R$ 8.586,00 (oito mil quinhentos e oitenta e seis reais), tudo em conformidade com a Lei n° 2.478/2026. **DEFERIDO**.

V. Requerimento n° 29019/2026 protocolado por JOSE CARLOS BORTHOLAZZI, pessoa física, devidamente inscrito no CPF n° XXX.367.719-XX, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, nº 1538, Centro, no município de Guaíra, Estado do Paraná, o qual solicita via fomento o incentivo de construção e reforma de terraços, sendo realizado o serviço de Trator Lâmina no valor total de R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais), tudo em conformidade com a Lei n° 2.478/2026. **DEFERIDO**.

VI. Requerimento n° 28938/2026 protocolado por LUIZ ARNALDO AMBIEL, pessoa física, devidamente inscrito no CPF n° XXX.295.099-XX, residente e domiciliado na Rua Francisco Murtinho, nº 935, Centro, no município de Guaíra, Estado do Paraná, o qual solicita via fomento o incentivo de construção e reforma de terraços, sendo realizado o serviço de Motoniveladora no valor de R$ 5.625,00 (cinco mil seiscentos e vinte e cinco reais) e serviço de Carregadeira frontal no valor de R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), totalizando o valor de R$ 11.025,00 (onze mil e vinte e cinco reais), tudo em conformidade com a Lei n° 2.478/2026. **DEFERIDO**.

VII. Requerimento n° 24947/2026 protocolado por MARCONDES ECCO, pessoa física, devidamente inscrito no CPF n° XXX.344.809-XX residente e domiciliado na Rua Dr. Oliveira Castro, no município de Guaíra, Estado do Paraná, o qual solicita via fomento o incentivo de construção e reforma de terraços, sendo realizado o serviço de Trator Lâmina no valor total de R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais), tudo em conformidade com a Lei n° 2.478/2026. **DEFERIDO**.

VIII. Requerimento n° 27431/2026 protocolado por NADIR DE JESUS EDUARDO, pessoa física, devidamente inscrita no CPF n° XXX.029.299-XX residente e domiciliada na Rua C, nº 75, Centro, no município de Guaíra Estado do Paraná, a qual solicita via fomento o incentivo de construção e reforma de terraços, sendo realizado o serviço de Trator Lâmina no valor total de R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais), tudo em conformidade com a Lei n° 2.478/2026. **DEFERIDO**.

IX. Requerimento n° 29020/2026 protocolado por ORLANDO OLIVEIRA DAMACENO, pessoa física, devidamente inscrito no

CPF n° XXX.029.299-XX residente e domiciliado na Comunidade Sítio dos Italianos, no município de Guaíra, Estado do Paraná, o qual solicita via fomento o incentivo de construção e reforma de terraços, sendo realizado o serviço de Trator Lâmina no valor total de R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais), tudo em conformidade com a Lei n° 2.478/2026. **DEFERIDO**.

X. Requerimento n° 29048/2026 protocolado por PEDRO DE LIMA DANELON, pessoa física, devidamente inscrito no CPF n° XXX.112.379-XX residente e domiciliado na Rua Piauí, no município de Guaíra, Estado do Paraná, o qual solicita via fomento o incentivo de construção e reforma de terraços, sendo realizado o serviço de Trator Lâmina no valor total de R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais), tudo em conformidade com a Lei n° 2.478/2026. **DEFERIDO**.

XI. Requerimento n° 28239/2026 protocolado por SEGUNDO DOS REIS, pessoa física, devidamente inscrito no CPF n° XXX.744.269-XX residente e domiciliado na Rua 14 de Novembro, nº 276, Jardim Zeballos, no município de Guaíra, Estado do Paraná, o qual solicita via fomento o incentivo de construção e reforma de terraços, sendo realizado o serviço de Trator Lâmina no valor total de R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais), tudo em conformidade com a Lei n° 2.478/2026. **DEFERIDO**.

XII. Requerimento n° 22057/2026 protocolado por SILVANIR ROSSET, pessoa física, devidamente inscrito no CPF n° XXX.508.909-XX residente e domiciliado na Estrada Maracaju, no município de Guaíra, Estado do Paraná, o qual solicita via fomento o incentivo de construção e reforma de terraços, sendo realizado o serviço de Trator Lâmina no valor total de R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais), tudo em conformidade com a Lei n° 2.478/2026. **DEFERIDO**.

XIII. Requerimento n° 29065/2026 protocolado por VITOR NOBORU WAGATSUMA, pessoa física, devidamente inscrito no CPF n° XXX.797.939-XX residente e domiciliado na ESTRADA FAIXINHA, no município de Guaíra, Estado do Paraná, o qual solicita via fomento o incentivo de construção e reforma de terraços , sendo realizado o serviço de Trator Lâmina no valor total de R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais), tudo em conformidade com a Lei n° 2.478/2026. **DEFERIDO**.

XIV. Requerimento n° 23368/2026 protocolado por DEBORA BARBOSA BRAGA, pessoa física, devidamente inscrita no CPF n° XXX.465.639-XX residente e domiciliada no Centro, no município de Guaíra Estado do Paraná, a qual solicita via fomento o incentivo de construção e reforma de terraços , sendo realizado o serviço de Pedra brita no valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), o serviço de Motoniveladora no valor de R$ 1.098,18 (mil e noventa e oito reais e dezoito centavos), o serviço de Pá carregadeira no valor de R$ 1.525,25 (mil quinhentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos), e o serviço de Caminhão basculante no valor de R$ 1.522,30 (mil quinhentos e vinte e dois reais e trinta centavos), totalizando o valor de R$ 21.145,73 (vinte e um mil, cento e quarenta e cinco reais e setenta e três centavos), tudo em conformidade com a Lei n° 2.478/2026. **DEFERIDO**.

XV. Requerimento n° 28149/2026 protocolado por MARIA APARECIDA LARGURA, pessoa jurídica, devidamente inscrita no CNPJ n° 22.207.176/0001-51 residente e domiciliada na Rua Elias Muntoreanu nº 1180, no município de Guaíra, Estado do Paraná, a qual solicita via fomento o incentivo de material de construção sendo 10 m³ de areia media no valor de R$ 728,00 (setecentos e vinte e oito reais), 10 m³ de pedrisco para construção no valor de R$ 985,50 (novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos), 15 sacos de cimento no valor de R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais), totalizando o valor de R$ 2.343,50 (dois mil, trezentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos), tudo em conformidade com a Lei n° 2.478/2026. **DEFERIDO**.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:947E5945

PROJUR

LEI Nº 2.492/2026 DATA: 18.08.2026 EMENTA: ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.405 DE 23 DE JUNHO DE 2025, DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 1º da Lei Municipal nº 2.405 de 23 de junho de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica prorrogada, até 30 de julho de 2027, a vigência do Plano Municipal de Educação, aprovado por meio da Lei nº 1.939, de 23 de junho de 2015. "

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:32B7CB6F

PROJUR

LEI Nº 2.493/2026 DATA: 18.08.2026 EMENTA: INSTITUI NO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, O PLANO MUNICIPAL DE TURISMO DE GUAÍRA 2026–2036, ESTABELECE DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Turismo de Guaíra 2026–2036, como instrumento oficial de planejamento das políticas públicas de turismo do Município.

Art. 2° O Plano integra esta Lei como Anexo Único e deverá orientar as ações da Administração Pública Municipal.

Art. 3º São objetivos do Plano Municipal de Turismo de Guaíra – PMTG:

I – promover o desenvolvimento sustentável da atividade turística no Município;
II – fortalecer a economia local por meio da geração de emprego, renda e incentivo ao empreendedorismo;
III – valorizar, preservar e promover o patrimônio histórico, cultural, ambiental e natural de Guaíra;
IV – incentivar o desenvolvimento e a diversificação dos segmentos turísticos, especialmente o turismo náutico, a pesca esportiva, o ecoturismo, o turismo rural, o turismo cultural e o turismo de eventos;
V – fortalecer a infraestrutura turística, a acessibilidade, a qualificação profissional e a promoção institucional do destino;
VI – estimular a integração entre o Poder Público, a iniciativa privada, as entidades representativas do setor e a sociedade civil na implementação das políticas públicas de turismo.

Art. 4° A execução observará os eixos;

I - Governança;

II – Infraestrutura;
III – Oferta Turística;
IV – Empreendedorismo;
V – Promoção;
VI – Qualificação;
VII – Sustentabilidade e Inovação;

Art. 5° A Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura coordenará a execução do Plano, com acompanhamento do COMTURG.

Art. 6° O Plano será monitorado anualmente, com revisão periódica de metas e indicadores.

Art. 7° As ações serão financiadas por dotações orçamentárias próprias e demais fontes legalmente admitidas.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:3EF0B82C

PROJUR
PORTARIA Nº 501/2026 DATA: 18.08.2026 EMENTA: CERTIFICA A CONCLUSÃO, COM APROVEITAMENTO, DO CURSO DE AGENTE DE TRÂNSITO REALIZADO PELO CENTRO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DA GUARDA MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, e,

Considerando que a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito constitui o Órgão Executivo de Trânsito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal nº 2.207/2021;

Considerando o Centro de Formação e Treinamento da Guarda Municipal de Guaíra, instituído pelo Decreto Municipal nº 155/2024;

Considerando o disposto na Portaria SENATRAN nº 966, de 25 de julho de 2022, que dispõe sobre o Curso de Agente de Trânsito para profissionais que executem atividades de fiscalização, operação, policiamento ostensivo de trânsito ou patrulhamento nos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito – SNT;

Considerando a conclusão da carga horária e o aproveitamento dos participantes nas avaliações e atividades integrantes do curso;

Considerando o memorando online sob o n º 2.260/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Fica certificada a conclusão, com aproveitamento, do Curso de Agente de Trânsito, ministrado através do Centro de Formação e Treinamento da Guarda Municipal de Guaíra, em conformidade com a estrutura curricular estabelecida pela Portaria SENATRAN nº 966/2022, com carga horária total de 200 (duzentas) horas/aula, realizado no período de 07 de julho de 2026 a 06 de agosto de 2026.

Art. 2º São considerados aprovados no Curso de Agente de Trânsito os seguintes Guardas Municipais de Guaíra, Estado do Paraná:

Nome	CPF nº
I – Amanda de Aguiar	XXX.952.809-XX
II – Ana Paula Oliveira	XXX.308.639-XX
III – Diego Guerini	XXX.346.019-XX
IV – Flávio Marquezini Dias	XXX.373.299-XX
V – Giovani Marues Bonifácio	XXX.526.329-XX
VI – Jairo Lemes de Carvalho	XXX.193.629-XX
VII – Josiane Silva de Souza	XXX.065.539-XX
VIII – Vinicius Leonardo Santos Burtet	XXX.638.009-XX

Art. 3º A certificação de que trata esta Portaria atesta que os servidores relacionados no artigo anterior cumpriram, com aproveitamento, a carga horária, a estrutura curricular, a frequência e os critérios de avaliação previstos para o Curso de Agente de Trânsito.

Art. 4º Os certificados individuais de conclusão do curso, bem como os respectivos documentos acadêmicos e registros pertinentes, permanecerão arquivados na sede da Guarda Municipal de Guaíra, para fins de controle, comprovação e consulta administrativa.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:E6E9AC6C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 122/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), autorizado pela Lei nº 1858 de 02 de Outubro de 2025 dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas:
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme abaixo:
27 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 – Fundo Municipal da Assistência Social
08 – Assistência Social
0244 – Assistência Comunitária
0010 – Assistência Social Geral
2.031 – Execução das Políticas da Assistência Social - CRAS
3.3.90.39 – Outros Serviços Terceiros - PJ - Cód. 430..... R$ 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 10.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes do excesso de arrecadação como segue:

1.7.2.9.99.0.1.01.00 – PAS – Piso Unico da Assistência Social..... R$ 10.000,00

TOTAL DO SUPERÁVIT..... R$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 18 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:456A4F82

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 123/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), autorizado pela Lei nº 1899 de 18 de Agosto de 2026 dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas:
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), conforme abaixo:
27 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
003 – Fundo Municipal da Criança e Adolescente
08 – Assistência Social
0243 – Assistência a Criança e ao Adolescente
0009 – Assistência a Criança e ao Adolescente
6.022 – Atendimento Integral a Criança e ao Adolescente
4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente - Cód. 534..... R$ 72.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 72.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes do superávit financeiro como segue:

Fonte de Recurso 941 – Projeto Criança e Adolescente..... R$ 72.000,00

TOTAL DO SUPERÁVIT..... R$ 72.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 18 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:B6FB824D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 067/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 034/2026, resultado divulgado pelo Edital nº 041/2026 e homologado pelo Decreto nº 062/2026:

RESOLVE:

Convocar a aprovada abaixo relacionada, para comparecer na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 18/08/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

Função: Agente de Saúde
Maria Claudia Rodrigues

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:ACCEBC46

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI N.º 1896/2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.426/2016, QUE TRATA DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO DO MUNICÍPIO DE GUARACI, PARA INCLUIR E ALTERAR DISPOSITIVOS REFERENTES À SUBDIVISÃO DE LOTES, IMPLANTAÇÃO DE RESIDÊNCIAS GEMINADAS E CONDOMÍNIO URBANÍSTICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARACI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Guaraci aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
Art. 1º - Promove as seguintes alterações na Lei Municipal nº 1.426/2016, de 14 de setembro de 2016 – Lei sobre o Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Guaraci:
Art. 42. .....
§ 1º - Para os terrenos urbanos existentes anteriormente à vigência desta Lei, com testada igual ou superior a 12,00m (doze metros), será permitida a subdivisão ao meio, desde que os lotes resultantes possuam área mínima de 125,00m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) cada, observadas as demais exigências da legislação urbanística municipal.
§ 2º - Para os terrenos urbanos existentes anteriormente à vigência desta Lei, será permitida a subdivisão com corredor de acesso, desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:
I – corredor com largura mínima de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros);
II – testada mínima de 7,50m (sete metros e cinquenta centímetros);
III – área mínima de 125,00m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) para cada lote resultante;
IV – a área correspondente ao corredor de acesso não poderá ser computada como área útil mínima do lote.
§ 3º Para os lotes resultantes de subdivisão com área de 125,00m² (cento e vinte e cinco metros quadrados), o percentual mínimo de área permeável será de 15% (quinze por cento) da área do terreno.

§ 4º - Os lotes com área superior a 125,00m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) deverão observar os parâmetros urbanísticos estabelecidos na Lei Municipal nº 1.426/2016 e demais normas municipais aplicáveis.
§ 5º - Nos loteamentos aprovados após a publicação desta Lei, será permitida a implantação de residências geminadas, desde que vinculadas à aprovação prévia de condomínio urbanístico perante o Município, observadas as disposições desta Lei, do Plano Diretor Municipal e da legislação urbanística aplicável.
§ 6º - Para a implantação de residências geminadas ou condomínio urbanístico, o interessado deverá observar os seguintes procedimentos:

I - promover, quando necessário, a unificação prévia dos lotes objeto do empreendimento;
II - apresentar e aprovar junto ao Município os projetos arquitetônicos, urbanísticos e complementares das edificações;
III - executar integralmente as obras aprovadas;
IV - solicitar e obter o respectivo Habite-se das unidades construídas;
V - somente após a conclusão, vistoria e regularização das edificações, requerer a subdivisão individualizada das unidades, quando cabível.
§ 7º - Os lotes resultantes da subdivisão prevista para residências geminadas ou condomínio urbanístico deverão possuir, no mínimo:
I – testada de 8,00m (oito metros);
II – área de 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados).
§ 8º - A aplicação da modalidade prevista nos §§ 5º, 6º e 7º deste artigo ficará limitada ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do total de lotes de cada loteamento aprovado.

§ 9º - A subdivisão prevista nesta Lei somente será permitida em loteamentos dotados de infraestrutura urbana completa, compreendendo, no mínimo:
I - rede de abastecimento de água;
II - rede de energia elétrica;
III - pavimentação;
IV - drenagem pluvial;
V - sistema de esgotamento sanitário ou solução individual aprovada pelo órgão competente;
VI - demais infraestruturas exigidas pela legislação municipal vigente.
Art. 2º - A aprovação dos projetos, empreendimentos e subdivisões previstas nesta Lei ficará condicionada à análise técnica e aprovação do Departamento Municipal de Engenharia e Planejamento, observadas as diretrizes do Plano Diretor Municipal, da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, do Código de Obras e demais legislações urbanísticas aplicáveis.
Art. 3º - Os empreendimentos aprovados na forma desta Lei deverão observar integralmente os parâmetros urbanísticos e edilícios previstos na legislação municipal, especialmente quanto a:
I - recuos obrigatórios;
II - taxa de ocupação;
III - coeficiente de aproveitamento;
IV - área permeável;
V - acessibilidade;
VI - normas de segurança;
VII - infraestrutura urbana;
VIII - demais exigências técnicas e legais aplicáveis.
Art. 4º - A aprovação da subdivisão ou implantação de residências geminadas e condomínio urbanístico não dispensa o interessado da obtenção de licenças, alvarás, autorizações, aprovações técnicas e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes.
Art. 5º - O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei por Decreto, estabelecendo critérios técnicos, documentos necessários, procedimentos administrativos, modelos de requerimento e demais normas complementares para análise e aprovação dos empreendimentos.
Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci/PR, em 18 de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:46960074

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI N.º 1897/2026

SÚMULA: INSTITUI O "PROGRAMA BOLSA CULTURA VIVA" NO MUNICÍPIO DE GUARACI, CRIA BOLSAS-AUXÍLIO DE INCENTIVO CULTURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARACI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Guaraci aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica instituído o Programa Municipal de Incentivo ao Jovem Artista, destinado à formação artístico-cultural, incentivo à produção cultural local e promoção da inclusão social da juventude por meio da cultura.

Art. 2º. O Programa possui caráter exclusivamente cultural, educativo, formativo e de incentivo artístico, não possuindo natureza laboral, funcional ou profissionalizante.

Parágrafo único. A participação no Programa não gera vínculo empregatício, estatutário, previdenciário, funcional ou obrigação trabalhista de qualquer natureza com o Município.

Art. 3º. São objetivos do Programa:

I – fomentar atividades culturais nas áreas de artes visuais, música e dança;

III – promover inclusão social e acesso à cultura;

IV – valorizar jovens talentos com atuação e envolvimento em atividades culturais;

V – fortalecer as atividades culturais desenvolvidas no Centro Cultural Mario Lago;

VI – estimular a participação juvenil em oficinas, apresentações, mostras, festivais e ações culturais;

VII – incentivar a formação cidadã e comunitária por meio da cultura;

VIII – promover ações culturais gratuitas destinadas à comunidade.

Art. 4º. Ficam criadas 8 (oito) bolsas culturais de incentivo artístico, no valor mensal de R$ 1.000,00 (mil reais) cada.

§1º A bolsa cultural possui natureza de incentivo e formação artística, destinada exclusivamente ao desenvolvimento cultural e educacional dos participantes.

§2º A concessão da bolsa não caracteriza remuneração, contraprestação laboral ou prestação de serviços à Administração Pública.

§3º É vedada a utilização dos bolsistas para execução de atividades administrativas permanentes, funções burocráticas, substituição de servidores públicos ou execução de serviços próprios da estrutura administrativa municipal.

§4º A participação dos bolsistas ocorrerá mediante plano de atividades artístico-culturais, com dedicação formativa estimada de até 20 (vinte) horas semanais.

§5º O pagamento da bolsa ficará condicionado à participação efetiva nas atividades do Programa, observados os critérios de frequência, avaliação e acompanhamento previstos em regulamento.

§6º A concessão das bolsas dependerá de disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

§7º É vedada a acumulação da bolsa prevista nesta Lei com outra bolsa cultural custeada pelo Município, ressalvada autorização expressa em regulamento.

Art. 5º. Os participantes poderão desenvolver atividades de:

I – participação em oficinas, cursos, apresentações e ações culturais;

II – colaboração em projetos culturais e educativos;

III – apoio à realização de eventos artísticos e culturais promovidos pelo Município;

IV – desenvolvimento de ações culturais comunitárias;

V – participação em atividades formativas e de capacitação artística;

VI – produção artística individual ou coletiva;

VII – colaboração em mostras, festivais, exposições e apresentações culturais.

§1º As atividades terão natureza exclusivamente artística, cultural, educativa e formativa.

§2º Os bolsistas deverão prestar contrapartida cultural gratuita à comunidade, mediante participação em apresentações, oficinas,

exposições, atividades educativas ou demais ações culturais definidas pela coordenação do Programa.

§3º As atividades desenvolvidas deverão priorizar o fortalecimento das ações culturais do Centro Cultural Mario Lago.

Art. 6º. Poderão participar do Programa os candidatos que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

I – possuir idade entre 16 (dezesseis) e 25 (vinte e cinco) anos completos na data da inscrição;

II – residir no Município de Guaraci;

III – comprovar situação de baixa renda;

IV – apresentar portfólio artístico, currículo cultural ou documentação comprobatória de atuação cultural;

V – comprovar participação em cursos, oficinas, apresentações, festivais, grupos culturais, projetos culturais no município de Guaraci e nível nacional ou ações relacionadas à cultura;

VI – demonstrar interesse e aptidão para atividades artístico-culturais;

VII – apresentar autorização dos pais ou responsável legal, quando menor de 18 (dezoito) anos.

§1º Considera-se em situação de baixa renda o candidato inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, ou pertencente a núcleo familiar com renda per capita de até meio salário mínimo.

§2º A participação de menores de idade deverá observar compatibilidade com as atividades escolares e proteção integral prevista na legislação aplicável.

Art. 7º. A seleção dos participantes ocorrerá mediante edital público, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, transparência e igualdade.

§1º O edital estabelecerá critérios objetivos de pontuação e classificação.

§2º A avaliação deverá considerar:

I – situação socioeconômica;

II – participação comprovada em atividades culturais;

III – cursos e capacitações realizados;

IV – qualidade técnica do portfólio artístico;

V – participação em ações comunitárias e culturais;

VI – entrevista técnica, quando prevista no edital.

§3º O processo seletivo será conduzido por comissão composta por, no mínimo, 03 (três) membros designados pelo Poder Executivo, preferencialmente servidores efetivos vinculados às áreas de cultura, educação ou assistência social.

§4º O resultado final deverá ser publicado em meio oficial, assegurado prazo para interposição de recurso administrativo.

Art. 8º. Os bolsistas serão submetidos a acompanhamento periódico pela coordenação do Programa.

§1º A manutenção da bolsa dependerá de:

I – frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades;

II – participação efetiva nas ações culturais;

III – cumprimento do plano de atividades;

IV – apresentação de relatórios periódicos, quando exigidos.

§2º O desempenho dos participantes poderá ser avaliado trimestralmente.

Art. 9º. O desligamento do participante poderá ocorrer:

I – por descumprimento das normas do Programa;

II – por abandono das atividades;

III – por frequência inferior ao mínimo exigido;

IV – por conduta incompatível com os objetivos culturais e educativos do Programa;

V – por prestação de informações falsas;

VI – por solicitação do próprio participante;

VII – pelo encerramento do período de concessão da bolsa.

Art. 10. O Programa terá vigência inicial de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante interesse público devidamente justificado e disponibilidade orçamentária.

§1º A permanência individual do bolsista terá duração máxima de 12 (doze) meses.

§2º A bolsa poderá ser renovada uma única vez, mediante avaliação de desempenho e interesse da Administração.

Art. 11. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci/PR, em 18 de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:299B6A22

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI N.º 1898/2026

SÚMULA: INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME NO MUNICÍPIO DE GUARACI, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARACI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Guaraci aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO E DAS FINALIDADES
Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Guaraci, Estado do Paraná, o Fórum Municipal de Educação – FME, de caráter permanente, consultivo, propositivo, mobilizador e de acompanhamento das políticas públicas educacionais.
Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação será vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Educação, preservadas sua autonomia de organização, manifestação e funcionamento, nos termos desta Lei e de seu Regimento Interno.
Art. 2º - O Fórum Municipal de Educação constitui espaço permanente de participação, diálogo, articulação e cooperação entre o

Poder Público, os profissionais da educação, a comunidade escolar e a sociedade civil, destinado ao fortalecimento da gestão democrática e do planejamento participativo da educação municipal.

Art. 3º - São finalidades do Fórum Municipal de Educação:

I – promover a participação da sociedade na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas educacionais;

II – acompanhar e avaliar a execução das metas e estratégias estabelecidas no Plano Municipal de Educação;

III – fortalecer a gestão democrática da educação pública municipal;

IV – promover o diálogo e a articulação entre os órgãos públicos, as instituições de ensino, os profissionais da educação, os estudantes, as famílias e a sociedade civil;

V – contribuir para a construção, o aperfeiçoamento e a continuidade das políticas públicas educacionais;

VI – coordenar, em colaboração com a Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos competentes, a realização das Conferências Municipais de Educação;

VII – fomentar debates, estudos e discussões sobre temas relevantes para a educação municipal;

VIII – contribuir para a articulação das políticas educacionais municipais com as políticas estaduais e nacionais de educação.

CAPÍTULO II - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º - Compete ao Fórum Municipal de Educação:

I – participar do processo de elaboração, revisão, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;

II – acompanhar periodicamente o cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação;

III – elaborar relatórios, notas técnicas, recomendações, propostas e manifestações relativas às políticas públicas educacionais;

IV – promover debates, audiências, seminários, reuniões, consultas públicas e outros espaços de participação social;

V – organizar e coordenar as Conferências Municipais de Educação, observadas as orientações dos órgãos competentes;

VI – acompanhar os encaminhamentos e as deliberações aprovadas nas Conferências Municipais de Educação;

VII – articular-se com os fóruns de educação de âmbito regional, estadual e nacional;

VIII – contribuir para a mobilização e a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar e da sociedade civil nas discussões relacionadas à educação;

IX – propor medidas destinadas à melhoria da qualidade, da equidade, da inclusão e da gestão democrática da educação municipal;

X – acompanhar a elaboração e a implementação de políticas, programas e ações educacionais desenvolvidos no Município;

XI – divulgar informações, estudos, relatórios e documentos relacionados à educação municipal, observadas as disposições legais referentes à transparência e à proteção de dados pessoais;

XII – elaborar, aprovar e alterar seu Regimento Interno;

XIII – exercer outras atribuições compatíveis com suas finalidades.

Parágrafo único. A atuação do Fórum Municipal de Educação não substitui nem interfere nas competências legais do Conselho Municipal de Educação, do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, do Conselho de Alimentação Escolar e dos demais órgãos colegiados municipais.

CAPÍTULO III - DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º - O Fórum Municipal de Educação será composto por representantes do Poder Público, da comunidade escolar e da sociedade civil, assegurada a participação dos seguintes segmentos:

I – Secretaria Municipal de Educação;

II – Conselho Municipal de Educação;

III – gestores das instituições da Rede Municipal de Ensino;

IV – profissionais do magistério da Educação Infantil;

V – profissionais do magistério do Ensino Fundamental;

VI – trabalhadores da educação não integrantes do magistério;

VII – pais ou responsáveis por estudantes da Rede Municipal de Ensino;

VIII – estudantes, quando houver representação compatível com a etapa e a modalidade de ensino;

IX – instituições da Rede Estadual de Ensino localizadas no Município;

X – instituições privadas de ensino, quando houver;

XI – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;

XII – Conselho de Alimentação Escolar;

XIII – entidades, associações, movimentos sociais ou organizações da sociedade civil com atuação relacionada à educação, à infância, à juventude ou à promoção de direitos;

XIV – demais órgãos ou instituições cuja atuação possua relação com as políticas públicas educacionais.

§ 1º - Cada segmento terá, preferencialmente, um representante titular e um representante suplente.

§ 2º - A composição, a quantidade de representantes, a forma de indicação e os procedimentos de escolha dos membros serão definidos em regulamento, observadas a representatividade, a pluralidade e a participação democrática.

§ 3º - Os representantes do Poder Público serão indicados pelos respectivos órgãos.

§ 4º - Os representantes da comunidade escolar e da sociedade civil serão indicados ou escolhidos por seus respectivos segmentos, na forma estabelecida em regulamento.

§ 5º - A composição do Fórum deverá buscar equilíbrio entre a representação governamental e a representação da sociedade civil.

Art. 6º - Os membros titulares e suplentes do Fórum Municipal de Educação serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º - O mandato dos membros será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 2º - O membro que deixar de integrar o órgão, a entidade ou o segmento que representa será substituído na forma prevista no Regimento Interno.

§ 3º - A substituição de membro poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante solicitação fundamentada do órgão, da entidade ou do segmento representado.

Art. 7º - A participação no Fórum Municipal de Educação será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º - O Fórum Municipal de Educação terá a seguinte estrutura mínima:

I – Plenária;

II – Coordenação;

III – Secretaria-Executiva;

IV – comissões ou grupos de trabalho, quando necessários.

§ 1º - A Plenária é a instância máxima de deliberação do Fórum, composta por todos os seus membros titulares ou, na ausência destes, pelos respectivos suplentes.

§ 2º - A Coordenação será eleita entre os membros do Fórum, na forma estabelecida em seu Regimento Interno.

§ 3º - A Secretaria-Executiva será exercida com o apoio técnico e administrativo da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º - O Fórum Municipal de Educação reunir-se-á:

I – ordinariamente, conforme periodicidade definida em seu Regimento Interno;

II – extraordinariamente, sempre que convocado pela Coordenação ou por requerimento de, no mínimo, um terço de seus membros.

§ 1º - As reuniões serão públicas, ressalvadas as hipóteses legais de restrição de acesso.

§ 2º - As deliberações serão tomadas pela maioria simples dos membros presentes, observado o quórum mínimo previsto no Regimento Interno.

§ 3º - As reuniões, deliberações e encaminhamentos serão registrados em ata.

Art. 10º - O Fórum Municipal de Educação aprovará seu Regimento Interno no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da publicação do ato de designação de seus membros.

Parágrafo único. O Regimento Interno disciplinará, especialmente:

I – a organização e o funcionamento do Fórum;

II – as atribuições da Coordenação e da Secretaria-Executiva;

III – a periodicidade, a convocação e o quórum das reuniões;

IV – os procedimentos de votação e deliberação;

V – a criação e o funcionamento de comissões e grupos de trabalho;

VI – os critérios de substituição e perda do mandato de seus membros;

VII – as formas de publicidade de seus atos.

CAPÍTULO V - DO APOIO ADMINISTRATIVO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º - A Secretaria Municipal de Educação prestará o apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao funcionamento do

Fórum Municipal de Educação, observadas as disponibilidades administrativas e orçamentárias do Município.

Art. 12º - O Fórum Municipal de Educação poderá convidar representantes de órgãos públicos, instituições de ensino, entidades, especialistas e membros da sociedade civil para participar de reuniões, debates, comissões ou grupos de trabalho, sem direito a voto.
Art. 13º - Os atos, relatórios, deliberações e demais documentos produzidos pelo Fórum Municipal de Educação serão divulgados pelos meios oficiais do Município, observadas as normas de transparência, acesso à informação e proteção de dados pessoais.
Art. 14º - A instituição e o funcionamento do Fórum Municipal de Educação não implicarão a criação de cargos, empregos ou funções públicas nem o pagamento de gratificações, jetons ou qualquer outra forma de remuneração aos seus membros.
Art. 15º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, suplementadas, se necessário.
Art. 16º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, especialmente quanto à composição, à indicação dos representantes e à instalação do Fórum Municipal de Educação.
Art. 17º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Guaraci, Estado do Paraná, em 10 de julho de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:C3FF9705

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI N.º 1899/2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) dá outras providências.

A CAMARA MUNICIPAL DE GUARACI, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), conforme abaixo:
27 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
003 – Fundo Municipal de Criança e Adolescente
08 – Assistência Social
0243 – Assistência a Criança e ao Adolescente
0009 – Assistência a Criança e Adolescente
6.022 – Atendimento Integral a Criança e ao Adolescente
4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente – Cód. 534..... R$ 72.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 72.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes do superávit financeiro:

Fonte de Recurso 941 – Projeto Criança e Adolescente..... 72.000,00

TOTAL DO SUPERAVIT..... R$ 72.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 18 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:8FDEDBEC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 129/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): LARISSA COSTA MARQUES
CPF: 091.636.249-31
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Professor 20 Hrs - Pss, com lotação na E.R.M. Joao Luiz Da Silva Jr - E.I E E.F. - Ilha Superagui.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 02/03/2026 a 01/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.956,60 (um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 02 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e LARISSA COSTA MARQUES (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:2AB762F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 130/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): MARIA EDUARDA CUNHA CARDOSO
CPF: 154.590.699-80.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Professor 20h- Pss, com lotação na E. R. M. Ipanema - Ens. Fund. - Ipanema Do Norte.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 02/03/2026 a 01/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.956,60 (um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 02 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e MARIA EDUARDA CUNHA CARDOSO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:5380463B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 131/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): ANA PAULA QUIRINO DO NASCIMENTO
CPF: 061.402.229-07.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Auxiliar De Serviços Gerais - Pss, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 03/03/2026 a 02/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais)

DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 03 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e ANA PAULA QUIRINO DO NASCIMENTO PIRES (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:3341BE18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 132/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): ELIZABETE PADOVANI PINTO
CPF: 720.956.529-91.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Professor 20h - Pss, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de **03/03/2026** a **02/03/2027**.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.956,60 (um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 03 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e ELIZABETE PADOVANI PINTO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:04B7A048

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 133/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): SANDRA MARA NASCIMENTO DAS DORES
CPF: 066.432.899-71.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Professor 20h - Pss, com lotação na E. R. M. Barbado - Ens. Fund. - Ilha De Barbado.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de **03/03/2026** a **02/03/2027**.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.956,60 (um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 03 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e SANDRA MARA NASCIMENTO DAS DORES (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:DEFF4D2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 134/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): VIVIANE DO ROCIO DOS SANTOS
CPF: 057.646.169-56.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Professor 20h- Pss, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 03/03/2026 a 02/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.956,60 (um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 03 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e VIVIANE DO ROCIO DOS SANTOS (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:EE292DAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 135/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): CAROLINE ANGELO DOS SANTOS
CPF: 057.646.599-22.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Auxiliar Administrativo Pss.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 09/03/2026 a 08/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.621,00(Mil, seiscentos e vinte e um reais)
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 09 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e CAROLINE ANGELO DOS SANTOS (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:F4DE6DCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 136/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): CLEVERSON KOLODZIEJSKI GONÇALVES
CPF:120.261.019-65.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Motorista Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Educação.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 09/03/2026 a 08/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 09 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e CLEVERSON KOLODZIEJSKI GONÇALVES (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:2B6590ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 137/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): ESMARILDA GONCALVES CUNHA
CPF: 074.406.729-41
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Cozinheira - Pss, com lotação originária na Secretaria Municipal de Educação.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 09/03/2026 a 08/03/2027.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.621,00 (Um mil seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 09 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e ESMARILDA GONCALVES CUNHA (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:97379A96

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 138/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): JAQUELINE DO ROSARIO DE LARA
CPF: 155.369.309-40.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Auxiliar De Serviços Gerais - Pss, com lotação originária na E.R.M.Taquanduva - Ilha De Taquanduva.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 09/03/2026 a 08/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$1.621,00 (Um mil seiscentos e vinte e um reais)
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 09 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e JAQUELINE DO ROSARIO DE LARA (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:8ED4D8F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 139/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): JAQUELINE FERREIRA DOS SANTOS
CPF: 057.646.429-57.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Assistente Social - Pss, com lotação originária na Secretaria Mun. De Ação Social.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 09/03/2026 a 08/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 2.567,00 (Dois mil, quinhentos e sessenta e sete reais.)
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 09 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e JAQUELINE FERREIRA DOS SANTOS (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:0A170961

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 140/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): JOSIANE DOS ANJOS DIAS PEREIRA –
CPF: 083.503.469-06.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Professor 20h - Pss, com lotação originária na C.M.E.I. Sonho De Criança - Sede.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 09/03/2026 a 08/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$1.956,60 (Mil novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos)
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 09 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e JOSIANE DOS ANJOS DIAS PEREIRA (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:3114EF9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 141/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): LISIANE GALDINO DO ROSARIO TEREZIN
CPF: 043.107.409-79.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Professor 20h- Pss, com lotação originária na E.M. Antonio Barbosa Pinto - E.I.E.E.F. - Sede.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 09/03/2026 a 08/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.956,60 (mil novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 09 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e LISIANE GALDINO DO ROSARIO TEREZIN (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:4AC5C33E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 142/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): MARIELE DE LARA GONÇALVES
CPF: 073.253.429-18.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Professor 20h- Pss - com lotação originária na E.R.M.Taquanduva - Ilha De Taquanduva.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 09/03/2026 a 08/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.956,60 (mil novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 09 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e MARIELE DE LARA GONÇALVES (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:D252CE45

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 143/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): MICHAELLA FRANCIELE RIBEIRO ATANÁSIO
CPF: 102.354.169-67.

OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Assistente Administrativo - Pss, com lotação originária na Secretaria Mun. De Educação.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 09/03/2026 a 08/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$2.097,00 (Dois mil e noventa e sete reais)
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 09 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e MICHAELLA FRANCIELE RIBEIRO ATANÁSIO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:75EBDBC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 144/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): EDI VANIA PIRES PONTES
CPF: 082.810.809-90.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Assistente Social 30hrs - Pss, com lotação originária na Secretaria Mun. De Ação Social.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 10/03/2026 a 09/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 2.567,00 (dois mil, quinhentos e sessenta e sete reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 10 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e EDI VANIA PIRES PONTES (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:33E87665

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 145/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): LIDIANNY REDEDE ALVES MOREIRA DO ROSÁRIO –
CPF: 073.746.499-24.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Professor 20h- Pss, com lotação na E.M. Antonio Barbosa Pinto - E.I.E.E.F. - Sede.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 16/03/2026 a 15/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.956,60 (um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 16 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e LIDIANNY REDEDE ALVES MOREIRA DO ROSÁRIO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:A75AB355

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 146/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): ROSINA FERREIRA COSTA
CPF: 721.159.049-15.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Professor 20h - PSS, com lotação na C.M.E.I. Sonho De Criança - Sede.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 16/03/2026 a 15/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL**: R$ 1.956,60 (Mil novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba -PR, 16 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e ROSINA FERREIRA COSTA (Contratada).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:D8DAD0DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 147/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): ADECIRE CORDEIRO MENDES
CPF: 000.571.099-58.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Auxiliar De Consultório Odontológico - Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL**: R$ 1.621,00 (Mil seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e ADECIRE CORDEIRO MENDES (Contratada)

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:D528A696

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 148/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): ANTONIO MARTINS GALDINO FILHO
CPF: 590.277.629-53.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Marinheiro 40h - Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (Mil seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e ANTONIO MARTINS GALDINO FILHO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:03FEA8EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 149/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): CARLA MARIA DIAS
CPF: 069.058.269-28.

OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Técnico Em Enfermagem - Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 3.325,00 (três mil, trezentos e vinte e cinco reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e CARLA MARIA DIAS (Contratada).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:E1D5E953

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 150/2026 - CARLOS ROBERTO CORDEIRO

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): CARLOS ROBERTO CORDEIRO
CPF: 049.048.089-67.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Marinheiro Pss, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e CARLOS ROBERTO CORDEIRO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:7459F699

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 151/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): CAROLINA HIMOVSKI DE OLIVEIRA
CPF: 072.717.019-82.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Técnico Em Enfermagem - Pss, com lotação originária na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$3.325,00 (Três mil, trezentos e vinte e cinco reais)
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e CAROLINA HIMOVSKI DE OLIVEIRA (Contratada).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:DF7364CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 152/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): DANILO DE AMORIM CONSTANTINO
CPF: 065.357.649-82.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Marinheiro Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e DANILO DE AMORIM CONSTANTINO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:242B0CA3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 153/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): ELIELSON DA SILVA LEAL
CPF: 017.079.782-12.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Atendente De Farmácia Pss, com lotação originária na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (mil, seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e ELIELSON DA SILVA LEAL (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:454494D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 154/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): EMILENE DA COSTA SILVA
CPF: 027.127.739-42.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Atendente De Farmácia Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e EMILENE DA COSTA SILVA (Contratada).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:204BF864

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 155/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): FELIPE RICHARD SCREMIN SILVA FILHO
CPF: 067.673.829-06.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Marinheiro Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.

VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e FELIPE RICHARD SCREMIN SILVA FILHO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:4F8D69BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 156/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): FERNANDO CASSILHA BENTO
CPF: 059.210.599-78.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Marinheiro Pss - Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e FERNANDO CASSILHA BENTO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:354E3EC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 157/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): FLAVIA EDUARDA COSTA BUKAREWICS
CPF: 092.489.419-90.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Técnico Em Enfermagem - Pss, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 3.325,00 (Três mil, trezentos e vinte e cinco reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e FLAVIA EDUARDA COSTA BUKAREWICS (Contratada).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:BFF267B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 158/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): FLÁVIO EDUARDO BUKAREWICZ
CPF: 005.575.569-02.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Auxiliar Administrativo Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (Um mil e seiscentos e vinte e um reais)
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e FLÁVIO EDUARDO BUKAREWICZ (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:F49EBC5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 159/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): FRANCISCO ROMANO NUNES JUNIOR
CPF: 365.164.229-15.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Auxiliar Administrativo Pss, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (Um mil e seiscentos e vinte e um reais)
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e FRANCISCO ROMANO NUNES JUNIOR (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:378A4536

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 160/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): INGRID MORAIS FERREIRA
CPF: 078.999.469-05.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Auxiliar De Consultório Odontológico - Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses (conforme padrão dos contratos anteriores desta série), compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.621,00 (Mil seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e INGRID MORAIS FERREIRA (Contratada).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:66245914

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 161/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): ISABELLE BATISTA BARBOSA
CPF: 077.898.539-37.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Técnico Em Enfermagem - Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL**: R$ 3.325,00 (Três mil, trezentos e vinte e cinco reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.

ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e ISABELLE BATISTA BARBOSA (Contratada).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:3DFD2972

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 162/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): IVONETE MORAIS DO NASCIMENTO
CPF: 027.767.649-52.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Técnico Em Enfermagem - Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 3.325,00 (três mil, trezentos e vinte e cinco reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e IVONETE MORAIS DO NASCIMENTO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:0275374E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 163/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): JOSIELE LOPES SALUSTIANO
CPF: 046.360.109-22.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Atendente De Farmácia Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.621,00 (Mil, seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e JOSIELE LOPES SALUSTIANO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:69EFA439

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 164/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): JUCELIA THILMANN
CPF: 023.792.409-90
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Enfermeiro PSS, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 4.750,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e JUCELIA THILMANN (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:20BC205B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 165/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): LUCINEIA GONCALVES GALDINO CONSTANTINO
CPF: 039.981.619-45.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Técnico Em Enfermagem - PSS, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 3.325,00 (três mil, trezentos e vinte e cinco reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e LUCINEIA GONCALVES GALDINO CONSTANTINO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:EF90A5FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 166/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): PAULA PEDRO FERREIRA
CPF: 057.643.369-10.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Auxiliar Administrativo Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.621,00 (Um mil e seiscentos e vinte e um reais)
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e PAULA PEDRO FERREIRA (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:BD5C893E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 167/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): QUEILA HONORATO SIMOES
CPF: 134.775.139-40.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Auxiliar Administrativo Pss, com lotação originária na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.

ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e QUEILA HONORATO SIMOES (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:206F288C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 168/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): RAFAEL DO ROSARIO ROCHA
CPF: 091.136.639-33.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Auxiliar Administrativo - Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.621,00 (Um mil e seiscentos e vinte e um reais)
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba -PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e RAFAEL DO ROSARIO ROCHA (Contratado)

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:7F3D3062

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 169/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): RAFAELA CUNHA GONÇALVES NEVES
CPF: 091.636.909-93.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Atendente De Farmácia Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.621,00 (Mil, SEISCENTOS E VINTE E UM REAIS).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e RAFAELA CUNHA GONÇALVES NEVES (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:ED583DB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 170/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): REGIANE DO ROCIO DA CUNHA PIRES
CPF: 060.419.889-28.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para exercer as atribuições inerentes à função de Atendente De Farmácia Pss, com lotação na Secretaria Mun. de Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e REGIANE DO ROCIO DA CUNHA PIRES (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:CABF8487

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 171/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): ROSILDA XAVIER DE LARA
CPF: 025.570.809-26.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Técnico Em Enfermagem - Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 3.325,00 (três mil, trezentos e vinte e cinco reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e ROSILDA XAVIER DE LARA (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:2DD05AA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 172/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): VANESCA DE OLIVEIRA VIDAL
CPF: 053.392.669-66.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Atendente De Farmácia PSS, com lotação na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e VANESCA DE OLIVEIRA VIDAL (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:1AD8C747

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 173/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): YOHANA PROENÇA
CPF: 107.607.899-08.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Auxiliar Administrativo Pss, com lotação originária na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 17/03/2026 a 16/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais)
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 17 de março de 2026.

ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e YOHANA PROENÇA (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:4C88DD37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 174/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): FERNANDA EDUARDA COSTA BUKAREWICS
CPF: 141.949.549-63.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Auxiliar Administrativo PSS, com lotação originária na Secretaria Mun. De Administração.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 18/03/2026 a 17/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais)
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 18 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e FERNANDA EDUARDA COSTA BUKAREWICS (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:1FED50F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 175/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): DANIELE FILADELFO MARTINS
CPF: 083.005.909-19.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Auxiliar De Serviços Gerais - PSS, com lotação originária na E.R.M.Santa Terezinha - E.I.E.F - Ilha De Almeida.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 19/03/2026 a 18/03/2027.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 19 de março de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e DANIELE FILADELFO MARTINS (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:A28854D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 176/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): SIDNEY CUNHA COSTA
CPF: 021.232.979-09.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Vigia - Pss, com lotação na E.M. Antonio Barbosa Pinto - E.I.E.E.F. - Sede.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 01/04/2026 a 31/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (Mil seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 01 de abril de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e SIDNEY CUNHA COSTA (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:0F8E9944

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 177/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): LUCIANO MORAIS SCHARMANN
CPF: 135.825.419-24.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Vigia - PSS, com lotação na Secretaria Municipal de Administração.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 01/04/2026 a 31/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba -PR, 01 de abril de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e LUCIANO MORAIS SCHARMANN (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:27FFADA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 178/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): CRISTIAN ANTONIO PIRES
CPF: 545.676.738-40.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Vigia - PSS, com lotação na Sec. Ação Social.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 01/04/2026 a 31/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 01 de abril de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e CRISTIAN ANTONIO PIRES (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:D8DA987A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 179/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): CLEBER SCYLLO FERRO VICTORINO
CPF: 148.048.887-99.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Vigia – PSS, com lotação na E.M. Antônio Barbosa Pinto - E.I.E.E.F. - Sede.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 01/04/2026 a 31/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 01 de maio de 2026.

ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e CLEBER SCYLLO FERRO VICTORINO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:2F17ABB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 180/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): ROBINSON GALDINO CORDEIRO
CPF: 056.290.379-86.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Vigia - PSS, com lotação na Secretaria Mun. De Administração.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 01/04/2026 a 31/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 01 de abril de 2026.

ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e ROBINSON GALDINO CORDEIRO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:6333DED4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 181/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): VALNEI DE OLIVEIRA
CPF: 013.291.409-31.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Vigia - PSS, com lotação na Secretaria de Ação Social.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 01/04/2026 a 31/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais.).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba – PR, 01 de abril de 2026.

ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e VALNEI DE OLIVEIRA (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:84FBAFF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 182/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): LEANDRO RODRIGUES XAVIER
CPF: 079.096.529-17.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Vigia - PSS, com lotação na Secretaria Mun. Da Administração.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 01/04/2026 a 31/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba – PR, 01 de abril de 2026.

ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e LEANDRO RODRIGUES XAVIER (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:AF47851C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 183/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): LEANDRO DA SILVA CALADO
CPF: 146.161.629-80.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Vigia - PSS, com lotação na Sec. Municipal de Administração.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 01/04/2026 a 31/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba – PR, 01 de abril de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e LEANDRO DA SILVA CALADO (Contratado

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:B870C481

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 184/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): ARINALDO JOSE DA COSTA
CPF: 796.039.209-91.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Vigia - Pss, com lotação na Secretaria Mun. De Administração.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 01/04/2026 a 31/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba – PR, 01 de abril de 2026.

ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e ARINALDO JOSE DA COSTA (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:F7CF2D14

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 185/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): PAULO ORELIANO CAMARGO DE LIMA NETO
CPF: 092.491.909-48.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Vigia - PSS, com lotação na Secretaria Mun. De Administração.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 01/04/2026 a 31/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba – PR, 01 de abril de 2026.

ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e PAULO ORELIANO CAMARGO DE LIMA NETO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:A69C4573

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 186/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): JOSEMAR GONÇALVES RIBEIRO
CPF: 057.643.289-00.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Vigia - PSS, com lotação na Sec. Ação Social.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 01/04/2026 a 31/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba – PR, 01 de abril de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e JOSEMAR GONÇALVES RIBEIRO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:41B4D60C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 187/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): ANDRÉ LUIS DA SILVA FRANÇA
CPF: 092.491.229-42.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Vigia - Pss, com lotação na Sec. Ação Social.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 01/04/2026 a 31/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba – PR, 01 de abril de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e ANDRÉ LUIS DA SILVA FRANÇA (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:E4673078

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 188/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): MELQUIZEDEQUE CUNHA TEREZIN
CPF: 122.512.009-83.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Vigia - PSS, com lotação na Secretaria Municipal de Administração.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 01/04/2026 a 31/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (Mil seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba – PR, 01 de abril de 2026.

ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e MELQUIZEDEQUE CUNHA TEREZIN (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:C5421D70

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 189/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): LUIS GUSTAVO PIRES LUCIO
CPF: 158.466.679-02.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de **Vigia – PSS** com lotação originária na Secretaria Mun. De Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de **01/04/2026** a **31/03/2027**.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba-PR, 01 de abril de 2026.

ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e LUIS GUSTAVO PIRES LUCIO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:BBD85F86

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL Nº 190/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraqueçaba - PR.
CONTRATADO(A): DINAN CESAR DOS SANTOS DO CARMO
CPF: 026.392.349-51.
OBJETO: Contratação temporária de excepcional interesse público para a função de Vigia - Pss, com lotação na Sec. Ação Social.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 37, IX, da Constituição Federal; Lei Complementar Municipal nº 52/2021; e Edital PSS nº 001/2025.
VIGÊNCIA: 12 meses, compreendendo o período de 01/04/2026 a 31/03/2027. **REMUNERAÇÃO MENSAL:** R$ 1.621,00 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais).
DATA DE ASSINATURA: Guaraqueçaba – PR, 01 de abril de 2026.
ASSINATURAS: ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI (Contratante) e DINAN CESAR DOS SANTOS DO CARMO (Contratado).

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:AC8FF705

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 06-I DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre Divulgação do resultado do recurso quanto a Progressão de Carreira da Progressão de Carreira, referente ao Edital de Abertura nº 06-A/2026.

O **MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA**, Estado do Paraná, por meio da Comissão de Organização, Avaliação e Julgamento, designada pela Portaria nº 24, de 29 de junho de 2026, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Edital de Abertura nº 06-A/2026;

CONSIDERANDO o cronograma previsto para o Processo de Progressão por Subida de Nível;

TORNA PÚBLICO o que segue:

Art. 1º Divulgação do resultado do recurso quanto a Progressão de CarreiraProgressão de Carreira da Progressão de Carreira, conforme consta no Anexo I do Edital n° 06-A/2026.

Art. 2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa, Estado do Paraná, em 19 de Agosto de 2026.

MICHELE NEGRI
Presidente Da Comissão Do Processo Seletivo Simplificado
Portaria Nº 24, De 29 De Junho De 2026.

ANEXO I

Recurso		Resultado
01	Rosane Arruda de Oliveira	Indeferido
02	Seloí Ribeiro Garcia	Indeferido

Publicado por:
Ana Luiza Pedrozo Quirino
Código Identificador:927E0109

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO 02/2026

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, com base na Lei 10.520/02 e lei 14.133 e legislação complementar, tornam público extrato de CONTRATO, referente ao **Pregão Eletrônico n°02/2026.**

Item (01): **PARTES: Município de Honório Serpa - PR** e a empresa **A TAMANHO TRANSPORTES**
CNPJ º 48.077.845/0001-01
ESPÉCIE: Contrato nº 52/2026 – Pregão Eletrônico nº 02/2026.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA, PARA O ANO LETIVO 2026.**
VALOR TOTAL: **R$ 89.348,64 (oitenta e nove mil trezentos e quarenta e oito reais, sessenta e quatro centavos).**
FORMA DE PAGAMENTO: Em até 10 dias da data de emissão da nota fiscal.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – Lei Nº 1081 de 16 de dezembro de 2025

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
250	16/003	12.365.0021.2.105	33.90.39.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livres

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
251	16/003	12.365.0021.2.105	33.90.39.	1104

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: 25% Sobre Impostos

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
252	16/003	12.365.0021.2.105	33.90.39.	1107

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Salário Educação

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
297	16/006	12.361.0021.2.058	33.90.39.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livres

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
298	16/006	12.361.0021.2.058	33.90.39.	1104

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: 25% Sobre Impostos

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
299	16/006	12.361.0021.2.058	33.90.39.	1107

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Salário Educação

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
300	16/006	12.361.0021.2.058	33.90.39.	10400

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Complementação VAAR

DATA DA ASSINATURA: 18/08/2026
FORO: Comarca de Coronel Vivida – PR

JOÃO CARLOS GARBIN–
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:FB24CCA1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL DO CONTRATO N° 12/2026

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL
Contrato: 12/2026. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 02/2026.
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA, PARA O ANO LETIVO 2026.**
Data da Assinatura: 18/08/2026.
FORO: Comarca de Coronel Vivida-PR.
PARTES: **MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.585.444/0001-42, com sede na Rua Elpídio dos Santos, nº 541, Centro, Honório Serpa/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, JOÃO CARLOS GARBIN, brasileiro, casado, portador do RG n° 5.359.456-5, inscrito no CPF sob o n° 960.433.779-34, residente e domiciliado à Rua Sebastião Eleutério, n° 882, nesta cidade, e de outro lado a empresa **CLAUDIOMIRO TAMANHO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 05.385.773/0001-57, estabelecida na RUA PEDRO I – S/N - CENTRO, HONÓRIO SERPA - PR, neste ato representada por seu representante legal, senhor CLAUDIOMIRO TAMANHO, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n° 980.498.879-87. As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas a presente RESCISÃO CONTRATUAL DO CONTRATO N° 12/2026, constituído através do Pregão Eletrônico n° 02/2026, nos termos da Lei Federal n° 14.133, de 1º de abril de 2021, que se regerá pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes. As partes resolvem, nesta data, em comum acordo, nas razões de suas faculdades, em dissolver quaisquer direitos e obrigações oriundas do CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 12/2026, firmado entre as partes, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacional contidos neste. Todas as cláusulas e condições contidas no CONTRATO N° 12/2026 restam desde já distratadas, dando total e irrestrita quitação sobre todos os direitos e obrigações oriundas deste, não havendo quaisquer pendências recíprocas. As partes renunciam expressamente qualquer direito de pleitear judicial ou extrajudicialmente quaisquer direitos ou pagamentos oriundos do referido CONTRATO, concernente à presente rescisão. A presente rescisão passa a vigorar entre as partes a partir da assinatura desta, sendo irrevogável e irretratável, não cabendo arrependimento das partes, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores. Fica eleito o foro da Comarca de Coronel Vivida-PR, para dirimir quaisquer controvérsias ou questões oriundas da presente rescisão.
Honório Serpa – PR, 18 de agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:AA654751

RECURSOS HUMANOS
DECRETO ALUNOS INCLUSOS-163

DECRETO Nº 163/2026 DE 18 AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Alterar a gratificação de Alunos Inclusos para a professora, Municipal com base na Lei Municipal 247/2008, artigo 9º item II.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, senhor **João Carlos Garbin**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica alterado a gratificação concedida através do decreto 117/2026 a funcionária **Rosane Arruda de Oliveira**, passando a vigorar:
12% matricula nº 1713201-1 e 6,45% matricula nº 1713201-2

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor no dia 18 de agosto de 2026, revogada as disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, estado do Paraná, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:49A9EE87

RECURSOS HUMANOS
DECRETO ALUNOS INCLUSOS-164

DECRETO Nº 164/2026 DE 18 AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Concede Gratificação Alunos Inclusos para a professora Municipal com base na Lei Municipal 247/2008, artigo 5º item II.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, senhor **João Carlos Garbin**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica concedido a Professora Maristela Izabel Dessotti da Fonseca, gratificação de 5,15% Alunos Inclusos, matriculas 1731001-6.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor em 18 de agosto de 2026, revogada as disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, estado do Paraná, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:22AA04F4

RECURSOS HUMANOS
DECRETO AMPLIAÇÃO VAGA-162

DECRETO Nº 162 DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Ampliar vaga em Edital PSS nº 04/2025, Edital de Homologação do Resultado final nº 09-K/2025 de 19 de dezembro de 2025**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o disposto no Edital n.º 04/2025.

DECRETA:

Art. 1° - Fica autorizada a ampliação de mais 02 (uma) vaga para o cargo de PROFESSOR PSS 40 HS no Edital n.º 04/2025, tendo constado de forma expressa no Edital sobre a formação de cadastro de reserva.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor em 18 de agosto de 2026, e após sua publicação revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:0E9FB171

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N.º 163/2026

Prefeitura Municipal de Iguaraçu
Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Fone: 44 3248-1222 - CEP: 86.750-000
CNPJ (MF): 75.772.525/0001-44 IGUARACU/PR
DECRETO N.º 163/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional ESPECIAL , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IGUARACU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 04/2026, de 24 de fevereiro de 2026.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional ESPECIAL, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.200.000,00 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
Unidade - 07002 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional - 08.244.0011.1086000 - Construção CREAS	
Despesa - 647 - 449051 - 00871 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.200.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	1.200.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:
Receitas:
242299013100000000 - 378 - CONSTRUCAO DO CREAS
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 17 de agosto de 2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:31CFA069

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 165/2026

DECRETO Nº 165/2026

Súmula: Dispõe sobre a nomeação da Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Cultural.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,
I – Considerando os princípios delineados no art. 37 e ss. da CRFB;
II – Considerando os ditames da LCM n.º 05/2023, a qual dispõe sobre a Estrutura Administrativa e Organizacional do Poder

Executivo, combinando-os com as previsões do PCCV – Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos e do Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade;
III – Considerando as disposições contidas no art. 51, I da Lei Orgânica desta municipalidade

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada a contar do dia 19 de agosto de 2026 a Sra. MARILENE APARECIDA BERNINI MARTINS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 029.***.***-81, para exercer o cargo de provimento em comissão, com característica *ad nutum* de Chefe de Divisão de Turismo, Símbolo CC-2, constante da LCM nº 05/2023, de 06/09/2023, a qual dispõe sobre a Estrutura Administrativa e Organizacional do Poder Executivo desta municipalidade.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:4F8E96E9

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 174/2026

PORTARIA Nº 174/2026

Súmula: Concede Férias ao Servidor Público Municipal que especifica-se.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito em Exercício do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal n.° 005/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade,

RESOLVE

Art. 1.° - Conceder férias regulares ao Servidor Público Municipal, cuja nominata resta descrita abaixo, em estrita observância aos ditames do art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal N° 005/1997, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná:

DO SERVIDOR			DAS FÉRIAS		
Mat.	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Qtde. (dias)	Período/Fruição
121/2	ANTONIO EDSON OLIMPIO DA ROCHA	ADVOGADO II	2019/2020	15	14/09/2026 À 28/09/2026

Art. 2.° - Determinar a baixa, nos assentos funcionais do Servidor acima descrito, dos períodos de férias alcançados por este Ato, bem como dos devidos registros de "aviso/recibo de férias" devidos, para fins de registro e controle interno.

Art. 3.° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:2FA8C0AF

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 175/2026

PORTARIA Nº 175/2026

Súmula: Concede Férias a Servidora Pública Municipal que especifica-se.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito em Exercício do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal n.° 005/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade,

RESOLVE

Art. 1.° - Conceder férias regulares a Servidora Pública Municipal, cuja nominata resta descrita abaixo, em estrita observância aos ditames do art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal N° 005/1997, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná:

DO SERVIDOR			DAS FÉRIAS		
Mat.	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Qtde. (dias)	Período/Fruição
4868/2	MAIRA GEANE CAVALHEIRO DOS SANTOS	FISIOTERAPEUTA	2025/2026	30	01/09/2026 À 30/09/2026

Art. 2.° - Determinar a baixa, nos assentos funcionais da Servidora acima descrita, dos períodos de férias alcançados por este Ato, bem como dos devidos registros de "aviso/recibo de férias" devidos, para fins de registro e controle interno.

Art. 3.° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:0DC50619

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 176/2026

PORTARIA Nº 176/2026

Súmula: Concede Férias a Servidora Pública Municipal que especifica-se.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito em Exercício do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal n.° 005/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade,

RESOLVE

Art. 1.° - Conceder férias regulares a Servidora Pública Municipal, cuja nominata resta descrita abaixo, em estrita observância aos ditames do art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal N° 005/1997, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná:

DO SERVIDOR			DAS FÉRIAS		
Mat.	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Qtde. (dias)	Período/Fruição
203/1	MARILENE TEODORO CHARAL	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	2024/2025	30	01/09/2026 À 30/09/2026

Art. 2.° - Determinar a baixa, nos assentos funcionais da Servidora acima descrita, dos períodos de férias alcançados por este Ato, bem como dos devidos registros de "aviso/recibo de férias" devidos, para fins de registro e controle interno.

Art. 3.° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:D9B28D5B

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 177/2026

PORTARIA Nº 177/2026

Súmula: Concede Férias ao Servidor Público Municipal que especifica-se.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito em Exercício do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal n.° 005/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade,

RESOLVE

Art. 1.° - Conceder férias regulares ao Servidor Público Municipal, cuja nominata resta descrita abaixo, em estrita observância aos ditames do art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal N° 005/1997, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná:

DO SERVIDOR			DAS FÉRIAS		
Mat.	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Qtde. (dias)	Período/Fruição
80/6	DARCI RICARDO RAMOS	MEDICO	2021/2022	30	01/09/2026 À 30/09/2026

Art. 2.° - Determinar a baixa, nos assentos funcionais do Servidor acima descrito, dos períodos de férias alcançados por este Ato, bem como dos devidos registros de "aviso/recibo de férias" devidos, para fins de registro e controle interno.

Art. 3.° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:DD7B1443

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 178/2026

PORTARIA Nº 178/2026

Súmula: Concede Férias ao Servidor Público Municipal que especifica-se.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito em Exercício do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal n.° 005/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade,

RESOLVE

Art. 1.° - Conceder férias regulares ao Servidor Público Municipal, cuja nominata resta descrita abaixo, em estrita observância aos ditames do art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal N° 005/1997, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná:

DO SERVIDOR			DAS FÉRIAS		
Mat.	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Qtde. (dias)	Período/Fruição
5079/1	GABRIEL MARTINS DEL BORGO	EDUCADOR FÍSICO	2025/2026	7	21/09/2026 À 27/09/2026

Art. 2.° - Determinar a baixa, nos assentos funcionais do Servidor acima descrito, dos períodos de férias alcançados por este Ato, bem como dos devidos registros de "aviso/recibo de férias" devidos, para fins de registro e controle interno.

Parágrafo único. Fica registrado que o servidor já percebeu integralmente o adicional do terço constitucional de férias relativo ao período aquisitivo 2025/2026, destinando-se o presente Ato exclusivamente à fruição dos 7 (sete) dias remanescentes decorrentes da interrupção formalizada pela Portaria nº 161/2026, sem geração de nova obrigação financeira.

Art. 3.° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:F8448F15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 188/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2026

O Município de Iguaraçu/PR, torna público a todos os interessados, que será realizado em **14/09/2026 às 08h00min,** abertura da sessão pública, referente ao Edital de **Pregão Eletrônico nº 040/2026**.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais de limpeza, materiais descartáveis, materiais de higiene pessoal e itens de enxoval infantil, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias e Departamentos da Administração Pública do Município de Iguaraçu/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.
Valor Estimado: R$ 937.637,95 (novecentos e trinta e sete mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos).
O presente Edital estará à disposição dos interessados no Departamento de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município https://www.iguaracu.pr.gov.br/ e no site da Plataforma **BLL COMPRAS** - www.bll.com.br.

Iguaraçu/PR, 18 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:D8C4AE2F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO DIA 11/08/2026 EDIÇÃO 3592

TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE N.º 041/2026- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 179/2026

ONDE SE LÊ:

4.FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, por meio de empresário exclusivo.

LEIA-SE:

4.FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, por meio de empresário exclusivo.

EXTRATO CONTRATUAL nº 087/2026- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 179/2026

ONSE SE LÊ:
Assunto: Inexigibilidade n° 016/2026
DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato n.º 087/2026, firmado com fundamento no Art. 74, inciso I, da Lei Federal n.º 14.133/2021, vinculado à Inexigibilidade n.º 041/2026, cujos termos e condições integram o presente extrato.

LEIA- SE:

Assunto: Inexigibilidade n° 041/2026
DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato n.º 087/2026, firmado com fundamento no Art. 74, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, vinculado à Inexigibilidade n.º 041/2026, cujos termos e condições integram o presente extrato.

Iguaraçu, 18 de agosto de 2026

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Setor de Licitações

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:3A9FD9F6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO COMPRA DIRETA Nº 054/2026

Ratifico a COMPRA DIRETA e autorizo a despesa e emissão de empenho para contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de piso laminado emborrachado de PVC, na cor preta, tipo moeda/bus, incluindo todos os materiais, insumos, acessórios e serviços necessários à sua adequada instalação, destinado às áreas de principal circulação do CMEI Gente Pequena, do Município de Iguaraçu/PR, em favor da empresa **TAP INGA COMÉRCIO E SOLUÇÃO PARA PISO LTDA** sob CNPJ N° 24.993.014/0001-11, situada na Avenida Pioneiro Alício Arantes Campolina, nº 1188 – Gleba Ribeirão Maringá na cidade de Maringá/PR, no valor de R$ 12.500,10 (doze mil, quinhentos reais e dez centavos) com fundamentos no Artigo 95, parágrafo 2º, da Lei n º 14.133/21. Em anexo as documentações legais da empresa proponente do menor valor, para comprovação.

IGUARAÇU/PR, 18/08/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:818CE283

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE 2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 20 E 24/2024

EXTRATO DE 2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 20/2024

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMCESPAR, pessoa jurídica de direito público da espécie associação pública, com sede à Rua 19 de Dezembro, nº 280- Centro, Município de Irati, Estado do Paraná, CEP; 84500-016, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.358.098/0001-53, com telefone para contato; (42) 3422-9206, neste ato representado por seu Presidente, senhor Bertoldo Rover, doravante denominado **CIS/AMCESPAR** e a empresa **MA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 35.934.545/0001-50, com sede na Rua Margarina de Araujo Franco, São José dos Pinhais-PR, CEP: 83.005-070, doravante denominado como **CONTRATADA**, neste ato representada por Rossane Serafim Matos com o CPF n°: 857.547.499-53, RESOLVEM ADITIVAR o Contrato n° 20/2024, para os seguintes termos:
Art. 1º. Em conformidade com o disposto no artigo 125 da Lei Nº 14.133/2021 e legislações pertinentes de Licitações e Contratos, adiciona-se a quantidade de mais 25% (vinte e cinco por cento), ao item 10 do contrato n°. 20/2024, pactuado no Pregão eletrônico 09/2024.
Objeto: **Aquisição parcelada de bolsas de colostomia/urostomia, sondas, cateteres e adjuvantes para os pacientes dos municípios que integram o CIS AMCESPAR**. Valor Registrado: conforme o firmado em contrato.

Art. 2º. Esta alteração contratual passa a surtir efeitos legais a partir desta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 12 de agosto de 2026

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

MA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
CNPJ: n.º 35.934.545/0001-50
Contratada

EXTRATO DE 2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 24/2024

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMCESPAR, pessoa jurídica de direito público da espécie associação pública, com sede à Rua 19 de Dezembro, nº 280- Centro, Município de Irati, Estado do Paraná, CEP; 84500-016, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.358.098/0001-53, com telefone para contato; (42) 3422-9206, neste ato representado por seu Presidente, senhor Bertoldo Rover, doravante denominado **CIS/AMCESPAR** e a empresa **FUFA – PR Comercio de Produtos Hospitalares Ltda**, inscrita no CNPJ sob o n.º 46.328.269/0001-00, com sede na Rua Professor José Mauricio Higgins, 736, Boqueirão, Curitiba, Paraná, CEP: 81.650-250, doravante denominado como CONTRATADA, neste ato representado por Maicon Ricardo Sarda com o CPF n°: 005.808.579-30, RESOLVEM ADITIVAR o Contrato n° 24/2024, para os seguintes termos:
Art. 1º. Em conformidade com o disposto no artigo 125 da Lei Nº 14.133/2021 e legislações pertinentes de Licitações e Contratos, adiciona-se a quantidade de mais 25% (vinte e cinco por cento), ao item 18 do contrato n°. 24/2024, pactuado no Pregão eletrônico 09/2024.
Objeto: **Aquisição parcelada de bolsas de colostomia/urostomia, sondas, cateteres e adjuvantes para os pacientes dos municípios que integram o CIS AMCESPAR**. Valor Registrado: conforme o firmado em contrato.
Art. 2º. Esta alteração contratual passa a surtir efeitos legais a partir desta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 18 de agosto de 2026

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

FUFA – PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: n.º 46.328.269/0001-00
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:62F63072

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO Nº 05 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 06/2025 – EDUCADOR RESIDENTE

CONVOCAÇÃO Nº 05 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 06/2025 – EDUCADOR RESIDENTE

A Secretária Municipal de Assistência Social o do município de Inácio Martins convoca os candidatos classificados abaixo relacionados inscritos no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 06/2025 para o cargo de Educador Residente.
Vagas Ampla concorrência

Nome Completo	Data de Nascimento	Classificação
Josiane Belem Souza	25/08/1996	8°

Os candidatos, convocados, devem comparecer ao Departamento de Recursos Humanos nos dias 13 a 17/08/2026 a partir das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas munidos dos documentos relacionados no item 11 do Edital (caso tenham intenção de assumir a vaga, ao contrário devem apresentar somente para assinar a desistência.

Inácio Martins, 18 de agosto de 2026.

THAIARA DE CASSIA TAVARES MELO
Secretária Municipal de Assistência Social
Decreto nº 018/2026

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:C1CE83C4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 391/2026

PORTARIA Nº 391/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Conceder Complementação de férias ao servidor **MARCIO VINICIUS GARCIA – MATRICULA 681-1,** ocupante do cargo efetivo de Assistente Administração VII, lotado no Departamento de Tesouraria, no período de **18/08/2026 e 21/08/2026 – (04 dias),** referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme requerimento e os **03 dias restantes** serão gozados posteriormente, conforme determinação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:39D23C64

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 392/2026

PORTARIA Nº 392/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo com o inciso IX do art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a partir de **01/08/2026**, a servidora **ALLEXIA SCHMITUTZ - MATRÍCULA 80000410**, cargo efetivo de Enfermeira, para responder como **RESPONSÁVEL TÉCNICO no âmbito da Atenção Primária à Saúde** junto ao Município de Inácio Martins.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor retroativo a 01/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:3E6F71A8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 393/2026

PORTARIA Nº 393/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo com o inciso IX do art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a partir de **24/07/2026**, a servidora **VANESSA APARECIDA DOMINGUES – MATRÍCULA 1029-1**, cargo efetivo de Enfermeira, para responder como **RESPONSÁVEL TÉCNICO no âmbito do Pronto Atendimento Municipal** junto ao Município de Inácio Martins.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor retroativo a 24/07/2026, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:1644EB4B

GOVERNO MUNICIPAL
LEI N.º 1130/2026

LEI N.º 1130/2026

SÚMULA: "Institui a Política Municipal de Alfabetização para o desenvolvimento das ações de alfabetização no município de Inácio Martins em consonância com o Programa Educa Juntos, estratégia Alfabetiza Juntos e com o Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada".

A **Câmara Municipal de Inácio Martins**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1.º - Fica Instituída a Política Municipal de Alfabetização, com o objetivo de desenvolver ações estruturadas e articuladas, por meio da colaboração entre a União, Estado e Município, visando a consolidação da aprendizagem dos estudantes durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças.
Parágrafo Único - A Política fundamenta-se nas diretrizes da Lei n.º 15.247, de 31 de outubro de 2025 que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, na Lei n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022 que instituiu o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e na Resolução n.º 5.158, de 07 de agosto de 2023 que institui a estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos.

Art. 2.º -Princípios que compõem a Política Municipal de Alfabetização:

I - Regime de colaboração entre União, Estado e Município para o desenvolvimento das ações de alfabetização;
II - Garantia do direito à alfabetização das crianças até o final do 2.º ano do ensino fundamental;
III - Equidade educacional, sendo considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero;
IV - Valorização da avaliação como instrumento formativo e de acompanhamento das aprendizagens;
V - Formação continuada dos profissionais da educação;
VI - Uso de evidências e dados educacionais para a tomada de decisão, e
VII - Garantia de condições pedagógicas adequadas, incluindo materiais didáticos e recursos de apoio.

Art. 3.º -São objetivos da Política Municipal de Alfabetização
I - Elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
II - Assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2.º ano do Ensino Fundamental;
III - Contribuir para o cumprimento da meta de alfabetização do Plano Municipal de Educação;
IV - Fortalecer práticas pedagógicas baseadas em evidências;
V - Promover o uso de tecnologias educacionais inovadoras no processo de alfabetização;
VI - Socializar as experiências e produções em alfabetização e letramento desenvolvidas em sala de aula;
VII - Reconhecer e disseminar práticas exitosas, pedagógicas e de gestão, no âmbito da garantia do direito à alfabetização, e
VIII - Garantir a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Art. 4.º - Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I - Priorização da alfabetização até o 2º ano do Ensino Fundamental;
II - Promoção de práticas pedagógicas que desenvolvam a leitura/escuta, a escrita, oralidade, a produção textual e compreensão leitora;
III - Assistência pedagógica para as equipes gestoras das unidades escolares;
IV - Fortalecimento da gestão pedagógica nas unidades escolares;
V - Acompanhamento e monitoramento sistemático das aprendizagens dos estudantes;
VI - Implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;
VII - Incentivo às práticas para desenvolver a linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil;
VIII - Promoção da participação das famílias no processo educativo, e
IX - Apoio técnico-pedagógico contínuo às escolas.

Art. 5.º - A política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:
I - Crianças matriculadas na pré-escola (4 e 5 anos), e
II - Estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

Art. 6.º - Agentes envolvidos na política Municipal de Alfabetização:
I - Gestores municipais;
II - Equipes pedagógicas;
III - Gestores escolares;
IV - Professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, e
V - Comunidade escolar.

Art. 7.º - A política Municipal de Alfabetização será implementada por ações que incluam:
I - Definição de orientações curriculares e metas mensuráveis e objetivas;
II - Adesão e oferta de formação continuada para professores e gestores;
III - Utilização de materiais didáticos e pedagógicoscomplementares de apoio para professores e estudantes;
IV - Desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens;
V - Adesão às avaliações formativas e externas;
VI - Monitoramento contínuo das aprendizagens, e
VII - Recomposição das aprendizagens para estudantes que não tenham sido alfabetizados até o 2.º ano do Ensino Fundamental.

Art. 8.º Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento política Municipal de Alfabetização:
I - Acompanhamento dos resultados de aprendizagem;
II - Definição, análise e monitoramento de indicadores educacionais;
III - Sistematização de dados por estudante, turma e escola;
IV - Avaliação da efetividade das ações implementadas, e
V - Uso dos resultados para o replanejamento das ações pedagógicas.

Art. 9. - Compete à Secretaria Municipal de Educação de Inácio Martins a coordenação estratégica das ações decorrentes desta Política Municipal de Educação

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Inácio Martins, em 13 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:00F9EB3F

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE INACIO MARTINS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE
INÁCIO MARTINS - PARANÁ
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica em Pró Gestão e em gestão dos investimentos de recursos de regime próprio de previdência social no mercado financeiro e de capitais, com atendimento online e presencial, destinado ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Inácio Martins/PR. Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Inácio Martins/PR - CNPJ n° 06.074.903/0001-01. Contratada: CM Consultoria e Governança Corporativa Ltda. - CNPJ n° 60.278.459/0001-83. Valor Contratual: R$ 130.080,00 (cento e trinta mil e oitenta reais). Prazo Contratual: 24 (vinte e quatro) meses. Fundamento Legal: Art. 74, Inc. III, al. “c”, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Inácio Martins/PR, 14 de Agosto de 2026

SANDRA APARECIDA DANIEL
Diretora Presidente

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:DA8632B0

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE INACIO MARTINS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 002/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica em Pró Gestão e em gestão dos investimentos de recursos de regime próprio de previdência social no mercado financeiro e de capitais, com atendimento online e presencial, destinado ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Inácio Martins/PR. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ n° 76.178.029/0001-20. Contratada: CM Consultoria e Governança Corporativa Ltda. - CNPJ n° 60.278.459/0001-83. Valor Contratado: R$ 130.080,00 (cento e trinta mil e oitenta reais). Prazo de Execução: 17/08/2026 a 16/08/2028. Prazo de Vigência: 17/08/2026 a 16/09/2028. Assinatura: 17/08/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:357E2789

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 178/2026

EMENTA: PRORROGA O PRAZO PARA PAGAMENTO EM COTA ÚNICA DA TAXA DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2026, MANTIDOS OS BENEFÍCIOS DE PAGAMENTO À VISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IPORÃ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação tributária municipal vigente,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar aos contribuintes municipais condições adequadas para o regular adimplemento de suas obrigações tributárias perante o Fisco Municipal;
CONSIDERANDO o objetivo da Administração Pública em oportunizar aos proprietários rurais e munícipes a quitação da Taxa de Conservação de Estradas com os incentivos previstos na legislação municipal para pagamento à vista;
DECRETA:
Art. 1º Fica prorrogado, em caráter excepcional, para o dia **31 de agosto de 2026**, o prazo de vencimento para pagamento em **cota única** da **Taxa de Conservação de Estradas** relativa ao exercício de 2026, originariamente com vencimento previsto para o dia 17 de agosto de 2026.
Art. 2º Ficam integralmente assegurados aos contribuintes que efetuarem o recolhimento em cota única até a nova data fixada no art. 1º todos os descontos, deduções e benefícios legais previstos na legislação municipal para a modalidade de pagamento à vista.
Art. 3º Os pagamentos realizados até o dia 31 de agosto de 2026, nos termos deste Decreto, não sofrerão a incidência de juros de mora, multa moratória ou qualquer outro encargo decorrente de atraso.
Art. 4º Os documentos de arrecadação municipal (guias/DAM) já emitidos com vencimento em 17 de agosto poderão ser recebidos pela rede bancária credenciada e canais autorizados até a data de 31 de agosto de 2026, competindo à Secretaria Municipal de Finanças/Tributação a adoção das providências operacionais e sistêmicas necessárias.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos dezoito (18) dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis (2026).

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal de Iporã – PR

Publicado por:
Isabele Salata Alves
Código Identificador:59331795

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

CAMARA MUNICIPAL DE IRATI
CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

Inexigibilidade nº 14/2026. Objeto: Renovação da Assinatura Anual do Jornal Hoje Centro Sul : Câmara Municipal de Irati. - CNPJ: 77.778.819/0001-09. Contratada: Irati Hoje ltda - CNPJ: 04.183.250/0001-65. Valor do objeto: R$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais) Dotação Orçamentária: 0103101012.001 – 3390390000. Prazo de execução/vigência: 12 meses. Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.333/21, artigo 74, inciso III.

Câmara Municipal de Irati, 18 de agosto de 2026.

SELMO DE LIMA VIEIRA **–**
Presidente.

Publicado por:
Michell Adalberto Szczpanik
Código Identificador:16D0FC01

PROCURADORIA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

PREMIAÇÃO POR TRAJETÓRIA CULTURAL
PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI FEDERAL Nº 14.399/2022)

A minuta a seguir refere-se ao Edital de Chamamento Público nº 001/2026 - Premiação por Trajetória Cultural, no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), e encontra-se, neste momento, em fase de Consulta Pública.
Os trechos destacados em vermelho ao longo do texto indicam pontos ainda pendentes de definição.
As contribuições à Consulta Pública devem ser encaminhadas exclusivamente por meio do formulário eletrônico disponibilizado no endereço **https://forms.gle/kdzDhXoTtB28rDmR9** até o dia 30 de agosto de 2026, às 23h59.
As contribuições recolhidas serão sistematizadas pela Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR e apresentadas ao Conselho Municipal de Cultura de Irati - PR, a quem cabe, em conjunto com a Secretaria, a prerrogativa de deliberar sobre a redação final deste Edital. As contribuições aqui recolhidas subsidiam essa deliberação, sem caráter vinculante.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:948AD0CE

PROCURADORIA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026

REDE MUNICIPAL DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DE IRATI - PR

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
PREMIAÇÃO DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA

A minuta a seguir refere-se ao Edital de Chamamento Público nº 002/2026 - Premiação de Pontos e Pontões de Cultura, no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) e da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), e encontra-se, neste momento, em fase de Consulta Pública.
Os trechos destacados em vermelho ao longo do texto indicam pontos ainda pendentes de definição.
As contribuições à Consulta Pública devem ser encaminhadas exclusivamente por meio do formulário eletrônico disponibilizado no endereço **https://forms.gle/LRdwYFirqtQ6HJqX8** até o dia 30 de agosto de 2026, às 23h59.
As contribuições recolhidas serão sistematizadas pela Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR e apresentadas ao Conselho Municipal de Cultura de Irati - PR, a quem cabe, em conjunto com a Secretaria, a prerrogativa de deliberar sobre a redação final deste Edital. As contribuições aqui recolhidas subsidiam essa deliberação, sem caráter vinculante.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:6FE8484D

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 08/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF Escola Rural Municipal de Pirapó.

OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;

MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 6.820,00 (seis mil e oitocentos e vinte reais) em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati,04 de agosto de 2026, Leonardo Rossa APMF Escola Rural Municipal de Pirapó, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:5E7AED36

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 09/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: e APMF CMEI ALEXANDRE IAREMA
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 9.420,00 (nove mil, quatrocentos e vinte reais) em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati,04 de agosto de 2026, José Maria Molinari Filho APMF CMEI Alexandre Iarema pela Prefeitura Municipal de Irati, Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:E4C05548

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 10/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF Escola Municipal Ana Amaral Gruber
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati,04 de agosto de 2026, Rafael Veríssimo APMF Escola Municipal Ana Amaral Gruber, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:9F06933E

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 11/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF CMEI ANJO DA GUARDA
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 6.760,00 (seis mil e setecentos e sessenta reais) em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati,03 de agosto de 2026, Grazieli de Souza APMF CMEI Anjo da Guarda, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:7082ED8D

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 12/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL CAMACUÃ EDUARDO LAARS **OBJETO:** PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 6.520,00 (seis mil e quinhentos e vinte reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 03 de agosto de 2026, Adriano Diedio, APMF ESCOLA MUNICIPAL CAMACUÃ EDUARDO LAARS, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:1E476148

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 13/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF DO CMEI CLARI GOMES PEDRO
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL:, R$ 7.140,00 (sete mil e cento e quarenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Sandy Garcia, APMF Cmei Clari Gomes Pedro pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:6FC16C22

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 14/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF CMEI DONA CANDINHA
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 7.720,00 (sete mil setecentos e vinte reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 03 de agosto de 2026, Larissa de Oliveira Caldas
APMF Cmei Dona Candinha, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:4EE8EB3C

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 15/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF CMEI IRMÃ ANNA
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 6.380,00 (seis mil trezentos e oitenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 03 de agosto de 2026,

GRAZIELI DALMARCO SCHIMANKO,
APMF CMEI Irmã Anna, Pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:CEF6E1B8

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 16/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF CMEI JARDIM DAS ORQUIDEAS
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 6.680,00 (seis mil seiscentos e oitenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026,

THAIS MARINA DE OLIVEIRA,
APMF CMEI Jardim das Orquídeas, Pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:B1099F17

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 17 /2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF CMEI LOEPOLDINA CHUDEK
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 8.860,00 (oito mil e oitocentos e sessenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 03 de agosto de 2026, Priscila Pacheco, APMF Cmei Leopoldina Chudek,, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:D65D0975

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 19/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL MAFALDA SOTTI LOPES
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 18 de agosto de 2026, Cassiana Soares Fernandes,APMF Escola Municipal Mafalda Sotti Lopes, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:16AEDB5F

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 20/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF CMEI PADRE PEDRO
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;

MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 7.440,00 (sete mil quatrocentos e quarenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 03 de agosto de 2026, Mainara Luzia dos Santos
APMF Cmei Padre Pedro, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:B25F1561

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 21/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF CMEI PLANALTO DO FUTURO
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 7.100,00 (sete mil e cem reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 03 de agosto de 2026, Samoel Barbosa dos Santos Filho, APMF Cmei Planalto do Futuro, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:A47ABE39

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 22/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF CMEI PROFESSOR JOSE MARIA ORREDA
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 8.320,00 (oito mil trezentos e vinte reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Rafael da Rocha Massuia, APMF Cmei Professor Jose Maria Orreda, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:1A940DD2

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 23/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF CMEI SANTO ANTONIO
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Romario Ferreira Kampa, APMF Cmei Santo Antonio, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:8A8EBBE0

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 24/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL CERRO DA PONTE ALTA
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 6.660,00 (seis mil seiscentos e sessenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Juliano Zofiak, APMF Escola Municipal Cerro da Ponte Alta, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:D253014E

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 25/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL DOS COLONIZADORES
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 8.780,00 (oito mil setecentos e oitenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Camila Andressa Pyl Roik
APMF Escola Municipal dos Colonizadores, , pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:FCE3DB59

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 26/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL DE GUAMIRIM

OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.

GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Giovane Miotto, APMF Escola Municipal de Guamirim, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:EF9F3A27

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 27/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANTONINA FILLUS PANKA
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 9.380,00 (nove mil trezentos e oitenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Shaiane Patrícia Rewa Fauat, APMF Escola Municipal Professora Antonina Fillus Panka, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:54F2FD71

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 28/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO STROPARO
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 14.560,00 (quatorze mil, quinhentos e sessenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Maria Izabel Pastuch, APMF Escola Municipal Francisco Stroparo, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:09AFA476

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 29/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ HELENA OLEK
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 16.060,00 (dezesseis mil e sessenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Diogo Luders Fernandes, APMF Escola Municipal Irmã Helena Olek, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:4FF5CBDE

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 30/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BATISTA ANCIUTTI
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 8.360,00 (oito mil trezentos e sessenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Ana Paula Jacumasso, APMF Escola Municipal João Batista Anciutti, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:4916EF87

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 31/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO GUTIERREZ
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501

VALOR TOTAL: R$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Amauri Teixeira Martins Neto, APMF Escola Municipal de Engenheiro Gutierrez, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:FF4939A5

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 32/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL JOÃO PAULO II
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Joselba Elaine Pepe, APMF Escola Municipal João Paulo II, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:AEDC5D26

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 33/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL PEQUENO DUQUE
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 9.000,00 (nove mil reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Valdecir da Silveira , APMF Escola Municipal João Paulo II, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:74ECDA15

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 34/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL MERCEDES BRAGA
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 11.340,00 (onze mil, trezentos e quarenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Elizete Aparecida Vieira dos Santos, APMF Escola Municipal Mercedes Braga, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:1C799628

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 35/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL OLARIA FILIPAKI
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 9.080,00 (nove mil e oitenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Adriana Angela Burdelak,APMF Escola Municipal Olaria Filipaki, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:E24B2C89

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 36/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL JOSE SIQUEIRA ROSAS
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 9.180,00 (nove mil cento e oitenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Carla da Luz Rodrigues da Anunciação, , APMF Escola Municipal José Siqueira Rosas, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:292BC650

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 37/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL OLAVO ANSELMO SANTINI
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.

GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 9.080,00 (nove mil e oitenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Giovanne Maneira APMF Escola Municipal Olavo Anselmo Santini, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:9E7A8F80

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 38/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL PADRE WENCESLAU
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 13.960,00 (treze mil, novecentos e sessenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Reginaldo Strozienski APMF ESCOLA MUNICIPAL PADRE WENCESLAU, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:5299A481

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 39/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL PADRE SEBASTIÃO MENDES
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 10.620,00 (dez mil, seiscentos e vinte reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Ana Andreia Grabas APMF Escola Municipal Padre Sebastião Mendes, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:32DB6DEA

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 40/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA RURAL MUNICIPAL DE PINHO DE BAIXO
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 9.120,00 (nove mil, cento e vinte reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Elton Roberto Laroca, APMF Escola Rural Municipal de Pinho de Baixo, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:F4D695CE

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 41/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL ROSALINA CORDEIRO DE ARAUJO
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 15.060,00 (quinze mil e sessenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Andrey Manoel de Souza, APMF Escola Municipal de Rosalina Cordeiro de Araujo, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:5E83546F

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 42/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA RURAL MUNICIPAL SÃO MIGUEL DE ITAPARÁ
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 7.740,00 (sete mil setecentos e quarenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Lucimara Baier Hanise, APMF Escola Rural Municipal São Miguel de Itapara, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:7517E0E1

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 43/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO MARTINS
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 10.660,00 (dez mil seiscentos e sessenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Cleonice da Luz Cruz Koltun, APMF Escola Municipal Tancredo Martins, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:BFBD9E31

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 44/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL DA LAGOA
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 13.640,00 (treze mil seiscentos e quarenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Aline Aparecida de Oliveira, APMF Escola Municipal da Lagoa, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:F2D17D01

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 45/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF CMEI MADRE TERESA DE CALCUTÁ
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 6.840,00 (seis mil oitocentos e quarenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Aguelaine Aparecida Wasik Fiancoski, APMF CMEI Madre Teresa de Calcutá, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:42EC0165

PROCURADORIA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO 46/2026

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Irati
CONVENENTE: APMF ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO VIEIRA DE ARAUJO
OBJETO: PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati.
GESTORA DE PARCERIA: Eliceia Halatiki Szereda
Membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação:
MEMBRO: Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO: Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO: Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
VALOR TOTAL: R$ 12.760,00 (doze mil setecentos e sessenta reais), em duas parcelas.
VIGENCIA: 12 meses após o início da execução
Datas de assinaturas: Irati, 04 de agosto de 2026, Gabriel José Pereira Batista,APMF Escola Municipal Francisco Vieira de Araújo, pela Prefeitura Municipal de Irati Emiliano Augusto Rocha Gomes.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:33561B24

PROCURADORIA
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 19/2026

OBJETO: Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público, com vistas à celebração de parceria estabelecida pela administração pública e a APMF CMEI MAFALDA SOTTI LOPES, para a consecução de suas finalidades de interesse público.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31, inciso II, da Lei 13.019/2014 com alterações da Lei 13.204/2015

ENTIDADE: APMF CMEI MAFALDA SOTTI LOPES - Irati -PR, inscrita no CNPJ: 02.010.389/0001-81, Irati-PR.

DA JUSTIFICATIVA
PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização ou descontinuidade dos serviços e conseqüente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, apresentamos a justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público com vista à celebração de parceria por meio de Termo de Colaboração entre a Administração Pública Municipal com o Provopar Municipal de Irati

DA RAZÃO DA ESCOLHA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
Não existindo outra entidade de natureza similar no Município, há patente hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto do Plano de Trabalho apresentado.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS
A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00

DA CONCLUSÃO
Diante do exposto verificamos que a INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO se torna imperiosa, visando a melhoria na qualidade dos serviços prestados, especialmente por dinamizar e tornar mais eficiente a prestação dos serviços pela Entidade.

DO PRAZO DE IMPUGNAÇÃO:
Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação desta justificativa, para impug- nação da presente Inexigibilidade, nos termos do § 2º do art.32 da ei 13.019/2014 e alterações posteriores.

Irati, 18 de agosto de 2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal de Irati

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:FA3D37E1

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 012/2026- CMAS

SÚMULA: Aprova a Prestação de Contas dos Serviços Socioassistenciais, Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD-PBF e do Cadastro Único para Programas Sociais, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD-SUAS, referente ao exercício de 2024.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRATI – CMAS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.011/2015, com a redação dada pela Lei nº 4.742/2019,

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal de Assistência Social para exercer o controle social, acompanhar e fiscalizar a execução da Política Municipal de Assistência Social e dos recursos destinados ao seu financiamento;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião realizada em 13 de agosto de 2026, registrada na Ata nº 416/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas referente ao exercício de 2024 dos Serviços Socioassistenciais, Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD-PBF e do Cadastro Único para Programas Sociais, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD-SUAS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, 13 de agosto de 2026.

KAMILA KURCKBAUER GUIMARÃES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
CMAS

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:090C6048

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 013/2026- CMAS

SÚMULA: Aprova a Prestação de Contas dos Serviços Socioassistenciais, Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD-PBF e do Cadastro Único para Programas Sociais, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD-SUAS, referente ao exercício de 2025.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRATI – CMAS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.011/2015, com a redação dada pela Lei nº 4.742/2019,

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal de Assistência Social para exercer o controle social, acompanhar e fiscalizar a execução da Política Municipal de Assistência Social e dos recursos destinados ao seu financiamento;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião realizada em 13 de agosto de 2026, registrada na Ata nº 416/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas referente ao exercício de 2025 dos Serviços Socioassistenciais, Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD-PBF e do Cadastro Único para Programas Sociais, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD-SUAS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, 13 de agosto de 2026.

KAMILA KURCKBAUER GUIMARÃES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
CMAS

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:234F3D65

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo Ata de Registro de Preços nº 049/2025, Pregão Eletrônico nº 033/2025 – PMI. Contratada: Maquira Indústria de Produtos Odontológicos S.A, CNPJ 05.823.205/0001-90. Objeto: Registro de preços para aquisição de eventual e parcelada de materiais odontológicos. Do Valor Redimensionamento Contratual: Fica aditada ao valor contratual original, a importância de R$ 133,75 (cento e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos), equivalente ao acréscimo contratual de 25% para o item Condicionador dental, tipo ácido fosfórico. Data e assinaturas.

Oitavo Termo Aditivo Contrato de Prestação de Serviços nº 029/2022, Pregão Eletrônico nº 018/2022 – PMI. Contratada: Marcos Jose Bittencourt Camargo, CNPJ 34.662.529/0001-92. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de recape e vulcanização de pneus. Do Prazo Contratual: Fica renovado o prazo de execução dos serviços de 3 (três) meses, passando o vencimento de 22/06/2026 para 22/09/2026, e o prazo de vigência de 22/08/2026 para 22/11/2026. Do Valor Contratual: Fica renovado o valor contratual original de R$ 90.608,83 (noventa mil, seiscentos e oito reais e oitenta e três centavos), estimado para o período de 3 (três) meses. Data e assinaturas.

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:9960E6A8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 002/2026

RETIFICA O EDITAL Nº 001/2026, QUE DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ/PR.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, **AMARILDO TOSTES,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de adequação do **Edital nº 001/2026,** que regulamenta o **Processo Seletivo Simplificado – PSS**,

RESOLVE:

1. DA RETIFICAÇÃO

1.1. Fica integralmente excluído o item 13.3 do Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado – PSS.

2. DA MANUTENÇÃO DOS DEMAIS TERMOS

2.1. Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais disposições constantes do Edital nº 001/2026 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Edital de Retificação.

3. DA PUBLICIDADE
3.1. O presente Edital de Retificação será publicado nos mesmos meios oficiais utilizados para a publicação do Edital nº 001/2026, para conhecimento de todos os interessados.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1. Esta Retificação passa a integrar o Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado – PSS, produzindo efeitos a partir de sua publicação.
4.2. Considerando que o período de inscrições ainda não foi iniciado, ficam mantidos os demais prazos e condições estabelecidos no Edital nº 001/2026.
4.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, observadas as disposições legais aplicáveis.
4.4. Este Edital entra em vigor nesta data, revogados as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 17 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

ELÉIA RODRIGUES TEODORO SANTINI
Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado (PSS)
Portaria nº 315/2026

JOSIANE CRISTINA ROSIM
Presidente da Comissão Examinadora, Acompanhamento, Avaliação e Julgamento do Processo Seletivo Simplificado (PSS)
Portaria nº 316/2026

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:3BEF26D6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

DO PROCESSO 001/2026 DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ-PR

AMARILDO TOSTES, Prefeito do Município de **ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve,

TORNA PÚBLICO à CONVOCAÇÃO dos aprovados abaixo relacionados, para comparecer perante ao **DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA**, sito à rua Av. Interventor Manoel Ribas, 06 - CEP 86375-000 - Itambaracá – Paraná (43) 3543-1224, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis** a partir da publicação deste edital.

NOME	CURSANDO
MÁRIO ALEXANDRE CAMPEZONI PORTO	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Publique-se e Arquive-Se.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:77131750

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2026

Dispõe sobre a metodologia padronizada de projeção de receitas a ser observada pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Itambaracá, para fins de elaboração da LDO e da LOA.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e na Lei nº 4.320/1964, que estabelecem normas gerais de direito financeiro e de responsabilidade na gestão fiscal;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar e conferir transparência à metodologia de projeção das receitas municipais, em especial para fins de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA;

CONSIDERANDO o conteúdo do Manual de Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO do Município de Itambaracá, edição de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Esta Instrução Normativa estabelece a metodologia padronizada de projeção de receitas a ser observada pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Itambaracá, para fins de elaboração da LDO e da LOA.

Parágrafo único. A metodologia de que trata o caput aplica-se, em especial, às seguintes receitas:
I – Transferências constitucionais e legais (como FPM, ICMS, IPVA, FUNDEB e outras);
II – Receitas tributárias próprias (como IPTU, ISSQN, ITBI e taxas);
III – Demais receitas correntes e de capital relevantes para o equilíbrio fiscal do Município.

Art. 2º – A projeção das receitas municipais observará, obrigatoriamente, os seguintes princípios:
I – realismo e prudência, de forma a evitar superestimação das receitas e riscos ao equilíbrio fiscal;
II – Base em séries históricas, utilizando dados de arrecadação dos últimos exercícios, preferencialmente dos últimos 3 (três) a 5 (cinco) anos, quando disponíveis;
III – Alinhamento com parâmetros oficiais de natureza macroeconômica e fiscal, tais como crescimento do PIB, inflação, variação de índices de preços e demais variáveis divulgadas por órgãos oficiais;
IV – Observância da classificação oficial da receita, conforme normas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e padronização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;
V – Transparência e rastreabilidade, com registro dos cálculos, premissas, fontes de dados e justificativas utilizadas.

Art. 3º – A metodologia de projeção de receitas seguirá, no mínimo, as seguintes etapas:
I – Levantamento da base histórica
a) O Departamento Contábil deverá consolidar, para cada espécie de receita, os valores arrecadados nos últimos exercícios, em base anual e, quando possível, mensal;
b) Os dados deverão ser extraídos dos sistemas oficiais de contabilidade e arrecadação, bem como de relatórios fiscais (RREO, RGF e demonstrativos correlatos).
II – Tratamento e atualização dos dados
a) Os valores históricos poderão ser corrigidos por índices oficiais de inflação ou outros parâmetros definidos em nota técnica do Departamento Contábil, de forma a permitir comparação em termos reais;
b) Deverão ser identificadas e justificadas variações atípicas (picos ou quedas anormais) que não representem tendência estrutural de arrecadação.
III – Definição das premissas de projeção
a) Para cada grupo de receita relevante (FPM, ICMS, IPTU, ISSQN, ITBI, taxas, convênios etc.), o Departamento Contábil definirá as premissas de crescimento ou variação, considerando:
• Parâmetros macroeconômicos oficiais (PIB, inflação, crescimento real estimado);
• Alterações legislativas já aprovadas ou em tramitação avançada que impactem a arrecadação;
• Políticas de administração tributária e de cobrança previstas (melhoria de cadastro, fiscalização, programas de regularização etc.);
b) As premissas deverão ser formalizadas em nota técnica, anexada ao processo de elaboração da LDO e da LOA.
IV – Cálculo das projeções
a) Com base na série histórica tratada e nas premissas definidas, o Departamento Contábil calculará a projeção anual das receitas para o exercício de referência da LDO e da LOA, bem como, quando couber, para os exercícios seguintes do PPA;
b) Poderão ser utilizados métodos simples de projeção, tais como:
• Média de crescimento dos últimos exercícios, ajustada pelas premissas;
• Aplicação de índice de correção (inflação) acrescido ou não de crescimento real;
• Outros métodos compatíveis com a realidade do Município, desde que devidamente justificados.
V – Validação e registro
a) As projeções elaboradas pelo Departamento Contábil serão validadas pelo Secretário Municipal de Administração;
b) As projeções e suas premissas deverão ser registradas em planilhas ou relatórios específicos, que integrarão o processo administrativo de elaboração da LDO e da LOA, para fins de controle interno e externo.

Art. 4º – Metodologia específica para principais receitas

§ 1º. Para as receitas de Fundo de Participação dos Municípios – FPM e cota-parte do ICMS, além das etapas gerais previstas no art. 3º, deverão ser observados:
I – Os dados e estimativas oficiais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria de Estado da Fazenda e demais órgãos competentes;
II – Eventuais alterações na legislação federal ou estadual que impactem os critérios de partilha ou os valores a serem transferidos;
III – A análise de comportamento da arrecadação estadual e federal, quando disponível.

§ 2º. Para as receitas de IPTU, ISSQN, ITBI e taxas, além das etapas gerais previstas no art. 3º, deverão ser considerados:
I – A base de cálculo atualizada, incluindo cadastro imobiliário, planta genérica de valores, alíquotas e demais elementos tributários;
II – Os efeitos esperados de ações de melhoria da arrecadação, como atualização cadastral, revisão de alíquotas, programas de recuperação de créditos e intensificação da fiscalização;
III – A separação entre receita corrente e receita de dívida ativa, quando aplicável.

Art. 5º – Responsabilidades
I – Compete ao Departamento Contábil:
a) Coordenar a aplicação desta metodologia;
b) Consolidar os dados históricos de arrecadação;
c) Elaborar as projeções de receitas e as notas técnicas de premissas;
d) Manter arquivados os registros, planilhas e documentos de suporte.
II – Compete às demais Secretarias e órgãos setoriais:
a) Fornecer, quando solicitado, informações que possam impactar a arrecadação (novos projetos, alterações de legislação, programas específicos etc.);
b) Colaborar com o Departamento Contábil na identificação de fatores que possam alterar o comportamento das receitas sob sua área de atuação.
III – Compete ao Controle Interno:
a) Acompanhar a observância desta Instrução Normativa;
b) Emitir recomendações para o aperfeiçoamento da metodologia, quando necessário.

Art. 6º. A metodologia de projeção de receitas estabelecida nesta Instrução Normativa:
I – Deverá ser explicitada, de forma sintética, no Manual de Elaboração da LDO e em outros documentos de planejamento que o Município venha a publicar;
II – Poderá ser revisada anualmente, por iniciativa do Departamento Contábil ou por recomendação do Controle Interno ou do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante edição de nova Instrução Normativa ou ato equivalente.

Art. 7º. Os casos omissos serão dirimidos pelo Departamento Contábil, ouvido, quando necessário, o Controle Interno e a Assessoria Jurídica do Município.

Art. 8º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se já à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual subsequentes.

CARLOS CESAR DE CARVALHO
Secretário Municipal de Administração
Município de Itambaracá – PR

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:1918EE87

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2026

Dispõe sobre a metodologia de projeção das despesas com pessoal para fins de elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2027 e do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2027, no âmbito do Município de Itambaracá.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e na Lei nº 4.320/1964, que estabelecem normas gerais de direito financeiro e de responsabilidade na gestão fiscal;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar, justificar e conferir transparência à metodologia de projeção das despesas com pessoal, em especial para fins de elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2027 e do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2027;

CONSIDERANDO o conteúdo do Manual de Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO do Município de Itambaracá, edição de novembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Para fins de elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2027 e do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2027, a fixação das dotações das despesas com pessoal e encargos sociais observará, obrigatoriamente, a metodologia definida nesta Instrução Normativa.

Art. 2º - A projeção das despesas com pessoal e encargos sociais será realizada com base nos seguintes parâmetros mínimos:
I – Revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais, considerada a política remuneratória definida pelo Poder Executivo, observados os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal;
II – Crescimento vegetativo da folha de pagamentos, compreendendo, no mínimo:
a) progressões e promoções funcionais previstas em planos de carreira;
b) avanços por tempo de serviço, adicionais e gratificações de natureza permanente, quando previstos em lei;
c) reposições decorrentes de vacâncias em cargos efetivos e contratações já autorizadas em lei ou em concursos públicos em andamento;
d) reflexos nas contribuições patronais ao regime próprio de previdência social – RPPS ou ao regime geral de previdência social – RGPS.
III – Séries históricas das despesas com pessoal e encargos sociais dos últimos exercícios, ajustadas pelos índices de inflação e pela política remuneratória vigente;
IV – Eventuais medidas de contenção ou expansão de pessoal previstas em atos normativos ou em programas de governo (ex.: criação/extinção de cargos, planos de demissão voluntária, reestruturações administrativas), quando já aprovadas ou formalmente encaminhadas.

Art. 3º - A Secretaria de Administração, por meio do Departamento de Recursos Humanos, deverá elaborar memória de cálculo detalhada das projeções de despesas com pessoal, explicitando:
I – O índice e a data-base considerados para a revisão geral anual;
II – A metodologia utilizada para estimar o crescimento vegetativo da folha;
III – Os impactos estimados sobre as contribuições patronais previdenciárias;
IV – As premissas adotadas quanto a novas contratações, substituições e vacâncias.

§ 1º - A memória de cálculo integrará o processo administrativo de elaboração do PLDO 2027 e da PLOA 2027, devendo permanecer arquivada para fins de controle interno e externo.

Art. 4º - As projeções de despesas com pessoal e encargos sociais deverão ser compatibilizadas com:
I - As metas fiscais estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO;
II - Os limites de despesa com pessoal previstos na Lei Complementar nº 101/2000;
III - Os prioridades e metas definidas no Plano Plurianual – PPA vigente.

Art. 5º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se à elaboração do PLDO 2027 e da PLOA 2027, sem prejuízo de sua utilização como referência para exercícios subsequentes.

CARLOS CESAR DE CARVALHO
Secretário Municipal de Administração
Município de Itambaracá – PR

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:63128F62

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI Nº 2.074/2026

SUMULA: "Institui a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil, cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, e dá outras providências."

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, aprovou, e eu **AMARILDO TOSTES** Prefeito Municipal sanciono a seguinte **LEI:-**

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 1º. Fica instituída a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil com o objetivo de elaborar, implementar e manter o Sistema de Proteção e Defesa Civil no Município, para a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil, e, em especial:
I. ações de prevenção em áreas de desastres;
II. preparação para situações de emergência em decorrência de desastres;
III. resposta e recuperação em áreas atingidas ou com o risco de serem atingidas por desastres;
IV. ações de socorro e assistência às vítimas de desastres; e,
V. restabelecimento da normalidade social.

Art. 2º. A Política Municipal de Proteção e Defesa Civil será integrada pelos seguintes órgãos:
I. a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;
II. o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil; e,
III. o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, entende-se como:

I- defesa civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres, minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social;
II- desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;
III- situação de emergência: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido;
IV- estado de calamidade pública: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o

comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido;
V- ações de socorro: ações imediatas de resposta aos desastres com o objetivo de socorrer a população atingida, incluindo a busca e salvamento, os primeiros socorros, o atendimento pré-hospitalar e o atendimento médico e cirúrgico de urgência, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional;
VI- ações de assistência às vítimas: ações imediatas destinadas a garantir condições de incolumidade e cidadania aos atingidos, incluindo o fornecimento de água potável, a provisão e meios de preparação de alimentos, o suprimento de material de abrigamento, de vestuário, de limpeza e de higiene pessoal, a instalação de lavanderias, banheiros, o apoio logístico às equipes empenhadas no desenvolvimento dessas ações, a atenção integral à saúde, ao manejo de mortos, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional;
VII- ações de prevenção: ações destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais, incluindo a capacitação da sociedade em atividades de defesa civil, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional.

CAPÍTULO II

DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Seção I
Da Criação e da Finalidade

Art. 4º. Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Itambaracá, vinculada ao Gabinete do Prefeito, como órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, com o objetivo de formular, gerenciar e executar a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 5º. É facultada a criação de órgãos de nível hierárquico inferior na Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Itambaracá, bem como o detalhamento e desdobramento operacional de suas atribuições, para fins de organização técnica, administrativa e operacional das competências atribuídas por esta lei, mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Seção II
Da Competência

Art. 6º. Compete à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil:

I- formular, gerenciar e executar a Política de Proteção e Defesa Civil em âmbito municipal;
II- coordenar as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil no âmbito municipal, em articulação com a União e os Estados;
III- incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;
IV- identificar e mapear as áreas de risco de desastres;
V- promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;
VI- propor ao Chefe do Poder Executivo Municipal a declaração de situação de emergência e estado de calamidade pública;
VII- vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;
VIII- organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;
IX- manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;
X- mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;
XI- realizar exercícios simulados;
XII- promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;
XIII- proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;
XIV- manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;
XV- estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do Sistema de Proteção e Defesa Civil em âmbito municipal e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas; e
XVI- prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres;
XVII- executar outras ações estabelecidas em lei.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 7º. Fica instituído o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, com o objetivo de discutir, propor, acompanhar e fiscalizar as ações da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil e acompanhar a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Seção I
Da Composição

Art. 8º. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será composto por 07(sete) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, nomeados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 9º. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será composto por 01 (um) representante e 01 (um) suplente de cada órgão ou entidade a seguir indicado:
I- representantes do Poder Público:
a) Secretaria Municipal de Administração, Finanças e das Relações do Trabalho;
b) Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil
c) Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social;
d) Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Obras e Viação e Secretaria Municipal de Planejamento;
e) Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente, Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Econômico,

II- representantes da Sociedade Civil Organizada:
a) Conselho Municipal de Turismo de Itambaracá;
b) Associação Rural, Industrial e Exposição De Itambaracá– ARIEX

§ 1º - Os representantes do Poder Público serão definidos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, e os da Sociedade Civil Organizada indicada por entidades que tenham representantes e, preferencialmente, sede no Município de Itambaracá.

§ 2º - Os representantes do Poder Público e da Sociedade Civil para compor o Conselho deverão, obrigatoriamente, guardar vínculo formal com os órgãos públicos ou entidades que representam, constituindo-se esta condição um requisito ao exercício do mandato.

§ 3º - Os membros suplentes substituirão os titulares em caso de afastamento provisório ou definitivo, vacância, ausência, renúncia ou impedimento do titular no Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, e terão direito a voz e voto, na forma do Regimento Interno.

§ 4º - Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil poderão perder seus mandatos na forma definida no Regimento Interno.

Seção II

Das Atribuições

Art. 10. São atribuições do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil:
I- assessorar, acompanhar e fiscalizar a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil;
II- propor ações de Proteção e Defesa Civil, visando a prevenção em áreas de risco, preparação para situações de emergência em decorrência de desastres, resposta e recuperação em áreas atingidas ou com o risco de serem atingidas por desastres, ações de socorro e assistência às vítimas de desastres e restabelecimento da normalidade social;
III- propor ações para a elaboração da programação orçamentária da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;
IV- emitir parecer, preferencialmente de modo prévio, para a utilização de recursos do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil;
V- realizar a análise das contas do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil;
VI- encaminhar as informações de que tratam os incisos IV e V deste artigo à Câmara Municipal para ciência em sessão ordinária, no prazo de 30 (trinta) dias de sua realização;
VII- elaborar o Regimento Interno;
VIII- realizar outras atribuições estabelecidas em lei.

Seção III
Da Estrutura e do Funcionamento

Art. 11. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será organizado em Plenário, Presidência e Secretaria Executiva.

§ 1º - O Plenário é o órgão por meio do qual os conselheiros titulares ou, em substituição, seus respectivos suplentes, farão as deliberações de competência do Conselho.

§ 2º - As funções da Presidência e da Secretaria Executiva serão exercidas por conselheiros titulares, escolhidos em eleição a ser realizada em sessão ordinária.

§ 3º - O funcionamento, a organização e as atribuições específicas do Conselho serão fixadas pelo Regimento Interno.

Art. 12. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil se reunirá ordinariamente em sessões semestrais, e extraordinariamente sempre que necessário, na forma do Regimento Interno.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil serão consubstanciadas em resoluções.

Art. 13. Poderão ser convidados a participar das reuniões do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, sem direito a voto, membros de outros órgãos ou entidades públicas e privadas, bem como representantes da sociedade civil, sempre que a pauta exigir a análise de assuntos técnicos específicos.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Seção I
Da Instituição e da Administração

Art. 14. Fica criado o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, vinculado à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, tendo por objetivo captar, receber, gerenciar, investir, aplicar e distribuir recursos financeiros para ações de prevenção em áreas de risco de desastres, de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres e de socorro e assistência às vítimas de desastres, de acordo com as competências, atribuições e objetivos elencados pela lei.

Art. 15. A administração do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil será exercida pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, sob controle, acompanhamento e fiscalização do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, a qual caberá:
I- gerir, aplicar e distribuir com zelo os recursos financeiros;
II- manter os controles necessários à execução orçamentária e financeira, além dos relatórios e demonstrativos referentes a empenho, liquidação e pagamento de despesas e ao recebimento de receitas;
III- manter, segundo as diretrizes do órgão responsável pela administração dos bens patrimoniais do Município, os controles necessários sobre os bens patrimoniais ativos e o respectivo inventário;
IV- submeter ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil os balancetes semestrais, bem como os demonstrativos financeiros e orçamentários para ciência e apreciação;
V- encaminhar aos órgãos de controle e contabilidade do Município as informações e elementos contábeis descritos no inciso IV deste artigo, após aprovação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, na forma das exigências estabelecidas pela legislação

Seção II
Dos Recursos Financeiros

Art. 16. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil:
I- auxílios financeiros, doações, subvenções, premiações, contribuições ou transferências de órgãos públicos ou entidades nacionais ou estrangeiras;
II- recursos transferidos da União, do Estado e do Município, inclusive por meio de convênios, que firmam estratégias e programas de defesa civil;
III- recursos provenientes de transferências dos fundos nacional e estadual de defesa civil;
IV- dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;
V- recursos provenientes de donativos e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas para fins exclusivos de aplicação em defesa civil;
VI- aplicações financeiras dos recursos financeiros realizadas na forma da legislação vigente;
VII- as provenientes dos termos de Ajustamento de Conduta firmados com o Ministério Público;
VIII- outras legalmente instituídas.

Parágrafo único. Os recursos descritos neste artigo serão depositados em conta bancária específica a ser aberta em instituição oficial, em nome do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 17. O orçamento do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil evidenciará as políticas e os programas de trabalho da Defesa Civil do Município.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil assegurará ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil e ao Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil as condições necessárias ao seu funcionamento, especialmente no que concerne a disponibilização de recursos materiais e apoio administrativo.

Art. 19. A Situação de Emergência e o Estado de Calamidade, observados os critérios estabelecidos nesta Lei e no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, serão declarados mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 20. É facultada a participação de agentes voluntários, mediante termo de adesão, na Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, especialmente em ações de resposta e recuperação em áreas atingidas ou com o risco de serem atingidas por desastres.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. O Poder Executivo Municipal regulamentará a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil, observados os dispositivos estabelecidos por esta lei.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Revoga a Lei Municipal nº 786, de em 22 de março de 1996.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:B016F10E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI Nº 2.075/2026

SUMULA: "Institui o Fórum Municipal de Educação – FME do Município de Itambaracá, Estado do Paraná, e dá outras providências."

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, aprovou, e eu **AMARILDO TOSTES** Prefeito Municipal sanciono a seguinte **LEI:-**

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Itambaracá, Estado do Paraná, o Fórum Municipal de Educação – FME, órgão colegiado permanente de caráter consultivo, propositivo, mobilizador, articulador, fiscalizador e de acompanhamento das políticas públicas educacionais, responsável pelo monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, pela coordenação das Conferências Municipais de Educação e pela promoção do debate democrático sobre as políticas educacionais, em articulação com os fóruns estadual e nacional de educação.

Art. 2º. O Fórum Municipal de Educação tem por finalidade promover a participação da sociedade na formulação, acompanhamento, avaliação e monitoramento das políticas educacionais, assegurando a gestão democrática da educação pública municipal.

Art. 3º. Compete ao Fórum Municipal de Educação:
I. Congregar Representantes de órgãos públicos e entidades privadas com interesse e atuação educacional no Município de Itambaracá, para discussão e acompanhamento do Plano Municipal de Educação;
II. acompanhar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação – PME, por meio do monitoramento anual e avaliação periódica do mesmo;
III. monitorar o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas no PME;
IV. promover estudos, debates, audiências públicas, seminários e conferências sobre temas relacionados à educação;
V. convocar, planejar, coordenar e acompanhar a realização das Conferências Municipais de Educação;
VI. acompanhar, divulgar e avaliar o processo de implementação das deliberações das Conferências Municipais de Educação;
VII. elaborar seu Regimento Interno, bem como o das Conferências Municipais de Educação a serem realizadas por exigência do Plano Municipal de Educação e/ou dos Fóruns Estadual ou Nacional de Educação;
VIII. zelar para que as Conferências de Educação do município estejam articuladas ao Plano Municipal de Educação e também às Conferências Estadual de Educação;
IX. planejar, acompanhar e coordenar o processo de concepção, implementação e avaliação da política educacional no Município, especialmente no que se refere ao Plano Municipal de Educação;
X. planejar e organizar espaços de debates sobre a política municipal de educação;
XI. articular a participação da sociedade civil e dos diversos segmentos educacionais na discussão das políticas públicas de educação;
XII. emitir pareceres, recomendações e propostas sobre assuntos educacionais de interesse do Município;
XIII. contribuir para a elaboração, revisão e atualização das políticas, programas e projetos educacionais municipais;
XIV. acompanhar a execução das políticas educacionais e propor medidas para o aprimoramento da qualidade da educação;
XV. promover a integração entre os sistemas e instituições educacionais e demais órgãos públicos relacionados à educação;
XVI. exercer outras atribuições correlatas necessárias ao cumprimento de suas finalidades.
XVII. Acompanhar, junto à Câmara Municipal de Vereadores, a tramitação de projetos legislativos relativos à política municipal de educação;

Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação deverá estabelecer sistemática de acompanhamento e avaliação de suas próprias ações, com apontamento dos resultados obtidos e justificação de sua manutenção, a serem submetidos ao Conselho Municipal de Educação e à Secretaria de Município de Educação.

Art. 4º. O Fórum Municipal de Educação será composto por 1 (um) representante titular e seu respectivo suplente, indicados pelos seguintes segmentos:
I- Secretaria Municipal de Educação;
II- Conselho Municipal de Educação (CME);
III- Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
IV- Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE);
V- Gestores Escolares dos Centros Municipais de Educação Infantil;
VI- Gestores Escolares das Escolas Municipais de Ensino Fundamental - Anos Iniciais;
VII- Equipe Pedagógica dos Centros Municipais de Educação Infantil;
VIII- Equipe Pedagógica dos Escolas Municipais de Ensino Fundamental - Anos Iniciais;
IX- Equipe Pedagógica das Instituições Estaduais de Educação Básica;
X- Professores da Educação Infantil;
XI- Professores do Ensino Fundamental - Anos Iniciais;
XII- Professores do Ensino Fundamental - Anos Finais (Educação em Tempo Integral);
XIII- Professores do Ensino Médio (Educação em Tempo Integral);
XIV- Professores do Ensino Médio Regular;
XV- Professores da Educação Profissional;
XVI- Estudantes do Período Integral - Ensino Fundamental, anos finais;
XVII- Estudantes do Período Integral - Ensino Médio;
XVIII- Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino;
XIX- Pais, Mães ou responsáveis por Estudantes - (APMFs) e/ou Conselhos Escolares da Rede Municipal de Ensino);
XX- APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná;
XXI- Núcleo Regional de Educação (NRE);
XXII- Poder Executivo Municipal;
XXIII- Comissão de Educação da Câmara Municipal;
XXIV- Conselho Tutelar.

§1º Os órgãos e entidades terão apenas 01 (um) representante indicado juntamente com 01 (um) suplente.

§2º Os representantes titulares e seus respectivos suplentes serão nomeados por ato do Prefeito.

§3º Os representantes titulares e seus respectivos suplentes, serão nomeados após indicação dos respectivos órgãos e entidades representativas dos segmentos considerados.

§ 4º Os Representantes indicados pelos órgãos arrolados nos incisos I a XXI serão cadastrados automaticamente pela Coordenação Geral.

Art. 5º. A participação dos membros indicados para compor o Fórum Municipal de Educação será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 6º. A estrutura, os procedimentos operacionais, detalhamento da constituição, organização e funcionamento do Fórum Municipal de Educação, serão definidos no seu Regimento Interno, aprovados em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições da presente Lei.

§ 1º O Fórum elaborará e aprovará seu Regimento Interno no prazo de até 90 (noventa) dias após sua instalação.

§ 2° Até a aprovação de seu Regimento Interno, o Fórum Municipal de Educação será coordenado pelo Dirigente Municipal de Educação ou representante por ele designado, ad referendum.

Art. 7º. O FME terá funcionamento permanente e reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, duas vezes por ano e, extraordinariamente, por convocação do seu coordenador, por requerimento da maioria dos seus membros, ou sempre que necessário.

Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação estará administrativamente vinculado à Secretaria Municipal de Educação, e receberá o suporte técnico, administrativo, logístico e financeiro para garantir seu funcionamento.

Art. 8º. O Fórum Municipal de Educação é composto pelos seguintes órgãos:
I. Coordenação Geral;
II. Assembleia Geral;
III. Conferência Municipal.

Art. 9º. O Fórum Municipal de Educação elegerá, entre seus membros, uma Coordenação Geral, conforme disposto em seu Regimento Interno.

Art. 10. A Coordenação Geral será composta da seguinte forma:
a) Representante da Secretaria de Município da Educação,
b) Representante do Conselho Municipal de Educação,
c) 03 (três) membros eleitos dentre os integrantes do Fórum, mediante Assembleia Geral.
d) 01 (um) membro eleito e/ou indicado dentre os integrantes do fórum para assumir a função de Secretária Executiva.

Art. 11. Compete à Coordenação Geral:
I- convocar e presidir as reuniões do Fórum;
II- coordenar os trabalhos e atividades do Fórum;
III- representar o Fórum perante os órgãos públicos e instituições;
IV- cumprir e fazer cumprir as deliberações do Fórum.
V- discutir, decidir e encaminhar acerca das diretrizes dos trabalhos a serem desenvolvidos pelo Fórum Municipal,
VI- dirigir as reuniões, assembleias gerais, conferências, e demais atividades do Fórum Municipal, com fornecimento de suporte administrativo e técnico, na forma que dispuser o Regimento Interno.

Parágrafo único. A Conferência Municipal de Educação é instância máxima de deliberação do Fórum.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:52DEBD1B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI Nº 2.076/2026

SUMULA: "Instituir a Política Municipal de Alfabetização para o desenvolvimento das ações de alfabetização no município de Itambaracá- PR, em consonância com o Programa Educa Juntos, estratégia Alfabetiza Juntos e com o Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada."

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, aprovou, e eu **AMARILDO TOSTES** Prefeito Municipal sanciono a seguinte **LEI:-**

Art. 1°. Instituir a Política Municipal de Alfabetização, com o objetivo de desenvolver ações estruturadas e articuladas, por meio da colaboração entre a União, Estado e Município, visando a consolidação da aprendizagem dos estudantes durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças.

Parágrafo Único: A Política fundamenta-se nas diretrizes da Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025 que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, na Lei nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022 que instituiu o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e na Resolução nº 5.158, de 07 de agosto de 2023 que institui a estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos.

Art. 2°. Princípios que compõem a Política Municipal de Alfabetização:
I. regime de colaboração entre União, Estado e Município para o desenvolvimento das ações de alfabetização;
II. garantia do direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental;
III. equidade educacional, sendo considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero;
IV. valorização da avaliação como instrumento formativo e de acompanhamento das aprendizagens;
V. formação continuada dos profissionais da educação;
VI. uso de evidências e dados educacionais para a tomada de decisão;
VII. garantia de condições pedagógicas adequadas, incluindo materiais didáticos e recursos de apoio.

Art. 3°. São objetivos da Política Municipal de Alfabetização
I. elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
II. assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
III. contribuir para o cumprimento da meta de alfabetização do Plano Municipal de Educação;
IV. fortalecer práticas pedagógicas baseadas em evidências;
V. promover o uso de tecnologias educacionais inovadoras no processo de alfabetização;
VI. socializar as experiências e produções em alfabetização e letramento desenvolvidas em sala de aula;
VII. reconhecer e disseminar práticas exitosas, pedagógicas e de gestão, no âmbito da garantia do direito à alfabetização;
VIII. garantir a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Art. 4°. Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I. priorização da alfabetização até o 2º ano do Ensino Fundamental;
II. promoção de práticas pedagógicas que desenvolvam a leitura/escuta, a escrita, oralidade, a produção textual e compreensão leitora;
III. assistência pedagógica para as equipes gestoras das unidades escolares;
IV. fortalecimento da gestão pedagógica nas unidades escolares;
V. acompanhamento e monitoramento sistemático das aprendizagens dos estudantes;
VI. implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;
VII. incentivo às práticas para desenvolver a linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil;
VIII. promoção da participação das famílias no processo educativo;
IX. apoio técnico-pedagógico contínuo às escolas.

Art. 5°. A política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:
I. crianças matriculadas na pré-escola (4 e 5 anos);
II. estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

Art. 6°. Agentes envolvidos na política Municipal de Alfabetização:
gestores municipais;
I. equipes pedagógicas;
II. gestores escolares;
III. professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
IV. comunidade escolar.
Art. 7°. A política Municipal de Alfabetização será implementada por ações que incluam:
I. definição de orientações curriculares e metas mensuráveis e objetivas;
II. adesão e oferta de formação continuada para professores e gestores;
III. utilização de materiais didáticos e pedagógicos complementares de apoio para professores e estudantes;
IV. desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens;
V. adesão às avaliações formativas e externas;
VI. monitoramento contínuo das aprendizagens;
VII. recomposição das aprendizagens para estudantes que não tenham sido alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental.

Art. 8°. Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento política Municipal de Alfabetização:
I. acompanhamento dos resultados de aprendizagem;
II. definição, análise e monitoramento de indicadores educacionais;
III. sistematização de dados por estudante, turma e escola;
IV. avaliação da efetividade das ações implementadas;
V. uso dos resultados para o replanejamento das ações pedagógicas.

Art. 9°. Compete à Secretaria Municipal de Educação de Itambaracá Estado do Paraná a coordenação estratégica das ações decorrentes desta Política Municipal de Educação.

Art. 10. Essa Lei regulamentará o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização própria do município que ficará responsável pela governança da Política de Alfabetização Municipal.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:877C6F2A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESTABELECIMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026
PROCESSO Nº 042/2026

A Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, por intermédio do Pregoeiro Oficial, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, **AVISA** aos interessados o **RESTABELECIMENTO** do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto é o Registro de Preços para **aquisição de Medicamentos para atender as necessidades da Unidades de Saúde do Município, mediante entrega de forma parcelada**.
A sessão pública de abertura das propostas e disputa de preços está prevista para o dia **02/09/2026**, às **8h30min** (horário de Brasília), na plataforma eletrônica BLL (www.bll.org.br).
Os interessados poderão obter o edital na aba LICITAÇÕES do site oficial (www.itambe.pr.gov.br), no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site da Plataforma BLL (www.bll.org.br), e demais informações e-mail: licitacao@itambe.pr.gov.br.

Itambé/PR, 18 de agosto de 2026.

LUÍS CEZAR CONTRERAS
Pregoeiro

Publicado por:
Luis Cezar Contreras
Código Identificador:051794C1

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RET-RATIFICAÇÃO

Processo: 042/2026
Pregão (Eletrônico): 16/2026
Registro de Preços: 06/2026

O Pregoeiro Oficial do Poder Executivo do Município de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade de adaptar as previsões editalícias do certame e, por consequência, o alcance da proposta mais vantajosa ao erário público, especificamente, com relação ao quantitativo do objeto, constante do Edital em epígrafe, **RESOLVE**:

1. RET-RATIFICAR o edital de Pregão Eletrônico nº 16/2026 nos termos abaixo:
1.1. **Adequação da quantidade de itens elencados no item 1.7 do TR-Termo de Referência (Anexo I);**
1.2. **Adequação do valor dos itens elencados no item 1.7 do TR-Termo de Referência (Anexo I);**
1.3. **Adequação do item 2 do TR-Termo de Referência (Anexo I);**
1.4. **Adequação do item 3 do TR-Termo de Referência (Anexo I), com a rastreabilidade do produto;**
1.5. **Inclusão do subitem "7.2.1" na minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo V):**
"7.2.1. DA OBRIGATORIEDADE DE PREENCHIMENTO DO CÓDIGO GTIN E DOS GRUPOS I80 E K NA NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e)
I - Em estrito cumprimento às normas fiscais e sanitárias vigentes, bem como em atendimento ao apontamento formulado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), é obrigatório o preenchimento, nas Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) emitidas para os produtos adquiridos neste certame, do **Código GTIN** (*Global Trade Item Number*) e dos campos estruturais relativos aos **Grupos I80 (Rastreabilidade)** e **Grupo K (Medicamentos/Produtos Farmacêuticos)**, observadas as seguintes especificações:
a. **Código GTIN:** A Contratada deverá obrigatoriamente preencher os campos cEAN e cEANTrib da NF-e sempre que o produto faturado possuir o código GTIN, nos termos do art. 3º, § 6º, do Subanexo I, Anexo III, do Decreto Estadual nº 7.871/2017 (RICMS/PR) e do § 6º da Cláusula 3ª do Ajuste SINIEF nº 07/2005.
b. **Rastreabilidade e Medicamentos:** Tratando-se do fornecimento de produtos farmacêuticos ou sujeitos ao controle de rastreabilidade, a NF-e deverá conter obrigatoriamente o preenchimento detalhado do Grupo I80 (dados de rastreabilidade de produto) e do Grupo K (específico para medicamentos/insumos farmacêuticos), indicando lote, data de fabricação, data de validade e quantidade de produtos na alça/lote, conforme os parâmetros técnicos definidos na Nota Técnica NF-e 2016.002 v1.00 e o disposto no art. 1º, inciso I, da RDC ANVISA nº 320/2002.
c. **Envio do Arquivo XML:** Por ocasião da entrega dos produtos e da respectiva fatura, a Contratada fica expressamente obrigada a disponibilizar e encaminhar à Administração Municipal o arquivo digital em formato **XML** da NF-e contendo a especificação dos referidos campos devidamente preenchidos, em atenção às diretrizes da Recomendação Administrativa MPC-PR nº 01/2019.
II - O não preenchimento do Código GTIN e dos campos dos Grupos I80 e K no arquivo XML/NF-e ensejará a recusa no recebimento provisório/definitivo do objeto e a consequente retenção do pagamento até a devida e integral regularização por parte do fornecedor, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigação acessória contratual."

2. Informamos que, após as devidas adequações no Edital e seus Anexos decorrentes da suspensão *sine die*, a nova sessão pública do Pregão Eletrônico fica reagendada conforme os dados abaixo:

Data da sessão: 02/09/2026. Plataforma BLL.
Horário: 8h30min (Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF).
Data e horário limite para encaminhar as propostas: As propostas deverão ser protocoladas até as 8h15min do dia **02/09/2026**. Plataforma BLL.

3. As demais disposições do edital de Pregão Eletrônico n.º 16/2026 não alcançadas pelo presente ato permanecem inalteradas, ratificadas.

4. E para que o presente expediente alcance seus efeitos administrativos e externos, determino sua publicação no Diário Oficial desta municipalidade, inclusão no quadro de avisos e editais do Paço Municipal, inserção (inteiro teor) no Portal da Transparência do Poder Executivo – www.itambe.pr.gov.br - link/aba "licitações", PNCP-Portal Nacional de Compras Públicas, Plataforma BLL, bem como, alteração dos registros junto ao Mural de Licitações do TCE/PR.

Itambé/PR., 18 de agosto de 2026.

LUÍS CEZAR CONTRERAS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Luis Cezar Contreras
Código Identificador:6EB45BC5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 189/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 189/2026
DATA: 17/08/2026

SÚMULA: Altera o Cronograma Financeiro para o Exercício Financeiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Itapejara D´Oeste, Estado do Paraná, Senhor Vilmar Schmoller, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:
DECRETA:
Art. 1º. Fica alterado o Decreto 292 de 18 de dezembro de 2025 que dispõe sobre a Programação Financeira para o Exercício Financeiro de 2026, efetuando alterações diminutivas do cronograma de desembolso, alterações adicionais do cronograma de desembolso e alterações adicionais das cotas de receitas de acordo com o anexo I do decreto.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês de agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:8F5B6288

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 190/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 190/2026
DATA: 18.08.2026
SÚMULA: Nomeia membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA – Itapejara D'Oeste-PR, para o ano de 2026.
O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 82 da Lei Orgânica Municipal e através do Art. 4º da Lei n.º 1404/2013 de 27.08.2013.
DECRETA:
Art. 1º) Ficam nomeados membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA – Itapejara D'Oeste – PR:
Representante do Departamento Municipal de Educação e Esportes:
Titular – Daniele Aparecida Pilonetto
Suplente – Sabrina Ferreira Dias da Costa.
Representante do Departamento Municipal de Saúde:
Titular — Lucieli de Oliveira
Suplente – Solange Rodrigues de Oliveira
Representantes do Departamento Municipal de Assistência Social:
Titular – Daniela Todoroviski
Suplente – Ciro Marchesan
Representantes do Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
Titular – Joacir Cittadin
Suplente – Eduardo S. Balbinotti
Representante da Associação de Proteção a Maternidade e a Infância - APMI:
• Titular – Geni Biolchi
• Suplente – Terezinha Deluqui
® Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:
• Titular – Eliane Bortolussi Antoniolli
• Suplente – Jane Kelly Semler Szpak
Representantes do Rotary Club:
• Titular – Atílio Venturin Sobrinho
• Suplente – Anderson José Deluqui
Representante da Associação dos Professores - API:
• Titular – Adriana Calegari.
• Suplente – Natania Aparecida Semler.
Representante do Sindicato Institucional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Itapejara D' Oeste – SINTRAF:
• Titular – Fernando Mantuvamni
• Suplente – Antonio Edson de Azeredo
Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
• Titular – Evaldir da Silva
• Suplente – Valdir Schuastz
Representante da COOPAF:
• Titular – Celeste Zanela Gnoatto
• Suplente – Cláudio Marques Berlanda
Representante da Associação Comercial e Empresarial - ACEI:
• Titular – Ari Valdir Klein
• Suplente – Neodimar Moterle
Representante do Conselho de Alimentação Escolar CAE:
• Titular – Lucas Kruger
• Suplente – Patrícia Gnoatto
Representante da Associação Clube de Idosos do Centro Itapejara D'Oeste:
• Titular – Lenita Bossi
• Suplente – Vilson Dalsente
Art. 2º - Os membros seguiram as normas e regras contidas no Decreto n° 060/2015, de 08 de junho de 2015.
Art. 3º - O mandato dos Membros será exercido gratuitamente e seus serviços são considerados relevantes ao Município.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês agosto do ano de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:435D4960

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 191/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 191/2026
DATA: 18.08.2026

SÚMULA: Suspende temporariamente as licenças-prêmio por assiduidade e as licenças não remuneradas dos servidores públicos municipais, e veda a concessão de novas licenças.

Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, e
CONSIDERANDO o término da vigência do Concurso Público nº 001/2021, ocorrido em 07 de março de 2026;
CONSIDERANDO a insuficiência do Processo Seletivo Simplificado realizado para suprir a necessidade de servidores e que novo PSS encontra-se em fase de contratação;
CONSIDERANDO a atual insuficiência de servidores públicos em exercício, especialmente em setores responsáveis pela prestação de serviços públicos essenciais;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade, regularidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados à população;
CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas administrativas temporárias enquanto o Município promove a recomposição de seu quadro de pessoal;
CONSIDERANDO os princípios da supremacia do interesse público, da continuidade do serviço público, da eficiência e da razoabilidade;
DECRETA:
Art. 1º Fica suspensa, pelo prazo de 06 (seis) meses, a concessão de novas licenças-prêmio por assiduidade e de licenças não remuneradas aos servidores públicos municipais.
Art. 2º A suspensão prevista neste Decreto não implica perda ou extinção de direitos funcionais já adquiridos pelos servidores, ficando assegurada a observância da legislação municipal quanto ao respectivo gozo.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, pelo prazo de 06 (seis) meses, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias de agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:6F6D4671

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 668 A 673/2026

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 668/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Joãozinho da Maia, Matrícula: 112.305-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Munícipes. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 23.08.2026 as 07h15 e retorno dia 23.08.2026 as 16h30. Destino: Três Barras do Paraná. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Congresso. Local: Igreja Evangélica. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 13.08.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 669/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Marcio Strassburger, Matrícula: 016.962-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Julia Venites e Jane Gubert. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 13.08.2026 as 09h00 e retorno dia 14.08.2026 as 21h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consulta e exames. Local: Hospital de Clinicas. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 13.08.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 670/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Marcio Strassburger, Matrícula: 016.962-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Kleivodex Marie, Krysdelis Castillho, Krystian Leonel e Laura Castillho. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 17.08.2026 as 05h30 e retorno dia 17.08.2026 as 16h00. Destino: Guarapuava. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Regulamentação de Documentação. Local: Policia Federal. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 13.08.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 671/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João C. da Costa, Matrícula: 014.187-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Waldemiro Nindicker com Acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 14.08.2026 as 03h00 e retorno dia 14.08.2026 as 20h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consulta e Exames. Local: UOPECCAN. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 13.08.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 672/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017.063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Marcia de Avila, Valdir de Avila, Dayane Brandão, Vilmar Berlanda e Luiz Ildefonso. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 17.08.2026 as 03h00 e retorno dia 17.08.2026 as 20h30. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Transit (oficial). Finalidade da viagem: Consulta e quimio. Local: Hospital São Lucas, CEONC e UOPECCAN. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 14.08.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 673/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 111.546-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Alessandra da Silva, Vitor da Silva e Marcia Minosso. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 16.08.2026 as 09h00 e retorno dia 17.08.2026 as 20h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: Transit (oficial). Finalidade da viagem: Consultas. Local: Hospital do Trabalhador e Hospital de Clinicas. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 14.08.2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:1DFA7DC2

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2495/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 2495/2026
DATA: 17.08.2026

Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal, de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 82, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o Requerimento do Departamento Municipal de Esportes e Cultura e dos relatórios do Gestor e Fiscal de Contrato,

relatando o descumprimento da empresa referente ao Contrato nº 4322/2026;
RESOLVE:

Art. 1º) Solicitar a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, instituída pela Portaria 2000/2023 de 07.06.2023, a abertura de Processo Administrativo contra a empresa E D RIBEIRO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 50.728.178/0001-21, por descumprimento contratual, conforme documentos em anexo.
Art. 2º) O prazo para conclusão do Processo Administrativo é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado quando justificado.
Art. 3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês de agosto do ano de 2026.
Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:D6262E16

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2496/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA N.º 2496/2026
DATA: 17.08.2026
Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 82 da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:
Art. 1º) Exonerar, a pedido, a partir de **17 de agosto de 2026**, a Sra. Jaqueline de Almeida Pasqualotto, ocupante do cargo de **Auxiliar de Consultório**, cadastrada na matrícula n.º 113.719-1, com carga horária **de 40 (quarenta) horas semanais**.
Art. 2º) As despesas decorrentes do cumprimento da presente Portaria, correrão por conta das dotações do Orçamento Geral do Município.
Art. 3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês de agosto do ano de 2026.

Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:010CA643

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO Nº 012/2026
Processo nº 012/2026, RATIFICO, nos termos do Artigo 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, contendo parecer da Assessoria Jurídica deste Município, que declarou inexigível a licitação, em favor do fornecedor ARI OLINTO TESTA, inscrito no CPF/MF 227.196.369 - 91, no valor mensal de R$ 1.650,00 (Hum mil, seiscentos e cinquenta reais).
Registre-se e Publique-se.
Itapejara D'Oeste – PR, 18 (dezoito) de Agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:620F6285

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 375/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**

Art.1º- Fica readequada a lotação e o cargo do servidor **SALVADOR DE FARIA NETO,** portador do RG **Nº *******070/PR,** sob o número de matrícula **68201**, nomeado através da Portaria Nº 613/2025, para ocupar o cargo de **GESTOR DO NÚCLEO DE PERÍCIAS, BENEFÍCIOS E SEGURANÇA DO TRABALHO,** simbologia CC-08, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:84C57E48

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 376/2026 DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, VISANDO A DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA DE IMÓVEL, CONFORME ESPECIFICA.

O **Prefeito Municipal de Itaperuçu**, Estado do Paraná, **EDILSON RUIZ DE FREITAS**, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a ocupação de uma área de 1.278,96m2, com a abertura de uma rua, e posterior pavimentação asfáltica, dentro do imóvel objeto da Matrícula nº 16.514, no quadro urbano desta cidade;

CONSIDERANDO o pedido expresso do proprietário do imóvel, relacionado à indenização por desapropriação indireta, bem como o parecer jurídico da Advocacia Geral do Município, orientando pela abertura de processo administrativo;

RESOLVE

Art. 1º Determinar a ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINSITRATIVO para fins de apuração das circunstâncias da desapropriação indireta sobre a área referida no preâmbulo desta portaria.

Art. 2º Determinar às Secretarias competentes da municipalidade que procedam a respectiva avaliação do imóvel, bem como as justificativas para a "ocupação" da área em questão, e sua "utilidade pública".

Art. 3º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis justificadamente por igual período, para a conclusão do procedimento administrativo em questão.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marjory Louise Pedroso de Moraes
Código Identificador:5E31BF0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO N° 65/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, ADJUDICO E HOMOLOGO a presente licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 65/2026, que tem como objeto a **"Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de borracharia (conserto, montagem, rodizio de pneus, vulcanizações e troca de bicos), com fornecimento de mão de obra e materiais, para veículos leves pesados e máquinas".** Cujo vencedor LOTES 01, 02, 03, 04 e 05 foi a empresa **WOLNEY RUTH SANTANA & CIA LTDA, CNPJ: 07.516.225/0001-44**, no valor de **R$ 454.800,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos reais).** Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 18 de agosto de 2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:F35E9C33

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 187/2026

CONTRATO Nº 187/2026.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
CONTRATADO: RC SCIENTIFIC COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS ANALÍTICOS LTDA.
CNPJ: Nº 27.263.741/0001-11.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPERUÇU/PR, POR MEIO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO – VIGIÁGUA.
DO VALOR: R$ 6.799,00 (SEIS MIL SETECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 10 DE AGOSTO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:A37BDA42

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 190/2026

CONTRATO Nº 190/2026.
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
CONTRATADO: DANIELA SABRINA COSTA AGROPECUARIA AGROSUL
CNPJ: 31.261.918/0001-18
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SEMENTES.
DO VALOR: R$ 8.810,00 (OITO MIL E OITOCENTOS E DEZ REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 12 DE AGOSTO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:A2570D67

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO Nº 231/2025

CONTRATO Nº 231/2025.
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 31/2025.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
CONTRATADO: TOTTAL SINALIZAÇÃO LTDA.
CNPJ: 29.039.646/0001-64.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA SEMAFÓRICA, VERTICAL E HORIZONTAL NAS VIAS DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU-PR.
DO VALOR: R$ *454.300,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL E TREZENTOS REAIS).*
DATA DA ASSINATURA: 27 DE JULHO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:634F994D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO N° 71/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, HOMOLOGO a presente licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 71/2026, que tem como objeto a **"Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de day use, incluindo disponibilização de espaço com infraestrutura adequada, acesso às áreas de lazer, alimentação e estrutura para realização de formação continuada destinada aos professores da rede municipal de ensino, em comemoração ao Dia do Professor".** Cujo vencedor foi a empresa **DINASTIA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, CNPJ: 15.370.032/0001-56**, no valor de **R$ 36.652,00 (trinta e seis mil e seiscentos e cinquenta e dois reais).** Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 18 de agosto de 2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:CFC5BF48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 81/2026

LICITAÇÃO PARA AMPLA CONCORRENCIA
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 31/08/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 31/08/2026 às 09h00min.
Objeto: ***Aquisição de freezers, fornos elétricos, micro-ondas, geladeiras e bebedouros, destinados à modernização e ao reaparelhamento das cozinhas e áreas de preparo e armazenamento de alimentos das unidades da Rede Municipal de Ensino Fundamental e Educação Infantil, visando proporcionar melhores condições de conservação, preparo e distribuição da alimentação escolar, garantindo maior eficiência, segurança e qualidade na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).***
VALOR MÁXIMO: Valor Total 108.327,26 (cento e oito mil trezentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*

Itaperuçu/PR, 18 de agosto de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:815720A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA N° 016/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições legais, **RATIFICO** o procedimento de **Dispensa Eletrônica nº 016/2026**, que tem por objeto a contratação de **seguro automotivo destinado à ambulância da Secretaria Municipal de Saúde**, declarando vencedora a empresa **SEGUROS SURA S.A.**, inscrita no CNPJ nº **33.065.699/0001-27**, pelo valor de **R$ 14.862,32 (quatorze mil, oitocentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos)**, com prazo de vigência de **12 (doze) meses**, em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pelo Agente de Contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições legais aplicáveis.

Itaperuçu, 18 de agosto de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:5269704F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 349/2026 DE 10 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e
Considerando a Portaria de Férias n° 300/2026 de 09 de julho de 2026 da Secretária Municipal de Saúde Rubiene Fatima Costa Pereira.

RESOLVE**:**

Art.1º- Designar para responder temporariamente pelas atribuições da pasta da Secretaria Municipal de Saúde, cumulativamente com o cargo de Assistente Administrativo Jaqueline Portes de Barros Amaral, portadora da cédula de identidade RG nº **1*******7/PR**, até ulterior deliberação.

Parágrafo Único – Conforme previsto na Lei Orgânica Municipal, fica vedado o acúmulo de remuneração no disposto no caput deste artigo, mantendo-se a percepção da remuneração do cargo efetivo de Assistente Administrativo.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:E32ECFBE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
DECRETO N° 163/2026

DECRETO N° 163/2026

SÚMULA: Homologa Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2026 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itaúna do Sul, no uso de suas atribuições e considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2026, **DECRETA:**

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2026 para os cargos de agente administrativo, agente comunitário de saúde, auxiliar de saúde bucal, bioquímico, enfermeiro, farmacêutico, motorista, operador de máquinas, professor de educação infantil, técnico em enfermagem, divulgado através do edital nº 003/2026 de 17 de agosto de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:6D5C5A2D

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 321/2026

PORTARIA Nº 321/2026

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares ao servidor Renato lima da Silva e estabelece outras providências.

GILSON JOSE DE GOIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e, Considerando o requerimento apresentado pelo servidor e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder o fracionamento de férias regulamentares ao servidor Renato lima da Silva, matricula nº 281**,** CPF 057.3**.***-77, com o cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde na função de Controle Interno, lotado no Paço Municipal, – Diretoria Executiva de Administração, para o período aquisitivo de 2023/2024, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias fracionada será usufruído entre os dias 19/08/2026 e 02/09/2026, totalizando 15 (quinze) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

GILSON JOSE DE GOIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:021BDC1E

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI 1715/2026

LEI MUNICIPAL Nº 1715/2026

SÚMULA: Dispõe sobre Autorização do Poder Executivo Municipal em abertura de crédito adicional Suplementar por Superavit Financeiro de Recursos Vinculados na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.677/2025, e sobre a alteração da meta de trabalho na Lei Municipal nº 1.676/2025 do PPA 2026 a 2029, e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Municipal nº 1.651/2025, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gilson José de Góis, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, um Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro de Recursos Vinculados no valor de R$ 49.435,60 (Quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos) na seguinte dotação:

04000:- SEC. DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
04001:- DIRETORIA EXECULTIVA DE OBRA VIAÇÃO E SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICOS
04001:1545100051.010 – Construção Novo Pátio Municipal Rodoviário
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
440000:- INVESTIMENTOS
449000:- APLICAÇÕES DIRETAS
449051:- Obras e Instalações (Ficha 814)..... R$ 17.828,33
TOTAL..... R$ 17.828,33
FONTE: 803 – Emendas Individuais Impositivas – transferência especial – (Inciso I do Art. 169-A da E.C. 105/2019)

400000:- DESPESAS DE CAPITAL
440000:- INVESTIMENTOS
449000:- APLICAÇÕES DIRETAS
449051:- Obras e Instalações (Ficha 190)..... R$ 31.607,27
TOTAL..... R$ 31.607,27
FONTE: 810 - Emendas Individuais Impositivas – transferência especial – Emenda Parlamentar 2022232200007 Frangão

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 49.435,60
Art. 2º Para utilização do Crédito Adicional SUPLEMENTAR, disposto no artigo 1º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes do Superávit Financeiro de Recursos Vinculados de anos Anteriores no valor de R$ 49.435,60 (Quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos), proveniente das seguintes fontes:

FONTE: 803 – Emendas Individuais Impositivas – transferência especial – (Inciso I do Art. 169-A da E.C. 105/2019)..... R$ 17.828,33
FONTE: 810 - Emendas Individuais Impositivas – transferência especial – Emenda Parlamentar 2022232200007 Frangão..... R$ 31.607,27

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO..... R$ 49.435,60

Art. 3º As modificações orçamentárias de que tratam os arts. 1º e 2º desta Lei encontram-se autorizadas pelo art. 4º da Lei Municipal nº 1.677/2025 (Lei Orçamentária Anual – LOA), produzindo os correspondentes ajustes no Plano Plurianual – PPA, instituído pela Lei Municipal nº 1.676/2025, e suas alterações, com vigência para o período de 2026 a 2029, bem como na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, instituída pela Lei Municipal nº 1.651/2025, para o exercício financeiro de 2026.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (18/08/2026).

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito

Publicado por:
Caio Cesar de Santi Ferreira
Código Identificador:854E196F

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI 1716/2026

LEI MUNICIPAL Nº 1716/2026

SÚMULA:- Dispõe sobre Autorização do Poder Executivo Municipal em abertura de crédito adicional Especial por Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.677/2025, e sobre a alteração da meta de trabalho na Lei Municipal nº 1.676/2025 do PPA 2026 a 2029, e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Municipal nº 1.651/2025, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gilson José de Góis, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, um Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação de recursos vinculados no valor de R$ 283,94 (Duzentos e oitenta e três reais e noventa e quatro centavos), na seguinte dotação:

06000:- SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06001:- SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
06001:0824200122.062 – Prog. SIGTV Estrut. Invest. E Custeio APAE
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
335000:- TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS
335043:- Subvenções Sociais (Ficha 790)..... R$ 283,94
TOTAL .....R$ 283,94
FONTE: 854 – SIGTV GND 3 - Custeio APAE 2026
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.....R$ 283,94

Art. 2º Para utilização do Crédito Adicional ESPECIAL, disposto no artigo 1º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes de Tendência de Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados no valor de R$ 283,94 (Duzentos e oitenta e três reais e noventa e quatro centavos), proveniente da seguinte fonte:

(Tendência de Excesso de Arrecadação)

13.21.01.11.05.25.00.00 – REND. APLIC. FINANC. – SIGTV GND 3 CUSTEIO APAE 2026 C/C 27980-3 – F. 854	283,94

TOTAL GERAL DE TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	**283,94**

Art. 3º As modificações orçamentárias de que tratam os arts. 1º e 2º desta Lei encontram-se autorizadas pelo art. 4º da Lei Municipal nº 1.677/2025 (Lei Orçamentária Anual – LOA), produzindo os correspondentes ajustes no Plano Plurianual – PPA, instituído pela Lei Municipal nº 1.676/2025, e suas alterações, com vigência para o período de 2026 a 2029, bem como na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, instituída pela Lei Municipal nº 1.651/2025, para o exercício financeiro de 2026.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (18/08/2026).

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito

Publicado por:
Caio Cesar de Santi Ferreira
Código Identificador:BB470ECF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CÂMARA MUNICIPAL
REGULAMENTA LEI GOVERNO DIGITAL

RESOLUÇÃO Nº 02/2026

Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021 - Governo Digital - no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Ivaí, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º Esta resolução regulamenta a Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021 — Governo Digital — no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Ivaí, estabelecendo competências, procedimentos e providências correlatas a serem observados, visando garantir a proteção de dados pessoais e o acesso ao Governo Digital.

Art. 2º Para fins desta Resolução, considera-se as seguintes diretrizes:

I - a manutenção dos serviços digitais disponíveis, bem como a garantia da sua evolução tecnológica;
II - ampliação da oferta de serviços digitais;
III - aproximação entre o Poder Legislativo Municipal e o cidadão;
IV - uso da tecnologia e da inovação como habilitadoras da inclusão diminuindo as desigualdades;
V - busca da permanente melhoria dos processos e ferramentas de atendimento ao cidadão e de prestação de serviços pelos servidores.

Art. 3º O Governo Digital na Câmara de Ivaí tem por objetivo:

I - manter atualizadas as informações institucionais e as comunicações de interesse público;
II - monitorar e implementar ações de melhoria dos serviços públicos prestados, com base nos resultados da avaliação de satisfação dos usuários dos serviços;
III - integrar os serviços públicos às ferramentas de notificação aos usuários, de assinatura eletrônica, quando aplicáveis;
IV - eliminar, inclusive por meio da interoperabilidade de dados, exigências desnecessárias quanto à apresentação, pelo usuário e entidades externas, de informações e documentos comprobatórios prescindíveis.

Art. 4º Os responsáveis pela prestação digital de serviços públicos detentores ou gestores de bases de dados, inclusive os controladores de dados pessoais, deverão gerir suas ferramentas digitais, tendo em consideração:

I – a interoperabilidade de informações e dados sob sua gestão, respeitadas as restrições legais, os requisitos de segurança da informação e comunicação, as limitações tecnológicas e a relação custo-benefício da interoperabilidade;
II – a proteção de dados pessoais, observada a legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 5º A Câmara Municipal poderá criar instrumentos para desenvolvimento de capacidades individuais e organizacionais necessárias à transformação digital, com o objetivo de:

I - criar e avaliar estratégias e conteúdos para o desenvolvimento de competências para a transformação digital entre servidores municipais;
II - pesquisar, desenvolver e testar métodos, ferramentas e iniciativas para a colaboração entre servidores municipais e cidadãos no desenho de soluções focadas na transformação digital.

Art. 6º A Câmara Municipal deverá oferecer aos cidadãos a possibilidade de formular sua solicitação, sempre que possível, por meio eletrônico.

Art. 7º São garantidos os seguintes direitos aos usuários da prestação digital de serviços públicos:

I - gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital;
II - atendimento nos termos da Carta de Serviços;
III - padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital; e
IV - recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas.

Art. 8º Aplicam-se subsidiariamente e no que couber as regras gerais previstas na Lei Federal nº 14.129, de 2021.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 2026.

RONDI JARSKI
Presidente da Câmara Municipal de Ivaí

Publicado por:
Edson Domareski
Código Identificador:CBD8B7E6

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 027/2025 CONTRATO Nº 218/2025

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representada pelo senhor ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO, brasileiro, casado, residente em Ivaí – PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715.210.549-91, a seguir denominada CONTRATANTE e a empresa a **PLACARSOFT LTDA**, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob o nº 48.018.735/0001-79, sediado na Avenida Bayer Filho, n° 1287, sala 02, Bairro centro, Tijucas (SC) – 88.200-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado pelo senhor **HIGGOR MELO DE OLIVEIRA**, resolvem, de comum acordo, firmar o presente TERMO ADITIVO, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e de acordo com as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO:
O presente contrato tem por objeto a contratação de software como serviço (SaaS) em gestão esportiva.

CLÁUSULA SEGUNDA:
A **CLÁUSULA SEGUNDA** do contrato original, os prazos de execução e de vigência deste contrato ficam prorrogados até 16/08/2027, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, devidamente justificados pela secretaria de esportes e mantidas as condições vantajosas para o interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do **CONTRATO Nº 218/2025** e de seus aditivos anteriores, que não tenham sido alteradas pelo presente instrumento, permanecendo válidas em todos os seus termos.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Ivaí (PR), 17 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Ivaí- PR
ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO **-**
Prefeito Municipal
Contratante

Placarsoft LTDA
HIGGOR MELO DE OLIVEIRA –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:CE36E9C2

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 058/2025 REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2025 ATA Nº 100/2025

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representada pelo senhor ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO, brasileiro, casado, residente em Ivaí – PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715.210.549-91, a seguir denominada CONTRATANTE e a empresa a **SYDNEY BRIZOLLA,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.680.834/0001-09, sediado na Rua DR Ferreira Correia, n° 380, Ivaí – PR, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada pela senhor **LEONARDO BRIZOLLA**, resolvem, de comum acordo, firmar o presente TERMO ADITIVO, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e de acordo com as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO:
O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecer itens para Coffebreack e fornecer serviço para buffet – LOTE 1, 2, 3.

CLÁUSULA SEGUNDA:
A **CLÁUSULA SEGUNDA** do contrato original, os prazos de execução e de vigência deste contrato ficam prorrogados até 10/08/2027, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, devidamente justificados pela Secretaria da Educação e mantidas as condições vantajosas para o interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do **ATA Nº 100/2025** e de seus aditivos anteriores, que não tenham sido alteradas pelo presente instrumento, permanecendo válidas em todos os seus termos.
E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

CLÁUSULA QUARTA – DO ADITIVO: REAJUSTE DE VALOR

As partes resolvem ainda, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, promover o **reajuste** do preço unitário contratado com efeitos financeiros a partir de 11/08/2026, com fundamento na Cláusula sexta do ata nº 100/2025, no percentual de 4,10**%** referente variação do INPC, conforme cálculo realizado pela Divisão Licitação.

Ivaí (PR), 11 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Ivaí-PR
ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO **-**
Prefeito Municipal
Contratante

Sydney Brizolla
LEONARDO BRIZOLLA–
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:DB725460

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 188/2026 LICITAÇÃO N° 044/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 031/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2026

OBJETO: Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para a Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, LOTE – 02, 10, 11 e 12.
CONTRATADA: COMERCIAL SANTA ANA LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 37.803,06
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 14/08/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO CHAGAS VAZ
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:C53A9060

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 192/2026 LICITAÇÃO N° 044/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 031/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2026

OBJETO: Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para a Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, LOTE – 07.
CONTRATADA: MULTICENTER & DIGICOLOR ATACADO LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 26.168,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 14/08/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

ELISABETE SASS GASPAR
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:94005C29

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Aquisição de tratores para a Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio-Ambiente
CONTRATADO LOTE 1: BRE - Empresa Brasileira de Equipamentos Eireli (29.218.631/0001-63) R$237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais)
VALOR TOTAL: R$237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 28, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021
ADJUDICADO E HOMOLOGADO EM 17/08/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal de Ivaí

Publicado por:
Alvaro Somer
Código Identificador:185606F5

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 193/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 068/2026

OBJETO: Fornecimento de camisetas personalizadas destinadas aos alunos dos 5° anos da rede municipal de ensino participantes do proerd.
CONTRATADA: 56.989.752 LUANA PADILHA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 7.525,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 14/08/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

LUANA PADILHA–
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:34D9AFD9

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 243/2026

PORTARIA Nº 243/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 395/92,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal Sra **MARLI MALAQUIAS RIBEIRO DA SILVA**, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, **LICENÇA ESPECIAL**, no período de 18 de agosto de 2026 a 16 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 18 de agosto de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:FA1DF907

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA
PORTARIA N.O 13, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede Férias Regulamentares.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, Constituição do Estado do Paraná, na Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder restante de 15 (quinze) dias de férias regulamentares ao Servidor SERGIO LUIZ JACOMINI, MATRÍCULA, 44, detentor do Cargo de Provimento Efetivo de Advogado desta Casa de Leis, referente ao período aquisitivo de 11/04/2025 à 10/04/2026, no período de 17 (dezessete) de agosto de 2026 a 31 (trinta e um) de agosto de 2026, retornando em 01 (um) de setembro de 2026.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA, aos 17 dias do mês de agosto de 2026.

MARISTELVIO TENEDINI
Presidente

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:079F0EBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA COM PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 - PMI

O Município de Ivatuba torna público aos interessados a convocação para a participação de licitação na modalidade Pregão na forma Eletrônica, de acordo com as seguintes especificações:
MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 034/2026 - PMI.
TIPO: Menor preço por item.
OBJETO: **Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição de um veículo automotor do tipo Sport Utility Vehicle (SUV),** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital.
ABERTURA E RECEBIMENTO DOS LANCES: às 09 horas, do dia 04 de setembro de 2026 no endereço eletrônico: www.bll.org.br.
EDITAL NA ÍNTEGRA: À disposição dos interessados no Setor de Compras, Licitações e Contratos, na Rua Marechal Floriano, nº 797, e junto ao Portal da Transparência no site oficial do Município de Ivatuba, ou através do site: www.bll.org.br.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: licita@ivatuba.pr.gov.br ou ivatubalicitacao@gmail.com

Ivatuba/Pr, 18 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:A323759E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 170/2026

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -
Art.1º - Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretária Municipal de Obras e Serviços públicos, conforme Programação de Férias constante do Protocolo nº 1844/2026 - PMI de 11/08/2026.

Matricula	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Qtde de Dias	Período de Gozo
718	Edson Pereira Loiola	Operador de Máquina	17/06/2025 à 16/06/2026	15	08/09/2026 à 22/09/2026
744	Renato Umbelino da Silva	Sec. de Obras e Serviços Públicos	02/04/2025 à 01/04/2026	05	21/09/2026 à 25/09/2026

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 14 (quatorze) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:81F718B6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 02.01/2026

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 07.02/2026 de 11/08/2026, para o ingresso no Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 086/2026 de 17/08/2026, os (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as):

MOTORISTA
SIDNEI DA SILVA LIMA
MARCOS ANTONIO DO AMARAL ARAUJO
ISAAC ANDRE DA SILVA
PAULO HENRIQUE FELIPE
JOAO LUCIO GORZONI
IVERALDO SILVA
RAIMUNDO BELARMINO DA SILVA FILHO
ROBERTO MARCOS DE ALMEIDA
DOUGLAS MANOEL RAMOS DOS SANTOS
CLODOALDO SILVA DAS VIRGENS
ORLANDO DE ARAUJO BORGES
ADENILSON OLIVEIRA DE MELLO
DENIVALDO PAULINO DE SOUZA
SIDNEI GARCIA ALVES
MARCELO DE SOUZA CAMPOS
VITOR MANOEL DO NASCIMENTO ROSA
LEANDRO DA PALMA RODRIGUES
CRISTIANO TEIXEIRA DE ALMEIDA
RICARDO JOSE SOARES
EDER PASTOR CARDOSO

Os (as) convocados (as) acima deverão comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:00 ou das 14:00 as 16:30, no período de 19/08 a 25/08/2026, munidos (as) dos seguintes documentos originais e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

- RG e CPF.
- CNH, Categoria “D” ou superior, com registro/observação “EAR” – Exerce Atividade Remunerada.
- Certificado de Curso Especializado para Transporte Escolar/CONTRAN.
- Título de eleitor.
- Carteira de trabalho e N. º do PIS.
- Certificado de reservista (homem).
- 01 (uma) foto 3x4 atual.
- Comprovante de grau de instrução.
- Comprovante de residência, N.º. de Telefone e e-mail.
- Certidões Negativa de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (**1**- Federal /DPF, **2**- Estadual/Instituto Identif. Polícia Civil e **3**- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência dos últimos 05 anos.
- Certidão de nascimento ou casamento.
- Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.
- Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.
- Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento).
- Auto declaração de raça/etnia
- Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia)
- Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.
- Declaração de recebimento ou não de proventos de aposentadoria junto ao INSS e a espécie do benefício, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.
- Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado).

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 18 de agosto de 2026.

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:27D8A4E8

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 02.01/2026

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 07.02/2026 de 11/08/2026, para o ingresso no Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 086/2026 de 17/08/2026, as candidatas abaixo relacionadas:

MONITOR ESCOLAR
JESSICA MIGUEL DA SILVA
PATRICIA DE OLIVEIRA LIMA
ANA CLAUDIA SILVA
ANA LUIZA SERPELLONI
STEFANE MOURA DE OLIVEIRA
ANAHI GABRIELE VIEIRA PINHEIRO
ELIANE APARECIDA VIEIRA
RAFAELLA GOMES DIAS
IZAIRA RIBEIRO
ZULEICA LACERDA DE PAULA
SHEILA APARECIDA RODRIGUES

TREICY CAMILA SANTANA GERALDO
GABRIELA KOPIEQUES
ROSILENE REIS DE FRANCA
SIMONE ALVES RUFINO ALEXANDRE CANUTO

As convocadas acima deverão comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:00 ou das 14:00 as 16:30, no período de 19/08 a 25/08/2026, munidas dos seguintes documentos originais e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

•
RG e CPF.

•
Título de eleitor.

•
Carteira de trabalho e N. º do PIS.

•
01 (uma) foto 3x4 atual.

•
Comprovante de grau de instrução.

•
Comprovante de residência, N.º. de Telefone e e-mail.

•
Certidões Negativa de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (**1**- Federal /DPF, **2**- Estadual/Instituto Identif. Polícia Civil e **3**- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência dos últimos 05 anos.

•
Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento).

•
Auto declaração de raça/etnia

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia)

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Declaração de recebimento ou não de proventos de aposentadoria junto ao INSS e a espécie do benefício, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado)

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 18 de agosto de 2026.

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:E23B4788

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 040/2026 CONCURSO PUBLICO-CARGO PUBLICO – EDITAL 001/2024

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 018/2024 de 30/08/2024, para o ingresso no Cargo Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 077/2024 de 30/08/2024, as candidatas abaixo relacionadas:

PROFESSOR /20 HRS
DAIANA FATIMA SOUZA DE LIMA
LUCIA APARECIDA DOS SANTOS
LUCIANA KNOOR RIBEIRO

As convocadas acima deverão comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:30 e das 14:00 as 16:30hrs, no período de 19/08/2026 a 25/08/2026, munidas dos seguintes documentos original e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

•
RG e CPF.

•
Título de eleitor.

•
Carteira de trabalho e N. º do PIS.

•
Certificado de reservista (homem).

•
01 (uma) foto 3x4, atual.

•
Comprovante de grau de instrução.

•
Comprovante de registro no respectivo conselho.

•
Comprovante de residência, Nº de Telefone Celular e E-mail.

•
Certidões Negativa de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (**1**- Federal/DPF, **2**- Estadual/Instituto Identif. Polícia Civil e **3**- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência nos últimos 05 anos.

•
Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento).

•
Auto declaração de raça/etnia.

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia).

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado).

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 18 de agosto de 2026.

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:D42DDCEC

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE MULTAS DE POSTURAS Nº 01/2026 RELAÇÃO DE IMÓVEIS AUTUADOS PELO DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO DE POSTURAS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 75.457.341/0001-90, com sede na Avenida Minas Gerais, 220, centro, CEP: 86.610-000 fone: (43) 3272-1122, neste ato representado pelo Agente Fiscal Tributário, vinculado na divisão de cadastro, fiscalização e tributação, **TORNA PÚBLICA** a relação de imóveis urbanos **AUTUADOS**, para que os(as) proprietários(as) dos terrenos providenciem o pagamento da **multa,** no prazo de 30 dias. O não cumprimento do presente edital no prazo estabelecido poderá acarretará ao(s) proprietários(as) a inscrição em dívida ativa, conforme Código de Posturas Municipal, Código Tributário Municipal, e Decreto nº 64/2026.

Data da Constatação	Auto de Infração	Proprietário	Local dos Terrenos / imóveis	Motivo
10/08/2026	Nº 001	*Ednalva Maria da Conceição*	Rua Rosa Ricardo Domingues, nº 21	Não realizou/realizaram a limpeza do terreno no prazo estabelecido na notificação. Apesar de terem sido notificados, os imóveis permanecem em mau estado de conservação. Art. 11, 170 – 177, 183 – 190 da Lei Complementar Municipal nº 05/2023; Art. 485 – 492 da Lei Complementar; art. 2º, 4º, 7º, 9º e 11 do Decreto nº 64/2026
10/08/2026	Nº 002	*Izabel Maria da Silva*	Avenida Ana Alves Camargo, nº 31	
10/08/2026	Nº 003	*Espólio de Maria Paitas*	Rua Santa Catarina, nº 131	
10/08/2026	Nº 004	*Clovis Pereira da Costa*	Rua Curitiba, nº 701	
10/08/2026	Nº 005	*Exclusiva Negócios Imobiliários Ltda*	Rua Dejanira Alves Lima, nº 1231	
10/08/2026	Nº 006	*Exclusiva Negócios Imobiliários Ltda*	Rua Eunice Pinheiro da Silva, nº 1360	
10/08/2026	Nº 007	*Olivia Silva de Oliveira*	Rua Maranhão, nº 751	
10/08/2026	Nº 008	*Espólio de Jerusina M. de M. Oliveira*	Rua Anita Garibaldi, nº 300	
10/08/2026	Nº 009	*Marlene Salvatico*	Rua São José Dos Bandeirantes, nº 141	
10/08/2026	Nº 010	*Tatiane Fernanda Diorio*	Rua São José Dos Bandeirantes, nº 151	

Cumpre ressaltar que os proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis urbanos, edificados ou não, lindeiros a vias ou logradouros públicos, beneficiados ou não com meio-fio e/ou pavimentação asfáltica, **são obrigados a mantê-los limpos, capinados e drenados, responsabilizando, em qualquer situação, por sua utilização como depósito de lixo, detritos ou resíduos de qualquer natureza**. (art. 485 da Lei Complementar Municipal Nº 06/2023).
DEFESA ADMINISTRATIVA. O autuado poderá apresentar defesa administrativa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da ciência deste Auto de Infração, mediante requerimento escrito dirigido à Comissão Municipal de Julgamento de Recursos - CMJR e protocolado junto à Divisão de Cadastro, Fiscalização e Tributação, nos termos do Decreto Municipal nº 064/2026.
OBRIGAÇÃO DE REGULARIZAR. O pagamento da multa não exime o responsável de executar a limpeza, capinação, roçagem, remoção de resíduos ou demais providências determinadas.
EXECUÇÃO SUBSIDIÁRIA. Persistindo a irregularidade, o Município poderá, a qualquer tempo, executar ou contratar os serviços e cobrar separadamente os valores e acréscimos legalmente cabíveis, sem prejuízo da multa aplicada.
Considerando o tempo de permanência da irregularidade, será expedida a ordem de serviço para a secretaria responsável executar a limpeza. E após executada, será lançado os valores correspondentes ao serviço prestado.

A cópia integral da notificação, com as imagens, pode ser retirada no setor de tributação, localizado no Paço Municipal.

LUCAS WILLIAN SANTOS DE SOUZA
Agente Fiscal Tributário – Matricula nº. 8.148.615

Jaguapitã – PR, 17/08/2026.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:1160545C

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 557/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor da servidora pública municipal Sra. **LANA TAIANE CRUZ,** Contadora, referente ao pagamento de 01 (uma) diária, face ao deslocamento que fará a Maringá - Pr., para participar de treinamento e capacitação em rotinas contábeis junto a empresa SENSUS. Saída dia 19/08/2026 às 07h30 e retorno às 18h00 do mesmo dia, conforme o processo nº.3747/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 18 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:0CCD7479

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 558/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor do servidor público municipal Sr. **ARLINDO PIRES DE OLIVEIRA JUNIOR,** Contador, referente ao pagamento de 01 (uma) diária, face ao deslocamento que fará a Maringá - Pr., para participar de treinamento e capacitação em rotinas contábeis junto a empresa SENSUS. Saída dia 19/08/2026 às 07h30 e retorno às 18h00 do mesmo dia, conforme o processo nº.3748/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,

Em 18 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:49063A38

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 559/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

R E S O L V E

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor da servidora pública municipal Sra. **MARGARETE GABRIEL DE OLIVEIRA,** Contadora, referente ao pagamento de 01 (uma) diária, face ao deslocamento que fará a Maringá - Pr., para participar de treinamento e capacitação em rotinas contábeis junto a empresa SENSUS. Saída dia 19/08/2026 às 07h30 e retorno às 18h00 do mesmo dia, conforme o processo nº.3753/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 18 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:F6295E39

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 560/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, em atendimento ao Processo nº. 3740/2026,

RESOLVE

CANCELAR a **PORTARIA Nº. 507/2026**, de concessão de diária à servidora pública municipal Sra. **ADRIANA CRISTINA ALVES BARBOSA**, Educador Social, por não ter realizado o deslocamento a Londrina - Pr., no dia 06/08/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 18 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:099FB727

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
ANEXO II DO EDITAL N.º 08.01/2026 – PARECERES DOS RECURSOS DEFERIDOS

CONHECIMENTOS COMUNS – NÍVEL FUNDAMENTAL TARDE			
CARGO	**QUESTÃO**	**JUSTIFICATIVA**	**RESULTADO DA ANÁLISE**
Agente de Operação de Água e Esgoto	19	Erro de formulação, uma vez que a questão apresenta mais de uma alternativa correta.	Questão Anulada

CONHECIMENTOS COMUNS – NÍVEL MÉDIO TARDE			
CARGO	**QUESTÃO**	**JUSTIFICATIVA**	**RESULTADO DA ANÁLISE**
Agente de Fiscalização e Leitura	12	Erro de formulação, uma vez que a questão não apresenta alternativa correta.	Questão Anulada

CONHECIMENTOS COMUNS – NÍVEL SUPERIOR TARDE			
CARGO	**QUESTÃO**	**JUSTIFICATIVA**	**RESULTADO DA ANÁLISE**
Contador Engenheiro Sanitarista	18	Erro de formulação, uma vez que a questão não apresenta alternativa correta.	Questão Anulada

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:27C707F0

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
EDITAL N.º 08.01/2026 RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado preliminar da prova objetiva** do Concurso Público n.º 01/2026, nos seguintes termos.

Art. 1° Fica divulgado por intermédio deste edital, o resultado preliminar da prova objetiva aplicada na data pretérita de 02 de agosto de 2026.

I. O **ANEXO I** dispõe do Gabarito Definitivo da prova objetiva.

II. O **ANEXO II** dispõe dos Pareceres dos Recursos Deferidos, interpostos contra os cadernos de questões e o gabarito preliminar da prova objetiva.

III. O **ANEXO III** dispõe do Resultado Preliminar da prova objetiva.

Art. 2° O candidato poderá consultar individualmente sua Folha de Resposta, bem como o seu desempenho na Prova Objetiva, acessando o campo "Área do candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art. 3° Quanto ao resultado da prova objetiva divulgado caberá interposição de recurso, no período das **0h do dia 19/08/2026 até às 23h59min do dia 20/08/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguapitã (PR), 18 de agosto de 2026.

ANTÔNIO PAULINO DE MELLO
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:BE8D8AB5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 20-2026 E 21-2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2025
CERTAME: Pregão nº 21/2025.
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA/PR – CNPJ nº 84.781.251/0001-40.
CONTRATADA: V. AMBROZIO INFORMATICA-ME – CNPJ nº 01.578.641/0001-90.
OBJETO DO CONTRATO: Adesão da Ata de Registro de preços para aquisição de material de expediente e papelaria, com a finalidade de atender as necessidades dos Departamentos Municipais deste Município de Jardim Olinda/PR.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Dilatação do prazo de vigência contratual, passando a ostentar como término a data de **31 de dezembro de 2026**, em atendimento à solicitação do Presidente da Câmara Municipal de Jardim Olinda/PR.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.
DATA DA ASSINATURA: 18 de agosto de 2026.

HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2025
CERTAME: Pregão nº 21/2025.
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA/PR – CNPJ nº 84.781.251/0001-40.
CONTRATADA: CORREA, SILVA & CIA LTDA – CNPJ nº 78.152.493/0001-72.
OBJETO DO CONTRATO: Adesão da Ata de Registro de preços para aquisição de material de expediente e papelaria, com a finalidade de atender as necessidades dos Departamentos Municipais deste Município de Jardim Olinda/PR.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Dilatação do prazo de vigência contratual, passando a ostentar como término a data de **31 de dezembro de 2026**, em atendimento à solicitação do Presidente da Câmara Municipal de Jardim Olinda/PR.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.
DATA DA ASSINATURA: 18 de agosto de 2026.

HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO
Presidente Da Câmara Municipal

Publicado por:
Juliano Ortiz da Silva
Código Identificador:5E2E17B8

GABINETE MUNICIPAL
PORTARIA ADMINISTRATIVA 023-2026

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 023, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a da designação de servidor para responder por função de Fiscal de Convênio junto a COHAPAR..

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, prefeito municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Municipal nº 679/2013 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos).
RESOLVE:
Art. 1º – Designar o Servidor Público Municipal Sivaldo Lopes Ferreira, ocupante do cargo de Analista Administrativo, portador do RG n°. *.576.***-5 e CPF n° ***.228.***-00 como gestor do convênio com a COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná) referente ao Programa Casa Fácil Paraná - Modalidade Municípios, totalizando um investimento de R$1.300.000,00.
Art. 2º – Designar o Servidor Público Municipal Valter Marrafon Junior, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, portador do RG nº *.554.***-0 CPF nº ***.677.***-19. como fiscal do convênio com a COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná) referente ao Programa Casa Fácil Paraná - Modalidade Municípios, totalizando um investimento de R$1.300.000,00.
Art. 3º – Fica revogada a portaria administrativa n° 038 de 10 de novembro de 2025.
Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardim Olinda/PR, 18 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Maiara Schimitz
Código Identificador:7F7857C0

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRONICO 13-2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 186/2026
CERTAME: Pregão Eletrônico nº 13/2026 – Processo Administrativo nº 86/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR.
CONTRATADA: SANDRA C LOURENCO SILVA – CNPJ nº 03.387.596/0001-12.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de gasolina, diesel e etanol hidratado para abastecimento dos veículos que compõem a frota municipal, em atendimento das necessidades da Divisão de Frotas do Município de Jardim Olinda/PR.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 79.800,00 (setenta e nove mil e oitocentos reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
FISCAIS DA ATA: NILSON RODRIGUES GOMES e WESLEI SORTE.
DATA DA ASSINATURA: 18 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 187/2026
CERTAME: Pregão Eletrônico nº 13/2026 – Processo Administrativo nº 86/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR.
CONTRATADA: A COIMBRA PEPECE & CIA LTDA – CNPJ nº 16.416.350/0001-73.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de gasolina, diesel e etanol hidratado para abastecimento dos veículos que compõem a frota municipal, em atendimento das necessidades da Divisão de Frotas do Município de Jardim Olinda/PR.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 1.291.000,00 (um milhão, duzentos e noventa e um mil reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
FISCAIS DA ATA: NILSON RODRIGUES GOMES e WESLEI SORTE.
DATA DA ASSINATURA: 18 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Ortiz da Silva
Código Identificador:6F6833FB

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026 – ID CONTRATO Nº 2238

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 028/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR – CNPJ nº 76.970.383/0001-92.
CONTRATADA: IMPÉRIO ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA. – CNPJ nº 51.317.560/0001-05.

OBJETO DO ADITIVO: Formalização das alterações quantitativas, operacionais e financeiras verificadas durante a execução do Contrato Administrativo nº 104/2026, compreendendo o acréscimo decorrente de 229 (duzentos e vinte e nove) candidatos excedentes à estimativa inicial de 450 (quatrocentos e cinquenta) candidatos; a realização de serviços adicionais relacionados ao cargo de Fonoaudiólogo e ao Concurso Público/Edital nº 002/2026; e a formalização do encontro de contas entre os valores reconhecidos como devidos à CONTRATADA e aqueles arrecadados diretamente por esta a título de taxas de inscrição dos Concursos Públicos nº 001/2026 e nº 002/2026, com apuração e repasse do saldo pertencente ao Município de Jardim Olinda/PR.
DO ACRÉSCIMO: R$ 12.450,00 (doze mil quatrocentos e cinquenta reais), sendo R$ 11.450,00 referentes aos 229 candidatos excedentes e R$ 1.000,00 relativos aos serviços adicionais relacionados ao cargo de Fonoaudiólogo.
DO NOVO VALOR CONTRATUAL: R$ 26.450,00 (vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta reais).
DO ENCONTRO DE CONTAS: Apurado o valor líquido de R$ 42.832,50 referente à arrecadação das inscrições, fica autorizada a retenção pela CONTRATADA do montante de R$ 26.450,00, correspondente ao valor contratual total após o aditamento, devendo ser repassado ao MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR o saldo de R$ 16.382,50 (dezesseis mil trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), acrescido de eventuais rendimentos financeiros, se existentes.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Contrato Administrativo nº 104/2026, Aviso de Dispensa Eletrônica nº 028/2026, especialmente seu item 16.2.1, e Lei Federal nº 14.133/2021.
RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 104/2026 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 13 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Ortiz da Silva
Código Identificador:80091612

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°261/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº261/2026 - De 18/08/2026 à 19/08/2026.
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Paulo Roberto Pedro	Prefeito	Curitiba	18/08/2026 à 19/08/2026	Participar de Reunião com Deputado Romanelli, ir na SECID, SETU e Sanepar tratar de assuntos do Município.	R$ 1.035,00
Gleison de Souza Alves	Vice-Prefeito	Curitiba	18/08/2026 à 19/08/2026	Participar de Reunião com Deputado Romanelli, ir na SECID, SETU e Sanepar tratar de assuntos do Município.	R$ 1.035,00
Juliano Aparecido Pedro	Diretor do Dp. Municipal da Administração Geral	Curitiba	18/08/2026 à 19/08/2026	Participar de Reunião com Deputado Romanelli, ir na SECID, SETU e Sanepar tratar de assuntos do Município.	R$ 660,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR,17 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:4495AEFF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO Nº 75/2026

Súmula: Regulamenta o registro eletrônico de frequência, o controle da jornada de trabalho, da assiduidade e da pontualidade dos servidores públicos da Câmara Municipal da Lapa, mediante sistema eletrônico de registro biométrico de ponto, observadas as disposições deste Ato e da Legislação aplicável.

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º Este Ato regulamenta o registro eletrônico de frequência, o controle da jornada de trabalho, da assiduidade e da pontualidade dos servidores públicos da Câmara Municipal da Lapa, mediante sistema eletrônico de registro biométrico de ponto.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, DOS HORÁRIOS DE EXPEDIENTE E DAS JORNADAS DE TRABALHO

Art. 2º Para fins deste Ato, considera-se:
I – jornada de trabalho: período que o servidor deverá cumprir com suas obrigações funcionais e permanecer à disposição da Câmara Municipal da Lapa;
II – ponto: registro diário das entradas e saídas do servidor por meio do qual se verifica a frequência;
III – horário padrão de expediente: horário previamente estabelecido pela Administração para cumprimento da jornada diária do servidor;
IV – compensação de jornada: reposição das horas não trabalhadas, previamente autorizada pela Administração.
Art. 3º São obrigados ao registro eletrônico do ponto, os seguintes servidores:
I – servidores efetivos;
II – diretor de gabinetes;
III – assessor do diretor-geral;
IV – estagiários.
Parágrafo único. Os servidores investidos em cargos criados posteriormente serão enquadrados nas regras deste Ato, conforme a natureza das atribuições e por Ato da Presidência.
Art. 4º Os servidores obrigados ao registro eletrônico de ponto deverão cumprir o horário padrão de expediente, de acordo com a carga horária semanal preestabelecida e observando um dos seguintes horários de trabalho:
I – das 9h às 12h e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira;
II – das 9h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.
§ 1º A opção por um dos horários previstos nos incisos I e II deverá ser mantida de forma fixa e contínua, não sendo permitida a alternância entre os horários, ainda que em dias distintos, exceto quando a alteração decorrer de necessidade do serviço, devidamente autorizada pela Administração.
§ 2º Para o cargo de guardião, o horário de expediente será das 18h às 24h e das 1h às 6h, conforme escala de serviço.
Art. 5ºNão será permitido o cumprimento de carga horária fora do estabelecido, sendo que as compensações deverão ser eventuais e autorizadas pela Administração.
§ 1º As compensações de horários dos servidores lotados na recepção, quando superiores a 1 (uma) hora, deverão ser cumpridas nas sessões legislativas ou nas audiências públicas, em razão da natureza das atribuições desempenhadas.

§ 2º O diretor-geral deverá acompanhar e fiscalizar os registros eletrônicos de frequência de seus subordinados, não permitindo que as compensações tornem-se habituais.
§ 3º Caso o servidor sujeito ao registro eletrônico de ponto necessite alterar o horário padrão de expediente por período superior a 7 (sete) dias consecutivos, a alteração será autorizada somente para o período necessário, mediante apresentação de justificativa plausível, por escrito, e autorização expressa do diretor-geral ou da presidência.
§ 4º Não será permitida compensação de jornada que resulte em extrapolação dos limites legais de jornada diária, salvo disposição legal específica.
Art. 6ºA prestação de serviços durante as sessões legislativas ou fora do horário regular de expediente, quando necessária, não exime o servidor sujeito ao registro eletrônico de ponto e submetido ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva ao serviço, do cumprimento integral da jornada correspondente ao horário padrão de expediente.
Art. 7º O servidor autorizado a desempenhar atividades externas deverá comprovar sua jornada na forma estabelecida pela Administração.
Art. 8º Ficam dispensados da obrigatoriedade de registro eletrônico de ponto, os ocupantes dos seguintes cargos comissionados:
I – assessores parlamentares;
II – diretor-geral;
III – assessor especial da presidência na área jurídica.
§ 1º A dispensa do registro biométrico não afasta a obrigatoriedade do cumprimento integral da jornada diária de trabalho do cargo, fixada na Lei Municipal nº 3.933, de 13 de maio de 2022, nem da observância do regime de dedicação exclusiva, disposto no acórdão nº 3727/18 – Tribunal Pleno do TCE-Pr.
§ 2º Compete aos vereadores controlar o cumprimento da jornada diária de trabalho de seus respectivos assessores parlamentares e compete ao Presidente do Poder Legislativo controlar o cumprimento das jornadas diárias de trabalho do assessor especial da presidência na área jurídica e do diretor-geral, que devido às especificidades dos cargos, possuem jornada flexível.

CAPÍTULO II
DOS ATRASOS, AUSÊNCIAS E JUSTIFICATIVAS

Art. 9º Considera-se tolerância máxima de atraso o limite de 20 (vinte) minutos diários ou 10 minutos por saída antecipada, não cumulativos, período este que não será considerado como infração e nem acarretará descontos, desde que compensados em até uma semana.
§ 1º A tolerância não dispensa a compensação da jornada, pois constitui mera faculdade administrativa e não gera direito adquirido.
§ 2º A compensação prevista neste artigo possui caráter excepcional, não devendo ser utilizada de forma habitual ou contínua, nem ser interpretada como autorização permanente para atrasos ou saídas antecipadas.
§ 3º Os atrasos superiores a 20 (vinte) minutos, não justificados ou cujas justificativas não forem acolhidas pela Administração ensejarão a perda da remuneração proporcional ao período correspondente.
Art. 10 Os servidores que se ausentarem durante a jornada de trabalho para interesses particulares, devem necessariamente marcar o ponto no equipamento biométrico, tanto na saída quanto no retorno, inclusive nas saídas previamente já autorizadas pela Administração.
§ 1º Os horários de entrada e saída por interesses particulares não serão computados para a integralidade da carga horária total do respectivo dia, sendo necessário a compensação da carga horária em até uma semana, para não incidir desconto remuneratório por falta de integralidade da jornada.
§ 2º O esquecimento ou a marcação incorreta do ponto deverá ser justificado pelo próprio servidor no espelho de ponto correspondente, indicando a data, o horário e o motivo da ocorrência.
§ 3º O descumprimento do disposto neste artigo desobriga a Administração de abonar a ausência e autoriza o desconto das horas não trabalhadas, sem prejuízo de outras penalidades administrativas.
§ 4º O servidor que deixar de registrar o ponto por mais de 6 (seis) vezes no mesmo mês, sem justificativa aceita pela Administração, será advertido por escrito, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas cabíveis para a regularização da frequência e da apuração de eventual responsabilidade funcional.

CAPÍTULO III
DOS ATESTADOS MÉDICOS E DOCUMENTOS LEGAIS QUE ABONAM FALTAS

Art. 11 Os atestados médicos, odontológicos e demais documentos legais emitidos para a justificação de ausências deverão ser apresentados ou protocolizados na Secretaria da Câmara, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de sua emissão ou do primeiro dia útil subsequente, quando houver impossibilidade devidamente justificada, ressalvada hipótese de força maior devidamente comprovada.
Art. 12 Com exceção do prazo previsto no artigo anterior, em casos de falecimentos de parentes, na forma do art. 147, inciso III, alínea b, da Lei Municipal nº 2280/08, o servidor deverá apresentar cópia da certidão de óbito no primeiro dia de retorno ao serviço.
Art. 13 Serão aceitos como justificativas para fins de abono de ausência, além do atestado médico, as declarações de comparecimento emitidas por profissional de saúde, convocações judiciais, eleitorais e militares, bem como outros documentos hábeis previstos na legislação federal, estadual e municipal.
Art. 14 Na impossibilidade de apresentação pelo próprio servidor, os documentos poderão ser entregues por representante legal ou familiar. Também será admitido o encaminhamento, preferencialmente em arquivo PDF, por meio de processo digital no sistema de gestão pública utilizado pela Câmara ou por meios eletrônicos oficiais: protocolo@lapa.pr.leg.br ou rh@lapa.pr.leg.br, devendo o servidor apresentar o documento original no prazo mais breve possível.
Art. 15 A Administração poderá solicitar documentos complementares sempre que entender necessário.
Art. 16 A não apresentação dos documentos no prazo estabelecido, sem motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, implicará desconto da remuneração correspondente aos dias de ausência, sendo estes considerados como faltas injustificadas, sem prejuízo da posterior análise administrativa e da observância do contraditório e da ampla defesa.

CAPÍTULO IV
DAS OBRIGAÇÕES DOS SERVIDORES

Art. 17 Cabe aos servidores referidos no artigo 3ºdeste ato:
I conferir e assinar o relatório de frequência no prazo de 2 (dois) dias úteis do seu recebimento. A ausência de manifestação do servidor implicará concordância com os registros constantes do relatório de frequência;
II comunicar o seu superior hierárquico, com a maior brevidade possível, qualquer ausência (justificada ou injustificada);
III comparecer, quando convocado, para cadastramento ou recadastramento de suas digitais;
IV utilizar exclusivamente sua própria identificação biométrica, sendo vedado registrar frequência em nome de outro servidor ou permitir que terceiro registre sua frequência;
V comunicar prontamente o Setor de Recursos Humanos ou o Setor de Informática, conforme o caso, quaisquer problemas na leitura biométrica de sua digital.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 O Setor de Recursos Humanos emitirá o espelho mensal de frequência no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o fechamento do controle de frequência, para conferência e assinatura do servidor.
Art. 19 O tratamento dos dados biométricos observará as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo utilizados exclusivamente para controle de frequência funcional.
Art. 20 Constitui falta funcional grave adulterar, fraudar, utilizar indevidamente, permitir utilização por terceiro ou tentar burlar o sistema eletrônico de controle de frequência.
Art. 21 O descumprimento ou a omissão das disposições estabelecidas neste Ato sujeitará o servidor, na medida de suas responsabilidades, às sanções administrativas, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município e com os princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Art. 22 Os casos omissos e atípicos serão dirimidos pela Presidência da Câmara, ouvida a diretoria-geral, quando necessário.

Art. 23 Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Câmara Municipal da Lapa, em 18 de agosto de 2026.

ACYR HOFFMANN
Presidente

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:017457CD

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO Nº 76/2026

Súmula: Concede 10 (dez) dias de férias regulamentares à servidora NELCY MARIA CAMARGO TURMAM.

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto nos artigos 110 a 124, da Lei Municipal nº 2280/2008;

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder à servidora NELCY MARIA CAMARGO TURMAM, ocupante do cargo Efetivo de Atendente, Grupo Ocupacional Nível Operacional, 10 (dez) dias de férias regulamentares, de 09/09/2026 a 18/09/2026, correspondente ao período aquisitivo de 13/08/2025 a 12/08/2026.
Parágrafo único – A fruição dos 20 (vinte) dias restantes de férias regulamentares será definida posteriormente pela administração.

Art. 2º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Lapa, em 18 de agosto de 2026.

ACYR HOFFMANN
Presidente

CAMILA SCHEFER PIERIN
1ª Secretária

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:4EBE86EE

GABINETE
ACORDO EXTRAJUDICIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL N°5248/2026

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se as PARTES abaixo qualificadas, para firmarem o presente Acordo Extrajudicial nas condições que seguem:

I – O Município da Lapa, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 76.020.452/0001-05, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Diego Timbirussu Ribas, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 042.224.489-90, residente e domiciliado à Rua Pedro Mendes de Camargo, 294, apt 2, Lapa – PR, CEP: nº 83.752-182, e;

II – Jorcelia dos Santos Augustinhaki, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 982.626.239-15, portadora da Cédula de Identidade – RG nº 5.869.069-4 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua Luiz Francisco Notto, 253, Lapa-PR, CEP 83.751-466;
Considerando que a culpa pelo acidente no imóvel na Rua Luiz Francisco Notto, 253, foi do MUNICÍPIO;

Considerando que o custo para reparar os danos causados ao imóvel na Rua Luiz Francisco Notto, 253, em R$ 1.597,00 (mil, quinhentos e noventa e setereais);

Firma-se o seguinte acordo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente acordo tem como finalidade promover a indenização de Jorcelia dos Santos Augustinhaki pelo MUNICÍPIO, conforme Parecer da Junta Administrativa nº 011/2026, a fim de reparar os danos causados ao muro do imóvel na Rua Luiz Francisco Notto, 253, em R$ 1.597,00 (mil, quinhentos e noventa e sete reais), em decorrência de atividade de limpeza urbana promovidas por este Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O MUNICÍPIO pagará ao Jorcelia dos Santos Augustinhaki, o valor deR$1.597,00 (mil, quinhentos e noventa e sete reais), a título de indenização pelos danos suportados, pagos em até 30 dias da assinatura deste Acordo, A dotação orçamentária a ser utilizada para o empenho da despesa será a 1628. (Indenizações e restituições).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA
O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda, do presente ACORDO EXTRAJUDICIAL, importa em total quitação ao MUNICÍPIO pelo ressarcimento sobre danos causados a qualquer título para nada mais reclamar, em juízo ou administrativamente.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO
O presente acordo somente será celebrado após decisão Administrativa do Sr. Prefeito com devida publicação em Diário Oficial, de acordo com Art. 6º da Lei Municipal nº 4449 de 28 de agosto de 2025.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO
As PARTES elegem neste ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Lapa - PR, com expressa renúncia, por si e seus sucessores, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordes, depois de lido e achado conforme, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, que vai assinado por duas testemunhas.

Lapa, 14 de agosto de 2026.

Município da Lapa
DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

JORCELIA DOS SANTOS AUGUSTINHAKI
Proprietária do Imóvel Danificado

TESTEMUNHA 01
(NOME E CPF)

TESTEMUNHA 02
(NOME E CPF)

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:862871D5

GABINETE
ACORDO EXTRAJUDICIAL

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DIGITAIS N°S14098/2026 e nº 18616/2026

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se as PARTES abaixo qualificadas, para firmarem o presente Acordo Extrajudicial nas condições que seguem:

I – O Município da Lapa, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 76.020.452/0001-05, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Diego Timbirussu Ribas, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 042.224.489-90, residente e domiciliado à Rua Pedro Mendes de Camargo, 294, apt 2, Lapa – PR, CEP: nº 83.752-182, e;

II – Karolayne Aparecida Pontarolo, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 089.749.209-99, residente e domiciliada na Rua Prof, Odete Bley, 162, Cs 02, Bom Pedro II, Lapa-PR;
Considerando que a culpa pelo acidente ao seu veículo modelo Renault/Sandero, ano/modelo 2012/2012, placa AVG 5H41, foi do MUNICÍPIO;
Considerando que o custo para reparar os danos causados ao veículo modelo Renault/Sandero, ano/modelo 2012/2012, placa AVG 5H41, em R$ 358,00 (trezentos e cinquenta e oito reais);

Firma-se o seguinte acordo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente acordo tem como finalidade promover a indenização deKarolayne Aparecida Pontarolopelo MUNICÍPIO, conforme Parecerda Junta Administrativa nº 012/2026, a fim de reparar os danos ocasionados aoseu veículomodelo Renault/Sandero, ano/modelo 2012/2012, placa AVG 5H41, em R$ 358,00, em decorrência de atividade de limpeza urbana promovidas por este Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O MUNICÍPIO pagará a Karolayne Aparecida Pontarolo, o valor de R$358,00 (trezentos e cinquenta reais), a título de indenização pelos danos suportados, pagos em até 30 dias da assinatura deste Acordo, A dotação orçamentária a ser utilizada para o empenho da despesa será a 1628. (Indenizações e restituições).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA
O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda, do presente ACORDO EXTRAJUDICIAL, importa em total quitação ao MUNICÍPIO pelo ressarcimento sobre danos causados a qualquer título para nada mais reclamar, em juízo ou administrativamente.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO
O presente acordo somente será celebrado após decisão Administrativa do Sr. Prefeito com devida publicação em Diário Oficial, de acordo com Art. 6º da Lei Municipal nº 4449 de 28 de agosto de 2025.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO
As PARTES elegem neste ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Lapa - PR, com expressa renúncia, por si e seus sucessores, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordes, depois de lido e achado conforme, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, que vai assinado por duas testemunhas.

Lapa, 14 de agosto de 2026.

Município da Lapa
DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS

Prefeito Municipal

KAROLAYNE APARECIDA PONTAROLO

Proprietário do Veículo Danificado

TESTEMUNHA 01 (NOME E CPF)
TESTEMUNHA 02 (NOME E CPF)

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:70450311

GABINETE
DECRETO N° 29882, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Exonera o (a) servidor (a) ROSEMERI DA CRUZ GONCALVES.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Orgânica do Município, artigo 69, inciso XXVIII,

• Considerando o Processo Digital nº 20718/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A:

Art. 1° – Fica EXONERADO (A) a pedido, a partir de 17.08.2026, o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

ROSEMERI DA CRUZ GONCALVES
RG: 7703960-0/PR
CPF: 028.665.069-01
AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL
CLASSE B REFERENCIA 1
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 18 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:457F3C5B

GABINETE
DECRETO N° 29884, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Exonera o (a) servidor (a) SCARLET CARVALHO MATIAS DE LIMA.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Orgânica do Município, artigo 69, inciso XXVIII,

• Considerando o Processo Digital nº 20244/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A:

Art. 1° – Fica EXONERADO (A) a pedido, a partir de 27.08.2026, o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

SCARLET CARVALHO MATIAS DE LIMA
RG: 13099230-7/PR
CPF: 094.211.619-47
PSICOLOGO
GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR
CLASSE C REFERENCIA 4
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 18 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:312D3E12

GABINETE
DECRETO Nº 29883, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Altera o Decreto Municipal nº 29.766, de 12 de junho de 2026, que institui o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DA LAPA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 29.766, de 12 de junho de 2026, que instituiu o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;
CONSIDERANDO as orientações do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa quanto à constituição de Comitê Municipal de caráter intersetorial e à importância da participação de organizações da sociedade civil e entidades representativas na promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a articulação entre o Poder Público, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, as organizações da sociedade civil e demais atores envolvidos na promoção e proteção dos direitos da pessoa idosa no Município da Lapa;

DECRETA:

Art. 1º - O art. 5º do Decreto Municipal nº 29.766, de 12 de junho de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - Integram o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa os seguintes órgãos e entidades:
I – Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher;
II – Secretaria Municipal de Saúde;
III – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;
IV – Secretaria Municipal de Cultura;

V – Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transporte;
VI – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
VII – Organizações da Sociedade Civil que atuem na promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da pessoa idosa. "

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto Municipal nº 29.766, de 12 de junho de 2026.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 18 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:E43C98C0

GABINETE
DECRETO Nº 29885, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Altera o Decreto nº 28595, de 17.03.2025, que nomeia o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências.

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

• Considerando o que dispõe a Lei nº 3731, de 05.08.2020;

• Considerando a Lei nº 4489, de 10.12.2025;

• Considerando o Ofício nº 03/2026, de 13.08.2026, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher,

• Considerando o Processo Digital nº 6450/2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas Para a Mulher

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada, a partir desta data, a representação da ASSOCIAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO A REDE DE ENSINO DA LAPA E AO CENTRO DE ATENÇAO INTEGRAL A CRIANÇA MINISTRO FLAVIO SUPLICY DE LACERDA – CAIC - ADECAL, na composição do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, passando o Art. 1º, do Decreto nº 28595, de 17.03.2025, a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - (...)

I - CONSELHEIRAS DO PODER PÚBLICO:

a) ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLITICAS PÚBLICAS PARA A MULHER:
1. Titular: Angela Krainski Dallabona
2. Suplente: Gabriela Sampaio da Silva Santos

b) ÁREA DA EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER:
1. Titular: Cristiane Ferreira da Luz de Siqueira
2. Suplente: Josiele Kucla Sampaio Druscz

c) ÁREA DA SAÚDE:
1. Titular: Cleonice Pinheiro dos Santos Dardaque
2. Suplente: Priscilla Zaleski

d) ÁREA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
1. Titular: Antônia Maria de Almeida Carneiro
2. Suplente: Heloize Martins Manhães

e) ÁREA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE:
1. Titular: Mércia de Medeiros Silva França
2. Suplente: Renata Pinto dos Santos

f) ÁREA DE CULTURA:
1. Titular: Maria da Conceição Schuster Pavão
2. Suplente: Luana Wronski de Jesus

II - CONSELHEIRAS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

a) OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SUBSEÇÃO DA LAPA/PR:
1. Titular: Tatiana Suplicy Barbosa
2. Suplente: Regina Sznicer

b) ACIAL - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DA LAPA:
1. Titular: Nilciane Aparecida Ramos Pawowski
2. Suplente: Fernanda Gonçalves

c) ASSOCIAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO A REDE DE ENSINO DA LAPA E AO CENTRO DE ATENÇAO INTEGRAL A CRIANÇA MINISTRO FLAVIO SUPLICY DE LACERDA – CAIC - ADECAL:
1. Titular: Camila Hammerschmidt
2. Suplente: Jani Maria Kruk

d) IBS – INSTITUTO BORGES DA SILVEIRA
1. Titular: Ieda Janz Woitowicz
2. Suplente: Valeria Borges da Silveira

e) SINDICATO RURAL DE LAPA:
1. Titular: Jaqueline Zandrovski Prins
2. Suplente: Deisimar Jagher Burda Weinhardt

f) DISPENSÁRIO SÃO BENEDITO
1. Titular: Cristiane Ferreira Ramos Bueno
2. Suplente: Luciana Kuss”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 18 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:5E1EF877

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 350

DADOS DO SERVIDOR					
Nome MARCOS ANTONIO CASTILHO				Matrícula 8231	
Cargo SECRETARIO MUNICIPAL DA FAZENDA		CPF 629.236.769-04		RG 4.223.021-9	
Setor / Órgão SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		Conta Corrente 584711122-0		Banco / Nº Agência 104 0393	
INFORMAÇÕES DA VIAGEM					
JUSTIFICATIVA: Participação no Seminário Estadual 2026 – Rede de Secretários, promovido pelo SEBRAE					
Destino (Dist. Aprox.) Foz do Iguaçu – 615 km		Período 31/08/2026	a	02/09/2026	
Hora de Saída 8h do dia 31/08/26		Hora de Retorno 17h do dia 02/09/26			
Transporte Veículo Oficial	X	Ônibus	Aéreo Outros		----------
Valor Diária(s) (R$) R$ 1.100,00		Total a Receber (R$) R$ 3.300,00			
Justificativa: Participação no Seminário Estadual 2026 - Rede de Secretários, promovido pelo SEBRAE. O deslocamento será realizado em carro oficial, sendo o dia 31/08 destinado ao deslocamento terrestre de ida e o dia 02/09 destinado ao retorno. No dia 01/09, participarei do Seminário Estadual 2026, que será realizado no Grand Carimã Resort & Convention Center, localizado na Avenida das Cataratas, nº 4790, Foz do Iguaçu - PR. A participação no evento é de relevante interesse para o desenvolvimento das atividades da Administração Municipal, considerando que já venho participando da Rede de Secretários ao longo do ano de 2026, iniciativa que possibilita a troca de experiências, o compartilhamento de boas práticas de gestão e o fortalecimento da integração entre os gestores municipais.					
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO					
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. /_/ Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. /_/ Data Secretário(a) Municipal					
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL					
...../...../..... ..... Data **Diego Timbirussu Ribas** Prefeito Municipal					

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D951B9E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 17/2025, de 08/08/2025, que homologou o **Concurso Público** 01/2024, **CONVOCA**o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, sito à Rua Barão do Rio Branco, nº. 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O (s) candidato (s) aprovado (s) deve (m) apresentar os documentos relacionados no anexo do ofício, o qual deverá ser retirado no Departamento de Recursos Humanos, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 12:00h ou das 13:30h às 17:00h, no endereço acima mencionado, no prazo de 10 (dez) dias corridos, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não nomeação.

NOME	CARGO
ELVIS MARQUES HENRIQUESSON	ENFERMEIRO

* reserva de vagas para pessoas com deficiência (PCD).

Lapa, 18 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:3CAED868

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFATECIE - INTERVENIENTE, MUNICÍPIO DA LAPA - UNIDADE CONCEDENTE (EMPRESA) E ESTAGIÁRIO (A).

Vigência: 03/08/2026 a 09/11/2026

Total de horas: 201h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Fernanda Giordani Abrantes, Joelson Vieira Brandenburg, Barbara Cassimira de Souza e Eryka Jovania Pereira.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:64D24411

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram, pelo presente instrumento, MUNICÍPIO DA LAPA (UNIDADE CONCEDENTE) e SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA - UNIASSELVI (INSTITUIÇÃO DE ENSINO).

Vigência: 03/08/2026 a 25/09/2026

Carga horária total: 240h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Antonio Roberto Rodrigues Abatepaulo e Amanda Mayer Schinda.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:89F55933

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram, pelo presente instrumento, MUNICÍPIO DA LAPA (UNIDADE CONCEDENTE) e SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA - UNIASSELVI (INSTITUIÇÃO DE ENSINO).

Vigência: 17/08/2026 a 07/09/2026

Carga horária total: 16h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Antonio Roberto Rodrigues Abatepaulo e Marcia Cristina Rosset da Conceição.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:FB3AB9E6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e Município da Lapa (Parte Concedente).

O curso forma profissionais aptos à ação reflexiva e crítica em relação aos diversos aspectos que envolvem a atuação do profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 25/08/2026

Final: 14/09/2026

Horas semanais: 24h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Gislaine Cardoso de Souza Flaes e Luciana Hammerschmidt Fuchs.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:355CD407

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e Município da Lapa (Parte Concedente).

O curso forma profissionais aptos à ação reflexiva e crítica em relação aos diversos aspectos que envolvem a atuação do profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 19/08/2026

Final: 24/08/2026

Horas semanais: 16h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Marcia Maria Previato de Souza e Hilda Ritter Lima.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:50D6F0AA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e Município da Lapa (Parte Concedente).

O curso forma profissionais aptos à ação reflexiva e crítica em relação aos diversos aspectos que envolvem a atuação do profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 13/08/2026

Final: 18/08/2026

Horas semanais: 16h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Marcia Maria Previato de Souza e Hilda Ritter Lima.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:5A67A7E1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AJUSTE DE CONTAS PROCESSO DIGITAL N° 7480/2026

No dia 17 de agosto de 2026, reuniram-se na sede da Secretaria Municipal de Administração, localizada na Rua Des. Westphallen, nº 345, Piso superior, Centro, Lapa – PR, as PARTES abaixo qualificadas, para firmarem o presente Termo de Ajuste de Contas nas condições que seguem:

I – O Município da Lapa, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n° 76.020.452/0001-05, através da Secretaria Municipal de Administração, representado neste ato pelo Sr. Carlos André Schaphauser Martins Silva, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 058.122.469-80, portador da Cédula de Identidade - RG nº 12.300.733-6, residente e domiciliado na Rua Fernando Wenhart, nº 1410 - Barcelona, Lapa - PR, nesta cidade Lapa/PR, e

II – A Empresa SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 05.111.060/0001-03, estabelecida á Rua Julio Schlupp, nº 767, sala 01, Bela Aliança, Rio do Sul/SC, neste ato representado por seu Titular Sr. Saul Marcelo de Oliveira, inscrito no CPF Nº 679.162.959-20, portador do RG nº 2.025.163-7, residente e domiciliado à Rua Julio Schlupp, nº 767, sala 01, Bela Aliança, Rio do Sul/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objeto a liquidação do valor devido pelo Município da Lapa/PR, relativo aos serviços de reparo e manutenção do semáforo localizado no cruzamento da Rua Senador Souza Naves com a Rua Conselheiro Alves de Araújo, decorrente de colisão com veículo não identificado, no período em que houve ausência de contrato vigente, no valor total de R$16.500,00 (DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS REAIS), correspondente à planilha em anexo ao Processo Digital sob nº 7480/2026, o qual não possuímos empenho para pagamento, conforme Parecer Jurídico n° 357/2026/PGM e 742/2026/PGM.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor global do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS é de R$16.500,00 (DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS REAIS), com os recursos alocados na Referência 54 - 3339093000000000000 - Indenizações e restituições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA

O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda, do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, importa em total quitação do valor devido e mencionado na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem seu fundamento baseado nas previsões legais dos artigos 58 e 65, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

As partes elegem neste ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver. O Foro da Justiça Estadual, Comarca da Lapa – PR, com expressa renúncia, por si e seus sucessores, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O Município da Lapa – PR, observado o prazo legal, compromete-se a publicar o presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

O Município da Lapa – PR, no prazo legal de 05 (cinco) dias, obriga-se a enviar cópia fiel do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS à Empresa IPM SISTEMAS LTDA

O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS é elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sendo uma para o Município da Lapa PR, para constar dos autos do Processo Digital n° 13225/2026 e outra para a Empresa IPM SISTEMAS LTDA.
Assim sendo, estando as PARTES justas e acordadas, assinam o presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Lapa-PR, 17 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

SAUL MARCELO DE OLIVEIRA,
SSAT Sinalização e Adesivos LTDA

PROCESSO DIGITAL N° 7480/2026

DESPACHO

Considerando a documentação constante nos Processos Digitais em epígrafe, AUTORIZO o Empenho para posterior liquidação e pagamento do TERMO DE AJUSTE DE CONTAS da Empresa SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA, referente ao pagamento dos serviços prestados, no valor de R$16.500,00 (DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS REAIS), mediante apresentação de comprovação de regularidade fiscal da empresa perante as Fazendas públicas Federal, Estadual e Municipal, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, devidamente atualizadas; bem como o encaminhamento do presente feito à Secretaria Municipal de Fazenda para as devidas providências.

Lapa-PR, 17 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:AE445339

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 201/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2025 (PD Nº 2336/2025) QUE ORIGINOU A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28.533, DE 26.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SRA. JANAINA PIOVEZAN RIBAS.
CONTRATADO: NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIOS LTDA, CNPJ/MF SOB O Nº 25.165.749/0001-10, REPRESENTADO(A) POR SEU PROCURADOR SR. VICENTE BARBOSA DUARTE NETO.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E O FORNECIMENTO DE CARTÕES MAGNÉTICOS OU ELETRÔNICOS, MUNIDOS DE SENHA DE ACESSO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR (LOJA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO), COM BLOQUEIO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE DECORAÇÃO E SUPÉRFLUOS, DESTINADOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA. – ANEXO I. ITEM 01.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA PUBLICAÇÃO NO CONTRATO NO PNCP, NOS TERMOS DO ART. 105 DA LEI 14.133 DE 2021.
VALOR CONTRATUAL: R$ 449.958,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS), CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1.2. DA CLÁUSULA PRIMEIRA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
REQUISIÇÃO AO COMPRAS Nº 1264/2026 (PD Nº 19510/2026)
CÓDIGO REDUZIDO: 585
ÓRGÃO: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER
UNIDADE: 11 - DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO
AÇÃO: 1074 - CONSTRUIR E REQUALIFICAR MORADIAS RURAIS
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES
SUBELEMENTO: 3339032030000000000 - MATERIAL DESTINADO A ASSISTÊNCIA SOCIAL
CÓDIGO REDUZIDO: 586
ÓRGÃO: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER
UNIDADE: 11 - DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO
AÇÃO: 1073 - CONSTRUIR E REQUALIFICAR MORADIAS URBANAS
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES
SUBELEMENTO: 3339032030000000000 - MATERIAL DESTINADO A ASSISTÊNCIA SOCIAL.
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 19510/2026; PROCESSO DIGITAL Nº 2336/2025 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 12/08/2026
DATA ASSINATURA: 18/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:3B973695

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DO 17º TERMO ADITIVO – APOSTILAMENTO AOCONTRATO DE CONCESSÃO Nº 232/2023

ORIGEM: CONCORRÊNCIA Nº 001/2023 (PD Nº 30966/2022)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28509, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. MARCO ANTONIO BORTOLETTO.
CONTRATADO: OCEÂNICA SUL TRANSPORTES LTDA, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB Nº 05.314.329/0006-55.
OBJETO: CONTRATO DE CONCESSÃODOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL DE PASSAGEIROS, MEDIANTE FROTA DE ÔNIBUS, ENVOLVENDO A MOBILIZAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, LIMPEZA, MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DA FROTA, NO ÂMBITO DO DO LOTE ÚNICO PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DA MUNICIPIO DA LAPA/PR.
O PRESENTE TERMO DE APOSTILAMENTO TEM POR OBJETIVO SUBSTITUIR GESTOR, DO CONTRATO NA CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA DO CONTRATO SUPRA, PASSANDO A SER GESTOR SR. LUCAS DA ROSA RIBAS - MATRÍCULA 80606, CONFORME PORTARIA Nº 019, DE 07 DE JULHO DE 2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E

TRANSPORTE, EM ATENDIMENTO AO PROCESSO DIGITAL Nº 20271/2026 E REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1290/2026.
O REGISTRO DESTA APOSTILA ESTÁ RESPALDADO NO §8º DO ART. 65 DA LEI 8666/1993 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019.
DATA: 17/08/2026
DATA ASSINATURA: 17/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:E26C2567

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO – APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 024/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2025 (PD Nº 3702/2025).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: BPF INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA EPP, INSCRITO(A) NO CNPJ/MF SOB O Nº 02.030.078/0001-84.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E O FORNECIMENTO DE CARTÕES DE VALE REFEIÇÃO ELETRÔNICO/MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP, COM SENHA PESSOAL, PARA RECARGAS MENSAIS, DESTINADOS AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA PR, EM ATENDIMENTO A LEI Nº 3973, DE 27 DE JULHO DE 2022, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA – ITEM 1.
O PRESENTE TERMO DE APOSTILAMENTO TEM POR OBJETIVO SUBSTITUIR O FISCAL DO CONTRATO, CONSTANTE NA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO SUPRA, PASSANDO A SER: FISCAL SR. LUCAS ALDRIANN PACHECO LIPSKI, MATRÍCULA Nº 82464, CONFORME PORTARIA Nº 44, DE 05 DE MAIO DE 2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EM ATENDIMENTO AO PROCESSO DIGITAL Nº 20365/2026 E REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1293/2026.
O REGISTRO DESTA APOSTILA ESTÁ RESPALDADO NO ART. 117, DA LEI Nº 14.133, DE 2021.
DATA: 17/08/2026
DATA ASSINATURA: 18/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:E4CA3FEE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 361/2026

PORTARIA Nº 361/2026

SÚMULA: Nomeia servidor público para ocupar cargo em comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor **LUIZ FERNANDO OLIVEIRA**, matrícula nº **287061**, para ocupar o cargo em comissão de **CHEFE DE SEÇÃO – OBRAS**, a partir de **17 de agosto de 2026**.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de **17 de agosto de 2026**.

Edifícios da Prefeitura Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, em **18 de agosto de 2026**.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:28CF2CD9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 026/2026 - PML

INEXIGIBILIDADE Nº. 026/2026- PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.117/2026-PML

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Ratifico o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 026/2026-PML, na forma da Lei.

Fundamentação: Artigo 74, inciso I, da Lei nº. 14.133/21.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do aparelho de Raio-X da marca Lotus Healthcare, modelo HF500M, incluindo diagnóstico, reparos, ajustes, testes de funcionamento e demais serviços necessários ao conserto e restabelecimento das condições normais de funcionamento do equipamento, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Loanda - PR.

Empresa Contratada: Eugenio & Marques Ltda

Valor Total : O valor total da presente inexigibilidade é de R$ 62.077,00 (sessenta e dois mil e setenta e sete reais).

Dotações Orçamentárias:

10.007.10.302.0025.2.057. - Manutenção De Atividades E Conservação Do Hospital Municipal
3.3.90.39 - Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica
3.3.90.30 – Material de Consumo
Fonte: 1000, 1303, 1496
Código Reduzido: 1324, 1325, 1326, 1337, 1338, 1339

Prazo de Execução: Os serviços serão executados manutenção preventiva e corretiva do equipamento Lotus HF500 imediatamente após a solicitação, referente aos itens 01, 02 e 03, e referente ao item 04 deverão ser executados pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas neste instrumento.

Loanda-PR, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:C28ECB12

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 027/2026 - PML

INEXIGIBILIDADE Nº. 027/2026- PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.121/2026-PML

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Ratifico o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 027/2026-PML, na forma da Lei.

Fundamentação: Artigo 74, inciso V, da Lei nº. 14.133/21.

Objeto: Aquisição onerosa do imóvel urbano sem benfeitorias, com área total de 1.207,00 m², objeto da matrícula nº 8.441 do Cartório de Registro de Imóveis de Loanda-PR, correspondente ao lote "E", parte da Chácara Industrial nº 22, cuja aquisição foi autorizada pela Lei Municipal nº 74/2026, destinado à implantação de via pública e à integração do sistema viário municipal, atendendo assim as necessidades da secretaria Municipal de Serviços Urbanos do Município de Loanda – PR.

Locador: Maria Gabriela Gomes Villar Goudinho E João Guilherme Gomes Villar Goudinho

Valor Total : Valor total para a aquisição do imóvel é de R$ 300.185,50 (trezentos mil, cento e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Dotações Orçamentárias:

07.002.15.452.0012.1.069. - Recuperação E Reconstrução De Vias Públicas
4.5.90.61 – Aquisição de Imóveis
Fonte:150, 1000
Código Reduzido: 1936, 703

Prazo de Execução: Imediato.
.

Loanda-PR, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:D2CBB518

GABINETE DO PREFEITO
LEI N. º 89/2026

LEI N. º 89/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Parceria com entidade do Município visando o repasse de recursos federais e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **José Maria Pereira Fernandes**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1o. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Parceria a seguir relacionado, objetivando o repasse pelo Município de Loanda, Estado do Paraná, de recursos oriundos da Deliberação nº 33/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná à entidade abaixo discriminada, desde que atendam os requisitos exigidos na Lei Federal nº. 13.019/2014 e suas alterações e o Decreto Municipal nº. 054/2017, conforme segue:

CASA DE ABRIGO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº **76.971.282/0001-36**, com sede em Loanda-Pr. Valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Objetivo: Repasse de Recursos visando à melhoria no atendimento da população idosa deste Município. Vigência/Início: data da assinatura do Termo de Parceria. Vigência/Início: data da assinatura do Termo de Parceria – Término: 31/01/2028 – Prazo de execução: 31/12/2027.

Artigo 2o. Os prazos de execução e vigência e os valores estabelecidos no artigo anterior poderão ser prorrogados ou alterados desde que devidamente justificados e atendidos os requisitos da Lei Federal nº. 13.019/2014 e suas alterações e o Decreto Municipal nº. 054/2017.

Artigo 3o. Para fazer face às despesas decorrentes da execução da presente Lei fica o Poder Executivo Municipal autorizado a se utilizar das seguintes dotações orçamentárias:

14.001.08.241.0023.2.045 – Transferencia à entidades

Artigo 4o. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:D9C18E78

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DECRETO Nº 162/2026 DE 18 DE AGOSTO DE 2026 NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA .

SÚMULA: Nomeia os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do Município de Lobato para mandato de 02 (dois) anos e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.530/2023-E, de 22 de agosto de 2023, que cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA e estabelece sua composição, competências e funcionamento;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.551/2024-E, de 14 de maio de 2024, que cria os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e estabelece os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.530/2023-E estabelece que o COMSEA será composto por 06 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, observada a proporcionalidade de **1/3 (um terço) de representantes do Poder Público Municipal e 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil**;
CONSIDERANDO as indicações apresentadas pelos órgãos do Poder Público Municipal para composição do Conselho;
CONSIDERANDO as indicações formalmente encaminhadas pelas entidades representativas da sociedade civil em atendimento ao **Ofício nº 01/2026 – CAISAN**, de 31 de julho de 2026, para composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade, o fortalecimento e a participação social nas ações da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN no Município de Lobato;
DECRETA:
Art. 1º - Ficam nomeados os membros titulares e respectivos suplentes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do Município de Lobato, conforme a seguinte composição:
I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL
a) Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Titular: Maria Aparecida Tolotto de Carvalho

Suplente: Queila Mara de Brito
b) Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Fabíola de Oliveira Gazzone Chicaroli
Suplente: Thiara Keli Siqueira
II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
a) Associação de Pais e Mestres – APM da Escola Municipal "Elias Abrahão"
Titular: Elaine Aparecida de Lima
Suplente: Leda Maria de Oliveira Gomes
b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
Titular: Daniel Gomes da Rocha
Suplente: Alessandra Molinari dos Santos
c) Associação de Pais e Mestres – APM do Centro Municipal de Educação Infantil "Monteiro Lobato"
Titular: Silvana Barbosa Ferreira Gazzone
Suplente: Amanda Rafaeli Marcon
d) Associação de Pais e Mestres – APM da Escola Municipal "Rui Barbosa"
Titular: Sirley Aparecida Bisola Ricci dos Reis
Suplente: Patricia Cristina Egea Oliveira de Araujo
Art. 2º - A composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA observará a proporcionalidade prevista na Lei Municipal nº 1.530/2023-E, sendo 1/3 (um terço) de representantes do Poder Público Municipal e 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil.
Art. 3º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA será de 02 (dois) anos, contado da data da publicação deste Decreto, observadas, quanto aos representantes da sociedade civil, as possibilidades de recondução previstas no § 6º do art. 4º da Lei Municipal nº 1.530/2023-E.
Art. 4º - A Presidência do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA será exercida por representante da sociedade civil, eleito entre seus pares, na forma estabelecida pela Lei Municipal nº 1.530/2023-E, devendo a escolha ser registrada em ata.
Art. 5º - Os membros titulares serão substituídos pelos respectivos suplentes em suas ausências e impedimentos, observadas as disposições da legislação municipal e do Regimento Interno do Conselho.
Art. 6º - A participação dos membros no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA será considerada serviço público relevante e não remunerado.
Art. 7º - Compete aos membros ora nomeados exercer as atribuições estabelecidas na Lei Municipal nº 1.530/2023-E, na Lei Municipal nº 1.551/2024-E e nas demais normas aplicáveis à Política de Segurança Alimentar e Nutricional e ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.
Art. 8º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA deverá atuar de forma articulada com a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, especialmente no acompanhamento da elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN.
Art. 9º - Fica revogado o Decreto Municipal nº 103/2024, de 24 de junho de 2024, que dispõe sobre a composição anterior do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, bem como as disposições em contrário.
Art. 10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:6D801163

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EMPRESA DECLARADA CREDENCIADA
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2026

O Município de Lobato, Estado do Paraná, por intermédio da Comissão de Contratação, torna público o resultado da análise da documentação de habilitação referente ao **Chamamento Público nº 04/2026**, cujo objeto é **credenciamento de pessoas jurídicas especializadas no preparo, fornecimento e disponibilização de refeições prontas, compreendendo café da manhã, refeições tipo almoço no sistema self-service, refeições tipo "marmitex", nos tamanhos pequena e média, e refeições comerciais, destinadas aos servidores, colaboradores e demais usuários autorizados pela Administração das diversas Secretarias Municipais**.
Após a análise e conferência da documentação apresentada, a Comissão de Contratação declarou **CREDENCIADA** a seguinte empresa:

JOSE PEREIRA RESTAURANTE LTDA , inscrita no CNPJ nº 72.430.630/0001-07
A empresa encontra-se credenciada para os seguintes lotes:
Lote 06 – Fornecimento de café da manhã no Município de Maringá-Paraná;
Lote 07 – Fornecimento de refeições tipo self servisse no município de Maringá- Paraná.
A empresa credenciada deverá aguardar convocação formal da Secretaria Municipal de Administração para a assinatura do respectivo Termo de Credenciamento, sendo vedado o início da execução dos serviços antes da formalização da contratação, observadas as disposições do edital e da legislação aplicável.
O presente processo de credenciamento permanece aberto para novos interessados, durante a vigência do Edital de Chamamento Público nº 04/2026, nos termos de suas disposições..

Lobato/PR, 18 de agosto de 2026.

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:84F909D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO Nº015/2026. CONCORRÊNCIA Nº 002/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOBATO - PARANÁ, com sede administrativa na Rua Antônio Coletto, nº 1260 – Centro – CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.367/0001-08.

CONTRATADA: empresa **MACRO CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA,** inscrita sob nº CNPJ 10.434.136/0001-63, localizada na Rua Mato Grosso, n° 1789, Bairro centro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, CEP: 85812-020

Fundamentação Legal: O presente termo de aditamento obedece às normas fixadas no processo licitatório, CONCORRÊNCIA nº 02/2025, c/c com os ditames da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações**.**

Objeto do Aditamento: Fica alterada a avença inicial, diante das previsões contidas na cláusula quarta, cláusula oitava, prorrogando-se o prazo de execução contratual do objeto do pacto primitivo por mais **90 (noventa) dias**, contados imediatamente e sequencialmente após o término da data de prazo de execução aditamento, ou seja, prazo de execução até **15/11/2026**.
Demais Condições: As demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

Lobato/PR, 18 de agosto 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:E0E63E2E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO CONTRATUAL QUINTO ADITAMENTO AO CONTRATO N. º 044/2022. TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOBATO - PARANÁ, com sede administrativa na Rua Antônio Coletto, 1260 – Centro – CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.367/0001-08.
CONTRATADO: INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado com sede a RUA ROCHA POMBO, nº 1335, SALA 01, Bairro: CENTRO, município de CAMPO MOURÃO, Estado do PARANÁ, CEP: 87300-450, devidamente inscrita no CNPJ/MF Sob nº. 05.501.153/0001-36, neste ato representada pela Sra. GABRIELA BELOTI, brasileira, divorciada, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG n.° 9.084.358-3 SESP/PR e cadastrada no CPF/MF n°. 270.966.158-65.
Fundamentação Legal: O presente termo de aditamento obedece às normas fixadas no processo licitatório, TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022, c/c com os ditames do art. 57, 58 e art. 65 e ss., da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
Objeto do Aditamento: Ficam alterados os prazos do contrato primitivo, prorrogando-se o prazo de execução/fornecimento dos serviços objeto do pacto primitivo por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 19/08/2027, contados imediatamente e sequencialmente após o término da data de vigência pactuada, conforme preceitua o art. 57, II da LF 8.666/93.
§1.º - Em razão da dilação de prazo de execução/fornecimento do objeto contratual, fica aditada a vigência contratual por igual período àquela pactuada no caput.
§2.º - Em razão das disposições do caput e, diante das previsões disciplinadas pelo parágrafo anterior, fica alterado o valor contratual (Cláusula Segunda), consolidando-se ao valor primitivo, o valor financeiro de R$ 34.225,80 (tinta e quatro mil, duzentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos) que será pago conforme execução dos serviços (POR HORA), através de crédito em conta corrente ou cheque nominal, de acordo com a fatura apresentada, devidamente atestada e vistada pelo Órgão solicitante, perfazendo, por conseguinte, o valor global contratual de R$ 141.837,00(cento e quarenta e um mil, oitocentos e trinta e sete reais).
Demais Condições: As demais cláusulas do contrato primitivo permanecem inalteradas.

Lobato/PR., aos 18/08/2026

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:01895AE7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº. 268/2026 DE 18 DE AGOSTO DE 2026, CONCEDER 10(DEZ) DIAS DE FÉRIAS, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VIVIANE MATIAS ALARCÃO OLIVEIRA

PORTARIA Nº. 268/2026 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, em especial, a Lei nº. 622/94-E de 05/09/1994, em consonância com a Lei nº. 1.380/2018-E de 07/10/2018,

RESOLVE

Art. 1º- Conceder **10(dez) dias** de **Férias**, a servidora pública municipal **Viviane Matias Alarcão Oliveira**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Educador Infantil**, com carga horária semanal de 35 horas e atualmente exercendo a função de **Coordenadora Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato**, a serem usufruídas de **19/08/2026 a 28/08/2026**, referente ao período aquisitivo de **01/01/2025 a 31/12/2025.**

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:5A7A2A78

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº. 269/2026 DE 18 DE AGOSTO DE 2026, CONCEDER 10(DEZ) DIAS DE FÉRIAS, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JULIANA CRISTINA DUARTE DE FARIA LEITE

PORTARIA Nº. 269/2026 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, em especial, a Lei nº. 622/94-E de 05/09/1994, em consonância com a Lei nº. 1.380/2018-E de 07/10/2018,

RESOLVE

Art. 1º- Conceder **10(dez) dias** de **Férias**, a servidora pública municipal **Juliana Cristina Duarte de Faria Leite,** portadora do RG. nº. 6.***.487-* e CPF nº. 033.***.069-**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Educador Infantil**, com carga horária semanal de 35 horas e atualmente exercendo a função de **Coordenadora Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato**, a serem usufruídas de **19/08/2026 a 28/08/2026**, referente ao período aquisitivo **03/03/2025 a 02/03/2026.**

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de **15/09/2025**, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:2BC0D684

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº. 270/2026 DE 18 DE AGOSTO DE 2026, CONCEDER 03(TRÊS) MESES DE LICENÇA ESPECIAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EDJANI MARIA TOMAZINI DE SOUZA VALOTO

PORTARIA Nº. 270/2026 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o contido no Artigo 123, § 1º da Lei Municipal nº. 622/94-E de 05/09/1994;

CONSIDERANDO o requerimento da servidora municipal **Edjani Maria Tomazini de Souza Valoto,** datado em 18/08/2026 e protocolado junto ao Departamento de Recursos Humanos em 18/08/2026,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **03(três) meses** de **Licença Especial** a servidora pública municipal **Edjani Maria Tomazini de Souza Valoto,** portadora do RG. nº. 6.***.518-* e CPF nº. 028.***.***-76, ocupante

do cargo de provimento efetivo de **Professor** com carga horária semanal de 20 horas, readaptada para desenvolver as funções do cargo de **Auxiliar Administrativo**, junto a **Secretaria Municipal de Assistência Social**, referente ao quinquênio de **01/12/2016 a 29/11/2021**, a contar de **19/08/2026 a 18/11/2026**.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:7751F881

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

SETOR DE CONTABILIDADE
DECRETO N.41/2026

DECRETO Nº 41/2026

SÚMULA – Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal nº 29, de 30 de dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, crédito adicional suplementar no valor de R$ 2.522.347,66 (Dois Milhões, Quinhentos e Vinte e Dois Mil, Trezentos e Quarenta e Sete Reais e Sessenta e Seis Centavos) como se segue:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
02	PODER EXECUTIVO	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
30	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	30.000,00
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	SETOR DE PESSOAL	
04.122.0003.2004	Administração do Setor de Pessoal	
3.1.90.03.00.00	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	
150	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.500,00
03.002	SETOR DE SERVIÇOS GERAIS	
04.122.0003.2005	Administração Geral da Prefeitura	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	21.700,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
416	01522-SECID - Caminhão Coletor/Compactador de Lixo	1.286,62
	SUBTOTAL	31.486,62
04	SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.002	SETOR DE CAIXA	
04.123.0004.2101	Pagamento de Precatórios	
3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	
690	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.045,07
	SUBTOTAL	2.045,07
05	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS	
05.001	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS	
04.122.0005.2014	Manutenção da Secretaria de Obras Públicas	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1060	00002-Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	15.829,50
26.782.0016.1161	Pavimentaçao Bloco Sextavado Banco da Terra	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1390	00992-SEAB - Pavimentação Bloco Sextavado Estrada Banco da Terra	1.673.494,18
	SUBTOTAL	1.689.323,68
06	SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
06.001	SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS	
15.452.0011.2061	Manutenção do Setor de Serviços Públicos	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1491	00512-CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	4.500,00
	SUBTOTAL	4.500,00
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0008.2040	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1970	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	80.000,00
10.304.0008.2041	Manutenção dos Serviços de Saúde - Vigilancia Sanitária	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2780	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	445,00
10.302.0008.2043	Assistência Hospitalar e Ambulatorial/Média e Alta Complexidade	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2430	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	33.533,86
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
10.301.0008.2040	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2222	08494-Emenda Parlamentar Individual Saúde - Hauly 2025	11.300,00
2223	09494-Emenda Parlamentar Individual Saude - Hauly - 2025	60.750,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2304	06518-SESA PR - Aquisição de Cadeiras de Rodas -	48.580,00
	SUBTOTAL	236.608,86
09	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0007.2023	Manutenção das Políticas de Assistencia Social (CRAS)	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3222	01540-REC. ESTADUAL REDE DE PROTEÇAO A MULHER - 2026	15.000,00
3223	01546-Programa Cuida Mais Paraná - Promoçao do Envelhecimento Ativo	15.000,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
3251	01540-REC. ESTADUAL REDE DE PROTEÇAO A MULHER - 2026	5.000,00
3252	01546-Programa Cuida Mais Paraná - Promoçao do Envelhecimento Ativo	3.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3261	01540-REC. ESTADUAL REDE DE PROTEÇAO A MULHER - 2026	10.000,00
3262	01546-Programa Cuida Mais Paraná - Promoçao do Envelhecimento Ativo	10.000,00
08.244.0007.2104	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3610	00934-Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	10.700,00
08.244.0007.2023	Manutenção das Políticas de Assistencia Social (CRAS)	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3282	01540-REC. ESTADUAL REDE DE PROTEÇAO A MULHER - 2026	30.000,00
3283	01546-Programa Cuida Mais Paraná - Promoçao do Envelhecimento Ativo	15.000,00
08.244.0007.2037	Beneficios Eventuais	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
3470	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.313,27
08.244.0007.2023	Manutenção das Políticas de Assistencia Social (CRAS)	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3313	01527-CEDIPI - Programa Estadual " Cuida Mais 60 "- Investimentos	30.000,00
3312	01542-Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher em Despesa de Capital	60.000,00
09.003	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0007.2027	Manutenção da Secretaria de Assistência Social	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
3852	01540-REC. ESTADUAL REDE DE PROTEÇAO A MULHER - 2026	5.000,00
3853	01546-Programa Cuida Mais Paraná - Promoçao do Envelhecimento Ativo	2.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	

3865	01076-Transf. do Conselho Estadual Direitos do Idos - Centro Dia	374,65
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3924	01520-Incentivo Estadual Voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes	8.500,00
3922	01534-FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO.	2.450,00
09.004	FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA	
08.241.0007.2123	Programa de Assistência a Pessoa Idosa	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4031	01076-Transf. do Conselho Estadual Direitos do Idos - Centro Dia	2.454,00
	SUBTOTAL	231.791,92
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
10.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
12.361.0009.2051	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4281	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.775,00
10.002	SETOR DE EDUCAÇÃO	
12.361.0009.2054	Manutenção do Ensino Fundamental'	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4640	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	4.700,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4670	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	11.000,00
12.367.0007.2025	Subvenção a Associação de Pais e Amigos do Excepcionais - APAE.	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
5380	00102-Fundeb 40%	27.928,31
5383	01536-EMENDA IND. 202620380014-TRANSF ESP. FIN. DEFIN.- APAE- - DEP.FLAV IO ARNS	100.000,00
5382	01537-EMENDA 202640890015-TRANSF. ESP. FIN. DEFIN. APAE-SEN. ORIOVISTO GUIMARÃES	150.000,00
12.365.0009.2057	Manutenção da Educação Infantil - MDE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
5360	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.188,20
	SUBTOTAL	296.591,51
	TOTAL	2.522.347,66

Artigo 2º - Para cobertura dos créditos abertos, são indicados como recursos, o que se segue:
I - Anulação das dotações abaixo:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.002	SETOR DE SERVIÇOS GERAIS	
04.122.0003.2005	Administração Geral da Prefeitura	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	32.245,07
330	00002-Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	15.829,50
	SUBTOTAL	48.074,57
06	SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
06.001	SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS	
15.452.0011.2061	Manutenção do Setor de Serviços Públicos	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1581	01522-SECID - Caminhão Coletor/Compactador de Lixo	1.286,62
	SUBTOTAL	1.286,62
07	SECRETARIA DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO	
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO	
26.782.0016.2076	Manutenção da Secretaria de Transportes	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	30.000,00
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.304.0008.2041	Manutenção dos Serviços de Saúde - Vigilancia Sanitária	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2790	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
10.302.0008.2043	Assistência Hospitalar e Ambulatorial/Média e Alta Complexidade	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2430	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	40.000,00
10.301.0008.2040	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2070	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	445,00
2080	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10.000,00
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
2150	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	43.533,86
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2210	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	20.000,00
	SUBTOTAL	115.978,86
09	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0007.2029	Manutenção do Programa Vale Social	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
3340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.313,27
	SUBTOTAL	7.313,27
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
10.002	SETOR DE EDUCAÇÃO	
12.361.0009.2052	Encargos do FUNDEB - Efetivo Exercício do Magistério	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4510	00101-Fundeb 60%	27.928,31
12.361.0009.2054	Manutenção do Ensino Fundamental'	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4710	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	4.700,00
4720	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	2.963,20
12.365.0009.2057	Manutenção da Educação Infantil - MDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5240	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	11.000,00
	SUBTOTAL	46.591,51
	TOTAL	249.244,83

II - superávit financeiro do exercício anterior na seguinte fonte de recursos:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	10.700,00
00992	SEAB - Pavimentação Bloco Sextavado Estrada Banco da Terra	1.673.494,18
01076	Transf. do Conselho Estadual Direitos do Idos - Centro Dia	2.454,00
01520	Incentivo Estadual Voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes	8.500,00
01527	CEDIPI - Programa Estadual " Cuida Mais 60 "- Investimentos	30.000,00
08494	Emenda Parlamentar Individual Saúde - Hauly 2025	11.300,00
09494	Emenda Parlamentar Individual Saude - Hauly - 2025	60.750,00
	TOTAL	1.797.198,18

III - Excesso de arrecadação da fonte e receita abaixo:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.3.2.1.01.1.1.08.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS - OUTROS RECURSOS VINCULADOS	2.824,65
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	4.500,00
1.7.1.9.57.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL	250.000,00
1.7.2.9.99.0.1.15.00.00.00.00	REC. EST. REDE DE PROTEÇÃO DEFESA DA MULHER - FONTE 1540 - C/C 15241-2	65.000,00
2.4.2.9.99.0.1.21.00.00.00.00	ESTRUT.GESTÃO E DA REDE DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER EM DESPESA DE CAPITAL -FONTE 1542 - C/C 15124-6	60.000,00
1.7.2.9.99.0.1.16.00.00.00.00	PROGRAMA CUIDA MAIS PARANA " PROMOÇÃO DO ENVELHGECIMENTO ATIVO - FONTE 1546 - C/C 15293-5	45.000,00
1.7.2.3.50.0.1.07.00.00.00.00	RERC. SESA PR - AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS - FONTE 6518 - C/C 13580-1	48.580,00
	TOTAL	475.904,65

Artigo 3º- Este decreto vigora a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lupionópolis, 20 de julho de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yone Zanon Augusto
Código Identificador:859E9CCA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 047/2026

Designa gestor e fiscal de contrato referentes à Secretaria Municipal de Esportes do Município de Mallet.

O Prefeito Municipal do Município de Mallet/PR, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 65, incisos II e VIII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º, da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, da Lei nº 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos por este município, consoante Portaria nº 43/2017;

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica designado como Gestor dos contratos da Secretaria Municipal de Esportes do Município de Mallet/PR, para o exercício das atribuições atinentes, o servidor Clademir Marques Da Silva, Secretário Municipal de Esportes, matrícula funcional nº 60.847.

Art. 2º. Ficam designados como Fiscais dos contratos da Secretaria Municipal de Esportes do Município de Mallet/PR, para o exercício das atribuições inerentes a designação, os servidores abaixo relacionados:

I – Wagner Nascimento de Souza, matrícula nº 60.422, cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 3º. As designações constantes da presente portaria terão efeitos a partir de sua publicação até a data de 31/12/2028.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a portaria n° 018/2025.

Prefeitura Municipal de Mallet, em 18 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Kowalczyk
Código Identificador:048BFB4B

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL DE MALLET
PORTARIA 10 2026

RETIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 10, DE 17 DE AGOSTO DE 2026
TERMO DE DESIGNAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO GESTOR E DOS FISCAIS DO CONTRATO.

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo SUV, com capacidade mínima para 07 (sete) ocupantes, ano/modelo 2026/2027 ou superior, destinado ao transporte institucional de passageiros e ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Mallet, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais documentos integrantes do processo.

I – DA FINALIDADE
O presente Termo tem por finalidade formalizar a designação e estabelecer as atribuições do **Gestor e dos Fiscais do Contrato** decorrente do Processo Administrativo nº 12/2026 – Pregão Eletrônico nº 01/2026, em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021** e com a **Portaria nº 10/2026, de 17 de agosto de 2026**.
A gestão e a fiscalização terão por objetivo acompanhar e controlar a execução da contratação, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada e a conformidade do veículo entregue com as condições estabelecidas no procedimento licitatório.

II – DA DESIGNAÇÃO
Para fins de gestão, acompanhamento e fiscalização da contratação, ficam designados os seguintes agentes:
GESTOR DO CONTRATO
FERNANDO ROBERTO ARKATEN
Diretor Administrativo
FISCAIS DO CONTRATO
VILMAR DE PAULA
Diretor Legislativo
CRISTIANO PEREPELECIA
Vereador
SÉRGIO KOJATEK
Vereador
Os agentes acima designados exercerão suas atribuições nos limites estabelecidos pela legislação, pelo instrumento contratual, pelo Edital, pelo Termo de Referência e pelo presente Termo.

III – DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO
Compete ao **Gestor do Contrato, Fernando Roberto Arkaten**, coordenar e acompanhar administrativamente a execução contratual, especialmente:
I – acompanhar a execução do contrato desde sua formalização até o encerramento das obrigações;
II – manter sob controle os prazos contratuais e demais obrigações assumidas pela Contratada;
III – coordenar as atividades relacionadas à fiscalização do contrato;
IV – manter atualizado o acompanhamento administrativo da contratação;
V – acompanhar as comunicações realizadas entre a Câmara Municipal e a Contratada;
VI – receber e analisar as informações e ocorrências encaminhadas pelos fiscais;
VII – solicitar à Contratada providências necessárias ao regular cumprimento das obrigações contratuais;
VIII – acompanhar o prazo estabelecido para entrega do veículo;
IX – acompanhar a regularização de eventuais pendências identificadas pelos fiscais;
X – verificar a manutenção das condições necessárias à execução contratual, quando aplicável;
XI – encaminhar aos setores competentes os documentos necessários à liquidação e ao pagamento da despesa, após o regular recebimento do objeto;
XII – acompanhar os procedimentos relativos à aplicação de penalidades, quando constatado eventual descumprimento contratual, encaminhando a matéria à autoridade competente;
XIII – comunicar à autoridade competente situações que ultrapassem suas atribuições ou que possam comprometer a execução do contrato;
XIV – adotar as providências necessárias ao encerramento do contrato após o cumprimento das obrigações;
XV – exercer as demais atribuições relacionadas à gestão administrativa da contratação.

IV – DAS ATRIBUIÇÕES DOS FISCAIS DO CONTRATO
Compete aos **Fiscais do Contrato – Vilmar de Paula, Cristiano Perepelecia e Sérgio Kojatek –** acompanhar e fiscalizar materialmente o cumprimento das condições estabelecidas para o fornecimento do veículo.
São atribuições dos fiscais:
I – acompanhar a execução do objeto contratado;

II – verificar se o veículo entregue corresponde à **marca, modelo, versão, ano/modelo e configuração constantes da proposta vencedora**;
III – verificar se o veículo é efetivamente **novo e zero quilômetro**, nas condições exigidas pelo Edital e pelo Termo de Referência;
IV – conferir a documentação apresentada pela Contratada relativa ao veículo;

V – verificar o atendimento das especificações técnicas mínimas estabelecidas no Termo de Referência;
VI – conferir os equipamentos, acessórios e itens de série exigidos;
VII – conferir a capacidade mínima para **07 (sete) ocupantes**, incluindo o motorista;
VIII – verificar as condições gerais do veículo, incluindo carroceria, pintura, pneus, rodas, interior, bancos, vidros, iluminação, equipamentos e acessórios;
IX – verificar se inexistem avarias, danos, defeitos aparentes ou sinais incompatíveis com a condição de veículo novo;
X – conferir o funcionamento dos principais equipamentos e sistemas previstos nas especificações;
XI – confrontar, quando necessário, o veículo entregue com catálogo, ficha técnica oficial, manual do fabricante e documentação apresentada durante a licitação;
XII – verificar se o veículo foi entregue acompanhado do **manual do proprietário em português, chaves e acessórios originais fornecidos pelo fabricante**;
XIII – verificar a documentação referente à garantia do fabricante;
XIV – verificar se o prazo de garantia atende ao mínimo estabelecido no procedimento, prevalecendo a garantia do fabricante quando mais vantajosa;
XV – comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato qualquer divergência, irregularidade ou descumprimento identificado.

V – DA CONFERÊNCIA DO EMPLACAMENTO E LICENCIAMENTO
Os fiscais deverão verificar especialmente se o veículo foi entregue:
a) devidamente registrado em nome da **Câmara Municipal de Mallet**;
b) devidamente emplacado;
c) devidamente licenciado;
d) acompanhado da documentação necessária à sua regular circulação;
e) sem despesas adicionais de primeiro registro, emplacamento, licenciamento, placas ou taxas a serem suportadas pela Câmara Municipal.
Caso seja identificada qualquer pendência documental ou financeira cuja responsabilidade seja da Contratada, o recebimento definitivo deverá aguardar a respectiva regularização.

VI – DA VERIFICAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
Por ocasião da entrega, os fiscais deverão verificar o atendimento das características técnicas exigidas no Edital e no Termo de Referência, inclusive, quando aplicável:

• carroceria SUV e capacidade mínima de 07 ocupantes;
• motorização e transmissão exigidas;
• direção com assistência elétrica;
• sistemas de freios e segurança;
• airbags;
• controle de estabilidade e tração;
• sistemas de assistência à condução exigidos;
• faróis e iluminação;
• sensores e câmera de ré;
• sistemas de alerta e frenagem;
• ar-condicionado;
• central multimídia;
• painel de instrumentos;
• bancos e revestimentos;
• rodas;
• freio de estacionamento eletrônico;
• terceira fileira de assentos;
• computador de bordo;
• sensor de chuva;
• equipamentos obrigatórios previstos na legislação de trânsito;
• demais características constantes da proposta vencedora e do Termo de Referência.

A conferência deverá considerar as especificações mínimas e as tecnologias equivalentes ou superiores expressamente admitidas no instrumento convocatório.

VII – DO RECEBIMENTO DO VEÍCULO
A simples entrega física do veículo **não implicará sua aceitação definitiva**.
Os fiscais deverão proceder à conferência técnica, visual, funcional e documental do objeto.
O veículo poderá ser recebido provisoriamente para realização das verificações necessárias.
Após constatado o atendimento integral às especificações, à proposta vencedora e às demais obrigações contratuais, os fiscais poderão manifestar-se pelo **recebimento definitivo**, mediante termo, relatório, atesto ou documento equivalente.
Caso sejam constatadas irregularidades, os fiscais deverão registrar as ocorrências e comunicar o Gestor do Contrato, indicando as providências necessárias à correção.

VIII – DAS IRREGULARIDADES
Constatada qualquer desconformidade na execução contratual, os fiscais deverão:
I – registrar a ocorrência;
II – comunicar o Gestor do Contrato;
III – descrever objetivamente a irregularidade identificada;
IV – indicar, quando possível, a obrigação contratual não atendida;
V – acompanhar a correção ou substituição determinada à Contratada;
VI – informar ao Gestor quando a irregularidade tiver sido solucionada;
VII – comunicar imediatamente situações que possam justificar rejeição do veículo, aplicação de penalidade ou outras providências administrativas.
Os fiscais não deverão aceitar produto em desacordo com as especificações mínimas sob fundamento de mera equivalência sem que esta esteja tecnicamente demonstrada e seja admitida pelo Edital.

IX – DA SEGREGAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES
A atuação do Gestor e dos Fiscais deverá ocorrer de forma coordenada, respeitando-se as atribuições próprias de cada função.
Ao **Gestor** compete predominantemente a coordenação e o acompanhamento administrativo da contratação.
Aos **Fiscais** compete predominantemente a verificação da execução material do objeto e da conformidade do veículo entregue.
A fiscalização exercida pela Câmara Municipal não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelo integral cumprimento das obrigações assumidas.

X – DO REGISTRO DA FISCALIZAÇÃO
As ocorrências relacionadas à execução contratual deverão ser registradas nos autos do **Processo Administrativo nº 12/2026**, especialmente aquelas relacionadas:
I – à entrega do veículo;
II – à conferência das especificações;
III – à documentação;
IV – ao emplacamento e licenciamento;
V – à existência de eventual desconformidade;
VI – às providências adotadas pela Contratada;
VII – ao recebimento provisório e definitivo;
VIII – à autorização para processamento do pagamento.
Sempre que necessário, poderão ser anexadas fotografias, catálogos, fichas técnicas, documentos do veículo, relatórios e demais elementos comprobatórios.

XI – DO ATESTO E PAGAMENTO
O pagamento somente deverá ser encaminhado para processamento após a comprovação de que o veículo foi entregue nas condições contratadas e após a correspondente manifestação da fiscalização.
O atesto da Nota Fiscal deverá pressupor a conferência do objeto e o cumprimento das obrigações exigíveis para o recebimento.

A existência de irregularidade relevante deverá ser comunicada ao Gestor antes da autorização do pagamento, sem prejuízo das providências administrativas cabíveis.

XII – DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES DESIGNADOS

O Gestor e os Fiscais deverão exercer suas atribuições com diligência, imparcialidade e observância aos princípios que regem a Administração Pública.

Os agentes não responderão por fatos que ultrapassem suas atribuições quando tiverem registrado e comunicado tempestivamente à autoridade competente as irregularidades identificadas.

XIII – DA VIGÊNCIA DA DESIGNAÇÃO

A presente designação produzirá efeitos durante todo o período necessário à gestão e fiscalização da contratação decorrente do **Pregão Eletrônico nº 01/2026**, inclusive durante as etapas de entrega, recebimento, pagamento e cumprimento das obrigações relacionadas à garantia, quando couber.

XIV – DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente **Termo de Designação e Atribuições do Gestor e dos Fiscais do Contrato** deverá ser juntado ao **Processo Administrativo nº 12/2026**, juntamente com a **Portaria nº 10/2026, de 17 de agosto de 2026**.

Os agentes designados ficam cientificados de suas atribuições e deverão comunicar à Presidência eventual impedimento ou circunstância que possa comprometer o adequado exercício da função.

Mallet/PR, 17 de agosto de 2026.

SERJO GRYCZAK
Presidente da Câmara Municipal de Mallet

CIÊNCIA DOS DESIGNADOS

Declaro estar ciente da designação e das atribuições estabelecidas neste Termo.

FERNANDO ROBERTO ARKATEN
Diretor Administrativo
Gestor do Contrato

VILMAR DE PAULA
Diretor Legislativo
Fiscal do Contrato

CRISTIANO PEREPELECIA
Vereador
Fiscal do Contrato

SÉRGIO KOJATEK
Vereador
Fiscal do Contrato

Câmara Municipal de Mallet, Estado do Paraná, 17 de agosto de 2026.

SERJO GRYCZAK
Presidente

Publicado por:
Fernando Roberto Arkaten
Código Identificador:C5F9764B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2026

I – OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestar o serviço de manutenção preventiva com fornecimento de peças genuínas de 30.000 km do veículo ônibus, placa UBJ 2B41, em período de garantia de fábrica.

II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Segundo a justificativa apresentada pela Secretaria nos autos, trata-se da contratação de empresa especializada para realizar a manutenção preventiva de 30.000 km do veículo ônibus, placa UBJ 2B41, atualmente em período de garantia de fábrica, em atendimento às normas e ao cronograma de revisões estabelecidos pelo fabricante.

A contratação se mostra necessária e de extrema importância para garantir a eficiência, a segurança e a continuidade dos serviços públicos prestados, uma vez que o veículo é utilizado no apoio logístico das ações da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo o transporte de pacientes, equipes e insumos. A manutenção preventiva de 30.000 km é indispensável para preservar a garantia de fábrica, evitar falhas mecânicas que possam comprometer a operação do veículo e assegurar maior durabilidade, prevenindo gastos desnecessários com manutenções corretivas.

Com a execução desta manutenção preventiva, pretende-se assegurar a plena disponibilidade do veículo para a realização de suas atividades em condições seguras e confiáveis, garantindo a continuidade dos serviços de saúde no município. Do ponto de vista do interesse público, a medida fortalece os objetivos estratégicos de governança, eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos, contribuindo diretamente para a qualidade e regularidade dos serviços prestados à população.

Levando em consideração que a revisão é indispensável para preservar a garantia de fábrica, evitar falhas mecânicas que possam comprometer a operação do veículo e assegurar maior durabilidade, prevenindo gastos desnecessários com manutenções corretivas.

Cumpre destacar que a empresa RODO SERVICE CURITIBA apresentou a segunda melhor proposta dentre os orçamentos obtidos para a presente contratação. Considerando que a empresa está localizada em município mais próximo de Mallet/PR, procedeu-se à análise da economicidade global da contratação, incluindo não apenas o valor da proposta, mas também as despesas indiretas decorrentes do deslocamento do veículo, tais como combustível e diárias dos servidores responsáveis pelo transporte.

Com base no diário de bordo do veículo bem como o valor pago no litro do diesel R$ 07,24, verificou-se consumo médio entre 4,6 km/L e 4,8 km/L de diesel, estimando-se gastos aproximados de R$ 669,73 com combustível para o deslocamento até Curitiba, além de R$ 115,00 referentes às diárias, totalizando um custo estimado de R$ 5.498,25 (proposta de R$ 4.713,52 acrescida das despesas de deslocamento).

Em comparação, a proposta apresentada pela empresa localizada em Rio do Sul/SC, embora situada a maior distância, permaneceu mais vantajosa sob o aspecto econômico, pois o valor do orçamento (R$ 3.045,33), somado às despesas estimadas com deslocamento (R$ 1.750,14, compreendendo combustível e diárias), resultou em um custo aproximado de R$ 4.796,14, inferior ao da proposta da empresa sediada em Curitiba.

Dessa forma, concluiu-se que a mera proximidade geográfica da empresa RODO SERVICE CURITIBA não foi suficiente para torná-la a alternativa mais econômica, prevalecendo a contratação da proposta que apresentou o menor custo global para a Administração, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPONENTE:

A prestadora de serviços escolhida foi **E.J.C. CAMINHOES E ACESSORIOS LTDA, CNPJ: 12.246.167/0001-16**. A escolha do proponente decorre da apresentação, por parte da Concessionária EJC CAMINHÕES E ACESSÓRIOS LTDA (LOCAL VOLARE), de orçamento com valores compatíveis e coerentes com aqueles praticados no mercado.

Destaca-se que, conforme Termo de Garantia apresentado pela empresa fornecedora do veículo, a manutenção preventiva deve ser realizada obrigatoriamente em concessionárias autorizadas pela fabricante, sob pena de perda da garantia de fábrica, a qual possui vigência de 24 (vinte e quatro) meses. Tal condição restringe a execução dos serviços às empresas credenciadas, dentre as quais se encontra a Concessionária EJC Caminhões e acessórios LTDA (Local Volare), apta a realizar a assistência técnica no Estado de Santa Catarina.

Cumpre destacar que inicialmente a empresa EJC Caminhões e acessórios LTDA (Local Volare) apresentou inicialmente Certidão

Positiva de Débitos Municipais nº 44354/2026 emitida em 02/07/2026 pela Prefeitura de Rio do Sul/SC. Em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei 14.133/21, regularizou e apresentou Certidão Negativa nº 48740/2026 emitida em 16/07/2026, válida por 90 dias. Ambas anexas, comprovando a regularização. Empresa atualmente habilitada.
Ainda que não tenha havido a comparação entre três fornecedores distintos, a proposta apresentada é considerada adequada, idônea e compatível com os parâmetros de mercado, atendendo aos princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

A presente contratação tem por objeto a realização da manutenção preventiva de 30.000 km do veículo ônibus, placa UBJ 2B41, em período de garantia de fábrica, cuja execução deve obrigatoriamente ocorrer em concessionária autorizada pela fabricante, conforme disposto no termo de garantia, de modo a assegurar a preservação da garantia do bem, bem como a segurança e confiabilidade de sua operação.
A escolha fundamenta-se na obrigatoriedade de execução do serviço em concessionária credenciada, fator que assegura maior economicidade, celeridade e eficiência na execução contratual.
Diante da análise, resta justificada a escolha da Concessionária EJC CAMINHÕES E ACESSORIOS LTDA (LOCAL VOLARE) como proponente vencedora, por ser a unidade plenamente habilitada para a execução dos serviços, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, sem prejuízo da preservação da garantia de fábrica do veículo.

IV – DO PREÇO:

Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 3.045,33 (três mil quarenta e cinco reais e trinta e três centavos)** a ser pago de acordo com a execução do contrato, conforme autorização expedida pelo Setor de Compras, mediante envio da Autorização de Fornecimento, juntamente com as Notas Fiscais que comprovem o serviço autorizado.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA:

A vigência desta Dispensa de Licitação iniciar-se-á na data da publicação de sua ratificação e terá seu término **02 (dois) meses após.**
Uma vez que todos os serviços tenham sido executados pela Contratada e aprovados pela Contratante, respeitado o prazo para pagamento, o contrato estará automaticamente encerrado.

VI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente processo de Dispensa para Compras e Serviços serão pagas através das seguintes dotações orçamentárias:

286 02.013.10.301.0015.2.038.3.3.90.30.12494 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA

VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

Para se habilitar no presente processo a CONTRATADA apresentou os seguintes documentos:

CONTRATO SOCIAL.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO DE NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, dentro do prazo de validade.

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS, dentro do prazo de validade.

CONSULTA AOS IMPEDIDOS DE LICITAR, emitida pelo TCE/PR.

CONSULTA CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA, emitida pelo TCU.

VIII – DAS SANÇÕES:

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas no Título IV do Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

IX – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente Dispensa de Licitação encontra respaldo legal no art. 75, inciso IV, alínea “a” da Lei Federal nº 14.133/2021.

X – DA RESCISÃO:

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso da rescisão administrativa prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – DAS CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

XII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Publicado a Ratificação da Dispensa de Licitação, a vencedora está convocada para a assinatura do Contrato, devendo fazê-la no prazo máximo de 02(dois) dias úteis, sob pena de perda do direito à Contratação.
A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
Coletadas as assinaturas necessárias, será publicado Extrato de Contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mallet/PR.

XIII – DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Mallet/PR, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

Prefeitura Municipal de Mallet, 18 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:105B81A7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
ERRATA 001 REFERENTE AO EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2026

ERRATA 001 REFERENTE AO EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2026

Na publicação do Extrato de Edital, veiculado no Diário Oficial deste Município em 18 de agosto de 2026, onde lê-se:

A presente Dispensa de Licitação encontra respaldo legal no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Leia-se:

A presente Dispensa de Licitação encontra respaldo legal no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ratifica-se o restante do aviso.

Prefeitura Municipal de Mallet, 18 de agosto de 2026.

FELIPE ZOLONDEK
Diretor Geral de Licitações

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:B8787B56

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO POR PRAZO DETERMINADO – 010.2026 PSS 002.2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO POR PRAZO DETERMINADO – 010.2026
PSS 002.2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET.
CNPJ: 75.654.566/0001-36.
CONTRATADA: EMILY DA SILVEIRA PREVITALI.
CPF: 116.***.***-06.
OBJETO: Atendimento junto à Secretaria Municipal de Educação.
PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 03/09/2026 e término em 03/03/2027.
Processo Seletivo Simplificado 002/2025.
CARGO: PROFESSORA.
FUNDAMENTO LEGAL: 1330/2017 e Decreto nº 461/2017 e legislações correlatas.

Mallet, em 18 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:DC6A389D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO POR PRAZO DETERMINADO – 011.2026 PSS 002.2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO POR PRAZO DETERMINADO – 011.2026
PSS 002.2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET.
CNPJ: 75.654.566/0001-36.
CONTRATADA: ESHLLYN PECH CAMARA.
CPF: 127.***.***-25.
OBJETO: Atendimento junto à Secretaria Municipal de Educação.
PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 05/09/2026 e término em 05/03/2027.
Processo Seletivo Simplificado 002/2025.
CARGO: PROFESSORA.
FUNDAMENTO LEGAL: 1330/2017 e Decreto nº 461/2017 e legislações correlatas.

Mallet, em 18 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:338CCF79

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO POR PRAZO DETERMINADO – 012.2026 PSS 002.2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO POR PRAZO DETERMINADO – 012.2026
PSS 002.2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET.
CNPJ: 75.654.566/0001-36.
CONTRATADA: JESSICA MARINA SOARES DE LIMA.
CPF: 087.***.***-48.
OBJETO: Atendimento junto à Secretaria Municipal de Educação.
PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 10/09/2026 e término em 10/03/2027.
Processo Seletivo Simplificado 002/2025.
CARGO: PROFESSORA.
FUNDAMENTO LEGAL: 1330/2017 e Decreto nº 461/2017 e legislações correlatas.

Mallet, em 18 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:C45F142A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MANDAGUARI
PORTARIA Nº 41/2026

PORTARIA Nº 41/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a vedação da utilização de bens, serviços e recursos públicos da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN para fins político-eleitorais, bem como estabelece diretrizes para a preservação da liberdade de manifestação e da neutralidade da Administração Pública durante o período eleitoral de 2026 e dá outras providências.

O Diretor da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o dever de preservação da normalidade, neutralidade e da legitimidade das eleições, bem como da igualdade

de oportunidades entre candidatas, candidatos, partidos políticos, federações e coligações;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, especialmente aquelas relativas à propaganda eleitoral e às condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais;

CONSIDERANDO a Resolução TSE nº 23.610/2019, com as alterações promovidas pela Resolução TSE nº 23.755, de 2 de março de 2026, que dispõe sobre propaganda eleitoral, inclusive quanto à liberdade de manifestação em ambientes universitários e à vedação da propaganda eleitoral e do assédio eleitoral no ambiente de trabalho;

CONSIDERANDO a Resolução TSE nº 23.735/2024, com as alterações promovidas pela Resolução TSE nº 23.757, de 2 de março de 2026, que dispõe sobre ilícitos eleitorais, inclusive sobre as condutas vedadas às agentes e aos agentes públicos em campanha, e;

CONSIDERANDO que a FAFIMAN constitui Fundação Pública Municipal integrante da Administração Pública indireta do Município de Mandaguari, submetendo-se integralmente às normas que regem a utilização do patrimônio e dos recursos públicos.

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria estabelece diretrizes para a observância da legislação eleitoral no âmbito da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN, especialmente quanto:

I – à vedação da utilização de bens, serviços, recursos e estrutura institucional para fins político-eleitorais;
II – à preservação da impessoalidade e da neutralidade da Administração Pública;
III – à utilização dos meios de comunicação e canais institucionais;
IV – à atuação das agentes e dos agentes públicos, empregados, estagiários, terceirizados e demais colaboradores durante o período eleitoral; e
V – à preservação da liberdade de manifestação e do pluralismo de ideias, observadas as limitações estabelecidas pela legislação eleitoral.

§ 1º A vedação prevista no caput compreende, entre outros:
I – salas de aula, auditórios, laboratórios, biblioteca, áreas administrativas, estacionamentos e demais espaços físicos destinados às atividades institucionais;
II – veículos oficiais ou colocados a serviço da FAFIMAN;
III – computadores, impressoras, equipamentos de informática, aparelhos telefônicos, serviços de internet e demais equipamentos institucionais;
IV – materiais de consumo, materiais gráficos, recursos financeiros e demais insumos custeados pela Instituição;
V – endereços eletrônicos institucionais, sistemas informatizados, sítios eletrônicos, redes sociais oficiais e demais meios de comunicação institucional;
VI – serviços de empregados, servidores, estagiários, terceirizados ou demais pessoas vinculadas à Instituição, durante o horário de expediente ou no desempenho de suas atribuições.

§ 2º A vedação estabelecida neste artigo não alcança a utilização regular e impessoal dos espaços institucionais para atividades acadêmicas, científicas, culturais ou de extensão que envolvam debates sobre temas políticos, sociais ou eleitorais, desde que observados os princípios da pluralidade de ideias, da isonomia, da impessoalidade e da regular prestação dos serviços institucionais.

Art. 2º É vedada a utilização da estrutura institucional da FAFIMAN para a realização de atos de campanha eleitoral ou de promoção político-eleitoral em benefício ou prejuízo de determinada candidatura, partido político, federação ou coligação.

§ 1º É proibida, especialmente:
I – a utilização de bens, equipamentos, serviços ou recursos públicos para produção, impressão, divulgação ou distribuição de propaganda eleitoral;
II – a utilização da marca, do nome, da imagem institucional ou de outros elementos identificadores da FAFIMAN para fins de promoção ou propaganda eleitoral;
III – a utilização de veículos, equipamentos, sistemas ou canais institucionais para transporte, divulgação, promoção ou realização de atividades de campanha;
IV – a divulgação, por meio dos canais oficiais da FAFIMAN, de conteúdo destinado a promover ou prejudicar candidaturas, partidos políticos, federações ou coligações;
V – a utilização da estrutura administrativa ou acadêmica da Instituição para constranger, induzir, pressionar ou direcionar pessoas em relação à sua preferência eleitoral.

§ 2º A vedação prevista neste artigo não impede a livre manifestação individual e espontânea de pensamento político, inclusive no ambiente universitário, desde que não haja:
I – utilização de recursos, bens, serviços ou canais institucionais para finalidade eleitoral;
II – prejuízo ao regular funcionamento das atividades acadêmicas ou administrativas;
III – abuso da função ou da posição ocupada;
IV – utilização de relação hierárquica para constranger ou influenciar a liberdade de escolha eleitoral de outra pessoa; ou
V – prática de propaganda eleitoral ou de assédio eleitoral no ambiente de trabalho.

Art. 3º É vedada a realização de propaganda eleitoral e de assédio eleitoral no ambiente de trabalho da FAFIMAN, respondendo nos termos da legislação aplicável quem der causa ou permitir sua ocorrência.
§ 1º Para os fins desta Portaria, considera-se incompatível com o ambiente institucional qualquer conduta que, mediante coação, constrangimento, ameaça, abuso de autoridade ou utilização de posição hierárquica, tenha por objetivo influenciar, determinar ou restringir a liberdade de escolha política ou eleitoral de empregados, servidores, estagiários, terceirizados, estudantes ou demais integrantes da comunidade acadêmica.
§ 2º A manifestação individual e espontânea de preferência política não configura, por si só, infração, desde que observados os limites previstos nesta Portaria e na legislação eleitoral.

Art. 4º É vedada a utilização do horário de expediente ou da força de trabalho das pessoas vinculadas à FAFIMAN para a realização de atividades de campanha eleitoral.
§ 1º A vedação prevista no caput não impede a atuação político-eleitoral realizada fora do horário de trabalho, desde que não haja utilização de bens, serviços, recursos, informações ou estrutura da FAFIMAN.
§ 2º Durante o exercício de suas atribuições, as agentes e os agentes públicos deverão observar o dever de impessoalidade e abster-se de utilizar a função, o cargo ou a posição institucional para beneficiar ou prejudicar candidaturas, partidos políticos, federações ou coligações.

Art. 5º É vedada a utilização dos canais oficiais de comunicação da FAFIMAN para a divulgação ou compartilhamento de propaganda eleitoral ou conteúdo destinado a promover ou prejudicar candidaturas, partidos políticos, federações ou coligações.
Parágrafo único: A vedação compreende, entre outros:
I – correio eletrônico institucional;
II – listas de transmissão e grupos institucionais de mensagens;
III – sistemas acadêmicos e administrativos;
IV – sítio eletrônico oficial;
V – perfis e páginas institucionais em redes sociais; e
VI – demais meios oficiais de comunicação mantidos pela FAFIMAN.

Art. 6º Os espaços físicos da FAFIMAN poderão sediar atividades acadêmicas, científicas, culturais ou institucionais que envolvam debates sobre temas políticos, sociais ou eleitorais, desde que respeitados:
I – a liberdade de expressão e o pluralismo de ideias;
II – a impessoalidade e a igualdade de tratamento;
III – a regular prestação dos serviços e das atividades institucionais;

IV – a ausência de utilização do evento como instrumento de propaganda eleitoral irregular;
V – a inexistência de favorecimento institucional a determinada candidatura, partido político, federação ou coligação.
§ 1º A realização de debates, palestras, seminários ou eventos acadêmicos com a participação de agentes políticos, pré-candidatas, pré-candidatos, candidatas ou candidatos deverá observar a finalidade acadêmica, científica, cultural ou institucional da atividade e a legislação eleitoral aplicável.
§ 2º A participação de pessoas vinculadas à disputa eleitoral em atividades realizadas no âmbito da FAFIMAN não poderá resultar na utilização da estrutura institucional como meio de favorecimento eleitoral.

Art. 7º Nos três meses que antecedem o pleito, os responsáveis pelos sítios eletrônicos, redes sociais, canais e demais meios oficiais de informação da FAFIMAN deverão adotar as providências necessárias para verificar e adequar os respectivos conteúdos às restrições previstas na legislação eleitoral, especialmente quanto à publicidade institucional e à utilização de nomes, slogans, símbolos, expressões, imagens ou outros elementos que possam identificar autoridades, governos ou administrações cujos cargos estejam em disputa.
Parágrafo único: A adequação prevista no caput deverá alcançar, inclusive, conteúdos publicados anteriormente, quando sua manutenção, no período eleitoral, puder caracterizar publicidade institucional vedada pela legislação eleitoral.

Art. 8º É vedada a utilização dos meios de comunicação institucionais para divulgação ou compartilhamento de informações falsas ou gravemente descontextualizadas com finalidade de beneficiar ou prejudicar candidatura, pré-candidatura, partido político, federação ou coligação.
Parágrafo único: É igualmente vedada a utilização dos canais institucionais para a divulgação de conteúdo sintético gerado ou modificado por inteligência artificial ou tecnologia equivalente em desacordo com as normas eleitorais aplicáveis.

Art. 9º Os coordenadores de curso, chefes de setor e demais responsáveis pelas unidades acadêmicas e administrativas deverão zelar pelo cumprimento desta Portaria, adotando as providências administrativas cabíveis no âmbito de suas atribuições e comunicando à Diretoria eventuais irregularidades de que tenham conhecimento.

Art. 10. O descumprimento das disposições desta Portaria poderá ensejar a apuração de responsabilidade administrativa, civil, eleitoral e, quando cabível, penal, sem prejuízo da aplicação das demais medidas e sanções previstas na legislação vigente.

Art. 11. As situações que envolvam dúvida quanto à aplicação da legislação eleitoral ou desta Portaria deverão ser previamente submetidas à Diretoria da FAFIMAN para análise e orientação, sem prejuízo da competência dos órgãos e autoridades eleitorais.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria da FAFIMAN, observadas a legislação eleitoral vigente, as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral e as orientações expedidas pela Justiça Eleitoral.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos durante o período eleitoral de 2026, sem prejuízo da aplicação das normas legais e regulamentares que possuam vigência própria.

Mandaguari, 18 de agosto de 2026.

WEDSON JOSÉ PIEROBON
Diretor em Exercício da FAFIMAN
Portaria n° 40/2026

Publicado por:
Rosangela Aparecida Paulino de Oliveira
Código Identificador:F35F39D1

FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MANDAGUARI
PORTARIA N.º 42/2026

PORTARIA N.º 42/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a instituição e nomeação da Comissão de Credenciamento, Gestor e Fiscal de Contrato para o Processo Administrativo n.º 10/2026, Chamamento Público n.º 3/2026 (Edital de Inexigibilidade n.º 3/2026), e dá outras providências.

O DIRETOR EM EXERCÍCIO DA FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MANDAGUARI – FAFIMAN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal n.º 576, de 30 de dezembro de 2025, e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir e nomear a **Comissão de Credenciamento** para atuar no Processo Administrativo n.º 10/2026, Chamamento Público n.º 3/2026 (Edital de Inexigibilidade n.º 3/2026), que tem por objeto o Credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais para a futura alienação de bens imóveis e móveis inservíveis ao patrimônio desta Fundação.

Parágrafo único. A referida comissão será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

1. Emerick Fonseca da Silva Oliveira, matrícula n.º 95406485 – Presidente;
2. Herminio Rosa Carneiro Neto, matrícula n.º 100337 – Membro;
3. Marcilene Apda. Donatti Corrêa, matrícula n.º 100296 – Membro.

Art. 2º No impedimento de algum dos membros nomeados, atuará como suplente Silvia Lídia de Andrade Bem Fernandes, matrícula n.º 100057.

Art. 3º A fiscalização geral dos serviços e do certame será exercida conjuntamente pela Comissão de Credenciamento ora instituída, pela Agente de Contratação, Sra. **Marcilene Aparecida Donatti Corrêa**, e pelo Diretor da FAFIMAN, Sr. **Jose Natal de Oliveira** (na qualidade de ordenador da receita), aos quais competem atestar a conformidade das vistorias, os laudos de avaliação e a lisura da ata final de encerramento do leilão.

Parágrafo único. No impedimento de atuação do Sr. José Natal de Oliveira, atuará como ordenador da receita o designado para a sua substituição na direção.

Art. 4º Designar a empregada pública **Emerick Fonseca da Silva Oliveira**, matrícula n.º 95406485, para exercer a **Gestão do Contrato**, competindo-lhe as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no instrumento contratual, além das seguintes atribuições:

a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas em contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pelo Leiloeiro Contratado;
b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto do Leiloeiro Contratado;
c) manter controles adequados e efetivos do contrato, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
d) propor medidas que melhorem a execução do Contrato.

Art. 5º Designar o empregado público **Herminio Rosa Carneiro Neto**, matrícula n.º 100337, para exercer a **Fiscalização do Contrato**, competindo-lhe o acompanhamento da execução do objeto da contratação e o exercício da mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, com as seguintes diretrizes:

§ 1º O fiscal informará ao gestor do Contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual.
§ 2º A fiscalização procederá, mensalmente, a contar da formalização do Contrato.
§ 3º Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no edital e termo de referência, a situação será formalmente registrada, inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari - FAFIMAN, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis (26/06/2026).

Mandaguari, 18 de agosto de 2026.

WEDSON JOSÉ PIEROBON
Diretor em Exercício da FAFIMAN
Portaria n.º 40/2026

Publicado por:
Rosangela Aparecida Paulino de Oliveira
Código Identificador:B4A2CB7E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 402/2026 - NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 402/2026

Súmula: Nomeia servidora pública municipal para ocupar Cargo de Provimento em Comissão, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora pública municipal para ocupar Cargo de Provimento em Comissão:

NOME	ADMISSÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO
98598 – GABRIELA FARINELI DUQUE	18/08/2026	Coordenador De Serviço Da Educação Básica

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de admissão.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo oitavo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (18/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:76031D5A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 403/2026 - NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SUSTENTÁVEL – CMDRS DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 403/2026

Súmula: Nomeia membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável – CMDRS do Município de Mandaguari, Estado do Paraná e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem o **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável – CMDRS**, conforme a Lei Municipal nº 3.408/2020, a saber:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	
Titular	**Suplente**
Joice Pereira Coutinho Simões	Giovanna Laraniaga Martins Penteado da Silva
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo	
Titular	**Suplente**
João Pedro Rodrigues Garcia	Sergio Aparecido Sezani
Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Gestão	
Titular	**Suplente**
Maria Aparecida Job de Souza Couto	Jerrynaldo da Silva Finetto
Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Serviço Público	
Titular	**Suplente**
Vinicius Arthur Dalbem	Eduardo Romano Zafalon
Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR-Paraná	
Titular	**Suplente**
Matheus Carmo Vilarindo	Walter Feichtinger Júnior
Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR	
Titular	**Suplente**
Raquel Rodrigues Maia	Sonia Vicentini

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Produtor Rural	
Titular	**Suplente**
Igor Renato Peres Marques	Leonildo Benedito Lavarias
Marilice Menoli di Colli	Paulo Henrique Campana
Ezequias Ferreira de Oliveira	Jaime Fuentes Knupp

REPRESENTANTES DE ENTIDADES, INSTITUIÇÕES PRIVADAS LIGADAS AO SETOR AGROPECUÁRIO E COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL

Sindicato Rural Patronal de Mandaguari	
Titular	**Suplente**
Agnaldo Esteves	Marisol Lilian Silveira Capel
Cooperativa de Crédito Rural	
Titular	**Suplente**
Robson Thiago Alves	Vitor Hugo Schincariol
Associação dos Cafeicultores	
Titular	**Suplente**
José Carlos Rosseto	Antônio Carlos Ricardo

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo oitavo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (18/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:9DCCFFF3

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 279/2026 CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 246/2025 DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA CLASSIFICADA ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL N º. 279/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 246/2025

Dispõe sobre a convocação da classificada através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação do candidato abaixo relacionado a comparecer no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munido dos documentos, com vista a assumir a vaga para o cargo no qual foi aprovado no PSS aberto através do Edital n.º 246/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 271/2025.

FISIOTERAPEUTA 20H

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
04	BARBARA MUNHOZ LOPES NOGUEIRA	44

Mandaguari, 18 de agosto de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:09061448

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 280/2026 - CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 108/2025 DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA CLASSIFICADA ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL N º. 280/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 108/2025

Dispõe sobre a convocação da classificada através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação da candidata abaixo relacionada a comparecer no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumir a vaga para o cargo no qual foi aprovada no PSS aberto através do Edital n.º 108/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 171/2025.

PSICÓLOGO 20 HRS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
08	CLAUDIA FURIATTI FERMIANO	60

Mandaguari, 18 de agosto de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:47F57C08

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: RINOTOYS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.784.943/0001-62, com endereço na Rua Taquari, 19, MOOCA, CEP: 3166000, na cidade de SAO PAULO/SP, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora JANAÍNA CALÇADA RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº 112.882.476-05.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE JOGOS TERAPÊUTICOS E BRINQUEDOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: 9.329,72.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 12 de Agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:3B96F694

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2026

DISPNSA Nº 24/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: ZACARIAS VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.138.608/0001-37, com endereço na Av. Tuiuti, 445, CENTRO, CEP: 87.040-360, na cidade de MARINGA/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **CIDINEI APARECIDO VAZ**, inscrito no CPF sob o nº. 576.583.079-04.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, REFERENTE À SEGUNDA REVISÃO DE 20.000 KM, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS DE CONSUMO (LUBRIFICANTES E FILTROS), NO VEÍCULO CHEVROLET TRACKER (PLACA TBQ5F60), PERTENCENTE A SECRETARIA DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI.

VALOR: 1.455,38.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 10 de Julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:A52D920E

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 52/2026
EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: E B TREINAMENTOS EMPRESARIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.098.914/0001-44, com endereço na Rua HUGO ZENI, 204, VILA INDUSTRIAL, CEP: 85.905-530, na cidade de TOLEDO/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **EDUARDO BERNDT**, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.133.092-5 SSP/PR, e inscrito no CPF sob o nº 913.632.339-04.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM MINISTRAR PALESTRA COM O TEMA "ÉTICA E POSTURA PROFISSIONAL NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE", DESTINADAS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANDAGUARI.

VALOR: R$ 10.400,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 10 de Agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:779133C0

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 065/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 065/2026 de 18 de agosto de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Mandaguari.
Dispõem sobre as conclusões acerca e **APROVA O PLANO DE TRABALHO DA SBCR-SOCIEDADE BENEFICENTE CRISTO REI REFERENTE DEVOLUÇÃO DO SALDO DO DUODÉCIMO DE 2025 DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI NO VALOR DE R$ 20.000,00.** Executor da Saúde do Município de MANDAGUARI-PR, e prescreve as providências que enumera.
O Pleno do Conselho Municipal de Saúde Gestão 2016/2019 de MANDAGUARI, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8.080 de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90 e pela Lei Municipal n° 2.187 de 11/09/13;
Considerando o art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
Considerando o inciso IV do art. 4° da Lei Federal n° 8.142 de 28 de dezembro de 1990, o qual determina que para receber os Recursos do Fundo Nacional de Saúde, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão;
Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde;
Considerando a Portaria do Ministério da Saúde, nº 53 de 16 de Janeiro de 2013;
Considerando a Portaria do Ministério de Saúde n° 2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais normas correlacionadas ao Pacto de Gestão SUS

Resolve:
Art. 1º - APROVA O PLANO DE TRABALHO DA SBCR-SOCIEDADE BENEFICENTE CRISTO REI REFERENTE DEVOLUÇÃO DO SALDO DO DUODÉCIMO DE 2025 DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI NO VALOR DE R$ 20.000,00.
Art. 2° - Esta Resolução será validada na data de sua publicação.
Mandaguari, 18 de agosto de 2026.

MIZAEL DA CUNHA
Presidente do Conselho Municipal Saúde

ADEMILSON GREGÓRIO MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal de Mandaguari

Homologo a resolução nº 065/2026, nos termos do § 2o art.1o da Lei Federal no 8.142 de 28/12/90

Publicado por:
Aparecida de Lourdes Rodrigues
Código Identificador:F04DA580

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 94/2026

EXTRATO DE CONTRATOS – PE 19/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 94/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: EDITORA PROGRESSIVA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.772.585/0001-19
MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2026**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A IMPRESSÃO DE GIBIS E PANFLETOS EDUCATIVOS, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO COMO MATERIAL DIDÁTICO EM ATIVIDADES, PROGRAMAS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
VALOR TOTAL: R$ 5.840,00 (cinco mil, oitocentos e quarenta reais).
VIGÊNCIA: 12 MESES
DATA: 13/08/2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:A273D790

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

AGRICULTURA
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0242//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0242//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº0242/2026**
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR			
SERVIDOR	VALDEMAR MOREIRA DA SILVA	**MATR.**	**7761**
CARGO/FUNÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SANIDADE ANIMAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		VAN ESPORTE
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA SEH-4A50**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
14/08/2026	14/08/2026	CAPANEMA	PR	PARA ; VISITAÇÃO Á FEIRA DO MELADO	0,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – PR, 14 de agosto 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:66337057

AGRICULTURA
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0243/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0243/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0243/2026**
LEI MUNICIPAL 704/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR			
SERVIDOR	KAUHA FERREIRA	**MATR.**	**1012188**
CARGO/FUNÇÃO	TÉCNICO AGRÍCOLA	**LOTAÇÃO:** SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SANIDADE ANIMAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		VAN ESPORTE
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA:** SEH-4A50
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
INICIO	**FIM**				
14/08/2026	14/08/2026	CAPANEMA	PR	PARA ; VISITAÇÃO Á FEIRA DO MELADO .	0,5
TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS			**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**		

EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – Pr, em 14 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:EF412244

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 4144/2026 - 18.08.2026

Súmula**:** Declara inservíveis os bens móveis constantes deste Decreto, determina realização de leilão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E,
Considerando que, os bens móveis abaixo relacionados não têm mais utilidade à administração pública,
Considerando que, caso fossem efetuadas as reformas necessárias, devido à situação em que os mesmos se encontram, os custos seriam elevados, tornando-se inviável;
Considerando que houve aquisição de novos veículos, mais econômicos, que geram maior eficiência, diante disso,
R E S O L V E:
Art. 1° Declarar inservíveis ao Município, os bens móveis abaixo descritos:
Item . Descrição do produto
TOYOTA COROLLA XEI 20 FLEX ANO: 2017/2018 PLACA FINAL 1 (PR) – CHASSI: 9BRBD3HE5J0352497
CHEVROLET ONIX 10MT JOYE ANO: 2016/2017 PLACA FINAL 6 (PR) - CHASSI: 9BGKL48U0HB166452
CITROEN C3 LIVE PK 1.0 ANO: 2023/2024 PLACA FINAL 2 (PR) - CHASSI: 935CEFC2CRB512768
CITROEN C3 LIVE PK 1.0 ANO: 2023/2024 PLACA FINAL 2 (PR) - CHASSI: 935CEFC2CRB516460
CITROEN C3 FEEL 1.0 ANO: 2023/2024 PLACA FINAL 3 (PR) - CHASSI: 935CEFC2CRB530376
CITROEN C3 LIVE PK 1.0 ANO: 2023/2024 PLACA FINAL 8 (PR) - CHASSI: 935CEFC2CRB519331
FIAT UNO MILLE ECONOMY ANO: 2011/2011 PLACA FINAL 3 (PR) - CHASSI: 9BD15822AB6560122
VOLKSWAGEN GOL 1.0 GIV ANO: 2013/2014 PLACA FINAL 6 (PR) - CHASSI: 9BWAA05W8EP021312
VOLKSWAGEN GOL 1.0 GIV ANO: 2011/2012 PLACA FINAL 3 (PR) - CHASSI: 9BWAA05W9CP076459
RENAULT LOGAN EXP 16 SCE ANO: 2017/2018 PLACA FINAL 9 (PR) - CHASSI: 93Y4SRFH4JJ146859
RENAULT LOGAN AUT 1016V ANO: 2008/2009 PLACA FINAL 0 (PR) - CHASSI: 93YLSR0RH9J135002
CHEVROLET CLASSIC LS ANO: 2015/2016 PLACA FINAL 9 (PR) - CHASSI: 8AGSU1920GR126606
VOLKSWAGEN GOL 1.0 GIV ANO: 2012/2012 PLACA FINAL 8 (PR) - CHASSI: 9BWAA05W2CP095788
VOLKSWAGEN GOL 1.0 GIV ANO: 2011/2011 PLACA FINAL 4 (PR) - CHASSI: 9BWAA05W7BP074871
SUCATA DE VEÍCULO CHEVROLET CLASSIC LS ANO: 2015/2016 PLACA FINAL 7 - CHASSI: **8AGSU1920GR124320**
SUCATA DE VEÍCULO CHEVROLET CLASSIC LS ANO: 2015/2016 – PLACA FINAL 1- CHASSI: **8AGSU1920GR122038**

SUCATA DE VEÍCULO VOLKSWAGEN GOL 1.6 ANO: 2005/2006 – PLACA FINAL 6 - CHASSI: 9BWCB05W86P031023
SUCATA DE VEÍCULO RENAULT SANDERO AUTH 10 ANO: 2014/2015 – PLACA FINAL 5- CHASSI: 93Y5SRD04FJ548428
SUCATA DE VEÍCULO FIAT SIENA EL FLEX ANO: 2009/2010 - PLACA FINAL 5 - CHASSI: 9BD17202LA3527712
SUCATA DE VEÍCULO CHEVROLET MONTANA LS ANO: 2011/2012 – PLACA FINAL 9 - CHASSI: 9BGCA80X0CB105792
RENAULT MASTER RONTAN AMB ANO: 2004/2004 PLACA FINAL 9 (PR) - CHASSI: 93YADCRD54J489869
ÔNIBUS URBANO VOLKSWAGEN MASCA GRANMINI O ANO: 2009/2010 PLACA FINAL 7 (PR) - CHASSI: 9532452R4AR002736
ÔNIBUS URBANO VOLARE V8L 4X4 EO ANO: 2013/2013 PLACA FINAL 1 (PR) - CHASSI: 93PB58M1MDC046779
ÔNIBUS URBANO IVECO CITYCLASS 70C16 ANO: 2009/2009 PLACA FINAL 7 (PR) - CHASSI: 93ZL68B0198409951
CAMINHÃO MECANISMO OPERACIONAL IVECO DAILY 70C17HDCS 4X2 ANO: 2017/2018 PLACA FINAL 1 (PR) - CHASSI: 93ZC70C01J8476976
CAMINHÃO BASCULANTE VOLKSWAGEN 14.150 4X2 ANO: 1998/1998 PLACA FINAL 0 (PR) - CHASSI: 9BWXTAEZ6WRB04735
RETROESCAVADEIRA XCMG XT870BR ANO: 2018
RETROESCAVADEIRA JCB 3C ANO: 2013
SUCATA DE ROLO COMPACTADOR JCB CAPA LISA
SUCATA DE DISTRIBUIDOR DE ADUBOS LIQUÍDOS IAC MAX 1500
PLANTADEIRA THUROW TH RASTER 5L ANO: 2024
PULVERIZADOR THUROW PV600H BARRAS HIDRAÚLICAS ANO: 2019
DUAS BOMBAS DE ABASTECIMENTO MEDIDORAS DE COMBUSTÍVEL STRATEMA
SUCATA DE TRATOR NEW HOLLAND TL85E
SUCATA DE UM CHASSI, UMA BETONEIRA E DUAS ENSILADEIRAS

Art. 2°: Seja determinada a avaliação do referido bem por comissão designada para este fim, fixando-se os valores mínimos para futura alienação.

Art. 3°: Com a fixação de valores pela comissão de avaliação dos bens inservíveis, determino que os referidos bens sejam leiloados, na forma da Lei.

Art. 4°: O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, EM 18 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:1BE8CE9A

MEIO AMBIENTE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0240/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0240/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº 0240/2026
LEI MUNICIPAL 704/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR			
SERVIDOR	ANTÔNIO ALUPP FOGAÇA	**MATR.**	**1012238**
CARGO/FUNÇÃO	SECRETÁRIO DA PASTA DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO	**LOTAÇÃO:** SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
	EFETIVO	X	COMISSIONADO		VAN ESPORTE
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA: SEH-4A50
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
INICIO	FIM				
14/08/2026	14/08/2026	CAPANEMA	PR	PARA ; VISITAÇÃO Á FEIRA DO MELADO	0,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X

Manfrinópolis – Pr, em 14 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:8200C174

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0237//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0237//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº0237/2026
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	SIMONIA DA GLÓRIA LEITE		**MATR.**	**8391**
CARGO/FUNÇÃO	INSPETOR SANITÁRIO	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
X	EFETIVO		COMISSIONADO		ÔNIX
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA BEG-5F20
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
DE	A				
11/08/2026	12/08/2026	DOIS VIZINHOS	PR	PARA ; PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO DA DENGUE , CHICUNGUNHA E ZICA .	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X

Manfrinópolis – PR, 14 de agosto 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:E7006FE4

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0238/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0238/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº 0238/2026
LEI MUNICIPAL Nº: 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO

DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR			
SERVIDOR	MATEUS F. FEREIRA DA COSTA	**MATR.**	**1012214**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

	VÍNCULO			**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		FIAT ARGO
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** UBS-5E97
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
10/08/2026	12/08/2026	CURITIBA	PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO .	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	X	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTES CURITIBA/PR ;			
EMERSON RECH (DIA 10/08/2026) .			
CENIRA PANSERA (DIA 12/08/2026) .			

Manfrinópolis – PR,14 de agosto de 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:B928AAE2

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0239/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0239/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0239/2026**
LEI MUNICIPAL Nº: 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR			
SERVIDOR	MATEUS F. FEREIRA DA COSTA	**MATR.**	**1012214**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

	VÍNCULO			**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		FIAT ARGO
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** UBS-5E97
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
07/08/2026	07/08/2026	CASCAVEL	PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO .	0,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	X	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTE CASCAVEL/PR ;			
LUCAS BITENCOURT (DIA 07/08/2026) .			

Manfrinópolis – PR,14 de agosto de 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:D5A08D2A

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4552/2026 - 17.08.2026

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família a Servidora Pública Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 0157/2002 de 08.07.2002, Art. 77, § 1º e §º, com suas alterações posteriores, bem como conforme Atestados Médicos de 05 de agosto de 2026, 07 de agosto de 2026 e de 17 de agosto de 2026, e Processo nº 194/2026 – SRH, de 18 de agosto de 2026,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família de até 30 (trinta) dias a Servidora Pública Municipal **Sra. LURDETE FATIMA SOSTER CIGERCE,** cadastrada sob a matrícula nº 7711, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a partir de 05 de agosto de 2026 até 03 de setembro de 2026.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 05 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 17 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:DA2825CB

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4553/2026 - 18.08.2026

Converte 50% da Licença Prêmio em abono pecuniário de Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 80, Parágrafo único, com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 187/2026 – SRH, de 04 de agosto de 2026,

RESOLVE:

Art. 1° Converter 50% da Licença Prêmio em abono pecuniário da Servidora Pública Municipal **Sra. GENECI TRANCOSO DE BRITTO,** cadastrada sob a matrícula n° 9721, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO no município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, e 45 (quarenta e cinco) dias a serem usufruídos futuramente, referente ao Período Aquisitivo de 05.05.**2019** até 04.05.**2024**, conforme disposições da Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 80, Parágrafo único, e com suas alterações posteriores.

Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor e com efeitos financeiros com data retroativa a 1º de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:725AC72A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

PROCURADORIA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 - PNAB2 MANGUEIRINHA

ETAPA DE HABILITAÇÃO-PÓS RECURSO

O Município de Mangueirinha, por meio da Secretaria de Esportes, Cultura, Turismo e Lazer, torna público a lista dos projetos SELECIONADOS, na etapa de Habilitação-Pós Recurso, que foram HABILITADOS E APROVADOS, que seguem para etapa de CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO, conforme EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 - PNAB2 MANGUEIRINHA.

PROJETO INSCRITO	PROPONENTE	Situação
DA IMAGINAÇÃO AO PALCO	MARCIA CHAVES SANTOS	HABILITADO
PALCO DA ALEGRIA	ARIANE GRUIMARÃES	HABILITADO
MÚSICA PARA TODOS	ALEX COLLES	HABILITADO
OLHARES DE MANGUEIRINHA	VANESSA SAMARA BORGES	HABILITADO
TARDE CULTURAL	KARINE AUGUSTO RIBEIRO	HABILITADO

Os proponentes habilitados e aprovados no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 - PNAB2 MANGUEIRINHA, serão convocados em data a ser comunicada aos agentes culturais para assinatura do TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, conforme as condições dos projetos aprovados a serem executados.

Mangueirinha, 18 de agosto de 2026.

COMISSÃO DE GESTÃO, ESTRATÉGIA, SELEÇÃO E FISCALIZAÇÃO
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB
Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer

OSNI ALVES ROMEIRO
Secretário de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer

Publicado por:
Raiane Colla
Código Identificador:4EFEEA34

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2026 PSS ESTAGIÁRIOS

O **MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA, PR**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Edital nº 004/2026, visando o preenchimento de vagas de estágio não obrigatório e remunerado, TORNA PÚBLICA a **3ª CONVOCAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**, a saber:

Licenciatura Em Pedagogia		
N°	Nome	Nota
14	Thalya Eduarda Pauluk	8
15	Luciule Aparecida da Silva	7,83
16	Luana do Prado	7,78
17	Dilvane Melo	7,52
18	Camily Renata dos Santos	7,38
19	Flávia Aparecida da Silva	6,77

Pós-Graduação em Educação Especial		
N°	Nome	Nota
1	Sonia Mara Portela	10
2	Marisa Ramos de Quadros Guerra	7,8
3	Karoline Aparecida Rodrigues	7

Os candidatos convocados devem comparecer no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mangueirinha, PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, portando seus documentos pessoais, bem como deverão apresentar número de conta bancária (CAIXA) para pagamento da Bolsa-Estágio. O não comparecimento dentro do prazo estipulado acarretará o chamamento do próximo candidato aprovado.

Mangueirinha, PR, 17 de agosto de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:4434BB89

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 166/2026

PORTARIA N° 166/2026 DATA: 17/08/2026 SÚMULA: "Concede Progressão Horizontal aos Servidores a seguir relacionados". **Mario Eduardo Lopes Paulek**, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais: **RESOLVE: ART. 1°-** Conceder Progressão de nível Horizontal aos servidores a seguir relacionados na sua respectiva carreira, em conformidade a Lei 037/2005;

Mudanças de níveis nas classes Horizontais				
Nome	*Cargo*	*Matrícula*	*Nível Anterior:*	*Avançou para Nível:*
Cleonice de Fátima dos Santos Oliveira	*Zeladora*	*385-9*	*VIII*	*IX*

ART. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, em 17 de Agosto de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:F1F2FD9D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
ATA DA 11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS - 2026

ATA DA 11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, NA SUA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2026.

COMPOSIÇÃO: Presidente - JAIR DE BORBA ROSA; Vice-Presidente - ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS; 2º Secretário - NELINHO LOURENÇO e demais Vereadores: ALMIR JOSÉ DOS SANTOS LEITE; HIRMAN RAMOS EIGLMEIER FERREIRA (Hirman da Saúde)(através de vídeo conferência), JULIANO LEITE; KAYAN GUSMÃO; LUCAS BATISTA PESCO; MARCIO FABIANO MESQUITA DUARTE (Marcio do Seda); MICHEL RODRIGO DE ARAÚJO; ROMULO LEANDRO BERTOTI (Leandro Bertoti) e ROQUE SOZO. Início 17:15 horas. O Sr. Presidente abre a Sessão: "Pelas atribuições que me são conferidas por Lei, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 11ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Matinhos, na sua 2ª Sessão Legislativa da 14ª legislatura. O Sr. Presidente solicita ao Vereador Nelinho Lourenço que faça a leitura das escrituras sagradas. O Sr. Presidente agradece aos presentes. Na ausência do 1º Secretário, o Sr.

Presidente solicita ao Vereador Nelinho Lourenço que assuma a 1ª Secretaria e ao Vereador Kayan Gusmão que assuma a 2ª Secretaria desta Sessão.O Sr. Presidente coloca em votação a Ata da 10ª Sessão Extraordinária realizada em 01 de julho de 2026, sendo a mesma aprovada por unanimidade dos vereadores presentes. O Sr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei n° 030/2026, Súmula: "Dispõe sobre a concessão de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre imóveis particulares cedidos em regime de comodato ou locados ao Município de Matinhos, e dá outras providências", de iniciativa do Poder Executivo, o qual está entrando em 1ª discussão. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Lei n° 030/2026 em 1ª discussão. O Vereador Kayan Gusmão solicita que seja colocado em deliberação do Plenário a retirada do Regime de Urgência do presente Projeto tendo em vista o teor da matéria. O Sr. Presidente coloca em discussão o pedido do Vereador Kayan. Fizeram uso da palavra os vereadores: Lucas Batista Pesco; Kayan Gusmão. Ninguém mais querendo discutir, o Sr. Presidente coloca o pedido do Vereador Kayan em votação, sendo o mesmo aprovado pela maioria dos presentes, tendo votos contrário apenas dos vereadores Anderson Dan, Marcio do Seda e Michel Araújo. Em seguida, por não mais se encontrar em regime de urgência, o Vereador Lucas Batista Pescoapresenta pedido de vistas ao Projeto de Lei 030/2026, sendo concedido pelo Sr. Presidente. Sendo assim, oSr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei n° 035/2026, Súmula: "Institui a Gratificação de Atividade Operacional Especial - GAOE, destinada aos servidores efetivos da Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano que exerçam atividades operacionais especiais e dá outras providências", de iniciativa do Poder Executivo, o qual está entrando em 1ª discussão. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Lei n° 035/2026 em 1ª discussão.Ninguém querendo discutir, o Sr. Presidente Coloca o Projeto de Lei 035/2026 em 1ª votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. O Sr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei n° 037/2026, Súmula: "Altera a Lei Municipal nº 2.786/2026, que institui o Programa de Recuperação Fiscal de Impostos Municipais - PREFIM 2026, para prorrogar o prazo de adesão, facultar a adesão restrita a imóvel do contribuinte e revogar dispositivo, e dá outras providências", de iniciativa do Poder Executivo, o qual está entrando em 1ª discussão. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Lei n° 037/2026 em 1ª discussão. Fizeram uso da palavra os Vereadores Marcio Fabiano Mesquita Duarte; Juliano Leite; Lucas Pesco; Almir Leite; Nelinho Lourenço e Jair de Borba Rosa. Ninguém mais querendo discutir, o Sr. Presidente Coloca o Projeto de Lei 037/2026 em 1ª votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. O Sr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Resolução n° 002/2026, Súmula: "Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação Orçamentária no Valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no orçamento vigente do Poder Legislativo", de iniciativa da Mesa Diretiva, o qual está entrando em discussão e votação única. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Resolução n° 002/2026 em discussão.Ninguém querendo discutir, o Sr. Presidente Coloca o Projeto de Resolução 002/2026 em 1ª votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. O Sr. Presidente informa que fica marcada para amanhã, dia 31 de julho, as 17:15 horas a próxima Sessão Extraordinária para segunda discussão e votação dos projetos em pauta na presente sessão.ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente agradece a Deus, a presença de todos e dá por encerrada a presente Sessão.

Matinhos, 30 de julho de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS
(ANDERSON DAN)
Vice-Presidente

DORNELLES SILVEIRA LOURENÇO
(NELINHO LOURENÇO)
1º Secretário

KAYAN GUSMÃO
2º Secretário

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:6BFE5829

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
ATA DA 12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS - 2026

ATA DA 12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, NA SUA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2026.

COMPOSIÇÃO: Presidente - JAIR DE BORBA ROSA; Vice-Presidente - ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS; 1º Secretário - SANDRO MOACIR BRAGA (Sandro do Gás); 2º Secretário - NELINHO LOURENÇO e demais Vereadores: ALMIR JOSÉ DOS SANTOS LEITE; HIRMAN RAMOS EIGLMEIER FERREIRA (Hirman da Saúde)(através de vídeo conferência), JULIANO LEITE; KAYAN GUSMÃO; LUCAS BATISTA PESCO; MARCIO FABIANO MESQUITA DUARTE (Marcio do Seda); MICHEL RODRIGO DE ARAÚJO; ROMULO LEANDRO BERTOTI (Leandro Bertoti) e ROQUE SOZO. Início 17:15 horas. O Sr. Presidente abre a Sessão: "Pelas atribuições que me são conferidas por Lei, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 12ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Matinhos, na sua 2ª Sessão Legislativa da 14ª legislatura. O Sr. Presidente solicita ao Vereador Nelinho Lourenço que faça a leitura das escrituras sagradas. O Sr. Presidente agradece aos presentes. O Sr. Presidente coloca em votação a Ata da 11ª Sessão Extraordinária realizada em 30 de julho de 2026, sendo a mesma aprovada por unanimidade. OSr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei n° 035/2026, Súmula: "Institui a Gratificação de Atividade Operacional Especial - GAOE, destinada aos servidores efetivos da Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano que exerçam atividades operacionais especiais e dá outras providências", de iniciativa do Poder Executivo, o qual está entrando em 2ª discussão. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Lei n° 035/2026 em 2ª discussão. Fez uso da palavra o Vereador Kayan Gusmão. Ninguém mais querendo discutir, o Sr. Presidente Coloca o Projeto de Lei 035/2026 em 2ª votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. O Sr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei n° 037/2026, Súmula: "Altera a Lei Municipal nº 2.786/2026, que institui o Programa de Recuperação Fiscal de Impostos Municipais - PREFIM 2026, para prorrogar o prazo de adesão, facultar a adesão restrita a imóvel do contribuinte e revogar dispositivo, e dá outras providências", de iniciativa do Poder Executivo, o qual está entrando em 2ª discussão. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Lei n° 037/2026 em 2ªdiscussão. Ninguémquerendo discutir, o Sr. Presidente Coloca o Projeto de Lei 037/2026 em 2ª votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente agradece a Deus, a presença de todos e dá por encerrada a presente Sessão.

Matinhos, 31 de julho de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS
(ANDERSON DAN)
Vice-Presidente

SANDRO MOACIR BRAGA
(SANDRO DO GÁS)
1º Secretário

DORNELLES SILVEIRA LOURENÇO
(NELINHO LOURENÇO)
2º Secretário

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:CAFC9327

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
ATA DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS - 2026

ATA DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, NA SUA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2026.

COMPOSIÇÃO: Presidente - JAIR DE BORBA ROSA; Vice-Presidente - ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS; 1º Secretário - SANDRO MOACIR BRAGA. 2º Secretário - NELINHO LOURENÇO e demais Vereadores: ALMIR JOSÉ DOS SANTOS LEITE;JULIANO LEITE; KAYAN GUSMÃO; LUCAS BATISTA PESCO; MARCIO FABIANO MESQUITA DUARTE (Marcio do Seda); MICHEL RODRIGO DE ARAÚJO; ROMULO LEANDRO BERTOTI (Leandro Bertoti) e ROQUE SOZO. Início 17:15 horas. O Sr. Presidente abre a Sessão: “Pelas atribuições que me são conferidas por Lei, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 13ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Matinhos, na sua 2ª Sessão Legislativa da 14ª legislatura. O Sr. Presidente solicita ao Vereador Nelinho Lourenço que faça a leitura das escrituras sagradas. O Sr. Presidente agradece aos presentes. O Sr. Presidente coloca em votação a Ata da 12ª Sessão Extraordinária realizada em 31 de julho de 2026, sendo a mesma aprovada por unanimidade. O Sr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei n° 034/2026, Súmula: “Dispõe sobre a criação, organização, competências e funcionamento da Vigilância Socioassistencial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Município de Matinhos e dá outras providências", de iniciativa do Poder Executivo, o qual está entrando em 1ª discussão. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Lei n° 034/2026 em 1ª discussão. Fez uso da palavra o Vereador Juliano Leite. Ninguém mais querendo discutir, o Sr. Presidente Coloca o Projeto de Lei 034/2026 em 1ª votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. O Sr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei n° 038/2026, Súmula: “Implementa a Política Pública Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, institui o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação do Município de Matinhos - CMCTI, cria o Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - FMCTI, bem com institui o Núcleo e o Centro de Inovação Tecnológica no Município de Matinhos, e dá outras providências", de iniciativa do Poder Executivo, o qual está entrando em 1ª discussão. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Lei n° 038/2026 em 1ª discussão. Fizeram uso da palavra os Vereadores Michel Araújo; Kayan Gusmão Nelinho Lourenço; Lucas Pesco; Juliano Leite; Sandro Moacir Braga; Marcio Fabiano Mesquita Duarte. Ninguém mais querendo discutir, o Sr. Presidente Coloca o Projeto de Lei 038/2026 em 1ª votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. O Sr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei n° 039/2026, Súmula: “Altera o artigo 40 da Lei Municipal nº 2.292, de 16 de novembro de 2021, que dispõe sobre os representantes do Conselho Municipal de Cultura de Matinhos", de iniciativa do Poder Executivo, o qual está entrando em 1ª discussão. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Lein° 039/2026 em 1ª discussão. Ninguém querendo discutir, o Sr. Presidente Coloca o Projeto de Lei 039/2026 em 1ª votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.O Sr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei n° 040/2026, Súmula: “Promove a reestruturação administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, alterando dispositivos das Leis Municipais nº. 1430/2011 e 2105/2020, e dá outras providências", de iniciativa do Poder Executivo, o qual está entrando em 1ª discussão. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Lein° 040/2026 em 1ª discussão. Ninguém querendo discutir, o Sr. Presidente Coloca o Projeto de Lei 040/2026 em 2ª votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.O Sr. Presidente informa que fica marcada para amanhã, dia 11 de agosto, as 17:15 horas a próxima Sessão Extraordinária para segunda discussão e votação dos projetos em pauta na presente sessão. ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente agradece a Deus, a presença de todos e dá por encerrada a presente Sessão.

Matinhos, 10 de agosto de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS
(ANDERSON DAN)
Vice-Presidente

SANDRO MOACIR BRAGA
(SANDRO DO GÁS)
1º Secretário

DORNELLES SILVEIRA LOURENÇO
(NELINHO LOURENÇO)
2º Secretário

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:10DA5A60

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
ATA DA 14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS - 2026

ATA DA 14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, NA SUA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2026.

COMPOSIÇÃO: Presidente - JAIR DE BORBA ROSA; Vice-Presidente - ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS; 1º Secretário - SANDRO MOACIR BRAGA; 2º Secretário - NELINHO LOURENÇO e demais Vereadores: ALMIR JOSÉ DOS SANTOS LEITE;JULIANO LEITE; KAYAN GUSMÃO; MARCIO FABIANO MESQUITA DUARTE (Marcio do Seda); MARIANA DOURADO; MICHEL RODRIGO DE ARAÚJO; ROMULO LEANDRO BERTOTI (Leandro Bertoti) e ROQUE SOZO. Início 17:15 horas. O Sr. Presidente abre a Sessão: “Pelas atribuições que me são conferidas por Lei, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 14ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Matinhos, na sua 2ª Sessão Legislativa da 14ª legislatura. O Sr. Presidente solicita ao Vereador Nelinho Lourenço que faça a leitura das escrituras sagradas. O Sr. Presidente agradece aos presentes. O Sr. Presidente coloca em votação a Ata da 13ª Sessão Extraordinária realizada em 10 de agostode 2026, sendo a mesma aprovada por unanimidade dos vereadores presentes. O Sr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei n° 034/2026, Súmula: “Dispõe sobre a criação, organização, competências e funcionamento da Vigilância Socioassistencial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Município de Matinhos e dá outras providências", de iniciativa do Poder Executivo, o qual está entrando em 2ª discussão. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Lei n° 034/2026 em 2ª discussão. Ninguém querendo discutir, o Sr. Presidente coloca o Projeto de Lei 034/2026 em 2ª votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. O Sr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei n° 038/2026, Súmula: “Implementa a Política Pública Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, institui o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação do Município de Matinhos - CMCTI, cria o Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - FMCTI, bem com institui o Núcleo e o Centro de Inovação Tecnológica no Município de Matinhos, e dá outras providências", de iniciativa do Poder Executivo, o qual está entrando em 2ª discussão. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Lei n° 038/2026 em 2ª discussão. Ninguém querendo discutir, o Sr. Presidente coloca o Projeto de Lei 038/2026 em 2ª votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade dos vereadores presentes.O Sr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei n° 039/2026, Súmula: “Altera o artigo 40 da Lei Municipal nº 2.292, de 16 de novembro de 2021, que dispõe sobre os representantes do Conselho Municipal de Cultura de Matinhos", de iniciativa do Poder Executivo,

o qual está entrando em 1ª discussão. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Lein° 039/2026 em 2ª discussão. Ninguém querendo discutir, o Sr. Presidente Coloca o Projeto de Lei 039/2026 em 2ª votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade dos vereadores presentes.O Sr. Presidente solicita ao 1º Secretário que faça a leitura somente da súmula do Projeto de Lei n° 040/2026, Súmula: "Promove a reestruturação administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, alterando dispositivos das Leis Municipais nº. 1430/2011 e 2105/2020, e dá outras providências", de iniciativa do Poder Executivo, o qual está entrando em 2ª discussão. O Sr. Presidente coloca o Projeto de Lein° 040/2026 em 2ª discussão. Ninguém querendo discutir, o Sr. Presidente Coloca o Projeto de Lei 040/2026 em 2ª votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente agradece a Deus, a presença de todos e dá por encerrada a presente Sessão.

Matinhos, 11 de agosto de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS
(ANDERSON DAN)
Vice-Presidente

SANDRO MOACIR BRAGA
(SANDRO DO GÁS)
1º Secretário

DORNELLES SILVEIRA LOURENÇO
(NELINHO LOURENÇO)
2º Secretário

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:F5154098

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 102/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno, :

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designada a advogada desta Casa de Leis, Dra. Amanda Cristina Paulin, para atuar auxiliando e acompanhando os trabalhos da Comissão Processante 002/2026, criada através da Resolução 004/2026.

Art. 2º.Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Matinhos, 14 de agosto de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:854F8C4C

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 103/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido à Sra. **RENATA BEATRIZ MULLER**, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, 01(um) dia de folga proveniente de Banco de Horas, em conformidade com o disposto no Art. 17 da Resolução 005/2024, a ser usufruído em 19 de agosto de 2026.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 19 de agosto de 2026.

Matinhos, 18 de agosto de 2026

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:6DBD5999

GABINETE
EDITAL N.º 119/2026 – HOMOLOGAÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

O Prefeito do Município de Matinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Homologação das Solicitações de Isenção da taxa de Inscrição** do Concurso Público n.º 110/2026, nos seguintes termos.

Art.1º Após a análise dos recursos administrativos interpostos em face do deferimento das solicitações de isenção da taxa de inscrição, fica **ALTERADA** a listagem divulgada na data pretérita de 11 de agosto de 2026 no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, passando a vigorar as disposições constante do **ANEXO ÚNICO** deste edital.

Os candidatos que interpuseram recurso contra o indeferimento das isenções poderão consultar individualmente a resposta do recurso através da "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, consulta esta, que ficará disponível pelo prazo de 05 (cinco) dias, a contar a partir desta publicação.
Art.2º Registra-se, que os candidatos que tiveram a solicitação de isenção da taxa de inscrição indeferida, poderão realizar o pagamento da inscrição até a data limite **02 de setembro de 2026.**
Art.3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos (PR), 18 de agosto de 2026

EDUARDO ANTONIO DALMORA	***JEFFERSON FERNANDO DA SILVA MANTOVANI***
Prefeito	Presidente da Comissão Organizadora

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:FFAE9B22

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIETA ENTERAL PARA FORNECIMENTO AOS PACIENTES ACAMADOS E/OU PORTADORES DE AGRAVO GRAVE
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$1.987.422,25 (um milhão, novecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 01/09/2026 às 09h00min
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS, COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESA (ME),

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E 75% AMPLA CONCORRÊNCIA.
DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS:
licitacao@matinhos.pr.gov.br - CONTATOS Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:434A03E9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE SUSPENSÃO - MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 065/2026

TERMO DE SUSPENSÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 065/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLAR PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Agente de Contratação responsável pela PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 065/2026 do Município de Matinhos, Estado do Paraná, conforme designado pelo Decreto 5054 de 19 de junho de 2026, em conformidade com suas prerrogativas legais, TORNA PÚBLICO a SUSPENSÃO do referido edital, para análise das impugnações feitas na plataforma BLL Compras.
Assim que a Administração tomar uma decisão sobre as medidas necessárias, prosseguiremos com o processo licitatório, publicando o edital revisado e disponibilizando-o no portal de Licitações BLL COMPRAS em https://bllcompras.com/Home/Login para realização desta licitação. Os licitantes poderão efetuar download do edital e seus anexos no site oficial do Município de Matinhos, https://matinhos.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais e obter informações complementares na sede da na sede da Prefeitura de Matinhos, sito à Rua Pastor Elias Abrahão, nº 22, Centro, em Matinhos, Estado do Paraná, no horário das 08h00min as 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, telefone: 0800 3971 600 ramais: 795 - 807 - 811 ou ainda através do e-mail: licitacao@matinhos.pr.gov.br.

Matinhos, 18 de agosto de 2026.

RAFAEL RAMTHUN
Agente de Contratação

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:8BFC021F

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DO PROCESSO CONSULTIVO

EDITAL Nº 016/2026

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DO PROCESSO CONSULTIVO

A Secretaria Municipal de Educação de Matinhos, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Edital nº 006/2026 e demais atos complementares, torna pública a HOMOLOGAÇÃO do Resultado Definitivo das Fases II – Prova Objetiva, III – Avaliação de Currículo e Títulos e IV – Entrevista Técnica, após a conclusão das etapas previstas e o encerramento da fase recursal.
Considerando a publicação do Edital nº 015/2026 – Resultado Definitivo das Fases II, III e IV, e tendo sido observados os procedimentos, critérios e prazos estabelecidos no Edital nº 006/2026, fica homologado o resultado definitivo do Processo Consultivo, com a relação dos candidatos considerados APTOS.
A condição de APTO atesta o atendimento aos critérios técnicos de mérito e desempenho estabelecidos no Edital nº 006/2026, destinando-se o resultado a subsidiar a escolha do Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos da Lei Municipal nº 2.767/2026 e do próprio Edital.
A presente homologação não implica nomeação, recondução, permanência ou escolha do candidato para unidade específica, permanecendo a nomeação sujeita à competência do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme estabelecido no Edital nº 006/2026.

Matinhos, 18 de agosto de 2026.

CÉLIA AMARAL
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Paulo Henrique Santos Diniz Costa
Código Identificador:8AB456C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

LEGISLATIVO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Fundamentado no amparo legal, o Art. 74, III, f, da Lei n° 14.133/21, RATIFICO e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2026 para a contratação de 02 (duas) inscrições para capacitação técnica com tema: O Poder Fiscalizador e Julgador do Legislativo Municipal. Vereadores, Assessores e Servidores: Atuação nas CPI'S, Comissões Processantes, Comissões Especiais e no Controle Interno e Externo da Administração Pública. Na cidade de Foz do Iguaçu/Pr., nos dias 19 a 21 de agosto de 2026 em formato presencial.

Empresa: CNPJ n° 66.284.337/0001-86 NSTITUTO NOJURI'S LTDA.

Valor Global: R$5.580,00 (Cinco mil, Quinhentos e Oitenta Reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL 3.3.90.39.00.00.48.00 – SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

Mato Rico Pr/, 18 de agosto de 2026

MARCELO RAK
Presidente

Publicado por:
Joel Aurelio
Código Identificador:45C9302C

MUNICÍPIO DE MATO RICO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº33-2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2026

O MUNICÍPIO DE MATO RICO/PR, com fundamento no art. 75, inciso II, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público o interesse na a Aquisição de equipamentos destinados à Oficina Mecânica do Município de Mato Rico/PR, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos.
Os interessados poderão apresentar proposta de preços conforme especificado no edital de Dispensa de Licitação n°33/2026 até às 17h00 do dia 24/08/2026, presencialmente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Mato Rico/PR, situado na Avenida das Araucárias, s/nº, Centro, ou pelo e-mail: licitacoes@matorico.pr.gov.br.
O edital e os demais informações encontram-se disponíveis no Portal do Município.
https://www.matorico.pr.gov.br

Mato Rico/PR, 18 de agosto de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:4E23BDE7

MUNICÍPIO DE MATO RICO
CONVOCAÇÃO PARA PROVOCA DE CONCEITO DISPENSA Nº30/2026

CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE CONCEITO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2026
Considerando o objeto da**Dispensa de Licitação nº 030/2026**, qual seja, a**"Contratação de empresa especializada para a implantação de Sistema de Gestão Pública da Assistência Social para Secretaria Municipal de Mato Rico – PR"**, fica a empresa**VIA NOVA TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº**34.819.788/0001-84**, convocada para a realização da**Prova de Conceito (PoC)**.
A empresa deverá apresentar e demonstrar a solução ofertada**no dia 21 de agosto de 2026, às 09h00min**, nas dependências da**Secretaria Municipal de Assistência Social/CRAS**, observando integralmente os requisitos, funcionalidades e especificações técnicas estabelecidos no Termo de Referência e demais documentos que integram o processo.
A Prova de Conceito terá por finalidade verificar, por meio de demonstração prática, o atendimento aos requisitos e funcionalidades exigidos para o Sistema de Gestão Pública da Assistência Social.
A empresa deverá providenciar todos os recursos necessários para a adequada apresentação e demonstração do sistema, possibilitando à equipe responsável pela avaliação verificar o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Administração.
A avaliação da solução será realizada de acordo com os critérios e requisitos previstos no processo de contratação, sendo registrada em documento próprio a conclusão da Prova de Conceito.

Mato Rico – PR, 18 de agosto de 2026.

STENIO CESAR DA SILVA
Agente de Contratação
Município de Mato Rico – PR

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:DCFCB546

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EDITAL 001/2026 - CLASSIFICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL

MUNICÍPIO DE MATO RICO – PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL
CLASSIFICAÇÃO.

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Mato Rico – Paraná, em conformidade com o Chamamento Público nº 001/2026, torna pública a relação dos candidatos inscritos no Programa Frente de Trabalho e Proteção Social, apresentada conforme a ordem de classificação indicada nos dados disponibilizados.
A presente relação corresponde aos 12 (doze) candidatos classificados para o chamamento Público Nº001/2026, cuja convocação e participação no programa deverão observar rigorosamente as disposições previstas no edital, a documentação apresentada pelos candidatos e os demais critérios e requisitos administrativos aplicáveis.

Classificação	Nome do(a) candidato(a)	Situação
1	Rosicleia Aparecida Correia dos Santos	Classificado(a)
2	Denilson do Carmo	Classificado(a)
3	Beatriz Renauer	Classificado(a)
4	Tereza dos Santos Cotelig	Classificado(a)
5	Marili da Silva	Classificado(a)
6	Antonio dos Anjos Lima	Classificado(a)
7	Eduardo Horacio do Amaral	Classificado(a)
8	Maria Aparecida da Cruz	Classificado(a)
9	Pedro Paes	Classificado(a)
10	Sirlei Machado	Classificado(a)
11	Odilene da Conceição	Classificado(a)
12	Isabel Correia Nunes	Classificado(a)

Mato Rico – Paraná, 18 de agosto de 2026.

ADRIANA VIDAL DOS SANTOS HUMENIUK
Secretária de Assistência Social

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:E8958FCC

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 277/2026 - FERIAS SERVIDORES

PORTARIA Nº 277/2026

SÚMULA – Férias a servidores efetivos e ou comissionados / agente políticos.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

CONCEDER:

Artigo 1º. – Aos funcionários abaixo, férias por um período de 30 dias consecutivos e ou fracionados conforme tabela demonstrativa:

Mat.	Funcionário	Período	Inicio	Dias fruição	Dias pecúnia
200840	Gleice Eriane de Lima Penteado Bodnar	2024 2025	26/08/2026	20	-x-
200496	Martinha Dal Santo Bini	2025 2026	10092026	20	-x-

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Publique-se,
Paço Municipal Luiz Bini,
Mato Rico, 18 de agosto de 2026

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:35A5C887

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 278/2026 - LICENÇA MATERNIDADE - ALESSANDRA FERNANDES MAGALHAES

PORTARIA 278/2026

SÚMULA – Concede licença maternidade a servidora do quadro efetivo.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

CONCEDER:

Artigo 1º. – A Sra. ALESSANDRA FERNANDES MAGALHAES, portadora da cédula de identidade civil nº 13.107.209-0 e inscrição no CPF nº 095.386.099-05 servidora ocupante do Cargo Efetivo de "PROFESSORA", admitida em 01/02/2024, sob matricula nº

200865; licença maternidade de acordo com atestado médico, por um período de 180 dias, e concede também auxilio natalidade de acordo com a Lei 067/97 e alteração pela Lei nº 522/2017, artigo 85, a contar de 07/08/2026.
Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagido seus efeitos a **07/08/2026**, revogando as disposições em contrário.

Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico,
18 de AGOSTO de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:0DB8A191

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 20/2026

SÚMULA: Altera dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Miraselva relativos à organização e à realização das reuniões das Comissões Permanentes.

A Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, aprovou e eu, Valdair Aparecido Palla, Presidente desta Casa Legislativa, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. O art. 65 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 65**. As Comissões Permanentes, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger seus respectivos Presidente e Vice-Presidente, podendo, nessa oportunidade ou em momento posterior, aprovar calendário de reuniões ordinárias para determinado período ou exercício, com a definição das respectivas datas, horários e local de realização.

§ 1º. As reuniões ordinárias das Comissões Permanentes observarão os seguintes parâmetros:
I – frequência mínima de 1 (uma) reunião ordinária por semestre, totalizando, no mínimo, 2 (duas) reuniões por ano;
II – realização, preferencialmente, nas dependências da Câmara Municipal de Miraselva, em horário compatível com o expediente administrativo ou outro previamente definido pela Comissão;
III – observância do quórum de deliberação previsto no Regimento Interno;
IV – divulgação da pauta no sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Miraselva, bem como em local de fácil acesso ao público, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

§ 2º. O calendário de reuniões será formalizado por edital, publicado no sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Miraselva, bem como em local de fácil acesso ao público.

§ 3º. A aprovação do calendário dispensa nova convocação para as reuniões nele previstas, sem prejuízo da divulgação da pauta na forma estabelecida no Inciso IV do § 1º.

§ 4º. Eventual alteração da data, horário ou local de reunião constante do calendário será comunicada previamente aos membros da Comissão e divulgada ao público pelos mesmos meios utilizados para a divulgação da reunião originalmente prevista.

§ 5º. As reuniões ordinárias serão públicas, assegurado o livre acesso de qualquer cidadão, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo ou de restrição de publicidade.

§ 6º. As reuniões somente serão realizadas com a presença mínima de 2 (dois) membros da Comissão, observado o quórum de deliberação previsto no Regimento Interno.

§ 7º. Na ausência ou impedimento do Presidente, a reunião será presidida pelo Vice-Presidente da Comissão".

Art. 2º. Acrescenta-se o Art. 65-A ao Regimento Interno, com a seguinte redação:

"**Art. 65-A**. Não havendo calendário previamente aprovado, as reuniões ordinárias serão convocadas mediante edital, publicado com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis no sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Miraselva, bem como em local de fácil acesso ao público.

§ 1º. A convocação conterá, no mínimo:
I – identificação da Comissão;
II – data, horário e local da reunião;
III – pauta dos assuntos a serem tratados;
IV – indicação da documentação necessária à instrução das matérias, quando houver.

§ 2º. Sem prejuízo da publicação do edital, os membros da Comissão serão cientificados da convocação por ofício ou outro meio oficial de comunicação, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis".

Art. 3º. O art. 67 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 67**. As Comissões Permanentes poderão realizar reuniões extraordinárias sempre que a urgência da matéria, a necessidade do serviço ou o interesse público assim o exigirem.

§ 1º. A reunião extraordinária será convocada mediante edital, publicado no sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Miraselva, bem como em local de fácil acesso ao público, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º. Sem prejuízo da publicação do edital, os membros da Comissão serão cientificados da convocação por ofício ou outro meio oficial de comunicação, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º. Aplicam-se às reuniões extraordinárias, no que couber, as demais disposições do Regimento Interno relativas ao quórum, à publicidade, à documentação e ao registro em ata".

Art. 4º. O art. 68 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 68**. Das reuniões de Comissões Permanentes lavrar-se-ão atas pelo servidor incumbido de assessorá-las, contendo, no mínimo:
I – a identificação da Comissão;
II – a relação dos membros presentes;
III - a data, o horário e o local de sua realização;
III – o resumo dos assuntos tratados;
IV – a síntese das discussões;
V - as deliberações, os encaminhamentos e demais providências definidas pela Comissão.

Parágrafo único. A ata será assinada pelos membros presentes e poderá ser complementada por documentos, relatórios, pareceres ou outros registros relacionados aos assuntos apreciados".

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, 17 de agosto de 2026.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente

LUIZ CARLOS MAETIASI
1° Secretário

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:592A4576

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 029/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 07/2026

CONTRATANTE: Município de Miraselva, situada na Avenida Dona Madalena, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.845.529/0001-05, na cidade de Miraselva, no Estado do Paraná.

CONTRATADO:KAIO BISON PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.336.496/0001-10, sediada na rua Amil Eduardo Lima Zakia, 563, residencial alto da Boa Vista, na cidade de Catanduva-SP.
OBJETO:CONTRATAÇÃO DA DUPLA BISON & COMASSETTO, PARA SE APRESENTAR NA FESTA PÚBLICA EM COMEMORAÇÃO AO 65º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE MIRASELVA, DENOMINADA 1ª EXPOMIRA 2026, NO DIA 05/11/2026, em atendimento à Secretaria de Cultura e Turismo do município de Miraselva/PR.

VALOR TOTAL:R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA:até 31 de dezembro de 2026.

EXECUÇÃO: Dia 05/11/2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

06 – Secretaria de Educação, Cultura e Turismo
003 – Divisão de Cultura
13.392.0011.2051 – Manutenção da Divisão de Cultura
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Gabinete do Prefeito 06/08/2026.

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:101A33FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2024

Contrato nº: 006/2024

Pregão Eletrônico: 005/2024

Origem: Processo Administrativo 011/2026

Contratante: Câmara Municipal de Morretes

Contratada: G. DOS SANTOS LTDA

CNPJ: 16.893.423/0001-18

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção de equipamentos de informática, visando a manutenção técnica, preventiva e corretiva dos equipamentos de todos os setores da Câmara Municipal de Morretes.

Prazo de Vigência: De 20 de agosto de 2026 a 19 de agosto de 2027.

Valor: R$ 13.106,28 (treze mil, cento e seis reais e vinte e oito centavos).

Fundamentação Legal: Art.107 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Data de Assinatura: 18 de agosto de 2026.

JOÃO PELUSO
Presidente

Publicado por:
Nathália Emanuele Valerio
Código Identificador:4A637108

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES
PORTARIA N.° 055/2026

"Concede diárias à servidora Nathália Emanuele Valério Cordeiro para participação em curso técnico na cidade de Curitiba/PR, nos dias 19, 20 e 21 de agosto de 2026."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES, VEREADOR JOÃO VITOR PELUSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 18, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISOS XXII E XXX, DO REGIMENTO INTERNO,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento para participação no curso técnico "Licitações: Técnicas, Funções Práticas, Contratação Direta e Improbidade", promovido pela UVEPAR, destinado ao aperfeiçoamento e à atualização dos conhecimentos necessários ao desempenho das atividades administrativas relacionadas aos procedimentos licitatórios e às contratações públicas no âmbito das Câmaras Municipais;

CONSIDERANDO o disposto na legislação municipal que regulamenta a concessão de diárias;

CONSIDERANDO o entendimento firmado pelo Acórdão n.º 3450/2025 do Tribunal Pleno do TCE-PR, que estabelece a impossibilidade de pagamento cumulativo de diária e auxílio-alimentação, sob pena de caracterização de duplicidade de benefício;

RESOLVE:
Art. 1º – Ficam concedidas 03 (três) diárias, no valor total de R$ 1.224,12 (mil, duzentos e vinte e quatro reais, e doze centavos), nos termos do Anexo I da Lei Municipal nº 768, de 23 de maio de 2023, à servidora Nathália Emanuele Valério Cordeiro, para custear despesas decorrentes de sua participação no curso técnico "Licitações; Técnicas, Funções Práticas, Contratação Direta e Improbidade", a ser realizado na cidade de Curitiba/PR, nos dias 19, 20 e 21 de agosto de 2026.

Art. 2º – Durante o período de afastamento da sede, não haverá percepção cumulativa de auxílio-alimentação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se.

Palácio Marumbi, Morretes, 18 de agosto de 2026.

JOÃO VITOR PELUSO
Presidente

Publicado por:
Nathália Emanuele Valerio
Código Identificador:7007D754

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES
PORTARIA N.° 056/2026

"Concede diárias ao servidor João Francisco Fumaneri Furquim para participação em curso

técnico na cidade de Curitiba/PR, nos dias 19, 20 e 21 de agosto de 2026."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES, VEREADOR JOÃO VITOR PELUSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 18, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISOS XXII E XXX, DO REGIMENTO INTERNO,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento para participação no curso técnico "Licitações: Técnicas, Funções Práticas, Contratação Direta e Improbidade", promovido pela UVEPAR, destinado ao aperfeiçoamento e à atualização dos conhecimentos necessários ao desempenho das atividades administrativas relacionadas aos procedimentos licitatórios e às contratações públicas no âmbito das Câmaras Municipais;

CONSIDERANDO o disposto na legislação municipal que regulamenta a concessão de diárias;

CONSIDERANDO o entendimento firmado pelo Acórdão n.º 3450/2025 do Tribunal Pleno do TCE-PR, que estabelece a impossibilidade de pagamento cumulativo de diária e auxílio-alimentação, sob pena de caracterização de duplicidade de benefício;

RESOLVE:

Art. 1º – Ficam concedidas 03 (três) diárias, no valor total de R$ 1.224,12 (mil, duzentos e vinte e quatro reais, e doze centavos), nos termos do Anexo I da Lei Municipal nº 768, de 23 de maio de 2023, ao servidor João Francisco Fumaneri Furquim, para custear despesas decorrentes de sua participação no curso técnico "Licitações; Técnicas, Funções Práticas, Contratação Direta e Improbidade", a ser realizado na cidade de Curitiba/PR, nos dias 19, 20 e 21 de agosto de 2026.

Art. 2º – Durante o período de afastamento da sede, não haverá percepção cumulativa de auxílio-alimentação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se.

Palácio Marumbi, Morretes, 18 de agosto de 2026.

JOÃO VITOR PELUSO
Presidente

Publicado por:
Nathália Emanuele Valerio
Código Identificador:2CA30CEB

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES
PORTARIA N.º 054/2026

"Dispõe sobre a correção de erro material decorrente de duplicidade na numeração de Portarias da Câmara Municipal de Morretes e dá outras providências."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES, VEREADOR JOÃO VITOR PELUSO DA SILVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

CONSIDERANDO a constatação de duplicidade na numeração da Portaria nº 035/2026, atribuída, por erro material, a dois atos administrativos distintos;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 035/2026, datada de 15 de maio de 2026, concedeu período de férias ao Senhor ROBERTSON MENDES JÚNIOR;

CONSIDERANDO que o ato administrativo datado de 19 de maio de 2026, que instaurou procedimento administrativo interno para apuração, acompanhamento e análise do Pregão Presencial nº 001/2021, Contrato nº 003/2021 e respectivos termos aditivos, recebeu equivocadamente a mesma numeração;

CONSIDERANDO que a inconsistência constatada possui natureza exclusivamente formal, decorrente de erro material de numeração, não atingindo o conteúdo ou a finalidade dos atos praticados;

RESOLVE:

Art. 1º Fica mantida como Portaria nº 035/2026 a Portaria datada de 15 de maio de 2026, que "Concede período de férias ao Senhor Robertson Mendes Júnior e dá outras providências".

Art. 2º Fica RETIFICADA a numeração do ato administrativo datado de 19 de maio de 2026, que instaurou procedimento administrativo interno para apuração, acompanhamento e análise do Pregão Presencial nº 001/2021, Contrato nº 003/2021 e respectivos termos aditivos, o qual passa a ser identificado, para todos os fins administrativos, como Portaria nº 054/2026.

Art. 3º A presente retificação possui caráter exclusivamente formal, permanecendo inalterados e ratificados o conteúdo, a data originária e os efeitos do ato administrativo referido no artigo anterior.

Art. 4º Determina-se a atualização dos registros administrativos, sistemas, arquivos e demais meios de publicidade institucional, de modo a fazer constar a numeração ora corrigida.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Palácio Marumbi, Morretes, 14 de agosto de 2026.

JOÃO VITOR PELUSO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Fabricio Alexandre de Miranda Valerio
Código Identificador:B3423A3B

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
EDITAL Nº 105, DE 18 DE AGOSTO 2026. EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 01/2025

EDITAL Nº 105, DE 18 DE AGOSTO 2026.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PSS 01/2025

A DIRETORA GERAL DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 50/2022, e considerando o Edital nº 01 do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, bem como o Edital de Homologação do Resultado Final e Classificação, ambos devidamente publicados nos endereços eletrônicos www.morretes.pr.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar.

CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para comparecerem, dentro do prazo e munidos da documentação exigida, conforme descrito **no item 5 do edital nº 01/2025**.

1º - Os candidatos convocados deverão comparecer entre os dias **19 a 21 de agosto**, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, no anexo do Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, situado na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes – PR, CEP 83370-000.

MÉDICO (A) GENERALISTA – CLASSIFICAÇÃO GERAL				
Classificação	**Nome Completo**	**Data Nascimento**	**RG**	**CPF**
51	RAFAEL SOKOLOWSKI	08/01/2001	1454XXX92	047008XXX61

2º – os candidatos deverão apresentar, sob pena de eliminação, os documentos listados no item 5 do edital º 01/2025.

• CPF;
• RG;
• Cartão SUS;
• Certidão de nascimento que contenha o CPF ou RG e CPF de filhos de até 21 anos (se houver);
• Dados bancários (de preferência Banco do Brasil, caso não possua, pode ser outro banco).
• Certidão Negativa Criminal e Certidão Negativa Cível expedida pela comarca onde reside;
• Carteira de Trabalho;
• 1 foto 3x4 atual;
• Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral (https://www.tre-pr.jus.br/servicos eleitorais/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral);
• PIS ou PASEP (fotocópia);
• Certidão de nascimento ou casamento, se casado for (RG e CPF do cônjuge);
• Original e cópia do Comprovante de endereço atual, de no máximo 90 dias, que conste o nome do profissional a ser contratado e o CEP do endereço, ou declaração equivalente, na forma da Lei 7115/1983;
• Declaração de bens (fornecida no momento da admissão) ou declaração anual de imposto de renda;
• Declaração de acúmulo de cargo público (fornecida no momento da admissão);
• No caso de candidato do sexo masculino, apresentar certificado de reservista (fotocópia).
• O RG poderá ser substituído pela CTPS ou carteira de registro profissional junto ao conselho Profissional competente, uma vez que são documentos com foto.
• Atestado de Saúde Ocupacional – ASO (possuir aptidão física e mental compatíveis com o exercício do emprego, mediante avaliação médica a ser entregue no ato da convocação);

3º - Os documentos exigidos nos itens 5.1 e 5.2 do edital nº 01/2025 e os títulos indicados no momento da inscrição, deverão ser apresentados em **cópias, DEVIDAMENTE ACOMPANHADOS PELOS ORIGINAIS**, para que a Comissão Especial para Elaboração do PSS possa atestar sua autenticidade, nos termos da Lei Federal n.º 13.726/2021. Os originais não serão retidos em nenhuma hipótese.

Dê-se ciência e cumpra-se,

EVERLLIN D C GUIGUER
Diretora Geral
FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:AF2285FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 35/2026

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 71/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Morretes, inscrito no **CNPJ sob o n° 76.022.490/0001-99**, torna público que realizará **às 09hrs do dia 16 de setembro de 2026,** na Prefeitura Municipal de Morretes, situada na Praça Rocha Pombo, 10, Centro, Morretes - PR, um **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento pelo **menor preço por item**, que tem por objeto a aquisição de impressoras 3D e filamentos, destinados ao fortalecimento das ações de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, conforme Deliberação COEDE nº 09/2024, no valor máximo de **R$ 24.634,15 (vinte e quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais, quinze centavos),** conforme especificações descritas no Termo de Referência (anexo I do edital de licitação).

INFORMAÇÕES:

Os licitantes poderão efetuar *download* do edital e seus anexos no site oficial do Município de Morretes, https://www.morretes.pr.gov.br/, pela Plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL COMPRAS, https://bll.org.br/ e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, https://www.gov.br/pncp/pt-br, bem como poderão obter informações complementares na sede da Prefeitura de Morretes, Paço Municipal Nhundiaquara, Praça Rocha Pombo, 10 Centro, Morretes - PR , no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira ou ainda através do e-mail: licitacoes@morretes.pr.gov.br.

Morretes, 18 de agosto de 2026.

RENAN LUIZ FRAGOSO CARDOZO
Agente de Contratações do Município

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:74C91F90

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 96/2026
Dispensa de Licitação n.º 17/2026

OBJETO: Trata-se de contratação de empresa especializada em locação de um Sistema de Tirolesa para a 5ª Edição do Marumbi Festival, programada para ocorrer nos dias 22 e 23 de agosto de 2026, conforme precificação integrante da Proposta apresentada pela Contratada e especificações descritas no Termo de Referência.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pelo Senhor Gilton Dias Junior, Secretário Municipal de Cultura e Turismo.

CONTRATADA:
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 117/2026 – ID 247/2026
GARRAPATAS ESPORTES DE MONTANHA LTDA.
CNPJ n.º 02.978.291/0001-12.
Lote Único.
Valor total de R$ 19.900,00 (Dezenove mil e novecentos reais).
Assinatura: Daniele Cristina Sauner, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato é de 03 (três) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado nos moldes do Art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	- 01 torre de estrutura metálica medindo 1,10X1, 10 de largura por 8m de altura, com platô; - 01 torre de estrutura metálica medindo 1,10x1, 10 por 6m de altura para chegada da tirolesa; - 01 via confeccionada em resina imitando a rocha com acesso ao platô para descida da tirolesa; - 01 sistema de descida (tirolesa) com aproximadamente 45m a 70m com freios de elástico; Assessoria e operação de 04 técnicos em escalada; - Montagem; - Desmontagem; - Transportes; - Equipamentos técnicos de segurança: cordas para escalada, cabo de aço para tirolesa, mosquetões com trava de rosca, roldanas, capacetes, alto de segurança para técnicos e participantes; - Estadia; - Alimentação; Taxas operacionais.	Und	01	R$ 19.900,00	R$ 19.900,00

Publicado por:
Gianlucca Cândido de Rocco
Código Identificador:68CA818A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 9135 DE 04 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA N° 9135 DE 04 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO e LOCOMOÇÃO URBANA

Súmula: Despesa de alimentação e locomoção urbana ao servidor Anderson Luis Amorim Ferreira, Secretário Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil, Curitiba/PR, no dia 30/06/2026

A Secretária Municipal de Governo, Sr.ª Jessica Ronchini Montalvão, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, portaria nº 5966 de 05 de maio de 2025.
RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação e locomoção urbana (100%), no valor total de R$ 334,83 (trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e três centavos), conforme disposto no anexo III - tabela III da Lei nº 970/2026, ao Secretário Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil, Anderson Luis Amorim Ferreira, que se deslocou até Curitiba/PR no dia 30/06/2026, para participação em Reunião, reunindo pesquisadores do projeto DESASTRES (Biofix/UFPR), do CENACID (Centro de Apoio Cientifico em desastres/UFPR).

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 04 de agosto de 2026.

JESSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Governo

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:2CEC5AD0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9148 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9148 DE 14 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO E LOCOMOÇÃO URBANA

Súmula: Despesas de alimentação e locomoção urbana a servidora JULIA MORETTI, Diretora de Cultura, no dia 12/08/2026, Curitiba/PR, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

O **Secretário Municipal de Cultura e Turismo, Sr. Gilton Dias Junior,** no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, portaria nº 8375 de 06 de abril de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação e locomoção urbana, no valor total de R$ 167,41 (cento e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela III - Anexo I da Lei nº 970/2026, a servidora JULIA MORETTI, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Cargo de Diretora de Cultura, o qual se deslocará até Curitiba/PR no dia 12/08/2026, para participar da Semana do Patrimônio Cultural- Curitiba 2026.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 14 de agosto de 2026.

GILTON DIAS JUNIOR
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C4387F07

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9149 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9149 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

DESPESA DE ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E LOCOMOÇÃO URBANA

Súmula: Despesa de Alimentação, Hospedagem e locomoção urbana ao servidor João Luís Miranda, Controlador Geral do Município, Curitiba/PR, nos dias 25/08/2026 até 28/08/2026

A Secretária Municipal de Governo, Sr.ª Jessica Ronchini Montalvão, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, portaria nº 9128 de 31 de julho de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 04 (quatro) despesas de alimentação, Hospedagem e locomoção urbana (100%), no valor total de R$ 4.017,96 (quatro mil e dezessete reais e noventa e seis centavos), conforme disposto no anexo III - tabela I da Lei nº 970/2026, Controlador Geral do Município, Sr. João Luís Miranda, que se deslocará até Curitiba/PR nos dias 25/08/2026 até 28/08/2026, para participação na "Semana ProGov de Auditoria Pública", do TCE-PR – em Curitiba.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 14 de agosto de 2026.

JESSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Governo

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:513243F0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9150 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9150 DE 14 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesa de alimentação ao servidor Luiz Guilherme Dias da Costa, cargo de motorista, lotado na Secretaria Municipal de Esporte, nos dias 25 à 26/07/2026 Paranaguá/PR

O **Secretário Municipal de Esporte,** Sr. Darcicly de Souza Junqueira, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, portaria nº 7497 de 24 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 02 (duas) despesas de alimentação de 100%, no valor total de R$ 148,82 (cento e quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos) conforme disposto no anexo I - tabela IV da Lei nº 970/2026, ao servidor Luiz Guilherme Dias da Costa, cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Esporte, o qual se deslocou até Paranaguá/PR, nos dias 25 à 26/07/2026, para conduzir atletas para os Jogos Liga de Voleibol Paranaense.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 14 de agosto de 2026.

DARCICLY DE SOUZA JUNQUEIRA
Secretário Municipal de Esporte

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:069BDF43

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9151 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9151 DE 14 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor Cristiano Ribeiro Fayad, cargo de Motorista, no dia 18/07/2026, Curitiba/PR, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social

A **Secretária Municipal de Assistência Social, Sr.ª. Maria Cristina Moraes da Costa Pinto,** no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 5761 de 08 de abril de 2025.

RESOLVE:
Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 111,61 (cento e onze reais e sessenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor Cristiano Ribeiro Fayad, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Curitiba/PR no dia 18/07/2026, para conduzir servidor em acompanhamento a usuário do CRAS, representante legal de idosa institucionalizada beneficiária de BPC LOAS, para atendimento previamente agendado ao CREAS Regional.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 14 de agosto de 2026.

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:A88AE6C0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9152 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9152 DE 14 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO E LOCOMOÇÃO URBANA

Súmula: Despesa de Alimentação e Locomoção Urbana a servidora Karin Cristina Duarte Saif, Procuradora-Geral do Município, Curitiba/PR, no dia 11/08/2026

A Secretária Municipal de Governo, Sr.ª. Jéssica Ronchini Montalvão, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, portaria nº 9128 de 31 de julho de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesas de Alimentação e Locomoção Urbana (100%), no valor total de R$ 334,82 (trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos), conforme disposto no anexo III - tabela III da Lei nº 970/2026, a Procuradora-Geral do Município, Sr.ª. Karin Cristina Duarte Saif, que se deslocou-se até Curitiba/PR no dia 11/08/2026, para deslocamento especificamente ao Tabelionato de Notas, para realização de diligências e solicitação de cópias de escrituras públicas e demais documentos necessários à instrução de estudos administrativos relacionados à regularização de imóveis públicos Municipais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 14 de agosto de 2026.

JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Governo

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:6AC7C3F9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9153 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9153 DE 14 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E LOCOMOÇÃO URBANA

Súmula: Despesa de Alimentação, Hospedagem e Locomoção Urbana a servidora Karin Cristina Duarte Saif, Procuradora-Geral do Município, Florianópolis/SC, nos dias 14/08/2026 até 15/08/2026

A Secretária Municipal de Governo, Sr.ª. Jéssica Ronchini Montalvão, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, portaria nº 9128 de 31 de julho de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de Alimentação, Hospedagem e Locomoção Urbana (100%) e 1/2 (meia) despesa de Alimentação e Locomoção Urbana (50%), totalizando o valor de R$ 1.687,53 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos), conforme disposto no anexo III - tabela I e III da Lei nº 970/2026, a Procuradora-Geral do Município, Sr.ª. Karin Cristina Duarte Saif, que se deslocou-se até Florianópolis/SC nos dias 14/08/2026 até 15/08/2026, para visita institucional ao CIM-Granfpolis, com a participação de representantes da administração Municipal. A iniciativa decorre da recente criação do Consórcio Multifinalitário do Litoral do Paraná – COMLIP, integrado pelo Município de Morretes e atualmente em fase de estruturação Jurídica, administrativa e operacional.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 14 de agosto de 2026.

JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Governo

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:7D06243A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9155 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9155 DE 14 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO E LOCOMOÇÃO URBANA

Súmula: Despesas de alimentação e locomoção urbana a servidora ANNA CAROLINA VARGAS DE FARIA, Diretora Geral de Projetos, no dia 13/08/2026, Matinhos/PR, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

O **Secretário Municipal de Cultura e Turismo, Sr. Gilton Dias Junior,** no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, portaria nº 8375 de 06 de abril de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação e locomoção urbana, no valor total de R$ 111,61 (cento e onze reais e sessenta e um centavos), conforme disposto na tabela III - Anexo I da Lei nº 970/2026, a servidora ANNA CAROLINA VARGAS DE FARIA, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Cargo de Diretora Geral de Projetos, o qual se deslocou-se até Matinhos/PR no dia 13/08/2026, para participação do Workshop de Regionalização e Posicionamento de Destino Turístico pela importância de fortalecer a governança regional, ampliar a integração entre Municípios e contribuir para construção de estratégias conjuntas que promovam o desenvolvimento sustentável e a competitividade turística do Litoral do Paraná.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 14 de agosto de 2026.

GILTON DIAS JUNIOR
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:F77D99D9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9156 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9156 DE 14 DE AGOSTO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesa de alimentação ao servidor Miguel Leonel Eschiavo, cargo Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, no dia 08/08/2026 Paranaguá/PR

O **Secretário Municipal de Esporte,** Sr. Darcicly De Souza Junqueira, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, portaria nº 7497 de 24 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesas de alimentação de 100%, no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto no anexo I - tabela IV da Lei nº 970/2026, ao servidor Miguel Leonel Eschiavo, cargo de motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, o qual se deslocou até Paranaguá/PR, no dia 08/08/2026, para conduzir atletas para participação nos Jogos Liga de Voleibol do Litoral do Paranaense.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 14 de agosto de 2026.

DARCICLY DE SOUZA JUNQUEIRA
Secretário Municipal de Esporte

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C2B21149

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9165 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9165 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Exoneração do cargo de Superintendente de Comunicação Intersecretarial, DAS – 1, Sr.ª. Carolina de Souza Freire, vinculada à Secretaria Municipal de Comunicação, a partir de 18/08/2026

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a" ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir de 18 de agosto de 2026, a Sr.ª. Carolina de Souza Freire, para o cargo de Superintendente de Comunicação Intersecretarial, DAS – 1, vinculada à Secretaria Municipal de Comunicação, CPF nº 039.XXX.XXX-14, RG nº 8.XXX.XXX-2/PR.

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 18 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:8712C61F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9166 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9166 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Rescisão de contrato da Sr.ª. Ariane Ribeiro de Campos, Professora Temporária (REDA), lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/08/2026.

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º -Rescindir a pedido, o contrato de trabalho da Sr.ª. Ariane Ribeiro de Campos, matrícula funcional nº515200, CPF: 057.258.439-39, RG: 9.149.378-0 SESP/PR, a partir de 13 de agosto de 2026, ocupante do cargo Professora Temporária (REDA), vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 18 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:574D98C7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9167 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9167 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Rescisão de contrato da Sr.ª. Rosana Pereira Vidal, Professora Temporária (REDA), lotada na

Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/08/2026.

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
Art. 1º -Rescindir a pedido, o contrato de trabalho da Sr.ª. Rosana Pereira Vidal, matrícula funcional nº515031, CPF: 025.921.729-80, RG: 7.947.014-7 SESP/PR, a partir de 11 de agosto de 2026, ocupante do cargo Professora Temporária (REDA), vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 18 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:ABBA7352

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9168 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9168 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Rescisão de contrato da Sr.ª. Marlene Nassar dos Santos, auxiliar de serviços gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/08/2026.

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º -Rescindir por aposentadoria, o contrato de trabalho da Sr.ª. Marlene Nassar dos Santos, matrícula funcional nº280821, CPF: 355.556.109-04, RG: 3.287.763-0 SESP/PR, a partir de 18 de agosto de 2026, ocupante do cargo Auxiliar de Serviços Gerais, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 18 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:1CEBCE5D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
CONVÊNIO Nº 03/2026 - CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE

SÚMULA: CONVÊNIO Nº 03/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MORRETES E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a Prefeitura Municipal de MORRETES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.022.490/0001-99, com sede à PRAÇA ROCHA POMBO, 10, nesta cidade de MORRETES - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR, portador da cédula de identidade RG n.º 6.270.208-7 PR e do CPF n.º 721.175.089-87, residente e domiciliado em RUA ESPERANÇA, Nº 00, PORTO DE CIMA, MORRETES-PR, e de outro lado o CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente MARCELO JOSÉ BERNARDELI PALHARES, portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702, em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:

I – PREFEITURA MUNICIPAL:

a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 220.000,00 em duas parcelas de R$ 110.000,00, as quais deverão ser depositadas em conta corrente nº 5024-5 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de Setembro e Dezembro/2026 conforme plano de aplicação;

b) estruturar a Assistência Farmacêutica no município;

c) garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;

d) manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

e) efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;

f) quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

g) monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;

h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;

i) organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;

j) promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;

k) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.

II - AO CONSÓRCIO:

a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;

b) adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;
c) incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;
d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;

e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;

f) efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;

g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 07.002.10.301.1.001.2.038, elemento de despesa – 3.3.71.70.00.00, Fonte: 1000 e 1303.

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

MORRETES-PR, 01 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JÚNIOR	Presidente Do Conselho Deliberativo Do Consórcio
Prefeito de Morretes	

TESTEMUNHAS:

MANOEL MEDEIROS MACHADO	**ARNALDO AKIRA YOKOO**
Secretário Municipal de Saúde	Coordenador de Abastecimento Farmacêutico
CPF: 003.354.467-01	CPF: 483.530.949-91

Publicado por:
Lilian Cristiane Machado
Código Identificador:2077D6E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
RESOLUÇÃO Nº 15, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRETES

Súmula: Dispõe sobre a aprovação dos Protocolos de Atendimento Ambulatorial e Domiciliar de Fisioterapia do Município de Morretes.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Morretes, no uso das atribuições conferidas pelas Leis Federais Nº 8.080/90 e Nº 8.142/90, pela Lei Municipal Nº 973/91, alterada pela Lei Nº 18/2004, bem como pela Resolução CNS Nº 453/2012;

Considerando, que os Protocolos de Atendimento Ambulatorial e Domiciliar de Fisioterapia foram apresentados e discutidos na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde realizada em 24 de junho de 2026, ficando sua deliberação para momento posterior, após análise pelos conselheiros;
Considerando, que os referidos protocolos estabelecem critérios e diretrizes para a organização dos atendimentos fisioterapêuticos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, visando à padronização dos fluxos, à definição de critérios de acesso e à organização da assistência aos usuários;
Considerando, a apreciação e deliberação dos Protocolos de Atendimento Ambulatorial e Domiciliar de Fisioterapia pelo Conselho Municipal de Saúde;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Protocolo de Atendimento Ambulatorial em Fisioterapia e o Protocolo do Serviço de Atendimento Domiciliar de Fisioterapia da Secretaria Municipal de Saúde de Morretes.
Art. 2º Os protocolos aprovados por esta Resolução orientarão a organização e a execução dos atendimentos de fisioterapia no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Morretes, de acordo com os critérios, fluxos e procedimentos neles estabelecidos.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Morretes, 18 de agosto de 2026.

MARIA VICTÓRIA DA CRUZ
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Morretes
Decreto Nº 2146/2025

Homologo a Resolução Nº 15/2026, nos termos da Resolução CNS nº 453/2012.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde de Morretes
Portaria Nº 6613/2025

Publicado por:
Lilian Cristiane Machado
Código Identificador:FC0E436E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO Nº 403/2026 CÓD. VERIFICADOR: P1LJ99NF

INTERESSADO(A): TMV Gestão Patrimonial e Participações Ltda.
ASSUNTO: Solicitação de imunidade de Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por

natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos à sua aquisição - ITBI
MUNICÍPIO: Nova Prata do Iguaçu - PR

Vistos e examinados os autos.

Trata-se de requerimento formulado por TVM Gestão Patrimonial e Participações Ltda, objetivando o reconhecimento da imunidade de ITBI sobre a transmissão de imóvel destinado à integralização de capital social, nos termos do art. 156, §2º, inciso I, da Constituição Federal.

Considerando os fundamentos expostos no **Parecer Jurídico nº 001/2026, cujas razões de fato e de direito adoto integralmente como fundamento desta decisão**, especialmente diante da recente constituição da pessoa jurídica e da impossibilidade de aferição imediata e definitiva de sua atividade preponderante, bem como da incidência da regra prevista no art. 37, §2º, do Código Tributário Nacional, passando referido parecer a integrá-la para todos os fins.

Diante disso, com fundamento no art. 156, §2º, inciso I, da Constituição Federal, nos arts. 36 e 37, do Código Tributário Nacional e, ainda, no art. 339, inciso I, do Código Tributário Municipal,

DECIDO:

DEFERIR, em caráter condicionado, o reconhecimento da imunidade do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos à sua aquisição – ITBI incidente sobre a transmissão do imóvel destinado à integralização do capital social da requerente, dos seguintes imóveis:

I – IMÓVEL: Lote de Terras Urbano nº 11 (onze), da Quadra nº 38 (trinta e oito), subdivisão do lote nº 51, da Gleba nº 119-FB, do Núcleo Francisco Beltrão, da Colônia Missões, do Patrimônio da Cidade de Nova Prata do Iguaçu, desta Comarca, com a área de 800,93m2 (oitocentos metros quadrados, e noventa e três decímetros quadrados), com os limites e confrontações seguintes: NORTE: Por linha seca, medindo 40,00 metros, confronta com o lote nº 09 da mesma quadra. LESTE: Por linha seca, medindo 12,49 metros, confronta com a rua nº 05. SUDESTE: Por linha seca, medindo 16,92 metros, confronta com a rua nº 05. SUDOESTE: Por sanga, medindo 24,00 metros, confronta com os lotes nºs. 13 e 13-A da mesma quadra. OESTE: Por linha seca, medindo 16,21 metros, confronta com o lote nº 12 da mesma quadra. **Matrícula sob nº 8.797** do Registro de Imóveis da Comarca de Salto do Lontra/PR, integralizado a valor contábil de R$40.000,00 (quarenta mil reais), conforme consta no Contrato Social;
II – IMÓVEL: Lote de Terras Urbano nº 03 (três), da Quadra nº 30 (trinta), Subdivisão do Lote nº 51, da Gleba nº 119-FB, do Núcleo Francisco Beltrão, da Colônia Missões, da Cidade de Nova Prata do Iguaçu, desta Comarca, com a área de 796,79m2 (setecentos e noventa e seis metros quadrados e setenta e nove decímetros quadrados), com os limites e confrontações seguintes: NORTE: Por linha seca medindo 23,39 metros, confronta com terras da gleba nº 96-FB. LESTE: Por linha seca medindo 32,98 metros, confronta com o lote 02 da mesma quadra. SUL: Por linha seca medindo 26,22 metros, confronta com a Rua dos Chimangos. OESTE: Por linha seca medindo 31,55 metros, confronta com a Avenida Iguaçu. **Matrícula sob nº 8.297** do Registro de Imóveis da Comarca de Salto do Lontra/PR, integralizado a valor contábil de R$12.292,00 (doze mil duzentos e noventa e dois reais), conforme consta no Contrato Social;
III – IMÓVEL: Lote Rural nº 113 (cento e treze) da Gleba nº. 119-FB (cento e dezenove-FB), do Núcleo Francisco Beltrão, da Colônia Missões, do Município de Nova Prata do Iguaçu-PR, da Comarca de Salto do Lontra-PR, com a área de 210.000,00m2 (duzentos e dez mil metros quadrados), com os limites e confrontações seguintes: NORDESTE: Por linha seca, confronta com o lote nº. 107 da mesma gleba. SULESTE: Por linhas secas, confronta com os lotes nºs. 107, 108 e 110 da mesma gleba. SUDOESTE: Por uma sanga, confronta com terras da gleba nº. 98-FB. NOROESTE: Por linhas secas, confronta com os lotes nºs. 111 e 114 da mesma gleba. **Matrícula sob nº 10.500** do Registro de Imóveis da Comarca de Salto do Lontra/PR, integralizado a valor contábil de R$1.645.000,00 (um milhão seiscentos e quarente e cinco mil reais), conforme consta no Contrato Social;

O reconhecimento fica condicionado à posterior verificação da atividade preponderante da pessoa jurídica, na forma do art. 37, §2º, do Código Tributário Nacional, devendo a requerente comprovar, quando solicitada pela Administração Tributária, os elementos necessários à aferição da atividade efetivamente desenvolvida no período legal da apuração.

Ainda, cumpre destacar que **o reconhecimento da imunidade fica limitado ao montante efetivamente destinado à integralização do capital social** da pessoa jurídica, não alcançando eventual parcela do valor dos bens transmitidos que exceda o limite do capital social a ser integralizado, em conformidade com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 796 da Repercussão Geral (RE nº 796.376/SC).

Para fins de eventual incidência tributária sobre parcela não abrangida pela imunidade, deverá ser observada a orientação firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no Tema 1.113 dos recursos repetitivos (REsp nº 1.937.821/SP, Rel. Min. Gurgel de Faria), segundo a qual a base de cálculo do ITBI corresponde ao valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, observada a disciplina do art. 148 do Código Tributário Nacional e assegurado o regular procedimento administrativo para eventual arbitramento.

Constatada, ao final do período legal, atividade preponderante incompatível com a hipótese imunizante, serão adotadas as providências tributárias cabíveis, na forma da legislação vigente.

Dê-se ciência à interessada. Após, encaminhe-se à Secretaria Municipal de Finanças para que, por intermédio do Departamento de Tributação, adote as providências necessárias, inclusive a emissão da Certidão Provisória de Não Incidência de Impostos Sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI.

Publique-se e intime-se.

Nova Prata do Iguaçu – PR, 18 de agosto de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:D451176C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6370/2026

PORTARIA Nº 6370/2026
DATA: 18/08/2026

SÚMULA: Revoga concessão de jornada suplementar de trabalho concedida a Servidora Pública Municipal da área da Educação do Município de Nova Prata do Iguaçu-PR, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º - Revogar 10 (dez) horas de jornada suplementar da professora da Rede Municipal de Ensino do Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, **Evelin Maraschim,** matricula funcional nº 142488-04, concedida através da Portaria nº 6121/2026, a partir do dia 10 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 10 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:D14393D0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6371/2026

PORTARIA Nº 6371/2026
DATA: 18/08/2026

SÚMULA: Concede Jornada Suplementar para professora da Rede Municipal de Ensino e, dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE
Art. 1º - Conceder 10 (dez) horas de Jornada Suplementar para professora da Rede Municipal de Ensino do Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, a partir de 17/08/2026, conforme segue:
Kayla Graziella Zanetti, matricula funcional nº 142594-1, lotada na Escola Municipal Professora Verônica da Silva Pietta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 17 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:B4FF57ED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6372/2026

PORTARIA Nº 6372/2026
DATA: 18/08/2026

SÚMULA: Concede férias aos Servidores Públicos Municipais de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias aos Servidores Públicos Municipais de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, conforme segue:

Adão Bombazar, matricula funcional nº 11421-01, ocupante do cargo efetivo de Vigia, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, relativo ao período aquisitivo de 06/04/2024 a 05/04/2025 e 06/04/2025 a 05/04/2026, que serão gozadas a partir de 17/08/2026 a 05/09/2026 (20 dias).

Caroline Cason, matricula funcional nº 13021-01, ocupante do cargo efetivo de Nutricionista 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, relativo ao período aquisitivo de 21/02/2025 a 20/02/2026, que serão gozadas a partir de 11/08/2026 a 25/08/2026 (15 dias).

Evanir Leite Dal Bello, matrícula funcional nº 10111-01, ocupante do cargo efetivo de Tecnica de Enfermagem, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, relativo ao período aquisitivo de 03/10/2022 a 02/10/2023, que serão gozadas a partir de 03/08/2026 a 01/09/2026 (30 dias).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:3B1F45B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 94/2026
Nome do Beneficiário: Luiz Gustavo Melo de Oliveira
Cargo/Função: Diretor de Administração
Período de Afastamento: 11/08/2026 à 14/08/2026
Cidade de Origem: Paiçandu - PR
Cidade de Destino: Foz do Iguaçu-PR
Objetivo da Viagem: CURSO: Poder Legislativo Municipal – Como transformar sua Câmara em um Legislativo moderno, eficiente e digital.
Quantidade de diárias deferidas: 04
Valor unitário da diária: R$ 550,00
Valor Total Pago: R$ 2.200,00
Data da Liquidação e Pagamento: 10/08/2026
Publicado em conformidade com o Art. 15 da Lei nº 3447/2025.

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:03B16AE9

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 96/2026
Nome do Beneficiário: Marcio Cristiano da Silva
Cargo/Função: Diretor Geral
Período de Afastamento: 11/08/2026 à 14/08/2026
Cidade de Origem: Paiçandu - PR
Cidade de Destino: Foz do Iguaçu-PR
Objetivo da Viagem: Transportar os servidores Alan Carlos, Claitom Ercilio e Luiz Gustavo para o curso: Poder Legislativo Municipal – Como transformar sua Câmara em um Legislativo moderno, eficiente e digital.
Quantidade de diárias deferidas: 04

Valor unitário da diária: R$ 550,00
Valor Total Pago: R$ 2.200,00
Data da Liquidação e Pagamento: 10/08/2026
Publicado em conformidade com o Art. 15 da Lei nº 3447/2025.

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:3FA361BC

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 93/2026
Nome do Beneficiário: Claitom Ercilio Fortunato
Cargo/Função: Procurador Jurídico
Período de Afastamento: 11/08/2026 à 14/08/2026
Cidade de Origem: Paiçandu - PR
Cidade de Destino: Foz do Iguaçu-PR
Objetivo da Viagem: CURSO: Poder Legislativo Municipal – Como transformar sua Câmara em um Legislativo moderno, eficiente e digital.
Quantidade de diárias deferidas: 04
Valor unitário da diária: R$ 550,00
Valor Total Pago: R$ 2.200,00
Data da Liquidação e Pagamento: 10/08/2026
Publicado em conformidade com o Art. 15 da Lei nº 3447/2025.

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:A280E995

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 95/2026
Nome do Beneficiário: Alan Carlos dos Santos
Cargo/Função: Diretor Geral
Período de Afastamento: 11/08/2026 à 14/08/2026
Cidade de Origem: Paiçandu - PR
Cidade de Destino: Foz do Iguaçu-PR
Objetivo da Viagem: CURSO: Poder Legislativo Municipal – Como transformar sua Câmara em um Legislativo moderno, eficiente e digital.
Quantidade de diárias deferidas: 04
Valor unitário da diária: R$ 550,00
Valor Total Pago: R$ 2.200,00
Data da Liquidação e Pagamento: 10/08/2026
Publicado em conformidade com o Art. 15 da Lei nº 3447/2025.

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:7119C86D

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 16

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua João Coloni, n° 67, Jardim Colegial, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Isadora Antunes de Lima, brasileira, Professora (20 horas) – PSS, CPF ***.586.109-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 3 de fevereiro de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 2 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 2 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F3116591

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 17

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua João Coloni, n° 67, Jardim Colegial, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Ana Flavia Lazarin da Silva, brasileira, Professora (20 horas) – PSS, CPF ***.713.149-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 3 de fevereiro de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 2 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 2 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:BE678E8F

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 18

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua João Coloni, n° 67, Jardim Colegial, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Ana Paula da Silva, brasileira, Professora (20 horas) – PSS, CPF ***.465.899-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 3 de fevereiro de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 2 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 2 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:337EB83E

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 19

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua João Coloni, n° 67, Jardim Colegial, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Dayana Azevedo Bomfim, brasileira, Professora (20 horas) – PSS, CPF ***.786.209-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 3 de fevereiro de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 2 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 2 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:EF455D8D

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 20

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua João Coloni, n° 67, Jardim Colegial, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Geysa Cristina da Silva, brasileira, Professora (20 horas) – PSS, CPF ***.087.809-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 3 de fevereiro de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 2 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 2 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F580A1A5

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 21

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua João Coloni, n° 67, Jardim Colegial, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Gleyciele Nunes de Jesus Bonugli, brasileira, Professora (20 horas) – PSS, CPF ***.693.449-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 3 de fevereiro de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 2 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 2 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:65CC78C9

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 22

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua João Coloni, n° 67, Jardim Colegial, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Isabela Caroline de Oliveira, brasileira, Professora (20 horas) – PSS, CPF ***.484.299-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 3 de fevereiro de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 2 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 2 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:AE3CEF16

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 23

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua João Coloni, n° 67, Jardim Colegial, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Jordana dos Santos Silva, brasileira, Professora de Educação Física – PSS, CPF ***.164.349-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 3 de fevereiro de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 2 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 2 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:03466FE9

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 24

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua João Coloni, n° 67, Jardim Colegial, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Rosilene Amaral Neves, brasileira, Auxiliar administrativo – PSS, CPF ***.937.069-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 2 de fevereiro de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 1 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 1 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:3A06B6EF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N°07/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N°07/2026

O Município de Paiçandu, Estado do Paraná, por intermédio de sua Pregoeira informa os interessados que realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço por Item.
Objeto: Prestação de serviço para realização de atividades integradas que possibilite o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e na distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação.
Local e Data do Credenciamento, da Entrega dos Envelopes: O credenciamento e o recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação será no dia 16 de Outubro de 2026, às 09h00min, na sala de licitações, sito à Rua Sete de Setembro, 499, Centro, na cidade de Paiçandu-Pr.
Edital: O presente Edital estará à disposição dos interessados através do link Licitações no site www.paicandu.pr.gov.br, e também, poderá ser obtido pessoalmente, no departamento de compras e licitações.

Paiçandu/PR, 18 de Agosto de 2026.

VERÔNICA SIMÃO BENATTI
Presidente

Publicado por:
Alan de Souza Miranda
Código Identificador:16B9EEBE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 258/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **GISLANIA APARECIDA SABINO,** portador(a) do RG sob n° *.96*.8**4, inscrito(a) no CPF ***.638.***-15, ao avanço nº 6 (seis), nível 7 (sete), conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 17 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C1A4AD11

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 259/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **MICHELLE RODRIGUES NERI,** portador(a) do RG sob n° *.19*.0**-0, inscrito(a) no CPF ***.499.***-06, ao avanço nº 3 (três), nível 4 (quatro), conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 17 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:FD8D01F1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 260/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **ROSANA DE OLIVEIRA TEIXEIRA,** portador(a) do RG sob n° *.59*.4**-4, inscrito(a) no CPF ***.229.***-20, ao avanço nº 9 (nove), nível 10 (dez), conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 17 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:8927E66A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 261/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **EFSON JOSE PEREIRA WASCONCELOS,** portador(a) do RG sob n° *27*0**0, inscrito(a) no CPF ***.771.***-59, ao avanço nº 11 (onze), nível 12 (doze), conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 17 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:70DAA470

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
ERRATA À RESOLUÇÃO Nº 01/2026 - COMSBAP

O**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE PAIÇANDU – COMSBAP**, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente**ERRATA**à Resolução nº

01/2026, publicada em13 de agostode 2026, para correção de sua redação.
Onde se lê:
"Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Cessão de Uso do Centro de Educação Ambiental de Paiçandu – CEAP"
Leia-se:
"Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Uso do Centro de Educação Ambiental de Paiçandu – CEAP, com Termo de Responsabilidade."
Onde se lê:
"Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento de Cessão de Uso do Centro de Educação Ambiental de Paiçandu – CEAP, na forma do Anexo Único desta Resolução."
Leia-se:
"Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento de Uso do Centro de Educação Ambiental de Paiçandu – CEAP, com a formalização de Termo de Responsabilidade pelos usuários, na forma do Anexo Único desta Resolução."
As demais disposições da**Resolução nº 01/2026**permanecem inalteradas.
Paiçandu,14 de agostode 2026.

HAMILTON CARDOSO DOS SANTOS JUNIOR
Presidente do COMSBAP – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Paiçandu

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:EF8F74F6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 474/2026

12 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Revogar, a partir de 11 de agosto de 2026, a redistribuição de Cargo da servidora ROSIMEIRE RIBEIRO ZSCHORNAK, portadora da cédula de identidade registro geral nº 10.***.486-* SSP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 080.***.779-**, ocupante do Cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO PSS, desde 12 de agosto de 2024, para a Fundação de Saúde, do Município de Paiçandu, Estado do Paraná.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 12 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:8BEB24DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 475/2026

12 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir de 11 de agosto de 2026, do Emprego Público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO PSS, desde 12 de agosto de 2024, a Servidora ROSIMEIRE RIBEIRO ZSCHORNAK, portadora da cédula de identidade registro geral nº 10.***.486-* SSP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 080.***.779-**.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 12 de agosto 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C01DC0F8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 479/2026

de 14 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, a partir de 13 de agosto de 2026, do Cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Obras, desde 1 de julho de 2025, o Servidor Público Municipal KEVIN FELIPE BATISTA, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.371.303-*-SESP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.222.849-**.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 14 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:D899987C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 483/2026

de 17 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 17 de agosto de 2026, **licença por motivo de doença na família** – no pai – **José Maria dos Santos,** à Servidora Pública Municipal senhora **Elaine dos Santos Alves**, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.654.259-*-SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.869.879-**, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, desde 21 de julho de 2017, **amparada** pela Lei Municipal nº 583/91 de 29 de maio de 1991 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paiçandu) em seu artigo 111º e Declaração e Relatório médico apresentado.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, em 17 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:40201648

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 484/2026

de 17 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Revogar, a partir de 17 de agosto de 2026, a Portaria de nº 328/2026, de 21 de maio de 2026, que concedia Função Gratificada a **ELAINE DOS SANTOS ALVES**, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.654.259-*– SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física nº ***.869.879-**, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, desde 21 de julho de 2017, para responder pela Divisão de Secretaria Escolar III, do Município de Paiçandu, Estado do Paraná.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 17 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:E83B9821

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 485/2026

de 17 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 14 de agosto de 2026, o Servidor Público Municipal senhor **ALLYSSON YURKY POSSATO BARTMANOVICZ,** portador da Cédula de Identidade Registro Geral nº **.427.054-* – SESP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.324.309-**, para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Obras do Município de Paiçandu, Estado do Paraná.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 17 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:BC4770B4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RESOLUÇÃO 19/2026 - CMS

"Dispoe sobre a aprovação do Plano de Ação ao Combate ás Arboviroses e do Plano de Contingência para Arbovirose do Municipio de Paiçandu – PR, para o exercício de 2026."

O Conselho Municipal de Saúde de Paiçandu, no uso de suas competências regimentais e das atribuições conferidas pela **Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**, pela **Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**, pela Resolução CNS nº 453/2012, pela Lei Municipal nº 1.882/2008 e alterações posteriores, especialmente pela **Lei Municipal nº 3.478/2026**,

Considerando á reunião ordinaria realizada em 06 de agosto de 2026, em que foi feita a apresentação do Plano de Ação ao Combate às Arboviroses (Dengue, Chikungunya e Zika) e do Plano de Contingência para Arboviroses 2026 pela Fundação Municipal de Saúde;

Artigo 1º - Aprovar o **Plano de Ação ao Combate às Arboviroses (Dengue, Chikungunya e Zika)** do Município de Paiçandu para o exercício de 2026.

Artigo 2º - Aprovar o **Plano de Contingência para Arboviroses 2026**, destinado à organização das ações de resposta frente ao aumento de casos de Dengue, Chikungunya e Zika no município.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se e Cumpra-se.

Paiçandu 10 de Agosto de 2026.

ANDRÉ LUIZ PEREIRA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paiçandu PR.

THIAGO ALVES CÉFALO
Presidente da Fundação de Saúde

Homologo a Resolução CMS/Paiçandu nº 19/2026, nos termos do Parágrafo 2º, artigo 1º Lei nº 8.142, de 25 de dezembro de 1990.

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:B3872E04

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RESOLUÇÃO 20/2026 - CMS

"Dispoe sobre atualização da Mesa Diretora – Conselho Municipal de Saúde, Gestão 2026-2028.

O Conselho Municipal de Saúde de Paiçandu, no uso de suas competências regimentais e das atribuições conferidas pela **Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**, pela **Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**, pela Resolução CNS nº 453/2012, pela Lei Municipal nº 1.882/2008 e alterações posteriores, especialmente pela **Lei Municipal nº 3.478/2026**,

Conforme deliberado na Reunião Ordinária realizada em **06 de agosto de 2026,** foi realizada atualização da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde, sendo a composição aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes, para o mandato de **2026 a 2028**, ficando assim constituída:

Presidente:	**André Luiz Pereira**	**Usuário**
Vice - Presidente	**Kelly Cristina Barbosa Caetano**	**Trabalhadora da Saúde**
1ª Secretaria	**Tatiane Alves dos Santos**	**Gestão**
2ª Secretaria	**Roseli Chem**	**Usuária**

Artigo 1º - Aprovar a atualização da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Sáude Gestão 2026 a 2028.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se e Cumpra-se.
Paiçandu 10 de Agosto de 2026.

ANDRÉ LUIZ PEREIRA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paiçandu PR.

THIAGO ALVES CÉFALO
Presidente da Fundação de Saúde

Homologo a Resolução CMS/Paiçandu nº 20/2026, nos termos do Parágrafo 2º, artigo 1º Lei nº 8.142, de 25 de dezembro de 1990.

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:8F2FBCD0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RESOLUÇÃO 21/2026 - CMS

"Dispoe sobre a atualização da composição das comissões do Conselho Municipal de Sáude de Paiçandu - PR.

O Conselho Municipal de Saúde de Paiçandu, no uso de suas competências regimentais e das atribuições conferidas pela **Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**, pela **Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**, pela Resolução CNS nº 453/2012, pela Lei Municipal nº 1.882/2008 e alterações posteriores, especialmente pela **Lei Municipal nº 3.478/2026**,
Conforme deliberado na Reunião Ordinária realizada em **06 de agosto de 2026,** foi aprovada a **atualização da composição das Comissões do Conselho Municipal de Saúde,** por unanimidade dos conselheiros presentes, ficando constituídas da seguinte forma:

Comissão de acompanhamento e avaliação:

André Luiz Pereira	Presidente (Segmento Usuários do SUS)
Solange Cândido	Segmento Usuários do SUS
Kelly Cristina B. Caetano	Segmento Trabalhadores da Saúde
Carlos Pazin	Segmento Gestor.

Comissão de Ética:

Roseli Chem	Segmento Usuários do SUS
Adélia Jacinto Pereira	Segmento Usuários do SUS
Kelly Cristina B. Caetano	Segmento Trabalhadores da Saúde
Alana Pereira Dorneles	Segmento Gestor.

Comissão de Orçamento e finanças:

Cícera Maria Custodio	Segmento Usuários do SUS
Regina Pontim Seibel	Segmento Usuários do SUS
Kelly Cristina B. Caetano	Segmento Trabalhadores da Saúde
Tatiane Alves dos Santos	Segmento Gestor.

Coordenadores das comissões:

Comissão de acompanhamento	Solange Cândido
Comissão de Ética	Kelly Cristina B. Caetano
Comissão de finanças	Regina Pontim Seibel

Artigo 1º - Aprovar a atualização da composição das comissões do Conselho Municipal de Saúde de Paiçandu-PR, para a gestão 2026-2028.
Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se e Cumpra-se.

Paiçandu 10 de Agosto de 2026.

ANDRÉ LUIZ PEREIRA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paiçandu PR.

THIAGO ALVES CÉFALO
Presidente da Fundação de Saúde

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:B0871603

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO – REDUÇÃO DE META FISICA (GLOSA)
CONTRATO Nº 070/2025 – CONCORRÊNCIA Nº 003/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 30.372.673/0001-33.
CONTRATADO: CONSTRUTORA L.7. LTDA, pessoa jurídica de direito privado , inscrita no CNPJ sob n. 37.523.127/0001-03

FUNDAMENTO LEGAL: art. 124, I, "b" e 125 da Lei nº 14.133/21 e previsão contida cláusula decima primeira e decima nona do contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:
Fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo de **REDUÇÃO DE META FISICA (GLOSA)**, nos termos do art. 124, I, "b" e 125 da Lei nº 14.133/21 e previsão contida cláusula decima primeira e decima nona do contrato do contrato nº 070/2025, cujo objeto é Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obra, visando **CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO NA UBS MADRI, QUADRA 07 – DATA 11/12 -NO JD MADRI**, para atender às necessidades do Município, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRONICA n.º 03/2025.
O valor total inicial contratado da obra passará de **R$ 348.350,00 (Trezentos e quarenta e oito mil, trezentos e cinquenta reais)** para o valor final de **R$ 287.123,79 (duzentos e oitenta e sete mil, cento e vinte e três reais e setenta e nove centavos)** conforme orçamento de reprogramação anexo.
O valor da redução de meta física (glosa) é de **R$ 61.226,21 (sessenta e um mil, duzentos e vinte e seis reais e vinte e um centavos)**, o equivalente a 17,5760 %.
Sem mais alterações.

Paiçandu-PR, 22 de julho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Presidente da Fundação de Paiçandu

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:B07AF694

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE META

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO – AUMENTO DE META FISICA CONTRATO Nº 070/2025 – CONCORRÊNCIA Nº 003/2025

CONTRATANTE: A FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 30.372.673/0001-33.
CONTRATADO: CONSTRUTORA L.7. LTDA, pessoa jurídica de direito privado , inscrita no CNPJ sob n. 37.523.127/0001-03

FUNDAMENTO LEGAL: art. 124, I, "b" e 125 da Lei nº 14.133/21 e previsão contida cláusula decima primeira e decima nona do contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:
Fica acertado entre as partes o 2º termo aditivo de **AUMENTO DE META FISICA**, nos termos do art. 124, I, "b" e 125 da Lei nº 14.133/21 e previsão contida cláusula decima primeira e decima nona do contrato do contrato nº 070/2025, cujo objeto é Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obra, visando **CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO NA UBS MADRI, QUADRA 07 –**
DATA 11/12 - NO JD MADRI, para atender às necessidades do Município, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRONICA n.º 03/2025.
O valor atualizado do contrato para a obra passará de R$ 287.123,79 (duzentos e oitenta e sete mil, cento e vinte e três reais e setenta e nove centavos) para o valor final de R$ 339.495,52 (trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos) conforme orçamento de reprogramação anexo.
O valor do aumento de meta física é de R$ 52.371,73 (cinquenta e dois mil, trezentos e setenta e um reais e setenta e três centavos), o equivalente a 18,24 %.
Sem mais alterações.

Paiçandu-PR, 22 de julho de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Presidente da Fundação de Paiçandu

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:6268E465

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 38.2026

O Município de Palmeira torna público que às 09:00 do dia 24/08/2026 realizará DISPENSA de licitação na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR LOTE Sob Sistema de Registro de Preço, com fundamento na Lei 14.133/2021, visando a execução do seguinte objeto:

OBJETO: Aquisição de Reagente líquido para análise de cloro livre, pelo método DPD.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br.

18/08/2026.

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:7270F45D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 68.2026

O Município de Palmeira torna público que às **09:00 do dia 02/09/2026** realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Contratação de empresa especializada no serviço de plotagem de veículos, com fornecimento dos materiais necessários à sua execução.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

18 de agosto de 2026

JOCELI GOMES CUNHA
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:4748302C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº. 07/2026 – PROCESSO DIGITAL 3230/2026 TORMAK LTDA

A Autoridade Competente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** do referido processo, na presente data e nos termos que seguem.

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças, serviços de borracharia e guincho. Em nome de**TORMAK LTDA**, inscrita no CNPJ nº. **27.303.022/0001-87**, através do processo administrativo n°. 4901/2026.

Publique-se.

Palmeira, 18 de agosto de 2026

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:A058FFF0

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº. 07/2026 – PROCESSO DIGITAL 3230/2026 TORMAK LTDA

A Autoridade Competente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** do referido processo, na presente data e nos termos que seguem.

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças, serviços de borracharia e guincho. Em nome de**TORMAK LTDA**, inscrita no CNPJ nº. **27.303.022/0001-87**, através do processo administrativo n°. 4901/2026.

Publique-se.

Palmeira, 18 de agosto de 2026

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:1095752F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 66/2026 - J.L. GUINCHOS E TRANSPORTES LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 212/2026
PROCESSO DIGITAL Nº. 4828/2026

Objeto: Credenciamento para contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças, serviços de borracharia e guincho.

Fundamentação: inciso IV, art.74 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
Solicitação: Secretaria Municipal de Saúde.

Dotação Orçamentária:

Reduzido	Programática	Fonte
577	15.001.10.301.0041.6108.3.3.90.30.00.00	494
577	15.001.10.301.0041.6108.3.3.90.30.00.00	1001
578	15.001.10.301.0041.6108.3.3.90.39.00.00	2484
615	16.002.15.451.0047.2117.3.3.90.30.00.00	1001
618	16.002.15.451.0047.2117.3.3.90.39.00.00	1001
201	08.001.04.122.0014.6039.3.3.90.30.00.00	1001
204	08.001.04.122.0014.6039.3.3.90.39.00.00	1001
216	08.002.08.122.0014.2041.3.3.90.30.00.00	1001
219	08.002.08.122.0014.2041.3.3.90.39.00.00	1001
234	08.002.08.244.0015.2043.3.3.90.30.00.00	1001
238	08.002.08.244.0015.2043.3.3.90.39.00.00	1001
8	02.001.04.122.0002.2004.3.3.90.30.00.00	1001

11	02.001.04.122.0002.2004.3.3.90.39.00.00	1001
120	06.001.04.122.0008.2023.3.3.90.30.00.00	1001
123	06.001.04.122.0008.2023.3.3.90.39.00.00	1001
412	10.001.12.361.0024.6075.3.3.90.30.00.00	1034
412	10.001.12.361.0024.6075.3.3.90.30.00.00	1055
414	10.001.12.361.0024.6075.3.3.90.39.00.00	414
414	10.001.12.361.0024.6075.3.3.90.39.00.00	1055
482	13.001.18.542.0031.2090.3.3.90.30.00.00	1001
491	13.001.18.542.0031.2090.3.3.90.30.00.00	1001
550	14.002.26.782.0038.2.103.3.3.90.30.00.00	1001
551	14.002.26.782.0038.2.103.3.3.90.39.00.00	1001

Contratada: - **J.L. GUINCHOS E TRANSPORTES LTDA,** inscrita no CNPJ n°. **37.538.558/0001-35,** credenciada para o lote 07;
Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o adjudicado o resultado acima indicado.
Publique-se.

18 de agosto de 2026

KAMILA FERNANDA OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:779B55DA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 66/2026 - ROSE CLEIA PANCHESKI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 212/2026
PROCESSO DIGITAL Nº. 4202/2026

Objeto: Credenciamento para contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças, serviços de borracharia e guincho.

Fundamentação: inciso IV, art.74 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
Solicitação: Secretaria Municipal de Saúde.

Dotação Orçamentária:

Reduzido	Programática	Fonte
577	15.001.10.301.0041.6108.3.3.90.30.00.00	494
577	15.001.10.301.0041.6108.3.3.90.30.00.00	1001
578	15.001.10.301.0041.6108.3.3.90.39.00.00	2484
615	16.002.15.451.0047.2117.3.3.90.30.00.00	1001
618	16.002.15.451.0047.2117.3.3.90.39.00.00	1001
201	08.001.04.122.0014.6039.3.3.90.30.00.00	1001
204	08.001.04.122.0014.6039.3.3.90.39.00.00	1001
216	08.002.08.122.0014.2041.3.3.90.30.00.00	1001
219	08.002.08.122.0014.2041.3.3.90.39.00.00	1001
234	08.002.08.244.0015.2043.3.3.90.30.00.00	1001
238	08.002.08.244.0015.2043.3.3.90.39.00.00	1001
8	02.001.04.122.0002.2004.3.3.90.30.00.00	1001
11	02.001.04.122.0002.2004.3.3.90.39.00.00	1001
120	06.001.04.122.0008.2023.3.3.90.30.00.00	1001
123	06.001.04.122.0008.2023.3.3.90.39.00.00	1001
412	10.001.12.361.0024.6075.3.3.90.30.00.00	1034
412	10.001.12.361.0024.6075.3.3.90.30.00.00	1055
414	10.001.12.361.0024.6075.3.3.90.39.00.00	414
414	10.001.12.361.0024.6075.3.3.90.39.00.00	1055
482	13.001.18.542.0031.2090.3.3.90.30.00.00	1001
491	13.001.18.542.0031.2090.3.3.90.30.00.00	1001
550	14.002.26.782.0038.2.103.3.3.90.30.00.00	1001
551	14.002.26.782.0038.2.103.3.3.90.39.00.00	1001

Contratada: - **ROSE CLEIA PANCHESKI,** inscrita no CNPJ n°. **09.353.990/0001-16,** credenciada para os lotes 01, 02, 03 e 04;
Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o adjudicado o resultado acima indicado.
Publique-se.

18 de agosto de 2026

KAMILA FERNANDA OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:6E84223E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 05/2026 – CLAUDIO DE ALMEIDA MACIEL & CIA LTDA – CLAUMEC PALMEIRA

Referente ao Credenciamento n.º 07/2026 – Processo Digital n.º 3230/2026
Termo de Credenciamento n.º 05/2026 – Processo Digital n.º 4837/2026

Credenciante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ: 76.179.829/0001-65
Credenciada: CLAUDIO DE ALMEIDA MACIEL & CIA LTDA - CLAUMEC PALMEIRA
CNPJ: 08.312.808/0001-16

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças, serviços de borracharia e guincho.

Período de vigência: O prazo de vigência deste credenciamento é de 12 (doze) meses, encerrando-se, portanto, em **31 de Julho de 2027.**

Data da assinatura: 14/08/2026

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:29E526C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.478 DE 18/08/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$1.566,36

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116 DE 25-07-2025– LDO e nº 6.216-2025 DE 18-12-2025– LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.566,36 (um mil e quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos) , e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 - Lei Orçamentária Anual e destinada à criação da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

08.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Assistência Social
08.002.00.000.0000.0.000. Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
08.002.08.244.0016.6.046. Benefícios Eventuais – FMAS
251 - 3.3.90.32.00.00 948 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA R$1.566,36

Total: R$1.566,36

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita: 1.3.2.1.01.11.01.00000000 Fonte: 948 R$1.566,36

Total da Receita: R$1.566,36

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:7FBA2C85

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA EDUCADOR SOCIAL II
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2026

Palmeira, 18 de agosto de 2026**.**

A Secretaria Municipal de Assistência Social, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 20 de agosto do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, para substituição de Educador Social II, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 01/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelos imediatos classificados, conforme processo nº. 1453/2026.

Educador Social II:

CRISTINA WOLNIEVSKI

Atenciosamente,

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:81C704B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE DESISTÊNCIA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2026 - EDUCADOR SOCIAL II

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado 01/2026, pelo Município de Palmeira, para suprir a falta de **Educador Social II,** chamado a se apresentar para assumir a vaga para a qual concorreu, compareceu na Secretaria Municipal de Assistência Social, e expressamente, manifesta, pelo presente, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, liberando com isso o Município para que possa admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Para que fique devidamente registrado sua desistência assina o presente termo, na presença de testemunha.

Palmeira, 18 de agosto de 2026.

ROZÉLIA DE FÁTIMA ALMEIDA
Desistente

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:9F47ED2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
PORTARIA Nº 26.476, DE 18/08/2026 - ADIANTAMENTO ALESSANDRO PANZARINI

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5861/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*
Dotação: 14.003.15.452.0039.2.104.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Alessandro Panzarini	*883.xxx.xxx-91*	*R$ 200,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:BFFFAC04

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
PORTARIA Nº 26.477, DE 18/08/2026 - ADIANTAMENTO RODRIGO ALVES DE GÓES

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5856/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*
Dotação: 14.003.15.452.0039.2.104.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Rodrigo Alves de Góes	*090.xxx.xxx-03*	*R$ 200,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:3A0B04CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
REPUBLICADO POR IRCORREÇÃO - PORTARIA Nº 26.463, DE 17/08/202 - ADIANTAMENTO MURILO ORLANDO MALUCELLI KLAS

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5651/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e

suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, ocupante do cargo de Arquiteto e Urbanista, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:
Dotação: 16.001.04.127.0046.2.115.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Murilo Orlando Malucelli Klass	*793.xxx.xxx-15*	*R$ 200,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 17 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:C52F334B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.478, DE 18/08/2026 - ADIANTAMENTO
JOCELAINE PASSONI BARBOSA DA COSTA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5839/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001

SERVIDOR	***CPF***	***VALOR DO ADIANTAMENTO***
Jocelaine Passoni Barbosa da Costa	*030.xxx.xxx-16*	*R$ 240,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:467820AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.479, DE 18/08/2026 - ADIANTAMENTO
KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5851/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 30 (trinta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor (a) abaixo relacionado (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:
Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001

SERVIDOR	***CPF***	***VALOR DO ADIANTAMENTO***
Kamila Fernanda de Oliveira Sanson	*089.xxx.xxx-35*	*R$ 500,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:5DD566A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.480, DE 18/08/2026 - ADIANTAMENTO
ZAINE BASSANI ZACARQUIM DE OLIVEIRA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5853/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 30 (trinta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Diretora de Saúde, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.
Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001

SERVIDOR	***CPF***	***VALOR DO ADIANTAMENTO***
Zaine Bassani Zacarquim de Oliveira	*095.xxx.xxx-19*	*R$ 300,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:BBCB3441

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.481, DE 18/08/2026 - ADIANTAMENTO
JOCIELMA APARECIDA MOREIRA DE LIMA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5842/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.
Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Fisioterapeuta com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*
Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Jocielma Aparecida Moreira de Lima	*089.xxx.xxx-06*	*R$ 240,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:DBF07AFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.482, DE 18/08/2026 - ADIANTAMENTO
DAFNE EVELYN ARAUJO SONNTAG

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5846/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Dafne Evelyn Araujo Sonntag	*093.xxx.xxx-33*	*R$ 240,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:E3DFFA2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.483, DE 18/08/2026 - ADIANTAMENTO
GLAUCIMERI IANTAS THAUPA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5855/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Assessora de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Glaucimeri Iantas Thaupa	*036.xxx.xxx-70*	*R$ 300,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:94833026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.484, DE 18/08/2026 - ADIANTAMENTO
LAURO DE ARAÚJO

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5845/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:
Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Lauro de Araújo	*788.xxx.xxx-04*	*R$ 240,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:CC5C094A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/2026

Altera a redação do art. 1º do Decreto Legislativo nº 08, de 26 de maio de 2020.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, aprovou e a Mesa Diretora promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º O art. 1º do Decreto Legislativo nº 08, de 26 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Poder Executivo do Município de Palmital, relativas ao exercício financeiro de 2016, de responsabilidade do Senhor Darci José Zolandek, Prefeito Municipal, e do Senhor João Roberto Sartori Adão, Vice-Prefeito Municipal."

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto Legislativo nº 08, de 26 de maio de 2020.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Palmital, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente

IZILDINHA BUREI
Vice-Presidente

ANA CAROLINE BUDSKE
1ª Secretária

SILVIONEI DE JESUS ALVES
2º Secretário

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:1EC96255

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1353/2026
A Secretária de Educação do município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: LIDIANE SIMIANO
MATRÍCULA n.º51422
CARGO: OUVIDORIA
CPF N. 067.017.659-12
OBJETIVO DA VIAGEM: BB GESTÃO ÁGIL, PRESTAÇÃO DE CONTAS COMPLETAS- FNDE 2026, PNAE, PNATE, PDDE, SIMULAÇÃO PRÁTICA, GRU DE DEVOLUÇÃO, CADASTRAMENTO CAE E SIGPENAE
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 06/08/2026
Data de Retorno: 08/08/2026
CIDADE DE ORIGEM:PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: CURITIBA-PR **Código do IBGE**: 06902
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR:01- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ-EVENTOS E TREINAMENTOS
N.º DE DIÁRIAS: 2 PERNOITE: (X) SIM ( ) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:500,00(QUINHENTOS REAIS)
N.º DE DIÁRIAS: 1 PERNOITE:( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)
VALOR TOTAL R$:1.250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)
Pede e Aguarda Deferimento.

Palmital/PR, 05 de Agosto de 2026

ANDRESSA NAIRNE
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:E9080F0E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 1354/2026
A Secretaria Municipal de Educação do município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: SUZIELEN SOARES KLABUNDE
MATRÍCULA N.º 50661
CARGO: SUPORTEPEDAGÓGICO
CPF N. 072.129.379-40
OBJETIVO DA VIAGEM: : BB GESTÃO ÁGIL, PRESTAÇÃO DE CONTAS COMPLETAS-FNDE 2026, PNAE, PNATE, PDDE, SIMULAÇÃO PRÁTICA, GRU DE DEVOLUÇÃO, CADASTRAMENTO CAE E SIGPENAE
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 06/08/2026
Data de Retorno: 08/08/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL - PR
CIDADE DE DESTINO: CURITIBA-PR **Código do IBGE**: 4106902
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 2 PERNOITE: (X) SIM ( ) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 500,00 (QUINHENTOS REAIS)
N° DE DIÁRIAS: 1 PERNOITE: ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)
VALOR TOTAL R$: 1.250,00 (MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)

Palmital/PR, 05 de Agosto de 2026

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:8005EE96

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1355/2026

O Secretário Municipal de Agricultura do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: HERIK FERNANDO ZANELLA DA LUZ
MATRÍCULA n.º 54856

CARGO: CHEFE DE DIVISÃO AGRICULTURA FAMILIAR
CPF N. 800.302.699.700
OBJETIVO DA VIAGEM: TRANSPORTE PARA FUNCIONÁRIA FAZER TREINAMENTO SIF
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 09/08/2026
Data de Retorno: 10/08/2026
CIDADE DE ORIGEM:PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: GUAIRAÇÁ-PR **Código do IBGE**: 4108908
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – outros objetivos não ligados ao TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 1 **PERNOITE:** (X) SIM ( ) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:300,00 (TREZENTOS REAIS)
VALOR TOTAL R$: 300,00 (TREZENTOS REAIS)

Palmital/PR, 05 de Agosto de 2026

JULIANA VISENTIN SCHOMA
Secretária Municipal da Agricultura

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:6D519A32

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1356/2026

O Secretário Municipal de Agricultura do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: JOICY SABATOVICZ GUIORZI
MATRÍCULA n.º 54892
CARGO: DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIASANITÁRIA
CPF N. 063.937.849.89
OBJETIVO DA VIAGEM: TREINAMENTO EM ESCALA SIF
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 09/08/2026
Data de Retorno: 14/08/2026
CIDADE DE ORIGEM:PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: GUAIRAÇÁ-PR **Código do IBGE**: 4108908
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – outros objetivos não ligados ao TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 5 **PERNOITE:** (X) SIM ( ) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:500,00 (QUINHENTOS REAIS)
N.º DE DIÁRIAS: 1 **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)
VALOR TOTAL R$: 2.750,00 (DOIS MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS)

Palmital/PR, 05 de Agosto de 2026

JULIANA VISENTIN SCHOMA
Secretária Municipal da Agricultura

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:E07CF8AD

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º1379/2026

O secretário Municipal de Administração do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: JOÃO CARLOS MACHADO
CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
CPF N° 061.539.239-33 **MATRÍCULA Nº** 51282
OBJETIVO DA VIAGEM:
PERÍODO DE AFASTAMENTO: REALIZAÇÃO DE TRABALHO INTERNO NO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PR.
Data de Saída: 10/08/2026
Data de Retorno: 10/08/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL - PR
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA- PR **CÓDIGO DO IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIA: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 10 de agosto de 2026.

DIEGO PADILHA DE JESUS
Secretário de Administração

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:21280F10

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1380/2026

O secretário de administração Municipal do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: JULIANE FRYDER MATOZO DE OLIVEIRA
CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
CPF N° 090.448.539-02 **MATRÍCULA Nº** 51914
OBJETIVO DA VIAGEM: REALIZAÇÃO DE TRABALHO INTERNO NO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 10/08/2026
Data de Retorno:10/08/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL - PR
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA - PR **Código do IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 10 de Agosto de 2026.

DIEGO PADILHA DE JESUS
Secretário de Administração

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:F1B04785

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO 29/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 29/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 82/2026

OBSERVAÇÃO: LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI),
EM ATENÇÃO AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 REGULAMENTADA PELO

DECRETO Nº 8.538/15, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14 E LEI MUNICIPAL Nº 1.025/16, ARTIGO 034.
O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar n° 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal N° 1.025/16 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**
DATA DE ABERTURA: 01/09/2026 às 08:30 HS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bnc.org.br ou https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site **https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php** também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital, 18 de agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:B5CAC752

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 126/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Pregão Eletrônico Nº 26/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 73/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 126/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: DENTAL BONSUCESSO PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à ESTRADA DO GALEÃO,1463, 0 ILHA DO GOVERNADOR - CEP: 21032000 - BAIRRO: JARDIM GUANABARA, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob nº02.482.141/0001-13, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor(a) LUIZ ARMANDO PEREIRA DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-32.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMITAL - PR

DATA DO CONTRATO: 18/08/2026
VIGÊNCIA: 16/08/2027
VALOR TOTAL: R$ 32.285,14 (Trinta e Dois Mil, Duzentos e Oitenta e Cinco Reais e Quatorze Centavos).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

GESTOR: CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
FISCAL: EVANDRO DA COSTA PEDRO

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:82487844

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO Nº 045 DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 045 DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Declara *situação de Emergência* nas áreas do município afetadas por tempestade local /convectiva - granizo (13213).

O Senhor Roberto Carlos Rossi, Prefeito do município de Palmital, localizado no Estado do Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,

CONSIDERANDO:
Que ocorreu o evento de granizo ocorrido em Palmital/PR no dia 14 de agosto de 2026, às 18h00, foi caracterizado por uma precipitação intensa e localizada, com granizos de até 4 cm de diâmetro e duração aproximada de 20 minutos. A combinação de ventos fortes e granizo resultou em danos significativos às estruturas residenciais e ao patrimônio das comunidades rurais afetadas. Segundo dados meteorológicos locais, a intensidade do granizo e a velocidade dos ventos foram suficientes para comprometer a integridade dos telhados e causar infiltrações, agravando os danos causados pelas chuvas associadas ao evento. A Defesa Civil do Paraná, por meio do COBRADE, registrou o evento sob o código 13213, confirmando a severidade do fenômeno e a necessidade de apoio emergencial para a população afetada. afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto;
Como conseqüência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;
Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.
DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Tempestade Local/Convectiva - Granizo (13213**.
Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.
Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.
4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:
Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;
Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.
5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.
§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e

reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.
6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.
7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

Gabinete do Prefeito, 18 de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:6DEE3095

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO 24/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 24/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 83/2026

OBSERVAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), EM ATENÇÃO AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 8.538/15, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14 E LEI MUNICIPAL Nº 1.025/16, ARTIGO 034.

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar n° 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal N° 1.025/16 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES CERIMONIAIS DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO E PADRONIZAÇÃO VISUAL DA FANFARRA MUNICIPAL DE PALMITAL/PR.**
DATA DE ABERTURA: 24/08/2026 às 08:30 HS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Lote Global.

PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bnc.org.br ou https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site **https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php** também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital, 18 de agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:F6594F28

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 124/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Pregão Eletrônico Nº 26/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 73/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 124/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: BH DENTAL COMERCIAL EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado com endereço à 80 RUA ANTÔNIO GRAVATÁ, 0 LOJA 05 - CEP: 30570040 - BAIRRO: COMITECO, Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.312.896/0001-26, neste ato representada por seu representante Legal, Senhor CRISTIANO HENRIQUE RODRIGUES CURY, inscrito no CPF/MF sob o nº 9**.***.***-68.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMITAL - PR

DATA DO CONTRATO: 18/08/2026
VIGÊNCIA: 16/08/2027
VALOR TOTAL: R$ 14.378,00 (Quatorze Mil, Trezentos e Setenta e Oito Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
Gestor

EVANDRO DA COSTA PEDRO
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:DCB8EEB0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Pregão Normal Nº 26/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 73/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado com endereço à R. PROF ZELDA C CURSI MASTRIANI 265, 0 A - CEP: 86182530 - BAIRRO: JARDIM DAVILA, Cambé/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº06.175.908/0001-12, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor(a) LUIZA POPPIN DOS SANTOS, inscrito no CPF/MF sob o nº 9**.***.***-68.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMITAL - PR

DATA DO CONTRATO: 18/08/2026
VIGÊNCIA: 16/08/2027

VALOR TOTAL: R$ 368,35 (Trezentos e Sessenta e Oito Reais e Trinta e Cinco Centavos).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

GESTOR: CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
FISCAL: EVANDRO DA COSTA PEDRO

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:0FD37E7F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Pregão Eletrônico Nº 26/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 73/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLOGICOS, MEDICOS, HOSPITALARES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado com endereço à RUA HELENA BIGATON 615, 0 - CEP: 89888000 - BAIRRO: CENTRO, Caibi/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.240.632/0001-16, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor(a) VICTORIA ELIS MATOS DONINI , portador do RG nº 132502250 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-09.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMITAL - PR

DATA DO CONTRATO: 18/08/2026
VIGÊNCIA: 16/08/2027
VALOR TOTAL: R$ 8.100,00 (Oito Mil e Cem Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

GESTOR: CHEILA PECHECA RIBEIRO DE JESUS
FISCAL: EVANDRO DA COSTA PEDRO

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:FA6099FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 128/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Pregão Eletrônico Nº 26/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 73/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 128/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à RUA RUDI HORST, 0 SALA 11 - CEP: 89899000 - BAIRRO: CENTRO, Iporã do Oeste/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº44.223.526/0001-06, neste ato por sua representante Legal, Senhora VITORIA BERTI, inscrita no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-40.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMITAL - PR

DATA DO CONTRATO: 18/08/2026
VIGÊNCIA: 16/08/2027
VALOR TOTAL: R$ 2.746,20 (Dois Mil, Setecentos e Quarenta e Seis Reais e Vinte Centavos).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

GESTOR: CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
FISCAL: EVANDRO DA COSTA PEDRO

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:B2E36F51

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº04/2026

COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO Nº 01/2026
(*Apuração de possíveis irregularidades nos contratos administrativos celebrados entre o Município de Paranaguá e a empresa* ***AGP Saúde Ltda*** *- CNPJ: 42.686.331/0001-77*)

A **COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO – CEI Nº 01/2026**, da Câmara Municipal de Paranaguá, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, **torna pública a convocação** das pessoas abaixo relacionadas para comparecimento à oitiva perante esta Comissão:

LÍGIA REGINA DE CAMPOS CORDEIRO
GIANFRANK JULIAN TAMBOSETTI
BRUNNA HELOUISE MARIN DE OLIVEIRA SANTOS
SUELLEN CRISTINA BECHER
SAMUEL ANTONIO DA SILVA NUNES
VÂNIA CRUZ DOS SANTOS
EDINEIA ROSANA CONSTANTINO

A oitiva será realizada no âmbito dos trabalhos de instrução da **Comissão Especial de Inquérito nº 01/2026**, designada para: **Data:** 26 de agosto de 2026 **Horário:** 18h **Local:** Plenário da Câmara Municipal de Paranaguá

Para cumprimento das convocações, foram previamente realizadas diligências destinadas à entrega individual das respectivas convocações, inclusive mediante correspondência encaminhada por SEDEX, com utilização do respectivo código de rastreamento e acompanhamento da entrega. No curso dessas diligências, foram constatadas situações distintas quanto à localização e à efetivação da ciência dos convocados, incluindo **devolução de correspondência em razão de endereço inexistente ou não localizado, ausência de comprovação de recebimento ou de ciência inequívoca do destinatário e situações em que não foi possível localizar o convocado, encontrando-se este em local incerto ou não identificado**.

Diante do esgotamento das diligências ordinárias realizadas para a localização e ciência dos convocados, a Comissão determina a publicação do presente **Edital de Convocação**, com a finalidade de assegurar a publicidade do ato, ampliar os meios de divulgação da convocação e formalizar as providências adotadas no curso da instrução.
A publicação do presente Edital no **Diário Oficial do Município** constitui meio oficial de publicidade da convocação e, uma vez

regularmente realizada, considera-se formalizada a ciência do ato para os fins do procedimento, sem prejuízo das demais formas de comunicação e das disposições específicas do Regimento Interno da Comissão e da legislação aplicável.
Os convocados deverão comparecer na data, horário e local acima indicados, munidos de documento oficial de identificação. O não comparecimento injustificado, uma vez comprovada a regularidade da convocação e da respectiva publicação oficial, poderá ensejar a adoção das **medidas e sanções cabíveis**, nos termos do Regimento Interno da Comissão e da legislação aplicável, sem prejuízo de outras providências pertinentes ao regular desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Especial de Inquérito.
Eventual impossibilidade de comparecimento deverá ser formalmente comunicada à Comissão, acompanhada da respectiva justificativa e dos documentos comprobatórios pertinentes, para apreciação quanto à sua procedência.
O presente Edital será publicado nos meios oficiais de divulgação da Câmara Municipal de Paranaguá, para fins de publicidade e ampla divulgação da convocação.

Paranaguá, 17 de agosto de 2026.

Atenciosamente,

IRINEU JOSÉ DA CRUZ ALVES
Presidente da Comissão Especial de Inquérito nº 01/2026

Publicado por:
Cassiano José de Oliveira Silva
Código Identificador:A490F971

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO CONTRATO N.º 36/2022 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2022 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2022

Contratante:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná –CISLIPA
CNPJ:	13.681.884/0001-39
Responsável pela assinatura:	Rodolfo Nogueira Pedro Bom – Diretor Executivo
Contratada:	Click Tecnologia Ltda
CNPJ:	21.265.393/0001-35
Responsável pela assinatura:	Kamylla De Jesus Mendes Oliveira
Objeto:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência técnica em manutenção corretiva e preventiva em equipamentos de informática e na rede de computadores pertencentes ao CISLIPA, e para o fornecimento de suprimentos de informática para o sistema de informação e equipamentos deste CIS
Justificativa	Conforme Lei Federal 8.666/1993, art. 57, inciso II e inteiro teor no processo Adm. n° 144/2022.
Dotação	01.001.10.122.0901.2002.3.3.90.40.00.00
Prazo	04 (quatro) meses
Valor	R$ 13.180,44 (treze mil, cento e oitenta reais e quarenta e quatro centavos)
Foro	Comarca de Paranaguá – PR
Data da Homologação	15/08/2026

Paranaguá, 15 de agosto de 2026

RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM
Diretor Executivo Do CISLIPA

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:07C4D05C

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 147/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE Conceder o benefício: **PENSÃO PREVIDENCIÁRIA POR MORTE DE ATIVO**
NOME DO SEGURADO: **JOSÉ RODRIGUES GONÇALVES**
CARGO OCUPADO: **AGENTE OPERACIONAL - A4020-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
4.581.398-3	568.652.449-15	2327-01	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/2011 e 142/2012, Decreto 2944/2012, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02 e CF/88 em seu Artigo 40, parágrafo 7º, inciso I com redação dada pela EC nº 41/2003.

FORMA DE CÁLCULO: Valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da CF/88, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.

PROCESSO Nº	REQUERIDOS EM	INÍCIO
51993/2026	14/07/2026	01/08/2026

A beneficiária abaixo especificada, conforme Art. 21 da Lei Municipal nº 053/2006 e alterações:

BENEFICIÁRIOS	PARENTESCO	COTA PARTE	VIGÊNCIA BENEF.
CRISTIANE DA SILVA GONÇALVES	CÔNJUGE	100%	INDETERMINADO

VALOR: R$ 5.098,20 (Cinco mil e noventa e oito reais e vinte centavos) total - Demonstrativo em respeito à ON nº 069/2012 do TCE – PR.

ÓRGÃO DE ORIGEM	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
CNPJ	76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 17 de agosto de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:BF44028B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 57/2026

AUTORIZAÇÃO N° 57/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **JOEL SILVA DOS SANTOS,** matrícula n° 12468-2 lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 25888/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 15/04/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata da servidora o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Instituto Federal do Paraná				
Curso	Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade – Mestrado				
Disciplinas	CTS30 - Analise Critica do Discurso em CTS Lazer, Educação e Espaço: uma abordagem CTS				
Previsão de Término	Período de 03/08/2026 à 13/12/2026				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
		13:30h/17:30h			
Compensação		Hora atividade 13:30h/17:30h			

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.

A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 13/12/2026 - 2º Semestre.
Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, a servidora deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 05 de agosto de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:8D743C74

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 58/2026

AUTORIZAÇÃO N° 58/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **JOEL SILVA DOS SANTOS,** matrícula n° 12468-2 lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 53426/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 20/07/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata da servidora o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranaguá				
Curso	Ciências Ambientais, Ambientes Litorâneos e Insulares – Mestrado				
Disciplinas	ALI 23 – Scientific Publication Process: From Manuscript Writing to Acceptance				
Previsão de Término	Período de 23/09/2026 à 21/10/2026				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
			08:00h 12:00h		
Compensação			Hora atividade 08:00h/12:00h		

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 21/10/2026 - 2º Semestre.
Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, a servidora deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 05 de agosto de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:5F4A4F6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 62/2026

AUTORIZAÇÃO N° 62/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **Daise dos Santos Farias Kunz matrícula** n° 12.520-1 lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 57295/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 04/08/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata da servidora o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Universidade Federal do Paraná – Campus Matinhos				
Curso	Pós Graduação em Rede Nacional para Ensino da Ciências Ambientais – Mestrado				
Disciplina	Metodologia Cientifica e Desenvolvimento de Projetos em Educação nas Ciências Ambientais Gestão Ambiental				
Previsão de Término	Período de 14/08/2026 à 04/12/2026				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
					13:30h/17:30h
Compensação					Hora Atividade 13:30h/17:30h

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 04/12/2026 - 2º Semestre .
Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, a servidora deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 05 de agosto de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:9D1C8C9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 63/2026

AUTORIZAÇÃO N° 63/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **SUZANNE DOFFE SOTTA MACHADO,** matrícula n° 10717-1/2 lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art.

136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 57177/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 03/08/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata da servidora o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Universidade Federal do Paraná – Campus Matinhos				
Curso	Mestrado - Programa em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais				
Disciplinas	Metologia Cientifica e Desenvolvimento de Projetos em Educação nas Ciências Ambientais Gestão Ambiental Natureza, Cultura e Territorialidades				
Previsão de Término	Período de 13/08/2026 à 03/12/2026				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
				13:30h / 16:30h	08:00h / 11:30h 13:30h / 16:30h
Compensação				Hora Atividade tarde	Hora Atividade manhã e tarde

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 03/12/2026 - 2º Semestre.
Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, a servidora deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 08 de agosto de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:FB893619

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 65/2026

AUTORIZAÇÃO N° 65/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **Luciane Godoy Bonafini,** matrículas n° 6.694-1/2, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 57369/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 04/08/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata da servidora o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Universidade Tuiuti do Paraná - UTP				
Curso	Programa de Pós Graduação Stricto Sensu - Doutorado em Educação				
Disciplina	Orientações para escrita da Tese Teoria das Representações Sociais: aspectos teórico-conceituais e aplicações à Educação Seminário de Doutorado e Defesa da Tese				
Previsão de Término	Período de 13/08/2023 à 12/11/2026				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
				07:30h / 11:30h 13:30h / 17:30h	
Compensação	07:30h / 12:30h 13:30h / 18:30h	07:30h / 12:30h 13:30h / 18:30h	07:30h / 12:30h 13:30h / 18:30h		07:30h / 12:30h 13:30h / 18:30h

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 04/08/2026 - 2º Semestre.
Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, a servidora deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 06 de agosto de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:400BBA04

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 66/2026

AUTORIZAÇÃO N° 66/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

O servidor **Cláudio Marcos Veloso Júnior,** matrícula n° 12.473-1, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 57076/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 03/08/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata do servidor o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Universidade Tuiuti do Paraná - UTP				
Curso	Programa de Pós-Graduação – Doutorado em Educação				
Disciplina	Seminário Avançado: Metodologias Inovadoras e Tecnologias Digitais na Docência da Educação Superior Atividade de Pesquisa: Inteligência Artificial na Educação				
Previsão de Término	Período de 13/03/2026 a 19/06/2026				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
		07:30h/11:30h		07:30h/11:30h	
Compensação	07:00h/12:00h 13:00h /18:00h	13:00h / 18:00h	07:00h/12:00h 13:00h / 18:00h	13:00h/ 18:00h	07:00h/12:00h 13:00h /1 8:00h

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 03/08/2026 - 2º Semestre.
Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, o servidor deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 06 de agosto de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:EFFF6C6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 67/2026

AUTORIZAÇÃO N° 67/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **Renata Nanci Reinhardt Leandro matrícula** n° 12.423-1 lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 57297/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 04/08/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata da servidora o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Universidade Federal do Paraná – Campus Matinhos				
Curso	Mestrado em rede nacional para ensino da Ciências Ambientais.				
Disciplina	Metodologia Cientifica e Desenvolvimento de Projetos em Educação nas Ciências Ambientais Gestão Ambiental				
Previsão de Término	Período de 14/08/2026 à 04/12/2026				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
					08:30h / 11:30h
Compensação					Hora Atividade 07:30h / 11:30h

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 04/12/2026 - 2º Semestre. Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, a servidora deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 06 de agosto de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:72FD4DF5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 68/2026

AUTORIZAÇÃO N° 68/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **Angela Maria Brusco Chyzi,** matrículas n° 12365/1-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 56899/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 03/08/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata do servidor o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Instituto Federal do Paraná				
Curso	Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade				
Disciplina	Dissertação II				
Previsão de Término	Período de 03/08/2026 à 19/12/2026				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
					08:00h/12:00h 13:00h/17:00h
Compensação					Hora atividade 07:30h/11:30h 13:30h/17:30h

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 03/08/2026 - 2º Semestre. Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, o servidor deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 06 de agosto de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:1D9D2142

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 69/2026

AUTORIZAÇÃO N° 69/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **Suely Dias dos Santos,** matrículas n°12365/1-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 57302/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 04/08/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata do servidor o Departamento Recursos

Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Instituto Federal do Paraná				
Curso	Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade				
Disciplina	Dissertação II				
Previsão de Término	Período de 03/08/2026 à 13/12/2026				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
		13:30h/17:30h		13:30h/17:30h	
Compensação	07:00h/12:00h 12:10h/17:10h	07:30h/12:00h	07:30h/12:00h	07:00h/12:00h 12:10h/17:10h	07:00h/12:00h 12:10h/17:10h

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 04/08/2026 - 2º Semestre.
Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, o servidor deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 06 de agosto de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:05DF1235

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 70/2026

AUTORIZAÇÃO N° 70/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **Pamella Gonçalves Biscotto Delfino,** matrículas n°95030-1, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 56737/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 31/07/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata do servidor o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Instituto Federal do Paraná				
Curso	Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade				
Disciplina	CTS – Análise Crítica do Discurso em CTS				
Previsão de Término	Período de 04/08/2026 à 13/11/2026				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
		12:30h/16:30h			
Compensação		Hora Atividade 12:30h/:16:30h			

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 13/11/2026 - 2º Semestre.
Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, o servidor deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 07 de agosto de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:1763CA20

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 71/2026

AUTORIZAÇÃO N° 71/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **Silvia Leticia Oliveira,** matrículas n°95037-1, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 56753/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 31/07/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata do servidor o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Instituto Federal do Paraná				
Curso	Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade				
Disciplina	CTS – Análise Crítica do Discurso em CTS				
Previsão de Término	Período de 04/08/2026 à 13/11/2026				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
		12:45h/16:45h			
Compensação		Hora Atividade 12:45h/:16:45h			

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.

Assim sendo, a autorização está vigente até 13/11/2026 - 2º Semestre.
Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, o servidor deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 07 de agosto de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:4F70438E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 72/2026

AUTORIZAÇÃO N° 72/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **Josiele Caetano dos Santos Antunes,** matrículas n°9211-1, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 52220/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 15/07/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata do servidor o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	The Global University - AGTU				
Curso	Mestrado em Educação com Especialização em Tecnologias na Educação Digital				
Disciplina	AGTU Experience II - Paraguai				
Previsão de Término	Período de 22/07/2026, 23/07/2026, 24/07/2026 e 25/07/2026				
	Segunda	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
Dia e Horário das Aulas			07:30h/11:30h 13:30h/17:30h	07:30h/11:30h 13:30h/17:30h	07:30h/11:30h 13:30h/17:30h
Compensação		Hora Atividade 07:30h/11:30h 13:30h/17:30h			

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 11/08/2026 - 2º Semestre. Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, o servidor deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 07 de agosto de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:5DDDDAB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 74/2026

AUTORIZAÇÃO N° 74/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **Elisangela do Rocio Santos Queiroz,** matrículas n°10154-1, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 52710/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 16/07/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata do servidor o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	The Global University - AGTU				
Curso	Mestrado em Educação com Especialização em Tecnologias na Educação Digital				
Disciplina	AGTU Experience II - Paraguai				
Previsão de Término	Período de 22/07/2026, 23/07/2026, 24/07/2026 e 25/07/2026				
	Segunda	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
Dia e Horário das Aulas			07:30h/11:30h 13:30h/17:30h	07:30h/11:30h 13:30h/17:30h	07:30h/11:30h 13:30h/17:30h
Compensação	Hora Atividade 07:30h/11:30h				Hora Atividade 07:30h/11:30h 13:30h/17:30

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 14/08/2026 - 2º Semestre. Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, o servidor deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 12 de agosto de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:9B23CC3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.755

PORTARIA Nº 2.755

"Concede licença maternidade à servidora Leticia Martins Teodoro."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar n.º 203/2017 e Decreto nº 897/2018, considerando o que dispõe o art. 124 da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), modificada pela Lei Complementar nº 073/2007, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 56.283/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, à servidora LETICIA MARTINS TEODORO, matrícula nº 94.826-2, ocupante do cargo efetivo de Agente De Combate A Endemias - ACE,

lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com início em 28 de julho de 2026 e término em 23 de janeiro de 2027.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 18 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:A6CA50D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.756

PORTARIA Nº 2.756

“Concede licença maternidade à servidora Ingrid Angel Ribeiro Pereira Da Rocha.”

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar n.º 203/2017 e Decreto nº 897/2018, considerando o que dispõe o art. 124 da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), modificada pela Lei Complementar nº 073/2007, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 53.414/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, à servidora INGRID ANGEL RIBEIRO PEREIRA DA ROCHA, matrícula nº 93.966-4, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário De Saúde - ACS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com início em 11 de julho de 2026 e término em 06 de janeiro de 2027.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 18 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:CD324771

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.757

PORTARIA Nº 2.757

“Concede licença maternidade à servidora Roberta Cardozo Colodel Modesto.”

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar n.º 203/2017 e Decreto nº 897/2018, considerando o que dispõe o art. 124 da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), modificada pela Lei Complementar nº 073/2007, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 53.297/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, à servidora ROBERTA CARDOZO COLODEL MODESTO, matrícula nº 95.352-1, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, com início em 16 de julho de 2026 e término em 11 de janeiro de 2027.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 18 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:60FB93BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.758

PORTARIA Nº 2.758

“Concede licença maternidade à servidora Ana Helena De Mattos.”

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar n.º 203/2017 e Decreto nº 897/2018, considerando o que dispõe o art. 124 da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), modificada pela Lei Complementar nº 073/2007, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 56.891/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, à servidora ANA HELENA DE MATTOS, matrícula nº 10.944-1, ocupante do cargo efetivo de Professor Pedagogo Coordenador, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, com início em 30 de julho de 2026 e término em 25 de janeiro de 2027.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 18 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:64CB7FB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.759

PORTARIA Nº 2.759

“Desliga por motivo de falecimento a servidora Cristina Martins Hipolito.”

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar nº 203/2017 e Decreto nº 897/2018, e tendo em vista o contido no protocolado nº 58.702/2026,

RESOLVE:

I - Desligar por motivo de falecimento a servidora CRISTINA MARTINS HIPOLITO, matrícula nº 11.061-1, ocupante do cargo de Educador Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, a partir de 05 de agosto de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José” em 18 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:D9F2AFA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.760

PORTARIA Nº 2.760

"Dispõe sobre a convocação e estabelece normas, procedimentos e diretrizes para a realização do Censo Previdenciário dos servidores públicos titulares de cargo efetivo, aposentados, pensionistas e respectivos dependentes vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Paranaguá."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e o DIRETOR-PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, e considerando o disposto no Decreto Municipal nº 2.085/2026, que regulamenta a realização do Censo Previdenciário no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Paranaguá,

CONSIDERANDO o disposto no art. 47 da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, que estabelece que a avaliação atuarial deverá dispor de informações atualizadas e consistentes que contemplem todos os segurados e beneficiários do RPPS;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos dados pessoais, funcionais, previdenciários e dos respectivos dependentes dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Paranaguá;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios uniformes, procedimentos e responsabilidades para a realização do Censo Previdenciário 2026;

RESOLVEM:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam convocados, para participação obrigatória no Censo Previdenciário 2026, todos os servidores públicos titulares de cargo efetivo vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Paranaguá - RPPS, em exercício ou afastados, inclusive aqueles licenciados ou cedidos, bem como os aposentados, pensionistas e respectivos dependentes vinculados à Paranaguá Previdência.

Art. 2º O Censo Previdenciário 2026 será realizado no período de 24 de agosto de 2026 a 30 de setembro de 2026, nas modalidades eletrônica (on-line), presencial e, excepcionalmente, remota.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado mediante ato administrativo devidamente fundamentado.

CAPÍTULO II
DAS MODALIDADES DE ATENDIMENTO

Art. 3º O Censo Previdenciário será realizado nas seguintes modalidades:

I - atendimento eletrônico (on-line): realizado por meio de plataforma digital disponibilizada nos sítios eletrônicos oficiais da Prefeitura Municipal de Paranaguá, da Câmara Municipal de Paranaguá, da Paranaguá Previdência e da Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná - CAGEPAR;
II - atendimento presencial: destinado aos segurados que não possuam acesso à internet, apresentem dificuldades na utilização da plataforma eletrônica ou necessitem de validação documental presencial;
III - atendimento remoto: realizado, excepcionalmente, quando comprovada a impossibilidade técnica de realização do procedimento nas demais modalidades ou a impossibilidade de deslocamento do segurado, mediante solicitação e autorização da equipe responsável pelo Censo Previdenciário.

§ 1º O atendimento presencial compreenderá a conferência documental, a atualização cadastral, o registro fotográfico e outros procedimentos necessários à validação da identidade e das informações do segurado.

§ 2º Os segurados deverão apresentar ou anexar os documentos exigidos nesta Portaria e em seus anexos, observadas as orientações divulgadas pela Administração.

CAPÍTULO III
DO ATENDIMENTO PRESENCIAL, DOS LOCAIS E DO CRONOGRAMA

Art. 4º Os segurados que necessitarem realizar o Censo Previdenciário na modalidade presencial deverão comparecer aos locais de atendimento definidos de acordo com seu vínculo funcional ou previdenciário.

§ 1º Os locais de atendimento presencial serão:

I - Prefeitura Municipal de Paranaguá - servidores ativos:
Escola Municipal Professora Sully da Rosa Vilarinho, localizada na Ponta do Caju, Paranaguá/PR;
II - Câmara Municipal de Paranaguá - servidores ativos:
Sede da Câmara Municipal de Paranaguá, localizada na Rua João Estevão, nº 361, Ponta do Caju, Paranaguá/PR;
III - Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná - CAGEPAR - servidores ativos:
Sede da CAGEPAR, localizada na Rua Doutor Leocádio, nº 307, Centro Histórico, Paranaguá/PR;
IV - Paranaguá Previdência - aposentados e pensionistas:
Sede da Paranaguá Previdência, localizada na Avenida Gabriel de Lara, nº 1.307, Bairro Leblon, Paranaguá/PR.

§ 2º O atendimento presencial ocorrerá no período de 31 de agosto de 2026 a 30 de setembro de 2026, conforme o cronograma estabelecido nesta Portaria e divulgado nos canais oficiais.

Art. 5º O cronograma de atendimento presencial dos servidores ativos da Prefeitura Municipal de Paranaguá obedecerá à seguinte programação:

I - de 31 de agosto de 2026 a 4 de setembro de 2026: servidores vinculados à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral - SEMEDI;
II - de 8 de setembro de 2026 a 11 de setembro de 2026: servidores vinculados à Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA;
III - de 14 de setembro de 2026 a 18 de setembro de 2026: servidores vinculados à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria - SEMMA e à Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial - SEMDIR;
IV - de 21 de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026: servidores ativos das demais Secretarias e órgãos da Administração Direta.

Parágrafo único. Os servidores da Câmara Municipal de Paranaguá, da Paranaguá Previdência e da CAGEPAR poderão realizar o Censo Previdenciário nas modalidades eletrônica e presencial durante todo o período estabelecido no art. 2º desta Portaria.

CAPÍTULO IV
DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CENSO PREVIDENCIÁRIO

Art. 6º Para a realização do Censo Previdenciário, os segurados deverão apresentar ou anexar a documentação necessária à atualização dos dados pessoais, funcionais, previdenciários e dos respectivos dependentes, conforme estabelecido no Anexo I desta Portaria.
§ 1º A documentação poderá ser apresentada em formato físico ou digital, de acordo com a modalidade de atendimento utilizada e as orientações fornecidas pela equipe responsável.

§ 2º Os documentos deverão estar legíveis e conter informações suficientes para permitir a identificação e a validação dos dados cadastrais.

§ 3º A Administração poderá solicitar documentos complementares sempre que houver necessidade de confirmação, correção ou atualização das informações prestadas.

Art. 7º Os documentos mínimos exigidos para a atualização cadastral dos segurados serão definidos de acordo com sua condição funcional ou previdenciária, compreendendo, conforme o caso:

I - documento oficial de identificação com fotografia;
II - Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
III - comprovante de residência atualizado;
IV - documentos comprobatórios da situação civil;
V - documentos funcionais e previdenciários, quando aplicáveis;
VI - documentos dos dependentes cadastrados, quando houver.

Parágrafo único. A relação detalhada dos documentos obrigatórios e específicos para servidores ativos, aposentados, pensionistas e respectivos dependentes consta do Anexo I desta Portaria.

CAPÍTULO V
DOS PENSIONISTAS E DOS DEPENDENTES

Art. 8º Os pensionistas deverão realizar, obrigatoriamente, a atualização de seus dados cadastrais e apresentar a documentação necessária à comprovação da manutenção da condição de beneficiário.

§ 1º Será obrigatória a apresentação da Declaração de Estado Civil e União Estável, na qual o pensionista deverá declarar se contraiu casamento ou constituiu união estável após a concessão do benefício.

§ 2º A exigência prevista no § 1º deste artigo não se aplica aos pensionistas menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 9º Quando houver dependentes cadastrados, deverão ser apresentados os documentos necessários à comprovação da identidade, filiação, vínculo familiar ou condição de dependência, conforme previsto no Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. Nos casos de dependentes com deficiência ou invalidez, poderá ser exigida documentação médica ou avaliação específica para comprovação da condição de dependência previdenciária, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO VI
DA REPRESENTAÇÃO LEGAL

Art. 10. O segurado impossibilitado de realizar pessoalmente o Censo Previdenciário poderá ser representado por procurador ou representante legal devidamente constituído.

§ 1º O representante deverá apresentar documento oficial de identificação, instrumento de representação válido e os documentos exigidos do segurado representado.

§ 2º A representação não afasta a necessidade de comprovação das informações cadastrais e previdenciárias do segurado.

Art. 11. Nos casos de incapacidade civil, ausência ou impossibilidade devidamente comprovada, serão aceitos representantes legais constituídos na forma da legislação vigente, inclusive tutor, curador ou responsável legal, conforme o caso.

CAPÍTULO VII
DA ANÁLISE, DA VALIDAÇÃO E DA CONCLUSÃO DO CENSO PREVIDENCIÁRIO

Art. 12. Compete à equipe técnica responsável pelo Censo Previdenciário analisar, conferir e validar as informações e os documentos apresentados pelos segurados.

§ 1º Poderão ser solicitadas correções, complementações ou apresentação de novos documentos quando forem identificadas inconsistências ou pendências cadastrais.

§ 2º O segurado será comunicado, pelos meios oficiais disponibilizados, sempre que houver pendências que impeçam a conclusão do procedimento.

Art. 13. O Censo Previdenciário somente será considerado concluído após a validação definitiva das informações cadastrais e da documentação apresentada.

CAPÍTULO VIII
DAS RESPONSABILIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES

Art. 14. Compete à Prefeitura Municipal de Paranaguá, à Câmara Municipal de Paranaguá, à Paranaguá Previdência e à Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná - CAGEPAR prestar apoio à realização do Censo Previdenciário, especialmente quanto:

I - à divulgação das informações relativas ao Censo Previdenciário;
II - à orientação dos servidores, aposentados e pensionistas vinculados;
III - ao encaminhamento dos segurados para atendimento, quando necessário;
IV - ao fornecimento das informações necessárias à atualização cadastral.

Art. 15. Os órgãos e entidades deverão disponibilizar, em seus respectivos sítios eletrônicos oficiais e demais canais institucionais, informações, comunicados e orientações referentes ao Censo Previdenciário.

CAPÍTULO IX
DOS RESPONSÁVEIS PELA COORDENAÇÃO DO CENSO PREVIDENCIÁRIO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
Art. 16. Ficam designados os seguintes servidores para atuar na coordenação e no apoio à realização do Censo Previdenciário no âmbito da Prefeitura Municipal de Paranaguá, observadas as respectivas unidades de lotação:

Unidade	Servidor	Matrícula
SEGOV	Elcio da Silva Monteiro Nagel	12-742-4
SEMDESP	Eduardo Romanio	12.816-4
SEMDESP	Wagner do Nascimento Ribeiro Martins	5.805-1
SEMSA	Miriam Pereira Farias Calisto	4.447-1
SEMSA	Jaqueline Demetrio	94.118-1
SEMUPLA	Denilson dos Santos Fernandes	99.938-1
SEMEDI	Neifi Laden	6.097-3
SEMEDI	Rose Mari Mendes dos Santos	2.645-1
SEMOP	Jaqueline do Rosário Santos	99.081-2
SEDEHAB	Georgette Jacyra Pesch da Silva	844-1
SEMSEG	Elisangela Santos Lima dos Anjos	5.408-1
SEMI	José Marcelo Coelho	6.310-1
SESPOR	Wendglay Diatchuk Damaceno	10.414-1
SEMFA	Zenilda Souza Costa Cruz	2.489-1
SETRIN	Gustavo Amin Hammoud	98.793-1
SEMAD	Rubens Gonçalves Fontoura	94.963-2
SEMSU	Jamil de Freitas Maria Júnior	9.339-1
SEMDIR	Juliane da Silva do Espirito Santo Demetrio	6.815-1
SEMEXPORT	Miralva Maria dos Santos	2.300-1
SEMFISC	Jéssica Budal Correa	98.864-1
SECULTUR	Carmen Mesquita dos Santos	4.698-2
SEMMA	Marcilene Turcheti da Costa Leite Fontes	6.612-2
PROGEM	Luiz Souza	95.912-4
COGEM	Simone Maria Hirt	9.327-1
SERVAL	Joilson Marques Cardoso	99.033-1

Parágrafo único. Os servidores designados atuarão em articulação com a Secretaria Municipal de Administração e com a equipe técnica responsável pelo Censo Previdenciário, prestando o apoio necessário à execução das atividades previstas nesta Portaria e colaborando para a adequada orientação dos segurados e o regular desenvolvimento dos procedimentos censitários.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. O segurado, aposentado, pensionista ou dependente que deixar de realizar o Censo Previdenciário no prazo estabelecido nesta Portaria ficará sujeito às medidas administrativas previstas na legislação vigente e no Decreto Municipal nº 2.085/2026.

Parágrafo único. A regularização da situação cadastral deverá ser realizada pelos meios disponibilizados pela Administração, inclusive mediante comparecimento presencial, quando exigido, após análise da equipe responsável pelo Censo Previdenciário.

Art. 18. Os casos omissos e as situações excepcionais decorrentes da execução desta Portaria serão analisados e resolvidos conjuntamente pela Secretaria Municipal de Administração e pela Diretoria-Executiva da Paranaguá Previdência.

Art. 19. A Secretaria Municipal de Administração e a Paranaguá Previdência poderão expedir orientações complementares, comunicados e demais atos necessários ao cumprimento desta Portaria.

Art. 20. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 18 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

ALI EL KADRI
Paranaguá Previdência

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA O CENSO PREVIDENCIÁRIO 2026

1. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA SERVIDORES ATIVOS
Apresentar os documentos originais ou em formato digital legível:

Documento oficial de identificação com foto (Carteira de Identidade - RG, Carteira de Identidade Nacional - CIN ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH);
Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
Carteira de Trabalho no PIS/PASEP ou NIT, quando houver;
Comprovante de residência atualizado, emitido há no máximo 90 (noventa) dias;
Último contracheque ou documento equivalente;
Título de Eleitor;
Comprovante de escolaridade;
Extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, quando solicitado.
Certidão de casamento, nascimento ou óbito, nos casos de inclusão, exclusão ou alteração de dependentes;
Declaração de estado civil ou de união estável (exigida exclusivamente para pensionistas, exceto menores de 18 anos);
2. DOCUMENTOS DOS DEPENDENTES
Quando houver dependentes cadastrados, deverão ser apresentados:

Documento oficial de identificação, quando houver;
CPF;
Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento;
Termo de Guarda, Tutela ou Curatela, quando aplicável;
Laudo médico-pericial atualizado, nos casos de dependente inválido ou com deficiência, quando exigido pela legislação previdenciária;
Outros documentos necessários à comprovação da condição de dependente.
3. DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS APOSENTADOS

Documento oficial de identificação com foto (Carteira de Identidade - RG, Carteira de Identidade Nacional - CIN ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH);
Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
Carteira de Trabalho PIS/PASEP ou NIT, quando houver;
Comprovante de residência atualizado, emitido há no máximo 90 (noventa) dias;
Último contracheque ou documento equivalente;
Certidão de nascimento / casamento
Outros documentos que venham a ser necessários para atualização cadastral e previdenciária.
4. DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS PENSIONISTAS

Documento oficial de identificação com foto (Carteira de Identidade - RG, Carteira de Identidade Nacional - CIN ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH);
Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
Carteira de Trabalho PIS/PASEP ou NIT, quando houver;
Comprovante de residência atualizado, emitido há no máximo 90 (noventa) dias;
Último contracheque ou documento equivalente;
Título de Eleitor;
Declaração de estado civil ou de união estável **atualizada no máximo 90 (noventa) dias**, (certidão de nascimento ou casamento, com averbações se houver), exigida exclusivamente para pensionistas, exceto menores de 18 anos;
Outros documentos necessários à atualização do benefício.

Documentos de representante legal (quando for o caso)

Documento de identificação e CPF do representante (genitor, tutor ou curador)
Termo de tutela, guarda ou curatela, ou decisão judicial
Comprovante de residência do representante - até 90 dias

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:041B16CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.761

PORTARIA Nº 2.761

"Relota a servidora municipal Camila Chaves Batista para o órgão que especifica."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 203/2017, e o Decreto Municipal n° 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Portaria nº 314/2017,

RESOLVE:

I - Relotar a servidora CAMILA CHAVES BATISTA, ocupante do cargo de Analista de Sistemas, matrícula nº 10.235-1, na Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 18 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:D902A828

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE PREGÃO

AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2026
PROCESSO Nº 92.346/2026
UAG 987745
OBJETO: Aquisição de Curativos Especiais para Atendimento Pacientes com Lesões de Pele.
TIPO: Menor Preço.
DATA DA ABERTURA: 02/09/2026 – **HORÁRIO:** 09:00 horas.
VALOR ESTIMADO: R$ 1.987.191,10. (um milhão, novecentos e oitenta e sete mil, cento e noventa e um reais e dez centavos).
ENDEREÇO: O edital estará disponível nos seguintes endereços: https://bll.org.br e https://pncp.gov.br/app/editais.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais nºs 4.319/2023 e 683/2018 a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br e eliane.costa@paranagua.pr.gov.br.

Paranaguá, 18 de agosto de 2026.

ELIANE GONÇALVES COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:772B7251

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE PREGÃO 50

AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2026
PROCESSO Nº 18.268/2025
UAG 987745
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Confecção e Fornecimento de Uniformes Operacionais.
TIPO: Menor Preço.
DATA DA ABERTURA: 03/09/2026 – **HORÁRIO:** 09:00 horas.
VALOR ESTIMADO: R$ 241.275,40 (duzentos e quarenta e um mil, duzentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos).
ENDEREÇO: O edital estará disponível nos seguintes endereços: www.compras.gov.br e https://pncp.gov.br/app/editais.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais nºs 4.319/2023 e 683/2018 a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br e luciane.chiarelli@paranagua.pr.gov.br.

Paranaguá, 18 de agosto de 2026.

LUCIANE CHIARELLI MAGALHÃES
Pregoeira

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:73444C94

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 071/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – CNPJ Nº 76.017.458/0001-15.
MAST3R SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA - C.N.P.J. Nº 61.752.353/0001-32.

Objeto: "Contratação de Empresa Especializada para realização e organização completa da 6ª etapa do Circuito Paranaense de Jiu-Jitsu, a ser realizado no Município de Paranaguá, no dia 29 (vinte e nove) de Agosto de 2026, com desenvolvimento de forma contínua e sistemática, políticas públicas voltadas à promoção do esporte amador, inclusão social por meio da atividade física e desenvolvimento da juventude. Nesse contexto, a realização de eventos esportivos de relevância estadual constitui instrumento essencial de consolidação de Paranaguá como polo de esportes e lazer, gerando benefícios diretos à comunidade local, aos atletas participantes e à economia municipal. Com fulcro no artigo 74, caput, da Lei Federal n° 14.133/2021, em atendimento da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, e, inteiro teor do processo administrativo nº 57.625/2026.

Processo Administrativo nº: 57.625/2026

Valor da Contratação: 162.124,00 (Cento e sessenta e dois mil, cento e vinte e quatro reais)

Dotação orçamentária: – 19.01.2190.0027.0122.0013.3339039.9999.1045

Foro: Paranaguá-Pr

Data: 18/08/2026

JOSÉ MIGUEL PEREIRA
Secretário Municipal de Esportes e Juventude

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:4974268D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 071/2026

Ratifico todos os atos praticados no presente procedimento – Inexigibilidade de Licitação nº 071/2026, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 14.133/21.

Em consequência homologo o presente procedimento.

Paranaguá, 18 de Agosto de 2026.

JOSÉ MIGUEL PEREIRA
Secretário Municipal de Esportes e Juventude

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:4147A960

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 071/2026

O Secretário Municipal de Esportes e Juventude, no uso de suas atribuições legais, que disciplina o Decreto 831/2018;

R E S O L V E:

I. Fica homologado o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 071/2026, que tem por objeto: "Contratação de Empresa Especializada para realização e organização completa da 6ª etapa do Circuito Paranaense de Jiu-Jitsu, a ser realizado no Município de Paranaguá, no dia 29 (vinte e nove) de Agosto de 2026, com desenvolvimento de forma contínua e sistemática, políticas públicas voltadas à promoção do esporte amador, inclusão social por meio da atividade física e desenvolvimento da juventude. Nesse contexto, a realização de eventos esportivos de relevância estadual constitui instrumento essencial de consolidação de Paranaguá como polo de esportes e lazer, gerando benefícios diretos à comunidade local, aos atletas participantes e à economia municipal. Com fulcro no artigo 74, caput, da Lei Federal n° 14.133/2021, em atendimento da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, e, inteiro teor do processo administrativo nº 57.625/2026.

II. Adjudico o termo de fomento a Contratada: MAST3R SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA - C.N.P.J. Nº 61.752.353/0001-32.

III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

PARANAGUÁ, 18 de Agosto de 2026.

JOSÉ MIGUEL PEREIRA
Secretário Municipal de Esportes e Juventude

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:619D6B92

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 324/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 28/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AFM5I09	277450T000053017	29/05/2026	57463	06987823624
AXJ1H81	277450T000044332	31/05/2026	54100	04872372560
AYV5A93	277450T000054073	30/05/2026	55500	07441862020
MAH8F29	277450T000051692	31/05/2026	54790	05424411001
UBY5B75	277450T000048490	30/05/2026	73400	08072928090

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:85CB0B9F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 329/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 28/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
BDG4G01	277450T000054316	03/06/2026	73400	
GVH8G93	277450T000050985	02/06/2026	55250	

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:64173F16

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 332/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 01/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AKE1J35	277450T000049271	04/06/2026	54100	
ALZ8F31	277450T000025967	07/06/2026	73400	
AMV4591	277450T000050993	07/06/2026	73400	
BDG9E69	277450T000042739	07/06/2026	53800	03481263051
BTR2I71	277450T000053036	03/06/2026	55250	
BWA5206	277450T000053035	03/06/2026	55250	
KKB5F11	277450T000042616	04/06/2026	73662	
SEB1G41	277450T000054342	07/06/2026	73400	
TAQ2E83	277450T000025970	07/06/2026	73400	07535573938
UBC7G79	277450T000025966	07/06/2026	73400	08352712394
UBL3E06	277450T000049272	04/06/2026	53800	07107422145

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:9550DC28

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 323/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 25/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
TAT8F61	116100T003821557	30/07/2026	55411
TXH3E06	116100T003821560	30/07/2026	54521

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:134866A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 325/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 28/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
BCO0H98	116100T000539341	31/07/2026	54600

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:2DBE8288

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 326/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 28/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AOQ0F91	277450NIC0045790	12/05/2026	50020	R$ 390,46
AVM5H18	277450NIC0045781	12/05/2026	50020	R$ 260,32
BAP7I14	277450NIC0045788	12/05/2026	50020	R$ 390,46
BBV2F20	277450NIC0045782	12/05/2026	50020	R$ 586,94
BDG8E10	277450NIC0045785	12/05/2026	50020	R$ 260,32
GEG8H25	277450NIC0045787	12/05/2026	50020	R$ 390,46
IBS7I06	277450NIC0045783	12/05/2026	50020	R$ 390,46
MFP0640	277450T000053641	30/05/2026	60412	R$ 195,23
RHQ2D10	277450NIC0045784	12/05/2026	50020	R$ 586,94
RNK0G74	277450NIC0045791	12/05/2026	50020	R$ 586,94
TAX3C71	277450NIC0045789	12/05/2026	50020	R$ 2.934,70
TBK7B63	277450NIC0045786	12/05/2026	50020	R$ 260,32

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:BF496038

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
ADITIVO 06/2026-CMP

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 6/2025 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ E A COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ – CELEPAR

Pelo presente instrumento, A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, com sede à Rua Bahia, n.º 208, Centro, nesta cidade de Paranavaí , inscrito no CNPJ sob o n.º 76.716.109/0001-91, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Carlos Augusto Pereira de Lima, em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, portador da cédula de identidade 8.038810-1 e inscrito no CPF sob o nº 041.883.469-57, residente e domiciliado nesta cidade de Paranavaí, doravante denominada CONTRATANTE e a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, inscrita no CNPJ sob o nº 76.545.011/0001-19, com sede na rua Mateus Leme, 1561, Bom Retiro, cidade de Curitiba/PR, neste ato representada pelo Senhor ANDRÉ GUSTAVO SOUZA GARBOSA, Diretor-Presidente, residente e domiciliado em Curitiba/PR, e pelo Senhor GUILHERME DE ABREU E SILVA, Diretor Administrativo-Financeiro, residente e domiciliado em Curitiba/PR, doravante denominada contratado, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.
As partes celebram este Termo Aditivo, com fundamento no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, e estabelecem as seguintes cláusulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n° 6/2025 – CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ - CONTRATANTE, nos termos da Cláusula Terceira.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
Fica prorrogada a vigência do contrato pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 16/08/2026 até 16/08/2027.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor mensal do contrato é de R$ 285,30 (Duzentos e oitenta e cinco reais e trinta Centavos), totalizando R$ 3.423,60 (Três Mil quatrocentos e vinte e três reais e sessenta Centavos), pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 16 de agosto de 2026 até 16 de agosto de 2027.
CLÁUSULA QUARTA - DAS DESPESAS
As despesas deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária. 0100101.031.0001.2010 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores, 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica. empenhados na seguinte natureza de despesa: 3.3.90.40.99.00 - Outros Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação –Pessoa Jurídica.

Parágrafo Único: As eventuais despesas para o exercício subsequente serão alocadas à dotação orçamentária respectiva na Lei Orçamentária Anual correspondente.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS
Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial.
Parágrafo Único: Fica assegurado ao Contratado o direito ao reajuste previsto na Cláusula Quarta, itens 4.2 e 4.2.1, desde que atendidas as exigências legais e contratuais.
CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO
O extrato do presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), consoante determina o artigo 94, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

E por acharem assim justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo digitalmente.

Paranavaí, 12 de agosto de 2026

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente
Câmara Municipal de Paranavaí
Contratante

ANDRÉ GUSTAVO SOUZA GARBOSA
Diretor Presidente

GUILHERME DE ABREU E SILVA
Diretor Administrativo-Financeiro

JEFERSON PEREIRA DA COSTA

Publicado por:
Dheymezângela Inácio Belizário
Código Identificador:D3FC2720

CAMARA MUNICIPAL
COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES PARA O ANO DE 2026 (REPUBLICAÇÃO)

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa:
Maurício Miranda - **Presidente**
José Galvão - **Membro**
Rauny Aguiar - **Membro**
Maria Clara – **Suplente**
Reuniões ordinárias toda primeira quarta-feira do mês, às 08:15 horas, no Plenário da Câmara

Comissão de Finanças e Orçamento:
Aparecida Silveira Gonçalves - **Presidente**
Antonio Carlos Utrila Garcia - **Membro**
Gabriel dos Santos Luiz - **Membro**
Antonio Marcos Sampaio – **Suplente**
Reuniões ordinárias toda segunda quarta-feira do mês, às 14:00 horas, no Plenário da Câmara

Comissão de Obras, Serviços Públicos, Indústria, Comércio, Agricultura e Plano Diretor:
Antonio Marcos Sampaio - **Presidente**
Josival Moreira da Silva - **Membro**
Dr. Waldur Trentini - **Membro**
Rauny Rici de Aguiar – **Suplente**
Reuniões ordinárias toda segunda terça-feira do mês, às 14:00 horas, no Plenário da Câmara

Comissão de Educação, Cultura, Ordem Social e Cidadania:
Carlos Alberto João - **Presidente**
Aparecida Silveira Gonçalves - **Membro**
Ivani de Azevedo Costa Gonçalves - **Membro**
Antonio Carlos Utrila Garcia – **Suplente**
Reuniões ordinárias toda primeira segunda-feira do mês, às 14:00 horas, no Plenário da Câmara

Comissão de Saúde, Esporte e Assistência Social:
Dr. Waldur Trentini - **Presidente**
Ivani de Azevedo Costa Gonçalves - **Membro**
Maria Clara Gomes - **Membro**
Luiz Aparecido da Silva – **Suplente**
Reuniões ordinárias toda primeira segunda-feira do mês, às 16:00 horas, no Plenário da Câmara

Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente, Fiscalização da Ordem Pública e Segurança:
Roberto Marrique - **Presidente**
Gabriel dos Santos Luiz - **Membro**
Luiz Aparecido da Silva - **Membro**
Maria Clara Gomes – **suplente**
Reuniões ordinárias toda segunda segunda-feira do mês, às 14:00 horas, no Plenário da Câmara

*****Não se realizarão sessões ordinárias das comissões permanentes nos dias feriados e de ponto facultativo, ficando automaticamente transferida para o próximo dia útil subsequente.

Câmara Municipal de Paranavaí, PR, em 18 de agosto de 2026.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Sérgio Henrique
Código Identificador:5708BACC

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO Nº 050/2026

Extrato de Contrato de Rateio Nº 050/2026
Contratante: Município de INAJÁ - PR
CNPJ: 76.970.318/0001-67
Contratado: Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA
CNPJ: 15.255.346/0001-08
OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo ente Consorciado, ao Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental, para ratear as despesas do contrato de programa nº 001/2025, sendo o objeto a contratação de empresa especializada para os serviços de manutenção e operação do aterro sanitário no Município de Paranavaí, e coleta e transporte e destinação final do chorume, decorrente da Concorrência n. 001/2026, Processo Administrativo n. 006/2026, Contrato Empresa Transresíduos n. 002/2026, Contrato Empresa Eficiência n. 003/2026.

Previsão Legal: Lei nº 11.107/2025 art. 8º, e Decreto 6.017/2007 art. 2º, VII e art. 13.

Justificativa: Repasse de recursos necessários para despesas do contrato de programa nº 001/2025, contrato de Rateio, referente ao rateio das despesas da Contratação de empresa especializada para os serviços de Manutenção e Operação de Aterro Sanitário; e coleta, transporte e destinação final de chorume, sendo os mesmos destinados ao Aterro Sanitário Municipal de Paranavaí/PR, sob gestão do Consórcio CICA, decorrente da Concorrência n. 001/2026, Processo Administrativo n. 006/2026, Contrato Empresa Transresíduos n. 002/2026, Contrato Empresa Eficiência n. 003/2026.

Valor mensal: R$ 14.189,50 (quatorze mil cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)
Valor total: R$ 70.947,50 (setenta mil novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)
Vigência: O referido contrato de rateio é pelo prazo de 05 meses, sendo este, referente ao exercício financeiro 2026.

Paranavaí, 12 de agosto de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente – CICA

JOÃO EDER AGUILAR
Prefeito do Município de Inajá

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:0E6ED178

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO Nº 054/2026

Extrato de Contrato de Rateio Nº 054/2026
Contratante: Município de PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR
CNPJ: 76.279.959/0001-70
Contratado: Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA
CNPJ: 15.255.346/0001-08
OBJETO: o presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo ente Consorciado, ao Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental, para ratear as despesas do contrato de programa nº 001/2025, sendo o objeto a contratação de empresa especializada para os serviços de manutenção e operação do aterro sanitário no Município de Paranavaí, e coleta e transporte e destinação final do chorume, decorrente da Concorrência n. 001/2026, Processo Administrativo n. 006/2026, Contrato Empresa Transresíduos n. 002/2026, Contrato Empresa Eficiência n. 003/2026.

Previsão Legal: Lei nº 11.107/2025 art. 8º, e Decreto 6.017/2007 art. 2º, VII e art. 13.

Justificativa: Repasse de recursos necessários para despesas do contrato de programa nº 001/2025, contrato de Rateio, referente ao rateio das despesas da Contratação de empresa especializada para os serviços de Manutenção e Operação de Aterro Sanitário; e coleta, transporte e destinação final de chorume, sendo os mesmos destinados ao Aterro Sanitário Municipal de Paranavaí/PR, sob gestão do Consórcio CICA, decorrente da Concorrência n. 001/2026, Processo Administrativo n. 006/2026, Contrato Empresa Transresíduos n. 002/2026, Contrato Empresa Eficiência n. 003/2026.

Valor mensal: R$ 120.820,75 (cento e vinte mil oitocentos e vinte reais e setenta e cinco centavos),
Valor total: R$ R$ 24.164,15 (vinte e quatro mil cento e sessenta e quatro reais e quinze centavos)
Vigência: O referido contrato de rateio é pelo prazo de 05 meses, sendo este, referente ao exercício financeiro 2026.

Paranavaí, 12 de agosto de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente – CICA

JOÃO PERICLES MARTINATI
Prefeito do Município de Presidente Castelo Branco

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:4ECA2A9A

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO Nº 057/2026

Extrato de Contrato de Rateio Nº 057/2026
Contratante: Município de SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ - PR
CNPJ: 75.483.230/0001-58
Contratado: Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA
CNPJ: 15.255.346/0001-08
OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo ente Consorciado, ao Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental, para ratear as despesas do contrato de programa nº 001/2025, sendo o objeto a contratação de empresa especializada para os serviços de manutenção e operação do aterro sanitário no Município de Paranavaí, e coleta e transporte e destinação final do chorume, decorrente da Concorrência n. 001/2026, Processo Administrativo n. 006/2026, Contrato Empresa Transresíduos n. 002/2026, Contrato Empresa Eficiência n. 003/2026.

Previsão Legal: Lei nº 11.107/2025 art. 8º, e Decreto 6.017/2007 art. 2º, VII e art. 13.

Justificativa: Repasse de recursos necessários para despesas do contrato de programa nº 001/2025, contrato de Rateio, referente ao rateio das despesas da Contratação de empresa especializada para os serviços de Manutenção e Operação de Aterro Sanitário; e coleta, transporte e destinação final de chorume, sendo os mesmos destinados ao Aterro Sanitário Municipal de Paranavaí/PR, sob gestão do Consórcio CICA, decorrente da Concorrência n. 001/2026, Processo Administrativo n. 006/2026, Contrato Empresa Transresíduos n. 002/2026, Contrato Empresa Eficiência n. 003/2026.

Valor mensal: R$ 15.653,29 (quinze mil seiscentos e cinquenta e três reais vinte e nove centavos)
Valor total: R$ 78.266,44 (setenta e oito mil duzentos e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos)

Vigência: O referido contrato de rateio é pelo prazo de 05 meses, sendo este, referente ao exercício financeiro 2026.

Paranavaí, 12 de agosto de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente – CICA

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Prefeito de Santo Antônio do Caiuá

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:19D597DF

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO Nº 058/2026

Extrato de Contrato de Rateio Nº 058/2026
Contratante: Município de TAMBOARA - PR
CNPJ: 76.978.519/0001-00
Contratado: Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA
CNPJ: 15.255.346/0001-08
OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo ente Consorciado, ao Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental, para ratear as despesas do contrato de programa nº 001/2025, sendo o objeto a contratação de empresa especializada para os serviços de manutenção e operação do aterro sanitário no Município de Paranavaí, e coleta e transporte e destinação final do chorume, decorrente da Concorrência n. 001/2026, Processo Administrativo n. 006/2026, Contrato Empresa Transresíduos n. 002/2026, Contrato Empresa Eficiência n. 003/2026.

Previsão Legal: Lei nº 11.107/2025 art. 8º, e Decreto 6.017/2007 art. 2º, VII e art. 13.

Justificativa: Repasse de recursos necessários para despesas do contrato de programa nº 001/2025, contrato de Rateio, referente ao rateio das despesas da Contratação de empresa especializada para os serviços de Manutenção e Operação de Aterro Sanitário; e coleta, transporte e destinação final de chorume, sendo os mesmos destinados ao Aterro Sanitário Municipal de Paranavaí/PR, sob gestão do Consórcio CICA, decorrente da Concorrência n. 001/2026, Processo Administrativo n. 006/2026, Contrato Empresa Transresíduos n. 002/2026, Contrato Empresa Eficiência n. 003/2026.

Valor mensal: R$ 21.733,21 (vinte e um mil setecentos e trinta e três reais e vinte e um centavos)
Valor total: R$ 108.666,03 (cento e oito mil seiscentos e sessenta e seis reais e três centavos),
Vigência: O referido contrato de rateio é pelo prazo de 05 meses, sendo este, referente ao exercício financeiro 2026.

Paranavaí, 12 de agosto de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente – CICA

GIOVANE MONTEIRO DA SILVA
Prefeito do Município de Tamboara

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:6DEC3900

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO Nº 059/2026

Extrato de Contrato de Rateio Nº 059/2026
Contratante: Município de Ivatuba-PR
CNPJ: 76.285.337/0001-54
Contratado: Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA
CNPJ: 15.255.346/0001-08
OBJETO: o presente contrato tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º, da Lei n.º 11.107/05.

Previsão Legal: Lei nº. 11.107/2005 e Decreto 6.017/2007

Justificativa: Repasse de recursos necessários para manutenção das atividades administrativas do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA.
Valor mensal: R$ 2.193,48 (dois mil cento e noventa e três reais e quarenta e oito centavos), exercício 2026.
Valor total: R$ 8.773,92 (oito mil setecentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos), correspondendo a 4 (quatro) meses.
Vigência: 01 de setembro a 31 de dezembro de 2026
Paranavaí, 14 de agosto de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente – CICA

VARLEI VERCEZI
Prefeito do Município de Ivatuba

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:E36F16C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2026
(REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO) PROCESSO DIGITAL Nº 32545.2026

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2026
(REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO)
Processo Digital nº 32545.2026

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2026

1º (Primeiro) Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a Empresa DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MATERIAIS, na forma abaixo:

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no C.N.P.J. sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Ilma. Srª Secretária Municipal de Saúde, Ilma. Srª **ANDREIA MARTINS DE SOUZA**, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MATERIAIS, inscrita no C.N.P.J. sob nº 16.366.888/0001-10, com endereço na Rua Luiz Barbato, nº 80, Aristeu da Costa Rios, Pouso Alegre/MG, CEP 37.550-000, neste ato devidamente representada por sua responsável legal **MARIA LUISA BARET DANIEL** inscrita no CPF n° 121.464.036-24.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ao 24º (vigésimo quarto) dia do mês de março de 2026, foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº 3495 e inclusa no Portal Nacional de Contratações Públicas a **Ata de Registro de Preços nº 66/2026** referente ao **Pregão Eletrônico nº 05/2026**, de acordo com os dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 24.731/2023, para **aquisição de Materiais Médico-Hospitalares, Correlatos e Curativos Especiais para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde (incluindo UPA II, Programa Melhor em Casa, Atenção Básica, Imunização, SINAS, Saúde da Mulher e demais programas), bem como da Divisão de Medicina do Trabalho, através da Secretaria Municipal de Administração,** pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As partes acima nominadas resolvem celebrar o presente **1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2026**, para **aquisição de Materiais Médico-Hospitalares, Correlatos e Curativos Especiais para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde (incluindo UPA II, Programa Melhor em Casa, Atenção Básica, Imunização, SINAS, Saúde da Mulher e demais programas), bem como da Divisão de Medicina do Trabalho, através da Secretaria Municipal de Administração,** observadas às disposições contidas na **Cláusula Oitava da respectiva Ata de Registro de Preços nº 66/2026** mediante requerimento protocolado pela empresa detentora da referida ata, **Parecer Técnico Contábil nº 022/2026** emitido por Técnico de Contabilidade do Município, anexo aos autos do processo, anuência apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde através do **Memorando nº 75/ALMOX/2026**, considerando ainda o **Parecer Referencial nº 003/2023 e Anexo I**, devidamente preenchido e assinado por gestor/fiscal da ata, considerando ainda o **Parecer Jurídico nº 161/2024** e despacho emitido pela Controladoria Geral do Município, objetivando **RESTABELECER O EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO** do preço registrado para o **item nº 31,** com aplicação do percentual de 12,772277% o qual passa a ter o seguinte preço registrado:

Item	Valor Registrado	Valor Reequilíbrio	Especificação
31	R$ 20,20	**R$ 22,78**	Embalagem para Esterilização Material: Papel Grau Cirúrgico, Componentes: Com Indicador Químico, componentes Adicionais: Termosselante , Gramatura/ Espessura: Cerca de 70 G/M2, Tamanho: Cerca de 10 X 25 CM, Apresentação: Envelope , Tipo Uso: Uso Único, Composição: Com Filme Polímero Multilaminado. (Código BR 0466531). Pacote com 100 unidades. Tamanhos considerados aproximados: 10 x 25cm, 9 x 25cm e 9 x 26cm. Espessuras aproximadas: 60 à 70g/m2.

Parágrafo Primeiro: Além dos motivos expostos acima, vale destacar que o reequilíbrio econômico-financeiro encontra-se amparo legal na Legislação Municipal, mais especificamente nos art. 125 (caput), art. 140, inciso III (gestão de contrato e atas de registro de preços) e art. 175, inciso I (reequilíbrio econômico-financeiro) do Decreto Municipal nº 24.731/2021, conforme abaixo:

"Decreto Municipal nº 24.731/21:

Possibilidade de alteração de preços da ata de registro de preços

Art. 125. Serão admitidas as solicitações de reajuste, **reequilíbrio** e repactuação do valor da **ata de registro de preços**, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

(...)

Gestão de contrato e atas de registro de preços:

Art. 140. São atribuições do gestor do contrato e da ata de registro de preços, dentre outras: **I -** coordenar e supervisionar os fiscais no desempenho de suas atribuições;

(...) III - realizar os procedimentos de prorrogação de prazos, alterações contratuais, **reequilíbrio econômico-financeiro** e extinção contratual;" (GRIFO NOSSO)

Parágrafo Segundo: Este instrumento entrará em vigor a partir da data de sua emissão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor, as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 66/2026 com vigência de 20/03/2026 à 20/03/2027.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Órgão Gerenciador

Distribuidora De Produtos Odontológicos E Materiais
MARIA LUISA BARET DANIEL –
Responsável Legal
Detentora Da Ata De Registro De Preços

Publicado por:
Patricia Aparecida Cabral Arruda
Código Identificador:2E8AD2AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 106/2025 (PRORROGAÇÃO DO PRAZO) (PROCESSO DIGITAL 27657/2026)

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 106/2025
(PRORROGAÇÃO DO PRAZO)
(PROCESSO DIGITAL 27657/2026)

REF: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2025

1º (primeiro) Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 106/2025 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a Empresa CAIO PERONA TECNOLOGIA LTDA, na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.434.594-6 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; e pela Ilma. Diretora Especial de Compras Srª **THAÍS SOARES DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 38.210.307-5 PR, e inscrita no CPF sob nº 059.937.949-92.

CONTRATADA: CAIO PERONA TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 57.027.539/0001-51, com sede na Rua Bernardo Guimarães, Nº. 1199, Distrito Boa Viagem, CEP Nº.30.140-084, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e-mail contato@jai.com.br, através de seu representante, o Sr. **CAIO CASTRO PERONA**, Brasileiro, advogado, portador do RG Nº. 12490004, inscrito no CPF/MF Nº. 097.911.586-81, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte/MG, doravante denominado contratado resolvem celebrar contrato, decorrente do Processo de Dispensa nº 13/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ORIGINAL

•

Contratação de licença de uso de solução tecnológica especializada em Inteligência Artificial aplicada ao domínio jurídico, por meio do fornecimento de plataforma digital composta por ferramentas de apoio à atuação da Procuradoria-Geral do Município, com funcionalidades voltadas à geração de minutas jurídicas, análise de processos judiciais eletrônicos, pesquisa de jurisprudência, padronização de documentos e automação de tarefas, incluindo treinamento e suporte técnico, no valor total de **R$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos reais).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO.

Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de prestação de serviços, objeto, por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento do prazo de execução dos serviços para **22 de agosto de 2027,** nos termos da Cláusula Segunda do Contrato de Prestação de Serviços nº 106/2025, tendo em vista as justificativas e autorização para prorrogação contratual apresentadas pela Procuradoria Geral do Município através do Memorando nº 942/2026 e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 28 de dezembro de 2023, edição 2928.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE VALORES

As partes resolvem ainda reajustar os valores contratados, para o valor de R$ 10.080,00 (dez mil e oitenta reais) com fundamento no Memorando nº 106/2025- PGM e Parecer Jurídico nº 349/2026,

Parágrafo Primeiro – Após reajuste firmado através deste termo aditivo, o valor global estimado do Contrato de Prestação de Serviços nº 106/2025 passa a ser de: R$ 10.080,00 (dez mil e oitenta reais).

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE VALORES

18.01.02.062.0002.2661.33.90.40.00.00 (1894)
18.03.02.244.0002.2661.33.90.40.00.00 (1950)
18.03.14.244.0002.2671.33.90.40.00.00 (1940)

CLÁUSULA QUARTA– DAS CONDIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 106/2025), datado de 22 de agosto de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 18 DE AGOSTO DE 2026.

CÉLIA APARECIDA ZANATTA JORGE ELIAS
Procuradora do Município de Paranavaí

CAIO CASTRO PERONA
Caio Perona Tecnologia LTDA

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:5F42A423

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 289/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 289/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 55/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais AMAURI MARTINELI, RAFAEL LUCAS TORRENTE, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE e ANDREIA MARTINS DE SOUZA,** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **REGISTRO DE PREÇOS para locação futura e parcelada de EQUIPAMENTOS (palco, tenda piramidal, tenda pavilhão estruturado, sistema de sonorização e iluminação, arquibancadas, painel de LED, banheiros químicos, lavatório portátil, gerador de energia, grade de isolamento, treliça, cadeiras e mesas plásticas) e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (segurança desarmada, brigadista, ambulância tipo B e ambulância tipo C) a serem utilizados na realização dos eventos do Município de Paranavaí, através da Fundação Cultural de Paranavaí e das Secretarias Municipais de Agricultura, Assistência Social, Comunicação, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Saúde, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,443025%** referente à variação do IPCA no período de agosto/2025 a agosto/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 289/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser conforme segue:

Fornecedor: - **EVOLUTION LTDA.**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
16	SERVIÇO DE TRANSMISSÃO AO VIVO (áudio e vídeo) pela internet e/ou pelos telões no próprio evento, com 03 Câmeras em sinal HD - Central de Mixagem Digital, com sistema de conexão sem fio e entrega de material em HD na resolução mínima de 1.080 P. Com operador técnico responsável.	DIÁRIA	48	R$ 1.356,19	R$ 65.097,12
Total Fornecedor: R$ 65.097,12 (sessenta e cinco mil, noventa e sete reais e doze centavos)					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 289/2025), datada de 11 de novembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

AMAURI DE CARVALHO MARTINELI
Secretário Municipal de Comunicação

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: Evolution LTDA
CNPJ: 46.437.100/0001-80
Endereço: RUA Paranavaí, 157 - Golden Par, Rondon - PR, 87.800-000
E-mail: july.chiodi@gmail.com
Telefone: (44) 99730-8833
Representante:
JULIANE FERMINO CHIODI
CPF: 076.284.759-06

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:8A455523

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 290/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 290/2025

(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 55/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º

900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais CARLOS HENRIQUE SCARABELLI e ANDREIA MARTINS DE SOUZA** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto é **REGISTRO DE PREÇOS para locação futura e parcelada de EQUIPAMENTOS (palco, tenda piramidal, tenda pavilhão estruturado, sistema de sonorização e iluminação, arquibancadas, painel de LED, banheiros químicos, lavatório portátil, gerador de energia, grade de isolamento, treliça, cadeiras e mesas plásticas) e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (segurança desarmada, brigadista, ambulância tipo B e ambulância tipo C) a serem utilizados na realização dos eventos do Município de Paranavaí, através da Fundação Cultural de Paranavaí e das Secretarias Municipais de Agricultura, Assistência Social, Comunicação, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Saúde, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,443025%** referente à variação do IPCA no período de agosto/2025 a agosto/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 290/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser conforme segue:

Fornecedor: **DESIGN SOM PRODUCOES LTDA**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
6	- LOCAÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE TENDA PIRAMIDAL 10X10 com coberturas em lona branca blackout estilo piramidal, sem fechamento, com base em estrutura metálica constituída e composta de calhas inteiriças laterais para captação e escoamento de água; com luzes de emergência e placas de sinalização em cada tenda; iluminação de serviço em caso de evento noturno. Tudo de acordo com instruções do corpo de bombeiro local. A montagem da estrutura deverá obedecer às normas técnicas vigentes e ser acompanhada por profissional habilitado, mediante apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o conselho profissional competente. A locação será realizada por evento, podendo este ter duração de 1 à 5 dias (conforme demanda).	UND	139	R$ 1.566,65	R$ 217.764,35
Total Fornecedor: R$ 217.764,35 (duzentos e dezessete mil, setecentos e sessenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 290/2025), datada de 08 de novembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

Fornecedor:
Empresa: A R Sobral Eventos
CNPJ: 15.918.601/0001-55
Endereço: Avenida Brasil, - Centro, Rondon - PR, 87.800-000
E-mail: adrianosobral10@hotmail.com
Telefone: (44) 99921-4302
Nome do Representante:
ADRIANO RIBEIRO SOBRAL
CPF: 037.709.689-05

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:7922A74A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 295/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 295/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 55/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais CARLOS HENRIQUE SCARABELLI e WANESSA DURANTE** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **REGISTRO DE PREÇOS para locação futura e parcelada de EQUIPAMENTOS (palco, tenda piramidal, tenda pavilhão estruturado, sistema de sonorização e iluminação, arquibancadas, painel de LED, banheiros químicos, lavatório portátil, gerador de energia, grade de isolamento, treliça, cadeiras e mesas plásticas) e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (segurança desarmada, brigadista, ambulância tipo B e ambulância tipo C) a serem utilizados na realização dos eventos do Município de Paranavaí, através da Fundação Cultural de Paranavaí e das Secretarias Municipais de Agricultura, Assistência Social, Comunicação, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Saúde, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,443025%** referente à variação do IPCA no período de agosto/2025 a agosto/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 295/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser conforme segue:

Fornecedor: **DESIGN SOM PRODUCOES LTDA**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
43	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE PAINEL DE LED (INDOOR) de alta resolução (P3.9mm), composição do pixel SMD 3 em 1, composto de placas totalmente independentes, permitindo a montagem da tela em diversos formatos, incluída a estrutura de treliça para sustentação (em alumínio) do painel. A instalação e operação do painel é por conta da contratada.	m²/diária	761	R$ 104,44	R$ 79.478,84
Total Fornecedor: R$ 79.478,84 (setenta e nove mil, quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 295/2025), datada de 11 de novembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: 33.646.875 MARCOS APARECIDO PANUCI
CNPJ: 33.646.875/0001-14
Endereço: RUA ORLANDO FERNANDES DIAS, 555 - JARDIM DAS NACOES, Paranavaí - PR,
E-mail: panuciaudio@hotmail.com, panucilicitacao@gmail.com
Telefone: (44) 99870-0102
Representante:
MARCOS APARECIDO PANUCI
CPF: 016.739.599-89

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:E00160CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PORTARIA Nº 1546/2026

PORTARIA Nº 1546/2026

Designa servidor(es) para exercer a função de Gestor e Fiscal dos Contratos referentes ao Edital de Inexigibilidade nº 50/2026 - Credenciamento.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art. 1º Designar o(s) servidor(es) para atuar(em) como gestor e fiscal, assim como fiscal suplente, conforme descrito abaixo:

Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE), DESTINADOS AOS CMEIS E ESCOLAS MUNICIPAIS E FILANTRÓPICAS, PARA ATENDER ALUNOS DE CRECHE, EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, EM ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 4, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

Secretaria Municipal de Educação	Gestor: BRUNA SUELEN TÔPA RODRIGUEZ
	Fiscal: IGOR DA CRUZ PEDRASSOLI
	Fiscal Suplente: AURO LIMA CARVALHO

Art. 2º A designação formal está conforme indicada pelo(s) ordenador(es) de despesa constante no **Documento de Formalização de Demanda** da **Inexigibilidade nº 50/2026**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 18 de Agosto de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:253AE4C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 155/2026 (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA) (PROCESSO DIGITAL: 45326/2026)

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 155/2026 (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA)
(PROCESSO DIGITAL: 45326/2026)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 15/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO ao Contrato de Prestação de Serviços nº 155/2026 da empresa UNICA PROPAGANDA LTDA, na forma abaixo:

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos Secretários Municipais de: Administração, LUCAS DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob nº 011.609.069-39; Agricultura, TARCISIO BARBOSA DE SOUZA, inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; Assistência Social, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS, inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50; Comunicação Social, AMAURI DE CARVALHO MARTINELI, inscrito no CPF 642.680.559-91; Desenvolvimento Econômico e Turismo, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, inscrito no CPF 048.306.029-10; Desenvolvimento Urbano, GUILHERME DE ARAUJO RUIZ, inscrito no CPF 101.727.179-81; Educação, WANESSA DURANTE, inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92; Esporte e Lazer, JANE NUNES DE LIMA, inscrita no CPF. sob nº 852.920.019-53; Fazenda, RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO, inscrito no CPF 361.953.089-00; Diretor-Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí, RAFAEL LUCAS TORRENTE, inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; Meio Ambiente, ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA, inscrito no CPF sob nº 025.202.639-03; Procuradora-Geral do Município, CÉLIA APARECIDA ZANATTA, inscrita no CPF sob nº 628.560.499-15; Segurança e Trânsito, ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61; Saúde, ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA, inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77.
CONTRATADA: ÚNICA PROPAGANDA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Euclides da Cunha, nº 1667, Bairro: Zona 05, na Cidade de Maringá-PR, inscrito no CNPJ/MF n.º 85.447.969/0001-68, neste ato representada pela Sra. Odete Maria Lautenschlager Zanko, inscrita no CPF/MF Nº. 276.060.909-04, doravante denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
Contratação de SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PRESTADOS POR INTERMÉDIO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias junto a públicos de interesse.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Através do presente Terno de Apostilamento em conformidade com o disposto no **arts. 124 e 136 da 14.133/2021**, fica registrado que a **dotação orçamentária** vinculada ao **Contrato nº 155/2026**, passa a ser incluída **sem modificação do objeto, valor global, prazos ou demais condições contratuais**, conforme solicitação e justificativa constante no **Memorando nº 319/2026/SESAU**, somente para a Secretaria Municipal de Saúde:
• Referência: 2060 Incremento PAP- Emenda de Comissão- Portaria nº 8.495
• Ação: 2250 Atenção Primária em Saúde
• Sub elemento: (333903988) – Serviço de publicidade e propaganda

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 155/2026), datado de 08 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 18 de agosto de 2026.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:639FD89D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 17/2024
(ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PROCESSO DIGITAL Nº 45552/2026)

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 17/2024
(Alteração de Dotação Orçamentária - Processo Digital nº 45552/2026)

REF.: Pregão - 061/2023

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos Secretários Municipais, Secretário Municipal de Administração Sr. LUCAS DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob nº 011.609.069-39; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura o Sr. TARCISIO BARBOSA DE SOUZA, portador da Cédula de Identidade RG. nº 10.92.255-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra. LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 7.034.403-3 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50;; pelo Ilmo. Controlador Geral do Município o Sr. CARLOS ALBERTO VIEIRA, portador da Cédula de Identidade RG. nº 5.337.225-2 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 756.344.739-34; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo Sr. CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, portador da Cédula de Identidade RG. nº 9.249.672-4 SSP/PR e inscrito no CPF 048.306.029-10; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sr. GUILHERME DE ARAUJO RUIZ, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1.326.292-26 SSP/PR e inscrito no CPF 101.727.179-81; pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra. WANESSA DURANTE, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PR e inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92; pela Ilma. Secretária Municipal de Esporte e Lazer Sra. JANE NUNES DE LIMA, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 5.825.314-6 SSP/PR e inscrito no CPF. sob nº 852.920.019-53; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Fazenda Sr. RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1.932.340-4 SSP/PR e inscrito no CPF 361.953.089-00; pelo Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí Sr. RAFAEL LUCAS TORRENTE, portador da Cédula de Identidade RG. nº 8.397.170-3 e inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; pelo Ilmo. Chefe de Gabinete Sr. ADILSON FRANCISCO, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 4.505.763-1 SSP/PR e inscrito no CPF nº 596.187.609-87; pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Sr. RENATO DULTRA, portador da Cédula de Identidade RG. nº 3.117.393-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 467.626.809-25; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA, portador da Cédula de Identidade RG. nº 6.649.540-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 025.202.639-03; pela Ilma. Procuradora Geral do Município Sra. CÉLIA APARECIDA ZANATTA, inscrita no CPF sob nº 628.560.499-15; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito Sr. ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, portador da cédula de identidade Civil RG. 6.544.123-61 e inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61; pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.434.594-6 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; e pela Ilma. Diretora Especial de Compras Srª THAÍS SOARES DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 38.210.307-5 PR, e inscrita no CPF sob nº 059.937.949-92.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
1.1. Constitui objeto do presente contrato a Contratação de empresa especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO, com a locação de equipamentos novos, sem uso anterior, não recondicionados e em linha de produção, com manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de todas as peças, partes ou componentes necessários e de todos os suprimentos incluindo toners, tintas, roletes para os scanners, cabeças de impressão para todos os equipamentos e rotulador portátil (exceto papéis e etiquetas), destinada ao Município de Paranavaí, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, de acordo com as especificações constantes do Anexo I, Termo de Referência, proposta de preços e demais documentos integrantes da Licitação, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2023.

CLÁUSULA 2ª: DA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2.1. Em conformidade com o disposto no art. 124º, da Lei nº 14.133/21, fica registrado que a dotação orçamentária vinculada ao Contrato nº 17/2024, passa a ser alterada sem modificação do objeto, valor global, prazos ou demais condições contratuais, conforme solicitação e justificativa constante no Memorando nº 192/2026/PGM, somente para a Secretaria Municipal de Administração.
Nova Dotação Orçamentária:
Referência: 1516
Ação: Atividades Administrativas
Elemento: Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
Sub elemento: Serviços de cópias e reprodução de documentos
Vinculo: Recursos Ordinários (Livres)

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços (CONTRATO Nº 17/2024).

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:9F07D673

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1547/2026

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar nº 23/2026.

A Comissão Permanente de Disciplina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 3.891/2012 e Portaria 955/2026.
.

RESOLVE:
Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar nº 23/2026 em face do servidor público municipal de matrícula nº 12018, por em tese, infringir o disposto nos arts. **108, I, III, IV, VI e XIII;** todos da Lei Municipal nº 3.891/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

FRANCIELLE MARTINS FAVARETI
Presidente

RICARDO KLEM MOREIRA
Membro

TATIANE BARBOSA DA SILVA PEPLER
Membro

Publicado por:
Jaqueline Mitiko Fujihara da Silva
Código Identificador:FABDED6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 27.969/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 27969 de 17 de agosto de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
Unidade Orçamentária: 10.001 (1378)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
Funcional Programática: 10.001.0020.0605.0013.2140	**Atividade:** Atividades de Fomento e Marketing Agropecuário	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 150.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 150.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 17 de agosto de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:ADBFDD6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026

LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ESPECIALIDADES EM SAÚDE DE PARANAVAÍ (CIESP).

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ torna pública a realização de prospecção do mercado imobiliário para identificar imóveis potencialmente aptos à instalação do Centro Integrado de Especialidades em Saúde de Paranavaí (CIESP), destinado ao desenvolvimento de ações de Psicologia, Nutrição, Fonoaudiologia, do Programa de Controle do Tabagismo e de apoio às equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde (eMulti). O presente chamamento visa demonstrar os requisitos do imóvel necessários para o atendimento de tal finalidade, permitindo que proprietários de prédios disponíveis com tais características possam oferecê-los para conhecimento e análise de sua adequação ao fim proposto, visando dar maior publicidade ao ato. Nada obstante a prescindibilidade deste procedimento, haja vista a possibilidade de locação mediante contratação direta, de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a ação tem o intuito de cumprir os princípios da publicidade, impessoalidade e eficiência e, ainda, de proporcionar subsídios para decisão da escolha do imóvel.

Objeto:
O objeto do presente Chamamento Público é a prospecção, no mercado imobiliário, com vistas à locação de imóvel adequado ao funcionamento doCentro Integrado de Especialidades em Saúde de Paranavaí (CIESP), mediante coleta de propostas técnicas que atendam aos requisitos mínimos especificados neste edital e seus anexos.

Prazo de Locação:
O prazo de locação será de **24 (vinte e quatro) meses**, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, desde que observados os demais requisitos legais e comprovada a vantagem para a Administração, em conformidade com os art. 105 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Valor de Locação:
O valor proposto pelo locador será analisado pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis do Município de Paranavaí, que verificará sua adequação com preço do mercado imobiliário local.

Perímetro de Localização do Imóvel:
Região central do perímetro urbano de Paranavaí.

Justificativa:
O presente Chamamento Público justifica-se em razão da necessidade de locação de imóvel com estrutura física adequada ao funcionamento do ambulatório de atendimento multiprofissional, tendo em vista a urgência em reorganizar a rede assistencial de atenção primária à saúde, possibilitando a otimização dos espaços físicos das Unidades Básicas de Saúde, atualmente ocupados, em parte, por profissionais que não compõem as equipes da Estratégia Saúda da Família - ESF. O município de Paranavaí possui uma população estimada de 96.209 habitantes (IBGE 2025), estando habilitado junto ao Ministério da Saúde para a implantação de mais 04 (quatro) equipes da ESF para elevar a cobertura populacional, que atualmente é de 87.65%, contudo, além da necessidade da contratação de pessoal, não existe no momento espaço físico nas UBS, impossibilitando, tanto a ampliação da cobertura da ESF, quanto o ideal funcionamento das equipes da eMulti, conforme previsto na Portaria GM/MS 635 de 22 de maio de 2023, que "*Institui, define e cria incentivo financeiro federal de implantação, custeio e desempenho para as modalidades de equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde".* Tal situação vem comprometendo não somente a capacidade de atendimento, mas também, do pleno recebimento dos incentivos financeiros provenientes do Governo Federal.
O espaço deverá permitir atendimento das demandas de Psicologia, Nutricionista, Fonoaudiologia, do Programa de Combate ao Tabagismo, bem como servir como apoio às equipes da eMulti. Para tanto, deverá dispor de recepção, sala para reuniões, consultórios e banheiros em número suficiente, conforme descrito no Anexo I. Acrescenta-se que o imóvel deve estar localizado em região central do perímetro urbano do município, de modo a facilitar o acesso de todos os usuários de Paranavaí, incluindo aqueles com mobilidade reduzida ou dificuldade de locomoção, como cadeirantes, e pessoas com deficiência. Além disso, o imóvel deve assegurar acessibilidade interna, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015, art. 2º e art. 28), que assegura o direito à acessibilidade, e com as normas da ABNT NBR 9050, que estabelecem critérios de acessibilidade em edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.
Destaca-se que não há imóvel público disponível no município que atenda aos requisitos necessários, conforme declaração da Diretoria de Patrimônio Público, razão pela qual se faz necessária a prospecção no mercado imobiliário.
O chamamento público permite identificar imóveis que cumpram os critérios de acessibilidade, localização central, capacidade de atendimento e infraestrutura mínima, garantindo transparência,

publicidade e igualdade de oportunidade para os interessados, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU). Ressalta-se que o chamamento público tem caráter preliminar, permitindo a identificação de imóveis adequados, sem configurar modalidade de licitação, servindo apenas para orientar a decisão administrativa.

Fundamentação legal:

Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) e demais normas que regem a matéria, notadamente a Lei nº 8.245/1991.

Recebimento da proposta:

A proposta deve ser enviada de forma digital através do site da Prefeitura de Paranavaí. Para isso, o proponente deve possuir um cadastro como cidadão e/ou empresa, permitindo o acesso para iniciar um processo digital na opção Abertura de Processo Digital (Protocolo).

No momento de preenchimento e indicação da proposta, o campo "ASSUNTO" deve ser preenchido como SESAU - Secretaria Municipal de Saúde. O campo "SUBASSUNTO" deve ser preenchido com Proposta de Chamamento para Locação de Imóvel.

Além disso, o processo pode ser realizado também pelo aplicativo Atende.net, compatível com Android e iOS. Basta identificar o município de Paranavaí e seguir o mesmo procedimento descrito anteriormente.

Para mais informações, entrar em contato coma Secretaria Municipal de Saúde, pelo Telefone (44) 3421-1300 opção Assessorias.

Data Limite para recebimento das prospotas:

Quinze (15) dias após a publicação deste edital.

9. Detalhamento do chamamento:

Conforme consta no Anexo I.

10. Das condições para participação:

10.1 Poderão participar do processo de seleção pessoa física ou pessoa jurídica, excetuando- se:

10.1.2 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade vinculada ao órgão responsável pelo Chamamento Público;

10.1.3 Empresas que tenham sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade vinculada ao órgão responsável pelo Chamamento Público;

10.1.4 Pessoa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

10.1.5 Pessoa suspensa temporariamente de participação em licitação ou impedida de contratar com a Administração, conforme previsto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

10.1.6 Membros da Comissão Permanente de Avaliação Bens Imóveis do Município de Paranavaí;

10.1.7 Empresas que estiverem sob falência;

10.2 Caso o imóvel seja selecionado para locação e celebração do contrato, o proprietário deverá possuir a documentação constante no Anexo II, sob pena de impossibilidade da celebração do contrato de aluguel, conforme fundamentado na Nota Técnica constante do Anexo IV.

Da proposta de Aluguel

11.1 Os interessados DEVERÃO FORMULAR PROPOSTA DO VALOR DE LOCAÇÃO,

assinada na última página e rubricada nas demais pelo proprietário do imóvel ou por seu procurador, devendo conter minimamente:

Nome do proprietário ou razão social, endereço completo, telefones e e-mails de contato, número do CPF ou CNPJ, conforme o caso;

Especificação detalhada do imóvel, com sua localização e benfeitorias;

Indicação da validade da proposta, que deve ser de, no mínimo, 90 dias prorrogáveis, caso a proposta seja vencedora e haja necessidade de maior prazo até a formalização do contrato, devendo haver manifestação do proprietário protocolada;

11.1.4. É necessário apresentar, anexada à proposta, declaração de que não há nenhum ônus que recaia sobre o imóvel e de que possui todos os documentos de habilitação indicados no Anexo II, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.

12. Da análise das propostas

12.1 A análise da documentação apresentada e da compatibilidade dos imóveis ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, a quem caberá definir, fundamentadamente, sobre a adequação, a conveniência e a capacidade para funcionamento do serviço.

12.2 Caso o imóvel aparentemente atenda aos requisitos elencados, será necessária sua vistoria pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde com a finalidade de avaliação e verificação da adequação do mesmo às características solicitadas e, posteriormente, pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis do Município de Paranavaí para avaliação do valor proposto e de sua compatibilidade com o valor de mercado, o que fica desde já autorizado pelo interessado, devendo apenas ser objeto de prévio agendamento.

12.3 Cada visita resultará na emissão de laudo devidamente motivado.

12.4 Não ocorrerá visita de imóvel objeto de proposta no caso em que as características citadas na proposta já demonstrarem não serem condizentes com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

12.5 A decisão final da Secretaria Municipal de Saúde sobre cada uma das propostas será comunicada aos proponentes, sendo divulgada lista final dos proponentes/imóveis avaliados, bem como daquele eventualmente contratado.

13 Das condições para eventual celebração do contrato de locação

13.1 A proposta de locação do imóvel eventualmente escolhido ficará sujeita à comprovação do valor de mercado, feita através de Laudo de Avaliação emitido pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis do Município de Paranavaí que servirá de parâmetro para demonstrar a compatibilidade do valor apresentado com o valor de mercado.

13.2 O proprietário do imóvel eventualmente selecionado deverá apresentar a documentação mencionada no Anexo II, no prazo de 10 (dez) dias após recebimento da solicitação, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada do interessado, sendo que o descumprimento do prazo implica o não atendimento ao requisito, com a desconsideração da proposta.

13.3 O proponente-locador deverá entregar o imóvel em perfeitas condições de uso e habitabilidade, pintado e liberado para ocupação no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da comunicação de aprovação da contratação.

13.3.1 Caso o imóvel não atenda integralmente às exigências previstas no Anexo I, porém contenha a dimensão mínima exigida e condições para ser adaptado, poderá apresentar proposta de locação. Nessa hipótese, o proprietário deverá assumir, de forma expressa, o compromisso de realizar todas as adequações necessárias para atendimento integral das especificações constantes neste edital e seus anexos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação de possibilidade de contratação, sujeita, além das adequações de estrutura física, os demais requisitos constantes dos anexos deste edital.

13.3.2. Caso as adequações não sejam concluídas no prazo estabelecido, o imóvel será considerado inapto para a locação pretendida.

13.3.3 O prazo previsto no item 13.3 poderá ser prorrogado, a critério exclusivo da Administração, mediante justificativa circunstanciada e desde que o proponente demonstre motivo justo, como situações de força maior, intempéries climáticas ou entraves burocráticos alheios à sua vontade. Tal medida visa assegurar maior previsibilidade e flexibilidade à contratação, sem comprometer a legalidade, a economicidade e o interesse público envolvido.

14 Disposições finais

14.1 O proponente é responsável pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, sendo que a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desconsideração da intenção de locação do imóvel.

14.2 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Secretaria Municipal de Saúde.

14.3 Este procedimento não gera direito à contratação, ficando o(a) proponente sujeito(a) a submeter(em)-se às demais condições exigidas pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, sobretudo às constantes no Anexo II e, ainda, à discricionaridade da Administração quanto à oportunidade e conveniência da locação e da escolha do imóvel.

14.4 A escolha do imóvel dar-se-á por critérios de adequação do imóvel ao fim a que se destina e aos requisitos dos Anexos I e II, bem como à qualidade, condições do imóvel e preço, estando, ao final, a discricionaridade da Administração, visando resguardar a supremacia do interesse público sobre o privado.
14.5 O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o do Município de Paranavaí - PR.
14.6 O presente edital será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em conformidade com o art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no sítio eletrônico da Prefeitura de Paranavaí e no mural físico da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando ampla publicidade e transparência.
Paranavaí, 17 de agosto de 2026.
ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO IMÓVEL
O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ torna pública a pretensão de receber manifestações de interessados em alugar imóvel para o funcionamento doCentro Integrado de Especialidades em Saúde de Paranavaí (CIESP), devendo apresentar as características abaixo elencadas, sendo que todas as exigências foram definidas com base em estudos técnicos preliminares e normas aplicáveis, reforçando a defesa da competitividade do certame.
Localização:
O imóvel deve estar situado em região central de Paranavaí**,** a fim de facilitar o acesso e deslocamento de todos os usuários do município. Esse critério garante acessibilidade urbana e facilidade de deslocamento, especialmente para pacientes com mobilidade reduzida, idosos e pessoas com deficiência, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015, art. 2º e art. 28).
Área construída mínima e características estruturais do imóvel:
O imóvel deve possuir área construída de aproximadamente 300 m2, tendo por base o número de ambientes necessários ao número de profissionais, bem como as dimensões indicadas para os ambientes de atendimento à saúde, conforme normas técnicas de estrutura física para serviços de saúde (RDC nº 50/2002 e RDC nº 153/2017 da ANVISA). A estrutura deve contar com pintura clara e nova, além de piso regular e lavável, proporcionando um ambiente seguro e adequado para a realização dos atendimentos, com acessibilidade conforme NBR 9050/2020.
Ambientes obrigatórios:
O imóvel deverá contar, no mínimo, com os seguintes espaços:
3.1 Recepção/sala de espera;
3.2 Sala administrativa;
3.3 Salas com área de no mínimo 7,5 m2, com pia lavatório, conforme RDC 50/2002/ANVISA para servirem de consultórios;
3.4 Sala de preparo com pia;
3.5 Copa com pia e espaço para fogão e geladeira minimamente;
3.6 Lavanderia/DML (Depósito de Material de Limpeza);
3.7 Dois (2) banheiros para pacientes, sendo: Um (1) masculino e um (1) feminino, sendo ao menos um (1) com acessibilidade conforme a norma NBR 9050/2020 (Pessoa com Deficiência
- PCD);
3.8 Dois (2) Banheiros para funcionários, sendo um masculino e um feminino;
3.9 Sala de reuniões.
Dispor de boas condições de instalações elétricas e outras instalações como:
Padrão de energia Trifásico de no mínimo 100 amperes, necessário para atender o quantitativo de aparelhos de climatização, computadores, impressoras e demais equipamentos elétricos existente no serviço, conforme laudo do serviço de Engenharia Elétrica da Prefeitura Municipal de Paranavaí.
Dispor de boas condições e infraestrutura de instalações para aparelhos ar-condicionado 220V, em todos os ambientes listados acima, exceto banheiros, copa e DML.

5. Critérios de seleção/desempate para escolha do imóvel a ser locado:
5.1 - Adequação às exigências do edital, em especial ao tamanho, número de ambientes que melhor atenda as necessidades do serviço, acessibilidade, iluminação, ventilação, acabamento e infraestrutura elétrica, com emissão de laudo pela equipe técnica da Secretaria de Saúde;
5.2- Oferta de menor preço de locação, desde que atendidos todos os requisitos técnicos;
5.3 - Atendimento a requisitos adicionais previstos em normas da ANVISA e NBR 9050, quando houver.
Observação: A análise será documentada em relatório técnico, visando garantir objetividade e transparência no processo.

ANEXO II - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO
O detentor da proposta aprovada deverá apresentar os documentos a seguir:
Cópia da matrícula do imóvel;
Certidão negativa de ônus do imóvel emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis;
Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros.
Se pessoa física:
Cópia de documento de identidade e CPF do(s) contratado(s);
Cópia da certidão de casamento se for o caso;
Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais (Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos do art. 62 do Decreto-Lei nº 147 de 03/02/67), em nome do(s) proprietário(s) e cônjuge(s);
Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio do(s) proprietário(s) e de seu(s) cônjuge(s);
Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, podendo ser realizada mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos do cadastro mobiliário e imobiliário, expedida como segue:
Pela Prefeitura do Município do domicílio do(s) proprietário(s) e cônjuge(s), e também;
Pela Prefeitura do Município de Paranavaí, caso o licitante tenha sede ou domicílio em outro município e possua estabelecimento ou imóvel neste município, nos termos do Decreto Municipal nº 242/01 de 23/05/01. Todavia, se o licitante não possuir estabelecimento nem propriedade imóvel neste Município, poderá substituir a referida certidão por declaração firmada sob as penas da lei, comprovando esta situação.
Se pessoa jurídica:
Cópia do Contrato particular de administração de imóveis entre o proprietário do imóvel e a pessoa jurídica ou documento equivalente, se for o caso;
Cópia do contrato social da pessoa jurídica;
Cópia de Procuração se for o caso;
Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais (Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, expedida pela expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos do art. 62 do Decreto-Lei nº 147 de 03/02/67).
Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da pessoa jurídica;
Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, podendo ser realizada mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos do cadastro mobiliário e imobiliário, expedida como segue:
Pela Prefeitura do Município do domicílio da pessoa jurídica, e também; ‘
Pela Prefeitura do Município de Paranavaí, caso o licitante tenha sede ou domicílio em outro município e possua estabelecimento ou imóvel neste município. Todavia, se o licitante não possuir estabelecimento nem propriedade imóvel neste Município, poderá substituir a referida certidão por declaração firmada sob as penas da lei, comprovando esta situação.
Comprovante de regularidade com o INSS e FGTS em nome da pessoa jurídica;
Certidão de Falência e Concordata em nome da pessoa jurídica;
Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º. da Constituição Federal, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.
Os documentos necessários à contratação poderão ser apresentados em original, em cópias autenticadas ou publicação em órgão da imprensa oficial.
Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas.

Os documentos que não especificarem a data de validade, não poderão ser com data de expedição anterior a 60 (sessenta) dias da data de entrega dos mesmos.
Outros documentos complementares ou esclarecimentos poderão ser solicitados durante o procedimento de contratação de eventual escolhido.
§ 1º A apresentação dos documentos listados neste anexo não isenta o interessado da obrigação de apresentar os demais documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, sempre que solicitados pela Administração.

ANEXO III - MODELOS SUGERIDOS

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE ÔNUS.

DECLARAÇÃO
(NOME)_,comdomicílio(ousede)nacidade de_, estado , endereço através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica)_, DECLARA para os fins do Chamamento Público promovido pela Secretaria Municipal de Saúde, que tomou conhecimento de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto do Chamamento, que o imóvel objeto de sua proposta não possui ônus e que possui todos os documentos necessários indicados no Anexo II.
Por ser verdade, firmo(amos) a presente. Local e data.
Assinatura
Nome do(a) Representante Legal

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

DECLARAÇÃO

(NOME)_, com domicílio (ou sede) na cidade de_, estado
, endereço através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica)_, DECLARA, sob as penas lei, e para fins do Chamamento Público promovido pela Secretaria Municipal de Saúde, que a não possui em seu quadro permanente, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se
contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).
Por ser verdade, firmo(amos) a presente. Local e data.
Assinatura
Nome do(a) Representante Legal

ANEXO IV - NOTA TÉCNICA
A exigência de apresentação de certidões negativas em nome do proprietário do imóvel e de seu cônjuge decorre da necessidade de prevenir litígios relativos ao regime de bens e à disposição do imóvel, assegurando segurança jurídica na celebração do contrato de locação e evitando questionamentos futuros quanto à legitimidade da contratação.

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:546A4C5C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 113/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 37/2026 - PROCESSO Nº 120/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e Raquel De Fatima Teixeira, CNPJ nº: 47.917324/0001-52. **OBJETO**: Contratação de pessoa jurídica representante exclusiva da artista Raquel Teixeira para prestação de serviços artísticos consistentes no acompanhamento musical ao vivo dos participantes classificados para as etapas semifinal e final do Festival da Canção Estudantil, incluindo disponibilização da banda, realização de ensaios e passagem de som, suporte artístico durante as apresentações e apresentação musical de encerramento com participação da artista Raquel Teixeira e dos alunos finalistas, nos dias 14 e 15 de novembro de 2026, em atendimento a Secretaria de Educação e Cultura. **VALOR**: R$ 30.000,00 (trinta mil reais). **VIGÊNCIA**: 180 (cento e oitenta) dias, contado da assinatura do Contrato. **DOTAÇÃO**: 25634-45886. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 13 de agosto de 2026.

RAQUEL DE FATIMA TEIXEIRA **-**
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA **-**
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:CEB7BBE4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 118/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - PROCESSO Nº 109/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e P C ZYDEK & CIA LTDA, CNPJ nº: 02.650.056/0001-17. **OBJETO**: Prestação de serviço de desmonte de rocha com escavadeira hidráulica equipada com rompedor hidráulico na área de implantação da nova célula de aterro sanitário, em atendimento à Secretaria de Municipal de Meio Ambiente. **VALOR**: R$ 28.910,00 (vinte e oito mil e novecentos e dez reais). **VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. **DOTAÇÃO**: 26800-4385. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 18 de agosto de 2026.

PAULO CESAR ZYDEK **-**
Representante legal.

GERI NATALINO DUTRA
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:7BEF2C72

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 180/181/2026. PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 33/2026 - PROCESSO Nº 97/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura, eventual e fracionada aquisição de persianas, incluindo instalação, para atender às necessidades de todas as Secretarias, Entidades e Departamentos da Administração Municipal. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 180/2026.** DECORINTER INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI. CNPJ/MF sob o nº 03.884.308/0001-35. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 234.779,20. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 18 de agosto de 2026. Rory Fonseca Moreira - Representante Legal. Geri Natalino Dutra – Prefeito. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2026.** INOVE LICITAÇÕES LTDA. CNPJ/MF sob o nº 23.567.504/0001-93. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 104.331,00. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 18 de agosto de 2026.

MARCOS ROBERTO SCHNEIDER **-**
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA **–**
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:38DBAA29

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO INEXIGIBILIDADE Nº 37/2026 - PROCESSO Nº 120/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12.532/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e Raquel De Fatima Teixeira. CNPJ: 47.917324/0001-52. **OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica representante exclusiva da artista Raquel Teixeira para prestação de serviços artísticos consistentes no acompanhamento musical ao vivo dos participantes classificados para as etapas semifinal e final do Festival da Canção Estudantil, incluindo disponibilização da banda, realização de ensaios e passagem de som, suporte artístico durante as apresentações e apresentação musical de encerramento com participação da artista Raquel Teixeira e dos alunos finalistas, nos dias 14 e 15 de novembro de 2026, em atendimento a Secretaria de Educação e Cultura. **VALOR TOTAL:** R$ 30.000,00 (trinta mil reais). **DOTAÇÃO:** 25634-45886. **FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, II da Lei 14.133/2021. **DATA DA AUTORIZAÇÃO:** Pato Branco, 07 de agosto de 2026.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

IVETE FERRARINI IAKMIU -
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:A01945A0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 753, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo nº 27.566, de 17 de agosto de 2026, apresentado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor público efetivo **EZEQUIEL MARTINS,** matrícula nº 8085-3, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Agente Social, lotado junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 17 de agosto de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:737A9F50

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 754 DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, considerando o resultado final do Concurso Público para emprego público regido pelo Edital nº 002/2024, homologado através da Portaria nº 428, de 27 de maio de 2024, considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da Administração Pública; considerando a Portaria de Nomeação nº 734/2026 e a solicitação contida no Memorando nº 1.602/2026, despachos nº 108 a 110, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação da candidata abaixo relacionada, aprovada em Concurso Público, regido pelo Edital nº 002/2024, para o cargo público de Agente Comunitário de Saúde – ACS, nomeada por meio do Edital de Convocação nº 019/2026 e pela Portaria de Nomeação nº 734/2026.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS

206 – REGIÃO CENTRAL – BAIRROS: Amadori; Bonatto; Baixada; Centro; **Industrial**; Santa Terezinha; São Vicente; Trevo da Guarani; Jardim das Américas; Jardim Primavera; Menino Deus; Sambugaro.	
CANDIDATO (A)	**MOTIVAÇÃO**
KATIUSCIA DANAY SOARES MOREIRA	Não Compareceu

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:48B02CE1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 755 DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso para Emprego Público regido pelo Edital nº 002/2024, homologado através da Portaria nº 428, de 27 de maio de 2024, considerando a Portaria Torna sem Efeito nº 754/2026, bem como a solicitação contida no Memorando nº 1.602/2026, despachos nº 108 a 110, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 002/2024, para ocupar emprego público no Município de Pato Branco, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS

206 – REGIÃO CENTRAL – BAIRROS: Amadori; Bonatto; Baixada; Centro; **Industrial**; Santa Terezinha; São Vicente; Trevo da Guarani; Jardim das Américas; Jardim Primavera; Menino Deus; Sambugaro.		
CANDIDATA	**CLASS. AC**	**CLASS. PPP**
Aline Marçal Correia	14º	-

Art. 2º A candidata nomeada ao emprego público de Agente Comunitário de Saúde – ACS deverá, obrigatoriamente, residir na área do bairro em que irá atuar desde, no mínimo, a data de publicação do Edital do Concurso para o Emprego Público (janeiro de 2024), conforme disposto no item 3 do edital de abertura.
Serão aceitos como comprovante de residência: talão de água, energia elétrica, telefone ou internet, bem como contrato de locação em nome do candidato, com firma reconhecida pelo locador. Caso o comprovante esteja em nome do cônjuge, deverá ser apresentada certidão de casamento e/ou declaração de união estável reconhecida em cartório. Na hipótese de o candidato residir com os pais e não possuir comprovante em seu nome, será admitida a apresentação de declaração emitida pelos genitores, devidamente autenticada em cartório.

Será automaticamente desclassificado o candidato que, quando convocado, não comprovar domicílio na área/geográfica para a qual prestou concurso para o emprego público.

Art. 3º A candidata relacionada no Art. 1º, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos admissionais.

Art. 4º O não comparecimento da candidata no prazo estabelecido implicará na **eliminação do certame,** conforme disposições do Edital.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:AC83E583

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 756, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, e considerando o contido no Memorando nº 25.203 de 18 de agosto de 2026, do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º Extinguir a gratificação de função, concedida através da Portaria nº 016, de 10 de janeiro de 2023, ao servidor público efetivo **PAULO OZEIAS GONZAGA LINO**, Matrícula 5179-9, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Motorista II, lotado junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18 de agosto de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:585B919F

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
EXTRATO TERMO DE ADITAMENTO Nº 2/2026 - CONTRATO Nº 3/2024

PARTES: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco - PATOPREV e E.L.D. Comércio de Produtos e Serviços Ltda. **OBJETO**: Contratação de empresa para a prestação de serviço terceirizado de limpeza da sala do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco, com área de 203 m², mais área de estacionamento/garagem. **PRAZO:** Prorrogação do prazo de vigência contratual para mais 12 (doze) meses, com vigência de 10/09/2026 a 10/09/2027. **VALOR:** Com fundamento na Cláusula Quinta, inciso I, do Contrato Original, o valor mensal passa a ser de R$ 1.334,85 (um mil, trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), totalizando para 12 (doze) meses o valor global de R$ 16.018,20 (dezesseis mil, dezoito reais e vinte centavos). **QUANTIDADE:** Com base na Lei n° 14.133/2021, Artigo 107; na Cláusula Terceira, Inciso V, do Contrato Original, aditamos mais 12 (doze) quantidades de serviço, que correspondem aos meses de execução. **PRODUÇÃO DE EFEITOS:** O presente termo aditivo produzirá efeitos a partir de 10 de setembro de 2026. **RATIFICAÇÃO:** Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo. **DATA E LOCAL DE ASSINATURA:** Pato Branco, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

ADEMILSON CÂNDIDO SILVA
Diretor Presidente

ELIDA RESENDE SIMÕES
Representante Legal

Publicado por:
Luan Leonardo Botura
Código Identificador:6E95DC0A

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
PORTARIA CONJUNTA MUNICÍPIO/PATOPREV N° 040/2026

Concede aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e o Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV, com fundamento nos arts. art. 85-A e 88, da Lei Complementar nº 74, de 23 de abril de 2018, em conformidade com o Processo de Aposentadoria sob Protocolo nº 32.201/2025;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à **MARIA BETANIA DOS SANTOS,** matrícula 2499-6, inscrita no CPF sob nº xxx.694.589-xx, ocupante do cargo de Professora, função Pessoal Docente 20h G7, lotada na Secretaria de Educação, com fundamento no Art. 20, §§1º e 4º da EC 103/2019, c/c Art. 60-D, §1º da Lei Orgânica e demais dispositivos aplicáveis à espécie;

Art. 2º Estabelecer os proventos mensais de aposentadoria, de forma integral, em R$ 8.021,68 (oito mil, vinte e um reais e sessenta e oito centavos), com base no vencimento do cargo efetivo mais adicional por tempo de serviço.

Art. 3º A presente portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando declarada a vacância do cargo ocupado pela servidora, porém, concretizando seus efeitos jurídicos e legais somente após o competente registro do ato concessório no Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

Cumpra-se, Gabinete do Prefeito de Pato Branco, 14 de agosto de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito

ADEMILSON CÂNDIDO SILVA –
Diretor Presidente PATOPREV

Publicado por:
Luan Leonardo Botura
Código Identificador:E68932A0

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.983, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025, e considerando o Memorando nº 25.111, de 18 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
07.04	**DEPARTAMENTO DE CULTURA**	
13	**Cultura**	
13.392	**Difusão cultural**	
13.392.0040	**Fomento e difusão cultural**	
2.392	Gestão do Fundo Municipal de Cultura	
3.3.90.93 – 5562(46480)	Indenizações e restituições	94.000,00

Total	**94.000,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro de fonte vinculada ao orçamento do exercício de 2025, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
5562	Fundo Municipal de Cultura (Lei Municipal nº 4.373/2014)	94.000,00

Total	**94.000,00**

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 10.910, de 10 de junho de 2026.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, assinado digitalmente.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:64BB022C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 061/2026

Súmula: Retifica a Resolução nº 060/2026, que aprova a Proposta Orçamentária da Política Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS para o exercício de 2027.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Pato Branco no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 6.633 de 15 de julho de 2026, por meio de Deliberação em reunião extraordinária realizada no dia, 17 de agosto de 2026,

RESOLVE:
Art. 1º Retificar a Resolução nº 060/2026, de 17 de agosto de 2026, especificamente quanto ao valor constante no Art. 1º, passando a vigorar com a seguinte redação:
Onde se lê:
Art. 1º Aprovar a Proposta Orçamentária da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2027, referente à Política Municipal de Assistência Social e ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, conforme documento apresentado ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no valor total de **R$ 25.951.022,00 (vinte e cinco milhões, novecentos e cinquenta e um mil e vinte e dois reais)**, correspondente ao total da Unidade Orçamentária:
Leia-se:
Art. 1º Aprovar a Proposta Orçamentária da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2027, referente à Política Municipal de Assistência Social e ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, conforme documento apresentado ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no valor total de **R$ 24.851.022,00 (vinte e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e um mil e vinte e dois reais)**, correspondente ao total da Unidade Orçamentária:
Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Resolução nº 060/2026 que não foram objeto da presente retificação.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 17 de agosto de 2026.

ADRIANA SALETE PETER FERNANDES DOS SANTOS
Presidente
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Vanessa Laskoski Furtoso
Código Identificador:18B59877

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS DA MULHER DE PATO BRANCO - PARANÁ

RESOLUÇÃO CMDHM Nº 005/2026

Súmula: Dispõe sobre a aprovação da Lei Orçamentária Anual-LOA para o ano de 2027 e o Monitoramento do Plano Plurianual referente ao 1º semestre de 2026;

O Conselho Municipal dos Direitos Humanos da Mulher de Pato Branco - Paraná, em reunião extraordinária realizada no dia 12 de agosto de 2026, registrada em ata sob nº 09/2026, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.905 de 20 de agosto de 2012;

Considerando a necessidade do planejamento orçamentário da Secretaria de Políticas para as Mulheres de Pato Branco para o ano de 2027

.
DELIBERA:

Art. 1º Pela aprovação da Lei Orçamentária Anual- LOA DA Secretaria de Políticas para as Mulheres de Pato Branco prevista para o ano de 2027 no valor total de R$ 1.646.000,00 (um milhão seiscentos e quarenta e seis mil reais) e o Monitoramento do Plano Plurianual referente ao 1º semestre de 2026;

VANILDE DE LURDES RIBEIRO DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos Humanos da Mulher

Publicado por:
Vanessa Laskoski Furtoso
Código Identificador:83255967

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS DA MULHER DE PATO BRANCO - PARANÁ

RESOLUÇÃO CMDHM Nº 006/2026

Súmula: Dispõe sobre a aprovação do remanejamento orçamentário da Emenda Aditivas relativas Manutenção da Casa de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência para a Política de Assistência Social no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), considerando o fortalecimento da Rede de Proteção a nível municipal.

O Conselho Municipal dos Direitos Humanos da Mulher de Pato Branco - Paraná, em reunião ordinária realizada no dia 12 de agosto de 2026, registrada em ata nº 09/2026, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.905 de 20 de agosto de 2012.

Considerando a necessidade dos ajustes orçamentários nos instrumentos de planejamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres;

DELIBERA

Art. 1º Pela aprovação do remanejamento orçamentário da Emendas Aditiva relativa à Manutenção da Casa de Acolhimento para R$ 100.000,00 (cem mil reais), em razão da necessidade do cofinanciamento continuado deste serviço no contexto estrutural da Política de Assistência Social, respeitando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais previsto pela Resolução sob nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS respeitando às diretrizes legais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social-SUAS.

VANILDE DE LURDES RIBEIRO DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos Humanos da Mulher

Publicado por:
Vanessa Laskoski Furtoso
Código Identificador:8961B199

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA CME Nº 01, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Constitui Comissão Especial do Conselho Municipal de Educação de Pato Branco para acompanhar e participar da análise e adequação do novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR do Magistério Municipal.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PATO BRANCO – CME, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela **Lei Municipal nº 5.184, de 12 de julho de 2018**, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação, especialmente o disposto no **art. 4º, inciso IX**, que estabelece como competência do Conselho acompanhar, analisar e avaliar a situação dos integrantes do Magistério Municipal, oferecendo subsídios para políticas, inclusive no que diz respeito ao Plano de Cargos, Carreira e Salários do Município, visando à melhoria das condições de trabalho, formação continuada e aperfeiçoamento dos recursos humanos, bem como pelo **Decreto Municipal nº 8.724, de 2 de julho de 2020**, que homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação;
CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal de Educação para acompanhar, analisar e avaliar a situação dos integrantes do Magistério Municipal, inclusive no que se refere ao Plano de Cargos, Carreira e Salários do Município;
CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade, no âmbito do Conselho Municipal de Educação, à análise dos apontamentos, das alterações e das adequações necessárias ao novo **Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR do Magistério Municipal**;
CONSIDERANDO as discussões realizadas acerca da proposta do novo PCCR do Magistério Municipal e a necessidade de assegurar a participação do Conselho Municipal de Educação no processo de análise, discussão e aperfeiçoamento da proposta;
CONSIDERANDO a necessidade de constituir Comissão Especial para representar o Conselho Municipal de Educação no acompanhamento e na participação dos trabalhos relacionados à análise do novo PCCR, especialmente junto à **subcomissão que será constituída pelo Poder Executivo Municipal**, com a finalidade de dar continuidade aos estudos, apontamentos e adequações necessários à proposta;
CONSIDERANDO que as contribuições, análises e proposições decorrentes dos trabalhos da Comissão Especial deverão subsidiar a apreciação e a manifestação do Plenário do Conselho Municipal de Educação, no âmbito de suas competências legais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a **Comissão Especial do Conselho Municipal de Educação de Pato Branco**, com a finalidade de acompanhar, analisar e participar das discussões relativas aos apontamentos e às adequações necessárias ao novo **Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR do Magistério Municipal**, bem como **representar o Conselho Municipal de Educação nos trabalhos desenvolvidos junto à subcomissão a ser constituída pelo Poder Executivo Municipal**, contribuindo com estudos, proposições e subsídios para o aperfeiçoamento da proposta.

Art. 2º A Comissão Especial será composta pelos seguintes membros do Conselho Municipal de Educação:
I – Carla Piragibe Severo Tavares – Conselheira;
II – Diuliana Claudia Baratto – Conselheira;
III –Tania Maria dos Santos – Conselheira;

Art. 3º Compete à Comissão Especial:
I – acompanhar e participar das discussões e dos trabalhos relacionados à análise e adequação do novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR do Magistério Municipal;
II – analisar os apontamentos, alterações e adequações apresentados em relação à proposta do novo PCCR;
III – participar, na condição de representantes do Conselho Municipal de Educação, das discussões e dos trabalhos desenvolvidos junto à **subcomissão a ser constituída pelo Poder Executivo Municipal**, para dar continuidade à análise dos apontamentos e das adequações necessárias ao novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR do Magistério Municipal;
IV – apresentar contribuições, sugestões e proposições relacionadas ao novo PCCR, considerando as competências legais do Conselho Municipal de Educação;
V – acompanhar a compatibilidade da proposta com a legislação educacional vigente e com as políticas municipais de educação, no âmbito das competências do Conselho;
VI – sistematizar os resultados das análises e discussões realizadas e apresentar relatório, parecer técnico ou documento com as contribuições da Comissão Especial ao Plenário do Conselho Municipal de Educação;
VII – exercer outras atribuições relacionadas ao objeto desta Portaria que lhe sejam atribuídas pela Presidência ou pelo Plenário do Conselho Municipal de Educação.
Art. 4º Para o cumprimento de suas atribuições, a Comissão Especial poderá solicitar documentos, informações e esclarecimentos necessários à análise da matéria, observadas as competências institucionais dos órgãos e setores envolvidos.
Art. 5º As conclusões, proposições e contribuições apresentadas pela Comissão Especial serão submetidas à apreciação do **Plenário do Conselho Municipal de Educação**, a quem compete deliberar sobre as matérias no âmbito de suas atribuições legais e regimentais.
Art. 6º A Comissão Especial permanecerá constituída até a conclusão dos trabalhos relacionados ao objeto desta Portaria ou até ulterior deliberação do Conselho Municipal de Educação.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 17 de agosto de 2026.

EVA CACIANA MARTINI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho Municipal de Educação
Gestão 2025–2027

Publicado por:
Marilde Santini
Código Identificador:DE35314F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2026 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PODER LEGISLATIVO, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1516/2025.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar pelo Poder Legislativo, autorizado pela Lei Municipal nº 1516/2025.

BEATRIZ APARECIDA SKRZYPA, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 9º da Lei Municipal nº 1516/2025 de 17/12/2025,

DECRETA:

Art. 1º. Conforme disposto no art. 42 da Lei nº 4.320/64, fica o Poder Legislativo autorizado a abrir no orçamento vigente um **Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, assim discriminado:

01 Poder Legislativo
01.001 Câmara Municipal
2.001 Atividades Legislativas
(10) 4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente - R$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01 Poder Legislativo
01.001 Câmara Municipal
2.001 Atividades Legislativas
(4) 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo - R$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Frontin (PR), 18 de agosto de 2026.

BEATRIZ APARECIDA SKRZYPA
Presidente do Poder Legislativo Municipal

Publicado por:
Marcos Fabiano Pelepek
Código Identificador:2E866D0A

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 81/2026.

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 81/2026.

VALOR TOTAL: PARCELAS MENSAIS DE R$ 2.140,00 (DOIS MIL CENTO E QUARENTA REAIS), COM VALOR TOTAL DE R$ 25.680,00 (VINTE E CINCO MIL SEISCENTOS E OITENTA REAIS).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (SAAS) DE SOFTWARE DE AUTOMAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DE SINISTROS, PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS (TABELA AUDATEX/QAPTERGOV + AUDAPARTS), COMPREENDENDO O ACESSO À BASE DE DADOS ATUALIZADA DE MONTADORAS, SUPORTE TÉCNICO DIGITAL CONTÍNUO E TREINAMENTO DE SERVIDORES.

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo se encontra devidamente instruído com a Documentação de Formalização de Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR), Mapa de Preços e demais peças técnicas, em conformidade com o Art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO a justificativa técnica apresentada pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, da necessidade de uma ferramenta padronizada, de alta precisão e idoneidade técnica para a orçamentação de manutenção de sua frota de veículos leves, pesados e máquinas agrícolas. A utilização da Tabela Audatex (QapterGov) confere impessoalidade e exatidão na identificação de peças genuínas e tempos de mão de obra (tempo padrão de fábrica);
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico nº 177/2026, da Procuradoria do Município, manifestou-se favoravelmente pela legalidade do procedimento, reconhecendo a possibilidade de**Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no Art. 74, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021,** tendo em vista a inviabilidade de competição decorrente da exclusividade de fornecimento e distribuição do software "QapterGov" e do banco de dados unificado 'da Tabela Audatex;
CONSIDERANDO a compatibilidade do preço ofertado com o valor de mercado, conforme demonstrado no Mapa de Preços;
CONSIDERANDO a existência de dotação orçamentária (02.007.26.782.0005.2030.3.3.90.39.00), conforme Parecer Contábil.
RESOLVO, com fulcro no art. 72, inciso II, da Lei nº 14.133/2021,**AUTORIZAR**a realização da despesa e a contratação direta, por meio de**Inexigibilidade de Licitação**, nos termos do Art. 74, inciso I, da Lei 14.133/2021,em detrimento da inviabilidade de competição decorrente da exclusividade de fornecimento e distribuição do software "QapterGov" e do banco de dados unificado 'da Tabela Audatex.

Paulo Frontin-PR, 16 de agosto de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:9969930E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este documento oficializa a Contratação de empresa especializada para a **aquisição de 01 (um) ônibus rodoviário novo, com acessibilidade e sanitário, com capacidade para 38 (trinta e oito) ocupantes**, destinado ao transporte de pessoas idosas atendidas pela Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, no âmbito do Programa Cuida Mais Paraná — Plano Paraná Mais Cidades, conforme Resolução n.º 152/2025 — SEMIPI e Deliberação n.º 044/2025 — CEDIPI/PR,, utilizando o mecanismo de “carona” em ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º SEI-CED 61/2026 — PREGÃO ELETRÔNICO N.º 424/2026 — SEMIPI.
1.Identificação do Processo
Processo Administrativo N.º 0000954/2026
Modalidade: Adesão à Ata de Registro de Preços (carona)
Órgão Gerenciador: Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa — SEMIPI
Ata de Registro de Preços n.º SEI-CED 61/2026, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 424/2026 (UASG 930596; Protocolo n.º 25.360.645-2).
2.Detalhamento dos itens e Valores
A aquisição de 01 (um) ônibus rodoviário novo, com acessibilidade e sanitário, com capacidade para 38 (trinta e oito) ocupantes, destinado ao transporte de pessoas idosas atendidas pela Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, no âmbito do Programa Cuida Mais Paraná — Plano Paraná Mais Cidades, conforme Resolução n.º 152/2025 — SEMIPI e Deliberação n.º 044/2025 — CEDIPI/PR
Valor Unitário Total: R$ 940.000,00 (novecentos e quarenta mil reais).
3. Dados do Fornecedor
MARCOPOLO S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 88.611.835/0018-77.
4.Amparo legal e Destinação
Fundamentação Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, pelo Decreto Municipal n.º 313/2024
Destinação: Secretaria Municipal de Assistência Social e Família.

Paulo Frontin/PR, 17 de agosto de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:BBDDF2D3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 021/2026
MODALIDADE: Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)
CONTRATANTE: Município de Paulo Frontin-PR, CNPJ 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA:ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA., pessoa jurídica de direito privado estrangeira, inscrita no CNPJ sob o nº 00.771.945/0001-07 e NIRE 31205426498, com sede na Rodovia BR-050, Km 162 à direita, Zona Rural, Parque Hileia, Uberaba/MG, CEP 38.055-010, neste ato representada por seu Administrador, HEVERARDO REZENDE DE CARVALHO.
OBJETO: Aquisição de insumos e equipamentos para inseminação artificial (Lotes 1 e 13), destinados ao atendimento do Programa PROLEITE (Lei Municipal nº 937/2013).
VALOR TOTAL: R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: Imediato, a partir da assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviço.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:12 (doze) meses, contados a partir da data de sua da assinatura.
DATA DA ASSINATURA:17 de agosto de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Organograma: 02.008; Máscara: 02.008.20.606.0008.2034.3.3.90.30.00
02.008.20.606.0008.2034.3.3.90.39.00.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin/PR, 18 de agosto de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:57C7F8DC

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 021/2026
MODALIDADE: Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)
CONTRATANTE: Município de Paulo Frontin-PR, CNPJ 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA:AGROVET EQUIPAMENTOS VETERINÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.720.738/0001-45, com sede na Rua Cenira Fernandes Vitorino, nº 152, Bairro Jardim Rosinha, Itu/SP, CEP 13304-055, neste ato representada por seus Administradores, LUCAS ALVES DE MELO DA SILVA e LETICIA PECETO SILVA.
OBJETO: Aquisição de insumos e equipamentos para inseminação artificial (Lotes 14 e 15), destinados ao atendimento do Programa PROLEITE (Lei Municipal nº 937/2013),
VALOR TOTAL: R$ 849,90 (oitocentos e quarenta e nove reais e noventa centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: Imediato, a partir da assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviço.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:12 (doze) meses, contados a partir da data de sua da assinatura.
DATA DA ASSINATURA:17 de agosto de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Organograma: 02.008; Máscara: 02.008.20.606.0008.2034.3.3.90.30.00
02.008.20.606.0008.2034.3.3.90.39.00.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin/PR, 18 de agosto de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:653D8A36

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 021/2026
MODALIDADE: Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)
CONTRATANTE: Município de Paulo Frontin-PR, CNPJ 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA:SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 00.593.476/0001-83, com na Rua Guilherme Scharf, nº 2.520, Bairro Fidélis, Município de Blumenau-SC, CEP 89.060-000, neste ato representada por seu Administrador, NELSON EDUARDO ZIEHLSDORFF.
OBJETO: Aquisição de insumos e equipamentos para inseminação artificial (Lotes 02, 04 e 06), destinados ao atendimento do Programa PROLEITE (Lei Municipal nº 937/2013).
VALOR TOTAL: R$ 11.470,00 (onze mil, quatrocentos e setenta reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: Imediato, a partir da assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviço.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:12 (doze) meses, contados a partir da data de sua da assinatura.
DATA DA ASSINATURA:17 de agosto de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Organograma: 02.008; Máscara: 02.008.20.606.0008.2034.3.3.90.30.00
02.008.20.606.0008.2034.3.3.90.39.00.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin/PR, 18 de agosto de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:22AA0A53

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 021/2026
MODALIDADE: Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)
CONTRATANTE: Município de Paulo Frontin-PR, CNPJ 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA:ESPAÇO RURAL AGROPECUÁRIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.270.775/0001-66 e NIRE 42204532340, com sede na Rua Sete de Setembro nº 61, Centro, Porto União-SC, CEP 89.400 000, neste ato representada por seu Administradores NATASHA ANSELMO DA SILVA WEBER e LUCIANO WEBER.

OBJETO: Aquisição de insumos e equipamentos para inseminação artificial (Lotes 03, 05, 07, 08, 09, 10 e 11), destinados ao atendimento do Programa PROLEITE (Lei Municipal nº 937/2013).
VALOR TOTAL: R$ 24.210,00 (vinte e quatro mil, duzentos e dez reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: Imediato, a partir da assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviço.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:12 (doze) meses, contados a partir da data de sua da assinatura.
DATA DA ASSINATURA:17 de agosto de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Organograma: 02.008; Máscara: 02.008.20.606.0008.2034.3.3.90.30.00
02.008.20.606.0008.2034.3.3.90.39.00.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin/PR, 18 de agosto de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:C3F8261F

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 14/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 81/2026

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 14/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO:Nº 81/2026

ASSUNTO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (SAAS) DE SOFTWARE DE AUTOMAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DE SINISTROS, PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS (TABELA AUDATEX/QAPTERGOV + AUDAPARTS), COMPREENDENDO O ACESSO À BASE DE DADOS ATUALIZADA DE MONTADORAS, SUPORTE TÉCNICO DIGITAL CONTÍNUO E TREINAMENTO DE SERVIDORES.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS, apresenta a justificativa para a contratação de uma ferramenta padronizada, de alta precisão e idoneidade técnica para a orçamentação de manutenção de sua frota de veículos leves, pesados e máquinas agrícolas. A utilização da Tabela Audatex (QapterGov) confere impessoalidade e exatidão na identificação de peças genuínas e tempos de mão de obra (tempo padrão de fábrica) e ademais, servirá como base referencial obrigatória para a futura licitação e credenciamento de oficinas mecânicas no município, garantindo que os descontos propostos incidam sobre uma tabela pública, auditável e homologada pelas montadoras. Considerando a necessidade de continuidade do atendimento das demandas da Administração Pública; a observância dos princípios da eficiência, economicidade e interesse público; a regular instrução do processo administrativo; a compatibilidade do preço ofertado com o valor de mercado (parcelas mensais de R$ 2.140,00 (dois mil cento e quarenta reais), com valor total de R$ 25.680,00 (vinte e cinco mil seiscentos e oitenta reais); e a manifestação favorável da Procuradoria Jurídica (Parecer nº 177/2026) quanto à viabilidade da contratação, resta devidamente justificada a contratação mediante dispensa presencial, com fundamento no Art. 74, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021, Inexigibilidade de Licitação, tendo em vista a inviabilidade de competição decorrente da exclusividade de fornecimento e distribuição do software "QapterGov" e do banco de dados unificado 'da Tabela Audatex, observando-se as condições de habilitação, experiência comprovada da contratada e as demais exigências legais aplicáveis ao caso concreto.

Paulo Frontin-PR, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:BE60A6FA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº: 75/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº: 75/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021
1. DO OBJETO
A aquisição de 50 (cinquenta) pares de Placas de Identificação Veicular (PIV), no padrão Mercosul (exclusivamente fornecimento e estampagem), destinadas a viabilizar o primeiro emplacamento e a regularização de veículos recebidos pelo Município de Paulo Frontin, permitindo sua regular incorporação à frota oficial.
2. DO FORNECEDOR E VALORES

- **Razão Social:** MZ ZELAKOWSKI PLACAS LTDA (CASA DE PLACAS UNIAO)
- **CNPJ:** 58.393.312/0001-92
- **Endereço:** Rua Benjamim Constant, nº 367, Centro – União da Vitória/PR
- **Quantidade:** 50 pares
- **Valor Unitário:** R$ 100,00 (cem reais)
- **Valor Global: R$ 5.000,00** *(Cinco mil reais)*

3. DA MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA
Considerando a justificativa apresentada nos autos, resta comprovada a necessidade da contratação para viabilizar a circulação e o licenciamento dos veículos integrantes da frota municipal, garantindo a continuidade do atendimento às demandas operacionais e administrativas do Município.
A escolha da proposta fundamenta-se na vantajosidade econômica, tendo a contratada ofertado o menor valor na pesquisa de mercado (R$ 100,00 por par de placas), valor este inferior à média estimada da contratação (R$ 140,34 por par). A empresa cumpriu os requisitos operacionais e legais, sendo devidamente credenciada perante o órgão de trânsito competente para a atividade de estampagem.
Destaca-se ainda a observância ao princípio da economicidade, uma vez que a fixação das placas será realizada gratuitamente pelo posto de atendimento do DETRAN local, sem custos adicionais ao Erário.
4. DECISÃO / AUTORIZAÇÃO
Diante do exposto, com fundamento no **Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, e com base nos pareceres e justificativa constantes no Processo Administrativo nº 75/2026:

- **AUTORIZO** a realização da despesa por meio da **Dispensa de Licitação nº 33/2026**;
- **HOMOLOGO** o procedimento em favor da empresa **MZ ZELAKOWSKI PLACAS LTDA**, CNPJ nº 58.393.312/0001-92, no valor total de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)**;
- **DETERMINO** o encaminhamento dos autos ao setor responsável para a emissão do competente empenho e publicação do extrato deste ato no Diário Oficial / PNCP, nos termos da legislação vigente.

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:E351F427

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 08/2026

O Município de Pérola d'Oeste torna público que fará realizar, às 08:20 horas do dia 09 de setembro do ano de 2026, na Rua Presidente Costa e Silva n° 290 em Pérola D'Oeste , Paraná, Brasil, CONCORRÊNCIA, na forma Presencial, sob regime de empreitada por preço global, modo de disputa aberta, tipo menor preço, da seguinte obra:
Local do objeto: Sede Municipal
Objeto:Pavimentação CBUQ
Quantidade e
unidade de medida:26.962,41 m²
Prazo de execução:180 dias
A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, solicitada através do e-mail licitacao@peroladoeste.pr.gov.br , ou obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Agente de Contratação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (46) 3556-1223.

Pérola D'Oeste, 18 de agosto de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:B4441A6F

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: TEÓFILO DOMANSKI.
ORIGEM: Contrato nº 100/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 18/08/2025 a 17/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 18/08/2026 a 17/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:173477B0

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: EDILBERTO DA COSTA.
ORIGEM: Contrato nº 101/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 18/08/2025 a 17/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 18/08/2026 a 17/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:DC1F23AF

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: ANTONIO SOUTHER FRASSON.
ORIGEM: Contrato nº 102/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 18/08/2025 a 17/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 18/08/2026 a 17/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:C4107EC4

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 103/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 103/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: VALMOR DOTTO.
ORIGEM: Contrato nº 103/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 18/08/2025 a 17/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 18/08/2026 a 17/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:823CC2DB

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 104/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 104/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: DENISE LEBELEIN.
ORIGEM: Contrato nº 104/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 18/08/2025 a 17/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 18/08/2026 a 17/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:D70AB6E2

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: DAIANE DA SILVA SIEROTA.
ORIGEM: Contrato nº 105/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 18/08/2025 a 17/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 18/08/2026 a 17/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:462CCAB1

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 106/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 106/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: DIANO RAFAEL ROSSONI.
ORIGEM: Contrato nº 106/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 18/08/2025 a 17/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 18/08/2026 a 17/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:02F48CA4

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: CLAUDIO IVO SCHAEFER.
ORIGEM: Contrato nº 107/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 18/08/2025 a 17/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 18/08/2026 a 17/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:88623D05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: ADRIANI MARIA MULBEIER.
ORIGEM: Contrato nº 108/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 18/08/2025 a 17/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 18/08/2026 a 17/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:D2D7F763

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: DILSON CLAUDEMIR LEONHARDT.
ORIGEM: Contrato nº 109/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 18/08/2025 a 17/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 18/08/2026 a 17/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:A624BED9

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: DIANDRA KACIARA MORETTI FASSINI.
ORIGEM: Contrato nº 110/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 18/08/2025 a 17/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 18/08/2026 a 17/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:17B7965F

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 111/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 111/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: LEONARDO MULBEIER.
ORIGEM: Contrato nº 111/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 18/08/2025 a 17/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 18/08/2026 a 17/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:6A682407

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 112/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 112/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: ANGÉLICA KITTLAUS.
ORIGEM: Contrato nº 112/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 18/08/2025 a 17/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 18/08/2026 a 17/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:A0639B2E

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: MÁRCIA KITTLAUS TARELLI.
ORIGEM: Contrato nº 113/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 18/08/2025 a 17/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 18/08/2026 a 17/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:62125A69

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 114/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 114/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: DANIELA IZABEL PEREIRA.
ORIGEM: Contrato nº 114/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 18/08/2025 a 17/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 18/08/2026 a 17/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:E8161EAF

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: DARCI FRANCISCO DOS SANTOS.
ORIGEM: Contrato nº 115/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 18/08/2025 a 17/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 18/08/2026 a 17/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:B808AA50

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: JUNIOR DEPONTI.
ORIGEM: Contrato nº 116/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 18/08/2025 a 17/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 18/08/2026 a 17/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:463DBE46

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 98/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 98/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.

CONTRATADA: ELABORE TOPOGRAFIA E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.
ORIGEM: Contrato nº 98/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 11/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 13/08/2025 a 12/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 12/08/2026 a 11/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 12/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:E8340CA1

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 99/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 99/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: GABRIELA SIEROTA.
ORIGEM: Contrato nº 99/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 18/08/2025 a 17/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 18/08/2026 a 17/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 17/08/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:75715093

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2026

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **EDSOM LUIZ BAGETTI**, residente e domiciliado na rua Manoel Ribas, 22, centro, nesta cidade, portador da Cédula de identidade RG nº 3.719.625-8 SSP/PR e do CPF/MF sob nº 629.393.609-44, torna público a Inexigibilidade de Licitação a seguir:

A vista do contido no processo em referência, certifico que RESTA CREDENCIADA, conforme o julgamento levado a efeito pela Comissão de Licitações, a empresa em referência, conforme na tabela abaixo:

EMPRESA LICITANTE	SITUAÇÃO
CELI SALETE WOLMUTH DAL BOSCO	CREDENCIADA

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

ANDRESSA MAIARA LANG
Agente de Contratação

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:CC8D75B8

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2026

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **EDSOM LUIZ BAGETTI**, residente e domiciliado na rua Manoel Ribas, 22, centro, nesta cidade, portador da Cédula de identidade RG nº 3.719.625-8 SSP/PR e do CPF/MF sob nº 629.393.609-44, torna público a Inexigibilidade de Licitação a seguir:

A vista do contido no processo em referência, certifico que RESTA CREDENCIADA, conforme o julgamento levado a efeito pela Comissão de Licitações, a empresa em referência, conforme na tabela abaixo:

EMPRESA LICITANTE	SITUAÇÃO
JELINEK MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA	CREDENCIADA

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

ANDRESSA MAIARA LANG
Agente de Contratação

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:92E7C127

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2026

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **EDSOM LUIZ BAGETTI**, residente e domiciliado na rua Manoel Ribas, 22, centro, nesta cidade, portador da Cédula de identidade RG nº 3.719.625-8 SSP/PR e do CPF/MF sob nº 629.393.609-44, torna público a Inexigibilidade de Licitação a seguir:

A vista do contido no processo em referência, certifico que RESTA CREDENCIADA, conforme o julgamento levado a efeito pela Comissão de Licitações, a empresa em referência, conforme na tabela abaixo:

EMPRESA LICITANTE	SITUAÇÃO
COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PEROBA LTDA	CREDENCIADA

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

ANDRESSA MAIARA LANG
Agente de Contratação

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:C367EB3D

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.
Objeto: **CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

Fundamento legal – Lei 14.133/2021 – Art. 79 – Decreto nº 24/2023;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Extrato do Contrato nº 54/2026.

Processo Inexigibilidade nº 010/2026.

Contratante: MUNICIPIO DE PÉROLA D'OESTE.

CNPJ/MF nº 75.924.290/0001-69
Endereço Avenida Brasil, 766 – Pérola D´Oeste – PR.
CEP 85.740-000.

Contratada CELI SALETE WOLMUTH DAL BOSCO.
CNPJ/MF nº 03.770.752/00001-20.
Endereço: Rua Erick Tschope, n° 2691, Bairro Centro Industrial Perolatense, na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, CEP: 85.740-000.

OBJETO:
CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:803D5CF5

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.
Objeto: **CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

Fundamento legal – Lei 14.133/2021 – Art. 79 – Decreto nº 24/2023;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Extrato do Contrato nº 55/2026.

Processo Inexigibilidade nº 010/2026.

Contratante: MUNICIPIO DE PÉROLA D'OESTE.
CNPJ/MF nº 75.924.290/0001-69
Endereço Avenida Brasil, 766 – Pérola D´Oeste – PR.
CEP 85.740-000.

Contratada JELINEK MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA.
CNPJ/MF nº 07.348.462/0001-43.
Endereço: Av.Brasília, n° 1134, Bairro Centro, na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, CEP: 85.740-000.

OBJETO:	**CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:1F0816E8

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.
Objeto: **CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

Fundamento legal – Lei 14.133/2021 – Art. 79 – Decreto nº 24/2023;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Extrato do Contrato nº 56/2026.

Processo Inexigibilidade nº 010/2026.

Contratante: MUNICIPIO DE PÉROLA D'OESTE.
CNPJ/MF nº 75.924.290/0001-69
Endereço Avenida Brasil, 766 – Pérola D´Oeste – PR.
CEP 85.740-000.

Contratada COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PEROBA LTDA.
CNPJ/MF nº 77.407.716/0001-32.
Endereço: Rua Pará, n° 298, Bairro Centro, na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, CEP: 85.740-000.

OBJETO:	**CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:928FC52C

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 010/2026

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 010/2026

Ratifico em todos os seus termos e reconheço a Inexigibilidade de licitação para o **CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

Fundamento legal – Lei 14.133/2021 – Art. 79 – Decreto nº 24/2023;

Contratada CELI SALETE WOLMUTH DAL BOSCO.
CNPJ/MF nº 03.770.752/00001-20.
Endereço: Rua Erick Tschope, n° 2691, Bairro Centro Industrial Perolatense, na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, CEP: 85.740-000.

OBJETO:	**CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

Perola D'Oeste-Pr, 18 de agosto de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:420585F9

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 010/2026

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 010/2026

Ratifico em todos os seus termos e reconheço a Inexigibilidade de licitação para o **CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

Fundamento legal – Lei 14.133/2021 – Art. 79 – Decreto nº 24/2023;

Contratada JELINEK MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA.
CNPJ/MF nº 07.348.462/0001-43.
Endereço: Av.Brasília, n° 1134, Bairro Centro, na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, CEP: 85.740-000.

OBJETO:
CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.

Perola D'Oeste-Pr, 18 de agosto de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:7B3E67E8

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 010/2026

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 010/2026

Ratifico em todos os seus termos e reconheço a Inexigibilidade de licitação para o **CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

Fundamento legal – Lei 14.133/2021 – Art. 79 – Decreto nº 24/2023;

Contratada COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PEROBA LTDA.
CNPJ/MF nº 77.407.716/0001-32.
Endereço: Rua Pará, n° 298, Bairro Centro, na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, CEP: 85.740-000.

OBJETO:	**CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

Perola D'Oeste-Pr, 18 de agosto de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:FDA777F9

PODER LEGISLATIVO - CAMARA MUNICIPAL DE PEROLA D OESTE
RESOLUÇÃO Nº07/2026

RESOLUÇÃO Nº 07/2026

SÚMULA: "Cria a Comissão Temporária de Revisão do Regimento Interno, da Lei Orgânica e do Código de Ética da Câmara Municipal".

A Câmara Municipal de Vereadores de Pérola D' Oeste, Pr. Aprovou, e eu Leonardo Serednicki Bagetti, Presidente da Mesa Diretora, Promulgo a Seguinte

RESOLUÇÃO:

Fica Criada a Comissão Temporária de Revisão do Regimento Interno, da Lei Orgânica e do Código de Ética da Câmara Municipal, conforme Artigo 28, inciso I da Lei Orgânica Municipal, e Artigo 70 do Regimento Interno. Sendo nomeado os seguintes membros aprovados na Sessão Ordinária de 17 de agosto do ano em curso, para Compor a Comissão Temporária Revisora que fará a Revisão do Regimento Interno, da Lei Orgânica e do Código de Ética da Câmara Municipal, com prazo de conclusão dos trabalhos até o dia 14 de dezembro de 2026.

- Presidente.....Mauro Cirineu Palharini
- Vice-Presidente.....Cleverson Ricardo Pigoso
- Secretário.....Emerson Antonio Kaibers
- Membro.....Claudia M Rodrigues Alflen
- Relator..... Liane M Budtinger Moretto

Esta Resolução entrará em Vigor, na data de sua Publicação Revogando-se as disposições em contrário.

Sala da Câmara Municipal, aos 18 dias do mês de agosto de 2026

LEONARDO SEREDNICKI BAGETTI
Presidente

Publicado por:
Lairo Marcelo Postal
Código Identificador:F8CB1760

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
DECRETO Nº 100/2026

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O IMÓVEL OBJETO DA MATRÍCULA Nº 24.669, PARA FINS DE IMPLANTAÇÃO DE INSTALAÇÃO INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, **EDSOM LUIZ BAGETTI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que compete ao Município promover ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social, especialmente mediante incentivo à instalação e expansão de atividades industriais;
CONSIDERANDO que a implantação de empreendimentos industriais constitui importante instrumento de desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda, fortalecimento da economia local e incremento da arrecadação municipal;
CONSIDERANDO o interesse público na disponibilização de área adequada para a implantação de **instalação industrial**, bem como das estruturas produtivas, administrativas, logísticas, de armazenamento, circulação e demais atividades necessárias ao funcionamento do empreendimento;
CONSIDERANDO que o imóvel objeto da **Matrícula nº 24.669**, do Registro de Imóveis competente, apresenta características de localização, dimensão e estrutura compatíveis com a finalidade de implantação de atividade industrial;
CONSIDERANDO que a localização e as características do imóvel favorecem a implantação de empreendimento industrial, especialmente em razão de suas condições de acesso, área disponível e possibilidade de utilização para estruturas produtivas e atividades correlatas;

CONSIDERANDO que a instalação de empreendimento industrial no Município contribuirá para a geração de novos postos de trabalho, atração de investimentos, fortalecimento da economia local e melhoria das condições de desenvolvimento econômico e social da população;
CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso "i", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que reconhece como hipótese de utilidade pública a construção ou ampliação de distritos industriais e as áreas necessárias à instalação de indústrias e atividades correlatas;
DECRETA:
Art. 1º Fica declarado de **UTILIDADE PÚBLICA**, para fins de implantação de instalação industrial e atividades correlatas de interesse público municipal, o imóvel objeto da **Matrícula nº 24.669**, do Registro de Imóveis competente, com área de **19.623,32 m² (dezenove mil, seiscentos e vinte e três metros e trinta e dois centímetros quadrados)**.
Art. 2º A declaração de utilidade pública prevista neste Decreto tem por finalidade viabilizar a destinação da área para **implantação de empreendimento ou instalação industrial**, compreendendo, entre outras estruturas necessárias:
I – unidades industriais e linhas de produção;
II – barracões e edificações destinadas às atividades industriais;
III – áreas para armazenamento e depósito de matérias-primas, insumos e produtos;
IV – pátios de carga, descarga, circulação e manobra;
V – áreas destinadas à logística, transporte e expedição;
VI – instalações administrativas e de apoio;
VII – estacionamentos;
VIII – instalações destinadas aos trabalhadores e ao apoio operacional;
IX – infraestrutura de energia, abastecimento, tratamento e demais sistemas necessários ao empreendimento; e
X – demais estruturas e instalações necessárias ou complementares ao funcionamento da atividade industrial.
Art. 3º A declaração de utilidade pública tem como finalidade promover o **desenvolvimento econômico e industrial do Município de Pérola D'Oeste**, mediante a disponibilização de área adequada para instalação de atividade produtiva, contribuindo para:
I – geração de emprego e renda;
II – atração de investimentos privados;
III – fortalecimento do setor industrial;
IV – diversificação da economia municipal;
V – agregação de valor à produção;
VI – incremento da circulação econômica local; e
VII – melhoria das oportunidades de trabalho e desenvolvimento social da população.
Art. 4º A utilização da área para a finalidade prevista neste Decreto deverá observar a legislação municipal de uso e ocupação do solo, as normas ambientais, urbanísticas, sanitárias, de segurança e demais disposições legais aplicáveis à atividade industrial.
Art. 5º O Poder Executivo Municipal poderá adotar as medidas administrativas necessárias à implementação da finalidade prevista neste Decreto, incluindo a elaboração de estudos, projetos, levantamentos, avaliações e demais providências relacionadas à implantação da instalação industrial.
Art. 6º A implantação da atividade industrial deverá ser precedida da obtenção das licenças, autorizações, alvarás e demais documentos exigidos pelos órgãos públicos competentes, conforme a natureza e as características do empreendimento.
Art. 7º O imóvel declarado de utilidade pública poderá receber as estruturas e instalações necessárias ao desenvolvimento da atividade industrial, observados os parâmetros urbanísticos, ambientais e técnicos aplicáveis.
Art. 8º Este Decreto não implica, por si só, transferência de propriedade, desapropriação ou aquisição compulsória do imóvel, destinando-se exclusivamente à **declaração de utilidade pública para fins de implantação e desenvolvimento de atividade industrial**, nos termos da legislação aplicável.
Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D´Oeste – Pr., em 18 de agosto de 2.026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dpto de Projetos e Planejamento
Código Identificador:584DFB45

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIENCIA PUBLICA

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ, CNPJ 75.924.290/0001-69, torna público que fará realizar a Audiência Pública para apresentação de projeto de aquisiçcao de terreno industrial, com a finalidade de informar o localização e o valor e demais assuntos pertinentes:

DATA: 20/08/2026.

HORÁRIO: 19h30min

TEMA: Apresentação de projeto para aquisição de terreno industrial
A Audiência Pública será realizada de forma presencial, através do seguinte endereço:

Câmara Municipal de Vereadores, sito a Rua Presidente Costa e Silva, 260, Centro, Pérola D`Oeste – Paraná.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de agosto de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dpto de Projetos e Planejamento
Código Identificador:A469342E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2026
Endereço eletrônico: https://bnc.org.br/
(EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP)

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN, CNPJ: 01.603.097/0001-90, **torna público que realizará contratação direta através de MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO, tipo ELETRÔNICA através da plataforma "*https://bnc.org.br/*"**, com fundamento no art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa nº 002/2022 da CÂMARA MUNICIPAL DE PIEN e demais legislações aplicáveis, **com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM**, **para o objeto a seguir:**
OBJETO: Aquisição de 02 (dois) TELEVISORES SMART COM TELA MINIMA DE 60 POLEGADAS, LED, para atender o plenário da Câmara Municipal de Piên, conforme termo de referência e anexos.

1.0 REGISTRO DE PREÇOS: NÃO
1.2 VALOR TOTAL ESTIMADO DA AQUISIÇÃO: Conforme valor apresentado no termo de referência constante neste edital.
1.3 FORMA DE EXECUÇÃO: Os produtos serão adquiridos em parcela única, conforme necessidade da Câmara.
1.4 A SESSÃO PÚBLICA ACONTECERÁ NO DIA: **25 de agosto de 2026,**
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **Inicia-se o recebimento de proposta dia 20 de agosto de 2026 as 08:00 até às 09 horas e 29 minutos do dia 25 de agosto de 2026.**
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **às 09:30 horas do dia 25 de agosto de 2026, com duração de 06 horas.**

1.5. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DA DISPENSA: "https://bnc.org.br/"
1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

1.7. Para participação na licitação, os interessados deverão providenciar o seu cadastramento, sua certificação e seu credenciamento no portal de licitações, sistema portal de licitações BNC, de acordo com as normas de cadastramento do sistema BNC.ORG.
1.8. A proponente licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos no **item 1.4** deste Edital.

1.9. O edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico: https://www.pien.pr.leg.br e https://portal-legislativo-pien.equiplano.cloud/relatorio/licitacao-contrato/licitacoes/licitacoes

1.10. Em caso de discordância existente entre as quantidades e especificações do objeto descritas no endereço eletrônico https://bnc.org.br/ com as quantidades as especificações técnicas constantes neste aviso, prevalecerão as deste aviso.

A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste Aviso de Dispensa de Licitação e de outros assuntos relacionados a presente Dispensa de licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, pelo e-mail licitacao@pien.pr.leg.br, ou presencialmente por meio de protocolo na secretaria da Câmara Municipal de Piên/PR, das 8h às 12h e das 13h00min às 17h, em até 02 (dois) dias antes do término do recebimento de proposta.

Piên/PR, 18 de agosto de 2026

GIZELE DE FÁTIMA SANTOS CASAGRANDE
Agente de Contratação
Portaria nº 003/2024

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:79410334

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2026

Objeto: Contratação de empresa especializadas para prestação de serviços de Execução de Projetos Construção e Instalação de Estrutura Metálica com Cobertura em Policarbonato, Tipo Toldo, conforme Projeto elaborado pela empresa WHF ENGENHARIA LTDA, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários a perfeita execução dos referidos projetos, nos termos das tabelas, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Modalidade de Licitação:PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço.
Abertura:08 de setembro de 2026, às 09h30min (nove horas e trinta minutos).
Local: Plataforma eletrônica: https://bnc.org.br/
Informações:A documentação poderá ser obtida gratuitamente pelo sítio oficial http://www.pien.pr.leg.br/licitacao bem como na plataforma onde ocorrerá o certame.
Esclarecimentos sobre este Pregão serão prestados pela equipe de pregão pelo endereço de e-mail***licitacao@pien.pr.leg.br***

Câmara Municipal de Piên/PR, 18 de agosto de 2026

GIZELE DE FÁTIMA SANTOS CASAGRANDE
Agente de Contratação

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:4938D4CC

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 012/2026

PORTARIA Nº 012/2026

Súmula: "Concede Avanço horizontal a servidora Marlise Fischer Wedekind".

Almir Pedro Mielke, Presidente da Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Conceder avanço horizontal a servidora Marlise Fischer Wedekind, ocupante do cargo de provimento efetivo de auxiliar de serviços gerais, inscrito no RG. nº 3*****7, referente ao período de 24/06/2024 a 24/06/2026, conforme art. 18 da Lei 1341/2018 e Resolução 04/2018.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, com seus efeitos financeiros a partir de 01 de agosto de 2026, ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

Câmara Municipal de Piên, 18 de agosto de 2026.

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente da Câmara Municipal de Piên

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:75D12FCA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°262 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N.º 262 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 73.896,96.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 73.896,96, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
04	**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO**	
04.001	**PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO**	
15.451.6.1.8	**PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE INFRAESTRUTURA**	
4.4.90.51.00.00	**OBRAS E INSTALAÇÕES**	
1071	**0501 Receitas de Alienações de Ativos**	**72.696,96**
	SUBTOTAL	**72.696,96**
08	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**	
08.001	**EDUCAÇÃO**	
12.361.9.2.20	**GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**	
3.3.90.33.00.00	**PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO**	
2210	**0103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB**	**1.200,00**
	SUBTOTAL	**1.200,00**
	TOTAL	**73.896,96**

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....73.896,96

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	EDUCAÇÃO	
12.361.9.2.20	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2240	0103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.200,00
	SUBTOTAL	1.200,00
	TOTAL	1.200,00

2. O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
2.2.1.3.01.0.1.00.00.00.00.00	**ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL**	**72.696,96**
	TOTAL	**72.696,96**

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....73.896,96
Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 18 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:093F64C7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 263 DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 263 DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

NOMEIA TAYNA APARECIDA PIRES DA ROCHA para ocupar O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE TéCNICO EM ENFERMAGEM.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023 e os procedimentos preliminares adotados pela Área de Recursos Humanos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora **TAYNA APARECIDA PIRES DA ROCHA** portadora do CPF 103.***.***-** classificada em 22º lugar, para ocupar o cargo de **Técnico em Enfermagem** a contar de 19 de agosto de 2026, segundo as normas estabelecidas nas Leis Municipais 960/2007 e 1.078/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 18 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária De Administração e Finanças

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:69380D87

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO 038/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
Dispensa de Licitação N° 038/2026

PROTOCOLO: 3802/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, ASSISTÊNCIA E DESMONTAGEM DE CAMAS ELASTICAS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

CONTRATADA: VANDERLEI ROBERTO SLOMINSKY
CNPJ: 64.834.288/0001-82
VALOR: R$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais).

AUTORIZAÇÃO: 18/08/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:756AD48F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTINÇÃO DO TERMO DE PERMISSÃO Nº 007/2017

EXTINÇÃO DO TERMO DE PERMISSÃO Nº 007/2017 - referente a Exploração do Serviço de Transporte Individual Remunerado de Passageiros em Veículos Automotores de Aluguel

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.002.666/0001-40, com sede na Rua Amazonas, nº 373, Centro, Piên/PR, CEP 83.860-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal senhor **MAICON GROSSKOPF**, brasileiro, casado, portador do RG nº 10xxxxxx-x SESP/PR e inscrito no CPF sob nº 080.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado nesta cidade, pelo presente, **EXTINGUE**, o Termo de Permissão nº 007/2017 referente a Exploração do Serviço de Transporte Individual Remunerado de Passageiros em Veículos Automotores de Aluguel, concedido para Aquila Rute Silvana da Silva, inscrito no CPF/CNPJ sob nº 044.xxx.xxx-xx.

Piên/PR, 18 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:11255EDD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATAS 196/2026 A 205/2026

EXTRATO DE ATAS

ATAS 196/2026 a 205/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 043/2026
Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de materiais de expediente a fim de suprir as necessidades das Secretarias Municipais.

Ata nº 196/2026 - AOS COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 66.201.035/0001-05, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 52.072,50 (cinquenta e dois mil e setenta e dois reais e cinquenta centavos).
Ata nº 197/2026 D S A CHAVES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 53.089.257/0001-28, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 785,00 (setecentos e oitenta e cinco reais).
Ata nº 198/2026 M3. BUSINESS GROUP LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 54.494.740/0001-50, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 7.271,80 (sete mil e duzentos e setenta e um reais e oitenta centavos).
Ata nº 199/2026 MAXIMA ATACADISTA EIRELI, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 26.716.048/0001-94, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 15.720,60 (quinze mil e setecentos e vinte reais e sessenta centavos).
Ata nº 200/2026 PAPELARIA SÃO BENTO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 07.634.816/0001-16, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 67.039,00 (sessenta e sete mil e trinta e nove reais).
Ata nº 201/2026 PARANAGUA DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 57.707.826/0001-02, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 80.888,53 (oitenta mil e oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e três centavos).
Ata nº 202/2026 POLISPORT ARTIGOS ESPORTIVOS E CONFECCOES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 18.828.722/0001-02, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 18.250,00 (dezoito mil e duzentos e cinquenta reais).
Ata nº 203/2026 SIMONE KACIANO DE ARAÚJO ME, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 11.234.029/0001-54, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 758,40 (setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos).
Ata nº 204/2026 VANINHA UTILIDADES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 58.421.861/0001-23, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 44.539,10 (quarenta e quatro mil e quinhentos e trinta e nove reais e dez centavos).
Ata nº 205/2026 VPLAST COMÉRCIO DE EMBALAGENS, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 60.151.779/0001-78, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 4.403,00 (quatro mil e quatrocentos e três reais).
Fiscal Administrativo:

SECRETARIA	FISCAL
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E DEFESA CIVIL	Leticia Inez Schroth Gabardo Diego Junior Alves Domingos Regiane Rauth
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Patrick Zanqueta Pacheco
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Cláudia Knopick Lisboa
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Daiane dos Santos
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo
SECRETARIA DE GOVERNO	Maikeli Thaiane Knutz Senn
SECRETARIA DE SAÚDE	Marina do Carmo Stracke de Lima
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	Aldecir Cavalheiro
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Suelen Surek
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	Esdras Rya Rocha Cruz

Prazo de Vigência: 12 (Doze) meses a partir da publicação.
Data de assinatura: 13 de agosto de 2026

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:063506BE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026**, o qual tem como objeto o "**Registro de Preços para eventual aquisição de utensílios domésticos, materiais de copa e cozinha e itens de cama conforme necessidade das Secretarias Municipais**", e ADJUDICA o objeto em favor das seguintes empresas:

59.108.850 ANA DULCELIA SCHUKOSKY, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 59.108.850/0001-50, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 6.682,33 (seis mil e seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e três centavos).
63.593.457 LUCIANE DE SOUZA TASCHEK, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 63.593.457/0001-77, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 21.696,97 (vinte e um mil e seiscentos e noventa e seis reais e noventa e sete centavos).
ALA-X COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 00.128.453/0001-06, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 4.396,00 (quatro mil e trezentos e noventa e seis reais).
BRX LICITAÇÕES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 65.124.339/0001-45, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 3.694,23 (três mil e seiscentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos).
EL SUPPLY COM. & CONTRATOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 63.400.305/0001-00, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 2.064,80 (dois mil e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)
F A FLY UTILIDADES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 51.651.372/0001-19, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 966,00 ((novecentos e sessenta e seis reais).
LUC SERVICE EIRELI pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 40.706.088/0001-86, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 40.562,82 (quarenta mil e quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos).
PAPELARIA SÃO BENTO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 07.634.816/0001-16, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 72.630,78 (setenta e dois mil e seiscentos e trinta reais e setenta e oito centavos).
V.A. OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 18.770.897/0001-06, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 46.782,55 (quarenta e seis mil e setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).
WL NOGUERIA DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 24.334.764/0001-81, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 5.019,00 (cinco mil e dezenove reais).
ZIG ZAG COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 35.454.993/0001-56, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 27.415,00 (vinte e sete mil e quatrocentos e quinze reais).

Piên/PR, 18 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:805CC9C4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1029, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1029, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder férias, no período de 08 de setembro a 23 de setembro de 2026, a servidora pública **MARI APARECIDA MARTINS,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 092.***.***-**, matrícula funcional nº 4766041, ocupante do cargo público de **Auxiliar Administrativo.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 11 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:CA7CF076

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1030, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1030, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 24 de setembro a 10 de outubro de 2026, a servidora pública **MARI APARECIDA MARTINS,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 092.***.***-**, matrícula funcional nº 4766041, ocupante do cargo público de **Auxiliar Administrativo.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 11 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:ECA044B0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1032, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1032, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 01 de setembro a 10 de setembro de 2026, ao servidor público **DAISON RODRIGUES MORCELLI,** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 047.***.***-**, matrícula funcional nº 4765658, ocupante do cargo público de provimento em comissão de **Assessor de Area II - Programa Pro-Rural.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 11 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:F39E394A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1036, DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1036, DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA EMPREGADA(A) PÚBLICO(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 14 de setembro a 23 de setembro de 2026, a empregada pública **JULIANA RIBEIRO,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 060.***.***-**, matrícula funcional nº 10531, ocupante do emprego público de **Agente Comunitário de Saúde.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:225880FD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1039, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1039, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Felipe José Weiber da Silva, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 14 de julho a 28 de julho de 2026, a servidora pública **MARILSE FRANCZ WILGOSZ** portadora da cédula de identidade civil com RG 15*******/PR e matrícula funcional 238501, ocupante do cargo público de **Agente de Serviços Gerais.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 17 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:28E3D92D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1040, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1040, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Giuliana Chaves Recco, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 27 de julho a 29 de julho de 2026, a empregada pública **ELEONICE WILGOSZ GROSSKOPF** portadora da cédula de identidade civil com RG 3*******/PR e matrícula funcional 15111, ocupante do emprego público de **Professor.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 17 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:93F5EF08

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1041, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1041, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Isabella de Souza Dreher, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 27 de julho a 10 de agosto de 2026, a servidora pública **NEUSA MARIA MOREIRA FURST** portadora da cédula de identidade civil com RG 13*******/PR e matrícula funcional 102651, ocupante do cargo público de **Professor.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 17 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:008D6BA5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1042, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1042, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 98 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença, no período de 11 de agosto a 22 de novembro de 2026, a servidora pública **NEUSA MARIA MOREIRA FURST** portadora do RG 13*******/PR e matrícula funcional 102651, ocupante do cargo público de **Professor.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 17 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:8EEFADFD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1043, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1043, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Emmanuele de Oliveira Fraga, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 10 de agosto a 14 de agosto de 2026, a servidora pública **MARTA BUENO DA SILVA MALCHOVSKI** portadora da cédula de identidade civil com RG 9*******/PR e matrícula funcional 105861, ocupante do cargo público de **Professor de Educação Infantil.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 17 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:BF927102

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1044, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1044, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Everson Lacerda, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 23 de junho a 25 de junho de 2026, a servidora pública **ADENILZA APARECIDA SENN** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF 019.***.***-** e matrícula funcional 102431, ocupante do cargo público de **Professor.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 17 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:CB86CE1C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1045, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1045, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Leandro, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 30 de julho a 13 de agosto de 2026, a empregada pública **SIMONE MUCHAU** portadora da cédula de identidade civil com RG 9.***.***.*/PR e matrícula funcional 385631, ocupante do emprego público de **Agente Comunitário de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 17 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:A5BAEBF8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1046, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1046, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Larissa de Fatima Bichibichi, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 17 de julho a 23 de julho de 2026, a servidora pública **SILMARA LIEBL DE FRANCA** portadora da cédula de identidade civil com RG 14.***.***.*/PR e matrícula funcional 4766019, ocupante do cargo público de **Monitor de Educação Infantil.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 17 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:A960CD24

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1047, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1047, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) José Anderson Feitosa, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 30 de julho a 13 de agosto de 2026, a servidora pública **JANAINA**

VALENTE LOPES portadora da cédula de identidade civil com RG 13.***.***.*/PR e matrícula funcional 4766268, ocupante do cargo público de **Odontólogo.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 17 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:D7B49CDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1048, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1048, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 98 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença, no período de 14 de agosto a 28 de agosto de 2026, a servidora pública **JANAINA VALENTE LOPES** portadora do RG 13.***.***.*/PR e matrícula funcional 4766268, ocupante do cargo público de **Odontólogo.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 17 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:51FA3F8F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1049, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1049, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Vinicius Antônio Leandro de Moraes, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 03 de agosto a 05 de agosto de 2026, a servidora pública **SILVIA JAQUELINE DOS SANTOS GONÇALVES** portadora da cédula de identidade civil com RG 5.***.***.*/SC e matrículas funcionais 11391/ 11392, ocupante do cargo público de **Professor.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 17 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:CFD01556

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1050, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1050, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Gabriela Elena Dambros, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 21 de julho a 24 de julho de 2026, ao servidor público **DENIS CARVALHO** portador da cédula de identidade civil com RG 7.***.***.*/PR e matrícula funcional 51591, ocupante do cargo público de **Motorista.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 17 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:2E983BC2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1051, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1051, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Luiz Roberto Peres Armelin, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 13 de julho a 15 de julho de 2026, a empregada pública **FRANCISCA PATRICIA LACHOWSKI VIEIRA** portadora da cédula de identidade civil com RG 4.***.***.*/SC e matrícula funcional 106011, ocupante do emprego público de **Agente de Combate A Endemias.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 17 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:D428FEF9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1052, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1052, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Anna Paula Bueno Hauran, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 29 de julho a 04 de agosto de 2026, a servidora pública **EMMANUELE DE OLIVEIRA FRAGA** portadora da cédula de identidade civil com RG 10.***.***.*/PR e matrícula funcional 4765950, ocupante do cargo público de **Médico.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 17 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:7C366246

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1053, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1053, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 98 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença, no período de 10 de agosto a 04 de outubro de 2026, a servidora pública **JOISSE ALINE ZAPPE BECKER** portadora do RG 5*******/SC e matrícula funcional 103891, ocupante do cargo público de **Professor de Educação Infantil.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 17 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:7FF40A5C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1054, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1054, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA AGENTE POLÍTICO(A)

A senhor Maicon Grosskopf, Prefeito do Municio de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 01 de outubro a 10 de outubro de 2026, a servidora pública **Silvana Teixeira Jung,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 8*******/PR matrícula funcional nº 4766260, ocupante do cargo de agente Político **de Secretária de Administração e Finanças.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 18 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:5E5345F5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1055, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1055, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder férias, no período de 15 de dezembro a 24 de dezembro de 2026, a servidora pública **SUELEN SUREK,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 092.***.***-** matrícula funcional nº 4765968, ocupante do cargo público de Assistente **Administrativo.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 18 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:081E41DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1056, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1056, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora pública **LEONICE ZIMMER** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 056.***.***-** e matrículas funcionais: 104401/4765982, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Apresentação dos trabalhos VERDE É VIDA Afubra	21/08/2026	Rio Negro/PR	1(uma)	R$ 61,00	8201/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 18 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:5F1BB223

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1058, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1058, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora pública **SUZANI SEIDEL PINHEIRO,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 037.***.***-*** e matrículas funcionais 105121/ 4766406, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Apresentação dos trabalhos VERDE É VIDA Afubra	21/08/2026	Rio Negro/PR	1(uma)	R$ 61,00	8271/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 18 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:6F066E25

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1059, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1059, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **CLAUDIANA LANG DA SILVA** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 048.***.***-*** e matrícula funcional 4765952/ 105571, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Apresentação dos trabalhos VERDE É VIDA Afubra	21/08/2026	Rio Negro/PR	1(uma)	R$ 61,00	8270/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 18 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:FE1B086D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1060, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1060, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a empregada pública **DEBORA CRISTIANE SENN** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 067.***.***-*** e matrícula funcional 4766439, ocupante do emprego público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Apresentação dos trabalhos VERDE É VIDA Afubra	21/08/2026	Rio Negro/PR	1(uma)	R$ 61,00	8269/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 18 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:48F7452C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1061, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1061, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **SABRINA MARCELA DE ANDRADE STAHELIN** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 008.***.***-*** e matrícula funcional 105881/395601, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Apresentação dos trabalhos VERDE É VIDA Afubra	21/08/2026	Rio Negro/PR	1(uma)	R$ 61,00	8268/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 18 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:6B351D05

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1062, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1062, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **CLEONICE APARECIDA STAL KOBSCZINSKI** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 014.***.***-*** e matrícula funcional 19611/19612, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Apresentação dos trabalhos VERDE É VIDA Afubra	21/08/2026	Rio Negro/PR	1(uma)	R$ 61,00	8267/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 18 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:19D31A29

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1063, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1063, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **MARIA APARECIDA HUMMELGEN** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 004.***.***-*** e matrícula funcional 104501/ 4766054, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Apresentação dos trabalhos VERDE É VIDA Afubra	21/08/2026	Rio Negro/PR	1(uma)	R$ 61,00	8262/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 18 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:880D7FF8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1064, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1064, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **LENIZA CLARISSE MINICKOVSKI HOLLERWEGER** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 720.***.***-*** e matrícula funcional 16002, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Apresentação dos trabalhos VERDE É VIDA Afubra	21/08/2026	Rio Negro/PR	1(uma)	R$ 61,00	8256/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 18 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:6B10DEF8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1065, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1065, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ALEÇANDRA DE FATIMA FERREIRA SCHIER** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 798.***.***-** e matrícula funcional 4766236, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Diretor de Área,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Encontro dos secretários municipais de educação FOREDUC	19/08/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	8281/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 18 de agosto de 2026

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:36D5060C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1066, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1066, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **DAIANE DOS SANTOS**, portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 061.***.***-** matrícula funcional 4765251, ocupante do cargo público de provimento em comissão de **Assessor de Area II - Apoio Administrativo,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Encontro dos secretários municipais de educação FOREDUC	19/08/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	8280/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 18 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:F8C10F53

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1067, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1067, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **NATASCHA JENIFER MORANTE,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 105.***.***-** matrícula funcional 4766238, ocupante do cargo de público de **Médico Veterinário,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Participação no II Fórum alimento seguro	02/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	8203/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 18 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:0D4A8C39

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1068, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1068, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **ALEXANDRE FORTESKI DE OLIVEIRA** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 085.***.***-** e matrícula funcional 4765120, ocupante do cargo público de **Técnico Em Agropecuária,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Participação no II Fórum alimento seguro	02/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	8204/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 18 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:DFE6BBFC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1069, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1069, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **AFONSO TASCHECK** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 563.***.***-** e matrícula funcional 4766254, ocupante do cargo público de agente político de **Secretário de Agricultura e Meio Ambiente,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Participação no II Fórum alimento seguro	02/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	8205/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 18 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:79775637

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1070, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1070, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 28 de setembro a 07 de outubro de 2026, a servidora pública **GABRIELA TAMBOSI,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 4.***.***/SC matrícula funcional nº 101161, ocupante do cargo público de **Farmacêutico.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 18 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:F309C81C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026
TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A REFERÊNCIA ANP

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada, autorizada pela ANP, para fornecimento parcelado de gasolina comum, mediante abastecimento direto dos veículos oficiais e equipamentos autorizados do Município de Piên/PR. **Entrega das propostas**: a partir 19/08/2026 no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 03/09/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 18 de agosto de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:4AB4E577

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2026, VISANDO A MANIFESTAÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO ÂMBITO REGIONAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO**, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 95.590.832/0001-11, torna público a realização de DISPENSA DE LICITAÇÃO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Day Use destinado ao grupo de idosos do Programa Viaja Mais 60".

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 7.117,65 (sete mil, cento e dezessete reais e sessenta e cinco centavos)

DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Do dia 19/08/2026, a partir das 08h00min, até o dia 24/08/2026, às 08h00min (horário de Brasília).

RECURSOS: Próprios e/ou oriundos de convênios.

E-MAIL PARA CONTATOS, ENVIO DE PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: licitacao@pinhaldesaobento.pr.gov.br

ENDEREÇO PARA ENVIO (FISICO) DE PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:
Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, em dias úteis, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, até a data e horário limites estipulados neste Aviso.

O Aviso de Dispensa de Licitação encontra-se disponível no site www.pinhaldesaobento.pr.gov.br. Informações complementares podem ser obtidas na Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento, de segunda a sexta-feira, durante o expediente regular, pelo telefone (46) 3560-1122 ou por meio do e-mail indicado acima.

Pinhal de São Bento/PR, 18 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:D778E87C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026

COMPRASGOV UASG 985495 - N° 09/2026

AMPLA CONCORRÊNCIA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO**, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 95.590.832/0001-11, torna público que realizará no dia **03/09/2026, às 09:00 horas**, na plataforma COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica www.compras.gov.br, abertura da sessão pública da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026, sob regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL do tipo MENOR PREÇO, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, para:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de reforma e ampliação do Ginásio Municipal Waldemar Barbieri, localizado no Município de Pinhal de São Bento – PR, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra,

equipamentos e demais insumos necessários, em conformidade com os projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 03/09/2026, às 09:00 horas.

LOCAL DA ABERTURA: Plataforma COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica www.compras.gov.br.

RECURSOS: Próprios e/ou oriundos de convênios.

O edital encontra-se disponível no site www.pinhaldesaobento.pr.gov.br. Informações complementares podem ser obtidas na Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento, de segunda a sexta-feira, durante o expediente regular, pelo telefone (46) 3560-1122 ou via e-mail em licitacao@pinhaldesaobento.pr.gov.br.

Pinhal de São Bento/PR, 18/08/2026.

TAILINE MAIARA DA SILVA
Agente de Contratação

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:8A89120B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 153/2026

DECRETO 153/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 92.000,00 (Noventa e dois mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 18 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:4741A256

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA N° 282/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Rudiney Bernardelli Matrícula: 605-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo
Cargo ou função: Diretor de esportes
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 18/08/2026 (saída as 06:30 horas)
Destino: Foz do Iguaçu/PR
Valor de diárias: 569,83
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar o carro do Gabinete do executivo Municipal para fazer a revisão.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CAOA Chery Sperandio – Av. República Argentina, n° 4430 – Jardim Tarobá, Foz do Iguaçu – PR, 85.851-200.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 0 Cta: 1750

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
0**	1***-6	1****-6	054.***.***-24

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 18 de agosto de 2026.

Solicitante da Viagem:
RUDINEY BERNARDELLI

(X) Autorizado ( ) Não autorizado

Titular da Pasta:
RUDINEY BERNARDELLI

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:FDA9A182

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EXTINÇÃO UNILATERAL

O Prefeito do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar, torna público extrato a extinção de contrato:
PARTES: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO e a empresa DIPAR FERRAGENS LTDA
ESPÉCIE: Contrato nº 45/2026 – Pregão Eletrônico nº 06/2026 – Processo Administrativo nº 12/2026.
OBJETO: Aquisição de equipamento, materiais permanentes para Horta Comunitária conforme termo de convenio n° 659/2025 – DESAN**.**
DATA DA EXTINÇÃO/RESCISÃO: 18/08/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 137, inciso I e II, art. 138, inciso I da Lei nº 14.133/2021, em razão de descumprimento contratual, e com base no Contrato Administrativo nº 45/2026.
MOTIVO: Inexecução total do objeto contratual, descumprimento dos prazos estabelecidos e desatendimento reiterado das determinações da fiscalização.

Pinhal de São Bento/PR, 18 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:E5783371

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 033/2026

Dispõe sobre a suspensão do expediente administrativo da Câmara Municipal de Piraquara no

dia 20 de agosto de 2026, em razão de interrupção programada no fornecimento de energia elétrica.

CONSIDERANDO o comunicado da Companhia Paranaense de Energia – COPEL acerca da interrupção programada no fornecimento de energia elétrica nas dependências da Câmara Municipal de Piraquara, no dia 20 de agosto de 2026, no período das 8h às 16h;

CONSIDERANDO que a interrupção do fornecimento de energia elétrica compromete o funcionamento dos sistemas informatizados, equipamentos, rede de comunicação, atendimento ao público e demais atividades administrativas desenvolvidas nas dependências da Câmara Municipal;

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica suspenso o expediente administrativo e o atendimento presencial ao público da Câmara Municipal de Piraquara no dia 20 de agosto de 2026, em razão da interrupção programada no fornecimento de energia elétrica comunicada pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, retornando ao expediente normal na data de 21 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Piraquara, em 18 de agosto de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:B6BB9E3C

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 034/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a revogação da Lei Municipal nº 1.502/2015, de 28 de julho de 2015, bem como a sanção da Lei Municipal nº 2.556/2025, de 13 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, sem verbas rescisórias, **LARISSA CAROLINE SILVA NASCIMENTO SCHMITZ**, portadora do RG nº 13.071.XXX-5/PR e inscrita no CPF sob nº 089.235.XXX-89, do cargo em comissão de **Assessor da Mesa Executiva – CC-4**, para o qual foi nomeada por meio da Portaria nº 030/2026, de 5 de agosto de 2026, publicada em 6 de agosto de 2026 no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 3589, com efeitos a partir de **17 de agosto de 2026**.

Art. 2º Nomear **LARISSA CAROLINE SILVA NASCIMENTO SCHMITZ**, portadora do RG nº 13.071.XXX-5/PR e inscrita no CPF sob nº 089.235.XXX-89, para exercer, em comissão, o cargo de **Ouvidora – CC-4**, vinculada à Mesa Executiva, com efeitos a partir de **18 de agosto de 2026**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos nas datas estabelecidas nos arts. 1º e 2º.

Art. 4º Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme a Lei Municipal nº 1.204/2012, de 25 de outubro de 2012, e o Decreto nº 3.891/2012, de 21 de novembro de 2012.

Câmara Municipal de Piraquara, em 18 de agosto de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:705021B6

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 035/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° Fica designado(a) para o cargo de**Ouvidor(a) da Câmara Municipal**de Piraquara o(a) servidor(a) público(a):

Nome: LARISSA CAROLINE SILVA NASCIMENTO SCHMITZ
Matrícula:365708
Cargo:OUVIDOR(A)
Lotação:OUVIDORIA
Período:18/08/2026 A 31/12/2026

ATRIBUIÇÕES:

Art. 2° Compete ao(à) Ouvidor(a):

Coordenar as atividades da Ouvidoria

• Receber manifestações de cidadãos
• Garantir tratamento digno aos usuários
• Acompanhar o encaminhamento de manifestações
• Responder dentro dos prazos legais
• Elaborar relatório mensal de atividades
• Sugerir melhorias nos serviços
• Realizar triagem de manifestações
• Classificar reclamações, elogios e sugestões
• Acompanhar prazos de resposta
• Preparar relatórios
• Arquivar documentação
• Manter contato com cidadão
• Atender cidadãos de forma cortês
• Registrar manifestações
• Protocolar documentação
• Informar sobre situação das manifestações
• Entregar respostas
• Manter ambiente acolhedor

FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA

Art. 3º A Ouvidoria/Canal de Comunicação funcionará conforme a seguinte estrutura:
Atendimento Presencial:

• De segunda a sexta-feira
• Das 08h às 12h e das 13h às 17h
• Local: Avenida Getúlio Vargas, 1511 – Sala 01 – Centro – Piraquara/PR

Atendimento Eletrônico:

• Email: ouvidoria@piraquara.pr.leg.br
• Portal da Câmara: https://www.piraquara.pr.leg.br/transparencia/ouvidoria-1
• Formulário eletrônico: https://camarapiraquara.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=3

Atendimento Telefônico:

• Número: (41) 3589-8101
• Das 08h às 12h e das 13h às 17h
• Atendente: Larissa Caroline Silva Nascimento Schmitz

Art. 4º Tipos de manifestações recebidas:

• **Elogio:**Reconhecimento de ações positivas
• **Reclamação:**Insatisfação com serviço ou atendimento
• **Sugestão:**Propostas de melhoria
• **Denúncia:**Comunicação de irregularidades
• **Solicitação:**Pedido de informação ou serviço

Art. 5º As manifestações serão respondidas no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, com possibilidade de prorrogação por mais 30 (trinta) dias mediante justificativa fundamentada.

Art. 6º Deverá ser mantido registro de todas as manifestações contendo:

• Data de recebimento
• Nome do manifestante
• Tipo de manifestação
• Descrição resumida
• Data de resposta
• Responsável pelo atendimento
• Solução apresentada

SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Art. 7º O servidor responsável pela Ouvidoria deve garantir:

• Sigilo da identidade do manifestante quando solicitado
• Confidencialidade das informações prestadas
• Respeito à privacidade do cidadão
• Segurança da documentação

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Piraquara, em 18 de agosto de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:8D8BDD0A

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 036/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando as Leis Municipais N.º 1210/2012, de 21 de dezembro de 2012 e N.º 1502/2015, de 28 de julho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR VALDECI DE ANDRADE JUNIOR, portador do RG n.º 9.200.XXX-8 PR e inscrito no CPF sob n.º 053.133.XXX-43, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor da Mesa Executiva – CC-4

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme Lei N.º 1204/2012, de 25 de outubro de 2012 e Decreto N.º 3891/2012, de 21 de novembro de 2012.

Câmara Municipal de Piraquara, em 18 de agosto de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:295B51D9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA - N. 07/2026 -
PROCESSO LICITATÓRIO: 32.981/2026

O Município de Piraquara, **UASG N. 987769,** por meio do Presidente da Comissão de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização da concorrência citada, que tem por objeto a Execução da obra de Pavimentação em Paralelepípedos da Rua Arthur Portela de Oliveira, será realizada no dia**03/09/2026 – 9h** por meio do Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras **- Critério de Julgamento**: Menor Preço. **Valor Máximo**: R$ 3.660.204,54 (Três milhões, seiscentos e sessenta mil, duzentos e quatro reais e cinquenta e quatro centavos). Aquisição de Edital: O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** e no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações**, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019). Piraquara, 18 de agosto de 2026.

EMERSON ANTONIO ZAPCHAU -
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:AB36D79C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 14.964/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 2.640.000,00 (dois milhões seiscentos e quarenta mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 2.640.000,00 (dois milhões seiscentos e quarenta mil reais) conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:

10.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.001 – Gabinete do Secretário – SMED
10.001.12.361.0003.2013 – Manutenção do Gabinete do Secretário – SMED

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00	210	1000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.500.000,00
Total				**1.500.000,00**

10.002 – Divisão do Ensino Fundamental
10.002.12.361.0003.2016 – Manutenção do Ensino Fundamental

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00	229	103	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	900.000,00
3.1.91.13.00.00	231	104	Contribuições patronais	150.000,00
3.1.91.13.00.00	231	103	Contribuições patronais	90.000,00
Total				**1.140.000,00**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:
10.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.001 – Gabinete do Secretário – SMED
10.001.12.361.0003.2013 – Manutenção do Gabinete do Secretário – SMED

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00	210	104	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.140.000,00
3.3.90.36.00.00	217	1000	Outros serviços de terceiros – pessoa física	750.000,00
3.3.90.39.00.00	216	1000	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	500.000,00
3.3.90.47.00.00	220	1000	Obrigações tributárias e contributivas	250.000,00
Total				**2.640.000,00**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (LDO 2026), e Lei Municipal nº 2.634, 01 de dezembro de 2025 (PPA 2026-2029), em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 18 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:90EFF4AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.949/2026 "REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Celi Budniak	512921	Professor III – especialização	10/08/2026	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 10/08/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 18 de Agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:EAB8D6C1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.966/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Daniela Bueno de Paula	997600	Farmacêutica	03/08/2026	A pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 03/08/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 18 de Agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:14922077

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO Nº 11.586/2026 – CONCORRÊNCIA Nº 05/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº 14.133/2021, e de acordo com o procedimento licitatório e julgamento das propostas apresentadas no **PROCESSO Nº 11.586/2026 – CONCORRÊNCIA Nº 05/2026,** que tem por objeto a Construção da Casa da Mulher Paranaense (Projeto Padrão do Estado), com execução dos serviços de: projetos executivos, serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisória, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, gás - glp, incêndios e aparelhos; revestimentos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final e demais itens e especificações constantes em projeto., **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** a licitação em face da empresa: **TREXO CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.847.845/0001-97, vencedora do **item único**, pelo valor total **R$ 2.190.000,00** (dois milhões cento e noventa mil reais). Valor total homologado e adjudicado: **R$ 2.190.000,00** (dois milhões cento e noventa mil reais).

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 18 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:D21DECD0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 11.734/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA**,** no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:
Art. 1º Nomear a professora Regina Mansano de Oliveira, matrículas 590131 e 992247, para exercer a função de coordenadora pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Judith dos Santos Pires, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 1192/2012, art. 35, inciso III.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 17 de agosto de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 17 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:428CA35B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 19/2026

Designa Gestor Titular e Gestora Suplente para o acompanhamento dos patrocínios realizados no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA E IGUALDADE RACIAL DE PIRAQUARA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de Gestor Titular e Gestora Suplente dos Patrocínios realizados no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial – SMCIR:

I – Gestor Titular: Sergio Luiz Pinheiro, matrícula nº 780421;
II – Gestora Suplente: Bernadete Brand, matrícula nº 992754.
Art. 2º Compete aos servidores designados acompanhar a execução dos patrocínios promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial, abrangendo, no que couber:
I – o acompanhamento dos procedimentos de inscrição e da documentação pertinente;
II – o acompanhamento dos contratos, termos e demais instrumentos formalizados em decorrência dos patrocínios;
III – o acompanhamento do cumprimento das obrigações, contrapartidas, condições e prazos estabelecidos nos respectivos instrumentos;
IV – o registro e acompanhamento das ocorrências relacionadas à execução;
V – a verificação da documentação e dos elementos comprobatórios relacionados à execução do objeto patrocinado, quando aplicável;
VI – a comunicação à autoridade competente acerca de eventuais irregularidades, descumprimentos ou situações que demandem providências administrativas;
VII – a adoção das demais medidas de acompanhamento que estejam compreendidas em suas atribuições.
Art. 3º O Gestor Titular será responsável pelo acompanhamento ordinário dos instrumentos abrangidos por esta Portaria, cabendo à Gestora Suplente substituí-lo em suas ausências, afastamentos ou impedimentos, exercendo, durante a substituição, as mesmas atribuições.
Art. 4º A designação prevista nesta Portaria abrange os patrocínios formalizados pela Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial por meio de editais, inscrições, contratos, termos e demais instrumentos administrativos correlatos, observadas as competências específicas de cada setor e a legislação aplicável.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 18 de Agosto de 2026.

ADRIANA PATRICIA VIANA ROCHA
Secretária Da Cultura e Igualdade Racial

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:C26F3CA3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
"REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO" DECRETO Nº 14.945/2026

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento-Programa vigente, no valor de R$ 4.273.790,99 (quatro milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e noventa reais e noventa e nove centavos), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.697 de 11 de agosto de 2026:

Art. 1º- Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso II, 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento geral vigente, no valor de R$ 4.273.790,99 (quatro milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e noventa reais e noventa e nove centavos), conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º- A abertura do Crédito Adicional Especial se dará no Programa de Trabalho e Elemento de Despesa abaixo especificado:

11.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FMS / Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações de Atenção Básica

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
4.4.32.93.00.00	31521	Indenizações e restituições	145.000,00
Total			**145.000,00**

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.003 – Fundo Municipal da Assistência Social
13.003.08.244.0006.2037 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.50.43.00.00	31690	Subvenções sociais	120.000,00
3.3.50.43.00.00	31691	Subvenções sociais	150.000,00
3.3.90.39.00.00	31694	Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica	75.000,00
4.4.90.52.00.00	31684	Equipamentos e material permanente	60.000,00
Total			**405.000,00**

14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E IGUALDADE RACIAL
14.001 – Coordenação e Adm das Atividades da SMCIR
14.001.13.392.0005.2.085 – Programa Diversidade Cultural e Igualdade Racial

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00	31692	Obras e instalações	2.556.790,99
Total			**2.556.790,99**

15.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS - SMISU
15.001 – Gabinete do Secretário – SMIN
15.001.15.452.0010.2046 – Pavimentação de Vias

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.32.93.00.00	31565	Indenizações e restituições	100.000,00
3.3.32.93.00.00	311000	Indenizações e restituições	80.000,00
Total			**180.000,00**

21.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER
21.001 – Secretaria Municipal da Mulher – SEMU
21.001.14.422.0014.2072 – Fortalecimento Social, Político, Econômico e Cultural das Mulheres

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00	31693	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	105.000,00
Total			**105.000,00**

22.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE - SMELJ
22.001 – Coordenação das Atividades da SMELJ
22.001.27.812.0004.2040 – Manutenção das Atividades do Esporte

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00	31695	Obras e instalações	750.000,00
3.3.90.39.00.00	31696	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	132.000,00
Total			**882.000,00**

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial previsto neste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 4º O valor que trata este Decreto, não será computado para efeitos do artigo 41, da Lei Municipal nº 2.589 de 27 de junho de 2025, e o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025.

Art. 5º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), e da Lei Municipal nº 2.635, de 01 de dezembro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), em valores iguais aos desta Lei, nos Órgãos, Programas, Projetos e Atividades, nos termos do artigo 166, § 3º, inciso I, da Constituição Federal.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 18 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:260B202B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 169, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de Pitanga – Paraná, cria o Comitê Gestor Municipal da Política Municipal de Alfabetização, estabelece suas competências, atribuições, organização e funcionamento, em consonância com o Programa Educa Juntos, a Estratégia Alfabetiza Juntos e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e,
CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, especialmente os artigos 205, 206 e 211;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que institui o Programa Educa Juntos;
CONSIDERANDO a Resolução SEED nº 5.158, de 07 de agosto de 2023, que institui a Estratégia Alfabetiza Juntos;
CONSIDERANDO o Plano Municipal de Educação;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a política pública de alfabetização mediante ações permanentes de planejamento, monitoramento, avaliação e formação continuada,

RESOLVE

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização do Município de Pitanga, destinada ao desenvolvimento de ações articuladas para assegurar o direito à alfabetização das crianças, em regime de colaboração entre a União, o Estado do Paraná e o Município.
Parágrafo único. A Política Municipal de Alfabetização fundamenta-se nas diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Programa Educa Juntos, da Estratégia Alfabetiza Juntos e do Plano Municipal de Educação.
Art. 2º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I – garantia do direito à alfabetização na idade adequada;
II – regime de colaboração entre os entes federativos;
III – equidade educacional;
IV – valorização da avaliação como instrumento de melhoria da aprendizagem;
V – formação continuada dos profissionais da educação;
VI – gestão educacional baseada em evidências;
VII – fortalecimento da gestão pedagógica;
VIII – participação da família e da comunidade escolar;
IX – monitoramento permanente dos indicadores educacionais.

Art. 3º Constituem objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I – assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – elevar os índices de aprendizagem da rede municipal;
III – fortalecer práticas pedagógicas fundamentadas em evidências;
IV – garantir a continuidade entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
V – implementar estratégias permanentes de recomposição das aprendizagens;
VI – incentivar práticas inovadoras de alfabetização e letramento;
VII – fortalecer o acompanhamento pedagógico das unidades escolares;
VIII – promover a melhoria contínua da qualidade da educação.

Art. 4º Constituem diretrizes da Política Municipal:
I – priorização da alfabetização na idade certa;
II – fortalecimento da gestão pedagógica;
III – formação continuada dos profissionais;
IV – acompanhamento sistemático das aprendizagens;
V – utilização de avaliações diagnósticas, formativas e externas;
VI – uso de indicadores educacionais para tomada de decisão;
VII – implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;
VIII – participação das famílias;
IX – apoio técnico-pedagógico permanente às escolas.

Art. 5º A Política Municipal de Alfabetização será destinada às crianças da Pré-Escola e aos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

Art. 6º São agentes responsáveis pela implementação da Política:
I – Secretaria Municipal de Educação;
II – equipes técnicas e pedagógicas;
III – gestores escolares;
IV – professores;
V – demais profissionais da educação;
VI – Conselhos da Educação;
VII – famílias e comunidade escolar.

Art. 7º A implementação da Política compreenderá:
I – formação continuada;
II – produção e utilização de materiais pedagógicos;
III – avaliações diagnósticas;
IV – monitoramento dos resultados;
V – ações de recomposição das aprendizagens;
VI – acompanhamento técnico-pedagógico;
VII – socialização de boas práticas.

CAPÍTULO II
DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 8º Fica criado o Comitê Gestor Municipal da Política Municipal de Alfabetização, órgão colegiado de natureza consultiva, propositiva, articuladora, mobilizadora e de acompanhamento, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 9º Compete ao Comitê Gestor:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – monitorar o cumprimento das metas estabelecidas;
III – analisar indicadores de aprendizagem;
IV – propor ações de melhoria da qualidade da alfabetização;
V – acompanhar os resultados das avaliações;
VI – incentivar práticas pedagógicas exitosas;
VII – acompanhar a execução das formações continuadas;
VIII – apoiar a implementação das ações do Programa Educa Juntos, Estratégia Alfabetiza Juntos e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
IX – emitir recomendações técnicas;
X – elaborar relatórios periódicos;
XI – promover a integração entre os diversos segmentos da comunidade escolar;
XII – acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação no que se refere às metas de alfabetização.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 10. O Comitê Gestor será composto por representantes dos seguintes segmentos:
I – Secretaria Municipal de Educação;
II – Coordenação Pedagógica Municipal;
III – Diretores Escolares;

IV – Coordenadores Pedagógicos;
V – Professores da Educação Infantil;
VI – Professores dos Anos Iniciais;
VII – Conselho Municipal de Educação;
VIII – Conselho do FUNDEB;
IX – Representantes das famílias;
X – Articuladores Estadual e Regional do Programa.
§1º Os membros titulares e suplentes serão nomeados mediante Portaria do Chefe do Poder Executivo, após indicação dos respectivos segmentos.
§2º A Portaria poderá ser alterada sempre que houver substituição de representantes, sem necessidade de alteração deste Decreto.
§3º O mandato dos membros será de 02 (dois) anos, permitida recondução.
§4º A participação no Comitê constitui serviço público relevante e não será remunerada.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO COMITÊ GESTOR

Art. 11. São atribuições dos membros do Comitê Gestor:
I – participar das reuniões ordinárias e extraordinárias;
II – estudar, analisar e deliberar sobre matérias submetidas ao Comitê;
III – acompanhar a implementação das ações de alfabetização em seus respectivos segmentos;
IV – apresentar propostas de aperfeiçoamento das políticas públicas de alfabetização;
V – acompanhar indicadores, avaliações externas e diagnósticas;
VI – colaborar na elaboração do Plano de Ação da Política Municipal de Alfabetização;
VII – disseminar, junto às unidades escolares, as deliberações e orientações do Comitê;
VIII – promover a integração entre escolas, Secretaria Municipal de Educação e comunidade escolar;
IX – propor estratégias de intervenção pedagógica e recomposição das aprendizagens;
X – participar das ações de monitoramento, visitas técnicas e acompanhamento das escolas;
XI – sugerir ações de formação continuada;
XII – acompanhar a execução dos programas federais e estaduais relacionados à alfabetização;
XIII – zelar pelo cumprimento das metas pactuadas;
XIV – emitir pareceres e manifestações técnicas quando solicitados;
XV – manter sigilo sobre informações de caráter restrito obtidas no exercício da função;
XVI – cumprir o Regimento Interno e as deliberações do Comitê.

Art. 12. Compete ao Presidente do Comitê:
I – convocar e presidir as reuniões;
II – representar o Comitê perante os órgãos públicos;
III – organizar a pauta das reuniões;
IV – encaminhar as deliberações;
V – supervisionar a execução das decisões;
VI – solicitar apoio técnico quando necessário;
VII – exercer voto de qualidade em caso de empate.
Art. 13. Compete ao Secretário Executivo do Comitê:
I – elaborar convocações;
II – organizar a documentação;
III – lavrar atas;
IV – manter arquivo atualizado;
V – elaborar relatórios;
VI – controlar a frequência dos membros;
VII – prestar apoio administrativo.

CAPÍTULO V
DO FUNCIONAMENTO

Art. 14. O Comitê reunir-se-á ordinariamente a cada semestre e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente ou pela maioria absoluta de seus membros.
Art. 15. As reuniões serão instaladas com maioria simples e as deliberações ocorrerão por maioria dos presentes.
Art. 16. Todas as reuniões serão registradas em ata.
Art. 17. O Comitê elaborará seu Regimento Interno no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de sua instalação.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. A Secretaria Municipal de Educação fornecerá apoio técnico, administrativo e infraestrutura necessários ao funcionamento do Comitê.
Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, ouvido o Comitê Gestor.
Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, em 17 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:D40FFD31

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 650, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Instaura sindicância administrativa para apuração da situação de bens patrimoniais não localizados e designa comissão sindicante.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e,
CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de zelar pela guarda, conservação, controle e regularidade dos bens públicos municipais;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 784, de 20 de dezembro de 1996, especialmente quanto ao dever de apuração de notícia de irregularidade no serviço público municipal;
CONSIDERANDO o Memorando nº 22.954/2025, no qual consta informação acerca de bens patrimoniais não localizados após levantamento realizado pela Comissão de Inventário, Avaliação e Reavaliação de Bens Patrimoniais, com posterior reconferência pelos responsáveis das respectivas unidades administrativas;
CONSIDERANDO a necessidade de apuração formal, objetiva e cautelosa da situação dos bens indicados, sem imputação prévia de responsabilidade funcional, dano ao erário, dolo ou culpa;

RESOLVE

Art. 1º Instaurar sindicância administrativa, de natureza preliminar e apuratória, destinada a apurar a situação dos bens patrimoniais não localizados indicados no Memorando nº 22.954/2025 e respectivos documentos anexos.
Art. 2º A sindicância terá por objeto verificar, de forma individualizada e documental, a situação dos bens patrimoniais apontados como não localizados, abrangendo, quando necessário:
I) a identificação patrimonial dos bens;
II) a unidade administrativa ou setor de vinculação;
III) os registros de guarda, carga patrimonial, uso, movimentação, transferência, baixa, substituição, inutilização, desfazimento ou recolhimento;
IV) eventual localização posterior dos bens;
V) a existência de documentos, registros, justificativas ou elementos que esclareçam a situação patrimonial;
VI) eventual ocorrência de dano ao erário, se comprovado;
VII) eventual existência de indícios de responsabilidade funcional, desde que apurados elementos mínimos durante a instrução.
Art. 3º A presente sindicância não constitui, por si só, imputação de responsabilidade a servidor ou agente público, destinando-se exclusivamente à apuração preliminar dos fatos, à organização das informações patrimoniais e à indicação das providências administrativas cabíveis.
Art. 4º Ficam designados os seguintes servidores estáveis para compor a Comissão Sindicante:
I) Laercio Berton de Deus, matrícula nº 52.526, Presidente;

II) Barbara Maria Schon, matrícula nº 55.004, Membro;
III) Vanderlei Neves , matrícula nº 505.781, Membro.
Art. 5º A Comissão Sindicante deverá observar os limites do objeto definido nesta Portaria, podendo, para a adequada instrução dos trabalhos:
I) requisitar documentos e informações aos setores competentes;
II) solicitar manifestação das Secretarias e unidades administrativas envolvidas;
III) verificar registros patrimoniais, termos de responsabilidade, cargas patrimoniais, movimentações, transferências, baixas e demais documentos correlatos;
IV) ouvir servidores, responsáveis por setores ou demais pessoas que possam contribuir para o esclarecimento dos fatos;
V) realizar diligências necessárias à elucidação da situação dos bens.
Art. 6º A Comissão deverá iniciar os trabalhos no prazo legal, contado da publicação desta Portaria, e concluir a sindicância no prazo previsto na Lei Municipal nº 784/1996, ressalvada a possibilidade de prorrogação, mediante justificativa formal, quando necessária à adequada conclusão dos trabalhos.
Art. 7º Ao final da instrução, a Comissão Sindicante deverá apresentar relatório conclusivo à autoridade competente, indicando:
I) os bens localizados ou regularizados;
II) os bens cuja movimentação, baixa, transferência, inutilização, desfazimento ou destinação tenha sido documentalmente esclarecida;
III) os bens que permanecerem sem localização ou sem justificativa documental suficiente;
IV) a eventual necessidade de regularização dos registros patrimoniais;
V) a eventual existência de dano ao erário, se constatado;
VI) a eventual existência de indícios mínimos de responsabilidade funcional, se houver.
Art. 8º Havendo, ao final da sindicância, elementos mínimos que indiquem possível responsabilidade funcional, a autoridade competente avaliará a adoção das providências cabíveis, inclusive eventual instauração de processo administrativo próprio, assegurados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, em 17 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:A5411B84

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 651, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, nos termos do Art. 35 da LC nº 76/2022, à servidora ESILDA APARECIDA PINCHESK no cargo de Auxiliar De Consultório Dentário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedido à servidora **ESILDA APARECIDA PINCHESK**, matrícula nº 84191, brasileira, servidora pública municipal de Pitanga, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar De Consultório Dentário, **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, comum – provento integral, com fundamento o Art. 35 da LC nº 76/2022 – com paridade – última remuneração.

Art. 2º Fica estipulado como provento mensal de sua aposentadoria o valor de R$3.388,05 (três mil, trezentos e oitenta e oito reais e cinco centavos), composto das verbas permanentes: vencimento estatutário R$2.509,67 (dois mil, quinhentos e nove reais e sessenta e sete centavos) e 35% de adicional de tempo de serviço R$878,38 (oitocentos e setenta e oito reais e trinta e oito centavos).

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 17 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
JACIELE APARECIDA VIEIRA BRAGA
Diretora de Gestão do Fundo Municipal de Previdência

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:DB4A99A4

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 652, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder progressão vertical a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder progressão vertical a servidora na classe e nível de vencimentos abaixo evidenciados, a contar de 01 de agosto de 2026.

Matrícula	Nome	Cargo	De	Para
50131	ILDA APARECIDA HIRCO	Professor	R-04-02	R-05-02

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 17 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:390EA8C6

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 653, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder férias à servidora Edilaine Aparecida Venâncio, matricula nº 50176, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem 40 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora.
RESOLVE
Art.1º - Conceder **10 (dez)** dias de **f**érias a servidora, **EDILAINE APARECIDA VENÂNCIO,** matricula nº **50176,** ocupante do cargo de Auxiliar De Enfermagem 40 h, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, a contar de 17 de agosto de 2026.

Art. 2º - Decorrido o prazo do Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 27 de agosto de 2026.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 17 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:81DAD624

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 654, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder férias a servidora Helena de Fátima Pereira, matrícula nº 504571, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde 40 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **10 (vinte)** dias de **f**érias a servidora **HELENA DE FÁTIMA PEREIRA,** matrícula nº **504571,** ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde 40 h, referente ao período aquisitivo 2025/2026, a contar de 24 de agosto de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 03 de setembro de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 17 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:D7BAB9F3

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 655, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder férias a servidora Adriele Andreia Inácio, matricula nº 50033, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO – O Requerimento da servidora.

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **10 (dez)** dias de **f**érias a servidora **ADRIELE ANDREIA INÁCIO,** matricula nº **50033,** ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 2025/2026, a contar de 19 de agosto de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 31 de agosto de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 17 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:26130DF8

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 656, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Conceder férias ao servidor Robson Alex Beraldeli, matricula nº 503931, ocupante do cargo de Enfermeiro Esf 40 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **30 (trinta)** dias de **férias** ao servidor **ROBSON ALEX BERALDELI,** matrícula nº **503931,** ocupante do cargo de Enfermeiro Esf 40 h, referente ao período aquisitivo 2022/2023 - 18 (dezoito) dias e 2023/2024 - 12 (doze) dias, a contar de 17 de agosto de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 16 de setembro de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 18 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:3D4BEEE1

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 657, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Conceder férias a servidora Hellen Guezegoch, matricula nº 50125, ocupante do cargo de Professor 20 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **44 (quarenta e quatro)** dias de **férias** a servidora **HELLEN GUEZEGOCH,** matrícula nº **50125,** ocupante do cargo de Professor 20 h, referente ao período aquisitivo 2024/2025, a contar de 18 de agosto de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 01 de outubro de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 18 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:75A05C4B

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 658, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Conceder licença prêmio a servidora Jurema Terezinha Rizzi Talgatti, matricula nº 207231, no cargo de Professor 20 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art.1º - **CONCEDER** 30 **(trinta)** dias de **LICENÇA PRÊMIO**, à servidora **JUREMA TEREZINHA RIZZI TALGATTI**, matrícula nº **207231,** no cargo de Professor 20 h, a contar de 18 de agosto de 2026.

Art. 2º - Decorrido o prazo do Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 17 de setembro de 2026.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 18 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:BDC2B003

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE N° 01/2026
CONTRATANTE: FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 09.224.738/0001-07
CONTRATADA: PC3 – SOLUCOES SUSTENTAVEIS LTDA
CNPJ/MF: 30.261.265/0001-04
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e apoio em Gestão Administrativa, compreendendo suporte técnico nas áreas administrativa, financeira, contábil, controle interno, prestação de contas e gestão previdenciária, incluindo acompanhamento e orientação quanto ao envio de informações obrigatórias aos órgãos de controle, elaboração e conferência de demonstrativos previdenciários, apoio na regularidade junto ao Ministério da Previdência Social, orientação quanto aos procedimentos administrativos internos, capacitação de servidores e realização de atendimentos presenciais e remotos, conforme necessidades da unidade gestora do RPPS, destinados ao Fundo de Previdência do Município de Pitangueiras – FPMP.
VALOR: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
DESP 09 - 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
SIGNATÁRIOS: Paulo Sérgio Gonçalves e Leandro Castanha
DATA DA ASSINATURA: 10/07/2026

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:97A6807D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
DECRETO 5770-2026 NOMEAÇÃO ILIANE HERMANN

DECRETO Nº 5770 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de servidora aprovada em concurso público e dá outras providencias.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando resultado final do Concurso Público Municipal, edital 001/2026, homologado através do edital nº 17.001/2026;
Considerando Edital de Convocação nº 05/2026 de 12 de Agosto de 2026
Considerando que a mesma apresentou no departamento de Recursos Humanos a documentação exigida no edital do concurso

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada para exercer o cargo efetivo de Professor III, carga horária semanal de 20 horas, *Nivel Inicial OA2*, do grupo ocupacional 02, a Sra. *Iliani Hermann, cpf nº 019.600.***-99.*
Art. 2º Fica convocada a candidata nomeada por este Decreto a comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste decreto, na Secretaria Municipal de Administração desta municipalidade, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, munidos de documentos pessoais para tomar posse de seu cargo.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos dezoito dias do Mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:43584393

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
DECRETO 5771-2026 NOMEAÇÃO JENNIFER PERTILE

DECRETO Nº 5771 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de servidora aprovada em concurso público e dá outras providencias.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando resultado final do Concurso Público Municipal, edital 001/2026, homologado através do edital nº 17.001/2026;
Considerando Edital de Convocação nº 03/2026 de 31 de Julho de 2026
Considerando que a mesma apresentou no departamento de Recursos Humanos a documentação exigida no edital do concurso

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada para exercer o cargo efetivo de Enfermeia, carga horária semanal de 40 horas, *Nivel Inicial* 25, do grupo ocupacional 02, a Sra. *Jennifer Gabrieli Pertile, cpf nº 111.261.***-26*
Art. 2º Fica convocada a candidata nomeada por este Decreto a comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste decreto, na Secretaria Municipal de Administração desta municipalidade, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, munidos de documentos pessoais para tomar posse de seu cargo.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos dezoito dias do Mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:DB004A24

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 475-2026 - CONCESSÃO DE LICENÇA PARA SERVIDORA EFETIVA

PORTARIA Nº 475 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre sobre concessão de licença para trato de assuntos pessoais de servidora efetiva.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando solicitação da servidora,
Considerando Art. 103 do Estatuto do Servidor Publico,

RESOLVE
Art. 1º - Conceder Licença para trato de assuntos de interesses particulares à servidora Elienara Zenira Behl Borges, detentora do cargo efetivo de Professor III, matricula 1170-1, pelo período de 02 (dois) anos.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:13B2D306

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 396/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 296/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 296/2026, que tem por credenciamento de Microempreendedor Individual (MEI) para fornecimento de alimentos panificados para atendimento das demandas dos Centros Municipais de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná**..** Empresa Contratada 66.959.051 DALVA EFIGENIA BRAGA DA SILVA KONOFAL Iinscrita no CNPJ n.º 66.959.051/0001-53 Data da ratificação e homologação**:** 18 de agosto de 2026. Valor homologado: **R$ 10.456,88 (dez mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos).**
Dotação orçamentária: 10.002.12.306.0039.2.043.3.3.90.32.00.00 - CR 393 -
FR 124.

Pontal do Paraná,18 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:187C3F70

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 397/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 297/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 297/2026, que tem por credenciamento de Microempreendedor Individual (MEI) para fornecimento de alimentos panificados para atendimento das demandas dos Centros Municipais de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná**..** Empresa Contratada 17.850.032 ROSILI MARIA DO ROCIO SILVA Iinscrita no CNPJ n.º 17.850.032/0001-89 Data da ratificação e homologação**:** 18 de agosto de 2026. Valor homologado: **R$ 10.456,88 (dez mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos).**
Dotação orçamentária: 10.002.12.306.0039.2.043.3.3.90.32.00.00 - CR 393 -
FR 124.

Pontal do Paraná,18 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:14DC939E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 398/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 298/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 298/2026, que tem por credenciamento de profissionais habilitados para a execução de oficinas, a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino Escolas e CMEIS do Município de Pontal do Paraná, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada 58.983.194 HELOISA ANDRESSA NOVAK NASCIMENTO inscrita no CNPJ n.º 58.983.194/0001-72 Data da ratificação e homologação**:** 18 de agosto de 2026. Valor homologado: **R$ 14.021,00 (quatorze mil e vinte eum reais).**
Dotação orçamentária: 10.003.12.361.0063.2.045.3.3.90.39.00.00 - CR 461 -FR 104.

Pontal do Paraná,18 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:ECC5F583

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - GUARDA MUNICIPAL
PORTARIA N°. 027, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 – CGCM

A Corregedoria Geral da Guarda Civil Municipal – CGCM, da Secretaria Municipal de Segurança Pública - SMSP, no uso das competências e atribuições conferidas pelos artigos 3º, 4º e 5º, da Lei Ordinária nº 2.066, de 01 de setembro de 2020, considerando o Memorando nº 1887/2026, que versa sobre conduta de servidor Guarda Civil Municipal, contrária aos regramentos disciplinares adstritos aos agentes da Corporação,

RESOLVE:
I – **DETERMINAR** a instauração deSINDICÂNCIA CONTRADITÓRIApara apuração de possível violação de princípios mínimos art. 39, §3º, inciso XIII, da Lei Municipal nº 2.066/2020 – Regulamento Disciplinar dos Servidores do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Municipal de Pontal do Paraná, e outros dispositivos que, por ventura, restarem configurados no curso do processo.

II – **DESIGNAR** servidor (a) Guarda Municipal, para compor a Comissão de Sindicância Contraditória, da corregedoria da Guarda Municipal, da Secretaria Municipal de Segurança, na forma que especifica:
Presidente: Divanir Cuimbra Miranda, matrícula: 318601;
Secretário: Járede Lucas da Silva Souza, matrícula: 323482;
Membro: Cleverson Matias Paiffer, matrícula: 317801;

III – A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste ato, para emissão de relatório final, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa fundamentada.

IV – Conforme Art. 72 da Lei Ordinária 2066/2020, fica decretado o sigilo da Sindicância, facultando acesso aos autos exclusivamente as partes ou seus procuradores.

V – Ao envolvido, cuja identificação e demais informações restarão preenchidas no ato de sua Notificação,**FICA ASSEGURADO**, o devido processo legal, cuidando-se de que não haja prejuízo à defesa e, por conseguinte ao processo.

VI - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Cumpra-se.

Pontal do Paraná/PR, 18 agosto de 2026.

CAMILA FERNANDA BINI
Corregedora da Guarda Civil Municipal

Publicado por:
Camila Fernanda Bini
Código Identificador:3DB75983

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - GUARDA MUNICIPAL
PORTARIA N°. 028, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 – CGCM

A **CORREGEDORIA GERAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL – CGCM,** da **Secretaria Municipal de Segurança Pública – SMSP**, no uso das competências e atribuições conferidas pela Lei Ordinária nº 2.066, de 01 de setembro de 2020, que dispõe sobre o Regulamento Disciplinar dos Servidores do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Municipal de Pontal do Paraná, e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 67 da Lei Municipal nº 2.066/2020, segundo o qual a sindicância investigativa poderá ser realizada pelo Corregedor da Guarda Civil Municipal;
CONSIDERANDO o disposto no § 1º do artigo 67 da Lei Municipal nº 2.066/2020, que estabelece que o Corregedor da Guarda Civil Municipal poderá nomear servidor para auxiliá-lo no procedimento de sindicância;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o adequado desenvolvimento dos procedimentos administrativos de competência da Corregedoria Geral da Guarda Civil Municipal, bem como conferir maior eficiência e organização aos trabalhos correcionais;
RESOLVE:
I – DESIGNAR o servidor **Guarda Civil Municipal GIL CASSIUS CORDEIRO, matrícula nº 317981,** para **auxiliar o Corregedor da Guarda Civil Municipal nos procedimentos de sindicância**, nos termos do artigo 67, § 1º, da Lei Municipal nº 2.066/2020.
II – O servidor designado prestará auxílio nos atos e diligências determinados pelo Corregedor da Guarda Civil Municipal, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, contraditório, ampla defesa e demais normas aplicáveis aos procedimentos administrativos disciplinares.
III – A presente designação não implica transferência das atribuições legais e funcionais próprias do Corregedor da Guarda Civil Municipal, permanecendo sob sua responsabilidade a condução e supervisão dos procedimentos de sindicância, na forma da legislação vigente.
IV – O servidor designado deverá manter sigilo sobre os fatos, documentos, informações e demais elementos a que tiver acesso em razão do exercício da presente função, especialmente quando os procedimentos estiverem submetidos a sigilo legal.
V – A atuação do servidor ora designado ocorrerá sempre em estrita observância às disposições da **Lei Municipal nº 2.066/2020** e demais normas pertinentes, devendo comunicar ao Corregedor qualquer circunstância que possa comprometer a regularidade ou imparcialidade dos procedimentos.
VI – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Cumpra-se.

Pontal do Paraná/PR, 18 agosto de 2026.

CAMILA FERNANDA BINI
Corregedora da Guarda Civil Municipal

Publicado por:
Camila Fernanda Bini
Código Identificador:F72720DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DAS CIDADES

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal das Cidades Aos 17 (dezessete) dias do mês de Junho de 2026, reuniram-se parte dos membros do Conselho Municipal das Cidades para discussão dos assuntos constantes na pauta previamente encaminhada aos conselheiros. 1. Proposta de criação do Setor Especial Náutico (SEN) Foi apresentada a demanda referente à criação de um Setor Especial Náutico (SEN), em moldes semelhantes ao Setor Especial Comercial (SEC), com o objetivo de possibilitar e incentivar empreendimentos e atividades relacionadas ao setor náutico em áreas com vocação para esse uso, especialmente em lotes localizados junto a canais de acesso à llha do Mel. Os conselheiros discutiram a incompatibilidade entre o zoneamento vigente e as características de determinadas áreas do município, atualmente sem previsão específica para atividades náuticas. Após os debates, deliberou-se pela continuidade dos estudos técnicos e jurídicos visando avaliar a viabilidade de criação do referido setor especial, contemplando usos como estacionamentos, pontos de embarque e estruturas de apoio a embarcações de pequeno porte. 2. Critérios para controle da divulgação de empreendimentos imobiliários sem licenciamento municipal Os conselheiros discutiram a necessidade de adoção de medidas destinadas à proteção dos consumidores e ao cumprimento da legislação urbanística municipal, especialmente em relação à divulgação e comercialização de empreendimentos sem a devida aprovação ou licenciamento municipal. Foram debatidas alternativas de regulamentação e ações de orientação ao mercado imobiliário, sem que houvesse conclusão definitiva sobre o tema. Deliberou-se pela realização de estudos técnicos e jurídicos, incluindo levantamento de experiências adotadas em municípios vizinhos, bem como pela busca de parceria institucional com a Associação Comercial e Empresarial de Paranaguá (Aciapar), visando à construção de mecanismos preventivos e orientativos. 3. Critérios para controle de incorporações imobiliárias que possam prejudicar adquirentes Foi debatida a situação de empreendimentos regularmente que, posteriormente, aprovados e licenciados comercializados são submetidos a processos de incorporação imobiliária e como unidades futuras, circunstância regularização que pode gerar dificuldades para a e individualização das edificações. mecanismos Foram discutidas alternativas como a instituição de garantias, cauções e de integração com procedimentos de outros órgãos, não sendo identificada, neste momento, solução viável para implementação imediata. O Conselho manifestou estudos preocupação com a segurança jurídica dos adquirentes e deliberou pela realização de vizinhos. técnicos e jurídicos, incluindo pesquisa de soluções adotadas em municípios 4. Análise de atividades classificadas como uso permissível Cidades, Os membros discutiram a necessidade de apreciação, pelo Conselho Municipal das dos empreendimentos urbanística enquadrados como "uso permissível" na legislação vigente. Após análise, deliberou-se que a manifestação do Conselho constitui importante subsídio para as decisões administrativas relacionadas a tais atividades, recomendando-se reuniões que os casos sejam apreciados nas reuniões ordinárias ou, quando necessário, em extraordinárias para maior celeridade processual. Também foi deliberada a necessidade de manifestação de órgãos e secretarias competentes, conforme as características de cada empreendimento, cabível, incluindo, quando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Vigilância Sanitária. 5. Análise de casos específicos para ciência e parecer do Conselho a) Protocolo nº 5.774/2022 - Residência edificada sobre via pública João Foi apresentada a situação de residência implantada sobre área destinada à Rua Novaski, localizada no Loteamento Ipanema IV, Bairro Praia de Ipanema. O Conselho tomou ciência dos fatos e recomendou a adoção das medidas administrativas cabíveis para desocupação da área pública, incluindo a notificação dos responsáveis e a fixação de prazo para remoção da edificação. série, b) Protocolo nº 11.267/2026 - Omissão normativa em projeto de habitações em em lote de esquina, com acesso interno Foi analisado o caso de um projeto composto por três unidades de habitação em série, implantadas em um lote de esquina, cujo acesso foi apresentado de forma comum e interno no lote, localizado em área correspondente ao recuo obrigatório. Verificou-se que a legislação vigente não apresenta vedação expressa à solução proposta, embora também não estabeleça critérios específicos para sua implantação. Considerando a ausência de previsão normativa clara, o Conselho manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento da aprovação do projeto, mas condicionando-o à execução integralmente permeável da área destinada ao acesso

interno. Adicionalmente, foi recomendada a elaboração de estudos visandoo aperfeiçoamento da regulamentação urbanística para disciplinar e impedir situações futuras semelhantes a esta. c) Protocolo nº 12.394/2026 - Barracões irregulares em Pontal do Sul Foi analisada a situação de cinco barracões edificados sem licenciamento municipal, de forma separada e sem unificação, mas ocupantes de 100% da área referente aos lotes n° 01, 02, 03, 24 e 25 da Quadra nº 196, do loteamento Cidade Balneária Pontal do Sul. no Bairro Pontal do Sul, totalizando mais de 2.000m² de construção, e utilizados para atividades relacionadas à construção e manutenção de embarcações. O referido lote está inserido na Zona Residencial 3 (ZR3), a qual tem seus parâmetros obrigatórios e permissões de usos determinados pelo Anexo V, da LC n° 037/2024. O caso foi identificado após denúncia de vizinhança relacionada a impactos decorrentes da atividade exercida no local, e por meio de solicitação de Alvará de Funcionamento pelo representante, conforme o referido protocolo deste assunto. O Conselho analisou cada situação como segue: I - Para a atividade de Construção de embarcações de esporte e lazer, a classificação é de Industrial - Tipo 3, conforme Anexo VI da LC n° 037/2024, e independente da dimensão da área, este tipo de atividade está determinada como um Uso Proibido. Portanto, a deliberação é por notificação do responsável para o encerramento das atividades no local, mas concedendo-se um prazo de até 12 (doze) meses para desmobilização e transferência da atividade para outra área adequada, condicionada à apresentação de um "Plano de Encerramento de Atividades". II - Para a atividade de Reparo ou Manutenção de embarcações de esporte e lazer, entende-se que não há produção de um novo bem, e portanto, não se enquadra em fabricação ou indústria, e sim de uma atividade de prestação de serviços, no entanto, neste caso, não são serviços comuns, são atividades específicas e que geram impactos relevantes. O responsável informa exercer serviços de lixamento estrutural, aplicação de manta de fibra de vidro, resinas poliéster e epóxi, pintura náutica, polimento técnico e reparos em casco e convés. Considerando que a atividade se restringe à manutenção e reparação de embarcações, sem fabricação de novo produto, e que sua operação ocorre em apenas um dos barracões, com área inferior a 500m², entende-se possível seu enquadramento como Comércio e Serviço Setorial, atividade determinada como um Uso Permissível. Portanto, neste caso a deliberação é por notificação do responsável para apresentação de um Plano de Trabalho, contendo as medidas de controle ambiental, sanitário, operacional e construtivo necessárias para eliminação ou mitigação dos impactos à vizinhança, especialmente aqueles relacionados a ruídos, particulados, odores, emissões atmosféricas e manejo de resíduos. Com um prazo de até 6 (seis) meses para apresentação do plano, e um prazo adicional de até mais 6 (seis) meses para sua implementação e comprovação dos resultados. a Em ambos os casos, o processo deverá ser submetido à análise da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por meio de processo administrativo, para definição das exigências ambientais, licenças eventualmente necessárias e demais medidas corretivas pertinentes. Quanto a situação construtiva das edificações existentes, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Infraestrutura informou que os lotes 01, 24 e 25 possuem a frente voltada para a Avenida Hawai, com o benefício de Setor Especial de Comércio (SEC), podendo utilizar de recuo zero e até 90% de taxa de ocupação, mediante aplicação das compensações urbanísticas previstas na legislação municipal. Já os lotes 02 e 03, estão com a frente voltada para a Rua Saíra, estando sujeitos exclusivamente aos parâmetros urbanísticos ordinários da zona em que se inserem. Considerando as particularidades do caso, a deliberação do Conselho é pela realização de estudos técnicos quanto à possibilidade de regularização das edificações existentes, incluindo a eventual aplicação de compensação urbanística, observadas as disposições da legislação municipal vigente e a necessidade de melhorias urbanas na Avenida Hawai. A eventual regularização das edificações não implica reconhecimento da conformidade urbanística das atividades nelas exercidas, permanecendo obrigatória a descontinuidade da atividade de construção de embarcações, deliberação. nos termos da presente O Conselho delibera ainda para que a Secretaria responsável pela emissão de Alvarás de Funcionamento encaminhe à Secretaria Municipal de Planejamento Infraestrutura Urbano e a relação dos estabelecimentos licenciados que exerçam atividades de construção, manutenção ou reparação de embarcações no Município, de fiscalização urbanística visando a realização específica, com o objetivo de verificar a regularidade das edificações, dos usos instalados e das condições de funcionamento, bem como prevenir e corrigir situações semelhantes às constatadas neste processo. 6. Discussão de novas regulamentações municipais Foram debatidas e aprovadas propostas para elaboração referentes aos de regulamentações seguintes temas: a) Procedimento administrativo registradas ou simplificado para demolição de edificações, não; b) Padronização e regulamentação da implantação de lixeiras; c) Procedimento administrativo para retificação de lotes; d) Ordenamento e adequação fundiária de lotes no Município. 7. Assuntos Gerais Nos assuntos gerais, os conselheiros destacaram a importância do fortalecimento fiscalização da urbanística, das ações da atualização permanente da legislação municipal e da ampliação educativas voltadas à regularização de empreendimentos e edificações. Foi também apresentado o aplicativo GeoCidadão, registro anônimo ferramenta que possibilita o conselheiros de denúncias relacionadas a obras e atividades irregulares. Os recomendaram a ampliação da divulgação do sistema junto à população. Foi registrada a recorrente ausência de representantes de entidades profissionais, sindicatos, setor industrial, comércio e movimentos populares, deliberando-se pelo envio de comunicação formal às respectivas entidades para reforçar a importância da participação nas reuniões do Conselho. Foi discutida e aprovada a substituição do conselheiro George Lima, como suplente do conselheiro Heitor Gonçalves Kayamori, por Déborah Aguiar Cezar Mendes. Além disso, foi discutido também o Protocolo nº 15.954/2024, o qual trata-se de uma edificação com alvará emitido, a qual teve habite-se recusado devido a projeção de sacada sobre o recuo obrigatório de 3,00m, sendo que no projeto esta situação foi corrigida, tornando a execução diferente do projeto aprovado. O conselho deliberou também, por elaboração de estudos para possibilidade de aplicação de compensações urbanísticas para estes tipos de casos. Por fim, foi deliberada a possibilidade de participação dos conselheiros por meio de videoconferência (Google Meet ou plataforma equivalente), em caráter excepcional, mediante apresentação prévia de justificativa à Secretaria Executiva do Conselho. Ficou estabelecido que cada conselheiro poderá utilizar essa modalidade por até 2 (duas) reuniões, sendo a participação remota considerada válida para fins de presença e votação, devendo constar expressamente em ata. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, fica acompanhada da respectiva Lista de Presença, contendo as assinaturas dos participantes, a qual integra este documento para todos os fins, seguindo anexa para publicação.
Pontal do Paraná, 17 de junho de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:201CEB4D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.615 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula:"Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis que menciona"

Considerando o interesse da utilização de imóvel para a ampliação do Cemitério São Pedro.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelos arts. 6º, inciso XX, 67, incisos IV e XXVI, 86, inciso I, alínea "d", e 168, inciso I, da Lei Orgânica do Município, pelos artigos 2º, 5º, "i" e "m" e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e de acordo com o constante do **Memorando nº 3929/2025.**

D E C R E T A:

Art. 1°. Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis a seguir indicados:

I – O Lote de terreno sob nº 10 da Quadra 25, do Balneário Pontal do Sul, com descrições constantes da matrícula nº8321 do Cartório de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná/PR.

II – O Lote de terreno sob nº 11 da Quadra 25, do Balneário Pontal do Sul, com descrições constantes da matrícula nº16431 do Cartório de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná/PR.

III – O Lote de terreno sob nº 12 da Quadra 25, do Balneário Pontal do Sul, com descrições constantes da matrícula nº16432 do Cartório de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná/PR.

IV – O Lote de terreno sob nº 13 da Quadra 25, do Balneário Pontal do Sul, com descrições constantes da matrícula nº16433 do Cartório de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná/PR.

V – O Lote de terreno sob nº 14 da Quadra 25, do Balneário Pontal do Sul, com descrições constantes da matrícula nº16434 do Cartório de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná/PR.

VI – O Lote de terreno sob nº 15 da Quadra 25, do Balneário Pontal do Sul, com descrições constantes da matrícula nº16435 do Cartório de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná/PR.

VII – O Lote de terreno sob nº 16 da Quadra 25, do Balneário Pontal do Sul, com descrições constantes da matrícula nº16437 do Cartório de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná/PR.
VIII – O Lote de terreno sob nº 17 da Quadra 25, do Balneário Pontal do Sul, com descrições constantes da matrícula nº15122 do Cartório de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná/PR.
IX – O Lote de terreno sob nº 18 da Quadra 25, do Balneário Pontal do Sul, com descrições constantes da matrícula nº15186 do Cartório de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná/PR.
X – O Lote de terreno sob nº 03 da Quadra 25, do Balneário Pontal do Sul, com descrições constantes da matrícula nº16425 do Cartório de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná/PR.
XI – O Lote de terreno sob nº 04 da Quadra 25, do Balneário Pontal do Sul, com descrições constantes da matrícula nº16426 do Cartório de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná/PR.
XII – O Lote de terreno sob nº 05 da Quadra 25, do Balneário Pontal do Sul, com descrições constantes da matrícula nº16427 do Cartório de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná/PR.
XIII – O Lote de terreno sob nº 06 da Quadra 25, do Balneário Pontal do Sul, com descrições constantes da matrícula nº16428 do Cartório de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná/PR.
XIV – O Lote de terreno sob nº 07 da Quadra 25, do Balneário Pontal do Sul, com descrições constantes da matrícula nº16429 do Cartório de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná/PR.
XV – O Lote de terreno sob nº 08 da Quadra 25, do Balneário Pontal do Sul, com descrições constantes da matrícula nº16430 do Cartório de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná/PR.

Art. 2º. Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a:

I – Praticar todos os atos judiciais ou extrajudiciais que se fizerem necessários para assegurar a desapropriação judicial ou extrajudicial do imóvel objeto deste Decreto; e

II – Tomar medidas judiciais para fins de imissão provisória na posse dos imóveis descritos no art. 1° deste Decreto, invocando em juízo, quando necessário, a urgência.

Art. 3º. A desapropriação do imóvel é necessária para a ampliação do Cemitério Municipal.

Art. 4º. As despesas decorrentes dos atos praticados por força deste Decreto serão suportadas por recursos para tal fim destinados.

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 17 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

VERGINIA MARA PEDROSO
Procurador Geral do Município

JACKSON CESAR BASSFELD
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:3285550D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13616/2026 DE 18/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13616/2026 de 18/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.316.765,33 (um milhão, trezentos e dezesseis mil e setecentos e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		PROCURADORIA GERAL	
05.001		DIRETORIA GERAL	
05.001.02.062.0005.2.011		GERENCIAMENTO DE ASSUNTOS JURIDICOS	
86 - 3.3.90.39.00.00	3000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	18.796,85
89 - 3.3.90.91.00.00	3000	SENTENCAS JUDICIAIS	1.297.968,48
		Total Suplementação:	1.316.765,33

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:DA141CE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N. º 13.614 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: "Substituir os membros do Comitê Local do Programa Nossa Gente Paraná".

RUDISNEY GIMENES FILHO, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido na Lei Estadual nº 20.548/2021 e **Memorando nº 20.773/2026.**
D E C R E T A:

Artigo 1º - Substituir os membros do **Comitê Local** do Programa Nossa Gente Paraná **,** ficando assim composta pelos seguintes membros:

COMITÊ MUNICIPAL:

Kathia Salomão de Souza - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
Leticia Fernandes Andres - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
Cíntia Mendes da Silva - Representante da Secretaria Municipal de Educação;

Rivalcir Rosa Sans - Representante da Secretaria Municipal de Projetos e Planejamento
Urbano;
Luciana Goldschmidt Costa - Representante da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico;
Flávia Caroline Deable Zacarias - Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

COMITÊ LOCAL:

Tarcimeri Serpa dos Santos - Representante do CRAS Canoas;
Reinaldo Pereira - Representante do CRAS Canoas;
Ana Elisa Penha - Representante do CRAS Ipanema;
Luzimara Almudi Lobo dos Santos - Representante do CREAS;
Larissa Bastos - Representante do Acolhimento Institucional;
Aldair Condradi - Coordenador do Cadastro Único e Bolsa Família;
Aline Maire de Freitas- Representante da Secretaria de Saúde;
Andreia Gomes Santos - Representante da Secretaria de Educação;
Tatiana de Fátima Santos - Representante da Secretaria de Habitação e Assuntos Fundiários;
Albor Guttemberg Pimpao Ferreira Alves Neto - Representante da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico;
Roswita Jahnke - Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
Lisiane Camila Pereira – Representante da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social.

Artigo 2º – Este Decreto entra em vigor a partir desta data, revogando as alterações contrárias.

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 17 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:F313322D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

PROCEDIMENTO AUXILIAR N.º 14/2026
CREDENCIAMENTO N.º 14/2026
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

O MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANÁ - CNPJ nº 01.609.843/0001-52, pessoa jurídica de
direito público, através da Comissão Permanente de Licitação, por intermédio da equipe de licitações, tendo em vista o que consta no Edital de Chamamento Público – Procedimento Auxiliar 14/2026 – Credenciamento 14/2026, retificar os seguintes itens, conforme abaixo:

EDITAL

Onde se lê: Item 3 do Edital
3.2 Não poderão inscrever-se para ministrar as oficinas empresas que possuam servidores da Prefeitura de
Pontal do Paraná em seu quadro de funcionários;
Leia-se:
3.2 Não poderão inscrever-se no presente credenciamento empresas que possuam servidores da Prefeitura
de Pontal do Paraná em seu quadro de funcionários;
Supressão do item 4.7.9 do Edital
4.7.9. Poderão ser exigidos, conforme a especificidade da oficina, cursos de formação continuada,
certificados de capacitação técnica ou experiências comprovadas que demonstrem a aptidão do candidato para ministrar os p de forma didático-pedagógica, especialmente nos casos de oficinas voltadas a públicos
com necessidades educacionais específicas.
Leia-se:
Fica suprimido por inteiro o item 4.7.9.

MINUTA DO CONTRATO

Onde se lê: Item 8 da Minuta do contrato
8.2 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor **Christiano Ellian Monte**
(Secretaria Municipal de Educação).
Leia-se:
A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelos servidores:
SMED: VITÓRIA DE ARAUJO MARQUES DENGO GABINETE: RENATA CECILIA SILVA MARINHO SMFDS: LOISLEYNE BASTOS DA ROCHA
SMS: ANTÔNIO CARLOS FERNANDES CAILHEIROS
SMAD: THAISE PELIZZON
Onde se lê: Item 4 da Cláusula Quarta da Minuta do contrato

•
Os contratos terão vigência a partir de sua assinatura, por um período de até 10 (dez) meses, podendo

esses ser SUSPENSOS em períodos de férias e recessos escolares. A justificativa para a realização de contratos de credenciamento por 10 meses, conforme a Lei 14.133/2021, se deve ao:

•
Alinhamento com o Ano Letivo: A duração de 10 meses está diretamente relacionada ao calendário escolar, permitindo que as oficinas e atividades sejam realizadas de forma contínua durante todo o período letivo, evitando interrupções que comprometam o processo de aprendizagem.

•
Continuidade das Oficinas: A não interrupção das oficinas é fundamental para garantir que os

alunos possam desenvolver suas habilidades de forma consistente. Interrupções frequentes podem resultar em perdas significativas na aprendizagem, especialmente em atividades que exigem prática e repetição.

•
Atendimento às Necessidades de Alunos Autistas: A adaptação a novos professores pode ser desafiadora para alunos autistas, que frequentemente necessitam de uma rotina estável e de vínculos consolidados. A continuidade do acompanhamento por um oficineiro familiar reduz a ansiedade e facilita o aprendizado, promovendo um ambiente mais seguro e acolhedor.

•
Desempenho Acadêmico e Social: A permanência de um profissional que já conhece as particularidades dos alunos, especialmente aqueles com dificuldades de aprendizagem, contribui para um desempenho acadêmico e social mais efetivo. Isso é essencial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, possam se desenvolver plenamente.

•
Avaliação e Melhoria Contínua: Um contrato de 10 meses permite avaliações regulares da eficácia das oficinas e do atendimento prestado, possibilitando ajustes e melhorias conforme necessário, sempre visando o melhor resultado para os alunos.

•
Esses pontos demonstram a importância de garantir a continuidade no atendimento educacional, especialmente para alunos que apresentam desafios específicos, promovendo um ambiente de aprendizagem mais eficaz e inclusivo.

•
Após a extinção do contrato, caso credenciado possua novo interesse, deverá realizar nova inscrição no credenciamento, se submetendo a ordem classificatória transcrita no Edital.

•
O contrato poderá ser rescindindo pela CONTRATANTE a qualquer tempo, nas hipóteses previstas na Lei Federalnº 14.133/2021 e no contrato firmado, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista qualquer direito de indenização à CONTRATADA.
•
O presente contrato poderá sofrer alterações, de acordo com a Lei 14.133/2021.

Leia-se:

•
O prazo de vigência do contrato firmado com cada credenciado será de 12 (doze) meses, prorrogável

com base no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

•
O contrato poderá ser rescindindo pela CONTRATANTE a qualquer tempo, nas hipóteses previstas na Lei Federalnº 14.133/2021 e no contrato firmado, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista qualquer direito de indenização à CONTRATADA.

•
O presente contrato poderá sofrer alterações, de acordo com a Lei 14.133/2021.

**Os itens 4.2 – 4.3 – 4.4. – 4.5 – 4.6 – 4.7 – 4.8 ficam suprimidos por inteiro

Ficam mantidos os demais termos do edital e termo de referência. Esta Errata integra o edital respectivo, para todos os efeitos legais.

Pontal do Paraná, 13 de agosto de 2026.

RENATO TRAMUJAS
Coordenador de Licitações

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:85491231

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 546 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ- ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no Edital do **Concurso Público n° 001/2024 - Edital de Convocação n°127/2026,** conforme solicitado no **Protocolo nº 20.777/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o(a) candidato (a) aprovado (a) pelo **Concurso Público n°. 001/2024** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - NIQ
NOME: MIRIAM DE SOUSA DOS SANTOS
CLASSIFICAÇÃO:5º
ADMISSÃO:17/08/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO:127/2026

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação do(a) servidor (a)**.**

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,17 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:EEF5D8A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 547 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO , no uso de suas atribuições legais e o contido no **TERMO DE EXONERAÇÃO** e conforme **Protocolo nº 21.401/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Rescisão contratual a pedido do empregado (a) - **VERA LUCIA EIGLMEIER MENDES – MATRÍCULA: 325499 ,** ocupante do cargo público de **PROFESSOR** , lotado(a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná**.**

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data da rescisão do referido(a) servidor(a) a partir desta data.

Artigo 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 17 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:2AFFA240

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
D E C R E T O Nº 107/2026

D E C R E T O Nº 107/2026

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
D E C R E T A:

Artigo 1º - Ficam nomeados, de acordo com o artigo 11 da Lei Municipal de nº 2065/2026, de 09 de abril de 2026, os membros abaixo especificados:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Titulares: Bruna Aparecida do Amaral Costa e Valdinei de Alcântara Dias
Suplentes: Marlene Rodrigues de Araújo de Pádua e Gilma Maria dos Santos Barros

Representantes da Secretaria de Administração:
Titular: Mário José Pizoni
Suplente: Franciele Regina de Oliveira

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura:
Titular: Edvaldo Gozzi
Suplente: Wilson José Bispo

Representante do Setor produtivo rural do município de Porecatu:
Titular: Paulo Cezar Tolim Gimenes
Suplente: Jucelino Rezende

Representante do Setor Financeiro do município de Porecatu:
Titular: José Custódio das Merces
Suplente: Luiz Gustavo Cordeiro da Silva

Representante da classe empresarial indicado pela Associação Comercial e Empresarial de Porecatu:
Titular: Leandro Volpato
Suplente: Rosimeire Batista Thiago

Representante das Escolas municipais:
Titular: Luciene de Moraes Bueno
Suplente: Gracieli Martins Ramos Bernardo

Representante das Escolas de ensino médio e/ou técnico:
Titular: Rosane Aparecida da Silva
Suplente: José Roberto de Oliveira Mazar

Representante da Sala do Empreendedor:
Titular: Elaine Andreia Alcântara Dias Silva
Suplente: Andreia Almeida Nascimento

Representante da Secretaria de Cultura e Turismo:
Titular: Ana Maria Camargo Costa Vanzella
Suplente: Lucas Gabriel Azevedo da Silva

Representante da Secretaria de Planejamento:
Titular: Nauany Fernanda Antonio
Suplente: Benedito Reis de Oliveira Caires.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis. (17.08.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:A4E2A382

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 108/2026

D E C R E T O Nº 108/2026

APROVA SUBDIVISÃO DE LOTES DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:
Artigo 1º - Fica aprovado o Projeto de Subdivisão do lote 13 da Quadra n° 15, do Jardim São Miguel, desta cidade de Porecatu, Estado do Paraná, em 12 lotes com as seguintes denominações, medidas, divisas, áreas e confrontações abaixo:

LOTE Nº 13 / QUADRA Nº 15
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Arnaldo Cansansão Accioly, n° 2031
Área do Lote: 278,25m²
Cadastro Imobiliário: 6965-0

Numa frente confrontada com a rua Arnaldo Cansansão Accioly, numa distância de 11,00 metros; Ao lado esquerdo confronta-se com a rua Cruz Galego, numa distância de 17,00 metros; no raio de 4,70m. Ao fundo confronta-se com o Lote 01, numa distância de 14,00 metros; e finalmente, ao lado direito, com o lote 14, numa distância de 20,00 metros.

LOTE Nº 14 / QUADRA Nº 15
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Arnaldo Cansansão Accioly, n° 2041
Área do Lote: 200,00m²
Cadastro Imobiliário: 7393-0

Numa frente confrontada com a rua Arnaldo Cansansão Accioly, numa distância de 10,00 metros; Ao lado esquerdo confronta-se com o lote de número 13, numa distância de 20,00 metros. Ao fundo confronta-se com o Lote 02, numa distância de 10,00 metros; e finalmente, ao lado direito, com o lote 15, numa distância de 20,00 metros.

LOTE Nº 15 / QUADRA Nº 15
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Arnaldo Cansansão Accioly, n° 2051
Área do Lote: 200,00m²
Cadastro Imobiliário: 7394-0

Numa frente confrontada com a rua Arnaldo Cansansão Accioly, numa distância de 10,00 metros; Ao lado esquerdo confronta-se com o lote de número 14, numa distância de 20,00 metros. Ao fundo confronta-se com o Lote 03, numa distância de 10,00 metros; e finalmente, ao lado direito, com o lote 16, numa distância de 20,00 metros.

LOTE Nº 16 / QUADRA Nº 15
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Arnaldo Cansansão Accioly, n° 2061
Área do Lote: 200,00m²
Cadastro Imobiliário: 7395-0

Numa frente confrontada com a rua Arnaldo Cansansão Accioly, numa distância de 10,00 metros; Ao lado esquerdo confronta-se com o lote de número 15, numa distância de 20,00 metros. Ao fundo confronta-se com o Lote 04, numa distância de 10,00 metros; e finalmente, ao lado direito, com o lote 17, numa distância de 20,00 metros.

LOTE Nº 17 / QUADRA Nº 15
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Arnaldo Cansansão Accioly, n° 2071
Área do Lote: 200,00m²
Cadastro Imobiliário: 7396-0

Numa frente confrontada com a rua Arnaldo Cansansão Accioly, numa distância de 10,00 metros; Ao lado esquerdo confronta-se com o lote de número 16, numa distância de 20,00 metros. Ao fundo confronta-se com o Lote 05, numa distância de 10,00 metros; e finalmente, ao lado direito, com o lote 18, numa distância de 20,00 metros.

LOTE Nº 18 / QUADRA Nº 15
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Arnaldo Cansansão Accioly, n°2081
Área do Lote: 200,00m²
Cadastro Imobiliário: 7397-0

Numa frente confrontada com a rua Arnaldo Cansansão Accioly, numa distância de 10,00 metros; Ao lado esquerdo confronta-se com o lote de número 17, numa distância de 20,00 metros. Ao fundo confronta-se com o Lote 06, numa distância de 10,00 metros; e finalmente, ao lado direito, com o lote 19, numa distância de 20,00 metros.

LOTE Nº 19 / QUADRA Nº 15
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Arnaldo Cansansão Accioly, n° 2091
Área do Lote: 266,00m²
Cadastro Imobiliário: 7398-0

Numa frente confrontada com a rua Arnaldo Cansansão Accioly, numa distância de 10,00 metros; Ao lado esquerdo confronta-se com o lote de número 18, numa distância de 20,00 metros. Ao

fundo confronta-se com o Lote 07, numa distância de 10,00 metros; e finalmente, ao lado direito, com o lote 20, numa distância de 20,00 metros.

LOTE Nº 20 / QUADRA Nº 15
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Arnaldo Cansansão Accioly, n°2101
Área do Lote: 200,00m²
Cadastro Imobiliário: 7399-0

Numa frente confrontada com a rua Arnaldo Cansansão Accioly, numa distância de 10,00 metros; Ao lado esquerdo confronta-se com o lote de número 19, numa distância de 20,00 metros. Ao fundo confronta-se com o Lote 08, numa distância de 10,00 metros; e finalmente, ao lado direito, com o lote 21, numa distância de 20,00 metros.

LOTE Nº 21 / QUADRA Nº 15
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Arnaldo Cansansão Accioly, n°2111
Área do Lote: 200,00m²
Cadastro Imobiliário: 7400-0

Numa frente confrontada com a rua Arnaldo Cansansão Accioly, numa distância de 10,00 metros; Ao lado esquerdo confronta-se com o lote de número 20, numa distância de 20,00 metros. Ao fundo confronta-se com o Lote 09, numa distância de 10,00 metros; e finalmente, ao lado direito, com o lote 22, numa distância de 20,00 metros.

LOTE Nº 22 / QUADRA Nº 15
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Arnaldo Cansansão Accioly, n°2121
Área do Lote: 200,00m²
Cadastro Imobiliário: 7401-0

Numa frente confrontada com a rua Arnaldo Cansansão Accioly, numa distância de 10,00 metros; Ao lado esquerdo confronta-se com o lote de número 21, numa distância de 20,00 metros. Ao fundo confronta-se com o Lote 10, numa distância de 10,00 metros; e finalmente, ao lado direito, com o lote 23, numa distância de 20,00 metros.

LOTE Nº 23 / QUADRA Nº 15
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Arnaldo Cansansão Accioly, n°2131
Área do Lote: 200,00m²
Cadastro Imobiliário: 7402-0

Numa frente confrontada com a rua Arnaldo Cansansão Accioly, numa distância de 10,00 metros; Ao lado esquerdo confronta-se com o lote de número 22, numa distância de 20,00 metros. Ao fundo confronta-se com o Lote 11, numa distância de 10,00 metros; e finalmente, ao lado direito, com o lote 24, numa distância de 20,00 metros.

LOTE Nº 24 / QUADRA Nº 15
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Arnaldo Cansansão Accioly, n°2141
Área do Lote: 278,25m²
Cadastro Imobiliário: 7403-0

Numa frente confrontada com a rua Arnaldo Cansansão Accioly, numa distância de 11,00 metros; Ao lado esquerdo confronta-se com o lote de número 24, numa distância de 11,00 metros; no raio de 4,70m. Ao fundo confronta-se com o Lote 12, numa distância de 14,00 metros; e finalmente, ao lado direito, com a rua Antonio Banhos, numa distância de 17,00 metros.

Artigo 2º - Ficam declaradas edificáveis as áreas de terra ora subdivididas, referidas no artigo anterior deste Decreto.

Artigo 3º - A presente subdivisão foi realizada em conformidade com o projeto protocolado e aprovado pelo decreto 112/2017, anteriormente à entrada em vigor do novo Plano Diretor Municipal, observando-se, portanto, a legislação urbanística vigente à época do protocolo.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis (17/08/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:99B04A45

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 109/2026

D E C R E T O Nº 109/2026

APROVA SUBDIVISÃO DE LOTES DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:
Artigo 1º - Fica aprovado o Projeto de Subdivisão do lote 08 da Quadra n° 25, do Jardim São Miguel, desta cidade de Porecatu, Estado do Paraná, em 06 lotes com as seguintes denominações, medidas, divisas, áreas e confrontações abaixo:

LOTE Nº 08 / QUADRA Nº 25
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Arnaldo Cansansão Accioly, n°2161
Área do Lote: 264,10m²
Cadastro Imobiliário: 6967-0

Numa frente confrontada com a rua Arnaldo Cansansão Accioly, numa distância de 15,38 metros; Ao lado esquerdo confronta-se com o lote de número 09, numa distância de 14,50 metros. Ao fundo confronta-se com o Lote 07, numa distância de 18,33 metros; e finalmente, ao lado direito, com a rua Cruz Galego, numa distância de 11,31 metros.

LOTE Nº 09 / QUADRA Nº 25
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Arnaldo Cansansão Accioly, n°2171
Área do Lote: 200,00m²
Cadastro Imobiliário: 7404-0

Numa frente confrontada com a rua Arnaldo Cansansão Accioly, numa distância de 10,00 metros; Ao lado esquerdo confronta-se com o lote de número 10, numa distância de 20,00 metros. Ao fundo confronta-se com o Lote 05, numa distância de 10,00 metros; e finalmente, ao lado direito, com parte no lote 07 e parte no lote 08, numa distância de 20,00 metros.

LOTE Nº 10 / QUADRA Nº 25
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Arnaldo Cansansão Accioly, n°2181
Área do Lote: 200,00m²
Cadastro Imobiliário: 7405-0

Numa frente confrontada com a rua Arnaldo Cansansão Accioly, numa distância de 10,00 metros; Ao lado esquerdo confronta-se com o lote de número 11, numa distância de 20,00 metros. Ao fundo confronta-se com o Lote 04, numa distância de 10,00 metros; e finalmente, ao lado direito, com o lote 09, numa distância de 20,00 metros.

LOTE Nº 11 / QUADRA Nº 25

Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Arnaldo Cansansão Accioly, n°2191
Área do Lote: 200,00m²
Cadastro Imobiliário: 7406-0

Numa frente confrontada com a rua Arnaldo Cansansão Accioly, numa distância de 10,00 metros; Ao lado esquerdo confronta-se com o lote de número 12, numa distância de 20,00 metros. Ao fundo confronta-se com o Lote 03, numa distância de 10,00 metros; e finalmente, ao lado direito, com o lote 10, numa distância de 20,00 metros.

LOTE Nº 12 / QUADRA Nº 25
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Arnaldo Cansansão Accioly, n°2201
Área do Lote: 200,00m²
Cadastro Imobiliário: 7407-0

Numa frente confrontada com a rua Arnaldo Cansansão Accioly, numa distância de 10,00 metros; Ao lado esquerdo confronta-se com o lote de número 13, numa distância de 20,00 metros. Ao fundo confronta-se com o Lote 02, numa distância de 10,00 metros; e finalmente, ao lado direito, com o lote 11, numa distância de 20,00 metros.

LOTE Nº 13 / QUADRA Nº 25
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Arnaldo Cansansão Accioly, n°2211
Área do Lote: 217,73m²
Cadastro Imobiliário: 7408-0

Numa frente confrontada com a rua Arnaldo Cansansão Accioly, numa distância de 11,18 metros; Ao lado esquerdo confronta-se com a Área Desmenbrada, numa distância de 20,02 metros.. Ao fundo confronta-se com o Lote 01, numa distância de 10,59 metros; e finalmente, ao lado direito, com o lote 12, numa distância de 20,00 metros.

Artigo 2º - Ficam declaradas edificáveis as áreas de terra ora subdivididas, referidas no artigo anterior deste Decreto.

Artigo 3º - A presente subdivisão foi realizada em conformidade com o projeto protocolado e aprovado pelo decreto 112/2017, anteriormente à entrada em vigor do novo Plano Diretor Municipal, observando-se, portanto, a legislação urbanística vigente à época do protocolo.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis (17/08/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:87CE1619

ADMINISTRAÇÃO
D E C R E T O Nº 110/2026

D E C R E T O Nº 110/2026

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Porecatu, alinhado à Política de Alfabetização do território Estadual e/ou ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PORECATU**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, e o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que instituem o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO a necessidade de conjugar esforços entre a União, o Estado do Paraná e o Município de Porecatu para garantir o direito à alfabetização de todas as crianças na idade certa;

CONSIDERANDO a relevância de estruturar uma governança local técnico-pedagógica ágil para o acompanhamento das metas e das ações de alfabetização na rede pública municipal;

DECRETA:
CAPÍTULO I – DA INSTITUIÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º Fica instituído o **Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Porecatu,** alinhado à Política de Alfabetização do território Estadual e/ou ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, de órgão de caráter consultivo, propositivo e de assessoramento, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º O Comitê tem como finalidade coordenar, em âmbito municipal, as ações estratégicas voltadas à garantia do direito à alfabetização de todas as crianças matriculadas na rede pública de ensino até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.
CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO E PRESIDÊNCIA

Art. 3º O Comitê Estratégico Municipal será composto pelos seguintes membros titulares:

I – O(A) Secretário(a) Municipal de Educação;
II – O(A) Presidente do Conselho Municipal de Educação (CME);
III – O(A) Articulador(a) Municipal da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (RENALFA);
IV – O(A) Coordenador(a) Pedagógico(a) Geral do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e EJA;
V – O(A) Coordenador(a) Pedagógico geral da Educação Infantil;
VI - O(A) Coordenador(a) da Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação.
§ 1º O(A) Secretário(a) Municipal de Educação exercerá a Presidência titular deste Comitê, na condição de membro nato, não havendo suplência para esta vaga específica.

§ 2º A representação do Conselho Municipal de Educação (CME) será exercida pelo(a) seu(sua) Presidente na condição de titular, sendo o(a) Vice-Presidente do referido Conselho o seu suplente imediato.

§ 3º Os cargos elencados nos incisos III, IV, V e VI serão preenchidos de forma unipessoal pelos respectivos profissionais em exercício na Secretaria Municipal de Educação, não havendo designação de suplentes fixos.

§ 4º Em caso de vacância, impedimento formal ou afastamento legal de qualquer um dos titulares dos incisos III, IV, V e VI, a vaga será assumida automaticamente pelo servidor designado pela Secretaria Municipal de Educação para responder interinamente pelas funções do cargo correspondente.

§ 5º Os membros do Comitê desempenharão suas funções enquanto permanecerem no exercício dos cargos ou representações que justificaram suas indicações, sendo formalmente designados por Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO III – COMPETÊNCIAS

Art. 4º. Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização:

I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização, observando as diretrizes da Política de Alfabetização do Território Paranaense e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

II – monitorar o cumprimento das metas, estratégias e ações previstas na Política Municipal de Alfabetização;
III – analisar indicadores e resultados de aprendizagem relacionados ao processo de alfabetização, propondo medidas para seu aprimoramento;

IV – assessorar a Secretaria Municipal de Educação na definição de estratégias para o fortalecimento da alfabetização no município;
V – promover a articulação entre os diferentes setores da Secretaria Municipal de Educação e demais instituições envolvidas com a alfabetização;
VI – acompanhar e avaliar a execução das ações desenvolvidas pela Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização;
VII – propor ações de formação continuada, acompanhamento pedagógico e intervenções que contribuam para a melhoria da aprendizagem;
VIII – incentivar a integração entre Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, favorecendo a continuidade do processo de alfabetização;
IX – acompanhar os resultados das avaliações internas e externas relacionadas à alfabetização e recomendar estratégias para a melhoria dos indicadores educacionais;
X – elaborar recomendações e encaminhamentos destinados ao aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização;
XI – reunir-se ordinariamente conforme cronograma definido e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros;
XII – elaborar e aprovar seu Regimento Interno na primeira reunião ordinária após sua instalação.

CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º A participação dos membros no Comitê Estratégico Municipal é considerada prestação de **serviço público relevante**, não ensejando qualquer tipo de remuneração ou vantagem financeira.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis. (18.08.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal de Porecatu

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:F4237AC7

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2083/2026

LEI Nº 2083/2026

INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, A LEI MUNICIPAL DE VALORIZAÇÃO DA VIDA, PROTEÇÃO DO NASCITURO E APOIO À GESTANTE E À MATERNIDADE, CRIA O DIA MUNICIPAL DO NASCITURO, A SEMANA MUNICIPAL DE DEFESA E PROMOÇÃO DA VIDA, ESTABELECE DIRETRIZES PARA O PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À GESTANTE, À MATERNIDADE E À PRIMEIRA INFÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Agamemnon Augusto Araujo Paduan, Prefeito do Município de **Porecatu,** Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

F A Z S A B E R,
QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU, ESTADO DO PARANÁ, EM SUA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE AGOSTO DE 2026, APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito do Município de Porecatu, a Lei Municipal de Valorização da Vida, Proteção do Nascituro e Apoio à Gestante e à Maternidade, com a finalidade de promover a valorização da vida humana, a proteção à maternidade, o amparo à gestante, especialmente àquelas em situação de vulnerabilidade, o fortalecimento da família, a paternidade responsável, a proteção integral da criança e o apoio às mulheres durante a gestação, o puerpério e a maternidade.

Art. 2º - Para os fins desta Lei, considera-se:

I – Nascituro: o ser humano já concebido e ainda não nascido;
II – Gestante: a mulher em período de gestação, independentemente de sua condição social, econômica, familiar ou de saúde;
III – Gestante em situação de vulnerabilidade: a mulher grávida que se encontre em condição de risco social, econômico, familiar, emocional, psicológico, de abandono, violência, desamparo ou qualquer outra circunstância que possa comprometer sua dignidade, sua saúde, sua segurança ou o adequado desenvolvimento da gestação;
IV – Maternidade vulnerável: a situação em que a mãe, especialmente durante a gestação, o puerpério ou os primeiros anos de vida da criança, encontra dificuldades materiais, sociais, familiares, emocionais ou de acesso à rede de proteção, necessitando de acolhimento, orientação e encaminhamento adequado;
V – Primeira infância: o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança, nos termos da legislação federal aplicável;
VI – Rede de proteção: o conjunto de órgãos públicos, entidades, conselhos, serviços, instituições religiosas, organizações da sociedade civil, associações, voluntários e demais atores sociais que possam contribuir para a proteção da vida, da maternidade, da infância e da família.

Art. 3º - São objetivos desta Lei:

I – promover a defesa e a valorização da vida humana desde a concepção;
II – fortalecer a proteção à maternidade, à infância e à família;
III – estimular o acolhimento humanizado de gestantes, mães e famílias;
IV – assegurar orientação e encaminhamento adequado às gestantes, especialmente àquelas em situação de vulnerabilidade;
V – incentivar o acompanhamento pré-natal, perinatal e pós-natal;
VI – promover a orientação sobre direitos sociais, familiares e assistenciais relacionados à gestação, à maternidade, à paternidade e à infância;
VII – estimular a paternidade responsável e o fortalecimento dos vínculos familiares;
VIII – contribuir para a prevenção do abandono, da negligência, da violência e da discriminação contra gestantes, mães, nascituros e crianças;
IX – incentivar ações comunitárias, campanhas educativas, iniciativas solidárias e parcerias institucionais voltadas ao apoio à gestante, à maternidade, à primeira infância e à proteção da família;
X – promover informações sobre adoção legal, acolhimento familiar e entrega voluntária protegida, nos termos da legislação vigente, quando manifestado interesse pela gestante ou mãe;
XI – valorizar a participação da sociedade civil na promoção da vida, da maternidade, da infância e da família;
XII – promover a proteção da primeira infância, especialmente nos primeiros anos de vida, mediante orientação, acolhimento familiar e articulação da rede de proteção.

CAPÍTULO II
DO DIA MUNICIPAL DO NASCITURO E DA
SEMANA MUNICIPAL DE DEFESA E PROMOÇÃO DA VIDA

Art. 4º - Fica instituído, no Calendário Oficial do Município de Porecatu, o Dia Municipal do Nascituro, a ser celebrado anualmente no dia 8 de outubro.

Art. 5º - Fica instituída, no âmbito do Município de Porecatu, a Semana Municipal de Defesa e Promoção da Vida, a ser realizada anualmente na semana que antecede o Dia Municipal do Nascituro.

Art. 6º - O Dia Municipal do Nascituro e a Semana Municipal de Defesa e Promoção da Vida terão como finalidade promover atividades de conscientização, formação, mobilização social, orientação e incentivo à defesa da vida, à proteção da gestante, ao cuidado com a maternidade, à paternidade responsável, ao fortalecimento da família, à proteção da primeira infância e à proteção integral da criança.

Art. 7º - Durante a Semana Municipal de Defesa e Promoção da Vida poderão ser realizadas, entre outras ações compatíveis com os objetivos desta Lei:

I – Palestras, seminários, rodas de conversa, encontros formativos, campanhas educativas e ações de conscientização;
II – Atividades voltadas à orientação de gestantes, mães, pais e famílias sobre pré-natal, saúde materno-infantil, direitos sociais, convivência familiar e rede de proteção;
III – Ações de valorização da maternidade, da paternidade responsável, da adoção legal e do acolhimento familiar;
IV – Campanhas de arrecadação de itens essenciais destinados a gestantes, mães e crianças, com prioridade às situações de vulnerabilidade, mediante doações, parcerias e iniciativas solidárias;
V – Divulgação de informações sobre serviços públicos, entidades, projetos sociais e iniciativas comunitárias de apoio à gestante, à criança e à família;
VI – Atividades culturais, educativas, comunitárias e intersetoriais relacionadas à defesa e promoção da vida;
VII – Homenagens, reconhecimentos ou menções públicas a pessoas, entidades, instituições ou iniciativas que atuem em favor da vida, da maternidade, da infância, da família e da proteção social.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES DO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À GESTANTE, À MATERNIDADE E À PRIMEIRA INFÂNCIA

Art. 8º - Ficam instituídas, no Município de Porecatu, as diretrizes gerais do Programa Municipal de Apoio à Gestante, à Maternidade e à Primeira Infância, de caráter educativo, orientativo, preventivo, solidário e de articulação da rede de proteção.

§ 1º O Programa de que trata o *caput* será voltado ao acolhimento, orientação e encaminhamento de gestantes, mães, pais e famílias, com atenção especial às gestantes, mães e crianças em situação de vulnerabilidade.

§ 2º O Programa não cria órgão, cargo, função, benefício obrigatório ou estrutura administrativa própria, devendo ser desenvolvido, quando implementado, de acordo com a disponibilidade administrativa, técnica e orçamentária do Município e por meio da rede de serviços já existente.

Art. 9º - São diretrizes do Programa Municipal de Apoio à Gestante, à Maternidade e à Primeira Infância:

I – Acolhimento humanizado, respeitoso e sigiloso da gestante, da mãe e da família;
II – Orientação sobre a importância do acompanhamento pré-natal, dos cuidados com a saúde materno-infantil e do acompanhamento pós-natal;
III – Encaminhamento, quando necessário, aos serviços já existentes da rede municipal de saúde, assistência social, educação, proteção à infância e demais políticas públicas pertinentes;
IV – Orientação sobre direitos sociais, familiares, assistenciais e de proteção à maternidade e à infância;
V – Apoio psicossocial, quando disponível na rede pública ou mediante parceria com instituições e profissionais habilitados;
VI – Estímulo à paternidade responsável e à corresponsabilidade familiar no cuidado com a gestante, a mãe e a criança;
VII – Orientação quanto aos deveres parentais e às medidas cabíveis em situações de abandono, negligência, violência ou desamparo;
VIII – Incentivo a campanhas de solidariedade para arrecadação de enxoval, fraldas, roupas, itens de higiene, alimentos e outros bens essenciais, mediante doações e parcerias;
IX – Incentivo à formação de redes comunitárias de apoio à gestante, à mãe, ao pai, à criança e à família;
X – Orientação responsável sobre adoção legal, acolhimento familiar e entrega voluntária protegida, nos termos da legislação vigente, sempre que houver manifestação de interesse da gestante ou mãe;
XI – Promoção de ações educativas sobre o valor da vida, a dignidade da pessoa humana, a proteção da maternidade, a infância, a paternidade responsável e a família;
XII – Articulação com conselhos municipais, entidades religiosas, organizações da sociedade civil, associações, instituições de ensino, profissionais voluntários e demais parceiros que possam colaborar com os objetivos desta Lei;
XIII – Atenção especial às gestantes e mães adolescentes, com orientação, acolhimento e encaminhamento adequado à rede de proteção, observada a legislação aplicável.

Art. 10 - As ações do Programa Municipal de Apoio à Gestante, à Maternidade e à Primeira Infância poderão contemplar:

I – Acolhimento, escuta, orientação e encaminhamento de gestantes, mães, pais e famílias, respeitada a dignidade, a privacidade e a autonomia dos envolvidos;
II – Identificação e acompanhamento orientativo de gestantes em situação de vulnerabilidade, observadas a legislação aplicável, a privacidade, o sigilo, a dignidade e a proteção de dados pessoais;
III – Encaminhamento aos serviços de saúde para acompanhamento pré-natal, perinatal, pós-natal e demais cuidados necessários;
IV – Encaminhamento aos serviços de assistência social, quando constatada situação de vulnerabilidade social, econômica ou familiar;
V – Orientações responsáveis sobre adoção legal, acolhimento familiar e entrega voluntária protegida, nos termos da legislação vigente;
VI – Ações de conscientização sobre a importância do cuidado durante a gestação, do nascimento seguro e do desenvolvimento saudável da criança;
VII – Campanhas de incentivo à participação do pai no acompanhamento da gestação, nascimento e criação da criança;
VIII – Campanhas de combate ao abandono paterno, à negligência familiar e à violência contra a gestante, a mãe e a criança;
IX – Promoção de campanhas solidárias de arrecadação, organização e distribuição de itens essenciais, observadas as normas aplicáveis e os critérios definidos pelos responsáveis pela ação;
X – Articulação com iniciativas comunitárias, pastorais, entidades assistenciais, grupos voluntários e instituições de apoio à gestante, à maternidade, à infância e à família;
XI – Divulgação, de forma clara e responsável, dos canais oficiais de atendimento, proteção e orientação disponíveis no Município e na rede pública;
XII – Ações de orientação às gestantes e mães adolescentes, respeitando sua dignidade, sua condição peculiar de desenvolvimento e a necessidade de proteção integral.

Art. 11 - As ações de orientação, acolhimento e encaminhamento previstas nesta Lei poderão ser oferecidas a todas as gestantes, mães, pais e famílias interessadas, observada a capacidade da rede existente.

Parágrafo Único - As ações de apoio material, campanhas solidárias, encaminhamentos assistenciais e atendimentos mais intensivos deverão observar critérios de necessidade, prioridade social e vulnerabilidade, conforme avaliação da rede competente e das normas aplicáveis.

Art. 12 - As campanhas de arrecadação e distribuição de itens essenciais às gestantes, mães e crianças poderão ser realizadas por meio de parcerias, doações, ações comunitárias, iniciativas voluntárias e cooperação com entidades públicas ou privadas.

§ 1º - As campanhas previstas no caput terão caráter complementar e solidário, não substituindo as políticas públicas já existentes.

§ 2º - A distribuição dos itens arrecadados deverá observar critérios de necessidade, dignidade, transparência e respeito à privacidade das beneficiárias.

§ 3º - A participação de entidades, voluntários e instituições parceiras será facultativa e observará a legislação aplicável.

Art. 13 - O Poder Público Municipal poderá divulgar, pelos meios disponíveis, informações sobre:

I – A rede de atendimento à gestante, à mãe, ao pai, à criança e à família;
II – Serviços de saúde, assistência social e proteção disponíveis no Município;
III – Campanhas solidárias em andamento;
IV – Direitos da gestante, da mãe, da criança e da família;
V – Canais de denúncia e proteção em casos de violência, abandono, negligência ou violação de direitos;
VI – Orientações sobre adoção legal, acolhimento familiar e entrega voluntária protegida, nos termos da legislação vigente;
VII – Informações sobre proteção à primeira infância, maternidade, paternidade responsável e convivência familiar.

CAPÍTULO IV
DAS PARCERIAS E DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 14 - Para a consecução dos objetivos desta Lei, poderão ser firmadas parcerias, convênios, termos de cooperação, campanhas conjuntas ou outras formas de colaboração permitidas em lei com:

I – Órgãos públicos municipais, estaduais ou federais;
II – Conselhos municipais;
III – Instituições de ensino;
IV – Entidades religiosas;
V – Organizações da sociedade civil;
VI – Associações comunitárias;
VII – Profissionais voluntários;
VIII – Hospitais, unidades de saúde, clínicas, entidades assistenciais e instituições de proteção social;
IX – Empresas, comércio local e demais pessoas físicas ou jurídicas interessadas em colaborar com ações de apoio à vida, à gestante, à maternidade, à primeira infância e à família.

Art. 15 - A participação de entidades religiosas, organizações da sociedade civil, associações, voluntários e demais parceiros deverá respeitar a dignidade da pessoa humana, a liberdade de consciência, a privacidade das gestantes e famílias atendidas, a proteção de dados pessoais, a ausência de discriminação e as normas legais aplicáveis.

Art. 16 - As ações previstas nesta Lei poderão ser desenvolvidas de forma integrada com campanhas municipais, estaduais ou nacionais relacionadas à proteção da vida, à saúde da mulher, ao pré-natal, à primeira infância, à família, à adoção legal, ao acolhimento familiar e à assistência social.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - A execução das ações previstas nesta Lei observará a disponibilidade orçamentária, financeira, técnica e administrativa do Município, podendo ser realizada por meio de programas, serviços, estruturas, campanhas e parcerias já existentes.

Art. 18 - Esta Lei não implica criação de cargos, funções, órgãos, secretarias, despesas obrigatórias, benefícios financeiros permanentes ou estrutura administrativa específica.

Art. 19 - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 20 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis. (18.08.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:CED0BB81

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 349/2026

PORTARIA Nº 349/2026

O Prefeito Municipal de PORECATU, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei e em conformidade com as disposições da Lei Municipal nº
2066/2026,
RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Conselho Municipal de Esportes e Lazer, com os seguintes membros:

Representantes da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Titular: Daiane de Brito Lopes Santos
Suplente: Edson Bento da Silva

Representantes da Secretaria Municipal de Educação
Titular: Bruna Aparecida do Amaral Costa
Suplente: Sinara Andrea Martins Freires

Representantes da Secretaria de Saúde
Titular: Érica Ribeiro da Conceição
Suplente: Maria Cristina Silva Ferreira

Representantes dos Segmento Esportivo e/ou Recreativo:
Titular: Leonardo Moreira Tonet
Suplente: Elias Urias

Representantes da Associação Comercial e Empresarial de Porecatu:
Titular: Leandro Volpato
Suplente: Sérgio Luiz Lopes da Silva

Representantes das Escolas Estaduais:
Titular: Solaine Paula da Silva
Suplente: Marshal de Almondes

Representantes das Escolas Particulares:
Titular: Priscila Murro Souza Silva
Suplente: Giovana da Silva Santos
Art. 3º - Esta portaria etre em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos catorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (14.08.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:39904426

LICITAÇÃO
2° TERMO ADITIVO CONTRATO N°112/2024

2º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 112 /2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORECATU – PR A UNIDADE GESTORA Secretaria Municipal de

SAÚDE E A EMPRESA SANTOS & MARONEZI LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PORECATU**, Estado do Paraná, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 344, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.544.764/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN**, e pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.412.450/0001-66, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **SANTOS & MARONEZI LTDA** (anteriormente denominada LAÍS BELCHIOR MARONEZI SANTOS ME), inscrita no CNPJ/MF sob o nº **15.544.330/0001-15**, com sede na Rua Lázaro de Carvalho, nº 74, Jardim Santo Antônio, Porecatu/PR, inscrita na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE nº 41801061265, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por **BRUNO LEONARDO RODRIGUES DOS SANTOS**, conforme alterações constitutivas, resolvem celebrar o presente **2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 112/2024**, com amparo nos artigos 106, 107, 136 e 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto:

• A **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato Administrativo nº 112/2024 por mais 12 (doze) meses;
• O **restabelecimento e renovação integral dos quantitativos e do valor global contratual** para o novo período de vigência;
• A **atualização cadastral e alteração da qualificação subjetiva** da CONTRATADA perante o ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL E NATUREZA JURÍDICA

Em decorrência da alteração da estrutura societária devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná (NIRE nº 41801061265), altera-se formalmente no preâmbulo e nos autos contratuais a razão social e natureza jurídica da CONTRATADA, que passa a operar como **SANTOS & MARONEZI LTDA**, mantendo-se inalterados o CNPJ nº 15.544.330/0001-15, a qualificação técnica e o objeto social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

Com fundamento no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Cláusula Terceira do contrato original, o prazo de vigência contratual fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, tendo início em **20 de agosto de 2026** e término em **19 de agosto de 2027**.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DOS QUANTITATIVOS RENOVADOS

4.1. Fica renovado o quantitativo integral do objeto contratual para o período prorrogado, totalizando o valor estimado de **R$ 15.649,50 (quinze mil, seiscentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos)**, nos termos da seguinte discriminação:

Item	Descrição do Serviço / Especificação	UND	QTD	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	**Locação de Cama Elástica Grande:** diâmetro mín. 4,00m, c/ rede colorida, hastes metálicas c/ tubos coloridos, estrutura de ferro galvanizado 1,80mm c/ 04 pés em W, 74 molas, lona de salto colorida, proteção sobre molas, escada, monitor, suporte técnico e apoio (período de 4h).	LOC	10	R$ 159,99	R$ 1.599,90
2	**Locação de Tobogã Inflável:** multicolorido (), lona KP1000, motor soprador bivolt 1HP, monitor, suporte técnico e apoio (período de 4h).	LOC	10	R$ 376,99	R$ 3.769,90
3	**Locação de Carrinho de Algodão Doce:** p/ eventos, c/ operador uniformizado (exceto insumos) (período de 4h).	LOC	10	R$ 221,99	R$ 2.219,90
4	**Locação de Carrinho de Pipoca:** p/ eventos, c/ operador uniformizado (exceto insumos) (período de 4h).	LOC	10	R$ 229,99	R$ 2.299,90
5	**Locação de Campo Inflável de Futebol de Sabão:** dimensões mín. , peso máx. 500kg, c/ monitor, suporte técnico e apoio (período de 4h).	LOC	10	R$ 575,99	R$ 5.759,90
-	**VALOR TOTAL RENOVADO**	-	-	-	**R$ 15.649,50**

4.2. As condições comerciais e valores unitários praticados permanecem inalterados, mantendo-se a vantajosidade econômica para a Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta dos recursos orçamentários do Fundo Municipal de Saúde, assim consignados:

• **Órgão:** 11 - Secretaria de Saúde
• **Unidade Orçamentária:** 01 - Fundo Municipal de Saúde
• **Função:** 103040200 - Manutenção da Secretaria de Saúde
• **Proj/Ativ/Oper.Esp:** 2.054 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária
• **Natureza da Despesa:** 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ
• **Fonte de Recurso:** 335 SAÚDE SESA - VIGIASUS - CUSTEIO
• **Desdobramento:** 3.3.90.39.14-1750
• **Despesa Principal:** 3.3.90.39 - 194

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 112/2024 que não conflitem com as disposições estabelecidas neste instrumento.
E por estarem assim justos e acordados, assinam o presente 2º Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.
Porecatu/PR, 12 de agosto de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN	***BRUNO LEONARDO RODRIGUES DOS SANTOS***
Prefeito-Contratante	Representante Legal / Contratada

ARILDA BATISTA DE ARAUJO
Secretária de Saúde

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:571B9F71

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°87/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 87/2026
Procedimento Licitatório: 66/2026
Inexigibilidade: 15/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIDROGINÁSTICA, VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE PESSOAS IDOSAS E/OU COM DEFICIÊNCIA, ATENDIDOS PELA SECRETARIA DE SERVIÇO SOCIAL, **conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.**

Contratada: MARIA LEONILDE CEREZA BORGES ACADEMIA.
CNPJ: 03.255.987/0001-83

Valor: **R$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais)**.
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.53 - 1887

Data de Assinatura: 18/08/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:800247D8

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°89/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 89/2026
Procedimento Licitatório: 45/2026
Inexigibilidade: 11/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO VIA CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA

PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PORECATU-PR, de acordo com as especificações técnicas e preços unitários homologados, conforme descrições adiante descritas:
Contratada: ELO SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.
CNPJ: 47.826.214/0001-85

Valor: **R$ 471.331,32 (quatrocentos e setenta e um mil, trezentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos)**.
Dotação Orçamentária: 3.3.90.34 – 1191

Data de Assinatura: 18/08/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:6F822C7C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CE N°006/2026

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº825/2026

EXCLUSIVA PARA ME E EPP

TIPO: MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: Construção de uma unidade funcional composta por lavanderia institucional integrada a depósito e varanda, a ser edificada nas dependências do Lar Vovó Luiza. Os serviços deverão contemplar todas as etapas construtivas, incluindo: serviços preliminares, fundação / infraestrutura, pisos/revestimento, superestrutura, vedações (alvenaria / parede / revestimento), cobertura, forro, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, esquadrias, acessórios, pintura e serviços finais, com entrega final em condições operacionais, em conformidade com as normas técnicas vigentes.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Com base nos pronunciamentos da Comissão de Contratação, Agente de Contratação, Parecer Jurídico e Controle Interno, constantes no presente processo administrativo e com fundamento no que dispõe o Art. 71 da Lei n°14.133/2021, torna-se público a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto à empresa **RICETTO & RICETTO LTDA – CNPJ N°36.642.772/0001-74**, situada na Rua dos Pinheiros, nº200, Colônia Quero-Quero, cidade de Palmeira, Estado do Paraná, CEP 84.130-000, com o lote: 1 no valor total de R$ 57.783,02 (cinquenta e sete mil e setecentos e oitenta e três reais e dois centavos).

Porto Amazonas, 18 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:65969E60

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PE 013/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº632/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXCLUSIVA PARA ME, EPP E MEI, COTA PRINCIPAL E RESERVA DE COTA PARA ME, EPP E MEI

MENOR VALOR POR ITEM

OBJETO: Registro de Preços para contratação de pessoa(s) jurídica (s) para locação, instalação, montagem e desmontagem de estrutura, contratação e prestação de serviços para eventos (bandas musicais, limpeza, segurança, vigia, som, iluminação, fotógrafo, e estrutura física como tendas e barracas) diversos em atendimento ao Departamento de Esporte, Recreação e Turismo, Departamento de Educação e Cultura e Departamento de Assistência Social, a serem realizados no município pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos.

RESOLVE:

ADJUDICAR as licitantes abaixo para os itens que compõem o objeto do Pregão Eletrônico n°013/2026:

C. L. DA SILVA JUNIOR - ME CNPJ: 14.248.122/0001-06 com os lotes: 17, 18 e 19 no valor total de R$ 108.086,00 (cento e oito mil e oitenta e seis reais).

FELIPE HENRIQUE DA SILVA CNPJ: 36.968.122/0001-13 com os lotes: 30, 31 e 32 no valor total de R$ 31.961,00 (trinta e um mil e novecentos e sessenta e um reais).

TENDAS MK LOCAÇÕES E VENDAS LTDA CNPJ: 52.184.162/0001-20 com os lotes: 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 13, 14 e 26 no valor total de R$ 225.916,97 (duzentos e vinte e cinco mil e novecentos e dezesseis reais e noventa e sete centavos).

LFZ SEGURANCA LTDA CNPJ: 48.597.216/0001-02 com os lotes: 20, 21 e 25 no valor total de R$ 53.160,00 (cinquenta e três mil e cento e sessenta reais).

CENTRO DE EVENTOS MILOCA LTDA CNPJ: 44.653.476/0001-05 com os lotes: 11, 12, 22 e 33 no valor total de R$ 28.560,00 (vinte e oito mil e quinhentos e sessenta reais).

LUIZ RICARDO BUENO ME CNPJ: 30.219.220/0001-71 com o lote: 23 no valor total de R$ 15.249,39 (quinze mil e duzentos e quarenta e nove reais e trinta e nove centavos).

AM SOM E LUZ LTDA CNPJ: 33.201.066/0001-07 com os lotes: 5, 6, 7, 15, 16, 27, 28 e 29 no valor total de R$ 107.103,00 (cento e sete mil e cento e três reais).

CRISTINA OLIVEIRA VIEIRA CNPJ: 57.098.515/0001-93 com o lote: 24 no valor total de R$ 19.999,98 (dezenove mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

Porto Amazonas, 18 de agosto de 2026.

MICHELE DE OLIVEIRA MARTINS
Pregoeira Municipal

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:2EA93379

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA ELETRÔNICA N° 01/2026
Processo Administrativo nº 08/2026

Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA (UASG 930051)** realizará uma Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, por lote, conforme previsto no artigo 75, inciso I, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal Nº 013/2024 e demais normas aplicáveis.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de licença de uso de software destinado ao gerenciamento do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP, pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Prado Ferreira.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 1.456,89 (Um mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e nove centavos).
DATA DA SESSÃO: 26/08/2026 (quarta-feira)

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 08:00 às 14:00
LINK: http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço, por lote.
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

Prado Ferreira/PR, 17 de agosto de 2026.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Prado Ferreira

Publicado por:
Isabelle Gomes Dos Santos
Código Identificador:C485FA51

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ (CISPAR)**, por meio de seu Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, torna público o aviso de licitação:

UASG: 460681 - CONSÓRCIO INTERM. DE SANEAMENTO DO PARANÁ
Processo Licitatório nº 152/2026
Modalidade Pregão Eletrônico nº 19/2026
Registro de Preços nº 18/2026

Objeto: Pregão Eletrônico Registro de Preços para futura aquisição de padrões analíticos de referência destinados às análises cromatográficas realizadas pelo Laboratório de Análises Ambientais do CISPAR.

Valor Máximo da Licitação: R$ 96.720,15 (Noventa e seis mil, setecentos e vinte reais e quinze centavos)

Tipo de Licitação: Menor preço por item. Com benefícios de contratação para Micro, Pequena Empresa e MEI's.

Abertura das propostas e recebimento dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 31/08/2026, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br/.

Edital na íntegra: O Edital, todas as documentações e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br/ e https://cispar.pr.gov.br/, no link "Licitações".

Demais informações através do telefone (44) 3123-2800, ramal 2801.

Publique-se.

Maringá, 18 de agosto de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo

Publicado por:
Pedro Gabriel Grecco
Código Identificador:8F7BC348

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PORTARIA N.º 20, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor do Concurso Público nº 01/2022 do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR).

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR), no uso de suas atribuições legais:

Art. 1º Fica nomeado para o cargo de Químico, o Sr.º Massai Silva, CPF nº 067.391.***-**, para início dia 18/08/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá-PR, 18 de agosto de 2026.

FABIO CHICAROLI
Presidente

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:72A4DA49

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PORTARIA ORCISPAR Nº 05, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Designa servidora para receber, analisar e decidir os pedidos de ajustes de horário, concessão de diárias e horas extras no âmbito do Órgão Regulador de Saneamento do Paraná (Orcispar).

O DIRETOR DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, em especial aquela prevista no inciso IX do art. 25,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora Renata Alves Perez, matrícula nº 074, para receber, analisar, deferir ou indeferir os pedidos de ajuste de horário no registro de ponto do trabalhador, de concessão de diárias e de horas extras formulados pelos servidores do Orcispar.
§ 1º Os pedidos de ajustes de horário no registro de ponto do trabalhador, de concessão de diárias e de horas extras formulados pela servidora **Renata Alves Perez** serão submetidos à análise do **Diretor de Regulação e Fiscalização**, a quem competirá deferi-los ou indeferi-los.
§ 2º A competência prevista no *caput* deste artigo não se aplica aos pedidos de concessão de diárias e de horas extras formulados pelo Diretor de Regulação e Fiscalização, os quais serão por ele próprio deliberados.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Maringá (PR), 18 de agosto de 2026.

ROGEL MARTINS BARBOSA
Diretor de Regulação e Fiscalização
Órgão Regulador de Saneamento do Paraná

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:E1FFCD9E

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 224/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e com o art. 2º da Lei

Municipal nº 491/2018, que dispõe sobre a concessão de diárias aos agentes públicos municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao **Prefeito Municipal, SILVIO ANTONIO DAMACENO**, inscrito no CPF nº ***.***059-91, **2,5 (duas diárias e meia) diárias**, no valor unitário de **R$ 527,37 (quinhentos e vinte e sete reais e trinta e sete centavos)**, totalizando **R$ 1.318,42 (um mil trezentos e dezoito reais e quarenta e dois centavos)**, destinadas à cobertura de despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento, em razão de viagem oficial ao Município de **Curitiba/PR**, **no período de 18 a 20 de agosto de 2026**.
Parágrafo único. O deslocamento tem por finalidade a realização de tratativas institucionais junto à **Secretaria das Cidades (SECID)**, bem como o cumprimento de agenda institucional junto ao **Gabinete do Deputado Cobra Repórter e do Deputado Alexandre Curi**, em ações de interesse da Administração Pública Municipal.
Art. 2º O beneficiário deverá apresentar relatório de viagem e demais documentos comprobatórios, na forma e nos prazos estabelecidos pela Lei Municipal nº 491/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 18 de agosto de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:5219095F

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 225/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e com o art. 2º da Lei Municipal nº 491/2018, que dispõe sobre a concessão de diárias aos agentes públicos municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder servidor público municipal **ISAÚ MARIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Motorista, inscrito no CPF nº ***.***938-92, **2,5 (duas diárias e meia) diárias**, no valor unitário de **R$ 527,37 (quinhentos e vinte e sete reais e trinta e sete centavos)**, totalizando **R$ 1.318,42 (um mil trezentos e dezoito reais e quarenta e dois centavos)**, destinadas à cobertura de despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento, em razão de viagem oficial ao Município de **Curitiba/PR**, **no período de 18 a 20 de agosto de 2026**.
Parágrafo único. O deslocamento tem por finalidade o transporte do Prefeito Municipal para realização de tratativas institucionais junto à **Secretaria das Cidades (SECID)**, bem como o cumprimento de agenda institucional junto ao **Gabinete do Deputado Cobra Repórter e do Deputado Alexandre Curi**, em ações de interesse da Administração Pública Municipal.
Art. 2º O beneficiário deverá apresentar relatório de viagem e demais documentos comprobatórios, na forma e nos prazos estabelecidos pela Lei Municipal nº 491/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 18 de agosto de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:C33C40DE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 034/2026

RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA DE TÍTULOS

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado definitivo da prova de títulos** do Concurso para Emprego Público n.º 019/2026, nos seguintes termos.

Art.1° Após análise dos recursos administrativos interpostos contra o resultado preliminar da prova de títulos, fica **MANTIDA** a listagem divulgada através do Edital n.º 033/2026, em 06 de agosto de 2026.

Os candidatos que interpuseram recurso contra o resultado preliminar da prova de títulos poderão consultar a resposta individualmente na "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, consulta esta, que deverá ser realizada no prazo de 5 (cinco) dias, a contar a partir desta publicação.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições contrárias.

Prado Ferreira (PR), 18 de agosto de 2026.

SILVIO ANTÔNIO DAMACENO
Prefeito

Publicado por:
Humberto José Pereira
Código Identificador:8DC0FC0D

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 035/2026

RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado final e classificação** do Concurso para Emprego Público n.º 019/2026, nos seguintes termos.

Art. 1° Fica divulgado por intermédio do presente edital, o Resultado Final e Classificação do Concurso para Emprego Público do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, na seguinte ordem:
O **ANEXO I** dispõe do Resultado Final e Classificação, dos candidatos inscritos para concorrer as vagas destinadas à Pessoa com Deficiência (PcD), conforme os critérios estabelecidos no item 14.
O **ANEXO II** dispõe do Resultado Final e Classificação, dos candidatos inscritos para concorrer as vagas destinadas aos Afrodescendentes (AFRO), conforme os critérios estabelecidos no item 14.
O **ANEXO III** dispõe do Resultado Final e Classificação, dos candidatos inscritos para concorrer as vagas destinadas a Ampla Concorrência (AC), conforme os critérios estabelecidos no item 14.
Art. 2º Comunicamos que a partir das **0h do dia 19/08/2026 às 23h59min do dia 20/08/2026**, observado o horário oficial de Brasília - DF, o candidato interessado em interpor recurso contra o Resultado

Final e Classificação, deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art. 3° O candidato poderá consultar individualmente seu desempenho na "Área do Candidato", a partir do dia **18/08/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prado Ferreira (PR), 18 de agosto de 2026.

SILVIO ANTÔNIO DAMACENO
Prefeito

Publicado por:
Humberto José Pereira
Código Identificador:2D22B574

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
DISPENSA: 16/2026

HOMOLOGAÇÃO: 17/08/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e equipamentos institucionais, visando atender às demandas administrativas, legislativas e de suporte operacional da Câmara Municipal de Quatro Barras. Conforme especificações constantes no TR. Em consonância com o parecer jurídico 104/2026. Em consonância com o parecer jurídico nº42/2025.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
CONTRATADA: APALLU ENGENHARIA LTDA

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 2.449,50
DESPESA: 01.001.01.031.0001.2.001.4.4.90.52.00.00. - 1001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.30.00.00. - 1001 - MATERIAL DE CONSUMO

Câmara Municipal de Quatro Barras, 17/08/2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente da Câmara Municipal de Quatro Barras

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:F94D2CA1

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
DISPENSA: 16/2026

HOMOLOGAÇÃO: 17/08/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e equipamentos institucionais, visando atender às demandas administrativas, legislativas e de suporte operacional da Câmara Municipal de Quatro Barras. Conforme especificações constantes no TR. Em consonância com o parecer jurídico 104/2026. Em consonância com o parecer jurídico nº42/2025.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
CONTRATADA: DRONE AIR COMERCIO E SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 9.500,00
DESPESA: 01.001.01.031.0001.2.001.4.4.90.52.00.00. - 1001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.30.00.00. - 1001 - MATERIAL DE CONSUMO

Câmara Municipal de Quatro Barras, 17/08/2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente da Câmara Municipal de Quatro Barras

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:FD430BE0

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
DISPENSA: 16/2026

HOMOLOGAÇÃO: 17/08/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e equipamentos institucionais, visando atender às demandas administrativas, legislativas e de suporte operacional da Câmara Municipal de Quatro Barras. Conforme especificações constantes no TR. Em consonância com o parecer jurídico 104/2026. Em consonância com o parecer jurídico nº42/2025.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
CONTRATADA: MIGRA DISTRIBUIDORA LTDA

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 3.925,17
DESPESA: 01.001.01.031.0001.2.001.4.4.90.52.00.00. - 1001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.30.00.00. - 1001 - MATERIAL DE CONSUMO

Câmara Municipal de Quatro Barras, 17/08/2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente da Câmara Municipal de Quatro Barras

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:C300F1AB

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
DISPENSA: 16/2026

HOMOLOGAÇÃO: 17/08/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e equipamentos institucionais, visando atender às demandas administrativas, legislativas e de suporte operacional da Câmara Municipal de Quatro Barras. Conforme especificações constantes no TR. Em consonância com o parecer jurídico 104/2026. Em consonância com o parecer jurídico nº42/2025.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
CONTRATADA: J10 COMERCIAL DO BRASIL LTDA

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 21.481,55
DESPESA: 01.001.01.031.0001.2.001.4.4.90.52.00.00. - 1001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.30.00.00. - 1001 - MATERIAL DE CONSUMO

Câmara Municipal de Quatro Barras, 17/08/2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente da Câmara Municipal de Quatro Barras

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:17913707

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
DISPENSA: 16/2026

HOMOLOGAÇÃO: 17/08/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e equipamentos institucionais, visando atender às demandas administrativas, legislativas e de suporte operacional da Câmara Municipal de Quatro Barras. Conforme especificações constantes no TR. Em consonância com o parecer jurídico 104/2026. Em consonância com o parecer jurídico nº42/2025.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
CONTRATADA: LICITARA COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 7.200,00
DESPESA: 01.001.01.031.0001.2.001.4.4.90.52.00.00. - 1001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.30.00.00. - 1001 - MATERIAL DE CONSUMO

Câmara Municipal de Quatro Barras, 17/08/2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente da Câmara Municipal de Quatro Barras

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:9504ED81

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11885/2026

Súmula: Concede Progressão Funcional para os servidores listados neste Decreto.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, Considerando a Lei Municipal 987/2016 – Artigo 5°, CONCEDE Progressão aos Servidores Municipais listados a seguir, conforme classes e níveis indicados, a partir de 01 de Agosto de 2026:

- CASSIANO DOS SANTOS PINTO VOUDAN, CPF n° ***.018.259-**, para o nível SGM3- 13
- EVERSON MESSIAS DOS SANTOS, CPF n° ***.981.912.-**, para o nível GM2- 6
- IVONETE AQUINO PEIXOTO, CPF n° ***.847.721.-**, para o nível GM1- 8
- IZAQUE SILVA DE OLIVEIRA, CPF n° ***.799.009.-**, para o nível GM2- 5
- JEFERSON MESSIAS DOS SANTOS, CPF n° ***.787.272-**, para o nível SGM3- 13
- MARCELO HENRIQUE VAZ, CPF n° ***.395.039-**, para o nível CD- 11

Quatro Barras, 18 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:92705D70

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11886/2026

Súmula: Concede Promoção Funcional por Merecimento para os servidores listados neste Decreto.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, considerando a Lei Municipal 987/2016 – Artigo 24° - A, CONCEDE Promoção Funcional por Merecimento aos Servidores Municipais listados a seguir, conforme classes e níveis indicados, a partir de 01 de Agosto de 2026:

- ALEX ALEXANDRE GREIN BARBOSA, CPF n° ***.178.039-**, para o nível SGM3- 13
- ALMIR MARAFIGO DA SILVA, CPF n° ***.076.669-**, para o nível SGM2- 15
- IVONEI ZANELA, CPF n° ***.958.009-**, para o nível CD- 11

Quatro Barras, 18 de Agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:7D7CEBC3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11887/2026

Súmula: Concede Promoção Funcional por Antiguidade para o servidor listado neste Decreto.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, Considerando a Lei Municipal 987/2016 – Artigo 5°, CONCEDE Promoção Funcional por Antiguidade ao Servidor Municipal listado a seguir, conforme classe e nível indicado, a partir de 01 de Agosto de 2026:

- CARLOS PEREIRA CARNEIRO, CPF n° ***.779.559-**, para o nível GM1- 7

Quatro Barras, 18 de Agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:01BFC855

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11888/2026

Súmula: Nomeia a Senhora ROSENILDA DOS SANTOS PIRES para o exercício de cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor NOMEIA a Senhora ROSENILDA DOS SANTOS PIRES, CPF nº. ***.496.749-**, para exercer em comissão o cargo de “ASSESSOR OPERACIONAL”, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a partir de 19 de agosto de 2026.

Quatro Barras, 18 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:51601327

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11889/2026

Súmula: Nomeia a Senhora VALQUIRIA PIRES para o exercício de cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor NOMEIA a Senhora VALQUIRIA PIRES, CPF nº. ***. 790.549-**, para exercer em comissão o cargo de "ASSESSOR OPERACIONAL", junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a partir de 19 de agosto de 2026.

Quatro Barras, 18 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:176486CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
ATA Nº 33 – ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 10/2024

Aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto de 2026, às 14:00h, na sede da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, reuniram-se a Presidente e os membros da Comissão de contratação, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.627/2025, para análise de documentos relativos ao Credenciamento nº 10/2024 – OBJETO: **Credenciamento de pessoas física e jurídica para prestação de serviços de motorista de transporte escolar, motorista categoria "B" e motorista categoria "D", conforme especificações contidas no termo de referências (anexo 01) e no estudo técnico preliminar (anexo 02) do referido edital,** o qual foi apresentada a documentação complementar do proponente **ALEX SCHROEDER – CPF: XXX.160.XXX-42** para o item 03 *"Prestação de serviço de Motorista Categoria "D*", conforme a tabela de itens constantes do Anexo 01.

Da análise pela Comissão de Contratação dos documentos de habilitação, os documentos foram analisados e rubricados e estão em conformidade com o Edital, o proponente:

ALEX SCHROEDER – CPF: XXX.160.XXX-42, para o item 03 "Prestação de serviço de Motorista Categoria D". **- PROPONENTE HABILITADO.**

Publicado o resultado, abre-se o prazo de 03 (três) dias úteis para interposição de recursos, os quais deverão ser encaminhados conforme normativas estabelecidas pelo Edital de Credenciamento n° 10/2024.

Nada mais havendo a tratar, transcrevemos a presente ata.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Presidente da Comissão de Contratação

CHERON ROTHEMANN
Membro

GILSON SYDOR
Membro

MARCELO OLEGÁRIO DA SILVA FILHO
Membro

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:3F79405C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 63/2023

OBJETO: O referido Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema de atendimento digital multicanal que permita a implementação de atendimento humano e automatizado (chatbot), na modalidade SAAS, incluindo implantação, treinamento, assistência técnicas, aplicativos e provedor de mensagens oficial., devidamente autorizado pelo Processo Licitatório de Pregão Eletrônico nº 51/2023.

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE QUATRO BARRAS, CNPJ nº 76.105.568/0001-80.

CONTRATADA: OMNICENTRAL TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 23.109.142/0001-97.

DO OBJETO: O presente Instrumento tem como objeto o reajuste inflacionário do Contrato de Prestação de Serviços n° 63/2023 através do índice IPCA/IBGE, conforme previsto em sua **"CLÁUSULA NONA – "DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO – DO AUMENTO E SUPRESSÃO E DO REAJUSTE""** e garantido através do 4º Termo Aditivo ao referido contrato.

DO REAJUSTE: Utiliza-se o índice IPCA/IBGE acumulado de agosto/2025 a julho/2026, que representa 4,443% e reajusta o valor total do Contrato para R$ 21.173,52 (vinte e um mil, cento e setenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo decorre de autorização do Prefeito Municipal, Senhor Loreno Bernardo Tolardo, exarada no processo administrativo n° 10.479/2026 e amparo legal no artigo 65, § 8° da Lei Federal 8.666/1993.

DATA DE ASSINATURA: 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:D2E0C980

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
REQUERIMENTOS DE DIÁRIAS

O Prefeito Municipal de Quatro Barras/PR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal de n° 057/2006, que dispõe sobre o sistema de pagamento de diárias de caráter indenizatório no âmbito do Poder Executivo, na forma de adiantamento para a cobertura de despesas quando houver deslocamento para fora dos limites do Município, AUTORIZA a concessão de diária ao(s) Servidor(es) Municipal(is) listado(s) a seguir, conforme discriminado:

Requerimento de Diária n° 5985/2026
FLAVIA GARBELINI – CPF. XXX.787.068-XX
I)Processo Administrativo n° 13095/2026
II) Cargo do servidor: PSICOLOGO – SMS
III)Período de afastamento: 20/08/2026(08h) a 20/08/2026(17h)
IV) Número de diárias: uma diária integral
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para I Jornada Paranaense de CAPS, em Colombo/PR.

Requerimento de Diária n° 5986/2026
CLAUDENISIA APARECIDA SOARES DE ALMEIDA – CPF. XXX.392.059-XX
I)Processo Administrativo n° 12972/2026
II) Cargo do servidor: AUXILIAR ADMINISTRATIVO – SMICS
III)Período de afastamento: 20/08/2026(07h) a 20/08/2026(20h)
IV) Número de diárias: uma diária sem pernoite
V) valor unitário da diária sem pernoite: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para Encontro dos coordenadores e atendentes das salas dos empreendedores da regional leste, em Pontal do Paraná/PR.

Requerimento de Diária n° 5987/2026
ROSIMAR DA SILVA NOGUEIRA – CPF. XXX.825.529-XX
I)Processo Administrativo n° 12974/2026
II) Cargo do servidor: ASSESSOR DE ATIVIDADES DE OPERAÇÃO – SMICS
III)Período de afastamento: 20/08/2026(07h) a 20/08/2026(20h)
IV) Número de diárias: uma diária sem pernoite
V) valor unitário da diária sem pernoite: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para Encontro dos coordenadores e atendentes das salas dos empreendedores da regional leste, em Pontal do Paraná/PR.

Requerimento de Diária n° 5988/2026
MARIANE FERREIRA – CPF. XXX.781.799-XX
I)Processo Administrativo n° 12975/2026
II) Cargo do servidor: ASSESSOR OPERACIONAL DE DEPARTAMENTO – SMICS
III)Período de afastamento: 20/08/2026(07h) a 20/08/2026(20h)
IV) Número de diárias: uma diária sem pernoite
V) valor unitário da diária sem pernoite: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para Encontro dos coordenadores e atendentes das salas dos empreendedores da regional leste, em Pontal do Paraná/PR.

Requerimento de Diária n° 5989/2026
LERIANE TARTAIA RODRIGUES FAGUNDES – CPF. XXX.363.389-XX
I)Processo Administrativo n° 12977/2026
II) Cargo do servidor: ASSESSOR OPERACIONAL DE SECRETARIA – SMICS
III)Período de afastamento: 20/08/2026(07h) a 20/08/2026(20h)
IV) Número de diárias: uma diária sem pernoite
V) valor unitário da diária sem pernoite: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 296,82 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para Encontro dos coordenadores e atendentes das salas dos empreendedores da regional leste, em Pontal do Paraná/PR.

Quatro Barras, 18 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loana Cavalli da Conceição
Código Identificador:E157989F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 57/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à
despesa abaixo especificada, Processo n° 11346/2026. Objeto: Prestação de serviços técnicos
especializados de consultoria, assessoria técnica e coordenação metodológica para elaboração do
Diagnóstico Socioterritorial e do Plano Municipal Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do
Município de Quatro Barras/PR – 2027/2036, compreendendo todas as atividades necessárias ao
planejamento, execução, acompanhamento, sistematização e consolidação dos produtos técnicos, em
conformidade com a Lei Municipal nº 1.363/2020 e com as Resoluções CONANDA nº 113/2006, nº 161/2013, nº 171/2014, nº 231/2022 e nº 270/2025.Na Modalidade De Inexigibilidade De Licitação,
conforme o Art. 74,Inciso III, "C" E §3 Caput da Lei Federal n∘ 14.133/2021., e consonância com o
Parecer Jurídico n° 258/2025.
CONTRATADA: UILSON ARAUJO CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTODE PROJETOS SOCIAIS
LTDA.
CNPJ: 32.110.624/0001-58
VALOR TOTAL DE: R$ 37.500,00 (Trinta e sete mil e quinhentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Órgão/Unidade
Código
Reduzido
Subação Natureza Fonte
04.001 948 04.001.08.243.0005.6.009.3.3.90.39.00.0
Outros Serviços
de Terceiros –
Pessoa Jurídica
3879 – Recurso
Federal

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:6FD3F2A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO N°119/2026

DECRETO Nº119/2026

Súmula: Nomeia representantes do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Segurança, Patrimônio e Defesa Civil.

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO as Leis Municipais n. 2.125/2026;

D E C R E T A

Art. 1º - Nomeia os seguintes representantes do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Segurança, Patrimônio e Defesa Civil do Município de Querência do Norte- Pr.

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA CIVIL:
Claudinei Nery da Silva

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
André Melão

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Cassia Souza Santos Cruz

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
Renan Dainezi

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA
Aparecido dos Santos

REPRESETANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESSPORTES E LAZER
Adelaide da Cruz

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABLHO E ASSISTENCIA SOCIAL

Andria Vieira

REPRESENTANTE DA UNIDADE DO BOMBEIRO
Bruno Moreira

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
Celso Aguinoni
Giovani Braun

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:421228EF

LICITAÇÃO
EXTRATO 191/2026

INEXIGIBILIDADE Nº. 40/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 88/2026
CONTRATO 191/2026.

CONTRATO QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, ESTADO DO PARANÁ E A EMPRESA RMS PRODUCAOES E EVENTOS LTDA

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE-PR
CNPJ: 76.973.692/0001-16
ENDEREÇO: Rua Waldemar dos Santos, n.º 1197
CIDADE: Querência do Norte, Estado do Paraná
TELEFONE: 44 -3462 1222
E-MAIL: administracao@querenciadonorte.pr.gov.br
REPRESENTANTE: Alex Sandro Fernandes
CARGO: Prefeito
RG: 083.XXX.979-XX
CPF: 10.XXX.514-X SSP/PR
E-MAIL: alexsandropref@querenciadonorte.pr.gov.br
Nome do responsável para dúvidas: GUTO RENATO BERTO
FONE 44 – 9 8808- 4784

CONTRATADA: RMS PRODUCAOES E EVENTOS LTDA
CNPJ: 47.685.760/0001-43
ENDEREÇO: Rua Carandai, 221, bairro Casa Verde, CEP 02.516-020
CIDADE: São Paulo (SP)
CEP 02.516-020
REPRESENTANTE LEGAL: REGINALDO MATOS DA SILVA
CPF: 156.***.888-** | RG: 53.***429-5-* SSP/SP
E-MAIL: anddredede@gmail.com
TELEFONE: (11) 9.8355-9605

CLÁUSULA PRIMEIRA -

Acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº. 14.133/2021, , suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO.

Por este contrato, a CONTRATADA assume a responsabilidade do comparecimento de BANDA FORRÓ CINTURA DE MOLA para uma apresentação artística em local e data convencionados nesta cláusula:

DATA DO SHOW: 05 DE SETEMBRO DE 2026
LOCAL DO SHOW: Próximo à Praça Central
ENDEREÇO DO SHOW: Avenida Porto Alegre
CIDADE: QUERÊNCIA DO NORTE - PARANÁ
HORÁRIO DE INÍCIO: 23:00 HORAS
TIPO DE EVENTO: 43ª FESTA DO ARROZ DE QUERÊNCIA DO NORTE
DURAÇÃO DO SHOW: "Mínima de 2:00 (DUAS HORAS) aproximadamente.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: contarão no *"Checklist"*.
O show mencionado no *caput* desta cláusula compreende a apresentação pública ou privada dos artistas, dentro das especificações previstas acima.
As condições estabelecidas, neste termo contratual, poderão ser alteradas mediante acordo firmado por escrito entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor pago pela apresentação artística, na data de 05/09/2026, de BANDA FORRÓ CINTURA DE MOLA será no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), no primeiro dia útil após a realização do evento, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, conforme abaixo:

CLÁUSULA QUARTA - RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas à conta das seguintes dotações orçamentárias:
10.003.23.695.2.112.3.3.90.39.00.0 – Incentivos as Festividades Municipais - Reduzido 668 – Fonte 1000

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

I) O prazo de vigência do Contrato será de 60 (sessenta) dias, possibilitado a sua prorrogação mediante aprovação da contratante, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado. Independentemente da data de assinatura do contrato seu prazo fica adstrito a vigência do crédito orçamentário, o que poderá reduzir sua vigência.
Parágrafo Primeiro: Os prazos poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude o artigo 106,107 da Lei 14.133/2021

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Loanda, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Querência do Norte (PR), 17 de Agosto de 2026

PREFEITURA MUN. QUERÊNCIA DO NORTE
Contratante

RMS Producaoes E Eventos LTDA
ALEX SANDRO FERNANDES REGINALDO MATOS DA SILVA
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:_____
CPF._____

Nome:_____
CPF._____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:F1629BEA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 187/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 187/2026-PMQN

CONCORRENCIA Nº 04/2026

Contratante: Município de QUERÊNCIA DO NORTE-PR, situado na Waldemar dos Santos, 1197, CNPJ 76.973.692/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito ALEX SANDRO FERNANDES, portador da cédula de identidade R.G. n. º 10.***.514-* SSP/PR, inscrito no CPF sob n. º 083.***.979-**.
CONTRATADA: empresa CONSTRUTORA LONGUINI LTDA, CNPJ 16.514.870/0001- 19, localizada Rua Edmundo Mercer Junior, 1565, Jardim Alvorada, Cruzeiro Do Oeste – PR, representada por ANDRÉ LONGUINI JUNIOR portador da cédula de identidade R.G. n. º 9.***.564- */SESP/PR, inscrito CPF sob n. º 088.***.329-**, residente na Avenida Rio Branco n° 300, Centro, Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, CEP: 87400-000.

OBJETO: Pavimentação de vias urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 144.364,43 m², compreendendo os seguintes trechos:
- RUA AMAPÁ entre Rua Helmuth Jacob Ross e Rua Antonio Reginato;
- RUA BELO HORIZONTE entre Rua Farroupilha e Rua Antonio Reginato;
- RUA SÃO SALVADOR entre Rua Farroupilha e Rua Antonio Reginato;
- RUA OTTMAR SCHMIDT entre Rua Farroupilha e Rua Antonio Reginato;
- RUA HELMUTH JACOB ROSS entre Rua Amapá e Rua Ottmar Schmidt;
- RUA MINAS GERAIS entre Rua Amapá e Av. Santos Dumont;
- RUA ADEMAR SILVA FERREIRA entre Rua Amapá e Rua Ottmar Schmidt;
- RUA JOÃO POLINI entre Rua Amapá e Avenida Santos Dumont;
- RUA HELMUTH JACOB ROSS entre Rua Belém e Rua Ponta Porã;
- RUA MINAS GERAIS entre Rua Belém e Rua Ponta Porã;
- RUA ADEMAR SILVA FERREIRA entre Rua Belém e Rua Ponta Porã;
- RUA FLORIANOPOLIS entre Rua Helmuth Jacob Ross e Rua Ademar Silva Ferreira;
- RUA JOÃO POLINI entre Rua Florianopolis e Rua Ponta Porã;
- RUA MANAUS entre Rua Helmuth Jacob Ross e Rua Antonio Reginato;
- RUA PONTA PORÃ entre Rua Helmuth Jacob Ross e Rua João Polini;
- RUA PARANÁ entre Rua Belém e Rua Manaus;
- RUA FLORIANOPOLIS entre Rua Paraná e Rua Rio de Janeiro;
- RUA MARIA DE LOURDES D. CARDOSO entre Rua Sergipe e Rua Acre;
- RUA OSVALDO BERTOZZI entre Rua Iguaçu e Rua Sergipe;
- RUA 24 de ABRIL entre Rua Santos e Rua Iguaçu;
- AV. BRASIL PARANÁ entre Rua Osvaldo Bertozzi e Rua Sergipe;
- RUA BELEM entre Rua Iguaçu e Rua Rio Grande do Norte;
- RUA FLORINANOPOLIS entre Rua Iguaçu e Rua Rio Grande do Norte;
- RUA MANAUS entre Rua Iguaçu e Rua Rio Grande do Norte;
- RUA PONTA PORÃ entre Rua Mandaguari e Rua Rio Grande do Norte;
- RUA MANDAGUARI entre Rua Maria de Lourdes D Cardoso e Av. Brasil Paraná;
- RUA IGUAÇU entre Rua Osvaldo Bertozzi e Rua Ponta Porã;
- RUA MANDAGUARI entre Av. Brasil Paraná e Rua Ponta Porã;
- RUA SERGIPE entre Av. Brasil Paraná e Rua Ponta Porã;
- TRAVESSA PROJETADA entre Av. Brasil Paraná e Rua Belém;
- RUA RIO GRANDE DO NORTE entre Rua Maria de Lourdes D. Cardoso e Rua Osvaldo Bertozzi;
- RUA ACRE entre Av. Rio Grande do Sul entre Rua Osvaldo Bertozzi;
- AV. BRASIL PARANÁ entre Rua Sergipe e Rua Guaporé;
- RUA MANDAGUARI entre Rua Amapá e Avenida Brasil Paraná;
- RUA SERGIPE entre Rua Amapá e Avenida Brasil Paraná;
- RUA RIO GRANDE DO NORTE entre Rua Amapá e Rua Bento Simões dos Santos;
- RUA ACRE entre Rua Amapá e Av. Rio Grande do Sul;
- RUA SANTOS entre Rua São Salvador e Av. Rio Grande do Sul;
- RUA ANTONINA entre Rua São Salvador e Rua Bento Simões dos Santos;
- RUA RIO BRANCO entre Rua Ottmar Schmidt e Av. Rio Grande do Sul;
- RUA AMAPÁ entre Rua Iguaçu e Rua Acre;
- RUA BELO HORIZONTE entre Rua Iguaçu e Rua Acre;
- RUA SÃO SALVADOR entre Rua Iguaçu e Rua Antonina;
- RUA OTTMAR SCHMIDT entre Rua Iguaçu e Rua Guaporé;
- RUA BENTO SIMÕES DOS SANTOS entre Rua Rio Grande do Norte e Rua Guaporé;
- RUA WALDEMAR DOS SANTOS entre Rua Rio Grande do Norte e Rua Guaporé;
- TRAV. PROJETADA B entre Rua Bento dos Santos e Av. Rio Grande do Sul;
- RUA 13 DE MAIO entre Rua Santos e Rua Guaporé.

VALOR: R$ R$ 35.850.000,00 (trinta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 540 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 1080 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 10 de agosto de 2026.

FORO: Comarca de Loanda, Estado do Paraná.

Querência do Norte, 17 de agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:D2D16DE0

LICITAÇÃO
PE 28/2026 EQUIPAMENTOS AGRICULTURA ALTERAÇÃO DATA ABERTURA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGAO ELETRONICO – Nº 28/2026 ALTERAÇÃO DATA ABERTURA
O município de Querência do Norte, Paraná, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRONICO na seguinte forma: MENOR PREÇO POR ITEM-
OBJETO: aquisição de 01 veículo automotor tipo sedan novo zero km 01 trator agrícola 4x4 cabinado novo 01 sistema completo de irrigação agrícola- emenda parlamentar 202240740002, 202540740006, 202428490007
ABERTURA**: 01 de Setembro de 2026 – 09 horas.**
Local da sessão pública: www.comprasbr.com.br
– Prefeitura Municipal de Querência do Norte

Querência do Norte-PR, 18 de Agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:C2B53EC3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 20/2026

O MUNICÍPIO DE QUITANDINHA, Estado do Paraná, torna público que estará recebendo propostas adicionais para realização de processo de contratação direta, conforme segue:
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REPARO NO TELHADO DO GINASIO HILARIO GONÇALVES DO VALE
TIPO DE PARTICIPAÇÃO: EXLUSIVO PARA ME/EPP/MEI
VALOR ESTIMADO: R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais).
PRAZO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: até às 23:59 do dia 24 de agosto de 2026.
REFERENCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF
DISPOSIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS: O termo de referência e seus anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Quitandinha, sito https://www.quitandinha.pr.gov.br/; Também poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Quitandinha, sito a Rua José de Sá Ribas, 238, Centro, das 08h30min às 16h30min, ou através de solicitação para o email licitacao@quitandinha.pr.gov.br.
ENVIO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: A proposta adicional deverá ser protocolada conforme modelo do ANEXOII, juntamente da Declaração Unificada (ANEXO I) e toda documentação de habilitação constante no **ANEXO III**, através de sistema de protocolo, podendo ser online (através do sitio eletrônico https://www.quitandinha.pr.gov.br/) assim como presencialmente, na Prefeitura Municipal de Quitandinha, sito a Rua José de Sá Ribas, 238, Centro, das 08h30min às 16h30min, ou ainda pelo email licitacao@quitandinha.pr.gov.br, ATÉ A DATA LIMITE ESTIPULADA ANTERIOMENTE.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: A Administração Pública isenta-se de responsabilidade pelo não recebimento de emails de terceiros, atribuindo eventuais falhas à indisponibilidade da internet dos proponentes, mau funcionamento de provedores de internet ou outros problemas técnicos alheios ao seu controle. Mantendo o compromisso com canais de comunicação eficientes, a Administração esclarece que obstáculos enfrentados por terceiros ao enviar correspondências eletrônicas, bem como acesso ao sistema de protocolo, não podem ser imputados à instituição, colocando-se à disposição para solucionar questões sob sua alçada.
Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha/PR, 18 de agosto de 2026

LUCAS RAVEL FERREIRA DOS SANTOS
Agente de Contratação
Decreto Municipal nº 01/2026

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:AAE9AA50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2026 – TESTE SELETIVO 02/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Edital de Convocação 02/2026 – Teste Seletivo 02/2026
A Prefeitura Municipal de Quitandinha convoca o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Pessoal a fim de tomar (em) as providências necessárias para assumir (em) o(s) correspondente(s) cargo(s) público(s), no prazo de 48 horas após a data de publicação.

Ordem	Nome	Cargo	Localidade
03ª	ROSEMARY DE SOUZA	PSICOLOGO	GERAL

Quitandinha, 13 de agosto de 2026.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:71C4AF52

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 07/2026 – TESTE SELETIVO 01/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

Edital de Convocação 07/2026 – Teste Seletivo 01/2026

A Prefeitura Municipal de Quitandinha convoca o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Pessoal a fim de tomar (em) as providências necessárias para assumir (em) o(s) correspondente(s) cargo(s) público(s), no prazo de 48 horas após a data de publicação.

Ordem	Nome	Cargo	Localidade
29ª	ADRIANA DE ALMEIDA	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL
30ª	MARIA LUIZA COLAÇO SANTOS	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL
31ª	REGINA APARECIDA DE RAMOS	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL
32ª	CLARICE MARIANO	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL
33ª	VALERIA LIMA DE SOUZA	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL
34ª	CLEIDI MARIA DE CHAVES DOS SANTOS	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL

Quitandinha, 18 de agosto de 2026.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:8C1BAC61

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 39/2026-PMQ

Extrato de Rescisão de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 39/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha e Daniele Dos Santos
Objeto: Rescisão antecipada do Contrato de Trabalho
Data da assinatura: 17/08/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:F00BFAF5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 56/2025-PMQ

Extrato de Rescisão de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 56/2025-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha e Nilviane Ferreira Barbosa
Objeto: Rescisão antecipada do Contrato de Trabalho
Data da assinatura: 17/08/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:AD226823

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 98/2025-PMQ

Extrato de Rescisão de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 98/2025-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha e Cristiane Terezinha Carvalho Camilo

Objeto: Rescisão antecipada do Contrato de Trabalho
Data da assinatura: 17/08/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:FEDCE998

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 268/2026

PORTARIA N° 268/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasada no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no art. 85 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998 e protocolo nº 4196/2026,

RESOLVE
Art. 1º Concede licença para tratamento de saúde a partir de 11/08/2026 a 08/11/2026, para TAIS APARECIDA BILL, RG nº. 12.367.165-1/PR, funcionária pública municipal efetiva e estável, ocupante do cargo de Professor, com exercício de suas funções na Escola Municipal Padre Antonio.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 11/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 12 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:A35A384B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 270/2026

PORTARIA N° 270/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasada no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no art. 85 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998 e protocolo nº 4169 e 4238/2026,

RESOLVE

Art. 1º Prorroga a licença para tratamento de saúde a partir de 05/08/2026 a 18/08/2026, para MARIA FRANCIANI KRUPA CANTELE, RG nº. 8.018.015-2/PR, funcionária pública municipal efetiva e estável, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saude, com exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Desenvolvimento em Saúde e Bem-Estar.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 05/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 14 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:7B495287

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 271/2026

PORTARIA N° 271/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasada no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no art. 85 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998, protocolo nº 4227/2026,
RESOLVE

Art. 1º Concede licença para tratamento de saúde a partir de 30/07/2026 a 12/09/2026, para OSMAR RIBAS DA CRUZ, portador do RG nº. 8.371.724-6/PR, funcionário público municipal efetivo, ocupante do cargo de Motorista II, com exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento para o Futuro.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 30/07/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 14 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:7E6DC414

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 272/2026

PORTARIA N° 272/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no art. 62, XXIX, da Lei Orgânica Municipal, e Leis Municipais n° 1.327 e 1.328 ambas de 12 de março de 2025,

RESOLVE

Art. 1º Fica nomeada LARISSA ZOELLNER OLSZEWSKI, portadora do RG nº 14407713917, para ocupar o cargo em comissão de Assessor de Secretário, com exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Desenvolvimento em Saúde e Bem-Estar.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 14 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:A9B01712

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO TORNADA SEM EFEITO - INEX. 18

AVISO DE PUBLICAÇÃO TORNADA SEM EFEITO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 18/2026

O Município de Realeza/PR torna sem efeito o Termo de Homologação e sua retificação, bem como a publicação do respectivo Termo de Homologação e sua publicação de retificação referentes ao Processo Administrativo nº **97/2026** Inexigibilidade nº **18/2026**, publicados em **12/08/2026 e 13/08/2026**, em razão de **corrigir os erros materiais de digitação identificados nos documentos**, sendo necessária a correção para garantir a adequada publicidade e observância dos princípios que regem as contratações públicas.
O novo Termo de Homologação e a publicação do mesmo serão disponibilizados oportunamente pelos mesmos meios oficiais.

Realeza/PR, 18 de agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:20DC0072

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO - PE-RP 25

AVISO DE SUSPENSÃO

A **PREFEITURA DE REALEZA,** Estado do Paraná, torna público e para conhecimento, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90025/2026, que tem por objeto a O objeto da presente licitação éREGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE material escolar e escritório para atender a demanda das secretarias solicitantes,conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação do Município ou através do e-mail: licitacao2@realeza.pr.gov.br.

REALEZA, AOS dezoito dias de agosto de 2026.

KELLY CRISTINA MELLO
Pregoeira

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:FD232220

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - CONC. 04

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 251/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: IMPONENCE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
OBJETO: Contrato é Construção de Centro de Convivência do Idoso contendo estacionamento, calçada externa, hall social, área de descanso interna, área de piscina coberta, área de atividades com cancha de bocha, vestiário masculino, vestiário feminino, sanitários PCDs masculino e feminino, casa de máquinas, hall de circulação e depósitos, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 90004/2026.
REFERENTE: LICITAÇÃO Processo CONCORRÊNCIA Nº 4/2026.
VALOR TOTAL: R$1.630.150,00 (Um Milhão, Seiscentos e Trinta Mil, Cento e Cinqüenta Reais).
DATA DA ASSINATURA: 03/08/2026.

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:C69BA786

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - DISP. 24

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 258/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: EQUIPLANO SISTEMAS LTDA.
OBJETO: Constitui objeto da presente contratação a prestação de serviços de licenciamento de uso de software integrado de gestão pública, compreendendo a disponibilização da solução atualmente implantada e em operação pelo Município de Realeza, bem como os serviços de manutenção corretiva, legal, atualização tecnológica, hospedagem em data center e disponibilização, durante toda a vigência contratual e no período de transição, de cópia íntegra, atualizada, segura e tecnicamente utilizável dos dados tratados em nome da CONTRATANTE, incluindo backups, do banco de dados da solução atualmente utilizada pelo Município, em formato nativo e íntegro.
Quaisquer serviços adicionais de extração, tratamento, saneamento, adequação, conversão, importação, integração, parametrização, consultoria técnica, apoio operacional ou suporte à migração para solução de terceiros não integram o objeto da presente contratação e, caso necessários, dependerão de contratação específica e formal entre as partes. A obrigação não implica cessão ou licenciamento do software de SGBD utilizado pela CONTRATADA, nem fornecimento de credenciais administrativas de sua infraestrutura proprietária. A transferência deverá ocorrer por meio seguro, com controle de acesso e observância da LGPD e das demais normas de segurança da informação aplicáveis, e demais serviços indispensáveis ao pleno funcionamento dos módulos atualmente implantados, destinados ao atendimento das necessidades do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município de Realeza.
A presente contratação compreenderá exclusivamente os módulos, funcionalidades, integrações e serviços atualmente executados no âmbito do Contrato nº 422/2022, preservando integralmente o objeto atualmente contratado, sendo vedada a inclusão de novos módulos, funcionalidades, serviços ou qualquer ampliação do objeto prevista no Pregão Eletrônico nº 19/2026. A contratação possui caráter excepcional e temporário, destinando-se exclusivamente a assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais durante o período estritamente necessário à conclusão do Pregão Eletrônico nº 19/2026, à formalização da contratação dele decorrente e à conclusão das etapas de implantação, migração, parametrização, treinamento, testes, validação e estabilização da solução vencedora, garantindo a continuidade dos serviços públicos e a segurança operacional da Administração Municipal.
REFERENTE: LICITAÇÃO Processo Dispensa Nº 24/2026.
VALOR TOTAL: R$110.386,96 (Cento e Dez Mil, Trezentos e Oitenta e Seis Reais e Noventa e Seis Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 17/08/2026

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:C825D46D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - INEX. 18

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 255/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: SAN MARINO VEICULOS LTDA.
OBJETO: Adesão de Ata de Registro de Preço para Aquisição de Veiculo tipo SUV – MÍN 110 CV – PORTA-MALAS MÍN 390 L, por meio de adesão Ata de Registro de Preços nº 1369/2025 do Estado do Rio Grande do Sul, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação mediante Inexigibilidade.
REFERENTE: LICITAÇÃO Processo Inexigibilidade Nº 18/2026.
VALOR TOTAL: R$118.790,00 (Cento e Dezoito Mil, Setecentos e Noventa Reais).
DATA DA ASSINATURA: 11/08/2026

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:C9D39D59

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO INEX 16

RESULTADO CREDENCIAMENTO 03/2026
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 16/2026

A Presidente da Comissão de Contratação, nomeada através da Portaria n. 8.146/2025 de Vinte de Maio de 2025, com base na Lei Federal 14.133/21 e legislação complementar, torna público resultado de Licitação:

MODALIDADE: INEXIGIBILIADADE Nº 16/2026 - CREDENCIAMENTO 03/2026
OBJETO: Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, na área da saúde em clínica geral e em especialidades diversas para atendimento à população de Realeza na Unidade do Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde para atender a demanda da Secretaria de Saúde conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

Empresas Credenciadas:
DEUS CURA CLÍNICA MÉDICA LTDA;
INVICTUS GESTÃO EM SAÚDE;
3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA;
MEDICAL PRIME GESTÃO DE SEVIÇOS MÉDICOS LTDA.
Empresas convocadas para diligências da documentação apresentada:
ESFERA SAÚDE LTDA;
CLÍNICA MÉDICA SUDOESTE DO PARANÁ LTDA.

Realeza/PR, 18 de Agosto de 2026.

HELOÍSE GOMES DE MORAES
Presidente da Comissão de Contratações

Publicado por:
Diana Bamberg
Código Identificador:94B03DCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INEX. 18

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de processo de inexigibilidade nº 18/2026, cujo objeto é a Adesão de Ata de Registro de Preço para Aquisição de Veiculo tipo SUV – MÍN 110 CV – PORTA-MALAS MÍN 390 L, por meio de adesão Ata de Registro de Preços nº 1369/2025 do Estado do Rio Grande do Sul, para atender as necessidades da Secretaria de Educação mediante Inexigibilidade, adjudicando em favor da mesma para que produza seus efeitos legais.

REALEZA, AOS onze dias de agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:118A572E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 273 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Exonera o servidor Guilherme Ramos.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar, a pedido, o servidor **Guilherme Ramos**, matricula nº 165941, ocupante do cargo efetivo de **Fiscal**, Nível 14- Inicial, do Quadro Único de Pessoal do Município, vinculado à Secretaria Municipal de Finanças, a partir desta data.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:F71FEB2C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025 EDITAL Nº 213 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

1. A Prefeita do Município de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; artigo 236, da Lei Complementar nº 016, de 10 de agosto de 2015, Lei Municipal nº 1939, de 09 de abril de 2025, Lei Municipal nº 1947 de 07 de maio de 2025, Lei Municipal nº 1950, de 21 de maio de 2025, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para que no **dia seguinte ao da publicação da presente convocação** compareça no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença para assumir a vaga e assinar o contrato:

Cargo: **Professor 20h (Temporário)**

Classificação	Nome	Pontuação Final
3º	Elisiane Duarte Fortes Battisti*	80,00

* Candidata optante por final de fila
2. Os candidatos convocados de acordo com a ordem de classificação deverão apresentar-se no dia seguinte ao da convocação para assumir a vaga e assinar o contrato, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença, munido dos seguintes documentos:

2.1- Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
I – Cédula de Identidade
II – CPF
III – Título de Eleitor

IV – Carteira de Trabalho
V – Número de Inscrição no PIS/PASEP
VI – Certidão de nascimento/casamento
VII – Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos e CPF dos dependentes (filhos, conjugue, etc)
VIII – Comprovante oficial de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta.
IX – Comprovante de escolaridade exigida para o cargo
X – Comprovante de residência
XI – Carteira de Reservista (se sexo masculino)
XII- Apresentar todos os originais declarados para a prova de títulos no momento da inscrição para o Processo Seletivo Simplificado.

2.2 - Originais dos documentos relacionados a seguir:
I – 01 foto 3X4 recente
II – Declaração de acúmulo de cargo, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos de que não acumula cargo, emprego ou função pública, nem recebe benefício proveniente de RGPS ou RPPS.

III – no caso de acúmulo legal (conforme o que é contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal e no artigo 27, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná), à declaração mencionada no Inciso II, deve ser anexado documento de carga horária semanal de trabalho, com informação dos horários e distribuição de atividades emitido pelo respectivo órgão.
IV – Declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.
V - Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelos cartórios judiciais federal e estadual do domicilio onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos (expedida, no máximo, há três meses de sua apresentação).

3 - As declarações a que se referem os Incisos II e III do item 2 deste artigo, deverão ser assinadas no Departamento de RH até o momento da assinatura do termo de posse, sob pena da nomeação se tornar sem efeito.

4. Não ocorrendo a apresentação, os candidatos serão considerados desistente e perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

5. Os candidatos convocados que não aceitarem a vaga, poderão uma única vez, ser incluído no final da relação dos Candidatos classificados, desde que requeiram este reposicionamento.

6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:5A0871CB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
AVISO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 33/2026

EXTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO
33/2026

CONTRATANTE (UASG)
Município de Reserva do Iguaçu (000980878)

OBJETO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU/PR, COM RECURSOS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 10208952000125001 – INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES NO ESTABELCIDA NESSE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 38.465,48 (trinta e oito mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/09/2026 às 09h 00min (horário de Brasília)

LOCAL:
Sistema Compras.gov.br (https://www.gov.br/compras/pt-br).

Critério de Julgamento:
menor preço por item

Modo de disputa:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM
NÃO

LUCIANA ANTUNES PEREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Luciana Antunes Pereira
Código Identificador:C73614C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
PORTARIA 55/2026 - INSTAURA SINDICÂNCIA

PORTARIA N° 55/2026

SÚMULA: INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS NA NOTÍCIA DE FATO Nº MPPR-0109.26.000200-0 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO o teor da Notícia de Fato nº MPPR-0109.26.000200-0, em trâmite perante a 1ª Promotoria de Justiça de Pinhão/PR, na qual foram noticiados fatos envolvendo o servidor público do Município de Reserva do Iguaçu;
CONSIDERANDO a necessidade de apuração administrativa dos fatos, de modo a verificar sua ocorrência, circunstâncias, extensão e eventual responsabilidade funcional, sem prejuízo da observância dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 246, 247, 248 e seguintes da Lei Municipal nº 682/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Reserva do Iguaçu;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR **SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA**, com a finalidade de apurar os fatos noticiados na Notícia de Fato nº MPPR-0109.26.000200-0, bem como eventuais circunstâncias e responsabilidades decorrentes dos fatos.

Art. 2º Para condução dos trabalhos da Sindicância, fica constituída Comissão composta pelos seguintes servidores públicos efetivos:
I – Thabatta Malaggi dos Passos, matrícula nº 9813801, como Presidente;
II – Marizaine Pavoski, matrícula nº 100000067, como Membro;

III – Luciano Severo Bernieri, matrícula nº 1000000032, como Membro.
§ 1º A Comissão deverá, entre seus membros, designar o servidor responsável pelo exercício da função de Secretário, nos termos do § 2º do art. 248 da Lei Municipal nº 682/2010.
§ 2º O Presidente da Comissão deverá ser servidor estável, nos termos do § 1º do art. 248 da Lei Municipal nº 682/2010.

Art. 3º Compete à Comissão promover todas as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, podendo requisitar documentos, colher declarações, ouvir testemunhas e realizar os demais atos necessários à adequada instrução da sindicância, observados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

Art. 4º A Comissão terá o prazo de **30 (trinta) dias**, contado da publicação desta Portaria, para conclusão dos trabalhos, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente, nos termos do parágrafo único do art. 249 da Lei Municipal nº 682/2010.

Art. 5º Concluída a apuração, a Comissão elaborará relatório circunstanciado, indicando, nos termos do art. 251 da Lei Municipal nº 682/2010, se os fatos são irregulares e, em caso positivo, quais os dispositivos legais eventualmente violados e se há presunção de autoria.
Parágrafo único – Caso a apuração indique a existência de infração cuja penalidade ultrapasse os limites previstos para a sindicância, a Comissão deverá observar o disposto no art. 250 da Lei Municipal nº 682/2010, com encaminhamento para instauração do competente Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 6º A Procuradoria-Geral do Município poderá ser instada a prestar os esclarecimentos e orientações jurídicas necessários ao regular desenvolvimento dos trabalhos, sem interferência na apuração e nas deliberações da Comissão.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 53/2026.

Gabinete do Prefeito de Reserva do Iguaçu, em 18 de Agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:1C7458F5

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº: 051/2026 SÚMULA: ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas de acordo com artigo 81 daLei OrgânicaMunicipal e legislação vigente;

RESOLVE:
Art. 1º - Alterar Membros da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado - PSS, com a função de promover, gerenciar, dirimir todo e qualquer processo seletivo e auxiliar o Departamento de Recursos Humanos nos procedimentos referentes à inscrição e seleção dos candidatos.
A Comissão referida no caput deste artigo será formada por servidores públicos municipais, ficando assim composta:

Presidente: Aldair Batista Pego – Advogado;
Secretário(a): Vanessa Aparecida Soares Correia – Monitor de Entidades Sociais;
Membro: Luciano Severo Bernieri – Administrador;
Membro: Adriane Giaretta Pagnoncelli – Agente Administrativo;
Membro: Daisy Cristina Schmitz – Assistente Social II;

Art. 2º - Á Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado incumbe as seguintes atribuições:

I – Elaborar edital (is), do (s) processo (s) seletivo (s) obedecendo todos os critérios estabelecidos nas Leis municipais e Federais, respeitando os prazos nele estabelecidos;
II – Receber as inscrições, conferir se os documentos estão de acordo com as instruções contidas no (s) edital (is);
III – Realizar análise documental e do currículo dos candidatos e proceder à contagem dos pontos dos títulos apresentados (no caso de prova de títulos);
IV – Elaborar a classificação provisória dos inscritos separada por cargo;
V – Receber e analisar os recursos (se necessário for);
VI - Encaminhar a classificação final para publicação;

VII - Realizar os demais atos pertinentes e necessários ao processo de seleção, cadastramento do processo de seleção no SIAP, arquivamento de documentos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 14 de agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:44C7D03B

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 014/2026
Contratação PNCP nº 030/2026
Processo Administrativo nº 3.042/2026
O **PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 75, inciso XV, e considerando os elementos constantes dos autos do **Processo Administrativo nº 3.042/2026**, referente à **Dispensa de Licitação nº 014/2026**,
CONSIDERANDO a necessidade de contratação de empresa especializada para o planejamento, organização e aplicação de Processo Seletivo Simplificado – PSS, destinado ao provimento temporário de cargos no âmbito do Município de Reserva do Iguaçu/PR;
CONSIDERANDO a justificativa apresentada pela Administração Municipal quanto à necessidade da contratação e à impossibilidade de execução integral do objeto com a estrutura técnica, operacional e tecnológica disponível no quadro próprio do Município;
CONSIDERANDO a justificativa da escolha do fornecedor, a comprovação de sua capacidade técnica e operacional, bem como os documentos de habilitação constantes dos autos;
CONSIDERANDO a justificativa de preço e a compatibilidade do valor apresentado com os preços praticados para serviços de natureza semelhante;
CONSIDERANDO que a contratação direta encontra fundamento no **art. 75, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021**;
CONSIDERANDO, por fim, que foram observados os requisitos estabelecidos no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições legais aplicáveis,
RESOLVE:
I – HOMOLOGAÇÃO
HOMOLOGAR o procedimento de **Dispensa de Licitação nº 014/2026**, referente à **Contratação PNC nº 030/2026 e ao Processo Administrativo nº 3.042/2026**, cujo objeto consiste na:
"Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e aplicação de Processo Seletivo Simplificado (PSS), para provimento de cargos

temporários, conforme condições e exigências estabelecidas no respectivo instrumento de contratação."
II – CONTRATADO
Fica homologada a contratação do:
INSTITUTO OMNI - CNPJ nº 48.956.604/0001-32
III – VALOR DA CONTRATAÇÃO
O valor global da contratação é de **R$ 10.000,00 (dez mil reais)**, correspondente à realização do Processo Seletivo Simplificado para até **200 (duzentos) candidatos inscritos**, conforme proposta apresentada e demais condições estabelecidas no processo.
Para candidatos excedentes ao limite inicialmente previsto, será aplicado o valor de **R$ 35,00 (trinta e cinco reais) por candidato excedente**, conforme condições constantes da proposta e do instrumento de contratação.
IV – FUNDAMENTO LEGAL
A presente contratação direta fundamenta-se no **art. 75, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021**, em razão das características e da natureza da instituição contratada, bem como dos demais elementos constantes dos autos que demonstram o atendimento aos requisitos legais para a contratação direta.
V – DETERMINAÇÃO
Determino ao setor competente que proceda às providências necessárias para a formalização da contratação, mediante instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o caso, observando-se integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta apresentada e nos demais documentos integrantes do processo.
Determino, ainda, que sejam promovidas as devidas publicações e divulgações dos atos decorrentes da presente contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Data e assinado pelo Sr. Vitório Antunes de Paula, prefeito municipal.

Publicado por:
Alessandro Dos Anjos
Código Identificador:364FDEEC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
02º EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
02º EXTRATO DE TERMO ADITIVO
REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 20/2025
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL e **CETAWORK LTDA - ME**
CLÁUSULA PRIMEIRA
Por disposição do presente instrumento, e em conformidade com inciso LVIII do artigo 6º, inciso I do artigo 136 da lei 14.133/2021, fica reajustado e revisado o valor do referido contrato, aplicando-se a correção pelo índice contratualmente previsto, no valor de 3,36%.
ASSINATURA: 14/08/2026.
FORO: Comarca de Rebouças

(A) LEANDRO JASINSKI -
Prefeito Municipal

(A) ADMAR BORDE -
Representante

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:2A07F27F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
08º EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
08º EXTRATO DE TERMO ADITIVO
REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 76/2022
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL e **EQUIPLANO SISTEMAS LTDA**
CLÁUSULA PRIMEIRA
Por disposição do presente instrumento, e em conformidade com ao teor do que estabelece o art. 57, §1, 58 § 1º e 2º e 65 da Lei nº 8.666/93, fica reajustado e revisado o valor do referido contrato, aplicando-se a correção pelo índice contratualmente previsto, no valor de 4,17%.
ASSINATURA: 14/08/2026.
FORO: Comarca de Rebouças

(A) LEANDRO JASINSKI -
Prefeito Municipal

(A) JOÃO LUIZ DE MACEDO JUNIOR -
Representante

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:70C73688

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 158/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Designar, **LUZIA SURMACZ PLODOVISKI**, matrícula n° 8031, para responsabilizar-se pelas atribuições da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, durante o período de atestado médico da Secretária Municipal Adriana Petreski Plodoviski Rymsza, a partir desta data.
Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 14 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:CD9B21E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO 064/2026 - HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL PSS SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
ESTADO DO PARANÁ
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
DECRETO 064/2026

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ABERTO PELO EDITAL Nº 016/2026.

O Prefeito do MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO IVAÍ, Estado do Paraná, Senhor PEDRO TABORDA DESPLANCHES, no uso de suas atribuições legais
DECRETA:

Art. 1º - A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO aberto pelo edital 016/2026 de 08 de julho de 2026, publicado pelo edital 019/2026, conforme relação abaixo:

CARGO – TÉCNICO EM ENFERMAGEM			
Inscrição	Nome	Nota	Classificação
003	Tania Cristina Duarte do Amaral	6,0	1º
001	Maria Aparecida Oliveira	5,5	2º
007	Samara Lourenço Carneiro	5,0	3º
006	Suzana Linhares	1,5	4º
008	Rosana Marcondes do Amaral	0,0	5º
009	Carla Taiana da Luz Batista	0,0	6º
CARGO – DENTISTA/ODONTOLOGO			
Inscrição	Nome	Nota	Classificação
004	Omar Iser Casals	4,0	1º
002	Amanda Jubainski Ruiz	3,0	2º

005	Naiara Gabriele Batista Biazotto	0,0	3º

Art. 2º O prazo de validade do processo seletivo será de 01(um) ano contados da data de publicação da homologação do resultado final.
Art. 3º O prazo de contratação inicial será de 01(um) ano, podendo haver prorrogação a critério da administração, conforme previsto na Lei Municipal nº 582/2021.

Art. 4º Este edital entrará em vigor a partir da data de sua publicação revogando se as disposições em contrário.

Edifício do PAÇO MUNICIPAL de Rio Branco do Ivaí, aos 19 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Gabriela Dos Santos Bernardes
Código Identificador:FF94B5D7

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 225/2026- RH

PORTARIA Nº 225-2026

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:
Art. 1º Fica designada a Sra. **TELMA CRISTINA GOUVEA PASSARINI,** servidora do quadro efetivo desta municipalidade, lotada o cargo de Assistente Social, para atuar na Secretaria Municipal de Assistência Social, com lotação na sede do Centro de Referencia de Assistência Social – CRAS, exercendo o cargo de Assistente Social da Proteção Básica;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 18 dias
do mês de agosto de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:5538EF49

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.700/2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 31.985,71 (trinta e um mil, novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e um centavos)."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1536 de 01 de Janeiro de 2026:

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 31.985,71 (trinta e um mil, novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e um centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 11.002	Fundo Municipal de Esporte e Lazer	
Funcional Programática: 11.002.0027.0812.0003.2016	**Atividade:**Manutenção, ampliação e melhorias no calendário esportivo do Município	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 2.357,01
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 11.002	Fundo Municipal de Esporte e Lazer	
Funcional Programática: 11.002.0027.0812.0003.2016	**Atividade:**Manutenção, ampliação e melhorias no calendário esportivo do Município	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 3.550,70
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 11.002	Fundo Municipal de Esporte e Lazer	
Funcional Programática: 11.002.0027.0812.0003.2018	**Atividade:**Manutenção do Projeto Start, concessão de bolsas para atletas, incentivo aos campeonados espertivos no Município.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	10101 - Transferências de Outros Programas	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 11.002	Fundo Municipal de Esporte e Lazer	
Funcional Programática: 11.002.0027.0812.0003.2018	**Atividade:**Manutenção do Projeto Start, concessão de bolsas para atletas, incentivo aos campeonados espertivos no Município.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	10101 - Transferências de Outros Programas	R$ 16.078,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$31.985,71**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 11.002	Fundo Municipal de Esporte e Lazer	
Funcional Programática: 11.002.0027.0812.0003.2016	**Atividade:** Manutenção, ampliação e melhorias no calendário esportivo do Município	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 3.550,70
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 11.002	Fundo Municipal de Esporte e Lazer	
Funcional Programática: 11.002.0027.0812.0003.2018	**Atividade:** Manutenção do Projeto Start, concessão de bolsas para atletas, incentivo aos campeonados espertivos no Município.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 2.357,01
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 11.002	Fundo Municipal de Esporte e Lazer	
Funcional Programática: 11.002.0027.0812.0003.2018	**Atividade:** Manutenção do Projeto Start, concessão de bolsas para atletas, incentivo aos campeonados espertivos no Município.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10101 - Transferências de Outros Programas	R$ 16.078,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 11.002	Fundo Municipal de Esporte e Lazer	
Funcional Programática: 11.002.0027.0812.0003.2018	**Atividade:** Manutenção do Projeto Start, concessão de bolsas para atletas, incentivo aos campeonados espertivos no Município.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	10101 - Transferências de Outros Programas	R$ 10.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		**R$31.985,71**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 18 de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:6884CB87

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.701/2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 10.336,25 (dez mil, trezentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos)."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base nos Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1536 de 01 de Janeiro de 2026:

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 10.336,25 (dez mil, trezentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 15.005	Departamento de Regularização Fundiária	
Funcional Programática: 15.005.0015.0452.0002.2008	**Atividade:**Ações de gestão do patrimônio, almoxarifado, fiscalização de contratos.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490610000 - Aquisição de imóveis	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.336,25
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$10.336,25**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1112500300 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa da fonte 0 - Recursos Ordinários (Livres) nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 18 de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:8F6019CB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.702/2026

"Dispõe sobre o desligamento de servidora detentora de cargo efetivo da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul aposentado voluntária ou compulsoriamente por incapacidade permanente pelo Regime Geral da Previdência, conforme especifica."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base do disposto na Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1° Fica desligada do quadro único de pessoal efetivo da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, a partir de 12 de agosto de 2026, a servidora **GISLAINE GONCALVES ARAUJO**, do cargo de Agente de Execução, portadora da matrícula funcional 45481 e do CPF 036.XXX.XXX-XX, aposentada voluntária ou compulsoriamente por incapacidade permanente pelo Regime Geral da Previdência Social, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 18 de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:4E6F4743

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.703/2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base nos Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1536 de 01 de Janeiro de 2026:

D E C R E T A:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.006	Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
Funcional Programática: 08.006.0008.0245.0008.2064	**Atividade:**Políticas públicas voltadas para mulheres	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10132 - Transferências de Outros Programas - Deliberação CEDM nº 07/2026 - Custeio	R$ 50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.006	Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
Funcional Programática: 08.006.0008.0245.0008.2064	**Atividade:**Políticas públicas voltadas para mulheres	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	10132 - Transferências de Outros Programas - Deliberação CEDM nº 07/2026 - Custeio	R$ 10.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$60.000,00**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1729990106 - Outras transferências dos estados e df - Deliberação CEDM nº 07/2026 - Custeio da fonte 10132 - Transferências de Outros Programas - Deliberação CEDM nº 07/2026 - Custeio nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 18 de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:DDF012ED

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.704/2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base nos Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e §

4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1536 de 01 de Janeiro de 2026:

D E C R E T A:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 10.001	Fundo Municipal de Saúde	
Funcional Programática: 10.001.0010.0301.0009.2070	**Atividade:** Manutenção das Atividades da Atenção Básica	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	R$ 50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 10.001	Fundo Municipal de Saúde	
Funcional Programática: 10.001.0010.0301.0009.2070	**Atividade:** Manutenção das Atividades da Atenção Básica	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390330000 - Passagens e despesas com locomoção	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	R$ 450.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$500.000,00**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1112500100 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal da fonte 303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 18 de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:70D449CE

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO – SEMEL Nº001/2026

MARCOS PAULO AZEVEDO DOS SANTOS,Secretário Municipal de Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 75, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Tornar pública a Classificação Provisória atinente aoEdital de Chamamento Público - SEMEL Nº 001/2026, que estabelece as instruções destinadas a classificação dos atletas e paratletas rio-branquenses que representam o Município em competições oficiais e estejam em plena atividade para a concessão de bolsa-atleta em caráter eventual, de acordo com o art. 5º, II, do Decreto Municipal Nº 6.243/22 e as demais normas instituídas nesse instrumento.

Rio Branco do Sul, 18 deagosto de 2026.

MARCOS PAULO AZEVEDO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

CLASSIFICAÇÃO:

Nº DE INSCRIÇÃO	INSCRITO	RG/CPF
21	Marcelo Henrique das Neves	128.XXX.XXX-46

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:ECB9D67C

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
1º ADITAMENTO PROCESSO PREGÃO ELETRÔNICO 033/2025

Ata de Registro de Preços: 367/2025. **Modalidade:** Pregão Eletrônico 033/2025. **Objeto:** Contratação de empresa especializada no fornecimento de fórmulas alimentares, dietas enterais, fórmulas infantis e complementos alimentares. **Dispositivo Legal:** Lei nº 14.133/21. **Contratado:** VTR Comercial LTDA. **Valor do aditamento:** R$ 37.894,40. **Motivo:** Aditivo de Prorrogação. **Prazo de Execução:** 17/10/2026 a 16/10/2027. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Saúde. **Fiscal de Contrato**: Juliana Lazarini. **Data da ratificação:** 18/08/2026.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:8DF04B82

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N.º 061/2026

Contrato: 226/2026. Modalidade: Processo de Inexigibilidade n.º 061/2026. **Objeto**: Contratação De Serviços De Consultoria Técnica Especializada Em Projetos De Tecnologia Da Informação Em Ambiente Público, com o objetivo de apoiar a Administração Municipal na análise, elaboração, estruturação e aperfeiçoamento da fase preparatória das contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). **Dispositivo legal:** Lei 14.133/2021; Artigo 74; Inciso III, alínea "c". **Contratado: DIEGO F A NASCIMENTO**, CNPJ: 61.556.773/0001-43. **Valor Unitário:** R$ 6.500,00. **Valor Total:** R$ 78.000,00. **Prazo de execução**: **12 (doze)** meses, contados de **19/08/2026** a **18/08/2027**, e 16 (dezesseis) meses de vigência até **18/12/2027**. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Administração. **Fiscal da Contratação**: Evandro Bonfim Da Silva**. Data da ratificação:** 10/08/2026.

ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO
Agente de Contratação – Decreto n.º 8.513/2025
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:A1D64AF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 039/2026

"Homologa o Relatório Final da Comissão de Processos Administrativos Disciplinares, acolhe as conclusões da Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria n.º 023/2026, determina o arquivamento do procedimento e estabelece providências para apuração e ressarcimento de eventual dano ao patrimônio público."

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 023/2026-SEMAD, de 05 de maio de 2026, que determinou a instauração de Sindicância Administrativa para apurar as circunstâncias, causas e consequências do acidente de trânsito ocorrido em 29 de abril de 2026, envolvendo o veículo oficial Ônibus Circula RBS, placa SEH0E85, patrimônio n.º 3078;

CONSIDERANDO o disposto no art. 163 da Lei Municipal nº 465/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Branco do Sul, quanto à apuração de irregularidades no serviço público;

CONSIDERANDO o Relatório Final apresentado pela Comissão de Processos Administrativos Disciplinares, constituída pelo Decreto n.º 8.254/2025, nos autos da Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria n.º 023/2026-SEMAD;

CONSIDERANDO que, após a análise da documentação, registros de videomonitoramento, demais elementos constantes dos autos e a oitiva do servidor matrícula **41581-1**, motorista concursado do Município, a Comissão concluiu pela inexistência de elementos capazes de caracterizar imprudência, negligência, imperícia, descumprimento das normas de trânsito ou infração disciplinar atribuível ao servidor;

CONSIDERANDO que, segundo a conclusão da Comissão, o veículo oficial encontrava-se regularmente parado em razão da sinalização semafórica quando foi atingido na traseira por veículo conduzido por terceiro, não tendo sido constatada conduta funcional passível de responsabilização administrativa por parte do servidor condutor;

CONSIDERANDO que a Comissão de Processos Administrativos Disciplinares opinou pelo **ARQUIVAMENTO** da Sindicância Administrativa, sem prejuízo da adoção das providências administrativas e patrimoniais cabíveis quanto à reparação dos danos eventualmente suportados pelo patrimônio público;

CONSIDERANDO o **Parecer Jurídico nº 837/2026**, emitido pela Procuradoria-Geral do Município, que não identificou nulidade ou vício capaz de macular o procedimento e manifestou-se pelo arquivamento da sindicância, recomendando, contudo, a adoção de diligências destinadas à identificação e notificação do responsável para eventual ressarcimento do prejuízo suportado pelo Município;

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa proferida em 17 de agosto de 2026, que homologou o Relatório Final da Comissão, acolheu suas conclusões e determinou o arquivamento do Processo de Sindicância, bem como a adoção das providências necessárias à busca do ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público;

CONSIDERANDO por fim, que compete à Administração Pública zelar pela conservação de seus bens e adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição de eventual dano causado ao patrimônio municipal;

R E S O L V E:

Art.1º Fica **HOMOLOGADO**, em todos os seus termos, o **Relatório Final da Comissão de Processos Administrativos Disciplinares**, elaborado nos autos da **Sindicância Administrativa** instaurada pela **Portaria n.º 023/2026-SEMAD**, adotando-se suas conclusões como fundamento da presente decisão administrativa.

Art.2º Fica **ACOLHIDA** a conclusão da Comissão Processante no sentido de que não foram constatados elementos probatórios suficientes para caracterizar infração disciplinar ou responsabilidade funcional atribuível ao servidor de matrícula **41581-1**, em razão do acidente de trânsito ocorrido em 29 de abril de 2026, envolvendo o veículo oficial Ônibus Circula RBS, placa SEH0E85, patrimônio n.º 3078.

Art.3º Em consequência, fica determinado o **ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa**instaurada pela **Portaria n.º 023/2026-SEMAD**, não subsistindo fundamento para aplicação de penalidade administrativa ao servidor mencionado no artigo anterior.

Art.4ºO arquivamento determinado no artigo anterior não prejudica a adoção das medidas administrativas, patrimoniais e judiciais eventualmente cabíveis para a **reparação de danos causados ao patrimônio público municipal**, conforme recomendado pela Comissão Processante e pela Procuradoria-Geral do Município.

Art.5º Fica o **Departamento de Patrimônio e Serviços - DEPAS** incumbido de promover as diligências necessárias para:

I- reunir e complementar a documentação relativa ao acidente e aos danos ocasionados ao veículo oficial;
II- levantar o valor atualizado dos prejuízos suportados pelo Município, incluindo, quando cabível, orçamento, notas fiscais, documentos de manutenção e demais elementos comprobatórios;
III- identificar, com base nos documentos constantes dos autos e nas informações disponíveis, o responsável pelo veículo que ocasionou a colisão;
IV- adotar as providências administrativas necessárias à **notificação do responsável para ressarcimento dos danos causados ao patrimônio municipal**.

Art.6ºA notificação prevista no artigo anterior deverá oportunizar ao responsável o pagamento voluntário do valor apurado, no prazo de **30 (trinta) dias**, observado o procedimento administrativo aplicável.

Parágrafo único. Em caso de não pagamento, recusa ou decurso do prazo sem o devido ressarcimento, o Departamento de Patrimônio e Serviço - DEPAS deverá encaminhar os autos e toda a documentação comprobatória à **Procuradoria-Geral do Município**, para análise e adoção das medidas judiciais cabíveis visando ao ressarcimento do prejuízo suportado pelo Município.

Art.7º Determina-se ao setor competente que proceda às anotações, registros, comunicações e demais providências administrativas necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 8º Ficam preservados nos autos todos os documentos, provas e elementos produzidos durante a instrução da Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria n.º 23/2026 - SEMAD, para fins de registro, controle administrativo e eventual utilização nas medidas de ressarcimento previstas nesta Portaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Publique-se, registre-se, comunique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração do Município de Rio Branco do Sul, em 17de agosto de 2026.

WELINTON SALES DE LARA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:66856972

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 09/2026

"Determina a instauração de Processo Administrativo Sancionatório em face da empresa CAPTIVE IND E COM LTDA CNPJ nº 42.868.813/0001-48, para Apuração de Infrações, em razão do descumprimento de contrato administrativo"

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo em face da empresa, CAPTIVE IND E COM LTDA CNPJ nº 42.868.813/0001-48em razão do descumprimento de cláusulas editalícias inerentes ao Pregão Eletrônico nº 058/2025 – Ata de Registro de Preço nº063/2026.

Art. 2º Para o cumprimento ao disposto no artigo anterior, a comissão processante será aquela nomeada pelo Decreto n.° 7.750/2025.

Art. 3º O Processo Administrativo Sancionatório tramitará de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo Decreto nº 7.750/2025.

Art. 4º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como

deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 5º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete da Secretária Municipal de Saúde de Rio Branco do Sul/PR, em 17 de agosto de 2026.

NICE ANDRÉIA DE MORAES ALMEIDA LARA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:063987B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 131/2026

Declara de utilidade pública municipal, para fins de licenciamento ambiental, as áreas destinadas à instalação de Estações Elevatórias de Esgoto – EEEs e redes coletoras no Município de Rio Negro/PR.

O Prefeito do Município de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,
Considerando o disposto no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, que prevê a desapropriação por necessidade ou utilidade pública;
Considerando a Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico;
Considerando o art. 3º, inciso VIII, alínea "b" da Lei Federal nº 12.651/2012, que considera de utilidade pública a realização de obras de infraestrutura de relevante interesse público do Município;
Considerando a Resolução CONAMA nº 369/2006, que dispõe sobre hipóteses excepcionais de intervenção em APP;
Considerando que as obras de implantação de Estações Elevatórias de Esgoto e redes coletoras são essenciais para a saúde pública, qualidade de vida e preservação ambiental;

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública municipal, para fins de licenciamento ambiental, as áreas destinadas à implantação das Estações Elevatórias de Esgoto – EEEs e redes coletoras no Município de Rio Negro/PR, localizadas nos seguintes pontos:

I - EEE 2.1 – Rua Elza Lopes - Coordenadas: X: 621844,725 | Y: 7111595,365;

II - EEE 2.2 – Rua Juvenal Ribeiro da Silva - Coordenadas: X: 621629,814 | Y: 7112046,422;

III - EEE 3.1 – Rua Tietê- Coordenadas: X: 622683,066 | Y: 7112921,157;

IV -EEE 8.1 – Rua Anita Hermann - Coordenadas: X: 621940,867 | Y: 7111170,608;

V - EEE 8.2 – Rua Jacob Schelbauer - Coordenadas: X: 622311,603 | Y: 7110640,047;

VI - EEE 8.3 – Rua João Maria Tiburski - Coordenadas: X: 622571,083 | Y: 7110669,837;

VII -EEE 8.4 – Rua Dorival Tomaz esquina Rua Antonio Hellinger - Coordenadas: X: 622641,080 | Y: 7111113,340.

Art. 2º A eventual intervenção em Área de Preservação Permanente deverá observar o disposto na legislação federal aplicável, mediante análise e autorização dos órgãos ambientais competentes.

Art. 3º – Este Decreto não dispensa a tramitação dos processos de licenciamento ambiental, servindo apenas como reconhecimento da utilidade pública das áreas e obras nele descritas.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Negro, 18 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:C88DC43B

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 883/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 18 de agosto do corrente, o servidor municipal ***Valdemiro Palhano***, com matrícula nº 110163-2/3, ocupante do cargo temporário de "Motorista – Transporte Escolar", lotado na Secretaria Municipal de Educação, admitido pelo Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 160, de 18 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de agosto de 2026.

Rio Negro, 18 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:99469D77

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 884/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor público, por tempo determinado, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 065, de 1º de junho de 2026, do Processo Seletivo Simplificado, cujo resultado foi publicado através da homologação do resultado final, pelo Edital nº 91, de 16 de julho de 2026,

R E S O L V E:
Art. 1º Nomear, a partir de 19 de agosto do corrente, pelo prazo de 1 (um) ano, ***Valdemiro Palhano***, com matrícula nº 110163-2/4, para o cargo de "Motorista Transporte Escolar", área de atuação: sede, com remuneração mensal e com carga horária estabelecida pelo o Edital nº 065, de 2026, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de agosto de 2026.

Rio Negro, 18 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:57347CD1

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 885/2026

Desliga do quadro de servidores por motivo de falecimento, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Desligar, do quadro de servidores desta Prefeitura, a partir de 30 de julho do corrente ano, por motivo de falecimento, a servidora pública ***Lilian Iara Sommer Raksa,*** com matrícula nº 0903-2/2, ocupante do cargo de "Professor PB20".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de julho de 2026.

Rio Negro, 18 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:79079522

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026 - CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV 987823 – 12/2026

O Município de Rio Negro torna público que fará realizar, às 08:30 horas do dia 02 de setembro do ano de 2026, na plataforma compras.gov.br, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da(*s*) seguinte(*s*) obra(*s*):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Diversas vias na Sede Municipal	Recapeamento em CBUQ	94.661,06 m2	360 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Rio Negro e na plataforma compras.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Rio Negro, 17 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:A07E9DE1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 235/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 115/2026

OBJETO: Aquisição de refeições (marmitex) para profissionais da saúde que irão trabalhar na Campanha de Multivacinação "Dia D".

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	46,00	UN	MARMITA - Refeição tipo marmitex grande, contendo no mínimo: • Arroz;• Feijão;• Macarrão tipo spaghetti;• 02 (dois) tipos de carne; • 02 (dois) tipos de legumes cozidos;• 03 (três) tipos de salada cozida (ex; couve-flor, brócolis, cenoura, chuchu, beterraba, vagem ou abobrinha);Acompanhamentos: • Sobremesa:01 (uma) salada de frutas, embalada individualmente em recipiente plástico com tampa; • Bebida:01 (uma) bebida tipo chá mate gelado, mínimo 300 ml.	27,00	61.752.266 DANIEL ELIAS MORAIS

Rio Negro, 18 de agosto de 2026 -

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:9B1ED563

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 055/2026

OBJETO: Contratação de palestrante para ministrar 10 (dez) palestras educativas e de conscientização às escolas e empresas do Município, em apoio às ações desenvolvidas pelo Departamento de Políticas Públicas para a Mulher. 62.294.866 JOEL HENRIQUE PAVAN. CNPJ.: 62.294.866/0001-00. JUSTIFICATIVA: A notória especialização do profissional é evidenciada por sua reconhecida experiência de mais de vinte anos na área de formação humana, capacitação de equipes, mentoria e desenvolvimento de projetos educacionais e sociais, possuindo atuação consolidada junto a órgãos públicos, instituições de ensino, organizações sociais e empresas privadas, conforme currículo em anexo ao processo. Fundamentação Legal: Caput do Artigo 74 da Lei 14.133/21 e suas alterações.

Rio Negro, 18 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:1850543A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA
ATO DA MESA N.º 10, DE 14 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Institui o Relatório Anual de Atividades da Câmara Municipal de Rolândia e estabelece procedimentos para sua elaboração e divulgação.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno,

CONSIDERANDO os princípios da publicidade e transparência da administração pública;

CONSIDERANDO o disposto no § 5º do art. 309 do Regimento Interno, que dispõe sobre Relatório de Atividades contendo as principais ações desenvolvidas pelo Poder Legislativo;

CONSIDERANDO as recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Relatório Anual de Atividades da Câmara Municipal de Rolândia, destinado à consolidação das atividades legislativas, administrativas, fiscalizatórias e institucionais desenvolvidas durante cada exercício.

Art. 2º O Relatório Anual de Atividades conterá, no mínimo, informações consolidadas sobre as atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal durante o exercício, abrangendo os aspectos legislativos, administrativos, fiscalizatórios, institucionais, de transparência e demais indicadores de desempenho.

Art. 3º O Relatório será elaborado com base nas informações constantes dos sistemas oficiais da Câmara Municipal e nos dados fornecidos pelos setores competentes.

Art. 4º O Relatório Anual de Atividades será elaborado pela Diretoria Geral, submetido à aprovação do Presidente da Câmara e publicado no Portal da Transparência da Câmara Municipal até 31 de março do exercício subsequente.
Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

GUILHERME SPANGUEMBERG
Presidente

JOSÉ LUÍS POLVANI
Vice-Presidente

RODRIGÃO
1º Secretário

JOÃO ARDIGO
2º Secretário

Publicado por:
Fernando Despensieri
Código Identificador:81C1FC03

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 400, 17 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Altera o Decreto nº 338, de 10 de julho de 2025, Nomeação Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,*

DECRETA

Art. 1º – Fica alterado o inciso I do art. 1º do Decreto nº 338, de 10 de julho de 2025, passando a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 1º** [...]
III – ADMA CAMARGO DE SOUZA como membro titular, e como suplente SIMEIRE PEREIRA DOS SANTOS HIRATA representando a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Rolândia.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 17 de Agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MICHELE DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:8F711C2F

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 402 18 DE AGOSTO DE 2026.

Abre Crédito Adicional - Suplementar na quantia de R$ 3.135.000,00, para reforço de dotações das Secretarias Municipais e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº, 666 de 31 de dezembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso III, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, parágrafo único do artigo 25 da Lei n°4.297 de 30 de junho de 2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2026, e artigo 8º da Lei nº 4.360/2025 de 19/12/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 3.135.000,00 (Três milhões, cento e trinta e cinco mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, Lei nº 4.360/2025 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
02.01.04.124.0002.2.005	3.3.90.14.00.00.00	000	R$ 5.000,00
09.01.10.302.0009.2.127	3.3.90.39.00.00.00	000	R$ 100.000,00
13.04.17.512.0013.1.059	4.4.90.51.00.00.00	000	R$ 30.000,00
17.01.15.452.0017.2.082	3.3.67.45.00.00.00	000	R$ 3.000.000,00
TOTAL			**R$ 3.135.000,00**

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, fica cancelada igual quantia constante da Lei de Orçamento vigente, nº 4.360/2025 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
02.01.04.122.0002.2.002	4.4.90.52.00.00.00	000	R$ 5.000,00
05.02.28.843.0000.0.001	4.6.90.71.00.00.00	000	R$ 3.000.000,00
09.01.10.302.0009.1.044	4.4.90.51.00.00.00	000	R$ 100.000,00
13.02.18.541.0013.1.021	4.4.90.51.00.00.00	000	R$ 30.000,00
TOTAL			**R$ 3.135.000,00**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de dezembro de 2025, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos no valor de **R$ 4.435.000,00 (Quatro milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil reais),** conforme a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R$
				Acréscimo
02.01	3.3	000	Agosto	R$ 5.000,00
09.01	3.3	000		R$ 100.000,00
13.04	4.4	000		R$ 30.000,00
17.01	3.3	000		R$ 3.000.000,00
05.02	4.6	000		R$ 1.300.000,00
TOTAL				**R$ 4.435.000,00**

Art. 4º - Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos do mês a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R$
				Redução
02.01	4.4	000	Agosto	R$ 5.000,00
05.02	4.6	000		R$ 3.000.000,00
09.01	4.4	000		R$ 100.000,00
13.02	4.4	000		R$ 30.000,00
05.02	4.6	000	Outubro	R$ 400.000,00
05.02	4.6	000	Novembro	R$ 400.000,00
05.02	4.6	000	Dezembro	R$ 500.000,00
TOTAL				**R$ 4.435.000,00**

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 18 de Agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***EDER JUNIOR EVANGELISTA***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças
PAULO ROGÉRIO DE LIMA	***CÁSSIA PUZZI***
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:0B98E62E

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 403 18 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	Nome:	Localização do imóvel:	Condições de remissão:
22.632/2026	Contribuinte: HELENA MARIA DIAS	Rua Gênova Nº 155, JD. Itália.	100% (Cem por cento) dos débitos de IPTU dos anos de 2024 e 2025

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 18 de Agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

ÉDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:B159076E

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 404 18 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	Nome:	Localização do imóvel:	Condições de remissão:
12.152/2026	Contribuinte: GENI DE OLIVEIRA	Rua Antonio Gulart Nº 2437, JD. Ernesto Franceschini.	50% (Cinquenta por cento) dos débitos de IPTU dos anos de 2016 e 2025.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 18 de Agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

ÉDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:43C15D6B

SECRETARIA GERAL
LEI Nº 4.404, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA**:** Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Batgol – Clube Social de Esportes.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL,** sanciono a seguinte **LEI:**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação Batgol – Clube Social de Esportes, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 45.243.554/0001-58, com sede e foro no Município de Rolândia, Estado do Paraná, fundada em 10 de abril de 2025, observadas as normas pertinentes vigentes, em especial a Lei Municipal nº 2.952, de 03 de dezembro de 2002.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Autógrafo Nº 47/2026
Projeto de Lei Ordinária Nº 059/2026
Autoria: João Ardigo

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:B121B02C

SECRETARIA GERAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA EDITAL 001/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 01ª CONVOCAÇÃO DO PSS – CADASTRO RESERVA

CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DOS SEGUINTES CANDIDATOS

A Secretária Municipal de Educação de Rolândia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, nos termos da Constituição Federal, art. 37, item IX, bem como da Lei Municipal nº 3.731 de 05 de novembro de 2015, e em conformidade com as Leis Municipais Complementares nº 055/2011, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal e nº 60/2011, que dispõe sobre Plano de cargos, carreira e remuneração dos profissionais do magistério e demais trabalhadores da educação do município de Rolândia;
Resolve,
Fazer pública para conhecimento dos interessados, em concordância com o Edital 001/2026 – PSS/SME e respectivo resultado final do PSS-SME, a convocação para entrega de exames médicos e apresentação de documentação dos candidatos aprovados e classificados.
Professor do Ensino Básico – 20 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO GERAL**

CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	ALESSANDRO AGUIAR DE PAULA
2	THAÍS GAFFO VACCARI
3	MARLI APARECIDA MARIANO CHIANG
4	ADELITE PEREIRA BERALDO
5	CRISTINA CASTRO LINS
6	CLAUDETE ELIANE CASSIMIRO
7	DULCIMEIRE SILVA SOARES

Professor do Ensino Básico – 30 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO GERAL**

CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	CAMILA ARCARDE GRANDE SANDOVAL
2	SALVINA FERNANDES DIAS
3	GIANI CRISTINA MARQUES
4	PAULO CARVALHO DE MOURA

Professor do Ensino Básico – 40 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO GERAL**

CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	MARLI APARECIDA GIMENEZ MINIELLO
2	MARA LUCIA DA SILVA GALVÃO
3	TEREZA APARECIDA VIEIRA
4	EDNAIDE DE SOUZA SANTOS
5	GLAYSTON SOARES DA SILVA
6	AILTON SUZINI FILHO
7	JOSIANE APARECIDA ONOFRE VIEIRA
8	KELEN FRANCIELE LUCIANO
9	VIVIANE RAIMUNDO PINHO DIAS
10	FERNANDA DA CRUZ RONCHI

Professor do Ensino Básico – 40 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO AFRODESCENDENTE**

CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	GLAYSTON SOARES DA SILVA

Professor do Ensino Básico – 40 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	JAQUELINE APARECIDA DA SILVA

Os candidatos convocados deverão protocolar até a data e horário abaixo especificados, a documentação destinada a comprovação do preenchimento dos requisitos específicos exigidos, compreendendo todos os documentos e títulos informados no ato da inscrição, devidamente acompanhados dos documentos exigidos, bem como do laudo médico de aptidão e do atestado de vacinação atualizado.

DATA E HORÁRIO	Até as 10h do dia 21/08/2026

Link para protocolo:
https://rolandia.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&is=14203&iser=01M08R549MW50H6N0759XW01E4

1. Os resultados das avaliações clínicas, apresentados pelos candidatos, poderão ser submetidos a uma avaliação de laudo oficial do município.
2. A Avaliação Médica terá caráter eliminatório, sendo os candidatos considerados aptos ou inaptos.
3. Caberá aos candidatos providenciar os itens solicitados, conforme estabelece o Edital001/2026.

Não será aceita qualquer alegação de desconhecimento dos procedimentos exigidos.

EXAMES MÉDICOS:
1.Comprovante de Vacinas (Atestado de Vacinação atualizado) eo atestado médicodeverão ser providenciados pelo próprio candidato.

Nota do Edital
11.12 Todos os candidatos poderão ser submetidos a uma Avaliação Clínica, sendo considerado inapto para o cargo ocupacional aquele que não gozar de boa saúde.

Lista dos seguintes documentos necessários:
01. Documentos pessoais (RG, CPF, Título de Eleitor, comprovante de votação, ou justificativa, relativas à última Eleição ou Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pela Justiça Eleitoral, e Carteira de Reservista);
02. Carteira de Trabalho, (mais recente possível) com cédula do PIS/PASEP (no caso dos modelos mais antigos) e qualificação civil;
03. Certidão de Nascimento, se solteiro (a), ou de Casamento, se casado (a), divorciado (a) ou viúvo (a);
04. Comprovante de Residência atualizado (últimos 60 dias, preferencialmente telefone residencial, porém contas de água e luz serão igualmente aceitas), em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
05. Diploma de Escolaridade constando grau de instrução mínimo exigido para investidura no cargo prevista em Edital 001/2026;
06. Fotografia 3x4;
07. Certidão de Antecedentes Criminais;
08. CPF e Certidão de Nascimento dos filhos de até 21 anos para fins de eventuais deduções de Imposto de Renda (até 24 anos se estiver cursando alguma graduação em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC) e pagamento de Salário-Família para filhos menores de 14 anos, conforme proventos brutos a serem percebidos por V.S.;
09. Ficha Cadastral;
10. Declaração de não acúmulo de serviço público, conforme a Constituição Federal vigente;
11. Declaração de bens e valores. Declaração de Imposto de Renda atual supre o documento solicitado neste item;
12. Declaração de não demissão de serviço público;
13. Carteira de Vacinação dos filhos de até 05 anos;
14. Documentos originais utilizados para obtenção de pontuação no referido Processo Seletivo Simplificado (Escolaridade e tempo de serviço);

Os itens 09, 10, 11 e 12 estão disponíveis em:
https://www.rolandia.pr.gov.br/concursos_view/44

Observações: a) O local de residência e domicílio deverá ser comprovado por meio da apresentação do último talão de energia elétrica e/ou de conta de água, expedidos em data anterior à nomeação e posse, ou por meio legal. O candidato deverá assinar, no ato da nomeação e posse, termo de responsabilidade indicando e afirmando o endereço completo de sua residência e domicílio. b) Será fornecido documento para abertura de Conta pela Diretoria de Recursos Humanos c) A documentação solicitada deverá ser protocolada, para o cargo acima mencionado, sob pena de eliminação do processo seletivo na falta de algum item.

LEISE MÁRCIA DE MORAES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:79A31EC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 105/2025

1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 105/2025

Referente A INEXIGIBILIDADE Nº 029/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, CEP 86600-067, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG n.º 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF n.º 152.150.919-00, residente e domiciliado na cidade de ROLÂNDIA – PR, doravante designado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **EXABYTE TECNOLOGIA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.764.308/0001-52, estabelecida na Avenida Minas Gerais, n.º 581, Centro, CEP 86610-000, na cidade de **JAGUAPITÃ - PR**, telefone (43) 99912-7878, e-mail: **adm.exabyte@gmail.com**, neste ato, legalmente representada pelo Senhor **GIOVANE EVANGELISTA**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade/RG n.º 13.203.464-8 SESP/PR e do CPF/MF n.º 095.825.199-16, residente e domiciliado na cidade de ROLÂNDIA - PR, doravante designada **CONTRATADA,** ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DO CONTRATO**, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS
Fica aditivada a cláusula terceira deste contrato, dos prazos, por mais **12** (doze) meses, com início em **21/08/2026** e término em **20/08/2027** para execução, o prazo de vigência será de **60** (sessenta) dias após o término da execução, para os fins burocráticos da contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Fica aditivada a cláusula Terceira deste contrato, passando o valor anual de **R$ 42.000,00** (quarenta e dois mil reais) para **R$ 43.948,80** (quarenta e três mil novecentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos) representando uma correção anual de **4,64 %** (quatro inteiros e sessenta e quatro centésimos), daqui por diante denominado **"VALOR CONTRATUAL**

DE

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
2	SERV.	12	Gerenciamento, manutenções (corretivas, adaptativas e preventivas) e evoluções de versão.	R$ 3.500,00	R$ 42.000,00

PARA

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
2	SERV.	12	Gerenciamento, manutenções (corretivas, adaptativas e preventivas) e evoluções de versão.	R$ 3.662,40	R$ 43.948,80

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO
Para assegurar a execução do objeto definido no contrato original, para seus efeitos jurídicos e legais, permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições estabelecidas. E por estarem às partes de pleno acordo com o disposto neste documento, datam e assinam digitalmente, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, para que surta seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 07 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	*EXABYTE TECNOLOGIA LTDA*
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

_____
PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

_____
MARCEO FRANCISCO MARINS
Fiscal do Objeto do Contrato

_____
JOSE GALBERO JUNIOR
Fiscal Suplente do Objeto do Contrato

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:990B42F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2026 – PMR.

PROCESSO Nº 141/2026.

Objeto: Registro de Preços para eventual **aquisição de materiais de consumo diversos**, visando suprir e renovar o aparato das secretarias municipais participantes.

Tipo: Menor Preço por ITEM.

Solicita Amostras: SIM

Possui Exclusividade/e ou Cotas: SIM

Valor máximo total R$: 555.263,07.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:00 horas do dia 31/08/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 13:30 horas do dia 31/08/2026.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 18 de agosto de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Ana Paula Moreira da Silva
Código Identificador:354AA2BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PORTARIA N.º 049 /2026

DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia o Fiscal das Atas nº 147/2026, 148/2026, 149/2026, 150/2026 e 151/2026, Pregão Eletrônico nº 045/2026, referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 7.495/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024, resolve:

DESIGNAR:

I – A servidora **ADRIANA DA COSTA** como fiscal.

II – A servidora **ALINE BREND ALVES DE ASSIS** como suplente da fiscal.

III – As atribuições dos fiscais de atas e contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e perdurará durante toda a vigência das Atas supracitadas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 14 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:16D4C0CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PORTARIA N.º 050 /2026

DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia o Fiscal das Atas nº 153/2026, 154/2026, 155/2026, 156/2026 e 157/2026, Pregão Eletrônico nº 061/2026, referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 9.362/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024, resolve:

DESIGNAR:

I – O servidor **FERNANDO TIZZO** como fiscal.

II – O servidor **KAIO LUCCAS SOLCIA** como suplente do fiscal.

III – As atribuições dos fiscais de atas e contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e perdurará durante toda a vigência das Atas supracitadas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 14 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:5F501E03

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE SUSPENSÃO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 010/2026 – PMR.

PROCESSO Nº 087/2026.

Objeto: CONCESSÃO dos SERVIÇOS para a LICITANTE que apresentar a proposta mais vantajosa para exploração do Serviço de Estacionamento Rotativo Pago de Veículos - "Zona Azul", conforme os termos do EDITAL.

Considerando o Processo de Mandado de Segurança Cível e, em atenção à decisão proferida pelo Excelentíssimo Senhor Juiz, que acolheu o mandado de segurança e deferiu o pedido formulado, fica suspensa a Concorrência nº 010/2026, até ulterior deliberação judicial.

Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 18 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal de Rolândia

Publicado por:
Ana Paula Moreira da Silva
Código Identificador:A97FE846

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
DECRETO Nº 94, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 94, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Concede Promoção de Classe na Carreira para as servidoras públicas municipais integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal de nº 01 de 22 de janeiro de 2018, e considerando certificados de conclusão de cursos, apresentados nesta data na Secretaria Municipal de Educação;

DECRETA:
Art. 1º Fica concedido Promoção de Classe na carreira da servidora pública municipal abaixo relacionada, integrante do Quadro do Magistério Público Municipal, conforme dispõe a Lei Municipal de nº 01 de 22 de janeiro de 2018, Anexo "I", que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Salgado Filho.

Servidor	Cargo	Nível/ Referência Atual	Nível/ Referência a Elevar	Matrícula	Período da elevação
Denice Maria Sutili	Professora	C-15	C-15 + 1º complemento	443	03/2024 à 03/2026
Rosemar Filber	Professora de Educação Infantil	C-04	C-05	1226	08/2024 à 08/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Estado do Paraná, ao décimo oitavo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:2ABD5CD8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2026 CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2026

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2024

O Prefeito Municipal do município de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no Edital de Abertura nº 01/2024, datado de 09 de setembro de 2024, Concurso Público nº 01/2024, com Retificação do Edital de Abertura, datada de 18 de setembro de 2024, e considerando o resultado da Homologação Final mediante Edital nº 012/2024, datado de 30 de dezembro de 2024;

TORNA PÚBLICO

Artigo 1º - A convocação da candidata abaixo relacionada, em virtude de aprovação no Concurso Público nº 01/2024, de acordo com a Classificação Final, homologada pelo Edital nº 012/2024, de 30 de dezembro de 2024, para provimento de vagas do seu Quadro de Pessoal conforme segue:

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
23774847	Janice Savoldi	Técnico em Enfermagem	7º

Artigo 2º - A candidata deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Salgado Filho, com sede administrativa sito à Rua Floriano Francisco Anater, nº 50, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a partir da publicação deste Edital, no horário de expediente compreendido entre 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 horas.

Artigo 3º - A candidata deverá apresentar-se portando **cópias e originais** dos documentos abaixo relacionados para sua admissão, devendo ainda estar cientes dos itens 4 e 18 do Edital de Abertura nº

01/2024 de 09 de setembro de 2024, os quais tratam dos Requisitos e da Convocação para Posse no Cargo Público:

Ter sido aprovado e classificado no Concurso Público;

Ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;

Ter completado 18 (dezoito) anos na data da posse;

Cópia da Carteira de Identidade;

Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF **e** comprovante de situação regular, podendo ser emitido pelo site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp
A quitação com as obrigações eleitorais e militares (se for do sexo masculino), apresentando:
Cópia do Título de Eleitor **e** comprovante de regularidade eleitoral; podendo ser comprovada através da Certidão de Quitação Eleitoral emitida pela justiça eleitoral e retirada pelo site: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/

Cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa;

Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP/NIT;

Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;

Cópia da certidão de nascimento ou casamento;

Comprovante de endereço atualizado;

possuir a escolaridade, e pré-requisitos mínimo exigidos para o exercício do cargo, **apresentando cópias dos documentos comprobatórios, do Anexo I, do Edital de Abertura;**

Encontrar-se inscrito e quite com o Conselho Profissional correspondente, quando for o caso;

Ser julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo, em inspeção médica oficial, determinada pela Prefeitura Municipal de Salgado Filho, que, poderá solicitar exames complementares, devendo ser obrigatoriamente realizados pelo candidato, e apresentados no dia agendado para Avaliação Admissional.

Estar ciente e em conformidade com o disposto no art. 117, da Lei n. 8.112/90;

Cópia do CPF, e da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos,

Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;

Não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos, apresentando Certidão negativa de antecedentes criminais do âmbito Estadual (do Estado que tenha residido nos últimos 05 anos) expedida pelo Distribuidor Público da Comarca da qual faça parte o local de residência ou domicílio do candidato;

Certidão negativa de antecedentes criminais Federal, podendo ser emitida através site https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais

Comprovante de impressão da Consulta à Qualificação Cadastral – CQC – e-Social, sem divergências, que poderá ser obtido no endereço eletrônico do Governo Federal: https://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/qualificacao/qualificar.xhtml, em cumprimento às disposições contidas no Decreto Federal Nº 8.373, de 2014 e ao contido nas Resoluções Federais do Comitê Gestor do e-Social Nº 1, de 2015 e Nº 4, de 2015;

Comprovante de informações bancárias: Número de conta e agência de Bancos/Cooperativas do qual o município possui convênio, obtendo informações junto ao Departamento de Recursos Humanos;

Declarar não ter sido demitido do serviço público municipal, estadual ou federal nos últimos 05 (cinco) anos a contar da data da entrega de documentos;

Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos, **no ato da Posse**;

Declarar que não está aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVI, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, **no ato da Posse**;

Declarar os Bens, Direitos e Valores que constituem seu patrimônio, **no ato da Posse**;

Caso o candidato necessite, o Departamento de Recursos Humanos disponibilizará modelos das Declarações solicitadas nas letras (u,v,w,x,).

Artigo 4º - O candidato convocado será submetido ao exame médico admissional e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga.

Artigo 5º - O candidato poderá optar uma única vez pelo **final da lista**, devendo apresentar requerimento ao Departamento de Recursos Humanos, dentro do prazo estabelecido no Artigo 2º deste Edital.

Artigo 6º - O candidato que optar pela **desistência** da vaga deverá apresentar Termo de Desistência, dentro do prazo estabelecido no Artigo 2º deste Edital.

Artigo 7º - A posse dar-se-á no prazo de até quinze dias contados da data de publicação do ato de nomeação, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período, nos termos do § 1º do art. 37 da Lei nº 34, de 20 de junho de 2018, o qual dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Salgado Filho.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

Publique-se

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:8D6114D2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
ERRATA AO DECRETO Nº 92 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

ERRATA AO DECRETO Nº 92 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO
O **PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO**, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, torna pública a presente Errata,

O Departamento de Recursos Humanos do Município de Salgado Filho-Pr, equivocou-se, ao publicar o Decreto nº 92, datado de 14 de agosto de 2026, o qual constou na edição nº 3596, de 17 de agosto de 2026, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná:

Onde se lê:

Servidor	Cargo	Nível/ Referência Atual	Nível/ Referência a Elevar	Matrícula	Período da elevação
Cleide M. Annater	Professora	C-05	C-06	1166	07/2024 à 07/2026

Cleide M. Annater	Professora	C-03	C-04	1319	02/2024 à 02/2026

Leia-sê:

Servidor	Cargo	Nível/ Referência Atual	Nível/ Referência a Elevar	Matrícula	Período da elevação
Cleide M. Annater	**Professora de Educação Infantil**	C-05	C-06	1166	07/2024 à 07/2026
Cleide M. Annater	Professora	C-03	C-04	1319	02/2024 à 02/2026

Salgado Filho-Pr, 18 de agosto de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:680B50E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1443/2026

DECRETO Nº 1443, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Nomeia a Servidora Municipal para o Cargo de Professor Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais – 20h, aprovada no PSS 001/2025 e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica nomeada a partir de 18 de agosto de 2026, aprovada no Processo Seletivo Simplificado - PSS 001/2025.

Nº	Nome	CPF	Cargo	Local
01	Ana Paula Kalkmann	101.680.469-54	Prof. Ed. Inf. Ens. Fund. Anos Iniciais 20h	Educação

Art. 2 º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:D76A5E3E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2026.

Súmula: Dispõe sobre a prestação de contas do administrador do Executivo Municipal, Sr. Antonio Carlos Tamais, referente ao exercício de 2024, que foi tida como regular com ressalva pelo TCE/PR, e dá outras providências.

Os vereadores infra-assinados, componentes da Mesa Diretiva desta Casa de Leis, no uso de suas prerrogativas legais e com fundamento no artigo 32, IX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, Fazemos saber que o plenário aprovou e, nós, apresentamos o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º- Fica aprovado o acórdão de parecer prévio nº 138/2026 da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (processo nº 193945/25), que é no sentido da **REGULARIDADE** com ressalvas das contas referentes ao exercício de 2024, de responsabilidade do Sr. Antonio Carlos Tamais.

Parágrafo único. O parecer prévio e respectivo processo, referidos no caput deste artigo, ficam fazendo parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 2º - A prestação de contas e o parecer prévio, referidos no caput do art. 1º, a contar da data da publicação deste Decreto Legislativo, ficarão à disposição de qualquer cidadão para exame e apreciação, na Câmara de Vereadores, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme determina o § 3º, do art. 31, da Constituição Federal.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, em 17 de agosto de 2026.

RAFAEL ABNER SEVERINO:
Presidente

EVALMIR APARECIDO SIVIERO:
Vice- Presidente

MARCIA DE FATIMA MENEGHIN DE SOUZA:
1ª Secretária

JURANDIR DE CAMPOS:
2º Secretário

Publicado por:
Patrick Deodati Teixeira
Código Identificador:F387AC1D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 545/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 10 (dez) dias de férias a servidor (a) público (a) municipal **ANGELICA CRISTINA DE SOUZA DUQUE DE MORAES ,** matrícula n° 35591 ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO ll**, Dia 08/09/2026 a 17/09/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2023/2024, a servidora deverá retornar as atividades normais no dia 18 de setembro de 2026
Art. 2°Conceder 5 (cinco) dias de férias de 18/09/2026 a 22/09/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, a servidora deverá retornar as atividades normais no dia 23 de Setembro de 2026.
Art. 3º Serão convertidos 10 (dez) dias das referidas férias em abono pecuniário, de acordo com § 1º do Art. 77 da Lei Municipal nº 1108/2005.
Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 18 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:09B16D23

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 546/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 10 (dez) dias de férias a servidora pública municipal **VANESSA APARECIDA DA SILVA COSTA ,** matrícula n° 35551 ocupante do cargo de provimento efetivo de **SERVENTE**, Dia 21/08/2026 a 30/08/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, a servidora deverá retornar as atividades normais no dia 31 de Agosto de 2026
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 18 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:713B1E87

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 239/2026

Regulamenta a Vigilância Socioassistencial no âmbito do Município de Santa Fé – PR, conforme a disposições da Lei Municipal 2314/2023.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTA FÉ/PR, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e tendo em vista o disposto no Art. 2º da Lei Municipal nº 17º da Lei Municipal nº 2341/2023, que dispõe sobre o Sistema Único da Assistência Social.

Considerando que a Vigilância Socioassistencial esta prevista na Lei nº 8.742 de 1993 –Lei Organiza de Assistência Social – LOAS e consolidada na Lei nº 12.435 de 2011 , sendo uma das três funções dentro da Politica de Assistência Social, articulando ações conjuntas com a Proteção Social e Defesa e Garantia de Direitos.

Considerando que a Vigilância Socioassistencial se caracteriza como importante ferramenta de gestão, que estimula a pratica do planejamento, monitoramento e avaliação da politica pública na superação de situações de vulnerabilidade e risco social;

Considerando que por se tratar de um modelo descentralizado e participativo, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, concede autonomia ao município para organizar sua rede socioassistencial conforme necessidade.

DECRETA

ART. 1º - A implantação da Vigilância Socioassistencial, no âmbito da Secretaria de Assistência Social, conforme previsão do artigo 17º da referida Lei Municipal nº 2314/2023.
Paragrafo Único. Terá por incumbência referenciara produção , sistematização e a analise das informações territorializadas do tipo, , volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial, como subsidio para as ações da Proteção Social Básica e Especial.

I – Apoiar as atividades de planejamento , organização e execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, produzindo, sistematizando e analisando informações territorializadas, sendo:

II - Sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre as famílias e indivíduos nos territórios do município, no âmbito da proteção social básica especial são aqueles que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); com deficiência ou em abandono; crianças e adultos vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaças; vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal; vítimas de apartação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência;

III - A vigilância incide sobre os padrões de oferta dos serviços, programas ,projetos e benefícios socioassistenciais, considerando de assistência social enquanto politica publica, mensurando no território as situações e violações de direitos.

IV– A produção e disseminação de informações, possibilitando conhecimentos que contribuam para a efetivação do caráter preventivo, protetivo e proativo da politica de assistência social, assim como para a redução dos riscos e vulnerabilidade sociais, fortalecendo a função de proteção social do SUAS;

V– Coordenar e acompanhar, em âmbito municipal o processo de preenchimento dos questionários do CENSO SUAS, zelando pela qualidade das informações coletadas;

VI- Orientar as equipes da proteção básica e especial sobre a alimentação dos sistemas federal, estadual e municipal, que contem informações sobre os usuários e também aqueles sistemas acerca da rede socioassistencial .

VII- Realizar estudos que dimensionam a força de trabalho e indiquem a composição ideal das equipes do SUAS e da vigilância socioassistencial;

VIII – Realizar periodicamente, diagnóstico socioterritorial composto por informações e indicadores municipais sobre demografia, educação, saúde, trabalho e infraestrutura urbana e economia;

IX – Disponibilizar aos equipamentos do SUAS, o mapeamento atualizado da rede socioassistencial e das demais politicas setoriais do seu território de abrangência.

X– Definir, aplicar e aprimorar quando necessário, com base nas normativas existentes e em conjunto com os(as) profissionais dos programas, projetos e serviços socioassistenciais, os indicadores de resultados de qualidade de serviços, bem como, o grau de satisfação do usuário na execução direta e indireta ;

Art. 3º - São necessários ao processo de implantação e funcionamento do setor de vigilância Socioassistencial;

I – A equipe da vigilância socioassistencial formada por profissionais com formações estabelecidas na Resolução n.º 17/2011;

II – Espaços físicos específicos, equipamentos eletrônicos com acesso á internert para analise de dados e veiculo para visitas técnicas e atividades de mapeamento de território;

III – Acesso a sistemas e fonte de dados sociais.

Art. 4º - Será constituída Equipe de Vigilância Socioassistencial, composta nos termos da legislação vigente, com base nas diretrizes constantes na NOB – RH/SUAS/2012 com no mínimo os seguintes profissionais:
a) 01 (um) Coordenador de Vigilância Socioassistencial;
b) 01 (um) Assistente Social;

Art. 5º As despesas decorrentes do presente decreto ocorrerão por conta das dotações orçamentarias constantes no orçamento vigente;

Art.6º - Este decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário,

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, em 17 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:7350504C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº240/2026

Dispõe sobre substituição de membro do Conselho do SANTA FÉ-PREV e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e no disposto no Art. 4º, inciso III do Decreto nº218/2026, de 30 de julho de 2026.

DECRETA

Art. 1º - Substituir temporariamente Membro do Conselho Fiscal do Instituto de Previdenciário Municipal – SANTA FE-PREV, que compõe o art. 4º, inciso III, do Decreto nº218/26, cumprindo assim o que determina o Art. 12-B da Lei Complementar, nº06, de 2026.

I – Fica o Servidor JOUBERT PAULO TEIXEIRA, Matricula 201594, CPF nº036.964.759-98, Membro titular que se encontra de atestado médico pelo período de 25/06/26 a 31/08/26, SUBSTITUIDO pela servidora VIVIANE APARECIDA DA SILVA, Matricula 201567, CPF nº056.310.909-29, Membro suplente até o fim do atestado em questão.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 18 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:254093A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 42/2025-PMSF

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ – PR
CONTRATADO: CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – CPHSF
RESUMO DO OBJETO: Formalização de parceria, por meio de Termo de Fomento, com recursos provenientes de VERBA IMPOSITIVA, autorizado pela Câmara Municipal, através do Ofício nº 34/2025, objetivando a melhoria no atendimento a idosos acima de 60 anos de idade, em forma de residência, no Centro de Convivência do Idoso de Santa Fé.
VALOR TOTAL: R$ 289.700,53 (duzentos e oitenta e nove mil, setecentos reais e cinquenta e três centavos).
DATA DA INEXIGIBILIDADE: 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:121536AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 43/2026-PMSF

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ – PR
CONTRATADO: ESCOLA DE FUTEBOL PAIS E AMIGOS DE SANTA FÉ
RESUMO DO OBJETO: Formalização de parceria, por meio de Termo de Fomento, com recursos provenientes de VERBA IMPOSITIVA, autorizado pela Câmara Municipal, através do Ofício nº 34/2025, para a execução do objeto proposto no Plano de Trabalho apresentado pela entidade ESCOLA DE FUTEBOL PAIS E AMIGOS DE SANTA FÉ.
VALOR TOTAL: R$ 41.385,79 (quarenta e um mil, trezentos e oitenta e cinco reais e setenta e nove centavos).
DATA DA INEXIGIBILIDADE: 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:5E63F447

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº037/2026.

Designar servidora para prestar atendimento na Secretaria de Saúde e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Decreto nº002/2025,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a Servidora FLÁVIA RENATA BLASQUES, Psicóloga – 40h, Matricula 201.574, CPF nº076.581.219-32, para prestar 20 horas de serviço na Secretaria de Saúde no atendimento clínico de psicoterapia, a partir do dia 01 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 18 de agosto de 2026.

MARIA SEBASTIANA RIBEIRO DE SÁ
Secretaria de Administração

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:D4F91E41

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº088/2026.

Concede gratificação a servidoras e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando, o art. 99 da Lei Complementar nº. 003/2011, alterado pela Lei Complementar nº 003/2017,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder as servidoras lotadas na Secretaria de Saúde, em seus respectivos cargos, gratificação no percentual abaixo como adicional de dedicação integral, pelas peculiaridades das funções do cargo, tiver de ficar á disposição da Secretaria de Saúde fora de seu horário normal de trabalho e peculiaridade das funções desenvolvidas.

I – ANA PAULA FRABETTI – Farmacêutica – 25%.
II – MARIA FERNANDA NASCIMENTO LOPES – Agente Administrativo – 30%

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 18 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:60918811

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº089/2026.

Designar servidora efetiva para assessoria técnica da Secretaria Executiva de Conselhos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Ofício nº041/2026 – da Secretaria de Assistência Social,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a Servidora GABRIELA BOIN MORI DE OLIVERIA, Assistente Social – 40h, Matricula 201.677, CPF nº 305.467.778-80, a responder interinamente pelas funções de Assessora Técnica da Secretaria Executiva dos Conselhos como também a Coordenação da Vigilância Socioassistencial, devido sua aptidão técnica e pleno conhecimento das rotinas administrativas, garantindo assim que não haja interrupção no atendimento aos colegiados, a partir do dia 18 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 18 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:7CE1EDE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONVITE

A Prefeitura Municipal de Santa Fé, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, convida toda a população, entidades representativas, conselhos municipais e demais interessados para participarem da **1ª Audiência Pública de Elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA)** para o exercício de **2027**.

A audiência realizar-se-á no dia **21 de agosto de 2026**, sexta-feira, às **8h00**, na Sala de Reuniões da **Prefeitura Municipal**.

Trata-se de um momento fundamental de transparência e participação cidadã, no qual serão apresentadas as diretrizes financeiras e discutidas as prioridades do município. A presença de cada munícipe é de grande relevância para garantir um planejamento orçamentário participativo e alinhado ao desenvolvimento de Santa Fé.

Sua participação é indispensável. Contamos com você!

GEOVANI MINANTI
Secretaria Municipal de Fazenda
Prefeitura Municipal de Santa Fé

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:D80300C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 12, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a conversão em ABONO PECUNIÁRIO, de 10 (dez) dias de Férias do Servidor Efetivo que menciona e dá outras providências.

O Vereador **EDUARDO MARTINS,** Presidente da Câmara Municipal de Santa Izabel do Oeste – Pr, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e observando o disposto no art. 167, "§" 7º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e;

Considerando o teor do Requerimento subscrito pelo **Servidor Efetivo** abaixo identificado;

RESOLVE:

Art. 1º Por força desta Portaria fica convertida em **ABONO PECUNIÁRIO**, uma parcela de **10 (dez)** dias das férias que faz jus o Servidor Efetivo **Sr. GERSON LUIZ GHIGGI**, ocupante do **Cargo Efetivo de Secretário Executivo**, vinculado à Câmara Municipal.
Parágrafo Único. As férias mencionadas no *caput* são referentes ao período aquisitivo de **03 de março de 2024** á **02 de abril de 2025.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Santa Izabel do Oeste/PR, em **18 de agosto de 2026.**

EDUARDO MARTINS
Presidente

REGISTRA-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Publicado por:
Gerson Luiz Ghiggi
Código Identificador:948DB761

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 13, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a conversão em ABONO PECUNIÁRIO, de 10 (dez) dias de Férias da Servidora Comissionada que menciona e dá outras providências.

O Vereador **EDUARDO MARTINS,** Presidente da Câmara Municipal de Santa Izabel do Oeste – Pr, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, e;

Considerando o teor do Requerimento subscrito pela **Servidora Comissionada** abaixo identificada;

RESOLVE:

Art. 1º Por força desta Portaria fica convertida em **ABONO PECUNIÁRIO**, uma parcela de **10 (dez)** dias das férias que faz jus a Servidora Comissionada **Sra. ROSIMAR FALCÃO DE SOUZA MONTEIRO**, ocupante do **Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar**, vinculada à Câmara Municipal.
Parágrafo Único. As férias mencionadas no *caput* são referentes ao período aquisitivo de **01 de janeiro de 2025** á **31 de dezembro de 2025.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Santa Izabel do Oeste/PR, em **18 de agosto de 2026.**

EDUARDO MARTINS
Presidente

REGISTRA-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Publicado por:
Gerson Luiz Ghiggi
Código Identificador:4BF78A3F

IPRESIO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE PR
EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 1/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 1/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2026

PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e COPPINI & CIA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implementação personalizada no sistema previdenciário SICAP Web, utilizado pelo IPRESIO, Instituto de Previdência do Município de Santa Izabel do Oeste/PR, para realização de cálculos e concessão de benefícios previdenciários, destinada à parametrização e adequação do sistema às alterações promovidas pela Emenda à Lei Orgânica nº 01/2026, Lei Complementar nº 28/2026, Lei Municipal nº 2.889/2026 e Lei Municipal nº 2.890/2026., para um período de 06 (seis) meses, com recursos próprios..

VIGÊNCIA: 11/02/2027.
VALOR TOTAL: R$ 3.000,00 (três mil reais).
DATA: 11/08/2026

Publicado por:
Cristiane Pinto
Código Identificador:9B9AC66B

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 1/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e **COPPINI & CIA LTDA**
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implementação personalizada no sistema previdenciário SICAP Web, utilizado pelo IPRESIO, Instituto de Previdência do Município de Santa Izabel do Oeste/PR, para realização de cálculos e concessão de benefícios previdenciários, destinada à parametrização e adequação do sistema às alterações promovidas pela Emenda à Lei Orgânica nº 01/2026, Lei Complementar nº 28/2026, Lei Municipal nº 2.889/2026 e Lei Municipal nº 2.890/2026., para um período de 06 (seis) meses, com recursos próprios..
VIGÊNCIA: 11/02/2027.
VALOR TOTAL: R$ 3.000,00 (três mil reais).
DATA: 11/08/2026

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:1884E9EC

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°351/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO N° 178/2026 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 351/2025
INEXIGIBILIDADE N° 18/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Terra Iguassu Hotéis e Turismo LTDA.
OBJETO: Prazo até 24/09/2027.
DATA: 14/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:B149EFB1

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°216/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Imporium Store LTDA.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e periféricos de informática e comunicação, bem como equipamentos destinados ao Setor de Identificação Civil, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Santa Izabel do Oeste/PR, pelo período de 12 (doze) meses, com recursos próprios, estaduais e federais.
VIGÊNCIA: 07/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 25.122,25 (vinte e cinco mil cento e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos).
DATA: 07/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:DCC0A093

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°239/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 239/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 18/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2026
CREDENCIAMENTO N° 06/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Bocchi Material de Construção LTDA.
OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para o fornecimento parcelado e futuro de materiais de construção, materiais para manutenção predial, ferragens, ferramentas, agregados, madeiras, artefatos de concreto, materiais para cobertura, pisos, revestimentos, tintas, materiais de fixação, vedação, impermeabilização e demais materiais correlatos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais, Fundos, Departamentos e demais unidades administrativas do Município de Santa Izabel do Oeste – PR.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
DATA: 12/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:E62CB6FD

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°296/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 296/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 17/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Pozzer Laboratorio de Analises Clinicas LTDA - ME.
OBJETO: Contratação de empresa especializada no formato de diária de sobreaviso, para realização de exames laboratoriais bioquímicos de urgência e emergência, destinados aos usuários do SUS atendidos na Casa de Saúde Santa Izabel, atendendo as necessidades da Secretaria de Saúde, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais, por um período de 12 meses.
VIGÊNCIA: 04/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 126.053.80 (cento e vinte e seis mil e cinquenta e três reais e oitenta centavos).
DATA: 14/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:FD2C8550

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°298/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 298/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 18/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2026
CREDENCIAMENTO N° 06/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Materiais de Construção Biasuz LTDA.
OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para o fornecimento parcelado e futuro de materiais de construção, materiais para manutenção predial, ferragens, ferramentas, agregados, madeiras, artefatos de concreto, materiais para cobertura, pisos, revestimentos, tintas, materiais de fixação, vedação, impermeabilização e demais materiais correlatos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais, Fundos, Departamentos e demais unidades administrativas do Município de Santa Izabel do Oeste – PR.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
DATA: 18/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:8241ABFA

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 22

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATORIO N° 102/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva/corretiva, revisão do sistema eletrônico, refrigeração e parte estrutural, (mão de obra), calibração conforme RBC, e eventual fornecimento de peças originais, quando necessário, das conservadoras de vacinas e medicamentos, para atender às necessidades da Secretaria da Saúde, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, com Recursos Estaduais, Federais E Próprios.
DADOS DA EMPRESA:
REVIMEDIC EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA
CNPJ: 27.074.498/0001-93
AV EUCLIDES DA CUNHA, n° 779, CENTRO
MARAVILHA/SC
CEP: 89.874-000
VALOR TOTAL: R$ 125.599,00 (cento e vinte e cinco mil quinhentos e noventa e nove reais).
DOTAÇAO ORÇAMENTARIA:

Ref. Dotação	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
803	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.25.00	01018
804	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.39.12.00	01018
364	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.25.00	00494
377	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.39.12.00	00194
363	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.25.00	00377
376	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.39.12.00	00377
362	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.30.25.00	00494
375	09.002	10.301.0024.2.110	3.3.3.90.39.12.00	00494

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS:

01018 – Emendas Individuais Impositivas transferência com finalidade definida (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)
00494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
00377 – Bloco de Custeio SUS – Estadual
00303 – Saúde Percentual Vinc. S/a Rec.de Imp.

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso I do Art. 74 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Santa Izabel do Oeste - PR, 18 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercicio

Publicado por:
Clenir Teixeira
Código Identificador:5AC56B76

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 323/2022 REF. LICITAÇÃO DISPENSA Nº 57/2022 LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL CONTENDO APROXIMADAMENTE 170 M2, PARA ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DOS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO. E X T R A T O

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 323/2022
Ref. Licitação Dispensa Nº 57/2022
Locação de Sala Comercial contendo aproximadamente 170 m2, para armazenamento temporário dos bens móveis inservíveis do Município.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
Contratada**:** RENI TORTELLI
Objeto:
O presente Termo Aditivo visa a prorrogação do referido contrato em mais 90 dias (Noventa dias), com início em 21/08/2026 e término em 21/11/2026, conforme cláusula conforme cláusula do contrato em epígrafe e termos da Lei n.º 8.666/93 de 21/06/93 e Lei n.º 8.883/94 de 08/06/94, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
Prazo de Execução: 21/11/2026.
Prazo de Vigência: 21/11/2026.
Data da Assinatura: 18/08/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:33EA838E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO
EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 003/2026

AVISO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO
EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 003/2026

A finalidade da presente **DISPENSA CHAMAMENTO PÚBLICO** é a celebração de parceria através do Termo de Fomento com a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR – APAE**, pessoa jurídica de direito privado, entidade filantrópica sem fins lucrativos, inscrita sob o CNPJ nº 00.614.178/0001-22, situada na Avenida Tancredo Neves, n.º 264, município de Capitão Leônidas Marques/Pr, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de parte da demanda de vagas para atendimento educacional especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla, objetivando a garantia da cidadania dos direitos fundamentais dos munícipes Santaluciense com deficiência e necessidades especiais, conforme conceituado pela Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Conforme a documentação apresentada que atende aos preceitos do artigo 30, inciso IV, da lei federal 13.019/2014 e decreto municipal nº 51/2017 e, considerando as ações desenvolvida pela instituição apresentada é que sugerimos a referida parceria com dispensa de chamamento público e assinatura do termo de fomento.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, 18 de Agosto de 2026.

JEFFERSON FOGAÇA TOMACHESCKI
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:CA6018DB

EXECUTIVO MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 068/2026

CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e de conformidade com o constante na Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº 0314/2009 de 26/05/2009 e de acordo com o Edital nº 001/2023 de concurso público, e ainda:
Considerando a Homologação dos Resultados do Concurso Público Municipal realizado em 11 de dezembro de 2023,

RESOLVE

Art. 1º **CONVOCAR**, os candidatos abaixo relacionados, para comparecer, no Depto. De Recursos Humanos desta Prefeitura, até o dia 26 de agosto de 2026, munidos dos documentos exigidos para investidura, conforme item 9.3. do edital 001/2023, a fim de tomar posse no cargo em que foram aprovados.

NOME	CARGO
DEBORAH SANDRI	MÉDICA VETERINÁRIA
LUIZ FELIPE CECHIM	AGENTE ADMINISTRATIVO
KERLI DE MEIRA GOLFETTO	ENFERMEIRA

Art. 2º O não comparecimento dos candidatos convocados no prazo citado no artigo anterior implicara automaticamente em desistência ao cargo concorrido.

Santa Lúcia, PR, 18 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:12C93F81

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 134/2026 DATA: 18/08/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E
Art. 1º - Autorizar o lançamento de **meia diária** para o servidor **LUIZ CLAUDIO DE MOURA** (Motorista), para levar paciente para consulta na cidade de Foz do Iguaçú - PR, no dia 14 de agosto de 2026. Saída e retorno no dia 14 de agosto de 2026.

TRANSPORTE: VAN
PLACA: SEB 0E47

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, com efeito retroativo a 14 de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:AABE401C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE – PR

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando o regular trâmite do Procedimento Licitatório nº 004/2026, bem como os elementos constantes nos autos, especialmente a justificativa da área requisitante, a cotação de preços, o parecer jurídico favorável e a compatibilidade orçamentária verificada.
Considerando, ainda, que estão presentes os requisitos legais e a motivação necessária para a contratação direta, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que admite a dispensa de licitação para contratação cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos.
RATIFICO a **Dispensa de Licitação nº 004/2026**, cujo objeto é:
"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET EM FIBRA ÓPTICA COM IP FIXO IPV4 COM POSSIBILIDADE DE LIBERAÇÃO DE PORTAS EXTERNAS E VELOCIDADE DE 500 MEGAS PARA HOSPEDAGEM DE SERVIÇOS E ACESSO REMOTO, PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE-PR."
Autorizando, por consequência, a contratação da empresa: **VIEIRA E RETECHESKI LTDA** CNPJ nº 10.902.446/0001-65 com sede à Rua Osório Brasileiro, nº 11, Vila Verde, Palmital – PR. Valor: **R$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais).**

Santa Maria do Oeste, 18 de Agosto de 2026.

TIAGO VARIZA
Presidente da Mesa Diretora

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:28D4256D

LICITAÇÃO
4º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 140/2024

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 82.570.342/0001-01, com sede na GLB BANCO DE AREIA-PEDREIRA FAZENDA CRISTALINA, s/n Município Tomazina/PR, neste ato representado pelo Sr. **DIENARO PIETROBELLI DELLAI**, portador do CPF: 064.839.239-29 e no RG 7092127898, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 53, §4°, 92, inciso VII, 94, 111 E 132 da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência e execução de que trata nas Cláusulas Sexta e Sétima do Contrato Administrativo nº. 140/2024.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Cláusula 6ª, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, com início em **11 de agosto de 2026** e término em **10 de outubro 2026**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O Prazo de execução de que trata a Cláusula 7ª, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, com início em **03 de agosto de 2026** e término em **02 de outubro 2026**.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 11 de dezembro de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 13 de agosto de 2026

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA***

Testemunhas	
_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:4346447B

LICITAÇÃO
4º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 90/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR, inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA**, inscrita no C.N.P.J. n.º 82.570.342/0001-01, com sede na GLB BANCO DE AREIA-PEDREIRA FAZENDA CRISTALINA, s/n Município Tomazina/PR, neste ato representado pelo Sr. DIENARO PIETROBELLI DELLAI, portador do CPF: 064.839.239-29 e no RG 7092127898, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto nos Art. 6°, Inciso XVII, 92, Inciso VII, 111 e 132 da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução, conforme trata a Cláusula sétima do Contrato Administrativo nº 90/2025, referente à **Contratação de empresa para realizar pavimentação com área de cercas de 13 km de estrada rural, conectando áreas agrícolas de assentamento rural, passando pelas comunidades Ouro Verde e Estrela do Oeste até o perímetro urbano do Município de Santa Maria do Oeste-PR, cuja obra deverá ser realizada de acordo com a planilha e demais projetos.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO
Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato nº 90/2025 por mais **180 (cento e oitenta) dias corridos**, com início em **21 de junho de 2026** e término previsto em **20 de dezembro de 2026**, mantendo-se inalteradas as demais disposições contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 13 de março de 2025, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 14 de agosto de 2026

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA***

Testemunhas	
_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:94498F81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01206/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01206/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: LUIZ FELIPE MIKULIS PASSARELI **MATRÍCULA n.º** 9997412
CARGO: PSICOLOGO 20 HORAS **CPF N.º** 093.***.***-11

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, PARA FINS DE PARTICIPAR CAPACITAÇÃO DE EQUIPES TECNICA NO NUCLEO REGIONAL DA SEDEF.
Data de Saída: -20/08/2026
Data de Retorno: -20/08/2026
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA - PR **Código do IBGE:** 06902
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR 18 de Agosto de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:09269C1C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 72/2026

Prefeitura do Município de Santa Maria do Oeste

DECRETO Nº 072 de 18 de Agosto de 2026.

Declara Situação de Emergência nas áreas do município afetadas por Tempestade Local /Convectiva Granizo (13213).

O(A) Senhor(a) Oscar Delgado, Prefeito(a) do município de Santa Maria do Oeste, localizado no estado de (o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,

CONSIDERANDO:

Que ocorreu evento meteorológico caracterizado como granizo. Embora os parâmetros meteorológicos específicos, como tamanho do granizo e duração do evento, não tenham sido detalhados, a intensidade do fenômeno foi suficiente para causar danos significativos à infraestrutura urbana e rural. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil registrou a necessidade de resposta emergencial diante dos impactos causados, mesmo sem ocorrência concomitante de outros desastres naturais.
O granizo provocou danos generalizados principalmente nas coberturas de edificações residenciais, comerciais e públicas, além de afetar estruturas agrícolas e produtivas, comprometendo a subsistência de familias que dependem da agricultura e pecuária. A extensão dos prejuízos demandou a mobilização de apoio estadual e federal para atendimento emergencial e recuperação das condições mínimas de habitabilidade e funcionamento dos serviços essenciais. As informações foram coletadas e consolidadas pela Defesa Civil municipal, com apoio das secretarias envolvidas. afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto;
Como conseqüência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;
Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do municipio contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva - Granizo (13213).

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.

Art. 4°. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:
Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.
§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6°. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 18 de Agosto de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito(a) Municipal

Publicado por:
Marcos Antonio de Lima
Código Identificador:6EAB4F99

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO N° 02, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

RESOLUÇÃO N° 02, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Ementa: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento da Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste-PR e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE-PR APROVOU E EU, SERGIO ANTONIO DE MATTOS, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO, NOS MOLDES DO ART. 23, INCISO IV, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente da Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste-PR, um crédito adicional suplementar, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para reforço do orçamento, na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 01 - CÂMARA MUNICIPAL
UNIDADE 001 - CÂMARA MUNICIPAL
01.031.0101.1002 - ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.14.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL
00003 E 00001 0001/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres) R$ 150.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no artigo 1º, será utilizado como fonte de recurso, o cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 01 - CÂMARA MUNICIPAL
UNIDADE 001 - CÂMARA MUNICIPAL
01.031.0101.1003 - ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - DESPESAS DE CAPITAL
4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00009 E 00001 0001/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres) R$ 150.000,00

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste-PR, em 18 de agosto de 2026.

SERGIO ANTONIO DE MATTOS
Presidente em Exercício

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:4BFFF790

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026
PROCESSO Nº 750/2026
NÚMERO DO PROCESSO COMPRAS GOV E PNCP: 987857-13/2026

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor VALDIR ANTONIO CARVALHO, e a Pregoeira, designada pela Portaria nº 053/2026, no uso de suas atribuições legais, avisa aos interessados que realizará no dia 03/09/2026, as 09:00 horas, a abertura da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, menor preço Por item, que tem por objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais, transporte, mão de obra e instalação de 10 (dez) esterqueiras revestidas em propriedades rurais do Município, compreendendo a instalação de geomembrana em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), com espessura mínima de 0,80 mm, em tanques escavados com dimensões de 8,00 metros de comprimento, 8,00 metros de largura e 2,30 metros de profundidade, bem como o fornecimento e a instalação de 50 metros de tubo drenante e 40 metros de tela metálica revestida em PVC, malha 5, fio 18, por unidade, destinados ao adequado armazenamento e manejo de dejetos provenientes da atividade pecuária.

Data para cadastrar proposta na plataforma eletrônica vai do dia 20/08/2026, as 08:00 horas até 03/09/2026, as 08:00 horas.

Edital na íntegra, inclusive com anexos, à disposição no Departamento de Licitações, no site **www.pmsas.pr.gov.br**/licitações ou **www.comprasgovernamentais.gov.br .**
Demais informações telefone (46) 3563-8000 e ainda por e-mail **licitacao1@pmsas.pr.gov.br**.

Santo Antonio do Sudoeste, em 18/08/2026.

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Prefeito Municipal em Exercício

NATALICIA FRANCISCONI PASTÓRIO
Pregoeira

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:200D4791

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
ERRATA EXTRATO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 2 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 457/2025 PREGÃO Nº 32/2025

ERRATA EXTRATO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 2 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 457/2025
Pregão Nº 32/2025

OBJETO: Aquisição de materiais personalizados (brindes) e materiais para as campanhas e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Saúde e demais Secretarias Municipais.

ONDE SE LÊ:
PELA CONTRATANTE: VALDIR ANTONIO JUNKES - Prefeito Municipal em Exercício

LEIA-SE:
PELA CONTRATANTE: VALDIR ANTONIO CARVALHO- Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:F89CF582

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0458/2025 PREGÃO Nº 032/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0458/2025
Pregão Nº 032/2025

OBJETO: Aquisição de materiais personalizados (brindes) e materiais para as campanhas e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Saúde e demais Secretarias Municipais.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: MULTYGRAFHIC EDITORA LTDA.
VIGÊNCIA ATUAL: 12/08/2027.
VALOR REAJUSTADO: R$ 144,00 (Cento e Quarenta e Quatro Reais).
DATA DA ASSINATURA: 12/08/2026.
PELA CONTRATANTE VALDIR ANTONIO CARVALHO- Prefeito Municipal em exercícip
e pela contratada: CLAUDETE MARIA FRIEDRICH PEROZA - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:FD42CD28

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0461/2025 PREGÃO Nº 032/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0461/2025
Pregão Nº 032/2025

OBJETO: Aquisição de materiais personalizados (brindes) e materiais para as campanhas e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Saúde e demais Secretarias Municipais.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: SABRINA SACHET BERNIERI.
VIGÊNCIA ATUAL: 12/08/2027.
VALOR REAJUSTADO: R$ 582,00 (Quinhento e Oitenta e Dois Mil Reais).
DATA DA ASSINATURA: 12/08/2026.
PELA CONTRATANTE VALDIR ANTONIO CARVALHO - Prefeito Municipal em Exercício
e pela contratada: SABRINA SACHET BERNIERI - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:49FA9433

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0463/2025 PREGÃO Nº 032/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0463/2025
Pregão Nº 032/2025

OBJETO: Aquisição de materiais personalizados (brindes) e materiais para as campanhas e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Saúde e demais Secretarias Municipais.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: VTPRINT OUTDOOR E GRAFICA LTDA.

VIGÊNCIA ATUAL: 12/08/2027.
VALOR REAJUSTADO: R$ 1.098,00 (Mil e Noventa e Oito Reais).
DATA DA ASSINATURA: 12/08/2026.
PELA CONTRATANTE VALDIR ANTONIO CARVALHO - Prefeito Municipal
e pela contratada: PRISCILA CONSANI DAS MERCÊS OLIVEIRA - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:7BE043BB

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 459/2025 PREGÃO Nº 32/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 459/2025
Pregão Nº 32/2025

OBJETO: Aquisição de materiais personalizados (brindes) e materiais para as campanhas e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Saúde e demais Secretarias Municipais.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: PERSONALIZADOS E DESIGN LTDA.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 114.527,00(Cento e Quatorze Mil, Quinhentos e Vinte e Sete Reais).
DATA DA ASSINATURA: 12/08/2026.
PELA CONTRATANTE: VALDIR ANTONIO CARVALHO - Prefeito Municipal em Exercício
e pela contratada: LUCIANO PACHECO - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:6F4D3AA1

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 459/2025 PREGÃO Nº 32/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 459/2025
Pregão Nº 32/2025

OBJETO: Aquisição de materiais personalizados (brindes) e materiais para as campanhas e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Saúde e demais Secretarias Municipais.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: PERSONALIZADOS E DESIGN LTDA.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 114.527,00(Cento e Quatorze Mil, Quinhentos e Vinte e Sete Reais).
DATA DA ASSINATURA: 12/08/2026.
PELA CONTRATANTE: VALDIR ANTONIO CARVALHO - Prefeito Municipal em Exercício e pela contratada: LUCIANO PACHECO - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:1F513818

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 460/2025 PREGÃO Nº 32/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 460/2025
Pregão Nº 32/2025

OBJETO: Aquisição de materiais personalizados (brindes) e materiais para as campanhas e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Saúde e demais Secretarias Municipais.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: R DOS S MOTA CONFECÇOES DE PEÇAS DO VESTUARIO.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 965,50 (Novecentos e Sessenta e Cinco Reais e Cinqüenta Centavos).
VALOR REAJUSTADO: R$ 164,00 (Cento e Sessenta e Quatro Mil Reais).
DATA DA ASSINATURA: 12/08/2026.
PELA CONTRATANTE VALDIR ANTONIO CARVALHO - Prefeito Municipal em Exercício. e pela contratada: RONI DOS SANTOS MOTA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:A2CA4111

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 462/2025 PREGÃO Nº 32/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 462/2025
Pregão Nº 32/2025

OBJETO: Aquisição de materiais personalizados (brindes) e materiais para as campanhas e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Saúde e demais Secretarias Municipais.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: UNIFORMES FRAHN LTDA.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 15.188,75 (Quinze Mil, Cento e Oitenta e Oito Reais e Setenta e Cinco Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 12/08/2026.
PELA CONTRATANTE: VALDIR ANTONIO CARVALHO - Prefeito Municipal em exercicio e pela contratada: FRANSINEIDI LORENZ - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:72CE3D29

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 468/2025 PREGÃO Nº 46/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 468/2025
Pregão Nº 46/2025

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de comunicação visual, para atender as demandas de todas as Secretarias do Município de Santo Antonio do Sudoeste - PR.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ALISSON RODRIGO KIST - ME.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 101.972,50 (Cento e Um Mil, Novecentos e Setenta e Dois Reais e Cinqüenta Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 12/08/2026.
PELA CONTRATANTE: VALDIR ANTONIO CARVALHO - Prefeito Municipal em Exercício.
e pela contratada: ALISSON RODRIGO KIST - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:10E2C985

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 04 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 258/2022 INEXIGIBILIDADE Nº 34/2022

EXTRATO ADITIVO Nº 04 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 258/2022
Inexigibilidade Nº 34/2022

OBJETO: Contratação de Profissionais Técnico Desportivo para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município, conforme Chamamento Público 05/2022..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: EDIANE TRASEL.
VIGÊNCIA: 17/08/2027.
VALOR RENOVADO: R$25.150,44 (Vinte e Cinco Mil, Cento e Cinqüenta Reais e Quarenta e Quatro Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 18/08/2026.
PELA CONTRATANTE: VALDIR ANTONIO CARVALHO - Prefeito Municipal
e pela contratada: EDIANE TRASEL - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:2554A185

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ – CODENOP TERMO ADITIVO Nº 01/2026 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ – CODENOP
TERMO ADITIVO Nº 01/2026 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
Pelo presente instrumento, de um lado, o **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ – CODENOP,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº **08.146.697/0001-15,** com sede junto ao Centro Administrativo, localizado na Praça Coronel Deolindo, s/nº, Centro, São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. VENICIUS DJALMA ROSA,** doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR,** e, de outro lado, a empresa **CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **06.218.782/0001-16,** com sede na Rodovia BR 376, Lote 6/7/7-A-3-1, Bairro Gleba Patrimônio Marialva, Marialva – PR, CEP 86.990-000, neste ato representada pelo Sr. **PAULO FILIPE PIMENTEL,** doravante denominada **COMPROMITENTE,** resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2026,** decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026,** mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto **exclusivamente a atualização do valor unitário registrado na Ata de Registro de Preços nº 015/2026,** referente ao Item 01 – **Emulsão Asfáltica para Micropavimento RC-1C-E,** em razão da aplicação do reajustamento previsto no instrumento convocatório e na própria Ata de Registro de Preços.
1.2. Permanecem inalterados o objeto, a quantidade registrada, as condições de fornecimento, os prazos, as obrigações das partes e as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 015/2026, ressalvada exclusivamente a alteração de preço estabelecida neste Termo Aditivo.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO DO VALOR – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO.
2.1. O valor unitário originalmente registrado para o Item 01, correspondente a **Emulsão Asfáltica para Micropavimento RC-1C-E, posto na obra em tanque do fornecedor de no mínimo 15.000 litros,** era de **R$ 4.490,00 (quatro mil quatrocentos e noventa reais) por tonelada.**

2.2. Em decorrência do reajustamento previsto na Cláusula Quinta da Ata de Registro de Preços nº 015/2026, o valor unitário passa a ser de: **R$ 5.263,05 (cinco mil duzentos e sessenta e três reais e cinco centavos) por tonelada.**
2.3. O reajustamento corresponde à variação de aproximad**amente 17,217149% (dezessete vírgula duzentos e dezessete mil cento e quarenta e nove por cento)** sobre o valor originalmente registrado.
2.4. O novo valor unitário será aplicado às contratações realizadas após a formalização do presente Termo Aditivo, observada a data de eficácia definida pela Administração e as condições previstas na legislação aplicável.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO QUADRO DE PREÇOS ATUALIZADO
3.1. Em razão do reajustamento, o Item 01 da Ata de Registro de Preços nº 015/2026 passa a apresentar os seguintes valores:

Item	Descrição	Qtd	Valor Unitário Original	Valor Unitário Atualizado
01	Emulsão Asfáltica para Micropavimento RC-1C-E, posto na obra em tanque do fornecedor de no mínimo 15.000 litros	2.500 toneladas	R$ 4.490,00	R$ 5.263,05

3.2. A alteração do valor estimado não representa acréscimo de quantitativo, permanecendo registrada a quantidade original de 2.500 toneladas.
CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO DO REAJUSTAMENTO
4.1. Muito embora geralmente, reajustamento se fundamente na **Cláusula Quinta da Ata de Registro de Preços nº 015/2026,** especialmente nos itens 5.1 e 5.2, que estabelecem que os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano e que, dentro do prazo de vigência da Ata e mediante solicitação da contratada, poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, neste ato, especificamente, é necessário fazer o reajustamento em razão do reequilíbrio econômico, pois, o material principal para produção da emulsão contratada, o CAP 50/70, sofreu vários reajustes nos meses de abril, maio, junho e julho, e seria impossível a manutenção do preço celebrado em ata.**

4.2. A atualização dos preços registrados também encontra respaldo no regime jurídico do Sistema de Registro de Preços, que admite a previsão de cláusula de reajustamento/ reeequilíbrio dos preços registrados.
4.3. A aplicação do reajustamento/reequilíbrio deverá estar respaldada nos documentos constantes do processo administrativo, especialmente memória de cálculo do índice aplicado, manifestação da empresa beneficiária da Ata e análise da Administração quanto à manutenção da vantajosidade do preço atualizado.
§ º . O reajuste/reequilíbrio econômico dá-se exclusivamente em razão da alteração de preços do CAP 50/70, confirmado pela tabela de ajustes da ANP e Petrobrás.

CLÁUSULA QUINTA – DA MANUTENÇÃO DA VANTAJOSIDADE
5.1. A Administração deverá manter nos autos a demonstração da compatibilidade do preço atualizado com os valores praticados no mercado, de modo a assegurar a economicidade e a vantajosidade da manutenção do preço registrado.
5.2. A atualização do valor não poderá resultar em prejuízo ao interesse público, devendo ser mantidas as condições de fornecimento estabelecidas no edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços.
CLÁUSULA SEXTA – DA NÃO ALTERAÇÃO DOS QUANTITATIVOS

6.1. O presente Termo Aditivo **não altera os quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços nº 015/2026.**
6.2. Permanecem registrados **2.500 (duas mil e quinhentas) toneladas de emulsão asfáltica RC-1C-E.**
6.3. A alteração promovida pelo presente instrumento restringe-se exclusivamente ao
valor unitário do Item 01, decorrente do reajustamento previsto na Ata.
CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO
7.1. Permanecem ratificadas todas as demais cláusulas, condições, obrigações e responsabilidades estabelecidas na **Ata de Registro de Preços nº 015/2026,** no Pregão Eletrônico nº 004/2026 e seus anexos, que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Termo Aditivo.
CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE

8.1. O presente Termo Aditivo será divulgado nos meios oficiais de publicidade aplicáveis, inclusive no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, quando exigível, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA
9.1. O presente Termo Aditivo produzirá efeitos exclusivamente quanto à atualização dos valores registrados, permanecendo inalterado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 015/2026.
CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO
10.1. Fica mantido o foro da **Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná,** para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução da Ata de Registro de Preços e do presente Termo Aditivo, conforme estabelecido no instrumento originário.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Termo Aditivo, para todos os efeitos legais.

São Jerônimo da Serra – PR, 17 de agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Presidente do CODENOP
Órgão Gerenciador

PAULO FILIPE PIMENTEL
Representante Legal
Casa Do Asfalto Distribuidora, Indústria E Comércio De Asfalto LTDA
Compromitente

Testemunhas:

1. Nome:
CPF:

2. Nome:
CPF:

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:5F1326B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 73/2026

PORTARIA N° 73/2026

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE:

Art. 1°. Designar a partir desta data, a funcionária pública municipal Sra. **ELOISE FARIAS NEGRIZOLLI DA SILVA**, cargo de **Assistente Administrativo**, Matrícula nº **526** para atuar na função administrativa da Secretaria Municipal de Educação, prestando apoio e suporte aos sistemas vinculados à Secretaria de Estado da Educação – SEED e ao Ministério da Educação – MEC. A servidora desempenhará, ainda, a coordenação Municipal do Programa Bolsa Família, bem como ficará responsável pelo Sistema Educacenso, exercendo as atribuições pertinentes aos respectivos serviços.
Art. 2°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, tendo seus efeitos a partir do dia 18/08/2026.

São Pedro do Paraná-Pr, 17 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

(Republicado por conter alteração na redação da publicação anterior)
Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:6A1A8F38

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01-2026 -- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01-2025

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, (CNPJ sob nº 78.019.593/0001-25).

Contratado: ALINE MAYARA BEGO ALVES INFORMÁTICA EIRELI – ME (CNPJ sob nº 18.482.292/0001-01).

Objeto: **Prorrogação da vigência do Contrato nº 01/2025 e reajuste do valor do mesmo, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, em conformidade com legislação aplicável**.

Valor do contrato: passa de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para R$ 25.113,84 (vinte e cinco mil, cento e treze reais e oitenta e quatro centavos), representando um acréscimo mensal de R$ 92, 82 (noventa e dois reais e oitenta e dois centavos) correspondente a 4,64% (quatro virgula sessenta e quatro por cento), conforme à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Vigência: prorrogação por 12 (doze) meses, passando sua vigência de 23/08/2026 até 23/08/2027, garantindo a continuidade da prestação dos serviços de informática contratados.

São Sebastião da Amoreira/PR, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Edilaine Ferreira Dos Santos Silva
Código Identificador:93C1479B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO N.º 008/2026

(Reiteração da Notificação N.º 004/2026 e Comunicação de Decisão Administrativa)
NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA/PR, representado pela Prefeita Municipal, Sra. Exilaine Gaspar. **NOTIFICADA:** Tainá Gabriele dos Santos (CPF nº 130.XXX.759-03). **OBJETO:** O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA/PR torna pública a emissão da Notificação Administrativa n.º 008/2026, com o seguinte teor resumido:
1. Indeferimento de Benefício (Protocolo nº 2879/2026): Comunicação do indeferimento do pedido de Aluguel Social, com base no Parecer Jurídico nº 08/2026/PJA e Decisão Administrativa, por não preenchimento dos requisitos da Lei Municipal nº 1.746/2021.

2. Garantias Socioassistenciais (Ofício nº 536/2026): Determinação de amparo prioritário via Assistência Social, incluindo acompanhamento contínuo pelo CRAS (concessão de cestas básicas e benefícios eventuais), encaminhamento formal dos adultos à Agência do Trabalhador e priorização no cadastro do Programa Municipal de Habitação Popular.

3. Reiteração de Desocupação e Prazo Final: Diante do descumprimento da Notificação n.º 004/2026 e do interesse público no uso comunitário/reforma do imóvel, fica **NOTIFICADA a proceder à DESOCUPAÇÃO VOLUNTÁRIA E DERRADEIRA** do imóvel público denominado *Barracão Comunitário da Vila Rural Belmiro Lourenço de Gouveia*, no prazo impreterível de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da notificação, com a remoção total de pertences.

4. Advertência: O desatendimento no prazo fixado ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis para retomada compulsória da posse (Ação de Reintegração de Posse com pedido liminar), sujeitando a infrora ao uso de força policial e responsabilização por eventuais perdas e danos.

São Sebastião da Amoreira/PR, 14 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:2ADE6E2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
PORTARIA Nº 217 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

EMENTA: Homologa o Relatório Final da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria nº 58/2026, determina o arquivamento do feito e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições da Lei Municipal nº 599/2001;

CONSIDERANDO os trabalhos conduzidos pela Comissão de Sindicância designada pela Portaria nº 58/2026 (Protocolo nº 6743/2025);

CONSIDERANDO as conclusões constantes do Relatório Final da referida Comissão, no sentido de que não restou comprovada a responsabilidade funcional de servidores públicos em atividade e que os atos apurados decorreram de divergência cadastral gerada por agentes já falecidos;

CONSIDERANDO o julgamento e acolhimento das conclusões pela autoridade competente, nos termos do art. 194 da Lei Municipal nº 599/2001;

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR o Relatório Final elaborado pela Comissão de Sindicância nomeada pela Portaria nº 58/2026.

Art. 2º DETERMINAR o ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo de Sindicância nº 58/2026, com fulcro no art. 171, inciso I, da Lei Municipal nº 599/2001, ante a ausência de justa causa para instauração de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º DETERMINAR à Secretaria Municipal de Assistência Social que adote as providências administrativas necessárias para observância da prioridade de atendimento da munícipe afetada em novos programas habitacionais do Município, conforme recomendado no relatório final.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, Paraná, 17 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:228A89E0

SETOR DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026

SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

OBJETO: Contratação de empresa Especializada na Execução de Construção de Barracão Industrial, conforme projetos.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO **GLOBAL.**
VALOR MÁXIMO: CONFORME EDITAL.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 09h00 do dia 03/09/2026.

O Edital completo está disponibilizado no endereço eletrônico www.amoreira.pr.gov.br Informações através do telefone (43) 3265-8300 – RAMAL 8320.

São Sebastião da Amoreira, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:19985B43

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA E AJUSTE DE CONTAS

PROCESSO Nº 12/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2022

PROTOCOLO Nº 2249/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA – PR e CLÍNICA MÉDICA PREVIT SAÚDE LTDA.

OBJETO: Reconhecimento de dívida e ajuste de contas referente à diferença financeira apurada no âmbito do Contrato Administrativo nº 47/2022, decorrente da não aplicação dos valores reajustados estabelecidos a partir do 6º Termo Aditivo aos valores unitários dos plantões médicos efetivamente prestados nos períodos subsequentes.

VALOR: R$ 127.344,33 (cento e vinte e sete mil, trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e três centavos).

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado de forma parcelada, conforme Cronograma de Pagamento constante do Anexo I do Parecer Financeiro, elaborado pelo Departamento Municipal de Finanças e Tesouraria e juntado ao Protocolo nº 2249/2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
07.001 – C.R. 159 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Fonte 303;
07.001 – C.R. 161 – Indenizações e Restituições – Fonte 303.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 4.320/1964 e demais disposições legais aplicáveis, conforme pareceres e documentos constantes do Protocolo nº 2249/2026.

DATA DA ASSINATURA:18 de agosto de 2026.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:DFE24FF3

SETOR DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 23/2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Em vista da justificativa e fundamentações retro relatadas e, levando-se em considerações os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa.

Ratifico, nos termos da justificativa acima, a contratação da empresa MARAJO FRANCE COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA, CNPJ 04.718.973/0001-11, localizada na Av. Higienópolis, Nº 1636, Centro, CEP: 86.015-010, em Londrina/Paraná, com Dispensa de Licitação.

São Sebastião da Amoreira, 18 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

GENITO SEVERINO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente

Valor total da despesa: R$ 1.081,06 (mil e oitenta e um reais e seis centavos).

Pagamento: Conforme previsão.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:97E46429

SETOR DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 24/2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Em vista da justificativa e fundamentações retro relatadas e, levando-se em considerações os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa.

Ratifico, nos termos da justificativa acima, a contratação da empresa MARAJO FRANCE COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA, CNPJ 04.718.973/0001-11, localizada na Av. Higienópolis, Nº 1636, Centro, CEP: 86.015-010, em Londrina/Paraná, com Dispensa de Licitação.

São Sebastião da Amoreira, 18 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

GENITO SEVERINO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente

Valor total da despesa: R$ 1.081,06 (mil e oitenta e um reais e seis centavos).

Pagamento: Conforme previsão.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:BA28260C

SETOR DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
ELETRÕNICA Nº 18/2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

Nº 18/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Em vista da justificativa e fundamentações retro relatadas e, levando-se em considerações os termos da Ata da Sessão, expedida pelo Agente de Contratação, aprovamos a realização da despesa.

Ratificamos com Dispensa de Licitação, nos termos da justificativa acima e com base no Art. 21 Inciso III do Decreto Municipal 111/2025, a contratação das seguintes empresas:

RINAMED COM DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP, estabelecida na Rua Pavão, nº. 374, CEP: 86 700 245, no Município de **Arapongas,** no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ **sob nº** 03.583.301/0001-83.

Valor total da despesa: R$ 1.520,00 (um mil e quinhentos e vinte reais).

Pagamento: Conforme previsão.

ELM EMPREENDIMENTO LTDA, estabelecida na Rua São Paulo, nº. 1.500, Centro, CEP: 86 840 000, no Município de **Faxinal,** no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ **sob nº 60.682.658/0001-52**.

Valor total da despesa: R$ 5.708,14 (cinco mil, setecentos e oito reais e catorze centavos).

Pagamento: Conforme previsão.

STUDIO AGILE LTDA, estabelecida na **RUA DESEMBARGADOR ARTHUR LEME,** nº. 351, Loja 2, CEP: 82 510 220, no Município de Curitiba**,** no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ **sob nº 12.941.497/0001-21**.

Valor total da despesa: R$ 6.977,20 (seis mil, novecentos e setenta e sete reais e vinte centavos).

Pagamento: Conforme previsão.

MELIM COMERCIAL LTDA ME, estabelecida na Rua Capitão Adolfo G. Andrade, nº. 88, CEP: 88 304 020, no Município de **Itajaí,** no Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ **sob nº 49.608.132/0001-90**.

Valor total da despesa: R$ 2.430,00 (dois mil e quatrocentos e trinta reais).

Pagamento: Conforme previsão.

SC COMERCIAL EIRELI, estabelecida na Rua Recife, nº. 215, Conjunto Cidade Nova, CEP: 87 023 090, no Município de **Maringá,** no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ **sob nº 20.758.465/0001-13**.

Valor total da despesa: R$ 3.288,00 (três mil e duzentos e oitenta e oito reais).

Pagamento: Conforme previsão.

São Sebastião da Amoreira, 18 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

SUELEN ÂNGELA JUSTINO DOS SANTOS
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:BCB78AB4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO MUNICIPAL Nº 211/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 211/2026

Súmula: Estabelece valor referencial por alqueire para fins de avaliação de imóveis rurais sujeitos à incidência do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis – ITBI, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 35 e 38 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional;
CONSIDERANDO que a base de cálculo do ITBI corresponde ao valor venal do imóvel ou direito transmitido;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios objetivos e uniformes para subsidiar a avaliação dos imóveis rurais localizados no Município;
CONSIDERANDO os valores praticados no mercado imobiliário rural do Município e os estudos realizados pela Administração Municipal;
CONSIDERANDO o interesse da Administração Pública em conferir maior segurança jurídica, transparência e uniformidade aos procedimentos de avaliação para fins tributários;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido em R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) por alqueire o valor referencial dos imóveis rurais situados no território do Município de Sapopema/PR, para fins de avaliação e apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis – ITBI.

Art. 2º O valor estabelecido no art. 1º será utilizado como parâmetro de referência pela Administração Tributária Municipal na análise do valor de mercado dos imóveis rurais sujeitos à transmissão tributada pelo ITBI.

Art. 3º A utilização do valor referencial previsto neste Decreto deverá considerar as características específicas do imóvel, especialmente:

I – localização;
II – área total;
III – qualidade e aptidão das terras;
IV – condições de acesso;
V – topografia e características do solo;
VI – existência de recursos hídricos;
VII – existência e valor das benfeitorias;

VIII – aproveitamento econômico e produtivo;
IX – existência de restrições ambientais ou legais;
X – valores praticados em transações de imóveis rurais de características semelhantes.

Art. 4º O valor declarado pelo contribuinte no instrumento de transmissão será considerado para fins de apuração do ITBI, sem prejuízo da possibilidade de a Administração Tributária proceder à avaliação do imóvel quando existirem elementos concretos que indiquem incompatibilidade com o valor de mercado.

Art. 5º Verificada divergência relevante entre o valor declarado e o valor de mercado do imóvel, a autoridade fiscal competente poderá instaurar procedimento administrativo para apuração do valor venal, assegurados ao contribuinte o contraditório e a ampla defesa, na forma da legislação aplicável.

Art. 6º O valor previsto no art. 1º poderá ser atualizado ou revisto periodicamente pelo Poder Executivo, mediante estudos técnicos que demonstrem alteração dos valores praticados no mercado imobiliário rural.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Fazenda ou órgão equivalente, observada a legislação tributária vigente.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sapopema, 18 de agosto de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:76006D6D

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 212/2026

DECRETO Nº 212/2026

O Prefeito Municipal de Sapopema, Paulo Maximiano de Souza Junior, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal nº 336/1993 (Estatuto dos Servidores Municipais),

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder os 30 (trinta) dias Licença Prêmio por Assiduidade, em haver, a Servidora Sr.ª Noeli dos Santos Silva, matrícula nº 746-1, lotada no cargo de Auxiliar de dentista, referente ao Período aquisitivo de 05/06/2015 a 04/06/2020, Período de fluência de 18/08/2026 a 16/09/2026.

Art. 2º -Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sapopema, 18 de agosto 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:6815211B

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 213/2026

DECRETO Nº 213/2026

O Prefeito Municipal de Sapopema, Paulo Maximiano de Souza Junior, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.228/2020.

R E S O L V E

Art. 1º - Exonerar a Sr.ª Rosangela Aparecida Cordeiro Fofano, Matrícula nº 9424-1, nomeada pelo decreto nº 175/2026 para o exercício de cargo em comissão de Chefe de Saúde, a partir data de 19/08/2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sapopema, 18 de agosto de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:57598686

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI MUNICIPAL Nº 1694/2026

LEI MUNICIPAL Nº 1694/2026

Súmula: Institui o Abono Pecuniário de Desempenho Educacional aos Agentes de Desenvolvimento Infantil e professores da Rede Municipal de Ensino, vinculado aos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, e dá outras providências.

A **Câmara Municipal de Sapopema** – Estado do Paraná aprovou, e eu, PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JR, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:
LEI
Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Sapopema, especificamente aos Agentes de Desenvolvimento Infantil e Professores, o Abono Pecuniário de Desempenho Educacional no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais) que será pago em parcela única na folha de pagamento com competência agosto, destinado aos profissionais que contribuam para a melhoria dos resultados educacionais aferidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Parágrafo único. O abono de que trata esta Lei possui natureza excepcional e será concedido de acordo com os critérios, condições e limites estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º O Abono Pecuniário de Desempenho Educacional terá como finalidade:

I – incentivar a melhoria da qualidade do ensino público municipal;
II – reconhecer o esforço coletivo dos profissionais da educação na melhoria dos indicadores educacionais;
III – estimular a participação dos profissionais em ações de planejamento, acompanhamento e recuperação da aprendizagem;
IV – valorizar os profissionais do magistério da Rede Municipal de Ensino;

V – incentivar a redução das desigualdades de aprendizagem e a melhoria do desempenho dos estudantes.

Art. 3º Poderão receber o Abono Pecuniário de Desempenho Educacional:

I – professores integrantes do quadro efetivo do magistério municipal;
II – professores contratados temporariamente, desde que em efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino durante o período de avaliação, observados os requisitos estabelecidos nesta Lei;
III – Agentes de Desenvolvimento Infantil.

Art. 4º O pagamento do abono será realizado em parcela única.

Art. 5º Não fará jus ao abono o profissional que, no período de referência:

I – estiver afastado sem remuneração;
II – tiver sofrido penalidade disciplinar definitiva incompatível com a percepção do benefício, nos termos da legislação municipal;
III – não cumprir o período mínimo de efetivo exercício estabelecido em regulamento;

Art. 6º O Abono Pecuniário de Desempenho Educacional:

I – não será incorporado aos vencimentos ou proventos;
II – não servirá de base de cálculo para quaisquer outras vantagens, gratificações ou adicionais;
III – não constituirá direito adquirido à percepção em exercícios posteriores;
IV – será devido exclusivamente quando atendidas as condições previstas nesta Lei.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal indicada em Lei separada, com recursos da educação, observada a legislação aplicável e a disponibilidade financeira.

Art. 8º A concessão do abono fica condicionada à existência de prévia dotação orçamentária.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sapopema, 18 de agosto de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:2386AFE2

ADMINISTRAÇÃO GERAL
TERMO DE CANCELAMENTO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 78-2025

TERMO DE CANCELAMENTO

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 78-2025
Pregão nº 18/2025

Fica cancelado o 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 78-2025 Pregão nº 18/2025 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná do dia 23 de março de 2026 – ANO XV / Nº 3494 pg 438.

Motivo: Contratada não retornou o Termo Aditivo assinado.

Sapopema, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:6E98238B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 210/2026/SMSA

Torna público o Termo de Posse da servidora nomeada através da Portaria nº 203/2026.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, o Concurso Público Municipal, aberto pelo Edital nº 01/2023 publicado no dia 10 de julho de 2023;

CONSIDERANDO, o Edital de Homologação e Classificação Final publicado no dia 07 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO, o Edital de Convocação n° 09/2026 publicado no dia 13 de julho de 2026;

CONSIDERANDO, a Portaria n° 203/2026 publicada no dia 24 de julho de 2026;

CONSIDERANDO, o art. 17, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 397/2022;
RESOLVE:
Art. 1° Tornar público o Termo de Posse da servidora abaixo, devidamente aprovada no Concurso Público Municipal **nº 01/2023**.

TERMO DE POSSE
Ao décimo sétimo dia do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis), na Divisão de Recursos Humanos desta Autarquia Municipal, tomou posse no Cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** a servidora **JAQUELINE HARUMI HASHIMOTO**, portadora da Cédula de Identidade RG n° 8.XXX.XXX-4 e CPF n° 008.XXX.XXX-40, aprovada em Concurso Público sob o regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi, convocada pelo Edital nº 09/2026, de 10 de julho de 2026, do Concurso aberto pelo Edital nº 01/2023 de 10 de julho de 2023 e por este termo, comprometeu-se a cumprir fielmente com os deveres do cargo conforme contido na Lei Complementar nº 397/2022, Anexo II no qual é investida, bem como a observar as leis, normas e regulamentos.
E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, **Natanael Antônio Monteiro de Figueredo, Diretor-Geral** e pela Empossada.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE

Sarandi (PR), 17 de agosto de 2026.

NATANAEL ANTÔNIO MONTEIRO DE FIGUEREDO
Diretor-Geral
Decreto Nº 1263/2026

Publicado por:
Maiara Miranda
Código Identificador:1415B8C8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1184/2026

SÚMULA: Dispõe sobre criação do Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização, alinhado ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) que integra o Sistema de Ensino de Sarandi/PR e dá outras providências.

Carlos Alberto de Paula Júnior, Prefeito do Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o direito à educação e à prioridade absoluta da criança, nos termos da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990);

CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996) e as metas do Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº 13.005/2014), especialmente quanto à alfabetização na idade certa;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular BNCC, bem como o Currículo da Educação Municipal de Sarandi, que estabelecem a alfabetização e a leitura como eixos estruturantes da Educação Básica;

CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556/2023, e o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens;

CONSIDERANDO o Decreto 1136/2026 que institui a Política Municipal de Alfabetização, com ênfase no desenvolvimento da leitura, escrita, fluência e do raciocínio lógico-matemático, orientada pelos princípios da equidade e da garantia das aprendizagens, no âmbito do Município de Sarandi/PR;

CONSIDERANDO a Portaria nº 351, de 4 de agosto de 2023 que estabelece diretrizes e orientações para que os sistemas estaduais de avaliação estejam organizados de forma complementar ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e ofereçam subsídios para o monitoramento do CNCA;

CONSIDERANDO a Portaria nº 47, de 29 de setembro de 2023 que designa os articuladores da Renalfa do CNCA;

CONSIDERANDO a Portaria nº 62, de 15 de dezembro de 2023 que designa os articuladores municipais da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa) do CNCA e altera a Portaria nº 56, de 27 de novembro de 2023;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 296/2025 que institui o Programa Alfabetiza Sarandi;

CONSIDERANDO a instrução Normativa nº 004/2025, que estabelece as diretrizes básicas do Programa Alfabetiza Sarandi e orienta quanto aos critérios para os registros periódicos de acompanhamento individualizado das crianças e/ou estudantes regularmente matriculados nas Unidades Educacionais da Rede Pública de Ensino de Sarandi;

CONSIDERANDO a instrução Normativa nº 006/2025 – SMED, que dispõe sobre as diretrizes e os procedimentos para a implementação e o desenvolvimento do projeto "15 Minutos com a Leitura - Sarandi Lê!" na Rede Municipal de Ensino de Sarandi;

CONSIDERANDO instrução Normativa n° 11/2025 - SMED/Sarandi, quedispõe sobre a organização e a realização da Parada Pedagógica por Turma na Rede Municipal de Ensino de Sarandi, conforme Parecer do Conselho Municipal de Educação nº 95/2025;

CONSIDERANDO a instrução Normativa 12/2025 que regulamenta a ação “SMED com você na leitura: Sarandi Lê!”, desenvolvida com as turmas de 2º ano do Ensino Fundamental, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Instituir o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização, alinhado ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), que integra o Sistema de Ensino de Sarandi/PR, de caráter consultivo e pactuação de esforços para subsidiar a gestão das estratégias necessárias à consecução dos objetivos da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 2º O Comitê Estratégico constitui instância de discussão, articulação e fortalecimento das ações voltadas à implementação da Política Municipal de Alfabetização da Secretaria de Educação de Sarandi – Paraná, com a finalidade de assegurar a alfabetização das crianças na idade adequada, bem como promover a recomposição das aprendizagens em leitura, escrita, fluência e do raciocínio lógico-matemático nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 3º - O Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização atuará em conformidade com o Programa Alfabetiza Sarandi com o propósito de monitorar as ações, os dados e as evidências para assegurar que os estudantes atinjam a alfabetização plena ao final do segundo ano do Ensino Fundamental, atuando em alinhamento com as proposições do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada do Ministério da Educação.

Art. 4º - Constituem diretrizes para basilar a atuação do Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização:

•
Centralidade dos processos de ensino-aprendizagem e das necessidades das escolas;

•
Fomentar o direito à formação continuada dos professores e gestores educacionais que integram a rede municipal de ensino;

•
Monitoramento e acompanhamento contínuos da Política Municipal de Alfabetização no município;

•

Reconhecimento do papel importante que a Educação Infantil cumpre no processo de apropriação da linguagem escrita pelas crianças;

•
Reconhecimento da Secretaria de Educação como órgão executivo da Política Municipal de Alfabetização em conformidade com o CNCA;

•
Acompanhar, por meio de leitura dos protocolos de acompanhamento *in loco* e diálogos com a assessoria pedagógica da Secretaria de Educação, as ações pedagógicas voltadas à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, bem como à recomposição das aprendizagens dos estudantes que apresentem defasagens nos anos subsequentes;

•
Promover a cultura do acompanhamento sistemático dos indicadores educacionais relacionados à alfabetização;

•
Estimular a produção, a sistematização e a disseminação de experiências exitosas em alfabetização, favorecendo a troca de práticas entre as unidades escolares;

•
Subsidiar a Secretaria Municipal de Educação na formulação, revisão e aperfeiçoamento das políticas, programas e ações voltados à alfabetização, com base em dados, evidências e resultados educacionais;

•
Zelar pelo cumprimento das metas e estratégias estabelecidas na Política Municipal de Alfabetização, no Plano Municipal de Educação e nas demais normativas aplicáveis.

Art. 5º O Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização acompanhará, monitorará e analisará os indicadores de aprendizagem relacionados à alfabetização, bem como outros indicadores educacionais considerados relevantes para a avaliação da implementação e dos resultados da Política Municipal de Alfabetização, especialmente:
I – os resultados das avaliações internas e externas de alfabetização;
II – os indicadores de fluência em leitura;
III – os índices de frequência e participação dos estudantes;
IV – os dados de recomposição das aprendizagens;
V – os indicadores de formação continuada dos profissionais da educação;
VI – outros indicadores estratégicos definidos pelo Comitê, de acordo com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º - São princípios do Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização:
I - Trabalho colaborativo para garantir o direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas;
II - Gestão democrática e participativa;
III - Promoção da equidade educacional;
IV - Valorização das infâncias e suas singularidades;
V - Respeito à autonomia pedagógica do docente e das escolas.
Art. 7º - O Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização será composto pelos seguintes membros:

•
Secretária Municipal de Educação

•
Articulador Municipal do RENALFA

•
Formador Municipal da Educação Infantil

•
Formador Municipal do Ciclo de Alfabetização

•
Representante do NUFAPE;

•
Representante da assessoria pedagógica

•
Coordenação das equipes de ensino

•
Representante do Conselho Municipal de Educação

•
Representante do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado

•
Representante da Gestão Escolar

•
Representante de professor.

Art. 8º Os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização exercerão mandato de 2 (dois) anos, contados da data de sua designação, sendo permitida uma única recondução por igual período, mediante novo ato de designação pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único: A substituição de qualquer membro, durante a vigência do mandato, ocorrerá por meio de novo ato de designação, cabendo ao substituto completar o período remanescente do mandato.

Art. 9º Os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização reunir-se-ão, preferencialmente, de forma presencial, podendo as reuniões ser realizadas por videoconferência ou por outro meio tecnológico que possibilite a comunicação simultânea entre os participantes, sempre que as circunstâncias assim recomendarem.
Parágrafo único: As reuniões realizadas por meio virtual terão a mesma validade das reuniões presenciais para fins de discussão, deliberação, registro e encaminhamento das ações definidas pelo Comitê.

Art. 10° - O Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado em razão de demanda específica, observando cronograma previamente definido e divulgado por meio de documento oficial da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11º - A participação dos membros do Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 12º As reuniões do Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização serão registradas em ata, a qual deverá conter, de forma clara e objetiva, a data, o horário, o local da reunião, a relação dos participantes, a pauta discutida, as deliberações, os encaminhamentos definidos e, quando houver, os responsáveis e os respectivos prazos para execução das ações.
Parágrafo único. As atas deverão ser arquivadas pela Secretaria Municipal de Educação, de forma física ou digital, constituindo instrumento de registro, acompanhamento e memória institucional das ações desenvolvidas pelo Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 13º - O Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização elaborará, ao final de cada exercício, relatório anual de monitoramento e avaliação da implementação da Política Municipal de Alfabetização, contendo, no mínimo:
I – a análise das ações desenvolvidas no período;
II – a avaliação do cumprimento das metas e estratégias estabelecidas;
III – os avanços alcançados e os resultados obtidos;
IV – os desafios e as fragilidades identificados durante a execução da política;

V – a análise dos indicadores de aprendizagem e demais evidências que subsidiem o acompanhamento da política; e
VI – recomendações e propostas de aprimoramento para o planejamento e a execução das ações no exercício subsequente.
Parágrafo único. O relatório anual servirá como instrumento de monitoramento, avaliação, transparência e planejamento, subsidiando a tomada de decisões e o aperfeiçoamento contínuo da Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi.

Art. 14º - Os casos omissos decorrentes da aplicação deste Decreto serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, ouvidos, quando necessário, o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização e o Conselho Municipal de Educação, observada a legislação vigente.

Art. 15º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 10 de julho de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego William Sanches
Código Identificador:878ACC75

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0007/2026 CONTRATO N° 348/2026 ID: 10980

ORIGEM:	**Pregão Eletrônico nº 9-0007/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**BRASILBUS TRANSPORTES LTDA**
CNPJ/CPF:	**52.739.501/0001-98**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar diário de alunos da rede pública de ensino, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação do Município de Sarandi/PR.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 608.438,40 (seiscentos e oito mil e quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos)..**
VIGÊNCIA:	**19 de agosto de 2026 a 18 de agosto de 2027.**
ASSINATURA:	**7 de agosto de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
PrefeitoMunicipal

Publicado por:
Fernanda Dos Santos Nascimento
Código Identificador:2C908FEE

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES CONVOCAÇÃO DE SUPLENTES DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

CHAMAMENTO PUBLICO Nº 03/2025
A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SARANDI, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento à decisão administrativa proferida pela autoridade competente com fundamento no Parecer Jurídico nº 719/2026 e 725/2026, torna pública a CONVOCAÇÃO DOS MEMBROS SUPLENTES DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA, constituída para análise e julgamento das propostas técnicas da Concorrência Pública nº 07/2026, cujo objeto é a contratação de serviços de publicidade e propaganda.
A presente convocação decorre da necessidade de recomposição da Subcomissão Técnica, mediante substituição de dois de seus membros titulares, conforme orientação da Procuradoria Jurídica Municipal, preservando-se a regularidade, a imparcialidade e o sigilo do julgamento técnico.
Assim, observada a ordem de classificação estabelecida na Portaria nº 2.378/2026, ficam convocados os seguintes suplentes:
THUANE CASSITAS GOULART – 4º lugar (suplente);
GABRIEL SEIJI ARAY – 5º lugar (suplente).
Os convocados deverão comparecer para julgamento técnico das Propostas Técnicas recebidas na Primeira Sessão Pública da Concorrência Pública nº 07/2026 no local, data e horário:
Data: 24 de agosto de 2026.
Horário de abertura da Sessão de Análise da Subcomissão Técnica: às 09:00 horas.
Local: Sala de Reuniões e Licitações, na rua José Emiliano de Gusmão, 575 — Sobreloja — Centro — Sarandi/PR.
Conforme item 34.1 do edital do chamamento público nº 03/2025 “o selecionado não poderá se recusar a atender a Administração no que se refere ao objeto deste Credenciamento, o interessado devera justificar e comunicar por escrito a Secretaria Municipal de Administração em até 3 (três) dias úteis da realização do processo Licitatório para seleção de agência de publicidade e propaganda para a prestação de serviços de comunicação social ao Município de Sarandi, acerca da sua impossibilidade de julgamento das proposta técnicas da licitação, ocasião em que será convocado o respectivo suplente.” O edital completo poderá ser obtido no site: http:/www.sarandi.pr.gov.br: Portal da Transparência do Município e pelo e-mail: cpl@sarandiprgov.br ou retirado no departamento de Licitações Compras e Patrimônio.
A atuação dos membros da Subcomissão Técnica permanecerá submetida às disposições da Lei Federal nº 12.232/2010, da Lei Federal nº 14.133/2021, do Edital e demais normas aplicáveis, especialmente quanto à manutenção do sigilo e da confidencialidade das propostas técnicas.
A Subcomissão Técnica, uma vez recomposta, dará prosseguimento aos trabalhos de avaliação das propostas técnicas, observando-se o procedimento de julgamento cego e anônimo, sem acesso às informações que permitam identificar a autoria das propostas, conforme determinado no Parecer Jurídico nº 719/2026.
A convocação dos suplentes observa a ordem de classificação previamente estabelecida pela Portaria nº 2.378/2026, não sendo necessária a realização de novo sorteio ou a reabertura do prazo previsto no art. 10, § 4º, da Lei nº 12.232/2010, conforme orientação jurídica.
Sarandi/PR, 18 de agosto de 2026.

JÉSSICA GONÇALVES CASTIONE JAGAS
Presidente da Comissão de Contratação
Município de Sarandi/PR

Publicado por:
Jessica Goncalves Castione Jagas
Código Identificador:4436CF06

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH DECRETO N.º1281/2026

SÚMULA: Nomeia EDIMILSON JOSE DE MOURA para o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005 de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado **EDIMILSON JOSE DE MOURA**, portador da Cédula de Identidade, RG. n.º X.078.XXXX-3 e inscrito no C.P.F. n.º XXX.091.XXX-94, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, Símbolo CC-3, subordinado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 18 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:FCDF8896

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º1282/2026

SÚMULA: Nomeia LUIZ GUSTAVO KNIPPELBERG MARTINS para o cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DO CENTRO DE APOIO AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005, de 27/05/2005.

D E C R E T A:
Art. 1º - Fica nomeado **LUIZ GUSTAVO KNIPPELBERG MARTINS**, portador da Cédula de Identidade, RG. n.ºXX.239.XXX-2 e inscrito no C.P.F. n.º XXX.574.XXX-25, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DO CENTRO DE APOIO AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, Símbolo CC-2, subordinado a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 18 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:120F54AE

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º1283/2026

SÚMULA: Nomeia CLAUDECIR BEZERRA para o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005 de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado **CLAUDECIR BEZERRA**, portador da Cédula de Identidade, RG. n.º X.375.XXXX-9 e inscrito no C.P.F. n.º XXX.409.XXX-17, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO, Símbolo CC-3, subordinado a Secretaria Municipal de Saneamento e Meio ambiente.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito a partir de 19 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 18 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:8003C513

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º1284/2026

SÚMULA: Nomeia RAI SOUZA DE OLIVEIRA para o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005 de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado **RAI SOUZA DE OLIVEIRA**, portador da Cédula de Identidade, RG. n.º X.024.XXXX-2 e inscrito no C.P.F. n.º XXX.020.XXX-65, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, Símbolo CC-4, subordinado a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito a partir de 19 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 18 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:7B6E3A3B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º1285/2026

SÚMULA: Nomeia AURENIL GUTIERRES BARRINOVO para o cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005, de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado **AURENIL GUTIERRES BARRINOVO**, portador da Cédula de Identidade, RG. n.ºXX.817.XXX-7 e inscrito no C.P.F. n.º XXX.651.XXX-53, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, Símbolo CC-4, subordinado a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito a partir de 19 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 18 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:26D37A08

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N° 2424/2026

REPUBLICAÇÃO

SÚMULA: Revoga gratificação, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei 10/1992 e Lei 1096/2004.

RESOLVE:

Art. 1º – Fica revogado a gratificação concedida à(s) servidora(s) abaixo, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, vinculada(s) à função de Merendeira, subordinadas à Secretaria

Municipal de Educação, na Rede Municipal de Ensino, conforme as informações subsequentes:

TIPO DO ATO	N° DO ATO	ITEM	MATRÍCULA	NOME	A PARTIR DE (DATA)
PORTARIA	2188/2026	1	6523	ELAINE MULLER	20/07/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir da data de cada respectivo servidor(a).

PAÇO MUNICIPAL, 28 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emanuel Bifon Marengoni
Código Identificador:C22EC2AA

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N° 2479/2026

SÚMULA: Concede Gratificação para atuar como Merendeira na Rede Municipal de Ensino.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei 1096/2004.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido gratificação mensal à(s) servidora(s) vinculada(s) à função de Merendeira, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, conforme as informações subsequentes:

MATRÍCULA	NOME	LOTAÇÃO	A PARTIR DE (DATA)
9098	MARIA LEONCIO DOS ANJOS ANGELO	Cei- Ver. Sebastião Câncio De Oliveira	21/07/2026

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir da data de cada respectivo servidor(a).

PAÇO MUNICIPAL, 17 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emanuel Bifon Marengoni
Código Identificador:ECAB6CF9

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N° 2480/2026

SÚMULA: Concede Gratificação para atuar como Merendeira na Rede Municipal de Ensino.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei 1096/2004.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido gratificação mensal à(s) servidora(s) vinculada(s) à função de Merendeira, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, conforme as informações subsequentes:

MATRÍCULA	NOME	LOTAÇÃO	A PARTIR DE (DATA)
9095	FLAVIA REGINA TARGINO	Esc.M. Olinda D. Pereira	03/08/2026

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir da data de cada respectivo servidor(a).

PAÇO MUNICIPAL, 17 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emanuel Bifon Marengoni
Código Identificador:13C6DFC9

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.° 2493/2026

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar 2859/2022

R E SO L V E:

Art. 1º Designar o servidor **JONATHAN HENRIQUE ARAUJO PAULINO,** matrícula 8825, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MASCULINO), lotado na Secretaria Municipal de Administração, para o desempenho da função de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA,** símbolo GEE-11.

Art. 2º Fica concedido ao servidor, conforme disposto no art. 19 da Lei Complementar 2859/2022, e seus anexos, uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento básico do cargo de Contador, a título de Função Gratificada.

Art. 3° Fica vedada a acumulação na remuneração de qualquer outra gratificação aos beneficiários de funções de confiança que não os especificados em Lei.

Art. 4º - Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 11 de agosto de 2026.

Sarandi, 17 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:4A3CAF45

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.° 2494/2026

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei 2859/2022.

R E SO L V E:

Art. 1º Designar a servidora **ROZELHA CRISTINA FIGUEIREDO PEDROZO,** matrícula 6371, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO), lotada na Secretaria Municipal de Administração, para o desempenho da função de **GESTOR DE BIOMETRIA,** símbolo GEE-08.

Art. 2º Fica concedido à servidora, conforme disposto no art. 16º da Lei 2859/2022, e seus anexos, uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento básico do cargo de Contador, a título de Função Gratificada.

Art. 3° Fica vedada a acumulação na remuneração de qualquer outra gratificação aos beneficiários de funções de confiança que não os especificados em Lei.

Art. 4º - Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 11 de agosto de 2026.

Sarandi, 17 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:294DDFE3

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2489/2026

SÚMULA: Nomeia Membros para comporem a Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços, composta pelas pessoas abaixo, com a finalidade de promover o recebimento, análise e encaminhamento ao seu destino, de materiais, produtos, equipamentos e serviços que o município vier a adquirir ou contratar.

Art. 2º A forma de contratação e/ou aquisição poderá ser por meio de Processo Licitatório, Dispensa, Inexigibilidade, Notas Fiscais, entre outros.

Art. 3º A comissão de recebimento de materiais e serviços abaixo representada corresponde a cada secretaria municipal.

Art. 4º O recebimento poderá ser atestado de forma individual por apenas um dos membros ou coletivo para realização do recebimento de materiais e serviços, onde deverão assinar as respectivas notas fiscais.

Art. 5º Os responsáveis pelo recebimento da Secretaria Municipal de **Meio Ambiente** serão:

Matrícula	Nome	CPF nº.
9807	**Franciele Pereira Goncalves**	054.XXX.279-XX
8124	**Igor Edson Leocadio Cartoni**	109.XXX.829-XX
2807	**Cicero Ricardo Duarte de Oliveira**	031.XXX.299-XX

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria N.º 2066/2026, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 17 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:56624129

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2490/2026

SÚMULA: Revoga a Portaria nº 240/2025, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da Lei Complementar 010/92, do Estatuto dos Servidores do Município de Sarandi.

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar, em todo o seu teor, a Portaria de Nº 240/2025 de 30 de janeiro de 2025, que concedia ao servidor municipal **ELEIDE DOS SANTOS CONARTIOLI**, matrícula 7488, cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO), gratificação Mensal de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento básico do cargo de Contador, para o desempenho da função de **MEMBRO DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS, OBRAS E SERVIÇO,** símbolo GEE-06, na Secretaria Municipal de Urbanismo.

Art. 2º Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 17 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:A4FAD015

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2491/2026

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar 10/92 e 2859/2022.

R E SO L V E:

Art. 1º Designar a servidora **FRANCIELE PEREIRA GONCALVES,** matrícula 9807, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO), lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para o desempenho da função de **MEMBRO DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS, OBRAS E SERVIÇOS,** símbolo GEE - 06.

Art. 2º Fica concedido ao servidor, conforme disposto no art. 14 da Lei 2859/2022, uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento básico do cargo de Contador, a título de Função Gratificada.

Art. 3° Fica vedada a acumulação na remuneração de qualquer outra gratificação aos beneficiários de funções gratificadas que não os especificados em Lei.

Art. 4º- Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 17 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:FA6E9F2E

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2492/2026

SÚMULA: Revoga a Portaria nº 1608/2026, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da Lei Complementar 010/92, do Estatuto dos Servidores do Município de Sarandi.

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar, em todo o seu teor, a Portaria de Nº 1608/2026 de 09 de janeiro de 2026., que concedia ao servidor municipal **JONATHAN HENRIQUE ARAUJO PAULINO,** matrícula 8825, cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MASCULINO), gratificação Mensal de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento básico do cargo de Contador, para o desempenho da função de **GESTOR DE BIOMETRIA**, símbolo GEE-08, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de agosto de 2026.

Sarandi, 17 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:7EF9192D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA 08/2026

Sarandi, 18 deagosto de 2026.

Ata de Registro de Preço nº. 4/2025, ID 10209, Pregão Eletrônico nº 9-0053/2024.
Empresa: AMÉRICA DISTRIBUIDORA DE CARNES LTDA
CNPJ: 27.xxx.xxx/0001-40
Representante Angelita Aldana da Silva
Objeto: Registro de preços para aquisições de CARNES (bovina, frango, suína, peixes) e frios, para atender à demanda do Município de Sarandi/PR.

Ilma. Senhora: **Angelita Aldana da Silva**

A Secretaria Municipal de Educação, por meio de sua Gestora de Contratos, Bruna Justo Guiomar, designada pela Portaria nº 2306/2026, vem, promover a **NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**,no exercício das atribuições que lhe foram conferidas, vem, por meio da presente, promover a **NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**da empresa **AMÉRICA DISTRIBUIDORA DE CARNES LTDA**, na pessoa de sua representante legal, **Sra. Angelita Aldana da Silva**, acerca das ocorrências relatadas quanto à qualidade dos produtos fornecidos no âmbito da **Ata de Registro de Preços nº 4/2025**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 9-0053/2024**, conforme fatos e fundamentos a seguir expostos.

DOS FATOS

CONSIDERANDOque em **17 de agosto de 2026**, a Gestão de Contratos recebeu o **Ofício nº 35/2026**, encaminhado pela Fiscal do Contrato, por meio do qual foram comunicadas ocorrências relatadas por unidades escolares da rede municipal de ensino acerca de possíveis desconformidades na qualidade dos produtos fornecidos pela empresa **AMÉRICA DISTRIBUIDORA DE CARNES LTDA.**, especialmente quanto à **presença de excesso de gordura, pelancas e, em determinadas situações, odor inadequado durante o preparo**.

CONSIDERANDOque oreferido expediente foi acompanhado de **registros fotográficos destinados a subsidiar a apuração das ocorrências pela fiscalização**.

CONSIDERANDOque Os fatos relatados demandam esclarecimento da fornecedora, especialmente porque as características apontadas devem ser confrontadas com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e assumidas pela empresa quando da contratação.

DOS PRODUTOS E DAS ESPECIFICAÇÕES CONTRATADAS

As ocorrências relatadas dizem respeito, especialmente, aos seguintes produtos:

ITEM 2 – CÓDIGO 39724 – CARNE BOVINA CONGELADA – COXÃO MOLE

Conforme estabelecido no Termo de Referência, o produto consiste em **carne bovina congelada: coxão mole, sem gordura e similares, cor avermelhada e cheiro característico do produto**, podendo ser solicitado em cubos pequenos, tiras ou bifes.

O produto deverá ser acondicionado em embalagens de, no máximo, 2 (dois) kg. A embalagem deverá informar o local de origem do produto, peso, data de embalagem, data de validade de no mínimo 2 (dois) meses e registro no Serviço de Inspeção Municipal – SIM, Estadual – S.I.P. e/ou Federal – S.I.F.

Os produtos deverão obrigatoriamente ser transportados sob refrigeração **não superior a -10ºC**.

ITEM 3 – CÓDIGO 39738 – CARNE BOVINA – PATINHO MOÍDO

Conforme estabelecido no Termo de Referência, o produto consiste em **carne bovina, corte patinho, moída, aspecto in natura, conservação congelada, cor vermelha brilhante, com o máximo de 10% de gordura, odor e sabor próprios**, sendo isenta de sujidades e quaisquer materiais estranhos que comprometam sua qualidade.

A embalagem deverá informar o local de origem do produto, peso, data de embalagem, data de validade de no mínimo 2 (dois) meses no ato da entrega e registro do órgão competente – SIM, S.I.P. e/ou Federal – S.I.F.

Os produtos deverão ser obrigatoriamente transportados sob refrigeração **não superior a -10ºC**.

DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA FORNECEDORA

A **Cláusula XI – Obrigações do Fornecedor**, da Ata de Registro de Preços nº 4/2025, estabelece que a fornecedora deve cumprir todas as obrigações constantes da Ata e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Entre as obrigações assumidas, destacam-se:

11.2– responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.4– atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação solicitado;

11.5– reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.6– responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

DA APURAÇÃO DA POSSÍVEL DESCONFORMIDADE

Os fatos relatados pela fiscalização, acompanhados dos respectivos registros, demandam esclarecimento quanto à qualidade dos produtos fornecidos e à sua conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

No caso do **Item 2 – Coxão Mole**, a especificação contratual determina expressamente que o produto seja fornecido **"sem gordura e similares"**.

Quanto ao **Item 3 – Patinho Moído**, a especificação estabelece que o produto deve apresentar **máximo de 10% de gordura**, além de odor e sabor próprios.

Dessa forma, a eventual confirmação de fornecimento de produtos com características incompatíveis com aquelas estabelecidas no Termo de Referência poderá caracterizar descumprimento das especificações contratadas e das obrigações assumidas pela fornecedora.

Quanto aos relatos relacionados a **odor inadequado**, a Administração deverá considerar, para fins de apuração, as condições do produto no momento do recebimento, armazenamento, conservação e preparo, não sendo possível, nesta fase, estabelecer antecipadamente a causa ou atribuir responsabilidade definitiva à fornecedora.

Assim, a presente notificação possui caráter **administrativo, preventivo e instrutório**, destinando-se à apuração dos fatos, à obtenção de esclarecimentos da fornecedora e à adoção das providências necessárias à adequada execução da Ata de Registro de Preços.

DA NOTIFICAÇÃO E DAS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS

Diante do exposto, fica a empresa **AMÉRICA DISTRIBUIDORA DE CARNES LTDA.**formalmente **NOTIFICADA**para que, no prazo

de **03(três) dias úteis**, contados do recebimento desta notificação, apresente manifestação formal contendo:

I –esclarecimentos acerca dos relatos de possível excesso de gordura, presença de pelancas e odor inadequado nos produtos fornecidos;

II –informações sobre os procedimentos adotados pela empresa para controle de qualidade das carnes fornecidas ao Município;

III –informações acerca dos procedimentos de seleção, corte, moagem, acondicionamento, armazenamento, conservação e transporte dos produtos;

IV –esclarecimentos quanto às medidas adotadas para garantir o cumprimento integral das especificações estabelecidas para os Itens 2 e 3;

V –indicação das medidas corretivas e preventivas que serão adotadas para evitar eventual repetição das ocorrências;

VI –apresentação de documentos, registros, controles de qualidade, laudos ou outros elementos que a empresa entenda pertinentes ao esclarecimento dos fatos;

VII –caso a empresa reconheça a ocorrência de alguma desconformidade, ou identifique, a partir dos elementos apresentados, circunstância que possa ter contribuído para os fatos relatados, informar as providências corretivas e preventivas que serão adotadas, inclusive quanto à substituição dos produtos, quando cabível e determinada pela fiscalização.

DAS EVENTUAIS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

A presente notificação **não constitui aplicação de penalidade**, tampouco representa conclusão antecipada acerca da responsabilidade da empresa pelos fatos relatados.

A finalidade desta medida é possibilitar o esclarecimento dos fatos, permitir a adoção de providências corretivas e assegurar a adequada continuidade da execução da Ata de Registro de Preços.

Caso, após a análise dos esclarecimentos apresentados e dos demais elementos constantes do procedimento administrativo, sejam identificadas condutas que caracterizem descumprimento das obrigações assumidas, a Administração poderá adotar as providências previstas na legislação, no Edital do **Pregão Eletrônico nº 9-0053/2024**, no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços nº 4/2025.

O Edital, em seu **item 92**, estabelece as infrações administrativas aplicáveis, enquanto os **itens 93 e seguintes**estabelecem as sanções cabíveis, observada a garantia da prévia defesa.

Nos termos do **item 105 do Edital**, a aplicação das sanções previstas não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município, quando comprovados.

Eventual aplicação de sanção administrativa observará o **contraditório, a ampla defesa, a proporcionalidade e o devido processo legal**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**e das disposições previstas no instrumento convocatório.

DA CONTINUIDADE DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização continuará acompanhando as entregas realizadas pela fornecedora, especialmente quanto ao atendimento das especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

A empresa deverá assegurar que os produtos fornecidos durante a vigência da Ata estejam em plena conformidade com as características, padrões de qualidade, condições de acondicionamento, conservação, validade e transporte estabelecidos na contratação.

Constatada eventual desconformidade em futuras entregas, poderão ser adotadas as providências previstas na Ata de Registro de Preços, incluindo a determinação de correção ou substituição dos produtos, sem prejuízo de eventual apuração administrativa, caso cabível.

PRAZO E DO ENCAMINHAMENTO DA MANIFESTAÇÃO

A manifestação deverá ser apresentada no prazo de **03(três) dias úteis**, contado do recebimento desta notificação, acompanhada dos documentos que a empresa entender pertinentes.

A ausência de manifestação no prazo estabelecido será registrada no procedimento administrativo e poderá ensejar o prosseguimento da apuração com os elementos disponíveis, **sem prejuízo da observância das garantias legais aplicáveis**.

Em sendo o caso, apresente notificação será juntada ao respectivo processo administrativo para fins de registro, acompanhamento da execução contratual e eventual adoção das providências cabíveis.

A presente notificação não impede que a Administração, no exercício de suas atribuições de fiscalização, solicite posteriormente informações ou documentos complementares que se mostrem necessários à adequada apuração dos fatos.

Desse modo, diante da situação exposta, solicitamos o cumprimento do contrato em sua integralidade e concedemos o prazo de**3(três) dias úteis**, contado do recebimento desta notificação, para manifestação e regularização.

Atenciosamente,

PAULO CEZAR FLORINDO
Secretário Municipal de Educação
Decreto Nº 1201/2026

BRUNA JUSTO GUIOMAR
Gestora de Contrato
Portaria Nº 2306/2026

Publicado por:
Juliana Hilaria de Lima Lopes
Código Identificador:B1A25512

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20260811_187359

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 28/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AOF9G27	284610CND0000931	25/07/2026	50450
BEF4C91	116100T002190208	28/07/2026	55411
GBM3J75	284610T000012235	06/08/2026	51851

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:44441A04

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20260811_187418

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 28/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AFM2D53	284610M000291166	04/08/2024	60503	R$ 293,47
AKD0142	284610M000219672	14/11/2022	60503	R$ 293,47
AUK2I42	284610M000239314	15/05/2023	60503	R$ 293,47
UBO6E04	284610M000353977	20/03/2026	56732	R$ 130,16

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:94E6E834

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20260813_187609

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 02/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AHY3H99	284610T000010698	02/06/2026	76842	R$ 130,16
AHY3H99	284610T000010697	02/06/2026	73400	R$ 130,16
AJZ3572	284610M000357954	22/05/2026	56732	R$ 130,16
AMC8E83	284610T000010087	02/06/2026	76842	R$ 130,16
ARU6E94	284610T000010084	02/06/2026	52070	R$ 88,38
ASM8C24	284610M000357795	19/05/2026	56732	R$ 130,16
ASW8B42	284610M000357743	18/05/2026	56732	R$ 130,16
ATC8J35	284610T000001182	04/06/2026	73400	R$ 130,16
AUY9G06	284610M000357773	19/05/2026	56732	R$ 130,16
AZB5E77	284610T000000391	30/05/2026	76842	R$ 130,16
BAT6637	284610M000357833	20/05/2026	56732	R$ 130,16
BBU5I35	284610T000010678	02/06/2026	53800	R$ 130,16
BCX4D68	284610T000010090	02/06/2026	76842	R$ 130,16
CEH3F49	284610M000357862	20/05/2026	56732	R$ 130,16

CLT0E05	284610T000001568	03/06/2026	54600	R$ 130,16
CMS0G60	284610M000357736	18/05/2026	56732	R$ 130,16
DGC2I78	284610M000357744	18/05/2026	56732	R$ 130,16
DIR9D14	284610M000357796	19/05/2026	56732	R$ 130,16
DOB5548	284610T000010741	04/06/2026	76842	R$ 130,16
EKC2F52	284610T000010648	02/06/2026	76842	R$ 130,16
FMH4A01	284610M000357982	22/05/2026	56732	R$ 130,16
MGT1736	284610M000357771	19/05/2026	56732	R$ 130,16
MTG5962	284610M000357731	17/05/2026	56732	R$ 130,16
RCJ2B57	284610T000007291	25/05/2026	73400	R$ 130,16
SEA1A30	284610M000357837	20/05/2026	56732	R$ 130,16
SEH5B05	284610T000010720	03/06/2026	76842	R$ 130,16
SFA4I69	284610M000357960	22/05/2026	56732	R$ 130,16
SFI4B83	284610T000010744	04/06/2026	73400	R$ 130,16
SFI4B83	284610T000010745	04/06/2026	76842	R$ 130,16
TAJ5D80	284610T000006336	30/05/2026	73400	R$ 130,16
TAJ5D80	284610T000006337	30/05/2026	76841	R$ 130,16
TAM3C58	284610T000007295	02/06/2026	73400	R$ 130,16
UBR7J63	284610M000357770	19/05/2026	56732	R$ 130,16

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:EA18AC05

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20260814_187675

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 05/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ADZ0446	284610M000357899	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AJV4625	284610M000357858	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AKM9719	284610M000357928	21/05/2026	60503	R$ 293,47
BDJ7H96	284610T000010643	02/06/2026	51851	R$ 195,23
CZI7G28	284610M000357915	21/05/2026	60503	R$ 293,47
HLN1362	284610M000357988	22/05/2026	60503	R$ 293,47
NVL2A00	284610M000357573	16/05/2026	60503	R$ 293,47
SDT2J26	284610M000357961	22/05/2026	60503	R$ 293,47
TEL7J26	284610M000357654	17/05/2026	60503	R$ 293,47
TXA1J88	284610M000357378	12/05/2026	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:269F4F5D

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento às determinações contidas no §4º do artigo 135 da Lei Complementar nº 408/2022, de 06/06/2022, do Plano Diretor Municipal, faz saber a quem possa interessar que fará realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA** no local, data e horário abaixo indicados, para a apresentação e discussão do Projeto de Lei de Ocupação do Solo.

LOCAL: Plenário da Câmara Municipal de Sarandi, na Avenida Maringá, 660 - Centro.

DATA: 02 de setembro de 2026 (quarta-feira).

HORÁRIO: 14:00 horas.

PAÇO MUNICIPAL, 18 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Malvezi de Oliveira
Código Identificador:45674819

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2026
(Processo Licitatório n.º 170/2026)

OBJETO: Compra aquecedores, um drone, esteriomicroscopio binocular, microscópio biológico bi ocular, projetor multimídia, coletor de dados moveis, termômetro digital, pellet e estrados e potes de coleta de amostras destinados a execução das atividades técnicas e operacionais do Programa de Vigilância em Saúde – Provigia.

VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 48.536,48 (Quarenta e oito mil quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço UNITÁRIO por lote.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 13h00min do dia 08 de setembro de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 13h00min do dia 08 de setembro de 2026.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 13h30min do 08 de setembro de 2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (bllcompras.com)

Informações Gerais: O Edital e suas alterações encontram-se à disposição dos interessados por meio do site www.senges.pr.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas mediante telefone (43) 3567-1400 ou no endereço eletrônico: deptolicitacao@senges.pr.gov.br.

18/08/2026

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:293BE376

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 057/2026

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a dispensa de licitação abaixo especificada:

Objeto: contratação de empresa especializada para o fornecimento de Formula infantil de seguimento para crianças de primeira infância, 800g indicada para crianças de 1 a 3 anos de idade, destinado ao atendimento da demanda da secretaria da saúde (SUS) que necessitam de alimentação especial, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Saúde, através de Dispensa de Licitação, fixando seu preço máximo total em **R$ 2.189,40 (dois mil e cento e oitenta e nove reais e quarenta centavos).**

Autorizo a Dispensa supracitada, nos termos do artigo 75, inciso II da Lei n.º 14.133/21.

Sengés, 18 de Agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:D1B1789E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 186, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3388/2025 de 18/12/2025.

Decreta:			
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$23.700,00 (vinte e três mil e setecentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.			
Suplementação			
05		DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
05.020		DIVISAO DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCACAO INFANTIL	
05.020.12.361.0005.2.035		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
97 - 4.4.90.52.00.00	1102	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
10		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	
10.070		DIVISAO DE INTEGRACAO AO TRABALHO E RENDA	
10.070.11.334.0018.2.084		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE INTEGRACAO AO TRABALHO E RENDA	
392 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	3.700,00
Total Suplementação:			23.700,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
05		DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
05.030		DIVISAO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
05.030.12.361.0005.2.044		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE ESCOLAR	
115 - 3.3.90.33.00.00	1102	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	20.000,00
10		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	
10.070		DIVISAO DE INTEGRACAO AO TRABALHO E RENDA	
10.070.11.334.0018.2.084		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE INTEGRACAO AO TRABALHO E RENDA	
393 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
396 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.700,00
Total Redução:			23.700,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Santo Soriani", 18 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Henrique Zanoni
Código Identificador:72B81939

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 046/2026

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 046/2026
COMPRAS.GOV.BR Nº 987905-8/2026
Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Sertanópolis, por meio da Coordenadoria Geral de Licitações, sediada Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira nº 342, centro, Sertanópolis, Estado do Paraná, CEP: 86.170-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 055/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital no **dia 04 de setembro de 2026, às 09h00min** no endereço eletrônico: www.gov.br/compras o recebimento das propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 044/2026 na modalidade Pregão Eletrônico. Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico supracitado e/ou e-mail: compras@sertanopolis.pr.gov.br. **Objeto da Licitação:** Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, com cadastro junto à COPEL, para futura e eventual prestação de serviços com fornecimento de materiais, equipamentos e elaboração de projetos executivos, com o objetivo de ampliar e manter a rede de média e baixa tensão, iluminação pública e demais serviços com base nas unidades de serviço (us) determinadas nos manuais de instruções técnicas (mit) da COPEL.

Sertanópolis, 18 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ANDRÉ SOLANO SOUTO
Coordenador Geral de Licitações

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:8569087B

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 209/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 209/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: GASPAROTO & GUILLEN COMERCIO DE MOVEIS LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS CELULARES PARA USO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO.
VALOR: 4.700,00(QUATRO MIL E SETECENTOS REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 18 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:3CA53E62

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2026 AUXÍLIO TRANSPORTE PARA DESLOCAMENTO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E DE NÍVEL TÉCNICO PRESENCIAL FORA DO DOMICÍLIO

CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2026
AUXÍLIO TRANSPORTE PARA DESLOCAMENTO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E DE NÍVEL TÉCNICO PRESENCIAL FORA DO DOMICÍLIO

O MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, CNPJ n.° 76.245.034/0001-08, através de sua Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento de Auxílio-Transporte, torna pública a presente Chamada Pública visando convocar estudantes universitários e de nível técnico, de ensino presencial, que tenham por objetivo o deslocamento do Município de Sertanópolis para instituições de ensino em outros Municípios, nos termos da Lei Municipal n.º 2.138/2013. Os interessados deverão apresentar a documentação para inscrição de **24.08.2026 a 11.09.2026**, **no Departamento de Educação** - Prefeitura Municipal de Sertanópolis, localizada na Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira n.º 1107 - B, Sertanópolis – PR, no período das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00. Os interessados poderão retirar o Edital no mesmo local e no mesmo período.

1. DO OBJETO:
1.1. O objeto deste edital é o chamamento público de estudantes universitários e de nível técnico, de ensino presencial, que tenham por objetivo o deslocamento do Município de Sertanópolis para instituições de ensino em outros Municípios.

2. DATA, LOCAL E HORA PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES
2.1. Os interessados deverão apresentar a documentação para inscrição de, no Departamento de Educação, localizada na Avenida dr. Vacyr Gonçalves Pereira n.º 1107 - B, Sertanópolis – PR, no período das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00.

3. ENVELOPE – HABILITAÇÃO
3.1. Os proponentes deverão apresentar os seguintes documentos:
3.1.1 cópia do RG e CPF do aluno;
3.1.2 comprovante de residência civil do aluno (contrato de locação, conta de água, conta de energia elétrica, conta telefônica ou qualquer outro documento apto a comprovar residência no Município há, pelo menos, três anos;

3.1.3 comprovante de votação do aluno nas eleições 2022 e 2024 ou Certidão da Justiça Eleitoral com o mesmo teor;

3.1.4 comprovante de matrícula no ensino técnico ou superior, na forma presencial em estabelecimento de ensino fora do Município de Sertanópolis, acompanhado de comprovante de aproveitamento escolar satisfatório;

3.1.5 comprovação de renda familiar não superior a **05 (cinco)** salários mínimos, acompanhada de DECLARAÇÃO de que não possui recursos suficientes para custear os estudos sem prejuízo de seu próprio sustento, com indicação do endereço da residência para avaliação pelo Assistente Social do Município;

3.1.6 comprovante de existência de conta bancária em favor do estudante no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

4. INFORMAÇÕES GERAIS DO PROGRAMA
4.1 O Programa Municipal de Auxílio-Transporte – PROTRANS se destina a beneficiar estudantes comprovadamente e regularmente matriculados em instituições particulares e pública de ensino de nível superior e técnico, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC ou Secretaria Estadual de Educação.

4.2 O valor do auxílio será de **ATÉ R$ 740,00 (setecentos e quarenta reais)** para o **segundo semestre** do ano de 2026, em uma única parcela, em sendo concedido ao estudante que preencha os requisitos do presente Edital.

4.2.1 O Executivo Municipal poderá proceder a uma revisão do valor do benefício em caso de queda acentuada na arrecadação ou aumento significativo e justificado das despesas.

4.3 O repasse dos valores correspondentes ao auxílio-transporte será realizado mediante transferência bancária em favor do estudante, na conta bancária que o mesmo indicar formalmente, e será realizado até o dia 10 (dez) do mês seguinte à competência.

4.4 O Auxílio-Transporte será concedido somente a estudantes residentes no Município de Sertanópolis durante o período de aulas, observados os seguintes critérios:

4.4.1 possuir domicílio civil e eleitoral no município de Sertanópolis há, no mínimo, 03 (três) anos;

4.4.2 estar freqüentando o ensino técnico ou o superior na forma presencial em estabelecimento de ensino fora do Município de Sertanópolis;

4.4.3 ter renda familiar não superior a 05 (cinco) salários mínimos, e não ter, a família, recursos suficientes para custear os estudos, de acordo com o critério sócio econômico a ser avaliado por assistente social do Município.

4.5 A seleção dos candidatos a serem beneficiados pela ajuda financeira será realizada pela Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento de Auxílio-Transporte, constituída pelo Diretor do Departamento de Educação, Diretor do Departamento de Assistência Social e 01 (um) servidor público do Poder Executivo, 03 (três) membros indicados pelo Conselho de Educação.

4.5.1 A Comissão selecionará os candidatos, elaborará a lista dos candidatos classificados; e realizará procedimentos para verificação de eventuais irregularidades na concessão de Auxílio-Transporte que possam comprometer a lisura do processo e a integridade do Programa.

4.5.2 Das decisões proferidas pela referida Comissão caberá recurso ao Prefeito, no prazo de 03 (três) dias, após sua publicação.

4.5.3 Após a conclusão do processo de seleção, a Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento de Auxílio-Transporte submeterá ao Gabinete do Prefeito o processo conclusivo para homologação com cópia para a Secretaria Municipal de Administração e para a Câmara Municipal de Vereadores.

4.6 Após a concessão do auxílio financeiro, este somente será mantido se forem atendidas as seguintes condições:

4.6.1 comprovação, a ser realizada bimestralmente, através de documento emitido pela instituição de ensino superior, de que o beneficiário está com freqüência mensal às aulas em percentual mínimo de 75% (setenta e cinco por cento);

4.6.2 comprovação bimestral da manutenção do domicílio e residência no Município de Sertanópolis;

4.6.3 comprovação semestral da situação financeira do beneficiário e sua família;

4.6.4 comprovação de aproveitamento satisfatório, que será realizado semestralmente, através da apresentação do boletim de notas, tendo como critério a média de aproveitamento fixado pela instituição de ensino superior.

4.7 O Auxílio-Transporte será automaticamente cancelado nos seguintes casos:

4.7.1 repasse do benefício para terceiros;

4.7.2 o beneficiário ou seus responsáveis adquirirem capacidade financeira suficiente para manutenção dos estudos ou se for ultrapassado o teto de renda estabelecido na Lei;

4.7.3 quando o beneficiário desistir, cancelar ou trancar a matrícula do curso, bem como se for reprovado;

4.7.4 ficar comprovada a falsidade de documentos apresentados ou a inexatidão de informações prestadas para obtenção do benefício;

4.7.5 o beneficiário apresentar freqüência escolar inferior a 75%;

4.7.6 o beneficiário apresentar rendimento escolar abaixo da média;

4.7.7 mudança de residência para outro Município.

4.8 Sem prejuízo da sanção penal e demais penalidades cabíveis, os beneficiários que gozarem ilicitamente do auxílio, serão obrigados a efetuar o ressarcimento integral das importâncias recebidas indevidamente, corrigidas na forma disposta na legislação vigente.

4.9 Dúvidas serão solucionadas pela Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento de Auxílio-Transporte.

Sertanópolis, 17 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

GRAZIELA FERNANDA ALVES FÁVERO
Presidente da Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento de Auxílio-Transporte

ANEXO I
MINUTA DO REQUERIMENTO DE AUXÍLIO TRANSPORTE

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
Nome:	
Endereço: nº	
Bairro:	
RG:	**CPF:**
Quantas Pessoas Moram na Casa:	
Quantas Pessoas Trabalham:	
Renda familiar:	
Telefone:	
Instituição de Estudo: **Cidade:**	
Período que Cursa:	
Frequência:	
Rendimento acadêmico:	
Instituição Bancária para transferência: **Número da Agência:** **Número da Conta:** **Conta Poupança ( ) Conta Corrente ( )** **Titular da Conta:**	

Número de laudas protocoladas: _____

Recebido em : _____/_____/_____.

_____
Assinatura do Candidato

_____
Visto de Recebimento

INSTRUÇÕES:
- O candidato deverá apresentar o Formulário de Apresentação de Títulos previamente preenchido em duas vias;
- Somente serão analisados pela COMISSÃO EXAMINADORA os requerimentos protocolados dentro dos prazos previstos, conforme nas normas estabelecidas no Edital de Abertura.

Publicado por:
Vilma de Souza Correa
Código Identificador:800ED169

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 68/2026

LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO/SAAE DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Avenida Seis de Junho, 825, inscrito no CNPJ/MF nº 81.442.428/0001-96 neste ato representado por seu diretor Superintendente, senhor Flávio Marcelino Fantin, e

CONTRATADA: A. ROLEMIX - COM. E IMP. DE ROLAMENTOS E RETENTORES LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF n. º 07.006.574/0001-16.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ACOPLAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SAAE.

VALOR: R$ 2.370,00 (dois mil, trezentos e setenta reais).
EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 18 de agosto de 2026.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Measi Bavati
Código Identificador:8E51884F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO – 2026-2030

1. APRESENTAÇÃO
O Plano Municipal de Comunicação da Política de Alfabetização de Sulina constitui instrumento de planejamento e organização das ações de comunicação relacionadas à alfabetização na Rede Municipal de Ensino.
Tem como finalidade divulgar as ações, orientações, projetos, avaliações e resultados da política de alfabetização, fortalecendo a participação dos profissionais da educação, das famílias e da comunidade.

2. JUSTIFICATIVA
A alfabetização é um direito de todas as crianças e depende da atuação conjunta da escola, da família e da comunidade.
Nesse sentido, a comunicação contribui para informar, orientar e mobilizar os diferentes públicos, garantindo acesso às informações e fortalecendo o compromisso coletivo com a aprendizagem.

3. OBJETIVO GERAL
Organizar as ações de comunicação da Política Municipal de Alfabetização, garantindo a divulgação clara, acessível e responsável das ações, orientações e resultados da Rede Municipal de Ensino.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

• Divulgar as ações e objetivos da Política Municipal de Alfabetização;
• Orientar as famílias sobre o acompanhamento da aprendizagem;
• Divulgar projetos, formações e ações pedagógicas;
• Incentivar a participação das famílias;
• Valorizar os profissionais e as boas práticas das escolas;
• Divulgar resultados e avanços da Rede Municipal;
• Garantir informações oficiais, claras e confiáveis.
•

5. PRINCÍPIOS
As ações de comunicação observarão:

• transparência;
• linguagem clara e objetiva;
• participação das famílias;
• valorização dos profissionais;
• equidade e inclusão;

• respeito à diversidade;
• proteção da imagem e dos dados dos estudantes;
• divulgação de informações oficiais e verificáveis.

6. PÚBLICOS
O Plano destina-se a:

• gestores e equipes da Secretaria Municipal de Educação;
• diretores e equipes pedagógicas;
• professores e demais profissionais da educação;
• estudantes;
• pais e responsáveis;
• comunidade em geral.

7. CANAIS DE COMUNICAÇÃO
Serão utilizados principalmente:
Grupos de WhatsApp das turmas: para comunicados, orientações, reuniões, atividades, eventos e informações da rotina escolar.
Site oficial da Prefeitura Municipal: para divulgação de ações, programas, projetos, resultados e comunicados oficiais.
Murais das escolas: para avisos, calendários, campanhas e informações de interesse da comunidade escolar.
Outros meios institucionais poderão ser utilizados conforme a necessidade.
Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos, os pais ou responsáveis deverão entrar em contato diretamente com a unidade escolar. Os grupos de WhatsApp terão caráter informativo.

8. AÇÕES DE COMUNICAÇÃO
Serão desenvolvidas, conforme o calendário escolar:

• divulgação das ações de alfabetização;
• orientação às famílias sobre leitura, escrita, frequência e aprendizagem;
• divulgação de formações e reuniões;
• divulgação de projetos e boas práticas;
• campanhas de incentivo à leitura;
• comunicação sobre avaliações;
• divulgação dos resultados gerais da Rede;
• valorização dos estudantes e profissionais.

9. RESPONSABILIDADES
Secretaria Municipal de Educação: coordenar e acompanhar o Plano, organizar e validar as informações oficiais e orientar as unidades escolares.
Unidades escolares: divulgar as informações às famílias e à comunidade escolar, promover a participação e registrar as ações realizadas.
Famílias e comunidade: acompanhar as informações divulgadas e, sempre que houver dúvidas ou necessidade de esclarecimentos, procurar diretamente a unidade escolar.

10. REGISTRO E COMPROVAÇÃO
As ações realizadas poderão ser comprovadas por meio de:

• publicações no site oficial;
• registros dos murais escolares;
• comunicados;
• registros fotográficos;
• atas e listas de presença;
• materiais digitais;
• relatórios das ações.

11. MONITORAMENTO
O Plano será acompanhado pela Secretaria Municipal de Educação, considerando as ações realizadas, os canais utilizados, a participação das famílias e os resultados alcançados.
Ao final de cada ano, poderão ser registradas as ações realizadas e as necessidades de aperfeiçoamento.

12. RESULTADOS ESPERADOS
Espera-se:

• fortalecer a comunicação entre escola e família;
• ampliar a participação das famílias;
• dar visibilidade às ações de alfabetização;
• garantir transparência das ações e resultados;
• valorizar profissionais e estudantes;
• fortalecer o compromisso da comunidade com a alfabetização.

13. VIGÊNCIA
O presente Plano terá vigência de **2026 a 2030,** podendo ser atualizado conforme as necessidades da Rede Municipal de Ensino e as orientações das políticas educacionais.

Sulina – Paraná, 2026.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
CLECILDE FABIANE
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:9E1D8945

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
PLANO MUNICIPAL DE RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS E BOAS PRÁTICAS – 2026 - 2030

1. APRESENTAÇÃO
O Plano Municipal de Recomposição das Aprendizagens e Boas Práticas do Município de Sulina – PR constitui-se como instrumento de planejamento, acompanhamento e intervenção pedagógica destinado a assegurar o direito de todos os estudantes à aprendizagem.
O presente Plano tem como referência as ações já instituídas pela Secretaria Municipal de Educação, especialmente a **Instrução Normativa nº 004/2025 – SEMED**, que estabelece a organização e execução do Programa Municipal de Recomposição das Aprendizagens na Rede Municipal de Ensino de Sulina.
A recomposição das aprendizagens será desenvolvida de forma articulada ao currículo, considerando os resultados das avaliações diagnósticas, as aprendizagens essenciais e as necessidades específicas dos estudantes.
O Plano contempla ações de avaliação, planejamento, intervenção pedagógica, acompanhamento e compartilhamento de boas práticas, fortalecendo o trabalho conjunto entre Secretaria Municipal de Educação, equipes gestoras, professores, estudantes e famílias.

2. JUSTIFICATIVA
A garantia do direito à aprendizagem exige o acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos estudantes e a adoção de estratégias pedagógicas capazes de identificar e superar dificuldades de aprendizagem.
A Instrução Normativa nº 004/2025 já estabelece, na Rede Municipal de Ensino de Sulina, ações de recomposição e recuperação paralela, considerando resultados de avaliações internas e externas e a necessidade de atendimento aos estudantes que apresentam defasagens.
Nesse sentido, o presente Plano amplia e organiza essas ações, estabelecendo estratégias municipais para o acompanhamento das aprendizagens, com prioridade para alfabetização, leitura, escrita e matemática.
A proposta está alinhada à BNCC e às orientações do Ministério da Educação para a recomposição das aprendizagens, que destacam a utilização de evidências diagnósticas, a priorização curricular e o fortalecimento da formação dos profissionais da educação.

3. FUNDAMENTAÇÃO
O Plano fundamenta-se:

• na Constituição Federal;
• na Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
• na Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
• nas Diretrizes Curriculares Nacionais;
• nas orientações do Ministério da Educação para a recomposição das aprendizagens;
• nas avaliações internas e externas realizadas pela rede;

• na Instrução Normativa nº 004/2025 – SEMED;
• nos documentos curriculares adotados pela Rede Municipal de Ensino de Sulina.

A BNCC estabelece as aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo da Educação Básica.

4. OBJETIVO GERAL
Promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Sulina, por meio de ações pedagógicas planejadas, contínuas e articuladas, garantindo o desenvolvimento das aprendizagens essenciais e fortalecendo práticas pedagógicas exitosas.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS
I – Identificar as principais lacunas de aprendizagem dos estudantes;
II – Utilizar os resultados das avaliações diagnósticas para orientar o planejamento pedagógico;
III – Priorizar as aprendizagens essenciais de acordo com as necessidades identificadas;
IV – Fortalecer os processos de alfabetização, leitura, escrita e matemática;
V – Desenvolver estratégias diferenciadas para estudantes com dificuldades de aprendizagem;
VI – Ampliar as ações de recuperação paralela e reforço escolar;
VII – Promover o acompanhamento individual e coletivo dos estudantes;
VIII – Fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;
IX – Identificar, registrar e compartilhar boas práticas desenvolvidas nas escolas;
X – Fortalecer a participação das famílias no acompanhamento da aprendizagem;
XI – Monitorar os resultados e replanejar as ações sempre que necessário.

6. PÚBLICO-ALVO
O Plano destina-se aos estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino de Sulina, com atenção prioritária àqueles que apresentarem:

• dificuldades ou defasagens de aprendizagem;
• desempenho abaixo do esperado nas avaliações;
• dificuldades em leitura, escrita ou matemática;
• baixa fluência leitora;
• necessidade de recuperação de aprendizagens essenciais;
• retorno escolar após afastamento prolongado.

Esses critérios estão em consonância com os estabelecidos pela Instrução Normativa nº 004/2025.

7. EIXOS DE AÇÃO
EIXO 1 – AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO
Objetivo: identificar as aprendizagens consolidadas e as habilidades que necessitam de intervenção.
Ações:

• realização de avaliações diagnósticas;
• análise dos resultados por turma e estudante;
• utilização de avaliações internas e externas;
• acompanhamento da fluência leitora;
• identificação das habilidades prioritárias;
• registro dos resultados;
• elaboração de intervenções pedagógicas.

Os resultados das avaliações deverão orientar o planejamento e não apenas servir para classificação dos estudantes.

EIXO 2 – RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS
Objetivo: desenvolver intervenções pedagógicas para superar as lacunas identificadas.
Ações:

• retomada de habilidades essenciais;
• atividades diferenciadas;
• agrupamentos temporários de estudantes;
• recuperação paralela;
• reforço escolar;
• atendimento individual ou em pequenos grupos;
• utilização de metodologias ativas;
• atividades práticas e contextualizadas.

A Instrução Normativa nº 004/2025 prevê atendimento durante o período regular e, quando necessário, em contraturno.

EIXO 3 – ALFABETIZAÇÃO, LEITURA E ESCRITA
Objetivo: fortalecer o processo de alfabetização e o desenvolvimento das competências leitoras e escritoras.
Ações:

• acompanhamento sistemático da alfabetização;
• avaliação da fluência leitora;
• leitura diária;
• rodas de leitura;
• produção textual;
• biblioteca e espaços de leitura;
• projetos literários;
• recuperação de habilidades de leitura e escrita;
• acompanhamento individual dos estudantes com maiores dificuldades.

EIXO 4 – MATEMÁTICA
Objetivo: fortalecer o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático e das habilidades essenciais.
Ações:

• resolução de problemas;
• jogos matemáticos;
• atividades práticas;
• uso de materiais manipuláveis;
• situações-problema relacionadas ao cotidiano;
• retomada de conceitos fundamentais;
• atividades diferenciadas conforme o nível de aprendizagem.

EIXO 5 – BOAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
Objetivo: identificar, valorizar e compartilhar práticas que apresentem resultados positivos na aprendizagem.
Serão consideradas boas práticas aquelas que:

• apresentem intencionalidade pedagógica;
• estejam relacionadas às necessidades dos estudantes;
• promovam participação e protagonismo;
• utilizem diferentes estratégias de ensino;
• apresentem evidências de aprendizagem;
• possam ser adaptadas e compartilhadas com outros profissionais.

Exemplos de práticas:

• projetos de leitura;
• jogos e desafios matemáticos;
• tutoria entre pares;
• agrupamentos produtivos;
• oficinas de aprendizagem;
• sequências didáticas;
• projetos interdisciplinares;
• uso pedagógico de tecnologias;
• práticas de leitura e escrita;
• acompanhamento individualizado.

O compartilhamento de práticas é valorizado pela própria BNCC, que disponibiliza um Caderno de Práticas com experiências pedagógicas organizadas para apoiar os educadores.

EIXO 6 – FORMAÇÃO CONTINUADA
Objetivo: fortalecer a capacidade dos profissionais para identificar dificuldades e desenvolver intervenções pedagógicas adequadas.
Ações:

• formação continuada;
• estudos sobre avaliação e recomposição;

• análise de resultados;
• planejamento coletivo;
• troca de experiências;
• socialização de boas práticas;
• estudos sobre alfabetização, leitura, escrita e matemática;
• acompanhamento pedagógico.

EIXO 7 – ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO
Objetivo: acompanhar continuamente a evolução dos estudantes.
Ações:

• registros pedagógicos;
• portfólios;
• avaliações periódicas;
• acompanhamento individual;
• reuniões pedagógicas;
• análise dos resultados;
• replanejamento;
• relatórios trimestrais.

A normativa municipal já estabelece o monitoramento por registros pedagógicos, portfólios e reavaliações periódicas, com relatório individual ao final de cada trimestre.

8. METODOLOGIA
A recomposição das aprendizagens será desenvolvida de maneira contínua e articulada ao trabalho pedagógico regular.
O processo seguirá, preferencialmente, as seguintes etapas:
1. Diagnosticar → 2. Analisar → 3. Planejar → 4. Intervir → 5. Avaliar → 6. Replanejar.
As atividades deverão considerar o nível de aprendizagem de cada estudante, evitando práticas exclusivamente repetitivas e priorizando estratégias diversificadas, contextualizadas e significativas.
O atendimento poderá ocorrer durante o período regular, em contraturno, jornada ampliada ou outros horários definidos pela unidade escolar, conforme a necessidade dos estudantes.

9. PLANO DE AÇÃO

Ação	Responsáveis	Período	Acompanhamento
Avaliação diagnóstica	Professores e equipe pedagógica	Início e durante o ano	Resultados
Análise das aprendizagens	Equipe pedagógica e professores	Contínuo	Registros
Definição das habilidades prioritárias	Professores e equipe pedagógica	Conforme diagnóstico	Planejamento
Recuperação paralela	Professores	Contínuo	Avaliações
Reforço escolar	Escola/Secretaria	Conforme necessidade	Frequência e resultados
Acompanhamento da alfabetização	Professores/equipe pedagógica	Contínuo	Fluência e produções
Ações de matemática	Professores	Contínuo	Atividades e avaliações
Formação continuada	Secretaria de Educação	Durante o ano	Participação
Compartilhamento de boas práticas	Escolas/Secretaria	Durante o ano	Registros
Reavaliação dos estudantes	Professores	Trimestral	Relatórios
Replanejamento	Equipe pedagógica	Trimestral	Plano atualizado

10. RESPONSABILIDADES
Secretaria Municipal de Educação
Compete à Secretaria Municipal de Educação:

• coordenar e acompanhar a execução do Plano;
• oferecer formação e suporte técnico;
• orientar as unidades escolares;
• acompanhar os resultados das avaliações;
• disponibilizar materiais e recursos pedagógicos;
• promover a socialização de boas práticas;
• avaliar periodicamente os resultados da política de recomposição.

A Instrução Normativa nº 004/2025 também atribui à Secretaria o fornecimento de formação, materiais e apoio técnico às equipes escolares.
Equipes gestoras e pedagógicas
Compete às equipes:

• identificar estudantes com dificuldades;
• organizar os atendimentos;
• acompanhar o planejamento;
• analisar os resultados;
• orientar os professores;
• registrar as ações;
• acompanhar a evolução dos estudantes.

Professores
Compete aos professores:

• realizar avaliações diagnósticas;
• planejar intervenções;
• desenvolver atividades diferenciadas;
• acompanhar individualmente os estudantes;
• registrar avanços e dificuldades;
• participar das formações;
• compartilhar experiências exitosas.

Famílias
Compete às famílias:

• acompanhar a frequência escolar;
• participar das reuniões;
• apoiar a rotina de estudos;
• manter comunicação com a escola;
• incentivar a participação nas atividades de recomposição.

11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO
O monitoramento será realizado de forma contínua pela Secretaria Municipal de Educação e pelas unidades escolares.
Serão considerados, entre outros:

• resultados das avaliações diagnósticas;
• evolução dos estudantes;
• índices de alfabetização;
• fluência leitora;
• desempenho em leitura e escrita;
• desempenho em matemática;
• frequência dos estudantes;
• participação nas ações de reforço;
• registros pedagógicos;
• portfólios;
• resultados das avaliações internas e externas.

Os resultados deverão ser analisados periodicamente para identificar avanços, dificuldades e necessidades de replanejamento.

12. RESULTADOS ESPERADOS
Espera-se:

• reduzir as defasagens de aprendizagem;
• ampliar os níveis de alfabetização;
• melhorar a fluência leitora;
• fortalecer leitura e escrita;
• ampliar o domínio das habilidades matemáticas essenciais;
• aumentar a participação dos estudantes nas ações de recomposição;
• fortalecer o acompanhamento pedagógico;
• ampliar a utilização de estratégias diferenciadas;
• valorizar e disseminar boas práticas;
• fortalecer a formação dos profissionais;
• garantir maior equidade no processo de aprendizagem.

13. CRONOGRAMA GERAL – 2026
1º trimestre: diagnóstico, análise dos resultados, identificação das necessidades e organização das intervenções.
2º trimestre: desenvolvimento das ações de recomposição, reforço escolar, acompanhamento e formação continuada.
3º trimestre: intensificação das intervenções, avaliação dos avanços, compartilhamento de boas práticas e replanejamento.
4º trimestre: avaliação final, sistematização dos resultados, registro das experiências exitosas e planejamento das ações futuras.

14. REGISTRO E SOCIALIZAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS

Cada unidade escolar poderá registrar práticas que apresentem resultados positivos na aprendizagem.
O registro poderá conter:

• nome da prática;
• turma/ano;
• objetivo;
• habilidade trabalhada;
• metodologia utilizada;
• recursos;
• período de desenvolvimento;
• resultados observados;
• evidências de aprendizagem;
• possibilidade de aplicação em outras turmas.

A Secretaria Municipal de Educação poderá organizar um banco municipal de boas práticas para possibilitar a troca de experiências entre os profissionais da rede.

15. CONSIDERAÇÕES FINAIS
O Plano Municipal de Recomposição das Aprendizagens e Boas Práticas reafirma o compromisso do Município de Sulina com uma educação de qualidade, inclusiva e comprometida com a aprendizagem de todos.
A recomposição das aprendizagens será compreendida como processo contínuo, integrado ao trabalho pedagógico e fundamentado em evidências, acompanhamento e intervenção.
O sucesso do Plano depende da atuação articulada da Secretaria Municipal de Educação, equipes gestoras, professores, estudantes e famílias, fortalecendo uma cultura de acompanhamento, colaboração, planejamento e melhoria contínua.
O presente Plano deverá ser acompanhado e, sempre que necessário, revisado de acordo com os resultados obtidos e as necessidades identificadas pela Rede Municipal de Ensino. Vigência 2026 - 2030
Sulina – Paraná, 2026.

CLECILDE FABIANE
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:3811921B

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026

A Pregoeira Oficial do Município de Sulina-PR, nomeada pela Portaria nº 217/2025, no uso de suas atribuições legais, decide **CONHECER DO PEDIDO APRESENTADO** e no **MÉRITO DEFERI-LO INTEGRALMENTE.** Por conta disso, decido que no dia **25/08/2026** às **09h:00min** retornaremos à sessão para convocar, analisar e julgar as propostas remanescentes para o item 20.

Sulina(Pr), 18 de agosto de 2026.

EDICEIA SCHAEFER ROSA,
Pregoeira.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:15A51873

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2026

PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 46/2026
VALIDADE: 12 (doze) meses

DO OBJETO
1.1 O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PLÁSTICAS COM ASSENTO REBATÍVEL E ENCOSTO ANATÔMICO**, em conformidade com as condições estabelecidas no Pregão Eletrônico - Edital nº 46/2026 e em seus Anexos, partes integrantes deste instrumento, e nesta Ata.
2. DETENTOR DA ATA E DO VALOR DO REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Os preços, e o vencedor do certame, dos produtos registrados na presente Ata encontram-se indicados no quadro abaixo:

EMPRESA: SPORTFLEX BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ASSENTOS ESPORTIVOS E MOVEIS LTDA	
CNPJ N. 41.314.693/0001-74	
ENDEREÇO:AV DR. JOÃO PESSOA, N. 2181 - BAIRRO: JARDIM CRISTAL- CEP: 86450-000 - CIDADE: QUATIGUÁ - PR	
TOTAL DA ATA	**R$ 312.550,00 (Trezentos e doze mil, quinhentos e cinquenta reais)**

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
3.1 O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.
4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1 O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será o Município de Sulina-PR, que exercerá suas atribuições por intermédio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Sulina (PR), 18 de agosto de 2026.

WALTERCIR ERNZEN,
Prefeito em Exercício.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:55E4448E

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/2026

CONTRATADA	LAR DE IDOSOS BOM JESUS LTDA
CNPJ	52.751.686/0001-56
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA E/OU RESIDÊNCIA INCLUSIVA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE HOSPEDAGEM, CUIDADOS INTEGRAIS, ALIMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS, ACOMPANHAMENTO ASSISTENCIAL E DEMAIS ATENDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA ACOLHIMENTO DE DONATILDA RODRIGUES BUENO DE AQUINO E ADEMAR AQUINO, EM CUMPRIMENTO ÀS DECISÕES JUDICIAIS PROFERIDAS NOS AUTOS Nº 0000739-77.2026.8.16.0183 E Nº 0000738-92.2026.8.16.0183
LICITAÇÃO	Inexigibilidade N.27/2026
VALOR	120.000,00 (cento e vinte mil reais)
VIGÊNCIA	18 de agosto de 2027 - **FORO:** Comarca de São João - PR

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:CA37163B

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2026

Fundamentado no Art. 74, III, a, da Lei n°. 14.133/2021, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE de licitação para contratação **"CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA E/OU RESIDÊNCIA INCLUSIVA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE HOSPEDAGEM, CUIDADOS INTEGRAIS, ALIMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS, ACOMPANHAMENTO ASSISTENCIAL E DEMAIS ATENDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA ACOLHIMENTO DE DONATILDA RODRIGUES BUENO DE AQUINO E ADEMAR AQUINO, EM CUMPRIMENTO ÀS DECISÕES JUDICIAIS PROFERIDAS NOS AUTOS Nº 0000739-77.2026.8.16.0183 E Nº 0000738-92.2026.8.16.0183"**.
Contratante: Município de SULINA-PR
CNPJ: 80.869.886/0001-43
Contratada: LAR DE IDOSOS BOM JESUS LTDA
CNPJ: 52.751.686/0001-56
Vigência: DE 18/08/2026 a 18/08/2027
Valor: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)
Fundamento: Art. 74, III, da Lei n°. 14.133/2021.
Sulina/PR, 18 de agosto de 2026.

WALTERCIR ERNZEN,
Prefeito Municipal em Exercício.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:F7BF02DE

SETOR DE LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº 46/2026

Torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PLÁSTICAS COM ASSENTO REBATÍVEL E ENCOSTO ANATÔMICO, à Empresa:

NOME DO FORNECEDOR	VALOR TOTAL (R$)
SPORTFLEX BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ASSENTOS ESPORTIVOS E MOVEIS LTDA	312.550,00

Prefeitura Municipal de Sulina, em 18 de agosto de 2026.

WALTERCIR ERNZEN,
Prefeito Municipal em Exercício.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:BA9FE7D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 55/2026

ID: 2799

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPIRA
CNPJ: 75.801.738/0001-57

CONTRATADA: S A MARQUES & CIA LTDA
CNPJ: 75.658.781/0001-05

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2026

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADOS ÀS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL

VALOR – R$ 113.145,85 (cento e treze mil cento e quarenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 18 de agosto de 2026 a 18 de agosto de 2027.

Tapira, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:7878B233

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 56/2026

ID: 2800

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPIRA
CNPJ: 75.801.738/0001-57

CONTRATADA: L. B. GONÇALVES
CNPJ: 00.963.340/0001-18

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2026

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADOS ÀS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL

VALOR – R$ 56.956,90 (cinquenta e seis mil novecentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 18 de agosto de 2026 a 18 de agosto de 2027.

Tapira, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:4867D857

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 57/2026

ID: 2801

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPIRA
CNPJ: 75.801.738/0001-57

CONTRATADA: CLAUDENIR J DE LIMA LTDA
CNPJ: 59.587.608/0001-07

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2026

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADOS ÀS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL

VALOR – R$ 14.858,10 (quatorze mil oitocentos e cinquenta e oito reais e dez centavos).

VIGÊNCIA: 18 de agosto de 2026 a 18 de agosto de 2027.

Tapira, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:557F6588

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 58/2026

ID: 2802

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPIRA
CNPJ: 75.801.738/0001-57

CONTRATADA: DRS MOVEIS E DECORACOES LTDA
CNPJ: 58.892.523/0001-70

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2026

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADOS ÀS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL

VALOR – R$ 946,80 (novecentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIA: 18 de agosto de 2026 a 18 de agosto de 2027.

Tapira, 18 de agosto de 2026.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:6FF6D75A

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2026

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA**

DESTINADOS ÀS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL

Nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** os procedimentos realizados pelo Pregoeiro referentes ao Pregão Presencial supracitado, a favor do licitante a seguir descrito:

S A MARQUES & CIA LTDA, inscrita no CNPJ de nº. **75.658.781/0001-05**, tendo os itens vencidos totalizado a quantia de R$ 113.145,85 (cento e treze mil cento e quarenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos);
L. B. GONÇALVES - EPP, inscrita no CNPJ de nº. **00.963.340/0001-18**, tendo os itens vencidos totalizado a quantia de R$ 56.956,90 (cinquenta e seis mil novecentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos);
CLAUDENIR J DE LIMA LTDA, inscrita no CNPJ de nº. **59.587.608/0001-07**, tendo os itens vencidos totalizado a quantia de R$ 14.858,10 (quatorze mil oitocentos e cinquenta e oito reais e dez centavos);
DRS MOVEIS E DECORACOES LTDA, inscrita no CNPJ de nº. **58.892.523/0001-70**, tendo os itens vencidos totalizado a quantia de R$ 946,80 (novecentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos);

Tapira, 18 de agosto de 2026.

RONALD ROGERIO LOPES SMARZARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:59466FE8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
EDITAL DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 06/2026

Órgão: Câmara Municipal de Teixeira Soares
Modalidade de compra: Dispensa
Amparo legal: inciso II do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Tipo: Aviso de Contratação direta.
Data de encerramento para recebimento das propostas: 21/08/2026
Objeto: Contratação de um contador para prestação dos serviços estabelecidos no artigo 3.º da Lei Municipal n.º 1.715 e outros eventualmente necessários pertinentes à contabilidade da Câmara Municipal, tendo em vista a licença-prêmio a ser usufruída pela contadora no período de 3 meses.
Valor mensal: até R$ 5.768,36.
Valor total: até R$ 17.305,08, correspondente a três meses de serviços.
Observações: o "Termo de Referência" e o "Modelo de Proposta Comercial" estão disponibilizados no site: www.teixeirasoares.pr.leg.br/.
Encaminhamento da proposta para o e-mail: cmteixeirasoares@hotmail.com
Informações e esclarecimentos: (42) 9 3505-0263.

Teixeira Soares/PR, 18 de agosto de 2026.

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:8BFD30A3

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
EDITAL DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 07/2026

Órgão: Câmara Municipal de Teixeira Soares
Modalidade de compra: Dispensa
Amparo legal: inciso II do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Tipo: Aviso de Contratação direta.
Data de encerramento para recebimento das propostas: 21/08/2026
Objeto: Aquisição de material de limpeza para a Câmara Municipal de Teixeira Soares-PR.
Observações: o "Termo de Referência" e o "Modelo de Proposta Comercial" estão disponibilizados no site: www.teixeirasoares.pr.leg.br/.
Encaminhamento da proposta para o e-mail: cmteixeirasoares@hotmail.com
Informações e esclarecimentos: (42) 9 3505-0263.

Teixeira Soares/PR, 18 de agosto de 2026.

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:214D593D

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
EDITAL DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 08/2026

Órgão: Câmara Municipal de Teixeira Soares
Modalidade de compra: Dispensa
Amparo legal: inciso II do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Tipo: Aviso de Contratação direta.
Data de encerramento para recebimento das propostas: 21/08/2026
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Câmara Municipal de Teixeira Soares-PR.
Observações: o "Termo de Referência" e o "Modelo de Proposta Comercial" estão disponibilizados no site: www.teixeirasoares.pr.leg.br/.
Encaminhamento da proposta para o e-mail: cmteixeirasoares@hotmail.com
Informações e esclarecimentos: (42) 9 3505 0263.

Teixeira Soares, 18 de agosto de 2026.

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:10B195C3

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
EDITAL DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 09/2026

Órgão: Câmara Municipal de Teixeira Soares
Modalidade de compra: Dispensa
Amparo legal: inciso II do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Tipo: Aviso de Contratação direta.
Data de encerramento para recebimento das propostas: 21/08/2026
Objeto: Aquisição de Bíblia Sagrada e suporte, destinados a utilização no salão de entrada da Câmara Municipal de Teixeira Soares-PR.
Observações: o "Termo de Referência" e o "Modelo de Proposta Comercial" estão disponibilizados no site: www.teixeirasoares.pr.leg.br/.
Encaminhamento da proposta para o e-mail: cmteixeirasoares@hotmail.com
Informações e esclarecimentos: (42) 9 3505 0263.

Teixeira Soares, 18 de agosto de 2026.

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:CAD83513

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 34/2026

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 34/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2026

O **MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES**, Estado do Paraná, torna público o aviso de **Inexigibilidade para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE CERCA DE ARAME DESTINADA AO ISOLAMENTO E PROTEÇÃO DE ÁREA EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL (PRAD), COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, TRANSPORTE E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS À IMPLANTAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 166,29 METROS LINEARES DE CERCA, COMPOSTA POR MOURÕES, PALANQUES E TRÊS FIOS DE ARAME, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, FIXAÇÃO, ESTICAMENTO DOS FIOS E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA – PRAD.**

CONTRATADA: SEBASTIÃO ALTEVIR DE RAMOS 72337494934, inscrita no CNPJ nº 33.387.478/0001-75, com sede na comunidade de GUABIROBA – TEIXEIRA SOARES/PR, representada nesse ato pela Sr. SEBASTIÃO ALTEVIR DE RAMOS, CPF: 723.374.949-34

Valor Total: R$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).

FUNDAMENTO: Art. 74 da Lei nº14.133/2021. Decreto Federal Nº 11.462/2023.

Teixeira Soares, 14 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:FD54D70D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2026
DESTINADO AO CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

O Município de Teixeira Soares, estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° 75.963.850/0001-94, com sede à Rua XV de Novembro, nº 135, Centro, torna público que fará realizar, **a partir das 09:30 do dia 19/08/2026**, o Chamamento Público NA FORMA DE CREDENCIAMENTO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINAS E FORNECEDORES PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES E VANS, INCLUINDO SERVIÇOS DE MECÂNICA, ELÉTRICA, AR-CONDICIONADO, FUNILARIA, PINTURA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE PEÇAS.
Conforme Art. 79 parágrafo único I da Lei Federal 14.133/2021, o edital ficará disponível permanentemente no site do município para novos interessados, em tempo, condicionado a contratação à necessidade daAdministração.
A documentação poderá ser encaminhada a contar da data de publicação deste Chamamento, estando aberto para avaliação e emissão do termo de credenciamento dos interessados a partir do dia 19/08/2026.
As proponentes interessadas que atenderem a todos os requisitos previstos no Edital de Credenciamento será julgado habilitado na pré-qualificação e, portanto, credenciado no órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a formalizar a parceria estabelecida pela administração pública para os serviços objetos da Chamada Pública para os quais se candidatou, com vigência igual à do referido Edital.
Informações complementares sobre o edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Teixeira Soares, no endereço supra citado, ou através do telefone (42) 3460 1155 ou pelo e-mail **licitacaoecompras@teixeirasoares.pr.gov.br**

Teixeira Soares - PR, 19 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:E5E7E9A7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO N° 05/2025.EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO N° 05/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO N° 05/2025.
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
LICITAÇÃO: CHAMAMENTO PUBLICO Nº.04/2025
OBJETO DO CONTRATO: prestação de serviços de manutenção da frota municipal, incluindo o fornecimento de peças.
Contratante: Prefeitura Municipal de Teixeira Soares
CONTRATADA: TRACK PEÇAS COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF/CPF sob o nº 00.249.965/0001-12, localizada/residente na Av. Souza Naves, 2995, Chapada, na cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná
CLÁUSULA EDITADA: A Presente prorrogação, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021, tem por objetivo, PRORROGAR a vigência do Termo de Credenciamento nº 05/2025, que tem como objeto a prestação de serviços de manutenção da frota municipal, incluindo o fornecimento de peças, conforme edital de chamamento público nº 04/2025, até o dia 28 de outubro de 2026, a contar a partir da assinatura deste, obedecendo à destinação vinculada ao Processo.
.

Teixeira Soares, 13 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito do Município de Teixeira Soares (PR*)*

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:E92D2FF3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO N° 06/2025.EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO N° 06/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO N° 06/2025.
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
LICITAÇÃO: CHAMAMENTO PUBLICO Nº.04/2025
OBJETO DO CONTRATO: prestação de serviços de manutenção da frota municipal, incluindo o fornecimento de peças.
Contratante: Prefeitura Municipal de Teixeira Soares
CONTRATADA: CENTERPEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF/CPF sob o nº 07.099.009/0001-07, localizada/residente na Rua Professor Vitor Ferreira do Amaral, nº 1205, Bairro Fósforo, na cidade de Irati, estado do Paraná
CLÁUSULA EDITADA: A Presente prorrogação, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021, tem por objetivo, PRORROGAR a vigência do Termo de Credenciamento nº 06/2025, que tem como objeto a prestação de serviços de manutenção da frota municipal, incluindo o fornecimento de peças, conforme edital de chamamento público nº 04/2025, até o dia 29 de outubro de 2026, a contar a partir da assinatura deste, obedecendo à destinação vinculada ao Processo.

Teixeira Soares, 13 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito do Município de Teixeira Soares (PR*)*

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:319B82A4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO N° 07/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO N° 07/2025.
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
LICITAÇÃO: CHAMAMENTO PUBLICO Nº.04/2025
OBJETO DO CONTRATO: prestação de serviços de manutenção da frota municipal, incluindo o fornecimento de peças.
Contratante: Prefeitura Municipal de Teixeira Soares
CONTRATADA: EVERTON MAXIMOVITZ PEÇAS E MECÂNICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF/CPF sob o nº 37.309.102/0001-01, localizada/residente na Rodovia BR 277, KM 246+400m, Localidade Serra dos Nogueiras, na cidade de Irati, estado do Paraná
CLÁUSULA EDITADA: A Presente prorrogação, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021, tem por objetivo, PRORROGAR a vigência do Termo de Credenciamento nº 07/2025, que tem como objeto a prestação de serviços de manutenção da frota municipal, incluindo o fornecimento de peças, conforme edital de chamamento público nº 04/2025, até o dia 29 de outubro de 2026, a contar a partir da assinatura deste, obedecendo à destinação vinculada ao Processo.

Teixeira Soares, 13 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito do Município de Teixeira Soares (PR*)*

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:0D67EDCE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO N° 08/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO N° 08/2025.
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
LICITAÇÃO: CHAMAMENTO PUBLICO Nº.04/2025
OBJETO DO CONTRATO: prestação de serviços de manutenção da frota municipal, incluindo o fornecimento de peças.
Contratante: Prefeitura Municipal de Teixeira Soares

CONTRATADA: TRATORBIG PEÇAS PARA TRATORES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF/CPF sob o nº 95.420.972/0001-41, localizada/residente na Rua Bom Jesus de Iguape, nº 2121, bairro Hauer, na cidade de Curitiba, CEP 81.640-040, estado do Paraná

CLÁUSULA EDITADA: A Presente prorrogação, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021, tem por objetivo, PRORROGAR a vigência do Termo de Credenciamento nº 08/2025, que tem como objeto a prestação de serviços de manutenção da frota municipal, incluindo o fornecimento de peças, conforme edital de chamamento público nº 04/2025, até o dia 01 de novembro de 2026, a contar a partir da assinatura deste, obedecendo à destinação vinculada ao Processo

Teixeira Soares, 13 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito do Município de Teixeira Soares (PR*)*

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:ECA46018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO N° 09/2025. EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO N° 09/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO N° 09/2025.
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
LICITAÇÃO: CHAMAMENTO PUBLICO Nº.04/2025
OBJETO DO CONTRATO: prestação de serviços de manutenção da frota municipal, incluindo o fornecimento de peças.
Contratante: Prefeitura Municipal de Teixeira Soares
CONTRATADA: VCAPE COMERCIO DE PEÇAS PARA VEICULOS AUTOMOTORES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF/CPF sob o nº 79.636.817/0001-00, localizada/residente na BR 277 KM 244 nº 800, na cidade de Irati, CEP 84.508-899, estado do Paraná
CLÁUSULA EDITADA: A Presente prorrogação, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021, tem por objetivo, PRORROGAR a vigência do Termo de Credenciamento nº 09/2025, que tem como objeto a prestação de serviços de manutenção da frota municipal, incluindo o fornecimento de peças, cconforme edital de chamamento público nº 04/2025, até o dia 28 de outubro de 2026, a contar a partir da assinatura deste, obedecendo à destinação vinculada ao Processo.

Teixeira Soares, 13 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito do Município de Teixeira Soares (PR*)*

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:A57CF15E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 03 CONTRATO Nº 148/2026 DE 27/07/2023

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 03 CONTRATO Nº 148/2026 DE 27/07/2023 ENTRE O MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES E A EMPRESA SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA S.A, TERCEIRO TERMO ADITIVO AO PREGÃO 90030/2026

O **MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES**, inscrita no CNPJ/MF sob N° 75.963.850/0001-94 pessoa jurídica de direito público, sito a Rua XV de Novembro, 135, CEP – 84.530-000 Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, neste ato representado por sua Prefeita Municipal em Exercício, Senhor **IVANOR LUIZ MÜLLER**, residente e domiciliado na Localidade do Rio D'Areia de Cima, Centro, Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, CPF – 84530-000, portador do RG n°101.221.047-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande Do Sul, inscrito no CPF/MF n° 281.427.480-53, a seguir denominado **CONTRATANTE**, resolve modificar unilateralmente Contrato **nº148/2026**, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do contrato registrado e publicado através do nº 1482026 de 27/07/2023, por parte da Administração, visando **REAJUSTE DOS ITENS CONTRATADOS,** O OBJETO é a ***Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de óleo diesel S-10 e, óleo diesel S-500, destinados ao abastecimento da frota municipal, incluindo a disponibilização, instalação e manutenção de sistema de abastecimento em regime de comodato,*** o acréscimo do valor do item 01 diesel S10 é de 0,06 (seis centésimos de real) passando de R$5,678(cinco reais e seiscentos e setenta e oito milésimos de real) para o valor de R$5,738(cinco reais e setecentos trinta e oito milésimos de real), o decréscimo do item 02 diesel S500 é de R$0,009(nove milésimos de real) passando de R$5,268(cinco reais

duzentos e sessenta e oito milésimos de real), para o valor de R$5,259(Cinco reais duzentos e cinquenta e nove milésimos de real), impactando um acréscimo de R$38.385,00 (trinta e oito mil trezentos e oitenta e cinco reais) para o saldo restante do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 148/2026 de 27/07/2026, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FATOS
O MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES efetuou os reajustes, os quais foram calculados pelo percentual de descontos obtidos na licitação, sobre o valor da média dos valores praticados na região de Ponta Grossa, pesquisa da ANP.

CLÁUSULA QUARTA – DA PREVISÃO CONTRATUAL
Os reajustes estão previstos na Cláusula Sétima do contrato.

Teixeira Soares, 17 de julho de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:50A7F936

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO 34

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico o processo de INEXIGIBILIDADE de Licitação, autuado com o número de processo 34/2026 fundamentado no PARECER JURÍDICO, exarado pela Procuradoria Geral do Município, cujo objeto refere-se à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE CERCA DE ARAME DESTINADA AO ISOLAMENTO E PROTEÇÃO DE ÁREA EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL (PRAD), COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, TRANSPORTE E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS À IMPLANTAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 166,29 METROS LINEARES DE CERCA, COMPOSTA POR MOURÕES, PALANQUES E TRÊS FIOS DE ARAME, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, FIXAÇÃO, ESTICAMENTO DOS FIOS E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA – PRAD.**

Em favor de: **SEBASTIÃO ALTEVIR DE RAMOS 72337494934, inscrita no CNPJ nº 33.387.478/0001-75.**

Valor Total: R$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).

Teixeira Soares, 14 de agosto de 2026

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal, de Teixeira Soares

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:47253D48

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 272 DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 272 de 18 de agosto de 2026.

Súmula: NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.300, DE 02 DE JULHO DE 2026.

0 Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei:
DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, conforme segue:

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

1. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos:

Presidente: Tiago Francisco Alves CPF: 049xxx.xxx-59
Suplente: Ana Claudia Moreira Gomes CPF: 070xxx.xxx-95

2. Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Carlos Reno Neves Junior CPF: 053.xxx.xxx-13)
Suplente: Antonio Benonimo Rodrigues CPF: 077.xxx.xxx-13

3. Secretaria Municipal de Obras, Arquitetura e Engenharia:

Titular: Patrícia Rodrigues de Almeida CPF: 045.xxx.xxx-86
Suplente: Matheus Augusto Dib Mertens CPF: 062.xxx.xxx-08

4. Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento:
Titular: Hernani Adalberto Schreiner CPF: 037.xxx.xxx-00
Suplente: Jaciel Viegandt CPF: 016.xxx.xxx-94

II – REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

1. Concessionária de Saneamento (SANEPAR):
Titular: Ricardo Vieira Guimarães CPF: 056.xxx.xxx-76
Suplente: Jaime Luiz Panassolo CPF: 759.xxx.xxx-04)

III – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E USUÁRIOS

1. Defesa de Usuários (PROVOPAR):
Titular: Dirlei Gomes Pires CPF: 006.xxx.xxx-56
Suplente: Luci Mara Pires Pedroso Fogaça CPF: 676.xxx.xxx-91

2. Setor Produtivo / Comercial (Associação Comercial):
Titular: Clebia Cruz CPF: 728.xxx.xxx-15
Suplente: Neusa Márcia Scheid CPF: 042.xxx.xxx -33

3. Associações Comunitárias/Trabalhadores (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teixeira Soares):
Titular: João Ramos de Oliveira (CPF: 591.xxx.xxx-00)
Suplente: Neuri da Trindade Przdysewski CPF: 005.xxx.xxx-45

4. Conselho Municipal de Saúde (CMS):
Titular: Joani José Batista CPF: 374.xxx.xxx-53
Suplente: Inez Marchinski Matte CPF: 610.xxx.xxx-87

5. Microssistema de Abastecimento de água da Mangueirinha:
Titular: Luiz Cesar Alves Ferreira CPF: 047.xxx.xxx-71
Suplente: Cleomar Gonçalves da Silva Mayer CPF: 029.xxx.xxx- 35

Art. 2º A Presidência do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental será exercida pelo representante da área de Meio Ambiente/Saneamento, na forma da legislação instituidora.

Art. 3º A participação dos membros no Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental constitui serviço público relevante, não remunerado.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:EBC0883D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 276, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 276, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais), DESTINADOS A COBRIR DESPESAS NO CORRENTE EXERCÍCIO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2307, de 18 de agosto de 2026, e, consoante com o artigo 42, da Lei Federal n.º 4.320/64;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para atender as despesas nas rubricas assim classificadas:

Especial		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
03	SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO	
03.003	DEPARTAMENTO DE CULTURA E PATRIMONIO HISTORICO	
13.122.0203.2012	IMPLANTAR, DESENVOLVER E MANTER AS ATIVIDADES CULTURAIS, HISTORICAS E TURISTICAS	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
746	01110-Transferências da Política Nacional Aldir	35.000,00
	SUBTOTAL	35.000,00
	TOTAL	**35.000,00**

Art. 2º Constitui recursos para cobertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, referido no art. 1°, nos termos do art. 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

III - Anulação total ou parcial das seguintes dotações orçamentárias a saber:

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
03	SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO	
03.003	DEPARTAMENTO DE CULTURA E PATRIMONIO HISTORICO	
13.122.0203.2012	IMPLANTAR, DESENVOLVER E MANTER AS ATIVIDADES CULTURAIS, HISTORICAS E TURISTICAS	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
700	01110-Transferências da Política Nacional Aldir	35.000,00
	SUBTOTAL	35.000,00
	TOTAL	**35.000,00**

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO no Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:19ADEB98

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
LEI N.º 2.307

LEI N.º 2.307

Súmula: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Vigente, no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais); e dá outras providências.

O povo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná por seus representantes da Câmara Municipal aprovou e o Prefeito Municipal em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Para fazer face as obrigações da Lei n.º 14.399/2022 – Política Nacional Aldir Blanc – PNAB (fomento à cultura), objeto do presente Projeto de Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), destinado a cobrir despesas do corrente exercício, não constando no Orçamento Inicial, para atender as despesas nas rubricas assim classificadas:
03 SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO
003 DEPARTAMENTO DE CULTURA E PATRIMONIO HISTORICO
13.122.0203.2012 IMPLANTAR, DESENVOLVER E MANTER AS ATIVIDADES CULTURAIS, HISTORICAS E TURISTICAS
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
00746 - 01110 Transferências da Política Nacional Aldir ..... R$ 35.000,00
TOTAL .....R$ 35.000,00
Art. 2.º Constitui recursos para cobertura do Crédito Adicional Especial, referido no art. 1.º, nos termos do art. 43, § 1.º, III da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação total ou parcial da seguinte dotação orçamentária:
03 SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO
003 DEPARTAMENTO DE CULTURA E PATRIMONIO HISTORICO
13.122.0203.2012 IMPLANTAR, DESENVOLVER E MANTER AS ATIVIDADES CULTURAIS, HISTORICAS E TURISTICAS
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
00700 - 01110 Transferências da Política Nacional Aldir ..... R$ 35.000,00
TOTAL .....R$ 35.000,00
Art. 3.º Ficam alteradas, por inclusão, as ações propostas na Lei n. 2.263, de 19 de dezembro de 2025 (Plano Plurianual – PPA), bem como seus anexos, que instituiu o Plano Plurianual – PPA para os exercícios de 2026 a 2029.
Art. 4.º Fica incluída a ação proposta na Lei Municipal n.º 2.225, de 30 de junho de 2025, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município de Teixeira Soares (LDO), para o exercício de 2026, e dá outras providências".
Art. 5.º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:A26739B4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35/2026 - SME

PORTARIA Nº 35/2026 - SME

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 10 de agosto de 2026, a Portaria nº 08/2026-SME, de 25 de fevereiro de 2026, que estabelece horário de trabalho da servidora **EVELYN MURIEL VIEIRA BINDAS**, CPF 075.***.*09-70 , ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula 2097-1.
Art. 2º Fica estabelecido que a servidora **EVELYN MURIEL VIEIRA BINDAS**, qualificada no Artigo 1º, passará a cumprir o seguinte horário de trabalho:
Segundas-feiras: 10:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00;
Terças, quartas e quintas-feiras: das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00
Art. 3º O horário estabelecido no artigo anterior perfaz 30(trinta) horas semanais, tendo efeitos a partir da data desta portaria.

Secretaria Municipal de Educação em 10 de agosto de 2026.

KELLY REGINA CAMARGO
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 19/25

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:8DDCC5B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.301/2025 - TERMO DE NÃO IMPUGNAÇÃO À JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.301/2025 - TERMO DE NÃO IMPUGNAÇÃO À JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES – PR**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto no **art. 32, § 2º, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014**,
CONSIDERANDO que a justificativa de dispensa de chamamento público referente ao Processo Administrativo nº 2.301/2025 foi publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 10 de agosto de 2026, Edição nº 3591, para fins de publicidade e abertura do prazo legal para eventual impugnação;
CONSIDERANDO o transcurso do prazo de **5 (cinco) dias**, previsto no § 2º do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, sem a apresentação de impugnação;
INFORMA E CERTIFICA que **NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO** à justificativa de dispensa de chamamento público constante do Processo Administrativo nº 2.301/2025, fundamentada no **art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014,** destinada à formalização de parceria mediante Termo de Fomento com a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TEIXEIRA SOARES – APAE,** inscrita no CNPJ nº 95.683.264/0001-01.
Diante do decurso do prazo sem impugnação, fica autorizado o prosseguimento dos trâmites necessários à formalização da parceria, observadas as demais exigências da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normas aplicáveis.

Teixeira Soares, 18 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito do Município de Teixeira Soares PR

Publicado por:
Ana Carolina Rodrigues Weiss Havrechaki
Código Identificador:FB852B4F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

GABINETE
LEI Nº 1877/2026

Autoriza crédito especial na importância de até 30.560,00 (trinta mil quinhentos e sessenta reais).

A Câmara Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito do Município sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e orçamento municipal um crédito especial, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$ 30.560,00 (trinta mil quinhentos e sessenta reais)

Suplementação		
03.000.00.000.0000.0.000.	Secretaria de Administração Geral	
03.005.00.000.0000.0.000.	Divisão de Registro, Controle e Manutenção de Bens Patrimoniais	
03.005.04.122.0002.2.018.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE REGISTRO, CONTROLE E MANUTENÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS	
1715 - 4.4.90.61.00.00	1000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	30.560,00

Total Suplementação: 30.560,00
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução

03.000.00.000.0000.0.000.	Secretaria de Administração Geral	
03.001.00.000.0000.0.000.	Chefia de Gabinete	
03.001.09.272.0002.2.124.	ENCARGOS COM INATIVOS	
151 - 3.3.91.97.00.00	1000 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT	30.560,00

ATUARIAL DO RPPS
Total Redução: 30.560,00

Artigo 3º - Este Projeto de Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa, aos 18 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:A8DEECC9

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 269/2026
REF: PREGÃO N° 69/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: AM CIANORTE DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 43.603.551/0001-52, com sede Cianorte, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ANTONIO CARLOS OLIVEIRA MARTINS, CPF: 046.894.099-51, carteira de Identidade nº 100380161.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SACOS PLASTICOS DE LIXO LEITOSO HOSPITALAR INFECTANTE, em atendimento das necessidades das

Unidades Básicas de Saúde, Hospital Municipal, Centro de Especialidades e CAPS..
VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 12 de agosto de 2026, com vencimento até 12 de agosto de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 12 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:3D16E035

LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO PREGÃO Nº 79/2023 CONTRATO Nº: 301/2023

MUNICÍPIO DE TERRA BOA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 75.793.786/0001-40, com sede à Rua Presidente Dr. Tancredo de A. Neves, 240, nesta cidade de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito(a) Municipal Senhor(a) **VALTER PERES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20, e a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa "**CLAUDIO ANDRE ALVES - COM. E INSTALACOES ELETRICAS**" sob CNPJ: 34.935.814/0001-30, com sede na Rua Indianópolis, 111, ZONA DOIS, CEP 87240000, TERRA BOA - PR sendo denominado sócio responsável o(a) Sr(a). **CLAUDIO ANDRE ALVES**, portador do CPF n° 056.774.359-45 e cédula de identidade civil RG n° 9.915.261-3, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da licitação por Pregão nº 79/2023 realizado nos termos da Lei nº. 8.666/93 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada no Contrato nº 301/2023, que tem por objeto a **Contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de materiais para a manutenção e conservação de 08 (oito) poços artesianos existentes no Município** e pelos termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo ao contrato em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do referido contrato até 20 de agosto de 2027, com base no art. 57, inciso IV da Lei 8666/93.

Paragrafo Primeiro: A fundamentação legal encontra-se amparada na lei ora revogada, que se encontrava vigente na época da celebração do contrato, embora a lei 8.666/93 tenha sido revogada, por força do contido no artigo 191§1º da Lei 14.133/2021, prevendo que aos contratos firmados com base na Lei antiga, seguirão por ela regidos até o final de sua vigência, considerando suas prorrogações.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:84EB516E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 765/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º EXONERAR, a pedido, a partir de 17/08/2026, a servidora **ANDREIA MOREIRA**, portadora do CPF 078.067.719-64 do cargo efetivo que ocupa, de **AGENTE DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E APOIO.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 17 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

REPUBLICADO POR ERRO MATERIAL.

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:8EB9582C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 766/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 20.01/2025, de 12 de novembro de 2025, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 01.01/2025,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR a partir de 18/08/2026 a Senhora **ANDREIA MOREIRA** portadora do CPF 078.067.719-64 para exercer o cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 18 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:35EC5F15

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 767/2026

Convoca candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 20.01/2025, de 12 de novembro de 2025, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 01.01/2025, e tendo em vista a exoneração, a pedido, da servidora Andreia Moreira,

RESOLVE

Art.1º Convocar o (a) cidadão (ã) abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas no Edital de Concurso nº 01.01/2025, e tomar posse no cargo em que foi aprovado:

Cargo: TECNICO EM ENFERMAGEM
Nome do Candidato
JAQUELINE DE LUCCA
Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 18 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:8CC1B488

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 768/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 dias de férias a(o) senhor(a) **APARECIDA FREIRE** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ALIMENTAÇÃO referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **19/08/2026** a **17/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 18 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:84300B9F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 769/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 966/2008 de 23/12/2008 e Lei 1732/2022 de 30/11/2022 que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo do Município de Terra Boa,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR, a partir de 18/08/2026 o(a) senhor(a) **ANDREIA MOREIRA**, portador(a) do CPF 078.067.719-64, para exercer o cargo em comissão de **DIRETORA DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM HOSPITALAR** lotado na Secretaria de Saúde, com vencimentos atribuídos ao símbolo CC-06 da tabela de vencimentos do município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 18 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:E0F5E8FF

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 770/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Auxílio Natalidade a Senhora **DANIELLE PINHA BARBOSA,** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de PROFESSORA, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 18 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:E3616E11

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE CONTINUIDADE DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 06/2026 – CREDENCIAMENTO
Aos 10 dias do mês de agosto de 2026, às 09h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, reuniram-se o Agente de Contratação e a Equipe de Apoio, designados na forma da legislação vigente, para dar continuidade à análise da documentação referente ao procedimento de **Inexigibilidade nº 06/2026**, destinado ao credenciamento de empresas especializadas para a prestação de serviços de plantões médicos — generalistas, anestesiologistas e pediatras — e consultas pediátricas para o Hospital Municipal Cristo Redentor e para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Terra Rica/PR.
Nesta sessão, foram analisados os documentos de habilitação apresentados pelas seguintes empresas:

• **CLÍNICA MONTE SIÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 41.197.812/0001-56;
• **W. R. DA SILVA FURLAN ATIVIDADE MÉDICA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 48.653.056/0001-71;
• **MEDFÁCIL SERVIÇOS MÉDICOS DE SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 46.695.791/0001-12;
• **IGOR LÁZARO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 66.684.091/0001-30;
• **MOLOSSI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 63.563.883/0001-68.

Após a análise dos documentos, foi concedido prazo até o dia **13 de agosto de 2026** para que as empresas abaixo relacionadas sanem as seguintes irregularidades:

1. Empresas com irregularidades sanáveis

CLÍNICA MONTE SIÃO LTDA – CNPJ nº 41.197.812/0001-56: deverá apresentar declaração indicando expressamente os respectivos responsáveis técnicos.

MEDFÁCIL SERVIÇOS MÉDICOS DE SAÚDE LTDA – CNPJ nº 46.695.791/0001-12: deverá indicar quais médicos serão destinados à execução dos serviços em cada lote, observado o limite de dois profissionais por lote. Deverá, ainda, corrigir o documento apresentado, esclarecendo que o responsável técnico indicado deverá ser um dos profissionais que efetivamente executará os serviços, não sendo suficiente indicar separadamente um responsável técnico e outros médicos executores.

2. Empresas inabilitadas por irregularidades insanáveis

W. R. DA SILVA FURLAN ATIVIDADE MÉDICA LTDA – CNPJ nº 48.653.056/0001-71: declarada inabilitada por não apresentar a certidão de registro da pessoa física perante o Conselho Regional de Medicina – CRM, tendo apresentado somente a carteira de registro profissional; por não apresentar a certidão de registro da pessoa jurídica perante o CRM; e por apresentar incorretamente os anexos exigidos, encaminhando somente as últimas páginas assinadas, sem o conteúdo integral dos respectivos documentos.

MOLOSSI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 63.563.883/0001-68: declarada inabilitada em razão do preenchimento incorreto de todos os anexos apresentados, da ausência da Certidão de Regularidade do FGTS e da ausência de indicação do responsável técnico.

3. Empresa habilitada

IGOR LÁZARO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 66.684.091/0001-30: declarada habilitada para o **Lote 1**, por ter atendido às exigências previstas no instrumento convocatório.

Fica consignado que as empresas declaradas inabilitadas poderão apresentar novamente seus documentos para participação no credenciamento, desde que estejam devidamente corrigidos e em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, preferencialmente organizados na ordem nele estabelecida e devidamente autuados e numerados.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata, que, após lida e considerada conforme, será assinada pelo Agente de Contratação e pelos integrantes da Equipe de Apoio.

Terra Rica/PR, 10 de agosto de 2026.

JULIO CESAR GERMANO JUNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:73296EFC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão - Eletrônico Nº. 70/2026.
Processo nº 113/2026

OBJETO: Aquisição de bicicletas elétricas para utilização pelos Agentes Comunitários de Saúde**,** destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

ABERTURA: A abertura do certame será às 09:00min do dia 31/08/2026.
Plataforma: https://comprasbr.com.br/

O edital completo está disponível no site: www.terrarica.pr.gov.br em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 – 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

Terra Rica, 18/08/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:5F069482

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2026

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, por meio do Prefeito Municipal, Senhor Agnaldo de Souza Costa, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 17/2026, cujo objeto consiste no **credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para a prestação de serviços de remoção e realocação de enxames de abelhas em caixas apropriadas, com posterior transporte para apiários**, conforme condições e especificações estabelecidas no instrumento convocatório.

Período de credenciamento: a partir de 19 de agosto de 2026.

Primeiro sorteio: 24 de agosto de 2026, às 14h00, na Prefeitura Municipal de Terra Rica.

O edital completo está disponível no site www.terrarica.pr.gov.br, na área de Processos Licitatórios.

Informações complementares poderão ser obtidas na Avenida Euclides da Cunha, nº 1.120, Setor de Licitações, pelos telefones (44) 3441-8505 e (44) 3441-8502.

Terra Rica, 18 de agosto de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:40431548

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 253/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: TKY MATERIAIS ELETRICOS & FERRAGENS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **10.955.575/0001-11**.

DOMICÍLIO: AVENIDA PARANA, 831 - CEP: 87960000 - BAIRRO: CENTRO, Marilena/PR.

OBJETO: Registro de preço para materiais de consumo, copa, cozinha, limpeza e produtos de higienização, Pregão - Eletrônico N° 49/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 21/07/2026.

VALOR TOTAL: R$ **675,00 (Seiscentos e Setenta e Cinco Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, dezessete dias de agosto de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

TKY Materiais Eletricos & Ferragens LTDA ME
TANIA KIYOKO YAMADA

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:39B41548

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 067/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, de acordo com o anexo I, para o cargo de **Professor 40 horas,** selecionado por ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, devidamente homologado através do Edital nº 011/2025, de 29/04/2025.

Os candidatos convocados terão o prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de publicação deste Edital, para apresentar à Divisão de Recursos Humanos do Município, os seguintes documentos:

Exames realizados em serviços públicos ou privados de saúde: *(somente serão válidos exames realizados após a data da convocação).*

Raio-X de Tórax (*com laudo*);
Hemograma;
Glicemia;
Hepatite B.

Documentos pessoais: *(cópia autenticada ou cópia simples e original)*

Carteira de Identidade;
Certidão de nascimento ou casamento;
Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal;
Cartão do PIS/PASEP, ou CTPS contendo o nº do PIS/PASEP, *(se possuir)*;
Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS *(original)*;
Comprovante de endereço atual;
Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
Título de Eleitor com comprovante de votação da última eleição ou prova de quitação com a Justiça Eleitoral;
Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade (*quando exigido para o cargo, conforme o Edital);*
Certidão de nascimento de filho(s) de até 21 anos, ou maior, se incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho, ou filho de até 24 anos, se universitário ou cursando escola técnica de 2º grau;

Declarações/Certidões: (*cópia autenticada ou cópia simples e original, ou, se gerados por via eletrônica, devem possuir mecanismo de autenticação)*

Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: www.tse.jus.br, expedida nos últimos 30 *(trinta)* dias;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, da Justiça Estadual *(Fórum da Comarca)*, em que o candidato resida nos últimos 05 *(cinco)* anos, impressa a partir da data do Edital de Convocação. Em caso de Certidão positiva, poderá ser requerido do candidato a apresentação da Certidão explicativa expedida para análise da Administração;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais Justiça Federal, disponível no endereço eletrônico: https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa;

Declaração de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05 *(cinco)* anos, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento e de não parentesco com os membros de Comissão Organizadora *(Anexo III)*;

Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas *(Anexo II);*

Declaração expressa do candidato relacionando todos os Municípios e os seus respectivos Estados que residiu nos últimos 05 *(cinco)* anos *(Anexo III);*

Uma foto 3 x 4 recente;

Aos candidatos convocados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37, da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:

h.1. Regime do vínculo: Celetista, Estatutário etc;
h.2. Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
h.3. Carga horária do outro vínculo;
h.4. Horário de trabalho do outro vínculo;
h.5. Remuneração do outro vínculo

Documentos comprobatórios de escolaridade ou formação obrigatória, conforme requisitos de contratação;

Títulos, diplomas e certificados informados na inscrição, utilizados para o cômputo da pontuação;

Documentos informados na inscrição que comprovem tempo de experiência, utilizados para o cômputo da pontuação;

Após apresentação de todos os documentos acima descritos dentro do prazo legal e, após devidamente conferidos, o candidato apto ao prosseguimento da contratação será encaminhamento ao médico credenciado pelo município para realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional, que dar-se-á após prévio agendamento.

Após a realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional, o candidato deverá encaminhar o resultado à Divisão de Recursos Humanos do município onde, caso apto, será confeccionado o devido decreto de nomeação do mesmo.

Se o candidato convocado não puder assumir o cargo ou manifestar desinteresse pelo mesmo, deverá procurar a Divisão de Recursos Humanos do Município para assinar a competente Declaração de Desistência.

A desobediência ou o não comparecimento do candidato convocado dentro do prazo estabelecido neste edital autoriza o município a convocar o candidato seguinte na ordem de classificação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de 2026 (18/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 067/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

PROFESSOR 40 HORAS	
Nome	**Classificação**
SAMUEL BARBOSA MENDES	63º

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO/NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu, _____, portador (a) do RG n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, DECLARO que:
( ) **NÃO ACUMULO** de cargo, emprego ou função pública, nos termos dos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, bem como de que não recebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o cargo em que tomará posse.

( ) **EXERÇO** o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) constitucionalmente admitidas abaixo:
Órgão ou Empresa: _____.
Natureza Jurídica (cargo, emprego, aposentadoria...): _____.
Cargo _____, remuneração _____.
Jornada de trabalho semanal é de _____ horas, nos horários: _____.
Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas abaixo transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício do cargo para o qual fui empossado.

ART. 37 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL
• XVI - "É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:
I. a de dois cargos de professor;
II. a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
III. a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;"
• § 10 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos art. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração."
CÓDIGO PENAL - DECRETO LEI 2848/40:
Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:
Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Terra Rica-PR, _____ de _____ de 20_____.

_____
DECLARANTE

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO, DE REGULARIDADE DISCIPLINAR E DE RESIDÊNCIA
Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____,DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da lei:
Que NÃO POSSUO VÍNCULO FAMILIAR (cônjuge, companheiro(a), parentesco consanguíneo ou por afinidade, até o terceiro grau) com QUALQUER MEMBRO DA COMISSÃO ORGANIZADORA do Processo Seletivo
Que NÃO FUI DEMITIDO(A)do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal nos últimos 05 (cinco) anos, em decorrência de aplicação de pena disciplinar, nem PERDI O CARGO em razão de ordem judicial transitada em julgado, a ser cumprida ou em cumprimento.

• Relaciono abaixo todos os Municípios e seus respectivos Estados onde RESIDI nos últimos 05 (cinco) anos:

Município:_____, Estado:_____;
Município:_____, Estado:_____;

Declaro ainda estar ciente de que a falsidade desta declaração implicará na IMEDIATA DESCLASSIFICAÇÃO do processo seletivo, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

Local, _____ de _____ de _____.

_____
(Assinatura do (a) candidato (a))

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:43050FFF

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 366/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA MARCELA DOS SANTOS GOBETTI FRANCISCO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **MARCELA DOS SANTOS GOBETTI FRANCISCO,** matrícula Nº 12065, ocupante do cargo efetivo de **BIOQUÍMICO/FARMACEUTICO,** referente ao período aquisitivo de 27/10/2022 a 26/10/2023, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **19/08/2026 a 28/08/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (18/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:BD561DDC

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO 058/2025

CLÁUSULA PRIMEIRA: São partes no presente Termo Aditivo:

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE TERRA RICA, inscrito no CNPJ sob nº 76.978.881/0001-81, com sede à Av. Claudio Domingos Soletti, 1.120, Cep - 87.890-000, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná.

CONTRATADO: CLARICE ANTONIA LOBATO MORAES, brasileira, inscrita no CPF nº **054.169.779-06**, RG nº **6.506.082-5**, residente e domiciliado à **RUA ANTONIO MARIA CRISTOVÃO, 16 – TERRA RICA - PR,** denominada doravante de **CONTRATADO.**

CLÁUSULA SEGUNDA: As partes, com apoio nas leis e regulamentos que regem a matéria, firmaram **CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO** de **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS** com prazo de vigência de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 19/08/2025 a 18/08/2026, com possibilidade de prorrogação por mais até 12 (doze) meses, em persistindo o excepcional interesse público, conforme art. 4º, § único

da Lei Municipal 035/2001, à critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: Através do presente Termo, e, atendendo ao disposto na Cláusula segunda, as partes resolvem promover um aditivo de prazo de 12 (doze) meses no aludido contrato, passando o mesmo a vigorar com vigência até 18/08/2027.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato administrativo originário, datado de 19/08/2025.

Terra Rica-Pr, 18 de Agosto de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal
Contratante

CLARICE ANTONIA LOBATO MORAES
Contratado

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:BA031607

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
AVISO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2026 PROCESSO 92/2026

O Samae de Terra Rica, Estado do Paraná, através do Senhor Diretor Adriano Sergio Nunes, torna público o Processo de Dispensa de Licitacão 18/2026, O objeto dessa licitação consiste em Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação e manutenção de sistemas e equipamentos de monitoramento, automação, medição, comunicação e segurança, incluindo painéis de rádio frequência, centrais de comando, macromedidores ultrassônicos, câmeras de segurança, redes lógicas e portões eletrônicos, a serem executados na sede do SAMAE, nos poços artesianos, reservatórios e demais unidades operacionais da Autarquia, conforme detalhado no instrumento convocatório correspondente.

Data: A partir da data de publicação até 24/08/2026 (vinte e quatro dias de agosto de 2026).

O edital completo está disponível no site: https://www.samaetr.com.br/ em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. James Patrick Clark, 233 Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.2441 – 3441.1522, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

Terra Rica, 18/08/2026

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:8FD3DD1F

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº: 30/2026

EMENTA: DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE REVOGAÇÃO DO INEXIGIBILIDADE 04/2026

ADRIANO SERGIO NUNES, Diretor do Samae de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO que a inexigibilidade 04/2026, Contratação da empresa Hidrogeron Tratamento de Água e Esgoto Ltda. para prestação de serviço de manutenção no equipamento Gerador de Cloro modelo HG Plus 12, marca Hidrogeron, compreendendo o fornecimento de peças originais de reposição e a execução dos serviços técnicos necessários ao pleno funcionamento do equipamento.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar anulado a inexigibilidade 04/2026, destinado à Contratação da empresa Hidrogeron Tratamento de Água e Esgoto Ltda. para prestação de serviço de manutenção no equipamento Gerador de Cloro modelo HG Plus 12, marca Hidrogeron, compreendendo o fornecimento de peças originais de reposição e a execução dos serviços técnicos necessários ao pleno funcionamento do equipamento.

Art. 2º Determinar que se proceda com as providências cabíveis para a realização de novo certame, considerando as adequações necessárias ao objeto especificado e às normas vigentes, **com a alteração da modalidade de licitação, conforme análise e orientação jurídica.**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Terra Rica, 18 de agosto de 2026

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:C01ED200

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 071/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 071/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal IVAN REIS DA SILVA, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 37, incisos I, II, III e IX da Constituição Federal e sob a Comissão Organizadora e Fiscalizadora do Concurso Público, nomeada pelo decreto nº 4529/2025 de 09/10/2025.

TORNA PÚBLICO

A convocação do(s) candidato(s), aprovado no Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, homologado pelo Edital de Resultado Final nº 53/2026 de 27 de maio de 2026.

CARGO: MOTORISTA I

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
15°	ANGELO JOSE FACHINETTI

***Considerando o pedido de final de lista do 13° classificado.**

CARGO: AUXILIAR DE LIMPEZA E COPA

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
25°	MARCIELE APARECIDA DOS SANTOS

CARGO: AUXILIAR DE LIMPEZA E COPA - AFRODESCENDENTE

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
5°	LARISSA DE SOUZA MOIZES

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
12°	RAQUEL DA SILVA FERNANDES

CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
7°	CLEICILENE SOUZA DE LIMA

***O candidato classificado em 6º lugar na classificação geral está sendo convocado na condição de 1º classificado na lista de Pessoas com Deficiência (PcD).**

CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM - PCD

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO

1°	ANDERSON EDOARDO BALEM

CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
3°	ELAINE DINIZ MEIRA DE ALMEIDA

CARGO: ENFERMEIRO PADRÃO

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
3°	HELOÍSA BORRI PISCINATO

CARGO: PSICÓLOGO

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
1°	ROSANA VALE PACHLA DE LIMA

CARGO: MÉDICO GENERALISTA I

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
3°	GIULIA WICHOSKI CAMPIOL

***Considerando o não comparecimento do 2° classificado.**

CARGO: MÉDICO GENERALISTA IV

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
4°	NATALIA GURGEL DO CARMO

***Considerando o pedido de final de lista do 3° classificado.**

O candidato convocado deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Terra Roxa – PR no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação desse Edital, juntamente com todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 18 do Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026.

Após a entrega dos documentos previstos no item II, o candidato será submetido, antes da nomeação, ao exame médico admissional e avaliação psicológica, conforme Edital de Abertura n.º 09/2026 de 02/02/2026.

O candidato convocado deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Terra Roxa – PR no prazo de 30 (trinta) dias da publicação do edital de convocação para ser empossado.
O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no item II, desse edital, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado, de acordo com subitem 18.2 do Edital de Abertura n.º 09/2026 de 02/02/2026.

Prefeitura do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Rodrigo Timoteo
Código Identificador:3C84DAE9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17523/2026

PORTARIA N° 17523/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). ELZA MARIA DA SILVA, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). ELZA MARIA DA SILVA, portador(a) do CPF ***.***.869-**, no cargo de Auxiliar de Limpeza e Copa, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 19 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:038E71D9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.° 17526/2026

PORTARIA N.° 17526/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento protocolado sob nº 14111/2026 em 11/08/2026 e parecer CADE nº 058/2026

R E S O L V E:

ART. 1°. – Reenquadrar o servidor **ENÃ MARCOS FERRARI**, matrícula n.º 1226843-00, ocupante do cargo de Farmacêutico, no nível FARM VII em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 1219/2014 de 22/05/2014 e seus anexos, com aproveitamento de horas excedentes da última progressão pela participação no seguinte curso:
Certificado do curso de Pós graduação, GESTÃO HOSPITALAR, realizado no período de01/05/2019 a 30/07/2020, com carga horária de 440 horas. UNIASSELVI

ART. 2°. – Fica registrado que, após o cômputo da carga horária utilizada para o presente reenquadramento, restam ainda **240 horas** remanescentes a serem utilizadas para futuras progressões.

ART. 3°. – Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 11 de agosto de 2026.

ART. 4°.– Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:E4A4FE7D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17524/2026

PORTARIA Nº 17524/2026
IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base no parágrafo 5° do artigo 36° da Lei Municipal nº 1582/2017 de 22/12/2017 e considerando o processo nº 14024/2026 de 07 de agosto de 2026

RESOLVE

Art. 1º - Convocar a Professora abaixo relacionada, em regime de aula extraordinária com carga horária de 20(vinte) horas semanais para prestar serviço na Rede Municipal de Ensino.

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO	
397004-01	GISELI APARECIDA DOBICZ	03/08/2026	18/12/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 03 de agosto de 2026.
Art. 3° – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:61139925

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17525/2026

PORTARIA Nº 17525/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no § 1º do artigo 2º da Lei nº 2043/2023 e considerando o processo n.º 14689/2026 de 17 de agosto de 2026

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo relacionado, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, o percentual de 30% (trinta por cento) pelo exercício da função no serviço do transporte escolar descrita no § 1º do artigo 2º da Lei nº 2043/2023.

NOME	MATRICULA	RETROATIVO A
DANIEL SANTANA JULIANI	1292625-00	12/08/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 12 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:7953D6FB

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17522/2026

PORTARIA Nº 17522/2026

SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias para a Controladora Interna do Município de Terra Roxa – PR e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º. Autorizar a Senhora LUCIANA SILVESTRE GOIS DE ALMEIDA**,** Controladora Interna do Município de Terra Roxa, matrícula 109312, a viajar para Curitiba-PR, para tratar assuntos de interesse do Município, participando da I Semana PROGOV de Auditoria Interna: Boas Práticas em Auditoria Interna e Aplicação dos Roteiros de Consistência de Dados (RCD), nos dias 24 a 28 de agosto de 2026, cabendo-lhe o pagamento de 04 (quatro) diárias, no valor de 2.564,00 (dois mil quinhentos e sessenta e quatro reais), correspondente a 05 vezes o valor da unidade Fiscal de Terra Roxa – UNITERRA, para cada diária.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:A8541F39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°351-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 351/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 71/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 17 de agosto de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: JB PONTES COMERCIO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 48.937.333/0001-78, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. BRASIL ANTONIO PONTES, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 451.359.670-87, com endereço à Rua ANDRADAS, 243, Centro Histórico - 90.020-000, Porto Alegre - RS.

OBJETO: AQUISIÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE MEDICAMENTOS, TESTES RÁPIDOS (COVID-19 + INFLUENZA A E B) E MATERIAIS HOSPITALARES PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÔGICA E DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DESTE MUNICÍPIO.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 18.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:6E2B28BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°352-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 352/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 71/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 17 de agosto de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: JL GESTAO & COMERCIO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 67.241.864/0001-76, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. HERIC GARCIA DE MORAIS, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº

076.111.469-63, com endereço à Rua Ayane Karoline Romano da Silva, 1812, Parque Portugal - 87.510-784, Umuarama - PR.
OBJETO: AQUISIÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE MEDICAMENTOS, TESTES RÁPIDOS (COVID-19 + INFLUENZA A E B) E MATERIAIS HOSPITALARES PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÔGICA E DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DESTE MUNICÍPIO.

VALOR: Pela execução dos serviços, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA o valor total de R$ 6.459,15 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e quinze centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 16, 17, 20, 23.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da ATA REGISTRO DE PREÇO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:7CFE43A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DE ADITIVO PREGÃO 49/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 002/2026 DO CONTRATO Nº 301/2024, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2024, PREGÃOELETRÔNICO Nº 49/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: BUYSOFT DO BRASIL LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS POR ASSINATURAS DE USO DE SOFTWARES AUTODESK AUTOCAD INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO, UPGRADE E ATUALIZAÇÃO DO SOFTWARE PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO, NO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA-PR.

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA PARA O DIA 28/08/2027, NO VALOR DE R$ 12.503,35 (DOZE MIL, QUINHENTOS E TRÊS REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS), COM FULCRO NO ART.107, DA LEI 14133/21.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: BUYSOFT DO BRASIL LTDA.

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:5B8443BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DE ADITIVO PREGÃO 74/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 397/2025, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2025, PREGÃOELETRÔNICO Nº 74/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: ODILON MARQUES CORREA 435800170004.
OBJETO: AQUISIÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE MARMITEX E REFEIÇÕES COMERCIAIS, A SEREM FORNECIDAS NO DISTRITO DE SANTA RITA DO OESTE, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA PARA O DIA 21/08/2027, NO VALOR DE R$ 33.112,00 (TRINTA E TRÊS MIL E CENTO E DOZE REAIS), COM FULCRO NO ART.84, DA LEI 14133/21.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: ODILON MARQUES CORREA 435800170004.

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:6C223693

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
AVISO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 01/2026

AVISO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO – nº 01/2026
Pregão Eletrônico nº 01/2026.
Processo Administrativo nº 24/2026.
Tipo: Menor preço por item.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação predial, com dedicação exclusiva de mão de obra, mediante alocação de postos de trabalho, sem fornecimento de materiais de limpeza pela contratada, pelo período de 12 (doze) meses.
Fica suspensa a realização do Pregão Eletrônico nº 01/2026, para adequações no edital, visando garantir maior segurança jurídica e transparência ao processo. Nova data de abertura será oportunamente divulgada por meio de aviso de republicação.

O certame será realizado por meio da plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL - https://bll.org.br/, estando o edital disponível no endereço https://www.tijucasdosul.pr.leg.br/
Contato para esclarecimento de dúvidas: licitacao@tijucasdosul.pr.leg.br

Tijucas do Sul, Paraná, 18 de agosto de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Andreia de Fatima Silveira do Vale
Código Identificador:5949DD58

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
LEI Nº 1104, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

LEI Nº 1104, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de placas informativas com QR Code nas obras públicas municipais, institui mecanismos de transparência digital e controle social, e dá outras providências.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL, por proposição dos vereadores Juliano dos Santos e Pedro Luiz da Rocha, aprovou, e eu, **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei institui mecanismos de transparência ativa e fiscalização digital aplicáveis às obras públicas no âmbito da Administração Pública Municipal, direta e indireta, bem como àquelas executadas por particulares mediante vínculo jurídico com o Município, em consonância com os princípios da publicidade, eficiência e acesso à informação previstos na Constituição Federal de

1988 e com as diretrizes da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

§ 1º Consideram-se abrangidas por esta Lei:
I – as obras executadas pela administração direta municipal;
II – as obras realizadas por particulares mediante contrato administrativo, concessão, permissão, parceria ou instrumento congênere firmado com o Município;
III – as obras executadas por outros entes federativos quando houver participação financeira, convênio, acordo, cooperação técnica ou qualquer forma de vínculo jurídico com o Município de Tijucas do Sul.

§ 2º Esta Lei não se aplica de forma impositiva a obras executadas exclusivamente por outros entes federativos ou por entidades que não integrem a estrutura administrativa municipal, ressalvadas as hipóteses previstas no inciso III do § 1º.

Art. 2º Fica obrigatória a instalação de placas informativas contendo QR Code em todas as obras abrangidas por esta Lei, como instrumento de transparência digital e controle social, em alinhamento às práticas adotadas pelo Estado do Paraná na Lei Estadual nº 20.685/2021 do Paraná.

§ 1º O QR Code deverá permitir acesso digital, por meio de dispositivos móveis, às informações atualizadas da respectiva obra.

§ 2º A placa deverá permanecer visível e em adequado estado de conservação durante todo o período de execução da obra.

Art. 3º As placas informativas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:
I – denominação da obra;
II – local de execução;
III – órgão ou entidade responsável;
IV – número do processo administrativo;
V – número do contrato ou instrumento equivalente;
VI – nome da empresa executora e respectivo CNPJ;
VII – valor total da obra;
VIII – fonte dos recursos;
IX – data de início e prazo de execução;
X – identificação do responsável técnico;
XI – QR Code de acesso ao Portal da Transparência.

Art. 4º O QR Code deverá direcionar o usuário a página específica no Portal da Transparência do Município contendo, no mínimo:
I – edital de licitação e anexos, quando houver;
II – contrato administrativo e eventuais aditivos;
III – cronograma físico-financeiro;
IV – medições e etapas executadas;
V – valores empenhados, liquidados e pagos;
VI – relatórios de fiscalização;

VII – eventuais paralisações e respectivas justificativas;
VIII – registros fotográficos atualizados da obra, sempre que possível;
IX – data da última atualização das informações.

Art. 5º As informações disponibilizadas deverão observar critérios de transparência ativa, devendo ser:
I – atualizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
II – apresentadas em linguagem clara e de fácil compreensão;
III – acessíveis ao público em geral, independentemente de cadastro prévio.

Art. 6º Compete ao órgão ou entidade responsável pela obra:
I – providenciar a instalação e manutenção da placa informativa;
II – assegurar o pleno funcionamento do QR Code durante toda a execução da obra;
III – manter atualizadas as informações no Portal da Transparência;
IV – designar servidor responsável pela alimentação e atualização dos dados.

Art. 7º O descumprimento do disposto nesta Lei ensejará:
I – responsabilização administrativa do agente público responsável;
II – notificação da empresa contratada, quando aplicável, para regularização no prazo de até 10 (dez) dias;
III – possibilidade de retenção de pagamentos à contratada, desde que haja previsão contratual;
IV – comunicação aos órgãos de controle interno e externo.

Art. 8º As despesas decorrentes da confecção, instalação e manutenção das placas informativas deverão constar no orçamento da obra ou ser atribuídas à contratada, conforme previsão no edital e no contrato.

Art. 9º Nos casos em que a execução de obras depender de licença, alvará ou autorização municipal, o Poder Executivo poderá, observada a legislação aplicável, incentivar a adoção de mecanismos de transparência digital compatíveis com esta Lei.
Art. 10 Esta Lei aplica-se às obras iniciadas após sua publicação e às obras em andamento, que deverão se adequar no prazo de até 60 (sessenta) dias.

Art. 11 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, podendo estabelecer padrões técnicos, layout das placas e requisitos operacionais do QR Code.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Tijucas do Sul, 18 de agosto de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Marcia Regina Valaski
Código Identificador:24B86831

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
LEI Nº 1105, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

LEI Nº 1105, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a disponibilização de acesso digital aos débitos tributários municipais por meio de QR Code na Galeria Cidadã e em órgãos públicos municipais, e dá outras providências.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL, por proposição dos vereadores Juliano dos Santos e Pedro Luiz da Rocha, aprovou, e eu, **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei institui mecanismos de facilitação de acesso do contribuinte às informações e à quitação de débitos tributários municipais, mediante utilização de QR Code e ferramentas digitais, no âmbito do Município de Tijucas do Sul, em conformidade com os princípios da publicidade, eficiência e transparência previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), observadas as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

Art. 2º O Poder Executivo deverá disponibilizar, na denominada Galeria Cidadã e em outros espaços públicos de atendimento ao cidadão, cartazes informativos contendo QR Code que permita o acesso digital ao sistema de consulta e emissão de débitos tributários municipais.

§ 1º O acesso deverá ser realizado por meio de ambiente eletrônico seguro, mediante identificação do contribuinte por CPF ou CNPJ e outros dados de autenticação necessários.

§ 2º Fica vedada a exposição pública de dados pessoais, sendo o acesso individualizado e restrito ao próprio contribuinte ou seu representante legal.

Art. 3º O sistema acessado por meio do QR Code deverá permitir, no mínimo:

I – consulta de débitos relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
II – consulta de débitos referentes à taxa de coleta de lixo;
III – emissão de boletos ou guias de pagamento atualizadas;
IV – geração de QR Code para pagamento via PIX;
V – acesso ao histórico de débitos, quando disponível;
VI – identificação de encargos, multas e juros incidentes.

Art. 4º O pagamento dos débitos poderá ser realizado por meio de boleto bancário, PIX ou outros meios eletrônicos disponibilizados pelo Município.

§ 1º O QR Code gerado para pagamento via PIX deverá observar os padrões estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, garantindo segurança, autenticidade e rastreabilidade das transações.

§ 2º O pagamento via PIX deverá permitir a identificação automática do débito quitado, com baixa imediata ou em prazo compatível com a compensação eletrônica.

Art. 5º Os débitos disponibilizados para consulta e emissão deverão possibilitar sua quitação no prazo mínimo de 30 (trinta) dias a contar da data de emissão da guia, ressalvadas hipóteses previstas em legislação tributária específica.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não implica remissão, anistia ou prorrogação de tributos, tratando-se exclusivamente de prazo mínimo para vencimento das guias emitidas pelo sistema.

Art. 6º Compete ao setor de tributação do Município:
I – manter atualizado o sistema eletrônico de consulta e emissão de débitos;
II – garantir a segurança das informações e a proteção de dados pessoais;
III – assegurar a disponibilidade contínua do serviço;
IV – prestar suporte ao contribuinte para utilização da ferramenta.

Art. 7º O Poder Executivo promoverá ampla divulgação dos mecanismos previstos nesta Lei:
I – nos órgãos públicos municipais;
II – no sítio eletrônico oficial do Município;
III – nas redes sociais institucionais;
IV – por meio de campanhas informativas, sempre que possível.

Art. 8º O Poder Executivo poderá disponibilizar o acesso previsto nesta Lei também por meio de terminais de autoatendimento nos órgãos públicos municipais.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, especialmente quanto aos requisitos técnicos do sistema, segurança da informação e forma de autenticação do usuário.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Tijucas do Sul, 18 de agosto de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Marcia Regina Valaski
Código Identificador:58CF7A61

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 359, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **ANDREA ZEGLIN,** inscrita no R.G. sob o nº 5.251.095-3/SSP/PR, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula funcional nº 341, em virtude de sua participação no evento "Conexão Litoral" promovido pelo SEBRAE, a ser realizado nos dias 20 e 21 de agosto de 2026, na cidade de Pontal do Paraná – PR, conforme memorando nº 129/2026 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:6FEAC324

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 360, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **ISABEL OLIVEIRA STAL,** inscrita no R.G. sob o nº 15.336.524-5/SSP/PR, ocupante do cargo de Assessor I, matrícula funcional nº 119865, em virtude de sua participação no evento "Conexão Litoral" promovido pelo SEBRAE, a ser realizado nos dias 20 e 21 de agosto de 2026, na cidade de Pontal do Paraná – PR, conforme memorando nº 129/2026 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:90F1A246

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 361, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **AMANDA VITORIA RIBEIRO,** inscrita no R.G. sob o nº 15.897.613-7/SSP/PR, ocupante do cargo de Assessor II, matrícula funcional nº 119863, em virtude de sua participação no evento "Conexão Litoral" promovido pelo SEBRAE, a ser realizado nos dias 20 e 21 de agosto de 2026, na cidade de Pontal do Paraná – PR, conforme memorando nº 129/2026 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:24E77653

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 362, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **SILVANA ALVES MACHADO FAGUNDES,** inscrita no R.G. sob o nº 10.164.870-9/SSP/PR, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula funcional nº 779, em virtude de sua participação em "Capacitação e atualização presencial", a ser realizado nos dias 25 e 26 de agosto de 2026, na cidade de Curitiba – PR, conforme memorando nº 127/2026 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:BD73BDF8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 363, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **DANUZIA BORGES,** inscrita no R.G. sob o nº 7.595.663-0/SSP/PR, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula funcional nº 1372, em virtude de sua participação em "Capacitação e atualização presencial", a ser realizado nos dias 25 e 26 de agosto de 2026, na cidade de Curitiba – PR, conforme memorando nº 128/2026 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:D66371A2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 364, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, ao servidor **MANOEL MARCOS DA SILVA,** inscrito no R.G. sob o nº 8.013.384-7/SSP/PR, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, matrícula funcional nº 119679, em virtude de sua participação em "Jogos da Integração do Idoso", a ser realizado nos dias 20 a 24 de agosto de 2026, na cidade de Guaratuba – PR, conforme memorando nº 194/2026 – SMELJ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:D0BA828D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 365, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **SAMANTHA APARECIDA DE LIMA,** inscrita no R.G. sob o nº 12.499.778-0/SSP/PR, ocupante do cargo de Coordenador II, matrícula funcional nº 120112, em virtude de sua participação em "Jogos da Integração do Idoso", a ser realizado nos dias 20 a 24 de agosto de 2026, na cidade de Guaratuba – PR, conforme memorando nº 193/2026 – SMELJ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:DD94BF52

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 366, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **AMANDA DE OLIVEIRA GONZAGA DE LIMA,** inscrita no R.G. sob o nº 10.766.305-3/SSP/PR, ocupante do cargo de Assessor I, matrícula funcional nº 119989, em virtude de sua participação em "Jogos da Integração do Idoso", a ser realizado nos dias 20 a 24 de agosto de 2026, na cidade de Guaratuba – PR, conforme memorando nº 195/2026 – SMELJ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:440EBA13

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 367, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, ao servidor **PAULO OBRZUT,** inscrito no R.G. sob o nº 9.327.928-0/SSP/PR, ocupante de dois cargos de Professor, matrículas funcionais nº 1681 e 118922, em virtude de sua participação em "Jogos da Integração do Idoso", a ser realizado nos dias 20 a 24 de agosto de 2026, na cidade de Guaratuba – PR, conforme memorando nº 197/2026 – SMELJ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:B12E67E4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 368, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **TATIELE GIOVANA CHICOVIS DE OLIVEIRA,** inscrita no R.G. sob o nº 13.011.301-0/SSP/PR, ocupante de dois cargos de Professora, matrículas funcionais nº 118902 e 119346, em virtude de sua participação em "Jogos da Integração do Idoso", a ser realizado nos dias 20 a 24 de agosto de 2026, na cidade de Guaratuba – PR, conforme memorando nº 198/2026 – SMELJ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:5341087E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 369, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **LARISSA WELKER COSTA,** inscrita no R.G. sob o nº 10.773.584-4/SSP/PR, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula funcional nº 1397, em virtude de sua participação em Grupo de Trabalho com o tema "SONIH e Notivisa- Sistemas de Notificações em Vigilância Sanitária e Segurança do Paciente", a ser realizado no dia 26 de agosto de 2026, na cidade de Curitiba – PR, conforme memorando nº 767/2026 – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:F7AB179C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 370, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, ao servidor **WILSON ROBERTO CORREA JUNIOR,** inscrito no R.G. sob o nº 8.324.1220-5/SSP/PR, ocupante do cargo de Enfermeiro, matrícula funcional nº 1581, em virtude de sua participação em Grupo de Trabalho com o tema "SONIH e Notivisa- Sistemas de Notificações em Vigilância Sanitária e Segurança do Paciente", a ser realizado no dia 26 de agosto de 2026, na cidade de Curitiba – PR, conforme memorando nº 767/2026 – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:2C077BAC

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE TIJUCAS DO SUL AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026 PELO MENOR VALOR POR ITEM ART. 75, II, DA LEI N. 14.133/2021

Aviso de Dispensa de Licitação pelo Valor – nº 05/2026
Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021

Dispensa de Licitação nº **05/2026**.
Processo Administrativo nº **58/2026**
Tipo: Menor Preço por item.
Objeto: Aquisição Produtos de Panificação
Valor total máximo estimado: **R$** 9.864,25 (nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)

Dotação orçamentária: 12.001 – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE TIJUCAS DO SUL.
33.90.30.00.00 - Material de Consumo
33.90.30.07.12 – Gêneros Alimentícios para Copa e Cantina
Prazo para apresentação das propostas e documentos para habilitação: até o dia 21/08/2026 às 17:00 horas.

Endereço para entrega da proposta e documentação:
Instituto da Previdência de Tijucas do Sul, Rua Tobias Dias do Rosario, 249, Tijucas do Sul – Paraná, OU pelo Endereço eletrônico previdencia@tijucasdosulprev.pr.gov.br.

Poderão ser obtidas informações complementares através do Telefone (41) 3629-1587 ou através do e-mail:eliza.freitas@tijucasdosulprev.pr.gov.br.
ou previdencia@tijucasdosulprev.pr.gov.br

Tijucas do Sul, Paraná, 18 de agosto de 2026.

CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA
Diretora Presidente

Publicado por:
Eliza Cruz de Freitas
Código Identificador:73061121

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL P.E. Nº 26/2026

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026

Considerando a necessidade de correção no Termo de referência ao edital, publicado no site do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, https://www.diariomunicipal.com.br/amp/.
Onde se lê:

61	BR371273	Cloreto de Sódio 0,9% (9 mg/mL), estéril, apirogênica, límpida, incolor, isenta de partículas, para uso parenteral, acondicionada em frasco plástico sistema fechado, com dispositivo para conexão de equipo padrão.	**UNID**	1.000

Leia-se:

61	BR371273	Cloreto de Sódio 0,9% (9 mg/mL), estéril, apirogênica, límpida, incolor, isenta de partículas, para uso parenteral, acondicionada em frasco plástico sistema fechado, com dispositivo para conexão de equipo padrão - **FRASCO 250 ML**	**UNID**	1.000

A data de abertura da sessão se mantém para o dia **24 de agosto de 2026.**

Tijucas do Sul, 18 de agosto de 2026

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Woiakievicz Giombelli
Código Identificador:D1EE9563

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
DECRETO MUNICIPAL Nº 058/2026

Ementa: Regulamenta o art. 8.o da Lei Municipal 616/2024, classificando as atividades de comércio, serviço, indústria e rural de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, bem como seus respectivos graus de risco e seus enquadramentos como permitidos, permissíveis, tolerados e proibidos nas respectivas zonas urbanas.

O PREFEITO DE TOMAZINA – PR, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o art. 8.o da Lei Municipal 616/2024,

DECRETA:

Art. 1º – Este Decreto estabelece a disciplina para a instalação e o funcionamento de atividades não residenciais, classificando-as conforme o grau de risco e o impacto urbanístico, tendo como base a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).
Art. 2º – Procurando conferir segurança jurídica aos cidadãos, o Município utilizará dos critérios de risco estabelecidos na PORTARIA MTP Nº 2.318, de 3 de agosto de 2022, e das regulamentações que lhe sucederem ou lhe alterarem.
§1º – A lista estabelecida na PORTARIA MTP Nº 2.318, de 3 de agosto de 2022 fica dividida em quatro graus de risco, sendo eles:
I – Grau de Risco 1 (Baixo): Baixa probabilidade de acidentes e lesões urbanísticas e ambientais.
II – Grau de Risco 2 (Moderado): Riscos moderados de acidentes e lesões urbanísticas e ambientais.
III – Grau de Risco 3 (Alto): Perigos constantes e maior probabilidade de acidentes e lesões urbanísticas e ambientais.
IV – Grau de Risco 4 (Muito Alto): Exposição a situações graves e rotineiras de acidentes e lesões urbanísticas e ambientais.
§1º – A classificação de determinada atividade não gera, por si só, direito adquirido ao alvará de construção e/ou funcionamento da empresa.
§2º – Os servidores públicos que atuarem na emissão de alvarás de construção e ou abertura de atividades produtivas, determinarão que a parte interessada requeira todas as licenças junto aos órgãos ambientais, de segurança do trabalho, vigilância sanitária, corpo de bombeiros e demais órgãos de controle, quando forem cabíveis, devendo condicionar a emissão do alvará à obtenção da licença ou à sua dispensa, pelos órgãos estaduais e federais competentes.
§3º – É prerrogativa dos servidores municipais determinar que o requerente apresente documentações que comprovem o nível de poluição ambiental em qualquer de suas espécies, quando a atividade tiver o potencial de gerar danos à coletividade e à regular ocupação do solo municipal, conforme a Lei Municipal 616/2024.
§4º – É dever do servidor que determinar o contido nos parágrafos deste artigo, fundamentar por escrito as razões de fato pelas quais está exigindo a referida documentação.
Art. 3º – Após a classificação da atividade, os servidores competentes a enquadrarão em uma das categorias previstas no art. 7.o da Lei Municipal 616/2024:
I – Usos Permitidos;
II – Usos Permissíveis;
III – Usos Tolerados;
IV – Usos Proibidos.
§1.o – Quando não atendidas as determinações previstas no art. 2.o deste Decreto, a atividade será reputada como de Uso Proibido, até que a parte interessada comprove documentalmente a adequação do requerimento às exigências legais e regulamentares.
Art. 4º – As atividades de Grau de Risco 1 poderão ser permitidas em todas as zonas urbanas, ressalvadas as prerrogativas dos parágrafos do art. 2.o deste Decreto e da legislação municipal aplicável.
Art. 5.o – As atividades de Grau de Risco 2 poderão ser permitidas em todas as zonas urbanas, ressalvadas as prerrogativas dos parágrafos do art. 2.o deste Decreto e da legislação municipal aplicável.
Art. 6.o – As atividades de Grau de Risco 3 não serão permitidas nas zonas residenciais.
§1.o – As atividades do Grau de Risco 3 poderão ser permitidas nas demais zonas urbanas, ressalvadas as prerrogativas dos parágrafos do art. 2.o deste Decreto e da legislação municipal aplicável.
Art. 7.o – As atividades de Grau de Risco 4 poderão ser permitidas somente nas Zonas Industriais ZIN1 e ZIN2, ressalvadas as prerrogativas dos parágrafos do art. 2.o deste Decreto e da legislação aplicável.
Art. 8º – Atividades instaladas anteriormente à vigência deste Decreto que se tornarem "Proibidas" serão consideradas Usos Não Conformes Tolerados, sendo vedada a ampliação da área construída ou a alteração para CNAE de maior impacto.
Art. 9º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal 048/2026, mantendo-se a revogação dos Decretos Municipais 016/2026 e 053/2024.
Tomazina, 18 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito de Tomazina– PR

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:8105BBE8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 12/2023

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 12/2023
ORDEM CRONOLÓGICA: Concorrência Nº 01/2023 – Processo Nº 17/2023
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de publicidade, por intermédio de Agência de Propaganda para o Legislativo Municipal.
PARTES: Câmara Municipal de Três Barras do Paraná e Dudacom Marketing Integrado Eireli.
FUNDAMENTO: Lei 14.133/2021, demais alterações e Concorrência nº 01/2023 da Câmara Municipal.
PREÇO: Até R$ 114.843,99 ao ano.
PRAZO: O prazo de vigência deste contrato é de 12 meses.

Três Barras do Paraná, 18 de agosto de 2026.

ANTENOR CARLOS DA MOTTA
Presidente

Publicado por:
Lenilce Vitoriano
Código Identificador:3393E0A8

CÂMARA MUNICIPAL
RES. N. 25 - CONCEDE FÉRIAS

RESOLUÇÃO Nº 25/2026
Data: 18.08.2026

SÚMULA. Concede férias a servidora do Legislativo Municipal e dá outras providências.

Antenor Carlos da Motta, Presidente da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam concedidas férias a servidora municipal, conforme abaixo relacionados:

Matricula	Nome	Cargo	Data Inic.	Data Fim	Dias
280	Lenilce Vitoriano	Assistente Legislativo	26.08.2026	04.09.2026	10

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

ANTENOR CARLOS DA MOTTA
Presidente da Câmara Municipal

Publique-se

Publicado por:
Sergio Fernandes
Código Identificador:EB3A7BF3

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO N°7244/2026

DECRETO N°7244/2026
Data 18.08.2026

Prorroga Licença Maternidade a Servidora Temporária Municipal e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o contido no art. 63, § 1° da Lei Municipal 2626/2024 e considerando requerimento da interessada,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado a Licença Maternidade por mais 60 (sessenta) dias, para servidora conforme abaixo descrita:

Matricula	Nome	Cargo	Período da Licença
1477-0/1	Laira Amado Rossi Vieira	Professora Temporária	18/08/2026 a 16/10/2026

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:DBF90ACB

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7243/2026

DATA 18/08/2026

Institui o Comitê Municipal da Dengue, e dá outras providências.

Gerson Francisco Gusso, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e nos termos da Portaria GM1346, Portaria GN1347, ambas de 24 de julho de 2002.
CONSIDERAÇÃO: a utilização de instrumentos legais facilitadores para o enfrentamento da doença, com atuação multi-setorial através de representante legal.
CONSIDERANDO: o disposto no art. 3º da Portaria nº 1346 de 24 de julho de 2002 do Ministério da Saúde, no que tange o Município como gestor.
DECRETA:
Art. 1º Fica constituído o Comitê Municipal contra a Dengue, composto por representante das seguintes entidades/organizações:

Nome	Entidade
Débora Nádia Pilatti Vidor	Secretaria Municipal de Saúde
Delina Gomes da Silva Oenning	Enfermeira Coordenadora do APS
Thalitha Brandini Peliser	Enfermeira Coordenadora de Endemias
André Elenadro Ventura	Médico Veterinário (Vigilância Sanitária)
Camila Marafon Trevizan	Farmacêutica da APS
Cleusa de Araújo Costa	Agente Administrativo da APS
Maria Gabriela de Paula	Enfermeira Vigilância Epidemiológica
Jucieli Maria Fontana	ACE (Supervisão de Campo)
Izabete da Silva Derzbacher	ACE (Autoridade Sanitária)
Rafael Gomes da Silva Dias	Farmacêutica no Hospital Municipal
Estefany Cristina de Souza Furlanetto	Chefe da Vigilância Sanitária
Mario do Socorro	Diretora do Hospital Municipal
Vanessa Buligon	Assistente Social na APS
Alice Cistina Guimarães Zanqueta	Engenheira Ambiental
Clebeson Bordim.	Secretário de Administração e Planejamento
Paulo Henrique da Silva	Diretor do Departamento de Serviços Urbanos
Eliza Bortolanza	Secretária de Educação
Sandra Franceschini Pizzato	Assistente Social

§ 1º. A coordenação do Comitê será exercida por representante da Secretaria Municipal de Saúde do município de Três Barras do Paraná, indicados pelo Secretário (a) de Saúde e representantes, e entidades/organizações escolhidos em assembleia.
§ 2º. O Comitê reunir-se-á ordinariamente mediante convocação de seus coordenadores com registro em Ata dos assuntos deliberados.

Art. 2º. O Comitê terá a finalidade de coordenar a implementação de ações de educação em saúde e mobilização social voltada ao controle da doença, de maneira a criar maior responsabilização de cada família, empresários e trabalhadores na manutenção de seu ambiente doméstico ou de lazer de potenciais criadouros de vetor transmissor da doença, em especial as ações relativas ao Dia Nacional de Mobilização Contra a Dengue**.**
Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Três Barras do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:86B0D2E0

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7245/2026

Data: 18/08/2026

Estende a Concessão de Gratificação de Função a servidora membro da comissão de licitação, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, prefeito municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei. Considerando o contido na Lei nº 085/94, Lei nº com as alterações nas Leis 1254/15 de 22/05/2015, 2319/2022, de 09/08/2022, a Lei nº 2626/2024 os Decretos nºs 5306/2023 de 27/03/2023**,** combinado com o Decreto nº 5634/2024, de 09/01/2024**,** Decreto nº 6092/2024 de 11/12/2024, e Decreto nº 6872/2025, de 29/12/2025 e 7236/2026 de 11/08/2026
D E C R E T A
Art. 1º. Fica concedida gratificação de Função FG a membro da Comissão de Contratação, Agente de Contratação nomeada pelos 5306/2023 de 27/03/2023**,** combinado com o Decreto nº 5634/2024, de 09/01/2024**,** Decreto nº 6092/2024 de 11/12/2024, e Decreto nº 6872/2025, de 29/12/2025 e 7236/2026 de 11/08/2026

Nome	CPF	Cargo	Percentual
Débora Cristina Gandolfi Grahl	079.xxx.xxx-62	Titular	50%

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:18CAF8A6

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA N° 208/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR PINTURA NAS QUADRAS ESPORTIVAS DOS GINÁSIOS DO BAIRRO ALTO CAMPO E JARDIM FLORESTA
PARTES: Município de Três Barras do Paraná e PAULO JOAQUIM DE OLIVEIRA
FUNDAMENTO: Lei Federal N° 14.133/21 e Concorrência Eletrônica a nº 06/2026
VALOR: R$ 53.700,00 (Cinquenta e três mil e setecentos reais)
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado
DATA DE ASSINATURA: 17 de agosto de 2026..

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:A1B678B5

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 81/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CNPJ nº 78.121.936/0001-68.
CONTRATADA: AUTEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA., CNPJ nº 20.233.756/0001-98.
ORIGEM: Concorrência Eletrônica nº 02/2025.

OBJETO: Rescisão unilateral do Contrato de Empreitada nº 81/2025, cujo objeto consistia na execução de obra de extensão da rede elétrica para iluminação da pista de caminhada na PR-471.

FUNDAMENTAÇÃO: Artigos 137, incisos I e II, e 138, inciso I e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como cláusulas 5.3, 19.1.1 e 19.2 do Contrato de Empreitada nº 81/2025.

MOTIVAÇÃO: Abandono e paralisação da obra, descumprimento do cronograma físico-financeiro, inexecução aproximada de 49,65% do objeto, ausência de justificativa formal e não atendimento às Notificações Extrajudiciais nº 01/2026, nº 03/2026 e nº 04/2026.

EFEITOS: Permanecem resguardadas a apuração dos serviços efetivamente executados, dos valores eventualmente devidos, das perdas e danos, das medidas relativas à garantia contratual e da eventual aplicação de sanções administrativas, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Três Barras do Paraná, 18 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:8A3BF48A

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026.

O Pregoeiro, devidamente constituído, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital da Concorrência Eletrônica nº 06/2026, o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

Classificações em primeiro lugar nos itens do objeto, conforme segue:

Ø PAULO JOAQUIM DE OLIVEIRA – CNPJ 12.873.443/0001-76

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR
1	PINTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA EM EPÓXI - GINÁSIO JARDIM FLORESTA, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS, COM ÁREA ESTIMADA DE 600 M² PARA FINS ORÇAMENTÁRIOS	UND	1	26.850,00	R$ 26.850,00
2	PINTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA EM EPÓXI - GINÁSIO ALTO CAMPO, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS, COM ÁREA ESTIMADA DE 600 M² PARA FINS ORÇAMENTÁRIOS	UND	1	26.850,00	R$ 26.850,00
VALOR TOTAL					**R$ 53.700,00**

Lotes Fracassados / Lotes Desertos

Desclassificações / Inabilitações

Três Barras do Paraná/Pr. 17 de agosto de 2026.

CARLOS SNIEZKO
Pregoeiro

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:7FD16F75

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO N° 246 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N° 246 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências.

O Prefeito do Município de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1038, de 10 de dezembro de 2025,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o corrente exercício, o Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 341.971,00 (trezentos e quarenta e um mil e novecentos e setenta e um reais) destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

06.002.10.301.0013.2.041 Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde
3.3.90.32.00.00 303 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita..... R$ 36.000,00
06.002.10.302.0014.2.044 Manutenção da Rede Municipal de Saúde Média Complexidade
3.3.90.30.00.00 303 Material de Consumo..... R$ 30.000,00
07.002.08.244.0007.2.062 Ações para Manutenção das Atividades do Armazém da Família
3.3.90.39.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 18.000,00
07.002.08.244.0007.1.074 Construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS
4.4.90.51.00.00 000 Obras e Instalações..... R$ 247.971,00
07.003.08.243.0008.6.001 Ações a Cargo do Conselho Tutelar
3.3.90.39.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, são indicados como recurso, consoante pelo inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

05.002.12.306.0028.2025 Manutenção da Merenda Escolar na Rede Municipal
3.3.90.32.00.00 000 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita..... R$ 150.000,00
06.002.10.301.0013.2.041 Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde
3.3.90.30.00.00 303 Material de Consumo..... R$ 36.000,00
06.002.10.301.0013.2.050 Manutenção das Atividades de Saúde Bucal
3.3.90.30.00.00 303 Material de Consumo..... R$ 15.000,00
3.3.90.39.00.00 303 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 15.000,00
07.002.08.244.0007.2.062 Ações para Manutenção das Atividades do Armazém da Família
3.3.90.36.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física..... R$ 9.000,00
3.3.90.93.00.00 000 Indenizações e Restituições..... R$ 9.000,00
07.003.08.243.0008.6.001 Ações a Cargo do Conselho Tutelar
3.3.90.36.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física..... R$ 10.000,00
07.004.16.482.0023.2035 Ações para Manutenção do Programa Morar Bem Tunas do Pr.
3.3.90.32.00.00 000 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita..... R$ 97.971,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 18 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:30B68AA9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 245 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 245 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências.

O Prefeito do Município de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1038, de 10 de dezembro de 2025,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o corrente exercício, o Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 98.849,00 (noventa e oito mil e oitocentos e quarenta e nove reais) destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

04.001.04.122.0004.2.006 Gestão Municipal dos Serviços de Administração e Finanças
3.3.90.39.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 44.349,00
05.002.12.361.0038.2.024 Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.39.00.00 103 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 54.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, são indicados como recurso, consoante pelo inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior nas fontes:

- 000 – Recursos Ordinários (Livres) ..... R$ 44.349,00
- 103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB..... R$ 54.500,00

Art. 3º Para fins de compatibilização, ficam autorizadas a inclusão nos anexos do PPA, nos anexos de Prioridades e Metas da LDO e na Programação Financeira Anual, as alterações contidas neste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 18 de julho de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:31117C4C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º70/2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º70/2026
PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado à empresa: **TECNOKAP SOLUÇÕES LTDA** CNPJ: sob nº. 29.605.776/0001-17,
OBJETO: Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de **Materiais de Limpeza, Higiene Pessoal**, conforme detalhamento constante no Anexo I- Termo de Referência deste Edital.

LOTE 11 R$ 2.439,90 (Dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais e noventa centavos)					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Capacho** - Capacho Material: Fibra De Vinil, Comprimento: 1.60m, Largura: 0,60m M, Altura 1cm, Cor: preto, Características adicionais: com logo da Prefeitura de Tunas - Lavável, Resistente, Antichamas, Antiderrapante. **MARCA KAPAZI**	uni	15	162,66	2.439,90

VALIDADE DOS PREÇOS: 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, (art. 84 da Lei n. º14.133/2021.

DAS DOTAÇÕES: As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

04.001.04.122.0004.2006 Gestão Municipal dos Serviços de Administração e Finanças			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
41	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1001
05.002.12.361.0017.2022 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
96	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1103
05.002.12.365.0018.2017 Manutenção das Atividades da Educação Infantil			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
122	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1103
07.001.08.122.0006.2027 Manutenção das Atividades da Sec. Mun. De Desenvolvimento Social e Família			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
267	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1001
09.001.15.452.0021.2064 Manutenção e Conservação de Espaços Públicos			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
355	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1001
10.001.27.812.0030.2054 Apoio e Promoção das Atividades Desportivas			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
392	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1001
13.001.13.392.0019.2055 Ações de Promoção e Difusão Cultural			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
463	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1001
11.001.04.122.0004.2070 Gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
405	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1001

DATA: Tunas do Paraná, 17 de agosto de 2026.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO – Prefeito Municipal
ROGER WEBER MORENO CASTRO, Representante Legal Empresa Contratada.

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:37A29A9F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2026

Contrato Administrativo nº 149/2026 – Pregão Eletrônico Nº 86/2026 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: VIVEIRO DE MUDAS MEURER LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 07.168.382/0001-06, com sede localizada na Av. Heitor Alencar Furtado, Nº 1056, no Município de Paranavaí/PR, CEP 87.710-000, neste ato representada por João Batista Meurer Junior, portador da cédula de identidade Nº 9.469.597-0 SSP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 049.103.559-44 – **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MUDAS DE ÁRVORES FRUTÍFERAS, ERVA-MATE E HORTALIÇA – **Prazo de Vigência:**A vigência do contrato é de 12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 18/08/2026 a 17/08/2027 - **Valor global:** R$ 35.194,10 (trinta e cinco mil, cento e noventa e quatro reais e dez centavos) – **Gestora**:Noeli MariaBastos Seguro – **Fiscal**: PatriciaGasparettoZin - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:63E28B8F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 136/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 55/2025

Primeiro Termo Aditivo - Contrato Administrativo nº 136/2025 – Dispensa de LicitaçãoN° 55/2025 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada:SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 03.541.088/0003-09, situada a Rua Padre Chagas, n° 3899 - CEP: 85.010-020 - Bairro: Centro, neste ato representada por seu Diretor Regional, Sr. Sidnei Lopes de Olivera portador do CPF/MF n.º 023.465.999-80-**Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS TEMPORÁRIOS– **Prazo de Vigência:**fica prorrogado por 12 (doze) meses o período de vigência do Contrato Administrativo nº 136/2025, de forma que a data para o seu termo final passa a ser **17 de agosto de 2027-Gestora:**Evanisy dos Santos Miranda – **Fiscal:**Elaine Cristina Pereira Ribas -**Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:5B79F5D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 55/2026 REEQUILÍBRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026

Segundo Termo Aditivo - Reequilíbrio – Ata de Registro de Preço N° 55/2026 – Pregão EletrônicoN° 15/2026 – Contratante: Município de Turvo/PR, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, nº 353, Centro, Turvo/PR, CEP 85.150-016, Turvo/PR – **Contratada: IDEAL LICITACOES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 53.569.690/0001-60, com sede localizada na Av. Nossa Senhora Aparecida, Nº 43, no Município de Turvo-PR, CEP 85.150-040, neste ato representada por Valdeci Dos Santos, portador da cédula de identidade Nº 6072379-6 e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 694.965.959-87 – **Objeto:** REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO (ÕES) DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS DE COZINHA EM GERAL – **Valor:** Fica aditivado o valor de R$ 556,08 (quinhentos e cinquenta e seis reais e oito centavos) ao contrato original, correspondente ao valor total de

acréscimo decorrente do reequilíbrio econômico – **Gestor:** Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto – **Fiscal:** Cheila Fernanda Torteli - **Foro:** Guarapuava/PR– **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo/PR e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:587102DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 595-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 130, § 2°, inciso I da Lei Complementar Municipal N° 03/2023 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 30 (trinta) dias de Licença por motivos de Doença em Pessoa da Família para a servidora efetiva **Valeria Buczek Ribeiro,** Cozinheira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, considerando o atestado médico apresentado através do protocolo nº 3.110/2026 e o parecer emitido pela Comissão Especial conforme despacho 2-3.110/2026. No período de 12 de agosto de 2026 a 10 de setembro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria terá efeito retroativo a 12 de agosto de 2026
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 14 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:699AD308

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 596-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir em 18 de agosto de 2026, o contrato de trabalho nº 81/2025, do senhor **Adilson Mendes dos Santos,** inscrito no CPF nº 029.203.639-64, de prestação de serviços no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, admitido através de aprovação no PSS nº 03/2025. Em atenção a solicitação do mesmo através do protocolo nº 3.139/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 17 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:56084F6A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 597-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 15 (quinze) dias de afastamento para tratamento de saúde, para a servidora temporária **Rosmélia da Luz Brugge Moraes**, Servente de Limpeza, lotada na Secretaria Municipal da Familia e Desenvolvimento Social, no período de 07 de agosto de 2026 a 21 de agosto de 2026. Em atenção ao atestado médico de procedimento cirúrgico apresentado através do protocolo nº 3.145/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 07 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 17 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:12EA4F34

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 598-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 30(trinta) dias de afastamento para tratamento de saúde, para a servidora temporária **Rosicleia Cadena dos Santos Aparício**, Servente de Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 17 de agosto de 2026 a 15 de setembro de 2026. Em atenção ao atestado médico apresentado, através do memorando nº 2.929/2026
Parágrafo único – A servidora deverá realizar o requerimento de benefício por incapacidade temporária junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, observadas as disposições da legislação previdenciária aplicável.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 17 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 18 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:5AC92CED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 599-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 12 (doze) dias de afastamento para tratamento de saúde, para o servidor temporário **Eric Antonio Anatrielli**, Médico Veterinário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 10 de agosto de 2026 a 21 de agosto de 2026. Em atenção ao atestado médico apresentado, através do memorando nº 2.842/2026 e o laudo da perícia médica.
Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 10 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 18 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:683EC117

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 600-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 130, § 2°, inciso I da Lei Complementar Municipal N° 03/2023 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 14 (quatorze) dias de Licença por motivos de Doença em Pessoa da Família para a servidora efetiva **Ana Claudia Rutes Tratsch Veloso,** Auxiliar Educacional, lotada no Cmei Vó Luiza, Secretaria Municipal de Educação, considerando o atestado médico apresentado através do protocolo nº 3.138/2026 e o parecer emitido pela Comissão Especial conforme despacho 2-3.138/2026. No período de 09 de agosto de 2026 a 22 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria terá efeito retroativo a 09 de agosto de 2026
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 18 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:2A5C4CA2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO GABINETE DO PREFEITO TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 68/2026

Através do presente termo, **RATIFICO** o processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 68/2026, objeto visa o repassede recursos financeiros à **ASSOCIACAO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONARIOS DO COLEGIO ESTADUAL PROFESSORES EDVALDO E MARIA JANETE CARNEIRO - ENSINO MEDIO),** mediante Inexigibilidade de Licitação, Termo de Fomento no valor total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), considerando:
A regularidade do procedimento executado;
A justificativa para escolha da contratada;
Os documentos relativos à habilitação da beneficiada em face das exigências previstas pelo Art. 31, inciso II, da Lei n.º 13.019/2014.
Estando tudo em conformidade com o conteúdo do Parecer Jurídico, DETERMINO a adoção das medidas cabíveis para a celebração do contrato.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Turvo/PR, 18 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:2A9A07E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 90/2026

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que prorroga o prazo de abertura do certame em epígrafe, cuja Sessão de Abertura era prevista para ocorrer em 18 de agosto de 2026, deixando consignados os termos e prazos previstos a seguir:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor Preço
Objeto: Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de profissionais para ministrar oficinas socioeducativas nas áreas de teatro, dança, artesanato, educação física, violão, língua inglesa e artes marciais, destinadas aos usuários do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, do departamento de políticas públicas para mulheres e da secretaria de esporte, cultura e turismo.
Recebimento de Propostas: Até às 08h30min de 10 de setembro de 2026.
Início da Sessão: 10 de setembro de 2026 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "**Acesso Identificado**"
Valor estimado: R$ 371.892,50 (trezentos e setenta e um mil, oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos)
Motivo: Prorrogação necessária devido a necessidade de alteração no edital, visto que um dos lotes não estava cadastrado no Compras.Gov e alteração nos documentos de habilitação. A minuta do Edital e os demais documentos estão publicadas no Portal da Transparência do Município de Turvo, disponível em http://www.turvo.pr.gov.br/, espaço ''licitações e contratos''.
O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/2021 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal do Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145, através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-000, de segunda a sexta feira, das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17:00 horas.
.
Turvo/PR, 17 de agosto de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Pregoeira
(Decreto N° 79/2026)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:27DDCB61

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 68/2026

A Prefeitura Municipal de Turvo (PR) torna público, por meio da sua Comissão Permanente de Licitações (CPL), representada por sua presidente (designada pela Decreto nº 79/2026), para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizou a **Inexigibilidade de Licitação nº 68/2026**, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, autorizado pelo Prefeito Municipal em 18/08/2026, cujos termos obedecem ao que segue:
Contratada: ASSOCIACAO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONARIOS DO COLEGIO ESTADUAL PROFESSORES EDVALDO E MARIA JANETE CARNEIRO - ENSINO MEDIO

Objeto: Termo de Fomento firmado com a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) do Colégio Estadual Professores Edvaldo e Maria Janete Carneiro, para o repasse de recursos financeiros destinados à Participação dos estudantes na V FECET – Feira de Ciências, Engenharias e Tecnologia, com objetivo de custear parcialmente as despesas de transporte e hospedagem necessárias à participação de estudantes e professores.

Valor : R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Fundamento legal: Lei Ordinária n° 51/2025**.**

Justificativa: A presente parceria tem por finalidade fomentar ações voltadas ao desenvolvimento da educação, da inovação e do empreendedorismo, por meio do apoio à participação dos estudantes e professores do Colégio Estadual Professores Edvaldo e Maria Janete Carneiro – EFM na V FECET – Feira de Ciências, Engenharias e Tecnologia, evento de abrangência estadual que reúne projetos científicos e tecnológicos desenvolvidos por estudantes da Educação Básica.
Embora a V FECET seja uma feira de ciências, engenharias e tecnologia, o evento apresenta estreita relação com o empreendedorismo, uma vez que incentiva a pesquisa aplicada, a inovação, a criatividade, o desenvolvimento de soluções para problemas reais, o uso de novas tecnologias e o protagonismo estudantil, competências fundamentais para a formação de uma cultura empreendedora. Os projetos desenvolvidos pelos estudantes abrangem áreas como robótica, automação, inteligência artificial, Internet das Coisas (IoT), educação financeira, sustentabilidade, inclusão, engenharia e tecnologia, promovendo habilidades essenciais para o desenvolvimento econômico, social e inovador.
Nesse contexto, a iniciativa encontra respaldo nos objetivos da Lei Municipal nº 51/2025, que visa incentivar ações voltadas ao empreendedorismo, à inovação e ao desenvolvimento de projetos capazes de fortalecer a formação de jovens empreendedores e estimular a criação de soluções inovadoras para a sociedade. Além disso, a participação dos estudantes proporcionará ao Município de Turvo representatividade em evento científico de destaque, valorizando a educação, a pesquisa e a inovação desenvolvidas no âmbito escolar.
O valor do repasse municipal será limitado a R$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinados ao custeio parcial das despesas previstas no Plano de Trabalho, sendo que os valores excedentes serão suportados pela própria Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), a título de contrapartida financeira, assegurando a execução integral do projeto sem gerar ônus adicional ao Município.

As informações administrativas relativas à Inexigibilidade de Licitação nº 68/2026 poderão ser obtidas através dos seguintes meios: Postal: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Turvo (PR), localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo (PR), CEP 85150-000 – Telefone: (42) 3642-1145 – E-mail: < licitacao@turvo.pr.gov.br > – Horário de atendimento: de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.

Turvo (PR), 18 de agosto de 2026.

ANA LUIZA CHAMORRA
Membro da Comissão Permanente de Licitações (Decreto n˚ 79/2026)

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:25B78E2F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADENDO 001 AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

ADENDO 001 AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

OBJETO: O **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ÀS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE URBANAS E DISTRITAIS QUE ATUAM COMO PORTA DE ENTRADA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA**.

Cláusula Primeira: No ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, e no ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, fica alterada a tabela apresentada nestes itens, para correção devido a erro material do valor apresentado, passando-se a ler conforme abaixo:

Descrição	Valor mensal	Valor total anual
Profissional de educação física – 40 horas semanais	R$ 5.572,59	R$ 66.871,08
Profissional de educação física – 20 horas semanais	R$ 2.927,29	R$ 35.127.48

Cláusula Segunda: As demais cláusulas deste edital permanecem inalteradas.

Umuarama, 12 de agosto de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:06970A5E

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026 - FMS

AVISO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026 - FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 2026/06/617

PARA AMPLA CONCORRÊNCIA COM ITEM/LOTE EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), LOCAIS E/OU SEDIADAS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE UMUARAMA

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: Aquisição de Materiais e Insumos Hospitalares Diversos, que supram as necessidades pelo período de 12 (doze) meses da Atenção Primária em Saúde, Pronto Atendimento 24 Horas, CEM, CEO, CRMI, Ambulatório Municipal de Infectologia e COVISA da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 08/09/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 08/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 08/09/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 14.502.650,55 (quatorze milhões, quinhentos e dois mil, seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); **no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU** no **Portal Nacional de Compras** (http://www.bll.org.br).

Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.

Umuarama/Pr, 17 de agosto de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:E293E623

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - FMS

RESUMO DE CONTRATOS - FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 271/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: VIVIANA ALMEIDA TERAPIA OCUPACIONAL LTDA
Profissional Credenciado: VIVIANA VALLE DE ALMEIDA
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de TERAPIA OCUPACIONAL para atendimento no Instituto de Atendimento ao Indivíduo com Transtorno do Espectro Autista - IAITEA, com complemento desta Secretaria em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, do Município de Umuarama, conforme **Edital de Chamamento Público nº 007/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**
Valor: R$ 82.349,88 (oitenta e dois mil e trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos).
Vigência: 07/08/2026 a 07/08/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2026/07/720, no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 179/2026, autorizado em 06 de agosto de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 07 de agosto de 2026, edição nº 3.590, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 18 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:D84BFEC6

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO N° 283/2025
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: L FERNANDES CONCEIÇÃO LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 31 de julho de 2027**.**
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor do contrato R$ 11.637,00 (onze mil e seiscentos e trinta e sete reais), perfazendo o valor total deste termo de até R$ 11.637,00 (onze mil e seiscentos e trinta e sete reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.145. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D:126 - F:001 - Livres
70.001.10.301.0024.2.145. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D:127 - F:303 – 15%
70.001.10.301.0024.2.145. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D:128 - F:494 – Federal
70.001.10.301.0024.2.145. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D:129 - F:70014 – Estadual
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 23 de junho de 2026.

TERMO ADITIVO 003 AO CONTRATO N° 024/2024
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: DPM DERMATOLOGIA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 19 de julho de 202**7.**
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor de até R$156.000,00(cento e cinquenta e seis mil reais), perfazendo o valor total deste termo em R$156.000,00(cento e cinquenta e seis mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:183 – F:1 – Livres
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:184 – F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:185 – F:494 – Rec. Federal
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:188 – F:70014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:187 – F:60218 - Federal
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:313 – F:370014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:316 – F:360218 - Federal
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 17 de julho de 2026.

Umuarama, 18 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:7DAF5EB8

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - FPMU
DECRETO Nº 035/2026

Concede "Pensão Vitalícia" a beneficiária do servidor inativo EDSON CARLOS LEITE BARBOSA.

A Administradora do Fundo de Previdência Municipal de Umuarama - Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

D E C R E T A :

Art.1º Fica concedida a partir de 29 de junho de 2026, **"Pensão Vitalícia"** a Sr.ª **ZENILDA ROSA DOS SANTOS BARBOSA**, inscrita no CPF sob nº. 564.101.314-53, beneficiária do servidor inativo **EDSON CARLOS LEITE BARBOSA,** matrícula nº 822745, nos termos do Processo nº. 067/2026, conforme estabelecem os Artigos conforme estabelece os Artigos 216, 217 §1º e 218, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar nº. 018/92 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Umuarama), c/c com Artigo 40, §§ 7º e 8º da Constituição Federal.

Art. 2º Perceberá a beneficiária acima referida a título de ''Pensão Vitalícia'', a cota de 100% (cem por cento) dos proventos, no valor de R$ 6.969,40 (Seis mil novecentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos) mensais e R$ 83.632,80 (Oitenta e três mil seiscentos e

trinta e dois reais e oitenta centavos) anuais, com paridade, utilizando o índice aplicado aos servidores ativos e inativos do Município.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 07 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS
Administradora do FPMU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:57E8F8E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 194/2026

Nomeia, em substituição, membros da Junta Julgadora de Recursos Administrativos (JURAP), no âmbito da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON)

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 2.930, de 19 de outubro de 2006, alterada pelas Leis Municipais n.º 3.795, de 20 de dezembro de 2011 e n.º 4.603, de 26 de outubro de 2022;

CONSIDERANDO Decreto Municipal n.º 291, 17 de setembro de 2024;

CONSIDERANDO o Decreto n.° 069, de 17 de março de 2026;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna n.º 64/2026 expedida pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, em 30 de julho de 2026.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica nomeado para compor a Junta Julgadora de Recursos Administrativos (JURAP), para o restante do mandato do triênio de 2024/2027 na qualidade de membro titular, **Affonso Henrique Urgnani**, portador do CPF n.º 087.XXX.XXX-13, representante da Secretaria da Procuradoria-Geral, em substituição a Marília Aguiar Favaro, nomeada nos termos do artigo 1º, inciso I, do Decreto Municipal n.º 069, de 17 de março de 2026.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes no Decreto Municipal n.º 069, de 17 de março de 2026.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 03 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:04A03B99

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 193/2026

Nomeia, em substituição, membro do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor (CONDECON) no âmbito da Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor (PROCON).

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o artigo 19, da Lei Municipal n.º 2.301, de 16 de agosto de 2000;

CONSIDERANDO Decreto Municipal n.º 290, 17 de setembro de 2024;

CONSIDERANDO o Decreto n.° 070, de 26 de março de 2025;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna n.º 59/2026 expedida pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, em 21 de julho de 2026.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica nomeado para compor o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor (CONDECON) para o restante do mandato do triênio de 2024/2027, na qualidade de membro suplente, **Affonso Henrique Urgnani**, portador do CPF n.º 087.XXX.XXX-13, representante da Secretaria da Procuradoria-Geral, em substituição a Marília Aguiar Favaro, nomeada nos termos do artigo 1º, inciso II, do Decreto Municipal n.º 070, de 26 de março de 2025.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes no Decreto Municipal n.º 070, de 26 de março de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 03 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:E2AB434B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 207/2026 NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o artigo 5º da Lei Municipal n.º 4.429, de 23 de março de 2020;

CONSIDERANDO os Decretos Municipais n.º 14, de 25 de janeiro de 2025; n.º 090, de 11 de abril de 2025; n.º 151, de 25 de junho de 2025; n.º 301, de 28 de outubro de 2025; n.º 48, de 05 de março de 2026; n.º 60, de 13 de março de 2026 e n.º 153, de 24 de junho de 2026, que promoveram alterações na composição do referido Conselho;
CONSIDERANDO o Ofício n.º 27/2026, da Associação Clube de Mães de Umuarama, de 06 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO o ofício n.º 160/2026 – EMU, expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal em 10 de junho de 2026;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna n.º 50/2026 expedida pela Secretaria Municipal de Educação, em 11 de agosto de 2026.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica nomeada para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, no restante do biênio 2025/2027, na qualidade de membro suplente da sociedade civil, **AMANDA CORDEIRO DOMINGUES LAZZARIM**, portadora do CPF n.º 104.***.***-71, representante da Associação Clube de Mães de Umuarama, em

substituição a **Roseni de Moraes Carvalho**, nomeada nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "d", do Decreto Municipal n.º 14, de 25 de janeiro de 2025.
Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes no Decreto Municipal n.º 14, de 25 de janeiro de 2025, e suas alterações posteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 17 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:9405BC9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1068/2026

Concede licença maternidade a servidora LIGIA APARECIDA RIBEIRO DE ALVARENGA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder a servidora **LIGIA APARECIDA RIBEIRO DE ALVARENGA**, matricula 1080528, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.030.168-7 – SESP-PR e inscrita no CPF nº 071.041.219-35, nomeada em 18 de maio de 2022, para ocupar o cargo de carreira de Professor(a), pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença maternidade no período de 05 de agosto de 2026 à 31 de janeiro de 2027, sem prejuízo de seu vencimento.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 07 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:08E5B2D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1069/2026

PORTARIA Nº 1.069/2026

Concede licença maternidade a servidora LUCIANA SMITHZ ALENCAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder a servidora **LUCIANA SMITHZ ALENCAR**, matricula 1081640, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.508.866-3 – SESP-PR e inscrita no CPF nº 077.614.339-50, nomeada em 03 de abril de 2024, para ocupar o cargo de carreira de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença maternidade no período de 08 de agosto de 2026 à 03 de fevereiro de 2027, sem prejuízo de seu vencimento.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 07 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:E009868A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1.103/2026

Concede Função de Gestão Pública aos servidores públicos municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ,Estado de Paraná, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde abaixo relacionados, a Função de Gestão Pública - símbolo FGP-1, nos termos da alínea "a", do inciso I do Artigo 1º e item I do Anexo I, ambos da Lei Complementar nº 582, de 24 de fevereiro de 2025, a partir de 19 de agosto de 2026, conforme segue.

ITEM SERVIDOR MATRICULA CARGO

1 - ANA MARTA DOS SANTOS BECKER 995351 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT.

2 - ANDRESSA VASQUE DOS SANTOS DE LIMA 995481 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT.

3 - APARECIDA PATRICIA MOREIRA SILVA 994421 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT.

4 - CREIDE JOSE FERREIRA FAQUINI 697441 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

5 - CLAUDETE DOS SANTOS 686321 AUXILIAR DE ENFERMAGEM- C.L.T.

6 - DOLORES DANTAS BORBOREMA ALONSO 686591 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.
7 - DULCE PEREIRA DOS SANTOS ZACARI 912781 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

8 - EDNA COUTO OLIVEIRA 740631 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

9 - ELIANA APARECIDA RODRIGUES LOUZA 746671 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

10 - ELIANI DE FATIMA LOPES DE DEUS 918631 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

11 - ELIZANGELA APARECIDA CATO DE LIMA 931571 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

12 - FRANCIELLE FERNANDA AMARAL 995871 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT

13 - GREICE ALVES DE MELO GONÇALVES 994011 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT.

14 - GREICE KELLE TINTE FRANÇA 995881 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT

15 - JACIRA MARIA VALENTIM 996250 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT

16 - JESSYCA AMANDA LOPES 995651 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT

17 - JULIANA COSTA DE OLIVEIRA SILVA 994001 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT.

18 - LUCIANA LEMOS MEDVID 995751 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT

19 - LUZINETE APARECIDA MANTOVANI 995591 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT

20 - MARCIA CRISTINA DA SILVA 920022 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

21 - MARIA DA GLORIA SOUZA 687211 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

22 - MARIA DE LOURDES DA COSTA 928431 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

23 - MARIANE LIMA DE SOUZA 994031 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT.

24 - MARLENE STABILE RODRIGUES761041 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

25 - MARLY MIRANDA 351 AUXILIAR DE ENFERMAGEM- C.L.T.
26 - NILVANA DIAS VISCARDI 763761 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

27 - PATRICIA BONIFACIO FRANCHINI906701 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

28 - ROSELI BARROS MONICO 906461 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

29 - ROSELI COSTA ROSA 993991 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT.
30 - ROSELI TEIXEIRA BUZINARO 995521 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT

31 - ROSANGELA DE FATIMA ALENCAR 687641 AUXILIAR DE ENFERMAGEM- C.L.T.

32 - SANDRA APARECIDA DE ALMEIDA 740711 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

33 - SUELI PEREIRA JARDIM SEMENSATO 688021 AUXILIAR DE ENFERMAGEM- C.L.T.

34 - VALDETE RODRIGUES FERREIRA GONCALVES 735711 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 17 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:66997FA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1.103/2026

Concede Função de Gestão Pública aos servidores públicos municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ,Estado de Paraná, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde abaixo relacionados, a Função de Gestão Pública - símbolo FGP-1, nos termos da alínea “a”, do inciso I do Artigo 1º e item I do Anexo I, ambos da Lei Complementar nº 582, de 24 de fevereiro de 2025, a partir de 19 de agosto de 2026, conforme segue.

ITEM SERVIDOR MATRICULA CARGO

1 - ANA MARTA DOS SANTOS BECKER 995351 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT.

2 - ANDRESSA VASQUE DOS SANTOS DE LIMA995481 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT.

3 - APARECIDA PATRICIA MOREIRA SILVA 994421 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT.

4 - CREIDE JOSE FERREIRA FAQUINI 697441 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

5 - CLAUDETE DOS SANTOS 686321 AUXILIAR DE ENFERMAGEM- C.L.T.

6 - DOLORES DANTAS BORBOREMA ALONSO686591 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

7 - DULCE PEREIRA DOS SANTOS ZACARI912781AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

8 - EDNA COUTO OLIVEIRA 740631 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

9 - ELIANA APARECIDA RODRIGUES LOUZA746671 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

10 - ELIANI DE FATIMA LOPES DE DEUS 918631 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

11 - ELIZANGELA APARECIDA CATO DE LIMA931571 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

12 - FRANCIELLE FERNANDA AMARAL 995871 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT

13 - GREICE ALVES DE MELO GONÇALVES994011 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT.

14 - GREICE KELLE TINTE FRANÇA 995881 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT

15 - JACIRA MARIA VALENTIM 996250 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT

16 - JESSYCA AMANDA LOPES 995651 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT

17 - JULIANA COSTA DE OLIVEIRA SILVA 994001 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT.

18 - LUCIANA LEMOS MEDVID 995751 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT

19 - LUZINETE APARECIDA MANTOVANI 995591 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT

20 - MARCIA CRISTINA DA SILVA 920022 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

21 - MARIA DA GLORIA SOUZA 687211 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.
22 - MARIA DE LOURDES DA COSTA928431 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

23 - MARIANE LIMA DE SOUZA 994031 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT.

24 - MARLENE STABILE RODRIGUES761041 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

25 - MARLY MIRANDA 351 AUXILIAR DE ENFERMAGEM- C.L.T.

26 - NILVANA DIAS VISCARDI 763761 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

27 - PATRICIA BONIFACIO FRANCHINI906701 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

28 - ROSELI BARROS MONICO 906461 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

29 - ROSELI COSTA ROSA 993991 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT.

30 - ROSELI TEIXEIRA BUZINARO 995521 AUX. DE ENFERMAGEM- ESTAT

31 - ROSANGELA DE FATIMA ALENCAR 687641 AUXILIAR DE ENFERMAGEM- C.L.T.

32 - SANDRA APARECIDA DE ALMEIDA 740711 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

33 - SUELI PEREIRA JARDIM SEMENSATO 688021 AUXILIAR DE ENFERMAGEM- C.L.T.

34 - VALDETE RODRIGUES FERREIRA GONCALVES 735711 AUX. DE ENFERMAGEM- C.L.T.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 17 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:D90CB0BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.044/2026

ARQUIVAR o Processo Administrativo Disciplinar nº 2025/03/3741.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, conforme o Relatório Final às fls. 153-159, Parecer Jurídico, fl. 163, do Processo Administrativo Disciplinar n.º 2025/03/3741, instaurado pela Portaria n.º 767/2026, de 06 de março de 2025,

CONSIDERANDO a Portaria n.º 767/2026, de 6 de março de 2025;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Disciplinar nº 2025/03/3741;

CONSIDERANDO o Relatório da Comissão Processante, emitido em 19/06/2026;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, emitido em 24/07/2026.

R E S O L V E :

Art. 1º Arquivar o Processo Administrativo Disciplinar nº 2025/03/3741, instaurado pela Portaria nº 767, de 06 de março de 2025, publicada em 11/03/2025, para apurar a aptidão da servidora **HEVELIN THATIANE BARBOSA,** nomeada em 02/02/2022, no cargo público de Professora, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, segundo a Lei Complementar nº 018/1992 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Umuarama.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 07 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:1261594A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.097/2026

Nomear MARCOS VINICIUS DA ROCHA ALVES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ,Estado de Paraná, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear **MARCOS VINICIUS DA ROCHA ALVES,** portador da Cédula de Identidade RG. n.º 12.994.982-1-SESP-PR, inscrito no CPF sob n.º 101.929.369-13, para ocupar o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Agricultura Familiar, símbolo CC-2, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, a partir de 19 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 17 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:020FB79D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.106/2026

Nomeia a servidora ANA LAURA DE OLIVEIRA para o provimento de cargo público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ,Estado de Paraná, no uso das atribuições legais,

Considerando o Edital n.º 68/2024 de 08 de março de 2024, publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado" do dia 22 de março de 2024, que homologou o resultado do Processo Seletivo Público, realizado em decorrência do Edital n.º 23/2024,

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear a servidora abaixo relacionada, para ocupar o cargo público de Agente Comunitário de Saúde - ESF CSE - Centro Saúde Escola, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em preenchimento das vagas existentes no Quadro de Servidores Públicos Municipais, ficando lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 19 de agosto de 2026.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
ESF CSE - CENTRO SAÚDE ESCOLA
ITEM: 01
NOME: ANA LAURA DE OLIVEIRA
RG: 135059374
SALÁRIO: R$ 3.242,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 17 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:E08A2647

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DOAÇÃO DE BEM PÚBLICO

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob o nº 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Av. Rio Branco, 3.717, Paço Municipal, Centro Cívico, CEP 87.501-130, na Cidade de Umuarama – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ANTONIO FERNANDO SCANAVACA**, de ora em diante denominado simplesmente **DOADOR**, e a **CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 77.646.438/0001-76, com sede administrativa na Av. Rio Branco, 3.580, Centro Cívico, CEP 87.501-130, na Cidade de Umuarama - PR, neste ato representado pelo **LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI,** Inscrito no CPF nº. 595.xxx.xxxx-49, atual presidente da Câmara Municipal, doravante denominado **DONATÁRIO,** em face da Lei nº 4.991/2026, celebram o presente **TERMO DE DOAÇÃO**, nos do artigo 538 do Código Civil e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, para formalizar o recebimento de doação na forma e condições constantes das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente termo tem por objeto a doação do seguinte veículo, conforme previsão na Lei Municipal nº 4.991/2026: Pulse Audace Turbo 200, veículo tipo SUV, Flex, AT 4P, Cor Branca, Placa SEL-9C86, Renavam 01347857785, chassis 9BD363AVKPYZ91544. Frota 797, no valor de R$ 94.056,00 (noventa e quatro mil e cinquenta e seis reais)

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DA DOAÇÃO
A presente doação é realizada em conformidade com a Lei Municipal nº 4.991/2026, devendo o veículo ser utilizado exclusivamente para contribuir com as atividades institucionais da Câmara Municipal de Umuarama, conforme previsto no art. 1º da referida Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE
A partir da assinatura deste Termo, a posse e a propriedade do veículo passam ao DONATÁRIO, que assume integral responsabilidade por sua utilização, conservação, manutenção, licenciamento, tributos, seguros e demais encargos incidentes sobre o bem, ficando o DOADOR exonerado de quaisquer responsabilidades relativas ao veículo.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA
O presente Termo produz efeitos a partir de sua assinatura, operando a transferência da propriedade e da posse do bem ao DONATÁRIO, observado o disposto na Lei Municipal nº 4.991/2026.

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em três vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas partes, vai por

elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Umuarama – Estado do Paraná, para dirimir possíveis dúvidas ou controvérsias decorrentes deste instrumento.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente Termo de Doação em 03 (três) vias de igual teor e forma.

PAÇO MUNICIPAL, 07 de agosto de 2026

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente da Câmara Municipal

Testemunhas:

WANDERLEA DANTAS CORREA
CPF: 570.xxx.xxx-68

CLEBER BOMFIM
CPF: 024.xxx.xxx-98

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7DEEE321

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS RESOLUÇÃO Nº 26, DE 13 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Aprova o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS do Município de Umuarama, para o quadriênio 2026-2029.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Umuarama, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Federal n° 8.742, de 07 de dezembro de 1993, a Lei Municipal n° 4.081 de 25 de maio de 2015, e seu Regimento Interno,
CONSIDERANDO o disposto no art. 11 da Resolução CNAS/MDS nº 100/2023, que compreende o controle social como o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, incluindo o acompanhamento do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS e dos recursos financeiros destinados à sua implementação;
CONSIDERANDO especialmente o disposto no parágrafo único do art. 23 da Resolução CNAS/MDS nº 100/2023, segundo o qual a elaboração do Plano de Assistência Social, de que trata o art. 30 da LOAS e os arts. 18 a 22 da NOB/SUAS/2012, é de responsabilidade do órgão gestor da política, devendo ser apresentado ao Conselho de Assistência Social para aprovação, a cada quatro anos, de acordo com os períodos de elaboração do Plano Plurianual – PPA;
CONSIDERANDO que a versão preliminar do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026-2029 foi submetida à consulta pública, assegurando espaço para participação da população, usuários do SUAS, trabalhadores, organizações da sociedade civil, conselheiros e demais interessados, mediante apresentação de sugestões, propostas e apontamentos, contribuindo para a construção democrática e participativa do planejamento da Política Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO que, após o processo de elaboração e participação social, o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS

2026-2029 foi apresentado, apreciado e aprovado pelo Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em Reunião Ordinária realizada em 13 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS do Município de Umuarama, referente ao quadriênio 2026-2029, conforme documento apresentado pelo órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social e apreciado pelo Plenário deste Conselho, cujo inteiro teor encontra-se disponível em: https://servicos.umuarama.pr.gov.br/portaltransparencia-api/api/files/arquivo/653695

Art. 2º O Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026-2029 constitui instrumento de planejamento estratégico da Política Municipal de Assistência Social, devendo orientar a gestão, a organização e a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Município de Umuarama.

Art. 3º O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS acompanhará e avaliará a execução do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026-2029, no exercício de suas competências legais e de controle social da Política de Assistência Social.

Art. 4º Eventuais revisões, adequações ou atualizações que impliquem alteração substancial das diretrizes, objetivos, ações ou metas estabelecidas no PMAS 2026-2029 deverão ser submetidas à apreciação e deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama-PR, 13 de agosto de 2026.

ANNIE CRISTINY LOPES DE ARAUJO DE LIMA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F5E4C8B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMUARAMA-PR

Ata 10/2026. Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, foi realizada, na Sala de Reuniões da Secretaria Executiva dos Conselhos, sito à Avenida Presidente Castelo Branco, sob o nº 3370, salas 5 e 6, nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, com início às oito horas e vinte minutos, a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, sob a presidência da Presidente, Sra. Annie Cristiny Lopes de Araujo de Lima, com a presença de conselheiros(as) e convidados(as) conforme lista anexa. Verificada a existência de quórum regimental, a Presidente declarou aberta a reunião em segunda convocação e submeteu à apreciação do colegiado a pauta previamente encaminhada, a qual foi aprovada pela plenária, por unanimidade, conforme a seguinte ordem: **1) Apreciação e aprovação da Ata nº 09/2026; 2) Apreciação e deliberação do Relatório de Apuração referente ao Protocolo de Atendimento nº 01/2026; 3) Apreciação e deliberação do Relatório de Monitoramento da APROMO; 4) Apreciação e deliberação da minuta de resposta ao Ofício nº 208/2026-4PJ, referente à solicitação de documentos para instrução do Procedimento Administrativo nº 0151.26.001272-0; 5) Apreciação e deliberação do Relatório de Monitoramento da Residência Inclusiva Santa Dulce dos Pobres; 6) Apreciação e deliberação da minuta de resposta ao Ofício nº 168/2026-CEAS/PR, referente à solicitação de informações acerca da inscrição da Residência Inclusiva Santa Dulce dos Pobres no CMAS de Umuarama; 7) Homologação da indicação dos representantes do CMAS para participação no Fórum de Controle Social do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).** A Presidente Annie iniciou os trabalhos com o primeiro item em pauta: **1) Apreciação e aprovação da Ata nº 09/2026:** os conselheiros foram consultados acerca da existência de apontamentos ou sugestões de alteração na ata, e não havendo manifestações, a matéria foi submetida à votação, sendo a Ata nº 09/2026 aprovada por unanimidade. **2) Apreciação e deliberação do Relatório de Apuração referente ao Protocolo de Atendimento nº 01/2026:** com a palavra, o Vice-Presidente do CMAS, Rogério, na qualidade de relator da Comissão de Cadastro e Fiscalização, realizou a leitura do Relatório de Apuração elaborado pela Comissão de Cadastro e Fiscalização, referente ao Protocolo de Atendimento nº 01/2026. Informou que a Comissão analisou a documentação pertinente, o Regimento Interno da OSC e as informações obtidas durante a visita técnica, realizada no dia 13 de abril de 2026, avaliando aspectos relacionados ao funcionamento do serviço e à observância das normativas aplicáveis ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS. O parecer concluiu que não foram constatadas irregularidades que justificassem medidas restritivas quanto à continuidade da oferta do serviço, reconhecendo a relevância socioassistencial das atividades desenvolvidas pela OSC. Todavia, foram identificadas oportunidades de aprimoramento relacionadas às práticas de acessibilidade, à formalização de protocolos institucionais para mediação de conflitos e manejo de situações de crise, bem como à revisão de documentos institucionais e da delimitação das atribuições dos profissionais, em conformidade com os referenciais normativos do SUAS. Na sequência, foram apresentadas as deliberações propostas pela Comissão de Cadastro e Fiscalização, consistentes em: encaminhar orientação técnica à instituição contemplando referências à legislação e às normativas do SUAS acerca da acessibilidade, protocolos institucionais de manejo de conflitos e delimitação das atribuições de educadores sociais e cuidadores; recomendar a realização de momentos de estudo e revisão dos documentos institucionais e práticas de atendimento; encaminhar cópia integral do parecer e da orientação técnica ao Ministério Público, para conhecimento e acompanhamento; e encerrar a análise da denúncia no âmbito da Comissão, permanecendo o Conselho à disposição para orientações e acompanhamento da execução do serviço. Concluída a leitura, a Presidente Annie abriu espaço para questionamentos e manifestações. Não havendo intervenções, submeteu o Relatório de Apuração à votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, registrou que, com a aprovação do parecer e das deliberações propostas pela Comissão, restava concluída e arquivada a análise da denúncia no âmbito do Conselho, permanecendo os encaminhamentos de orientação técnica e comunicação ao Ministério Público. **3) Apreciação e deliberação do Relatório de Monitoramento da APROMO:** dando continuidade à pauta Rogério apresentou o Relatório de Monitoramento e Parecer referente ao Processo nº 05/2026, relativo ao pedido de manutenção da inscrição da Associação de Apoio à Promoção Profissional – APROMO junto ao CMAS. Informou que, durante a instrução processual, a Comissão realizou análise documental e visita técnica, avaliando as condições de execução do Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias em Situação de Rua, contemplando aspectos relacionados à estrutura física, equipe de referência, organização do serviço, registros técnicos e articulação da OSC com a rede socioassistencial e demais políticas públicas. Registrou que a Comissão reconheceu a relevância socioassistencial do serviço prestado pela OSC e o comprometimento da equipe com sua execução. Entretanto, foram identificadas inconformidades e oportunidades de aprimoramento relacionadas ao aperfeiçoamento dos registros técnicos, à realização de adequações estruturais e, especialmente, à composição da equipe de referência, considerando a insuficiência de educadores sociais em relação aos parâmetros previstos nas Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento e na NOB-RH/SUAS. Diante da análise realizada, a Comissão manifestou-se favoravelmente à manutenção da inscrição da OSC, ressaltando que tal manifestação não representa o reconhecimento da plena adequação do serviço às normativas do SUAS, permanecendo necessária a implementação das providências apontadas no parecer técnico e o acompanhamento sistemático por este Conselho. Concluída a leitura, a Presidente Annie abriu espaço para manifestações e questionamentos. Não havendo intervenções, submeteu o Relatório de Monitoramento à apreciação da plenária, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, foram aprovadas as conclusões e os encaminhamentos propostos pela Comissão de Cadastro e Fiscalização, deliberando-se pela manutenção da inscrição da OSC e por seu encaminhamento para elaboração de Plano de Providências, a ser construído conjuntamente pela Comissão de Cadastro e Fiscalização, pelo órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social e pela Organização da Sociedade Civil, nos termos

do art. 25 da Resolução CMAS nº 19/2024, contemplando as medidas necessárias à superação das inconformidades identificadas, os responsáveis por sua execução e os respectivos prazos de cumprimento, permanecendo a OSC sujeita ao monitoramento e à fiscalização periódicos por este Conselho. **4) Apreciação e deliberação da minuta de resposta ao Ofício nº 208/2026-4PJ, referente à solicitação de documentos para instrução do Procedimento Administrativo nº 0151.26.001272-0:** a Presidente Annie informou que o recebimento do referido Ofício constituiu um dos motivos para a convocação da reunião extraordinária, considerando o prazo estabelecido pelo Ministério Público para apresentação da resposta. Contextualizou que, em reunião anterior, o Conselho havia deliberado pelo encaminhamento de resposta parcial à 4ª Promotoria de Justiça, informando que, após a conclusão das ações de monitoramento realizadas pela Comissão de Cadastro e Fiscalização, seria encaminhada manifestação conclusiva acerca do monitoramento anual da APROMO e da manutenção de sua inscrição junto ao CMAS. Registrou que, posteriormente, foi recebida nova requisição da Promotoria de Justiça solicitando a apresentação dessa manifestação final, acompanhada dos documentos produzidos pelo Conselho. Na sequência, o Vice-Presidente do CMAS e relator da Comissão de Cadastro e Fiscalização, Rogério, apresentou o teor da requisição da 4ª Promotoria de Justiça e procedeu à leitura da minuta de resposta elaborada para apreciação da plenária. A minuta informou a conclusão do processo de monitoramento e fiscalização da APROMO referente ao exercício de 2026, registrando a aprovação, pelo plenário do CMAS, do Relatório de Monitoramento e Parecer da Comissão de Cadastro e Fiscalização, na presente reunião, que passou a constituir o posicionamento oficial do Conselho acerca do acompanhamento da OSC. Constou da minuta que a Comissão reconheceu a relevância socioassistencial do serviço executado pela APROMO e concluiu que a OSC reúne condições para manter a oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias em Situação de Rua e permanecer regularmente inscrita neste Conselho. Todavia, registrou a existência de inconformidades que demandam acompanhamento sistemático pelo CMAS, especialmente quanto à composição da equipe de referência, razão pela qual a manutenção da inscrição foi condicionada ao cumprimento das providências constantes do Relatório de Monitoramento e à elaboração de Plano de Providências, nos termos deliberados pelo Conselho. Também foi consignado que seriam encaminhados à Promotoria de Justiça o Relatório de Monitoramento e Parecer da Comissão de Cadastro e Fiscalização, bem como o Relatório de Apuração referente ao Protocolo de Atendimento nº 01/2026, acompanhado da orientação técnica expedida pelo CMAS. Informou-se, ainda, que a ata da presente reunião extraordinária seria encaminhada ao Ministério Público após sua aprovação pelo plenário, na próxima reunião ordinária, em observância ao Regimento Interno do Conselho. Durante a conferência da minuta, foi realizada apenas correção material para adequação da identificação da reunião, como reunião extraordinária. Em seguida, a Presidente Annie abriu espaço para manifestações. Não havendo questionamentos ou sugestões, submeteu a minuta de resposta à votação, sendo aprovada por unanimidade. **5) Apreciação e deliberação do Relatório de Monitoramento da Residência Inclusiva Santa Dulce dos Pobres:** dando continuidade à pauta, o Vice-Presidente do CMAS e relator da Comissão de Cadastro e Fiscalização, Rogério, apresentou o Relatório de Monitoramento e Parecer referente ao Processo nº 18/2026, relativo ao pedido de alteração da inscrição da Organização da Sociedade Civil Casa de Acolhimento Santa Dulce dos Pobres, que requereu a alteração de sua razão social para Residência Inclusiva Santa Dulce dos Pobres e da oferta do serviço socioassistencial anteriormente inscrito como Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, na modalidade Casa de Passagem, para Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência, na modalidade Residência Inclusiva. Informou que, durante a instrução processual, a Comissão realizou análise documental, solicitou complementações técnicas e promoveu visita técnica à unidade, avaliando as condições de funcionamento do serviço, a estrutura física, a composição da equipe de referência, o perfil dos usuários, a articulação com a rede socioassistencial e o atendimento às normativas aplicáveis à modalidade. Registrou que a Comissão constatou avanços significativos no processo de reordenamento da OSC, especialmente quanto às adequações estruturais realizadas, à organização do serviço e às ações voltadas à promoção da autonomia dos residentes. Entretanto, foram identificadas pendências relacionadas à composição da equipe de referência, especialmente quanto à necessidade de inclusão de terapeuta ocupacional e motorista, bem como à necessidade de acompanhamento da efetiva integração comunitária dos residentes e da consolidação das ações previstas no Plano de Trabalho e no Projeto Político-Pedagógico. Em relação à localização da unidade, registrou que a Comissão realizou análise técnica específica, considerando que as orientações nacionais recomendam a implantação das Residências Inclusivas em áreas residenciais da comunidade. Consta do parecer que o imóvel permanece formalmente situado em área rural, em razão das restrições relacionadas à preservação ambiental e à proximidade com a bacia do Rio Piava. Contudo, a Comissão verificou que sua inserção territorial apresenta características eminentemente urbanas, com proximidade do perímetro urbano e acesso aos equipamentos públicos, à rede socioassistencial e aos espaços de convivência comunitária, razão pela qual esse aspecto deverá permanecer sob acompanhamento sistemático do CMAS durante o processo de monitoramento. Diante da análise realizada, a Comissão manifestou-se favoravelmente à manutenção da inscrição da OSC, com as alterações cadastrais pleiteadas, ressaltando que tal manifestação não representa o reconhecimento da plena adequação do serviço às normativas do SUAS, permanecendo necessária a continuidade do processo de reordenamento e o cumprimento das adequações apontadas no parecer técnico. Concluída a leitura, a Presidente Annie abriu espaço para manifestações e questionamentos. Não havendo intervenções, submeteu o Relatório de Monitoramento e Parecer à apreciação da plenária, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, foram aprovadas as conclusões e os encaminhamentos propostos pela Comissão de Cadastro e Fiscalização, deliberando-se pela manutenção da inscrição nº 075 da Organização da Sociedade Civil, com as seguintes alterações cadastrais: alteração da razão social de Casa de Acolhimento Santa Dulce dos Pobres para Residência Inclusiva Santa Dulce dos Pobres; e alteração da oferta do serviço socioassistencial inscrito para Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência, na modalidade Residência Inclusiva. Deliberou-se, ainda, pelo encaminhamento da OSC para elaboração de Plano de Providências e Termo de Compromisso, a serem elaborados conjuntamente pela Comissão de Cadastro e Fiscalização, pelo órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social e pela Organização da Sociedade Civil, nos termos do art. 25 da Resolução CMAS nº 19/2024, contemplando as medidas necessárias ao processo de reordenamento, os responsáveis por sua execução e os respectivos prazos de cumprimento, permanecendo a OSC sujeita ao monitoramento e à fiscalização periódicos por este Conselho. **6) Apreciação e deliberação da minuta de resposta ao Ofício nº 168/2026-CEAS/PR, referente à solicitação de informações acerca da inscrição da Residência Inclusiva Santa Dulce dos Pobres no CMAS de Umuarama:** o Vice-Presidente Rogério apresentou o teor do Ofício nº 168/2026-CEAS/PR, por meio do qual o Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná – CEAS/PR solicitou informações e documentação referentes ao processo de inscrição da Organização da Sociedade Civil Casa de Acolhimento Santa Dulce dos Pobres, bem como relatório técnico situacional acerca das condições de localização da unidade, acessibilidade, integração comunitária e atendimento aos parâmetros da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Na sequência, a Secretária Executiva Gláucia procedeu à leitura da minuta de resposta elaborada pelo CMAS, destacando que, na data de emissão do Ofício nº 168/2026-CEAS/PR, em 16 de julho de 2026, o Processo nº 18/2026 encontrava-se em fase de instrução pela Comissão de Cadastro e Fiscalização, inexistindo deliberação plenária acerca da alteração da inscrição da OSC. Registrou que, em razão disso, a resposta apresentou o histórico da instrução processual, as análises e diligências realizadas pela Comissão, os critérios técnicos adotados e as justificativas que subsidiaram a deliberação do Conselho. Informou, ainda, que, após a deliberação ocorrida na presente reunião extraordinária, a resposta passou a registrar a aprovação da manutenção da inscrição nº 075, com a alteração da razão social para Residência Inclusiva Santa Dulce dos Pobres e da oferta socioassistencial para o Serviço de Proteção Social Especial de Alta

Complexidade – Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência, na modalidade Residência Inclusiva, bem como o acompanhamento da OSC mediante Plano de Providências e Termo de Compromisso, a serem elaborados nos termos do art. 25 da Resolução CMAS nº 19/2024. Por fim, foi informado que, em atendimento ao solicitado pelo CEAS/PR, seriam encaminhados o Plano de Ação da OSC, o Relatório de Monitoramento/Parecer Técnico da Comissão de Cadastro e Fiscalização, a Resolução CMAS que aprovou as alterações da inscrição da OSC, na presente data, e o comprovante de Inscrição nº 075 atualizado. Concluída a leitura, a Presidente Annie abriu espaço para manifestações. Em resposta a uma indagação sobre a localização da unidade, informou que o imóvel está situado na Estrada Jaborandi, atrás do estabelecimento comercial Atacadão localizado na Avenida Portugal. Não havendo outras manifestações, a minuta de resposta foi submetida à votação e aprovada por unanimidade. **7) Homologação da indicação dos representantes do CMAS para participação no Fórum de Controle Social do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR):** a Presidente Annie informou que a indicação dos representantes havia sido previamente submetida à consulta aos conselheiros, resultando na escolha do Vice-Presidente Rogério e da Conselheira Allana Carla Granados como representantes governamentais, e de Elena Trigo da Silva e Kethyner Renata Ramos Lesse como representantes da sociedade civil, preservando-se a paridade entre os segmentos. Informou, ainda, que o Fórum de Controle Social será realizado em diferentes etapas regionais e que a representação do Município de Umuarama participará da etapa a ser realizada no dia 20 de agosto de 2026, no Município de Paranavaí, em substituição à participação inicialmente prevista na etapa de Cascavel. Não havendo manifestações, a Presidente submeteu à votação a homologação das indicações, sendo aprovada por unanimidade a participação dos conselheiros Rogério, Allana Carla Granados, Elena Trigo da Silva e Kethyner Renata Ramos Lesse como representantes do CMAS no Fórum de Controle Social do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Por fim, lembrou que a próxima reunião ordinária do CMAS está prevista para o dia 13 de agosto de 2026. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada às nove horas e trinta e um minutos, da qual eu, Gláucia Yamamoto Moreno de Freitas, Secretária Executiva deste Conselho, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim, pela Presidente Annie Cristiny Lopes de Araujo de Lima e pelos conselheiros presentes, sendo anexada a lista de presença.

ANNIE CRISTINY L. DE ARAUJO DE LIMA –
Presidente

ROGÉRIO ANGELO DA SILVA –
Vice- Presidente

GLÁUCIA Y. M. DE FREITAS –
Secretária Executiva

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO

FLÁVIA OLÍVIO ARAÚJO DE LIMA BARBOSA

FABRÍCIA RUZZON MARCHI DE OLIVEIRA

JULIANA MANDUCA JANUÁRIO CATARIN

ROGÉRIO ANGELO DA SILVA

ELAINE CRISTINA FLORIAN

NATHÁLIA SILVA DE OLIVEIRA SOUZA

ANAYSA BORGES SOARES

ROBERTO DE OLIVEIRA MEDA

NATANNE OLIVA ROMAN MIILLER

ROSEMERI BERTA SZEZERBATZ AUGUSTO

GABRIELA DE SOUZA SEBASTIANI

ELENA MENDONZA GENEZ

ELENA TRIGO DA SILVA

ROSENI DE MORAES CARVALHO

ANNE TATILA BORGES

KETHYNER RENATA RAMOS LESSE

CLAUDIO ALVES JUNIOR

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:ADB5E03D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DA JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Por meio da **Secretaria Municipal de Educação**, torna de conhecimento público o interesse em formalizar parceria com a **Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama (APMI)**, situada na Rua José Teixeira D'Ávila, nº 3729, na cidade de Umuarama - Paraná, inscrita no **CNPJ nº 78.187.044/0001-60**, com vistas ao atendimento do interesse público, tendo como objeto o repasse financeiro para a reforma do piso da quadra, incluindo a revitalização das calçadas ao seu redor (demolição da atual, a retirada de entulhos e novo nivelamento e calçamento).

- Objetivo específico:
Segurança. Um piso adequado, nivelado e com materiais apropriados reduz significativamente o risco de quedas, escorregões e acidentes, especialmente considerando a faixa etária atendida na creche, que exige maior cuidado e prevenção.
Organização de rotinas pedagógicas mais estruturadas, incluindo circuitos motores, brincadeiras dirigidas, jogos cooperativos e atividades lúdicas que fazem parte do planejamento educacional da educação infantil.
Utilização para eventos internos e atividades coletivas, como apresentações, comemorações e integração com as famílias, o que hoje pode ser limitado pela falta de infraestrutura adequada.
Inclusão, possibilitando adaptações no espaço para atender crianças com diferentes necessidades, garantindo acessibilidade e participação igualitária nas atividades.
Valorização do ambiente escolar, tornando-o mais acolhedor, organizado e funcional, o que impacta positivamente no comportamento, no engajamento e no bem-estar das crianças.
Qualidade do atendimento oferecido pela creche, alinhando-se às diretrizes da educação infantil que preveem o brincar, o movimento e a interação como eixos fundamentais do desenvolvimento.

Referência: Formalização da Parceria e Inexigibilidade de Chamamento Público – Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Colaboração
Base Legal: Art. 31, inciso II, e art. 32 da Lei Federal n.º 13.019/14, pelo inciso III art. 36 do Decreto Municipal nº. 108/2017 e pela Lei Municipal nº 4.937/2026 de 05/03/2026.
Organização da Sociedade Civil: Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama (APMI), situada na Rua José Teixeira D'Ávila, nº 3729, na cidade de Umuarama - Parana, inscrita no CNPJ nº 78.187.044/0001-60. na cidade de Umuarama - Paraná.

Valor total da parceria: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Tipo de Parceria: Termo de Colaboração

Dotação Orçamentária:
19.001.12.365.0015.1.501 3.3.50.43.00.00 R1871 F300085

Fonte de financiamento
Através da Lei Municipal nº 4.937/2026 de 05 de março de 2026 e publicado em 10 de março de 2026, que autoriza o Poder Executivo

Municipal a realizar repasse para a **Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama (APMI).**

DA JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Considerando que, em atendimento ao art. 31, II, da Lei Federal n.º 13.019/2014, a parceria e/ou a transferência de recursos encontra-se devidamente autorizada, aprovada através da **Lei Municipal nº 4.937/2026 de 05 de março de 2026 e publicado em 10 de março de 2026**, que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse financeiro a **Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama (APMI)**, denominado Organização da Sociedade Civil - OSC, garantida também pelo inciso III art. 36 do Decreto Municipal nº. 108/2017.
Considerando que, precedendo estas formalizações, deve o poder público realizar chamamento público das OSCs competentes pela execução do projeto, ou então proceder a dispensa ou inexigibilidade para tanto.
Considerando que, o valor que será repassado para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama - APMI, são recursos aprovados em Lei, através da Lei Municipal nº 4.937 de 05 de março de 2026, destinados especificamente para a entidade.

Considerando que, a fiscalização dos serviços prestados será realizado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pelo Gestor da parceria, designados através de portarias.

Considerando que, as demais disposições da Lei nº 13019/2014 e suas alterações, bem como o Decreto Municipal nº 108/2017, foram rigorosamente observadas pelo setor competente para celebração da parceria com a **Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama (APMI)**, e que providenciou toda a documentação necessária, para firmar o Termo de Colaboração, devidamente autorizada através da **Lei Municipal nº 4.937/2026 de 05 de março de 2026,** situação que caracteriza e motiva a inexigibilidade de Chamamento Público.

DECLARAMOS A INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO para firmar parceria, por meio de **TERMO DE COLABORAÇÃO** com a **Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama (APMI)**, tendo como objeto a transferência de recursos no valor total de **R$ 50.000,00 (setenta mil reais).**

Publique-se o presente **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO**, no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência, de acordo com a legislação vigente, ficando concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para impugnação desta justificativa, a contar de sua publicação. A impugnação por escrito deverá ser entregue na **Secretaria Municipal de Educação**, situada na Av. Rio Branco nº 3717 - Centro Cívico - Prefeitura Municipal de Umuarama, cujo teor será analisado pela Secretária Municipal responsável em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.

Umuarama - Paraná, 13 de agosto de 2026.

LETÍCIA LABIAK PEREIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:ACC5DBE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DA JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Por meio da **Secretaria Municipal de Educação**, torna de conhecimento público o interesse em formalizar parceria com a **Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama (APMI)**, situada na Rua José Teixeira D'Ávila, nº 3729, na cidade de Umuarama - Paraná, inscrita no **CNPJ nº 78.187.044/0001-60**, com vistas ao atendimento do interesse público, tendo como objeto o repasse financeiro para a pintura em geral (quadra, incluindo demarcações de desenhos e brincadeiras; muros, paredes, que serão quebradas durante a reforma), a construção de um bebedouro com base em alvenaria e três torneiras com acabamento em mármore, a instalação de uma nova porta de entrada na sala do Infantil I e a retirada de esquadrias de ferro.

- Objetivo específico:
Realizar a pintura da quadra esportiva, incluindo a demarcação de espaços para atividades recreativas, jogos e brincadeiras pedagógicas, promovendo o desenvolvimento motor e a interação das crianças.
Executar a pintura de muros e paredes afetados pelas obras de reforma, contribuindo para a conservação, valorização e melhoria estética dos ambientes da instituição.
Construir um bebedouro em alvenaria com três torneiras e acabamento em mármore, ampliando o acesso à água potável e incentivando hábitos saudáveis de hidratação.
Instalar uma nova porta de entrada e saída na sala do Infantil I, proporcionando maior segurança, funcionalidade e melhor fluxo de circulação no ambiente escolar.
Realizar a retirada das esquadrias de ferro existentes, adequando os espaços às necessidades atuais de uso, segurança e manutenção da unidade.
Melhorar as condições de infraestrutura física da instituição, oferecendo ambientes mais seguros, confortáveis e adequados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, recreativas e de convivência.
Contribuir para a qualidade do atendimento prestado às crianças, garantindo espaços que favoreçam o bem-estar, a aprendizagem e o desenvolvimento integral.

Referência: Formalização da Parceria e Inexigibilidade de Chamamento Público – Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Colaboração
Base Legal: Art. 31, inciso II, e art. 32 da Lei Federal n.º 13.019/14, pelo inciso III art. 36 do Decreto Municipal nº. 108/2017 e pela Lei Municipal nº 4.925/2025 e suas alterações através da Lei Municipal nº 4.967/2026.

Organização da Sociedade Civil: Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama (APMI), situada na Rua José Teixeira D'Ávila, nº 3729, na cidade de Umuarama - Paraná, inscrita no CNPJ nº 78.187.044/0001-60. na cidade de Umuarama - Paraná.
Valor total da parceria: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Tipo de Parceria: Termo de Colaboração

Dotação Orçamentária:
19.001.12.365.0015.1.462 3.3.50.43.00.00 R1126 F1000

Fonte de financiamento
Aprovado através da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 4.925/2025, e suas alterações através da Lei Municipal nº 4.967/2026, que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse a título emenda impositiva para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama (APMI).

DA JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Considerando que, em atendimento ao art. 31, II, da Lei Federal n.º 13.019/2014, a parceria e/ou a transferência de recursos encontra-se devidamente autorizada, através da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 4.925/2025 e suas alterações através da Lei Municipal nº 4.967/2026, que autoriza o repasse de verba pública às emendas impositivas, recurso destinado à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama - APMI, denominado Organização da Sociedade Civil - OSC, garantida também pelo inciso III art. 36 do Decreto Municipal nº. 108/2017.
Considerando que, precedendo estas formalizações, deve o poder público realizar chamamento público das OSCs competentes pela execução do projeto, ou então proceder a dispensa ou inexigibilidade para tanto.
Considerando que, o valor que será repassado para a **Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama (APMI)**,

através de emenda impositiva, são alterações no orçamento do Município para o ano seguinte, feitas pelos Vereadores. O orçamento Impositivo é o instrumento pelo qual os vereadores tem espaço para apresentar emendas à Lei Orçamentária Anual, indicando recursos do Município para determinadas obras, projetos ou instituições de seu interesse.

Considerando que, a fiscalização dos serviços prestados será realizado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pelo Gestor da parceria, designados através de portarias.

Considerando que, as demais disposições da Lei nº 13019/2014 e suas alterações, bem como o Decreto Municipal nº 108/2017, foram rigorosamente observadas pelo setor competente para celebração da parceria com a **Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama (APMI)**, e que providenciou toda a documentação necessária, para firmar o Termo de Colaboração, com recurso destinado exclusivamente para a entidade, situação que caracteriza e motiva a inexigibilidade de Chamamento Público, que se deve pela Emenda parlamentar impositiva,

DECLARAMOS A INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO para firmar parceria, por meio de **TERMO DE COLABORAÇÃO** com a **Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama (APMI)**, tendo como objeto a transferência de recursos no valor total de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais).**

Publique-se o presente **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO**, no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência, de acordo com a legislação vigente, ficando concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para impugnação desta justificativa, a contar de sua publicação. A impugnação por escrito deverá ser entregue na **Secretaria Municipal de Educação**, situada na Av. Rio Branco nº 3717 - Centro Cívico - Prefeitura Municipal de Umuarama, cujo teor será analisado pela Secretária Municipal responsável em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.

Umuarama - Paraná, 13 de agosto de 2026.

LETÍCIA LABIAK PEREIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:C8AAD41A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO 007/2026 – SME

A Prefeitura Municipal de Umuarama – PR, torna público o Extrato do Termo de Colaboração nº 030/2026 - SME, que entre si celebram de um lado, o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA** através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** e de outro, a **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE UMUARAMA (APMI)**, em razão da Inexigibilidade de Chamamento Público.

Base legal: Lei Federal n.º 13.019/14, alterada pela Lei Federal nº 13.204/15, do Decreto Municipal n.º 108, de 08 de Junho de 2017.
I**nexigibilidade de Chamamento Público:** Art. 31, da Lei 13.019/14, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Municipal nº 108/17.

Objeto: Repasse financeiro para a reforma do piso da quadra, incluindo a revitalização das calçadas ao seu redor (demolição da atual, a retirada de entulhos e novo nivelamento e calçamento), de acordo com o especificado no Plano de Trabalho/Plano de aplicação, que foi analisado e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, constituindo parte integrante do presente Termo de Colaboração, como se nele estivesse transcrito.

Objetivo específico:

a) Segurança: Um piso adequado, nivelado e com materiais apropriados reduz significativamente o risco de quedas, escorregões e acidentes, especialmente considerando a faixa etária atendida na creche, que exige maior cuidado e prevenção.
b) Organização de rotinas pedagógicas mais estruturadas, incluindo circuitos motores, brincadeiras dirigidas, jogos cooperativos e atividades lúdicas que fazem parte do planejamento educacional da educação infantil.
c) Utilização para eventos internos e atividades coletivas, como apresentações, comemorações e integração com as famílias, o que hoje pode ser limitado pela falta de infraestrutura adequada.
d) Inclusão, possibilitando adaptações no espaço para atender crianças com diferentes necessidades, garantindo acessibilidade e participação igualitária nas atividades.
e) Valorização do ambiente escolar, tornando-o mais acolhedor, organizado e funcional, o que impacta positivamente no comportamento, no engajamento e no bem-estar das crianças.
f) Qualidade do atendimento oferecido pela creche, alinhando-se às diretrizes da educação infantil que preveem o brincar, o movimento e a interação como eixos fundamentais do desenvolvimento.

Metas:
Meta 01 - Demolições (calçadas, pisos da quadra, parte do muro)
Meta 02 – Remoção dos entulhos
Meta 03 – Nivelamento e calçamento com concreto usinado 8cm (quadra e calçadas);

Público Alvo:
174 Crianças de 01 (ano) a 03 (três) anos e 11 (onze) meses, residentes no município de Umuarama-PR;
26 funcionários sendo eles: 01 diretora, 01 coordenadora pedagógica, 01 secretário escolar, 02 cozinheiras, 04 zeladores, 06 estagiárias/auxiliar de sala e 11 professoras.

Valor do Termo de Colaboração:
R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que será repassado em parcela única, cujo recurso é proveniente de Lei Municipal nº 4.937 de 05 de março de 2026, publicado em 10 de março de 2026.

Dotação orçamentária:
19.001.12.365.0015.1.501 3.3.50.43.00.00 R1871 F300085

Vigência:
12 (doze) meses, a contar da data da publicação do Termo de Colaboração.

Umuarama, 17 de agosto de 2026.

LETÍCIA LABIAK PEREIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:8EC653E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO 030/2026 – SME

A Prefeitura Municipal de Umuarama – PR, torna público o Extrato do Termo de Colaboração nº 030/2026 - SME, que entre si celebram de um lado, o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA** através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** e de outro, a **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE UMUARAMA (APMI)**, em razão da Inexigibilidade de Chamamento Público.

Base legal: Lei Federal n.º 13.019/14, alterada pela Lei Federal nº 13.204/15, do Decreto Municipal n.º 108, de 08 de Junho de 2017.
I**nexigibilidade de Chamamento Público:** Art. 31, da Lei 13.019/14, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Municipal nº 108/17.

Objeto: Repasse financeiro para a pintura em geral (quadra, incluindo demarcações de desenhos e brincadeiras; muros, paredes, que serão quebradas durante a reforma), a construção de um bebedouro com

base em alvenaria e três torneiras com acabamento em mármore, a instalação de uma nova porta de entrada na sala do Infantil I e a retirada de esquadrias de ferro, de acordo com o especificado no Plano de Trabalho/Plano de aplicação, que foi analisado e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, constituindo parte integrante do presente Termo de Colaboração, como se nele estivesse transcrito.

Objetivo específico:
a) Realizar a pintura da quadra esportiva, incluindo a demarcação de espaços para atividades recreativas, jogos e brincadeiras pedagógicas, promovendo o desenvolvimento motor e a interação das crianças.
b) Executar a pintura de muros e paredes afetados pelas obras de reforma, contribuindo para a conservação, valorização e melhoria estética dos ambientes da instituição.
c) Construir um bebedouro em alvenaria com três torneiras e acabamento em mármore, ampliando o acesso à água potável e incentivando hábitos saudáveis de hidratação.
d) Instalar uma nova porta de entrada na sala do Infantil I, proporcionando maior segurança, funcionalidade e melhor fluxo de circulação no ambiente escolar.
e) Realizar a retirada das esquadrias de ferro existentes, adequando os espaços às necessidades atuais de uso, segurança e manutenção da unidade.
f) Melhorar as condições de infraestrutura física da instituição, oferecendo ambientes mais seguros, confortáveis e adequados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, recreativas e de convivência.
g) Contribuir para a qualidade do atendimento prestado às crianças, garantindo espaços que favoreçam o bem-estar, a aprendizagem e o desenvolvimento integral.

Metas:
a) Remoção de esquadrias de ferro;
b) Abertura e instalação de uma nova porta na sala do Infantil I;
c) Construção de um bebedouro base em alvenaria (tipo coxo) com acabamento em mármore;
d) Pinturas Geral (Piso da quadra e calçadas, incluindo demarcações de desenhos e brincadeiras).

Público Alvo:
174 Crianças de 01 (ano) a 03 (três) anos e 11 (onze) meses, residentes no município de Umuarama-PR;
26 funcionários sendo eles: 01 diretora, 01 coordenadora pedagógica, 01 secretário escolar, 02 cozinheiras, 04 zeladores, 06 estagiárias/auxiliar de sala e 11 professoras.

Valor do Termo de Colaboração:
R$ 20.000,00 (vinte mil reais), que será repassado em parcela única, cujo recurso é proveniente de Emenda Impositiva, autorizada pela Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 4.929/2025 e suas alterações através da Lei Municipal nº 4.967/2026.

Dotação orçamentária:
19.001.12.365.0015.1.462 3.3.50.43.00.00 R1126 F1000

Vigência:
12 (doze) meses, a contar da data da publicação do Termo de Colaboração.

Umuarama, 17 de agosto de 2026.

LETÍCIA LABIAK PEREIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:325BB555

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
JUSTIFICATIVA PARA FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA E INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Por meio da Secretaria Municipal de Educação, torna de conhecimento público o interesse em formalizar parceria com a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama (APMI), situada na Rua José Teixeira D'Ávila, nº 3729, na cidade de Umuarama - Paraná, inscrita no CNPJ nº 78.187.044/0001-60, com vistas ao atendimento do interesse público, para o repasse financeiro para a reforma do piso da quadra, incluindo a revitalização das calçadas ao seu redor (demolição da atual, a retirada de entulhos e novo nivelamento e calçamento).

- Objetivo específico:
Segurança. Um piso adequado, nivelado e com materiais apropriados reduz significativamente o risco de quedas, escorregões e acidentes, especialmente considerando a faixa etária atendida na creche, que exige maior cuidado e prevenção.
Organização de rotinas pedagógicas mais estruturadas, incluindo circuitos motores, brincadeiras dirigidas, jogos cooperativos e atividades lúdicas que fazem parte do planejamento educacional da educação infantil.
Utilização para eventos internos e atividades coletivas, como apresentações, comemorações e integração com as famílias, o que hoje pode ser limitado pela falta de infraestrutura adequada.
Inclusão, possibilitando adaptações no espaço para atender crianças com diferentes necessidades, garantindo acessibilidade e participação igualitária nas atividades.
Valorização do ambiente escolar, tornando-o mais acolhedor, organizado e funcional, o que impacta positivamente no comportamento, no engajamento e no bem-estar das crianças.
Qualidade do atendimento oferecido pela creche, alinhando-se às diretrizes da educação infantil que preveem o brincar, o movimento e a interação como eixos fundamentais do desenvolvimento.

Referência: Formalização da Parceria e Inexigibilidade de Chamamento Público – Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Colaboração

Base Legal: Art. 31, inciso II, e art. 32 da Lei Federal n.º 13.019/14, pelo inciso III art. 36 do Decreto Municipal nº. 108/2017 e pela Lei Municipal nº 4.937/2026.

Organização da Sociedade Civil: Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama (APMI), situada na Rua José Teixeira D'Ávila, nº 3729, na cidade de Umuarama - Parana, inscrita no CNPJ nº 78.187.044/0001-60.

Valor total da parceria:R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Tipo de Parceria: Termo de Colaboração

Dotação Orçamentária:
19.001.12.365.0015.1.501 3.3.50.43.00.00 R1871 F300085

Fonte de financiamento:
Aprovado através da Lei Municipal nº 4.937 de 05 de março de 2026, publicado em 10 de março de 2026, que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama (APMI).

I - JUSTIFICATIVA PARA FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA

As reformas propostas se justificam pela necessidade de aprimorar a infraestrutura do espaço escolar, assegurando um ambiente mais seguro, funcional e acolhedor, propício ao desenvolvimento das atividades educacionais.
A quadra esportiva, bem como as calçadas em seu entorno, encontram-se em condições que exigem intervenções, com o objetivo de ampliar a segurança dos alunos e viabilizar a prática de atividades físicas e recreativas com maior qualidade. A pintura da quadra e dos muros, além de valorizar esteticamente o ambiente, contribui para a conservação dos espaços e para o fortalecimento do convívio escolar.
A remoção de entulhos e a adequação dos muros configuram medidas indispensáveis para a eliminação de riscos à integridade física da comunidade escolar, promovendo um ambiente mais limpo, organizado e seguro.
Nesse contexto, a parceria proposta revela-se essencial para a melhoria da qualidade do ambiente escolar, contribuindo diretamente para o bem-estar de alunos, professores e demais membros da

comunidade, além de fortalecer as condições necessárias para a oferta de um ensino de qualidade.

II - JUSTIFICATIVA PARA FORMALIZAR PARCERIA COM A OSC

A APMI é uma entidade de reconhecida relevância social no município, atuando diretamente na proteção à maternidade, infância e atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade. Sua atuação é essencial para a manutenção e ampliação dos serviços públicos assistenciais em áreas prioritárias.
A especificidade da atuação da APMI e sua longa trajetória de serviços prestados à comunidade local configuram-na como entidade única e adequada para receber o repasse da verba pública.
Também reconhecida como Educação Infantil, esta etapa inicial da educação básica desempenha um papel crucial no desenvolvimento das crianças, abrangendo aquelas com idades compreendidas entre zero e cinco anos. Esta fase, caracterizada pelos primeiros contatos com o ambiente escolar, combina ensino e cuidado, servindo como um complemento à educação familiar. Mas qual é a finalidade da Educação Infantil?
Seu principal propósito reside em fomentar o desenvolvimento dos aspectos físico, motor, cognitivo, social e emocional das crianças, além de promover a exploração, descoberta e experimentação. É durante este período que as crianças começam a interagir com indivíduos externos ao seu círculo familiar e comunitário, principalmente por meio de atividades lúdicas e jogos.
A Educação Infantil é considerada uma das fases mais cruciais na formação das crianças, pois é quando elas começam a se desenvolver fora do ambiente familiar, o que implica lidar com diferenças, desenvolver a personalidade e autonomia, estabelecer vínculos de amizade e explorar diversas áreas do conhecimento. Esta etapa serve como alicerce para as futuras fases da educação formal, e uma abordagem adequada durante este período permite que as crianças cresçam com maior autonomia e alcancem mais sucesso em sua vida acadêmica e pessoal.
Atualmente, a instituição é capaz de atender alunos com idades compreendidas entre 04 meses e 03 anos, disponibilizando um total de 174 (cento e setenta e quatro) vagas. Nesse contexto, o parquinho na escola desempenha um papel de suma importância no desenvolvimento integral das crianças, contribuindo para seu bem-estar físico, emocional, social e cognitivo.

III- DA JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Considerando que, a Lei Federal nº 13019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as suas organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalhos inseridos no Termo de Colaboração;

Considerando que, em atendimento ao art. 31, II, da Lei Federal n.º 13.019/2014, a parceria e/ou a transferência de recursos encontra-se devidamente autorizada, aprovada pela Lei Municipal nº 4.937 de 05 de março de 2026 e publicado em 10 de março de 2026, que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse financeiro a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama - APMI, denominado Organização da Sociedade Civil - OSC, garantida também pelo inciso III art. 36 do Decreto Municipal nº. 108/2017.

Considerando que, segundo se retira dos artigos 16 e 17, da Lei Federal n. 13.019/2014, pode a administração pública formalizar em favor de entidades consideradas como de organizações da sociedade civil, termo de colaboração ou de fomento, distinguindo-se ambos pela iniciativa acerca do projeto de trabalho, senão vejamos:
Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Considerando que, precedendo estas formalizações, deve o poder público realizar chamamento público das OSCs competentes pela execução do projeto, ou então proceder a dispensa ou inexigibilidade para tanto.
Considerando que, a presente formalização de parceria, por meio de Inexigibilidade de Chamamento Público, fundamenta-se, além das considerações já apresentadas também nas seguintes razões a seguir:

- Na Lei 130149/2014 alterado pela Lei 13204 de 2015, dispõe que:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
I - ...

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

No Decreto Municipal nº 108/2017 que regulamenta a aplicação da Lei 13019/2014 alterada pela Lei Federal 13204/2015, define que:

Art. 36*. O Município poderá deixar de exigir o Chamamento Público na hipótese de inviabilidade de competição entre as OSCs, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:*
I - ...
II - a parceria decorrer de transferência para OSC que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3° do art. 12 da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000.

Considerando que, o valor que será repassado para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama - APMI, são recursos aprovados em Lei, através da Lei Municipal nº 4.937 de 05 de março de 2026, destinados especificamente para a entidade.

Considerando que, a fiscalização dos serviços prestados será realizado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pelo Gestor da parceria, os quais foram designados através de portarias.

Considerando que, as demais disposições da Lei nº 13019/2014 e suas alterações, bem como o Decreto Municipal nº 108/2017, foram rigorosamente observadas pelo setor competente para celebração da parceria com a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama - APMI, e que providenciou toda a documentação necessária, para firmar o Termo de Colaboração, Devidamente autorizada através da Lei Municipal nº 4.937 de 05 de março de 2026, publicado em 10 de março de 2026, situação que caracteriza e motiva a inexigibilidade de Chamamento Público.

DECLARAMOS A INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO para firmar parceria, por meio de **TERMO DE COLABORAÇÃO** com a **Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama - APMI**, tendo como objeto a transferência de recursos no valor total de **R$ 50.000,000 (cinquenta mil reais)**.

Publique-se a presente justificativa no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência, de acordo com a legislação vigente,

ficando concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para impugnação desta justificativa, a contar de sua publicação. A impugnação por escrito deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação, situada na Av. Rio Branco nº 3717 - Centro Cívico - Prefeitura Municipal de Umuarama, cujo teor será analisado pela Secretária Municipal responsável em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.

Umuarama - Paraná, 13 de agosto de 2026.

LETÍCIA LABIAK PEREIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:A85C7853

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
JUSTIFICATIVA PARA FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA E INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Por meio da Secretaria Municipal de Educação, torna de conhecimento público o interesse em formalizar parceria com a **Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama (APMI)**, situada na Rua José Teixeira D'Ávila, nº 3729, na cidade de Umuarama - Paraná, inscrita no **CNPJ nº 78.187.044/0001-60**, com vistas ao atendimento do interesse público, para o repasse financeiro para a pintura em geral (quadra, incluindo demarcações de desenhos e brincadeiras; muros, paredes, que serão quebradas durante a reforma), a construção de um bebedouro com base em alvenaria e três torneiras com acabamento em mármore, a instalação de uma nova porta de entrada na sala do Infantil I e a retirada de esquadrias de ferro.

- Objetivo específico:
Realizar a pintura da quadra esportiva, incluindo a demarcação de espaços para atividades recreativas, jogos e brincadeiras pedagógicas, promovendo o desenvolvimento motor e a interação das crianças.
Executar a pintura de muros e paredes afetados pelas obras de reforma, contribuindo para a conservação, valorização e melhoria estética dos ambientes da instituição.
Construir um bebedouro em alvenaria com três torneiras e acabamento em mármore, ampliando o acesso à água potável e incentivando hábitos saudáveis de hidratação.
Instalar uma nova porta de entrada na sala do Infantil I, proporcionando maior segurança, funcionalidade e melhor fluxo de circulação no ambiente escolar.
Realizar a retirada das esquadrias de ferro existentes, adequando os espaços às necessidades atuais de uso, segurança e manutenção da unidade.
Melhorar as condições de infraestrutura física da instituição, oferecendo ambientes mais seguros, confortáveis e adequados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, recreativas e de convivência.
Contribuir para a qualidade do atendimento prestado às crianças, garantindo espaços que favoreçam o bem-estar, a aprendizagem e o desenvolvimento integral.

Referência: Formalização da Parceria e Inexigibilidade de Chamamento Público – Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Colaboração

Base Legal: Art. 31, inciso II, e art. 32 da Lei Federal n.º 13.019/14, pelo inciso III art. 36 do Decreto Municipal nº. 108/2017 e pela Lei Municipal nº 4.929/2025.

Organização da Sociedade Civil: Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama (APMI), situada na Rua José Teixeira D'Ávila, nº 3729, na cidade de Umuarama - Paraná, inscrita no CNPJ nº 78.187.044/0001-60.

Valor total da parceria:R$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Tipo de Parceria: Termo de Colaboração

Dotação Orçamentária:
19.001.12.365.0015.1.462 3.3.50.43.00.00 R1126 F1000

Fonte de financiamento:
Aprovado através da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 4.929/2025, e suas alterações através da Lei Municipal nº 4.967/2026, que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse a título emenda impositiva para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama (APMI).

I - JUSTIFICATIVA PARA FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA

A presente parceria justifica-se pela necessidade de promover melhorias na infraestrutura física do CEI, garantindo um ambiente mais seguro, acolhedor, funcional e adequado ao desenvolvimento das atividades educacionais oferecidas às crianças.
A realização de pinturas em geral, incluindo a quadra esportiva com demarcações de jogos e brincadeiras pedagógicas, muros e paredes afetados pelas intervenções da reforma, contribuirá para a valorização dos espaços, proporcionando melhores condições de uso, conservação e estímulo às atividades lúdicas e recreativas.
A construção de um bebedouro em alvenaria, equipado com três torneiras e acabamento em mármore, visa ampliar o acesso à água potável, promovendo hábitos saudáveis, higiene e conforto para as crianças e colaboradores da instituição.
A instalação de uma nova porta de entrada e saída na sala do Infantil I, bem como a retirada das esquadrias de ferro existentes, tem como objetivo adequar os espaços às necessidades de circulação, segurança e acessibilidade, proporcionando maior funcionalidade ao ambiente escolar e contribuindo para o bem-estar dos usuários.
Dessa forma, as ações propostas fortalecerão a qualidade do atendimento prestado pela instituição, assegurando melhores condições estruturais para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e para a permanência das crianças em um ambiente seguro e adequado.

II - JUSTIFICATIVA PARA FORMALIZAR PARCERIA COM A OSC

A APMI é uma entidade de reconhecida relevância social no município, atuando diretamente na proteção à maternidade, infância e atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade. Sua atuação é essencial para a manutenção e ampliação dos serviços públicos assistenciais em áreas prioritárias.
A especificidade da atuação da APMI e sua longa trajetória de serviços prestados à comunidade local configuram-na como entidade única e adequada para receber o repasse da verba pública.
Também reconhecida como Educação Infantil, esta etapa inicial da educação básica desempenha um papel crucial no desenvolvimento das crianças, abrangendo aquelas com idades compreendidas entre zero e cinco anos. Esta fase, caracterizada pelos primeiros contatos com o ambiente escolar, combina ensino e cuidado, servindo como um complemento à educação familiar. Mas qual é a finalidade da Educação Infantil?
Seu principal propósito reside em fomentar o desenvolvimento dos aspectos físico, motor, cognitivo, social e emocional das crianças, além de promover a exploração, descoberta e experimentação. É durante este período que as crianças começam a interagir com indivíduos externos ao seu círculo familiar e comunitário, principalmente por meio de atividades lúdicas e jogos.
A Educação Infantil é considerada uma das fases mais cruciais na formação das crianças, pois é quando elas começam a se desenvolver fora do ambiente familiar, o que implica lidar com diferenças, desenvolver a personalidade e autonomia, estabelecer vínculos de amizade e explorar diversas áreas do conhecimento. Esta etapa serve como alicerce para as futuras fases da educação formal, e uma abordagem adequada durante este período permite que as crianças cresçam com maior autonomia e alcancem mais sucesso em sua vida acadêmica e pessoal.
Atualmente, a instituição é capaz de atender alunos com idades compreendidas entre 04 meses e 03 anos, disponibilizando um total de 174 (cento e setenta e quatro) vagas. Nesse contexto, o parquinho na escola desempenha um papel de suma importância no desenvolvimento integral das crianças, contribuindo para seu bem-estar físico, emocional, social e cognitivo.

III- DA JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Considerando que, a Lei Federal nº 13019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as suas organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalhos inseridos no Termo de Colaboração;

Considerando que, em atendimento ao art. 31, II, da Lei Federal n.º 13.019/2014, a parceria e/ou a transferência de recursos encontra-se devidamente autorizada, através da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 4.929/2025 e suas alterações através da Lei Municipal nº 4.967/2026, que autoriza o repasse de verba pública às emendas impositivas, recurso destinado à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama - APMI, denominado Organização da Sociedade Civil - OSC, garantida também pelo inciso III art. 36 do Decreto Municipal nº. 108/2017.

Considerando que, segundo se retira dos artigos 16 e 17, da Lei Federal n. 13.019/2014, pode a administração pública formalizar em favor de entidades consideradas como de organizações da sociedade civil, termo de colaboração ou de fomento, distinguindo-se ambos pela iniciativa acerca do projeto de trabalho, senão vejamos:
Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Considerando que, precedendo estas formalizações, deve o poder público realizar chamamento público das OSCs competentes pela execução do projeto, ou então proceder a dispensa ou inexigibilidade para tanto.
Considerando que, a presente formalização de parceria, por meio de Inexigibilidade de Chamamento Público, fundamenta-se, além das considerações já apresentadas também nas seguintes razões a seguir:

- Na Lei 130149/2014 alterado pela Lei 13204 de 2015, dispõe que:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
I - ...

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

No Decreto Municipal nº 108/2017 que regulamenta a aplicação da Lei 13019/2014 alterada pela Lei Federal 13204/2015, define que:

Art. 36*. O Município poderá deixar de exigir o Chamamento Público na hipótese de inviabilidade de competição entre as OSCs, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:*
I - ...
II - a parceria decorrer de transferência para OSC que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3° do art. 12 da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000.

Considerando que, o valor que será repassado para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama - APMI, através de emenda impositiva, são alterações no orçamento do Município para o ano seguinte, feitas pelos Vereadores. O orçamento Impositivo é o instrumento pelo qual os vereadores tem espaço para apresentar emendas à Lei Orçamentária Anual, indicando recursos do Município para determinadas obras, projetos ou instituições de seu interesse.

Considerando que. os Vereadores podem fazer emendas, no valor total de 1.2% do orçamento líquido do ano anterior, destinando essas verbas para pontos de interesse público, como para a saúde, educação, entidades que atuem em áreas de interesse público, etc. 50% do valor das Emendas deve ser encaminhado para a Saúde; 50% podem ser encaminhados para qualquer área, inclusive também para a saúde. Essas verbas são incorporadas ao orçamento do Município para o ano seguinte, e devem ser executadas conforme a modificação realizada pelos Vereadores.

Em outras palavras, é por meio das emendas que os parlamentares conseguem aperfeiçoar a proposta orçamentária apresentada pelo Governo, no intuito de melhorar a destinação das verbas públicas. Neste sentido, a participação direta dos parlamentares nessas decisões é feita por meio das emendas.

Considerando que, a fiscalização dos serviços prestados será realizado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pelo Gestor da parceria, os quais foram designados através de portarias.

Considerando que, as demais disposições da Lei nº 13019/2014 e suas alterações, bem como o Decreto Municipal nº 108/2017, foram rigorosamente observadas pelo setor competente para celebração da parceria com a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama - APMI, e que providenciou toda a documentação necessária, para firmar o Termo de Colaboração, com recurso destinado exclusivamente para a entidade, situação que caracteriza e motiva a inexigibilidade de Chamamento Público, que se deve pela Emenda parlamentar impositiva,

DECLARAMOS A INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO para firmar parceria, por meio de **TERMO DE COLABORAÇÃO** com a **Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama - APMI**, tendo como objeto a transferência de recursos no valor total de **R$ 20.000,000 (vinte mil reais)**.

Publique-se a presente justificativa no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência, de acordo com a legislação vigente, ficando concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para impugnação desta justificativa, a contar de sua publicação. A impugnação por escrito deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação, situada na Av. Rio Branco nº 3717 - Centro Cívico - Prefeitura Municipal de Umuarama, cujo teor será analisado pela Secretária Municipal responsável em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.

Umuarama - Paraná, 13 de agosto de 2026.

LETÍCIA LABIAK PEREIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:E49D631F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ROCESSO DE ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL CACS-FUNDEB MANDATO 2027/2030

PROCESSO DE ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL CACS-FUNDEB

MANDATO 2027/2030

O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB – CACS-FUNDEB em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação de Umuarama-Pr, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na lei federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e na Lei Municipal nº 4.469, de 23 de março de 2021, torna público o presente chamamento, destinado às organizações da sociedade civil interessadas em participar do processo de escolha dos representantes do segmento das organizações da sociedade civil no CACS-FUNDEB, para o mandato 2027/2030.

1. DO OBJETO
O presente documento tem por objeto dar publicidade e convocar as Organizações da Sociedade Civil interessadas a participar do processo de escolha de 2 (dois) representantes titulares e respectivos suplentes para composição do segmento das Organizações da Sociedade Civil no CACS-FUNDEB de Umuarama, para o mandato 2027/2030.

A escolha será realizada mediante processo eletivo entre as organizações habilitadas, em Assembleia especialmente convocada para essa finalidade.

2. DOS REQUISITOS
Poderão participar do processo as organizações que:
I – sejam pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos;
II – estejam em funcionamento há, no mínimo, 1 (um) ano;
III – desenvolvam atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;
IV – possuam atuação no Município de Umuarama;
V – não sejam beneficiárias de recursos fiscalizados pelo CACS-FUNDEB;
VI – não sejam contratadas, a título oneroso, pela Administração Pública Municipal;
VII – atendam aos demais requisitos e não estejam enquadradas nas hipóteses de impedimento
previstas na legislação aplicável ao CACS-FUNDEB.

3. DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
As organizações da sociedade civil interessadas deverão encaminhar, **EXCLUSIVAMENTE POR E-MAIL,** sua manifestação de interesse em participar do processo.

•
O encaminhamento deverá ser realizado até o dia:
03 DE SETEMBRO DE 2026

•
Para o endereço eletrônico:
fundeb@edu.umuarama.pr.gov.br

•
Deverá se anexado:
INSCRIÇÃO E DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS, CONFORME MODELO CONSTANTE NO ANEXO I, DEVIDAMENTE PREENCHIDA E ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO;

4. DA ANÁLISE E HABILITAÇÃO
As manifestações recebidas serão analisadas pelo CACS-FUNDEB em conjunto com a Secretaria de Educação, que verificará o atendimento aos requisitos estabelecidos na legislação.
A relação das organizações habilitadas será divulgada pelos canais oficiais do Município e servirá de base para a realização da Assembleia de escolha dos representantes da sociedade civil.
Caso seja necessária a complementação de documentação, a organização será comunicada pelo endereço eletrônico informado no processo.

5. DA ASSEMBLEIA DE ESCOLHA
As organizações habilitadas deverão participar da Assembleia específica do segmento das Organizações da Sociedade Civil, destinada à escolha dos representantes para composição do CACS-FUNDEB, conforme as seguintes informações:
-Data: 10 de setembro de 2026
-Horário: 14h
-Local: Anfiteatro Haruyo Setogutte – Paço Municipal
-Endereço: Avenida Rio Branco, nº 3717 – Umuarama/PR

Cada organização habilitada terá direito a 1 (um) voto.
Serão consideradas eleitas as 2 (duas) organizações que obtiverem o maior número de votos.
Cada organização eleita deverá indicar 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente, observadas as exigências e os impedimentos previstos na legislação.

6. DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA
O presente processo observará os princípios da publicidade, transparência, participação e igualdade entre as organizações interessadas, conforme determina a legislação aplicável.
As informações, convocações e resultados serão divulgados no portal Educacional da Secretaria Municipal de Educação na aba destinada aos Conselhos e publicações legais da Prefeitura Municipal de Umuarama.

7. DA NOMEAÇÃO
Após a conclusão do processo eletivo e a indicação dos representantes titular e suplente, a documentação será encaminhada para os procedimentos administrativos necessários à nomeação dos membros do CACS-FUNDEB por Decreto do Poder Executivo Municipal, conforme a legislação vigente.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
A participação no processo implica ciência e concordância com as disposições deste Edital e com a legislação que rege o CACS-FUNDEB.
Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, observadas a Lei Federal nº 14.113/2020 e a Lei Municipal nº 4.469/2021.

Umuarama, 17 de agosto de 2026.

JAQUELINE BRUNO
Presidente do CACS-FUNDEB

ANEXO I

INSCRIÇÃO E DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA DO CACS-FUNDEB – MANDATO 2027/2030

NOME DA ORGANIZAÇÃO
CNPJ
ENDEREÇO

NOME COMPLETO DO INDICADO
CPF

A organização acima identificada, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, para os devidos fins, que:
I – é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos;
II – encontra-se em funcionamento há, no mínimo, 1 (um) ano;
III – desenvolve atividades relacionadas à educação e/ou ao controle social dos gastos públicos;
IV – possui atuação no Município de Umuarama;
V – não é beneficiária de recursos fiscalizados pelo CACS-FUNDEB;
VI – não possui contratação onerosa vigente com a Administração Pública Municipal de Umuarama;
VII – não se enquadra nas hipóteses de impedimento previstas na Lei Federal nº 14.113/2020 e na Lei Municipal nº 4.469/2021;
VIII – as informações e documentos apresentados são verdadeiros, responsabilizando-se civil, administrativa e penalmente por sua veracidade;
IX – tem ciência de que sua participação não garante a escolha para composição do CACS-FUNDEB, estando ciente de que os

representantes do segmento serão definidos mediante processo eletivo entre as organizações habilitadas;
X – compromete-se a indicar, caso eleita, representante titular e respectivo suplente que atendam às exigências legais para exercício da função;
XI – está ciente e de acordo com as disposições do Edital de Chamamento nº ___/2026 – CACS-FUNDEB – Mandato 2027/2030.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Umuarama, ____ de _____ de 2026.

Nome do representante legal_____
CPF: _____
Cargo/Função: _____

Assinatura: _____

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:4FE83C34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
EXTRATO DA JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Referência: Inexigibilidade de Chamamento Público – Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Colaboração
Base Legal: Art. 31, inciso II, e art. 32 da Lei Federal n.º 13.019/14 e suas alterações; Artigos 36 e 37 do Decreto Municipal nº 108/2017, que regulamenta, no âmbito do Município de Umuarama, o regime jurídico das parcerias com as OSCs.
Organização da Sociedade Civil: LIGA DE FUTSAL DE UMUARAMA, denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ sob nº 45.384.177/0001-77, com sede na, Rua Fernando de Noronha, 2330, CEP 87.508-245, Jardim Colorado no município de Umuarama-Pr.

TIPO DE PARCERIA

A parceria será através de Termo de Colaboração.

OBJETIVO GERAL

Promover, organizar e fortalecer a prática do futsal no município de Umuarama, por meio da gestão e coordenação das atividades esportivas desenvolvidas pela Liga de Futsal de Umuarama, garantindo a realização contínua e estruturada de competições, integração entre equipes e incentivo à participação esportiva da comunidade.

OBJETO DA PARCERIA

Repasse financeiro destinado à Execução de ações voltadas à promoção do esporte amador, por meio da organização e realização de campeonatos e competições de futsal e futebol suíço, visando fomentar a prática esportiva, integração comunitária e participação das equipes vinculadas à Liga de Futsal de Umuarama.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Formalização de parceria entre o Município de Umuarama e a Organização da Sociedade Civil, com vistas ao atendimento do interesse público, para o fim de :

Organizar o calendário anual de competições esportivas, definindo datas, regulamentos e tabelas dos campeonatos promovidos pela Liga de Futsal de Umuarama;
Incentivar e fortalecer a prática esportiva entre as equipes e atletas participantes, promovendo atividades que contribuam para a saúde, bem-estar, lazer e integração social;
Buscar parcerias e apoio junto a entidades públicas e privadas, visando o fortalecimento das atividades esportivas e a sustentabilidade das competições organizadas pela Liga;
Identificar e incentivar o desenvolvimento esportivo dos atletas participantes, promovendo oportunidades de crescimento na modalidade;
Colaborar com os órgãos públicos no desenvolvimento e organização das atividades esportivas realizadas no município;
Promover ações em parceria com instituições públicas e privadas em benefício das equipes e atletas vinculados à Liga de Futsal de Umuarama;
Proporcionar competições esportivas organizadas e estruturadas, garantindo participação, integração e valorização do esporte amador no município.

META

Promover e organizar competições esportivas de futsal e futebol suíço no município de Umuarama, fortalecendo a integração entre as equipes associadas e incentivando a prática esportiva comunitária.

Valor total da parceria: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Tipo de Parceria: Termo de Colaboração através de inexigibilidade de chamamento publico.

JUSTIFICATIVA PARA INEXGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO

Considerando que a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas alterações, estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), em regime de mútua cooperação, visando à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou projetos previamente definidos em planos de trabalho inseridos no Termo de Colaboração;

Considerando que, em conformidade com o art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, a parceria e/ou a transferência de recursos está devidamente autorizada pela **Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovada por meio da Lei nº 4.929, de 10 de dezembro de 2025**, que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse financeiro a **LIGA DE FUTSAL DE UMUARAMA**, reconhecida como Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme respaldo do inciso III do art. 36 do Decreto Municipal nº 108/2017;

Considerando que o valor a ser repassado ao **LIGA DE FUTSAL DE UMUARAMA** tem origem em emenda impositiva, instrumento pelo qual os vereadores propõem alterações na LOA, destinando recursos do Município para obras, projetos ou instituições de interesse público. O orçamento impositivo assegura aos parlamentares a possibilidade de apresentar emendas até o limite de 1,2% do orçamento líquido do ano anterior, sendo que 50% desse percentual deve ser destinado à saúde, e os 50% restantes podem ser alocados em qualquer área, incluindo a saúde. Tais emendas, uma vez incorporadas ao orçamento do exercício subsequente, devem ser executadas conforme a destinação aprovada;

Em outras palavras, é por meio das emendas que os parlamentares conseguem aperfeiçoar a proposta orçamentária apresentada pelo Governo, no intuito de melhorar a destinação das verbas públicas. Neste sentido, a participação direta dos parlamentares nessas decisões é feita por meio das emendas.

Considerando que, a fiscalização do serviços prestados será realizado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada através da Portaria n.º 682/2025. Já o Gestor da parceria foi designado através da Portaria n.º 627/2026.

Diante do exposto, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer possui interesse em formalizar a Parceria com a **LIGA DE FUTSAL DE UMUARAMA**, através de Termo de Colaboração, por inexigibilidade de chamamento público.

Tendo esta Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, providenciado a documentação necessária, para firmar o Termo de Colaboração dentro das normas estabelecidas pela Lei 13.019/2014 e Decreto Municipal

108/2017, a situação que caracterize e motive a dispensa ou inexigibilidade de Chamamento Público, que se deve pela Emenda parlamentar impositiva.

Nos termos do § 2º do art. 32, da Lei Federal n.º 13.019/2014, admite-se a impugnação a presente justificativa, apresentada no prazo de cinco dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável em até cinco dias da data do respectivo protocolo.

Determino este Extrato da Justificativa seja publicado no site e no diário oficial do Município, para que havendo algum interessado em impugnar a presente justificativa, manifeste suas razões por escrito no prazo de 05 (cinco) dias a contar de
sua publicação, cujo teor será analisado pelo Secretário Municipal responsável em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.

Umuarama-Pr., 17 de agosto de 2026

GENTIL SOARES DE LIMA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Portaria n.º 1.473/2025 – CPF: 474.XXX.939-72

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:3D0A85D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO 017/2026 - SMEL, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UMUARAMA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER E A LIGA DE FUTSAL DE UMUARAMA.

Tipo de Parceria: - Termo de colaboração **n.º 017/2026** - SMEL, firmado entre o Município de Umuarama através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e a **LIGA DE FUTSAL DE UMUARAMA**, inscrita o CNPJ sob o n.º 45.384.177/0001-77.

- Objetivo Geral: Promover, organizar e fortalecer a prática do futsal no município de Umuarama, por meio da gestão e coordenação das atividades esportivas desenvolvidas pela Liga de Futsal de Umuarama, garantindo a realização contínua e estruturada de competições, integração entre equipes e incentivo à participação esportiva da comunidade.

- Objeto da Parceria: Repasse financeiro destinado à Execução de ações voltadas à promoção do esporte amador, por meio da organização e realização de campeonatos e competições de futsal e futebol suíço, visando fomentar a prática esportiva, integração comunitária e participação das equipes vinculadas à Liga de Futsal de Umuarama.

- Objetivo Especifico: Formalização de parceria entre o Município de Umuarama e a Organização da Sociedade Civil, com vistas ao atendimento do interesse público, para o fim de:

Organizar o calendário anual de competições esportivas, definindo datas, regulamentos e tabelas dos campeonatos promovidos pela Liga de Futsal de Umuarama;
Incentivar e fortalecer a prática esportiva entre as equipes e atletas participantes, promovendo atividades que contribuam para a saúde, bem-estar, lazer e integração social;
Buscar parcerias e apoio junto a entidades públicas e privadas, visando o fortalecimento das atividades esportivas e a sustentabilidade das competições organizadas pela Liga;
Identificar e incentivar o desenvolvimento esportivo dos atletas participantes, promovendo oportunidades de crescimento na modalidade;
Colaborar com os órgãos públicos no desenvolvimento e organização das atividades esportivas realizadas no município;
Promover ações em parceria com instituições públicas e privadas em benefício das equipes e atletas vinculados à Liga de Futsal de Umuarama;
Proporcionar competições esportivas organizadas e estruturadas, garantindo participação, integração e valorização do esporte amador no município.

- Metas: Promover e organizar competições esportivas de futsal e futebol suíço no município de Umuarama, fortalecendo a integração entre as equipes associadas e incentivando a prática esportiva comunitária.

Valor total da parceria:
R$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Dotação Orçamentária:

Dotação a ser elaborada pelo setor de planejamento

Vigência:
A partir da assinatura do Termo de Colaboração nº 017/2026 - SMEL até 2017.

Umuarama-PR, 17 de agosto de 2026

GENTIL SOARES DE LIMA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Portaria n.º 1.473/2025 – CPF: 474.XXX.939-72

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:16AD7A22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
TERMO DE COLABORAÇÃO 017/2026 - SMEL

TERMO DE COLABORAÇÃO 017/2026 - SMEL

Termo de Colaboração nº 017/2026 - SMEL que entre si celebram de um lado, MUNICÍPIO DE UMUARAMA e de outro, LIGA DE FUTSAL DE UMUARAMA, em razão da Inexigibilidade de Chamamento Público.

Pelo presente Termo de Colaboração, de um lado, o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.247.378/0001-56, com sede na Av. Rio Branco, n.º 3717, Centro, neste ato representado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER** doravante denominada simplesmente **SECRETARIA**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Esporte e Lazer, **Sr. GENTIL SOARES DE LIMA**, portador da Cédula de Identidade com RG sob o n.º 3.XXX.643-6-SESP-PR, inscrito no CPF sob o n.º 474.XXX.939-72, em razão da competência de delegação atribuída pela Portaria n.º 1.473/2025, e de outro o **LIGA DE FUTSAL DE UMUARAMA** doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob n.º 45.384.177/0001-77, com sede na Rua Fernando de Noronha, 2330, CEP 87.508-245, Jardim Colorado no município de Umuarama-Pr., Estado do Paraná, neste ato representada pelo seu presidente **JEAN CARLOS FELIPE**, portador da cédula de identidade com RG sob o nº 10.XXX.393-1 SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 094.XXX.739-45, residente e domiciliado no Município de Umuarama, Estado do Paraná, celebrado com fundamento na Lei Federal n.º 13.019/14, alterada pela Lei Federal nº 13.204/15, do Decreto Municipal nº 108, de 08 de Junho de 2017, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, com inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Municipal nº 108/2017, nos termos das cláusulas a seguir:

PRIMEIRA - DO OBJETO GERAL DA PARCERIA, OBJETIVO ESPECIFICO, DAS METAS, RESULTADO ESPERADO, PUBLICO ALVO, DA CONTRAPARTIDA DA OSC E DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS.

- Objeto Geral da Parceria
Repasse financeiro destinado à Execução de ações voltadas à promoção do esporte amador, por meio da organização e realização de campeonatos e competições de futsal e futebol suíço, visando fomentar a prática esportiva, integração comunitária e participação das equipes vinculadas à Liga de Futsal de Umuarama.
§ 1º O Plano de trabalho referido no caput é parte integrante e indissociável do Presente Termo de Colaboração.

1.2 - Objetivo especifico:

Formalização de parceria entre o Município de Umuarama e a Organização da Sociedade Civil, com vistas ao atendimento do interesse público, para o fim de:

Organizar o calendário anual de competições esportivas, definindo datas, regulamentos e tabelas dos campeonatos promovidos pela Liga de Futsal de Umuarama;
Incentivar e fortalecer a prática esportiva entre as equipes e atletas participantes, promovendo atividades que contribuam para a saúde, bem-estar, lazer e integração social;
Buscar parcerias e apoio junto a entidades públicas e privadas, visando o fortalecimento das atividades esportivas e a sustentabilidade das competições organizadas pela Liga;
Identificar e incentivar o desenvolvimento esportivo dos atletas participantes, promovendo oportunidades de crescimento na modalidade;
Colaborar com os órgãos públicos no desenvolvimento e organização das atividades esportivas realizadas no município;
Promover ações em parceria com instituições públicas e privadas em benefício das equipes e atletas vinculados à Liga de Futsal de Umuarama;
Proporcionar competições esportivas organizadas e estruturadas, garantindo participação, integração e valorização do esporte amador no município.

1.3 - Das Metas:

Meta Geral
Promover e organizar competições esportivas de futsal e futebol suíço no município de Umuarama, fortalecendo a integração entre as equipes associadas e incentivando a prática esportiva comunitária.

Metas Quantitativas
Atender aproximadamente 40 equipes associadas à Liga;
Realizar aproximadamente 50 partidas esportivas durante a vigência da parceria;
Organizar campeonatos municipais de futsal e futebol suíço;
Proporcionar participação esportiva para aproximadamente 600 atletas;
Promover eventos esportivos com participação da comunidade local.

1.4- Resultados Esperados
1.4.1 - Espera-se fortalecer a integração, o engajamento e a cooperação entre as equipes e clubes participantes, promovendo maior organização e valorização das competições de futsal realizadas no município.
Pretende-se também tornar os campeonatos mais atrativos tanto para os atletas quanto para o público espectador, incentivando a participação da comunidade e ampliando a presença de torcedores nas quadras e ginásios durante os eventos esportivos.
Além disso, busca-se promover o fortalecimento do esporte local, incentivar a prática esportiva contínua, ampliar a visibilidade das equipes participantes e contribuir para o desenvolvimento social, esportivo e comunitário por meio do futsal.
Ampliação da participação das equipes e atletas nas competições promovidas pela Liga durante a vigência da parceria.

1.5 - Público Alvo:
1.5.1 - O presente projeto atenderá especificamente atletas adultos, acima de 18 anos, vinculados às equipes participantes da Liga de Futsal de Umuarama, considerando o formato e o regulamento das competições previstas nesta parceria
Atualmente, a Liga atende aproximadamente 40 equipes cadastradas, promovendo competições esportivas, integração entre os atletas e incentivo à prática do futsal no município.

1.6 - Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.
1.6.1 - O acompanhamento e avaliação do cumprimento dos objetivos e metas previstos no presente Plano de Trabalho serão realizados por meio da apresentação de documentos comprobatórios da execução das atividades e da correta aplicação dos recursos públicos.

Serão utilizados como indicadores:
Apresentação De Notas Fiscais E Comprovantes De Despesas;
Comprovantes De Pagamentos Realizados;
Relatórios De Execução Das Atividades Esportivas;
Registros Fotográficos Dos Eventos E Competições;
Extratos Bancários Da Conta Específica Da Parceria;
Prestação De Contas Dos Recursos Recebidos;
Relação Das Equipes E Atletas Participantes;
Legislação Vigente.

Também serão considerados como indicadores de cumprimento:
Número de equipes atendidas;
Quantidade de campeonatos e jogos realizados;
Participação das equipes nas competições promovidas;
Execução regular das ações previstas no Plano de Trabalho.

1.7 - Da contrapartida da OSC
1.7.1 - Em contrapartida, a OSC se compromete a promover a organização e realização de campeonatos, competições e eventos esportivos de futsal e futebol suíço, conforme estabelecido no Plano de Trabalho/Plano de Aplicação anexos a este Termo de Colaboração, visando incentivar a prática esportiva, integração comunitária e fortalecimento do esporte amador no município.

SEGUNDA – DOS REPASSES
2.1. Para a execução das ações previstas na cláusula PRIMEIRA, o Município repassará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o montante de até **R$ 30.000,00 (trinta mil reais)** que será repassado em parcela única, conforme Plano de Trabalho/Plano de Aplicação, cujos recurso são provenientes de:

Emenda Impositiva, aprovado pela LOA, através da Lei nº 4.929 de 10/12/2025.

2.1.1 Para a cobertura dos repasses oriundas do presente Termo de Colaboração, será utilizada a seguinte dotação orçamentária:

21.001.27.812.0019.1.578 – ED:3.3.50.41.00.00 – D:1954 - F:1000

2.2 A movimentação de recursos no âmbito desta parceria deverá ser realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final, com obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, sendo que os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito em conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços. Os dados financeiros decorrentes serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de despesas realizadas e débitos bancários.
2.2.1 - A OSC deverá manter os recursos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados, na forma do disposto no § 1° do art. 61 do Decreto Municipal 108/2017.

2.3 - Fica designado como responsável pela fiscalização da transferência **MARCELO GABRIEL MORITA AZUMA,** RG nº 14.XXX.552-6 SESP-PR, inscrito no CPF nº. 120.XXX.619-09, nomeado como Gestor da Parceria através da Portaria nº 627/2026, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, residente neste município, o qual será devidamente cadastrado perante o Tribunal de Contas do Paraná.

2.4 O descumprimento, pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, de qualquer obrigação pactuada nesta parceria ou a falta de adoção de medidas saneadoras indicadas pelo MUNICIPIO ou pela

Secretaria Municipal da Fazenda ensejará a suspensão do repasse dos recursos financeiros, até que seja regularizada a situação.
§1º – A parceria deverá ser executado em estrita observância às Cláusulas avençadas e às normas pertinentes, sendo vedado:
despesas a título de taxas e tarifas bancárias;
utilização, ainda que em caráter emergencial, dos recursos para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência deste ajuste;
o pagamento de indenizações de aviso prévio quando da dispensa de funcionários vinculados ao Convênio, devendo o referido aviso ser cumprido de acordo com a legislação vigente.

2.5- No recebimento da parcela, conforme cronograma de desembolso, constante no Plano de Trabalho:
2.5.1-Será verificado a regularidade fiscal da OSC, por meio de consulta às certidões de que trata o inciso II do § 1° do art. 33 do Decreto Municipal nº108/2017;
§ 1° Quando as certidões, de que trata o item 2.5.1, não estiverem disponíveis eletronicamente, a OSC será notificada para regularizar a situação e apresentar a respetiva certidão para liberação da parcela prevista no cronograma de desembolso.

TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
3.1 O presente termo terá sua vigência por 12 (doze) meses, a contar da data da publicação deste Termo de Colaboração, podendo ser denunciado pelos partícipes, a qualquer tempo, com as respectivas sanções e delimitações claras de responsabilidades, desde que comunicado por escrito, com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que não exceda a 5 (cinco) anos.
Parágrafo único. A vigência prevista no caput poderá ser prorrogada de ofício, no caso de atraso na liberação de recursos por parte do **MUNICÍPIO**, por período equivalente ao atraso.

QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
4.1 São obrigações do **MUNICÍPIO**:
4.1.1 monitorar e avaliar o cumprimento do objeto da parceria e dos atendimentos realizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inclusive com a realização de visitas in loco;
4.1.2 realizar, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência.
4.1.3 emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação das ações objeto do presente Termo de Colaboração, submetendo-o à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, nos termos do art. 59 da Lei Federal n.º 13.019/2014, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.
4.1.4 através do gestor contratual:
4.1.4.1 acompanhar e fiscalizar a execução da parceria
4.1.4.2 informar ao **MUNICÍPIO** a existência de fatos que possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
4.1.4.3 emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal 13.019/2014 e a cláusula antecedente;
4.1.4.4 - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
4.1.5. reter a parcela, quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação às obrigações deste Termo de Colaboração ou em caso de a organização da sociedade civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pelo Município ou pelos órgãos de controle interno e externo, até a efetiva regularização;
4.1.6. em caso de retenção da parcela, o **MUNICÍPIO** cientificará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para, querendo, apresentar justificativa que entender necessária no prazo de 10 (dez) dias;
4.1.7. em caso de apresentação de justificativa pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o **MUNICÍPIO** analisará os argumentos trazidos, decidindo sobre a retomada ou não dos repasses, bem como quanto ao pagamento ou não das parcelas retidas, que só poderão ser liberadas em caso de manutenção do atendimento;
4.1.8. em caso de descumprimento das notificações e prazos apontados para saneamento de irregularidades ou impropriedades da prestação de contas e da execução do objeto, serão tomadas as providências previstas na cláusula OITAVA deste Termo de Colaboração.
4.1.9. deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento, e os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria oriunda do presente Termo de Colaboração.
4.1.10- assegurar a continuidade na prestação de serviços gratuitos aos seguimentos da população atendida, conforme o previsto no plano de trabalho, no caso de paralização ou da ocorrência de fato relevante que envolva a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.
4.1.11- orientar, verbalmente, por escrito e por outros meios a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL quanto aos procedimentos técnicos e operacionais, em consonância com as diretrizes, de ações contidas na legislação social, nos planos e programas federais, estaduais e municipais

4.2. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL obriga-se a
4.2.1. Com relação à execução técnica do objeto e suas peculiaridades
a) executar as ações em estrita consonância com a legislação pertinente, bem como com a diretrizes, objetivos e indicativos de estratégias metodológicas do específicas para cada serviço, nos termos do Plano de Trabalho devidamente aprovado e no Termo de Colaboração ;
b) desenvolver as ações seguindo as diretrizes do órgão gestor, qual seja, **MUNICÍPIO** submetendo-se à gestão pública operacional do serviço e disponibilizando o atendimento às metas referenciadas no Termo de Colaboração;
c) prestar ao **MUNICÍPIO**, todas as informações e esclarecimentos necessários durante o processo de monitoramento e avaliação do atendimento ao objeto do presente;
d) promover, no prazo a ser estipulado pela administração pública, quaisquer adequações apontadas no processo de monitoramento, avaliação e gestão operacional;
e) participar sistematicamente das reuniões de monitoramento, avaliação, gestão operacional e capacitações;
f) participar de reuniões dos Conselhos Municipais relacionados a sua área de atuação, fóruns e grupos de trabalho;
g) manter atualizados os registros de atendimento;
h) apresentar ao **MUNICÍPIO**, nos prazos e nos moldes por ela estabelecidos, os relatórios mensais e anual dos serviços executados;
i) comunicar por escrito e imediatamente ao **MUNICÍPIO**, todo fato relevante, bem como eventuais alterações estatutárias e constituição da diretoria;
j) comunicar por escrito, com prazo de no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, eventuais pretensões de alterações no objeto, grupos, forma de execução ou intenção de denúncia da parceria;
k) preservar e prestar contas dos equipamentos adquiridos com recurso da parceria e que estarão sob sua responsabilidade;
l) destacar a participação do **MUNICÍPIO,** em toda e qualquer ação promocional divulgada nos meios de comunicação, mediante prévia aprovação pelo **MUNICÍPIO** Municipal de Comunicação Social;
m) observar as instruções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, além dos dispositivos legais e estatutários em vigor, especialmente aqueles concernentes a não remuneração dos membros da diretoria executiva, do conselho fiscal ou de órgãos afins;
n) recolher ao erário municipal, eventual saldo de recursos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da extinção, denúncia ou rescisão da parceria;
o) prestar contas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei 13019/2014 e alterações e no Decreto Municipal 108/2017, e em conformidade com as instruções específicas emanadas do Tribunal de Contas do Estado;

p) as contratações de bens e serviços feitas pela OSC com recursos transferidos pela Administração Pública, deverão observar todos os princípios aplicáveis à atuação estatal, notadamente, os princípios da legalidade, da moralidade, da boa fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade, do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade
q) observar o regulamento de compras e contratações, a ser aprovado pela municipalidade, em que se estabeleça, no mínimo, a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, publicidade e eficiência;
r) Manter escrituração contábil regular conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive na hipótese de aquisição de bens com os recursos da parceria.
s) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações as parcerias celebradas com o Município de Umuarama, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

4.2.2. Com relação à aplicação dos recursos financeiros nas ações a serem executadas:
a) aplicar integralmente os valores recebidos nesta parceria no atendimento do objeto constante da cláusula PRIMEIRA em estrita consonância com o Plano de Trabalho, previsão de receitas e despesas e cronograma de desembolso aprovados;
b) as contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, da eficiência.
c) manter conta corrente no estabelecimento bancário oficial indicado pelo Município, a ser utilizada exclusivamente para o recebimento de verbas oriundas da presente parceria, informando ao **MUNICÍPIO,** o número, procedendo toda movimentação financeira dos recursos na mesma, sendo vedadas as transferências bancárias;
d) efetuar todos os pagamentos com os recursos transferidos, dentro da vigência deste Termo de Colaboração, indicando no corpo dos documentos originais das despesas – inclusive a nota fiscal eletrônica - o número do presente Termo e o órgão público celebrante a que se referem, mantendo-os na posse para eventuais fiscalizações e/ou conferências;
e) prestar contas, mensal, bimestral, anual e final, conforme a Lei 13019/2014 e alterações e o Decreto Municipal 108/2017;
f) manter em seus arquivos os documentos originais que compuseram a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação das mesmas.

4.3 Constitui responsabilidade exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos em virtude da presente parceria, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio e de pessoal;
Parágrafo único: As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, da eficiência, publicidade, transparencia na aplicação dos recursos e da busca permanente de qualidade.

4.4 Constitui, também, responsabilidade exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública sua inadimplência em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

4.5 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL obriga-se, ainda, a:
4.5.1 permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao termo de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
4.5.2 abster-se, durante toda a vigência da parceria, de ter como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal direta ou indireta, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

QUINTA - DA HIPÓTESE DE RETOMADA
5.1 Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, o MUNICÍPIO, poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
I - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que o **MUNICÍPIO** assumir as responsabilidades
II - retomar os bens públicos eventualmente em poder da organização da sociedade civil
§ 1º As situações previstas no caput devem ser comunicadas pelo gestor da parceria ao **MUNICÍPIO**

SEXTA – DAS ALTERAÇÕES
- O **MUNICÍPIO** poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou, ainda, do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou a sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:
I - por termo aditivo à parceria para:
ampliação ou redução do valor global;
prorrogação da vigência;
alteração da destinação dos bens remanescentes; ou
II - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho; ou
remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

Caso as alterações necessárias demandem aumento do valor, o aditamento ficará condicionado à existência de reserva de recursos suficientes a suportar as despesas decorrentes e de autorização do titular do **MUNICÍPIO**

SÉTIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
7.1 Constituem motivos para rescisão ou denúncia dos instrumentos jurídicos a serem firmados o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto nº 108/2017.

OITAVA - DAS SANÇÕES
8.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n.º 13.019/2014 e da legislação específica, o **MUNICÍPIO** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:
I - advertência;
II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do município, por prazo não superior a dois anos;
III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
§ 1º As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III desta cláusula são de competência exclusiva do **MUNICÍPIO,** facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
§ 2º Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

§ 3º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

NONA – DOS BENS REMANESCENTES

9.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos em decorrência dessa parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

9.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos em decorrência deste Termo de Colaboração.

9.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da OSC e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a OSC formalizar promessa de transferência da propriedade ao MUNICIPIO, na hipótese de sua extinção.

9.4 – Os bens remanescentes adquiridos em consequência dessa parceria poderão, a critério do MUNICIPIO, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatário, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

9.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor do MUNICIPIO.

9.6 - Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pelo MUNICIPIO, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de notificação da dissolução.

9.7 - No caso de término da execução da parceria antes da manifestação sobre a solicitação de alteração da destinação dos bens remanescentes, a custódia dos bens permanecerá sob a responsabilidade da OSC até a decisão do pedido.

DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Pactuam, ainda, os partícipes, as seguintes condições:

I – todas as comunicações serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues nos endereços dos partícipes, mediante protocolo, enviadas por "fax símile" ou qualquer outro meio de comunicação, devidamente comprovado por recibo;

II – as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações na execução do objeto da parceria serão registradas em ata ou relatório circunstanciado;

III – O **MUNICÍPIO** não se responsabilizará por qualquer despesa excedente dos recursos a serem transferidos.

DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes elegem o foro da Comarca de Umuarama/PR para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.2 É obrigatória, nos termos do art. 42, XVII da Lei Federal n.º 13.019/2014, a prévia tentativa de solução administrativa de eventuais conflitos, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública; E por estarem certas e ajustadas, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Umuarama-PR, 17 de agosto de 2026

GENTIL SOARES DE LIMA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Portaria n.º 1.473/2025 – CPF: 474.XXX.939-72

JEAN CARLOS FELIPE
Presidente da Liga de Futsal de Umuarama
CPF n.º 094.XXX.739-45

Testemunhas:

Nome: Leone Aparecida Fernandes	**Nome:** Wagner Philipe Bello
CPF: 885.XXX.989-91	**CPF:** 050. XXX.699-83

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:8A22FAF5

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO 096/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 096/2026

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR	
10/08/2026	FPM	R$	5.603.063,69

PAÇO MUNICIPAL, aos 13 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:CB845FB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO 097/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 097/2026

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS		VALOR
10/08/2026	IPI	R$	49.794,81
10/08/2026	ITR	R$	7.859,31

PAÇO MUNICIPAL, aos 13 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:47012846

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO 098/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 098/2026

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS		VALOR
04/08/2026	FUNDEB	R$	71.415,92
05/08/2026	FUNDEB	R$	339.109,41
10/08/2026	FUNDEB	R$	1.065.681,09

PAÇO MUNICIPAL, aos 13 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:E8EDE842

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO 099/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 099/2026

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS		VALOR
04/08/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	110,00
04/08/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	5.457,26
04/08/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	1.696,80
04/08/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	60.218,88
04/08/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	81.746,24
04/08/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	619.481,49
04/08/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	1.240,78
04/08/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	22.590,37
07/08/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	6.026.295,88

PAÇO MUNICIPAL, aos 13 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:74AF19B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO 100/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 100/2026

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR	
12/08/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$	265.567,90

PAÇO MUNICIPAL, aos 13 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:934B9EB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO 101/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 101/2026

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR	
11/08/2026	FUNDEB	R$	112.189,37
12/08/2026	FUNDEB	R$	613.135,25

PAÇO MUNICIPAL, aos 13 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:24AC2A87

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO 102/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 102/2026

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR	
17/08/2026	FNS/ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$	168.002,00
17/08/2026	FNS/ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$	116.778,18
17/08/2026	FNS/ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$	28.500,00
17/08/2026	FNS/ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$	61.016,75
17/08/2026	FNS/ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$	7.486,50

PAÇO MUNICIPAL, aos 17 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:AD550241

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS
DECRETO 196/2026

DECRETO Nº 196/2026

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, imóveis localizados no Loteamento Residencial Porto Seguro, destinados à implantação de via pública de ligação à ponte a ser construída por ente privado, no Município de Umuarama.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 91, inciso I, alínea "f" e da Lei Orgânica do Município, e com fundamento nos artigos 2.º, 5.º, alínea "i", 6.º e 15 do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941;
CONSIDERANDO que a desapropriação por utilidade pública constitui instrumento jurídico destinado à viabilização de obras, serviços e intervenções de interesse coletivo, especialmente quando necessárias à abertura, conservação, adequação ou melhoramento de vias e logradouros públicos;
CONSIDERANDO a Comunicação Interna n.º 270/2026/SMO, de 18 de maio de 2026, expedida pela Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos, por meio da qual foi solicitada a elaboração e publicação de Decreto declaratório de utilidade pública dos imóveis objeto das Matrículas n.º 27.351 e n.º 27.352, acompanhadas dos respectivos mapas e memoriais descritivos;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos informou que a declaração de utilidade pública dos imóveis tem por finalidade viabilizar desapropriação amigável, possibilitando a passagem de via pública que fará ligação à ponte a ser construída por ente privado;
CONSIDERANDO que a intervenção projetada possui interesse público municipal, por estar vinculada à integração do sistema viário urbano, à melhoria da mobilidade local, à ampliação da acessibilidade e à organização segura do trânsito de veículos e pedestres;
CONSIDERANDO que os imóveis atingidos estão identificados nas Matrículas n.º 27.351 e n.º 27.352, ambas do 2.º Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama/PR, correspondentes aos Lotes n.º 4-A e n.º 4-B, da Quadra n.º 11, do Loteamento Residencial Porto Seguro, com área individual de 181,25 m²;
CONSIDERANDO que a declaração de utilidade pública não define, por si só, valor indenizatório, propriedade, posse ou domínio, nem substitui os atos técnicos, registrais, avaliativos e negociais próprios do procedimento administrativo de desapropriação

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, os imóveis descritos neste Decreto, necessários à implantação, abertura, prolongamento ou regularização de via pública destinada à ligação com ponte a ser

construída por ente privado, integrando-a ao sistema viário do Município de Umuarama/PR.
Art. 2º A declaração de utilidade pública compreende os seguintes imóveis, conforme certidões de matrícula, mapas, memoriais descritivos e demais documentos técnicos constantes do procedimento administrativo:
I – Matrícula n.º 27.351, CNM 080416.2.0027351-86, do 2.º Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama/PR, correspondente ao Lote de terras n.º 4-A, da subdivisão do Lote n.º 4, da Quadra n.º 11, do Loteamento "Residencial Porto Seguro", situado nesta cidade, com área de 181,25 m², de propriedade atribuída a Porto Seguro Imóveis Ltda., ou a quem de direito pertencer;
II – Matrícula n.º 27.352, CNM 080416.2.0027352-83, do 2.º Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama/PR, correspondente ao Lote de terras n.º 4-B, da subdivisão do Lote n.º 4, da Quadra n.º 11, do Loteamento "Residencial Porto Seguro", situado nesta cidade, com área de 181,25 m², de propriedade atribuída a Porto Seguro Imóveis Ltda., ou a quem de direito pertencer.
§ 1º A individualização técnica dos imóveis e das áreas atingidas observará as certidões imobiliárias, plantas, mapas, memoriais descritivos, levantamentos técnicos e demais documentos que instruem o procedimento administrativo, admitindo-se os ajustes necessários para fins de avaliação, negociação, escritura, registro, averbação, desmembramento, unificação ou regularização perante o Cartório de Registro de Imóveis competente.
§ 2º A eventual existência de ônus, restrições, débitos fiscais, débitos tributários, litígios, divergências cadastrais ou apontamentos registrais deverá ser apurada no procedimento próprio e considerada na fase de avaliação, negociação, pagamento, depósito ou definição judicial da indenização, sem prejuízo da continuidade dos atos necessários à consecução do interesse público.
Art. 3º A desapropriação de que trata este Decreto destina-se à implantação de via pública e à adequada integração da malha viária municipal com a ponte a ser construída por ente privado, permitindo a organização da circulação, a ampliação das condições de acesso, a melhoria da mobilidade urbana e a promoção da segurança dos usuários da via.
Art. 4º Fica o Município de Umuarama autorizado a promover todos os atos administrativos e judiciais necessários à efetivação da desapropriação, inclusive levantamentos técnicos complementares, avaliação, negociação administrativa, celebração de acordo, lavratura de escritura, pagamento ou depósito de indenização, imissão na posse, se cabível, ajuizamento da ação de desapropriação e demais medidas necessárias à regularização dominial e registral dos imóveis.
Parágrafo único. Na hipótese de necessidade devidamente justificada pela Administração, poderá o Município invocar urgência para fins de imissão provisória na posse, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo da prévia avaliação e das garantias de indenização constitucionalmente asseguradas.
Art. 5º A presente declaração de utilidade pública não importa reconhecimento definitivo de propriedade, posse, domínio, direito real, valor indenizatório ou quitação em favor de qualquer pessoa física ou jurídica, limitando-se a reconhecer o interesse público municipal na utilização dos imóveis para a finalidade descrita neste Decreto.
Art. 6º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 04 de julho de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

RENATO CAOBIANCO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:311446D9

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 14/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
MJJ8071	279350S000260252	02/04/2026	56732	R$ 130,16

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:1E1BA6BF

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 14/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ASI5G35	279350E000029020	05/05/2026	55412	R$ 195,23
MDZ3D13	279350E000025003	04/04/2026	55412	R$ 195,23
QFD2G40	279350E000022534	24/03/2026	55412	R$ 195,23
SFA7A70	279350E000022133	23/03/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:F61B4D69

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

IMAS - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA
1º TERMO ADITIVO DE 2026 AO CONTRATO Nº 9/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº 02/2026 – PROCESSO Nº 9/2026

OBJETO DO ADITAMENTO: Do prazo de Vigencia e do valor
CONTRATANTE: Instituto Municipal de Assistencia ao Servidor Publico de União da Vitoria -PR
CONTRATADO: ANA PAULA GODINHO DA SILVA & CIA LTDA – CNPJ nº 10.447.351/0001-07
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação EMERGENCIAL de uma empresa da área de saúde, para realizar auditorias nas faturas recebidas e/ou in loco, pelo Instituto Municipal de Assistência ao Servidor Público de União da Vitória, de Hospitais e Clínicas conveniados, bem como averiguar e orientar o encaminhamento dos segurados em cirurgias e exame*
DA VIGENCIA E ACRÉSCIMO DO QUANTITATIVO: Fica alterada a vigencia do contrato 9/2026 a partir da data da assinatura deste aditivo para mais 03(três) meses ou até a finalização do processo licitatorio em curso, o que acontecer primeiro a iniciar 19/08/2026 e a terminar em 19/11/2026 e acrescido ao contrato principal, o valor total de R$25.249,17 (Vinte e cinco mil e duzentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos).
DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, inciso VIII, Lei Federal nº 14.133/2021 com suas alterações.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 19 de Agosto de 2026.

MARLISE CERETTA KUYAVA
Presidente

Publicado por:
Marlise Ceretta Kuyava
Código Identificador:82213DAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 92/2026

UASG: 987937

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de materiais de iluminação e decoração natalina para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura de União da Vitória/PR, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

***ATENÇÃO**: Lote para Ampla Concorrência e Lotes para Participação exclusiva para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), na forma da Lei Complementar nº 123, de 2006*

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Lote.

MODO DE DISPUTA: "Aberto"

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 04/09/2026 a partir das 09h00min após a avaliação das propostas pelo(a) Pregoeiro(a).

VALOR TOTAL ESTIMADO NA LICITAÇÃO: R$ 300.628,22 (trezentos mil, seiscentos e vinte e oito reais e vinte e dois centavos).

Outras informações podem ser obtidas no Departamento de Licitação da Prefeitura de União da Vitória, no endereço Rua Dr. Cruz Machado, n.º 205, 4º Andar, Bairro Centro – União da Vitória/PR, Telefone (42) 3521-1223.
E-MAIL: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
SITE: www.uniaodavitoria.pr.gov.br – *Link*: "PORTAL DA TRANSPARÊNCIA".
LOCAL: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

União da Vitória/PR, 18 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Marcelo Otto
Código Identificador:AD11F99A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 433/2026

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE SUPERAVIT FINANCEIRO NA RESPECTIVA FONTE.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5255, de 26 de novembro de 2025 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5222, de 07 de agosto de 2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2026, um crédito adicional suplementar no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
PROJETO/ATIV 2.064 – Manutenção da Secretaria Mun. de Esportes

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.14.00	DIARIAS – PESSOAL CIVIL	15.000,00

TOTAL CRÉDITO	**15.000,00**

Art. 2º Para abertura do crédito adicional de que trata o presente Decreto, será utilizado superávit financeiro de exercícios anteriores na respectiva fonte.
Art. 3º Este Decreto acresce os valores referente superávit financeiro ao valor da programação financeira e ao cronograma de execução mensal de desembolso, conforme publicado no Decreto nº 644/2025.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

União da Vitória, 18 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

JUSTIFICATIVA DO DECRETO 433/2026:

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:

Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, serão utilizados recursos do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Esta suplementação não altera o saldo do percentual autorizado no art. 7º da LOA e art. 40 da LDO, por se tratar de reprogramação de superávit financeiro.

União da Vitória, 18 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:07E883B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
ERRATA DA HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 75.967.760/0001- 71 – Rua: Dr. Cruz Machado, n. º 205 – CEP: 84.600-900
União da Vitória – Paraná

ERRATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 79/2026

O Município de União da Vitória, Estado do Paraná, por meio de seu representante legal, torna pública a presente **ERRATA** referente ao Extrato dos Contratos do Pregão Eletrônico nº 34/2026, publicado anteriormente, tendo em vista a necessidade de correção da numeração dos contratos.

ONDE SE LÊ:
TRADE PROVIDERS CONSULTORIA E IMPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.690.702/0001-68. Vencedora do item nº 01, perfazendo o Valor Global de R$ 247.300,00 (Duzentos e quarenta e sete mil e trezentos reais); Contrato nº 62/2026. Data da assinatura do contrato: 17/08/2026;

EQUIP NEXT COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.294.467/0001-07. Vencedora do item nº 02,

perfazendo o Valor Global de R$ 189.900,00 (Cento e oitenta e nove mil e novecentos reais); Contrato nº 63/2026. Data da assinatura do contrato: 17/08/2026.

LEIA-SE:
TRADE PROVIDERS CONSULTORIA E IMPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.690.702/0001-68. Vencedora do item nº 01, perfazendo o Valor Global de R$ 247.300,00 (Duzentos e quarenta e sete mil e trezentos reais); Contrato nº 63/2026. Data da assinatura do contrato: 18/08/2026;

EQUIP NEXT COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.294.467/0001-07. Vencedora do item nº 02, perfazendo o Valor Global de R$ 189.900,00 (Cento e oitenta e nove mil e novecentos reais); Contrato nº 64/2026. Data da assinatura do contrato: 18/08/2026.

Ficam mantidas inalteradas as demais disposições constantes do Extrato dos Contratos e do Aviso de Homologação e Adjudicação.

União da Vitória – PR, 18 de agosto de 2026

ARY CARNEIRO JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Sheila Conceicao Rodrigues da Silva
Código Identificador:B338AEE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
ERRATA DO DECRETO Nº 418/2023

No **DECRETO Nº 418/2023,** de 02/10/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, dia 24/10/2023, Edição nº 2884:

ONDE SE LÊ:

Área 3 com 61,30 m2
Proprietário: Mariano Ossak ou a quem de direito pertencer.
Município: União da Vitória U.F.: PR
Situação: Dentro da chácara nº 06 com área remanescente de 39.267,45 m² situada na colônia Dona Julia fazenda Passo do Iguaçu distrito de São Cristóvão em União da Vitória-PR, constante da transcrição nº 8.373 Fls. 186 livro 3-H do 2º CRI de União da Vitória - PR, uma área com 61,30 m² destinada a faixa de servidão do coletor de esgotos C4. São Joaquim, com a seguinte descrição
Descrição: Faixa de servidão destinada a implantação de tubulação da linha de recalque e coletor de esgoto com atingimento iniciando no vértice denominado 'V1', de coordenadas E=491.494,502 m e N=7.100.785,135 m, situado na divisa com Lote nº 2736; Deste segue confrontando com interior do Lote sob matrícula nº 16.793 com o azimute de 295°27'34" e a distância de 38,92 m até o vértice 'V2' (E=491.459,359 m e N=7.100.801,867 m); Deste segue confrontando com Lote nº 1984 com o azimute de 37°39'50" e a distância de 3,07 m até o vértice 'V3' (E=491.461,234 m e N=7.100.804,297 m); Deste segue confrontando com interior do Lote sob matrícula nº 16.793 com o azimute de 115°27'34" e a distância de 38,90 m até o vértice 'V4' (E=491.496,357 m e N=7.100.787,575 m); Deste segue confrontando com Lote nº 2736 com o azimute de 217°14'19" e a distância de 3,06 m até o vértice 'V1' (E=491.494,502 m e N=7.100.785,135 m); início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 116,84 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes, distâncias, área e extensão foram calculados no plano Projeção UTM.

LEIA-SE:

FAIXA DE SERVIDÃO DO COLETOR DE ESGOTO C47 – SÃO JOAQUIM (SRI 47033):
Proprietário: **Mariano Ossak, ou a quem de direito pertencer**
Município: **União da Vitória** U.F: **PR**
Transcrição: N° **8.373, LIVRO Nº3-H, FOLHAS 186 – 2° CRI DE UNIÃO DA VITÓRIA**
Área: **61,30** Extensão da Faixa: **30,65** Largura da Faixa: **2,00 m**
DESCRIÇÃO: Faixa de servidão destinada a implantação de tubulação de rede coletora de esgoto com início de descrição pelo eixo da faixa de servidão no vértice **E1**, de coordenadas **N 7.100.600,621 m** e **E 491.768,203 m**, situado no limite com o imovel da Matrícula n°11.606; deste, segue adentrando o imóvel da Transcrição n° 8.373, Lvr N°3-H, Fls 186 - Remanescente; com os seguintes azimutes e distâncias: 325°43'04" e 4,64 m até o vértice **PV-139**, de coordenadas **N 7.100.604,454 m** e **E 491.765,591 m**; 304°23'17" e 26,01 m até o vértice **E2**, de coordenadas **N 7.100.619,144 m** e **E 491.744,127 m**; situado junto a Rua Cesar Cerri, perfazendo uma extensão de 30,65 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 61,30 m² . Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes, distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM.

União da Vitória, 17 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:38650131

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N.º 61/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 68/2026
ORIGEM / LICITAÇÃO: Concorrência Eletrônica n.º 05/2026
CONCEDENTE: Município de União da Vitória/PR (CNPJ n.º 75.967.760/0001-71)
CONCESSIONÁRIA: ASSOCIAÇÃO DE LUTO SANTA BÁRBARA LTDA (CNPJ n.º 27.797.811/0001-11)
OBJETO: Concessão onerosa de uso da Capela Mortuária Municipal de União da Vitória/PR (com área de 125 m²), abrangendo suas instalações, mobiliário e equipamentos, para exploração e operacionalização de serviços destinados exclusivamente à realização de velórios, mediante o pagamento de outorga mensal ao Município.
VALOR DA OUTORGA E VALOR ESTIMADO DO CONTRATO:
Outorga Mensal: R$ 3.450,00 (três mil quatrocentos e cinquenta reais).
Valor Total Estimado (60 meses): R$ 207.000,00 (duzentos e sete mil reais).
VIGÊNCIA: Prazo de Vigência: 60 (sessenta) meses, com início em 13 de agosto de 2026 e término em 12 de agosto de 2031, prorrogável nos termos da legislação vigente.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (em especial arts. 91 e 94; fonte jus: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/386672209), Lei Orgânica do Município de União da Vitória e Projeto de Lei Ordinária n.º 07/2026.
DATA DE ASSINATURA: 13 de agosto de 2026.
FORO: Comarca de União da Vitória/PR.
União da Vitória/PR, 13 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:24F2E595

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 62/2026
Chamamento Público nº 03/2026 - Processo Administrativo nº 69/2026
Partes:

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR, CNPJ nº 75.967.760/0001-71.
CREDENCIADA: EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S/A, CNPJ nº 80.227.796/0001-59.

Objeto: Credenciamento de concessionárias de transporte rodoviário de passageiros para o fornecimento de passagens intermunicipais e interestaduais, destinadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social de União da Vitória/PR.
Fundamento Legal: Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Valor: Valor total estimado de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Vigência: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, com início em 17 de agosto de 2026 e término em 16 de agosto de 2027.
Data da Assinatura: 17 de agosto de 2026.

Assinaturas:

• **Ary Carneiro Junior** - Prefeito, pelo Credenciante.
• **Alexandre Gulin** - Representante Legal, pela Credenciada.

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:A40EAEA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 582/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 5208, de 08 de maio de 2025, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

SÍMBOLO	PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	A PARTIR DE:
GF-06	20%	BRUNA DOS SANTOS DE CRISTO	Fiscal de Contrato	17/08/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 17 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:5DF3F671

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 583/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Redirecionar a **COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**, para averiguação dos fatos e parecer final, o **Processo protocolado sob nº 2889/2025**, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Conforme dispõe o Art. 240. da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o **PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS** para a conclusão do processo.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 17 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:CA63D3A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 585/2026

O **Prefeito Municipal de União da Vitória**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1° Acolher, na íntegra, o Relatório Final da **Comissão Permanente de Processo de Sindicância**, e, por consequência, **DETERMINAR O ARQUIVAMENTO** do **Processo protocolado sob nº 0036.0117176/2024**.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

União da Vitória, 17 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:C13C32F0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
1º TERMO ADITIVO ATA 65/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 65/2025

Que fazem entre si, o **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pele Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 056xxxxxx98, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa: TATIELI ZIIGE 07438824900 , com sede no Município de Vitorino-PR, inscrita no CNPJ sob nº 30.381.096/0001-46, representada por TATIELI ZIIGE , inscrito no CPF/MF sob nº. 074xxxxxx00, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam o presente mediante as seguintes cláusulas e condições, em conformidade com os protocolos 3169/2025 e parecer jurídico.

Cláusula Primeira: Do Valor: Fica acrescido o valor Global de R$ 109.539,72.

Cláusula Segunda: Da Vigência: passa sua vigência para 18/08/2027.
Cláusula Terceira: Fica aplicado o índice de correção do IPCA, com percentual correspondente 4,04 %, nos valores unitários.
Cláusula Quarta: Permanecem em pleno vigor todas as demais disposições contratuais que não conflitem com o presente aditamento.

E assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se a bem e fielmente cumprirem integralmente o contrato de parceria de serviços, por si e por seus sucessores, firmam o presente aditamento em duas vias de igual teor e forma.

Vitorino, em 18/08/2026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal/Contratante

TATIELI ZIIGE
Contratada
Tatieli Ziige 07438824900

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:EF7AC975

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
ERRATA AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026

MUNICÍPIO DE VITORINO – PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE

ERRATA AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026

O Município de Vitorino, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Defesa do Meio Ambiente, torna pública a presente **ERRATA** ao Edital de Convocação nº 01/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 18 de agosto de 2026, Edição nº 3597, para correção da legislação nele mencionada.

Onde se lê:
"considerando a Lei Municipal nº 1.049, de 02 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Conselho Municipal do Meio Ambiente – CMMA"

Leia-se:
"considerando a Lei Municipal nº 1.965, de 09 de junho de 2022, que dispõe sobre o Conselho Municipal do Meio Ambiente – CMMA"

Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital de Convocação nº 01/2026.

Vitorino, 19 de agosto de 2026.

ELIELMA CRISTIANE XAVIER COLLA
Secretária Municipal de Desenvolvimento e Defesa do Meio Ambiente

Publicado por:
Izadora Carniel
Código Identificador:6EFF7A6F

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
HOMOLOGAÇÃO DL 23/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO-O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve: 01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos: a) Nr. Processo: 81/2026, b) Nr. Licitação: 23/2026 – DL, c) Modalidade: Dispensa de licitação, d) Data de Homologação: 18/08/2026, e) Objeto da Licitação: Aquisição e instalação de persianas tipo rolo, para as unidades de Saúde Municipais. Participante: GUEPPER PERSIANAS LTDA (52.303.028/0001-00)

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:0AD09DBB

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
HOMOLOGAÇÃO DL 25/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO-O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve: 01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos: a) Nr. Processo: 83/2026, b) Nr. Licitação: 25/2026 – DL, c) Modalidade: Dispensa de licitação, d) Data de Homologação: 18/08/2026, e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa com expertise em Projetos e Planos Educacionais para prestação de Serviços Técnicos Especializados em elaboração, acompanhamento e avaliação de Projetos Educacionais, gestão e políticas educacionais para a prestação de serviços de consultoria e assessoria, viando construção do novo PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME. Participante: DANILO HENRIQUE NUNES GESTAO, CONSULTORIA E ASSESSORIA PUBLICA E PRIVADA LTDA

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:BD6B8245

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
HOMOLOGAÇÃO LE 01/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO-O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, IV e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve: 01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos: a) Nr. Processo: 56/2026, b) Nr. Licitação: 1/2026 – LEE, c) Modalidade: Leilão Eletrônico, d) Data de Homologação: 18/08/2026, e) Objeto da Licitação: Alienação de bens móveis inservíveis e/ou imprestáveis, pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Vitorino/PR, Participante: HIGOR LUCAS ROLINDO (118.401.946-00), Participante: EDERSON MORAES DOS SANTOS (054.282.029-39), Participante: GILIARDI ROSETTI (351.286.278-02), Participante: LUIZ FERNANDO PICOLOTTO (051.391.799-38), Participante: LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA (44.319.709/0001-20), Participante: VALDIR PAZINATO (091.754.749-72), Participante: EDERSON MORAES DOS SANTOS (054.282.029-39), Participante: LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA (44.319.709/0001-20), Participante: LUBRIPECAS COMERCIO DE LUBRIFICANTES E PECAS LTDA (20.777.790/0001-23).

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:CECCBCDF

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
HOMOLOGAÇÃO PE 22/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO-O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve: 01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos: a) Nr. Processo: 61/2026, b) Nr. Licitação: 22/2026 – PE, c) Modalidade: Pregão eletrônico, d) Data de Homologação: 18/08/2026, e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de manutenção de veículos e equipamentos rodoviários, incluindo o fornecimento de peças, para a frota municipal atendendo as necessidades de todas as Secretarias da Administração Municipal de Vitorino-Paraná, Participante: LUBRIPECAS COMERCIO DE LUBRIFICANTES E PECAS LTDA (20.777.790/0001-23), Participante: L F F DOS SANTOS (46.053.194/0001-94), Participante: F L CASAGRANDE (40.491.106/0001-50), Participante: MECANICA ITACOLOMI LTDA (29.254.899/0001-50), Participante: C.E. LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENCOES LTDA (20.088.291/0001-29), Participante: J MARTINELLI LTDA (01.400.519/0001-20).

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:5CE7C8BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.264, DE 19 DE AGOSTO DE 2026

Decreto 6.264, de 19 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado Jefferson Willian Evangelista, portador do CPF/MF n.° 086.196.xxx-xx, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 19 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:FC8A7EAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. º 010/2026

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. º 010/2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VITORINO,** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com art. 37, IX, da Constituição da República e Lei Municipal n° 1532/2016 de 31 de maio de 2016 e considerando o resultado do Concurso Público 001/2026;

TORNA PÚBLICO

1 – A convocação dos aprovados no Concurso Público 001/2026, já homologado**;**

OPERADOR DE MÁQUINA

IN	Candidato	Classificação
125	Evandro de Souza	5º

2 – Os candidatos classificados e relacionados acima deverão comparecer junto a Prefeitura Municipal de Vitorino situada na Rua Barão de Capanema, nº 134 na **Gerência de Recursos Humanos** entre os dias **19/08/2026** até **25/08/2026** das 08h30min até 11h e das 13h30min até 17h, para tomar posse, conforme instruções do ato de provimento em caráter efetivo. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na desistência.

Vitorino, em 19 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:8573A6B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. º 120/2026

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. º 120/2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VITORINO,** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com art. 37, IX, da Constituição da República e Lei Municipal n° 1532/2016 de 31 de maio de 2016 e considerando o resultado do Concurso Público 001/2024;

TORNA PÚBLICO

1 – A convocação dos aprovados no Concurso Público 001/2024, já homologado**;**

CONTADOR

IN	Candidato	Classificação
896	Everton Leandro Camargo Mendes	3º

2 – Os candidatos classificados e relacionados acima deverão comparecer junto a Prefeitura Municipal de Vitorino situada na Rua Barão de Capanema, nº 134 na **Gerência de Recursos Humanos** entre os dias **19/08/2026** até **25/08/2026** das 08h30min até 11h e das 13h30min até 17h, para tomar posse, conforme instruções do ato de provimento em caráter efetivo. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na desistência.

Vitorino, em 19 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:C96F84C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 381, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 381, de 18 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Conceder férias ao servidor abaixo relacionado:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Nivaldo João Vitali	Secretário Municipal da Fazenda	2025/2026	17/08/2026 até 18/08/2026

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 18 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:068F5002

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 382, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 382, de 18 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:
I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Fabiano de Moura – Motorista, conforme requerimento de diárias n. º 263/2026, protocolo n. º 6758/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Foz do Iguaçu /PR, no dia 18 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 18 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:ED914AAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 383, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 383, de 18 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:
I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Helio Moraes Rodrigues – Motorista, conforme requerimento de diárias nº. 264/2026, protocolo 6759/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até do Guarapuava/PR, no dia 18 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa BEP-6F75;

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 18 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:7B4C9FFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 384, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 384, de 18 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 1 (uma) diária para o servidor Elizandro de Borba do Nascimento – Motorista, conforme requerimentos de diárias n. º 262/2026, protocolo n. º 6762/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Guaraniaçu/PR, no dia 18 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa UAW-8I31.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 18 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:BB911CB9

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
EDITAL Nº 004/2026 EDITAL DE ENSALAMENTO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026

A Presidente da Comissão Especial do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL DE ENSALAMENTO**, conforme segue:

Art. 1º A Prova Objetiva será aplicada no dia **23/08/2026**, no horário e local constante no Anexo Único deste Edital.

Art. 2º O candidato com a inscrição deferida deverá acessar o endereço eletrônico www.concursosfau.com.br (área do candidato) a partir das 18 horas do dia **19/08/2026** e imprimir o **CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO**, que conterá o horário e local de realização da prova objetiva.

Art. 3º Não será permitido o consumo de alimentos durante a realização da prova objetiva. É permitido garrafas de água em **MATERIAL TRANSPARENTE**, os candidatos deverão remover os rótulos das embalagens.

Art. 4º Conforme o item 10.5.2 do Edital de Abertura - Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade ou documentos ilegíveis, não identificáveis e(ou) danificados, cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento. 10.5.2.3 O candidato que optar pela apresentação do documento digital (item 10.5.1) detém ciência que é o único responsável pela conexão da internet, bem como que a inviabilidade de acesso no momento da identificação, impedirá a identificação e acesso a sala, conforme item 10.9.1.

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Esperança do Iguaçu, 19 de agosto de 2026.

Registre-se e Publique-se.

GEZIELI BRITES DE MIRANDA
Presidente Da Comissão
Decreto Nº 3446/2026

EDITAL DE ENSALAMENTO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026

INSC	CARGO	NOME	HORÁRIO DE FECHAMENTO DO PORTÃO	LOCAL	ENDEREÇO	SALA
23817611	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	ALARICE DONIDA FRANÇA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23817002	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	ALEXANDRE KEHL PEREIRA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23819082	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	ANA CRISTINA BELETINI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23817729	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	ANDRESSA DA ROSA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01

23819101	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	BIANCA GONÇALVES DE AZEVEDO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23817493	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	BRUNA DE FATIMA PAULOVSKI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23817213	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	DAIANE MACEDO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23816975	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	EMANUEL THOMAZ DE MIRANDA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23819979	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	EMERSON PALADINI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23817610	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	FERNANDA SOEIRO DA SILVA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23819854	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	GEORGE HIROKI MARUYAMA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23817605	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	JAQUELINE SALETE DE AZEVEDO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23817964	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	JENNIFFER JULIA OGLIARI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23820343	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	JULIA BITTENCOURT MONTOVANELLO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23818681	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	KETLIN HUNING DE CARVALHO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23820273	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	LAIANI APARECIDA BELETINI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23820331	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	LAIZA CRISTINE DOS SANTOS IZE	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23820287	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	MARINA NEGRETTI PAGLIARINI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23819411	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	MAYUMI MARUYAMA MEURER	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23817883	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	NEIVO RODRIGUES BATISTA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23817382	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	RAFAEL LIMA SILVERIO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23817971	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	RAISSA KARINE DE OLIVEIRA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23819254	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	RAISSA SANTIAGO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23817362	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	RICARDO CORREA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23818715	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	SUELEN BELETINI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23820376	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	TÁCILA APARECIDA BOING	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23820317	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	VINICIUS BIAVATI DOS SANTOS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23820293	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CATIANE GONÇALVES DE OLIVEIRA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	01
23818880	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CLARICE GHIZZI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23820369	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CLEMAIR DONIDA BELETINI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23820079	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	DANIEL JOSE BIANCHINI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23820283	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	DIONES PAZ	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23820375	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ERIQUE ALVES BARBON	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23820235	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	JULIANO SANTOS FERREIRA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23818671	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	MARINA NEGRETTI PAGLIARINI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23819974	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	MARINES VAZ	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23820087	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	NANCI DE FAVERI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23819785	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	RAQUEL GONÇALVES ANASTÁCIO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23817604	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ROSANE FERREIRA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23820292	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	TEREZINHA MAIER	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23820355	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	VITORIA CAROLINE MAIER DOS SANTOS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23820351	AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	JAQUELINE RODRIGUES	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23820011	AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	NICOLAS PROCÓPIO BITENCOURT RIBEIRO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23817072	AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	RENATA DA LUZ BURATO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23820363	ELETRICISTA	GABRIEL FUMES BAETA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23817555	FONOAUDIÓLOGO	ALESSANDRA RODRIGUES DE LIMA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23817829	FONOAUDIÓLOGO	CLEONICE APARECIDA DE MATTOS BRANDALIS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23817062	FONOAUDIÓLOGO	FRANCIELI MACEDO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23818320	FONOAUDIÓLOGO	MARCIA PEREIRA DA SILVA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23820097	MECÂNICO	BRUNO RIBEIRO DOS SANTOS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23820367	MECÂNICO	CLAIR DA TRINDADE	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23817418	MECÂNICO	CLAUDIONOR MODESTO DE FREITAS JUNIOR	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23820304	MECÂNICO	GIOVANI DOS SANTOS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23820127	MECÂNICO	LUCAS RAFAEL TRINDADE	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 -	02

				DO IGUAÇU	CENTRO	
23820325	MECÂNICO	MAICO JOSÉ RAMBO FINKLER	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23817504	MECÂNICO	MAURÍCIO PASCONCELI DELLA JUSTINA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	02
23820296	MECÂNICO	MICHEL FARINELA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23818452	MÉDICO GINECOLOGISTA	LUIZA LOVATTO MACHADO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23817851	MOTORISTA	ADRIANO CARLOS TOPANOTTI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23819143	MOTORISTA	ADRIANO DOS SANTOS JUNIOR	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23820334	MOTORISTA	ALEX SANDER CAPPELLESSO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23818163	MOTORISTA	ALEXANDRE VIEIRA FLAIDOK	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23817530	MOTORISTA	ALTAMIR DE SOUZA ABREU	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23819017	MOTORISTA	ANTONIO LAURI PAIM	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23820232	MOTORISTA	BRUNO GUILHERME MEZZALIRA MASCARELLO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23820024	MOTORISTA	CLAUDECIR PESCADOR	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23819718	MOTORISTA	CLAUDIOVANE RITTI RODRIGUES	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23820345	MOTORISTA	CLEDER DREVES	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23819089	MOTORISTA	DIEISON RODRIGUES VALENDORFF	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23818395	MOTORISTA	DONIZETE BURATO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23819125	MOTORISTA	DOUGLAS DE SOUZA DOARTE	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23820309	MOTORISTA	EDEMAR BRANDÃO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23818218	MOTORISTA	EDENIR BEGNINI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23820321	MOTORISTA	EDUARDO GOTIN ESPINDOLA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23818639	MOTORISTA	EDUARDO SILVA ANDERLONI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23819481	MOTORISTA	ERICKSON DALBERTI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23819601	MOTORISTA	ÉRITON RODRIGO DE OLIVEIRA ALVES BARBON	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23819744	MOTORISTA	FABIO DE MELLO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23820285	MOTORISTA	FABIO IZE	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23820336	MOTORISTA	FELIPE CANDIDO DA SILVA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23820315	MOTORISTA	FELIPE DE ARAÚJO BATISTA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23820342	MOTORISTA	GILVANE DEVENS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23820298	MOTORISTA	IVAN ANDREY POLIDORO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23817680	MOTORISTA	IVANDRO GABRIELLI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	03
23818098	MOTORISTA	JACKSON BOING	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23819005	MOTORISTA	JODEMAR CARDOSO DA SILVA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23820349	MOTORISTA	JONAS MATEUS BIESEK	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23819881	MOTORISTA	JONE DE OLIVEIRA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23817683	MOTORISTA	KATIA LUCIELI BORSA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23817465	MOTORISTA	LEANDRO MENDES DA CRUZ	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23818375	MOTORISTA	LENOIR PIZATO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23817619	MOTORISTA	LEONARDO BIAVATI CÂNDIDO DA SILVA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23817060	MOTORISTA	MAIRA ASSMANN	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23819505	MOTORISTA	MARCELO AUGUSTO MORENO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23818181	MOTORISTA	MARCOS VINICIUS PANHO BATISTA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23819784	MOTORISTA	MATHEUS DOS SANTOS FARIAS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23817368	MOTORISTA	MONICA PRODOCIMO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23817633	MOTORISTA	OTHON MATEUS BIANDARO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23820280	MOTORISTA	PEDRO GILBERTO ANTUNES CORREA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23820346	MOTORISTA	RODRIGO FERNANDO FREITAS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23818739	MOTORISTA	SEDIMAR BRAZ	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23820344	MOTORISTA	SIDINEI BARBON	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23818182	MOTORISTA	SIDINEI RODRIGUES DA CUNHA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04

23819053	MOTORISTA	SOLEMAR BRAZ	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23818817	MOTORISTA	UESLEN JUNIOR VIEIRA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23820274	MOTORISTA	VALMIR RAMOS DE FRANÇA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23819638	MOTORISTA	VANDIR FARIAS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23816979	MOTORISTA	WILLIAN BORTOLOTTO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23816969	NUTRICIONISTA	ALANA MUZZOLON SILVEIRA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23819380	NUTRICIONISTA	ALINE BERTI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23817013	NUTRICIONISTA	AMANDA GOMES DOS SANTOS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23818953	NUTRICIONISTA	AMANDA MACAGNAN	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	04
23817325	NUTRICIONISTA	AUGUSTO VINÍCIOS KAMINSKI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23817744	NUTRICIONISTA	CAMILI FRANCINI ZANELLA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23820270	NUTRICIONISTA	DAIANE BRESSAN	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23817567	NUTRICIONISTA	ELEUMAR DOS SANTOS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23817119	NUTRICIONISTA	FABIOLA SANTOS DE LIMA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23820332	NUTRICIONISTA	FLAVILANE RAYANE DO NASCIMENTO COSTA MUNIZ	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23816950	NUTRICIONISTA	IZADORA PAULA BRATTI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23817942	NUTRICIONISTA	JOAO PAULO NOBREGA BARBOSA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23817438	NUTRICIONISTA	JULIANA CRISTINA MALACARNE	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23820299	NUTRICIONISTA	KARIN ADRIANI BERTOLDO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23818267	NUTRICIONISTA	LAURA DOARTE	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23818315	NUTRICIONISTA	NAGLA MORANDI DA SILVA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23820326	NUTRICIONISTA	SCHELKA MONALISA LINDEN	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23817445	NUTRICIONISTA	THAIS CRISTINA DA CHAGA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23816959	NUTRICIONISTA	THAIS REGINA MATEUS HANZEN	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23820279	OPERADOR DE MÁQUINAS	ALLAN RODRIGO DE SOUZA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23819205	OPERADOR DE MÁQUINAS	ARIEL BIAVATTI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23819311	OPERADOR DE MÁQUINAS	CARLOS DA SILVA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23819791	OPERADOR DE MÁQUINAS	CELSO LERIA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23818215	OPERADOR DE MÁQUINAS	CLAUCIR CANDIDO DA SILVA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23820322	OPERADOR DE MÁQUINAS	DOUGLAS JUNIOR DE MELLO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23820361	OPERADOR DE MÁQUINAS	EDER JEAN ANDREIS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23820109	OPERADOR DE MÁQUINAS	EVANDRO ANDREIS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23820319	OPERADOR DE MÁQUINAS	JULIANO SANTOS FERREIRA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23820297	OPERADOR DE MÁQUINAS	PRADELINO PEREIRA DOS SANTOS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23817179	OPERADOR DE MÁQUINAS	WELLINGTON PABLO DE OLIVEIRA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23817225	OPERADOR DE MÁQUINAS	WILLIAN BORTOLOTTO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	05
23820357	OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA	DOUGLAS DE VARGAS FLORENCIO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23819997	OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA	EDENILSON BEGNINI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23820362	OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA	EDER JEAN ANDREIS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23818742	OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA	GELSO DE MELLO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23818559	OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA	GILMAR LUIS DEMBINSKI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23819399	OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA	MARCIEL FERNANDO DE PAULA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23819871	PEDREIRO	JOEL SAMPAIO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23820359	PEDREIRO	WILLIAN JUNIOR ASSMANN	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23817566	PROFESSOR	ALINE ANTUNES CORREA DE SOUZA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23819320	PROFESSOR	AMANDA EDUARDA SCHNEIDER	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23819815	PROFESSOR	ANA PAULA LIMA OSMAIS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23820314	PROFESSOR	ANA PAULA SOARES	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23820366	PROFESSOR	ANDERLEIA TATIANA LUFT	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23817007	PROFESSOR	ANGELICA ANTUNES CORREA DE	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 -	06

		SOUZA		DO IGUAÇU	CENTRO	
23818680	PROFESSOR	BIANCA EDUARDA SOARES	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23819248	PROFESSOR	BRUNA DE GODOI GOMES	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23818070	PROFESSOR	CAMILA GIOVANNA INFANTINO BARRETO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23820303	PROFESSOR	CARINI TOMAZINI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23817870	PROFESSOR	CLAUDETE GABRIELLI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23820307	PROFESSOR	CRISTIANE BELETINI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23819111	PROFESSOR	CRISTIANE ZORZAN	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23817084	PROFESSOR	DAIANE MACEDO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23819126	PROFESSOR	DAIANE SALDANHA DA SILVA DOARTE	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23820099	PROFESSOR	DEBORA RAQUEL ANDREIS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23820318	PROFESSOR	DEISE MARIA CECATO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23820284	PROFESSOR	DENIZE MAIARA SECATO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23820354	PROFESSOR	DEONILDE BUENO DOS SANTOS.	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	06
23819256	PROFESSOR	EDIMARA CECATTO FACHINI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23817346	PROFESSOR	ELAINE PEREIRA DOS SANTOS BIAVATTI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23817570	PROFESSOR	ELENICE DOS SANTOS BITENCOURT GOMES	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23817676	PROFESSOR	ELIANDRA GABRIELLI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23818371	PROFESSOR	FABIANA LUIZA PAVNOSKI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23819909	PROFESSOR	FRANCIELE GOULARTE	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23817272	PROFESSOR	GABRIELLY APARECIDA MAZURANA DA COSTA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23818834	PROFESSOR	HENRIETE ELIZEMAR WOLFF	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23818004	PROFESSOR	IVAN CARLOS DA CUNHA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23818736	PROFESSOR	JAÍNE BREMM MALAGUTI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23820158	PROFESSOR	JOCELAINE APARECIDA DE ANDRADE	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23819457	PROFESSOR	JOZIANE CAPPELLESSO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23817918	PROFESSOR	JULIAN CORREA KUFNER	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23820333	PROFESSOR	JULIANA GARCIA SEGALA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23820302	PROFESSOR	JULIANA TEREZINHA POLAWSKI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23817620	PROFESSOR	JULIANE MACHADO BIAVATTI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23818963	PROFESSOR	JUSSARA LARSEN	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23817420	PROFESSOR	KELLI MARTINS ANDREIS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23818312	PROFESSOR	KELY CRISTINA HABOWSKI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23817657	PROFESSOR	KETLIN LINDNER GIORDANI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23817467	PROFESSOR	LIS ANDREIA BORSA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23819437	PROFESSOR	MAIARA DA SILVA CARVALHO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23819277	PROFESSOR	MARGARETE ANTUNES DE FREITAS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23820289	PROFESSOR	MARIANA KUFNER	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23818498	PROFESSOR	MARIANE DA SILVA DE ANDRADE	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23817381	PROFESSOR	MARIELI ANTUNES FERREIRA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23819652	PROFESSOR	MARISTELA DELAZARI BEGNINI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	07
23818242	PROFESSOR	MAYARA VANESSA ANDRADE	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23818143	PROFESSOR	MÉRCIA MARIA DA SILVA ARAUJO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23818610	PROFESSOR	MICHELI CASAGRANDE SILVESTRO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23817222	PROFESSOR	RAQUEL CRISTINA MARTENDAL	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23819114	PROFESSOR	RAQUELI FARINELA ANDREIS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23820328	PROFESSOR	ROSELI HAUFF	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23819026	PROFESSOR	ROSINEIA VIEIRA VACHIN	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23820356	PROFESSOR	SANDRA MARIA MARTINS DA ROCHA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23818835	PROFESSOR	SILVANA S DE CAMPOS DEVENS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08

23817970	PROFESSOR	SILVANE ZANCANARO DE OLIVEIRA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23817349	PROFESSOR	SIMONE ASSUNPÇÃO JAQUES	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23820327	PROFESSOR	SOLANGE NAZARIO ORIQUES	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23817990	PROFESSOR	SUÉLEN BONILLA SILVEIRA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23820358	PROFESSOR	SUZANA PAULI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23818670	PROFESSOR	TÁBATA NECKEL	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23818958	PROFESSOR	WILLIAN DE AZEREDO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23818705	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	ALINE REINEHR WALKER	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23820371	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	BRUNA GABRIELA REINEHR	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23817116	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	JOVELINO ANTONIO ALVES JUNIOR	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23817174	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	LEANDRO COUSSEAU	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23820282	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	LUAMAR LEAL ROCHA FARINELA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23817360	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	MAICON LEAL CARDOSO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23817052	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	ROSANE SOARES BARBOSA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23818698	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	SIMONI PALADINI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23817972	ZELADORA	ALICE SCHAEDLER	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23817858	ZELADORA	ANDREIA PIZZATTO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23819049	ZELADORA	ANDREIA SOUZA VARGAS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	08
23820341	ZELADORA	CAMILI SCHAEDLER	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23819525	ZELADORA	CÉLINE BARCELO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23817764	ZELADORA	CHRISTINE PALADINI ERTL	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23818922	ZELADORA	CLEMAIR MARIA MARCA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23820281	ZELADORA	CRISTIANI DA SILVA DOS SANTOS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23818503	ZELADORA	DILVANE MARCA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23817104	ZELADORA	EDINÉIA CRISTANI DA CUNHA ELIAS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23817803	ZELADORA	EVELIN DE SOUZA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23818562	ZELADORA	FRANCIELI SOEIRO DA SILVA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23817348	ZELADORA	JENIR DE OLIVEIRA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23817262	ZELADORA	JOSENILDA LEAL DE BRITO KEHL PEREIRA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23820335	ZELADORA	JULIANA CALEGARI PERETTO DREVES	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23817093	ZELADORA	KEILA APARECIDA PERI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23820286	ZELADORA	LEONISA SCHMIDT	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23819446	ZELADORA	LORENI ELIANE SMOLSKI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23819445	ZELADORA	LUCIMARA CRESTINA DE CARVALHO GOIZ	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23820339	ZELADORA	MARIA CASTANHEIRA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23817351	ZELADORA	MARIVANIA ALEXANDRE COELHO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23820276	ZELADORA	MARLENE MARCA BORGES	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23817399	ZELADORA	NOEMI VIEIRA SCHMITZ OSMAIS	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23817930	ZELADORA	ROSANE APARECIDA PELENTIR	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23819165	ZELADORA	ROSEMARI DE OLIVEIRA ALVES	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23818305	ZELADORA	ROSENILCE DOS SANTOS BERDNARSKI	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23820083	ZELADORA	SAMARA CRISTINA TESSARO	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23817701	ZELADORA	SANDRA MARA DANIEL	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23820300	ZELADORA	VANUSA GARCIA DA ROSA	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23817268	ZELADORA	WALQUÍRIA DALILA CONRADI MEURER	08hs15min	COL. EST. BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	RUA DOS CRAVOS, Nº 18 - CENTRO	09
23816971	ADVOGADO	ABRAÃO ECKARDT ROCHA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	01
23820347	ADVOGADO	AGNES PAOLA BALDO ZIMOVSKI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	01
23819179	ADVOGADO	ALANA PATRICIA LOCATELLI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	01
23817211	ADVOGADO	ALEXANDRE MATOS LIMA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	01
23817290	ADVOGADO	ALISON GIOVANE GOMES	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 -	01

				VIANNA	ESPERANÇA	
23819705	ADVOGADO	ALSIDÉA LICE DE CARVALHO JENNINGS PEREIRA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	01
23819749	ADVOGADO	AMANDA CRISTINA LEBKUCHEN	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	01
23817077	ADVOGADO	AMANDA SOUZA NETTO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	01
23817454	ADVOGADO	ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MENEGUZZI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	01
23817301	ADVOGADO	ANDRIELI CAMARGO DE LIMA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	01
23817025	ADVOGADO	ÁTILA DA SILVEIRA STRAPASSON	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	01
23817020	ADVOGADO	BRUNA SCHMITZ	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	01
23818443	ADVOGADO	BRUNNA KIRNEV WICHOSKI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	01
23817289	ADVOGADO	CARINA RITA DE LIMA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	01
23820271	ADVOGADO	CARLOS AUGUSTO DA SILVA PAVEI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	01
23818917	ADVOGADO	CLEITON JULIANO MARCHEZINI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	01
23817922	ADVOGADO	DIEGO CARDOSO TORRES	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	01
23819640	ADVOGADO	EDUARDA CRISTINA ESTRELA GODINHO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	01
23820338	ADVOGADO	ELCIO MIGUEL MORENO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	02
23817183	ADVOGADO	ELEOMAR WONS DA SILVA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	02
23817980	ADVOGADO	FABRICIO VINCENZI DOS SANTOS	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	02
23817546	ADVOGADO	FERNANDO ANTONIO FILIPINI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	02
23816949	ADVOGADO	FERNANDO HENRIQUE PIZZATO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	02
23819039	ADVOGADO	GÉSSICA CAMILA LODI RIGO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	02
23820301	ADVOGADO	GIANCARLO GRACIOLI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	02
23820329	ADVOGADO	GUILHERME ALEXANDRE ALVES	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	02
23820364	ADVOGADO	HENRIQUE PRATAS GULAK	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	02
23819444	ADVOGADO	HERIK LUKASEWICZ	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	02
23820288	ADVOGADO	ISADORA EDUARDA CAMARGO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	02
23819203	ADVOGADO	IVO RENATO MACHIEVIZC VAZ	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	02
23817317	ADVOGADO	JOÃO HENRIQUE ZANATA WEISSHEIMER	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	02
23817862	ADVOGADO	JOAO PEDRO DELANI DOS SANTOS	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	02
23817805	ADVOGADO	JOÃO PEDRO MICHELON FOGASSA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	02
23820305	ADVOGADO	JOAQUIM ROSAS	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	02
23817275	ADVOGADO	JONATHAS ERIKSON MARTINS ERIKSON MARTINS	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	02
23820308	ADVOGADO	JUCILAINE OLIVEIRA FARIA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	02
23817319	ADVOGADO	JULIANA FERRETTO BONASSA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	03
23820075	ADVOGADO	JUSSARA DE LURDES CORDEIRO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	03
23818465	ADVOGADO	MARCO ANTONIO MERIGO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	03
23820377	ADVOGADO	MARCOS JUNIOR SUTIL	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	03
23816989	ADVOGADO	MARIDIANA DE SOUZA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	03
23817498	ADVOGADO	NEWTON JONES TRAVASSOS NETO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	03
23817386	ADVOGADO	ROBERT CAPOTE DE OLIVEIRA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	03
23818547	ADVOGADO	ROGER FERREIRA LOPES	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	03
23817306	ADVOGADO	ROSEVALDO RODRIGUES PEREZ	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	03
23818602	ADVOGADO	SIDNEI PASCOAL BRITO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	03
23817573	ADVOGADO	SUELLEN CRISTINA DO NASCIMENTO DELA JUSTINA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	03
23819300	ADVOGADO	THAÍS CAROLINE GHENO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	03
23820373	ADVOGADO	THALIA ZAPPELLO DA SILVA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	03
23817849	ADVOGADO	THAYNA THOMAZI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	03
23817327	ADVOGADO	VERIDIANE DOS SANTOS	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	03
23817423	ADVOGADO	WELLEN PEREIRA AUGUSTO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	03
23817000	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	ALEXANDRE KEHL PEREIRA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	03
23817040	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	ANA PAULA ADAMI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	03

23820129	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	ANDERSON VANAZI NORBERT	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	04
23820018	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	ANDRÉ LUÍS BIAVATI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	04
23819571	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	ANDRESSA LEITE	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	04
23818838	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	CARIM NAIARA SAVIGHAGO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	04
23817239	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	CARLA LUANA DA SILVA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	04
23819998	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	CRISTIANE CÁSSIA DA COSTA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	04
23816991	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	DAIARA DANIELSKI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	04
23819939	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	EDUARDA PRODOCIMO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	04
23818278	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	EVELISE BROCCO MARIA MANTOVI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	04
23820323	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	GABRIEL MATEUS KOCHEM	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	04
23819682	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	GILMAR DA ROSA OLIVEIRA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	04
23817742	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	GIOVANI LOTICI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	04
23817581	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	JOSÉ THEODORO DE ANDRADE NETO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	04
23817608	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	JULIANA DA SILVA GIARETTA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	04
23820291	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	JULIANO LIRA DE CAMPOS	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	04
23819449	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	KARINA BELLETINI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	04
23819577	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	KEISI MAIARA VARGAS	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	04
23817767	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	KENIA GABRIELA DOS SANTOS	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	04
23820122	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	NATALIA BIAVATI DOS SANTOS	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	05
23816983	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	PATRÍCIA KARINE CARIJIO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	05
23816964	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	PEDRO AUGUSTO SEVERO JOSEFI SEVERO JOSEFI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	05
23818923	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	PEDRO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	05
23820368	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	ROBERTO JOSÉ KOLTZ	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	05
23820272	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	SCHEILA MOREIRA DA SILVA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	05
23820290	AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	TATIANE OPATA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	05
23818756	CONTADOR	ALCIONE DZIVIELEVSKI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	05
23817003	CONTADOR	ALEXANDRE KEHL PEREIRA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	05
23820116	CONTADOR	AMANDA KARINE BIAVATI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	05
23820312	CONTADOR	ANA JESSICA DOS SANTOS	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	05
23816960	CONTADOR	ANDERSON HELFENSTEIN	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	05
23817727	CONTADOR	ANDRESSA DA ROSA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	05
23817030	CONTADOR	ARLETE MARIA SOUSA DA SILVA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	05
23819283	CONTADOR	CAMILA MARIA RITTI RODRIGUES	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	05
23816993	CONTADOR	DJANA DJOLA LACORTE SCHMITZ	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	05
23820310	CONTADOR	ELISEU DE QUADROS	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	05
23816954	CONTADOR	ELONIA KEZIA DA SILVA SOUZA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	05
23818918	CONTADOR	FAGNER RODRIGO ANANIAS	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	06
23820337	CONTADOR	FLÁVIO BALDUINO SOARES	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	06
23817916	CONTADOR	GHENIFER LUANA RUFATTO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	06
23819285	CONTADOR	JOSIELE MAZIERO FERREIRA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	06
23820306	CONTADOR	LUCAS RAFAEL FREDERICH	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	06
23819696	CONTADOR	MARCELO DAL MOLIN	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	06
23817224	CONTADOR	MARCOS JOSE NOVAKOSKI NOVAKOSKI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	06
23816948	CONTADOR	NATHIELY APARECIDA PERIN	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	06
23820081	CONTADOR	NELINHO DE JESUS VIEIRA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	06
23820275	CONTADOR	RAFAEL JOSE GAVA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	06
23817621	CONTADOR	RENATO GRASSI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	06
23817374	CONTADOR	RICARDO RUSCHEL	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	06
23818863	CONTADOR	SAIONARA TETERISCZ SCHIOCHET	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	06
23820320	CONTADOR	SIMARA APARECIDA FERREIRA DE	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 -	06

		SOUZA		VIANNA	ESPERANÇA	
23817927	CONTADOR	SIRLEI DA ROCHA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	06
23820348	CONTADOR	TATIANA CAPPELLESSO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	06
23820330	ENGENHEIRO CIVIL	ALAN JUNIOR LAZZARIN	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	06
23818418	ENGENHEIRO CIVIL	ALEX BRENDON SOUZA WRONSKI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	06
23818345	ENGENHEIRO CIVIL	AMANDA LUIZA MEURER	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	07
23817911	ENGENHEIRO CIVIL	ANA CASSIA MALAGUTI LUZ DOS REIS	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	07
23819788	ENGENHEIRO CIVIL	ANDRÉ ADRIA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	07
23817264	ENGENHEIRO CIVIL	ANDRIELI FOLLE ZANELLA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	07
23817113	ENGENHEIRO CIVIL	BRUNO DOS SANTOS	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	07
23818595	ENGENHEIRO CIVIL	BRUNO RIBEIRO DOS SANTOS	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	07
23819605	ENGENHEIRO CIVIL	CAMILLY BOFFO ARANTES	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	07
23819233	ENGENHEIRO CIVIL	CARLOS HENRIQUE PASSOS ROCHA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	07
23819034	ENGENHEIRO CIVIL	CHERLITON BETIOLO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	07
23818875	ENGENHEIRO CIVIL	CLAUDINEI SCHORNER	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	07
23817846	ENGENHEIRO CIVIL	DEIVID WILLIAN PREIS	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	07
23817041	ENGENHEIRO CIVIL	EDUARDO KOERICH RIBEIRO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	07
23818521	ENGENHEIRO CIVIL	ERICK MULLER SACHETI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	07
23818364	ENGENHEIRO CIVIL	FRANCIANE BLAU	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	07
23818753	ENGENHEIRO CIVIL	GABRIEL PIVA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	07
23818448	ENGENHEIRO CIVIL	GABRIELA WOLL CRESTANI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	07
23817209	ENGENHEIRO CIVIL	GEZIEL DOS SANTOS	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	07
23819172	ENGENHEIRO CIVIL	GIOVANI DE BARROS MOREIRA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	08
23818914	ENGENHEIRO CIVIL	GUSTAVO ZORZIN	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	08
23819297	ENGENHEIRO CIVIL	ISABELA TAFAREL SCHUEIGERTI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	08
23817903	ENGENHEIRO CIVIL	JOÃO ANTÔNIO LEBKUCHEN CRESTANI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	08
23817534	ENGENHEIRO CIVIL	JOÃO VICTOR SOUSA DA SILVA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	08
23820078	ENGENHEIRO CIVIL	JORGE AUGUSTO DIDONE	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	08
23817054	ENGENHEIRO CIVIL	KATIA GABRIELI SANTOS ZILLI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	08
23817203	ENGENHEIRO CIVIL	LUCAS GALVÃO KUNS	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	08
23817112	ENGENHEIRO CIVIL	MARCELO DE MELO	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	08
23818051	ENGENHEIRO CIVIL	MARIA EDUARDA ZANETTI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	08
23817111	ENGENHEIRO CIVIL	MATEUS FAVARO BORTOLUZZI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	08
23817341	ENGENHEIRO CIVIL	ROBERTO FERREIRA XAVES	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	08
23819926	ENGENHEIRO CIVIL	SUELLEN FABIANE RUDNICKI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	08
23817656	ENGENHEIRO CIVIL	VINICIUS LUIS FULGUIERI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	08
23817800	ENGENHEIRO CIVIL	VITORIA CAROLINE SOKOLOWSKI	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	08
23819850	ENGENHEIRO CIVIL	WILLIAN BERTI DE RESENA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	08
23820165	ENGENHEIRO CIVIL	WILLIANI DE ALMEIDA KOLASA	08hs15min	ESC. MUN. CLÓVIS CUNHA VIANNA	RUA DAS ARAUCARIAS, Nº 203 - ESPERANÇA	08

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:C62E6CBF

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
EDITAL CHAMAMENTO 003-2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, agentes culturais de cruzeiro do Iguaçu e toda a região!

Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público. Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura. Desejamos sucesso!

1. POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do município de cruzeiro do Iguaçu.
Deste modo, o departamento de cultura do município de Cruzeiro do Iguaçu, torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

2. INFORMAÇÕES GERAIS

2.1 Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Cruzeiro do Iguaçu, a se realizar no decorrer do ano, oportunizando crianças, adolescentes e adultos as ações artísticas culturais no âmbito de dança em ritmos, variados com ballet, ginastica rítmica entre outros que o departamento juntamente com a equipe decidir em conformidade.

2.2 Quantidade de projetos selecionados
Será selecionado 01 projetos.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

2.3 Valor total do edital
Este projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de até R$ 10,000 (dez mil reais) podendo utilizar somente a quantidade necessária.
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: conforme instrução municipal
Sobre o valor total repassado pelo município ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

2.4 Prazo de inscrição
De 00 horas do dia 02/09/2026 até às 00 horas do dia 16/09/2026.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

2.5 quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua ou reside no município de cruzeiro do Iguaçu e as demais regiões interligadas.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II- Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc.)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc.)
IV- Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.

2.6 Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - Tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - Sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.

Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

2.7. Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo dois e poderá ser contemplado com no máximo um.

3. ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:

● **Inscrições –** etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
● **Seleção –** etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
● **Habilitação –** etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
● **Assinatura do Termo de Execução Cultural** – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

4. INSCRIÇÕES
O agente cultural deve encaminhar por meio de e-mail (cultura@cruzeirodoiguacu.pr.gov.br) ou WhatsApp (46 999855161) ou (46 976067405) diretamente com a diretora de departamento cultural, a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
b) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
c) Autodeclararão étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
d) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e
e) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

5. COTAS
5.1 Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
a) Pessoas negras (pretas e pardas);
b) Pessoas indígenas;
c) Pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma auto declaração.

A auto declaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

5.2 Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.3 Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.4 Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.5 Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I - Pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - Pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - Pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e

IV - Outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma auto declaração, conforme modelos do Anexo VII e Anexo VIII.

6. COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
6.1 Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o poder público deste município de qualquer responsabilidade civil ou penal.

6.2 Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executados no dia 18 de dezembro do decorrente ano.

6.3 Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

6.4 Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e
Participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - Medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

7. ETAPA DE SELEÇÃO
7.1. Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão composta por membros do poder executivo municipal conforme descrito:
Margarete Inês Cappellesso Viganó- Secretária de Educação, Cultura e Esportes
Regina Rodrigues da Luz Malaguti–Diretora de Cultura
Vando Vitor Soares de Almeida–Secretário de Turismo
Grasiele Filipiak–Diretora de Ensino Fundamental
Sirlei Rosária Rosa Ribeiro–Servente

7.2. Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - Tiverem interesse direto na matéria;
II - Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III- No caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - Sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

7.3 Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

7.4 Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

7.5 Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.

Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

7.6 Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município de Cruzeiro do Iguaçu e no site oficial da prefeitura.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a comissão responsável citada a cima, que deve ser apresentado por meio de e-mail no prazo de 3 DIAS ÚTEIS, CONFORME INCISO III DO ART. 9º DA LEI Nº 14.903/2024. a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município.

8. REMANEJAMENTO DE VAGAS
Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
OS RECURSOS NÃO UTILIZADOS EM UMA CATEGORIA SERÃO DESTINADOS AOS PROJETOS COM MAIOR PONTUAÇÃO GERAL, OU MAIOR PONTUAÇÃO NA CATEGORIA.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

9. ETAPA DE HABILITAÇÃO
9.1 Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de 2 dias após a publicação do resultado final de seleção, por meio de e-mail e ou watts os seguintes documentos:

Se o agente cultural for **pessoa física**:
I – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);

II - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
III - Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais, expedida pelos órgãos responsáveis.
IV - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - Pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II- Pertencentes a população nômade ou itinerante; ou III - que se encontrem em situação de rua.

Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:
I - Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - Atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);
IV - Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
VI - Certidões negativas de débitos estaduais e municipais, expedidas pelo órgão competente
VII - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII- Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);
II - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
II - Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pelo site oficial em nome do representante do grupo

IV - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

9.2 Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a comissão responsável, que deve ser apresentado por meio de e-mail oficial do departamento de cultura no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no diário oficial do município.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

10. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS

10.1 Termo de Execução Cultural

Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo departamento de cultura do município contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

10.2 Recebimento dos recursos financeiros

Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.

Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.

Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

11. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do município de cruzeiro do Iguaçu, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.

O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

12.1 Monitoramento e avaliação realizados pelo conselho municipal de cultura

Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

Como o agente cultural presta contas ao município de cruzeiro do Iguaçu

O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo V deste edital.

O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até 30 dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:

I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou

II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Desclassificação de projetos

Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

13.2 Acompanhamento das etapas do edital

O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site oficial da prefeitura municipal.

O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações no diário oficial do município e nas mídias sociais oficiais.

13.3 Informações adicionais

Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail cultura@cruzeirodoiguacu.pr.gov.br e telefone 46999855161 ou 46 976067405

Os casos omissos ficarão a cargo da comissão responsável pela lei.

13.4 Validade do resultado deste edital

O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 06 meses após a publicação do resultado final.

13.5 Anexos do edital

Compõem este Edital os seguintes anexos: Anexo I – Categoria.

Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho; Anexo III - Critérios de seleção

Anexo IV - Termo de Execução Cultural;

Anexo V - Relatório de Objeto da Execução Cultural; Anexo VI - Declaração étnico-racia

Anexo I

Categoria.

O presente edital tem finalidade contratar profissional habilitado para ministrar aulas de dança no decorrer do ano.

2. DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

Categoria	QTD DE VAGAS AMPLA	COTAS PARA	COTAS PARA	COTAS PARA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR MÁXIMO POR	VALOR TOTAL D A

	CONCORRÊNCIA	PESSOAS NEGRAS	PESSOAS ÍNDIGENAS	PCD	DE VAGAS	PROJETO	CATEGORIA
Show artístico no evento de pascoa, contempla pintura em rosto, e show artístico com personagens temáticos da pascoa	1	---- -	---------	----- -	1	R$10,000	R$10,000

Anexo II
- Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)
DADOS DO AGENTE CULTURAL
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:
Mini Currículo ou Mini portfólio:
(Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atuações culturais realizadas. Você encaminhar o currículo em anexo, se quiser)
( ) pertence a alguma comunidade tradicional
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( )Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
() Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD? ( ) Sim ( ) Não
Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outro tipo, indicar qual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
(
) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo ( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto ( ) Ensino Superior Completo ( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses? (Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.) ( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos

( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Outro, indicar qual Vai
concorrer às cotas?
( ) Sim
( ) Não
Se sim Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena
( ) Pessoa com deficiência

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão (a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( ) Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim Caso tenha respondido "sim": Nome do coletivo: Ano de Criação: Quantas pessoas fazem parte do coletivo? Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PESSOA JURÍDICA DADOS DO
AGENTE CULTURAL Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede: Cidade:
Estado: Número de representantes legais: Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:
Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária
( ) Não informar
Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena
Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
() Outra,_____.
indicar qual Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal

( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo

( ) Pós Graduação completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

2. DADOS DO PROJETO Nome
do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:
Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras:
O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)
Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)
Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)
Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?) Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência Pessoas em situação de pobreza Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico Mulheres LGBTQIAPN+ Povos e comunidades tradicionais Negros e/ou negras Ciganos Indígenas Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos Outros, indicar qual.
Medidas de acessibilidade empregadas no projeto (Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)
Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil
; ( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e ( ) Outra Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitastes.
Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto. Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

Previsão do período de execução do projeto:
Data de início:
Data final:
Equipe:
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, Conforme o exemplo a seguir:
Nome do profissional: Empresa:
Função no projeto:

CPF/CNPJ:
Mini currículo
Ex.: João Silva, apresentador, portador do rg 123456789101 e cpf 02365899999 Cronograma de Execução:
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto. Atividade Etapa:
Descrição: Início, Fim
Ex: Comunicação Pré-produção Divulgação do projeto nos veículos de imprensa Estratégia de divulgação apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsiona mento em redes sociais.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes?
Se sim, quais? (Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento.
Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal

( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos? (Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)
3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas. Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc.) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade d e medida	Valor unitário	quantidade	Valo r total	Referência de preço (opcional)
Ex: apresentador	Profissional necessário para...	Serviço	R$	1	R$	

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:
Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

ANEXO III
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA SELEÇÃO DE MÉRITO CULTURAL:
A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
• Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;
• Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos; • Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;
• não atendimento do critério – 0 pontos:
•Agentes culturais do gênero feminino – 5 pontos;
•Agentes culturais negros e indígenas – 5 pontos;
•Agentes culturais com deficiência – 5 pontos;
•Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas – 5 pontos
•Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social - 5 pontos;

Observações gerais:
A pontuação final de cada candidatura será POR MÉDIA DAS NOTAS ATRIBUÍDAS INDIVIDUALMENTE POR CADA MEMBRO.
● . Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
● em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, respectivamente.
● serão desclassificados os projetos que:
I - Apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
● A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 02/2025
TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL Nº 01/2025–, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE Cruzeiro do Iguaçu, neste ato representado pela Diretora de Cultura, Senhora Regina Rodrigues Malaguti e o(a) AGENTE CULTURAL, , portador(a) do RG nº , expedida em_, CPF nº , residente **, CEP: ,** telefones: , resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições: **2. PROCEDIMENTO**
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1 Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural , contemplado no conforme processo administrativo nº .
4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1 Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de até R$ 10.000 dez mil reais.
4.2 Serão transferidos à conta do (a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.
5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do DEPARTAMENTO DE CULTURA:
I) transferir os recursos ao (a) AGENTE CULTURAL;

II) orientar o (a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo (a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo (a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do (a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações ao Departamento de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto, até 10/11/2025;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Departamento de Cultura a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII)não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - Pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - Pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3. Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá: I - solicitar documentação complementar;
II - Aprovarem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - Rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas: a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5. Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário; II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2. Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3. Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto0
. 8.3. Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4. As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6. Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1. Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Município de Cruzeiro do Iguaçu.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1. O presente Termo de Execução Cultural poderá ser: I - Extinto por decurso de prazo;
II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial,
mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública. 10.4. Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Departamento de Cultura realizará o monitoramento das ações por meio de comissão, por envio de relatórios, entre outras medidas.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial do Município de Cruzeiro do Iguaçu.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão: [NOME DO REPRESENTANTE]

Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO V
RELATÓRIO DE OBJETO DA EXECUÇÃO CULTURAL
DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

1. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo: Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.
2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.
2.3. Ações desenvolvidas descreva as ações desenvolvidas, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.
2.4. Cumprimento das Metas Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado] ◦
OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida] Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto? Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.

( ) Sim
( ) Não
3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros:

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?
3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.
3.2.1 pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele … (Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.
5. EQUIPE DO PROJETO
5.1. Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto? Digite um número exato (exemplo: 23).
5.2. Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3. Informe os profissionais que participaram da execução do projeto: Nome do profissional
Empresa
Função no projeto CPF/CNPJ
Pessoa negra ou indígena? Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva 123456789101 Sim. Negra Não
6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO
6.1. De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).
Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):
6.2. Quais plataformas virtuais foram usadas? Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros:
6.3. Informe aqui os links dessas plataformas:
Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4. De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.

( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em uma local base, mas com ações também em outros locais.
6.5. Em que município e Estado o projeto aconteceu?
6.6. Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente
. ( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque. ( )Outros

. DIVULGAÇÃO DO PROJETO Informe como o projeto foi divulgado.
Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como lista de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros. Nome Assinatura do Agente Cultural Proponente.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL (Para agentes culturais concorrentes às cotas étnicoraciais – negros ou indígenas) Eu, _, CPF nº_, RG nº , DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou (informar se é NEGRO OU INDÍGENA). Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:FC1CE6A4

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
EDITAL CHAMAMENTO 003-2026 CULTURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB
(LEI Nº 14.399/2022)

Olá, agentes culturais de cruzeiro do Iguaçu e toda a região!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público. Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura. Desejamos sucesso!

1. POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do município de cruzeiro do Iguaçu.
Deste modo, o departamento de cultura do município de Cruzeiro do Iguaçu, torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

2. INFORMAÇÕES GERAIS

2.1 Objeto do edital

O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Cruzeiro do Iguaçu, a se realizar no decorrer do ano, oportunizando crianças, adolescentes e adultos as ações artísticas culturais no âmbito de dança em ritmos, variados com ballet, ginastica rítmica entre outros que o departamento juntamente com a equipe decidir em conformidade.

2.2 Quantidade de projetos selecionados

Será selecionado 01 projetos.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

2.3 Valor total do edital

Este projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de até R$ 10,000 (dez mil reais) podendo utilizar somente a quantidade necessária.
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: conforme instrução municipal
Sobre o valor total repassado pelo município ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

2.4 Prazo de inscrição

De 00 horas do dia 02/09/2026 até às 00 horas do dia 16/09/2026.

As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas noitem 4 deste edital.

2.5 quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua ou reside no município de cruzeiro do Iguaçu e as demais regiões interligadas.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc.)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc.)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.

2.6 Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - Tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - Sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

2.7. Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo dois e poderá ser contemplado com no máximo um.

3. ETAPAS
Este edital é composto pelas seguintes etapas:

- **Inscrições –** etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
- **Seleção –** etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
- **Habilitação –** etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
- **Assinatura do Termo de Execução Cultural** – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

4. INSCRIÇÕES
O agente cultural deve encaminhar por meio de e-mail (cultura@cruzeirodoiguacu.pr.gov.br) ou WhatsApp (46 999855161) ou (46 976067405) diretamente com a diretora de departamento cultural, a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
b) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
c) Autodeclararão étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
d) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e
e) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliarna avaliação do mérito cultural do projeto.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

5. COTAS
5.1 Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
a) Pessoas negras (pretas e pardas);
b) Pessoas indígenas;
c) Pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma auto declaração.

A auto declaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

5.2 Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas queatingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.3 Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.4 Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.5 Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I - Pessoas jurídicas em que mais da metade dossócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - Pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - Pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - Outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma auto declaração, conforme modelos do Anexo VII e Anexo VIII.

6. COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
6.1 Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o poder público deste município de qualquer responsabilidade civil ou penal.

6.2 Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executados no dia 18 de dezembro do decorrente ano.

6.3 Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privad o, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

6.4 Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e Participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - Medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

7. ETAPA DE SELEÇÃO
7.1. Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.

Farão parte desta comissão composta por membros do poder executivo municipal conforme descrito:
Margarete Inês Cappellesso Viganó- Secretária de Educação, Cultura e Esportes
Regina Rodrigues da Luz Malaguti–Diretora de Cultura
Vando Vitor Soares de Almeida–Secretário de Turismo
Grasiele Filipiak–Diretora de Ensino Fundamental
Sirlei Rosária Rosa Ribeiro–Servente

7.2. Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - Tiverem interesse direto na matéria;
II - Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III- No caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - Sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

7.3 Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

7.4 Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

7.5 Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

7.6 Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município de Cruzeiro do Iguaçu e no site oficial da prefeitura.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a comissão responsável citada a cima, que deve ser apresentado por meio de e-mail no prazo de 3 DIAS ÚTEIS, CONFORME INCISO III DO ART. 9º DA LEI Nº 14.903/2024. a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município.

8. REMANEJAMENTO DE VAGAS
Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
OS RECURSOS NÃO UTILIZADOS EM UMA CATEGORIA SERÃO DESTINADOS AOS PROJETOS COM MAIOR PONTUAÇÃO GERAL, OU MAIOR PONTUAÇÃO NA CATEGORIA.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

9. ETAPA DE HABILITAÇÃO
9.1 Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de 2 dias após a publicação do resultado final de seleção, por meio de e-mail e ou watts os seguintes documentos:

Se o agente cultural for **pessoa física**:
I – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);
II - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
III - Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais, expedida pelos órgãos responsáveis.
IV - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - Pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - Pertencentes a população nômade ou itinerante; ou III - que se encontrem em situação de rua.

Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:
I - Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II - Atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);
IV - Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
VI - Certidões negativas de débitos estaduais e municipais, expedidas pelo órgão competente
VII - Certificado de regularidadedo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);
II - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributáriosfederais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
II - Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pelo site oficial em nome do representante do grupo
IV - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

9.2 Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a comissão responsável, que deve ser apresentado por meio de e-mail oficial do departamento de cultura no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no diário oficial do município.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

10. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS
10.1 Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será con vocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo departamento de cultura do município contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

10.2 Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recurs os deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.

Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.
Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

11. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do município de cruzeiro do Iguaçu, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
12.1 Monitoramento e avaliação realizados pelo conselho municipal de cultura
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

Como o agente cultural presta contas ao município de cruzeiro do Iguaçu
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo V deste edital.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até 30 dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.
O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou

II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Desclassificação de projetos

Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

13.2 Acompanhamento das etapas do edital

O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site oficial da prefeitura municipal.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações no diário oficial do município e nas mídias sociais oficiais.

13.3 Informações adicionais

Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail cultura@cruzeirodoiguacu.pr.gov.br e telefone 46999855161 ou 46 976067405
Os casos omissos ficarão a cargo da comissão responsável pela lei.

13.4 Validade do resultado deste edital

O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 06 meses após a publicação do resultado final.

13.5 Anexos do edital

Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I – Categoria.
Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo III - Critérios de seleção
Anexo IV - Termo de Execução Cultural;
Anexo V - Relatório de Objeto da Execução Cultural;
Anexo VI - Declaração étnico-racia

Anexo I

Categoria.

O presente edital tem finalidade contratar profissional habilitado para ministrar aulas de dança no decorrer do ano.

2. DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

Categoria	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL D A CATEGORIA
Show artístico no evento de pascoa, contempla pintura em rosto, e show artístico com personagens temáticos da pascoa	1	---- -	---------	----- -	1	R$10,000	R$10,000

Anexo II
- Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)
DADOS DO AGENTE CULTURAL
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:
Mini Currículo ou Mini portfólio:
(Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atuações culturais realizadas. Você encaminhar o currículo em anexo, se quiser)
( ) pertence a alguma comunidade tradicional
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( )Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD? ( ) Sim ( ) Não
Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual
( ) Outro tipo, indicar qual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses? (Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.) ( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Outro, indicar qual
Vai concorrer às cotas?
( ) Sim ( ) Não
Se sim Qual? ( ) Pessoa negra ( ) Pessoa indígena ( ) Pessoa com deficiência

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão (a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a) ( ) Gestor(a) ( ) Técnico(a) ( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim
Caso tenha respondido "sim": Nome do coletivo: Ano de Criação: Quantas pessoas fazem parte do coletivo? Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PESSOA JURÍDICA DADOS DO AGENTE CULTURAL
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado: Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária
( ) Não informar
Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena
Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outra,
indicar qual Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:
Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras:
O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)
Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)
Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)
Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?) Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência Pessoas em situação de pobreza Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico Mulheres LGBTQIAPN+ Povos e comunidades tradicionais Negros e/ou negras Ciganos Indígenas Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos Outros, indicar qual.
Medidas de acessibilidade empregadas no projeto (Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)
Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;

( ) textos adaptados para leitores de tela; e ( ) Outra Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitastes.
Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto. Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

Previsão do período de execução do projeto:
Data de início:
Data final:
Equipe:
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, Conforme o exemplo a seguir:
Nome do profissional:
Empresa:
Função no projeto:

CPF/CNPJ:
Mini currículo
Ex.: João Silva, apresentador, portador do rg 123456789101 e cpf 02365899999 Cronograma de Execução:
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.
Atividade Etapa:
Descrição: Início, Fim
Ex: Comunicação Pré-produção Divulgação do projeto nos veículos de imprensa Estratégia de divulgação apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsiona mento em redes sociais.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes?
Se sim, quais? (Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento.
Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos? (Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas. Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc.) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade d e medida	Valor unitário	quantidade	Valo r total	Referência de preço (opcional)
Ex: apresentador	Profissional necessário para...	Serviço	R$	1	R$	

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

ANEXO III

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA SELEÇÃO DE MÉRITO CULTURAL:
A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
- Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;
- Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos; - Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;
- não atendimento do critério – 0 pontos:
-Agentes culturais do gênero feminino – 5 pontos;
-Agentes culturais negros e indígenas – 5 pontos;
-Agentes culturais com deficiência – 5 pontos;
-Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas – 5 pontos
-Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social - 5 pontos;

Observações gerais:
A pontuação final de cada candidatura será POR MÉDIA DAS NOTAS ATRIBUÍDAS INDIVIDUALMENTE POR CADA MEMBRO.
- . Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.

- em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, respectivamente.
- serão desclassificados os projetos que:
I - Apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 02/2025
TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL Nº 01/2025–, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE Cruzeiro do Iguaçu, neste ato representado pela Diretora de Cultura, Senhora Regina Rodrigues Malaguti e o(a) AGENTE CULTURAL,_____, portador(a) do RG nº ____, expedida em_____, CPF nº_____ , residente_____ **, CEP: _____,** telefones: _____, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1 Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural _____, contemplado no conforme processo administrativo nº _____.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1 Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de até R$ 10.000 dez mil reais.
4.2 Serão transferidos à conta do (a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do DEPARTAMENTO DE CULTURA:
I) transferir os recursos ao (a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o (a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo (a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo (a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do (a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações ao Departamento de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto, até 10/11/2025;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Departamento de Cultura a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - Pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - Pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3. Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá: I - solicitar documentação complementar;
II - Aprovarem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;

III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - Rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas: a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5. Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário; II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2. Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3. Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto0
. 8.3. Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4. As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6. Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1. Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Município de Cruzeiro do Iguaçu.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1. O presente Termo de Execução Cultural poderá ser: I - Extinto por decurso de prazo;
II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial,
mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública. 10.4. Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Departamento de Cultura realizará o monitoramento das ações por meio de comissão, por envio de relatórios, entre outras medidas.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial do Município de Cruzeiro do Iguaçu.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão: [NOME DO REPRESENTANTE]

Pelo Agente Cultural:

[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO V
RELATÓRIO DE OBJETO DA EXECUÇÃO CULTURAL
DADOS DO PROJETO Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

1. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. Resumo: Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.
2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.
2.3. Ações desenvolvidas descreva as ações desenvolvidas, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.
2.4. Cumprimento das Metas Metas integralmente cumpridas:
- META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foicumprida] Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
- Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto? Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não
3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros:

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?
3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.
3.2.1 pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele … (Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.
5. EQUIPE DO PROJETO
5.1. Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto? Digite um número exato (exemplo: 23).
5.2. Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto? ( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3. Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:
Nome do profissional
Empresa
Função no projeto CPF/CNPJ
Pessoa negra ou indígena? Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva 123456789101 Sim. Negra Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1. De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).
Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):
6.2. Quais plataformas virtuais foram usadas? Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros:
6.3. Informe aqui os links dessas plataformas:
Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4. De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto? ( )1. Fixas, sempre no mesmo local.

( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em uma local base, mas com ações também em outros locais.
6.5. Em que município e Estado o projeto aconteceu?
6.6. Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente
. ( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

. DIVULGAÇÃO DO PROJETO Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como lista de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros. Nome Assinatura do Agente Cultural Proponente.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL (Para agentes culturais concorrentes às cotas étnicoraciais – negros ou indígenas)
Eu, _, CPF nº_, RG nº____ , DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou___ (informar se é NEGRO OU INDÍGENA). Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:FE380AC8

SECRETARIA DE FINANCAS
ANEXO - DECRETO 6576

Municipio de Cruzeiro do Iguaçu - 2026					
Relatório de alteração orçamentária por fonte/tipo recurso					
Lei/Ato nº 3846 - Decreto nº 6576/2026 de 18/08/2026			**Escopo**	**Nº**	**Ano**
Autorização: 3576		Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1632	2025
Fonte					
00957	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica -PROCAD SUAS				
	Remanejamento	Anulação de Dotações			
4051	12	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,MULHER E PESSOA	Anulação	10.000,00	
	12.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Reabertura		
08.244.0016.2051		PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4090	12	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,MULHER E PESSOA	Acréscimo		10.000,00
	12.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Reabertura		
08.244.0016.2051		PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
		TOTAL		10.000,00	10.000,00
		TOTAL DAFONTE		**10.000,00**	**10.000,00**
01923	Componente para Qualificação da Gestão - SUAS				

Suplementar	Superávit Financeiro				
4421	12	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,MULHER E PESSOA	Acréscimo		8.771,00
	12.005	DEPTO DE CADASTRO E PROGRAMAS ASSISTÊNCIAIS	Reabertura		
08.244.0016.2058		FUNDO MUNICIPAL DA MULHER			
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO			
4432	12	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,MULHER E PESSOA	Anulação	8.771,00	
	12.005	DEPTO DE CADASTRO E PROGRAMAS ASSISTÊNCIAIS	Reabertura		
08.244.0016.2058		FUNDO MUNICIPAL DA MULHER			
4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
		TOTAL		8.771,00	8.771,00
		TOTAL DAFONTE		**8.771,00**	**8.771,00**

Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Previsto**	**Realizado**
Remanejamento	Anulação de Dotações	Acréscimo	10.000,00	10.000,00
Remanejamento	Anulação de Dotações	Anulação	10.000,00	10.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	8.771,00	8.771,00
Suplementar	Superávit Financeiro	Anulação	8.771,00	8.771,00

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:079710FF

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
DECRETO 2299

DECRETO N.º 2299/2026

SÚMULA: Abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e de conformidade com a Lei Ordinária nº 1603/2026 de 18/08/2026;
DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 167.650,00 (cento e sessenta e sete mil, seiscentos e cinquenta reais)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	320	04.001.0010.0301.0042.2004 - SAÚDE BÁSICA - SUBFUNÇÃO 301.3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	10206	3.650,00
1	Suplementar	277	06.003.0008.0244.0038.2027 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.3339030000000000000 - Material de consumo	09348	14.000,00
2	Suplementar	87	05.001.0012.0361.0061.2013 - ENSINO FUNDAMENTAL.3339030000000000000 - Material de consumo	00103	100.000,00
2	Suplementar	108	05.001.0012.0361.0086.2017 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	00103	50.000,00
			Total		**167.650,00**
Origem de Recursos					
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**		**Vínculo**	**Valor**
Excesso		4132101112500000000 Rendimentos BB 88821-4 - PROCAD/SUAS - VÍNCULO 9348		09348	2.000,00
Excesso		4171752010100000000 RESOLUÇÃO 01/2023 - Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social VINCULO 9348 C/C 88821-4		09348	12.000,00
Excesso		4132101118600000000 Rendimentos BB 99429-4 - EMENDA DE BANCADA PROPOSTA 360008		10206	3.650,00
Excesso		4171151110000000000 Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal		00103	75.000,00
Excesso		4172150010000000000 Cota-parte do ICMS - principal		00103	75.000,00
		Total		**167.650,00**	
Resumo por Vínculos					
Vínculo	**Anulação**	**Superavit**		**Excesso**	
103	0,00	0,00		150.000,00	
9348	0,00	0,00		14.000,00	
10206	0,00	0,00		3.650,00	
Total	**0,00**	**0,00**		**167.650,00**	

Art. 2º Fica alterado os anexos da LDO e do PPA 2026.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR Em 18 de agosto de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:4FBB029C

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
LEI 1603

LEI ORDINÁRIA N.º 1603/2026

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetuar alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, faz saber que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 167.650,00 (cento e sessenta e sete mil, seiscentos e cinquenta reais)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	320	04.001.0010.0301.0042.2004 - SAÚDE BÁSICA - SUBFUNÇÃO 301.3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	10206	3.650,00
1	Suplementar	277	06.003.0008.0244.0038.2027 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.3339030000000000000 - Material de consumo	09348	14.000,00
2	Suplementar	87	05.001.0012.0361.0061.2013 - ENSINO FUNDAMENTAL.3339030000000000000 - Material de consumo	00103	100.000,00
2	Suplementar	108	05.001.0012.0361.0086.2017 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	00103	50.000,00
			Total		**167.650,00**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Excesso		4132101112500000000 Rendimentos BB 88821-4 - PROCAD/SUAS - VÍNCULO 9348	09348	2.000,00
Excesso		4171752010100000000 RESOLUÇÃO 01/2023 - Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social VINCULO 9348 C/C 88821-4	09348	12.000,00
Excesso		4132101118600000000 Rendimentos BB 99429-4 - EMENDA DE BANCADA PROPOSTA 360008	10206	3.650,00
Excesso		4171151110000000000 Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	00103	75.000,00
Excesso		4172150010000000000 Cota-parte do ICMS - principal	00103	75.000,00
		Total	**167.650,00**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superavit**	**Excesso**
103	0,00	0,00	150.000,00
9348	0,00	0,00	14.000,00
10206	0,00	0,00	3.650,00
Total	**0,00**	**0,00**	**167.650,00**

Art. 2º Fica o Executivo autorizado a efetuar alteração nos anexos da LDO e do PPA 2026.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR

Em 18 de agosto de 2026.

EDSON LUPATINI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:196D8F91

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
ERRATA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 208/2025

ERRATA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 208/2025

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificação dos valores unitários e valores totais mencionados na tabela dos itens do Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação e seu respectivo extrato, oriundos da Ata de Registro de Preço Nº 208/2025, modalidade de Pregão Eletrônico 33/2024, celebrado com a empresa AEROFOTO NORDESTE LTDA, em virtude de que foi utilizado o preço antigo da respectiva ata, sendo assim, retificando-se para o preço atual registrado e aplicando-se o reajuste de preços de 3,16% previsto no termo aditivo de prorrogação.

Onde lê-se:

Lote:1 - Lote 1							
Item	**Quantidade**	**Unidade**	**Preço Unit. Anterior**	**Preço Unit. Atual**	**Preço Total**	**Marca**	**Descrição**
1	12	MÊS	R$ 1.811,72	R$ 1.868,98	R$ 22.427,76	SERVICO	INSTRUTOR DE ARTES E ARTESANATO CBO 3331-15 (20 HORAS SEMANAIS)
2	8,91	MÊS	R$ 1.811,72	R$ 1.868,98	R$ 16.652,61	SERVICO	INSTRUTOR DE DANÇA CBO 262830 (20 HORAS SEMANAIS)
3	9,05	MÊS	R$ 1.811,72	R$ 1.868,98	R$ 16.914,27	SERVICO	INSTRUTOR DE ATIVIDADES RECREATIVAS CBO 371410 (20 HORAS SEMANAIS)
4	4,76	MÊS	R$ 1.811,72	R$ 1.868,98	R$ 8.896,34	SERVICO	INSTRUTOR DE ATIVIDADES FÍSICAS CBO 2241 (20 HORAS SEMANAIS)
5	12	MÊS	R$ 1.811,72	R$ 1.868,98	R$ 22.427,76	SERVICO	INSTRUTOR DE TEATRO CBO 234905 (20 HORAS SEMANAIS)
6	12	MÊS	R$ 1.811,72	R$ 1.868,98	R$ 22.427,76	SERVICO	INSTRUTOR DE GASTRONOMIA CBO 271110 (20 HORAS SEMANAIS)
7	20,68	MÊS	R$ 3.617,18	R$ 3.731,48	R$ 77.166,99	SERVICO	INSTRUTOR DE ARTES E ARTESANATO CBO 3331-15 (40 HORAS SEMANAIS)
8	21,25	MÊS	R$ 3.617,18	R$ 3.731,48	R$ 79.293,95	SERVICO	INSTRUTOR DE DANÇA CBO 262830 (40 HORAS SEMANAIS)
9	21,75814	MÊS	R$ 3.617,18	R$ 3.731,48	R$ 81.190,06	SERVICO	INSTRUTOR DE ATIVIDADES RECREATIVAS CBO 371410 (40 HORAS SEMANAIS)
10	9,2	MÊS	R$ 3.617,18	R$ 3.731,48	R$ 34.329,62	SERVICO	INSTRUTOR DE INFORMÁTICA CBO 233225 (40 HORAS SEMANAIS)
11	22,95	MÊS	R$ 3.617,18	R$ 3.731,48	R$ 85.636,47	SERVICO	INSTRUTOR DE ATIVIDADES FÍSICAS CBO 2241 (40 HORAS SEMANAIS)
12	17,32	MÊS	R$ 3.617,18	R$ 3.731,48	R$ 64.628,23	SERVICO	INSTRUTOR DE MÚSICA E CANTO CBO 3331 (40 HORAS SEMANAIS)
13	12	MÊS	R$ 3.617,18	R$ 3.731,48	R$ 44.777,76	SERVICO	INSTRUTOR DE TEATRO CBO 234905 (40 HORAS SEMANAIS)

14	16,62	MÊS	R$ 3.617,18	R$ 3.731,48	R$ 62.006,40	SERVICO	INSTRUTOR DE GASTRONOMIA CBO 271110 (40 HORAS SEMANAIS)
15	24,39	MÊS	R$ 4.091,23	R$ 4.220,51	R$ 102.938,24	SERVICO	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO CBO 514325 (40 HORAS SEMANAIS)
16	27,59	MÊS	R$ 3.581,83	R$ 3.695,02	R$ 101.951,58	SERVICO	SERVENTE DE LIMPEZA CBO 514320 (40 HORAS SEMANAIS)
17	17,56	MÊS	R$ 4.314,02	R$ 4.450,34	R$ 78.147,97	SERVICO	AUXILIAR SAÚDE BUCAL CBO 3224-15 (40 HORAS SEMANAIS)
Total Geral:		R$ 921.813,77					

"Valor:**R$ 921.813,77(novecentos e vinte e um mil, oitocentos e treze reais e setenta e sete centavos)**"

Leia-se:

Lote:1 - Lote 1							
Item	**Quantidade**	**Unidade**	**Preço Unit. Anterior**	**Preço Unit. Atual**	**Preço Total**	**Marca**	**Descrição**
1	12	MÊS	R$ 1.957,95	R$ 2.019,82	R$ 24.237,84	SERVICO	INSTRUTOR DE ARTES E ARTESANATO CBO 3331-15 (20 HORAS SEMANAIS)
2	8,91	MÊS	R$ 1.957,95	R$ 2.019,82	R$ 17.996,59	SERVICO	INSTRUTOR DE DANÇA CBO 262830 (20 HORAS SEMANAIS)
3	9,05	MÊS	R$ 1.957,95	R$ 2.019,82	R$ 18.279,37	SERVICO	INSTRUTOR DE ATIVIDADES RECREATIVAS CBO 371410 (20 HORAS SEMANAIS)
4	4,76	MÊS	R$ 1.957,95	R$ 2.019,82	R$ 9.614,34	SERVICO	INSTRUTOR DE ATIVIDADES FÍSICAS CBO 2241 (20 HORAS SEMANAIS)
5	12	MÊS	R$ 1.957,95	R$ 2.019,82	R$ 24.237,84	SERVICO	INSTRUTOR DE TEATRO CBO 234905 (20 HORAS SEMANAIS)
6	12	MÊS	R$ 1.957,95	R$ 2.019,82	R$ 24.237,84	SERVICO	INSTRUTOR DE GASTRONOMIA CBO 271110 (20 HORAS SEMANAIS)
7	20,68	MÊS	R$ 3.910,22	R$ 4.033,78	R$ 83.418,57	SERVICO	INSTRUTOR DE ARTES E ARTESANATO CBO 3331-15 (40 HORAS SEMANAIS)
8	21,25	MÊS	R$ 3.910,22	R$ 4.033,78	R$ 85.717,82	SERVICO	INSTRUTOR DE DANÇA CBO 262830 (40 HORAS SEMANAIS)
9	21,75814	MÊS	R$ 3.910,22	R$ 4.033,78	R$ 87.767,55	SERVICO	INSTRUTOR DE ATIVIDADES RECREATIVAS CBO 371410 (40 HORAS SEMANAIS)
10	9,2	MÊS	R$ 3.910,22	R$ 4.033,78	R$ 37.110,77	SERVICO	INSTRUTOR DE INFORMÁTICA CBO 233225 (40 HORAS SEMANAIS)
11	22,95	MÊS	R$ 3.910,22	R$ 4.033,78	R$ 92.575,25	SERVICO	INSTRUTOR DE ATIVIDADES FÍSICAS CBO 2241 (40 HORAS SEMANAIS)
12	17,32	MÊS	R$ 3.910,22	R$ 4.033,78	R$ 69.865,06	SERVICO	INSTRUTOR DE MÚSICA E CANTO CBO 3331 (40 HORAS SEMANAIS)
13	12	MÊS	R$ 3.910,22	R$ 4.033,78	R$ 48.405,36	SERVICO	INSTRUTOR DE TEATRO CBO 234905 (40 HORAS SEMANAIS)
14	16,62	MÊS	R$ 3.910,22	R$ 4.033,78	R$ 67.041,42	SERVICO	INSTRUTOR DE GASTRONOMIA CBO 271110 (40 HORAS SEMANAIS)
15	24,39	MÊS	R$ 4.445,71	R$ 4.586,19	R$ 111.857,17	SERVICO	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO CBO 514325 (40 HORAS SEMANAIS)
16	27,59	MÊS	R$ 3.897,76	R$ 4.020,93	R$ 110.937,45	SERVICO	SERVENTE DE LIMPEZA CBO 514320 (40 HORAS SEMANAIS)
17	17,56	MÊS	R$ 4.684,24	R$ 4.832,26	R$ 84.854,48	SERVICO	AUXILIAR SAÚDE BUCAL CBO 3224-15 (40 HORAS SEMANAIS)
Total Geral:		R$ 998.154,72					

"Valor:**R$ 998.154,72 (novecentos e noventa e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e setenta e dois centavos)**"

Enéas Marques/PR, 18 de agosto de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:D86C7ECA

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
DECRETO Nº 94/2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 1173/2025 de 25.11.2025 e dá outras providências.

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei acima:

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto no PPA, LDO e Orçamento Municipal Vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 84.917,54 (Oitenta e quatro mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos) nas seguintes dotações:

04.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**		
04.002.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DE CONTABILIDADE		
04.002.04.122.0003.2.403	- MANTER OS SERVIÇOS DA CONTABILIDADE		
4.4.90.52.00.00 - 102	- Equipamentos e Material Permanente		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
07.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE SÁUDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.303.0007.2.706	- MANTER OS CONSÓRCIOS DE SAÚDE		
3.3.90.30.00.00 - 144	- Rateio pela Participação em Consórcio Público		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	40.000,00

09.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER**		
09.001.00.000.0000.0.000	- DESPORTO AMADOR		
09.001.27.812.0012.2.903	- INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR		
3.3.90.30.00.00 - 533	- Material de Consumo		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	10.000,00
13.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
13.003.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
13.003.08.244.0008.2.140	- MANTER A GESTÃO DO SUAS		
4.4.90.52.00.00	- Equipamentos e Material Permanente		
31955	- Procad Suas	R$	13.120,55
33955	- Procad SUAS	R$	11.796,99
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**84.917,54**

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante

Excesso de Arrecadação no valor de R$13.120,55 (treze mil, cento e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) conforme tabela abaixo:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
31955	- Procad Suas	13.120,55

O cancelamento parcial da seguinte dotação:

07.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE SÁUDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.301.0007.2.705	- MANTER UBS SAÚDE DA FAMÍLIA		
3.3.90.30.00.00 - 219	- Rateio pela Participação em Consórcio Público		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	40.000,00
12.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**		
12.001.00.000.0000.0.000	- SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO		
12.001.17.512.0017.2.122	- MANTER OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		
3.3.90.30.00.00 - 573	- Material de Consumo		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	15.000.00
TOTAL DO CANCELAMENTO		**R$**	**55.000,00**

Superávit Financeiro O Superávit Financeiro no valor de R$11.796,99 (onze mil, setecentos e noventa e seis reais e noventa e nove centavos) apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do Art. 43 43 § 1º da Lei 4.320/64.Conforme tabela

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
33955	- Procad SUAS	11.796,99

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nossa Senhora das Graças, 18 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito do Município

Publicado por:
Rodrigo Vialli da Reissureicao
Código Identificador:A2E5A1ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO 89/2026

Nº PROCESSO	MOD.	Nº LICITAÇÃO	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR	CONTRATADA
91/2026	IN	13	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO CONECTANDO FUTUROS, MEDIANTE A OFERTA DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, COM FORNECIMENTO DE INSTRUTORES, MATERIAL DIDÁTICO, INFRAESTRUTURA, CERTIFICAÇÃO E DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DAS CAPACITAÇÕES.	12/08/2026	12 MESES	R$ 38.400,00	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI – CNPJ 03.776.284/0032-05

Publicado por:
Pamella Guerreiro
Código Identificador:08B410D6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 377, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 377, DE 18 DE AGOSTO DE 2026
O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 179 do Decreto Municipal nº 161/2023 e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato,por representantes da Administração;

R E S O L V E

Art. 1º DESIGNAR como gestor e fiscal do contrato, os servidores abaixo relacionados, conforme dados abaixo:

Modalidade:	INEXIGIBILIDADE	**Nº licitação:**	13/2026	
Objeto:	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO CONECTANDO FUTUROS, MEDIANTE A OFERTA DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, COM FORNECIMENTO DE INSTRUTORES, MATERIAL DIDÁTICO, INFRAESTRUTURA, CERTIFICAÇÃO E DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DAS CAPACITAÇÕES.			
Gestor:	Viviane Picazewicz		Cpf:	***.746.189-**
Fiscal:	Jennifer Nogueira Bueno		Cpf:	***.390.669-**
Contrato:	89/2026	**Vigência:**	12/08/2026 A 12/08/2027	
Contratado:	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI – CNPJ 03.776.284/0032-05			

Art. 2º - Os servidores serão responsáveis pela gestão e fiscalização da execução do contrato, mediante a execução das atividades de orientação, acompanhamento, controle e aceite do objeto pactuado.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade enquanto permanecer vigente os Contratos acima mencionados. Cumpra-se e registre-se.

Agudos do Sul, em 18 de agosto de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamella Guerreiro
Código Identificador:C2BB3B10

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL Nº 03/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 – PROCESSO SELETIVO PARA FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR

Elza Aparecida da Silva, Prefeita do Município de Altamira do Paraná – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições contidas no Edital Nº 001/2026 – Processo seletivo para função de Diretor Escolar das unidades educacionais da rede municipal de ensino de Altamira do Paraná.

RESOLVE

1º. Tornar público o Edital de DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR do PROCESSO SELETIVO, conforme segue:

GABARITO	
Nº	**Alternativa**
1	**d**
2	**d**
3	**a**
4	**c**
5	**d**
6	**c**
7	**c**
8	**b**
9	**d**
10	**b**
11	**b**
12	**a**
13	**b**
14	**b**
15	**b**
16	**a**
17	**d**
18	**b**
19	**c**
20	**a**
21	**c**
22	**a**
23	**c**
24	**d**
25	**b**

Altamira do Paraná – PR, 18 de agosto de 2026

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:3B1AAB46

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA
RETIFICAÇÃO DO EDITAL PRELIMINAR Nº 05 (COMISSÃO ESPECIAL)

RELAÇÃO DOS NOMES DOS CANDIDATOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE ANDIRÁ/PR (Mandato 2024- 2028)

A Comissão Especial para conduzir o processo de escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar de Andirá-PR, instituída pela Resolução nº. 09/2026 do CMDCA de 28 de abril de 2026 e,

CONSIDERANDO O Edital nº. 04/2026 - Da Prorrogação de Inscrições para o Processo de Escolha Suplementar para Membros do Conselho Tutelar de Andirá/ PR (mandato 2024- 2028);

CONSIDERANDO Análise documental realizada no dia 27 de julho de 2026 pela Comissão Especial;

CONSIDERANDO Decisão Administrativa nº 01/2026 (Comissão Especial).

RESOLVE:
Art. 1º- Retificar a publicação da relação preliminar de candidatos deferidos do Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho Tutelar de Andirá/PR, mandato 2024 -2028, conforme segue abaixo:

Nº da Inscrição	Candidato	Motivo
01	Nathalia Senci Fortunato	Documentos entregues de acordo com o item 3.5 do Edital nº 04/2026 – Comissão Especial
02	Debora Layane Albino	Documentos entregues de acordo com o item 3.5 do Edital nº 04/2026 – Comissão Especial
03	Thamires Fernanda Gandra Rossegali	Documentos entregues de acordo com o item 3.5 do Edital nº 04/2026 – Comissão Especial
04	Wesley Ismério de Oliveira Francisco	Documentos entregues de acordo com o item 3.5 do Edital nº 04/2026 – Comissão Especial
05	Jaqueline Santana David Tobias	Documentos entregues de acordo com o item 3.5 do Edital nº 04/2026 – Comissão Especial
06	Amanda Naiane Rodrigues de Almeida	Documentos entregues de acordo com o item 3.5 do Edital nº 04/2026 – Comissão Especial
11	Herold Henrique da Costa	Documentos entregues de acordo com o item 3.5 do Edital nº 04/2026 – Comissão Especial
07	Fabiano André Fernandes	De acordo com o art. 5º da Lei Federal nº 4.375 de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar e Decreto Federal nº 57.654 de 20 de janeiro de 1966, o candidato está isento de apresentar cópia do Certificado de Reservista, conforme exigência do item 3.5 da alínea j do Edital nº 04/2026 (Comissão Especial).

Art. 2º - Retificar a relação preliminar de candidatos indeferidos do Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho Tutelar de Andirá/PR, mandato 2024 -2028, conforme segue abaixo:

Nº da Inscrição	Candidato	Motivos
08	Andréia Domingues Valério	Ausência **Certidão Negativa de Antecedentes criminais fornecida pela Justiça Estadual (Fórum),** conforme item 3.5 da alínea h do Edital nº 04/2026 (Comissão Especial).
09	Caio Henrique dos Santos Silva	Ausência **Certidão Negativa de Antecedentes criminais fornecida pela Justiça Estadual (Fórum),** conforme item 3.5 da alínea h do Edital nº 04/2026 (Comissão Especial).
10	Wagner Roberto Braga Marangon,	Ausência **01 Certidão do Cartório Eleitoral do domicílio (Fórum Eleitoral), atestando não ter incorrido crime eleitoral,** conforme item 3.5 da alínea h do Edital nº 01/2026 (Comissão Especial).
12	Adrielly Madelon Barbosa Sansana	Ausência **Certidão Negativa de Antecedentes criminais fornecida pela Justiça Estadual (Fórum)**, conforme item 3.5 da alínea h do Edital nº 04/2026 (Comissão Especial).

Art. 3º - A Decisão Administrativa nº 01/2026 (Comissão Especial), consta no anexo I deste Edital.

Art. 4º - O prazo para recurso contra o indeferimento e impugnação da inscrição nº 07 se dará no prazo de 19 de agosto de 2026 a 25 de agosto de 2026 em horário comercial no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Andirá, devendo ser apresentado por escrito a esta Comissão Especial.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Andirá, Paraná, 18 de agosto de 2026.

REBECA GONÇALVES
Membro da Comissão Especial

RAFAEL VITAL DOS SANTOS
Membro da Comissão Especial

LÍDIA MARIA GARCIA
Membro da Comissão Especial

VALDETE APARECIDA BENTO CAVALHEIRO BONACIN
Membro da Comissão Especial

CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO
Membro da Comissão Especial

FRANCIELI MUNHÃO MARTINS
Membro da Comissão Especial

ANEXO I

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2026 (COMISSÃO ESPECIAL)

Processo de Escolha Suplementar para Membros do Conselho Tutelar de Andirá/Pr (Mandato 2024- 2028)
Candidato: Fabiano André Fernandes
Inscrição: nº. 07
I – RELATÓRIO

Trata-se de análise do indeferimento da inscrição do candidato **Fabiano André Fernandes** do Processo de Escolha Suplementar dos Membros do Conselho Tutelar de Andirá - PR (mandato 2024-2028), motivado pela ausência de apresentação de Certificado de Reservista ou outro documento comprobatório de regularidade perante o Serviço Militar.
O interessado, contudo, possui idade superior a 46 anos, circunstância que deve ser considerada para fins de aplicação da legislação federal que disciplina as obrigações relativas ao Serviço Militar.
É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A Lei Federal nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar –, em seu art. 5º, estabelece que a obrigação para com o Serviço Militar, em tempo de paz, inicia-se no primeiro dia de janeiro do ano em que o brasileiro completa 18 anos e subsiste somente até 31 de dezembro do ano em que completar 45 anos.
Mais especificamente, o art. 170 do Decreto nº 57.654/1966 determina que, por se encontrarem desobrigados do Serviço Militar, não cabe o fornecimento de Certificado Militar aos brasileiros a partir de 1º de janeiro do ano em que completarem 46 anos de idade.
Da mesma forma, o art. 210 do referido Decreto restringe a necessidade de comprovação de que o cidadão se encontra em dia com suas obrigações militares ao período compreendido entre 1º de janeiro do ano em que completar 19 anos e 31 de dezembro do ano em que completar 45 anos.
Assim, a exigência de apresentação de Certificado de Reservista ou documento militar equivalente por candidato que já se encontra fora da faixa etária sujeita às obrigações militares mostra-se juridicamente inexigível.
Não se mostra razoável, portanto, manter o indeferimento da inscrição pela ausência de documento cujo fornecimento não é cabível pela própria legislação federal em razão da idade do interessado. A idade do candidato, demonstrada por documento oficial de identificação ou certidão de nascimento, é suficiente para demonstrar que ele se encontra fora da faixa etária em que subsiste a obrigação de comprovação da situação militar.
Desse modo, eventual disposição editalícia que exija comprovação de regularidade militar deve ser interpretada em conformidade com a legislação federal, alcançando somente os candidatos que, em razão da idade, permaneçam sujeitos às respectivas obrigações.

III – DECISÃO

Diante do exposto, considerando o disposto nos arts. 5º da Lei Federal nº 4.375/1964 e 19, 170 e 210 do Decreto Federal nº 57.654/1966, reconsidero o indeferimento da inscrição do candidato Fabiano André Fernandes, afastando a exigência de apresentação de Certificado de Reservista ou documento militar equivalente, em razão de encontrar-se fora da faixa etária sujeita às obrigações militares.
Por consequência, defiro a inscrição do candidato Fabiano André Fernandes, desde que atendidos os demais requisitos previstos na Lei Municipal nº. 3.851 de 27 de agosto de 2024 e no Edital nº. 04/2026 – Comissão Especial para Processo de Escolha Suplementar dos Membros do Conselho Tutelar de Andirá - PR (mandato 2024-2028).
Outrossim, ressalta-se que na data 06 de agosto de 2026, o candidato Fabiano André Fernandes protocolou recurso no setor de protocolo do município, após o prazo estabelecido em Edital, sobre o indeferimento de sua inscrição em detrimento da ausência da Certidão de Reservista. Considerando o Decreto Federal nº 57.654 de 20 de janeiro de 1966, o candidato não era obrigado a apresentar o referido documento, estando dispensado em decorrência de sua idade.
Desta forma, a decisão não decorreu em relação ao recurso apresentado pelo candidato, no entanto, considerando a Lei Federal nº 4.375 de 17 de agosto de 1664 – Lei do Serviço Militar e o Decreto Federal nº 57.654 de 20 de janeiro de 1996 , esta Comissão defere a inscrição do candidato Fabiano André Fernandes, tendo a nulidade do Edital preliminar nº 05/2026 da Comissão Especial, com a relação dos nomes dos candidatos deferidos e indeferidos do Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho tutelar de Andirá/PR (mandato 2024- 2028).

Andirá, Paraná, 10 de agosto de 2026**.**

REBECA GONÇALVES
Membro da Comissão Especial

RAFAEL VITAL DOS SANTOS
Membro da Comissão Especial

LÍDIA MARIA GARCIA
Membro da Comissão Especial

VALDETE APARECIDA BENTO CAVALHEIRO BONACIN
Membro da Comissão Especial

CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO
Membro da Comissão Especial

FRANCIELI MUNHÃO MARTINS

Membro da Comissão Especial

Publicado por:
Claysse Danielle Morimoto
Código Identificador:CC22C13C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 278/2026 -DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA A SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 278/2026, de 28 de julho de 2026

Dispõe sobre a concessão de gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva a servidores e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Antonina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,

CONSIDERANDO a previsão do art. 34, § 1º, inciso III, da Lei Municipal nº 38/1998,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida, em 01 de julho de 2026, a Gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, aos servidores públicos listados abaixo:

Ordem	Nome do Servidor (a)	Secretaria	Cargo	RTIDE
01	Luiz Avelino Lavand Gouveia da Costa	SEMED	Aux. Serviços Gerais	40%
02	Luciana Braune	SEMED	Assistente Administrativo	40%
03	Givanildo Cabral	SEMAD	Pintor	40%
04	Adalberto Alves Mendes	SEMAD	Operador de Maquina	40%
05	Gedeão da Cruz Silveira	SEMAD	Calceteiro	40%
06	Naor Zella Matheus Junior	SEMED	Motorista	40%
07	Carlos Roberto Ribeiro Nunes	SEMED	Almoxarife	40%
08	Josinete Silva de Oliveira	SEMED	Assistente Administrativo	20%
09	Sidney Ramos	SEMED	Assistente Administrativo	20%
10	Josiane Fernandes Pereira	SEMED	Assistente Administrativo	20%
11	Adriane Alves Pires	SEMED	Assistente Administrativo	20%
12	Janaina da Cruz Martins	SEMED	Assistente Administrativo	20%
13	Adevonzir Ribeiro	SEMED	Assistente Administrativo	20%
14	Jordana Raymundo Alves	SEMED	Assistente Administrativo	20%
15	Joelma Guimarães Cezarino	SEMED	Assistente Administrativo	20%
16	Carlos Fernando de Lorenzo Filho	SEMED	Assistente Administrativo	20%
17	Mauro Dove	SEMED	Assistente Administrativo	20%
18	Daniele Meira dos Santos	SEMED	Assistente Administrativo	40%
19	Leticia Cristina de Freitas Nunes	Gabinete	Tec. Tributos	40%
20	Rosemira Veiga Cordeiro	Gabinete	Assistente Administrativo	40%
21	Edilaine do Pilar Fernandes dos Santos	SEMMA	Assistente Administrativo	40%
22	Fabio Luís Azevedo	SEMMA	Engenheiro Florestal	50%
23	Rodiney Casemiro Novak	SEMMA	Aux. Tec. Tributos	40%
24	Bruna Carine Dias Cassilha Cunha	SEMMA	Aux. Serviços Gerais	40%
25	Sonia Alves Cabral Vieira	SMTCPH	Aux. Serviços Gerais	40%
26	Dirceu Martins da Veiga	SEMAGRI	Aux. Serviços Gerais	100%
27	Vanildo Martins	SEMAGRI	Aux. Serviços Gerais	100%
28	Marcio Cruz de Souza	Procuradoria	Assistente Administrativo	40%
29	Marcio Lucimar da Silva	SEMAD	Assistente Administrativo	50%
30	Odete da Silva Cacilha	SEMAD	Aux. Tec. Administrativo	40%
31	Ricardo Cunha	SEMAD	Operário	100%
32	Josiele Pires da Silva	SEMSA	Ag. Com. Saúde	40%
33	Luciana Sanches da Silva	SEMSA	Enfermeiro	40%
34	Adilson Barbosa do Rosário	SEMSA	Mecânico	40%
35	Cristiano Dutra da Silva	SEMSA	Aux. Serviços Gerais	40%
36	Carlos Eduardo de Abreu Calixto	SEMSA	Medico Veterinário	40%
37	Sandro Jose Gonçalves	SEMSA	Assistente Administrativo	40%
38	Alex Sandro Oliveira Fonseca	SEMSA	Agente Fiscal Tributário	40%
39	Christine Feltz do Carmo	SEMSA	Enfermeira	40%
40	Maria Fernanda Vieira Azim	SEMSA	Farmacêutica	40%
41	Joelson Santos Pereira	SEMSA	Bioquímico	40%
42	Ilizeu Pazinatto Alves Pereira	SEMSA	Aux. De Enfermagem	40%
43	Claudio Azevedo Vilela	SEMSA	Dentista	40%
44	Lucia Mariano dos Santos Galvan	SEMSA	Tec. em Enfermagem	40%
45	Luis Edison Polidoro filho	SEMSA	Motorista	40%
46	Jose maria Nascimento de Oliveira	SEMSA	Motorista	40%
47	Roseli Benedita dos Santos	SEMUSE	Aux. Serviços Gerais	40%
48	Denilson Cândido da Veiga	SEMUSE	Seg. Municipal	40%
49	Leudimir Cunha	SEMOBRA	Operário	40%
50	Roberto Martins Veiga	SEMOBRA	Calceteiro	40%
51	Adriano Costa Lauteman	Sec. Finan	Agente Fiscal Tributário	40%
52	Cezar Alexandre Broska	Sec. Finan	Assistente Administrativo	40%
53	Simone dos Santos Gouvêa	Sec. Finan	Aux. Tec. Contábil	40%
54	Heloisa Augusta Broska de Souza	Sec. Obras	Engenheira Civil	40%
55	Jean Muller da Silva Reis	Procuradoria	Advogado/Procurador	50%
56	Patrizia Dayane Calixto de Souza	Procuradoria	Advogada/Procuradora	50%

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita em 28 de julho de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:0CD77325

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 01/2026 - CHAMADA PUBLICA 009/2026 - PSS AGENTE EDUCACIONAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 01/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2026, homologado pelo Decreto n.º 164/2026, que visa à contratação, em caráter temporário, para o cargo de Agente Educacional, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º 7480/2026, e nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e n.º 661/2012,

TORNA PÚBLICO:

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **item 9 – Da Convocação e Contratação** do **Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2026,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, n.º 665, Centro, Balsa Nova/PR, no dia **20/08/2026, às 9h**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **AGENTE EDUCACIONAL** ou, alternativamente, manifestar desistência provisória, com opção de permanência ao final da lista de classificação, conforme previsto no item 9.3.

De acordo com o Processo n.º 20150/2026 - SMECE, ficam disponibilizadas as seguintes vagas:

LOCAL DAS VAGAS	N.º DE VAGAS
Escola Municipal Padre Boleslau Liana	1
Escola Municipal Joaquim Ribas de Andrade	1
Escola Municipal Dra. Zilda Arns Neumann	1

A escolha da vaga seguirá rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
1.º	JOCENI DA SILVA NASSAR	15606/2026
2.º	LUANA ROSA DA SILVEIRA GALBIATTI	15854/2026
3.º	MONICA APARECIDA BARROS DOS SANTOS	15939/2026

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para a contratação, o candidato deverá apresentar os documentos pessoais originais, em situação regular, acompanhados de **01 (uma) cópia simples de cada documento**, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita a Carteira Nacional de Habilitação - CNH para esta finalidade;
3) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo Meu INSS);
9) Título de Eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral - TSE: www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em edital;
12) Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
13) Comprovante de inscrição e regularidade junto ao Órgão de Classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 anos;
16) Atestado de Antecedentes Criminais;
Se o RG for do Paraná, emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG de outros Estados, apresentar Atestado de Cadastro Negativo, emitido pelo órgão competente;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores, cartórios criminais ou varas de execução penal dos Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido ou domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e conforme o Anexo IV deste Edital;
20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Avaliação médica de saúde ocupacional, a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, 18 de agosto de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal nº 113/2023
IEDA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:CC0D2AA1

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2026

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 188/2026
PROTOCOLO Nº 19630/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a DISPENSA de licitação que tem por objetivo a **contratação de empresa especializada para realização da revisão obrigatória da RETROESCAVADEIRA XCMG XC870BR-II, dentro do período de garantia de fábrica**, nos termos do inciso IV alínea "*a",* do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA. inscrito no CNPJ/CPF sob nº 83.675.413/0004-46 com sede na Avenida Juscelino Kubitschec de Oliveira, nº 3628, Bairro: Cidade Industrial, CEP: 81.260-000 na cidade de Curitiba/PR.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	FILTRO DE ADMISSÃO DE COMBUSTÍVEL	UNID	1	66,95	66,95
1	2	OLEO MOTOR DIESEL 15W40 CI-4 2	UNID	1	771,00	771,00
1	3	FILTRO LUBRIFICANTE	UNID	1	160,95	160,95
1	4	FILTRO DE AR CONDICIONADO	UNID	1	175,77	175,77
1	5	FILTRO SEPARADOR XT870	UNID	1	455,21	455,21
1	6	Filtro separador de combustivel - FLEETGUARD - LW300KV NCM:8421.23.00-00	UND	1	142,76	142,76
1	7	SERVIÇOS DE DESLOCAMENTO	SRV	1	1.333,10	1.333,10

Total: R$ 3.105,74 (três mil, cento e cinco reais e setenta e quatro centavos)

DOTAÇÕES

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRIÇÃO
06001041220002202933903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
06001041220002202933903900000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Balsa Nova, em 18 de Agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:DC23EEF2

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 84/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 84/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2026
PROTOCOLO Nº 19794/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOA IDOSA, EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS – ILPI, GRAU DE DEPENDÊNCIA II, NO ÂMBITO DO CREDENCIAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO**, nos termos do Artigo 74, Inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 – Oriunda do Credenciamento nº 01/2026 – SMAS.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: FRATERNITAS inscrito no CNPJ sob nº 75.173.674/0001-97 com sede na Rua João Simbalista, nº 429, Bairro Jardim Primavera, CEP: 83.302-010 na cidade de Piraquara/PR.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	Vaga Acolhimento Institucional - Instituição de Longa Permanencia ILPI - IDOSO (A) GRAU II	MÊS	12	5.143,00	61.716,00

Total: R$ 61.716,00 (sessenta e um mil, setecentos e dezesseis reais)

DOTAÇÃO

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRIÇÃO
13004082410015214233903900000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Balsa Nova, em 18 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:61254D47

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

3° Termo aditivo do contrato nº88/2023, decorrente de pregão N°17/2023 que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO PARA A ADMINISTRAÇÃO DA CONCESSÃO DE ESTÁGIO REMUNERADO, DESTINADO A ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS DE ENSINO MÉDIO (TÉCNICO) E SUPERIOR DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ- PR.
A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Carlos Rosa Alves, e a empresa **CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ - CIEE/PR,** portador do CPF/CNPJ sob nº76.610.591/0001-80, com sede no endereço RUA IVO LEÃO neste ato representada por EUGENIO LIBRELOTO STEFANELO, portador do CPF sob n° 133.384.391-91, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 14/08/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 1.317.453,11, com finalidade de continuar com a prestação de serviço de agência de integração de estágio para a administração da concessão de estágio remunerado, ajustando o valor ao salário mínimo vigente. com fundamento da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração. E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Nível Profissional dos Estagiarios	Carga Horária	Qtde. Estimada de Bolsas	% do Valor Mensal	Valor Mensal do Auxilio	Taxa Administrativa	Vale Transporte	Valor Mensal do Auxilio com a Taxa Adm	Qtde. de Meses	Valor Anual de Cada Auxilio	Total Anual
Estagiários de Nível Superior/Tecnologo	30 Horas	85	57,3488% do Salário Mínimo Nacional	R$ 929,62	2,29%	R$ 50,00	R$ 1.000,91	13	R$ 13.011,79	R$ 1.106.002,38
Estagiários de Nível Superior - Pós Graduação	30 Horas	10	70,9848% do Salário Mínimo Nacional 50% do	R$ 1.150,66		R$ 10,00	R$ 1.187,01	13	R$ 15.431,18	R$ 154.311,79
Estagiários de Nível Técnico	30 Horas	5	Salário Mínimo Nacional	R$ 810,50		R$ 50,00	R$ 879,06	13	R$ 11.427,79	R$ 57.138,93
Total.....		**100**								**R$ 1.317.453,11**

BARBOSA FERRAZ, 14 de agosto de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Centro Integração Empresa-Escola Do Paraná - CIEE/PR
76.610.591/0001-80
EUGENIO LIBRELOTO STEFANELO
Representante Legal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:9252C690

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº111 / 2025, decorrente de PregãoN°19/ 2025 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS P ARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E MOCHILAS PARA ATENDIMENTO AO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **55.858.241 PAULA FERNANDA DOS SANTOS CARVALHO,** portador do CPF/CNPJ sob nº55.858.241/0001-68, neste ato representada por PAULA FERNANDA DOS SANTOS CARVALHO, portador do CPF sob n° 33551453861, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 18/08/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 49,750.00, Considerando a necessária continuidade dos serviços/fornecimento do objeto contratado, especialmente por se tratarem de serviços especiais á o município; considerando ainda, a Lei 14.133/21, Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	60038	CAMISETA 65% POLIÉSTER, 35 % VISCOSI, MALHA PV ANTI PILEM, SILK BRASÃO ESQUERDA E DIREITA. ARTE NAS COSTAS. CONFORME A DEMANDA DO MUNÍCIPIO. CORES A COMBINAR. TAMANHOS PP, P M , G, GG ,XG ,EXTRA G.	UNID	800,00	33,0	26.400,00
1	2	60039	CAMISETA 65% POLIÉSTER, 35 % VISCOSI, MALHA PV ANTI PILEM, SILK BRASÃO ESQUERDA E DIREITA. ARTE NAS COSTAS. CONFORME A DEMANDA DO MUNÍCIPIO. CORES A COMBINAR. TAMANHOS 1 AO 16	UNID	400,00	31,50	12.600,00
1	3	60040	MOCHILA EM TACTEL 35CM X 45 CM COM CARDAÇOS SUBLIMAÇÃO FRENTE E COSTA INTEIRA ESTAMPA NA NECESSIDADE DO MUNICÍPIO	UNID	500,00	21,50	10.750,00

BARBOSA FERRAZ, 18 de agosto de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
55.858.241 Paula Fernanda Dos Santos Carvalho
55.858.241/0001-68
PAULA FERNANDA DOS SANTOS CARVALHO
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:47F45A14

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, fase de lances, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Pregão 25/ 2026
b) Objeto Homologado:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E SEMI PERECÍVEIS DIVERSOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARBOSA FERRAZ – PR (MERENDA ESCOLAR), CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA

FORNECEDOR	**CNPJ**	**VALOR TOTAL**
CASA DE CARNES GUERRA COSTA LTDA	**08.887.444/0001-00**	**R$ 531.972,00**
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	**12.706.470/0001-54**	**R$ 562.000,50**
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	**26.906.789/0001-38**	**R$ 986.496,25**
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	**46.794.240/0001-06**	**R$ 635.558,00**

FORNECEDOR	**ITEM**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UNID**	**QUANT**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
CASA DE CARNES GUERRA COSTA LTDA	9	ALHO, EM CABEÇA TIPO 5 OU 6 A GRANEL BRANCO - O PRODUTO NÃO DEVERÁ APRESENTAR UMIDADE, PROBLEMAS COM COLORAÇÃO (ESCURA), PRESENÇA DE IMPUREZAS, ODOR DESAGRADÁVEL ESTAR MACHUCADO, PRESENÇA DE DENTES MU	IN NATURA	KG	800	28,89	23.112,00
CASA DE CARNES GUERRA COSTA LTDA	15	AZEITE DE OLIVA, EXTRA VIRGEM, ACIDEZ MÁXIMA DE 0,7%. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE E QUANT	RENATA	UNID	150	39,26	5.889,00
CASA DE CARNES GUERRA COSTA LTDA	22	BEBIDA LÁCTEA, SABORES VARIADOS, COM CONSISTÊNCIA CREMOSA OU LÍQUIDA, ACONDICIONADA EMBALAGEM DE SACO PLÁSTICO ESPECIAL PARA ALIMENTOS, DE 1 LITRO. A) CLASSIFICAÇÃO/ CARACTERÍSTICAS GERAIS: LEITE INTE	CAROLINA	LT	3.000	9,18	27.540,00
CASA DE CARNES GUERRA COSTA LTDA	33	BISCOITO TIPO AMANTEIGADO, COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL,	RENATA	PCT	2.000	7,29	14.580,00

		AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA, FERMENTOS QUÍMICOS BICARBO					
CASA DE CARNES GUERRA COSTA LTDA	40	CARNE DE BOI MOÍDA, - REFRIGERADA NOVA/FRESCA, COM RETIRADA DE GORDURA EXTERNA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PACOTES DE 2 KG. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO: PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LO	DA CASA	Kg	4.300	30,93	132.999,00
CASA DE CARNES GUERRA COSTA LTDA	43	CEBOLA NACIONAL MÉDIA (KG) DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADOS PARA O CONSUMO INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃ	IN NATURA	KG	2.500	5,85	14.625,00
CASA DE CARNES GUERRA COSTA LTDA	52	COLORÍFICO, EM PÓ HOMOGÊNEO, OBTIDO DE FRUTOS MADUROS DE URUCUM, LIMPOS, DESSECADOS E MOÍDOS, DE COLORAÇÃO AMARELA, COM ASPECTO COM COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS E A SUA E	NATUREZA	PCT	500	10,30	5.150,00
CASA DE CARNES GUERRA COSTA LTDA	58	FARINHA DE MANDIOCA, TORRADA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL MÍNINA: 82% DE CARBOIDRATOS E 320 KCAL.	AMAFIL	PCT	600	8,43	5.058,00
CASA DE CARNES GUERRA COSTA LTDA	59	FARINHA DE MILHO, FABRICADA A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS. PRODUTO OBTIDO PELA LIGEIRA TORRAÇÃO DO MILHO. PREVIAMENTE LAVADO E ISENTO DE RADICAL CIANETO. LIVRE DE MATÉRIA TERROSA PARASITOS,	SINHA	PCT	1.200	7,79	9.348,00
CASA DE CARNES GUERRA COSTA LTDA	101	MACARRÃO PARAFUSO COM OVOS: MASSA COM OVOS E FARINHA DE TRIGO (SEMOLA DE TRIGO) ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO E CORANTES NATURAIS (URUCUM E CURCUMA), ZERO GORDURA TRANS, ISENTO DE QUALQUER SUBS	JOIA	PCT	3.000	5,20	15.600,00
CASA DE CARNES GUERRA COSTA LTDA	127	PEITO DE FRANGO, INTEIRO RESFRIADO. EMBALAGEM INTACTA, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR DATA DA FABRICAÇÃO DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE DO PRODUTO. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUPERFÍCIE ÚMIDA, PEGAJOSA, EX	MARINGA	KG	5.125	16,84	86.305,00
CASA DE CARNES GUERRA COSTA LTDA	131	POLPA DE MARACUJÁ, POLPA INTEGRAL DE ABACAXI, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR E AUSENTE DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS. PRODUTO CONGELADO, NÃO FERMENTADO E SEM CONSERVANTES. AS CARACTERÍSTICAS DEVERÃO ATENDER AOS REQU	COAPROCOR	PACOTE	1.500	27,00	40.500,00
CASA DE CARNES GUERRA COSTA LTDA	132	POLPA DE ABACAXI, POLPA INTEGRAL DE ABACAXI, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR E AUSENTE DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS. PRODUTO CONGELADO, NÃO FERMENTADO E SEM CONSERVANTES. AS CARACTERÍSTICAS DEVERÃO ATENDER AOS REQUI	COAPROCOR	PACOTE	1.500	28,22	42.330,00
CASA DE CARNES GUERRA COSTA LTDA	133	POLPA DE ACEROLA, POLPA INTEGRAL DE ABACAXI, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR E AUSENTE DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS. PRODUTO CONGELADO, NÃO FERMENTADO E SEM CONSERVANTES. AS CARACTERÍSTICAS DEVERÃO ATENDER AOS REQUI	COAPROCOR	PACOTE	1.500	28,22	42.330,00
CASA DE CARNES GUERRA COSTA LTDA	138	SAL REFINADO: SAL REFINADO, IODADO, ISENTO DE UMIDADE, ASPECTO UNIFORME, COR CARACTERÍSTICA, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, AUSÊNCIA DE SUJIDADES. EMBALAGEM/ROTULAGEM: PACOTE DE 1KG, EM SACO PLÁSTICO TRANSP	SARTORI	PCT	900	2,74	2.466,00
CASA DE CARNES GUERRA COSTA LTDA	142	TOMATE: TAMANHO MÉDIO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCOS E SÃS, DEVEM ESTAR FIRMES E COMPACTOS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, LIVRE DE RACHADURAS E CORTES, NÃO DEVEM ESTAR MURCHOS. DEVEM ESTAR	IN NATURA	KG	6.000	9,82	58.920,00
CASA DE CARNES GUERRA COSTA LTDA	145	VINAGRE DE ÁLCOOL. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO TRANSPARENTE COM TAMPA INVIOLÁVEL E FECHADO, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, GR	CHIMIN	UNID	1.200	4,35	5.220,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	4	AÇÚCAR CRISTAL especial, branco de 1º qualidade, acondicionado em embalagem plástica de 5 Kg (cinco quilos), com todas as informações pertinentes ao produto, previsto na legislação vigente, constando	GLOBO	UNID	1.800	18,21	32.778,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	10	AMIDO DE MILHO: PRODUTO AMÍLACEO EXTRAÍDO DO MILHO, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS. SOB A FORMA DE PÓ, DEVERÃO PRODUZIR LIGEIRA CREPTAÇÃO	NUTRIVITA	UNID	250	9,17	2.292,50
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	11	AMENDOIM, CRU, NÃO TORRADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRÃOS INTEIROS, SEM PELÍCULA, SEM SAL, NÃO APRESENTAR ALTERAÇÃO EM SUA COLORAÇÃO. LIVRES DE DANOS MECÂNICOS, MATÉRIAS/CORPOS ESTRANHOS, TAIS COMO GRÃ	BEIJA FLOR	UNID	1.000	11,67	11.670,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	12	ARROZ INTEGRAL: TIPO 1, CLASSE LONGO FINO, SUBGRUPO PARBOILIZADO INTEGRAL, 100% NATURAL. PRODUTO ISENTO DE MOFO, ODORES ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS A SAÚDE. EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE COM RÓT	NUTRIPAR	PCT	600	9,44	5.664,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	13	ARROZ TIPO 1, longo, constituído de grãos inteiros, com teor de umidade 15%, isento de sujidades e materiais estranhos, embalagem 5 kg sem sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados	MINUETO	UNID	4.000	25,22	100.880,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	16	BANANA NANICA (KG) DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADOS PARA O CONSUMO INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVERÃ	IN NATURA	KG	5.500	5,81	31.955,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	17	BATATA DOCE: DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA CONSUMO. INTACTAS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVERÃO ESTAR	IN NATURA	KG	1.300	5,34	6.942,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	18	BATATA SALSA: LAVADA, DE 1ª QUALIDADE, ESTAREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, NÃO APRESENTAREM RACHADURAS OU CORTES NA CASCA, LIVRE DE ENFERMIDADES, PARASITAS	IN NATURA	KG	1.000	16,12	16.120,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	19	BATATA, INGLESA, ESPECIAL (KG) DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADOS PARA O CONSUMO INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS	IN NATURA	KG	6.500	7,02	45.630,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	20	BEBIDA A BASE DE AVEIA, SABOR ORIGINAL, FLUÍDA (LÍQUIDA),SEM LACTOSE, SEM PROTEÍNAS DO LEITE DE VACA, SEM GORDURAS TRANS. E SER FONTE DE CÁLCIO. EMBALAGEM LONGA VIDA TIPO TETRAPAK, CONTENDO 1 LITRO.	LIDER	LT	500	10,08	5.040,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	25	BISCOITO DOCE ISENTO DE GLÚTEN E SEM RECHEIO. O BISCOITO DOCE ISENTO DE GLÚTEN E SEM RECHEIO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA OU PARASITA E EM	RENATA	PACOTE	1.200	5,79	6.948,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	26	BISCOITO DOCE SEM LACTOSE E SEM PROTEÍNA DO LEITE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, ÁGUA, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA DE PALMA ZERO TRANS, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, EMULSIFIC	NINFA	PCT	1.200	5,70	6.840,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	27	BISCOITO DOCE TIPO LEITE, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, AMIDO, FUBÁ DE MILHO ENRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR INVERTIDO, SORO DE LEITE EM	RENATA	PCT	2.000	7,65	15.300,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	36	CANELA EM PÓ: PURA (CONDIMENTO), NÃO DEVERÁ CONTER UMIDADE, ODOR DESAGRADÁVEL, BOLOR E SUJIDADES. EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA COM PESO DE 20 A 30 G, COM ROTULAGEM CONTENDO NOME DO PRODUTO, PESO E D	PROPAL	PCT	200	5,96	1.192,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	37	CANELA EM RAMA: PURA (CONDIMENTO), NÃO DEVERÁ CONTER UMIDADE,	PROPAL	PCT	200	10,10	2.020,00

		ODOR DESAGRADÁVEL, BOLOR E SUJIDADES. EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA COM PESO DE 20 A 30 G, COM ROTULAGEM CONTENDO NOME DO PRODUTO, PESO E					
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	45	CENOURA EXTRA AA (KG) DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADOS PARA O CONSUMO INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEV	IN NATURA	KG	2.500	7,09	17.725,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	46	CHÁ DE CAMOMILA: COMPOSTO DE CAPÍTULOS FLORAIS DE CAMOMILA, SEM GLÚTEN. EM SACHÊS INDIVIDUAIS. CAIXA COM 10 SACHÊS CADA, CONTENDO NOME DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE	LEAO	CX	500	5,74	2.870,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	47	CHÁ DE CAPIM CIDREIRA, CX COM 10 SACHÊS, CONTENDO NA CAIXA DATA DE VALIDADE E NOME DO PRODUTO	LEAO	CX	500	4,87	2.435,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	48	CHÁ DE ERVA-DOCE: COMPOSTO DE FUNCHO NACIONAL, SEM GLÚTEN. CAIXA COM 10 SACHÊS, CONTENDO NOME DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE	LEAO	CX	500	5,00	2.500,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	49	CHÁ ERVA MATE TOSTADO, MÍNIMO DE 70 % DE FOLHAS E RESTANTE DE TALOS, EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FAB	BARÃO	CX	700	5,94	4.158,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	54	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM DORSO - FRANGO CONGELADO CORTE SOBRECOXA DE FRANGO, PACOTE 1 KG. DEVEM ESTAR CONGELADAS, LIVRE DE QUALQUER SUBSTANCIA QUE POSSA ALITROERÁ-LA OU ENCOBRIR ALGUMA ALITROERA	MARINGA	Kg	2.600	12,09	31.434,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	55	CRAVO DA INDIA: PURA (CONDIMENTO), NÃO DEVERÁ CONTER UMIDADE, ODOR DESAGRADÁVEL, BOLOR E SUJIDADES. EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA COM PESO DE 20 A 30 G, COM ROTULAGEM CONTENDO NOME DO PRODUTO, PESO	PROPAL	PCT	300	4,02	1.206,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	56	ERVILHA CONGELADA, SEM CONSERVANTES, 100% NATURAL. EMBALAGEM PLÁSTICA COM RÓTULO CONTENDO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PACOTE 300 GRAMAS.	LAR	PCT	800	7,87	6.296,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	76	FUBÁ MIMOSO, PRODUTO OBTIDO DA MOAGEM DO GRÃO DE MILHO SÃO, LIMPO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA E PARASITA. NÃO PODENDO APRESENTAR UMIDADE, FERMENTAÇÃO OU RANÇO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO	SINHA	PCT	1.500	6,26	9.390,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	80	IOGURTE NATURAL INTEGRAL, SEM SABOR, SEM CORANTE, CONTENDO APENAS LEITE PASTEURIZADO INTEGRAL E/OU LEITE EM PÓ RECONSTITUIDO, LEITE EM PÓ DESNATADO, CREME DE LEITE E FERMENTO LACTEO. ZERO DE GORDURA T	BATAVO	UNID	600	6,24	3.744,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	88	MAÇÃ (KG) DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADOS PARA O CONSUMO INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVERÃO ESTAR D	IN NATURA	KG	3.500	9,55	33.425,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	90	MACARRÃO ARGOLINHA, FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, OVOS, PASTEURIZADOS, BETA-CAROTENO (PRÓ-VITAMINA-A). SEMOLADO, VITAMINADO. CONTENDO 500 GRAMAS. NO RÓTULO APRESENTAR INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, INGREDIENT	GALO	PCT	1.200	5,06	6.072,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	91	MACARRÃO AVE MARIA, SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS PASTEURIZADOS, CORANTES NATURAIS URUCUM E CÚRCUMA. CONTENDO 500 GRAMAS. NO RÓTULO APRESENTAR INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, IN	GALO	PCT	1.200	5,21	6.252,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	95	MACARRÃO DE SEMOLA SEM OVOS, TIPO PARAFUSO: SEMOLINA DE TRIGO OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO E CORANTES NATURAIS (URUCUM E CURCUMA), ZERO GORDURA TRANS, ISENTO DE QUALQUER SU	NINFA	PCT	2.000	5,24	10.480,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	100	MACARRÃO PADRE NOSSO, FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, OVOS, PASTEURIZADOS, BETA-CAROTENO (PRÓ-VITAMINA-A). SEMOLADO, VITAMINADO. CONTENDO 500 GRAMAS. NO RÓTULO APRESENTAR INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, INGREDIE	NINFA	PCT	1.200	5,38	6.456,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	103	MACARRÃO TIPO COLORIDO (MASSA CORTADA TIPO: PENE, PARAFUSO, RIGATONI, CARACOL) SEMOLINA DE TRIGO OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO E CORANTES NATURAIS (URUCUM E CURCUMA), ZERO G	NINFA	PCT	3.000	5,80	17.400,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	112	MILHO PARA CANJICA BRANCA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DAT	KATU	PCT	1.500	7,73	11.595,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	113	MILHO PARA PIPOCA: GRÃOS DE MILHO, VARIEDADE ESPECIAL, DE COLORAÇÃO AMARELA, TENDO A APRESENTAÇÃO: DE GRÃOS LIMPOS E SECOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM TAMANHO E FORMATOS NATURAIS, CA	KATU	PCT	1.500	4,79	7.185,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	116	NATA PASTEURIZADA. INGREDIENTES: CREME DE LEITE, ESPESSANTE CARRAGENA OU GELATINA E COM OU SEM LEITE EM PÓ DESNATADO. ZERO GORDURA TRANS. PRODUTO HOMOGENEO, SEM SEPARAÇÃO DO PRODUTO. EMBALAGEM: POTE C	TIROL	UNID	200	14,96	2.992,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	117	ÓLEO DE SOJA: COMESTÍVEL , CONTENDO ÓLEO DE SOJA REFINADO ,ANTIOXIDANTES E VIT E. LIVRE DE GORDURAS TRANS. ISENTO DE RANÇO E OUTRAS CARACTERÍSTICAS INDESEJÁVEIS. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DO	COAMO	UNID	2.500	7,70	19.250,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	118	ÓLEO DE CANOLA, OBTIDO DA EXTRAÇÃO DA SEMENTE DA FLOR DE CANOLA. LÍQUIDO VISCOSO REFINADO, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS DE BOA QUALIDADE E LIMPAS. AS CARACTERÍSTICAS DEVERÃO ATENDER AOS REQUI	LILAS	UNID	2.500	13,96	34.900,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	119	ÓLEO DE MILHO, REFINADO, LÍQUIDO VISCOSO REFINADO, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS DE BOA QUALIDADE E LIMPAS. AS CARACTERÍSTICAS DEVERÃO ATENDER AOS REQUISITOS MÍNIMOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE	SINHA	UNID	1.500	14,60	21.900,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	120	ORÉGANO (ORIGANUM VULGARE) DESIDRATADO, SEM ADICAÇÃO DE CORANTES, AROMATIZANTES, CONSERVANTES E OUTROS ADITIVOS ALIMENTARES. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS DE POLIETILENO ATÓXICO, CONTENDO 15 A 20 GRAMAS.	PROPAL	PCT	200	4,94	988,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	135	QUEIJO RALADO TIPO PARMESÃO, PESO E DATA DE VALIDADE ESTAMPADAS NA EMBALAGEM. EMBALAGEM COM 50G	JOAO E MARIA	PCT	350	6,10	2.135,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	139	SELETA DE LEGUMES: CONGELADO, SEM CONSERVANTES, 100% NATURAL. EMBALAGEM PLÁSTICA COM RÓTULO CONTENDO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE VALIDADE, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES SOBRE CONSERVAÇÃO E TER REGIS	LAR	PCT	300	8,83	2.649,00
J.A. RUFINO GARCIA & CIA LTDA	141	TAPIOCA: GOMA DE TAPIOCA HIDRATADA, 100% NATURAL, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES E SAL. ISENTO DE GLUTEN. SEM PRESENÇA DE MOFOS E SUJIDADES. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA, CONTENDO 500 GRAMAS DO PRO	PINDUCA	PCT	600	8,82	5.292,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	6	ADOÇANTE LÍQUIDO STÉVIA, DIETÉTICO LÍQUIDO, A BASE DE STÉVIA.NÃO CONTÉM GLÚTEN. AS CARACTERÍSTICAS DEVERÃO ATENDER AOS REQUISITOS MÍNIMOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE ESTABELECIDOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE	ADYCIL	UNID	150	9,76	1.464,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM	14	AVEIA EM FLOCOS FINOS: AVEIA 100% NATURAL. EMBALAGEM DE PAPELÃO OU	CIALHO	UNID	200	9,59	1.918,00

MINIMERCADOS E SERVICOS		PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO, COM RÓTULO IDENTIFICANDO O PRODUTO, INGREDIENTE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, MARCA/FABRICANTE, PRAZO DE VA					
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	21	BEBIDA DE SOJA/ ALIMENTO COM SOJA, SABOR ORIGINAL, FLUÍDA (LÍQUIDA),SEM LACTOSE, SEM PROTEÍNAS DO LEITE DE VACA, SEM GORDURAS TRANS. E SER FONTE DE CÁLCIO. EMBALAGEM LONGA VIDA TIPO TETRAPAK, CONTENDO	UNIBABY	LT	500	9,60	4.800,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	29	BISCOITO SALGADA SEM LACTOSE E SEM PROTEÍNA DO LEITE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, ÁGUA, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA DE PALMA, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, EMULSIFICANTE LEC	LIANE	PCT	1.200	5,47	6.564,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	30	BISCOITO SALGADO ISENTO DE GLÚTEN E SEM RECHEIO: O BISCOITO DOCE ISENTO DE GLÚTEN E SEM RECHEIO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA OU PARASITA E	LIANE	PCT	1.200	5,47	6.564,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	31	BISCOITO SALGADO/CRACKER INTEGRAL, 0% GORDURA TRANS. E NO MÁXIMO 210 GRAMAS DE SÓDIO POR PORÇÃO DE 30 GRAMAS. TER TEXTURA CROCANTE. PACOTE CONTENDO 400G, E DUPLA EMBALAGEM PARA PRESERVAÇÃO DO FORMATO	LIANE	PCT	2.000	6,63	13.260,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	32	BISCOITO DE POLVILHO TRADICIONAL, PRODUTO ALIMENTÍCIO OBTIDO A PARTIR DE POLVILHO (AZEDO E/OU DOCE), ÓLEO OU GORDURA VEGETAL, ÁGUA, OVOS E SAL, SUBMETIDO A PROCESSO DE MISTURA, MODELAGEM E FORNEAMENT	LIANE	PACOTE	250	7,70	1.925,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	41	CARNE DE BOI EM PEDAÇOS (MUSCULO), (KG) SEM OSSO, REFRIGERADA, NOVA/FRESCA, PICADO E EMBALADO EM PACOTES DE 2 KG.. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO: PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, DATA D	DA CASA	Kg	3.400	32,74	111.316,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	51	COCO EM FLOCOS: COCO RALADO E DESIDRATADO. INTEGRAL, PARCIALMENTE DESENGORDURADO, ISENTO DE SUJIDADES E RANÇO. EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, TRANSPARENTE, NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTI	ATALAIA	PCT	800	9,64	7.712,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	53	COUVE-FLOR DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS, SÃS E BEM DESENVOLVIDAS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO. INTACTAS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS.	DA CASA	UNID	3.000	9,43	28.290,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	62	FARINHA LÁCTEA DE ARROZ - FARINHA DE ARROZ, AÇÚCAR, FARINHA DE AVEIA, EXTRATO DE MALITROE, SAIS MINERAIS (CARBONATO DE CÁLCIO, FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO, SULFATO DE ZINCO, FUMARATO FERROSO), VITAMINAS	NESTON	UNID	600	14,95	8.970,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	64	FERMENTO BIOLÓGICO FRESCO	ROYAL	PCT	500	14,40	7.200,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	65	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO PARA PÃO A VÁCUO.	ROYAL	PCT	600	5,20	3.120,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	66	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO, PARA BOLO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, PRODUTO FORMADO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS QUE POR INFLUÊNCIA DO CALOR E/OU UMIDADE PRODUZ DESPRENDIMENTO GASOSO CAPAZ DE EXPANDIR MASSAS ELABORA	ROYAL	UNID	500	10,46	5.230,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	67	FORMULA A BASE DE SOJA: PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA A BASE DE SOJA, PARA CRIANCAS DE 1 A 5 ANOS DE IDADE, INDICADO PARA INTOLERANTES A LACTOSE E PARA ALÉRGICOS A PROTEÍNA DO LEITE DE VACA. FONTE DE CALC	APTAMIL	UNID	350	101,16	35.406,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	68	FÓRMULA EM PÓ PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE FENILALANINA:ALIMENTO EM PÓ PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE FENILALANINA, PARA PACIENTES DE 1 A 8 ANOS DE IDADE, ADICIONADO EM TIROSINA, VITAMINAS E MINERAIS. N	PREGOMIN	UNID	225	369,10	83.047,50
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	69	FÓRMULA EM PÓ PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE FENILALANINA:ALIMENTO EM PÓ PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE FENILALANINA, PARA PACIENTES DE 1 A 8 ANOS DE IDADE, ADICIONADO EM TIROSINA, VITAMINAS E MINERAIS. N	APTAMIL	latas	75	400,77	30.057,75
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	70	FÓRMULA INFANTIL A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, EM PÓ, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, FERRO E OUTROS MINERAIS , ISENTA DE LACTOSE E PROTEÍNAS LACTEAS. INDICADA PARA LACTENTES COM INTOLERÂNCIA A LACTO	APTAMIL	UNID	350	86,63	30.320,50
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	71	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO, PARA LACTENTES, MODIFICADA EM PÓ A BASE DE LEITE DE VACA COM AGENTE ESPESSANTE GOMA JATAÍ, OU AMIDO PRE GELATINIZADO, ADICIONADO DE VITAMNINAS, MINERAIS E OUTROS OLIGOELEME	APTAMIL	UNID	350	69,35	24.272,50
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	72	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO, MODIFICADA EM PÓ, INDICADA PARA A ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS A PARTIR DOS 6 MESES ATÉ 12 MESES DE IDADE, COM PROTEÍNAS /CASEINA, ENRIQUECIDA COM DHA E ARA, NUCLEOTIDEOS E	APTAMIL	UNID	350	52,75	18.462,50
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	73	FORMULA INFANTIL PARA LACTANTES DE 0 A 6 MESES. ADICIONADA DE PREBIÓTICOS 0,8G/100ML (10%FOS E 90%GOS). CONTÉM ÁCIDOS GRAXOS POLI-INSATURADOS DE CADEIA LONGA - LCPUFAS (DHA E ARA) E NUCLEOTÍDEOS. POSS	NAN	UNID	350	48,91	17.118,50
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	74	FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES. LACTOSE, LEITE PARCIALMENTE DESNATADO EM PÓ, ÓLEOS VEGETAIS (CANOLA, COCO, GIRASSOL E PALMA), SORO DE LEITE, GALACTO-OLIGOSSACARÍDEO, FRUTOOLIGOSSACARÍ	NAN	UNID	350	40,73	14.255,50
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	75	FÓRMULA INFANTIL SEM LACTOSE PARA BEBÊS DE 0 A 12 MESES DE VIDA, INDICADA PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES COM NECESSIDADE DE DIETA ESPECÍFICA, COMO INTOLERÂNCIA A LACTOSE. SUA FÓRMULA É	NAN	UNID	350	105,27	36.844,50
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	77	GÉLEIA DE FRUTA SEM AÇÚCAR SABOR UVA OU MORANGO: COMPOSTA APENAS POR FRUTA, SUCO DE MAÇÃ E ÁCIDO CITRICO. SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR E SEM ADIÇÃO DE ADOÇANTE. POTE DE 250 GRAMAS. CONTER AS INFOMAÇÕES NUTRIC	APTI	UNID	200	15,12	3.024,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	78	IOGURTE BATIDO INTEGRAL, COM POLPA DE FRUTAS: PRODUTO LÁCTEO PRODUZIDO ATRAVÉS DE FERMENTAÇÃO LÁCTEA, MEDIANTE AÇÃO DE CULITROIVOS DE MICRORGANISMOS ESPECÍFICOS. ACONDICIONADO EM GARRAFA PLÁSTICA, NÃO	UNIBABY	UNID	1.000	12,92	12.920,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	79	IOGURTE DIET: LEITE PASTEURIZADO DESNATADO, PREPARADO DE FRUTA (MORANGO, FRUTAS VERMELHAS), FERMENTO LÁCTEO, ESTABILIZANTE/ ESPESSANTE (GELATINA, GOMA GUAR) E , AROMATIZANTE EDULCORANTES (SUCRALOSE, S	UNIBABY	UNID	300	4,13	1.239,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	81	IOGURTE SEMIDESNATADO, ZERO LACTOSE, FRUTAS VERMELHAS: ACONDICIONADO EM GARRAFA PLÁSTICA. INGREDIENTES: LEITE SEMIDESNATADO, AÇÚCAR, PREPARADO DE FRUTAS VERMELHAS (ÁGUA, SACAROSE, POLPA DE MORANGO, AM	UNIBABY	UNID	1.000	7,72	7.720,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	82	KIWI (KG) DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADOS PARA O CONSUMO INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVERÃO ESTAR D	DA CASA	Kg	2.000	25,97	51.940,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	83	LARANJA (KG) DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADOS PARA O CONSUMO INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVERÃO ESTA	DA CASA	KG	4.500	5,06	22.770,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM	84	LEITE PASTEURIZADO – Barriga mole	DO POVO	LT	10.000	5,77	57.700,00

MINIMERCADOS E SERVICOS							
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	92	MACARRÃO CABELO DE ANJO (ALETRIA/FIOS DE OURO): MASSA COM OVOS E FARINHA DE TRIGO (SEMOLA DE TRIGO) ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO E CORANTES NATURAIS (URUCUM E CURCUMA), ZERO GORDURA TRANS, ISE	FLORIANI	PCT	1.200	5,35	6.420,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	94	MACARRÃO DE SEMOLA SEM OVOS, TIPO GRAVATA: SEMOLINA DE TRIGO OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO E CORANTES NATURAIS (URUCUM E CURCUMA), ZERO GORDURA TRANS, ISENTO DE QUALQUER SUB	FLORIANI	PCT	2.000	5,52	11.040,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	97	MACARRÃO ESPAGUETE INTEGRAL: FARINHA DE TRIGO INTEGRAL E FIBRA DE TRIGO OU SÊMOLA COM FARELO DE TRIGO E FIBRA DE TRIGO, PODENDO TER CORANTES NATURAIS DE URUCUM E CÚRCUMA, ZERO GORDURA TRANS, ISENTO DE	FLORIANI	PCT	600	7,00	4.200,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	98	MACARRÃO GRAVATA COM OVOS: MASSA COM OVOS E FARINHA DE TRIGO (SEMOLA DE TRIGO) ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO E CORANTES NATURAIS (URUCUM E CURCUMA), ZERO GORDURA TRANS, ISENTO DE QUALQUER SUBST	FLORIANI	PCT	1.200	6,05	7.260,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	99	MACARRÃO LETRINHAS (ALFABETO): MASSA COM OVOS E FARINHA DE TRIGO (SEMOLA DE TRIGO) ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO E CORANTES NATURAIS (URUCUM E CURCUMA), ZERO GORDURA TRANS, ISENTO DE QUALQUER S	FLORIANI	PCT	600	5,81	3.486,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	104	MACARRÃO INTEGRAL, FEITO COM SÊMOLA DETRIGO DURUM, E FARELO DE TRIGO, MONOCLORIDRATO DE L-LISINA. AS MASSAS AO SEREM POSTAS NA ÁGUA NÃO DEVERÃO TURVÁ-LAS ANTES DA COCÇÃO, NÃO PODENDO ESTAR FERMENTADA	FLORIANI	PACOTE	1.200	6,69	8.028,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	107	MANTEIGA COM SAL : CREME DE LEITE PASTEURIZADO E CLORETO DE SÓDIO, PODENDO CONTER CORANTE NATURAL DE URUCUM. DEVE SER DE PRIMEIRA QUALIDADE, E NÃO CONTER GORDURA TRANS. EMBALAGEM: POTE DE 500 GRAMAS,	COAMO	UNID	1.500	10,87	16.305,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	110	MELÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCOS E SÃOS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO. INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS E APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. A CASCA DEVE SER FIR	DA CASA	KG	1.000	7,93	7.930,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	123	PÃO DE LEITE (TIPO MINI CACHORRO QUENTE) –PRODUTO PREPARADO COM ADIÇÃO DE LEITE INTEGRAL OU SEU EQUIVALENTE, CONTENDO, MÍNIMO 3% DE SÓLIDOS TOTAIS; 20 GRAMAS	DA CASA	Kg.	1.200	11,77	14.124,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	124	PÃO FRANCES DE 50 GRAMAS. COMPOSIÇÃO: FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, SAL, AÇÚCAR, ÁGUA, REFORÇADOR, ÓLEO EMULSIFICANTE OU CONDICIONADOR E FERMENTO (SECO OU BIOLÓGICO). A CASCA DEVERÁ SER DOURADA NA PARTE	DA CASA	KG	7.000	16,64	116.480,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	125	PÃO FRANCES DE 25 GRAMAS. COMPOSIÇÃO: FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, SAL, AÇÚCAR, ÁGUA, REFORÇADOR, ÓLEO EMULSIFICANTE OU CONDICIONADOR E FERMENTO (SECO OU BIOLÓGICO). A CASCA DEVERÁ SER DOURADA NA PARTE	DA CASA	Kg.	2.000	16,64	33.280,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	128	PÊRA: "MACIA", DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO. INTACTAS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVERÃO E	DA CASA	KG	800	13,48	10.784,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	129	PITAYA (KG) DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADOS PARA O CONSUMO INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVERÃO ESTAR	DA CASA	Kg	1.000	16,93	16.930,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	143	UVA (KG) DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADOS PARA O CONSUMO INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVERÃO ESTAR DA	DA CASA	Kg	1.300	14,48	18.824,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	144	UVA PASSAS BRANCAS SEM SEMENTES, DESIDRATADAS. EMBALAGEM /ROTULAGEM: EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, CONTENDO 200 GRAMAS DE PRODUTO, APRESENTANDO NO RÓTULO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES	ZAELI	PCT	300	9,66	2.898,00
RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS	146	SUCO DE LARANJA INTEGRAL NÃO PASTEURIZADO – sem adição de açúcar. Composto 100% de suco de laranja integral, não pasteurizado, sem conservantes, não alcoólico, não fermentado. Pronto para consumo, aco	FRUTA MAIS	LT	1.200	44,23	53.076,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	1	ABACAXI: DO TIPO PÉROLA (DE BAIXA ACIDEZ) DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCOS E SÃOS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO (NÃO VERDES E NEM MUITO MADUROS). INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVE	FRUTIMAR	KG	600	9,21	5.526,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	2	ABOBORA ITALIA, (KG) DE PRIMEIRA QUALIDADE,FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADOS PARA O CONSUMO INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVER	COM SOUZA	KG	500	7,28	3.640,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	3	AÇAFRÃO: EM PÓ, EMBALAGEM ATÓXICA CONTENDO 30G, CONTENDO NOME DO PRODUTO, DATA DE VALIDADE E INGREDIENTES, COM VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: EMBALAGENS	DONA NENA	PCT	150	2,88	432,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	5	AÇÚCAR MASCAVO - ALIMENTO NATURAL, CONTENDO SOMENTE AÇÚCAR MASCAVO NÃO REFINADO EM PACOTES DE 500 G	GLOBO	UNID	350	5,98	2.093,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	7	ALECRIM: DESIDRATADO SEM ADIÇÃO DE CORANTES, AROMATIZANTES, CONSERVANTES E OUTROS ADITIVOS ALIMENTARES. EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA DE 10 G COM ROTULAGEM ADEQUADA, CONTENDO NOME DO PRODUTO, DATA DE	DONA NENA	PCT	150	3,14	471,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	8	ALFACE: TIPO CRESPA OU LISA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPA, FRESCAS E SÃS, COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, INTACTAS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS E APROVEITÁVEIS, ISENTA DE ENFERMI	CALEGAREO	UNID	650	4,62	3.003,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	23	BETERRABA (KG) DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADOS PARA O CONSUMO INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVERÃO ES	COM VITORIA	KG	2.200	6,27	13.794,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	28	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, AMIDO DE MILHO, AÇÚCAR INVERTIDO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, FERMENTO QUÍMICO (BICARBONATO DE SÓDIO	TODESCHINI	PCT	2.000	7,32	14.640,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	34	BRÓCOLIS: DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCOS E SÃOS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO. INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVERÃO ESTAR	COM VITORIA	UNID	3.000	8,81	26.430,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	35	CACAU EM PÓ 70% - O PRODUTO ISENTO DE AÇÚCAR, AMIDOS E FÉCULAS DE QUALQUER ESPÉCIE DEVE SER OBTIDO, PROCESSADO, EMBALADO, ARMAZENADO, TRANSPORTADO E CONSERVADO EM CONDIÇÕES QUE NÃO PRODUZAM, DESENVOLV	ATALAIA	CX	3.000	19,19	57.570,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	39	CARNE BOVINA – ISCAS PARA ESTROGONOFE, SEM OSSO, RESFRIADA, LIMPA, ASPECTO PRÓPRIO DA ESPÉCIE, NÃO AMOLECIDA NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA DA ESPÉCIE, SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU PARDACENTAS, ODOR PRÓPRIO	ORION	Kg	3.400	42,43	144.262,00

S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	42	CARNE SUÍNA CUBOS: CARNE SUÍNA TIPO LOMBO, SEM PELE, SEM GORDURA E SEM OSSOS, CARNE RESFRIADA NOVA/FRESCA, SEM ESCURECIMENTOS OU MANCHAS ESVERDEADAS, CORTAR EM CUBOS PEQUENOS, CONGELAR. SER LIVRES DE	ORION	Kg	3.000	21,22	63.660,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	44	CEBOLINHA (MAÇO PADRÃO) DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADOS PARA O CONSUMO INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO D	CALEGAREO	UNID	600	2,86	1.716,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	50	CHUCHU (KG) DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADOS PARA O CONSUMO INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVERÃO ESTAR	COM VITORIA	KG	1.600	6,02	9.632,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	57	FARINHA DE MANDIOCA TEMPERADA SEM PIMENTA, GORDURA VEGETAL DE PALMA, SAL, CEBOLA, ALHO, COLORÍFICO, CALDO DE CARNE, REALÇADOR DE SABOR GLUTAMATO MONOSSÓDICO, SALSA DESIDRATADA. CONTÉM GLÚTEN. ALÉRGICO	AMAFIL	PACOTE	600	8,00	4.800,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	60	FARINHA DE TRIGO BRANCA ESPECIAL, TIPO 1 ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, ATENDENDO RESOLUÇÃO Nº 344 DE 13/12/2002, COM DATA DE FABRICAÇÃO E COM DATA DE VALIDADE MÍNIMA DE 04 MESES IMPRESSOS NA E	ANIELA	PCT	1.200	18,02	21.624,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	61	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL: INGREDIENTES: FARINHA FEITA COM TRIGO INTEGRAL, SEM MELHORADOR OU MIX, PACOTES DE 1KG, CONTENDO LISTA DE INGREDIENTES E TABELA NUTRICIONAL NO RÓTULO. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: P	COAMO	PCT	800	7,00	5.600,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	63	FEIJÃO CARIOCA TIPO 1, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PARASITA, DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS, PEDAÇOS DE GRÃOS ARDIDOS, BROTADOS, CHOCHOS, IMATUROS, MANCHADOS, CHUVADOS, MOFADOS, CARUNCHADOS E DESCOLORIDOS	PREDILETO	Pct	2.600	8,99	23.374,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	85	LEITE ZERO LACTOSE, FLUIDO, ESTERILIZADO UHT, EMBALAGEM LONGA VIDA TIPO TETRAPAK, DE 1 LITRO. INGREDIENTES: LEITE SEMIDESNATADO, ENZIMA LACTASE E ESTABILIZANTES, FONTE NATURAL DE PROTEÍNAS E CÁLCIO, E	LIDER	LITROS	1.600	6,44	10.304,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	86	LIMÃO TAHITI DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCOS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO. INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVERÃO ESTA	FRUTIMAR	KG	600	5,49	3.294,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	87	LOURO DESIDRATADO: EM FOLHAS, SEM ADIÇÃO DE CORANTES, AROMATIZANTES, CONSERVANTES E OUTROS ADITIVOS ALIMENTARES. PACOTE CONTENDO 5 G, ROTULO COM NOME DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. REPOSIÇÃO DO PRODUT	DONA NENA	PCT	200	3,54	708,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	93	MACARRÃO DE SEMOLA SEM OVOS, TIPO ESPAGUETE: SEMOLINA DE TRIGO OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO E CORANTES NATURAIS (URUCUM E CURCUMA), ZERO GORDURA TRANS, ISENTO DE QUALQUER S	TODESCHINI	PCT	1.000	5,33	5.330,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	96	MACARRÃO ESPAGUETE COM OVOS: MASSA COM OVOS E FARINHA DE TRIGO (SEMOLA DE TRIGO) ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO E CORANTES NATURAIS (URUCUM E CURCUMA), ZERO GORDURA TRANS, ISENTO DE QUALQUER SUB	TODESCHINI	PCT	2.500	5,51	13.775,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	105	MAMÃO (KG) DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADOS PARA O CONSUMO INTACTOS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVERÃO ESTAR	DALL	KG	1.000	7,96	7.960,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	106	MANJERICÃO DESIDRATADO. FOLHA DE MANJERICÃO PICADA E DESIDRATADA. ISENTO DE MOFOS E UMIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, TRANSPARENTE E NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊN	DONA NENA	PCT	300	3,55	1.065,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	108	MARGARINA VEGETAL SAL, COM 80% DE LIPÍDIOS, ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES AOS MESMOS; ISENTO DE RANÇO E OUTRAS CARACTERÍSTICAS INDESEJÁVEIS. EMBALAGEM DE POLIETILENO LEITOSO E RESISTENTE, AP	COAMO	UNID	800	8,70	6.960,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	109	MELANCIA, FRESCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO. INTACTAS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVERÃO	FRUTIMAR	KG	1.000	4,59	4.590,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	114	MISTURA PARA BOLO SEM GLUTEN: MIX PARA BOLO/ MISTURA PRONTA, SEM GLÚTEN, SEM LACTOSE E SEM PROTEINAS DO LEITE DE VACA, ZERO GORDURA TRANS. PARA INTOLERANTES A LACTOSE, ALERGICOS A PROTEÍNA DO LEITE DE	AMAFIL	PCT	150	8,90	1.335,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	115	MORANGA TIPO CABOTIÁ DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCAS E SÃS. NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO. INTACTAS, COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS. NÃO DEVE	COM VITORIA	KG	400	7,30	2.920,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	121	OVOS DE GALINHA, DE GRANJA (BRANCO E/OU VERMELHO), NOVO, PESANDO NO MÍNIMO 50 GRAMAS POR UNIDADE. ISENTOS DE SUJIDADES, FUNGOS E SUBSTÂNCIAS TÓXICAS. NÃO DEVERÃO APRESENTAR RACHADURAS E/OU TRINCAS NA	SARAJIOTO	DUZIA	4.500	11,95	53.775,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	122	PÃO DE CACHORRO QUENTE. TAMANHO GRANDE. NÃO APRESENTAR AMASSADOS, FUNGOS. PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSUMO. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, FERMENTO, SAL, MANTEIGA, ÁGUA, LEITE. EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓX	GRANFORNALHA	PC	2.500	10,11	25.275,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	126	PÃO SEM GLÚTEN : PÃO ISENTO DE GLUTEN, PARA DIETAS SEM GLÚTEN. CONTER AMIDO, EXTRATO DE SOJA, AÇÚCAR , GORDURA, FARINHA DE COCO, FIBRA VEGETAL, SAL, ESPESSANTES, CONSERVANTES E AROMAS NATURAIS.NÃO CON	VO NEUIZA	PCT	300	19,11	5.733,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	130	POLVILHO AZEDO, DERIVADO DA MANDIOCA, OBTIDO A PARTIR DA EXTRAÇÃO DO AMIDO (FÉCULA) DE SUAS RAÍZES . GRUPO I, TIPO 1, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÃS E LIMPAS, PRODUTO LIVRE DE MATÉRIA TERRO	AMAFIL	PCT	1.800	8,55	15.390,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	134	QUEIJO MUSSARELA, RESFRIADO E FATIADO. INGREDIENTES: LEITE PASTEURIZADO, CLORETO DE SÓDIO (SAL), ESTABILIZANTE: CLORETO DE CÁLCIO, COAGULANTE E/OU COALHO, FERMENTO LÁCTEO E PODENDO TER CONSERVADOR NAT	TIROL	KG	500	43,84	21.920,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	136	REPOLHO VERDE. DEVERÁ SER NOVO/FRESCO, CABEÇA BEM FECHADA, TAMANHO MÉDIO, SEM PARTES AMARELADAS, SEM MANCHAS OU APODRECIMENTOS, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS OU LARVAS. EMBALAGEM: ACONDICIONADOS EM SA	COM VITORIA	KG	4.500	5,66	25.470,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	137	SAL MARINHO REFINADO IODADO. ISENTO DE SUJIDADES E MOFOS. CERTIFICAÇÃO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE QUANTO À SUPLEMENTAÇÃO DE IODO. EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, TRANSPARENTE, NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS D	ZAELI	PCT	350	4,34	1.519,00
S.H COMERCIO ALIMENTICIO LTDA	140	SUCO DE UVA TINTO INTEGRAL : ELABORADO SOMENTE COM UVAS, SEM ADIÇÃO DE ÁGUA, CORANTES OU AÇÚCAR (SOMENTE O AÇÚCAR NATURAL DA FRUTA). PASTEURIZADO, NÃO ALCOÓLICO, NÃO FERMENTADO. EMBALAGEM DE VIDRO CON	JOAO E MARIA	UNID	1.200	21,64	25.968,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 2.716.026,75 (DOIS MILHÕES, SETECENTOS E DEZESSEIS MIL E VINTE E SEIS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)

Barbosa Ferraz, 18 de Agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:D958BA28

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Inexigibilidade 40/ 2026
b) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA MARCUS E DALTO PRODUÇAO MUSICAL LTDA, CNPJ: 28.341.429/0001-61, PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A DUPLA MARCUS E DALTO, A SER REALIZADO NO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
MARCUS E DALTO PRODUÇAO MUSICAL LTDA	**28.341.429/0001-61**	**R$ 35.000,00**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A DUPLA MARCUS E DALTO, A SER REALIZADO NO DIA 29/08/2026, NO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR. COM DURAÇÃO DE 2H00MIN (DUAS HORAS)	UNID	1	35.000,00	35.000,00

Barbosa Ferraz, 18 de Agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:1CE8E4A3

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, fase de lances, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Dispensa 24/ 2026
b) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA A SER REALIZADO NO DISTRITO DE BOURBONIA DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR.

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
16.099.571 CICERO GOMES DE SOUZA	**16.099.571/0001-65**	**R$ 31.200,00**

ORDEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE ESPAÇOS PÚBLICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA.	MENSAL	12	2.600,00	31.200,00

Barbosa Ferraz, 30 de Abril de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:C4B619C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERCEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 57/2025

TERCEIRO TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 15/2025

O MUNICIPIO DE BARRA DO JACARÉ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Rui Barbosa n.º 96, inscrito no CNPJ n.º 76.407.568/0001-93, denominada de **CONTRATANTE**, representado por seu Prefeito Municipal, e a empresa, **AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ MATRIZ n.º 81.632.093/0001-79**, com sede na Rua Manoel Francisco da Costa, n.º 2010, Sala 01, Bairro Vieiras, Jaraguá do Sul-SC, CEP: 89.257-000, **CNPJ FILIAL n.º 81.632.093/0017-36,** com sede na Rua Padre Josafat Roga, n.º 611, Bairro Ronda, Prudentópolis-PR, CEP: 84.400-000. Nos termos do Artigo 84, da Lei n.º 14.133/2021, resolve promover o **TERCEIRO TERMO ADITIVO PRAZO E QUANTITAVOS,** nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Objeto do contrato.
Aquisiçao de **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS**, conforme segue os itens a tabela abaixo:

AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PRETROLEO LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca		Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
2	1	OLÉO DIESEL S-10	SHELL		LT	37.500	7,23	221.250,00
2	2	OLÉO DIESEL S-500	SHELL		LT	10.000	7,33	58.900,00
TOTAL								344.425,00

O valor total máximo previsto é de **R$ 344.425,00** (trezentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais).

CLÁUSULA SEGUNDA: Da dotação orçamentaria.
– Conta: 00200, 00680, 01990, 0200, 03110, 03450, 03600, 03700, 03710, 03830, 04050, 04310, 04830, 04840, 04850, 04860, 04840, 04850, 04990, 05570, 05780, 06740, 06750, 06760, 06770, 06780, 07270, 07280, 07290, 08050, 08420.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do prazo.
Ficá prorrogado o período de **vigência e execução por mais 3 (três) meses,** contados a partir do vencimento da Ata de Registro de Preços**.**

CLÁUSULA QUARTA: Das demais cláusulas contratuais.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais, tendo o presente aditivo a assinatura das partes e de testemunhas.
Paço Municipal José Galdino Pereira, em 17 de agosto de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA***
Prefeito Municipal	Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:	**Patrick de Castro Silva**
Lincon Calixto Silva	Dir. Dep. Almoxarifado e Patrimônio
Sec. de Adm. e Planejamento	

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:5859269D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIAS

REQUISIÇÃO DE DIÁRIAS Nº 669/2026
LEI MUNICIPAL Nº 528/2017
REQUERENTE: LEANDRO DE SOUZA

UNIDADE: LEGISLATIVO MUNICIPAL
ORGÃO: CÂMARA MUNICIPAL

Nº DE DIÁRIAS	DESTINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO/DIA	VALOR TOTAL
3,0	VIAGEM PARA: DIONISIO CERQUEIRA-SC	**09 UFM**	**27 UFM**
	"CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA NA GESTÃO MUNICIPAL: JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO, CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS E ATUAÇÃO DE VEREADORES, SERVIDORES E ASSESSORES" **OBS: VALOR DA UFM NA DATA R$ 73,29 (DECRETO de 19/01/2026 DO EXECUTIVO).**	**659,61**	**1.978,83**
	PERIODO: DE 18/08 A 21/08/2026		
	TOTAL		**1.978,83**

Bela Vista da Caroba – Pr., 17 de agosto de 2026.

Assinatura do requerente

AUTORIZAÇÃO
Nos termos do Artigo 2º, da Lei nº 528/2017, AUTORIZO a presente solicitação de viagem.
Bela Vista da Caroba-PR, 17 de agosto 2026.

_____
Presidente da Câmara Municipal

COMUNICAÇÃO INTERNA

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	N°	469
LEI MUNICIPAL 528/2017	REQUISIÇÃO Nº	669/2026

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ A EFETURAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
FUNCIONARIO	LEANDRO DE SOUZA		MATR.	45-1
CARGO/FUNÇÃO	VEREADOR	LOTAÇÃO	CÂMARA MUNICIPAL	

VINCULO				
EFETIVO			COMISSIONADO	
AGENTE POLITICO	X		MEMBRO DE CONSELHOS	
OUTROS COLABORADORES			DIARIAS EXTERIOR	

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
INICIO	FIM				
18/08	21/08	DIONISIO CERQUEIRA	SC	CURSO	3,00

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	
		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X
NOME(S) PACIENTE(S)			

OBSERVAÇÕES	
O FUNCIONÁRIO DEVERÁ COMPROVAR SUA PARTICIPAÇÃO NO(S) EVENTO(S) DESCRITOS MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO, DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO OU OUTROS DOCUMENTOS QUE COMPROVEM SUA EFETIVA PARTICIPAÇÃO	

Forma de Deslocamento:
( ) Ônibus
( ) Avião
(X) Carro Oficial
( ) Outro Especificar: _____
Previsão de Quilometragem para Combustível: _____
Valor para Combustível: _____

Publicação/Órgão: _____
Edição:_____
Data:_____/_____/_____

_____
Assinatura

Bela Vista da Caroba – Pr, em 17 de agosto de 2026.

Presidente

Setor de Contabilidade
Recursos Humanos

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:613B97F6

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIAS

REQUISIÇÃO DE DIÁRIAS Nº 667/2026
LEI MUNICIPAL Nº 528/2017
REQUERENTE: CAMILA MARIA POZZAMAI

UNIDADE: LEGISLATIVO MUNICIPAL
ORGÃO: CÂMARA MUNICIPAL

Nº DE DIÁRIAS	DESTINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO/DIA	VALOR TOTAL
3,0	VIAGEM PARA: DIONISIO CERQUEIRA-SC	**09 UFM**	**27 UFM**
	"CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA NA GESTÃO MUNICIPAL: JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO, CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS E ATUAÇÃO DE VEREADORES, SERVIDORES E ASSESSORES" **OBS: VALOR DA UFM NA DATA R$ 73,29 (DECRETO de 19/01/2026 DO EXECUTIVO).**	**659,61**	**1.978,83**
	PERIODO: DE 18/08 A 21/08/2026		
	TOTAL		**1.978,83**

Bela Vista da Caroba – Pr., 17 de agosto de 2026.

Assinatura do requerente

AUTORIZAÇÃO

Nos termos do Artigo 2º, da Lei nº 528/2017, AUTORIZO a presente solicitação de viagem.
Bela Vista da Caroba-PR, 17 de agosto 2026.

_____
Presidente da Câmara Municipal

COMUNICAÇÃO INTERNA

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	Nº	467
LEI MUNICIPAL 528/2017	REQUISIÇÃO Nº	667/2026

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ A EFETURAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
FUNCIONARIO	CAMILA MARIA POZZAMAI		MATR.	44-4
CARGO/FUNÇÃO	SERVIÇOS GERAIS	LOTAÇÃO	CÂMARA MUNICIPAL	

VINCULO				
EFETIVO			COMISSIONADO	
AGENTE POLITICO	X		MEMBRO DE CONSELHOS	
OUTROS COLABORADORES			DIARIAS EXTERIOR	

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
INICIO	FIM				
18/08	21/08	DIONISIO CERQUEIRA	SC	CURSO	3,00

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	
		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X
NOME(S) PACIENTE(S)			

OBSERVAÇÕES	
O FUNCIONÁRIO DEVERÁ COMPROVAR SUA PARTICIPAÇÃO NO(S) EVENTO(S) DESCRITOS MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO, DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO OU OUTROS DOCUMENTOS QUE COMPROVEM SUA EFETIVA PARTICIPAÇÃO	

Forma de Deslocamento:
( ) Ônibus
( ) Avião
(X) Carro Oficial
( ) Outro Especificar: _____
Previsão de Quilometragem para Combustível: _____
Valor para Combustível: _____

Publicação/Órgão: _____
Edição:_____
Data:_____/_____/_____

_____
Assinatura

Bela Vista da Caroba – Pr, em 17 de agosto de 2026.

Presidente

Setor de Contabilidade
Recursos Humanos

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:0A704324

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIAS

REQUISIÇÃO DE DIÁRIAS Nº 666/2026
LEI MUNICIPAL Nº 528/2017
REQUERENTE: JOSE VALDIR RODRIGUES

UNIDADE: LEGISLATIVO MUNICIPAL
ORGÃO: CÂMARA MUNICIPAL

Nº DE DIÁRIAS	DESTINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO/DIA	VALOR TOTAL
3,0	VIAGEM PARA: DIONISIO CERQUEIRA-SC	**09 UFM**	**27 UFM**
	"CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA NA GESTÃO MUNICIPAL: JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO, CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS E ATUAÇÃO DE VEREADORES, SERVIDORES E ASSESSORES" **OBS: VALOR DA UFM NA DATA R$ 73,29 (DECRETO de 19/01/2026 DO EXECUTIVO).**	**659,61**	**1.978,83**
	PERIODO: DE 18/08 A 21/08/2026		
	TOTAL		**1.978,83**

Bela Vista da Caroba – Pr., 17 de agosto de 2026.

Assinatura do requerente

AUTORIZAÇÃO
Nos termos do Artigo 2º, da Lei nº 528/2017, AUTORIZO a presente solicitação de viagem.
Bela Vista da Caroba-PR, 17 de agosto 2026.

_____
Presidente da Câmara Municipal

COMUNICAÇÃO INTERNA

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	N°	466
LEI MUNICIPAL 528/2017	REQUISIÇÃO Nº	666/2026

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ A EFETURAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
FUNCIONARIO	JOSE VALDIR RODRIGUES		MATR.	44-9
CARGO/FUNÇÃO	VEREADOR/PRESIDENTE	LOTAÇÃO	CÂMARA MUNICIPAL	

VINCULO				
EFETIVO			COMISSIONADO	
AGENTE POLITICO	X		MEMBRO DE CONSELHOS	
OUTROS COLABORADORES			DIARIAS EXTERIOR	

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
INICIO	FIM				
18/08	21/08	DIONISIO CERQUEIRA	SC	CURSO	3,00

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	
		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X
NOME(S) PACIENTE(S)			

OBSERVAÇÕES	
O FUNCIONÁRIO DEVERÁ COMPROVAR SUA PARTICIPAÇÃO NO(S) EVENTO(S) DESCRITOS MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO, DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO OU OUTROS DOCUMENTOS QUE COMPROVEM SUA EFETIVA PARTICIPAÇÃO	

Forma de Deslocamento:
( ) Ônibus
( ) Avião
(X) Carro Oficial
( ) Outro Especificar: _____
Previsão de Quilometragem para Combustível: _____
Valor para Combustível: _____

Publicação/Órgão: _____
Edição:_____
Data:_____/_____/_____

_____
Assinatura

Bela Vista da Caroba – Pr, em 17 de agosto de 2026.

Presidente

Setor de Contabilidade
Recursos Humanos

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:C30A644D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO P.E. 026/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

Tendo em vista o parecer do Pregoeiro e equipe de apoio, e do departamento jurídico, e estando cumpridas todas as exigências do Pregão "Eletrônico" n° 026/2026.

HOMOLOGO E ADJUDICO

O resultado da licitação referente à **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE ABRIGOS METÁLICOS PADRONIZADOS PARA PONTOS**

DE ÔNIBUS, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ELABORADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, conforme abaixo:

FORNECEDOR: METALURGICA BOAVISTENSE LTDA - CNPJ: 59.994.455/0001-12
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais).

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE ABRIGOS METÁLICOS PADRONIZADOS, CONFECCIONADOS CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO ELABORADO PELO MUNICÍPIO, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS GERAIS: DIMENSÕES APROXIMADAS DE 3,00 M X 1,65 M X 2,60 M; ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO CARBONO 100X100 MM E 60X60 MM; COBERTURA EM TELHA DE AÇO GALVANIZADO; FECHAMENTO LATERAL E POSTERIOR EM POLICARBONATO COMPACTO TRANSPARENTE; PINTURA ELETROSTÁTICA; TRATAMENTO ANTICORROSIVO; COMUNICAÇÃO VISUAL CONFORME IDENTIDADE INSTITUCIONAL, LOGOMARCA DO MUNICÍPIO; INSTALAÇÃO SOBRE FUNDAÇÕES PREVIAMENTE EXECUTADAS PELA PREFEITURA.	UNID	10	R$ 10.500,00	R$ 105.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais).

Boa Vista da Aparecida, em 18/08/2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Panisson Zucco
Código Identificador:83B12EEB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

SECRETARIA DE FINANÇAS
INSTRUÇÃO NORMATIVA 01/2026 - CONTROLADORIA INTERNA - DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL
CONTROLADORIA INTERNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2026

Dispõe sobre os procedimentos para fiscalização da execução dos contratos administrativos no âmbito da Administração Direta do Município de Bocaiúva do Sul e dá outras providências.

A CONTROLADORIA INTERNA E A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis;
CONSIDERANDO as atribuições estabelecidas nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, que disciplinam o Sistema de Controle Interno e atribuem aos órgãos de controle a responsabilidade de avaliar a legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência da gestão pública;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente os artigos 6º, 117 a 121, 140 e 141, que disciplinam a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.284/2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Bocaiúva do Sul;
CONSIDERANDO que compete aos gestores públicos implementar mecanismos de controle capazes de assegurar a adequada fiscalização da execução contratual e a correta aplicação dos recursos públicos;
CONSIDERANDO que compete aos fiscais e gestores dos contratos acompanhar, registrar e documentar a execução dos contratos administrativos durante toda sua vigência;
CONSIDERANDO os resultados do Relatório Final de Auditoria nº 14/2026, elaborado pela Unidade Central de Controle Interno, que identificou fragilidades na formalização da fiscalização contratual, ausência de padronização dos procedimentos administrativos, insuficiência de evidências documentais da fiscalização e necessidade de fortalecimento dos controles internos;
CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar os procedimentos administrativos relacionados à fiscalização da execução dos contratos administrativos celebrados pelo Município;
RESOLVE expedir a presente Instrução Normativa.

CAPÍTULO I
FINALIDADE
Art. 1º
Esta Instrução Normativa tem por finalidade estabelecer procedimentos mínimos para acompanhamento, fiscalização, registro documental e controle da execução dos contratos administrativos celebrados pela Administração Direta do Município de Bocaiúva do Sul, visando:
I – fortalecer o Sistema de Controle Interno;
II – padronizar os procedimentos de fiscalização contratual;
III – assegurar maior segurança jurídica aos atos administrativos;
IV – produzir evidências documentais da execução contratual;
V – garantir maior transparência e rastreabilidade dos atos praticados pelos fiscais e gestores de contratos;
VI – subsidiar adequadamente os processos administrativos de liquidação e pagamento.
Art. 2º

A fiscalização contratual deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, segregação de funções, transparência e interesse público.

CAPÍTULO II
ABRANGÊNCIA
Art. 3º
Esta Instrução Normativa aplica-se:
I – a todas as Secretarias Municipais;
II – aos Fundos Municipais;
III – aos gestores dos contratos;
IV – aos fiscais dos contratos;
V – aos servidores responsáveis pela liquidação da despesa;
VI – aos demais agentes públicos que participem da execução contratual.
Art. 4º
As disposições desta Instrução Normativa aplicam-se a todos os contratos administrativos firmados pelo Município, independentemente da modalidade de contratação, inclusive:
I – licitações;
II – dispensas;
III – inexigibilidades;
IV – credenciamentos;
V – atas de registro de preços;
VI – contratos de prestação de serviços contínuos.
CAPÍTULO III
CONCEITOS
Art. 5º
Para fins desta Instrução Normativa considera-se:
I – Gestor do Contrato: servidor designado para acompanhar a execução contratual sob o aspecto administrativo, promovendo a coordenação entre a Administração e a contratada;
II – Fiscal do Contrato: servidor formalmente designado para acompanhar e verificar a execução do objeto contratado, registrando as ocorrências verificadas durante a execução;
III – Fiscalização Contratual: conjunto de procedimentos destinados a verificar se a execução do contrato atende às condições pactuadas;
IV – Relatório de Fiscalização: documento elaborado pelo Fiscal do Contrato destinado a registrar as verificações realizadas durante determinado período da execução contratual;
V – Ateste: manifestação formal do Gestor do Contrato acerca da regular execução do objeto contratado;
VI – Ocorrência Contratual: qualquer fato capaz de alterar a execução do contrato ou exigir providências da Administração.

CAPÍTULO IV
BASE LEGAL E REGULAMENTAR
Art. 6º
A presente Instrução Normativa integra o Sistema de Controle Interno do Município de Bocaiúva do Sul e fundamenta-se na seguinte legislação:
I – Constituição da República Federativa do Brasil;
II – Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;
III – Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
IV – Decreto Municipal nº 1.284/2023;
V – Lei Municipal nº 160/2007;
VI – demais normas aplicáveis às contratações públicas.

CAPÍTULO V
DAS RESPONSABILIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS
Art. 7º
Compete aos Secretários Municipais:
I – assegurar a observância desta Instrução Normativa;
II – designar formalmente os fiscais e gestores dos contratos;
III – proporcionar condições para o adequado desempenho das atividades de fiscalização;
IV – supervisionar a atuação dos fiscais e gestores dos contratos;
V – determinar a adoção imediata das providências necessárias quando identificadas irregularidades na execução contratual;
VI – garantir que os processos administrativos sejam devidamente instruídos antes de seu encaminhamento para liquidação;
VII – promover a guarda e arquivamento dos documentos relacionados à fiscalização contratual.

CAPÍTULO VI
DAS COMPETÊNCIAS DO FISCAL DO CONTRATO
Art. 8º
Compete ao Fiscal do Contrato:
I – acompanhar continuamente a execução do objeto contratado;
II – verificar se os serviços, obras ou fornecimentos estão sendo executados conforme o contrato;
III – conferir quantitativos, qualidade, prazos e demais condições contratuais;
IV – registrar todas as ocorrências relevantes verificadas durante a execução;
V – comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato quaisquer irregularidades identificadas;
VI – solicitar providências corretivas sempre que verificar descumprimento contratual;
VII – acompanhar a adoção das providências determinadas pela Administração;
VIII – elaborar Relatório de Fiscalização nos termos desta Instrução Normativa;
IX – manter sob sua guarda toda documentação produzida durante a fiscalização;
X – exercer suas atribuições com independência técnica, imparcialidade e observância da legislação vigente.
Art. 9º

O Fiscal do Contrato deverá atuar preventivamente, buscando evitar prejuízos à Administração, registrando tempestivamente qualquer fato que possa comprometer a execução contratual.
Art. 10
A atuação do Fiscal do Contrato não afasta nem reduz a responsabilidade do contratado pela perfeita execução do objeto.

CAPÍTULO VII
DAS COMPETÊNCIAS DO GESTOR DO CONTRATO
Art. 11
Compete ao Gestor do Contrato:
I – coordenar administrativamente a execução contratual;
II – acompanhar a atuação do Fiscal do Contrato;
III – analisar os Relatórios de Fiscalização apresentados;
IV – decidir acerca das providências administrativas decorrentes das ocorrências registradas;
V – solicitar esclarecimentos ou documentos complementares quando necessário;
VI – promover a comunicação entre a Administração e a contratada;
VII – autorizar o recebimento do objeto quando constatada sua regular execução;
VIII – realizar o ateste da Nota Fiscal e Relatório de Fiscalização, após análise da documentação pertinente.
Art. 12
O Gestor do Contrato deverá acompanhar permanentemente o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, zelando pelo interesse público e pela adequada execução do contrato.

CAPÍTULO VIII
DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO
Art. 13
A fiscalização da execução contratual deverá ocorrer durante toda a vigência do contrato, observando, sempre que aplicável, as seguintes etapas:
I – acompanhamento da execução do objeto;
II – verificação do cumprimento das obrigações contratuais;
III – registro das ocorrências verificadas;
IV – emissão do Relatório de Fiscalização;
V – manifestação do Gestor do Contrato;
VI – encaminhamento da documentação para liquidação da despesa;
VII – pagamento.
Art. 14
Sempre que constatada qualquer irregularidade na execução contratual, o Fiscal deverá registrá-la formalmente no Relatório de Fiscalização e comunicar imediatamente o Gestor do Contrato.
Art. 15
As ocorrências deverão conter, sempre que possível:
I – descrição detalhada do fato;
II – data da ocorrência;
III – identificação do responsável;
IV – providências adotadas;
V – prazo concedido para regularização, quando aplicável.
Art. 16
Os registros de fiscalização deverão refletir fielmente a execução contratual, sendo vedada a emissão de documentos genéricos ou sem a efetiva realização da fiscalização.

CAPÍTULO IX
DO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO
Art. 17
Toda fiscalização deverá ser formalizada mediante Relatório de Fiscalização, elaborado pelo Fiscal do Contrato.
Art. 18
O Relatório de Fiscalização deverá conter, no mínimo:
I – identificação do contrato;
II – identificação da contratada;
III – identificação do Fiscal do Contrato;
IV – período fiscalizado;
V – descrição das verificações realizadas;
VI – registro das ocorrências;
VII – conclusão quanto ao cumprimento das obrigações contratuais;
VIII – recomendação de recebimento ou não do objeto;
IX – assinatura do Fiscal do Contrato e ateste do Gestor do Contrato.
Art. 19
O modelo constante nos Anexos II, III e IV desta Instrução Normativa deverá ser utilizado por todas as Secretarias Municipais, admitindo-se apenas adaptações que não alterem sua estrutura essencial nem suprimam informações obrigatórias.
Art. 20
O Relatório de Fiscalização deverá integrar o processo administrativo correspondente, permanecendo arquivado juntamente com os demais documentos da contratação.
CAPÍTULO X
DA INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
Art. 21
Os documentos produzidos durante a fiscalização da execução contratual constituem elementos integrantes do processo administrativo do contrato e deverão permanecer arquivados na Secretaria responsável pela contratação, bem como encaminhados a Secretaria Municipal de Finanças junto a Nota Fiscal para liquidação e pagamento.
Art. 22

Os processos administrativos relativos à execução contratual deverão conter, sempre que aplicável:
I – instrumento contratual e respectivos aditivos;
II – portaria de designação do Gestor e do Fiscal do Contrato;
III – ordens de serviço, quando houver;
IV – comunicações expedidas entre a Administração e a contratada;
V – Relatórios de Fiscalização emitidos durante a execução;
VI – registros das ocorrências verificadas;
VII – notificações, advertências e demais documentos decorrentes da fiscalização;
VIII – demais documentos relacionados à execução contratual.
Art. 23
Os Relatórios de Fiscalização deverão permanecer arquivados durante toda a vigência contratual e pelo prazo legal de guarda da documentação pública, observando-se a legislação arquivística vigente.
Art. 24
Sempre que houver irregularidade capaz de comprometer a execução do objeto contratado, o Fiscal do Contrato deverá registrar formalmente os fatos e encaminhá-los ao Gestor do Contrato para adoção das providências administrativas cabíveis.
Parágrafo único. Quando a irregularidade puder ocasionar prejuízo ao erário, comprometer a continuidade do serviço público ou caracterizar descumprimento contratual relevante, o Fiscal deverá comunicar imediatamente ao Secretário Municipal competente para deliberação quanto às medidas administrativas e contratuais pertinentes.

CAPÍTULO XI
DAS RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Art. 25
Compete à Secretaria Municipal de Administração:
I – orientar as Secretarias Municipais quanto à aplicação desta Instrução Normativa;
II – manter atualizados os modelos de documentos relativos à gestão e fiscalização contratual;
III – promover capacitações destinadas aos gestores e fiscais de contratos;
IV – prestar apoio administrativo às unidades responsáveis pela fiscalização contratual;
V – manter cadastro atualizado dos fiscais e gestores formalmente designados.

CAPÍTULO XII
DAS RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Art. 26
Compete à Secretaria Municipal de Finanças, no âmbito de suas atribuições:
I – receber os processos administrativos encaminhados pelas Secretarias Municipais para fins de liquidação e pagamento;
II – observar a documentação encaminhada pelas unidades gestoras, inclusive os Relatórios de Fiscalização, sem prejuízo da responsabilidade destas quanto à correta instrução processual;
III – comunicar à unidade responsável eventual ausência de documentos indispensáveis ao processamento da despesa, quando constatada durante a tramitação administrativa;
IV – colaborar com a Administração na implementação dos controles internos relacionados à execução da presente Instrução Normativa.

CAPÍTULO XIII
DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
Art. 27
Compete à Unidade Central de Controle Interno:
I – orientar os órgãos e entidades da Administração Municipal quanto ao cumprimento desta Instrução Normativa;
II – promover ações de orientação técnica relacionadas à gestão e fiscalização contratual;
III – acompanhar, por meio de auditorias, inspeções e demais procedimentos de controle, a observância das disposições desta norma;
IV – recomendar medidas destinadas ao aperfeiçoamento dos controles internos;
V – propor a atualização desta Instrução Normativa sempre que identificada necessidade de aperfeiçoamento dos procedimentos.
Art. 28
O acompanhamento realizado pela Unidade Central de Controle Interno possui natureza preventiva, orientativa e avaliativa, não substituindo as competências legais atribuídas aos gestores, fiscais de contratos e demais autoridades administrativas.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 29
Os casos omissos que envolvam matéria de controle interno poderão ser submetidos à Unidade Central de Controle Interno, sem prejuízo da competência da Procuradoria Jurídica e das autoridades administrativas responsáveis pela gestão contratual.
Art. 30
Os modelos de documentos constantes dos anexos desta Instrução Normativa poderão ser atualizados por ato da Controladoria Interna, desde que não impliquem alteração das obrigações estabelecidas nesta norma.
Art. 31
As Secretarias Municipais deverão adequar seus procedimentos internos às disposições desta Instrução Normativa, promovendo a utilização obrigatória dos formulários e rotinas nela estabelecidos.
Art. 32
O descumprimento das disposições desta Instrução Normativa poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, sem prejuízo das competências dos órgãos de controle interno e externo.
Art. 33
Esta Instrução Normativa não afasta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 1.284/2023 e das demais normas que disciplinam a gestão e fiscalização dos contratos administrativos, devendo ser interpretada de forma complementar à legislação vigente.
Art. 34
Integram esta Instrução Normativa:
Anexo I – Fluxo de Fiscalização;
Anexo II - Modelo de Relatório de Fiscalização de Contratos - Serviços;

Anexo III - Modelo de Relatório de Fiscalização de Contratos - Credenciados;
Anexo IV - Modelo de Relatório de Fiscalização de Contratos – Materiais Permanente e Consumo;
Art. 35
Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.
Bocaiúva do Sul, 18 de agosto 2026.

CAIO MORILO SANTOS DE OLIVEIRA
Controlador Interno Municipal

EMANUELLE FURLAN DOS REIS POLLI
Secretária Municipal de Finanças

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

ANEXO I – Fluxo Proposto para Fiscalização dos Contratos de Credenciamento

1. Ordem de Serviço (empenho)
▼
2. Execução do Serviço
▼
3. Fiscalização pelo Fiscal do Contrato
▼
4. Relatório de Fiscalização
▼
5. Ateste do Gestor do Contrato na NF e Relatório do Fiscal
▼
6. Liquidação da Despesa
▼
7. Pagamento

ANEXO II - RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS - SERVIÇOS				
1 - DADOS DO CONTRATO E DO CONTRATADO				
Nº CONTRATO:	VIGÊNCIA DO CONTRATO:			
EMPRESA/PRESTADOR DE SERVIÇO:				
CNPJ/CPF:				
OBJETO DO CONTRATO: Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:				
2 - DADOS DO FISCAL DESIGNADO E RESPONSÁVEL PELO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO				
NOME:				
Nº DE PORTARIA DE FISCAL DE CONTRATO:				
MATRICULA FUNCIONAL: SECRETARIA: GESTOR RESPONSÁVEL:				
3 – VALOR DO CONTRATO				
VALOR GLOBAL: VALOR DA NOTA FISCAL: Nº DA NOTA FISCAL:				
4 – DOCUMENTOS ANALISADOS				
☐ Nota Fiscal ☐ Ordem de Serviço ☐ Folha de ponto ☐ Relatório de atividades ☐ Diário de obra ☐ Outros.				
5 - DADOS DA FISCALIZAÇÃO				
PERIODO DA FISCALIZAÇÃO: / / A / /				
RELAÇÃO DE VERIFICAÇÃO				
OCORRÊNCIAS		SIM	NÃO	N/A
1 - Executou integralmente o objeto contratado				
2 - Cumpriu os prazos				
3 - Quantidade conferida				
4 - Qualidade satisfatória				
5 - Atendeu às especificações técnicas				
6 - Utilizou profissionais habilitados				
7 - Houve reclamações				
8 - Houve aplicação de advertência				
9 - Houve glosa				
10 - Houve necessidade de correção				
11 - Serviço aceito				
12 - Serviço recusado				
13 - Documentação regular				
Observações sobre as ocorrências (Relatar os detalhes):				
6 - SUSPENSÃO DO CONTRATO				
SIM ( )	NÃO ( )			
MOTIVAÇÃO:				
7 - NECESSIDADE DE RESCISÃO				

SIM ( )	AMIGÁVEL ( )	UNILATERAL ( )	JUDICIAL ( )
NÃO ( )			
MOTIVAÇÃO:			
8 - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE			
Declaro que foi realizado o acompanhamento e a verificação do cumprimento do objeto do contrato e que estou ciente das implicações previstas nas legislações vigentes.			
_____ ASSINATURA DO FISCAL DE CONTRATO			

_____
ASSINATURA DO GESTOR DE CONTRATO

Bocaiúva do Sul, _____ / _____ / _____

ANEXO III - RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS - CREDENCIADOS						
1 - DADOS DO CONTRATO E DO CONTRATADO						
Nº CONTRATO:	VIGÊNCIA DO CONTRATO:					
EMPRESA/PRESTADOR DE SERVIÇO:						
CNPJ/CPF:						
OBJETO DO CONTRATO: Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:						
2 - DADOS DO FISCAL DESIGNADO E RESPONSÁVEL PELO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO						
NOME:						
Nº DE PORTARIA DE FISCAL DE CONTRATO:						
MATRICULA FUNCIONAL: SECRETARIA: GESTOR RESPONSÁVEL:						
3 – VALOR DO CONTRATO						
VALOR GLOBAL: VALOR DA NOTA FISCAL: Nº DA NOTA FISCAL:						
4 – DOCUMENTOS ANALISADOS						
☐ Nota Fiscal ☐ Ordem de Serviço ☐ Folha de ponto ☐ Relatório de atividades ☐ Diário de obra ☐ Outros.						
5 - DADOS DA FISCALIZAÇÃO						
PERIODO DA FISCALIZAÇÃO: / / A / /						
RELAÇÃO DE VERIFICAÇÃO						
OCORRÊNCIAS				SIM	NÃO	N/A
1 - Executou integralmente o objeto contratado						
2 - Cumpriu os prazos						
3 - Quantidade conferida						
4 - Qualidade satisfatória						
5 - Atendeu às especificações técnicas						
6 - Utilizou profissionais habilitados						
7 - Houve reclamações						
8 - Houve aplicação de advertência						
9 - Houve glosa						
10 - Houve necessidade de correção						
11 - Documentação regular						
Observações sobre as ocorrências (Relatar os detalhes):						
6 - SUSPENSÃO DO CONTRATO						
SIM ( )	NÃO ( )					
MOTIVAÇÃO:						
7 - NECESSIDADE DE RESCISÃO						
SIM ( )	AMIGÁVEL ( )	UNILATERAL ( )	JUDICIAL ( )			
NÃO ( )						
MOTIVAÇÃO:						
8 - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE						
Declaro que foi realizado o acompanhamento e a verificação do cumprimento do objeto do contrato e que estou ciente das implicações previstas nas legislações vigentes.						

_____
ASSINATURA DO FISCAL DE CONTRATO

_____
ASSINATURA DO GESTOR DO CONTRATO

Atesto que estou ciente das informações declaradas neste relatório:

_____
ASSINATURA DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Bocaiúva do Sul, _____ / _____ / _____

ANEXO IV - RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS - MATERIAIS				
1 - DADOS DO CONTRATO E DO CONTRATADO				
Nº CONTRATO:	VIGÊNCIA DO CONTRATO:			
EMPRESA/PRESTADOR DE SERVIÇO:				
CNPJ/CPF:				
OBJETO DO CONTRATO: Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:				
2 - DADOS DO FISCAL DESIGNADO E RESPONSÁVEL PELO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO				
NOME:				
Nº DE PORTARIA DE FISCAL DE CONTRATO:				
MATRICULA FUNCIONAL: SECRETARIA: GESTOR RESPONSÁVEL:				
3 – VALOR DOS MATERIAIS				
VALOR DA NOTA FISCAL: Nº DA NOTA FISCAL:				
4 – DOCUMENTOS ANALISADOS				
☐ Nota Fiscal ☐ Empenho ☐ Contrato/Ata ☐ Outros.				
5 - DADOS DA FISCALIZAÇÃO				
PERIODO DA FISCALIZAÇÃO: / / A / /				
RELAÇÃO DE VERIFICAÇÃO				
OCORRÊNCIAS		SIM	NÃO	N/A
1 - Quantidade entregue corresponde à contratada				
2 - Material corresponde às especificações contratadas				
3 - Qualidade e integridade do material estão satisfatórias				
4 - Material foi entregue dentro do prazo				
5 - Marca/modelo correspondem ao contratado, quando aplicável				
6 - Não foram constatadas avarias, defeitos ou irregularidades				
7 - Material permanente: funcionamento, acessórios e nº de série conferidos, quando aplicável				
Observações sobre as ocorrências (Relatar os detalhes):				
6 - RESULTADO DO RECEBIMENTO				
RELAÇÃO DE VERIFICAÇÃO				
OCORRÊNCIAS		SIM	NÃO	N/A
1 - RECEBIDO INTEGRALMENTE				
2 - RECEBIDO PARCIALMENTE				
3 - NÃO RECEBIDO/RECUSADO				
Observações sobre as ocorrências (Relatar os detalhes):				
7 - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE				
Declaro que realizei a conferência dos materiais acima relacionados, verificando, conforme aplicável, sua quantidade, qualidade, integridade e conformidade com as condições estabelecidas na contratação, registrando neste relatório eventuais ocorrências constatadas.				
_____ ASSINATURA DO FISCAL DE CONTRATO				

_____
ASSINATURA DO GESTOR DE CONTRATO

Bocaiúva do Sul, _____ / _____ / _____

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:EFAA21C8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DL25/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: DL25/2026
b) Modalidade: Dispensa
c) Data de homologação: 18/08/2026
d) Objeto da licitação: Contratação junto a concessionária de plano de revisão preventiva para máquina rodoviária Retroescavadeira, marca JCB, modelo 3CX, ano 2025, abrangendo inspeção, análise e realização dos serviços necessários
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

7150 - ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA. (05.063.653/0009-90)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	33761 - Revisão de 1000 Horas Retroesca vadeira 3CX 3 Kit Clean 1 Filtro de Combustível 1 Filtro Sedimentador 30 microns 1 Filtro de Ar Externo 1 Filtro de Ar interno oval 1 Filtro de Transmissão 117mm . comprimento 1 Filtro Hidraulico 1 Filtro Ar condicionado Externo 1 Filtro Ar condicionado Interno 1 Óleo de Motor 15w40 CI4 20L 2 Óleo Diferencial e eixo 10w30 . 20L 1 Óleo Transmissão 10w 20L 1 Junta Tampa Tanque Hidraulico 1 Tampa Reservatório de Óleo 1 Filtro de Óleo Lubrificante	UN		1	10.578,90	10.578,90
Total (R$):						10.578,90

Bom Jesus do Sul-PR, 18/08/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:C570129F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.887, 18 DE AGOSTO DE 2026.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025.
DECRETA
Art. 1o Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos de superávit financeiro fonte de recursos livre: 5000 o valor de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), e por anulação de dotação o valor de R$ 545.000,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil reais), totalizando o montante de R$ 885.000,00 (oitocentos e oitenta e cinco mil reais) para suprir as dotações orçamentárias abaixo especificadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
02.00	**Governo Municipal**		
02.01	**Gabinete do Prefeito**		
04.122.0002.2.002	**Atívid. Op. Gabinete do Prefeito**		
3.3.90.30	Material de Consumo (4)	000	15.000,00
03.00	**Depto de Administração e Planej.**		
03.01	**Div. de Administração e Planej.**		
04.122.0003.2.006	**Atividades Op. do Depto de Adm**		
3.3.90.30	Material de Consumo (1435)	5000	100.000,00
04.00	**Depto de Finanças**		
04.01	**Divisão Finanças, Contabil e Tes.**		
04.123.0004.2.008	**Atívid. Op. de Nat. Financ. e Orça.**		
3.3.90.30	Material de Consumo	5000	40.000,00
05.00	**Depto de Obras e Serv. Rodov.**		
05.01	**Divisão de Serviços Rodoviários**		
26.782.0005.2.011	**Atívid Op. da Div de Serv. Rodov.**		
3.3.90.30	Material de Consumo	5000	200.000,00
07.00	**Depto de Saúde**		
07.01	**Fundo Municipal de Saúde**		
10.301.0007.2.015	**Atividades Operacionais do Fundo Municipal de Saúde**		
3.1.90.13	Obrigações Patronais (142)	303	270.000,00
08.00	**Depto de Assistência Social**		
08.02	**Fundo Munic. Dir Crian e Adoles**		
08.243.0009.2.028	**Atividad. Op do Conselho Tutelar**		
3.1.90.13	Contribuições Patronais (239)	000	17.000,00
09.00	**Depto de Educ, Cultura e Esportes**		
09.01	**Divisão de Ensino**		
12.361.0010.2.031	**Manutenção da Merenda Escolar**		
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita (395)	107	89.000,00
09.04	**Divisão de Esportes**		
27.812.0012.2.036	**Desenvolv de Atividad. Esportivas**		

3.1.90.11	Venc. e Vantag. Fixas – P. Civil (434)	000	82.000,00
3.1.90.13	Contribuições Patronais (435)	000	12.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo (437)	000	30.000,00
3.3.90.39	Outros Serv. Terc. – P. Jurídica (441)	000	30.000,00
TOTAL			**885.000,00**

Art. 2o Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, serão utilizados os recursos do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, e por anulação de dotação orçamentária, conforme o previsto no parágrafo primeiro nos incisos I e III do Art. 43 da Lei 4.320/64, e no Art. 4º incisos III e VII da Lei Municipal nº 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025 - LOA – Lei Orçamentária Anual a seguir especificado:
I – Superávit Financeiro de Recursos Vinculados/Restos a Receber do exercício de 2025 no valor de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais).

FONTE	NOMENCLATURA	TOTAL
5000	Fonte de recursos livres	340.000,00
TOTAL		**340.000,00**

I – Por anulação de dotações o valor de R$

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
02.00	**Governo Municipal**		
02.01	**Gabinete do Prefeito**		
04.122.0002.2.002	**Ativid. Op. Gabinete do Prefeito**		
3.3.90.14	Diárias – Pessoal Civil (3)	000	15.000,00
05.00	**Depto de Obras e Serv. Rodov.**		
05.01	**Divisão de Serviços Rodoviários**		
26.782.0005.2.011	**Ativid Op. da Div de Serv. Rodov.**		
3.1.90.11	Venc e Vantag Fixas – P. Civil (84)	000	50.000,00
3.1.90.13	Contribuições Patronais (85)	000	30.000,00
3.1.90.16	Outras Desp. Variáveis – (86)	000	40.000,00
06.00	**Depto de Obras e Serviços Urbanos**		
06.01	**Div de Obras e Serv. Urbanos**		
15.452.0006.2.012	**Ativid. Operacionais da Divisão de Obras e Serviços Urbanos**		
3.3.90.30	Material de Consumo (106)	000	100.000,00
15.452.0006.1.004	**Pavimentação Asfáltica e/ou com pedras irregulares construção de calçadas em ruas e avenida.**		
4.4.90.51	Obras e Instalações (100)	000	221.000,00
09.00	**Depto de Educ, Cultura e Esportes**		
09.01	**Divisão de Ensino**		
12.361.0010.2.029	**Ativid. Op. do Ensino Fundamental**		
3.3.90.30	Material de Consumo (359)	107	15.000,00
12.361.0010.2.030	**Manutenção do Transporte Escolar**		
3.3.90.30	Material de Consumo (379)	107	25.000,00
3.3.90.33	Passag. e Desp. com Locomoção (383)	107	19.000,00
3.3.90.39	Outros Serv. de Terc. P. Jurídica (390)	107	30.000,00
TOTAL			**545.000,00**

Art. 3º Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1.752/2025 de 25 de setembro de 2025 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e 1.749/2025 de 15 de setembro de 2025 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2026/2029.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:E1602D6A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

RESULTADO DO JULGAMENTO
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 119/2026
Dispensa nº 25/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Agente de contratação e da Equipe de Apoio, designada pela **Portaria nº 047/2026**, **TORNA PÚBLICO** o resultado do julgamento das propostas do processo acima, que tem por objeto descrição: **Aquisição de cobertores destinados à concessão de benefício eventual para atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social acompanhados pela rede socioassistencial do Município, especialmente pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conforme as necessidades identificadas pela equipe técnica.**

FORNECEDOR: SCALABRIN BRAZIL CONFECOES LTDA
CNPJ: 27.248.693/0001-92

LOTE	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/ Espec.
01	Cobertor Casal: confeccionado em tecido de microfibra do tipo flannel fleece, composição 100% poliéster, gramatura mínima de 280 g/m² e máxima de 320 g/m², superfície felpuda com toque aveludado em ambas as faces, sem enchimento interno, não acolchoado e não caracterizado como edredom; medida mínima de 1,80 m x 2,20 m; acabamento perimetral em viés ou barra reforçada, com costura resistente em todo o contorno, sem falhas, desfiamentos ou rebarbas; predominância de tonalidades escuras ou mescladas, admitindo estampas discretas ou lisas; costuras firmes e uniformes, sem fios soltos, rasgos, manchas ou deformações; resistente a lavagens domésticas, sem perda significativa de cor, maciez ou formação excessiva de bolinhas (pilling); acondicionado individualmente em embalagem plástica transparente, contendo identificação do fabricante, composição, dimensões e instruções de conservação.	Unid.	300	54,00	16.200,00	Camesa

Califórnia, 14/08/2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:CFB5D305

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 106/2026
Nº Licitação: 12/2026
Modalidade: Concorrência Eletrônica

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA QUADRA ANTÔNIO VOLTARELLI NO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA.

EMPRESA: TECBULA CONSTRUCOES E REFORMAS SLU LTDA
CNPJ: 51.888.489/0001-10

ITEM	UNID.	QTD.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	SERV	1	Contratação de empresa especializada em construção civil para reforma e ampliação da quadra Antônio Voltarelli no município de Califórnia.	R$ 769.500,00	R$ 769.500,00
Total Geral:					**R$ 769.500,00**

Valor Total do Pregão: R$ 949.003,24 (novecentos e quarenta e nove mil e três reais e vinte quatro centavos).

Total Homologado do Processo: R$ 769.500,00 (setecentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Construção, Ampliação e Reformas de Quadras e Outras Áreas para a Prática de Esportes
11.002.27.812.0027.1010 – 4.4.90.51 Fonte 675 - Red. 582
11.002.27.812.0027.1010 – 4.4.90.51 Fonte 901 - Red. 582

VALOR TOTAL: R$ 949.003,24 (novecentos e quarenta e nove mil e três reais e vinte quatro centavos).

Califórnia, 18 de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:D918F1FA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1084/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 151/2026, emitido pela Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança, protocolado sob o nº. 28.354/2026;

R E T I F I C A

A Portaria nº. 1018/2026, datada de 21 de julho de 2026, publicada na Edição do Diário Oficial dos Municípios do Paraná nº. 3581, páginas nº. 473 a nº. 475, de 27/07/2026, como segue:

Onde se lê: C O N C E D E
FÉRIAS
AOS SERVIDORES ABAIXO INFORMADOS.

MATR.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO		
188051	MARCELO ADRIANO ASSIS DE SOUZA	2024	2025	27/07/2026	à	05/08/2026

Leia-se: C O N C E D E
FÉRIAS
AOS SERVIDORES ABAIXO INFORMADOS.

MATR.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO		
188051	MARCELO ADRIANO ASSIS DE SOUZA	2024	2025	03/08/2026	à	12/08/2026

Campina Grande do Sul, 10 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 10 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:56F7CC6C

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1091/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A
A concessão de diária, ao servidor **WILLIAN MURILO ANDREATA - Matrícula nº. 329430,** ocupante do cargo em comissão de Diretor de Engenharia e Projetos Complementares, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 50%
II	Valor da diária;	R$ 167,24 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 167,24 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"PAINEL DE REFERÊNCIA – RODADA COM MUNICÍPIOS DA RMC/NCU E ÓRGÃOS ESTADUAIS"**.
VI	Período da viagem;	Dia 11 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Próprio.

Campina Grande do Sul, 11 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:D2F80256

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1104/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

C O N C E D E

FÉRIAS

AOS SERVIDORES ABAIXO INFORMADOS.

MATR.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO		
204941	AGNES GORUN SITTA	2024	2025	06/07/2026	à	15/07/2026
329371	AHMAD ALI SATI	2025	2026	17/08/2026	à	31/08/2026
328034	ANA CAROLINA NOGUEIRA PINTO	2024	2025	26/08/2026	à	04/09/2026
329039	ANA VALÉRIA MACHADO DE PAULA	2025	2026	24/08/2026	à	31/08/2026
39051	CARLOS HUMBERTO ZANETTI	2025	2026	03/08/2026	à	12/08/2026
321231	CINTIA APARECIDA GARCIA DA SILVA	2023	2024	03/08/2026	à	01/09/2026
327718	CRISTIANO MARCEL SANTOS	2025	2026	24/08/2026	à	31/08/2026
98141	DENILZA MIANES SACERDOTE	2025	2026	03/08/2026	à	17/08/2026
269051	DENIZE CRISTINA KAMINSKI	2025	2026	13/08/2026	à	20/08/2026
328693	DENIZE CRISTINA KAMINSKI	2025	2026	13/08/2026	à	20/08/2026
328996	DENIZE MAUERVERCK DE JESUS	2025	2026	24/08/2026	à	22/09/2026
325803	ELIAS SANTANA CORDEIRO	2023	2024	17/08/2026	à	26/08/2026
326985	ÉLIDE MARIA ZOLANDEK	2024	2025	31/08/2026	à	14/09/2026
327407	ERENILDA BATISTA	2023	2024	01/09/2026	à	10/09/2026
158141	FERNANDO DE SOUZA PORATTI	2025	2026	26/08/2026	à	04/09/2026
328419	GABRIEL SALCEDO GOVONI	2023	2024	24/08/2026	à	02/09/2026
329243	JEREMIAS MARTINS DE FREITAS	2025	2026	08/09/2026	à	07/10/2026
1591	JOÃO ELOIR BELO	2025	2026	29/07/2026	à	07/08/2026
329043	JOSÉ SERGIO DOS SANTOS	2025	2026	20/08/2026	à	29/08/2026
326832	JUAREZ BORGES MACHADO	2024	2025	03/08/2026	à	12/08/2026
140441	LEILE BEDNARTCZUK PONTES	2024	2025	10/08/2026	à	08/09/2026
329348	LUCIELI CORDEIRO LOPES DE PAULA	2025	2026	31/08/2026	à	14/09/2026
325131	MARINA PIRES ANDRADE	2025	2026	02/08/2026	à	11/08/2026
154821	PRISCIELI BREIDA FERREIRA	2025	2026	03/08/2026	à	12/08/2026
48391	NILSON DE JESUS PIRES FALAVINHA	2024	2025	01/09/2026	à	10/09/2026
48391	NILSON DE JESUS PIRES FALAVINHA	2025	2026	11/09/2026	à	30/09/2026
229181	RODRIGO DE JESUS SIMIONI	2026	2027	14/08/2026	à	20/08/2026
267781	RODRIGO DE JESUS SIMIONI	2026	2027	14/08/2026	à	20/08/2026
226161	ROSANA RODRIGUES DE LIMA	2023	2024	25/06/2026	à	04/07/2026
272191	SUELI MARIA RODRIGUES	2025	2026	11/08/2026	à	22/08/2026
329095	TANIA MARIA SELLIS TAVARES DA ROSA	2025	2026	01/09/2026	à	30/09/2026
327063	TIAGO TREVISAN	2024	2025	12/08/2026	à	21/08/2026
328727	TIAGO TREVISAN	2024	2025	12/08/2026	à	21/08/2026
328993	VALDOMIRO LOPES DOS SANTOS	2025	2026	19/08/2026	à	28/08/2026

Campina Grande do Sul, 13 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 13 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:96A00FE3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCURSO PÚBLICO 001/2024 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº048/2026 (ATO DE PROVIMENTO – NOMEAÇÃO)

O Município de Campo do Tenente – PR, por intermédio de seu Prefeito, Weverton Willian Vizentin, no uso de suas atribuições e CONSIDERANDO a homologação final do resultado do concurso público do Edital nº 01/2024, para provimento de cargos do seu quadro de pessoal permanente, **TORNA PÚBLICO** o presente edital, nos seguintes termos:

1 – **DA CONVOCAÇÃO**

Convoca-se os seguintes servidores:

Cargo: Motorista

Classif	Lista	Nome
20°	AC	Iderson Gledison Nania

Cargo: Vigia

Classif	Lista	Nome
6°	AC	Diogo Henrique Fagundes Almeida

1.1 O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, devendo preencher formulário próprio a ser requisitado no Departamento de Recursos humanos e protocolar impreterivelmente até o dia anterior ao exame admissional. Após o exame, não serão aceitos pedidos de final de lista.
1.2 Caso o candidato não tenha interesse na vaga, deverá assinar o termo de desistência da vaga, que será fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos.

2 – DOS DOCUMENTOS E DAS DECLARAÇÕES:
2.1 O convocado deverá apresentar e protocolar ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Campo do Tenente – PR, no prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, contados da data da publicação deste Edital de convocação, os documentos abaixo elencados:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Certificado de reservista ou de dispensa do serviço militar, para o sexo masculino (dispensável caso o candidato tenha 46 anos ou mais).
c) Cópia do documento de Identificação;
d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
e) Cópia do Título de Eleitor;
e) Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade, com histórico escolar, exigido pelo requisito do cargo;
f) Cópia do Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade, quando for requisito do cargo;
g) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
h) Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos, se houver;
i) Cópia do comprovante de residência;
j) Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
l) Número do PIS/PASEP;
m) Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde haja residido nos últimos cinco anos;
n) Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou Tribunal Superior Eleitoral;
o) Atestado médico que comprove a deficiência alegada (somente para candidatos optantes pelas vagas PCD).
p) Apresentar ao Departamento de Pessoal as declarações a seguir, devidamente assinadas e reconhecidas em cartório, conforme modelos dos Anexos 1, 2 e 3 (Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992; Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a cargo público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um, sob pena de desclassificação; Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua posse;
q) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
r) Carteira de Trabalho e PIS/PASEP
s) Comprovante de residência atual
t) Certidão de Casamento e CPF do cônjuge, se houver.
u) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores, se houver.
v) Dados de conta corrente na Instituição Financeira indicada pelo município.
x) Consulta à Qualificação Cadastral do e-Social.
2.3 O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de Convocação, sem justo motivo, será considerado como desistente, independentemente da assinatura do termo de desistência.
2.4 Protocolada toda a documentação, o candidato será submetido a inspeção médica, para atestar aptidão ao exercício do cargo.

3. DO EXAME MÉDICO
3.1 – Apresentados os documentos elencados no item 2, será designado o exame admissional perante a junta médica do Município de Campo do Tenente.
3.2 – De acordo com o cargo, cada candidato deverá apresentar os exames exigidos conforme o **ANEXO 4 no ato do exame admissional.**
3.3 – O exame clínico e o de acuidade visual serão realizados pelo Município, os demais deverão ser providenciados pelo convocado.
3.4 – O candidato convocado somente será nomeado se for julgado **APTO** física e mentalmente para o exercício do cargo. Caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será nomeado, perdendo automaticamente a vaga, sendo convocado o próximo habilitado da lista, obedecida a ordem de classificação.
3.5 Os candidatos com deficiência serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.
3.6 Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à nomeação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato de mesma condição, conforme a ordem de classificação.

4. DA POSSE E DO EXERCÍCIO
4.1 A posse será precedida da apresentação dos documentos (item 2) e de inspeção médica oficial do Município ou por órgão devidamente indicado pela Administração Pública Municipal (item 3).
4.2 Estando correta a documentação solicitada no item 2, bem como sendo considerado apto pela inspeção médica, será emitida a portaria de nomeação e o candidato assinará o termo de posse.
4.3 A contar da assinatura do termo de posse o servidor terá 30 dias para entrar em exercício.

Campo do Tenente, PR, 18 de Agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

ANEXO 1
DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Nome:	
CPF:	
Endereço:	

Relação de bens, direitos e valores	
Especificação	Valor (R$)
Total:	R$

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, autorizando a Administração a proceder, por meio eletrônico, a guarda das informações constantes neste formulário, bem como das informações anuais posteriores que atualizarão a presente, resguardado o sigilo destas.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____
Assinatura do declarante

ANEXO 2
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS, EMPREGOS E/OU FUNÇÕES

Nome:	
CPF:	

Eu, acima nominado, declaro, nos termos do art. 37, inciso XVI, XVII e §10 da Constituição Federal, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações desta são expressão da verdade, pelas quais me responsabilizo.
Não ocupar outro cargo, emprego e/ou função pública, bem como não receber proventos das esferas Federal, Estadual ou Municipal, no âmbito da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional.
Ser detentor do cargo/emprego de _____ , na esfera Federal Estadual, Municipal, com carga horária de _____ horas semanais e remuneração de R$ _____.
Receber proventos de aposentadoria, por ter se inativado(a) no cargo, emprego e/ou função pública de _____, na esfera Federal Estadual, Municipal, com carga horária de _____ horas e proventos de R$ _____.
Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente declaração.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____
Assinatura do declarante

ANEXO 3
DECLARAÇÃO DE NÃO DEMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Nome:	
CPF:	

Eu, acima nominado, declaro:
Não ter exercido cargo efetivo ou em comissão, ou emprego de natureza temporária (PSS), nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital, nos últimos 5 anos.
Ter exercido cargo efetivo ou em comissão nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital e, em decorrência disto, não ter sofrido no exercício de demissão, através de processo administrativo disciplinar, nos últimos 5 anos.
Ter exercido cargo temporário federal, estadual, municipal ou distrital e, em decorrência disto, não ter sofrido no exercício de demissão, através de processo administrativo disciplinar, nos últimos 5 anos.

Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente declaração.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____
Assinatura do declarante

ANEXO 4

Funções	**Exames** **ADMISSIONAL**
•ADVOGADO •ARQUITETO •ASSISTENTE SOCIAL •AGENTE ADMINISTRATIVO •ANALISTA ADMINISTRATIVO •TÉCNICO DE CONTABILIDADE •AUXILIAR DE FARMÁCIA •CONTADOR •ENGENHEIRO •FISCAL GERAL •MONITOR DE ALUNO •ORIENTADOR EDUCACIONAL •TÉCNICO ADMINISTRATIVO •TÉCNICO AGRIMENSURA •TÉCNICO AMBIENTAL •TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO •TÉCNICO DE INFORMÁTICA, •TÉCNICO DE RECURSOS HUMANOS •TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO •TESOUREIRO •VIGIAS	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296
•MÉDICO CLÍNICO GERAL •CIRURGIÃO DENTISTA •ENFERMEIRO	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo:• TGO:

•TÉCNICO ENFERMAGEM •TÉCNICO HIGIENE BUCAL •AUXILIAR DE ENFERMAGEM •AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	• TGP • Ureia • Creatinina: •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Anti-HCV:
•MOTORISTA	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • EEG: 0536• ECG: 0530 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999 Exame toxicológico – PODERÁ SER DISPENSADO SE VIGENTE O CONSTANTE NA CNH
•FISIOTERAPEUTA •FARMACÊUTICA •FONOALDIOLOGA •PROFESSOR •PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA •PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL •PSICOLOGO PROFESSOR CMI •VIGILANTE SANITARIO •EDUCADOR INFANTIL	Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693
•AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo: 0693 •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Anti-HCV: 9999
•TÉCNICO EM RADIOLOGIA	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo: 0693 • TGO: 9999 • TGP: 9999 • Ureia: 1242 • Creatinina: 0456 •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Contagem de plaquetas: 9999
•MECANICO GERAL •GARI •SEPULTADOR	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999
•NUTRICIONISTA	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • EPF: 0974 VDRL
•OPERADOR DE MAQUINAS	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Audiometria: 0281 • Hemograma completo: 0693 • EEG: 0536 • ECG: 0530 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:E6639551

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO DE SELEÇÃO DE PRODUTORES/AGRICULTORES Nº 01/2026 EDITAL Nº 06/2026 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

PROCESSO DE SELEÇÃO DE PRODUTORES/AGRICULTORES Nº 01/2026 EDITAL Nº 06/2026 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O COMITÊ DO PROGRAMA CAMPO FORTE: CANDÓI DESENVOLVIDO, em atenção do disposto no § 4º, Art. 16, da Lei Municipal nº 1.619 de 08 de junho de 2021, alterada pela Lei Municipal nº 1.619/2025, **TORNA PÚBLICO** o resultado final dos selecionados do programa CAMPO FORTE CANDÓI DESENVOLVIDO, para o ano de 2026, conforme a seguir:
LISTA FINAL DOS SELECIONADOS:

NOME	LOCALIDADE
ABRAÃO KREMER DE MORAES	RIO DA LAJE
ACEIR TEIXEIRA DE LIMA	PASSO GRANDE
ACIR JOSE AGUIRRE	SÃO PEDRO
ACIR MIS	RIO NOVO
ACIR PEREIRA	BARRA MANSA
ADAIR ANTONIO GADINI	CACHOEIRA
ADAIR JOSE ZANELLA	ILHA DO CAVERNOSO
ADÃO JOSÉ BARBOSA	ALTO CACHOEIRA
ADÃO PEDRO FERREIRA	FARTURA
ADEILDO ROCHA DA SILVA	ILHA DO CAVERNOSO
ADELINA POSSATO DA SILVA	MATAS DO CAVERNOSO
ADEMAR DE SOUZA	ALTO CACHOEIRA
ADEMAR MADRUGA	BARRA MANSA
ADEMIR AGUIRRE	SÃO PEDRO
ADEMIR DA COSTA	PASSO GRANDE
ADEMIR GONÇALVES	MATAS DO CAVERNOSO
ADEMIR PEREIRA DA CRUZ	ILHA DO CAVERNOSO

ADEMIR ROBERTO DE OLIVEIRA	ILHA DO CAVERNOSO
ADEMIR ZELINSKI	SANTA LUZIA
ADENILSON RIBEIRO SLOCIAK	PASSO GRANDE
ADILSON ANTONIO LEAL POLI	ASS. SANTA CLARA
ADILSON DOLISNE DA SILVA	FARTURA
ADILSON JOSE DOS SANTOS	PASSO GRANDE
ADIR MACHADO DOS SANTOS	RIO BONITO
ADIR SEBASTIÃO DA SILVA	XAXIM
ADRIANA MIS	GUAJU
ADRIANE APARECIDA PIEGUES	CACHOEIRA
ADRIANO TEIXEIRA DA ROSA	VILA NOVA
AGOSTINHO DA LUZ PADILHA	CAVERNOSO III
AGRINAUDA PACZKOWSKI	SAMAMBAIAL
AIRTON DA SILVA	XAXIM
ALAERCIO POLESE DE LIMA	RIO BONITO
ALAIR ANTONIO ZANELLA	ILHA DO CAVERNOSO
ALAOR DA LUZ PADILHA	PASSO GRANDE
ALBANO SOUZA TAZUEL	FAXINAL SANTO ANTONIO
ALBARI DE LIMA PEDROSO	PASSO GRANDE
ALBARI KRAUS DE LIMA	SAMAMBAIAL I
ALBINO WATCHEL	UNIÃO SÃO PEDRO
ALCEMAR NUNES DO AMARAL	MATAS DO CAVERNOSO
ALCEU BUENO VIEIRA	BARREIRO
ALCEU SOUZA DE JESUS	BEBINHA
ALCINDA ROSA DE LARA MACHADO OLIVEIRA	MATAS DO CAVERNOSO
ALCINDO IVANHINCHEN	COLONIA DOS ALEMÃES
ALCINDO VERISSIMO	SÃO PEDRO
ALCIONE GRUCHEVSKI	CACHOEIRA
ALCIR DAMAZIO	AGUA BRANCA
ALDEMAR NUMES DO AMARAL	SÃO PEDRO
ALDINAR NUNES DO AMARAL	MATAS DO CAVERNOSO
ALDO KRAUS HLUSKO	SAMAMBAIAL I
ALESSANDRA DE FATIMA FERREIRA	ASS. SANTA CLARA
ALESSANDRO MOREIRA DO NASCIMENTO	MATAS DO CAVERNOSO
ALESSANDRO OCHOCKI SLOCIAK	SANTA MARTA
ALEX DESCHK TUROK	RIO NOVO
ALEX SANDRO DAS CHAGAS	VILA ESPERANÇA
ALEX WALTER EHMS SAUKA	VILA NOVA
ALFREDO ERMELINO CARNEIRO	BEBINHA
ALICE DA SILVA	SÃO PEDRO
ALISON JONAS DE DEUS	DESPRAIADO
ALVARO MUZZOLON	PASSO GRANDE
ALVINO DA SILVA	XAXIM
AMANDA FERNANDES BARBOSA	FARTURA
AMANDA RAFAELA AGUIRRE	SÃO PEDRO
AMANDA SLOCIAK DE OLIVEIRA	SANTA MARTA
AMARILIO RAMOS WELTER	MATAS DO CAVERNOSO
AMBROSIO IVATIUK	GUAJU
AMBROSIO PALUCH	SANTA LUZIA
AMBROZIO SENKIO	TIRIVAS
AMILTON PEDRO DA LUZ	MATAS DO CAVERNOSO
ANA BRIGIDA FARIAS DA SILVA LEAL	ASS. 8 DE OUTUBRO
ANA EVERLIN PILARSKI KOKUZICKI	UNIÃO SÃO PEDRO
ANA LUCIA DESCK	ASS. SANTA CLARA
ANA PAULA LEAL BAYER FOLMER	SEDE
ANA ROSA DE LIMA MACHADO	ASS. 8 DE OUTUBRO
ANA SKOROPAD DESCHK	RIO NOVO
ANA VICTORIA VACELECHEN WELTER	SÃO JOÃO
ANALICE DA TRINDADE BONONETTO	PASSO GRANDE
ANANIAS CARVALHO HUF	UNIÃO SÃO PEDRO
ANANIAS CARVALHO PALHANO	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
ANDERSON MISSIAS	MATAS DO CAVERNOSO
ANDERSON PALHUK MADRUGA	SÃO JUDAS TADEU
ANDERSON SCHUERTS	RIO NOVO
ANDRE TEIXEIRA DA ROSA	MATAS DO CAVERNOSO
ANDREIA DE LIMA BRASIL	LAGOA SECA
ANDREIA DE SOUZA	ALTO CACHOEIRA
ANDRESSA DAS NEVES OLIVEIRA	RIO DA LAJE
ANGELA BUENO OLIVEIRA	SANTA MARTA
ANGELA GONÇALVES DESCHK	VILA ESPERANÇA
ANGELIN DAL BOSCO	ASS. SANTA CLARA
ANGELO SIDIMAR OLIVEIRA	ASS. SANTA CLARA
ANTONIO ACIR DAS CHAGAS	SANTA MARTA
ANTONIO ALVES DE MORAIS	UNIÃO SÃO PEDRO
ANTONIO BUENO	MATAS DO CAVERNOSO
ANTONIO CARLOS BUENO	SANTA MARTA
ANTONIO DE OLIVEIRA	RIO NOVO
ANTONIO ELIAS STREIT	ILHA DO CAVERNOSO
ANTONIO ELOIR PEDROSO	SÃO PEDRO
ANTONIO FERREIRA DA LUZ	CORVO BRANCO
ANTONIO KEGLER	MATAS DO CAVERNOSO
ANTONIO KOWALSKI	MATAS DO CAVERNOSO
ANTONIO MAZUREK SOBRINHO	RIO NOVO
ANTONIO MOREIRA MARTINS	CACHOEIRA II
ANTONIO QUADROS	CORVO BRANCO
ANTONIO RIBEIRO DA SILVA	BARRA DOS ALMEIDAS
ANTONIO SLOCIAK	SANTA MARTA
ANTONIO TAVARES IRMÃO	ASS. SANTA CLARA
APARECIDA CARNEIRO	BEBINHA

AQUILINO POLI	ASS. SANTA CLARA
ARGEU TUROK DAS CHAGAS	SANTA MARTA
ARISTEU PEREIRA	ALTO CACHOEIRA
ARLINDO FERREIRA	FARTURA
ARMELINDA SOARES	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
AROLDO FARAGO DE OLIVEIRA	DESPRAIADO
ARTHUR RUFATO SHIMID	MATAS DO CAVERNOSO
AUGUSTO FERREIRA	UNIÃO SÃO PEDRO
AUREA SENKIO RIZINESK	SANTA LUZIA
AURINDO RIBEIRO	VILA ESPERANÇA
BENEDITO APARECIDO DE MIRANDA	SÃO JOÃO
BERNARDINA SCHUERTS	RIO NOVO
BOGDAN JOSE MARTINS	RIO NOVO
BRUNA BRANDALISE	SÃO JOÃO
BRUNO COPACHENSKI	ALAGADO DO IGUAÇU
CARLITO JOSE SIZANOSKI SEDORKO	SAMAMBAIAL I
CARLOS MISS	RIO NOVO
CARMEM LUCIA DIAS BORSUK	SÃO PEDRO
CAROLINA TEREZINHA DE JESUS	BEBINHA
CELIA DIAS	SÃO PEDRO
CELSO HUTHER	IGREJINHA
CELSO MIS TUROK	SANTA LUZIA
CELSO NOVAK	TIRIVAS
CELSO RUDI HAHN	CACHOEIRA
CESAR ALEXSANDRO MICHELS	RIO NOVO
CESAR DE OLIVEIRA	ILHA DO CAVERNOSO
CIRENE TELASKA	MATAS DO CAVERNOSO
CIRINEU STEFANSKI	GUAJU
CIRINEU TUROK	SANTA MARTA
CIRLENE DE OLIVEIRA	UNIÃO SÃO PEDRO
CLAUDECIR NOVAK	TIRIVAS
CLAUDEMIR FERRI PARE	ALTO CACHOEIRA
CLAUDEMIR NAHIRNEI ZELINSKI	SANTA LUZIA
CLAUDETE ANTONIO	SANTA MARTA
CLAUDILENE APARECIDA MENEGUEL	PASSO GRANDE
CLAUDIMARA NOVAK PALUCK	TIRIVAS
CLAUDINEI STEFANSKI	TIRIVAS
CLAUDINEI TERNOUSKI PETEL	MATAS DO CAVERNOSO
CLAUDIO JOSE DE SIQUEIRA	DESPRAIADO
CLAUDIO VARGAS	SALEIRO
CLEBERSON BRUSTOLIM	MATAS DO CAVERNOSO
CLECI TEREZINHA DA SILVA VIANA	ALTO RIO DA LAJE
CLEIDE ANTUNES DAS CHAGAS	DESPRAIADO
CLEITON DE ANDRADE	UNIÃO SÃO PEDRO
CLEITON DONIZETTI GAIO AMBROSINI	RIO NOVO
CLEITON GUILANDE	FARTURA
CLENI OLIVEIRA DOS SANTOS	UNIÃO SÃO PEDRO
CLEONICE DE SOUSA	ILHA DO CAVERNOSO
CLEONICE DO AMARAL DOS SANTOS	SANTA MARTA
CLEONICE FEDEX PINHEIRO	ALTO RIO DA LAJE
CLEUNICE MONTEIRO GONÇALVES	CACHOEIRA
CLEVERSON MENEGUEL	PASSO GRANDE
CLODOALDO PEDROSO	PASSO GRANDE
CLODOALDO RAMOS DE MATOS	SAMAMBAIAL I
CLOVIS DE ANDRADE	MATAS DO CAVERNOSO
CONCEIÇÃO APARECIDA DA ROSA SAUKA	PASSO GRANDE
CREVANIR DE JESUS VENITE	BEBINHA
DALVANA LEMES DE QUADROS	CAVERNOSO III
DALVANE FERREIRA MENDES	XAXIM
DANIEL BUENO	MATAS DO CAVERNOSO
DANIELA CHAVES DOS SANTOS FREITAS	RIO DA LAJE
DANIELA LOPES KICH	SÃO PEDRO
DANILO ANTONIO SOUTNISKI	ILHA DO CAVERNOSO
DARCI ALVES CORDEIRO	SÃO PEDRO
DENILSON POLI	ASS. SANTA CLARA
DENILSON SEBASTIAO ZANELLA	ILHA DO CAVERNOSO
DENIZ ANTUNES DE MATTOS	ALTO CACHOEIRA
DIEGO FERNANDO AGUIRRE	SÃO PEDRO
DIMAS LEONIDAS DE ABREU TURCO	XAXIM
DINARTE JOSE DALLA CORT	ASS. SANTA CLARA
DIOMAR GOMES DA SILVA	ILHA DO CAVERNOSO
DIONACIR NHANHA DE PAULA	ALTO RIO DA LAJE
DIRCEU CARVALHO	UNIÃO SÃO PEDRO
DIRLEI KRAUS DE OLIVEIRA	DESPRAIADO
DIRLEI MARTINS	FAXINAL SANTO ANTONIO
DIVA VIEIRA DA SILVA	ASS. SANTA CLARA
DOROTEIA COSTOSHENKO	MATAS DO CAVERNOSO
DORVALINO MALINOSKI	ILHA DO CAVERNOSO
DURCILIA SOUZA DA SILVA	RETIRO
EDAMARA RIBEIRO	SANTA MARTA
EDECLEIA DA LUZ	PASSO GRANDE
EDEMAR TEIXEIRA DA ROSA	CACHOEIRA
EDENILSON PEDROSO DA LUZ	TRES PALMEIRAS
EDITE DE FATIMA ORTIZ	DESPRAIADO
EDITH CZARNIESKI BARBOSA	ILHA DO CAVERNOSO
EDIVANDRO DA SILVA DOS SANTOS	UNIÃO SÃO PEDRO
EDIVANE MARIA DO NASCIMENTO	MATAS DO CAVERNOSO
EDSON LEMES DA SILVA	RIO BONITO
EDUARDO ANTONIO COSTA DA LUZ	CORVO BRANCO

ELAINE APARECIDA SILVA DE OLIVEIRA	BARRA MANSA
ELCIO TUROK	SANTA LUZIA
ELDOZIO MIGUEL ZELINSKI	SANTA LUZIA
ELECIR DE FATIMA DE JESUS SANTOS	BEBINHA
ELENA HUZAR	SANTA MARTA
ELENICE DOS SANTOS	CACHOEIRA
ELENIR DA SILVA	FARTURA
ELIANE LUZZI	MATAS DO CAVERNOSO
ELIAS DOS SANTOS	DESPRAIADO
ELIAS KAVESKI	CORVO BRANCO
ELIAS VINICIUS MOTTA	MATAS DO CAVERNOSO
ELIEL FERREIRA DO CARMO	CAVERNOSO III
ELISIANE DA SILVA	XAXIM
ELITON BRANDAO CORREIA	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
ELITON BUENO	UNIÃO SÃO PEDRO
ELITON ZELINSKI	SANTA LUZIA
ELIZABETE DE ARAUJO FERREIRA	ASS. SANTA CLARA
ELIZEU LEMES DO NASCIMENTO	SANTA LUZIA
ELIZEU PRESTES DA ROCHA	PASSO GRANDE
ELIZIANE PALUCH DE OLIVEIRA	XAXIM
ELTON TUROK	SÃO PEDRO
ELVIRA NOVAK SENKIO	GUAJU
ELZA CHAGAS DE DEUS	SANTA LUZIA
ELZA KAVESKI PETEL	CORVO BRANCO
ELZA ZELINSKI	SANTA LUZIA
EMERSON GILVANE DE OLIVEIRA	MINGAU
ENELIR TEREZINHA JUKOWSKI	BARRA DOS ALMEIDAS
ERAMIS CARDOSO DE LIMA	SAMAMBAIAL I
ERENICE ALVES CORDEIRO DE SOUZA OLIVEIRA	RETIRO
ERICA DE FATIMA NOGUEIRA	SAMAMBAIAL I
ERIKEN DE LIMA FARIA	ALTO CACHOEIRA
ERINALDO DA SILVA MEDEIROS	ILHA DO CAVERNOSO
ERINEU PALUCH	SANTA LUZIA
EROSLAU TUROK	SAMAMBAIAL I
ESPÓLIO DE ALAERTES GRUCHEVISKI	ALAGADO DO IGUAÇU
ESPÓLIO JOÃO MARIA MACHADO DA ROSA	FAXINAL SANTO ANTONIO
ESTEFANO PALUCH	BEBINHA
ESTELA APARECIDA IRIANO	SANTA MARTA
EUCLESIO FERRAZA	FARTURA
EUCLIDES TEIXEIRA DOS SANTOS	PASSO GRANDE
EUCLIDES VERISSIMO NETO	SÃO PEDRO
EUGENIO KAVESKEI	PASSO GRANDE
EVA APARECIDA NAHIRNEI	SÃO PEDRO
EVA CARDOSO	PAZ
EVA GRAUBNER	UNIÃO SÃO PEDRO
EVA MARTINS CARDOSO	SAMAMBAIAL I
EVAILDES MARIA DE LIMA DINIZ	RETIRO
EVAIR ZANELLA	ILHA DO CAVERNOSO
EVALDO BODENAR	VILA NOVA
EVANDRA SEDORKO MUZZOLON	SANTA LUZIA
EVANDRO RAIMUNDO	UNIÃO SÃO PEDRO
EVANILDE SOUZA DE LIMA FERREIRA	SAMAMBAIAL I
EVANIR PEREIRA CARNEIRO	LAGOA SECA
EVANIRA RIBEIRO DOS SANTOS	BARREIRO
EVERALDO MENEGUEL	PASSO GRANDE
EVERSON DE FREITAS	SEDE
EVERSON JUNIOR DA LUZ RAMOS	PASSO GRANDE
EVERSON LIMA DE MATTOS	SAMAMBAIAL I
EVERTON FOLETTO AMORIM	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
EVILAZIO DA LUZ RAMOS	PASSO GRANDE
FABIO BODENAR	VILA NOVA
FABRICIO TUROK DA SILVA	SÃO PEDRO
FATIMA FERREIRA GARDACHO	DESPRAIADO
FELIPE DE VARGAS	RIO NOVO
FELIPE DO CARMO DA LUZ	PASSO GRANDE
FELIPE RANGEL DE FRANÇA	MATAS DO CAVERNOSO
FERMINO DE JESUS PEREIRA	BEBINHA
FLAVIO CACIATORI DA SILVA	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
FLORIANO MALEK	ASS. SANTA CLARA
FLORINALDO GOMES DE AMORIM	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
FRANCIELE APARECIDA LUBACHESKI	SANTA MARTA
FRANCISCO DOS SANTOS MATHIAS	SÃO ROQUE
FRANCISCO LOPES	RIO BONITO
FRANCISCO RAMOS BUENO	UNIÃO SÃO PEDRO
FRANCISCO RODRIGUES DE LIMA	RIO DA LAJE
GABRIEL DUTRA	ALTO CACHOEIRA
GELSO ALVES CORREA	UNIÃO SÃO PEDRO
GENAIR SILVA DOS SANTOS ANDRADE	UNIÃO SÃO PEDRO
GENARO DE SOUZA BRITO	ILHA DO CAVERNOSO
GENILDA DOS SANTOS DA SILVA	UNIÃO SÃO PEDRO
GENOVEVA APARECIDA DE FREITAS	RIO DA LAJE
GEOVANE FONTANA	SAMAMBAIAL I
GERALDO MARTINS	RIO NOVO
GERNANDES DA SILVA	FARTURA
GILMAR ALVES DA SILVA	CACHOEIRA II
GILMAR BARBOSA	CACHOEIRA
GILMAR DE LIMA DIAS	PASSO GRANDE
GILSON ROCHA	RIO NOVO
GLACY APARECIDA MENEGUEL	PASSO GRANDE

GORETE DA APARECIDA CHARNIECKI	JACUTINGA
GRACIANE DOS SANTOS NOVAKOSKI	BARRA MANSA
GUILHERME JUNIOR MIERZWA FREITAS	BARREIRO
GUIOMAR DE SOUZA	ILHA DO CAVERNOSO
GUSTAVO MEWS	CACHOEIRA
GUSTAVO PAGLIARINI DA SILVA	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
GUSTAVO VERISSIMO TEIXEIRA	CORVO BRANCO
HELENA BUENO TUROK DAS CHAGAS	SANTA MARTA
HELENA SAUKA ALVES	DESPRAIADO
HERCULES BORILLE	LAGOA SECA
HILDA DA CONCEIÇÃO FARIAS DA SILVA	ASS. 8 DE OUTUBRO
HILDA JAKUBOSKI THOMEN	SÃO PEDRO
HONORINO DE OLIVEIRA	ILHA DO CAVERNOSO
ILDEFONSO KUSTER	BEBINHA
ILMAR HUTHER	IGREJINHA
ILSON FERREIRA DA LUZ	SANTA MARTA
INES PEREIRA DE LIMA	SÃO JOÃO
INEZ DA COSTA VIEIRA	MATAS DO CAVERNOSO
IRANI JOSÉ BARBOSA	CACHOEIRA
IRENE GONÇALVES DESCHK	RIO NOVO
IRINEU CARDOSO	COLONIA DOS ALEMÃES
IRINEU CHICORA	CACHOEIRA
IRINEU STEFANSKI	TIRIVAS
IRINEU VANDERLEI CHEFEMAN	SÃO PEDRO
IRINEU VANDERLEI MARTINS	RIO NOVO
ISADORA DE SOUZA ORTIZ	LAGOA SECA
ISAURO LEMES DA ROCHA	CACHOEIRA II
ISMAEL BONONETTO	SEDE
IVAN DO AMARAL	CACHOEIRA
IVANETE CORDEIRO DE OLIVEIRA	DESPRAIADO
IVANIR APARECIDA DE OLIVEIRA	SÃO ROQUE
IVO FELICIANO	PASSO GRANDE
IVO RIBEIRO BATISTA	ILHA DO CAVERNOSO
IVONETE AGUIRRE	VILA NOVA
IVONIR FERRI PARE	CACHOEIRA
IZABEL CORDEIRO	DESPRAIADO
IZAIAS VIEIRA DA SILVA	ASS. SANTA CLARA
IZALTINA DE DEUS	BARRA MANSA
IZOEL DE MATOS	UNIÃO SÃO PEDRO
JAIR LUIZ MACCARI	MATAS DO CAVERNOSO
JAIR SOARES IENSEN	XAXIM
JAMIR PEDRO CLEIN	MATAS DO CAVERNOSO
JANAIR PADILHA DOS SANTOS	FARTURA
JANE SLOCIAK BODENAR	PASSO GRANDE
JANETE PAZ DE LIMA COVALSKI	BEBINHA
JAQUELINE DA ROSA VEIGAS	ALTO CACHOEIRA
JAQUELINE DO NASCIMENTO	ASS. 8 DE OUTUBRO
JAQUELINE DUARTE WRUBLESKI	ILHA DO CAVERNOSO
JELSO DO CARMO DIAS	PASSO GRANDE
JESSE DE MENEZES	RETIRO
JESSICA RAMOS MULHENBRUCK	MINGAU
JOACIR IENSEN	XAXIM
JOANA DARC COSTA SILVA	SAMAMBAIAL I
JOÃO ADELCIO DE SOUZA	BEBINHA
JOÃO AGRIMALDO PACZKOWSKI	SAMAMBAIAL I
JOAO AUGUSTO PIETCHAK	UNIÃO SÃO PEDRO
JOÃO BATISTA DA LUZ	MATAS DO CAVERNOSO
JOÃO BATISTA SILVERIO DA SILVA	MATAS DO CAVERNOSO
JOÃO BURKO SOBRINHO	PASSO GRANDE
JOÃO CARLOS DAS CHAGAS	RIO NOVO
JOÃO CARLOS DE LIMA	BARRA MANSA
JOÃO CARLOS PEREIRA DE LIMA	ASS. 8 DE OUTUBRO
JOÃO FERREIRA	ASS. SANTA CLARA
JOÃO FERREIRA DE OLIVEIRA	ALAGADO DO IGUAÇU
JOÃO FOLMER	CACHOEIRA
JOÃO KLEBER RIBEIRO DE LIMA	SAMAMBAIAL I
JOÃO LAURENTINO GARDACHO	RIO NOVO
JOÃO LEOPOLDO NUNES DA SILVA	SAMAMBAIAL I
JOÃO LUIZ DOS SANTOS	CACHOEIRA
JOÃO LUIZ MOREIRA ALVES	CACHOEIRA
JOÃO LUIZ TURCHATTO	FARTURA
JOÃO MARIA ALVES OLIVEIRA	DESPRAIADO
JOÃO MARIA COSTA	SANTA MARTA
JOÃO MARIA DE SOUZA BUENO	FARTURA
JOAO MARIA RIBEIRO DA SILVA	BARRA DOS ALMEIDAS
JOÃO MILOSKI IVATIUK	GUAJU
JOÃO MONTEIRO	SAMAMBAIAL I
JOÃO NEURI SIQUEIRA	FARTURA
JOÃO PONTES	DIVISA
JOÃO ROSELVADO BAYER	MINGAU
JOÃO SCHUERTS	BARRA MANSA
JOÃO SEDORKO SOBRINHO	SÃO PEDRO
JOCELI MELLO LUCANO	CACHOEIRA
JOCELMO BAIER DO AMARAL	BARRA MANSA
JOCEMAR CHAGAS BUENO	SANTA MARTA
JOEL DE JESUS FRANÇA	ASS. SANTA CLARA
JOEL JULIO BUENO	BARRA MANSA
JOEL MEIRA	UNIÃO SÃO PEDRO
JOICE APARECIDA GUERRA KVASNEY	SÃO JOÃO

JOICE NUNES DO AMARAL	SÃO PEDRO
JOICY DE CAMPOS	PASSO GRANDE
JONAS GLUSZCO	ALTO CACHOEIRA
JORACI PADILHA DE OLIVEIRA	ASS. SANTA CLARA
JORGE CARNEIRO	UNIÃO SÃO PEDRO
JORGE KLUCZKOVSKI	MATAS DO CAVERNOSO
JOSAFAT DANICHEWCZ	SÃO JOÃO
JOSE ADILSON KAVASNEI	TRES PALMEIRAS
JOSE ALVES DE OLIVEIRA	ALTO CACHOEIRA
JOSE ALVES DE RAMOS	CACHOEIRA
JOSE ALVES FERREIRA	FAXINAL SANTO ANTONIO
JOSE ARANDES ALVES DE OLIVEIRA	DESPRAIADO
JOSE AUGUSTO CAMARGO	TRÊS PALMEIRAS
JOSE DE SOUZA	FAXINAL SANTO ANTONIO
JOSE GLOBIS RUFATO	MATAS DO CAVERNOSO
JOSÉ LUBACHESKI NETO	PASSO GRANDE
JOSÉ MADRUGA	PAZ
JOSÉ MARIA PARÉ	CACHOEIRA
JOSÉ MARIANO	BEBINHA
JOSE ORLANDO DA SILVA	SÃO PEDRO
JOSE PEREIRA DOS SANTOS	CAVERNOSO III
JOSE PEREIRA SAUKA	ALTO CACHOEIRA
JOSE RIBEIRO SLOCIAK	PASSO GRANDE
JOSE RODRIGUES DE MATOS FILHO	BARREIRO
JOSÉ SEBASTIÃO DE OLIVEIRA	ALTO CACHOEIRA
JOSE VALDIR ALBANIO	MATAS DO CAVERNOSO
JOSE VIANA DA ROSA	ILHA DO CAVERNOSO
JOSEANE MARTINS ALVES	CACHOEIRA II
JOSEMARA TEIXEIRA	CACHOEIRA II
JOSIAS FORQUIM KRAUS	MATAS DO CAVERNOSO
JOSMAR IVATIUK MIS	RIO NOVO
JOSMAR JOSE RIBEIRO	SANTA MARTA
JOSMAR WEGNER MILOSKI	RIO NOVO
JUCIMARA CORDEIRO LEAL	UNIÃO SÃO PEDRO
JULIA DE ALMEIDA SCOROPAD	LAGOA SECA
JULIANA APARECIDA MOREIRA PAZ	MATAS DO CAVERNOSO
JULIANA SEBOLT	UNIÃO SÃO PEDRO
JULIANO ANTUNES DOS SANTOS	UNIÃO SÃO PEDRO
JULIANO SAUKA	ALTO CACHOEIRA
JULIE ALVES FONSECA	SAMAMBAIAL I
JULIO CESAR BATISTA	ALTO RIO DA LAJE
JULIO KEMERIK DA SILVA	PASSO GRANDE
JULIO ZANATTA	SÃO PEDRO
JURANDIR ROCHA VIANA	XAXIM
JURANDIR SILVA DOS SANTOS	UNIÃO SÃO PEDRO
JUSSARA TEIXEIRA DA ROSA	ALTO CACHOEIRA
JUSTINA CHAGAS DOS SANTOS RIBAS	RIO DA LAJE
KARINE LIMA DE MATTOS	SAMAMBAIAL I
KEITI MULBANER	DESPRAIADO
KETLYN MAIARA SAUKA	SÃO PEDRO
LAERCIO GARDACHO	JACUTINGA
LAIS AGUIRRE	SÃO PEDRO
LAISA DA SILVA	AGUA BRANCA
LAUDELIR VESCOVI	ILHA DO CAVERNOSO
LAUDI EUZEBIO DE BRITO GREBINSKY	ALTO CACHOEIRA
LAURICI GOMES PINHEIRO	VOLTA GRANDE
LAURO JOSE DA LUZ	PASSO GRANDE
LAURO MICHELS	FARTURA
LEANDRA DO BELEM SAUKA	DESPRAIADO
LEANDRO FRANCISCO RAUBER	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
LEANDRO KRAUS HLUSKO	SAMAMBAIAL I
LEANDRO LUIZ MANFROI	VOLTA GRANDRE
LEANDRO MAXCIMOVICZ RAMOS	RIO NOVO
LEIDJANE ZANELLA	ILHA DO CAVERNOSO
LENI SCHUERTES ROSA	RIO NOVO
LEONI MADRUGA FONSECA	FARTURA
LEONICE APARECIDA CARNEIRO	BARRA DOS ALMEIDAS
LEONICE VITAL	ILHA DO CAVERNOSO
LEONILDA MILIOVSKI	RIO NOVO
LEONIR PALOSCHI	MATAS DO CAVERNOSO
LIDIA APARECIDA DE LIMA ANDRIN	MATAS DO CAVERNOSO
LIDIA FREDUCZEWSKI ANTONIO	UNIÃO SÃO PEDRO
LIERCE DALMASO	BARRA MANSA
LINDACIR ANTONIA DA LUZ RAMOS	CAVERNOSO III
LINDOLFO DE OLIVEIRA	SANTA MARTA
LIVALDO CARLOS ANTUNES	CACHOEIRA II
LORECI APARECIDA DA SILVA	DESPRAIADO
LORECI CLEIN	MATAS DO CAVERNOSO
LORECI GLUSKO DA SILVA	SAMAMBAIAL
LORIVAL DE ARAUJO FERREIRA	ASS. SANTA CLARA
LOURDES DE OLIVEIRA MENDES DOS SANTOS	ILHA DO CAVERNOSO
LOURDES TERNOUSKI WELTER	SÃO JOÃO
LOURENÇO PAGNONCELLI SZEPAINSKI	ILHA DO CAVERNOSO
LOURIVAL JESUS DE OLIVEIRA	SANTA MARTA
LUAN TUROK	ASS. SANTA CLARA
LUCAS DA SILVA	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
LUCAS ZUBRESKI	TIRIVAS
LUCI DE FATIMA MARTINS LEITE	DESPRAIADO
LUCIANE CHAGAS FERREIRA	SANTA LUZIA

LUCIANE MARTINS	FAXINAL SANTO ANTONIO
LUCIANO KAVETZKI	CAVERNOSO III
LUCILENE BODENAR	SANTA MARTA
LUCIMAR DA SILVA	SANTA LUZIA
LUCIMARA DE FATIMA BUENO	SANTA MARTA
LUCIMARA FERREIRA DE OLIVEIRA	FARTURA
LUCIMARA LUIZ DE ANDRADE	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
LUCIMARA TUROK CZKAY	SANTA LUZIA
LUIS CARLOS COELHO	ILHA DO CAVERNOSO
LUIZ ANTUNES FERREIRA	DESPRAIADO
LUIZ CARLOS BRUDCOVSKI	DESPRAIADO
LUIZ CARLOS PRADO DUARTE	BARRA MANSA
LUIZ CELSON GONÇALVES	UNIÃO SÃO PEDRO
LUIZ DE MATOS SILVA	DESPRAIADO
LUIZ EUGENIO FERRARI	CORVO BRANCO
LUIZ FERREIRA DA LUZ	PASSO GRANDE
LUIZ FRANCISCO TURRA	CACHOEIRA
LUIZ MISS	RIO NOVO
LUIZ VICENTE RUFATO	MATAS DO CAVERNOSO
LURDES DA LUZ PINTO	SÃO JOÃO
LUZIA APARACECIDA OLIVEIRA LEITE	DESPRAIADO
MABEL APARECIDA DE ALMEIDA FERREIRA	DESPRAIADO
MAIARA CANALLI PALUCH	SANTA LUZIA
MAIARA LOPES ARAUJO	CAVERNOSO III
MANOEL ABREU DE OLIVEIRA FILHO	DIVISA
MARA LUCIA AULER DE VARGAS	PASSO GRANDE
MARCIA APARECIDA DE ARAUJO	DESPRAIADO
MARCIANO BEDRESKI	SÃO PEDRO
MARCIO ADRIANO DE OLIVEIRA	VILA NOVA
MARCO ANTONIO KELLER	PASSO GRANDE
MARCO ANTONIO SOARES	SÃO JOÃO
MARCOS MISS GURNASKI	GUAJU
MARCOS ROBERTO DE ALMEIDA	DESPRAIADO
MARGARETE HAHN DOS SANTOS	ALTO CACHOEIRA
MARGARETE NUNES	FARTURA
MARGARIDA NUNES DOS SANTOS	BARREIRO
MARIA APARECIDA DA LUZ DOS SANTOS	ASS. 8 DE OUTUBRO
MARIA DA LUZ PEREIRA DA SILVA	UNIÃO SÃO PEDRO
MARIA DE FATIMA FREITAS DA SILVA	ASS. 8 DE OUTUBRO
MARIA DE FATIMA MACHADO DE CAMPOS	CACHOEIRA II
MARIA DE VASCONCELOS SILVA	CACHOEIRA
MARIA DORLI DE ASSIS DA LUZ	SÃO ROQUE
MARIA DOS ANJOS RIBEIRO	ILHA DO CAVERNOSO
MARIA HUZAR DAS CHAGAS	SANTA MARTA
MARIA IZABEL NUNES	FAXINAL SANTO ANTONIO
MARIA LUIZA RODRIGUES DE OLIVEIRA	BARREIRO
MARIA NERCI CAMARGO DE FRANÇA	SÃO PEDRO
MARIA NEUZA ZELINSKI	SANTA LUZIA
MARIA POSSAMAI ELEUTÉRIO	ILHA DO CAVERNOSO
MARIA PRISCILA MENDES DOS SANTOS	ILHA DO CAVERNOSO
MARIA SENIRA NUNES DA SILVA	FARTURA
MARIANO NHANHA	ALTO RIO DA LAJE
MARILAINE MORETTO SIMEONE	DESPRAIADO
MARILDA GLUSKO	ALTO CACHOEIRA
MARINALDO KRUK	GUAJU
MARINALDO ROCHA DE OLIVEIRA	CORVO BRANCO
MARIO JOSNEI BATISTA	ALTO RIO DA LAJE
MARIO KAVESKI	TRÊS PALMEIRAS
MARIO WEGNER	COLONIA DOS ALEMÃES
MARLENE GERALDA AMANDIO	UNIÃO SÃO PEDRO
MARLI DA LUZ RODRIGUES	DESPRAIADO
MARLI GONÇALVES DESCHK	ASS. SANTA CLARA
MARLI MOREIRA DE MELO	MINGAU
MARQUIANO KAVESKI	MATAS DO CAVERNOSO
MARTA BRASSI MALINOSKI	ILHA DO CAVERNOSO
MARTA ROSALIA RODRIGUES	UNIÃO SÃO PEDRO
MATEUS EDUARDO BAYER	CACHOEIRA
MAURA SALETE SKOWRANSKI BISELLO	UNIÃO SÃO PEDRO
MAURI DO CARMO JESUS SOUZA	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
MAURICIO KICH	SANTA MARTA
MAURO FERREIRA DE ALMEIDA	DESPRAIADO
MAXIMO BET	ILHA DO CAVERNOSO
MICHELE DE OLIVEIRA ROCHA BARBOSA	ALAGADO DO IGUAÇU
MIGUEL BARBOSA RIBEIRO	SAMAMBAIAL I
MIGUEL JOILSON FREITAS	DIVISA
MILENA APARECIDA DA COSTA	PASSO GRANDE
MOACIR ALVES DE RAMOS	FARTURA
NACIR APARECIDA CORDEIRO DA ROSA	MATAS DO CAVERNOSO
NADIA DANICHEWCZ	SÃO JOÃO
NADIA SEDORKO DE MATTOS	SÃO PEDRO
NAIR BARCHOSKI DOS SANTOS	ASS. 8 DE OUTUBRO
NATALIA ZELINSKI	SANTA LUZIA
NATHAN JEAN SENKIO	GUAJU
NELSON ALVES BARBOSA	CACHOEIRA
NELSON MONTEIRO	CACHOEIRA
NERCI JOSE DA SILVA	ALTO RIO DA LAJE
NERCY MONTEIRO	CACHOEIRA
NERCY SEBASTIÃO DE PAULA	RIO DA LAJE
NEREU CARDOSO DE ARAUJO FERREIRA	ASS. SANTA CLARA

NEREU SILVEIRA	JACUTINGA
NERI MANOEL SILVA	RETIRO
NERILDA ALVES DE OLIVEIRA	DESPRAIADO
NESIO GURNASKI TUROK	RIO NOVO
NEURACY PEDRO GOMES	BEBINHA
NEURALDO DE JESUS FARIA	ALTO CACHOEIRA
NEUSA APARECIDA DOS SANTOS	TRÊS PALMEIRAS
NEUSO MUELLER	RIO NOVO
NICKOLAS MENEGUEL RIBEIRO	SANTA MARTA
NICOLAU DANICHEWCZ PRIMO	SÃO JOÃO
NILSON HUTHER	IGREJINHA
NILSON MISSIAS	MATAS DO CAVERNOSO
NIVALDO CARNEIRO	BARRA DOS ALMEIDAS
ODILON DE QUADROS	CAVERNOSO III
OLINA CARDOSO DE OLIVEIRA	BARRA MANSA
OLIVIO ARESNEKA	RIO NOVO
OLIVIO JAKUBOSKI	SÃO PEDRO
OMACIR JOÃO RUFATTO	CORVO BRANCO
ONEI DE VARGAS	RIO NOVO
ORECIO JOSE DE OLIVEIRA	DESPRAIADO
ORLANDA BENEDITA DE LIMA DOMINGUES	SÃO ROQUE
ORLANDO MICHELS	RIO NOVO
ORLEANDRO SOARES PEREIRA	BEBINHA
OSCAR SCHUMANN	MATAS DO CAVERNOSO
OSMAR JOSE DE FREITAS	SEDE
OSMAR TEIXEIRA	CACHOEIRA
OSNEI FERNANDO ZELINSKI	PASSO GRANDE
OSVALDINO GOMES DE AMORIM	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
OSVINO ZANELLA	UNIÃO SÃO PEDRO
OSWALDO PORENSKI	SANTA MARTA
OTAVIANO JOSE DA SILVA	ILHA DO CAVERNOSO
OTILIA JUVILIANA MERENO	MATAS DO CAVERNOSO
OZORIO DA SILVA	MINGAU
PATRICIA ANTONIO	RIO DA LAJE
PATRICIA APARECIDA CAMARGO BATISTA	SANTA LUZIA
PATRICK ROSSI DE MORAIS	CORVO BRANCO
PAULO AFONSO KVASNEY	LAGOA SECA
PAULO AMILTON LARA DE MOURA	CORVO BRANCO
PAULO BUCO JUNIOR	PASSO GRANDE
PAULO CESAR CHARNESKA	CACHOEIRA
PAULO DOS SANTOS MATHIAS	SÃO ROQUE
PAULO GOMES DA SILVA	JACUTINGA
PAULO NASCIMENTO	CORVO BRANCO
PEDRO CLEIN	MATAS DO CAVERNOSO
PEDRO DE OLIVEIRA DA SILVA	ILHA DO CAVERNOSO
PEDRO GEAN DENICHEVICZ	UNIÃO SÃO PEDRO
PEDRO KRUCHAK	VILA ESPERANÇA
PEDRO KUSCZNIER	VILA ESPERANÇA
PEDRO LUCIANO MILOSKI	SANTA LUZIA
PEDRO MAZEPA	TIRIVAS
PEDRO MILOSKI	SANTA LUZIA
PEDRO NAUROSKI	SÃO PEDRO
PEDRO SLOCIAK	SANTA MARTA
RAFAEL BAYER	SANTA MARTA
RAFAEL MENEGUEL	PASSO GRANDE
RAIMUNDO DE SOUZA CORDEIRO	RETIRO
RAQUEL RODRIGUES DE OLIVEIRA	SÃO ROQUE
RAUL BORGES VIEIRA	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
REINALDO CZARNEKI	MINGAU
RENAN GREBINSKY	CACHOEIRA
RENATO ALBANIO	MATAS DO CAVERNOSO
RENATO DE CAMPOS	SANTA MARTA
RENE GROSSKO	ASS. SANTA CLARA
RITA TOCZEK	SAMAMBAIAL
ROBERTINO RIBEIRO	PAZ
ROBERTO DO NASCIMENTO	MATAS DO CAVERNOSO
RODRIGO BRANDELEIRO	SÃO JUDAS TADEU
RODRIGO EMILIO SAUKA	AGUA BRANCA
RODRIGO GOMES DE AMORIM	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
ROGERIO ANDRADE DA LUZ	SÃO JOÃO
ROMILDA FERREIRA FREITAS	DESPRAIADO
ROMILDO RIBEIRO BATISTA	AGUA BRANCA
RONALDO TUROK	ASS. SANTA CLARA
ROSANA DA SILVA NASCIMENTO	ILHA DO CAVERNOSO
ROSANGELA DE FATIMA DOS SANTOS	MATAS DO CAVERNOSO
ROSANGELA DE OLIVEIRA	DESPRAIADO
ROSANI DA SILVA CONRADO	ASS. 8 DE OUTUBRO
ROSE MARTINS	CACHOEIRA II
ROSELI DE DEUS MADRUGA	BARRA MANSA
ROSELI DE OLIVEIRA PINTO	BEBINHA
ROSELI DOS ANJOS MARTINS	DESPRAIADO
ROSEMIRO DE MELO	ILHA DO CAVERNOSO
ROSENILDA DOS SANTOS	VILA ESPERANÇA
ROSEVALDO FERREIRA	CORVO BRANCO
ROSEVALDO MULHEMBRUCH	MINGAU
ROSICLEIA DE FATIMA MADRUGA	VILA ESPERANÇA
ROSILDA DE SOUZA TAZUEL MACHADO	FAXINAL SANTO ANTONIO
ROSIMARA FERREIRA	DESPRAIADO
ROSNALDO JOSE HUZAR DAS CHAGAS	SANTA MARTA

ROZELI APARECIDA DE OLIVEIRA	DESPRAIADO
ROZENILDA DOS SANTOS	TRÊS PALMEIRAS
RUDI VITT	SANTA MARTA
SABRINA TAISIA ALMEIDA	LAGOA SECA
SALETE DE FATIMA MEIRA DE OLIVEIRA	ASS. SANTA CLARA
SAMARI CRISTINA CORREIA	ILHA DO CAVERNOSO
SANDRA DE FATIMA BUENO	CACHOEIRA
SANDRA FATIMA DE OLIVEIRA	FARTURA
SEBASTIANA NUNES	BEBINHA
SEBASTIÃO ATAIDES DE FREITAS	ILHA DO CAVERNOSO
SEBASTIÃO DE CAMARGO	TRES PALMEIRAS
SEBASTIÃO NUNES CARVALHO	BARREIRO
SEBASTIÃO PADILHA	MATAS DO CAVERNOSO
SEDINEI QUADROS	CORVO BRANCO
SERGIO JOSÉ LUBACHESKI	PASSO GRANDE
SERGIO MOREIRA DO NASCIMENTO	MATAS DO CAVERNOSO
SERGIO ROBERTO KOVALESKI	ASS. SANTA CLARA
SERGIO TUROK	SANTA LUZIA
SERLI FATIMA ZUCONELLI DA SILVA	CACHOEIRA
SIBONEI DO PRADO MAZEPA	GUAJU
SIDNEY VAZ DOS SANTOS	ASS. 8 DE OUTUBRO
SILENE DE FREITAS	UNIÃO SÃO PEDRO
SILMARA ALINE DE OLIVEIRA	ASS. SANTA CLARA
SILMARA APARECIDA FEREIRA	FAXINAL SANTO ANTONIO
SILOMAR SCHIMID	MATAS DO CAVERNOSO
SILVESTRE GRUDESKI	ALTO CACHOEIRA
SILVESTRE SAUKA	ALTO CACHOEIRA
SILVIO DAMAZIO	AGUA BRANCA
SIMÃO SCOROPAD	COLONIA DOS ALEMÃES
SIMILDA LAVINA BRIXNER MARTINS	UNIÃO SÃO PEDRO
SIMONE DE FATIMA CORDEIRO FERREIRA	ASS. SANTA CLARA
SIMONE OLENICZ LEJANOSKI DE ARAUJO	SÃO JOÃO
SIRLEI APARECIDA DE SOUZA	SANTA LUZIA
SIRLEI BUENO TADRA	VILA ESPERANÇA
SIRLEI CAMARGO GONÇALVES	SÃO PEDRO
SIRLEI DE FATIMA FONTANA SIKORA	ALTO CACHOEIRA
SIRLEI KACIANO CARDOSO	FARTURA
SIRLEI SOUZA RAMOS	MINGAU
SIRLENE DOS SANTOS	VILA ESPERANÇA
SOELI APARECIDA DA SILVA	MATAS DO CAVERNOSO
SOLANGE APARECIDA DA LUZ	PASSO GRANDE
SOLANGE FERREIRA DA SILVA	MATAS DO CAVERNOSO
SOLANGE FREITAS DOS SANTOS	XAXIM
SOLANGE NUNES DE OLIVEIRA	BARRA MANSA
SUELEN MACHADO DA LUZ	MATAS DO CAVERNOSO
SUELI DE OLIVEIRA BATISTA	CACHOEIRA
SUELI MACHADO DA LUZ	MATAS DO CAVERNOSO
SUZANA BUENO DAMAZIO	AGUA BRANCA
SUZANA VINKLER	DESPRAIADO
SUZANE LIMA DE MATTOS	SAMAMBAIAL I
TARCISO MARTINS DOS SANTOS	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
TATIANA DE FATIMA FRANÇA PRETICO	MATAS DO CAVERNOSO
TATIANE FOLETTO DE AMORIM	ASS. SÃO JOÃO BATISTA
TATIANE GAIO BARBOSA	RIO NOVO
TEODOSIO KRUK	MATAS DO CAVERNOSO
TEOFILO KVASNEI	ASS. 8 DE OUTUBRO
TEREZA MAXMOVIXCZ RAMOS	RIO NOVO
TEREZINHA APARECIDA FUCK	CORVO BRANCO
TEREZINHA APARECIDA VALOMIN DE LIMA	CORVO BRANCO
TEREZINHA DA LUZ	PASSO GRANDE
TEREZINHA DE MATTOS ALVES	SAMAMBAIAL I
TEREZINHA DE SOUZA	ILHA DO CAVERNOSO
THAIS LUANA ANTONIO	SANTA MARTA
THAISA APARECIDA NEVES	SANTA MARTA
THIAGO IVAN TUROK	TIRIVAS
TIAGO FERRI MEWS	CACHOEIRA
TIAGO ZUBRESKI	TIRIVAS
VAGNER TEIXEIRA	PAZ
VALDECIR DE LIMA	PASSO GRANDE
VALDECIR DOS SANTOS	XAXIM
VALDECIR NUNES CARVALHO	RIO NOVO
VALDECIR PIVA	SANTA LUZIA
VALDELIRIO VERISSIMO	PASSO GRANDE
VALDEMAR PETEL	MATAS DO CAVERNOSO
VALDEMIR GARDACHO CHARNESKA	ILHA DO CAVERNOSO
VALDIR DA SILVA MOURA	ALTO RIO DA LAJE
VALDIR PEDROSO	TRES PALMEIRAS
VALDIRENE DA LUZ GOMES FAGUNDES	BEBINHA
VALDOMIRO ALVES DE SOUZA	FAXINAL SANTO ANTONIO
VALDOMIRO IVATIUK	GUAJU
VALDOMIRO NUNES DOS SANTOS	FAXINAL SANTO ANTONIO
VALERIA MIS	RIO NOVO
VALMIR HLUSKO MONTEIRO	SAMAMBAIAL I
VALMOR MACHADO DE OLIVEIRA	UNIÃO SÃO PEDRO
VANDA ANTUNES FONSECA	TRÊS PALMEIRAS
VANDERLEI ALCIR CARRA	FARTURA
VANDERSON CIRINEU DE ABREU	XAXIM
VANILDA DA LUZ CORDEIRO	PASSO GRANDE
VERA LUCIA BRUDCOVSKI	DESPRAIADO

VERGARINA DE OLIVEIRA	BEBINHA
VERONI DE RAMOS MICHELS	RIO NOVO
VERONICA MADRUGA ARAUJO	FARTURA
VICTOR JAKUBOVSKI	SANTA LUZIA
VILMAR AMADOR MARTINS	UNIÃO SÃO PEDRO
VILMAR FERREIRA DO NASCIMENTO	MATAS DO CAVERNOSO
VILMAR POPUNISKI	COLONIA DOS ALEMÃES
VILMAR SINHORIN	FARTURA
VILSON BERNIERI VIEGAS	CACHOEIRA
VILSON CUSTODIO DO AMARAL	VOLTA GRANDE
VILSON HUZAR GEIBMEIER	SANTA MARTA
VIRCEU ALVES DAS CHAGAS	SANTA MARTA
VITALINO FERREIRA	FARTURA
VLADEMIRA DANICHEWCZ	SÃO JOÃO
VOLMIR MOREIRA PAZ	MATAS DO CAVERNOSO
WALDECI NUNES DUTRA	CACHOEIRA
WANDERLEI DA CONCEIÇÃO ABREU	XAXIM
WENDELL PADILHA ARAUJO	CAVERNOSO III
WILSON FRARON	BARREIRO
ZALMIR ANTONIO FARIAS	MATAS DO CAVERNOSO
ZELDO BORTOLOTTO	SÃO JOÃO
ZENAIDE ANTUNES DOS SANTOS	UNIÃO SÃO PEDRO
ZENI DE FATIMA HARTKOPF	BARREIRO
ZENI DE FATIMA LIMA	LAGOA SECA
ZENI GONÇALVES DESCHK	CAVERNOSO III
ZENI INES ZELINSKI	SANTA LUZIA
ZILDA KRAUS DE LIMA	SAMAMBAIAL I

Retifica-se o Cronograma Prévio constante no **ANEXO I** do edital inaugural, ficando conforme a seguir:

ITEM	ATIVIDADE	DATA PREVITA
1	Período de inscrições	18/05/2026 a 19/06/2026
2	Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas	01/07/2026
3	Prazo para impugnação das inscrições	De 02/07 a 07/07/2026
4	Divulgação dos Selecionados	08/07/2026
5	Prazo para impugnação	09/07 a 14/07/2026
6	Homologação dos selecionados	15/07/2026
7	Período para emissão dos atestados de viabilidade técnica da área a ser cultivada e pareceres técnicos Assistenciais	16/07 a 14/08/2026
8	Divulgação Final do Processo de Seleção	07/08/2026
9	Prazo para recurso	07/08 a 14/08/2026
10	Homologação Final do Processo de Seleção	17/08/2026
11	Entrega dos Insumos	19/08/2026 a 11/09/2026

Publique-se,

Candói, 17 de Agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:24040E4C

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 054/2026 - PNCP 013/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 13/2026	
Às 10:22 horas do dia 12 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 1 do Pregão nº 13/2026, Processo nº PROCESSO Nº 1.737/2026.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços de oficinas de: Danças tradicionais Gaúchas, Dança Urbana e Balé, Musica, Instrumentos de Percussão, Coral, Pintura em tela e tecido, Flauta Doce e Teatro, destinadas a Secretaria de Cultura	
Entrega de propostas: De 13/07/2026 às 08:00 até 28/07/2026 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 28/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 10 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/07/2026 às 08:31:29	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	28/07/2026 às 09:06:36	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/07/2026 às 09:09:04	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema.
Sistema	28/07/2026 às 11:58:16	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	28/07/2026 às 13:43:28	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/07/2026 às 13:43:58	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/07/2026 às 16:54:15	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/07) às 09:00h.
Sistema	29/07/2026 às 09:13:20	Prezados, bom dia.
Sistema	29/07/2026 às 09:13:49	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias
Sistema	29/07/2026 às 11:56:10	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	29/07/2026 às 14:04:36	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/07/2026 às 16:52:09	Prezados, continuamos o julgamento amanhã (30/07) às 08:30h.

Sistema	30/07/2026 às 08:39:39	Prezados, bom dia.
Sistema	30/07/2026 às 08:40:19	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/07/2026 às 12:02:27	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	30/07/2026 às 13:32:08	Prezados, boa tarde.

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/07/2026 às 13:32:21	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra	
Data/Hora	**Descrição**
28/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/07/2026 às 09:06:36	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Curso teatro / teledramaturgia / cinema	
Oficina De Danças Tradicionais Gaúchas Oficina De Danças Tradicionais Gaúchas	
Quantidade: 72	Valor estimado: R$ 65,5000 (unitário)
Unidade de fornecimento: null	R$ 4.716,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31, melhor lance: R$ 53,1000 (unitário) / R$ 3.823,2000 (total)	

Propostas do Item 1		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
27.343.525/0001-86 - 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 53,2000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 3.830,4000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 65,5000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 72
R$ 4.716,0000 (total)		
03.458.761/0001-80 - CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL C&S LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 62,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 4.464,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 65,5000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 72
R$ 4.716,0000 (total)		
60.504.129/0001-69 - GIRASSOL GESTAO SOCIAL E SERVICOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 63,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 4.536,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 65,5000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 72
R$ 4.716,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
05.501.153/0001-36 - INSTITUTO MAKRO MARKETING		
CURSOS E TREINAMENTOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 64,9900 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 4.679,2800 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 65,5000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 72
R$ 4.716,0000 (total)		
40.708.214/0001-31 - MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 53,1000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 3.823,2000 (total)	Proposta adjudicada
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 65,5000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 72
R$ 4.716,0000 (total)		
34.673.196/0001-05 - PARETO CURSOS E SERVICOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 65,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 4.680,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 65,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 72
R$ 4.680,0000 (total)		

Lances do Item 1		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/07/2026 às 08:33:14	40.708.214/0001-31	R$ 64,0000
28/07/2026 às 08:34:00	60.504.129/0001-69	R$ 63,0000
28/07/2026 às 08:34:39	27.343.525/0001-86	R$ 63,9000
28/07/2026 às 08:34:55	27.343.525/0001-86	R$ 63,8500
28/07/2026 às 08:36:49	27.343.525/0001-86	R$ 62,9500
28/07/2026 às 08:40:24	03.458.761/0001-80	R$ 62,0000
28/07/2026 às 08:40:51	27.343.525/0001-86	R$ 61,5000
28/07/2026 às 08:41:15	40.708.214/0001-31	R$ 61,0000
28/07/2026 às 08:42:16	27.343.525/0001-86	R$ 60,5000
28/07/2026 às 08:43:32	40.708.214/0001-31	R$ 59,0000
28/07/2026 às 08:45:27	27.343.525/0001-86	R$ 58,0000
28/07/2026 às 08:45:39	40.708.214/0001-31	R$ 57,9000
28/07/2026 às 08:47:09	27.343.525/0001-86	R$ 57,8000
28/07/2026 às 08:47:54	40.708.214/0001-31	R$ 57,0000

28/07/2026 às 08:48:20	05.501.153/0001-36	R$ 64,9900
28/07/2026 às 08:49:23	27.343.525/0001-86	R$ 56,9000

Data/hora	Participante	Lance
28/07/2026 às 08:50:43	40.708.214/0001-31	R$ 55,0000
28/07/2026 às 08:51:18	27.343.525/0001-86	R$ 54,9000
28/07/2026 às 08:52:27	40.708.214/0001-31	R$ 54,8000
28/07/2026 às 08:52:46	27.343.525/0001-86	R$ 54,7000
28/07/2026 às 08:53:34	40.708.214/0001-31	R$ 54,6000
28/07/2026 às 08:55:00	27.343.525/0001-86	R$ 54,5000
28/07/2026 às 08:55:33	40.708.214/0001-31	R$ 54,0000
28/07/2026 às 08:57:20	27.343.525/0001-86	R$ 53,9000
28/07/2026 às 08:57:49	40.708.214/0001-31	R$ 53,8000
28/07/2026 às 08:58:55	27.343.525/0001-86	R$ 53,7000
28/07/2026 às 08:59:20	40.708.214/0001-31	R$ 53,5000
28/07/2026 às 09:00:52	27.343.525/0001-86	R$ 53,4000
28/07/2026 às 09:01:33	40.708.214/0001-31	R$ 53,3000
28/07/2026 às 09:03:10	27.343.525/0001-86	R$ 53,2000
28/07/2026 às 09:04:07	40.708.214/0001-31	R$ 53,1000

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/07/2026 às 08:30:00	A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/07/2026 às 08:31:00	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/07/2026 às 09:06:08	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 40.708.214/0001-31	28/07/2026 às 09:16:09	Sr. Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:17:00 do dia 28/07/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada com todos os itens vencidos. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital)..
Pelo participante 40.708.214/0001-31	28/07/2026 às 11:07:17	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:07:17 de 28/07/2026. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31.
Sistema	28/07/2026 às 11:13:31	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 28/07/2026 11:23:31.
Sistema para o participante 40.708.214/0001-31	29/07/2026 às 11:43:25	Prezado, não apresentou atestado de capacidade técnica da empresa para atendimento ao item 05 (coral). Em relação ao item 02 (dança/balé), somente apresentou a carteira profissional da Sra. Camila, porém sem comprovar a aptidão da profissional na área.
Pelo participante 40.708.214/0001-31	29/07/2026 às 11:52:24	Prezado pregoeiro, Solicitamos abertura de envio de documentos e prazo até as 16 hs, para envio dos documentos, em virtude das quedas constantes de energia.
Sistema para o participante 40.708.214/0001-31	29/07/2026 às 14:06:59	Sr. Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:07:00 do dia 29/07/2026. Justificativa: Prazo complementar para anexo de documentação de habilitação..
Pelo participante 40.708.214/0001-31	29/07/2026 às 15:48:48	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:48:48 de 29/07/2026. 4 anexos foram enviados pelo fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 40.708.214/0001-31	30/07/2026 às 11:41:22	Prezado, peço que corrija o nome da profissional Camila na declaração enviada. Peço também que a assine todas as declarações de profissionais, as quais estejam sem assinaturas.
Sistema para o participante 40.708.214/0001-31	30/07/2026 às 11:41:50	Sr. Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 13:42:00 do dia 30/07/2026. Justificativa: Prazo complementar para correção e assinatura nas declarações..
Pelo participante 40.708.214/0001-31	30/07/2026 às 13:12:51	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:12:51 de 30/07/2026. 8 anexos foram enviados pelo fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31.
Pelo participante 40.708.214/0001-31	30/07/2026 às 13:23:36	Prezado pregoeiro, A declaração da funcionaria Camila, foi erroneamente anexada novamente. Solicito reabertura para envio.
Sistema para o participante 40.708.214/0001-31	30/07/2026 às 13:33:11	Sr. Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 15:34:00 do dia 30/07/2026. Justificativa: Prazo final para anexo da documentação exigida..
Pelo participante 40.708.214/0001-31	30/07/2026 às 13:33:43	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:33:43 de 30/07/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001- 31.
Pelo participante 40.708.214/0001-31	30/07/2026 às 13:34:15	Prezado pregoeiro, obrigado pela compreensão. Documento anexado.
Sistema	30/07/2026 às 15:25:09	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 30/07/2026 15:35:09.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
28/07/2026 às 09:16:09	Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 11:17:00 do dia 28/07/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada com todos os itens vencidos. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital)..
28/07/2026 às 11:07:17	Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31 finalizou o envio de anexo.
29/07/2026 às 14:06:59	Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:07:00 do dia 29/07/2026. Justificativa: Prazo complementar para anexo de documentação de habilitação..
29/07/2026 às 15:48:48	Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31 finalizou o envio de anexo.
30/07/2026 às 11:41:50	Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 13:42:00 do dia 30/07/2026. Justificativa: Prazo complementar para correção e assinatura nas declarações..
30/07/2026 às 13:12:51	Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31 finalizou o envio de anexo.
30/07/2026 às 13:33:11	Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 15:34:00 do dia 30/07/2026. Justificativa: Prazo final para anexo da documentação exigida..
30/07/2026 às 13:33:43	Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31 finalizou o envio de anexo.
12/08/2026 às 10:22:48	Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 53,1000.
12/08/2026 às 10:22:49	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	28/07/2026 11:23:31
Intenção de recurso na habilitação:	30/07/2026 15:35:09

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 13/2026	
Às 10:22 horas do dia 12 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 2 do Pregão nº 13/2026, Processo nº PROCESSO Nº 1.737/2026.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços de oficinas de: Danças tradicionais Gaúchas, Dança Urbana e Balé, Musica, Instrumentos de Percussão, Coral, Pintura em tela e tecido, Flauta Doce e Teatro, destinadas a Secretaria de Cultura	
Entrega de propostas: De 13/07/2026 às 08:00 até 28/07/2026 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 28/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 10 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/07/2026 às 08:31:29	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	28/07/2026 às 09:06:36	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/07/2026 às 09:09:04	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema.
Sistema	28/07/2026 às 11:58:16	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	28/07/2026 às 13:43:28	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/07/2026 às 13:43:58	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/07/2026 às 16:54:15	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/07) às 09:00h.
Sistema	29/07/2026 às 09:13:20	Prezados, bom dia.
Sistema	29/07/2026 às 09:13:49	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias
Sistema	29/07/2026 às 11:56:10	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	29/07/2026 às 14:04:36	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/07/2026 às 16:52:09	Prezados, continuamos o julgamento amanhã (30/07) às 08:30h.
Sistema	30/07/2026 às 08:39:39	Prezados, bom dia.
Sistema	30/07/2026 às 08:40:19	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/07/2026 às 12:02:27	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	30/07/2026 às 13:32:08	Prezados, boa tarde.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	30/07/2026 às 13:32:21	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
28/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/07/2026 às 09:06:36	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 2 - Curso teatro / teledramaturgia / cinema		
Oficina De Dança Urbana E Balé		
Quantidade: 288	Valor estimado: R$ 55,9300 (unitário)	
Unidade de fornecimento: null	R$ 16.107,8400 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31, melhor lance: R$ 39,0000 (unitário) / R$ 11.232,0000 (total)		
Propostas do Item 2		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
27.343.525/0001-86 - 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 40,0000 (unitário)	-
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 11.520,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 55,9300 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 16.107,8400 (total)		
03.458.761/0001-80 - CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL C&S LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 55,9300 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 16.107,8400 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 55,9300 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 16.107,8400 (total)		
60.504.129/0001-69 - GIRASSOL GESTAO SOCIAL E SERVICOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 51,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 14.688,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 53,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 15.264,0000 (total)		
12.240.837/0001-97 - GNF ESPORTES E EVENTOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 41,9000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 12.067,2000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: SP		
Valor proposta: R$ 55,9300 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 16.107,8400 (total)		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
05.501.153/0001-36 - INSTITUTO MAKRO MARKETING		
CURSOS E TREINAMENTOS LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 54,9900 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 15.837,1200 (total)	

Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 55,9300 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 16.107,8400 (total)		
40.708.214/0001-31 - MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 39,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 11.232,0000 (total)	Proposta adjudicada
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 55,9300 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 16.107,8400 (total)		
34.673.196/0001-05 - PARETO CURSOS E SERVICOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 55,8000 (unitário)	-
Equidade de gênero: Ouro	R$ 16.070,4000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 55,8000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 16.070,4000 (total)		

Lances do Item 2

Data/hora	Participante	Lance
28/07/2026 às 08:33:29	40.708.214/0001-31	R$ 52,5000
28/07/2026 às 08:34:03	60.504.129/0001-69	R$ 51,0000
28/07/2026 às 08:35:03	27.343.525/0001-86	R$ 50,5000
28/07/2026 às 08:40:39	12.240.837/0001-97	R$ 55,9000
28/07/2026 às 08:41:07	40.708.214/0001-31	R$ 50,0000
28/07/2026 às 08:42:04	12.240.837/0001-97	R$ 49,9000
28/07/2026 às 08:42:31	27.343.525/0001-86	R$ 48,8000
28/07/2026 às 08:42:41	12.240.837/0001-97	R$ 48,7000
28/07/2026 às 08:43:41	40.708.214/0001-31	R$ 47,0000
28/07/2026 às 08:43:48	12.240.837/0001-97	R$ 46,9000
28/07/2026 às 08:43:54	27.343.525/0001-86	R$ 46,8000
28/07/2026 às 08:44:09	12.240.837/0001-97	R$ 46,5000
28/07/2026 às 08:44:12	40.708.214/0001-31	R$ 46,0000
28/07/2026 às 08:44:19	12.240.837/0001-97	R$ 45,9000
28/07/2026 às 08:45:00	40.708.214/0001-31	R$ 45,8000
28/07/2026 às 08:45:05	12.240.837/0001-97	R$ 45,7000

Data/hora	Participante	Lance
28/07/2026 às 08:45:46	40.708.214/0001-31	R$ 45,6000
28/07/2026 às 08:46:13	12.240.837/0001-97	R$ 45,5000
28/07/2026 às 08:46:23	40.708.214/0001-31	R$ 44,0000
28/07/2026 às 08:46:39	12.240.837/0001-97	R$ 43,5000
28/07/2026 às 08:47:03	40.708.214/0001-31	R$ 43,0000
28/07/2026 às 08:47:20	12.240.837/0001-97	R$ 42,5000
28/07/2026 às 08:47:47	27.343.525/0001-86	R$ 42,4000
28/07/2026 às 08:47:51	12.240.837/0001-97	R$ 42,3000
28/07/2026 às 08:48:13	40.708.214/0001-31	R$ 42,0000
28/07/2026 às 08:48:18	12.240.837/0001-97	R$ 41,9000
28/07/2026 às 08:48:35	05.501.153/0001-36	R$ 54,9900
28/07/2026 às 08:49:57	27.343.525/0001-86	R$ 41,8000
28/07/2026 às 08:50:51	40.708.214/0001-31	R$ 41,5000
28/07/2026 às 08:51:33	27.343.525/0001-86	R$ 41,4000
28/07/2026 às 08:53:20	40.708.214/0001-31	R$ 41,0000
28/07/2026 às 08:53:48	27.343.525/0001-86	R$ 40,0000
28/07/2026 às 08:55:04	40.708.214/0001-31	R$ 39,0000

Mensagens do chat do Item 2

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/07/2026 às 08:30:00	A abertura do item 2 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/07/2026 às 08:31:00	O item 2 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/07/2026 às 08:57:05	O item 2 está encerrado.
Sistema	28/07/2026 às 11:14:17	O item 2 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 28/07/2026 11:24:17.
Sistema	30/07/2026 às 15:25:22	O item 2 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 30/07/2026 15:35:22.

Eventos do Item 2

Data/Hora	Descrição
12/08/2026 às 10:22:48	Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 39,0000.
12/08/2026 às 10:22:50	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	28/07/2026 11:24:17
Intenção de recurso na habilitação:	30/07/2026 15:35:22

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 13/2026	
Às 10:22 horas do dia 12 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 3 do Pregão nº 13/2026, Processo nº PROCESSO Nº 1.737/2026.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços de oficinas de: Danças tradicionais Gaúchas, Dança Urbana e Balé, Musica, Instrumentos de Percussão, Coral, Pintura em tela e tecido, Flauta Doce e Teatro, destinadas a Secretaria de Cultura	
Entrega de propostas: De 13/07/2026 às 08:00 até 28/07/2026 às 08:30	

Abertura da sessão pública: Dia 28/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)
Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 10 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/07/2026 às 08:31:29	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	28/07/2026 às 09:06:36	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/07/2026 às 09:09:04	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema.
Sistema	28/07/2026 às 11:58:16	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	28/07/2026 às 13:43:28	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/07/2026 às 13:43:58	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/07/2026 às 16:54:15	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/07) às 09:00h.
Sistema	29/07/2026 às 09:13:20	Prezados, bom dia.
Sistema	29/07/2026 às 09:13:49	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias
Sistema	29/07/2026 às 11:56:10	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	29/07/2026 às 14:04:36	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/07/2026 às 16:52:09	Prezados, continuamos o julgamento amanhã (30/07) às 08:30h.
Sistema	30/07/2026 às 08:39:39	Prezados, bom dia.
Sistema	30/07/2026 às 08:40:19	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/07/2026 às 12:02:27	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	30/07/2026 às 13:32:08	Prezados, boa tarde.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	30/07/2026 às 13:32:21	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Eventos da compra		

Data/Hora	Descrição
28/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/07/2026 às 09:06:36	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 3 - Curso teatro / teledramaturgia / cinema	
Oficina De Música: Instrumentos Musicais	
Quantidade: 2592	Valor estimado: R$ 65,0000 (unitário)
Unidade de fornecimento: null	R$ 168.480,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31, melhor lance: R$ 36,5000 (unitário) / R$ 94.608,0000 (total)	
Propostas do Item 3	
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006	
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023	
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024	

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
27.343.525/0001-86 - 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 48,9500 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 126.878,4000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 65,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2592
R$ 168.480,0000 (total)		
64.466.864/0001-86 - AMANCIO SERVICE ASSEIO E CONSERVACAO LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 36,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 93.312,0000 (total)	Proposta desclassificada
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 64,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2592
R$ 165.888,0000 (total)		
03.458.761/0001-80 - CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL C&S LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 65,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 168.480,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 65,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2592
R$ 168.480,0000 (total)		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
60.504.129/0001-69 - GIRASSOL GESTAO SOCIAL E SERVICOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 38,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 98.496,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 65,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2592
R$ 168.480,0000 (total)		
37.827.879/0001-50 - INOVAGOV SOLUCOES INTEGRADAS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 62,9900 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 163.270,0800 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: SP		
Valor proposta: R$ 65,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2592
R$ 168.480,0000 (total)		
05.501.153/0001-36 - INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 65,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 168.480,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 65,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2592
R$ 168.480,0000 (total)		
40.708.214/0001-31 - MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 36,5000 (unitário)	Proposta adjudicada
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 94.608,0000 (total)	

Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 65,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2592
R$ 168.480,0000 (total)		
34.673.196/0001-05 - PARETO CURSOS E SERVICOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 63,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 163.296,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 63,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2592
R$ 163.296,0000 (total)		

Lances do Item 3		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/07/2026 às 08:32:48	64.466.864/0001-86	R$ 62,0000
28/07/2026 às 08:33:41	40.708.214/0001-31	R$ 61,0000
28/07/2026 às 08:34:18	60.504.129/0001-69	R$ 57,0000
28/07/2026 às 08:35:13	27.343.525/0001-86	R$ 57,9000
28/07/2026 às 08:35:16	64.466.864/0001-86	R$ 55,0000
28/07/2026 às 08:36:15	60.504.129/0001-69	R$ 49,0000

Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/07/2026 às 08:37:00	27.343.525/0001-86	R$ 48,9500
28/07/2026 às 08:37:09	60.504.129/0001-69	R$ 45,0000
28/07/2026 às 08:37:30	64.466.864/0001-86	R$ 44,0000
28/07/2026 às 08:37:33	60.504.129/0001-69	R$ 43,0000
28/07/2026 às 08:37:37	64.466.864/0001-86	R$ 42,0000
28/07/2026 às 08:37:42	60.504.129/0001-69	R$ 40,0000
28/07/2026 às 08:37:58	64.466.864/0001-86	R$ 39,0000
28/07/2026 às 08:38:25	60.504.129/0001-69	R$ 38,0000
28/07/2026 às 08:39:18	64.466.864/0001-86	R$ 37,0000
28/07/2026 às 08:40:20	37.827.879/0001-50	R$ 62,9900
28/07/2026 às 08:41:03	40.708.214/0001-31	R$ 36,5000
28/07/2026 às 08:42:24	64.466.864/0001-86	R$ 36,0000

Mensagens do chat do Item 3		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/07/2026 às 08:30:01	A abertura do item 3 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/07/2026 às 08:31:01	O item 3 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/07/2026 às 08:44:25	O item 3 está encerrado.
Sistema para o participante 64.466.864/0001-86	28/07/2026 às 09:17:09	Sr. Fornecedor AMANCIO SERVICE ASSEIO E CONSERVACAO LTDA, CNPJ 64.466.864/0001- 86, você foi convocado para enviar anexos para o item 3. Prazo para encerrar o envio: 11:18:00 do dia 28/07/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada com todos os itens vencidos (03 e 06). Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital)..
Pelo participante 64.466.864/0001-86	28/07/2026 às 11:15:00	Bom dia! Necessito de aumento de tempo para a postagem das documentações assinadas, tive problemas com a instabilidade do GOV. Desde já, agradeço!
Sistema para o participante 64.466.864/0001-86	28/07/2026 às 11:18:00	O item 3 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:18:00 de 28/07/2026. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor AMANCIO SERVICE ASSEIO E CONSERVACAO LTDA, CNPJ 64.466.864/0001-86.
Sistema para o participante 40.708.214/0001-31	28/07/2026 às 11:26:16	Sr. Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31, você foi convocado para enviar anexos para o item 3. Prazo para encerrar o envio: 13:27:00 do dia 28/07/2026. Justificativa: Atualizar a proposta inserindo todos os itens atualmente vencidos. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a
Pelo participante 40.708.214/0001-31	28/07/2026 às 13:10:55	Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital). O item 3 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:10:55 de 28/07/2026. 5 anexos foram enviados pelo fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31.
Pelo participante 40.708.214/0001-31	28/07/2026 às 13:16:23	Prezado pregoeiro, solicito abertura de envio de anexos para anexação de documentação complementar de oficineiro. Desde já agradecemos.
Sistema para o participante 40.708.214/0001-31	28/07/2026 às 13:46:29	Sr. Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31, você foi convocado para enviar anexos para o item 3. Prazo para encerrar o envio: 15:47:00 do dia 28/07/2026. Justificativa: Prazo complementar para anexo de documentação de habilitação do novo item vencido..

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Pelo participante 40.708.214/0001-31	28/07/2026 às 13:47:06	O item 3 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:47:06 de 28/07/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001- 31.
Sistema	28/07/2026 às 14:08:54	O item 3 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 28/07/2026 14:18:54.
Sistema	30/07/2026 às 15:25:34	O item 3 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 30/07/2026 15:35:34.

Eventos do Item 3	
Data/Hora	**Descrição**
28/07/2026 às 09:17:09	Fornecedor AMANCIO SERVICE ASSEIO E CONSERVACAO LTDA, CNPJ 64.466.864/0001-86 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 11:18:00 do dia 28/07/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada com todos os itens vencidos (03 e 06). Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a
	Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital).. Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31 convocado para o envio de anexo.
28/07/2026 às 11:26:16	Prazo para encerrar o envio: 13:27:00 do dia 28/07/2026. Justificativa: Atualizar a proposta inserindo todos os itens atualmente vencidos. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital).
28/07/2026 às 13:10:55	Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31 finalizou o envio de anexo. Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31 convocado para o envio de anexo.
28/07/2026 às 13:46:29	Prazo para encerrar o envio: 15:47:00 do dia 28/07/2026. Justificativa: Prazo complementar para anexo de documentação de habilitação do novo item vencido..
28/07/2026 às 13:47:06	Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31 finalizou o envio de anexo.
12/08/2026 às 10:22:48	Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 36,5000.
12/08/2026 às 10:22:50	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	28/07/2026 14:18:54

Intenção de recurso na habilitação:	30/07/2026 15:35:34

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 13/2026

Às 10:22 horas do dia 12 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 4 do Pregão nº 13/2026, Processo nº PROCESSO Nº 1.737/2026.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de oficinas de: Danças tradicionais Gaúchas, Dança Urbana e Balé, Musica, Instrumentos de Percussão, Coral, Pintura em tela e tecido, Flauta Doce e Teatro, destinadas a Secretaria de Cultura

Entrega de propostas: De 13/07/2026 às 08:00 até 28/07/2026 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 28/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 10 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/07/2026 às 08:31:29	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	28/07/2026 às 09:06:36	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/07/2026 às 09:09:04	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema.
Sistema	28/07/2026 às 11:58:16	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	28/07/2026 às 13:43:28	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/07/2026 às 13:43:58	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/07/2026 às 16:54:15	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/07) às 09:00h.
Sistema	29/07/2026 às 09:13:20	Prezados, bom dia.
Sistema	29/07/2026 às 09:13:49	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias
Sistema	29/07/2026 às 11:56:10	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	29/07/2026 às 14:04:36	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/07/2026 às 16:52:09	Prezados, continuamos o julgamento amanhã (30/07) às 08:30h.
Sistema	30/07/2026 às 08:39:39	Prezados, bom dia.
Sistema	30/07/2026 às 08:40:19	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/07/2026 às 12:02:27	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	30/07/2026 às 13:32:08	Prezados, boa tarde.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	30/07/2026 às 13:32:21	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
28/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/07/2026 às 09:06:36	Início da etapa de julgamento de propostas
12/08/2026 10:22	

Item 4 - Curso teatro / teledramaturgia / cinema

Oficina De Instrumentos De Percussão Bateria E Similares

Quantidade: 576	Valor estimado: R$ 60,5400 (unitário)
Unidade de fornecimento: null	R$ 34.871,0400 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado

Critério de julgamento: Menor Preço

Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86, melhor lance: R$ 41,4000 (unitário) / R$ 23.846,4000 (total)

Propostas do Item 4

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023

Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
27.343.525/0001-86 - 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 41,4000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 23.846,4000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 60,5400 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 576
R$ 34.871,0400 (total)		
64.466.864/0001-86 - AMANCIO SERVICE ASSEIO E CONSERVACAO LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 46,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 26.496,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 60,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 576
R$ 34.560,0000 (total)		
03.458.761/0001-80 - CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL C&S LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 60,5400 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 34.871,0400 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 60,5400 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 576
R$ 34.871,0400 (total)		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
60.504.129/0001-69 - GIRASSOL GESTAO SOCIAL E SERVICOS LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 51,9000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 29.894,4000 (total)	
Programa de integridade: Sim		

UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 60,5400 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 576
R$ 34.871,0400 (total)		
05.501.153/0001-36 - INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 54,9900 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 31.674,2400 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 60,5400 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 576
R$ 34.871,0400 (total)		
40.708.214/0001-31 - MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 41,5000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 23.904,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 60,5400 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 576
R$ 34.871,0400 (total)		
34.673.196/0001-05 - PARETO CURSOS E SERVICOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 42,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 24.192,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 60,2000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 576
R$ 34.675,2000 (total)		

Lances do Item 4

Data/hora	Participante	Lance
28/07/2026 às 08:33:53	40.708.214/0001-31	R$ 59,0000
28/07/2026 às 08:34:27	60.504.129/0001-69	R$ 55,0000
28/07/2026 às 08:35:19	27.343.525/0001-86	R$ 55,9000
28/07/2026 às 08:35:41	27.343.525/0001-86	R$ 54,9000
28/07/2026 às 08:36:23	64.466.864/0001-86	R$ 53,0000
28/07/2026 às 08:36:53	60.504.129/0001-69	R$ 52,0000
28/07/2026 às 08:37:12	27.343.525/0001-86	R$ 51,9500
28/07/2026 às 08:38:31	60.504.129/0001-69	R$ 51,9000
28/07/2026 às 08:40:02	27.343.525/0001-86	R$ 50,5000
28/07/2026 às 08:40:16	64.466.864/0001-86	R$ 50,0000
28/07/2026 às 08:40:39	27.343.525/0001-86	R$ 49,5000

Data/hora	Participante	Lance
28/07/2026 às 08:41:00	40.708.214/0001-31	R$ 49,0000
28/07/2026 às 08:42:57	64.466.864/0001-86	R$ 48,0000
28/07/2026 às 08:44:47	27.343.525/0001-86	R$ 47,0000
28/07/2026 às 08:46:38	64.466.864/0001-86	R$ 46,0000
28/07/2026 às 08:48:13	27.343.525/0001-86	R$ 45,9000
28/07/2026 às 08:48:59	05.501.153/0001-36	R$ 54,9900
28/07/2026 às 08:50:24	34.673.196/0001-05	R$ 42,0000
28/07/2026 às 08:51:47	27.343.525/0001-86	R$ 41,9000
28/07/2026 às 08:53:24	40.708.214/0001-31	R$ 41,5000
28/07/2026 às 08:54:24	27.343.525/0001-86	R$ 41,4000

Mensagens do chat do Item 4

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/07/2026 às 08:30:01	A abertura do item 4 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/07/2026 às 08:31:01	O item 4 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/07/2026 às 08:56:25	O item 4 está encerrado.
Sistema para o participante 27.343.525/0001-86	28/07/2026 às 09:16:41	Sr. Fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86, você foi convocado para enviar anexos para o item 4. Prazo para encerrar o envio: 11:17:00 do dia 28/07/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada com todos os itens vencidos (04 e 07). Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital)..
Pelo participante 27.343.525/0001-86	28/07/2026 às 09:31:54	O item 4 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 09:31:54 de 28/07/2026. 4 anexos foram enviados pelo fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86.
Sistema	28/07/2026 às 11:53:38	O item 4 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 28/07/2026 12:03:38.
Sistema para o participante 27.343.525/0001-86	29/07/2026 às 11:30:36	Prezado, não apresentou atestado de capacidade técnica da empresa em relação a pintura (Item 6). Também, não apresentou o profissional responsável pelas oficinas de instrumentos músicais (itens 4 e 7).
Pelo participante 27.343.525/0001-86	29/07/2026 às 11:42:25	Boa tarde Sr. Pregoeiro, poderia abrir pra eu anexar os documentos informados?
Sistema para o participante 27.343.525/0001-86	29/07/2026 às 11:45:16	Darei prazo adicional para anexo dos documentos de habilitação exigidos no edital, no entanto serão consultados sobre sua preexistência.
Sistema para o participante 27.343.525/0001-86	29/07/2026 às 11:45:51	Sr. Fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86, você foi convocado para enviar anexos para o item 4. Prazo para encerrar o envio: 13:46:00 do dia 29/07/2026. Justificativa: Prazo adicional para anexo dos documentos de habilitação exigidos em edital..
Pelo participante 27.343.525/0001-86	29/07/2026 às 11:47:49	no caso do item 7, o profissional sera o proprio representante da empresa, o atestado que foi anexado da empresa ja serviria ou teria que ser um proprio do profissional?
Sistema para o participante 27.343.525/0001-86	29/07/2026 às 11:55:44	Teria que ter uma comprovação, podendo ser uma declaração do emissor do atestado, constando o nome do profissional que realizou a oficina.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Pelo participante 27.343.525/0001-86	29/07/2026 às 13:21:20	O item 4 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:21:20 de 29/07/2026. 6 anexos foram enviados pelo fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86.
Pelo participante 27.343.525/0001-86	29/07/2026 às 13:23:43	Sr. pregoeiro, me desculpa acho que um atestado acabou não indo por conta do nome do arquivo, consegue abrir novamente só pra anexar ele?
Pelo participante 27.343.525/0001-86	29/07/2026 às 14:05:20	Sr. pregoeiro, me desculpa acho que um atestado acabou não indo por conta do nome do arquivo, consegue abrir novamente só pra anexar ele?
Sistema para o participante 27.343.525/0001-86	29/07/2026 às 14:06:07	Sr. Fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86, você foi convocado para enviar anexos para o item 4. Prazo para encerrar o envio: 16:07:00 do dia 29/07/2026. Justificativa: Prazo complementar conforme requerido..
Pelo participante 27.343.525/0001-86	29/07/2026 às 14:07:26	O item 4 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:07:26 de 29/07/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001- 86.
Sistema	30/07/2026 às 09:32:59	O item 4 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 30/07/2026 09:42:59.

Eventos do Item 4	
Data/Hora	**Descrição**
28/07/2026 às 09:16:41	Fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 11:17:00 do dia 28/07/2026. Justificativa: Anexar a proposta adequada com todos os itens vencidos (04 e 07). Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital)..
28/07/2026 às 09:31:54	Fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86 finalizou o envio de anexo.
29/07/2026 às 11:45:51	Fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 13:46:00 do dia 29/07/2026. Justificativa: Prazo adicional para anexo dos documentos de habilitação exigidos em edital..
29/07/2026 às 13:21:20	Fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86 finalizou o envio de anexo.
29/07/2026 às 14:06:07	Fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:07:00 do dia 29/07/2026. Justificativa: Prazo complementar conforme requerido..
29/07/2026 às 14:07:26	Fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86 finalizou o envio de anexo.
12/08/2026 às 10:22:48	Fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 41,4000.
12/08/2026 às 10:22:51	Item homologado.
Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	

Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	28/07/2026 12:03:38
Intenção de recurso na habilitação:	30/07/2026 09:42:59

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 13/2026	
Às 10:22 horas do dia 12 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 5 do Pregão nº 13/2026, Processo nº PROCESSO Nº 1.737/2026.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços de oficinas de: Danças tradicionais Gaúchas, Dança Urbana e Balé, Musica, Instrumentos de Percussão, Coral, Pintura em tela e tecido, Flauta Doce e Teatro, destinadas a Secretaria de Cultura	
Entrega de propostas: De 13/07/2026 às 08:00 até 28/07/2026 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 28/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 10 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/07/2026 às 08:31:29	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	28/07/2026 às 09:06:36	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/07/2026 às 09:09:04	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema.
Sistema	28/07/2026 às 11:58:16	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	28/07/2026 às 13:43:28	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/07/2026 às 13:43:58	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/07/2026 às 16:54:15	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/07) às 09:00h.
Sistema	29/07/2026 às 09:13:20	Prezados, bom dia.
Sistema	29/07/2026 às 09:13:49	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias
Sistema	29/07/2026 às 11:56:10	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	29/07/2026 às 14:04:36	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/07/2026 às 16:52:09	Prezados, continuamos o julgamento amanhã (30/07) às 08:30h.
Sistema	30/07/2026 às 08:39:39	Prezados, bom dia.
Sistema	30/07/2026 às 08:40:19	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/07/2026 às 12:02:27	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	30/07/2026 às 13:32:08	Prezados, boa tarde.

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/07/2026 às 13:32:21	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Eventos da compra		
Data/Hora	**Descrição**	
28/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública	
28/07/2026 às 09:06:36	Início da etapa de julgamento de propostas	

Item 5 - Curso teatro / teledramaturgia / cinema	
Oficina De Coral	
Quantidade: 288	Valor estimado: R$ 56,7900 (unitário)
Unidade de fornecimento: null	R$ 16.355,5200 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31, melhor lance: R$ 54,5000 (unitário) / R$ 15.696,0000 (total)	

Propostas do Item 5		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
27.343.525/0001-86 - 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 54,9000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 15.811,2000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 56,7900 (unitário)	Valor negociado:Não Realizado	Quantidade ofertada:288
R$ 16.355,5200 (total)		
64.466.864/0001-86 - AMANCIO SERVICE ASSEIO E CONSERVACAO LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 56,0000 (unitário)	-
Equidade de gênero: Ouro	R$ 16.128,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		

UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 56,0000 (unitário)	Valor negociado:Não Realizado	Quantidade ofertada:288
R$ 16.128,0000 (total)		
03.458.761/0001-80 - CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL C&S LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 56,7900 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 16.355,5200 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 56,7900 (unitário)	Valor negociado:Não Realizado	Quantidade ofertada:288
R$ 16.355,5200 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
60.504.129/0001-69 - GIRASSOL GESTAO SOCIAL E SERVICOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 56,7900 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 16.355,5200 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 56,7900 (unitário)	Valor negociado:Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 16.355,5200 (total)		
05.501.153/0001-36 - INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 56,7900 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 16.355,5200 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 56,7900 (unitário)	Valor negociado:Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 16.355,5200 (total)		
40.708.214/0001-31 - MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 54,5000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 15.696,0000 (total)	Proposta adjudicada
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 56,7900 (unitário)	Valor negociado:Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 16.355,5200 (total)		
34.673.196/0001-05 - PARETO CURSOS E SERVICOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 56,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 16.128,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 56,0000 (unitário)	Valor negociado:Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 16.128,0000 (total)		

Lances do Item 5		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/07/2026 às 08:34:07	40.708.214/0001-31	R$ 55,0000
28/07/2026 às 08:36:01	27.343.525/0001-86	R$ 54,9000
28/07/2026 às 08:40:54	40.708.214/0001-31	R$ 54,5000
Mensagens do chat do Item 5		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/07/2026 às 08:30:01	A abertura do item 5 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/07/2026 às 08:31:01	O item 5 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/07/2026 às 08:31:01	Algumas propostas do item 5 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/07/2026 às 08:42:55	O item 5 está encerrado.
Sistema	28/07/2026 às 11:14:34	O item 5 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 28/07/2026 11:24:34.

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema para o participante 27.343.525/0001-86	28/07/2026 às 11:28:47	Sr. Fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86, você foi convocado para enviar anexos para o item 5. Prazo para encerrar o envio: 13:29:00 do dia 28/07/2026. Justificativa: Atualizar a proposta inserindo todos os itens atualmente vencidos. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital).
Pelo participante 27.343.525/0001-86	28/07/2026 às 11:57:39	O item 5 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:57:39 de 28/07/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001- 86.
Pelo participante 27.343.525/0001-86	28/07/2026 às 13:42:23	Boa tarde Sr. Pregoeiro, foi pedido a proposta atualizada com o item 5, mas sera que não seria do item 6?
Sistema para o participante 27.343.525/0001-86	28/07/2026 às 13:47:48	Prezado Licitante, de fato foi solicitado a proposta do item já aceito, a proposta correta é do item 06.
Sistema para o participante 27.343.525/0001-86	28/07/2026 às 13:48:16	Abrirei o anexo do item correto (06).
Sistema	30/07/2026 às 15:25:58	O item 5 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 30/07/2026 15:35:58.

Eventos do Item 5	
Data/Hora	**Descrição**
28/07/2026 às 11:28:47	Fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 13:29:00 do dia 28/07/2026. Justificativa: Atualizar a proposta inserindo todos os itens atualmente vencidos. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital).
28/07/2026 às 11:57:39	Fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86 finalizou o envio de anexo.
12/08/2026 às 10:22:48	Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 54,5000.
12/08/2026 às 10:22:51	Item homologado.
Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	28/07/2026 11:24:34
Intenção de recurso na habilitação:	30/07/2026 15:35:58

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR
PREGÃO 13/2026

Às 10:22 horas do dia 12 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 6 do Pregão nº 13/2026, Processo nº PROCESSO Nº 1.737/2026.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços de oficinas de: Danças tradicionais Gaúchas, Dança Urbana e Balé, Musica, Instrumentos de Percussão, Coral, Pintura em tela e tecido, Flauta Doce e Teatro, destinadas a Secretaria de Cultura	
Entrega de propostas: De 13/07/2026 às 08:00 até 28/07/2026 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 28/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 10 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/07/2026 às 08:31:29	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	28/07/2026 às 09:06:36	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/07/2026 às 09:09:04	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema.
Sistema	28/07/2026 às 11:58:16	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	28/07/2026 às 13:43:28	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/07/2026 às 13:43:58	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/07/2026 às 16:54:15	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/07) às 09:00h.
Sistema	29/07/2026 às 09:13:20	Prezados, bom dia.
Sistema	29/07/2026 às 09:13:49	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias
Sistema	29/07/2026 às 11:56:10	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	29/07/2026 às 14:04:36	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/07/2026 às 16:52:09	Prezados, continuamos o julgamento amanhã (30/07) às 08:30h.
Sistema	30/07/2026 às 08:39:39	Prezados, bom dia.
Sistema	30/07/2026 às 08:40:19	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/07/2026 às 12:02:27	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	30/07/2026 às 13:32:08	Prezados, boa tarde.

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/07/2026 às 13:32:21	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra	
Data/Hora	**Descrição**
28/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/07/2026 às 09:06:36	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 6 - Curso teatro / teledramaturgia / cinema	
Oficina De Pintura Em Tela E Tecido	
Quantidade: 288	Valor estimado: R$ 66,5400 (unitário)
Unidade de fornecimento: null	R$ 19.163,5200 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86, melhor lance: R$ 54,5000 (unitário) / R$ 15.696,0000 (total)	

Propostas do Item 6		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
27.343.525/0001-86 - 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 54,5000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 15.696,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 66,5400 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 19.163,5200 (total)		
64.466.864/0001-86 - AMANCIO SERVICE ASSEIO E CONSERVACAO LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 54,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 15.552,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 66,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 19.008,0000 (total)		
03.458.761/0001-80 - CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL C&S LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 66,5400 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 19.163,5200 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 66,5400 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 19.163,5200 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
60.504.129/0001-69 - GIRASSOL GESTAO SOCIAL E SERVICOS LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 55,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 15.840,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 66,5400 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 19.163,5200 (total)		
05.501.153/0001-36 - INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 66,5400 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 19.163,5200 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 66,5400 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288

R$ 19.163,5200 (total)		
40.708.214/0001-31 - MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 66,5400 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 19.163,5200 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 66,5400 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 19.163,5200 (total)		
34.673.196/0001-05 - PARETO CURSOS E SERVICOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 66,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 19.008,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 66,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 19.008,0000 (total)		

Lances do Item 6		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/07/2026 às 08:32:09	64.466.864/0001-86	R$ 65,0000
28/07/2026 às 08:34:40	60.504.129/0001-69	R$ 63,0000
28/07/2026 às 08:35:01	64.466.864/0001-86	R$ 62,0000
28/07/2026 às 08:36:13	27.343.525/0001-86	R$ 61,9000
28/07/2026 às 08:36:59	60.504.129/0001-69	R$ 59,0000
28/07/2026 às 08:37:06	64.466.864/0001-86	R$ 58,0000
28/07/2026 às 08:37:25	27.343.525/0001-86	R$ 57,9500
28/07/2026 às 08:38:03	60.504.129/0001-69	R$ 55,0000
28/07/2026 às 08:38:52	27.343.525/0001-86	R$ 54,5000
28/07/2026 às 08:40:52	64.466.864/0001-86	R$ 54,0000

Mensagens do chat do Item 6		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/07/2026 às 08:30:01	A abertura do item 6 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/07/2026 às 08:31:01	O item 6 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/07/2026 às 08:31:01	Algumas propostas do item 6 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/07/2026 às 08:42:53	O item 6 está encerrado.
Sistema para o participante 27.343.525/0001-86	28/07/2026 às 13:48:57	Sr. Fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86, você foi convocado para enviar anexos para o item 6. Prazo para encerrar o envio: 15:49:00 do dia 28/07/2026. Justificativa: Atualizar a proposta inserindo todos os itens atualmente vencidos. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital)..
Pelo participante 27.343.525/0001-86	28/07/2026 às 14:32:17	O item 6 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:32:17 de 28/07/2026. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86.
Sistema	28/07/2026 às 14:49:38	O item 6 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 28/07/2026 14:59:38.
Sistema	30/07/2026 às 09:33:24	O item 6 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 30/07/2026 09:43:24.
Sistema	30/07/2026 às 15:54:03	A fase de recurso do item 6 está aberta até 04/08/2026.
Sistema	30/07/2026 às 17:03:36	A fase de recurso do item 6 foi finalizada antes do prazo previsto. Todos os fornecedores já se manifestaram. Não houve registro de recursos.

Eventos do Item 6	
Data/Hora	**Descrição**
28/07/2026 às 13:48:57	Fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 15:49:00 do dia 28/07/2026. Justificativa: Atualizar a proposta inserindo todos os itens atualmente vencidos. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo V do Edital)..
28/07/2026 às 14:32:17	Fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86 finalizou o envio de anexo.
30/07/2026 às 16:56:48	Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31 registra a desistência de cadastrar recurso.
30/07/2026 às 17:03:36	Prazo recursal adiantado.
12/08/2026 às 10:22:48	Fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 54,5000.
12/08/2026 às 10:22:52	Item homologado.
Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	

Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	28/07/2026 14:59:38
Intenção de recurso na habilitação:	30/07/2026 09:43:24
Recurso:	30/07/2026 17:03:36
Contrarrazão:	30/07/2026 17:03:36
Recursos realizados:	
40.708.214/0001-31 - MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA	
Intenção de recurso na habilitação:	30/07/2026 09:41:12
Recurso: (Desistiu Cadastro)	30/07/2026 16:56:48
Contrarrazões:	Não foi realizado cadastro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 13/2026

Às 10:22 horas do dia 12 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 7 do Pregão nº 13/2026, Processo nº PROCESSO Nº 1.737/2026.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de oficinas de: Danças tradicionais Gaúchas, Dança Urbana e Balé, Musica, Instrumentos de Percussão, Coral, Pintura em tela e tecido, Flauta Doce e Teatro, destinadas a Secretaria de Cultura

Entrega de propostas: De 13/07/2026 às 08:00 até 28/07/2026 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 28/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 10 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 18:00. Haverá

		aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/07/2026 às 08:31:29	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	28/07/2026 às 09:06:36	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/07/2026 às 09:09:04	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema.
Sistema	28/07/2026 às 11:58:16	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	28/07/2026 às 13:43:28	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/07/2026 às 13:43:58	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/07/2026 às 16:54:15	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/07) às 09:00h.
Sistema	29/07/2026 às 09:13:20	Prezados, bom dia.
Sistema	29/07/2026 às 09:13:49	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias
Sistema	29/07/2026 às 11:56:10	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	29/07/2026 às 14:04:36	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/07/2026 às 16:52:09	Prezados, continuamos o julgamento amanhã (30/07) às 08:30h.
Sistema	30/07/2026 às 08:39:39	Prezados, bom dia.
Sistema	30/07/2026 às 08:40:19	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/07/2026 às 12:02:27	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	30/07/2026 às 13:32:08	Prezados, boa tarde.

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/07/2026 às 13:32:21	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra

Data/Hora	**Descrição**
28/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/07/2026 às 09:06:36	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 7 - Curso teatro / teledramaturgia / cinema	
Oficina De Flauta Doce	
Quantidade: 144	Valor estimado: R$ 65,0000 (unitário)
Unidade de fornecimento: null	R$ 9.360,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86, melhor lance: R$ 48,4000 (unitário) / R$ 6.969,6000 (total)	

Propostas do Item 7

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023

Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
27.343.525/0001-86 - 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 48,4000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 6.969,6000 (total)	Proposta adjudicada
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 65,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 144
R$ 9.360,0000 (total)		
64.466.864/0001-86 - AMANCIO SERVICE ASSEIO E CONSERVACAO LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 61,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 8.784,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 65,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 144
R$ 9.360,0000 (total)		
03.458.761/0001-80 - CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL C&S LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 65,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 9.360,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 65,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 144
R$ 9.360,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
60.504.129/0001-69 - GIRASSOL GESTAO SOCIAL E SERVICOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 65,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 9.360,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 65,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 144
R$ 9.360,0000 (total)		
05.501.153/0001-36 - INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 65,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 9.360,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 65,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 144
R$ 9.360,0000 (total)		
34.673.196/0001-05 - PARETO CURSOS E SERVICOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 63,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 9.072,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 63,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 144
R$ 9.072,0000 (total)		

Lances do Item 7

Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/07/2026 às 08:31:51	64.466.864/0001-86	R$ 62,0000
28/07/2026 às 08:36:20	27.343.525/0001-86	R$ 61,9000

28/07/2026 às 08:37:18	64.466.864/0001-86	R$ 61,0000
28/07/2026 às 08:37:27	27.343.525/0001-86	R$ 48,4000

Mensagens do chat do Item 7

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/07/2026 às 08:30:01	A abertura do item 7 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/07/2026 às 08:31:01	O item 7 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/07/2026 às 08:41:02	O item 7 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo comprador.
Sistema	28/07/2026 às 08:45:25	O item 7 está encerrado.
Sistema	28/07/2026 às 11:54:07	O item 7 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 28/07/2026 12:04:07.
Sistema	30/07/2026 às 09:33:34	O item 7 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 30/07/2026 09:43:34.

Eventos do Item 7

Data/Hora	Descrição
12/08/2026 às 10:22:48	Fornecedor 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS, CNPJ 27.343.525/0001-86 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 48,4000.
12/08/2026 às 10:22:52	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1

Prazos:

Intenção de recurso no julgamento:	28/07/2026 12:04:07
Intenção de recurso na habilitação:	30/07/2026 09:43:34

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR PREGÃO 13/2026

Às 10:22 horas do dia 12 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 8 do Pregão nº 13/2026, Processo nº PROCESSO Nº 1.737/2026.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de oficinas de: Danças tradicionais Gaúchas, Dança Urbana e Balé, Musica, Instrumentos de Percussão, Coral, Pintura em tela e tecido, Flauta Doce e Teatro, destinadas a Secretaria de Cultura

Entrega de propostas: De 13/07/2026 às 08:00 até 28/07/2026 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 28/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 10 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/07/2026 às 08:31:29	Prezados Licitantes, bom dia! Meu nome é Silvestre, Agente de Contratação designado para condução do presente certame. Desejo a todos uma boa sorte.
Sistema	28/07/2026 às 09:06:36	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/07/2026 às 09:09:04	Prezados, mantenham-se conectados ao chat do sistema.
Sistema	28/07/2026 às 11:58:16	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	28/07/2026 às 13:43:28	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/07/2026 às 13:43:58	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/07/2026 às 16:54:15	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/07) às 09:00h.
Sistema	29/07/2026 às 09:13:20	Prezados, bom dia.
Sistema	29/07/2026 às 09:13:49	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias
Sistema	29/07/2026 às 11:56:10	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	29/07/2026 às 14:04:36	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/07/2026 às 16:52:09	Prezados, continuamos o julgamento amanhã (30/07) às 08:30h.
Sistema	30/07/2026 às 08:39:39	Prezados, bom dia.
Sistema	30/07/2026 às 08:40:19	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/07/2026 às 12:02:27	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	30/07/2026 às 13:32:08	Prezados, boa tarde.
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/07/2026 às 13:32:21	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
28/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/07/2026 às 09:06:36	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 8 - Curso teatro / teledramaturgia / cinema

Oficina De Teatro

Quantidade: 288	Valor estimado: R$ 49,7500 (unitário)
Unidade de fornecimento: null	R$ 14.328,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado

Critério de julgamento: Menor Preço

Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31, melhor lance: R$ 39,5000 (unitário) / R$ 11.376,0000 (total)

Propostas do Item 8

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023

Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
27.343.525/0001-86 - 27.343.525 RIVAEL MARCIANO DOS SANTOS		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 39,6000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 11.404,8000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 49,7500 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 14.328,0000 (total)		
03.458.761/0001-80 - CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL C&S LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 49,7500 (unitário)	

Equidade de gênero: Ouro	R$ 14.328,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 49,7500 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 14.328,0000 (total)		
60.504.129/0001-69 - GIRASSOL GESTAO SOCIAL E SERVICOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 49,7500 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 14.328,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 49,7500 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 14.328,0000 (total)		
12.240.837/0001-97 - GNF ESPORTES E EVENTOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 41,9000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 12.067,2000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: SP		
Valor proposta: R$ 49,7500 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 14.328,0000 (total)		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
05.501.153/0001-36 - INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 49,7500 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 14.328,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 49,7500 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 14.328,0000 (total)		
40.708.214/0001-31 - MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 39,5000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 11.376,0000 (total)	Proposta adjudicada
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 49,7500 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 14.328,0000 (total)		
34.673.196/0001-05 - PARETO CURSOS E SERVICOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 42,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 12.096,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 49,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 288
R$ 14.112,0000 (total)		

Lances do Item 8

Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/07/2026 às 08:34:38	40.708.214/0001-31	R$ 48,5000
28/07/2026 às 08:36:31	27.343.525/0001-86	R$ 48,4000
28/07/2026 às 08:40:40	12.240.837/0001-97	R$ 49,7000
28/07/2026 às 08:40:46	40.708.214/0001-31	R$ 48,0000
28/07/2026 às 08:42:14	12.240.837/0001-97	R$ 47,9000
28/07/2026 às 08:43:22	40.708.214/0001-31	R$ 47,0000
28/07/2026 às 08:43:22	27.343.525/0001-86	R$ 47,4000
28/07/2026 às 08:43:28	27.343.525/0001-86	R$ 46,4000
28/07/2026 às 08:43:38	12.240.837/0001-97	R$ 46,3000
28/07/2026 às 08:44:00	40.708.214/0001-31	R$ 45,0000
28/07/2026 às 08:44:28	12.240.837/0001-97	R$ 44,9000
28/07/2026 às 08:44:45	40.708.214/0001-31	R$ 44,8000
28/07/2026 às 08:45:11	12.240.837/0001-97	R$ 44,5000
28/07/2026 às 08:45:51	27.343.525/0001-86	R$ 43,0000
28/07/2026 às 08:46:00	40.708.214/0001-31	R$ 42,9000
28/07/2026 às 08:46:04	12.240.837/0001-97	R$ 42,8000
Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/07/2026 às 08:46:15	40.708.214/0001-31	R$ 42,0000
28/07/2026 às 08:46:57	12.240.837/0001-97	R$ 41,9000
28/07/2026 às 08:48:36	27.343.525/0001-86	R$ 41,8000
28/07/2026 às 08:50:31	34.673.196/0001-05	R$ 47,0000
28/07/2026 às 08:51:00	34.673.196/0001-05	R$ 42,0000
28/07/2026 às 08:51:05	40.708.214/0001-31	R$ 41,5000
28/07/2026 às 08:52:21	27.343.525/0001-86	R$ 41,0000
28/07/2026 às 08:53:45	40.708.214/0001-31	R$ 39,9000
28/07/2026 às 08:55:20	27.343.525/0001-86	R$ 39,8000
28/07/2026 às 08:55:48	40.708.214/0001-31	R$ 39,7000
28/07/2026 às 08:57:36	27.343.525/0001-86	R$ 39,6000
28/07/2026 às 08:57:56	40.708.214/0001-31	R$ 39,5000

Mensagens do chat do Item 8

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/07/2026 às 08:30:01	A abertura do item 8 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/07/2026 às 08:31:01	O item 8 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/07/2026 às 08:59:57	O item 8 está encerrado.
Sistema	28/07/2026 às 11:14:45	O item 8 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 28/07/2026 11:24:45.
Sistema	30/07/2026 às 15:26:14	O item 8 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 30/07/2026 15:36:14.

Eventos do Item 8

Data/Hora	**Descrição**
12/08/2026 às 10:22:48	Fornecedor MODELO CURSOS PREPARATORIOS LTDA, CNPJ 40.708.214/0001-31 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 39,5000.

12/08/2026 às 10:22:52	Item homologado.
Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	28/07/2026 11:24:45
Intenção de recurso na habilitação:	30/07/2026 15:36:14

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:1844005C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 340/2026 DATA: 17/08/2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais e de acordo com o Artigo 59 da Lei Municipal nº 2.358/2018, de 14.11.2018,

R E S O L V E

Art. 1º - Designar as professoras a seguir relacionadas para assumirem período suplementar, no local, período e respectiva carga horária, em substituição temporária de professores em afastamento para tratamento de saúde:

NOME	LOCAL	DIA(S) / PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	TOTAL DE HORAS
Anelícia Queiroz Lemunie	Escola Terezinha Machado	10,30 e 31/07, 05 e 06/08/26	18
Carla Inês Sell	CMEI Pequeno Anjo	10/08/2026	04
Carla Adriana Gerhardt Grisa	Escola Terezinha Machado Escola Laurindo Parmigiani	29/07/2026 e de 03 a 14/08/2026	44
Edilene Aparecida Cemin	CMEI Albina Dallabrida	04 a 14/08/2026	36
Felipe José Tomé dos Santos	Escola Santa Mônica	04, 06 e 07/08/26	16
Loreni Boof Anible Morch	CMEI Primavera	28, 29 e 30/07/26	12
Marilene Bevilaqua Lucietto	Escola Laurindo Parmigiani	23 e 24/07/26	08
Neuza Suptil Difranceschi	Escola Laurindo Parmigiani CMEI Albina Dallabrida	03 a 14/08/26	24
Rosméri Prause da Silva	Escola Laurindo Parmigiani	23 e 24/07	08

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, 17 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Rohr Grohalski Gomes
Código Identificador:C9AC9DF2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026 PROCESSO INTERNO Nº 0116/2026

Nilton José Teles Secretário(a) Municipal de Turismo e Cultura, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico nº 037/2026 – **Menor Preço por Item,** realizado no dia 24 de julho de 2026 (Lances e Habilitação), objetivando a possível **Contratação de empresa para Prestação de Serviços de locação de Ambulância tipo D, serviços móveis, atendimento de urgência e emergência acompanhada da equipe profissional necessária, médico, enfermeiro e condutor socorrista/técnico, para eventos municipais,** ficando assim **ADJUDICADO** o Pregão Eletrônico em favor da empresa abaixo, por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado proposta mais vantajosa aos interesses da administração

FORNECEDOR: A & G SERVICOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 12.532.358/0001-44

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	Remoção de Enfermo / Uti Móvel Serviços De Saúde Humana	SERVICO	DIA	20	8.541,97	170.839,40

Valor Total do Fornecedor: R$ 170.839,40 (cento e setenta mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta centavos).
VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 170.839,40 (cento e setenta mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta centavos)

Carlópolis, 18 de agosto de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretário (a) Municipal de Turismo e Cultura

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:4FD83414

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CONTRATO Nº 134 /2026 E CONTRATO Nº 135/2026

CONTRATO Nº 134/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2026.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **DMC BRASIL CARSONI LTDA**, estabelecida na Rua José Maria Richard, Nº 163, bairro Cataratas, na cidade de Cascavel, no Estado Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 43.875.090/0001-77, neste ato representada por seu representante legal a Sra. Dayane Marques Carsoni Lima, brasileira, portadora CPF nº 086.xxx-xxx-19, residente e domiciliada a Rua Elidio Manhani, Nº 103, bairro Cataratas, na cidade de Cascavel, no Estado Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 24/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, e AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO DA LINHA DE PRODUÇÃO DA UVR, EM APOIO A UVR NA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PARA MANUTENÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DA COLETA, OPERAÇÃO E TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**.**
PARAGRAFO SEGUNDO – Os serviços deverão ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARAGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARAGRAFO QUINTO – São norteadoras do objeto contratado, todas as regras e disposições estabelecidas no TERMO DE REFERENCIA, cominadas com as demais estabelecidas no edital.
1 – O TERMO DE REFERENCIA é parte integrante do EDITAL e do CONTRATO (ainda que não esteja transcrito neste último).

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a entregar os produtos, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 27.227,00 (vinte e sete mil, duzentos e vinte e sete reais).**

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Unid.	**Serviço 1:** Troca da lona da Esteira de Elevação de Rejeitos modelo EERF-600X3000 marca Kubitz®, estrutura tipo módulos construída com chapas de aço carbono SAE 1008/1010. Chapas espessuras de 2, 3 e 6,35 mm cortadas a laser e dobradas em CNC altamente resistente. Base plana em chapa de aço para deslizamento da correia. Largura útil da correia da 600 mm comprimento 3000 mm. Equipado com moto redutor SEW de 1kw controle através de inversor de frequência podendo através de potenciômetro regular a velocidade da mesma de 0 a 8 m/minuto, acoplado em eixos usinados em CNC diâmetro 120 mm e com proteção corrosiva e galvanizado montado com mancais fixos e rolamentos blindados e duas regulagens para ajustes independentes. Correia e vedações laterais com quatro lonas. Dimensões externas 3319mm X 1146mm. Pintura eletrostática ou esmalte sintético padrão Kubitz®. Peso do equipamento 430 kg; Inclusos todos os itens necessários para a instalação do equipamento, tais como parafusos, correias de vedação e demais acessórios indispensáveis à fixação e ao pleno funcionamento do sistema; Inclusos os serviços de montagem e a disponibilização de mão de obra especializada, responsabilizando-se a contratada por todas as etapas da instalação, testes de funcionamento e eventuais ajustes; O equipamento a ser fornecido deverá ser novo, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhado de todos os componentes, atendendo integralmente às especificações do presente documento.	8.327,00	8.327,00
1			**Serviço 2** Troca da lona da Esteira de Elevação de Resíduos 5,5 metros de comprimento. Com moega fixa; sistema de ambientação abaixo do nível regular do piso; funil de alimentação igual ou inferior a 50 cm de altura (entre a esteira plana com a inclinada). Dimensões: 1 m (largura) x 5,5 m (comprimento). Sistema de correia com taliscas fixas, bordas metálicas elevadas mínimas 20 cm. Sistema de fixação com regulagem de altura para ajuste na esteira plana; Quadro de comando com controle de velocidade. Com adaptação e instalação de uma esteira de separação de resíduos plana de altura 1010 mm x largura 1380 mm x comprimento 10500 mm (existente); Inclusos todos os itens necessários para a instalação do equipamento, tais como parafusos, correias de vedação e demais acessórios indispensáveis à fixação e ao pleno funcionamento do sistema. Inclusos os serviços de montagem e a disponibilização de mão de obra especializada, responsabilizando-se a contratada por todas as etapas da instalação, testes de funcionamento e eventuais ajustes. O equipamento a ser fornecido deverá ser novo, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhado de todos os componentes, atendendo integralmente às especificações do presente documento.	18.900,0	18.900,00
VALOR TOTAL					**27.227,00**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a – O pagamento será efetuado em até 30 dias após a execução dos serviços.
b - O pagamento será efetuado após execução e apresentação da nota fiscal, devendo esta vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;

Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.

1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor	Código Despesa
02.10.18.541.1650.2.067	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21068	2.950,80	2795
02.10.18.541.1650.2.067	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	21068	27.227,34	2794

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO O prazo de validade do contrato será de **2 (dois) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.
PARAGRAFO SEGUNDO - O contrato poderá ser prorrogado por igual período, nos termos da Lei.
PARAGRAFO TERCEIRO – O prazo de **vigência** é o prazo de execução acrescido de 30 dias.
PARAGRAFO QUARTO – Local de entrega/execução: Pavilhão da UVR - Catanduvas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Claudia Luiza Maziero**.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.

11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:

1 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, EPI´s, transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.

2 - Dispor da quantidade suficiente de mercadoria, equipamentos e pessoal, necessários para o fornecimento do serviço objeto deste processo.

3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.

5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.

6 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.

7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.

9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.

10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.

11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.

13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:

1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.

2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.

3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.

5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.

6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.

6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.

7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c)Indenizações e multas.

2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado aa Pregoeira/Agente de contratação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio do sistema compras.gov.br. A Pregoeira/Agente de contratação, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO - A Pregoeira/Agente de contratação poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 18 de agosto de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

DMC Brasil Carsoni LTDA
DAYANE MARQUES CARSONI LIMA
Representante Legal
CPF: 086.xxx-xxx-19

CLAUDIA LUIZA MAZIERO
Fiscal Do Contrato

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Do Contrato

CONTRATO Nº 135/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2026.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **EMBALIZE EMBALAGENS LTDA**, estabelecida na Rua Rosa, Nº 338, bairro Centro, na cidade de Corbélia, no Estado Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 52.980.969/0001-70, neste ato representada por seu representante legal o Sr. André Marchese, brasileiro, portador CPF nº 075.xxx-xxx-02, residente e domiciliado a Rua Rosa, Nº 338, bairro Centro, na cidade de Corbélia, no Estado Paraná, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 24/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, e AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO DA LINHA DE PRODUÇÃO DA UVR, EM APOIO A UVR NA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PARA MANUTENÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DA COLETA, OPERAÇÃO E TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**.**
PARAGRAFO SEGUNDO – Os serviços deverão ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARAGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARAGRAFO QUINTO – São norteadoras do objeto contratado, todas as regras e disposições estabelecidas no TERMO DE REFERENCIA, cominadas com as demais estabelecidas no edital.
1 – O TERMO DE REFERENCIA é parte integrante do EDITAL e do CONTRATO (ainda que não esteja transcrito neste último).

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a entregar os produtos, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 2.948,00 (dois mil, novecentos e quarenta e oito reais).**

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	40	unid	**Contenedor flexível tipo Big Bag** Contenedor flexível tipo Big Bag fabricado em ráfia de alta resistência; tecido 100% polipropileno virgem cor branco ativado contra ações de raios ultra violeta; capacidade de carga 500 kg nas dimensões 750mmX750mmX900mm; produto sem saia de enchimento e sem válvula de descarga com opção de impressão da logo desejada; Com quatro alças reforçadas e porta etiqueta. Fator de segurança 5:1 Projeto dentro das normas ABNT e Certificado IPT. ATENDER A NR 10 E NR 12.	MAXIRAFIA/BIG BAG 75X75X90 CM C/ IMPRESSÃO PORTA ETIQUETAS	73,70	2.948,00
VALOR TOTAL						**2.948,00**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a – O pagamento será efetuado em até 30 dias após a execução dos serviços.
b - O pagamento será efetuado após execução e apresentação da nota fiscal, devendo esta vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.

1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor	Código Despesa
02.10.18.541.1650.2.067	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21068	2.950,80	2795
02.10.18.541.1650.2.067	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	21068	27.227,34	2794

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO O prazo de validade do contrato será de **2 (dois) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.
PARAGRAFO SEGUNDO - O contrato poderá ser prorrogado por igual período, nos termos da Lei.
PARAGRAFO TERCEIRO – O prazo de **vigência** é o prazo de execução acrescido de 30 dias.
PARAGRAFO QUARTO – Local de entrega/execução: Pavilhão da UVR - Catanduvas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Claudia Luiza Maziero**.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, EPI´s, transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.
2 - Dispor da quantidade suficiente de mercadoria, equipamentos e pessoal, necessários para o fornecimento do serviço objeto deste processo.
3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
6 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado aa Pregoeira/Agente de contratação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio do sistema compras.gov.br. A Pregoeira/Agente de contratação, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO - A Pregoeira/Agente de contratação poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 18 de agosto de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

Embalize Embalagens LTDA
ANDRÉ MARCHESE
Representante Legal
CPF: 075.xxx-xxx-02

CLAUDIA LUIZA MAZIERO
Fiscal Do Contrato

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Do Contrato

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:843FD10C

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, E AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO DA LINHA DE PRODUÇÃO DA UVR, EM APOIO A UVR NA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PARA MANUTENÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DA COLETA, OPERAÇÃO E TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.

Em cumprimento ao disposto na lei, ADJUDICO o objeto a empresa vencedora e HOMOLOGO o processo em epígrafe, tornando-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério Menor Preço:

EMPRESA: DMC BRASIL CARSONI LTDA **CNPJ: 43.875.090/0001-77**					
ITEM	**QTD**	**UNID**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	1	Unid.	**Serviço 1:** Troca da lona da Esteira de Elevação de Rejeitos modelo EERF-600X3000 marca Kubitz®, estrutura tipo módulos construída com chapas de aço carbono SAE 1008/1010. Chapas espessuras de 2, 3 e 6,35 mm cortadas a laser e dobradas em CNC altamente resistente. Base plana em chapa de aço para deslizamento da correia. Largura útil da correia da 600 mm comprimento 3000 mm. Equipado com moto redutor SEW de 1kw controle através de inversor de frequência podendo através de potenciômetro regular a velocidade da mesma de 0 a 8 m/minuto, acoplado em eixos usinados em CNC diâmetro 120 mm e com proteção corrosiva e galvanizado montado com mancais fixos e rolamentos blindados e duas regulagens para ajustes independentes. Correia e vedações laterais com quatro lonas. Dimensões externas 3319mm X 1146mm. Pintura eletrostática ou esmalte sintético padrão Kubitz®. Peso do equipamento 430 kg; Inclusos todos os itens necessários para a instalação do equipamento, tais como parafusos, correias de vedação e demais acessórios indispensáveis à fixação e ao pleno funcionamento do sistema; Inclusos os serviços de montagem e a disponibilização de mão de obra especializada, responsabilizando-se a contratada por todas as etapas da instalação, testes de funcionamento e eventuais ajustes; O equipamento a ser fornecido deverá ser novo, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhado de todos os componentes, atendendo integralmente às especificações do presente documento.	8.327,00	8.327,00
1			**Serviço 2**	18.900,0	18.900,00

			Troca da lona da Esteira de Elevação de Resíduos 5,5 metros de comprimento. Com moega fixa; sistema de ambientação abaixo do nível regular do piso; funil de alimentação igual ou inferior a 50 cm de altura (entre a esteira plana com a inclinada). Dimensões: 1 m (largura) x 5,5 m (comprimento). Sistema de correia com taliscas fixas, bordas metálicas elevadas mínimas 20 cm. Sistema de fixação com regulagem de altura para ajuste na esteira plana; Quadro de comando com controle de velocidade. Com adaptação e instalação de uma esteira de separação de resíduos plana de altura 1010 mm x largura 1380 mm x comprimento 10500 mm (existente); Inclusos todos os itens necessários para a instalação do equipamento, tais como parafusos, correias de vedação e demais acessórios indispensáveis à fixação e ao pleno funcionamento do sistema. Inclusos os serviços de montagem e a disponibilização de mão de obra especializada, responsabilizando-se a contratada por todas as etapas da instalação, testes de funcionamento e eventuais ajustes. O equipamento a ser fornecido deverá ser novo, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhado de todos os componentes, atendendo integralmente às especificações do presente documento.			
VALOR TOTAL						**27.227,00**
EMPRESA: EMBALIZE EMBALAGENS LTDA **CNPJ: 52.980.969/0001-70**						
ITEM	**QTD**	**UNID**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
2	40	unid	**Contenedor flexível tipo Big Bag** Contenedor flexível tipo Big Bag fabricado em ráfia de alta resistência; tecido 100% polipropileno virgem cor branco ativado contra ações de raios ultra violeta; capacidade de carga 500 kg nas dimensões 750mmX750mmX900mm; produto sem saia de enchimento e sem válvula de descarga com opção de impressão da logo desejada; Com quatro alças reforçadas e porta etiqueta. Fator de segurança 5:1 Projeto dentro das normas ABNT e Certificado IPT. ATENDER A NR 10 E NR 12.	MAXIRAFIA/BIG BAG 75X75X90 CM C/ IMPRESSÃO PORTA ETIQUETAS	73,70	2.948,00
VALOR TOTAL						**2.948,00**

Homologo a presente licitação,

Catanduvas - PR, 18 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:A0269FE4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 218/2026

DECRETO Nº 218/2026

SÚMULA: Cria Crédito Adicional, no orçamento do município de Centenário do Sul, autorizado pela Lei Municipal n°. 3290 de 10 de dezembro de 2025, para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
DECRETA:

Artigo 1°. Fica autorizado no orçamento corrente, abrir Crédito Adicional no valor de R$ 179.720,85 (Cento e Setenta e Nove Mil, Setecentos e Vinte Reais e Oitenta e Cinco Centavos), no orçamento do município de Centenário do Sul, para o exercício de 2026, conforme dotações abaixo:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0002.2007	Manutenção das Atividades da Administração Geral (Serviços Gerais)	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
230	00000-Recursos Ordinários (Livres)	43.717,46
	SUBTOTAL	51.717,46
06	SECRETARIA DE SAUDE	
06.001	DIRETORIA EXECUTIVA DE SAÚDE	
10.302.0005.2022	Contribuição com o Consórcio CISMEPAR	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
775	11514-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA DE COMISSAO PROPOSTA 803827 C/C 28341-X	696,82
06.003	FMS - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
10.301.0004.2024	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1023	11508-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 768598 C/C 28271-5	7.200,00
10.302.0005.2025	Manutenção dos Serviços de Saúde - Média e Alta Complexidade	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
1166	11506-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 766885 C/C 28269-3	17.040,75
10.301.0004.2024	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
992	00378-REPASSE PROAPS SESA PR	12.000,00
10.302.0005.2025	Manutenção dos Serviços de Saúde - Média e Alta Complexidade	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1172	00371-TRANSFERÊNCIA ESTADUAL HOSP SUS	3.198,60
10.301.0004.2024	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1013	11506-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 766885 C/C 28269-3	6.500,00
10.302.0005.2025	Manutenção dos Serviços de Saúde - Média e Alta Complexidade	

3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1193	11510-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 768591 C/C 28270-7	306,67
10.331.0007.2031	Manutenção do Programa "Mais Oportunidade de Trabalho com Dignidade" - Saúde	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
1301	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	7.280,00
	SUBTOTAL	54.222,84
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001	DEPARTAMENTO DA AÇÃO SOCIAL	
08.244.0008.2032	Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
1360	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.256,64
07.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.246.0007.2044	Manutenção do Programa "Mais Oportunidade de Trabalho com Dignidade" - Açao Social	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
1850	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.700,00
	SUBTOTAL	2.956,64
08	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	
12.306.0013.2046	Manutenção das Atividades da Cozinha Central - Alimentação Escolar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1940	00107-Salário-Educação	12.500,00
12.361.0013.2048	Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2073	01040-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	55,60
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2112	01040-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	477,46
08.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR	
12.361.0011.2050	Manutenção das Atividades das Escolas do Ensino Fundamental	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2251	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	13.934,69
12.365.0012.2052	Manutenção das Atividades dos Centros Municipais de Educação Infantil - Pré-Escola	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2700	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
	SUBTOTAL	27.967,75
09	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE SERV. PÚBLICOS.	
15.451.0015.2054	Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Serv. Públicos	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3090	00000-Recursos Ordinários (Livres)	12.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3150	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.300,16
15.451.0007.2055	Manutenção do Programa "Mais Oportunidade de Trabalho com Dignidade" - Serv Urbanos	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
2802	01015-Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei nº 13.885/2019	17.780,00
	SUBTOTAL	36.080,16
10	SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	
10.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTE CULTURA E LAZER	
27.812.0017.2058	Manutenção do Atendimento nas Unidades Esportivas	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3590	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.376,00
	SUBTOTAL	5.376,00
11	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
11.001	DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUARIO	
20.608.0018.2061	Manutenção das Atividades do Departamento de Fomento Agropecuário	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3750	00000-Recursos Ordinários (Livres)	700,00
	SUBTOTAL	700,00
12	SECRETARIA DE DESELVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	
12.001	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO	
22.661.0021.2063	Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3961	00000-Recursos Ordinários (Livres)	700,00
	SUBTOTAL	700,00
	TOTAL	179.720,85

Artigo 2º- Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso o seguinte:
I - na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64, a anulação das seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0002.2007	Manutenção das Atividades da Administração Geral (Serviços Gerais)	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
200	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.100,00
	SUBTOTAL	11.100,00
06	SECRETARIA DE SAUDE	
06.003	FMS - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
10.302.0005.2025	Manutenção dos Serviços de Saúde - Média e Alta Complexidade	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1050	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	7.280,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1120	00371-TRANSFERÊNCIA ESTADUAL HOSP SUS	3.198,60
	SUBTOTAL	10.478,60
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0010.2040	Manutenção das Atividades do CREAS - PSE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	

1740	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.700,00
	SUBTOTAL	1.700,00
08	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	
12.122.0011.2045	Manutenção das Atividades da Secretaria de Municipal de Educação	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1860	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	13.934,69
12.361.0013.2048	Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2050	00107-Salário-Educação	10.000,00
08.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR	
12.365.0012.2052	Manutenção das Atividades dos Centros Municipais de Educação Infantil - Pré-Escola	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
2630	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
12.361.0011.2050	Manutenção das Atividades das Escolas do Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2243	01040-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	533,06
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2280	00107-Salário-Educação	2.500,00
	SUBTOTAL	27.967,75
09	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE SERV. PÚBLICOS.	
15.451.0015.2054	Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Serv. Públicos	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3020	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3090	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	12.000,00
10	SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	
10.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTE CULTURA E LAZER	
27.812.0017.2058	Manutenção do Atendimento nas Unidades Esportivas	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3600	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.376,00
	SUBTOTAL	5.376,00
11	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
11.001	DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUARIO	
20.608.0018.2061	Manutenção das Atividades do Departamento de Fomento Agropecuário	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3730	00000-Recursos Ordinários (Livres)	700,00
	SUBTOTAL	700,00
	TOTAL	69.322,35

II - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação nas seguintes rubricas:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.2.3.50.0.1.10.00.00.00.00	REPASSE PROAPS SESA PR FONTE 378 C/C.25154-2	12.000,00
1.7.1.3.50.1.1.10.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE - ATENÇÃO PRIMARIA	31.047,42
1.7.1.3.50.1.1.11.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS ACOES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE	696,82
	TOTAL	43.744,24

III - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64, o Superavit Financeiro nas seguintes rubricas:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	48.874,26
01015	Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei nº 13.885/2019	17.780,00
	TOTAL	66.654,26

Artigo 3º- Ficam incluídas na programação financeira e no cronograma de desembolso os seguintes valores como segue.
Alteração Adicional das Cotas de Receita:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.2.3.50.0.1.10.00.00.00.00	REPASSE PROAPS SESA PR FONTE 378 C/C.25154-2	12.000,00
1.7.1.3.50.1.1.10.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE - ATENÇÃO PRIMARIA	31.047,42
1.7.1.3.50.1.1.11.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS ACOES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE	696,82
	TOTAL	43.744,24

Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 18 de agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:82159DB7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026 - PROCESSO Nº 41/2026

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026 - PROCESSO Nº 41/2026

Objeto: Contratação de serviços especializados, por meio de pessoa física ou jurídica, para a execução de oficinas socioeducativas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) deste município..

Considerando as informações constantes do processo licitatório em epigrafe, a Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO a homologação dos mesmo em nome dos licitantes adiante mencionado como vencedores:

FABIANE PORTELA BARBOSA - CNPJ: 43.826.156/0001-39						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
2	416	HR	Oficina de Jiu-Jitsu (Crianças e Adolescentes) 08 horas semanais divididos em 1 dia na semana, sendo direcionado 04 horas de manhã e 04 horas a tarde. As turmas serão divididas por faixa etária, sendo que deverá incluir até 10 pessoas. 06 a 12 anos (02 horas de manhã e duas horas à tarde) 13 a 18 anos (02 horas de manhã e duas horas à tarde).	PROPRIA P. SERVIÇO/	89,9900	37.435,8400
3	104	HR	Oficina de Jiu-Jitsu - Defesa Pessoal (Mulheres) Oficina direcionada para mulheres de 18 à 59 anos, em situação de vulnerabilidade social, familiar ou situação de violência doméstica. A oficina ocorrerá em uma tarde por semana, com duração de até 02 horas. A oficina terá turma de mulheres entre a faixa etária de 18 à 59 anos, com até 20 participantes.	PROPRIA P. SERVIÇO/	101,6800	10.574,7200

LAHUD TREINAMENTOS LTDA ME - CNPJ: 20.710.280/0001-39						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
1	624	HR	Oficina de Hip Hop (Crianças e Adolescentes) 12 horas semanais divididos em dois dias por semana, sendo direcionado 06 horas por dia trabalhado, onde cumprirão 03 horas de atividade por turma, incluindo manhã e tarde. As turmas serão divididas por faixa etária, sendo que deverá incluir até 15 pessoas. 06 a 12 anos: turma manhã 03 horas e turma tarde 03 horas. 13 a 18 anos: turma manhã 03 horas e turma tarde 03 horas.	PROPRIA PROPRIA/	68,0000	42.432,0000
4	104	A oficin HR	Oficina de Autocuidado, Limpeza de Pele e Maquiagem a ocorrerá em uma tarde por semana, com duração de até 02 horas. A oficina terá turma de mulheres entre a faixa etária de 18 à 59 anos, com até 20 participantes.	PROPRIA PROPRIA/	119,9900	12.478,9600

Clevelândia, 18 de agosto de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:8836F405

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026 - PROCESSO Nº 50/2026

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026 - PROCESSO Nº 50/2026

Objeto: Contratação, para futura e eventual Prestação de Serviços de alinhamento e geometria, balanceamento, cambagem e alinhamento de caster para veículos, rodizio e conserto de pneus, para fins de manutenção da frota Municipal, a fim de garantir a segurança de todos os usuários dos transportes e atendimento das necessidades da população.

Considerando as informações constantes do processo licitatório em epigrafe, a Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO a homologação dos mesmo em nome dos licitantes adiante mencionado como vencedores:

PELLIZZARO AUTOPECAS LTDA - CNPJ: 12.018.015/0001-66						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
1	408	SV	SERVIÇO DE ALINHAMENTO E GEOMETRIA COMPLETO PARA VEÍCULOS LEVES.	SERVIÇO/	226,0000	92.208,0000
3	1.479	SV	BALANCEAMENTO POR RODA EM VEÍCULOS LEVES.	SERVIÇO/	22,5000	33.277,5000
4	749	SV	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU PARA VEÍCULOS LEVES.	SERVIÇO/	41,0000	30.709,0000
5	276	SV	SERVIÇO POR RODA DE CAMBAGEM E ALINHAMENTO DE CASTER EM VEÍCULOS LEVES	SERVIÇO/	60,0000	16.560,0000
6	286	SV	SERVIÇO DE ALINHAMENTO E GEOMETRIA, BALANCEAMENTO DAS RODAS, DESMONTAGEM DE PNEUS USADOS E MONTAGEM DE PNEUS NOVOS PARA VEÍCULOS LEVES.	SERVIÇO/	329,0000	94.094,0000
7	248	SV	SERVIÇO DE ALINHAMENTO E GEOMETRIA COMPLETO PARA VEÍCULOS MÉDIOS (KOMBI, VANS, FIAT DUCATO, MERCEDES SPRINTER, MASTER AMBULÂNCIA, RENAULT DUSTER E	SERVIÇO/	280,0000	69.440,0000

			CAMIONETES).			
8	250	SV	RODIZIO DE PNEUS DAS QUATRO RODAS PARA VEÍCULOS MÉDIOS (KOMBI, VANS, FIAT DUCATO, MERCEDES SPRINTER, MASTER AMBULÂNCIA, RENAULT DUSTER E CAMIONETES).	SERVIÇO/	128,0000	32.000,0000
9	234	SV	SERVIÇO POR RODA DE CAMBAGEM E ALINHAMENTO DE CASTER PARA VEÍCULOS MÉDIOS (KOMBI, VANS, FIAT DUCATO, MERCEDES SPRINTER, MASTER AMBULÂNCIA, RENAULT DUSTER E CAMIONETES).	SERVIÇO/	68,0000	15.912,0000
11	574	SV	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM POR RODA DE PNEUS PARA VEÍCULOS MÉDIOS (KOMBI, VANS, FIAT DUCATO, MERCEDES SPRINTER, MASTER AMBULÂNCIA, RENAULT DUSTER E CAMIONETES).	SERVIÇO/	62,0000	35.588,0000

A. TREVISAN COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA – - CNPJ: 02.568.874/0001-75						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
2	332	SV	RODIZIO DE PNEUS DAS QUATRO RODAS PARA VEÍCULOS LEVES.	SERVIÇO/	169,5000	56.274,0000
18	170	SV	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU PARA MICRO-ÔNIBUS.	SERVIÇO/	74,1800	12.610,6000

A. TREVISAN COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA – - CNPJ: 02.568.874/0001-75						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
19	60	SV	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU PARA ÔNIBUS.	SERVIÇO/	78,2800	4.696,8000
20	214	SV	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM PNEU 275/80 RAIO 22.5.	SERVIÇO/	95,4800	20.432,7200
21	80	SV	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM PNEU 1000 RAIO 20.	SERVIÇO/	112,3300	8.986,4000
22	170	SV	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM PNEU 215/75 RAIO 17.5.	SERVIÇO/	97,0000	16.490,0000
23	150	SV	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU 1.400X24, 16 LONAS (MOTONIVELADORA).	SERVIÇO/	266,0700	39.910,5000
24	100	SV	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU 12.5/80-18 12 LONAS.	SERVIÇO/	140,6200	14.062,0000
25	56	SV	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU AGRÍCOLA 18.4/30, 12 LONAS.	SERVIÇO/	238,6900	13.366,6400
26	56	SV	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU AGRÍCOLA 14.9/24, 12 LONAS.	SERVIÇO/	188,6700	10.565,5200
27	60	SV	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU AGRÍCOLA 17.5/25, 16 LONAS.	SERVIÇO/	256,3000	15.378,0000
28	60	SV	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU AGRÍCOLA 7.50 RAIO 16.	SERVIÇO/	80,3500	4.821,0000
29	50	SV	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU 19.5 L 24, 12 LONAS.	SERVIÇO/	236,2400	11.812,0000
30	80	SV	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM 23. 1-26 16 LONAS.	SERVIÇO/	287,2000	22.976,0000
31	92	SV	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU 295/80 RAIO 22.5.	SERVIÇO/	94,4300	8.687,5600
32	50	SV	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU 12X16.5 - 10 LONAS.	SERVIÇO/	131,7500	6.587,5000
33	424	SV	CONSERTO DE PNEUS, CAMINÕES E ÔNIBUS	SERVIÇO/	112,7100	47.789,0400
34	621	SV	CONSERTO DE PNEUS CARRO PEQUENOS, MÉDIOS E UNTILITÁRIOS	SERVIÇO/	55,0000	34.155,0000
35	200	SV	CONSERTO DE PNEUS, MAQUINAS PESADAS	SERVIÇO/	220,0000	44.000,0000

Clevelândia, 18 de agosto de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:D082DF95

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 280/2026

MUNICIPIO DE CONTENDA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 280/2026 de 10/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2293/2025 de 09/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$324.265,34 (trezentos e vinte e quatro mil e duzentos e sessenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0003.2.007		MANUTENCAO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
24 - 3.1.90.11.00.00	3000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.305,34
06		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA , ESPORTE E TURISMO	

06.002		SETOR DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	
06.002.12.367.0013.2.032		MANUTENCAO DA EDUCACAO ESPECIAL	
349 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	200,00
352 - 4.4.90.52.00.00	3105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.030,00
06.003		FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - FUNDEB	
06.003.12.361.0013.2.034		FUNDEB ENSINO FUNDAMENTAL	
361 - 3.3.90.39.00.00	1040	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.260,00
07		SECRETARIA DE SAUDE	
07.003		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.003.10.301.0019.2.043		MANUTENCAO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
505 - 3.3.90.14.00.00	303	DIARIAS - CIVIL	200,00
506 - 3.3.90.30.00.00	494	MATERIAL DE CONSUMO	1.170,00
512 - 3.3.90.39.00.00	34941	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	251.500,00
08		SECRETARIA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	
08.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.003.08.245.0021.2.091		FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	
750 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	3.600,00
Total Suplementação:			324.265,34

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
3105	ALIENAÇÃO DE ATIVOS/INDENIZAÇÃO DE SINISTROS - EDUCAÇÃO	3.030,00
3000	RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	60.305,34
34941	BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	251.500,00
Total		314.835,34

Art 3º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo 1º, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
06		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA , ESPORTE E TURISMO	
06.002		SETOR DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	
Redução			
06.002.12.367.0013.2.032		MANUTENCAO DA EDUCACAO ESPECIAL	
342 - 3.3.90.14.00.00	000	DIARIAS - CIVIL	200,00
07		SECRETARIA DE SAUDE	
07.003		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.003.10.301.0019.2.043		MANUTENCAO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
510 - 3.3.90.36.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	200,00
08		SECRETARIA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	
08.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.003.08.245.0021.2.091		FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	
755 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3.600,00
Total Redução:			4.000,00

Art 4º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo 1º, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.18 TRANSFERENCIA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - CUSTEIO ATENÇÃO PRIMÁRIA PORTARIA 10.169 - Fonte: 494	1.170,00
Receita: 1.7.1.5.52.0.1 Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR - Fonte: 1040	4.260,00
Total da Receita:	5.430,00

Art 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, Estado do PR, em 10 de Agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:A4BF5B09

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONTABILIDADE PMCV
DECRETO 9082

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 9082/2026, de 12 de agosto de 2026

Abre Crédito Adicional Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 3646/2026, de 12 de agosto de 2026
DECRETA

Art. 1º) – Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 280.075,08 (duzentos e oitenta mil e setenta e cinco reais e oito centavos), conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0900	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo		
0902	Departamento de Turismo e Serviços		
0902.23.695.0033.2.063	Estruturação, Modernização e Fomento ao Turismo		
4.4.90.93	Indenizações e Restituições	000-RD	280.075,08
TOTAL			280.075,08

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:
I – Anulação parcial e/ou total de dotação orçamentárias constante do orçamento programa em vigor, conforme discriminadas a seguir:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0800	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo		
0801	Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
0801.15.452.0027.2.052	Manutenção dos Serviços Públicos		
3.3.90.39 (965)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	000-RD	280.075,08
TOTAL			280.075,08

Art. 3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 12 (doze) dias do mês de agosto do ano de 2026.

Registre-se e Publique-se

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:8C913A15

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL 002/2026 - CONCURSO PÚBLICO 001/2026

EDITAL N.º 02.001/2026 – DEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

O Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Deferimento das Solicitações de Isenção da taxa de Inscrição** do Concurso Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art.1º Fica divulgado por meio do **ANEXO ÚNICO** deste Edital, a relação dos candidatos que tiveram o pedido de isenção **DEFERIDO**, com escopo nas regras contidas nos subitens 5.22, 5.23 e 5.24 do Edital de Abertura.

Art.2º Registra-se que todos os pedidos de isenção **INDEFERIDOS**, possuem justificativas quanto a posição adotada pela banca examinadora, as quais encontram-se dispostas na "Área do candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.3º Quanto ao **INDEFERIMENTO** da solicitação de Isenção da taxa de Inscrição, caberá interposição de recurso no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir das **0h do dia 19/08/2026 às 23h59min do dia 20/08/2026**, observando o horário oficial de Brasília - DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Vivida (PR), 18 de agosto de 2026

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

CARLOS LOPES
Presidente da Comissão Especial Organizadora

ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.° 02.001/2026 - DEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042199	ANGELO NERY VIEIRA CRESTANI	Doador de Medula Óssea
0042877	FABIANO BASSOLI DONIDA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042152	GEREMIAS GARCIA BERTO	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042479	HEBERT CHRISTIAN YAMANAKA	Doador de Medula Óssea
0042887	HELLEM CRYSTYNA MOTA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042688	MAURO ALBRECHT	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042910	MISAEL FERREIRA SUZARTE DOS SANTOS	Cidadão desempregado e/ou carente de taxa de inscrição (Lei Municipal n.º 1.771/2005)
0042896	NATHALIA LUIZA SCHEDLER CALZA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042906	VINICIUS ALVES SCHAUTZ	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042072	WILLIAN BORTOLOTTO	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042418	YURI DOS SANTOS BOENO	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042474	ANA PAULA DOMINGOS CIQUELERO	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042769	ANDRIELI MAURINA	Doador de Medula Óssea
0042453	EDICLEIA VOGEL	Doador de Medula Óssea

0042358	HELEN MILENE BRUM	Doador de Medula Óssea
0042963	REJANE MONTEIRO MACHADO	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
ASSISTENTE SOCIAL - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042813	ALINE APARECIDA FERREIRA DA SILVA	Cidadão desempregado e/ou carente de taxa de inscrição (Lei Municipal n.º 1.771/2005)
0042051	CÂNDIDA MIRELA AIRES DE OLIVEIRA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0043066	ELAINE BUENO BOHRER DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0043029	JUCELIA PIRES DE LIMA	Doador de Medula Óssea
0042526	LEOBINA GULHAK	Doador de Medula Óssea
0042668	LUCIMARI DOS SANTOS	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042841	LUCINEIA RAIMUNDA DE SOUZA	Doador de Medula Óssea
0042139	ROSANE DOS SANTOS VISNIESKI	Doador de Medula Óssea
CONTADOR – CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042898	ALINE CAMARGO SOARES	Doador de Medula Óssea
0042422	ANA CRISTINA MANGONI	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042605	BRENDA GABRIELI DE LIMA DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0042090	BRENDOW MATHEUS WILLIAN GEMIN	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042108	DEYSE FINSTERBUSCH ZOPELARO	Doador de Medula Óssea
0042073	FABIANO RIBEIRO DIAS	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042126	LARICE DE OLIVEIRA DALAGO	Doador de Medula Óssea
0042749	MARCOS JOSÉ NOVAKOSKI	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0043033	MICHAEL BUSSOLA	Doador de Medula Óssea
0042606	RAFAEL JOSE LIMA DA SILVA	Doador de Medula Óssea
ENFERMEIRO - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042611	ADAIANE GOMES DOS SANTOS	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042330	AMANDA KAMILA DE MACEDO PALAVICINI	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042873	ANDRESSA SOARES RODRIGUES	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042871	BARBARA DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042637	BRUNA EDUARDA FERREIRA	Doador de Medula Óssea
0042282	CAMILA FORT ROCHA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042297	CAROLAINE DE OLIVEIRA HOLZ	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042525	DEIVID SERGIO SANTOS SILVA	Doador de Medula Óssea
0043040	DIANDRA MARTELO DE ALMEIDA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042235	EDINEIA VOGEL	Doador de Medula Óssea
0042979	ELIANE DE OLIVEIRA MOTA BOS	Doador de Medula Óssea
0042537	FÁTIMA VITÓRIA DANTAS BORGES	Doador de Medula Óssea
0042757	FERNANDA PEREIRA FERNANDES FERRI	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042430	GABRIELA DE OLIVEIRA SANTOS	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042730	JULIANA LOPES DE QUADROS RIBEIRO	Doador de Medula Óssea
0042285	LAYS PROCOPIO DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042711	LEANDRO TAVARES DA SILVA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042938	LUCIANE SABEDOT DALLAGNOL	Doador de Medula Óssea
0042943	LUIZ CARLOS GONÇALVES FRANCO	Doador de Medula Óssea
0042638	MARCELO GROCHOVSKI	Doador de Medula Óssea
0042109	MARCIA KELLY PERATT	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042627	MARCIA REGINA RODRIGUES	Doador de Medula Óssea
0042612	MARIA ELENIR SAMPAIO	Doador de Medula Óssea
0042524	MARIELLY ZACHE ROTH	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042695	MARISTELA ROCHA DE VARGAS	Doador de Medula Óssea
0042569	MICHELE PIOLI CAETANO GROCHOVSKI	Doador de Medula Óssea
0042501	MONICA TONDO	Doador de Medula Óssea
0042819	PATRICIA MARAFON SILVA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042491	SANDRO BLASER GOUVEA	Doador de Medula Óssea
0042723	SILVIA AGUIRRE	Doador de Medula Óssea
0042331	TAINARA DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
ENGENHEIRO CIVIL - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042301	AGLAILTON DE OLIVEIRA MAGALHAES	Doador de Medula Óssea
0042095	ALINI SUCHOW	Doador de Medula Óssea
0042197	ANDRESSA MAIRA LOPES DE PAULA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042755	BIANCA BATISTA OLIVEIRA DA CRUZ	Doador de Medula Óssea
0042622	EDUARDO BELLEI	Doador de Medula Óssea
0042651	GIOVANI DE BARROS MOREIRA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042465	GUILHERME FELIPE DA SILVA MIERZWINSKI	Doador de Medula Óssea
0042322	HELOÍSA ROCHA FUJITA FURLANI	Doador de Medula Óssea
0043017	JOÃO VICTOR SOUSA DA SILVA	Cidadão desempregado e/ou carente de taxa de inscrição (Lei Municipal n.º 1.771/2005)
0043071	JONATHAN ROBERTO COSTA FELIPE	Doador de Medula Óssea
0042942	LAIS SOUZA ZANELLA	Doador de Medula Óssea
0042052	LUCAS GALVÃO KUNS	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042481	NEMIAS JUNIOR BISPO DE SOUZA	Doador de Medula Óssea
0042599	TABATA MOROZINI SIQUEIRA	Doador de Medula Óssea
0042541	TAINARA SAVARIS	Doador de Medula Óssea
FARMACÊUTICO - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042088	ADRIANO LUIS HEINEN	Doador de Medula Óssea
0042905	BIANCA PEREIRA FERNANDES CANDIDO	Doador de Medula Óssea
0042804	DÉBORA BORGES MENIN	Doador de Medula Óssea
0042785	FLAVIA BARBOSA	Doador de Medula Óssea
0042816	ISABEL PINHEIRO DOS REIS	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042454	JULIANE FETTER	Doador de Medula Óssea
0042559	LAURA BORNHIATI CECHETTO	Doador de Medula Óssea
0042767	MAYARA DENIZE FERST HEINEN	Doador de Medula Óssea
FISCAL TRIBUTÁRIO - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0043007	ADRIANA DA SILVA PAZ	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)

0042414	ALEXARI LEAL	Doador de Medula Óssea
0042870	ARIEL COPETTI	Doador de Medula Óssea
0042504	ARTHUR PILASTRE NETO	Doador de Medula Óssea
0042497	CARLITO KASPERAVICIUS	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042727	CARLOS MAYKEL GONÇALVES	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042684	EDDIE ILIE CORREIA DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0043014	EDESON MARCELO FERREIRA DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042402	ELY PAULA BOMBANA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042604	GABRIEL JULIO ALEXANDRE SCHUINGEL	Doador de Medula Óssea
0042490	GENILSON PEREIRA DE JESUS	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042469	GIOVANA GARCIA DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042581	GUILHERME LEONARDO DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0043048	LOHAINE BATISTEL	Doador de Medula Óssea
0042089	LUANA FERREIRA GOMES DIAS	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042596	LUIS FERNANDO STRACKE	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042751	SABRINA AMANDA TOSIN	Doador de Medula Óssea
0042163	SAMARA STEFANI LIBRELATO	Doador de Medula Óssea
0042815	SANDRA MARIA DEOTTI	Doador de Medula Óssea
0042632	SILMAX CORREIA BORGES	Doador de Medula Óssea
0042401	STEFANE BOMBANA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042996	THAIS REGINA MAQUEA BATALINI	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042580	VANESSA ALVES TONETE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0042118	VANESSA MAIARA PRESTES	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042249	VIVIANE TELES BERNARDO	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042472	WAGNER GUARNERI	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
FONOAUDIÓLOGO - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042692	ALVARO ANTONIO DA SILVA	Doador de Medula Óssea
MÉDICO DA FAMÍLIA - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042434	ALICE VOLPATO ROCHA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042535	AUGUSTO DOS SANTOS GOMES	Cidadão desempregado e/ou carente de taxa de inscrição (Lei Municipal n.º 1.771/2005)
0042741	CARLOS ALEXANDRE BRAMBILA	Doador de Medula Óssea
0042703	DEBORA CRISTINA BELLEI	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042838	DÉBORA GONÇALVES DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0042106	EWERTON DAVIS GUSMÃO DE SOUZA	Doador de Medula Óssea
0042519	FABIANA BILMAYER	Doador de Medula Óssea
0042775	GEOVANA PEREIRA DE SOUZA LUZ	Doador de Medula Óssea
0042371	GIOVANNA LOURENÇO CAVAGNOLI	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042166	ISABELLA KIMURA DE LIMA	Doador de Medula Óssea
0042750	JEFERSON LIMA BARBOSA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0043020	JOÃO PEDRO JUNG DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042410	JULIANE PIETRAS	Doador de Medula Óssea
0042926	LUANA APARECIDA BORGA	Doador de Medula Óssea
0042721	LUCAS OLIVEIRA DE ANDRADE	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042087	MANOELA DE MOURA GERVAZONI	Doador de Medula Óssea
0042617	MANUELA FARIAS FLÔRES	Doador de Medula Óssea
0042540	MARCIO GRISS RAMOS	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042671	MARICELI ELOISA NOGUEIRA	Doador de Medula Óssea
0043063	MATHEUS BONZANINI	Doador de Medula Óssea
0042717	NIEVE TAYS POSSATO	Doador de Medula Óssea
0042191	ROBBSON HAUGUSTO DAMBROS	Doador de Medula Óssea
0042826	STEPHANIE ROCHA PEREIRA	Doador de Medula Óssea
0042188	VICTORIA TISCHER SAWKA	Doador de Medula Óssea
0042386	VITOR DIAS ESPINDOLA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
MOTORISTA - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042880	EDSON FRANÇA DE LIMA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042335	JÚLIO CEZAR DREHER	Doador de Medula Óssea
0042071	LUIZ FELIPE MACHADO DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042536	SIDNEY GOMES DE LARA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
NUTRICIONISTA - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042806	ALANA SOEIRO KIRCHHEIM	Doador de Medula Óssea
0042436	AUGUSTO VINICIOS KAMINSKI	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042097	BIANKA MACHADO ZANINI	Doador de Medula Óssea
0042079	FABIOLA SANTOS DE LIMA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042577	KELLY APARECIDA DUARTE	Doador de Medula Óssea
0042649	KELVIN DOLVITSCH FAREZIN	Cidadão desempregado e/ou carente de taxa de inscrição (Lei Municipal n.º 1.771/2005)
0042065	NATALIA BERGONZI	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042923	SILMARA PELIZZER	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
OPERADOR DE MÁQUINA RODOVIÁRIA - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042587	EVANDRO TASCA	Doador de Medula Óssea
PROCURADOR JURÍDICO - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042834	AILTON AKIRA ALVES CORDEIRO	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042738	ALEXANDRE MATOS LIMA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042324	ALISON GIOVANE GOMES	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042740	AMANDA DAMIAN MONTEIRO	Doador de Medula Óssea
0042993	ANA FLAVIA PENSO ARENDT	Doador de Medula Óssea
0042936	ANDRE LUIZ QUAGLIOTTO	Doador de Medula Óssea
0043059	ARNOLDO LUIZ DA SILVA DO NASCIMENTO	Doador de Medula Óssea
0042344	ATILA DA SILVEIRA STRAPASSON	Doador de Medula Óssea
0042156	BERTRAM OLIVEIRA DE ALCÂNTARA CARVALHO	Doador de Medula Óssea
0042455	BRUNA EDUARDA SOLETTI	Doador de Medula Óssea
0042789	CALEBE RIOS	Doador de Medula Óssea

0042196	CHRISTIAN DE MORAES PIASSA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042300	CRISTIAN OPUCHKEVICZ PAIANO	Doador de Medula Óssea
0042353	DANIEL BRITO DE SANTANA SILVA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042636	ELAINE CONSTANTINO LEMOS	Doador de Medula Óssea
0042795	ELIAS FELIX DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042351	ELOISE SPILKA	Doador de Medula Óssea
0042258	ERICK CAMARGO DE ALMEIDA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042476	EZEQUIAS DE ARRUDA DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042143	FABRICIO CHRESTANI	Doador de Medula Óssea
0042792	FELIPE CARVALHO ROMERO	Doador de Medula Óssea
0042635	FELISBERTO CHAGAS DE SOUZA JUNIOR	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042823	FERNANDO CÉSAR NUNES ALVES	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042915	GABRIELLE VIANA DAIBES	Doador de Medula Óssea
0042496	GELSON ANDREY DIERK PEREIRA	Doador de Medula Óssea
0043069	GIOVANNA ALVES DA CRUZ	Doador de Medula Óssea
0042833	GUILHERME BRESCOVIT BANDEIRA	Doador de Medula Óssea
0042643	GUILHERME SOUZA AZEVEDO	Cidadão desempregado e/ou carente de taxa de inscrição (Lei Municipal n.º 1.771/2005)
0042891	HENRIQUE ROBERTO ARRUDA MENEGUELI	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042467	HIGOR GUSTAVO DEL GESSO	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042457	IAN DE COL NARDO	Doador de Medula Óssea
0042583	IRANEIDE MARIA DE OLIVEIRA PEREIRA TERTO KOMECHE	Doador de Medula Óssea
0042966	JAYNARA JUCHNESKI	Doador de Medula Óssea
0042683	JOÃO PEDRO ROCHA DE ALMEIDA	Doador de Medula Óssea
0042204	JOÃO VITOR BOLDO DO NASCIMENTO	Doador de Medula Óssea
0042207	JONATAS EVANGELISTA DE RESENDE	Doador de Medula Óssea
0042334	JONATHAN MEHRET	Doador de Medula Óssea
0042438	JOSYANNE FERRAZ ROCHA DE SANTANA	Doador de Medula Óssea
0042279	JULIA BORNHIATI CECHETTO	Doador de Medula Óssea
0042639	JÚLIO CESAR IDALGO	Doador de Medula Óssea
0042408	KARLA DENISE ROSIN	Doador de Medula Óssea
0042660	LAYLA EVELYN MARTINS DA SILVA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042533	LEILANE LINHARES DE SOUSA CHELES	Doador de Medula Óssea
0042555	LEONARDO MEDEIROS PASA	Doador de Medula Óssea
0042704	LUIZ GUILHERME SUCKER PEREIRA CAMPOS	Doador de Medula Óssea
0042736	LUIZA LOPES FLOIS	Doador de Medula Óssea
0042102	MARCELLA CAVALLIN VELOSO	Doador de Medula Óssea
0042975	MARCOS PAULO PINTO DE ARRUDA SODRÉ	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042707	MARIA ANTONIETA TAQUES DE OLIVEIRA MEDEIROS	Doador de Medula Óssea
0042940	MILENE IARROCHESKI	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042151	MONIQUE SILVA DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0042958	PATRICIA SCHAUSS	Doador de Medula Óssea
0042854	POLYANNA MORAES MACHADO	Doador de Medula Óssea
0042791	RENAN GUSTAVO BATISTEL	Doador de Medula Óssea
0042561	RONALDO GIMENEZ MONTEIRO	Doador de Medula Óssea
0042272	SAIONARA ZATERA	Doador de Medula Óssea
0042892	THAIS MATIAS DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042997	VALQUIRIA AMANDA CORDEIRO	Doador de Medula Óssea
0042925	WAGNER COSTA MATIAS	Doador de Medula Óssea
PROFESSOR MUNICIPAL 20H - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042989	ADRIANA MAURINA MAFESSONI	Doador de Medula Óssea
0042250	ANA CARLA ZANOTO	Doador de Medula Óssea
0042794	ANA PAULA TELES DETOGNI	Doador de Medula Óssea
0042473	BARBARA ELOIZA BOCCHI TASCA	Doador de Medula Óssea
0043021	BRUNA VARGAS DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0042209	CARLA EDUARDA OLIVEIRA LOPES	Doador de Medula Óssea
0042343	JESSICA NEVES DIAS NOGUEIRA	Doador de Medula Óssea
0042589	JOILSE DINIZ	Doador de Medula Óssea
0042084	JULIANA BARBOSA DA LUZ	Cidadão desempregado e/ou carente de taxa de inscrição (Lei Municipal n.º 1.771/2005)
0043035	MARIA SALETE ALBUQUERQUE SCUSIATO	Doador de Medula Óssea
0042869	PATRICIA SCUSIATO BARBOZA	Doador de Medula Óssea
PROFESSOR MUNICIPAL 40H - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042399	CRISTINA APARECIDA DA SILVA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042255	DAIANE SIMAS DO NASCIMENTO	Doador de Medula Óssea
0042076	JOANA CRISTINA DA ROSA INGLES	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042628	JULIANA PAULA SOUTHIER DE SOUZA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0043047	LUCIANA APARECIDA JESBICK FAORO	Doador de Medula Óssea
0042542	LUCIANA NIENDICKER DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042888	MARCIANE GIELOW	Doador de Medula Óssea
0042269	RHAYANE KIARA DA CRUZ	Doador de Medula Óssea
0042691	ROSILDA ANTUNES DE JESUS	Doador de Medula Óssea
0042340	TAMIRES CRISTIANE TRAMARIN	Doador de Medula Óssea
0042332	WESLEY ADRIANO DE LIMA MARQUES	Doador de Medula Óssea
PROFESSOR MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20H - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042911	DIEGO SEMBAY	Doador de Medula Óssea
0042506	EMANUEL ARAUJO DALBOSCO	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
PSICÓLOGO - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042308	AMANDA SANTOS MACHADO	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042708	ANA JULIA ALBUQUERQUE	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042056	AYLA CECILE DE AMORIM VILAS BOAS	Doador de Medula Óssea
0042120	BRUNO FERNANDO FREITAS SAGANSKI	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042059	CILMARA SOARES	Doador de Medula Óssea
0043039	DANIELE NOGUEIRA	Doador de Medula Óssea
0043006	ISADORA BALBINOTTI DE LOURENÇO	Doador de Medula Óssea

0042175	KAUANA SOARES DE ANDRADE	Doador de Medula Óssea
0042514	MARIA TEREZA PORTELA	Doador de Medula Óssea
0043050	RAYANE DOS SANTOS FOREKEVICZ SILVA	Doador de Medula Óssea
0042516	TUANI SAVARIS	Doador de Medula Óssea
0042058	TULIO YUDI ISHIKAWA	Doador de Medula Óssea
0042981	VANESSA DA SILVA DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042588	VANESSA SMAHA DE ARAUJO	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042247	VINÍCIUS RODRIGUES SOARES	Doador de Medula Óssea
SECRETÁRIO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042546	AYANE CARVALHO TEZONE	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042698	BRUNO LEONARDI HUFF	Cidadão desempregado e/ou carente de taxa de inscrição (Lei Municipal n.º 1.771/2005)
0042121	DENISE ANE PASQUALOTTO SASSO	Doador de Medula Óssea
0042634	FRANCISCA DOS SANTOS ALMEIDA	Doador de Medula Óssea
0042760	JULIANE BENIN FERRARI	Doador de Medula Óssea
0042801	MARCIANA BARBOSA DA LUZ	Cidadão desempregado e/ou carente de taxa de inscrição (Lei Municipal n.º 1.771/2005
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0043000	GABRIELI PADILHA DE SOUZA	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
0042724	JULCINEIA APARECIDA DOS SANTOS RODRIGUES	Doador de Medula Óssea
0042629	REGIANE ALVES RIBEIRO	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042722	NATHIELE RUCZINSKI CORVALAN	Doador de Medula Óssea
0042539	TANIA FRANCIELI DOS SANTOS	Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017)
TERAPEUTA OCUPACIONAL - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042376	JAQUELINE DE ALMEIDA PASQUALOTTO	Doador de Medula Óssea

Publicado por:
Bruno Cesar Müller Amaral
Código Identificador:7F343516

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PARQUE SUL COMERCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS LTDA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	51/2026
b) Licitação Nrº :	21/2026
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	18/08/2026
e) Objeto Homologado :	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PARQUES INFANTIS (PLAYGROUNDS) COLORIDOS, COM FORNECIMENTO, TRANSPORTE, DESCARGA, MONTAGEM, FIXAÇÃO, INSTALAÇÃO, TESTES E ENTREGA TÉCNICA, DESTINADOS ÀS ESCOLAS MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOUTOR ULYSSES/PR, NAS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP.
f) Processo Adm Nrº :	51/2026

12.361.0004.2.018. - Manutenção do Ensino Fundamental
12.365.0003.2.085. - Manutenção das escolas de Ensino infantil - Pré-escola
12.365.0003.2.086. - Manutenção das escolas de Ensino infantil - creche
04.122.0001.2.007. - Manutenção do Departamento de Administração

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: PARQUE SUL COMERCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS LTDA
CNPJ/CPF: 13.318.978/0001-48

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	Área necessária - 8,5x8M - 68M² Parque infantil colorido com estrutura principal (colunas) de Madeira Plástica medindo 110mmx110mm e parede de 20mm com reforço interno tipo extrusado revestida com acabamento de Polipropileno e Polietileno pigmentado cor itaúba contendo: 1 Plataforma, tipo plástico rotomoldado, com 4 colunas com reforço interno tipo extrusado em plástico reciclado medindo 110 mm x 110 mm x 2800 mm; 1 patamar confeccionado em plástico rotomoldado, medindo aproximado de 1050 mm x 1050 mm; altura do patamar em relação ao nível do solo 1200mm. Telhado (Cobertura formato de pirâmide quadrangular) dimensão de 1300mm x 1300mm x 650mm em polietileno rotomoldado parede simples cor colorido 1 Escada com 5 degraus, dimensão aproximada de 1200 mm de comprimento x 600mm de largura em polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido; Corrimão (Guarda corpo) em aço tubular galvanizado e com pintura eletrostática com diâmetro de 25,40mm e espessura de 1,95mm; 1 Escorregador ondulado com dimensão aproximada de 2350mm x 540mm de largura, seção de deslizamento com largura de 460mm com parede dupla em polietileno rotomoldado, cor	PJI	2	R$ 6.900,0000	R$ 13.800,0000

	colorido. Portal de segurança em polietileno rotomoldado cor colorido 1 Rampa de cordas (com pega mão de segurança) com dimensão de 1260mm x 800mm estrutura em aço tubular galvanizado, com diâmetro de 42,40mm e parede de 2,00mm de espessura, angulo de inclinação 40º com pintura eletrostática, cor colorido sem ângulos retos. Corda de PET de diâmetro 16,00mm com fixador em polietileno injetado. 1 Balanço fixado a torre, suspenso por correntes galvanizadas com dimensão aproximado de 2500mm de comprimento; Estrutura em aço tubular com diâmetro de 42,4 mm, sem ângulos retos; 2 Assentos com dimensão de 460mm x 225mm de polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido com encaixe de fixação parafusados às correntes. 1 Guarda corpo dimensão 870mm x 770mm em polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido As empresas participantes deverão apresentar junto a proposta documentos da fabricante certificação ABNT NBR 16071-2:2021 - Playgrounds - Parte 2:4;5;6;7e 8 Requisitos de Segurança. NBR 8095:2015 - Material metálico revestido e não revestido - corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada no mínimo 5000 horas - método de ensaio NBR ISO 4628:2022 - Tintas e vernizes — Avaliação da degradação de revestimento — Designação da quantidade e tamanho dos defeitos e da intensidade de mudanças uniformes na aparência - Parte 3: Avaliação do grau de enferrujamento NBR 5841:2015 - Determinação do grau de empolamento de superfícies pinta Apresentar Laudo Anti-UV da matéria prima de no mínimo 3000 horas, atendendo as exigências da ASTM G 155 e ASTM G 154 Apresentar Laudo da matéria prima de Resistência a Condutividade Elétrica (antiestático), atendendo as exigências da ABNT NBR 14922:2013 Apresentar laudo ABNT NBR 17088:2023 ABNT NBR 5841:2015, ABNT NBR ISO 4628-3:2022 de no mínimo 11000 horas				
2	Área necessária - 10,5x7,5M - 79M² Parque infantil colorido com estrutura principal (colunas) de Madeira Plástica medindo 110mmx110mm e parede de 20mm revestida com acabamento de Polipropileno e Polietileno pigmentado cor itaúba contendo: 1 Plataforma, tipo MP, com 4 colunas em polímero reciclado medindo 110 mm x 110 mm x 2500 mm; 1 patamar confeccionado com estrutura em aço galvanizado e assoalho em polímero reciclado, medindo 1050 mm x 1050 mm; altura do patamar em relação ao nível do solo 800 mm (Cobertura formato de pirâmide quadrangular) dimensão de 1300mm x 1300mm x 650mm em polietileno rotomoldado parede simples cor colorido 1 Plataforma, tipo MP, com 3 colunas em polímero reciclado medindo 110 mm x 110 mm x 2500 mm; 1 coluna em polímero reciclado medindo 110 mm x 110 mm x 2800 mm,1 patamar confeccionado com estrutura em aço galvanizado e assoalho em polímero reciclado, medindo 1050 mm x 1050 mm; altura do patamar em relação ao nível do solo 800 mm, com 3 acabamento topo de coluna. 1 Escada com 3 degraus, dimensão 1000 mm de comprimento x 600mm de largura em polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido; Corrimão (Guarda corpo) em aço tubular galvanizado e pintado com pintura eletrostática com diâmetro de 25,40mm e espessura de 1,95mm; sem ângulos retos. 1 Escorregador reto com dimensão de 1600mm x 500mm de largura, seção de deslizamento com largura de 410mm com parede dupla em polietileno rotomoldado, cor colorido. Portal de segurança em polietileno rotomoldado cor colorido 1 Tobogã 1 Curvas com ângulo de 34º diâmetro 750mm, 1 curva com ângulo de 45° diâmetro 750 mm de polietileno rotomoldado cor colorido; 1 Flange (Painel) medida externa 940 x 1020mm com furo central de 750mm em polietileno rotomoldado cor colorido; 1 Seção de saída (ponteira) com diâmetro interno de 750mm parede dupla de polietileno rotomoldado cor colorido. 1 Coqueiro decorativo com 8(oito) folhas diâmetro de 1300mm em polietileno rotomoldado cor colorido;3 Acabamento de colunas em polietileno rotomoldado cor colorido 1 Rampa de escalada dimensão 1000mm x 690mm com 4 degraus em polietileno rotomoldado com parede dupla cor colorido; Portal de segurança em polietileno rotomoldado cor colorido. 1 Guarda corpo dimensão 870mm x 770mm em polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido 1 Tubo reto 1600mm com diâmetro interno de 750mm em polietileno rotomoldado cor colorido; 2 Flange (Painel) medida externa 940mm x 1020mm com furo central de 750mm em polietileno rotomoldado cor colorido; 1 Kit jogo da velha com 9 cilindros em polietileno rotomoldado coloridos com desenhos internos de X e O com diâmetro 165mm x 210mm de altura 165mm x 210mm de altura; Haste superior e inferior em aço galvanizado pintura eletrostática com dimensão de 820mm de comprimento Haste superior e inferior em aço galvanizado pintura eletrostática com dimensão de 820mm de comprimento. As empresas participantes deverão apresentar junto a proposta documentos da fabricante certificação ABNT NBR 16071-2:2021 - Playgrounds - Parte 2:4;5;6;7e 8 Requisitos de Segurança. NBR 8095:2015 - Material metálico revestido e não revestido - corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada no mínimo 5000 horas - método de ensaio NBR ISO 4628:2022 - Tintas e vernizes — Avaliação da degradação de revestimento — Designação da quantidade e tamanho dos defeitos e da intensidade de mudanças uniformes na aparência - Parte 3: Avaliação do grau de enferrujamento NBR 5841:2015 - Determinação do grau de empolamento de superfícies pinta Apresentar Laudo Anti-UV da matéria prima de no mínimo 3000 horas, atendendo as exigências da ASTM G 155 e ASTM G 154 Apresentar Laudo da matéria prima de Resistência a Condutividade Elétrica (antiestático), atendendo as exigências da ABNT NBR 14922:2013 Apresentar laudo ABNT NBR 17088:2023 ABNT NBR 5841:2015, ABNT NBR ISO 4628-3:2022 de no mínimo 11000 horas	PJI	1	R$12.490,0000	R$12.490,0000
3	Área necessária - 13x8 - 104M² Parque infantil colorido com estrutura principal (colunas) de Madeira Plástica medindo 110mmx110mm e parede de 20mm revestida com acabamento de Polipropileno e Polietileno pigmentado cor itaúba contendo: 2 Plataforma, tipo MP, com 4 colunas em plástico reciclado medindo 110 mm x 110 mm x 2800 mm; 1 patamar confeccionado com estrutura em aço galvanizado e assoalho em plástico reciclado, medindo aproximado de 1050 mm x 1050 mm; altura do patamar em relação ao nível do solo 1200mm. Telhado (Cobertura formato de pirâmide quadrangular) dimensão de 1300mm x 1300mm x 650mm em polietileno rotomoldado parede simples cor colorido 1 Escada com 5 degraus, dimensão aproximada de 1200 mm de comprimento x 600mm de largura em polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido; Corrimão (Guarda corpo) em aço tubular galvanizado e com pintura eletrostática com diâmetro de 25,40mm e espessura de 1,95mm; 1 Escorregador ondulado com dimensão de 2350mm x 540mm de largura, seção de deslizamento com largura de 460mm com parede dupla em polietileno rotomoldado, cor colorido. Portal de segurança em polietileno rotomoldado cor colorido. 1 Tobogã 2 Curvas com ângulo de 90º diâmetro 750mm de polietileno rotomoldado cor colorido; 1 Flange (Painel) medida externa 940 x 1020mm com furo central de 750mm em polietileno rotomoldado cor colorido; 1 Seção de saída (ponteira) com diâmetro interno de 750mm parede dupla de polietileno rotomoldado cor colorido 1 Rampa de cordas (com pega mão de segurança) com dimensão de 1260mm x 800mm estrutura em aço tubular galvanizado, com diâmetro de 42,40mm e parede de 2,00mm de espessura, angulo de inclinação 40º com pintura eletrostática, cor colorido sem ângulos retos. Corda de PET de diâmetro 16,00mm com fixador em polietileno injetado. 2 Guarda corpo dimensão 870mm x 770mm em polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido 1 Passarela reta rotomoldada. Contém: Estrutura em aço estrutural com revestimento em zinco e pintura epóxi eletroestática; Assoalho em madeira plástica. Guarda corpos fabricados com polímero de baixa densidade, com uma cobertura de UV. Elementos de fixação zincados. Comprimento de 1,50 metros, largura de 83 centímetros e 84 centímetros de altura. 1 Balanço fixado a torre, suspenso por correntes galvanizadas com dimensão aproximado de 2500 mm de comprimento; Estrutura em aço tubular com diâmetro de 42,4 mm, sem ângulos reto; 2 Assentos com dimensão de 460mm x 225mm de polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido com encaixe de fixação parafusados às correntes. As empresas participantes deverão apresentar junto a proposta documentos da fabricante	PJI	5	R$ 12.690,0000	R$63.450,0000

	certificação ABNT NBR 16071-2:2021 - Playgrounds - Parte 2:4;5;6;7e 8 Requisitos de Segurança. NBR 8095:2015 - Material metálico revestido e não revestido - corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada no mínimo 5000 horas - método de ensaio NBR ISO 4628:2022 - Tintas e vernizes — Avaliação da degradação de revestimento — Designação da quantidade e tamanho dos defeitos e da intensidade de mudanças uniformes na aparência - Parte 3: Avaliação do grau de enferrujamento NBR 5841:2015 - Determinação do grau de empolamento de superfícies pinta Apresentar Laudo Anti-UV da matéria prima de no mínimo 3000 horas, atendendo às exigências da ASTM G 155 e ASTM G 154 Apresentar Laudo da matéria prima de Resistência a Condutividade Elétrica (antiestático), atendendo as exigências da ABNT NBR 14922:2013 Apresentar laudo ABNT NBR 17088:2023 ABNT NBR 5841:2015, ABNT NBR ISO 4628-3:2022 de no mínimo 11000 horas				

Valor Total Homologado - R$ 89.740,00

DOUTOR ULYSSES, 18 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:AB442085

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS N° 40/2026

Por meio desta, a Prefeitura Municipal de Flórida**,** nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

Objeto: Aquisição de carrinho de bebê para atender às necessidades do Centro Municipal de Educação Infantil Sítio do Pica-Pau Amarelo no município de Flórida.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Carrinho de bebê, carro berço-passeio destinado para crianças a partir de 0 meses com peso até 15 kg, tecido removível e lavável, encosto regulável em 4 posições, cabo reversível, cinto de segurança 5 pontos, protetor de ombro, acolchoado dupla face, bandeja do bebê com porta copos, removível e fácil encaixe, 4 rodas dianteiras giratórias com duplo sistema de freio, eixos dianteiros e traseiros removíveis, 4 rodas traseiras com duplo sistema de freio, capota removível e retrátil, visor na cabeceira do cesto, trava de segurança, desarme automático do encosto no fechamento do carrinho, produto certificado NBR 14389 registro do produto no INMETRO.	Unidade	10	R$ 1.027,82	R$ 10.278,20

Condições de pagamento: *O pagamento será feito em até 30 dias após a emissão da nota fiscal com o carimbo de recebimento.*

Documentos exigidos para a contratação

São exigidos quanto à habilitação jurídica:
Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
São exigidos quanto à regularidade fiscal e trabalhista:
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade.

A manifestação de interesse poderá ser exteriorizada por meio de proposta apresentada, com julgamento por **MENOR PREÇO GLOBAL**, que deverá ser encaminhada **DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO ABAIXO**, para o e-maillicitacao@florida.pr.gov.br**,** bem como eventuais dúvidas a respeito do serviço a ser contratado poderão ser enviadas para o mesmo e-mail ou pelo telefone (44) 3136-0200.

PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA POR E-MAIL
INICIO:às 00h:00min – 20 de agosto de 2026.
FIM:às 23h:59min – 24 de agosto de 2026.

Link para obtenção de Informações: https://florida.pr.gov.br//index.php?sessao=b054603368mib0

Flórida, 18 de agosto de 2026.

CLEUNICE DE OLIVEIRA CESNIK
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:ACC1499A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS N° 41/2026

Por meio desta, a Prefeitura Municipal de Flórida**,** nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de medalhas e troféus personalizados, destinados às premiações dos campeonatos, competições, torneios, eventos e atividades esportivas promovidas, organizadas ou apoiadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Flórida/PR.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	MEDALHAS PERSONALIZADAS ZAMAC 11cm Fornecimento de medalhas de participação e/ou premiação, confeccionadas de forma totalmente personalizada, desenvolvidas exclusivamente para o evento, sem utilização de modelos prontos. Medalha em liga metálica de alta resistência, com excelente acabamento. Espessura mínima de 3 mm. Acabamento em alto e baixo relevo, com detalhes em pintura colorida e/ou resina, quando previsto no projeto. Corte especial (formato personalizado), de acordo com a identidade visual do evento. Gravação contendo nome do evento, edição, logomarcas, data e demais elementos definidos pela contratante. Fita sublimada totalmente personalizada, frente e verso, com largura aproximada de 20 mm e comprimento aproximado de 85 cm (42,5 cm de cada lado), confeccionada em poliéster de alta qualidade. Medalhas entregues prontas para utilização, com fita devidamente instalada. O fornecedor deverá desenvolver a arte exclusiva sem custo adicional, submetendo-a à aprovação da contratante antes da fabricação.	Unidade	1.200	R$ 20,50	R$ 24.600,00
02	MEDALHAS EM ACRÍLICO PREMIUM 11cm Fornecimento de medalhas confeccionadas em acrílico cristal de alta qualidade, totalmente personalizadas conforme a identidade visual do evento. Especificações mínimas: * Acrílico cristal com espessura mínima de 3 mm. * Corte a laser em formato exclusivo e personalizado. * Impressão digital UV colorida de alta resolução, resistente ao desgaste. * Possibilidade de impressão frente e verso. * Acabamento polido, sem rebarbas ou imperfeições. * Furação para fixação da fita. * Fita em poliéster sublimada, totalmente personalizada em ambos os lados, com largura aproximada de 20 mm e comprimento aproximado de 85 cm. * Desenvolvimento de arte exclusiva sem custo adicional. * Medalhas entregues montadas, embaladas e prontas para distribuição.	Unidade	1.200	R$ 16,97	R$ 20.364,00
03	TROFEU ZAMAC 30cm Troféu confeccionado em Zamac, aproximadamente 30 cm de altura, com dupla base em MDF de alta densidade, acabamento premium, pintura especial, detalhes coloridos conforme layout e aplicação de verniz de alto brilho.	Unidade	110	R$ 49,62	R$ 5.458,20
04	TROFÉUS PERSONALIZADOS EM ACRÍLICO PREMIUM Fornecimento de troféus totalmente personalizados para premiação, produzidos conforme identidade visual do evento. Estrutura confeccionada em MDF de alta densidade, com acabamento refinado e recortes especiais em CNC. Aplicação de peças em acrílico cristal, espelhado e/ou colorido, conforme projeto. Possibilidade de aplicação de elementos metálicos, impressão UV, pintura especial e gravação personalizada. Base reforçada em MDF, proporcionando estabilidade e durabilidade. Altura variável conforme a classificação da premiação, podendo variar entre 30 cm e 60 cm. Layout exclusivo contendo nome do evento, classificação, edição, logomarcas e demais informações definidas pela contratante. Acabamento de alto padrão, livre de imperfeições, pronto para entrega e utilização. O fornecedor será responsável pelo desenvolvimento da arte exclusiva, realizando os ajustes necessários até a aprovação final da contratante, sem custos adicionais. Frete e Entrega O valor proposto deverá contemplar todas as despesas necessárias ao fornecimento dos materiais, incluindo desenvolvimento da arte, produção, embalagem, transporte, seguro e frete até o local indicado pela contratante, não sendo admitida cobrança adicional a qualquer título. Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados, em perfeitas condições de uso e dentro do prazo estabelecido pela contratante. Observação Todos os materiais deverão ser novos, de primeira qualidade, com excelente padrão de acabamento, garantindo resistência, durabilidade e apresentação compatível com eventos esportivos, culturais e institucionais de grande porte.	Unidade	110	R$ 47,38	R$ 5.211,80
05	KIT DE TROFÉUS PARA CAMPEONATO – MODELO 01 Quantidade: 3 combos (total de 18 troféus). Campeão – 75 cm Vice-campeão – 70 cm 3º Lugar – 65 cm Goleiro – 35 cm Artilheiro – 45 cm Homenagem – 50 cm Todos confeccionados com materiais de primeira linha, estrutura reforçada, bases resistentes, acabamento premium e personalização exclusiva.	Unidade	03	R$ 778,17	R$ 2.334,51
06	KIT DE TROFÉUS PARA CAMPEONATO – MODELO 02 Quantidade: 3 combos (total de 18 troféus). Campeão – 70 cm Vice-campeão – 65 cm 3º Lugar – 60 cm Goleiro – 35 cm Artilheiro – 45 cm Homenagem – 50 cm Todos confeccionados com materiais de primeira linha, estrutura reforçada, bases resistentes, acabamento premium e personalização exclusiva.	Unidade	03	R$ 1.123,33	R$ 3.369,99
07	KIT DE TROFÉUS TIPO TAÇA – MODELO 03 QUANTIDADE: 3 COMBOS (TOTAL DE 18 TROFÉUS). Campeão – 50 cm Vice-campeão – 48 cm 3º Lugar – 46 cm Goleiro – 35 cm Artilheiro – 45 cm Homenagem – 50 cm. Todos confeccionados com materiais de primeira linha, estrutura reforçada, bases resistentes, acabamento premium e personalização exclusiva.	Unidade	03	R$ 1.074,48	R$ 3.223,44
TOTAL GLOBAL				**R$ 64.561,94**	

Condições de pagamento: *O pagamento será feito em até 30 dias após a emissão da nota fiscal com o carimbo de recebimento.*

Documentos exigidos para a contratação

São exigidos quanto à habilitação jurídica:
Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
São exigidos quanto à regularidade fiscal e trabalhista:

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade.

A manifestação de interesse poderá ser exteriorizada por meio de proposta apresentada, com julgamento por **MENOR PREÇO GLOBAL**, que deverá ser encaminhada **DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO ABAIXO**, para o e-maillicitacao@florida.pr.gov.br, bem como eventuais dúvidas a respeito do serviço a ser contratado poderão ser enviadas para o mesmo e-mail ou pelo telefone (44) 3136-0200.

PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA POR E-MAIL
INICIO:às 00h:00min – 20 de agosto de 2026.
FIM:às 23h:59min – 24 de agosto de 2026.

Link para obtenção de Informações: https://florida.pr.gov.br//index.php?sessao=b054603368mib0

Flórida, 18 de agosto de 2026.

BRENO CRIPA VIEIRA
Chefe do Departamento de Esportes

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:9E49F34C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS EDITAL PARA EXECUÇÃO CULTURAL MULTIARTES EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI Nº 14.399/

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL PARA EXECUÇÃO CULTURAL MULTIARTES EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI Nº 14.399/2022)

ulturais do MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO - PR!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público.
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura.
Desejamos sucesso!

• POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A Política Nacional Aldir Blanc objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da Política Nacional Aldir Blanc foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO – PR.
Deste modo, a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc, na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto Política Nacional Aldir Blanc), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN de Ações Afirmativas e Acessibilidade da Política Nacional Aldir Blanc).

• INFORMAÇÕES GERAIS

2.1Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO - PR.

2.2Quantidade de projetos selecionados
Serão selecionados 08 projetos, no valor de R$ 6.000,00.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da Política Nacional Aldir Blanc oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

2.3Valor total do edital
Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de R$ 48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS).
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- 05.004.13.392.0005.2023.339091.00 – fonte 1063
-05.004.13.392.0005.2023.339091.00 – fonte 1000 (livres – contrapartida)
Sobre o valor total repassado pelo MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO - PR ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

2.4Prazo de inscrição
As inscrições serão realizadas das 8 horas do dia 19-08-2026 até as 17 horas do dia 02-09-2026.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

2.5Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua ou reside no MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO – PR há pelo menos 02 ANOS.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física
II - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VII.

2.6Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

2.7Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo 01 PROJETO e poderá ser contemplado com no máximo 01 PROJETO CULTURAL.

• ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:
●**Inscrições –** etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
●**Seleção –** etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
●**Habilitação –** etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
●**Assinatura do Termo de Execução Cultural** – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

• INSCRIÇÕES

O agente cultural deve encaminhar por meio FÍSICO a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II)
b) Plano de Trabalho (projeto), conforme Anexo III;
c) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
d) Cadastro no SIC (Sistema de Informação da Cultura). O proponente deverá comprovar por meio de ficha de cadastro, impressa, a página do cadastro no sistema, na aba identificação e a aba dados profissionais;
e) Portifólio com imagens coloridas, contendo registros (fotográficos e descrição de suas ações, que comprovem a atuação cultural, Anexo X;
f) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto Política Nacional Aldir Blanc) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

• COTAS

5.1Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
a)pessoas negras (pretas e pardas);
b)pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

5.2Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.3Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.4Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

• COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)

6.1Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição, documento que contém a ficha de inscrição, e o Anexo III - Plano de Trabalho, documento que contém a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA de qualquer responsabilidade civil ou penal.

6.2Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executados até 31-07-2027.

6.3Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo III indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.

Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

6.4Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

• ETAPA DE SELEÇÃO

7.1Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão:
A comissão de Seleção será responsável pela análise técnica, avaliação de mérito cultural seleção de propostas inscritas; a Comissão será composta por 03 membros, sendo 3 titulares e 3 suplentes, indicados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com capacidade de julgamento e notório saber, observando-se no mínimo , 01 membro do Conselho Municipal de Cultura, 01 membro da sociedade civil, com trajetória ligada às culturas populares e 01 membro representante do Governo Municipal. DECRETO 066-2026.

7.2Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:

I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
IV- Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são:pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

7.3Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo IV deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

7.4Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

7.5Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

7.6Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do MUNICÍPIO e no site oficial da Prefeitura Municipal de Foz do Jordão – PR.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que deve ser apresentado por meio FÍSICO, no prazo de 3 DIAS ÚTEIS a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no site da Prefeitura de Foz do Jordão – PR.

• REMANEJAMENTO DE RECURSOS

Caso alguma vaga da categoria não seja preenchida, os recursos poderão ser remanejados para os projetos aprovados (divididos em partes iguais) ou remanejados para um único projeto dentre os aprovados, conforme as seguintes regras:
8.1A Comissão Avaliadora, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, fará a deliberação do remanejamento, sendo esta soberana.
8.2 Se houver proposta (s) contemplada (s) com recursos remanejados, estas devem reenviar a tabela orçamentária seja aprovada, será anexada no Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (Anexo III) e o proponente deverá prestar contas no Relatório de Execução do Objeto (Anexo VI).
Caso a nova tabela orçamentária não seja aprovada, a proposta receberá o valor originalmente indicado no Anexo I.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da Política Nacional Aldir Blanc.

• ETAPA DE HABILITAÇÃO

9.1Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de 3 dias úteis após a publicação do resultado final de seleção, por meio FÍSICO, os seguintes documentos:
Se o agente cultural for **pessoa física, ampla concorrência ou cota**:
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pelaPREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO – PR.
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

9.2Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA que deve ser apresentado por meio FÍSICO, na Secretaria Municipal de Educação e cultura, no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no site da Prefeitura Municipal de Foz do Jordão – PR.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

• ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS

10.1Termo de Execução Cultural

Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo V deste Edital, de forma presencial.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura contendo as obrigações dos assinantes do Termo, no prazo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

10.2Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único.
Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.
Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

• DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e da Prefeitura Municipal de Foz do Jordão, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

• MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

12.1Monitoramento e avaliação realizados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

12.2Como o agente cultural presta contas a Secretaria Municipal de Educação e Cultura
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo VI deste edital.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até 31-08-2027.

O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

• DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

13.2Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de foz do Jordão.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações no site da Prefeitura Municipal de Foz do Jordão e nas mídias sociais oficiais.
13.3Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas diretamente na Secretaria Municipal de educação e Cultura.
Os casos omissos ficarão a cargo da Secretária Municipal de Cultura.
13.4Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 12 meses após a publicação do resultado final.

13.5Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Categorias de apoio;
Anexo II - Formulário de Inscrição;
Anexo III - Plano de Trabalho;
Anexo IV - Critérios de seleção
Anexo V - Termo de Execução Cultural;
Anexo VI - Relatório de Objeto da Execução Cultural;
Anexo VII - Declaração étnico-racial
Anexo VIII– Declaração PCD
Anexo IX – Formulário de interposição de recurso
Anexo X – Modelo de Portifólio.

GRACI SOARES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FOZ DO JORDÃO PR

ANEXO I – CATEGORIAS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº01-2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399-2022)
1.RECURSOS DO EDITAL
O presente edital possui valor total de **R$ 48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)** distribuídos da seguinte forma:
a)Até 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) para CATEGORIA MULTIARTES

2.DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS
As propostas de atividades culturais, valorizando diferentes formas de expressão e fortalecendo a identidade da comunidade. Por meio delas, busca-se incentivar a participação, a criatividade e o reconhecimento das tradições locais, promovendo o respeito à diversidade cultural e a preservação da memória coletiva. Em caso de propostas em oficinas culturais , a carga horária deverá ser de no mínimo 60horas.
As manifestações artísticas e culturais desempenham um papel fundamental na valorização da identidade, da história e das tradições de uma comunidade. Por meio de diferentes formas de expressão, como a música, a literatura, o artesanato, a dança, as artes visuais, as culturas populares, é possível fortalecer o sentimento de pertencimento, estimular a criatividade, a sensibilidade e a convivência, além de promover o respeito à diversidade cultural. Essas práticas contribuem para a preservação da memória coletiva, a transmissão de saberes entre gerações e a valorização do patrimônio cultural, incentivando o reconhecimento das raízes e da riqueza cultural da comunidade.

2.DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES
A seguir, apresenta-se a distribuição de vagas e os respectivos valores destinados às categorias do presente edital. As informações detalham a divisão entre ampla concorrência e cotas, bem como os limites financeiros estabelecidos por projeto e o valor total disponível por categoria.

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS		COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
CATEGORIA MULRIARTES	6	1		1	8	R$6.000,00	R$ 48.000,00

VALOR TOTAL DAS CATEGORIAS R$ 48.000,00

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
edital de chamamento público 01-2026
seleção de projetos para firmar termo de execução cultural com recursos da política nacional aldir blanc de fomento á cultura – pnab (lei nº 14.399-2022)

PESSOA FÍSICA

I - PESSOA FÍSICA

1.**Tipo de agente cultural individual:**
() Pessoa física
() pessoa jurídica

1.1. Nome Completo:
[texto – 100 caracteres]

1.2. Nome artístico ou nome social (se houver):
[texto – 100 caracteres]

1.3. CPF:
[14 dígitos, apenas números]

1.4. Data de nascimento:
[dd/mm/aaaa]

1.5. E-mail:
[campo de e-mail validado]

1.6. Telefone:
[apenas números]

1.7. Endereço completo:
[Texto – 200 caracteres]

1.8. Cidade:
[lista municípios IBGE]

1.9. Estado:
[lista estados IBGE]

1.10.CEP:
[campo CEP validado]

2.**Pertence a alguma comunidade tradicional?**
( ) Não pertence a povos ou comunidades tradicionais.
( ) Andirobeiros

( ) Apanhadores de flores sempre vivas
( ) Benzedeiros
( ) Caatingueiros
( ) Caboclos
( ) Caiçaras
( ) Catadores de mangaba
( ) Cipozeiros
( ) Comunidades de fundos e fechos de pasto
( ) Comunidades quilombolas
( ) Extrativistas
( ) Extrativistas costeiros e marinhos
( ) Faxinalenses
( ) Geraizeiros
( ) Ilhéus
( ) Juventude de povos e comunidades tradicionais
( ) Morroquianos
( ) Pantaneiros
( ) Pescadores artesanais
( ) Povo pomerano
( ) Povos ciganos
()Povos e comunidades de terreiro/de matriz africana
( ) Povos indígenas
( ) Quebradeiras de coco babaçu
( ) Raizeiros
( ) Retireiros do Araguaia
( ) Ribeirinhos
( ) Vazanteiros
( ) Veredeiros
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

3. **É mestre ou mestra das culturas tradicionais e populares?**
( ) Sim
( ) Não

4.Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Travesti
( ) Outro

5.Orientação sexual:
( ) Lésbica
( ) Gay
( ) Heterossexual
( ) Bissexual
( ) Outra
( ) Prefere não responder

6.Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

7.Você é uma Pessoa com Deficiência?
( ) Não
( ) Sim, Auditiva
( ) Sim, Física-motora
( ) Sim, Intelectual
( ) Sim, Visual
( ) Sim, Múltipla
( ) Sim, Transtorno do Espectro Autista
( ) Sim, Outra (indicar qual)

8.Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo

( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
() Pós-Graduação Incompleto

9.Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2025, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.525,00.)

() Nenhuma renda
() De 1,00 a 500,00
() De 501,00 a 1.000,00
() De 1.001,00 a 2.000,00
() De 2.001,00 a 3.000,00
() De 3.001,00 a 5.000,00
() De 5.001,00 a 10.000,00
() De 10.001,00 a 20.000,00
() De 20.001,00 a 100.000,00
() Acima de 100.000,00

10. Possui quantos anos de experiência na área cultural?
[Número inteiro]

11. Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) sim
( ) não
( ) não sei

DADOS DO PROJETO

1.Vai concorrer às cotas?
( ) Não
( ) Sim, Pessoa negra
( ) Sim, Pessoa indígena
( ) Sim, Pessoa com deficiência
( ) Sim, outros grupos

2.Nome do Projeto:
[Texto – 100 caracteres]

3.Valor da proposta:
[Monetário]

4.A ação cultural proposta será realizada em qual formato?
( ) Presencialmente em local fixo
( ) Presencialmente itinerante
( ) Remotamente/Online
( ) Em formato híbrido
( ) Outros
( ) Não aplicável

5.Qual o CEP do local de realização? (se aplicável)
[Campo CEP validado]

6.Quantas pessoas serão remuneradas com o recurso do edital?
[Número inteiro]

7.Qual o principal segmento contemplado pela proposta?
( )Acervos
( ) Arquivos
( ) Artes Visuais
( ) Artesanato
( ) Audiovisual
( ) Capoeira
( ) Circo
( ) Cultura de Matriz Africana
( ) Cultura dos Povos Originários
( ) Culturas Tradicionais e Populares
( ) Dança
( ) Design
( ) Edição e produção editorial
( ) Festas e Celebrações
( )Hip Hop
( ) Jogos eletrônicos

( )Literatura
( ) Mediação e formação de leitores
( ) Moda
( )Museu
( ) Música
( ) Patrimônio Arqueológico
( ) Patrimônio Cultural Material
( )Patrimônio Cultural Imaterial
( ) Patrimônio Natural
( ) Performance
( ) Teatro
( ) Outros

8.Qual a principal etapa do ciclo cultural contemplada pela proposta?
( ) Criação
( ) Produção
( )Comercialização e Distribuição
( )Difusão e Circulação
( )Acesso, mediação e fruição
( )Formação
( )Pesquisa e reflexão
( ) Memória e preservação
( ) Organização e gestão
( ) Monitoramento e avaliação
( ) Outra (especificar)

9.Qual a principal pauta temática contemplada pela proposta?
( )Cultura Alimentar
( )Cultura DEF
( )Cultura Digital
( )Culturas Imigrantes e Refugiadas
( )Cultura LGBTQIAPN+
( )Cultura, Memória e Direitos Humanos
( )Cultura Nerd
( ) Culturas Periféricas
( )Cultura Quilombola
( )Culturas Rurais e Agroecológicas
( )Culturas Urbanas
( )Cultura do Sertão
( ) Cultura e Acessibilidade
( ) Cultura e Economia Criativa
( ) Cultura e Educação
( ) Cultura e Gênero
( ) Cultura e Idosos
( ) Cultura e Infância
( ) Cultura e Juventude
( ) Cultura e Meio ambiente
( ) Cultura e Negritude
( ) Cultura e Pessoas em Situação de Privação de Liberdade
( ) Cultura e População de Rua
( ) Cultura e Povos Ciganos
( ) Cultura e Saúde
( ) Cultura e Turismo
( ) Culturas Indígenas
( ) Culturas Tradicionais de Matriz Africana
( ) Outra (especificar)

10. A proposta prevê ações em algum território prioritário?
( ) Não se aplica
( )Área atingida por desastre natural
( )Assentamento ou acampamento
( )Conjunto ou empreendimento habitacional de interesse social
( )Favelas e comunidades urbanas
( )Periferia
( )Regiões com menor histórico de acesso aos recursos da política pública de cultura
( )Regiões com menor índice de Desenvolvimento Humano - IDH
( )Sítios de arqueológicos e de patrimônio cultural
( )Território de fronteira
( )Território de povos e comunidades tradicionais
( )Território indígena
( )Território rural
( )Zona especial de interesse social

11. Quais as principais entregas previstas pela proposta?

( )Álbum musical
( )Aplicativo / Software
( )Apresentação ao vivo / Show
( )Aquisição de acervos e bens culturais
( )Arte gráfica / Desenho / Gravura / Ilustração
( )Artesanato
( )Artigo / Ensaio
( )Audiolivro
( )Aula / Palestra / Conferência
( )Blog / Site
( )Caderno / Cartilha / Apostila
( )Circulação / Turnê
( )Coleção
( )Congresso / Encontro / Seminário / Simpósio
( )Curso / Oficina / Workshop
( )Desfile
( )Digitalização de acervos
( )Livro
( )Livro eletrônico (e-Book)
( )Ensaio fotográfico
( )Escultura
( )Espetáculo cênico
( )Feira
( )Exibição / Exposição
( )Festa Popular
( )Festival / Mostra
( )Filme de curta-metragem
( )Filme de longa-metragem
( )Filme de média-metragem ou telefilme
( )Grafitti / Mural
( )Intercâmbio
( )Instalação artística / videoarte
( )Jogo eletrônico
( )Licenciamento
( )Manutenção de grupos / iniciativas / espaços culturais
( )Melhoria em espaço cultural
( )Pesquisa
( )Plataforma digital
( )Podcast / Programa de TV ou Rádio
( )Residência Artística
( )Revista / Jornal / Periódico
( )Roteiro de filme ou episódio
( )Sarau / Slam
( )Série / websérie
( )Videoclipe / Álbum visual
( )Outros (especificar)

Por meio do preenchimento e envio deste documento, autorizo o uso das minhas informações pelo ente federativo responsável pelo edital e pelo Ministério da Cultura para fins de avaliação da execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018)

ANEXO III

PLANO DE TRABALHO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01-2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399-2022)

1.Mini Currículo ou Mini portfólio da organização:
(Escreva aqui um resumo do seu currículo, destacando as principais atuações culturais realizadas. Você pode encaminhar o currículo em anexo, se preferir)

2.Resumo do projeto:
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

3.Objetivos do projeto:
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

4.Metas:
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

5.Perfil do público a ser atingido pelo projeto:
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

6.Medidas de acessibilidade empregadas no projeto:

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)
Para mais informações sobre acessibilidade cultural, acesse o GUIA PRÁTICO DE ACESSIBILIDADE CULTURAL NA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/politica-nacional-aldir-blanc/politica-nacional-aldir-blanc/arquivos/materiais-de-orientacao/guias-manuais-e-cartilhas/25_minc_guia-de-acessibilidade-pnab-4-22-10.pdf .

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
() Língua Brasileira de Sinais - Libras;
() sistema Braille;
() sistema de sinalização ou comunicação tátil;
() audiodescrição;
() legendas;
() linguagem simples;
() textos adaptados para leitores de tela;
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

7.Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

8.Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

9.Data de início da execução do projeto
10. Data de término da execução do projeto

11. Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, incluindo NOME, FUNÇÃO NO PROJETO, CPF/CNPJ, MINI-CURRÍCULO. Use o modelo de quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

12. Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto, incluindo ATIVIDADE, ETAPA, DESCRIÇÃO, INÍCIO e FIM. Use o modelo de quadro a seguir:

Atividade	**Etapa**	**Descrição**	**Início**	**Fim**
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2024	11/11/2024

13. Planilha orçamentária

Preencha a tabela informando todas as despesas, indicando a META/ETAPA RELACIONADA, DESCRIÇÃO, JUSTIFICATIVA, UNIDADE DE MEDIDA, VALOR UNITÁRIO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL e REFERÊNCIA DE PREÇO.
OBS.: Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.
DICA PARA O ENTE FEDERATIVO! A PLANILHA ABAIXO PODE SER DISPONIBILIZADA TAMBÉM EM FORMATO EXCEL PARA FACILITAR A SOMA DOS VALORES.

Descrição do item	**Justificativa**	**Unidade de medida**	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor total**	**Referência de preço (opcional)**
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	

14. Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual

( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

15. O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

16. Documentos complementares
Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

ANEXO IV
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
EDITAL DE CHAMENTO PÚBLICO Nº01-2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399-2022)

A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
• Grau pleno de atendimento do critério - 10a20 pontos dependendo do critério;
• Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 a 12 pontos dependendo do critério;
• Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 a 4pontos dependendo do critério;
• Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto -** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de formaevidente os resultados que serão obtidos.	20
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do MUNICIPIO DE FOZ DO JORDÃO – PR.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do **MUNICÍPIO.**	20
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -** considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	20
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execuçãonas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgaçãono Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** - Será considerada,para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		100 PONTOS

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
H	Agentes culturais do gênero feminino	5
I	Agentes culturais negros e da terceira idade	5
J	Agentes culturais com deficiência	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		**15 PONTOS**

●A pontuação final de cada candidatura será definida pela soma das notas atribuídas individualmentepelos membros da comissão avaliadora, acrescida, quando aplicável, das bonificações previstas neste edital. A nota final de cada agente cultural será o resultado da soma das notas dos membros da comissão avaliadora.
●Os critérios gerais são eliminatóriosqueo agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
●Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatóriosde modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.

●Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, respectivamente.
●Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, serão adotados critérios de desempate na ordem considerando o proponente de maior idade.
●Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
●Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
●A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO V
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
EDITAL DECHAMAMENTO PÚBLICO 01-2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399-2022)

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL Nº 01-2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO - PR, neste ato representado por[AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].
4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.
5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE FOZ DO JORDÃO – PR.
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE FOZ DO JORDÃO – PR,por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 12 meses contados do término da vigência do termo de execução cultural.
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo MUNICIPIO DE FOZ DO JORDÃO a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 30 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O monitoramento e acompanhamento das ações previstas serão realizados por meio do envio de relatórios quando solicitado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, contendo informações sobre a execução das atividades desenvolvidas, os resultados alcançados e o cumprimento das metas estabelecidas. A análise desses relatórios permitirá avaliar a efetividade das ações implementadas e, quando necessário, promover ajustes para o alcance dos objetivos propostos.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de um ano.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado site da Prefeitura Municipal de Foz do Jordão – PR.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de Foz do Jordão para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão:
[NOME DO REPRESENTANTE]

Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO Vi
RELATÓRIO DE Objeto da execução cultural
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01-2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399-2022)

1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, , datas, locais, horários, etc. Fale também sobreeventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

6.6 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO VII
EDITAL DE CHAMMENTO PÚBLICO 01-2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399-2022)

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO viii
edital de chamamento público nº 01-2026
seleção de projetos para firmar termo de execução cultural com recursos da política nacional aldir blanc de fomento à cultura – pnab (lei nº 14.399-2022)

DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO IX
edital de chamamento público Nº 01-2026
seleção de projetos para firmar termo de execução cultural com recursos da polítca nacional aldir blanc de fomento à cultura – pnab (lei nº 14.399-2022)

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE SELEÇÃO
NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital de Chamamento Público nº 01-2026, venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

CURRÍCULO – (NOME DO PROPONENTE)

IDENTIFICAÇÃO

NOME COMPLETO:
NOME ARTÍSTICO:
ENDEREÇO:
ÁREA(S) CULTURAL(IS) DE ATUAÇÃO:

WHATS: ( )
E-MAIL:

LEI PAULO GUSTAVO - (NOME DO ENTE)

FORMAÇÃO ACADÊMICA/TITULAÇÃO
- Caso o agente cultural tenha uma titulação acadêmica. Exemplo: Graduado em Música pela Universidade da Música. Especialista em Musicalização no Ensino pela Faculdade XXXX. Mestrado em Ensino de Música no PPG em Educação da Universidade XXXX.
- Caso o agente cultural não tenha uma titulação acadêmica. Exemplo: Artista autodidata na área da Música com 15 anos de experiência com bandas, shows e 2 discos lançados de maneira independente.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL
- Aqui o agente cultural pode descrever de maneira clara e objetiva a sua atuação profissional. Exemplo: Músico há 15 anos, professor de violão e compositor.

INFORME SOBRE PRODUÇÕES CULTURAIS
- Aqui o agente cultural pode descrever de maneira cronológica as suas produções culturais: apresentações, produções, participações em eventos, oficinas, cursos, palestras, formações, publicações, organização (mostras, eventos, seminários etc), exposições, projetos, assessoria artística e outras prestações de serviços na área artística. Exemplos:
Show com a banda Largatos no Festival de Inverno de Lugar Nenhum (2010);
Apresentações como músico em Barzinhos de Lugar Nenhum entre 2010 – 2013;
Aulas de violão ministradas para alunos da rede pública municipal com duração de 6 meses, sendo 2 horas por semana, na Secretaria de Cultura de Lugar Nenhum (2010);
Show com a banda Largatos no Pub Luna (2010);
Participação como músico convidado na banda Universitária para apresentações em formaturas acadêmicas (de 2011 a 2014);
Palestra sobre o uso da música como ferramenta de aprendizagem, no Congresso dos Músicos (2011);
Participação no Workshop de Música da Faculdade XXX com tema: Música como empreendedorismo (2012);
Show beneficente em prol do Hospital de Lugar Nenhum (2013);
Participação como ouvinte no evento “Como ser um Músico de Sucesso nas Redes Sociais” no SESC de Lugar Nenhum (2013);
Apresentação na Noite Cultural da Faculdade XXXX (2013).

DOIS ÚLTIMOS TRABALHOS REALIZADOS
- Aqui o agente cultural vai selecionar os dois últimos trabalhos (que já foram citados na produção cultural). Exemplo:
Participação como ouvinte no evento “Como ser um Músico de Sucesso nas Redes Sociais” no SESC de Lugar Nenhum (2013);
Apresentação na Noite Cultural da Faculdade XXXX (2013).

DUAS PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS CULTURAIS
- Aqui o agente cultural vai selecionar as duas principais participações em eventos (que já foram citados na produção cultural). Exemplo:
Palestra sobre o uso da música como ferramenta de aprendizagem, no Congresso dos Músicos (2011);
Participação no Workshop de Música da Faculdade XXX com tema: Música como empreendedorismo (2012);

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
- Aqui o agente cultural vai destacar as suas principais realizações (que já foram citados na produção cultural). Exemplo:
Membro fundador da Banda Largatos;
Professor de Violão para alunos da rede pública;

PRÊMIOS E TÍTULOS RECEBIDOS
- Aqui o Agente Cultural coloca os prêmios ou títulos. Exemplo:
Primeiro colocado no Festival de Rock na festa de aniversário do Município de Lugar Nenhum (2012);
Menção honrosa no Concurso de Novos Talentos de Lugar Nenhum (2010).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E RELEVANTES - LINKS, FANPAGES, SITES, ETC.
- Aqui o agente cultural coloca os links de algumas das suas produções, seja das redes sociais ou outro meio de comunicação. Exemplo:
Link YouTube Show com a banda Largatos no Festival de Inverno de Lugar Nenhum (2010) https://www.youtube.com/watch?v=6iUt6h8XXf0 ;

Link postagem redes sociais Aulas de violão na Secretaria de Cultura de Lugar Nenhum (2010) https://www.facebook.com/aulas ;
Link YouTube Show com a banda Largatos no Pub Luna (2010) https://www.youtube.com/watch?v=B8PR5SxFGwY
Links de postagens em redes sociais de shows como músico convidado na banda Universitária (de 2011 a 2014)
https://www.instagram.com/fomatura01
https://www.instagram.com/fomatura02
https://www.instagram.com/fomatura03
https://www.instagram.com/fomatura04
Link postagem matéria jornal local da Palestra sobre o uso da música como ferramenta de aprendizagem, no Congresso dos Músicos (2011)
https://www.globo.com/?utm_source=barraGCOM
Link reportagem sobre o Workshop de Música da Faculdade XXX (2012)
https://g1.globo.com/?utm_source=globo.com&utm_medium=header

Caso o agente cultural não tenha os links e queira comprovar com prints de publicações, reportagens ou fotos, poderá acrescentar de maneira cronológica e devidamente identificado, como nos exemplos a seguir:

Show realizado na Feira da Calçada, Lugar Nenhum (2022).

Participação da Banda Luneta Mágica no Festival Radioca, Bahia (2023).

Publicado por:
Joselaine Presa
Código Identificador:FE24A034

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EDITAIS Nº 001/2024, Nº 002/2024 E Nº 003/2024

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de General Carneiro, Estado do Paraná, em atendimento ao princípio da publicidade e para fins de instrução da prestação de contas da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB, instituída pela Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, torna públicos os resultados dos processos de seleção realizados no âmbito dos Editais nº 001/2024 - Premiação Cultural, nº 002/2024 - Fomento a Projetos Culturais e nº 003/2024 - Premiação Cultura Viva.
As relações de contemplados foram anteriormente divulgadas no sítio eletrônico oficial do Município em: https://www.generalcarneiro.pr.gov.br/pagina/14/editais-da-cultura/sub-pagina/4/. A presente publicação, realizada nesta data, destina-se a conferir ampla publicidade aos atos administrativos e a atender às exigências da prestação de contas da PNAB, sem alteração das classificações e dos resultados anteriormente definidos.

General Carneiro - PR, 18 de agosto de 2026.

EDITAL Nº 001/2024 – PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS

Contemplado(a)	Objeto	Valor
Pamela Sabrina Lopes	Premiação de Agente Cultural	R$ 3.250,00
Valdair Alves	Premiação de Agente Cultural	R$ 3.250,00
Gabriela dos Anjos	Premiação de Agente Cultural	R$ 3.250,00
Everton Fernando Dobinski	Premiação de Agente Cultural	R$ 3.250,00
Guilherme Winter	Premiação de Agente Cultural	R$ 3.250,00
Barbara Cristina Steptjuk	Premiação de Agente Cultural	R$ 3.250,00

Total do Edital nº 001/2024: **R$ 19.500,00**

EDITAL Nº 002/2024 – FOMENTO A PROJETOS CULTURAIS

Contemplado(a)	Projeto	Valor
Tatiane Cristina Roiek	Dança Circular nas Escolas do Campo	R$ 8.390,94
João Vinicius Benazzi	Curta Metragem: Passagens Históricas	R$ 8.390,94
Eliza Maria Jasko	Cartão de Gratidão	R$ 6.215,51
Juliano Benazzi	Livro: Passo do Inferno e Outros Contos	R$ 8.287,34
João Salvador Fernandes Chagas	Apresentação Musical	R$ 2.071,83
Henrique Ferraz de Lacerda	Desconectados	R$ 2.071,83
Edilson Luiz Montoski	O Valor do Artesanato	R$ 2.236,34
Emerton Patrick da Maia	Apresentação Musical	R$ 6.629,86
Marcelo Ricardo Balbinotti	Entrevero no Galpão	R$ 8.390,94
Marco Aurelio dos Anjos	Apresentação Musical	R$ 6.629,86
Moacir Kubiak	Apresentação Musical	R$ 6.629,86
Guilherme Winter	Apresentação Musical	R$ 6.629,86
Valdair Alves	Apresentação Musical	R$ 2.071,83

Total do Edital nº 002/2024: **R$74.646,94.**

EDITAL Nº 003/2024 – PREMIAÇÃO CULTURA VIVA

Contemplado(a) / Ponto de Cultura	Objeto	Valor
Entrevero no Galpão	Premiação Cultura Viva	R$ 2.000,00
SOMAUM	Premiação Cultura Viva	R$ 2.000,00

CTG Sinuelo dos Tropeiros	Premiação Cultura Viva	R$ 2.000,00
Rancho do Tio Cróve – Centro de Tradições Tropeiras	Premiação Cultura Viva	R$ 2.000,00
Centro de Artes Juliano Benazzi	Premiação Cultura Viva	R$ 2.000,00

Total do Edital nº 003/2024: **R$ 10.000,00**

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:F4251260

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 007/2026 - CONCURSO PÚBLICO 001/2026 - ANEXO ÚNICO - GABARITO PRELIMINAR

8566 - AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL									
01: A	02: E	03: E	04: D	05: C	06: B	07: A	08: B	09: D	10: C
11: E	12: C	13: C	14: D	15: B	16: A	17: A	18: D	19: C	20: A
21: E	22: E	23: E	24: B	25: A	26: C	27: D	28: E	29: C	30: A
31: D	32: C	33: A	34: B	35: A	36: D	37: C	38: B	39: E	40: C
8567 - EDUCADOR SOCIAL									
01: A	02: E	03: E	04: D	05: C	06: B	07: A	08: B	09: D	10: C
11: E	12: C	13: C	14: D	15: B	16: A	17: A	18: D	19: C	20: A
21: E	22: E	23: E	24: B	25: A	26: C	27: D	28: E	29: E	30: D
31: A	32: C	33: C	34: B	35: E	36: C	37: C	38: E	39: E	40: C
8568 - INSTRUTOR DE ARTESANATO									
01: A	02: E	03: E	04: D	05: C	06: B	07: A	08: B	09: D	10: C
11: E	12: C	13: C	14: D	15: B	16: A	17: A	18: D	19: C	20: A
21: E	22: E	23: E	24: B	25: A	26: C	27: D	28: E	29: C	30: B
31: C	32: B	33: C	34: E	35: D	36: A	37: A	38: A	39: D	40: D
8569 - TÉCNICO EM INFORMÁTICA									
01: A	02: E	03: E	04: D	05: C	06: B	07: A	08: B	09: D	10: C
11: E	12: C	13: C	14: D	15: B	16: A	17: A	18: D	19: C	20: A
21: E	22: E	23: E	24: B	25: A	26: C	27: D	28: E	29: D	30: B
31: E	32: D	33: B	34: D	35: A	36: B	37: A	38: C	39: D	40: A
8570 - TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL									
01: A	02: E	03: E	04: D	05: C	06: B	07: A	08: B	09: D	10: C
11: E	12: C	13: C	14: D	15: B	16: A	17: A	18: D	19: C	20: A
21: E	22: E	23: E	24: B	25: A	26: C	27: D	28: E	29: E	30: C
31: E	32: A	33: B	34: A	35: A	36: C	37: C	38: A	39: A	40: D
8571 - TÉCNICO EM TRIBUTOS MUNICIPAL									
01: A	02: E	03: E	04: D	05: C	06: B	07: A	08: B	09: D	10: C
11: E	12: C	13: C	14: D	15: B	16: A	17: A	18: D	19: C	20: A
21: E	22: E	23: E	24: B	25: A	26: C	27: D	28: E	29: E	30: C
31: C	32: E	33: A	34: E	35: C	36: D	37: B	38: C	39: D	40: A
8572 - ASSISTENTE SOCIAL									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: C
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: D
21: E	22: B	23: B	24: C	25: A	26: A	27: A	28: A	29: C	30: D
31: D	32: D	33: C	34: B	35: E	36: B	37: D	38: A	39: D	40: A
8573 - AUDITOR FISCAL DE RECEITA MUNICIPAL									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: C
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: D
21: E	22: B	23: B	24: D	25: A	26: A	27: C	28: B	29: B	30: C
31: B	32: C	33: B	34: C	35: C	36: B	37: E	38: D	39: E	40: D
8574 - CIRURGIÃO DENTISTA ENDODONTISTA									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: C
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: D
21: E	22: B	23: B	24: D	25: E	26: D	27: D	28: C	29: C	30: B
31: D	32: E	33: B	34: C	35: D	36: E	37: D	38: A	39: E	40: B
8575 - CONTADOR									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: C
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: D
21: E	22: B	23: B	24: C	25: A	26: B	27: D	28: E	29: C	30: E
31: A	32: A	33: E	34: E	35: B	36: E	37: C	38: C	39: C	40: C
8576 - DENTISTA									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: C
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: D
21: E	22: B	23: B	24: A	25: A	26: C	27: C	28: B	29: C	30: D
31: E	32: A	33: C	34: B	35: B	36: A	37: B	38: E	39: B	40: C
8577 - ENGENHEIRO AMBIENTAL									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: C
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: D
21: E	22: B	23: B	24: A	25: D	26: A	27: D	28: A	29: E	30: D
31: A	32: B	33: A	34: B	35: B	36: E	37: E	38: A	39: D	40: C
8578 - ENGENHEIRO CIVIL									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: C
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: D
21: E	22: B	23: B	24: D	25: D	26: A	27: E	28: D	29: A	30: B
31: C	32: C	33: E	34: B	35: D	36: B	37: B	38: E	39: B	40: B
8579 - FARMACÊUTICO									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: C
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: D
21: E	22: B	23: B	24: A	25: B	26: B	27: A	28: E	29: D	30: A
31: C	32: A	33: C	34: B	35: C	36: C	37: D	38: B	39: E	40: C

8580 - FONOAUDIÓLOGO									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: C
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: D
21: E	22: B	23: B	24: B	25: D	26: E	27: C	28: E	29: D	30: D
31: A	32: A	33: B	34: B	35: D	36: C	37: C	38: A	39: A	40: C
8581 - MÉDICO AUDITOR									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: C
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: D
21: E	22: B	23: B	24: E	25: A	26: B	27: C	28: C	29: D	30: E
31: E	32: D	33: B	34: E	35: A	36: B	37: D	38: D	39: C	40: C
8582 - MÉDICO COM ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: C
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: D
21: E	22: B	23: B	24: E	25: C	26: B	27: D	28: E	29: B	30: C
31: B	32: B	33: B	34: B	35: C	36: A	37: D	38: B	39: B	40: D
8583 - MÉDICO DO SAD 20H									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: C
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: D
21: E	22: B	23: B	24: B	25: B	26: B	27: B	28: D	29: B	30: D
31: E	32: C	33: E	34: C	35: B	36: D	37: E	38: B	39: D	40: E
8584 - MÉDICO GENERALISTA									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: C
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: D
21: E	22: B	23: B	24: C	25: B	26: D	27: C	28: E	29: A	30: C
31: E	32: D	33: D	34: B	35: A	36: C	37: A	38: D	39: C	40: A
8585 - PEDAGOGO SOCIAL									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: C
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: D
21: E	22: B	23: B	24: B	25: C	26: A	27: C	28: B	29: A	30: A
31: B	32: E	33: E	34: E	35: B	36: C	37: D	38: E	39: A	40: E

8586 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL									
01: E	02: A	03: C	04: D	05: C	06: B	07: B	08: A	09: B	10: B
11: E	12: A	13: B	14: C	15: A	16: D	17: E	18: C	19: B	20: B
21: A	22: B	23: C	24: E	25: E	26: C	27: C	28: D	29: C	30: B
31: E	32: B	33: E	34: A	35: E	36: B	37: B	38: B	39: D	40: D
8587 - PROFESSOR DE INGLÊS									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: C
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: D
21: E	22: B	23: B	24: C	25: C	26: D	27: A	28: B	29: B	30: E
31: C	32: A	33: A	34: B	35: C	36: E	37: B	38: E	39: B	40: E
8588 - PSICÓLOGO									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: C
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: D
21: E	22: B	23: B	24: B	25: C	26: E	27: E	28: E	29: E	30: C
31: B	32: B	33: C	34: C	35: D	36: D	37: C	38: D	39: C	40: C
8589 - PSICOPEDAGOGO									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: C
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: D
21: E	22: B	23: B	24: E	25: E	26: C	27: E	28: B	29: D	30: D
31: C	32: D	33: C	34: B	35: E	36: A	37: C	38: D	39: C	40: D
8590 - TERAPEUTA OCUPACIONAL									
01: B	02: E	03: C	04: D	05: E	06: B	07: B	08: A	09: C	10: C
11: E	12: B	13: A	14: C	15: B	16: C	17: E	18: A	19: C	20: D
21: E	22: B	23: B	24: E	25: D	26: A	27: C	28: C	29: A	30: C
31: C	32: A	33: C	34: E	35: C	36: C	37: C	38: A	39: B	40: C

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:9482E7EF

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 007/2026 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2026 - ANEXO ÚNICO - GABARITO PRELIMINAR

8592 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE									
01: B	02: C	03: B	04: A	05: C	06: D	07: D	08: E	09: B	10: A
11: E	12: D	13: C	14: B	15: A	16: B	17: E	18: E	19: D	20: E
21: C	22: B	23: E	24: B	25: D	26: D	27: A	28: E	29: E	30: D
31: A	32: E	33: A	34: B	35: A	36: E	37: C	38: D	39: A	40: E
8593 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS									
01: B	02: C	03: B	04: A	05: C	06: D	07: D	08: E	09: B	10: A
11: E	12: D	13: C	14: B	15: A	16: B	17: E	18: E	19: D	20: E
21: C	22: B	23: E	24: B	25: D	26: C	27: D	28: C	29: D	30: B
31: B	32: A	33: A	34: E	35: B	36: E	37: A	38: B	39: B	40: C

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:C2F73EF9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

PROJUR
LEI Nº 2.494/2026 DATA: 18.08.2026

Ementa: autoriza o Poder Executivo a criar e efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Anual do exercício de 2026, e alterar a Lei Orçamentaria Anual 2026, (Lei Municipal 2.446 de 05/12/2025) e ajustar as programações estabelecidas no PPA - Plano Plurianual – 2026 a 2029 (Lei Municipal 2.444 de 05/12/2025), e a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal 2.445 de 05/12/2025), para a criação de dotação por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO para abertura de Crédito Adicional Suplementar para suprir as despesas no valor de R$ 6.505.627,01 (seis milhões, quinhentos e cinco mil, seiscentos e vinte e sete reais e um centavo).

A Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado criar e efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Anual do exercício de 2026, (Lei Municipal 2.446 de 05/12/2025), crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R$ 3.546.267,64, (Três milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos.), mediante a inclusão de nova natureza de receita e despesa para a suplementação na fonte de recurso 0000 – Recursos Livres, conforme o desdobramento relacionado abaixo:

FONTE 1000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) - EXERCICIO CORRENTE

Órgão: 2 - Governo Municipal			
Unidade: 2 - Secretaria Executiva			
Ação: 2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA			
Funcional: 0004.0122.0018			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
53	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	41.000,00
54	33190130000000 - Contribuições patronais	000	21.000,00
Unidade: 6 - Diretoria de Comunicação Social e Imprensa			
Ação: 2010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E IMPRENSA			
Funcional: 0004.0131.0018			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
93	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	10.000,00
Órgão: 3 - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Transito			
Unidade: 1 - Diretoria de Transito			
Ação: 2012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE TRÂNSITO			
Funcional: 0006.0181.0003			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
114	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	46.000,00
Órgão: 4 - Secretaria Municipal de Tecnologia e Sistemas de Informação			
Unidade: 2 - Diretoria de Infraestrutura de Redes e Dados			
Ação: 2018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA DE REDES DE DADOS			
Funcional: 0004.0126.0004			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
178	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	42.000,00
Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Planejamento			
Unidade: 2 - Diretoria de Engenharia			
Ação: 2022 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA			
Funcional: 0004.0127.0005			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
238	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	48.000,00
239	33190130000000 - Contribuições patronais	000	8.000,00
Unidade: 3 - Diretoria de Habitação			
Ação: 2027 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DE HABITAÇÃO			
Funcional: 0004.0122.0018			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
278	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	52.000,00
279	33190130000000 - Contribuições patronais	000	3.000,00
Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração			
Unidade: 1 - Diretoria de Pessoal			
Ação: 2028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESSOAL			
Funcional: 0004.0122.0007			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
305	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	46.000,00
Unidade: 2 - Diretoria de Material e Patrimônio			
Ação: 2029 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MATERIAL E PATRIMÔNIO			
Funcional: 0004.0122.0007			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
321	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	56.000,00
Unidade: 4 - Diretoria de Administração e Controle			
Ação: 2033 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CEMITÉRIOS E CAPELA MORTUÁRIA			
Funcional: 0004.0122.0018			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
381	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	12.000,00
Ação: 2034 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TERMINAL RODOVIÁRIO			
Funcional: 0004.0122.0018			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
392	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	47.000,00
393	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	9.000,00
Ação: 2095 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PORTO INTERNACIONAL			
Funcional: 0004.0122.0018			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
414	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	98.000,00
415	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	20.000,00
Unidade: 5 - Diretoria de Compras e Licitações			
Ação: 2035 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE COMPRAS E LICITAÇÕES			
Funcional: 0004.0122.0007			

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor
425	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	111.000,00
426	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	19.000,00
Órgão: 7 - Secretaria Municipal de Fazenda			
Unidade: 3 - Diretoria de Fiscalização			
Ação: 2040 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FISCALIZAÇÃO			
Funcional: 0004.0125.0008			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
521	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	62.000,00
Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação			
Unidade: 3 - Diretoria de Alimentação Escolar			
Ação: 2050 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL			
Funcional: 0012.0306.0009			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
807	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	134.000,00
Unidade: 4 - Diretoria de Transporte Escolar			
Ação: 2053 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Funcional: 0012.0782.0009			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
844	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	117.000,00
846	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	31.000,00
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde			
Ação: 2060 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA			
Funcional: 0010.0301.0010			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
925	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	710,000,00
930	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	125.000,00
934	331901600000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	000	160.000,00
Ação: 2063 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSÓRCIOS - CISCOPAR E CONSAMU			
Funcional: 0010.0302.0010			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1030	3317170000000 - Rateio pela participação em consórcio público	000	530.000,00
Ação: 2067 – MANUT. DA DIRETORIA DE GESTÃO DE CONTROLE, REGULAÇÃO, AUDITORIA E AVALIAÇÃO			
Funcional: 0010.0302.0010			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1114	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	55.000,00
1116	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	5.000,00
Ação: 2068 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA			
Funcional: 0010.0303.0010			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1125	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	25.000,00
Ação: 2070 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE VIGILANCIA AMBIENTAL E CONTROLE DE ZOONOSES			
Funcional: 0010.0304.0010			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1170	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	112.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social			
Ação: 2072 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO SUAS			
Funcional: 0008.0122.0017			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1255	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	48.000,00
1256	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	57.000,00
Ação: 2120 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - Ass. Social			
Funcional: 0008.0245.0020			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1335	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	175.000,00
1336	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	48.000,00
Unidade: 2 - Fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente			
Ação: 6003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR			
Funcional: 0008.0243.0020			
1379	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	86.000,00
1380	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	33.000,00
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente			
Unidade: 1 - Diretoria de Limpeza Publica			
Ação: 1200 - MANUTENÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS			
Funcional: 0017.0512.0012			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1433	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	24.000,00
Ação: 2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA			
Funcional: 0017.0512.0012			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1441	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	53.000,00
1443	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	24.000,00
Unidade: 6 - Diretoria de Agropecuária			
Ação: 2084 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGROPECUARIA			
Funcional: 0020.0608.0012			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1609	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	137.000,00
1610	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	33.000,00
Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura			
Unidade: 1 - Diretoria de Cultura			
Ação: 2097 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA			

Funcional: 0013.0392.0013			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1708	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	69.267,64
1709	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	4.000,00
	TOTAL GERAL		**3.546.267,64**

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado criar e efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Anual do exercício de 2026 (Lei Municipal 2.446 de 05/12/2025), crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R$ 1.477.611,53**,** (Um milhão, quatrocentos e setenta e sete mil, seiscentos e onze reais e cinquenta e três centavos.), mediante a inclusão de nova natureza de receita e despesa para a suplementação na fonte de recursos 00103 – 25% Sobre Transferências Constitucionais – FUNDEB, 00104 – Demais Impostos Vinculados a Educação Básica, conforme o desdobramento relacionado abaixo:

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação			
Unidade: 1 - Diretoria de Educação			
Ação: 2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Funcional: 0012.0361.0009			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
613	33390360000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	103	50.000,00
616	3339037000000000000 - Locação de mão-de-obra	103	90.000,00
574	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	103	51.685,88
575	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	104	350.000,00
580	3319013000000000000 - Contribuições patronais	104	90.000,00
Ação: 2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL			
Funcional: 0012.0365.0009			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
682	3339036000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	103	120.000,00
691	333903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	104	100.000,00
654	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	104	150.000,00
659	3319013000000000000 - Contribuições patronais	104	30.000,00
Unidade: 4 - Diretoria de Transporte Escolar			
Ação: 2053 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Funcional: 0012.0782.0009			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
861	3339033000000 - Passagens e despesas com locomoção	104	250.000,00
868	333903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	103	20.000,00
869	333903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	104	50.000,00
845	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	104	125.925,65
	TOTAL GERAL FONTE 103		**331.685,88**
	TOTAL GERAL FONTE 104		**1.145.925,65**

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado criar e efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Anual do exercício de 2026 (Lei Municipal 2.446 de 05/12/2025), crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de 886.566,91**,** (Oitocentos e oitenta e seis reais e quinhentos e sessenta e seis reais e noventa e um centavos), mediante a inclusão de nova natureza de receita e despesa para a suplementação na fonte de recurso SAÚDE - Fonte 303 – Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%), conforme o desdobramento relacionado abaixo:

Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde			
Ação: 2065 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR			
Funcional: 0010.0302.0010			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1095	333903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	303	886.566,91
	TOTAL GERAL		**886.566,91**

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado criar e efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Anual do exercício de 2026 (Lei Municipal 2.446 de 05/12/2025), crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de 595.180,93**,** (Quinhentos e noventa e cinco mil, cento e oitenta reais e noventa e três centavos), mediante a inclusão de nova natureza de receita e despesa para a suplementação na fonte de recurso COSIP-Contribuição de Iluminação Pública, ART. 149-A CF, conforme o desdobramento relacionado abaixo:

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente			
Unidade: 2 - Diretoria de Obras			
Ação: 2082 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
Funcional: 0025.0751.0012			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1501	3339030000000000000 - Material de consumo	507	300.000,00
1504	333903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	507	295.180,93

	TOTAL GERAL FONTE 507		**595.180,93**
	TOTAL GERAL		**6.505.627,01**

Art. 5º Em decorrência da abertura do Excesso de arrecadação no presente Projeto Lei, no montante de R$ 3.546.267,64, (Três milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e sete reais e setenta e sessenta e quatro centavos.), as despesas e parte das metas físicas programadas para o exercício de 2026 nas ações orçamentárias estabelecida no Plano Plurianual – 2026 a 2029 (Lei Municipal 2.444 de 05/12/2025), mediante a inclusão de nova natureza de receita e despesa para a suplementação na fonte de recurso 0000 – Recursos Livres, conforme o desdobramento relacionado abaixo:

FONTE 1000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) - EXERCICIO CORRENTE

Órgão: 2 - Governo Municipal			
Unidade: 2 - Secretaria Executiva			
Ação: 2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA			
Funcional: 0004.0122.0018			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
53	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	41.000,00
54	33190130000000 - Contribuições patronais	000	21.000,00

Unidade: 6 - Diretoria de Comunicação Social e Imprensa

Ação: 2010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E IMPRENSA

Funcional: 0004.0131.0018

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor
93	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	10.000,00

Órgão: 3 - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Transito

Unidade: 1 - Diretoria de Transito

Ação: 2012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE TRÂNSITO

Funcional: 0006.0181.0003

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor
114	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	46.000,00

Órgão: 4 - Secretaria Municipal de Tecnologia e Sistemas de Informação

Unidade: 2 - Diretoria de Infraestrutura de Redes e Dados

Ação: 2018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA DE REDES DE DADOS

Funcional: 0004.0126.0004

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor
178	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	42.000,00

Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Planejamento

Unidade: 2 - Diretoria de Engenharia

Ação: 2022 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA

Funcional: 0004.0127.0005

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor
238	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	48.000,00
239	33190130000000 - Contribuições patronais	000	8.000,00

Unidade: 3 - Diretoria de Habitação

Ação: 2027 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DE HABITAÇÃO

Funcional: 0004.0122.0018

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor
278	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	52.000,00
279	33190130000000 - Contribuições patronais	000	3.000,00

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 1 - Diretoria de Pessoal

Ação: 2028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESSOAL

Funcional: 0004.0122.0007

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor
305	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	46.000,00

Unidade: 2 - Diretoria de Material e Patrimônio

Ação: 2029 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Funcional: 0004.0122.0007

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor
321	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	56.000,00

Unidade: 4 - Diretoria de Administração e Controle

Ação: 2033 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CEMITÉRIOS E CAPELA MORTUÁRIA

Funcional: 0004.0122.0018

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor
381	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	12.000,00

Ação: 2034 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TERMINAL RODOVIÁRIO

Funcional: 0004.0122.0018

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor
392	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	47.000,00
393	33190130000000000000 - Contribuições patronais	000	9.000,00

Ação: 2095 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PORTO INTERNACIONAL

Funcional: 0004.0122.0018

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor
414	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	98,000,00
415	33190130000000000000 - Contribuições patronais	000	20.000,00

Unidade: 5 - Diretoria de Compras e Licitações

Ação: 2035 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Funcional: 0004.0122.0007

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor
425	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	111.000,00
426	33190130000000000000 - Contribuições patronais	000	19.000,00

Órgão: 7 - Secretaria Municipal de Fazenda

Unidade: 3 - Diretoria de Fiscalização

Ação: 2040 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FISCALIZAÇÃO

Funcional: 0004.0125.0008

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor
521	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	62.000,00

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 3 - Diretoria de Alimentação Escolar

Ação: 2050 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Funcional: 0012.0306.0009

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor
807	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	134.000,00

Unidade: 4 - Diretoria de Transporte Escolar

Ação: 2053 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR

Funcional: 0012.0782.0009

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor
844	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	117.000,00
846	33190130000000000000 - Contribuições patronais	000	31.000,00

Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde

Ação: 2060 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA			
Funcional: 0010.0301.0010			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
925	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	710,000,00
930	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	125.000,00
934	331901600000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	000	160.000,00
Ação: 2063 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSÓRCIOS - CISCOPAR E CONSAMU			
Funcional: 0010.0302.0010			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1030	3317170000000 - Rateio pela participação em consórcio público	000	530.000,00
Ação: 2067 – MANUT. DA DIRETORIA DE GESTÃO DE CONTROLE, REGULAÇÃO, AUDITORIA E AVALIAÇÃO			
Funcional: 0010.0302.0010			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1114	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	55.000,00
1116	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	5.000,00
Ação: 2068 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA			
Funcional: 0010.0303.0010			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1125	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	25.000,00
Ação: 2070 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE VIGILANCIA AMBIENTAL E CONTROLE DE ZOONOSES			
Funcional: 0010.0304.0010			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1170	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	112.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social			
Ação: 2072 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO SUAS			
Funcional: 0008.0122.0017			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1255	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	48.000,00
1256	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	57.000,00
Ação: 2120 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - Ass. Social			
Funcional: 0008.0245.0020			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1335	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	175.000,00
1336	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	48.000,00
Unidade: 2 - Fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente			
Ação: 6003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR			
Funcional: 0008.0243.0020			
1379	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	86.000,00
1380	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	33.000,00
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente			
Unidade: 1 - Diretoria de Limpeza Publica			
Ação: 1200 - MANUTENÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS			
Funcional: 0017.0512.0012			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1433	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	24.000,00
Ação: 2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA			
Funcional: 0017.0512.0012			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1441	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	53.000,00
1443	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	24.000,00
Unidade: 6 - Diretoria de Agropecuária			
Ação: 2084 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGROPECUARIA			
Funcional: 0020.0608.0012			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1609	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	137.000,00
1610	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	33.000,00
Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura			
Unidade: 1 - Diretoria de Cultura			
Ação: 2097 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA			
Funcional: 0013.0392.0013			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1708	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	69.267,64
1709	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	4.000,00
	TOTAL GERAL		**3.546.267,64**

Art. 6º Em decorrência da abertura do Excesso de arrecadação no presente Projeto Lei, no montante de R$ 1.477.611,53**,** (um milhão, quatrocentos e setenta e sete mil, seiscentos e onze reais e cinquenta e três centavos.), as despesas e parte das metas físicas programadas para o exercício de 2026 nas ações orçamentárias estabelecida no Plano Plurianual – 2026 a 2029 (Lei Municipal 2.444 de 05/12/2025), mediante a inclusão de nova natureza de receita e despesa para a suplementação na fonte de recursos 00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais – FUNDEB, 00104 – Demais Impostos Vinculados a Educação Básica, conforme o desdobramento relacionado abaixo:

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação			
Unidade: 1 - Diretoria de Educação			
Ação: 2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Funcional: 0012.0361.0009			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
613	33390360000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	103	50.000,00
616	3339037000000000000 - Locação de mão-de-obra	103	90.000,00
574	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	103	51.685,88
575	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	104	350.000,00
580	3319013000000000000 - Contribuições patronais	104	90.000,00
Ação: 2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL			

Funcional: 0012.0365.0009			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
682	3339036000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	103	120.000,00
691	333903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	104	100.000,00
654	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	104	150.000,00
659	3319013000000000000 - Contribuições patronais	104	30.000,00
Unidade: 4 - Diretoria de Transporte Escolar			
Ação: 2053 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Funcional: 0012.0782.0009			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
861	3339033000000 - Passagens e despesas com locomoção	104	250.000,00
868	333903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	103	20.000,00
869	333903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	104	50.000,00
845	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	104	125.925,65
	TOTAL GERAL FONTE 103		**331.685,88**
	TOTAL GERAL FONTE 104		**1.145.925,65**

Art. 7º Em decorrência da abertura do Excesso de arrecadação no presente Projeto Lei, valor de R$ 886.566,91**,** (Oitocentos e oitenta e seis mil, quinhentos e sessenta e seis reais e noventa e um centavos), as despesas e parte das metas físicas programadas para o exercício de 2026 nas ações orçamentárias estabelecida no Plano Plurianual – 2026 a 2029 (Lei Municipal 2.444 de 05/12/2025), mediante a inclusão de nova natureza de receita e despesa para a suplementação na fonte de recurso SAÚDE - Fonte 303 – Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%), conforme o desdobramento relacionado abaixo:

Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde			
Ação: 2065 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR			
Funcional: 0010.0302.0010			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1095	333903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	303	886.566,91
	TOTAL GERAL		**886.566,91**

Art. 8º Em decorrência da abertura do Excesso de arrecadação no presente Projeto Lei, no valor de R$ 595.180,93**,** (Quinhentos e noventa e cinco mil, cento e oitenta reais e noventa e três centavos), as despesas e parte das metas físicas programadas para o exercício de 2026 nas ações orçamentárias estabelecida no Plano Plurianual – 2026 a 2029 (Lei Municipal 2.444 de 05/12/2025), mediante a inclusão de nova natureza de receita e despesa para a suplementação na fonte de recurso COSIP-Contribuição de Iluminação Pública, ART. 149-A CF, conforme o desdobramento relacionado abaixo:

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente			
Unidade: 2 - Diretoria de Obras			
Ação: 2082 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
Funcional: 0025.0751.0012			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1501	3339030000000000000 - Material de consumo	507	300.000,00
1504	333903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	507	295.180,93

	TOTAL GERAL FONTE 507		**595.180,93**
	TOTAL GERAL		**6.505.627,01**

Art. 9º Em decorrência da abertura do Excesso de arrecadação no presente Projeto Lei, no montante de R$ 3.546.267,64, (Três milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e sete reais e setenta e sessenta e quatro centavos.), as despesas e parte das metas físicas programadas para o exercício de 2026 nas ações orçamentárias estabelecida na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentarias – 2026 (Lei Municipal 2.445 de 05/12/2025), mediante a inclusão de nova natureza de receita e despesa para a suplementação na fonte de recurso 0000 – Recursos Livres, conforme o desdobramento relacionado abaixo:

FONTE 1000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) - EXERCICIO CORRENTE

Órgão: 2 - Governo Municipal			
Unidade: 2 - Secretaria Executiva			
Ação: 2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA			
Funcional: 0004.0122.0018			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
53	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	41.000,00
54	33190130000000 - Contribuições patronais	000	21.000,00
Unidade: 6 - Diretoria de Comunicação Social e Imprensa			
Ação: 2010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E IMPRENSA			
Funcional: 0004.0131.0018			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
93	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	10.000,00
Órgão: 3 - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Transito			
Unidade: 1 - Diretoria de Transito			
Ação: 2012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE TRÂNSITO			
Funcional: 0006.0181.0003			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
114	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	46.000,00
Órgão: 4 - Secretaria Municipal de Tecnologia e Sistemas de Informação			
Unidade: 2 - Diretoria de Infraestrutura de Redes e Dados			
Ação: 2018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA DE REDES DE DADOS			
Funcional: 0004.0126.0004			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
178	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	42.000,00

Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Planejamento			
Unidade: 2 - Diretoria de Engenharia			
Ação: 2022 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA			
Funcional: 0004.0127.0005			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
238	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	48.000,00
239	33190130000000 - Contribuições patronais	000	8.000,00
Unidade: 3 - Diretoria de Habitação			
Ação: 2027 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DE HABITAÇÃO			
Funcional: 0004.0122.0018			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
278	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	52.000,00
279	33190130000000 - Contribuições patronais	000	3.000,00
Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração			
Unidade: 1 - Diretoria de Pessoal			
Ação: 2028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESSOAL			
Funcional: 0004.0122.0007			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
305	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	46.000,00
Unidade: 2 - Diretoria de Material e Patrimônio			
Ação: 2029 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MATERIAL E PATRIMÔNIO			
Funcional: 0004.0122.0007			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
321	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	56.000,00
Unidade: 4 - Diretoria de Administração e Controle			
Ação: 2033 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CEMITÉRIOS E CAPELA MORTUÁRIA			
Funcional: 0004.0122.0018			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
381	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	12.000,00
Ação: 2034 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TERMINAL RODOVIÁRIO			
Funcional: 0004.0122.0018			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
392	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	47.000,00
393	33190130000000000000 - Contribuições patronais	000	9.000,00
Ação: 2095 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PORTO INTERNACIONAL			
Funcional: 0004.0122.0018			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
414	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	98,000,00
415	33190130000000000000 - Contribuições patronais	000	20.000,00
Unidade: 5 - Diretoria de Compras e Licitações			
Ação: 2035 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE COMPRAS E LICITAÇÕES			
Funcional: 0004.0122.0007			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
425	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	111.000,00
426	33190130000000000000 - Contribuições patronais	000	19.000,00
Órgão: 7 - Secretaria Municipal de Fazenda			
Unidade: 3 - Diretoria de Fiscalização			
Ação: 2040 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FISCALIZAÇÃO			
Funcional: 0004.0125.0008			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
521	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	62.000,00
Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação			
Unidade: 3 - Diretoria de Alimentação Escolar			
Ação: 2050 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL			
Funcional: 0012.0306.0009			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
807	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	134.000,00
Unidade: 4 - Diretoria de Transporte Escolar			
Ação: 2053 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Funcional: 0012.0782.0009			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
844	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	117.000,00
846	33190130000000000000 - Contribuições patronais	000	31.000,00
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde			
Ação: 2060 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA			
Funcional: 0010.0301.0010			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
925	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	710,000,00
930	33190130000000000000 - Contribuições patronais	000	125.000,00
934	33190160000000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	000	160.000,00
Ação: 2063 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSÓRCIOS - CISCOPAR E CONSAMU			
Funcional: 0010.0302.0010			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1030	33171700000000 - Rateio pela participação em consórcio público	000	530.000,00
Ação: 2067 – MANUT. DA DIRETORIA DE GESTÃO DE CONTROLE, REGULAÇÃO, AUDITORIA E AVALIAÇÃO			
Funcional: 0010.0302.0010			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1114	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	55.000,00
1116	33190130000000000000 - Contribuições patronais	000	5.000,00
Ação: 2068 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA			
Funcional: 0010.0303.0010			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1125	33190110000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	25.000,00
Ação: 2070 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE VIGILANCIA AMBIENTAL E CONTROLE DE ZOONOSES			

Funcional: 0010.0304.0010			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1170	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	112.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social			
Ação: 2072 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO SUAS			
Funcional: 0008.0122.0017			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1255	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	48.000,00
1256	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	57.000,00
Ação: 2120 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - Ass. Social			
Funcional: 0008.0245.0020			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1335	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	175.000,00
1336	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	48.000,00
Unidade: 2 - Fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente			
Ação: 6003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR			
Funcional: 0008.0243.0020			
1379	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	86.000,00
1380	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	33.000,00
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente			
Unidade: 1 - Diretoria de Limpeza Publica			
Ação: 1200 - MANUTENÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS			
Funcional: 0017.0512.0012			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1433	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	24.000,00
Ação: 2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA			
Funcional: 0017.0512.0012			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1441	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	53.000,00
1443	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	24.000,00
Unidade: 6 - Diretoria de Agropecuária			
Ação: 2084 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGROPECUARIA			
Funcional: 0020.0608.0012			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1609	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	137.000,00
1610	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	33.000,00
Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura			
Unidade: 1 - Diretoria de Cultura			
Ação: 2097 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA			
Funcional: 0013.0392.0013			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1708	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	69.267,64
1709	3319013000000000000 - Contribuições patronais	000	4.000,00
	TOTAL GERAL		**3.546.267,64**

Art. 10. Em decorrência da abertura do Excesso de arrecadação no presente Projeto Lei, no montante de R$ 1.477.611,53**,** (um milhão, quatrocentos e setenta e sete mil, seiscentos e onze reais e cinquenta e três centavos.), as despesas e parte das metas físicas programadas para o exercício de 2026 nas ações orçamentárias estabelecida na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentarias – 2026 (Lei Municipal 2.445 de 05/12/2025), mediante a inclusão de nova natureza de receita e despesa para a suplementação na fonte de recursos 00103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais – FUNDEB, 00104 – Demais Impostos Vinculados a Educação Básica, conforme o desdobramento relacionado abaixo:

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação			
Unidade: 1 - Diretoria de Educação			
Ação: 2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Funcional: 0012.0361.0009			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
613	33390360000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	103	50.000,00
616	3339037000000000000 - Locação de mão-de-obra	103	90.000,00
574	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	103	51.685,88
575	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	104	350.000,00
580	3319013000000000000 - Contribuições patronais	104	90.000,00
Ação: 2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL			
Funcional: 0012.0365.0009			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
682	3339036000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	103	120.000,00
691	333903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	104	100.000,00
654	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	104	150.000,00
659	3319013000000000000 - Contribuições patronais	104	30.000,00
Unidade: 4 - Diretoria de Transporte Escolar			
Ação: 2053 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Funcional: 0012.0782.0009			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
861	3339033000000 - Passagens e despesas com locomoção	104	250.000,00
868	333903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	103	20.000,00
869	333903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	104	50.000,00
845	331901100000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	104	125.925,65
	TOTAL GERAL FONTE 103		**331.685,88**
	TOTAL GERAL FONTE 104		**1.145.925,65**

Art. 11. Em decorrência da abertura do Excesso de arrecadação no presente Projeto Lei, valor de R$ 886.566,91**,** (Oitocentos e oitenta e seis mil, quinhentos e sessenta e seis Reais e noventa e um centavos), as despesas e parte das metas físicas programadas para o exercício de 2026 nas ações orçamentárias estabelecida na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentarias – 2026 (Lei Municipal 2.445 de 05/12/2025), mediante a inclusão de nova natureza de receita e despesa para a suplementação na fonte de recurso SAÚDE - Fonte 303 – Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%), conforme o desdobramento relacionado abaixo:

Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde			
Ação: 2065 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR			
Funcional: 0010.0302.0010			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1095	333903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	303	886.566,91
	TOTAL GERAL		**886.566,91**

Art. 12. Em decorrência da abertura do Excesso de arrecadação no presente Projeto Lei, no valor de R$ 595.180,93**,** (Quinhentos e noventa e cinco mil, cento e oitenta reais e noventa e três centavos), as despesas e parte das metas físicas programadas para o exercício de 2026 nas ações orçamentárias estabelecida na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentarias – 2026 (Lei Municipal 2.445 de 05/12/2025), mediante a inclusão de nova natureza de receita e despesa para a suplementação na fonte de recurso COSIP-Contribuição de Iluminação Pública, ART. 149-A CF, conforme o desdobramento relacionado abaixo:

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente			
Unidade: 2 - Diretoria de Obras			
Ação: 2082 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
Funcional: 0025.0751.0012			
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor**
1501	3339030000000000000 - Material de consumo	507	300.000,00
1504	333903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	507	295.180,93

	TOTAL GERAL FONTE 507		**595.180,93**
	TOTAL GERAL		**6.505.627,01**

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:81DC914C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 057/2026
Pregão Eletrônico nº 014/2026

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DOS LOTES MAL SUCEDIDOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2026, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACI - PR, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**

FORNECEDOR: **BR SUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**
CNPJ: 21.438.123/0001-89

Fornecedor: BR SUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 21.438.123/0001-89 - Valor total homologado: R$ 3.301,00 (três mil, trezentos e um reais)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	1	ÁCIDO VALPRÓICO, DOSAGEM: 250 MG BR0267504	ABBOTT	CÁPSULA	4000	0.2740	1096.0000
60	1	BR0267747 - SINVASTATINA, DOSAGEM: 20 MG	SANDOZ	COMPRIMIDOS	30000	0.0735	2205.0000

Valor Total de R$ 3.301,00 (três mil, trezentos e um reais).
DATA DA ASSINATURA: 14/08/2026.
VIGÊNCIA: 14/08/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:6F117B0B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 058/2026
Pregão Eletrônico nº 014/2026

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DOS LOTES MAL SUCEDIDOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2026, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACI - PR, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**

FORNECEDOR: **NOROESTE MEDICAMENTOS - LTDA**
CNPJ: 06.974.929/0001-06

Fornecedor: NOROESTE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 06.974.929/0001-06 - Valor total homologado: R$ 2.991,83 (dois mil, novecentos e noventa e um reais e oitenta e três centavos)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	1	ACIDO FÓLICO 5 MG	Natulab	COMPRIMIDOS	5000	0.0600	300.0000
15	1	CARBONATO DE CÁLCIO, DOSAGEM: 500 MG BR0268225	Mayben	COMPRIMIDOS	12000	0.0820	984.0000
41	1	BR0273467 - LORATADINA, CONCENTRAÇÃO: 1MG,ML, TIPO MEDICAMENTO: XAROPE - FRASCO 100 ML	Cimed	FRASCO	300	3.2350	970.5000
65	1	BR0268076 - SULFATO DE MAGNÉSIO 10% - AMPOLA 10 ML	Samtec	AMPOLA	100	0.9600	96.0000
66	1	BR0268075 - SULFATO DE MAGNÉSIO 5% - AMPOLA 10 ML	Samtec	AMPOLA	100	6.4133	641.3300

Valor Total de R$ 2.991,83 (dois mil, novecentos e noventa e um reais e oitenta e três centavos).
DATA DA ASSINATURA: 14/08/2026.
VIGÊNCIA: 14/08/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:530384CE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 059/2026
Pregão Eletrônico nº 014/2026

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DOS LOTES MAL SUCEDIDOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2026, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACI - PR, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**

FORNECEDOR: **RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**
CNPJ: 35.042.079/0001-06

Fornecedor: RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - CNPJ: 35.042.079/0001-06 - Valor total homologado: R$ 9.636,08 (nove mil, seicentos e trinta e seis reais e oito centavos)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	1	ALBENDAZOL, DOSAGEM: 40 MG,ML, USO: SUSPENSÃO ORAL BR0267507	geolab	FRASCO	250	1.4099	352.4750
6	1	ALOPURINOL, DOSAGEM: 300 MG BR0267509	prati	COMPRIMIDOS	3600	0.2495	898.2000
9	1	ANLODIPINO BESILATO, DOSAGEM: 5 MG BR0272434	geolab	COMPRIMIDOS	10000	0.0337	337.0000
16	1	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, DOSAGEM: 500 MG BR0267632	prati	COMPRIMIDOS	3000	0.2199	659.7000
22	1	BR0267645 - DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, DOSAGEM: 2 MG	geolab	COMPRIMIDOS	2000	0.0630	126.0000
25	1	ENALAPRIL MALEATO, DOSAGEM: 10 MG BR0267651	1farma	COMPRIMIDOS	5000	0.0591	295.5000
26	1	ENALAPRIL MALEATO, DOSAGEM: 20 MG BR0267652	1farma	COMPRIMIDOS	9000	0.0691	621.9000
30	1	BR0267663 - FUROSEMIDA, DOSAGEM: 40 MG	prati	COMPRIMIDOS	6000	0.0647	388.2000
36	1	BR0268861 - ITRACONAZOL, DOSAGEM: 100 MG	geolab	CÁPSULA	600	1.1385	683.1000
49	1	BR0273167 - NEOMICINA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM BACITRACINA, CONCENTRAÇÃO: 5MG + 250UI,G, TIPO MEDICAMENTO: POMADA - BISNAGA 10 G	prati	BISNAGA	1000	2.2448	2244.8000
55	1	BR0267772 - PROPRANOLOL CLORIDRATO, DOSAGEM: 40 MG	osorio	COMPRIMIDOS	5000	0.0493	246.5000
57	1	BR0272839 - RISPERIDONA, DOSAGEM: 1 MG	prati	COMPRIMIDOS	20000	0.1126	2252.0000
63	1	BR0308882 - SULFAMETOXAZOL, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, CONCENTRAÇÃO: 400MG + 80MG	belfar	COMPRIMIDOS	3000	0.1769	530.7000

Valor Total de R$ 2.991,83 (dois mil, novecentos e noventa e um reais e oitenta e três centavos).
DATA DA ASSINATURA: 14/08/2026.
VIGÊNCIA: 14/08/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:14DD8D45

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 060/2026
Pregão Eletrônico nº 014/2026

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DOS LOTES MAL SUCEDIDOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2026, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACI - PR, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**

FORNECEDOR: **SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA**
CNPJ: 28.643.008/0001-95

Fornecedor: SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR EIRELI - CNPJ: 28.643.008/0001-95 - Valor total homologado: R$ 4.678,15 (quatro mil, seiscentos e setenta e oito reais e quinze centavos)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO, DOSAGEM: 100 MG BR0267502	IMEC	COMPRIMIDOS	30000	0.0324	972.0000
23	1	BR0271000 - DICLOFENACO, APRESENTAÇÃO: SAL SÓDICO, DOSAGEM: 50 MG	BRAINFARMA	COMPRIMIDOS	15000	0.0566	849.0000
34	1	BR0267674 - HIDROCLOROTIAZIDA, DOSAGEM: 25 MG	BRAINFARMA	COMPRIMIDOS	20000	0.0320	640.0000
50	1	NISTATINA, DOSAGEM:25.000 UI/G, APRESENTAÇÃO:CREME VAGINAL - BISNAGA 60 G	BRAINFARMA	BISNAGA	300	6.1825	1854.7500
53	1	BR0267741 - PREDNISONA, DOSAGEM: 5 MG	BRAINFARMA	COMPRIMIDOS	6000	0.0604	362.4000

Valor Total de R$ 4.678,15 (quatro mil, seiscentos e setenta e oito reais e quinze centavos).
DATA DA ASSINATURA: 14/08/2026.
VIGÊNCIA: 14/08/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:6DF38E57

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 061/2026
Pregão Eletrônico nº 014/2026

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DOS LOTES MAL SUCEDIDOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2026, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACI - PR, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**

FORNECEDOR: **ZAFRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES**
CNPJ: 41.347.974/0001-23

Fornecedor: ZAFRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES - CNPJ: 41.347.974/0001-23 - Valor total homologado: R$ 6.655,00 (seis mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
17	1	CLOMIPRAMINA, DOSAGEM: 25 MG BR0267522	CRISTÁLIA	COMPRIMIDOS	4000	1.0200	4080.0000
45	1	BR0267689 - METILDOPA, DOSAGEM: 250 MG	EMS	COMPRIMIDOS	5000	0.5150	2575.0000

Valor Total de R$ 6.655,00 (seis mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais)
DATA DA ASSINATURA: 14/08/2026.
VIGÊNCIA: 14/08/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:9393BBBC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

GOVERNO MUNICIPAL
ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2026 REFERENTE A DISPENSA ELETRONICA Nº 015/2026
Objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, ÓLEOS PARA MOTOR, FLUIDOS E DEMAIS LUBRIFICANTES DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL.** Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ nº 76.178.029/0001-20. Contratada**: DORIVAL GAPINSKI - ME** - CNPJ n° 27.041.419/0001-48. Valor Contratual: de R$ 33.701,00 (Trinta e Três Mil, Setecentos e Um Reais)**,** referente aos itens abaixo:

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
002	Óleo lubrificante hidráulico fluido HM ISSO 68 Composição: óleo básicos minerais selecionados e aditivos de última geração especialmente desenvolvidos e balanciados, produzido por fabricantes líderes mundiais de lubrificantes, fornecido, o prazo de validade de 4 anos. Lote e data de fabricação impresso na embalagem, acompanhamento da ficha técnica junto a nota fiscal na entrega dos produtos. Novo não recondicionado não remanufaturado, que opere em condição severa de pressão e temperatura. Registro na ABNT NBR 14725-2, resolução CONAMA nº 362/2005. Registro na ANP e homologado por fabricantes de maquinas nacional e importada das marcas caterpillar, case,	PETROBRAX	GAL	20,00	510,00	10.200,00

	komatsu, jcb, bomag, doosan, cxmg, volvo. Modelos: escavadeiras hidráulica, retro escavadeiras, pá carregadeiras, motoniveladoras e rolos compactador. Atenda as especificações, aprovações e recomendações, com excelente performance no TOST(teste astm d943); denison hydraulics (hf-0hf-1-hf-2); fives cincinnati p-69 (iso68); eaton vicker (brochure 694); bosch rexroth rd 90220-01; iso 11158(fuidos hm); astm d 6158-05(fluido hv); swedish ss 15.54.34.am; din 51524 parte 3 tipo hvlp; gb 111181-1-94(fuido.hm); ponto de fluides °c isso 3016-24; lubrificantes sujeitos a teste de laboratório. Embalagem balde de no mínimo 20 litros, lacrado. Certificação ISSO IATF 16949-2016, e ficha técnica dos produtos.					
003	Óleo lubrificante hidráulico ho 46 HM ISSO VG 46 Composição: óleo básicos minerais selecionados e aditivos de última geração especialmente desenvolvidos e balançeado produzidos por líderes mundiais de lubrificantes, fornecido, prazo de validade de 4 anos. Lote e data de fabricação impresso na embalagem. Acompanhamento da ficha técnica junto a nota fiscal na entrega dos produtos. Novo não recondicionado não remanufaturado, que opere em condição severa de pressão, e temperatura. Registro na ANBT NBR 14725-2. Resolução CONAMA nº 362/2005. Registro na ANP e homologado por fabricantes de maquinas nacional e importada das marcas caterpillar, volvo, case, komatsu, jcb, bomag, doosan, cxmg, john deere. Modelos: escavadeiras hidráulica, retros escavadeira, pá carregadeiras, motoniveladoras e rolos compactado. Atenda a sequintes especificações, apravações e recomendações: com excelente performance no tost(teste astm d943); denison hydraulics (hf-0hf-1-hf-2); fivescincinnati p-709 iso46); eaton vicker (brochure 694); swedish standard ss.15.54.34.am; iso 11158(fuido hv); astm 6158-05(fluido hv); din 51524 parte 3 tipo hvlp; gb 111181-1-949 (fluido.hv); rigidez dielétrica kv astm d877 >30; lubrificantes sujeitos a teste de laboratório. Balde de no mínimo 20 litros lacrado. Certificação ISSO IATF 16949-2016, e ficha técnica dos produtos.	PETROBRAX	GAL	15,00	715,00	10.725,00
004	Óleo lubrificante motor 5W30 sintético de 1ª linha novo não recondicionado não remanufaturado, moltiviscoso uso nos modernos motores gasolina, etanol, flex,Gnv, hibrido e diesel, com injeção eletrônico compatível com conversor catalitico registro na ANP homologado por montadora nacional e internacional motores fiat/volkswagem/gm/renault /ford acea c2-12. Sugestão de marcas: petrobras, petronas, castrol, ipiranga e texaco, ou outra de qualidade igual ou suprior. Embalagem: frasco lacrado de no mínimo 1 litro. Certificação ISSO IATF 16949-2016, e ficha técnica dos produtos.	PDV	UN	200,00	36,00	7.200,00
005	Óleo lubrificante motor SAE 10W40 100% SINTETICO API C I 4 para motor diesel atendam legislação sobre emissão euro 5 de 1ª linha oleo novo não recondicionado não remanufaturado com registro na ANP, Homologado por montadoras nacional e internacional de motores deutz dqc iv 10/iveco t3 e4 /man m3277 mercedes benz 228.5 acea-e7-e4, sugestão de marca petrobras petronas ipiranga castrol texaco ou outra de qualidade igual ou superior. Embalagem: balde lacrado de no mínimo 20 litros. Certificação ISSO IATF 16949-2016, e ficha técnica dos produtos.	PETROBRAX	UN	3,00	817,00	2.451,00
006	Óleo sintético 10W30 de 1 ª linha novo não recondicionado não remanufaturado multifuncional transmissão e hidráulicos e freio a disco úmido de trator agrícola que atenda a especificação API GL 4 CATERPILLAR TO-2 NEW HOLLND MASSEY FERGUSON. Registro na ANP e homologado por fabricantes de maquinas nacional e importada. Sugestão de marcas Petrobras, Petronas Castrol, Ipiranga e Texaco, ou outra de qualidade igual ou superior. Embalagem: balde lacrado de 20 litros. Certificação ISSO IATF 16949-2016, e ficha técnica dos produtos.	PETROBRAX	GAL	5,00	625,00	3.125,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2026 REFERENTE A DISPENSA ELETRONICA Nº 015/2026

Contratada**: L &J DOMINGUES DISTRIBUIDORA LTDA** – CNPJ n° 28.523.774/0001-16. Valor Contratual: de **R$ 580,00 (Quinhentos e Oitenta Reais),** referente aos itens abaixo:

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
001	Fluido de freio DOT 4. Sugestão de marca Bosch, Vargas, Motul ou outra igual ou superior. Embalagem de no mínimo 500 ml.	RADNAQ	UN	20,00	29,00	580,00

Relacionados. Prazo de Execução e Vigência 03 meses: 14/08/2026 até 13/11/2026. Assinatura: 14/08/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:D51E0430

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO N° 193/2026

DECRETO N° 193/2026

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

EDMUNDO VIER, PREFEITO MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI,
CONSIDERANDO a necessidade de designação de servidores responsáveis pela gestão e fiscalização dos contratos administrativos celebrados pelo Município;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente em relação ao acompanhamento, gestão e fiscalização da execução dos contratos administrativos;

DECRETA

Art. 1° - Ficam designados os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de Gestores e Fiscais de Contratos Administrativos, no âmbito do Município de Inácio Martins, de acordo com as respectivas Secretarias e áreas de atuação, sem caráter de exclusividade e sem prejuízos de suas atribuições funcionais primordiais:

NOME DO SERVIDOR	FUNÇÃO	MATRICULA	SECRETARIA/DEPARTAMENTO
MARINALDA FERNANDES	GESTORA	6671	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
INAE KOMESSU DE OLIVEIRA	FISCAL	80000387	DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO
SILVANA NORDT	FISCAL	80000141	DEPARTAMENTO DE ENSINO E DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR
CLEUSY DE FATIMA NASCIMENTO	FISCAL	10011	DEPARTAMENTO DE ENSINO E DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR
LORENA DE OLIVEIRA SANTOS	FISCAL	80000376	DEPARTAMENTO DE ENSINO E DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR
ELIS DANIELE FERNANDES	FISCAL	4811	DEPARTAMENTO DE CULTURA
ILDEFONSO JOSÉ STROPARO	FISCAL	10231	DEPARTAMENTO DE ENSINO E DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR
SILVANE DO CARMO GAVRONSKI	GESTORA	8401	SECRETARIA DE SAÚDE
ANDREI DUTRA	FISCAL	80000668	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS, DE ODONTOLOGIA E ENFERMAGEM
SILMARISE DOMINGUES ROCHA	FISCAL	8711	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS, DE ODONTOLOGIA E ENFERMAGEM
MAURO DZIURKOWSKI	FISCAL	6841	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS, DE ODONTOLOGIA E ENFERMAGEM
JOSÉ JUNIOR KUCHAINSKI	FISCAL	6491	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS, DE ODONTOLOGIA E ENFERMAGEM
THAIARA DE CASSIA TAVARES DE MELO	GESTORA	80000659	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
WHERLLA GABRIELLI ANDRADE VIEIRA	FISCAL	80000409	DEPARTAMENTO DE PROGRAMS E PROJETOS DE RESGATE DA CIDADANIA E PROMOÇÃO SOCIAL
RAYSSA ANDRADE LEAL	FISCAL	80000758	DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS
ELISENE ROZENSKI DOS SANTOS	FISCAL	80000502	DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO
ROMILDO AFONSO MOREIRA	GESTOR	6721	SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTE
LUCIANO MACHADO	FISCAL	80000407	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
MARIO KARDACHEUSKI	FISCAL	80000625	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

EDER LOPES	GESTOR	80000357	GABINETE DO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE
RAUNAN MATEUS MACHADO DE SOUZA	FISCAL	80000571	DEPARTAMENTO DE PRESERVAÇÃO E EDUCAÇÃO A
ROSEMIR BRIZOLA VAZ	GESTOR	80000510	GABINETE DO PREFEITO
ALEXANDRE MACARRONI	FISCAL	80000413	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
OSMAR BARBOSA SETRINSKI	FISCAL	3151	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
SIDNEI LOPES	GESTOR	3531	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TAIS APARECIDA GONCALVES VIEIRA	FISCAL	6791	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO/PLANEJAMENTO
EDISON DOS SANTOS PEPE	FISCAL	10301	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO/ENGENHARIA
JEAN ANTUNES DOS SANTOS	FISCAL	10411	DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO
DECLERES DE FATIMA DO NASCIMENTO	FISCAL	80000498	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
JOAO VITOR SCHROEDER CAMARGO	FISCAL	80000347	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RODRIGO SEBASTIAO VIEIRA	FISCAL	80000408	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
HEBER LAURI DOS SANTOS	FISCAL	80000495	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
VINICIUS BASTOS CUTILAKI	FISCAL	80000656	DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS
ELIANE PAIDOSZ FAGUNDES DE OLIVEIRA	FISCAL	6821	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
FABIO LUIZ BAITALA	GESTOR	80000494	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESPORTES

Parágrafo Único - Os servidores designados exercerão as atribuições de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos vinculados às respectivas Secretarias, Departamentos e áreas de atuação, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 174/2023 e demais normas aplicáveis.

Art. 2º Compete ao Gestor do Contrato acompanhar e coordenar as atividades relacionadas à execução contratual, adotando as medidas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, especialmente:

I – acompanhar a execução geral do contrato;

II – coordenar e orientar as atividades exercidas pelos fiscais de contrato;

III – acompanhar os prazos de vigência e de execução contratual;

IV – adotar as providências necessárias para eventuais alterações, prorrogações, reajustes ou demais medidas relacionadas ao contrato;

V – comunicar aos setores competentes as situações que possam comprometer a regular execução contratual;

VI – exercer as demais atribuições previstas na legislação e regulamentação aplicáveis.

Art. 3º Compete ao Fiscal do Contrato acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, especialmente:

I – acompanhar a execução do contrato e verificar a conformidade dos bens entregues, serviços prestados ou obras executadas;

II – registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual;

III – comunicar ao Gestor do Contrato eventuais irregularidades ou situações que demandem providências;

IV – acompanhar o cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas no contrato;

V – atestar, quando cabível e dentro de suas atribuições, o recebimento dos bens, serviços ou obras, observados os procedimentos administrativos aplicáveis;

VI – exercer as demais atribuições previstas na legislação e regulamentação aplicáveis.

Art. 4º Os Gestores e Fiscais de Contratos deverão atuar dentro dos limites de suas atribuições, mantendo registro das ocorrências verificadas durante a execução contratual e adotando as providências necessárias para assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

Art. 5º Os servidores designados para exercer a função de Fiscal de Contrato poderão atuar de forma conjunta ou isolada, conforme a necessidade administrativa, a natureza e a especificidade do objeto contratado, ficando cada um deles individualmente apto a exercer as atribuições de fiscalização dos contratos vinculados à respectiva Secretaria, Departamento ou área de atuação, não sendo necessária a atuação simultânea ou a manifestação conjunta de todos os fiscais designados para a prática dos atos de fiscalização, sem prejuízo da responsabilidade individual de cada servidor pelos atos praticados no exercício de suas atribuições.

Art. 6º A designação dos servidores para as funções de Gestor e Fiscal de Contratos poderá ser alterada, substituída ou complementada por ato da autoridade competente, sempre que houver necessidade administrativa ou em razão da especificidade do contrato.

Inácio Martins/PR, 18 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal
Município de Inácio Martins/PR

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:481EFE05

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 001 - RENOVAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 043/2025.

Objeto Registro de preços para aquisição de mastros e bandeiras oficiais destinados as secretarias municipais. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ nº 76.178.029/0001-20. Contratada: N. F. GRANDE & CIA LTDA – EPP - CNPJ n° 79.034.153/0001-00. Fica pactuada a partir da presente data, a Prorrogação da Ata RP por mais 12 (doze) meses, prazo de execução e vigência até 12/08/2027, e o valor total do aditivo R$ 8.960,00 (Oito Mil, Novecentos e Sessenta Reais), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração, da Contratada, Parecer Jurídico, conforme Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/2021. Referentes aos itens abaixo:

ITENS

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UN.	QUANT.	R$ UN.	R$ TOTAL
001	001	KIT 03 BANDEIRAS COM MASTROS KIT DE 03 BANDEIRAS (PAÍS, ESTADO E MUNICÍPIO) COM MASTROS, PARA SALA, COMPOSTO POR: 01 BASE MODULAR DE MADEIRA PARA 03 (TRÊS) BANDEIRAS; 03 MASTROS COMPLETOS EM MADEIRA (MEDINDO 2,20M), COM ACABAMENTOS (PONTEIRAS SUPERIORES), ENCAIXE PARA MASTRO COM ESPESSURA, 01 BANDEIRA DO PAÍS BRASIL; 01 BANDEIRA DO ESTADO DO PARANÁ; 01 BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS/PR, CONFECCIONADAS EM TECIDO DE PRIMEIRA LINHA, CETIM BRILHOSO DE LUXO, DUPLA FACE, COM APLICAÇÕES PEÇA POR PEÇA, BORDADAS ALTO RELEVO, RESISTENTES, COM ILHÓS, NAS MEDIDAS DE 1,12M X 1,60M; COSTURAS REFORÇADAS.	KT.	1	R$ 1.290,00	R$ 1.290,00
	002	KIT DE 03 BANDEIRAS PAÍS, ESTADO E MUNICÍPIO KIT COMPOSTO POR: 01 BANDEIRA DO PAÍS BRASIL; 01 BANDEIRA DO ESTADO DO PARANÁ; 01 BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS/PR, CONFECCIONADAS EM TECIDO DE PRIMEIRA LINHA, 100% POLIÉSTER, BORDADAS ALTO RELEVO, NAS MEDIDAS DE 1,12M X 1,60M; COSTURAS REFORÇADAS,	KT.	13	R$ 590,00	R$ 7.670,00

		RESISTENTES, COM ILHÓS.					
TOTAL							**R$ 8.960,00**

ASSINATURA; 13/08/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:6C24049A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2026

Dispõe sobre a metodologia de identificação, avaliação, seleção e tratamento de riscos fiscais, a ser observada, obrigatoriamente, na elaboração do anexo de riscos fiscais da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e em demais instrumentos de planejamento fiscal que a ela se vinculem, no âmbito do Município de Itambaracá.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ**, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente quanto à necessidade de transparência e responsabilidade na gestão fiscal;

CONSIDERANDO a exigência de elaboração do Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com a devida avaliação de riscos e providências;

CONSIDERANDO as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) quanto à necessidade de adoção de metodologia própria para identificação, seleção e tratamento de riscos fiscais;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar procedimentos internos para o adequado gerenciamento de riscos fiscais no âmbito do Município de Itambaracá.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito do Município de Itambaracá, a Metodologia de Identificação, Avaliação, Seleção e Tratamento de Riscos Fiscais, a ser observada, obrigatoriamente, na elaboração do Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e em demais instrumentos de planejamento fiscal que a ela se vinculem.

Art. 2º - Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:
I – Risco fiscal: evento ou conjunto de eventos de natureza orçamentária, financeira, econômica, jurídica ou operacional, com potencial de provocar frustração de receitas, aumento de despesas, deterioração de resultados fiscais ou comprometimento da capacidade de pagamento do Município;
II – Gestão de riscos fiscais: processo sistemático de identificação, análise, avaliação, priorização, tratamento, monitoramento e revisão de riscos fiscais, com vistas à manutenção do equilíbrio das contas públicas;
III – Unidades setoriais: secretarias municipais, fundos, autarquias e demais órgãos da administração direta e indireta que possuam impacto orçamentário e financeiro relevante.
Art. 3º A coordenação da Metodologia de Gestão de Riscos Fiscais caberá à Secretaria Municipal de Administração, sem prejuízo das responsabilidades das demais unidades.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Administração:
I – Elaborar, consolidar e atualizar, anualmente, o Mapa de Riscos Fiscais do Município;
II – Coordenar o processo de identificação e avaliação de riscos fiscais junto às unidades setoriais;
III – Propor medidas de tratamento e mitigação dos riscos identificados;
IV – Elaborar a minuta do Anexo de Riscos Fiscais da LDO, com base na metodologia instituída por esta Instrução Normativa;
V – Manter arquivo físico ou digital dos formulários, notas técnicas e demais documentos que comprovem a aplicação da metodologia.

Art. 5º Compete às unidades setoriais:
I – Indicar, anualmente, pelo menos um servidor responsável por apoiar a identificação e avaliação de riscos fiscais no âmbito da unidade;
II – Preencher e encaminhar, nos prazos definidos em cronograma anual, os Formulários de Identificação e Avaliação de Riscos Fiscais fornecidos pela Secretaria Municipal de Administração;
III – Informar, sempre que solicitado, dados e elementos que permitam a adequada análise de probabilidade e impacto dos riscos.

Art. 6º A identificação de riscos fiscais será realizada, anualmente, em período anterior à elaboração da minuta da LDO, com base, no mínimo, nas seguintes fontes:
I – Histórico de frustração de receitas e extrapolação de despesas dos últimos 03 exercícios;
II – Contingências judiciais relevantes, inclusive precatórios e ações de grande impacto potencial;
III – Obrigações de longo prazo, inclusive contratos de prestação de serviços continuados, parcerias, convênios e operações de crédito;
IV – Variações macroeconômicas relevantes (inflação, PIB, transferências constitucionais, ICMS, FPM, FUNDEB etc.);
V – Riscos associados a renúncias de receita, benefícios fiscais e programas de incentivo;
VI – Riscos decorrentes de calamidades públicas, emergências ou eventos climáticos extremos que possam afetar a arrecadação ou aumentar despesas.

Art. 7º - Cada risco identificado deverá ser descrito em formulário próprio, contendo, no mínimo:

I – Descrição do risco;
II – Origem (receita, despesa, passivo contingente, renúncia de receita, outros);
III – Unidade responsável;
IV – Causas principais;
V – Consequências potenciais para o equilíbrio fiscal;
VI – Probabilidade de ocorrência, classificada em:
a) Baixa;
b) Média;
c) Alta.
VII – Impacto estimado, classificado em:
a) Baixo;
b) Médio;
c) Alto.
VIII – Classificação do nível de risco, resultante da combinação entre probabilidade e impacto (por exemplo: Baixo, Moderado, Alto, Crítico).

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Administração poderá adotar matriz de risco para padronizar a combinação entre probabilidade e impacto, definindo critérios objetivos para cada nível.

Art. 9º - Os riscos identificados serão priorizados para fins de divulgação no Anexo de Riscos Fiscais da LDO, observando-se, preferencialmente:
I – Riscos classificados como Altos ou Críticos;
II – Riscos com impacto financeiro estimado relevante em relação à receita corrente líquida do Município;
III – Riscos com probabilidade média ou alta de ocorrência no período de vigência da LDO.

Art. 10 - Para cada risco selecionado para constar do Anexo de Riscos Fiscais, deverão ser indicadas, no mínimo:
I – Medidas de prevenção ou mitigação (tratamento do risco), tais como:
a) ações de incremento de arrecadação;
b) revisão de contratos e despesas;
c) constituição de reservas;
d) medidas de contingenciamento;
e) aperfeiçoamento de controles internos.
II – Responsável pela implementação das medidas;
III – Prazo estimado para adoção das providências;
IV – Instrumentos de acompanhamento, como relatórios periódicos, reuniões de monitoramento e outros.

Art. 11 - As medidas de tratamento de riscos fiscais deverão ser compatíveis com:
I – As metas fiscais definidas na LDO e na Lei Orçamentária Anual (LOA);
II – As regras da Lei de Responsabilidade Fiscal;
III – As orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e demais órgãos de controle.

Art. 12. A Secretaria Municipal de Administração deverá realizar, no mínimo uma vez por ano, antes da elaboração da LDO, revisão da matriz de riscos fiscais, avaliando:
I – A permanência, alteração ou extinção dos riscos anteriormente identificados;
II – O surgimento de novos riscos;
III – O grau de implementação das medidas de tratamento previstas;
IV – A necessidade de ajustes na metodologia.

Art. 13 - O resultado do monitoramento deverá ser registrado em relatório ou nota técnica, que servirá de base para:
I – A elaboração do Anexo de Riscos Fiscais da LDO;
II – O acompanhamento interno pela Administração;
III – O atendimento a eventuais solicitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e demais órgãos de controle.

Art. 14 - A Secretaria Municipal de Administração poderá expedir manuais, formulários e orientações complementares para operacionalizar a aplicação desta Instrução Normativa.

Art. 15 Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Administração, observada a legislação vigente e, quando necessário, ouvidos o Controle Interno e a Procuradoria Jurídica do Município.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS CESAR DE CARVALHO
Secretário Municipal de Administração
Município de Itambaracá – PR

Nº	**Risco identificado**	**Descrição detalhada do risco**	**Probabilidade (Baixa/Média/Alta)**	**Impacto fiscal estimado (Baixo/Médio/Alto)**	**Valor estimado do impacto (R$)**	**Secretaria/Órgão responsável**	**Medidas de mitigação/contingência propostas**	**Prazo para implementação das medidas**	**Situação do acompanhamento (Em análise/Em execução/Concluído)**
1	Queda de arrecadação de ISS	Possível redução da arrecadação de ISS em razão de fechamento de empresas locais e diminuição da atividade econômica no setor de serviços.	Alta	Alto	2.000.000,00	Secretaria de Finanças	Revisar projeções de receita; reforçar ações de fiscalização e cobrança; revisar despesas discricionárias para adequar o orçamento à nova realidade.	Até 30 dias após a aprovação da LDO	Em análise
2	Condenações judiciais em precatórios	Existência de ações judiciais em fase avançada, com alta chance de	Média	Alto	1.200.000,00	Procuradoria Geral do Município / Secretaria de Administração	Acompanhar de perto o andamento dos processos; provisionar valores na LOA; buscar acordos judiciais para	Até o encerramento da elaboração da LOA	Em execução

		condenação do município, referentes a diferenças salariais de servidores.					parcelamento; revisar rotinas para evitar novas demandas semelhantes.		
3	Renúncia de receita de IPTU	Concessão de descontos de até 5% para pagamento antecipado do IPTU e isenções para determinados imóveis, reduzindo a arrecadação potencial.	Alta	Médio	500.000,00	Secretaria de Finanças	Revisar legislação de benefícios fiscais; estimar impacto na LDO; divulgar com antecedência as regras de desconto; avaliar compensações em outras receitas ou redução de despesas.	Antes do envio do projeto da LDO ao Legislativo	Em análise
4	Desastres naturais (enchentes)	Ocorrência recorrente de enchentes em determinados bairros, exigindo gastos emergenciais com defesa civil, obras e assistência social.	Média	Médio	800.000,00	Secretaria de Obras / Defesa Civil / Assistência Social	Elaborar plano de contingência; prever reserva de contingência na LOA; buscar convênios com Estado/União; priorizar obras de drenagem em áreas críticas.	Até 90 dias após início do exercício	Em execução
5	Queda de transferências do FPM	Redução das cotas do FPM em função de queda na arrecadação federal, afetando o equilíbrio das contas municipais.	Média	Alto	1.500.000,00	Secretaria de Finanças	Monitorar mensalmente as transferências; ajustar cronograma de execução de despesas; priorizar despesas obrigatórias; avaliar medidas de aumento de arrecadação própria.	Revisão trimestral	Em análise
6	Atraso em repasses de convênios	Possível atraso ou não liberação de parcelas de convênios estaduais/federais para obras em andamento.	Média	Médio	700.000,00	Secretaria de Planejamento / Secretaria de Obras	Acompanhar a situação dos convênios; manter documentação em dia; prever contrapartida municipal; planejar cronograma de obras considerando possíveis atrasos.	Até a assinatura dos convênios e durante a execução	Em execução
7	Aumento de despesas com pessoal	Crescimento da folha de pagamento acima do previsto, por reajustes, progressões e novas contratações, aproximando-se do limite da LRF.	Alta	Alto	1.800.000,00	Secretaria de Administração / Secretaria de Finanças	Planejar reajustes dentro da capacidade financeira; controlar novas contratações; realizar estudos de impacto antes de criar cargos/benefícios; monitorar mensalmente os percentuais da LRF.	Até a conclusão da LDO e monitoramento contínuo no exercício	Em execução
8	Queda de arrecadação de ICMS (cota-parte)	Redução da cota-parte do ICMS em razão de queda na atividade econômica estadual ou mudança em benefícios fiscais concedidos pelo Estado.	Média	Médio	900.000,00	Secretaria de Finanças	Acompanhar boletins da SEFAZ estadual; revisar projeções de receita; reforçar arrecadação própria (IPTU, ISS, taxas); ajustar despesas não obrigatórias.	Revisão semestral	Em análise

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:6232417D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO - CONTABILIDADE II
TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00103/2023) RETIFICADOR

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00103/2023)			
RETIFICADOR			
DEVEDOR			
Ente Federativo/UF:	Itaúna do Sul/PR	**CNPJ:**	75.458.836/0001-33
Endereço:	AVENIDA BRASIL, 883		
Bairro:	CENTRO	**CEP:**	87980-000
Telefone:	4403436-1087	**Fax:**	(044) 3436-1087
E-mail:	funpremisul@gmail.com		
Representante	GILSON JOSE DE GOIS		
CPF:	018.352.169-27		
Cargo:	Prefeito	**Complemento:**	
E-mail:	gi_dore@hotmail.com	**Data início da**	01/01/2021
CREDOR			
Unidade Gestora:	FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL	**CNPJ:**	04.424.482/0001-68
Endereço:	AVENIDA BRASIL, 883		
Bairro:	CENTRO	**CEP:**	87980-000
Telefone:	443436-1087	**Fax:**	(044) 3436-1087
E-mail:	funpremisul@gmail.com		
Representante	LIGIANE MACHADO DOS SANTOS GOES		
CPF:	066.388.159-54		
Cargo:	Diretor	**Complemento:**	
E-mail:	funpremisul@gmail.com	**Data início da**	02/08/2024

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei n° Lei 1452/2022 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo : Cláusula Primeira - DO OBJETO O FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Itaúna do Sul da quantia de R$ 489.211,63 (quatrocentos e oitenta e nove mil e duzentos e onze reais e sessenta e três centavos), correspondentes aos valores de Utilização indevida Recursos - EC 113 (240 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2021 a 09/2021, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo. Pelo presente instrumento o/a Municípios de Itaúna do Sul confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida. O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período. Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO O montante de R$

489.211,63 (quatrocentos e oitenta e nove mil e duzentos e onze reais e sessenta e três centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R$ 2.038,38 (dois mil e trinta e oito reais e trinta e oito centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira. A primeira parcela, no valor R$ 2.038,38 (dois mil e trinta e oito reais e trinta e oito centavos), vencerá em 20/07/2022 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira. O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data. A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa. Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social. Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES A apuração do novo saldo devedor, será calculado a partir da diferença entre o valor originalmente consolidado do termo de parcelamento em vigor e o valor total das prestações pagas posteriormente, ajustadas a valor presente na data de formalização do termo em vigor, sendo essa diferença atualizada até a data de consolidação do reparcelamento pelo IPCA acumulado, acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (valor expresso). Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o segundo mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela. Além disso, incidirão juros legais

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00103/2023)

RETIFICADOR

simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), calculados desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao vencimento da parcela. Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento incidirá atualização monetária pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o segundo mês anterior à data de pagamento. Além disso, incidirão juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela, bem como multa de 2,00% (dois por cento). Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM para pagamento dos valores das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento, atualizadas na forma da cláusula terceira e da legislação do Município. A vinculação será formalizada, por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM, da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento. Cláusula Quinta - DA RESCISÃO Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista na Cláusula Quarta ou a ocorrência de alguma das demais hipóteses rescisórias estabelecidas na lei municipal que autorizou este acordo. Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 389 e 395 do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS. Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação. Cláusula Oitava - DO FORO Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca. Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Itaúna do Sul - PR / 17/06/2022

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00103/2023)			
RETIFICADOR			
RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	**NOME**	**RESPONSABILIDADE**	**ASSINATURA DIGITAL**
01835216927	GILSON JOSE DE GOIS	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 18/08/2026
06638815954	LIGIANE MACHADO DOS SANTOS GOES	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 18/08/2026
05984613964	VANESSA NUNES MARTIN	Testemunha 1	Assinado digitalmente em 18/08/2026
04674180988	GISELI DORE GUILHEM	Testemunha 2	Assinado digitalmente em 18/08/2026

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 18/08/2026 15:00:48.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br/ui/validacao-assinatura?verificador=2542833&crc=6F8D7F1F, informando o código verificador: 2542833 e código CRC: 6F8D7F1F.

Publicado por:
Giseli Dore Guilhem
Código Identificador:8BB3E071

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA
ERRATA REPUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 06/2026 CONTRATO N.: 04/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.: 08/2026 *ONDE SE LÊ "CONTRATO N.: 04/2026", LEIA-SE "CONTRATO N.: 05/2026".

ÓRGÃO CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA;
CNPJ: 01.968.512/0001-09.
CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A;
CNPJ: 90.180.605/0001-02;
ENDEREÇO: Rua Marechal Floriano Peixoto, n.º 450, Centro Histórico, Porto Alegre-RS.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro predial, visando à cobertura do imóvel pertencente ao Legislativo Municipal de Ivatuba-PR, conforme coberturas mínimas a serem definidas no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Seguro predial, contendo as seguintes coberturas: • Incêndio (Inclusive em Decorrência de Tumultos, Greves e Lockout), Queda de Raio, Explosão	ANUIDADE	1	**R$3.750,00**	**R$3.750,00**

	de Qualquer Natureza e Queda de Aeronaves - R$ 1.050.000,00; • Danos Elétricos - R$ 100.000,00; • Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Impacto de Veículos Terrestres e Fumaça - R$ 300.000,00; • Roubo e/ou Subtração de Bens com Arrombamento - R$ 100.000,00; • Quebra de Vidros, Espelhos e Mármores - R$ 40.000,00; • Responsabilidade Civil Operações - R$ 20.000,00; • Responsabilidade Civil Danos Morais - R$ 100.000,00 • Rompimento/Vazamento de Tanques ou Tubulações - R$ 30.000,00.				

FUNDAMENTO LEGAL: LEI N°. 14.133/2021.
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 07/08/2026 **- FINAL DA VIGÊNCIA:** 07/08/2027**.**
VALOR TOTAL: R$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais).
FORO: Comarca de Paiçandu-PR**.**

IVATUBA-PR, 11 de agosto de 2026.

MARISTELVIO TENEDINI
Presidente

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:7AB1851C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
ANEXO I DO EDITAL N.° 08.01/2026 - GABARITO DEFINITIVO

8639 - AGENTE DE OPERAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO									
01: D	02: B	03: A	04: B	05: A	06: A	07: C	08: D	09: A	10: B
11: A	12: B	13: C	14: B	15: C	16: C	17: C	18: C	19: X	20: D
21: D	22: A	23: C	24: C	25: D	26: D	27: C	28: C	29: C	30: B
31: A	32: D	33: D	34: D	35: B					
8640 - SERVIÇOS GERAIS									
01: B	02: B	03: C	04: C	05: A	06: D	07: A	08: A	09: D	10: A
11: B	12: D	13: B	14: A	15: B	16: A	17: A	18: D	19: C	20: C
21: D	22: D	23: A	24: C	25: B	26: B	27: A	28: D	29: B	30: B
31: B	32: A	33: D	34: B	35: B					
8641 - OPERADOR DE MÁQUINA PESADA									
01: B	02: B	03: C	04: C	05: A	06: D	07: A	08: A	09: D	10: A
11: B	12: D	13: B	14: A	15: B	16: A	17: A	18: D	19: C	20: C
21: C	22: C	23: D	24: A	25: A	26: A	27: A	28: A	29: A	30: D
31: B	32: A	33: C	34: C	35: A					
8642 - AGENTE ADMINISTRATIVO									
01: D	02: A	03: A	04: D	05: A	06: D	07: A	08: C	09: B	10: D
11: D	12: C	13: D	14: B	15: A	16: A	17: C	18: C	19: B	20: D
21: B	22: D	23: D	24: D	25: B	26: D	27: D	28: D	29: B	30: B
31: C	32: C	33: B	34: A	35: C	36: B	37: A	38: A	39: C	40: C
8643 - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO E LEITURA									
01: B	02: B	03: D	04: C	05: D	06: C	07: C	08: B	09: D	10: A
11: A	12: X	13: A	14: B	15: A	16: A	17: B	18: C	19: C	20: A
21: C	22: D	23: B	24: B	25: C	26: D	27: A	28: D	29: C	30: A
31: A	32: B	33: A	34: A	35: D	36: D	37: C	38: B	39: A	40: D
8644 - TÉCNICO EM QUÍMICA									
01: D	02: A	03: A	04: D	05: A	06: D	07: A	08: C	09: B	10: D
11: D	12: C	13: D	14: B	15: A	16: A	17: C	18: C	19: B	20: D
21: B	22: A	23: D	24: A	25: C	26: A	27: B	28: B	29: C	30: D
31: D	32: B	33: D	34: A	35: B	36: B	37: C	38: A	39: C	40: C
8645 - CONTADOR									
01: C	02: A	03: A	04: C	05: C	06: A	07: B	08: D	09: C	10: B
11: D	12: A	13: D	14: B	15: A	16: A	17: B	18: X	19: D	20: D
21: C	22: C	23: C	24: D	25: B	26: A	27: A	28: D	29: A	30: A
31: B	32: C	33: D	34: D	35: B	36: A	37: B	38: D	39: C	40: A
41: C	42: B	43: A	44: C	45: A	46: B	47: D	48: A	49: A	50: C
8646 - ENGENHEIRO SANITARISTA									
01: C	02: A	03: A	04: C	05: C	06: A	07: B	08: D	09: C	10: B
11: D	12: A	13: D	14: B	15: A	16: A	17: B	18: X	19: D	20: D
21: A	22: C	23: C	24: D	25: B	26: A	27: C	28: A	29: C	30: D
31: B	32: B	33: D	34: D	35: B	36: B	37: B	38: A	39: D	40: A
41: C	42: D	43: C	44: C	45: A	46: B	47: A	48: D	49: A	50: D

X - Questão Anulada.

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:719B7111

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 51/2026 - CREDITO ADICIONAL

DECRETO N.º 51 de 18/08/2026

SÚMULA: Abre de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e, com base na **Lei Municipal n.º 39/2025.** DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento financeiro de 2026, um crédito adicional suplementar, no valor de R$ 1.525.957,00 (Um Milhão, Quinhentos e Vinte e Cinco Mil, Novecentos e Cinquenta e Sete Reais)**,** para cobertura de despesas mediante as seguintes providências:

- Inclusão de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.004	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ENCARGOS GERAIS	
04.122.0401.2016	Atividades do Departamento de Serviços e Encargos Gerais	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
810	00000-Recursos Ordinários (Livres)	27.000,00
04.122.0401.2014	Encargos Manutenção Consórcios da Administração	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
730	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.500,00
740	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	4.000,00
	SUBTOTAL	33.500,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
05.002	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA	
20.606.2001.2026	Contrapartida e Execução de Convênios Agricultura	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.1201.2040	Manutenção do FUNDEB	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2320	00102-Fundeb 40%	25.000,00
12.361.1201.2033	Atividades Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
1880	01040-FUNDEB - VAAR- Complementação da União	90.000,00
	SUBTOTAL	115.000,00
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS	
10.301.1001.2048	Encargos Manutenção Ouvidoria da Saúde	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3200	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	30.200,00
10.302.1001.2051	Manutenção Consórcios Intermunicipais de Saúde	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
3510	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	64.000,00
10.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - RECURSOS FUNDO A FUNDO	
10.304.1001.2055	Vigilancia em Saúde - Epidemiologia	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3835	00497-Vigilância em Saúde	3.257,00
	SUBTOTAL	97.457,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL	
11.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0801.2062	Atividade do Fundo Municipal de Assistencia Social	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
4270	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	15.000,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
12.002	DEPARTAMENTO DE OBRAS	
04.122.0401.1069	Operação de Crédito, Contrapartida e Execução de Convenios	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4776	00954-Repasse FEAS/CEAS - Contruçao CRAS/Del 53/25	1.200.000,00
	SUBTOTAL	1.200.000,00
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
14.002	FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA	
13.392.1301.2042	Atividadades do Fundo Municipal de Cultura	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5160	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	15.000,00
	TOTAL	1.525.957,00

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito Suplementar de que trata o art.1º, serão utilizados:

• O Superavit financeiro , de exercícios anteriores nas fontes abaixo conforme previsto no art. 43, § 1º, I da Lei Federal 4.320/64.

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00497	Vigilância em Saúde	2.957,00
	TOTAL	2.957,00

• O Excesso de arrecadação, nas fontes abaixo conforme previsto no art. 43, § 1º, II da Lei Federal 4.320/64.

Conta de receita

Receita	Descrição	Valor
1.3.2.1.01.1.1.03.13.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - VIGILANCIA EM SAUDE - FONTE 497	300,00

2.4.2.9.99.0.1.06.00.00.00.00	REPASSE FEAS/CEAS - CONSTRUÇÃO CRAS/DEL 53.25	1.200.000,00
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR - PRINCIPAL	90.000,00
	TOTAL	1.290.300,00

• O Cancelamento parcial das Dotações conforme art. 43, § 1º, III da Lei Federal 4.320/64.

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.004	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ENCARGOS GERAIS	
04.122.0401.2014	Encargos Manutenção Consórcios da Administração	
3.1.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
720	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.500,00
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
750	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
	SUBTOTAL	6.500,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
05.002	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA	
20.606.2001.2025	Atividades do Departamento de Agricultura e Pecuária	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1330	00000-Recursos Ordinários (Livres)	27.000,00
	SUBTOTAL	27.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES	
06.002	DEPARTAMENTO RODOVIARIO MUNICIPAL	
26.782.2601.1028	Reequipamento Secretaria dos Transportes	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1480	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.500,00
	SUBTOTAL	11.500,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.1201.2040	Manutenção do FUNDEB	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2340	00102-Fundeb 40%	25.000,00
	SUBTOTAL	25.000,00
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS	
10.302.1001.2051	Manutenção Consórcios Intermunicipais de Saúde	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3530	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	64.000,00
10.301.1001.2050	Atividades do Fundo Municipal de Saúde	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3440	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	15.300,00
10.301.1001.1047 4.4.90.51.00.00	Expansão e Reequipamento Unidades de Saúde OBRAS E INSTALAÇÕES	
3100	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	14.900,00
	SUBTOTAL	94.200,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL	
11.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0801.2062	Atividade do Fundo Municipal de Assistência Social	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4280	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	15.000,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
12.002	DEPARTAMENTO DE OBRAS	
04.122.0401.1069	Operação de Crédito, Contrapartida e Execução de Convênios	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	38.500,00
	SUBTOTAL	38.500,00
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
14.002	FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA	
13.392.1301.2042	Atividades do Fundo Municipal de Cultura	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5210	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	15.000,00
	TOTAL	232.700,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjal em, 18 de agosto de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Collito
Código Identificador:AE58FBC3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA PARA FINS DE CREDENCIAMENTO 008/2026 - PML

Chamamento Público nº. 008/2026-PML Processo nº. 071/2026-PML

OBJETO: Credenciamento de Pessoas Jurídicas, interessadas na eventual prestação de serviços de hidroterapia, destinados ao atendimento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), pacientes portadores de comorbidades que possuam indicação e necessidade de tratamento hidroterapêutico devidamente comprovadas por laudo e prescrição médica, bem como pacientes amparados por determinações judiciais que determinem a realização das sessões, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Loanda-PR.

RESULTADO DE JULGAMENTO FINAL CLASSIFICATÓRIO

Em cumprimento ao disposto na legislação vigente, torna-se público o resultado de julgamento de Habilitação de Credenciamento, conforme a seguir:

Proponentes habilitados:

1º LUGAR- ACADEMIA ESPAÇO DELLAS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.612.793/0001-11, protocolo de nº 5695/2026, de 05/08/2026, às 10:39:02 horas.

Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1 [	**Sessão de Hidroterapia:** Prestação de serviço especializado de hidroterapia, realizada individualmente por profissional devidamente habilitado e qualificado, em ambiente apropriado e seguro, com utilização de técnicas terapêuticas aquáticas voltadas à promoção da reabilitação física, neurológica, sensorial e funcional do paciente, conforme prescrição e indicação clínica. Cada sessão deverá possuir duração mínima de 50 (cinquenta) minutos, incluindo avaliação contínua da evolução terapêutica, planejamento e execução das atividades compatíveis com as necessidades específicas de cada paciente.	Sessão	3.750	R$ 82,86	R$ 310.725,00

2º LUGAR- M.G ACADEMIA FITNESS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.148.940/0001-08, protocolo de nº 6010/2026, de 14/08/2026, às 15:46:41 horas.

Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Sessão de Hidroterapia:** Prestação de serviço especializado de hidroterapia, realizada individualmente por profissional devidamente habilitado e qualificado, em ambiente apropriado e seguro, com utilização de técnicas terapêuticas aquáticas voltadas à promoção da reabilitação física, neurológica, sensorial e funcional do paciente, conforme prescrição e indicação clínica. Cada sessão deverá possuir duração mínima de 50 (cinquenta) minutos, incluindo avaliação contínua da evolução terapêutica, planejamento e execução das atividades compatíveis com as necessidades específicas de cada paciente.	Sessão	3.750	R$ 82,86	R$ 310.725,00

Comunica, outrossim, que dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação deste aviso, o Agente de Contratação, dará vistas ao processo licitatório a qualquer interessado, para interposição de recurso.

Loanda-PR, 18 de agosto de 2026.

JOÃO VICTOR BELTRAMINI DA SILVA
Agente de Contratação

JULIANA CARLA PEREIRA DE OLIVEIRA
Equipe de Apoio

ADEMILSON MUSULINO RODRIGUES
Equipe de Apoio

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:6B136BB1

GABINETE DO PREFEITO
LEI N°. 90/2026

LEI N°. 90/2026

Súmula – *Autoriza a abertura de crédito adicional ESPECIAL e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **José Maria Pereira Fernandes**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º -	Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional ESPECIAL, na importância total de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), para manutenção da Atividade Transferências a Entidades - Idoso, cujos recursos serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, programa, projeto, função e sub-função:

14.000	Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres - SEMU	
14.001	Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
08.000.0000.0.000	Assistência Social	
08.241.0000.0.000	Assistência ao Idoso	
08.241.0023.0.000	Atendimento ao Idoso	
08.241.0023.2.045	Transferências a Entidades - Idoso	
3.3.50.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
3.3.50.43.00.00	Subvenções Sociais	
Fonte 33969	CEDIPI/PR Deliberação 33/2024 (Cuida Mais Paraná-Acolhimento Idoso)	55.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	55.000,00

Artigo 2º -	A cobertura do crédito adicional especial autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante a utilização do Superávit Financeiro do Exercício Anterior da Fonte de Recurso 33969.

a)	**RECURSOS COM DESTINAÇÃO ESPECÍFICA**	
Fonte 33969	CEDIPI/PR Deliberação 33/2024 (Cuida Mais Paraná-Acolhimento Idoso)	55.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	55.000,00

Artigo 3º -	Fica as Ações criadas por esta Lei incluído na LDO - LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para o exercício de 2026 e no PPA - PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO, com a definição dos seguintes objetivos e metas:

DENOMINAÇÃO DO PROJETO NO PPA	**Transferências a Entidades - Idoso**
OBJETIVOS -	Transferir Recursos ao Asilo e ao Centro de Convivência 3ª Idade para Atendimento a Pessoa Idosa Devidamente Autorizado pelo Legislativo.
METAS 2026	Aplicar Recursos na Estruturação da Rede de Serviços.

Artigo 4º -	Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:F075EFA2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

SECRETARIAS MUNICIPAIS
DECRETO N. 360/2026

DECRETO N.º 360/2026

Dispõe sobre a publicação do resultado parcial da seleção de projetos da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO as disposições da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB e as regras estabelecidas no edital de chamamento público 01/2026;
CONSIDERANDO o resultado da análise dos recursos apresentados;

D E C R E T A:
Art. 1º. Fica publicado o resultado parcial da etapa de seleção dos projetos inscritos na Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, após a análise de recurso, conforme anexo I.
Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 18 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

ANEXO I
RESULTADO PARCIAL DE SELEÇÃO – PNAB
Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura
1. ANÁLISE DE RECURSO

Proponente	Projeto	Resultado da análise
Vanderleia Maria Iankowski	Pequenos Costureiros Linha da Imaginação	Projeto Aprovado.

2. RESULTADO PARCIAL DA ETAPA DE SELEÇÃO
Após a análise do recurso apresentado, fica retificado o resultado preliminar, passando o projeto da proponente Vanderleia Maria Iankowski a integrar a relação de projetos aprovados. Dessa forma, apresenta-se abaixo o resultado final da etapa de seleção.

Modalidade	Proponente	Projeto	Resultado Final
CNPJ	CTG São Tiago	Raízes da Tradição, Cultura Gaúcha para as novas gerações	Aprovado
CNPJ	Grupo Folclórico Polonês Kraków	—	Aprovado
CNPJ	Grupo Folclórico Polonês Mazury	Natal Polonês: 135 anos da cultura polonesa em Mallet	Aprovado
CNPJ	Grupo Folclórico Ucraniano Spomen	—	Aprovado
CNPJ	CTG Brasido da Tradição	—	Aprovado
CPF	Irmãos sobre rodas	Rolê Solidário	Aprovado
CPF	Vanderleia Maria Iankowski	Pequenos Costureiros Linha da Imaginação	Aprovado
CPF	Lucia Parastchuk Oszust	Cozinha tradicional sem desperdício	Aprovado
CPF	Raiz Acústica	—	Aprovado
CPF	Ilda Gaiteira	—	Aprovado

3. SERÁ ATIVADO O ITEM 8 DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 REMANEJAMENTO DE VAGAS E TAMBÉM O ITEM 2.3.

Os agentes culturais serão comunicados sobre os próximos procedimentos. Estes devem reenviar a tabela orçamentária para aprovação da Comissão Avaliadora (mediante ata) no prazo de 3 (três) dias úteis. Caso a nova tabela orçamentária seja aprovada, será anexada no Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (Anexo III) e o proponente deverá prestar contas no Relatório de Execução do Objeto (Anexo VI). Caso a nova tabela orçamentária não seja aprovada, a proposta receberá o valor originalmente indicado no Anexo I.

Publicado por:
Lucia Skrzeczkowski
Código Identificador:BBC1CA40

SECRETARIAS MUNICIPAIS
EDITAL Nº 003.002 - PSS 002/2026-PROFESSOR HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES APÓS RECURSOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº PSS 002/2026-PROFESSOR

EDITAL Nº 003.002 - PSS 002/2026-PROFESSOR
Homologação das inscrições após recursos do Processo Seletivo Simplificado nº PSS 002/2026-PROFESSOR

1. A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, por meio da Comissão Organizadora de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 322/2026, autorizado no bojo do processo Cloud nº 1661/2026, **TORNA PÚBLICO** a Homologação das inscrições após recursos, dos candidatos ao **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026-PROFESSOR** para o cargo público de **PROFESSOR**, do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Mallet.

a) O recurso protocolado sob nº 00256.000000001/2026, apresentado por Talia Mara Przybysz, não foi conhecido, por ser intempestivo, uma vez que foi apresentado fora do prazo estabelecido no cronograma constante do Anexo XI do Edital de Abertura.

b) O recurso protocolado sob nº 00256.000000002/2026, apresentado por Eliane Maria Wlodarczuk, não foi conhecido, por ser intempestivo, uma vez que foi apresentado fora do prazo estabelecido no cronograma constante do Anexo XI do Edital de Abertura.

c) O recurso protocolado sob n° 00256.000000003/2026, apresentado por Nelia Paula Pires, resta INDEFERIDO uma vez que não foi apresentado o Anexo II – Formulário de Recurso, conforme exigido pelo edital para a interposição do recurso, tendo sido anexado somente diploma de conclusão de curso. Destaca-se que a fase recursal não se destina à inclusão ou complementação de documentos que deveriam ter sido apresentados no período de inscrição. O item 2.4.1 do Edital nº 001.001/2026 estabelece expressamente que*: "Os documentos devem ser anexados nos campos respectivos a eles, não será aceito quando anexado em local diferente."* Dessa forma, o diploma apresentado juntamente ao recurso não poderá ser considerado para fins de comprovação, uma vez que o documento deveria ter sido inserido no campo correspondente durante o período de inscrição, conforme as regras estabelecidas no edital.

d) O recurso protocolado sob nº 000002837/2026, apresentado por Marlon João Chmik resta INDEFERIDO uma vez que o item 2.7, alínea "d", do Edital nº 001.002/2026 prevê expressamente que a comprovação de escolaridade deve ser feita por *"Diploma ou certificado de conclusão do curso junto do histórico escolar"*. A redação explícita exige a apresentação cumulativa dos documentos na fase de inscrição, o indeferimento da inscrição não decorreu da apresentação de certificado em substituição ao diploma, mas da ausência do histórico escolar, documento expressamente exigido de forma cumulativa pelo item 2.7, alínea "d", do Edital. Já o item 2.8 prevê que *"Se os documentos comprobatórios dos pré-requisitos para inscrição não forem apresentados, ou não estejam legíveis, ou corrompidos, o candidato será desclassificado.*" A permissão de envio posterior do histórico escolar, documento essencial, caracteriza concessão de vantagem indevida, expressamente vedada pelo item 6.3.6 do próprio edital.

e) O recurso protocolado sob nº 00256.000000004/2026, apresentado por Marlon João Chmik não foi conhecido, considerando que o interessado já havia apresentado recurso administrativo, protocolado sob nº 000002837/2026, em face do presente Processo Seletivo Simplificado, o qual foi regularmente recebido e analisado, não sendo cabível a apresentação de novo recurso em face do mesmo ato administrativo, ainda que dentro do prazo estabelecido pelo edital em razão da preclusão do direito de recorrer, mantendo-se, integralmente, a decisão anteriormente proferida no recurso protocolado sob nº 000002837/2026.

2. Abaixo segue a lista das inscrições deferidas e homologadas:

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E HOMOLOGADAS -PROFESSOR		
NÚMERO	**NOME**	**RESULTADO**
00255.000000002/2026	MARIA FERNANDA DOS SANTOS	DEFERIDA
00255.000000004/2026	EDICLEIA KRIAK	DEFERIDA
00255.000000006/2026	EMILY DA SILVEIRA PREVITALI	DEFERIDA
00255.000000007/2026	THAWANAN MARSHELY SZYMANSKI	DEFERIDA
00255.000000008/2026	KAMILA SEGISLAINE WISNIEWSKI	DEFERIDA
00255.000000010/2026	LUANA BUBNIAK RIBEIRO	DEFERIDA
00255.000000011/2026	ROSELIA RIBEIRO LEMES	DEFERIDA
00255.000000012/2026	ANGÉLICA PATRICIA LOPACINSKI	DEFERIDA
00255.000000013/2026	LEILA APARECIDA SZNYCEN	DEFERIDA
00255.000000015/2026	ERICA FATIMA KRINSKI	DEFERIDA
00255.000000016/2026	JULIANA SUELI KARPINSKI	DEFERIDA
00255.000000017/2026	ANA REGIANE TYSKI WROBLEWSKI	DEFERIDA
00255.000000019/2026	ELIZANE TEREZINHA BARTOSZEK LEAL	DEFERIDA
00255.000000020/2026	ANDRÉA WITASIAK	DEFERIDA
00255.000000022/2026	VIVIANE MOTEKA	DEFERIDA
00255.000000023/2026	ANGELA MARIA PLACHTA	DEFERIDA
00255.000000025/2026	ESHLLYN PECH CAMARA	DEFERIDA
00255.000000026/2026	JESSICA MARINA SOARES DE LIMA	DEFERIDA
00255.000000027/2026	LUCIMARA SWIDZINSKI	DEFERIDA
00255.000000028/2026	SANDRA MARA CAMPOS PADILHA	DEFERIDA
00255.000000033/2026	LUCILENE JACINTA STACIAK BAIAK	DEFERIDA
00255.000000034/2026	SANDI MARA WLODARCZYK	DEFERIDA
00255.000000035/2026	ANDREIA MARIA BARTOSZEK	DEFERIDA
00255.000000036/2026	LARESSA DANIELI OLINEK	DEFERIDA
00255.000000038/2026	MICHELE TOMAL ROCHA CARARO	DEFERIDA
00255.000000040/2026	PAULA RAFAELA SAWA	DEFERIDA
00255.000000043/2026	MARIZETE INÊS SWIDZINSKI	DEFERIDA
00255.000000044/2026	BIANCA APARECIDA KOVALSKI	DEFERIDA
00255.000000046/2026	ELENICE VALQUIRIA NAGURNIAK	DEFERIDA
00255.000000047/2026	DAIANE CAMILO	DEFERIDA
00255.000000049/2026	ANA CLAUDIA ZWIERZYKOWSKI PINTO	DEFERIDA

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS – PROFESSOR

NÚMERO	NOME	RESULTADO	RECURSO
00255.000000001/2026	FRANCIELLI CARUS GODOY	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000003/2026	LARIÇA BANDASZEWSKI	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000005/2026	MARLON JOAO CHMIK	INDEFERIDA - não apresentou histórico escolar junto do certificado de conclusão do curso (Item 2.7, alínea "d")	INDEFERIDO
00255.000000009/2026	ALINE STECIUK	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000014/2026	DILCÉLI APARECIDA MARTINS	INDEFERIDA – faltou declaração de que conferem com os originais (Item 2.7 alínea "g")	
00255.000000018/2026	EDINA GOLEMBA	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000021/2026	CLAUDINEIA EDUARDA GOLENIA	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000024/2026	TALIA MARA PRZYBYSZ	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2) e inscrição duplicada.	
00255.000000029/2026	TATIANE ALVES DA SILVA	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000030/2026	TALIA MARA PRZYBYSZ	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	NÃO CONHECIDO
00255.000000031/2026	MURILO ARIEL MATIUCHENKO BUSKO	INDEFERIDA - não apresentou histórico escolar junto do certificado de conclusão do curso (Item 2.7, alínea "d")	
00255.000000032/2026	TAIANE ALVES DA SILVA	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000037/2026	GISELE RAFAELA BAZIEWICZ	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000039/2026	EVELIN FERNANDA DE MOURA	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000041/2026	ELIANE MARIA WLODARCZUK	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	NÃO CONHECIDO
00255.000000042/2026	NELIA PAULA PIRES	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	INDEFERIDO
00255.000000045/2026	VANESSA SOARES DE LIMA	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	
00255.000000048/2026	DEBORA JOANA RODRIGUES DE LIMA	INDEFERIDA - não comprovou escolaridade mínima exigida (Item 4.2)	

3. Ficam os candidatos com as inscrições deferidas CONVOCADOS para **AVALIAÇÃO OBJETIVA** que ocorrerá no dia **22/08/2026**, na **Escola Municipal Divino Espírito Santo, Rua Tiradentes – Sul, 239, Centro, Mallet/PR, com abertura dos portões às 07h30min e fechamento dos portões às 08h00min**.
4. O candidato deverá portar consigo para adentrar a sala de provas, documento oficial de identidade com foto (RG e/com CPF, CNH ou outro documento oficial).
5. A prova terá duração de 03 (três) horas, iniciando as 08h00min e finalizando às 11h00min.
6. Os dois últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto.
7. Os candidatos poderão levar o caderno de prova após decorrido uma hora da prova.
8. Somente será permitido o uso de caneta esferográfica azul para preencher a folha de respostas.
9. Será desclassificado do certame o candidato que tentar estabelecer qualquer tipo de comunicação com outro candidato ou pessoas estranhas e/ou qualquer espécie de consulta; usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros; tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes; proceder de forma a tumultuar a realização das provas; deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações expedidas pela organização do PSS.

Mallet, 18 de agosto de 2026.

Comissão Organizadora e Examinadora

DANIELI BACHTCHEN	***SOLANGE DA SILVA OTTO***
Presidente	Secretária
VANESSA RACHWAL	
Membro	

Publicado por:
Danieli Bachtchen
Código Identificador:68A6093B

SECRETARIAS MUNICIPAIS
INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 08/2026- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 08/2026- Secretaria Municipal de Educação

Estabelece critérios e procedimentos para a identificação dos estudantes público da Educação Especial, realização do Estudo de Caso e da Avaliação Psicoeducacional, organização do Atendimento Educacional Especializado – AEE, elaboração, implementação e acompanhamento do Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE e do Plano Educacional Individualizado – PEI, atuação do Agente de Apoio Educacional, bem como ingresso, acompanhamento, reavaliação e egresso do AEE na Rede Municipal de Ensino de Mallet/PR.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e considerando a necessidade de consolidar, atualizar e uniformizar o fluxo municipal de identificação, avaliação, planejamento, acompanhamento e oferta de apoios aos estudantes público da Educação Especial, resolve expedir a presente Instrução Normativa.

CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente o art. 208, inciso III;
CONSIDERANDO a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, promulgados pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH ou outro transtorno de aprendizagem;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, alterado pelo Decreto Federal nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva;
CONSIDERANDO a Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e sobre a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva;
CONSIDERANDO a Deliberação CEE/PR nº 02/2016, a Resolução GS/SEED nº 7.804/2024 e a Instrução Normativa Conjunta nº 003/2025 – DEDUC/DPGE/SEED, que regulamentam a modalidade Educação Especial e a organização do AEE no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa Municipal nº 04/2023 – SME, que estabelece critérios para encaminhamento à Avaliação Psicoeducacional;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa Municipal nº 04/2024 – SME, que estabelece critérios para solicitação de Agente de Apoio Educacional;
CONSIDERANDO a necessidade de substituir práticas centradas exclusivamente em diagnóstico clínico por fluxo pedagógico baseado no Estudo de Caso, na identificação de barreiras, potencialidades, necessidades educacionais e apoios necessários;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar acompanhamento sistemático, participação da família, trabalho pedagógico colaborativo e promoção da autonomia dos estudantes.

INSTRUI:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º. Esta Instrução Normativa disciplina, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Mallet, os procedimentos relativos:
I - à identificação inicial das necessidades educacionais específicas e das barreiras ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem;
II - à abertura e realização do Estudo de Caso, utilizando o Questionário Psicoeducacional como instrumento municipal inicial de coleta e sistematização de informações;
III - à Avaliação Psicoeducacional, quando necessária como etapa complementar;
IV - à identificação do estudante público da Educação Especial;
V - ao ingresso, matrícula, organização, acompanhamento e egresso do Atendimento Educacional Especializado – AEE;
VI - à elaboração, implementação, monitoramento e revisão do Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE e do Plano Educacional Individualizado – PEI;
VII - à análise, concessão, organização, acompanhamento e cessação do Agente de Apoio Educacional;
VIII - às atribuições do professor regente, professor do AEE, equipe pedagógica, equipe técnica da SME, Agente de Apoio Educacional e demais participantes do processo;
IX - à organização e proteção da documentação pedagógica e dos dados pessoais e sensíveis dos estudantes.
Art. 2º. A Educação Especial constitui modalidade transversal da educação escolar, ofertada em todos os níveis, etapas e modalidades, com vistas à garantia de recursos, serviços, estratégias e apoios necessários ao acesso, permanência, participação e aprendizagem.
§ 1º O Atendimento Educacional Especializado – AEE é serviço pedagógico complementar à escolarização dos estudantes com deficiência e dos estudantes autistas e suplementar à escolarização dos estudantes com altas habilidades ou superdotação, não substitutivo à escolarização na classe comum.
§ 2º O planejamento educacional deverá considerar o currículo do ano de matrícula do estudante, as adaptações razoáveis, as medidas de acessibilidade e os apoios individualizados necessários as suas necessidades.
Art. 3º. Para fins da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, são público da Educação Especial:
I - estudantes com deficiência;
II - estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA;
III - estudantes com altas habilidades ou superdotação – AH/SD.
§ 1º Para fins de organização e registro do AEE no Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE, serão observadas também as categorias e procedimentos reconhecidos pela regulamentação estadual vigente, inclusive quanto aos transtornos funcionais específicos, quando aplicáveis.
§ 2º Estudantes com dislexia, TDAH ou outros transtornos que impactam a aprendizagem terão assegurados os apoios educacionais previstos em legislação própria, sem que a existência dessas condições, isoladamente, dispense o Estudo de Caso quando se pretenda sua identificação para a Educação Especial ou definição de AEE.
Art. 4º. São princípios orientadores desta Instrução:
I - o direito à educação inclusiva, sem discriminação e com igualdade de oportunidades;
II - a identificação e eliminação de barreiras;
III - a promoção da autonomia e independência do estudante;
IV - a avaliação pedagógica contextualizada e colaborativa;
V - a participação da família e, sempre que possível, do próprio estudante;
VI - o trabalho pedagógico colaborativo entre classe comum e AEE;
VII - a articulação intersetorial, quando necessária;
VIII - a não medicalização das dificuldades escolares;
IX - a não exigência de laudo médico como condição para acesso ao AEE;
X - a proteção da dignidade, intimidade e dos dados pessoais e sensíveis do estudante.
Art. 5º. Para os efeitos desta Instrução, considera-se:
I - Questionário Psicoeducacional: instrumento municipal de levantamento inicial de informações sobre aprendizagem, participação, comunicação, interação, autonomia, potencialidades, barreiras e intervenções pedagógicas já realizadas, utilizado para subsidiar a abertura do Estudo de Caso;
II - Estudo de Caso: metodologia pedagógica colaborativa de produção, sistematização e registro de informações e estratégias relativas às demandas individuais, barreiras, potencialidades e apoios necessários ao estudante, constituindo etapa inicial necessária para identificação do público da Educação Especial;
III - Avaliação Psicoeducacional: processo complementar, composto por procedimentos formais e informais, destinado a aprofundar a compreensão das condições de aprendizagem, desenvolvimento e participação do estudante;

IV - PAEE: documento pedagógico individualizado, de atualização contínua, elaborado a partir do Estudo de Caso e destinado a orientar o AEE e sua articulação com a classe comum;
V - PEI: instrumento individualizado de planejamento pedagógico da escolarização na classe comum, elaborado a partir do Estudo de Caso e articulado ao PAEE;
VI - Agente de Apoio Educacional: profissional de apoio escolar que atua nas atividades definidas nesta Instrução, em consonância com o PAEE e o PEI, sem substituição da função docente.

CAPÍTULO II – DO FLUXO DE IDENTIFICAÇÃO E DO QUESTIONÁRIO PSICOEDUCACIONAL

Art. 6º. A identificação inicial poderá decorrer de observações do professor regente, equipe pedagógica, professor do AEE, família, equipe técnica da SME ou de informações provenientes de outros serviços, devendo ser registrada em contexto escolar.
Parágrafo único. A existência de diagnóstico, laudo ou relatório de saúde poderá ser considerada como informação subsidiária, mas não substituirá a análise pedagógica e funcional das necessidades educacionais.
Art. 7º. A instituição de ensino deverá registrar as intervenções pedagógicas já implementadas e seus resultados, sem retardar a adoção imediata de medidas de acessibilidade ou apoio quando necessárias.
I - adequações na organização da rotina, instruções e ambiente;
II - diferenciação pedagógica, flexibilização de estratégias e acessibilidade curricular;
III - recursos visuais, tecnológicos, comunicacionais, sensoriais ou manipuláveis;
IV - agrupamentos, mediações, intervenções individualizadas e trabalho colaborativo;
V - ações de diálogo e orientação à família.
Art. 8º. Quando persistirem barreiras relevantes, houver necessidade de aprofundamento ou indícios de que o estudante possa constituir público da Educação Especial, será preenchido o Questionário Psicoeducacional.
§ 1º O Questionário Psicoeducacional constitui instrumento de abertura e subsídio à etapa inicial do Estudo de Caso.
§ 2º O Questionário deverá ser preenchido pela equipe pedagógica e professor regente, deverá conter, no mínimo:
I - identificação e histórico escolar do estudante;
II - potencialidades, interesses, formas de comunicação, participação e aprendizagem;
III - descrição objetiva das barreiras observadas, frequência e impacto na escolarização;
IV - informações relativas à aprendizagem, interação, comunicação, autonomia, mobilidade, comportamento adaptativo e autocuidado, quando pertinentes;
V - intervenções pedagógicas realizadas e resultados observados;
VI - informações prestadas pela família relevantes à escolarização;
VII - produções, avaliações, registros e demais documentos pedagógicos pertinentes.
Art. 9º. O Questionário Psicoeducacional não possui finalidade diagnóstica e deverá utilizar linguagem descritiva, objetiva e não estigmatizante.
Parágrafo único. É vedado atribuir diagnóstico clínico ou transtorno por inferência pedagógica.
Art. 10. Concluído o Questionário Psicoeducacional, a equipe pedagógica providenciará a abertura formal do Estudo de Caso, sem necessidade de aguardar atendimento externo.

CAPÍTULO III – DO ESTUDO DE CASO

Art. 11. O Estudo de Caso constitui etapa inicial necessária para a identificação de estudante público da Educação Especial e para a definição dos apoios educacionais.
§ 1º O Estudo de Caso será conduzido pelo coordenador pedagógico, com participação do professor da classe comum e do próprio estudante, quando possível, seguido de relatório pedagógico.
§ 2º Poderão participar outros profissionais da rede de proteção, conforme a necessidade do caso.
Art. 12. O Estudo de Caso será composto, no mínimo, pelas seguintes etapas:
I - identificação inicial das demandas individuais e barreiras;
II - análise das barreiras e do contexto escolar;
III - identificação das potencialidades, interesses e demandas de apoio;
IV - definição de estratégias, recursos de acessibilidade e apoios para eliminação ou redução das barreiras;
V - definição dos responsáveis, prazos, formas de acompanhamento e reavaliação.
Art. 13. O Estudo de Caso deverá considerar os impedimentos funcionais de longo prazo, quando presentes, e sua interação com as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas, tecnológicas e atitudinais do contexto educacional.
Parágrafo único. A análise deverá evitar reduzir o estudante ao diagnóstico e deverá registrar também suas potencialidades, interesses, estratégias eficazes e condições que favorecem sua participação e aprendizagem.
Art. 14. A participação da família e do estudante será assegurada ao longo do Estudo de Caso, incluindo o levantamento do histórico de estratégias, necessidades atuais e acompanhamento das medidas implementadas.
Art. 15. Quando necessário, o professor do AEE e a equipe pedagógica poderão estabelecer diálogo com profissionais da saúde, assistência social e órgãos de proteção à criança e ao adolescente, observados os limites de competência e a proteção de dados.
Art. 16. A avaliação biopsicossocial da deficiência, laudos, diagnósticos e relatórios externos poderão subsidiar o Estudo de Caso, quando disponíveis.
Parágrafo único. A oferta do AEE não será condicionada à apresentação de diagnóstico, laudo, relatório ou qualquer documento emitido por profissional de saúde.
Art. 17. O resultado do Estudo de Caso deverá fundamentar o PAEE e o PEI, quando identificada a necessidade de Educação Especial, e deverá conter conclusão pedagógica expressa sobre:
I - barreiras e potencialidades identificadas;
II - identificação do estudante como público da Educação Especial, quando for o caso;
III - necessidade ou não de AEE;
IV - recursos de acessibilidade e medidas de apoio;
V - necessidade de Avaliação Psicoeducacional complementar;
VI - necessidade de Agente de Apoio Educacional;
VII - encaminhamentos intersetoriais, quando pertinentes;
VIII - prazo para reavaliação.
Art. 18. O Estudo de Caso, o PAEE ou o PEI constitui documentação pedagógica para identificação e registro educacional do estudante, observadas as exigências do sistema de ensino e do Censo Escolar.

CAPÍTULO IV – DA AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL

Art. 19. A Avaliação Psicoeducacional será realizada quando o Estudo de Caso e relatório da avaliação pedagógica apontar necessidade de aprofundamento da compreensão sobre aprendizagem, desenvolvimento, participação, comportamento adaptativo ou outros aspectos relevantes à escolarização.

Parágrafo único. A Avaliação Psicoeducacional constitui documentação complementar para acesso ao AEE.
Art. 20. A Avaliação Psicoeducacional poderá envolver:
I - entrevista com família e profissionais da escola;
II - observação do estudante em contextos educacionais;
III - análise de produções, registros pedagógicos e histórico escolar;
IV - instrumentos psicopedagógicos, psicológicos e fonoaudiológicos observadas as competências profissionais;
V - procedimentos de avaliação funcional e pedagógica pertinentes;
VI - articulação com serviços externos, quando necessária.
Art. 21. A avaliação psicopedagógica será realizada por profissional habilitado, com foco nas condições e processos de aprendizagem, potencialidades, barreiras e estratégias pedagógicas.
Art. 22. A avaliação psicológica observará integralmente as normas do Conselho Federal de Psicologia e os instrumentos de uso privativo da profissão.
Art. 23. A avaliação fonoaudiológica observará integralmente as normas do Conselho Federal de Fonoaudiologia e os instrumentos de uso privativo da profissão.
Art. 24. Avaliações clínicas e diagnósticas de saúde serão de competência exclusiva dos profissionais legalmente habilitados, não sendo atribuição da escola produzir diagnóstico médico.
Art. 25. A realização de procedimentos individualizados especializados dependerá de ciência e autorização dos pais ou responsáveis, conforme termo próprio.
Parágrafo único. A eventual recusa à avaliação complementar não poderá impedir intervenções pedagógicas, acessibilidade, ou apoios cuja necessidade já esteja demonstrada por avaliação educacional.
Art. 26. Compete aos profissionais responsáveis pela Avaliação Psicoeducacional:
I - manter diálogo com a instituição de ensino e a família;
II - realizar procedimentos técnicos compatíveis com sua formação;
III - elaborar relatórios e orientações pedagógicas de sua área;
IV - participar dos Estudos de Caso e reavaliações, quando solicitado;
V - orientar escola e família quanto às estratégias educacionais;
VI - propor encaminhamentos e acompanhar, quando pertinente, sua efetivação.
Art. 27. Os encaminhamentos para saúde, assistência social ou outros serviços deverão ser fundamentados e comunicados à família, sem suspensão das intervenções pedagógicas enquanto se aguarda atendimento externo.

CAPÍTULO V – DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

Art. 28. O AEE tem por finalidade identificar e eliminar barreiras à escolarização e à aprendizagem, promover a autonomia e independência e complementar ou suplementar o processo de escolarização.
Art. 29. O AEE será realizado por professor especialista em Educação Especial, por meio do trabalho pedagógico colaborativo e de ações específicas de acessibilidade, complementação ou suplementação.
Art. 30. A oferta do AEE deverá estar institucionalizada no Projeto Político-Pedagógico – PPP e na Proposta Pedagógica Curricular – PPC da instituição, contendo:
I - avaliação das necessidades específicas dos estudantes;
II - previsão de Estudo de Caso e PAEE;
III - cronograma e organização do atendimento;
IV - recursos materiais, pedagógicos, tecnológicos e de acessibilidade;
V - profissionais responsáveis e formas de trabalho colaborativo;
VI - articulação com famílias, rede de proteção e demais serviços, quando necessária.
Art. 31. A matrícula no AEE poderá ocorrer a qualquer tempo do ano letivo, conforme identificação da necessidade e procedimentos do Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
§ 1º A matrícula no AEE não substitui a matrícula e a frequência do estudante na classe comum.
Art. 32. Quando a família se opuser à matrícula ou continuidade do AEE disponibilizado, a instituição deverá:
I - realizar orientação sobre objetivos, funcionamento e direito ao atendimento;
II - registrar a decisão em Termo de Negativa/Recusa, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação;
III - manter as medidas de acessibilidade e os apoios necessários na classe comum;
IV - possibilitar nova adesão a qualquer tempo, mediante manifestação da família ou nova análise pedagógica.
Art. 33. O cronograma do AEE será elaborado pelo professor do AEE e equipe pedagógica, de acordo com as necessidades do estudante e a organização institucional.
§ 1º O atendimento ocorrerá, prioritariamente, em contraturno, conforme regulamentação estadual.
§ 2º Nas instituições de Educação em Tempo Integral, o AEE poderá ocorrer em itinerário intraescolar e trabalho pedagógico colaborativo, de acordo com as normas do Sistema Estadual de Ensino.
Art. 34. A frequência no AEE será registrada conforme as orientações da Rede Municipal, devendo ausências recorrentes ensejar contato com a família e análise das causas, sem caracterização automática de desligamento.

CAPÍTULO VI – DO PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – PAEE

Art. 35. O PAEE é documento pedagógico individualizado, obrigatório para o planejamento do AEE, elaborado a partir do Estudo de Caso e de atualização contínua.
Art. 36. O PAEE será elaborado pelo professor do AEE, com participação do professor da classe comum, da equipe pedagógica, quando possível da família e do estudante.
Art. 37. O PAEE deverá conter, no mínimo:
I - identificação do estudante;
II - síntese do Estudo de Caso;
III - potencialidades, interesses e formas de comunicação e participação;
IV - barreiras prioritárias;
V - objetivos do AEE;
VI - atividades, estratégias e recursos pedagógicos e de acessibilidade;
VII - tecnologias assistivas e comunicação alternativa e aumentativa, quando necessárias;
VIII - cronograma, frequência e forma de atendimento;
IX - articulação com o currículo da classe comum e com o PEI;
X - orientações à atuação do Agente de Apoio Educacional, quando houver;
XI - articulação com a família e rede intersetorial;

XII - indicadores de acompanhamento e data de revisão.
Art. 38. O PAEE deverá orientar o trabalho desenvolvido no AEE, a classe comum, as atividades colaborativas da instituição e as ações de articulação intersetorial.
Art. 39. O PAEE será acompanhado continuamente, com registro de acompanhamento, no mínimo, trimestral, e revisão integral, no mínimo, anual ou sempre que houver alteração relevante nas necessidades do estudante.

CAPÍTULO VII – DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO – PEI

Art. 40. O PEI é documento pedagógico individualizado de planejamento da escolarização no ensino regular, elaborado a partir do Estudo de Caso e articulado ao PAEE.
Art. 41. O PEI será elaborado pelo professor do ensino regular, com suporte do professor do AEE e da equipe pedagógica.
Parágrafo único. A família e, quando possível, o estudante participarão da definição e acompanhamento das estratégias individualizadas, sem transferência da responsabilidade pedagógica da escola.
Art. 42. O PEI deverá conter, no mínimo:
I - identificação do estudante e período de vigência;
II - potencialidades, interesses e necessidades educacionais;
III - objetivos de aprendizagem e participação vinculados ao currículo do ano de matrícula;
IV - estratégias didático-pedagógicas e adaptações razoáveis;
V - medidas de acessibilidade curricular, comunicacional, tecnológica e avaliativa;
VI - recursos e materiais necessários;
VII - articulação entre as atividades do AEE e da classe comum;
VIII - formas de participação do estudante nas atividades coletivas e individuais;
IX - critérios, instrumentos e formas de avaliação da aprendizagem;
X - estratégias de acompanhamento e monitoramento;
XI - registro de devolutivas periódicas à família;
XII - responsabilidades dos profissionais envolvidos.
Art. 43. As adaptações previstas no PEI deverão ampliar o acesso ao currículo e à aprendizagem, vedada a substituição indiscriminada das propostas curriculares por atividades sem intencionalidade pedagógica.
Art. 44. A adaptação de atividades, materiais, instruções e avaliações na classe comum é responsabilidade pedagógica do professor regente, com suporte do professor do AEE e da equipe pedagógica.
Parágrafo único. O Agente de Apoio Educacional poderá auxiliar na mediação e no acesso aos recursos definidos, mas não substituirá o professor no planejamento, ensino ou avaliação.
Art. 45. O PEI será monitorado continuamente, com registro trimestral dos avanços e necessidades de revisão, e será revisto integralmente ao menos uma vez por ano ou a qualquer tempo quando houver mudança relevante.

CAPÍTULO VIII – DO AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL

Art. 46. A necessidade de Agente de Apoio Educacional será definida a partir do Estudo de Caso, considerando as barreiras e demandas funcionais do estudante para acesso, participação e permanência nas atividades escolares.
§ 1º A existência de deficiência ou diagnóstico, isoladamente, não determina automaticamente a necessidade de apoio individual.
Art. 47. O Agente de Apoio Educacional atuará em consonância com o PAEE e com o PEI, sob orientação da equipe pedagógica, especialmente:
I - na locomoção, acesso e participação do estudante nos espaços e atividades escolares;
II - na higiene e alimentação, preservando privacidade, dignidade, tempo e escolhas do estudante;
III - na interação social e comunicação, reconhecendo diferentes formas de expressão;
IV - na utilização de tecnologias assistivas, comunicação alternativa e outros recursos auxiliares previstos no PAEE e no PEI;
V - na organização de materiais e apoio à rotina necessária à participação do estudante;
VI - na promoção gradual da autonomia e independência.
Art. 48. O Agente de Apoio Educacional não exerce função docente, sendo vedado:
I - substituir o professor regente;
II - assumir responsabilidade exclusiva pela aprendizagem ou comportamento do estudante;
III - elaborar, de forma autônoma, planejamento curricular, atividades avaliativas ou adaptações pedagógicas;
IV - isolar permanentemente o estudante do grupo;
V - realizar procedimentos privativos de profissão regulamentada sem habilitação legal;
VI - impedir ou limitar a participação do estudante em atividades escolares por ausência momentânea de apoio.
Art. 49. A frequência do estudante na instituição de ensino não estará condicionada à presença do Agente de Apoio Educacional.
Art. 50. O cronograma e a intensidade do apoio serão definidos pela equipe pedagógica com base no Estudo de Caso, PAEE e PEI, podendo o apoio ser individual, compartilhado ou organizado por períodos e atividades, conforme necessidade funcional.
Art. 51. A efetividade do Agente de Apoio Educacional será avaliada, no mínimo, semestralmente, considerando:
I - avanços na autonomia e independência;
II - necessidade atual de apoio em locomoção, higiene, alimentação, comunicação e interação;
III - participação e acesso às atividades pedagógicas;
IV - possibilidade de redução, reorganização, compartilhamento ou cessação do apoio;
V - necessidade de formação e orientação adicional ao profissional.
Art. 52. A redução, reorganização ou cessação do Agente de Apoio ocorrerá mediante reavaliação registrada no Estudo de Caso, com atualização do PAEE e PEI, ciência da família e planejamento da transição.
Art. 53. O Agente de Apoio Educacional deverá possuir, no mínimo, formação em nível médio e cumprir as exigências de formação continuada estabelecidas pela legislação federal, estadual e municipal vigente.
Art. 54. O Agente de Apoio Educacional participará de reuniões, estudos de caso e formações quando convocado e manterá comunicação regular com professor regente e equipe pedagógica, preservando o sigilo das informações.

CAPÍTULO IX – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS E EQUIPES

Seção I – Do Professor Regente
Art. 55. Compete ao professor regente:
I - garantir pertencimento e participação do estudante na turma;
II - observar e registrar potencialidades, barreiras e respostas às intervenções;
III - implementar estratégias pedagógicas e adaptações razoáveis;
IV - participar do Questionário Psicoeducacional e do Estudo de Caso;
V - elaborar, implementar, monitorar e revisar o PEI com suporte do AEE e equipe pedagógica;
VI - adaptar atividades, materiais, instruções e formas de avaliação;

VII - articular-se com o professor do AEE;
VIII - orientar o Agente de Apoio quanto à rotina pedagógica e recursos definidos;
IX - avaliar a aprendizagem e registrar os progressos;
X - participar das reuniões de acompanhamento e reavaliação;
XI - manter diálogo periódico com a família.
Seção II – Do Professor do AEE
Art. 56. Compete ao professor do AEE:
I - conduzir o Estudo de Caso de forma colaborativa;
II - elaborar, implementar, monitorar e revisar o PAEE;
III - apoiar o professor regente na elaboração e revisão do PEI;
IV - identificar e desenvolver recursos pedagógicos e de acessibilidade;
V - orientar o uso de tecnologia assistiva e comunicação alternativa, quando necessárias;
VI - realizar o AEE complementar ou suplementar conforme as necessidades;
VII - desenvolver trabalho pedagógico colaborativo com a classe comum;
VIII - orientar professor regente, equipe pedagógica, Agente de Apoio e família quanto aos recursos e estratégias específicas;
IX - manter registros do atendimento e acompanhamento;
X - participar das decisões sobre ingresso, continuidade, reorganização e egresso do AEE.
Seção III – Da Equipe Pedagógica da Instituição
Art. 57. Compete à equipe pedagógica:
I - coordenar o fluxo institucional de identificação e acompanhamento;
II - garantir o preenchimento qualificado do Questionário Psicoeducacional;
III - assegurar a realização do Estudo de Caso e a participação da família;
IV - organizar tempos de trabalho colaborativo entre professor regente e professor do AEE;
V - acompanhar a elaboração e execução do PAEE e do PEI;
VI - acompanhar a atuação e efetividade do Agente de Apoio;
VII - organizar devolutivas à família;
VIII - manter a documentação pedagógica individual atualizada;
IX - acionar a equipe técnica da SME quando necessária avaliação complementar ou articulação intersetorial;
X - zelar para que dificuldades de aprendizagem ou comportamento não sejam automaticamente medicalizadas ou convertidas em encaminhamento para Educação Especial sem análise pedagógica.
XI – enviar a documentação completa e devidamente preenchida, com as informações e registros necessários, para posterior análise e avaliação pela equipe multiprofissional.
Seção IV – Da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação
Art. 58. Compete à equipe técnica da SME:
I - orientar e monitorar a aplicação desta Instrução;
II - apoiar os Estudos de Caso e reavaliações de maior complexidade;
III - realizar ou articular Avaliação Psicoeducacional complementar;
IV - emitir pareceres pedagógicos quando necessários;
V - articular referência e contrarreferência com saúde, assistência social e rede de proteção;
VI - acompanhar a organização do AEE e das demandas de Agente de Apoio;
VII - promover formação continuada aos profissionais;
VIII - orientar o registro dos estudantes e a documentação necessária;
IX - manter atualizados os formulários e modelos institucionais;
X - propor revisão desta normativa diante de alterações legais ou técnicas.
Seção V – Da Família e do Estudante
Art. 59. A família e, quando possível, o estudante participarão do Estudo de Caso, do acompanhamento do PAEE e PEI e das reavaliações, contribuindo com informações relevantes e recebendo devolutivas periódicas.
Parágrafo único. A participação da família não transfere a ela atribuições pedagógicas próprias da instituição de ensino.

CAPÍTULO X – DO ACOMPANHAMENTO E DA REAVALIAÇÃO

Art. 60. O acompanhamento será contínuo e documentado, considerando evidências de participação, aprendizagem, autonomia, independência e redução de barreiras.
Art. 61. A instituição realizará, no mínimo trimestralmente, registro de acompanhamento dos estudantes com PAEE e/ou PEI.
Parágrafo único. O registro deverá indicar avanços, barreiras persistentes, estratégias eficazes, medidas que necessitam revisão e ações para o período seguinte.
Art. 62. O Estudo de Caso, PAEE e PEI serão reavaliados integralmente, no mínimo, uma vez por ano, sem prejuízo de revisão extraordinária quando:
I - houver alteração significativa das necessidades ou barreiras;
II - as estratégias adotadas se mostrarem insuficientes ou desnecessárias;
III - houver mudança de etapa, turma, escola ou contexto de escolarização;
IV - for analisada a inclusão, redução, reorganização ou cessação de Agente de Apoio;
V - for considerada a possibilidade de egresso do AEE;
VI - a família, estudante ou equipe apresentarem elementos relevantes que justifiquem nova análise.
Art. 63. A permanência em AEE ou com Agente de Apoio não será automática ou indefinida, devendo os apoios ser periodicamente reavaliados com foco na necessidade atual e na promoção de autonomia.

CAPÍTULO XI – DO EGRESSO, TRANSFERÊNCIA, RECUSA E RETORNO AO AEE

Art. 64. O egresso do AEE ocorrerá quando o acompanhamento, a observação, a avaliação e a atualização do Estudo de Caso demonstrarem a superação ou suficiente redução das barreiras que justificavam o atendimento.
§ 1º O egresso será formalizado por Termo de Desligamento do AEE por Superação de Barreiras.
§ 2º A decisão deverá ser registrada na documentação individual do estudante e comunicada à família.
§ 3º O egresso do AEE não implica perda da condição de estudante público da Educação Especial nem retirada automática de outros direitos ou medidas de acessibilidade.
Art. 65. A rematrícula no AEE poderá ocorrer a qualquer tempo, caso novo Estudo de Caso identifique necessidade de retomada do atendimento.
Art. 66. A transferência do estudante para outra instituição não será caracterizada como egresso por superação, devendo a instituição organizar a transição e o compartilhamento da documentação pedagógica necessária, observadas as normas de proteção de dados.

Art. 67. A recusa da família à matrícula ou continuidade do AEE será formalizada em termo próprio e não será registrada como superação de barreiras.
Art. 68. Faltas recorrentes do estudante deverão ensejar busca ativa e diálogo com a família, não constituindo, isoladamente, motivo para declaração de egresso por superação.
Art. 69. A interrupção da oferta institucional de turma de AEE observará os procedimentos do Sistema Estadual de Ensino do Paraná e não poderá prejudicar o direito individual do estudante ao atendimento necessário.

CAPÍTULO XII – DA DOCUMENTAÇÃO, REGISTROS E PROTEÇÃO DE DADOS

Art. 70. A pasta individual do estudante deverá conter, conforme aplicável:
I - Questionário Psicoeducacional e relatório pedagógico inicial;
II - Estudo de Caso e suas atualizações;
III - PAEE e revisões;
IV - PEI e revisões;
V - registros trimestrais de acompanhamento;
VI - parecer e avaliações relativas ao Agente de Apoio Educacional;
VII - termos de ciência, autorização, recusa, egresso e transferência;
VIII - relatórios da Avaliação Psicoeducacional, quando realizada;
IX - documentos de saúde apresentados pela família, quando existentes e pertinentes;
X - registros de encaminhamentos e contrarreferências intersetoriais.
Art. 71. A coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais e sensíveis deverão observar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, especialmente o melhor interesse da criança.
Art. 72. O acesso à documentação será restrito aos profissionais que dela necessitem para o exercício de suas atribuições, vedada a exposição de diagnóstico ou informações sensíveis em grupos de mensagens, murais, listas públicas ou outros meios não autorizados.
Art. 73. O compartilhamento de informações com outros setores será limitado ao necessário para a finalidade do encaminhamento ou atendimento, preservados o sigilo e a dignidade do estudante.
Art. 74. A Secretaria Municipal de Educação poderá instituir mapa anual de registro e acompanhamento do público da Educação Especial das unidades escolares, com acesso restrito e finalidade administrativa e pedagógica.

CAPÍTULO XIII – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 75. Os estudantes já matriculados no AEE ou atendidos por Agente de Apoio Educacional na data de publicação desta Instrução terão seus Estudos de Caso, PAEE e PEI atualizados de acordo com esta normativa no prazo definido pela SME, sem interrupção dos apoios existentes durante a revisão.
Art. 76. As unidades escolares deverão adequar o Projeto Político-Pedagógico, a Proposta Pedagógica Curricular e os procedimentos internos às disposições desta Instrução.
Art. 77. A SME poderá expedir orientações complementares, notas técnicas, fluxos e formulários necessários à execução desta Instrução.
Art. 78. Os casos omissos serão analisados pela Equipe Técnica/Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente, e submetidos à Assessoria Jurídica quando necessário.
Art. 79. Ficam revogadas a Instrução Normativa nº 04/2023 – SME e a Instrução Normativa nº 04/2024 – SME, ficando seus conteúdos pertinentes consolidados e atualizados nesta Instrução.
Art. 80. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Mallet/PR, 17 de Agosto de 2026.

CARLA CASSIANA MACHADO NOWACKI
Secretária Municipal de Educação

ANEXOS[1]

Questionário Psicoeducacional

Prezado (a) professor (a),
Necessitamos de algumas informações referentes ao educando _____ a fim de iniciarmos o trabalho por parte da equipe pedagógica.
Para tal, gostaríamos que respondesse cuidadosamente algumas perguntas referentes à aprendizagem e ao comportamento do educando. Estamos à disposição para qualquer dúvida, orientação e esclarecimentos. Agradecemos desde já pela parceria e compreensão.
Equipe Pedagógica da SME.

Nome da Instituição;

Ano escolar;

Nome dos Professores da turma;

Quais são as atividades que a criança realiza com facilidade?

Descreva o relacionamento do educando com:

a) professor:

b) colegas:

c) demais profissionais da escola:

Em que área (acadêmica, interpessoal, comportamental) apresenta dificuldades? Descreva com detalhes.

É uma criança que se motiva com as atividades propostas?

Apresenta dificuldades de coordenação motora e/ou visomotora? Exemplifique.

Realiza as tarefas no ritmo esperado pelo professor? Caso apresente dificuldades, exemplifique.

Apresenta problemas na fala? Caso apresente dificuldades, por favor, exemplifique.

Responde e faz perguntas com facilidade?

Resolve problemas da vida diária? Ou é uma criança dependente? Descreva a dependência com relação ao adulto.

Apresente sonolência em sala de aula?

Realiza as tarefas de casa?

Recusa-se a realizar as atividades após cometer erros?

Quais as alternativas e estratégias já utilizadas pela professora para auxiliar este educando?

Como você compreende o processo ensino-aprendizagem?

Qual o **método de alfabetização** utilizado?

Tem amigos ou pertence a grupos? Faz amigos com facilidade? Prefere brincar sozinho ou com colegas?

Que tipos de brincadeira/ atividade prefere?

Os pais acompanham seu desempenho e comportamento na escola?

Quais são as potencialidades identificadas na criança?

OBSERVAÇÕES: (Nesse item o Professor(a) poderá descrever algo que observe necessidade de ser salientado, considerando que não foi identificado nas questões acima mencionadas, com o intuito de contribuir com o processo de sondagem do aluno(a) por parte da equipe).

Data:____/____/_____.
Assinatura dos(as) Professores(as):

Assinatura da Direção:

REFERENCIAL PARA ESTUDO DE CASO

O Estudo de caso tem como finalidade analisar o processo de ensino-aprendizagem, bem como, servir de fundamentação para a solicitação de Professor de Apoio Educacional Especializado. Também deve ser utilizado para indicar os avanços obtidos no âmbito pedagógico, na autonomia do estudante, locomoção e outros, indicando que não se mais necessária a intervenção deste profissional. Este recurso para solicitação de Professor de Apoio Educacional Especializado pode ser utilizado em qualquer etapa do período letivo, desde que o estudante tenha diagnóstico médico concluído ou avaliação psicoeducacional indicando a necessidade. Deve também subsidiar a elaboração do Planejamento e, portanto, é imprescindível que disponibilizado ao Professor Regente e ao Professor de Apoio Educacional Especializado. Em caso de transferência escolar do estudante, o Estudo de Caso deverá ser encaminhado juntamente com as demais documentações.

I- IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE
Nome:
Data de nascimento:
Idade:
Filiação:
Possui diagnóstico médico concluído? Marque um (X)
( ) Deficiência intelectual; ( ) Visual; ( ) Auditiva; ( ) Física;
( ) Paralisia cerebral; ( ) Síndrome – Qual?_____
( ) Transtorno do Espectro Autista (TEA); ( ) Outros – qual? _____
Usa medicamento (s)? Qual ou quais? _____
Necessita de auxílio para:
( ) Alimentação; ( ) Locomoção; ( ) Comunicação; ( ) Cuidados pessoais

II- IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR
Escola:
Direção:
Pedagoga (o):
Professor (a) Regente:

III- INFORMAÇÕES ESCOLARES
Matrícula na Educação Básica:
Ano vigente _____
( ) Educação Infantil - Turma:_____ Turno:_____
( ) Ensino Fundamental – Ano:_____ Turno:_____
Observação: informar via ofício a Secretaria Municipal de Educação em caso de alterações de turno, turma ou instituição escolar.
HISTÓRICO

ANO LETIVO	ESCOLA	TURMA/ANO

IV- AVALIAÇÃO GERAL (texto de subsídio em anexo)

• Descreva as dificuldades e as potencialidades e avanços da criança/ estudante referentes à:

Comunicação:
Interação Social/Comportamento
Locomoção:

Alimentação, cuidados pessoais (higiene pessoal, uso do banheiro, outros):

Aprendizagem e desenvolvimento dos processos cognitivos e acadêmicos relacionados ao potencial curricular de referência da etapa/ano escolar de matrícula.

V- AÇÕES NECESSÁRIAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS DA CRIANÇA/ESTUDANTE

Âmbitos	**Ações necessárias (exemplifique)**
Escola Acessibilidade: recursos que devem ser colocados à disposição da criança/estudante para eliminar barreiras de acesso e viabilizar o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento (rampas, imagens, mobiliários...)	
Sala de aula Recursos e Metodologia pranchas de comunicação, álbuns, figuras, comunicação alternativa, lupas, cadeira de rodas, adaptação de materiais, computador (exemplificar)	
Profissional de Apoio. A criança/estudante depende do profissional para alimentação, higiene, adaptação de materiais... (exemplificar)	
Família Frequência nos atendimentos: AEE, escola/CMEI, médicos, medicação, outros Atendimentos...	
Encaminhamentos necessários (Serviço Social, saúde, etc.)	

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES:

VI – RESPONSÁVEIS PELO PREENCHIMENTO DO DOCUMENTO:

Responsável	Nome legível	Assinatura
Diretor(a):		
Pedagoga(os):		
Professor(a) Regente:		
Profissionais da equipe pedagógica da SME		
Professor (a) de Apoio Educacional Especializado		
Professor(a) do AEE:		
Pais ou responsáveis legais		
Outros profissionais: especificar		

Mallet, ____de _____de 202____

Carimbo da Instituição de Ensino

Texto de subsídio para o preenchimento do item IV do Estudo de Caso
Comunicação
* Utiliza comunicação verbal de forma funcional
* Utiliza a fala de forma repetitiva (ecolalia – exemplificar)
* Faz uso da Comunicação Alternativa: necessita de uso de imagem para se comunicar (álbuns, prancha…)
* Comunica-se por: diferentes gestos, expressões, movimentos apontamentos
* O adulto serve como apoio para conseguir o que deseja
* Como acontece a comunicação receptiva (precisa de roteiros, pistas visuais, materiais manipuláveis)
* Estabelece vínculo com o olhar (em que situações: exemplificar)

Interação Social/Comportamento
* Responde de qual forma as solicitações do adulto: reações de birra, verbalmente, (exemplificar)
* Demonstra emoções/sentimentos e afeto em situações do cotidiano (exemplificar)
* Isola-se: prefere ficar sozinho ou na companhia de poucas pessoas (exemplificar)
* Evita pessoas estranhas: exemplifique como reage
* Apresenta mudanças repentinas de humor
* Participa de jogos/brincadeiras (exemplificar)

Locomoção
* Apresenta autonomia para locomover-se (exemplificar)
* Utiliza cadeira de rodas
* Faz uso de órteses (qualquer aparelho externo usado para imobilizar ou auxiliar os movimentos dos membros ou da coluna vertebral)
* Necessita de recursos visuais para reconhecer a função social dos ambientes
* Reconhece a função dos espaços/ambientes
* Respeita regras (exemplificar)

Alimentação/cuidados pessoais
* Apresenta autonomia para alimentar-se
* É seletivo na alimentação (exemplificar)
* Apresenta autonomia em sua higiene pessoal (exemplificar)
* Tem controle dos esfíncteres
* Usa fraldas

Aprendizagem

* Especificar em que nível de apropriação do conhecimento encontra-se
* Utilizar os critérios do Planejamento Referencial
* Processo inicial de alfabetização (exemplificar)

PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL

MODELO DE ATA (REUNIÃO COM OS PAIS)
Ata, nº_____, de_____
Avaliação Psicoeducacional
Aos ____ dias do mês de _____, do ano de _____, reuniram-se nas dependências da _____, a diretora _____, professores_____ e os pais_____ para tratarem de assuntos referentes ao desempenho no contexto escolar do (a) aluno (a)_____, da turma do _____. A diretora_____ pontuou por quais motivos houve a convocação dos pais para a referida reunião_____, as professoras _____ apresentam aos pais como está o desenvolvimento do aluno _____. A diretora _____ expõe que a escola observa a necessidade da realização de uma avaliação Psicoeducacional, para que sejam verificadas as possíveis causas dos fatores mencionados pelos professores, as intervenções e encaminhamentos necessárias que auxiliarão no desenvolvimento da criança. Desse modo esse procedimento somente se torna possível por meio de autorização dos pais, que terão que assinar um termo em duas vias, autorizando ou não a realização do processo avaliativo, sendo que uma cópia ficará anexa a pasta de documentação do aluno na escola e outra via será encaminhada para os profissionais da Secretaria Municipal de Educação, psicóloga, psicopedagoga e pedagoga que realizarão o processo avaliativo conforme a necessidade do aluno. Os pais ficam cientes do comprometimento com o processo educacional dos filhos e assumem responsabilidade sobre a decisão tomada após o exposto pelo profissionais da escola.
(OBS: Caso os pais autorizem o procedimento de avaliação, complementar a ata expondo a decisão tomada pelos mesmos e da responsabilidade que assumem se comprometendo em comparecer e levar a criança nos horários e local estabelecido pela equipe avaliadora, em quantas sessões forem necessárias para realizar o procedimento).
(OBS: Caso os pais optem por não autorizar o procedimento, apresentar a justificativa apresentada pelos mesmos e as intervenções que estarão realizando para sanar tais dificuldades apresentadas, e expor que estão cientes do desenvolvimento da criança no contexto escolar)
Sem mais para o momento encerra-se a presente ata assinada por mim e demais presentes. ***(Nome completo e RG de todos os presentes)***

AUTORIZAÇÃO PARA AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL

Eu_____, portador (a) do RG nº_____, CPF nº_____, responsável pelo (a) menor _____, regularmente matriculado (a), na instituição_____, na turma do _____. Estou ciente das necessidades elencadas pela escola com relação ao desempenho acadêmico do (a) educando (a). Através deste instrumento:

( ) **AUTORIZO** a avaliação Psicoeducacional do meu filho (a), e comprometo-me em prestar total apoio durante a realização de todo o processo de avaliação.

( ) **NÃO AUTORIZO** a avaliação Psicoeducacional do meu filho (a), e comprometo-me em ofertar os atendimentos que se fizerem necessários, disponibilizando documentos comprobatórios à instituição.

_____
Assinatura dos responsáveis

_____
Assinatura dos demais presentes

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO

Nome:	Escola/ CMEI: Turma:
Componente curricular ou Campos de Experiências: Neste Campo se o aluno for do Ensino Fundamental deixar como Componente Curricular e se for aluno da Educação Infantil deverá constar Campos de Experiência.	Data de elaboração:
Docente:	Avaliações: Neste campo deve constar as avaliações oriundas de profissionais, como por exemplo, laudos de neurologista, avaliações psicológicas, fonoaudiológica, pedagógica, psicopedagógica entre outras.
Relatório Circunstanciado: Descrever o desenvolvimento da criança, incluindo informações referentes ao diagnóstico com CID, nesse campo poderá descrever ainda informações que não cabem nos demais campos e que a instituição acredite ser importante.	
Conhecimentos, afinidades e habilidades:	Dificuldades:
ADAPTAÇÕES CURRICULARES • Objetivos e Metas: • Metodologias e materiais de apoio: • Critérios e Métodos de avaliação:	
ASSINATURAS:	

PLANO DE ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - PAEE
O Plano de Atendimento da Educação Especial – PAEE tem como finalidade analisar o processo de ensino-aprendizagem do estudante buscando planejar estratégias e ações que visem contribuir para o seu desenvolvimento integral, dessa forma, é imprescindível que o plano seja um objeto de estudo e trabalho que atenda as especificidades de cada educando. Também deve ser utilizado para indicar os avanços obtidos. É importante destacar que o presente documento não deve ser visto e nem planejado numa perspectiva isolada do ensino regular, uma vez que o trabalho na Sala de Recursos Multifuncional – SRM se caracteriza por atendimento pedagógico e não clínico. Por fim, é importante compreendermos que o PAEE não se trata de um documento pronto e acabado mas sim, um documento que precisa ser replanejado sempre que houver necessidade.

I- IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE
Nome:
Data de nascimento:
Idade:

Filiação:
Possui diagnóstico médico concluído? Marque um (X)
( ) Deficiência intelectual; ( ) Visual; ( ) Auditiva; ( ) Física;
( ) Paralisia cerebral; ( ) Síndrome – Qual?_____
( ) Transtorno do Espectro Autista (TEA); ( ) Outros – qual? _____
Usa medicamento (s)? Qual ou quais? _____
Necessita de auxílio para:
( ) Alimentação; ( ) Locomoção; ( ) Comunicação; ( ) Cuidados pessoais
Acompanhamento com profissionais especialistas:
( ) Neurologista / neuropediatra; ( ) Fonoaudiólogo; ( ) Psicólogo; ( ) Psicopedagoga clínica; ( ) Terapeuta Ocupacional;
Outros:

II- IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR DO ENSINO REGULAR

Escola:
Direção:
Coordenador Pedagógico (a):
Professor (a) Regente:

III- INFORMAÇÕES ESCOLARES

Matrícula na Educação Básica:
Ano vigente _____
( ) Educação Infantil - Turma:_____ Turno:_____
( ) Ensino Fundamental – Ano:_____ Turno:_____

IV- DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE

Função Cognitiva:
PERCEPÇÃO:
ATENÇÃO:
MEMÓRIA:
LINGUAGEM:
RACIOCÍNIO LÓGICO:
Função Motora:
Desenvolvimento e capacidade MOTORA:
Função Pessoal e Social:
Socialização, comunicação...
Demais áreas a serem trabalhadas:
Social e Emocional:
Cognitiva e Linguagem:
Comportamental:
Língua Portuguesa:
Matemática:

Demais áreas observadas para serem trabalhadas:

Recursos, materiais e equipamentos:

Planejamento:
Nesse item deverá ser descrito as adaptações necessárias a serem aplicadas:

Avaliação:
Descrever de que forma será conduzido o processo de avaliação, apresentando os critérios definidos:

Avaliação do término do semestre e/ou período necessário:
Descrever as conquistas do estudante, quais objetivos foram alcançados, as dificuldades bem como as facilidades observadas. Nesse item, poderá ser apresentado todas as necessidades e auxílios que o educador observa ser necessário, inclusive intervenções que deverão ser feitas pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação.

V – RESPONSÁVEIS PELO PREENCHIMENTO DO DOCUMENTO:

Responsável	Nome legível	Assinatura
Coordenador Pedagógico:		
Professor(a) SRM:		
Outros profissionais: especificar		

Mallet, ____de _____de 202__.

Obs.: Uma Cópia do PAEE deverá ser arquivada na pasta do aluno sempre que houver qualquer atualização do documento. Em situação de transferência é considerado um documento escolar devendo esse ser encaminhado junto com as demais documentações do educando.

[1] Os anexos abaixo integram a presente minuta como modelos mínimos de operacionalização. A Secretaria Municipal de Educação poderá atualizar sua diagramação e campos de preenchimento sem alterar os elementos essenciais definidos nesta Instrução.

Publicado por:
Danieli Bachtchen
Código Identificador:EA661F3F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO PARA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONTRATUAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 448/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/2025
PROCESSO Nº 217/2025

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 76.285.345/0001-09, representada neste ato pela Prefeita Municipal, Sra. **Enfª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 4.291.301-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR e do outro lado a empresa **CURAMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 41.550.166/0001-69, com endereço na RUA RABILONGA,59, VILA CASCATA, CEP: 86701-470, na cidade de Arapongas/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **ISADORA PUGLIESI FERREIRA**, inscrito no CPF sob o nº 041.649.499-45têm justo e acertado o presente Termo Aditivo de Reajuste do Preço para manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 448/2025**, nos termos do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/2025**, bem como pela legislação vigente em especial o artigo 124, II, "d" da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica reajustado os itens abaixo relacionados, de acordo com o requerimento protocolado, juntamente com notas fiscais parte integrante do presente.

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	Valor Unit. homologado	Valor Unit. reequilibrado
45	COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, - PAPELÃO – DESCARTAVEL - COM CAPACIDADE PARA 13 LITROS (CATMAT - BR0363482)	UNID	4,20	4,9636

CLÁUSULA SEGUNDA
As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias prevista no orçamento do presente exercício.

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais disposições.

E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo à ata de registro de preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Mandaguari/PR, 17 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:B4F4D114

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PDISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, com sede na Travessa Padre Francisco Bierman, nº 10, Centro, Mandirituba-PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.942.395/0001-41, neste ato representado pela Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Brenda Carolina Lecheta.

Validade das Atas de Registro de Preços é de 12 meses a partir de 19 de agosto de 2026.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026
FORNECEDOR: NAHIR FABIOLA ROJAS MONTERO DA SILVA, inscrito no CNPJ nº 01.863.063/0001-34, com sede na Rua Horácio Pennacchi, nº 59, Jardim Planetário – Monte Sião-MG, CEP 37.580-000, telefone (16) 99327-7474, e-mail: nahirfrojas@outlook.com, neste ato representado por sua representante legal Sr. (a) NAHIR FABIOLA ROJAS MONTERO DA SILVA, boliviana, inscrita no CPF nº 145.240.008-36.

Item	CATMAT	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
2	477098	**Blusa de Lã Feminina e masculina** Material: (50% algodão, 50% acrílico); Tipo de manga: Comprida; Cor: Preta; Tipo de Gola: decote "U"; Características Adicionais: sem bolso, logo da Câmara bordada. Tamanho: diversos (a ser escolhido na Solicitação de Fornecimento).	Unidade	50	89,40	4.470,00

O valor total registrado na presente Ata de Registro de Preços é de R$ 4.470,00 (quatro mil quatrocentos e setenta reais).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2026

FORNECEDOR: D. P. M. SANTANA, inscrito no CNPJ nº 31.657.859/0001-00, com sede na Avenida Abiurana, nº 7 – Sala A, Mauazinho – Manaus-AM, CEP 69.075-705, telefone (92) 99334-9431, e-mail: aguiar90.daniel@gmail.com, neste ato representado por sua representante legal Sr. (a) DÉBORA PEIXOTO MACHADO SANT'ANA, brasileira, inscrita no CPF nº 164.689.077-99.

Item	CATMAT	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	610982	**Camisa Polo Feminina e Masculina** Material: malha piquet (mínimo 50% algodão); Cor: Preto; Características Adicionais: meia manga, gola polo, sem bolso, logo da Câmara bordada; Tamanho: diversos (a ser escolhido na Solicitação de Fornecimento).	Unidade	50	42,00	2.100,00

O valor total registrado na presente Ata de Registro de Preços é de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente
Órgão Gerenciador

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:9EF6360C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026 PUBLICAÇÃO

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

PUBLICAÇÃO

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE MANDIRITUBA, com sede à Praça Bom Jesus nº44, Centro, Mandirituba-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.105.550/0001-37, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, FELIPE CLAUDINO MACHADO, brasileiro, solteiro, matrícula funcional n.º 4346.

Validade das Atas de Registro de Preços é de 12 meses a partir de 13 de agosto de 2026.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2026
FORNECEDOR: COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 11.412.547/0001-10, sediada na RUA AYRTON SENNA DA SILVA, Nº 2800, CAMPO LARGO-PR, CEP 83.606-390, telefone n.º (41) 3131-2203, e-mail MAB_ALIMENTOS@HOTMAIL.COM, neste ato por seu representante legal, EDNA FEDALTO BORA, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 976.***.***-20.

Itens	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Tota
2	1.000	CX	Achocolatado liquido, pronto em embalagem longa vida com canudo e contendo 200 ml. Ingredientes: leite integral reconstituído, açúcar, soro de leite em pó, cacau em pó, gordura vegetal hidrogenada, extrato de malte, sal, vitamina C, PP, E, B6, B2, B1 e A). Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega. MARCA: COLONIA HOLANDESA	R$ 1,03	R$ 1.030,00
3	566	EMB	Achocolatado em pó instantâneo, a base de cacau em pó. Embalagens devem estar intactas, acondicionadas em embalagens de no mínimo de 350g. Prazo de validade mínimo de 06 meses a partir data de entrega. MARCA: GOSTOZZO	R$ 4,15	R$ 2.348,90
4	570	EMB	Achocolatado em pó instantâneo, enriquecido com 8 vitaminas (Vitamina A, D, C, E, B1, B2, B6 E PP), a base de cacau em pó. Embalagens devem estar intactas, acondicionadas em embalagens de no mínimo de 01 kg. Prazo de validade mínimo de 06 meses a partir data de entrega. MARCA: VIVA +	R$ 9,15	R$ 5.215,50
13	820	EMB	Água mineral sem gás, embalagem com 12 unidades de 510 ml cada (fardo). MARCA: FRESCALE	R$ 10,43	R$ 8.552,60
18	1.500	EMB	Arroz parboilizado, tipo 1, classe longo e fino. Embalagem plástica atóxica, transparente, resistente e contendo 01 kg. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. MARCA: SÃO ROQUE	R$ 3,14	R$ 4.710,00
19	300	EMB	Atum ralado em óleo, com alto teor de nutrientes e Ômega 3. Embalagem com no mínimo 170 gramas. MARCA: PESCADOR	R$ 6,28	R$ 1.884,00
24	3.500	UN	Barra de cereal, com aveia e grão integrais e frutas secas, banana, maçã, castanha, uva passa, coco. Sem chocolate. Embalagem íntegra com informação nutricional, prazo de validade de no mínimo de 03 meses. Pesando no mínimo 20g. MARCA: NATURALE	R$ 0,94	R$ 3.290,00
29	8.758	PCT	Biscoito doce tipo rosquinha, produzido de farinha enriquecida com ferro e ácido fólico. Sabores: chocolate, coco e leite. Embalagem plástica atóxica, com no mínimo 350 gramas. Prazo de validade de no mínimo de 06 meses. MARCA: PICCININI	R$ 3,34	R$ 29.251,72
32	4.880	PCT	Biscoito salgado crocante. Composição nutricional: mínimo 400 calorias, 06 gramas de proteína e máximo de 14 gramas de gordura em 100 gramas do produto. Embalagem plástica atóxica contendo no mínimo 400 gramas. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. MARCA: PICCININI	R$ 3,29	R$ 16.055,20
33	400	PCT	Biscoito salgado integral. Embalagens devem estar acondicionadas em embalagem primária plástica, transparente, envoltos por embalagem secundária de polietileno metalizado, atóxico, resistente, lacrado, contendo no mínimo 400g. Prazo de validade mínimo 10 meses a contar a partir da data de entrega. MARCA: RENATA	R$ 4,89	R$ 1.956,00
37	2.050	PCT	Biscoito de polvilho, tradicional, salgado, assado e crocante. Com procedência, registro e informação nutricional no rótulo. Embalagem contendo no mínimo 200 g. Prazo de validade de no mínimo 06 meses. MARCA: OFIR	R$ 5,97	R$ 12.238,50
38	4.550	EMB	Bombom de chocolate, bombons sortidos de chocolate, caixa contendo entre 15 e 18 unidades (ou superior), de bombons com sabores variados, embalagem com peso entre 250 e 300 gramas (ou superior). Produto de 1ª qualidade. Prazo de validade: não inferior a 90 dias da data de entrega. MARCA: GAROTO	R$ 12,95	R$ 58.922,50

39	560	EMB	Bombom recheado, com creme de castanha de caju e cobertura de chocolate branco, pacote com no mínimo 950 gramas ou 48 unidades. Qualidade igual ou superior ao ouro branco ou similar. MARCA: ARCOR	R$ 52,40	R$ 29.344,00
44	1.330	CX	Chá de camomila, produzidos a partir de matéria prima de qualidade, livre de contaminação e /ou materiais estranhos, apresentando características naturais do produto. Acondicionados em embalagem de papel, contendo 10 saches com volume de 1 g cada, peso total de 10 g. Contendo no rótulo: registro, nome e endereço do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação e validade. MARCA: 81	R$ 2,08	R$ 2.766,40
45	2.785	CX	Chá de erva cidreira, produzidos a partir de matéria prima de qualidade, livre de contaminação e /ou materiais estranhos, apresentando características naturais do produto. Acondicionados em embalagem de papel, contendo 10 saches com volume de 1 g cada, peso total de 10 g. Contendo no rótulo: registro, nome e endereço do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação e validade. MARCA: 81	R$ 2,07	R$ 5.764,95
65	1.910	LT	Doce de leite cremoso, com leite pasteurizado, xarope de glicose, açúcar, leite em pó integral, amido de milho modificado, estabilizante citrato de sódio, regulador de acidez bicarbonato de sódio, proteínas lácteas, enzima lactase, sem glúten. Pote com no mínimo 400 gramas. Validade de no mínimo 06 meses. MARCA: DA SERRA	R$ 5,03	R$ 9.607,30
72	294	SC	Farinha de quibe. Embalagem com 500 gramas. Validade mínima de 06 meses na data da entrega. MARCA: ELDORADO	R$ 2,98	R$ 876,12
77	2.530	EMB	Feijão preto, tipo 1, constituído de grãos inteiros, novos e sadios. Isento de matéria terrosa, pedras, fungos e insetos, livre de fragmentos estranhos, umidade, e misturas de outras variedades ou espécies. Validade mínima 06 meses a partir da data da entrega. Embalagem de 1 kg. MARCA: SUPER CALDO	R$ 4,77	R$ 12.068,10
78	778	EMB	Fermento químico em pó. Embalagem com 100 gramas. MARCA: APTI	R$ 2,37	R$ 1.843,86
80	490	CX	Filtro para café, tamanho 103. Embalagem com no minimo 30 unidades. MARCA: BOM JESUS	R$ 3,28	R$ 1.607,20
91	1.006	CX	Leite de coco. Embalagem com 200 ml. MARCA:DIVINA MESA	R$ 2,47	R$ 2.484,82
92	2.590	EMB	Leite em pó integral, instantâneo. Embalagem com no mínimo 400 gramas. Validade mínima de 06 meses na data da entrega. MARCA: SÃO GABRIEL	R$ 10,94	R$ 28.334,60
100	4.100	EMB	Macarrão ninho largo, produto obtido a partir da farinha de trigo tipo 1, com ovos, enriquecida com ferro e ácido fólico. Com aspecto, cheiro, cor e sabor próprios. Acondicionado em embalagem atóxica com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade. Validade de no mínimo 06 meses a contar da data de entrega. Embalagem de 500 g. MARCA: TODESCHINI	R$ 4,22	R$ 17.302,00
103	160	EMB	Macarrão tipo espaguete integral. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isento de qualquer substância estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega. MARCA: FLORIANI	R$ 3,95	R$ 632,00
112	1.270	EMB	Milho verde em conserva. Embalagem com 170 gramas. Validade de no mínimo 06 meses. MARCA: BONARE	R$ 2,43	R$ 3.086,10
127	180	EMB	Polvilho doce. Embalagem com 500 gramas. MARCA: PRATA	R$ 2,85	R$ 513,00
132	1.820	UN	Refrigerante, de vários sabores. Embalagem de 02 litros. MARCA: FABIANE	R$ 4,52	R$ 8.226,40
137	220	UN	Suco concentrado varios sabores,100% da fruta sem adição de água, açúcares, conservantes e aditivos. Embalagem com no minimo 500ml. MARCA: IMBIARA	R$ 5,84	R$ 1.284,80
138	770	UN	Suco néctar, de vários sabores, em embalagem Tetra pak contendo 01 litro. MARCA: NUTRINECTAR	R$ 5,78	R$ 4.450,60
139	19.100	UN	Suco pronto, de vários sabores, em embalagem Tetra Pak, contendo 200 ml, com canudinho. MARCA: BUONA VITA	R$ 1,32	R$ 25.212,00

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 300.859,17 (trezentos mil. oitocentos e cinquenta e nove reais e dezessete centavos).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2026

FORNECEDOR: FRANCISCO JOAO DE OLIVEIRA MERCEARIA, inscrita no CNPJ/MF n.º 00.099.743/0001-60, sediada na RUA JOAO BETEGA JUNIOR, Nº 186, TATUQUARA, CURITIBA-PR, CEP 81.070-000, telefone n.º (41) 3265-1501, e-mail BEBIDASELEFANTEBRANCO@GMAIL.COM, neste ato por seu representante legal, FRANCISCO JOÃO DE OLIVEIRA, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 320.***.***-53.

Itens	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Tota
12	7.070	COPO	Água mineral sem gás, embalagem com 200 ml cada (copo). MARCA: FONT LIFE	R$ 0,60	R$ 4.242,00
49	30	UN	Chantilly, tipo profissional topping. Embalagem com 01 litro. MARCA: CESIBOM	R$ 16,00	R$ 480,00
95	234	EMB	Leite em pó zero lactose, sem glúten, sem lactose, sem açúcares, pó uniforme sem grumos, acondicionado em embalagem aluminizada, não violada, que garanta a integridade do produto. Com aspecto característico: cor, odor e sabor próprio. Validade mínima de 12 meses, a contar da data de entrega. Embalagem contendo mínimo de 300 g. MARCA: AURORA	R$ 17,56	R$ 4.109,04
96	220	UN	Leite sem lactose, não vegano, normal de vaca sem a presença do açúcar lactose. Rico em cálcio, potássio, zinco magnésio, além de vitamina A, K e do complexo B. Apresentação embalagem tetra pak de 1000 ml. MARCA: PARMALAT	R$ 5,83	R$ 1.282,60
104	70	EMB	Macarrão de arroz tipo parafuso, sem ovos, glúten, lactose e gordura trans. Ingredientes: farinha de arroz, emulsificante E471 e beta-caroteno. A embalagem deve ser atóxica, estar intacta e deve constar informação nutricional e ingredientes. Embalagem padronizada contendo 500gr do produto. Data de fabricação máximo 30 dias. MARCA: JOIA	R$ 5,00	R$ 350,00
108	331	EMB	Margarina sem sal, 55% lipídios. Embalagem com 500 g. MARCA: CREMOSY	R$ 6,19	R$ 2.048,89
109	1.787	EMB	Margarina vegetal cremosa com sal, 65% lipídios, sem gorduras trans. Embalagem com 500 gramas. MARCA: CREMOSY	R$ 6,26	R$ 11.186,62
110	25	UN	Maria caxuxa, caixa com 50 unidades. Validade de no mínimo 03 meses. MARCA: CHAMEL	R$ 42,60	R$ 1.065,00
114	400	EMB	Nata fresca, para confeitar bolos com no mínimo 300g. MARCA: CANTO DE MINAS	R$ 12,00	R$ 4.800,00
119	50	EMB	Pão de forma integral de centeio, superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça integral de	R$ 9,99	R$ 499,50

			centeio, contendo em média 16 fatias, composto de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de centeio, grãos de trigo, açúcar, gordura vegetal, fermento biológico, sal, farinha de trigo integral, fibra de trigo e conservador propionato de cálcio livre de odor, sabor e material estranho, embalado em saco polietileno atóxico, pesando no mínimo 400 gramas, validade mínima de 8 dias a contar da data de entrega, e suas condições deverão estar de acordo com RDC nº 175 – ANVS/MS de 08/07/2003, RDC nº 263 ANVS/MS de 22/09/2005, RDC nº 12 – ANVS/MS de 02/01/2001, produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA. MARCA: ORQUIDEA		
131	445	PCT	Refresco em pó, composição: açúcar, vitamina C, sulfato de zinco, vitamina D, acidulante ácido cítrico, antiumectante fosfato tricalcico. Edulcorantes: acesulfame-k, aspartame, ciclamato de sódio, acesulfame de potássio e sacarina sódica, espessantes goma guar e xantana. Reguladores de acidez: ácido fumárico, citrato de sódio. Aromatizante: corante inorgânico. Corante: dióxido de titânio, tartrazina e azul brilhante. Aromas diversos. Embalagem de no mínimo 350 gramas. MARCA: NEYLAR	R$ 8,80	R$ 3.916,00
135	366	EMB	Seleta de legumes, lata de seleta de legumes variados. Embalagem íntegra com informação nutricional, prazo de validade e lote. Conteúdo de 200g. MARCA: QUERO	R$ 2,99	R$ 1.094,34
136	250	EMB	Suco de soja, alimento de soja líquido, sabor de frutas, elaborado com proteína isolada de soja ou extrato de soja, suplementado com cálcio, vitaminas e minerais, podendo ser utilizado em casos de intolerância à lactose ou alergia à proteína de leite de vaca. Isento de lactose, sacarose e glúten. Apresentação em embalagem tetra pak de 1000 ml MARCA: DA FRUTA	R$ 7,19	R$ 1.797,50

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 36.871,49 (trinta e seis mil, oitocentos e setenta e um reais e quarenta e nove centavos).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2026
FORNECEDOR: GM DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 21.604.118/0001-07, sediada na AV. PARANÁ, Nº 1741, IGUAÇU, FAZENDA RIO GRANDE-PR, CEP 83.833-082, telefone n.º (41) 3075-7199, e-mail GMDISTRIBUIDORA.LICITACAO@GMAIL.COM, neste ato por seu representante legal, RENATO LUIS MONTANARI, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 262.***.***-04.

Itens	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Tota
1	71	LT	Abacaxi em calda, em rodelas, com aspecto, cheiro, cor e sabor próprios, isento de sujidades, parasitas e larvas. Lata com peso líquido de 820g e drenado de 400 g. Embalagem íntegra. Com prazo de validade de no mínimo 30 dias a partir da data de entrega. MARCA: TRIANGULO	R$ 14,88	R$ 1.056,48
22	160	EMB	Bala de goma, tipo americana tubo com sabores sortidos de frutas com no mínimo 8 unidades, caixa com no mínimo 30 unidades. Marca: DORI	R$ 18,45	R$ 2.952,00
42	2.240	EMB	Canjica de milho branco, tipo 1. Composição nutricional: mínimo 350 calorias e 08 gramas de proteínas em 100 gramas do produto. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. Embalagem com no mínimo 500g gramas. MARCA: ELDORADO	R$ 2,89	R$ 6.473,60
57	25	EMB	Cocada branca e cocada preta, caixa com 50 unidades. Validade mínima de 45 dias a partir da entrega MARCA: PRINCESA	R$ 30,63	R$ 765,75
58	382	PCT	Coco ralado, adoçado levemente umedecido. Sem glúten. Sem lactose. 0% gordura trans. Embalagem de 01 kg devidamente vedado. Qualidade igual ou superior a Sococo. MARCA: SUPERCOCO	R$ 23,99	R$ 9.164,18
111	360	EMB	Milho pipoca em grãos. Embalagem com 500 gramas. MARCA: ELDORADO	R$ 2,89	R$ 1.040,40
120	60	PCT	Paçoca de amendoim, pesando 20 gr. Caixa com 50 unidades. MARCA: CLAMEL	R$ 22,02	R$ 1.321,20
124	470	PCT	Pirulito sortidos, diversos sabores de frutas. Embalagem com no mínimo 500 gramas. MARCA: POP	R$ 9,47	R$ 4.450,90
126	280	EMB	Polvilho azedo. Embalagem com 500 gramas. MARCA: PRATA	R$ 3,08	R$ 862,40
141	180	UN	Uva passa, obtida através da desidratação de uvas frescas. Embalagem íntegra com informação nutricional, prazo de validade e lote. Conteúdo de aproximadamente 150 gr. MARCA: DE VALOR	R$ 10,00	R$ 1.800,00

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 29.886,91 (vinte e nove mil, oitocentos e oitenta e seis reais e noventa e um centavos).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2026
FORNECEDOR: JAS DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 59.362.324/0001-12, sediada na RUA BOM JESUS, Nº 212, JUVEVÊ, CURITIBA-PR, CEP 80.035-010, telefone n.º (41) 3534-8637, e-mail JAIME.JASDISTRIBUIDORA@GMAIL.COM, neste ato por seu representante legal, JAIME APARECIDO DE SIQUEIRA, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 302.***.***-72.

Itens	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Tota
17	3.722	EMB	Arroz parboilizado, tipo 1, classe longo e fino. Embalagem plástica atóxica, transparente, resistente e contendo 05 kg. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. MARCA: SÍTIO CERCADO	R$ 15,84	R$ 58.956,48
43	1.070	EMB	Cereal de milho, tipo flocos. Embalagem com no mínimo 500 gramas. Validade de 12 meses. MARCA: ALCA FOODS	R$ 7,37	R$ 7.885,90
47	890	CX	Chá mate tostado e moído, sabor natural, produzidos a partir de matéria prima de qualidade, livre de contaminação e /ou materiais estranhos, apresentando características naturais do produto. Embalagem com 25 unidades. MARCA: CAPIMAR	R$ 2,30	R$ 2.047,00
48	2.785	CX	Chá mate tostado e moído, sabor natural. Produzidos a partir de matéria prima de qualidade, livre de contaminação e /ou materiais estranhos, apresentando características naturais do produto. Embalagem com no mínimo 250 gramas. MARCA: EUNICE	R$ 2,50	R$ 6.962,50
51	1.559	EMB	Chocolate em pó solúvel 50% cacau, ingredientes: Cacau em pó, açúcar e aromatizante idêntico ao natural. Sem glúten. Embalagem vedada em pacote de polietileno metalizado contendo no mínimo 01 kg. Validade mínima de 12 meses. Qualidade igual ou superior a Nestlé. MARCA: QUALIMESSE	R$ 21,39	R$ 33.347,01
71	4.763	EMB	Farinha de milho branca, tipo biju, obtida do grão de milho torrado e peneirado, fortificada com ferro e ácido fólico, devendo se apresentar limpa e seca. Embalagem com 1 kg. Validade mínima de 06 meses na data da entrega. MARCA: DOM PEDRO	R$ 4,69	R$ 22.338,47
81	3.280	EMB	Fubá de milho branco, tipo mimoso 100% milho enriquecido com ferro e ácido fólico, obtido a partir da moagem do grão de milho. Validade mínima de 06 meses na data da entrega. Embalagem com 01 kg. MARCA: DOM PEDRO	R$ 4,53	R$ 14.858,40

99	3.330	EMB	Macarrão tipo cabelo de anjo, produto obtido a partir da farinha de trigo tipo 1, com ovos, enriquecida com ferro e ácido fólico. Com aspecto, cheiro, cor e sabor próprios. Acondicionado em embalagem atóxica com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade. Validade de no mínimo 06 a contar da data de entrega. Embalagem de 500 g. MARCA: NORDESTE	R$ 4,25	R$ 14.152,50
102	5.300	EMB	Macarrão tipo espaguete fino, produto obtido a partir da farinha de trigo tipo 1, com ovos, enriquecida com ferro e ácido fólico. Com aspecto, cheiro, cor e sabor próprios. Acondicionado em embalagem atóxica com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade. Validade de no mínimo 06 a contar da data de entrega. Embalagem de 500 g. MARCA: ROBERTA	R$ 1,97	R$ 10.441,00
115	6.319	EMB	Óleo de soja, as embalagens deverão ser integras, isentas de ruptura ou amassadas. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade. Prazo de validade 06 meses a contar a partir da data de entrega. Embalagem em garrafa com 900 ml. MARCA: COAMO	R$ 7,09	R$ 44.801,71
129	6.060	EMB	Quirera amarela, embalagem deve estar intacta, acondicionadas em pacotes de polietileno transparente bem vedado, embalagem de 400g. Data de fabricação de 30 dias. Validade de no mínimo 06 meses. MARCA:SILOTI	R$ 1,38	R$ 8.362,80
133	1.685	EMB	Sagu de mandioca, embalagem com informação nutricional, prazo de validade e lote. Pacote de no mínimo 400g. MARCA: PRATA	R$ 3,45	R$ 5.813,25
145	519	EMB	Chocolate em pó solúvel 50% cacau, ingredientes: Cacau em pó, açúcar e aromatizante idêntico ao natural. Sem glúten. Embalagem vedada em pacote de polietileno metalizado contendo no mínimo 01 kg. Validade mínima de 12 meses. Qualidade igual ou superior a Nestlé. MARCA: QUALIMESSE	R$ 21,39	R$ 11.101,41

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 241.068,43 (duzentos e quarenta e um mil e sessenta e oito reais e quarenta e três centavos).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2026
FORNECEDOR: LEON INDUSTRIA E EMPACOTADORA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 37.318.569/0001-00, sediada na AV. LUIZ MACANHÃO, Nº 2329, SÃO CRISTOVÃO, CASCAVEL-PR, CEP 85.816-237, telefone n.º (45) 99928-1687, e-mail LICITACAO@LEONALIMENTOS.COM.BR, neste ato por seu representante legal, ANTONIO CHIMILOSKI ESTACHIU, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 061.***.***-09.

Itens	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Tota
14	40	UN	Ameixa preta seca, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional número do lote, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações conforme dados das disposições da legislação vigente. Embalagem com no mínimo 200 gramas. MARCA: LEON	R$ 8,97	R$ 358,80
15	1.400	EMB	Amido de milho, tipo maisena, em embalagens de 1 Kg, que deve conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da entrega. MARCA: LEON	R$ 4,97	R$ 6.958,00
20	405	EMB	Aveia em flocos ou farelo de aveia, o produto não deve apresentar sujidades, umidade ou bolor. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e conter no mínimo 170 gramas do produto, com rótulo de informação nutricional e data de fabricação. O produto deve ter sido fabricado no máximo 30 dias antes da entrega. Prazo de validade de no mínimo de 06 meses a partir da data de entrega. Qualidade igual ou superior às marcas Quaker ou Jasmine. MARCA: LEON	R$ 2,07	R$ 838,35
27	100	FR	Bicarbonato de sódio. Embalagem com aproximadamente 80 gramas. MARCA: LEON	R$ 1,77	R$ 177,00
40	280	EMB	Canela em pó fino homogênea. Obtida da casca de espécimes vegetais genuínas, pardo amarelada ou marrom claro, com aspectos e cheiro aromático de sabor próprio. Deverá obedecer a legislação de alimentos vigentes, observando as boas práticas. Embalagem plástica, intacta, bem vedada, contendo no mínimo 30 gramas do produto e com rótulo de informações nutricionais, data de fabricação, prazo de validade e número do lote. MARCA: LEON	R$ 1,37	R$ 383,60
41	52	EMB	Canela em rama. Pacote com aproximadamente 20 gramas. MARCA: LEON	R$ 1,67	R$ 86,84
50	170	EMB	Chocolate granulado preto, tipo ao leite macio. Embalagem de 500 gramas. MARCA: LEON	R$ 11,67	R$ 1.983,90
60	550	UN	Corante - Coloral em pó, embalagem contendo aproximadamente 100g, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. MARCA: LEON	R$ 1,57	R$ 863,50
62	53	UN	Cravo da índia. Pacote com aproximadamente 10 gramas. MARCA: LEON	R$ 1,67	R$ 88,51
69	30	EMB	Farinha de centeio integral. Embalagem resistente, bem vedada, isenta de qualquer substância estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega. Embalagem de no mínimo 500g. MARCA: LEON	R$ 9,65	R$ 289,50
73	40	EMB	Farinha de rosca, seca, fina, ligeiramente torrada, de cor amarelada, isenta de sujidades e outros materiais estranhos. Embalagem com 500g. MARCA: LEON	R$ 4,57	R$ 182,80
86	200	UN	Granola sem açúcar mistura (aveia, flocos) de cereais e frutas desidratadas naturais SEM adição de açúcar ou mel. Embalagem de plástico, íntegra com informação nutricional, data de validade e lote. Conteúdo de 1 kg. MARCA: LEON	R$ 29,98	R$ 5.996,00
87	150	EMB	Granulado colorido, para confeito de bolos e doces, embalagem com no mínimo 500 gramas. MARCA: LEON	R$ 12,22	R$ 1.833,00
98	120	EMB	Louro em folhas, embalagem contendo no mínimo 50g, com identificação do produto e prazo de validade. MARCA: LEON	R$ 2,47	R$ 296,40
116	240	EMB	Orégano desidratado. Embalagem com 250 gramas. MARCA: LEON	R$ 5,57	R$ 1.336,80
122	30	UN	Pimenta do reino em pó, fino. Embalagem com 30 gramas. MARCA: LEON	R$ 4,19	R$ 125,70

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 21.798,70 (vinte e um mil, setecentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2026

FORNECEDOR: NUTRICESTAS ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 14.156.181/0001-54, sediada na RUA THOMAZ LISS, Nº 320, ATUBA, COLOMBO-PR, telefone n.º (41) 3606-3572, e-mail LICITACOES@NUTRICESTAS.COM.BR, neste ato por seu representante legal, GILDA SQUENA STRAPASSON, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 008.***.***-28.

Itens	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Tota
9	100	EMB	Açúcar cristal, branco, pacote com 05 kg, constituído de sacarose de cana de açúcar, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, parasitas e detritos animais e vegetais. Aspecto sólido com cristais bem definidos. MARCA: ALTO ALEGRE	R$ 13,71	R$ 1.371,00
23	240	EMB	Banha suína, produto 100% natural, sem adição de outros ingredientes. Acondicionada em embalagem plástica contendo no máximo 1,5 kg. Produto com registro no SIM, CISPOA ou SIF. Validade mínima de 02 meses, a contar da data de entrega. MARCA: AURORA	R$ 13,50	R$ 3.240,00
25	55	EMB	Barra de chocolate ao leite, com açúcar, leite em pó, manteiga de cacau, gordura vegetal, lactose, cacau em pó, gordura de manteiga desidratada, gordura anidra de leite, emulsificantes lecitina de soja e poliglicerol polirricinoleato e aromatizante. Embalagem com 1 kg. Qualidade igual ou superior a marca Néstle ou Lacta. MARCA: HARALD	R$ 85,00	R$ 4.675,00
70	1.033	EMB	Farinha de mandioca torrada, produto obtido dos processos de ralar e torrar a mandioca. Fina, seca. Embalagem com 1 kg. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega. MARCA: VASCAINA	R$ 3,22	R$ 3.326,26
83	250	PCT	Gelatina em pó, vários sabores. Embalagem com 01 kg. MARCA: QUALIMESSE	R$ 11,44	R$ 2.860,00
84	230	PCT	Gelatina em pó, sem sabor, incolor, produto alimentício obtido a partir do colágeno, em forma de pó fino, incolor, inodoro e de sabor neutro. Deve ser apropriado para uso culinário, gelificação, preparo de sobremesas e doces. Isento de corantes artificiais, conservantes, adoçantes ou outros aditivos que alterem a cor ou sabor. Embalagem com 1 kg MARCA: QUALIMESSE	R$ 63,25	R$ 14.547,50
97	10	EMB	Lentilha, tipo 1. Não apresentar grãos disformes, coloração dos grãos uniformes, impurezas (grãos partidos e pedras), bolor, mofo e caruncho. Apresentar data de validade. Embalagem com 500g. Validade mínima de 02 meses da data de entrega. MARCA: JANDIRA	R$ 6,18	R$ 61,80
101	3.100	EMB	Macarrão Conchinha, Parafuso ou Padre Nosso, produto obtido a partir da farinha de trigo tipo 1, com ovos, enriquecida com ferro e ácido fólico. Com aspecto, cheiro, cor e sabor próprios. Acondicionado em embalagem atóxica com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade. Validade de no mínimo 06 meses a contar da data de entrega. Embalagem de 500 g. MARCA: JOIA	R$ 2,19	R$ 6.789,00
106	1.105	UN	Manteiga extra sem sal, de primeira qualidade, com peso liquido de 200 gramas. MARCA: ALTO ALEGRE	R$ 8,28	R$ 9.149,40
107	50	EMB	Margarina com sal, em balde, 55% lipídios. Embalagem com 15 kg. MARCA: COAMO	R$ 124,82	R$ 6.241,00
121	180	LT	Pêssego em calda. Embalagem com aproximadamente 450 gramas. Validade de no mínimo 06 meses. MARCA: DICINA MESA	R$ 9,11	R$ 1.639,80
123	160	UN	Pipoca doce, pacote com 50 unidades, peso unitário de cada pacotinho 50 gramas MARCA: KAROLLY	R$ 52,50	R$ 8.400,00
128	400	EMB	Queijo ralado. Embalagem com 100 gramas. MARCA: JOÃO E MARIA	R$ 6,99	R$ 2.796,00
140	125	UN	Tempero pronto, contendo: sal, cebola, alho e ervas com no mínimo 300g. MARCA: DIVINA MESA	R$ 3,00	R$ 375,00
143	1.510	EMB	Fermento Fresco, em tabletes ou blocos com peso de 500g. MARCA: ITAIQUARA	R$ 11,99	R$ 18.104,90

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 83.576,66 (oitenta e três mil, quinhentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2026

FORNECEDOR: PACHTO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 21.424.240/0001-93, sediada na RUA BERNARDO VACHESKI, Nº 73, TATUQUARA, CURITIBA-PR, CEP 81.940-040, telefone n.º (41) 3564-6542, e-mail PACHTO.VENDAS@GMAIL.COM, neste ato por seu representante legal, ANA POLA RONN, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 899.***.***-00.

Itens	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Tota
7	1.518	EMB	Açúcar refinado, obtido da cana de açúcar, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, isento de sujidades, parasitas. Embalagem plástica atóxica e resistente contendo 01 kg. Prazo de validade de no mínimo de 06 meses. MARCA: GLOBO	R$ 2,75	R$ 4.174,50
8	4.106	EMB	Açúcar refinado, obtido da cana de açúcar, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, isento de sujidades, parasitas. Embalagem plástica atóxica e resistente contendo 05 kg. Prazo de validade de no mínimo de 06 meses. MARCA: GLOBO	R$ 13,65	R$ 56.046,90
46	2.785	CX	Chá de hortelã, produzidos a partir de matéria prima de qualidade, livre de contaminação e /ou materiais estranhos, apresentando características naturais do produto. Acondicionados em embalagem de papel, contendo 10 saches com volume de 1 g cada, peso total de 10 g. Contendo no rótulo: registro, nome e endereço do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação e validade. MARCA: CAPIMAR	R$ 1,98	R$ 5.514,30
63	1.092	EMB	Creme de leite UHT, pasteurizado, sabor suave, consistência firme, embalado em potes de polietileno atóxico, limpo, não violado, com tampa resistente, com no mínimo 200g de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura. Validade no mínimo 30 dias. MARCA: LIDER	R$ 2,41	R$ 2.631,72
64	2.450	EMB	Doce cremoso com polpa natural de frutas, sabores morango, uva, abacaxi e tutti fruti. Embalagem em pote plástico de 400g, com tampa interna aluminizada e lacrada, rotulo contendo as informações nutricionais, ingredientes, data de validade e lote, e a marca do produto. Embalagem com no mínimo 400 gramas. Validade de no mínimo 06 meses. MARCA: NATURELL	R$ 4,24	R$ 10.388,00
74	3.550	EMB	Farinha de trigo branca especial, tipo 1 de origem vegetal, sem conservante, enriquecida com ferro e ácido fólico. Devendo se apresentar limpa, seca, com umidade máxima de 15%; isenta de insetos, odores ou sabores estranhos ou impróprios. Validade mínima de 3 meses na data da entrega. Embalagem com 5 kg. MARCA: MARGARIDA	R$ 12,72	R$ 45.156,00
79	764	EMB	Fermento biológico seco, instantâneo, para pão. Isento de mofo e substancias nocivas. Embalagem hermeticamente fechada (vácuo), contendo aproximadamente 125g, em envelopes aluminizados. Prazo de validade mínimo 10 meses a contar a partir da data de entrega. Igual ou similar a Fleischmann.	R$ 5,48	R$ 4.186,72

			MARCA: APTI		
82	4.730	EMB	Fubá de milho amarelo, tipo mimoso 100% milho enriquecido com ferro e ácido fólico, obtido a partir da moagem do grão de milho. Validade mínima de 06 meses na data da entrega. Embalagem com 01 kg. MARCA: PORTAL DA CASINHA	R$ 2,53	R$ 11.966,90
90	840	CX	Leite condensado. Embalagem com aproximadamente 395 gramas. Validade mínima de 06 meses na data da entrega MARCA: TRIÂNGULO	R$ 5,38	R$ 4.519,20
134	3.891	SC	Sal refinado, iodado. Embalagem com 01 kg. Validade de no mínimo 06 meses. MARCA: MARFIM	R$ 1,29	R$ 5.019,39

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 149.603,63 (cento e quarenta e nove mil, seiscentos e três reais e sessenta e três centavos).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2026
FORNECEDOR: PLASTFOOD'S ATACAREJO LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 54.576.230/0001-22, sediada na AV. SANTA TEREZINHA, Nº 130, SANTA TEREZINHA, COLOMBO-PR, CEP 83.408-740, telefone n.º (41) 99200-5494, e-mail PLASFOODSATACADISTA@GMAIL.COM, neste ato por seu representante legal, ALLYSSON FERNANDES POLLI, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 097.***.***-83.

Itens	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Tota
117	1.980	EMB	Pão de forma integral, superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente, sedoso e macio, tipo integral, peça fatiada, contendo em média 16 fatias, composto de farinha de trigo integral, farinha de trigo, açúcar mascavo, gordura vegetal hidrogenada, conservador, estabilizante, sal, glúten, embalado em saco polietileno atóxico, pesando em média 400 gramas, validade mínima de 5 dias a contar da data de entrega e suas condições deverão estar de acordo com RDC nº 175 – ANVS/MS de 08/07/2003, RDC nº 263 ANVS/MS de 22/09/2005, RDC nº 12 – ANVS/MS de 02/01/2001, produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA. MARCA: CAMIRA	R$ 5,99	R$ 11.860,20
118	3.762	EMB	Pão de forma tradicional, superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente, sedoso e macio, tipo tradicional, peça fatiada contendo em média 22 fatias, composto de farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal, leite em pó, sal, reforçador, água, fermento biológico e anti-mofo, embalado em saco polietileno atóxico, pesando no mínimo 400 gramas, validade mínima de 9 dias a contar da data de entrega, e suas condições deverão estar de acordo com RDC nº 175 – ANVS/MS de 08/07/2003, RDC nº 263 ANVS/MS de 22/09/2005, RDC nº 12 – ANVS/MS de 02/01/2001, produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA. MARCA: CAMIRA	R$ 5,95	R$ 22.383,90

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 34.244,10 (trinta e quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e dez centavos).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2026
FORNECEDOR: SAMED INDUSTRIA DE NUTRACEUTICOS E SUPLEMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 43.516.005/0001-84, sediada na ROD. RS 400, S/N, KM 40, GRANJA DO SILENCIO, SOBRADINHO-RS, CEP 96.900-000, telefone n.º (51) 98047-4861, e-mail CONTATO@SAVMEDNUTRA.COM.BR, neste ato por seu representante legal, SORAIA KHALED ABD SALEH ASAD MARINI, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 591.***.***-49.

Itens	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Tota
144	774	EMB	Barra de cereais diet, barra de cereal formulada para dietas com restrição de açúcares (DIET), isenta de sacarose, com baixo teor de sódio e gorduras saturadas. Deve ser composta por uma mistura equilibrada de cereais (aveia, flocos de arroz, flocos de cevada ou milho) e fibras (como inulina ou polidextrose). Sabores sortidos. Com peso liquido unitário de no mínimo de 25 gramas, caixa com 24 unidades. MARCA: ACTRIA	R$ 34,00	R$ 26.316,00

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 26.316,00 (vinte e seis mil, trezentos e dezesseis reais).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2026
FORNECEDOR: VB COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 72.131.402/0001-36, sediada na RUA FRANCISCO PORTES, Nº 1105, RETIRO, MANDIRITUBA-PR, CEP 83.800.000, telefone n.º (41) 3273-6234, e-mail CLAUDIO.KARAM@HOTMAIL.COM, neste ato por seu representante legal, LAURA VILAS BOAS, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 629.***.***-30.

Itens	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Tota
5	70	EMB	Açúcar de confeiteiro, obtido da cana de açúcar, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, isento de sujidades, parasitas e de enxofre. Embalagem tipo pacote com 500g. MARCA: UNIAO GLACUCAR	R$ 3,39	R$ 237,30
6	60	EMB	Açúcar mascavo, obtido da cana de açúcar, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitas e detritos animais ou vegetais. A embalagem deve ser plástica, intacta, bem vedada e conter 500 gramas do produto, com rótulo de informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e número do lote. MARCA: PINDUCA	R$ 6,36	R$ 381,60
10	131	FR	Adoçante líquido, prazo validade de no mínimo 06 meses, tipo dietético, características adicionais bico dosador. Embalagem com 100 ml. MARCA: LOWCUCAR	R$ 2,94	R$ 385,14
16	110	EMB	Arroz integral, torrado. Embalagem plástica e atóxica, transparente, resistente e contendo 01 kg. Prazo de validade de no mínimo de 6 meses. MARCA: BURITI	R$ 3,79	R$ 416,90
21	565	EMB	Balas sortidas, de diversos sabores. Embalagem com no mínimo 600g. MARCA: FRUIT	R$ 10,19	R$ 5.757,35
28	2.673	PCT	Biscoito tipo água e sal, salgado, crocante, sem recheio, elaborado com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve ser de 1ª qualidade, sem mofo, sujeira ou odor de ranço, embalado em pacotes de 350g com rótulo contendo informações nutricionais, validade e ingredientes. MARCA: PICCININI	R$ 3,33	R$ 8.901,09
34	4.220	PCT	Biscoito salgado. Embalagem com 06 pacotes de 24 gramas cada, total embalagem de aproximadamente 144 gramas. Igual ou superior a marca club social. MARCA: SOL	R$ 2,96	R$ 12.491,20

35	5.900	PCT	Biscoito doce tipo Maria ou maisena, embalagem plástica atóxica, com dupla proteção, contendo no mínimo 400 gramas. Prazo de validade de no mínimo de 06 meses. MARCA: PICCININI	R$ 3,28	R$ 19.352,00
36	350	PCT	Bolacha água e sal sem lactose, Características: cor, odor, sabor e textura característica. Embalagem primária: pacotes com dupla embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo no mínimo 400 gramas. Na data da entrega o produto deve dispor de no mínimo 08 meses de validade. MARCA: PICCININI	R$ 3,47	R$ 1.214,50
68	2.495	EMB	Extrato de tomate, simples concentrado, sem aditivos, corantes e conservantes, podendo ser composto somente por tomates, açúcar e sal. Não pode conter amido. Brix mínimo de 10 a 18°. O produto deverá ser entregue com prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data de fabricação. Embalagem com no mínimo 840 gramas. MARCA: POLADORE	R$ 5,69	R$ 14.196,55
75	570	EMB	Farinha de trigo integral, embalagem íntegra com informação nutricional, prazo de validade e lote. Validade mínima de 3 meses na data da entrega. Embalagem com 1 kg. MARCA: GUTH	R$ 3,23	R$ 1.841,10
76	72	PCT	Farofa pronta temperada. Embalagem com no minimo 400 gramas. MARCA: MONSIL	R$ 3,83	R$ 275,76
105	286	EMB	Maionese. Embalagem com 500 gramas. Validade de no mínimo 06 a contar da data de entrega. MARCA: SUAVIT	R$ 6,38	R$ 1.824,68
125	70	EMB	Pó para preparo de pudim, vários sabores. Embalagem 1 kg. Validade de no mínimo 06 meses. MARCA: APTI	R$ 8,73	R$ 611,10
142	988	FR	Vinagre de álcool. Embalagem com 750 ml. MARCA: HEINIG	R$ 1,78	R$ 1.758,64

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 69.644,91 (sessenta e nove mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e um centavos).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2026
FORNECEDOR: VICENZA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 48.030.071/0001-63, sediada na RUA MARIA BIZINELLI, Nº 445, CAMPO COMPRIDO, CURITIBA-PR, CEP 81.210-154, telefone n.º (41) 98863-0696, e-mail GUSTAVO.BIZINELLI@GMAIL.COM, neste ato por seu representante legal, GUSTAVO LUIZ BIZINELLI, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 020.***.***-21.

Itens	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Tota
11	160	EMB	Água mineral com gás. Embalagem com 12 unidades de 510 ml cada (fardo). MARCA: TIMBU	R$ 13,48	R$ 2.156,80
26	50	EMB	Bebida láctea. Mistura para bebida láctea enriquecida com vitaminas A, C, D e ferro. Sabores: morango e chocolate. Embalagem em polietileno metalizado contendo 01 kg. Rendimento mínimo: 23 porções. Prazo de validade de no mínimo de 06 meses. MARCA: FRUTAP	R$ 33,99	R$ 1.699,50
54	210	UN	Chocolate zero lactose e sem proteína do leite: Descrição: Chocolate zero lactose e sem proteína do leite, em formato de bombom ou mini tabletes, composto de açúcar orgânico, manteiga de cacau, licor de cacau, extrato de soja, sal refinado, emulsificantes: lecitina de soja e poliricinoleato de poliglicerila e aroma natural de baunilha, flocos de arroz (farinha de arroz, farinha de milho, açúcar, cacau, carbonato de cálcio). Sem lactose e sem proteínas lácteas, sem glúten, sem colesterol, isento de gorduras transgênicas. Embalado individualmente, em papel aluminizado, a embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade, a unidade deve pesar no mínimo 10 gramas, validade mínima de vencimento de 45 dias a partir da data de entrega. Fabricado de acordo com a legislação vigente. MARCA: BRASIL CACAU	R$ 4,39	R$ 921,90
55	210	UN	Chocolate ao leite zero açúcar, em formato de bombom ou mini tabletes, composto de cacau, leite em pó integral, soro de leite em pó, edulcorante natural maltitol, emulsificante lecitina de soja e aromatizante. Embalado individualmente envoltórios em papel aluminizado, a embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade, a unidade deve pesar no mínimo 10 gramas, validade mínima de 45 dias a partir da entrega. Fabricado de acordo com a legislação vigente. MARCA: BRASIL CACAU	R$ 4,95	R$ 1.039,50
56	220	UN	Chocolate 65% cacau e sem glúten, em formato de barra de chocolate. Embalado individualmente envoltórios em papel aluminizado, a embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade, a unidade deve pesar no mínimo 85 gramas, validade mínima de 45 dias a partir da entrega. Fabricado de acordo com a legislação vigente. MARCA: BRASIL CACAU	R$ 15,66	R$ 3.445,20
67	568	EMB	Ervilha em conserva. Embalagem com 170 gramas. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega. MARCA: BONARE	R$ 2,38	R$ 1.351,84
85	20	EMB	Gordura vegetal hidrogenada. Embalagem com 15 kg. MARCA: COAMO	R$ 157,82	R$ 3.156,40
94	592	UN	Leite integral, em embalagem Tetra Park. Embalagem com 12 unidades de 01 litro cada. MARCA: LÍDER	R$ 60,00	R$ 35.520,00

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 49.291,14 (quarenta e nove mil, duzentos e noventa e um reais e quatorze centavos).

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:415EFF0A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

AGRICULTURA
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0244/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0244/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS **LEI MUNICIPAL 704/2020**	**REQUISIÇÃO Nº 0244/2026**

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	MÁRCIO DE LIMA WULF		**MATR.**	**8781**
CARGO/FUNÇÃO	VETERINÁRIO	**LOTAÇÃO:** SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SANIDADE ANIMAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		VAN ESPORTE
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA:**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	SEH-4A50

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
INICIO	**FIM**				
14/08/2026	14/08/2026	CAPANEMA	PR	PARA ; VISITAÇÃO Á FEIRA DO MELADO .	0,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – Pr, em 14 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:011F20BA

EXECUTIVO MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 104/2026

O Prefeito Municipal de Manfrinópolis através do Setor de Recursos Humanos, no uso das atribuições conferidas no artigo n° 63, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Concurso Público nº 001/2023 – Edital de Abertura nº 001/2023, de 04 de abril de 2023, Edital de Retificação nº 002/2023, de 05 de abril de 2023, e a homologação do Resultado Final mediante Edital n° 010/2023, de 27 de junho de 2023, resolve TORNAR PÚBLICA,
Art. 1º A convocação do(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), em virtude de aprovação em Concurso Público, de acordo com a classificação final homologada pelo Edital n° 010/2023, de 27 de junho de 2023, para o(s) cargo(s) de provimento efetivo conforme segue:

Nome:	**Cargo:**	**Classif.:**
SIDINEI PAIS	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES – SEDE	5º

Art. 2º O(s) candidato(s) deverá(ão) comparecer no Setor Recursos Humanos, até o dia **04 de setembro de 2026**, no horário das 08:30 as 11:30 horas e das 13:30 as 17:00 horas;
Art. 3º O(s) candidato(s) deverá(ão) apresentar-se portando os documentos abaixo relacionados, bem como estar ciente do Item 3 e 13 do Edital de Abertura nº 001/2023, de 04 de abril de 2023 e Edital de Retificação nº 002/2023, de 05 de abril de 2023, os quais tratam da Posse e Convocação para nomeação:
Ter sido aprovado e classificado no concurso público;
Comprovar ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas de legislação específica;
Comprovação de idade mínima de 18 (dezoito) anos;
Estar em pleno exercício dos direitos políticos;
Fotocópia da Carteira de Identidade (frente e verso);
Fotocópia do cartão do CPF (frente e verso);
Fotocópia do Título de Eleitor (frente e verso);
Certidão de Quitação com a Justiça Eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral;
Fotocópia do Certificado de Reservista (frente e verso), se for o caso;
Fotocópia Certidão de Nascimento ou casamento;
Fotocópia da Certidão de nascimento e cópia do CPF dos filhos dependentes informados na declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física;
Fotocópia do Histórico Escolar e diploma que comprove o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
Registro no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, se for o caso;
Atestado de Antecedentes Criminais, expedido pelo Instituto de Identificação do Paraná;
Atestado de Antecedentes Criminais, expedido pela Polícia Federal;
Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;
Certidão Regional para Fins Gerais – Criminal, expedida pela Justiça Federal;
Certidões Cíveis e Criminais da Justiça Estadual dos lugares onde haja residido nos últimos 05 (cinco) anos;
Ser julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo, comprovadas por exame médico admissional, (agendado pela Prefeitura após a entrega dos documentos);
Uma foto 3 x 4 recente;
Fotocópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou extrato digital;
Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou extrato digital;
Fotocópia do Comprovante de Residência atualizado;
Fotocópia da CNH compatível com a do cargo exigido no Edital de Abertura, se for o caso;
Fotocópia do certificado de curso (s) profissionalizante (s) exigido para o cargo, se for o caso;

Comprovante de abertura de conta salário/corrente no SICOOB de Manfrinópolis/Pr, CRESOL de Manfrinópolis/Pr, e Banco do Brasil de Francisco Beltrão/Pr, caso for para o cargo de Professor, contendo o número da agência e conta; **(PODE SER APRESENTADA NO ATO DA POSSE/EXERCÍCIO);**
Declaração expressa do exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos (Anexo I e Anexo II), **(PODE SER APRESENTADA NO ATO DA POSSE/EXERCÍCIO)**;
Declaração de não estar aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVI, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais n º 19 e 20, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal (Anexo III);
Declaração de não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo público (Anexo IV);
Declaração de Bens, Direitos e Valores (Anexo V); ou cópia da última Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda – Pessoa Física entregue a Receita Federal,
Autoclassificação de segmento étnico e racial (Anexo VI),
No caso de desistência da vaga, comparecer no Setor Recursos Humanos, no prazo de até 03 (três) dias para apresentar o Termo de Desistência da vaga.

Parágrafo único: Abaixo os **Links para emissão de Certidões e Atestados:**
Atestado de Antecedentes Criminais do Instituto de Identificação do Paraná
https://www.policiacivil.pr.gov.br/servicos/Seguranca/Atestados-e-Certidoes/Solicitar-atestado-de-antecedentes-eVoG68rb
Certidão de Antecedentes Criminais da Polícia Federal
https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/
Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça
https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form
Certidão Regional para Fins Gerais - Criminal, da Justiça Federal
https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php
Certidão de Quitação com a Justiça Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral (link do TRE-PR)
https://www.tre-pr.jus.br/servicos-eleitorais/carta-de-servicos/servicos-cartorios-eleitorais/certidoes
Certidões Cíveis e Criminais da Justiça Estadual dos lugares onde haja residido nos últimos cinco anos (Estas Certidões deverão ser emitidas em 1.º e 2.º Grau de Jurisdição. O Tribunal de Justiça do Paraná disponibiliza o serviço de emissão gratuita (pela internet, através deste link: https://portal.tjpr.jus.br/portletforms/publico/frm.do?idFormulario=5675) apenas das Certidões de 2.º Grau de Jurisdição - Antecedentes para Pessoa Física. As Certidões Cíveis e Criminais de 1.º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário (FÓRUM DA COMARCA) do Estado do Paraná, deverão ser solicitadas diretamente no Cartório Distribuidor da respectiva comarca onde o nomeado tenha residido nos últimos cinco anos, conforme normas estabelecidas pelo Poder Judiciário. As certidões de 1.º e 2.º Grau expedidas pelo Poder Judiciário de outros Estados deverão ser solicitadas de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pelos respectivos Tribunais).
Art. 4º O(os) candidato(s) considerado(s) habilitado(s)/apto(s), será(ão) convocado(s) através de edital para tomar(em) posse no prazo legal, e o não comparecimento no prazo estipulado, em qualquer das fases agendadas implicará em eliminação do candidato no Concurso Público, passando a ser chamado o candidato subsequente, obedecendo a ordem de classificação.
Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura do Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2026.
Amarildo Alves Carneiro
Prefeito Municipal

ANEXO I
DECLARAÇÃO QUANDO JÁ POSSUI OUTRO VÍNCULO

Eu**, _____**, portador(a) do RG sob nº _____ SSP/____, brasileiro(a), _____ (estado civil), residente e domiciliado(a) na _____ (endereço completo), CEP: _____, Cidade de _____, Estado do(e) _____, CONVOCADO(A) nesta data para assumir o cargo de _____ na Prefeitura Municipal de Manfrinópolis/PR, **DECLARO,** que sou ocupante de outro cargo ou emprego público, na esfera Municipal, conforme as exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal.
As exceções constitucionalmente admitidas estão especificadas a seguir:

SEGUNDO VÍNCULO	ÓRGÃO/ENTIDADE	CARGA HORÁRIA	TURNO
(Cargo)	(Local com vínculo)	(quantidade de hs semanais)	(Matutino, Verpertino ou Noturno)

Nada a mais a declarar e ciente das responsabilidades pelas declarações prestadas, firmo a presente.

_____ (cidade), em _____ (data).

(Nome completo)
Declarante

ANEXO II
DECLARAÇÃO QUANDO NÃO POSSUI OUTRO VÍNCULO

Eu**, _____**, portador(a) do RG sob nº _____ SSP/____, brasileiro(a), _____ (estado civil), residente e domiciliado(a) na _____ (endereço completo), CEP: _____, Cidade de _____, Estado do(e) _____, CONVOCADO(A) nesta data para assumir o cargo de _____ na Prefeitura Municipal de Manfrinópolis/PR, **DECLARO,** que não sou ocupante de outro cargo ou emprego público, em qualquer das esferas de governo: Municipal, Estadual ou Federal.

Nada a mais a declarar e ciente das responsabilidades pelas declarações prestadas, firmo a presente.

_____ (cidade), em _____ (data).

(Nome completo)
Declarante

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE NÃO ESTAR APOSENTADO EM DECORRÊNCIA DE CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO PÚBLICO

Eu**, _____**, portador(a) do RG sob nº _____ SSP/____, brasileiro(a), _____ (estado civil), residente e domiciliado(a) na _____ (endereço completo), CEP: _____, Cidade de _____, Estado do(e) _____, CONVOCADO(A) nesta data para assumir o cargo de _____ na Prefeitura Municipal de Manfrinópolis/PR, **DECLARO,** que não percebo benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), ressalvadas as exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal.

Nada a mais a declarar e ciente das responsabilidades pelas declarações prestadas, firmo a presente.
_____ (cidade), em _____ (data).

(Nome completo)
Declarante

ANEXO IV
DECLARAÇÃO
Perda de Cargo Público

Eu**, _____**, portador(a) do RG sob nº _____ SSP/____, brasileiro(a), _____ (estado civil), residente e domiciliado(a) na _____ (endereço completo), CEP: _____, Cidade de _____, Estado do(e) _____, CONVOCADO(A) nesta data para assumir o cargo de _____ na Prefeitura Municipal de Manfrinópolis/PR,, **DECLARO,** sob as penas da lei, para fins de nomeação em cargo público, que **NÃO** fui demitido(a) do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal em consequência de aplicação de pena disciplinar, nos últimos 5 (cinco) anos, contados de forma retroativa a partir da data de nomeação e **NÃO** perdi o cargo público em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento.

Nada a mais a declarar e ciente das responsabilidades pelas declarações prestadas, firmo a presente.

_____ (cidade), em _____ (data).

(Nome completo)
Declarante

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE BENS, DIREITO E VALORES

Nome:	
RG:	CPF:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO DEPENDENTE

Nome:	RG:
CPF:	Código de Dependência 1:

Nome:	RG:
CPF:	Código de Dependência 2:

RELAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
TOTAL			
Número de Dependentes com informação na Declaração de Bens e Valores			

DECLARAÇÃO DO SERVIDOR

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, autorizando a Administração a proceder, por meio eletrônico, a guarda das informações constantes neste formulário, bem como das informações anuais posteriores que atualizarão a presente, resguardado o sigilo destas.

Nada a mais a declarar e ciente das responsabilidades pelas declarações prestadas, firmo a presente.

_____ (cidade), em _____ (data).

(Nome completo)
Declarante

TABELA DE REFERÊNCIA PARA PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

CÓDIGOS DE RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA					
Cód.	**Descrição**	**Cód.**	**Descrição**	**Cód.**	**Descrição**
01	Companheiro(a) ou cônjuge	03	Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a)	05	Outros
02	Filho(a) ou enteado(a)	04	Pais, avós e bisavós		
CÓDIGOS DE RELAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES					
IMÓVEIS		**PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIAS**		**FUNDOS**	
Cód.	**Descrição**	**Cód.**	**Descrição**	**Cód.**	**Descrição**
01	Prédio residencial	20	Ações (inclusive as provenientes de linha telefônica)	38	Fundo de Investimentos Financeiro – FIF
02	Prédio comercial	21	Quotas ou quinhões de capital	39	Fundo de Aplicação em Quotas de Fundos de Investimento
03	Galpão	22	Outros	40	Fundo de Capitalização
04	Apartamento	APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS		41	Fundo de Ações, inclusive Carteira Livre e Fundo de Investimento no exterior
05	Casa	23	Caderneta de poupança	42	Outros
06	Terreno	24	Aplicação de Renda Fixa (CDB, RDB e outros	OUTROS BENS E DIREITOS	
07	Terra nua	25	Ouro, Ativo Financeiro	43	Licença e concessão especiais
08	Sala ou conjunto	26	Mercados Futuros, de Ações e a Termo	44	Título de clube e assemelhados
09	Construção	27	Outros	45	Direito de autor, de investidor e de patente
10	Benfeitorias	CRÉDITOS E POUPANÇA VINCULADOS		46	Direito de lavra e assemelhado
11	Loja	28	Crédito decorrente de empréstimo	47	Consórcio não contemplado
12	Outros	29	Crédito decorrente de alienação	48	Outros
BENS MÓVEIS		30	Plano PAIT e caderneta de pecúlio		
13	Veículo automotor terrestre: caminhão, automóvel, motocicleta, etc	31	Poupança para construção ou aquisição de bem imóvel		
14	Aeronave	32	Outros		
15	Embarcação	DEPÓSITOS À VISTA E NUMERÁRIO			
16	Bem relacionado com o exercício da atividade autônoma	33	Deposito bancário em conta corrente no País		
17	Joia, quadro, objeto de arte, de coleção antiguidade	34	Depósito bancário de conta corrente no exterior		
18	Linha telefônica	35	Dinheiro em espécie – moeda nacional		
19	Outros	36	Dinheiro em espécie – moeda estrangeira		
		37	Outros		

ANEXO VI
AUTOCLASSIFICAÇÃO DE SEGMENTO ÉTNICO E RACIAL

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, nascido(a) em _____, declaro para os devidos fins e efeitos legais, em conformidade com a Lei nº 14.553, de 20 de abril de 2023, que altera a Lei 12.288/2010 do Estatuto da Igualdade Racial, e em atenção ao § 8º do Art. 39 desta última, que me auto classifico do segmento étnico e racial:
( ) Branca;
( ) Preta;
( ) Parda;
( ) Amarela;
( ) Indígena.

Estou ciente de que esta autoclassificação se destina a registros administrativos direcionados a órgãos e entidades da Administração Pública, a empregadores privados e a trabalhadores que lhes sejam subordinados, e que esses registros conterão campos destinados a identificar o segmento étnico e racial a que pertenço, utilizando o critério da autoclassificação em grupos previamente delimitados.

Estou ciente de que esta autoclassificação é de minha inteira responsabilidade e que informações falsas podem sujeitar-me às penalidades previstas em lei.

Local e data: _____, _____/_____/_____

Assinatura: _____
(Nome completo)

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:83F5C2E7

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO N° 4146/2026

DISPÕE SOBRE O DEFERIMENTO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DO NÚCLEO QUADRA 10-A, COM INSTRUMENTO JURÍDICO DE LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA, E APROVA A CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF) DO MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS/PR, POR MEIO DA LEI FEDERAL Nº 13.465/2017 E DECRETO FEDERAL Nº 9.310/2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS, Estado do Paraná, no uso das atribuições do no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO:
I - a análise e instrução do processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana (REURB) do núcleo Quadra 10-A, de acordo com a Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018;
II - a emissão da Certidão de Regularização Fundiária (CRF), atestando a regularização dos lotes e a legitimação fundiária dos ocupantes;
III - a realização de levantamento planialtimétrico, georreferenciamento, memoriais e demais peças técnicas elaboradas por equipe multidisciplinar da Associação para o Desenvolvimento Habitacional Sustentável de Santa Catarina – ADEHASC, com observância das disposições legais pertinentes;
IV - a observância dos princípios da legalidade, publicidade, segurança jurídica, interesse social e função social da propriedade urbana;

DECRETA:
Art. 1º Fica **deferida a Regularização Fundiária Urbana** do núcleo Quadra 10-A, localizado neste Município, pelo instrumento jurídico de **Legitimação Fundiária**, nas modalidades REURB-S e REURB-E, conforme o enquadramento dos lotes e famílias beneficiárias, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e do Decreto Federal nº 9.310/2018.
Art. 2º Fica **aprovada a Certidão de Regularização Fundiária (CRF)** referente ao núcleo urbano supracitado, conferindo validade jurídica para fins de registro imobiliário, abertura de matrículas individualizadas e demais efeitos legais previstos na legislação vigente.
Art. 3º A CRF aprovada deverá ser encaminhada ao **Ofício de Registro de Imóveis competente**, para registro das matrículas individualizadas dos lotes e áreas públicas, nos termos dos arts. 44 a 46 da Lei nº 13.465/2017.
Art. 4º Fica deferida a cobrança do **IPTU em nome dos beneficiários**, independentemente da emissão das matrículas individualizadas.
Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº 2089/2026, de 04 de fevereiro de 2026.
Registre-se e publique-se.
Manfrinópolis/PR, 18 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF)
Núcleo Quadra 10-A
O **MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.614.343/0001-09, com sede administrativa sito à Rua Encantilado, nº 11 Bairro Centro, CEP: 85628-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. AMARILDO ALVES CARNEIRO, no uso das atribuições legais conferidas pela legislação vigente,
CERTIFICA, para os devidos fins de direito e especialmente para fins de registro perante o Ofício de Registro de Imóveis, que foi instaurado, processado e aprovado o procedimento administrativo de Regularização Fundiária Urbana (REURB) referente ao núcleo urbano irregular denominado Quadra 10-A, localizado na Rua Manoel João Ramos, Travessa 10-A, Travessa Claudiomiro de Lima Gonçalves, Rua Ernesto Panzera e Rodovia PR-182, neste Município, conforme consta dos projetos e memoriais descritivos devidamente aprovados.
O referido núcleo urbano informal foi reconhecido como **núcleo urbano informal consolidado, caracterizado pela ocupação de difícil ou impossível reversão**, conforme os elementos técnicos, urbanísticos, ambientais e sociais constantes do Projeto de Regularização Fundiária (PRF), aprovado pelo Município.
A área objeto da regularização encontra-se inserida na matrícula nº 11.050, de propriedade de Renan Renato Manfrin; matrícula nº 11.075, de propriedade de Otilia Aparecida Thomas; matrícula nº 11.076, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; matrícula nº 11.077, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; matrícula nº 11.078, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; matrícula nº 11.081, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; matrícula nº 11.082, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; matrícula n° 11.083, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; matrícula nº 11.084, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; Matrícula nº 11.085, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; matrícula nº 11.086, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; matrícula nº 11.087, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; matrícula nº 11.178, de propriedade de Município de Manfrinópolis/PR, devidamente registradas no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barracão/PR; matrícula nº 40.548, de propriedade de Juliana Kaiper Capra e seu marido Vagner Erasmo Capra; matrícula nº 40.549, de propriedade de Juliana Kaiper Capra e seu marido Vagner Erasmo Capra, devidamente registradas no 1° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão/PR, e matrícula desconhecida, conforme documentação imobiliária integrante do procedimento administrativo.
A presente **CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF)** é emitida nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 13.465/2017 e demais dispositivos aplicáveis da referida legislação, bem como do Decreto Federal nº 9.310/2018, contendo os elementos necessários ao registro da Regularização Fundiária Urbana perante o Cartório de Registro de Imóveis competente.
1. CLASSIFICAÇÃO DA MODALIDADE DA REURB
Versam os autos sobre pedido de Regularização Fundiária Urbana (Reurb), fundamentado na Lei Federal nº 13.465/2017, nas modalidades de Reurb-S e Reurb-E, conforme estabelecido no art. 13, incisos I e II, do referido diploma legal, sendo classificado como organização do núcleo de parcelamento de solo, nos termos do art. 14, §2º.
Os requerentes buscam o reconhecimento do domínio sobre a área que atualmente ocupam, comprovado por meio da documentação apresentada.
Considerando as características urbanísticas, sociais e ocupacionais do Núcleo Urbano Informal Quadra 10-A, bem como o interesse público predominante na sua regularização, fica caracterizada a **predominância da modalidade Regularização Fundiária de Interesse Social (Reurb-S)**, sem prejuízo da classificação individual das unidades enquadradas na modalidade Reurb-E, conforme demonstrado nos estudos técnicos e socioeconômicos que instruem o presente procedimento.
O núcleo urbano objeto da regularização possui **área total a regularizar de 14.168,31m²**, contemplando 20 unidades imobiliárias identificadas no levantamento técnico realizado. Sendo 19 lotes com ocupantes aderentes ao procedimento de regularização, 01 lote institucional e 03 vias públicas a serem regularizadas e incorporadas ao domínio público municipal. Dentre os lotes aderentes, 17 foram classificados como REURB-S e 02 como REURB-E.
A classificação da modalidade da REURB foi realizada mediante análise da situação socioeconômica dos ocupantes, das características do núcleo urbano informal e dos critérios estabelecidos na legislação vigente, especialmente na Lei Federal nº 13.465/2017.
2. DOCUMENTOS QUE COMPÕEM A CRF:
Os documentos que integram a presente Certidão de Regularização Fundiária (CRF) encontram-se relacionados abaixo, em conformidade com a Lei Federal nº 13.465/2017, o Decreto Federal nº 9.310/2018 e demais normas aplicáveis ao procedimento de Regularização Fundiária Urbana:
Ofício de encaminhamento ao Cartório de Registro de Imóveis;
Decreto de aprovação da CRF;
Qualificação completa dos beneficiários identificados no procedimento;
Projeto de Regularização Fundiária (PRF), contendo as peças técnicas, urbanísticas, ambientais e jurídicas devidamente aprovadas;
Edital de notificação e extrato de sua publicação;
Plantas do perímetro objeto da regularização fundiária;
Memorial descritivo do perímetro regularizado e das unidades imobiliárias individualizadas;
Termo de Compromisso contendo as obrigações e medidas assumidas no âmbito do procedimento;
Apresentados e analisados os documentos técnicos, jurídicos e administrativos que integram o procedimento, verifica-se o atendimento dos requisitos necessários ao prosseguimento dos atos de aprovação, emissão da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) e encaminhamento ao Registro de Imóveis competente.
3. DA REGULARIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS

Os requerentes buscam o **reconhecimento do domínio** sobre a área que atualmente ocupam, demonstrado por meio de documentos de aquisição pertinentes à sua qualificação. Estes se enquadram nas modalidades de REURB-E e REURB-S, com o objetivo de promover a Legitimação Fundiária.

O enquadramento da modalidade de Regularização Fundiária Urbana (REURB) é definido a partir da análise da situação socioeconômica dos beneficiários, especialmente da renda mensal do grupo familiar do requerente, observados os critérios estabelecidos pela legislação. Considerando que o Município de Manfrinópolis/PR não possui legislação específica estabelecendo parâmetro de renda inferior para fins de classificação da modalidade REURB-S, adotou-se, para este procedimento, o limite previsto na legislação federal vigente como critério de análise socioeconômica dos beneficiários.

Dessa forma, serão classificados como REURB-S (Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social) aqueles cuja renda mensal familiar não ultrapasse o limite de 5 (cinco) salários mínimos vigentes no país, conforme critério adotado no âmbito deste procedimento, enquanto os beneficiários que apresentarem renda superior serão enquadrados como REURB-E (Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico), nos termos do art. 13 da Lei Federal nº 13.465/2017.

Para os beneficiários enquadrados como REURB-S, de acordo com o art. 33, §2º, da Lei Federal nº 13.465/2017, é facultado aos moradores assumir, por conta própria ou mediante organização comunitária, a elaboração dos projetos, documentos técnicos e demais providências necessárias à regularização fundiária, incluindo eventuais obras e medidas relacionadas à implantação ou complementação da infraestrutura essencial, nos termos do art. 36, §1º, da mesma lei. Em razão disso, conforme previamente esclarecido e deliberado em audiência pública realizada com os moradores, a comunidade optou pela participação direta no custeio dessas etapas, visando viabilizar o desenvolvimento do procedimento de regularização fundiária.

O Projeto de Regularização Fundiária apresentado contempla os elementos técnicos, urbanísticos, ambientais e jurídicos necessários à instrução do procedimento, observando os requisitos previstos nos arts. 35 e 36 da Lei Federal nº 13.465/2017.

Os ocupantes foram identificados por meio de levantamento planialtimétrico e cadastral georreferenciado da área, elaborado por profissional legalmente habilitado, acompanhado da respectiva Anotação ou Termo de Responsabilidade Técnica (ART/TRT), contendo os elementos necessários à individualização das unidades imobiliárias e à instrução do procedimento, em conformidade com as exigências previstas na Lei Federal nº 13.465/2017.

CERTIFICA que foram realizadas as notificações, em atendimento ao artigo 31 da Lei Federal n° 13.465/2017, abrangendo:

a) titulares de domínio e eventuais titulares de direitos reais constantes da matrícula imobiliária;

b) responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, quando identificados;

c) confinantes e confrontantes da área objeto da Regularização Fundiária Urbana;

d) confinantes e confrontantes da área objeto da Regularização Fundiária Urbana;

CERTIFICA que os interessados foram devidamente cientificados por meio de notificações encaminhadas via postal com aviso de recebimento (AR), ou mediante coleta de assinatura pessoal em documento de ciência, bem como mediante publicação de edital para conhecimento e manifestação de eventuais terceiros interessados.

Após o decurso do prazo legal estabelecido para manifestação, **não houve qualquer impugnação** que inviabilizasse o prosseguimento do procedimento de Regularização Fundiária Urbana.

Nos termos do art. 31, §6º, da Lei Federal nº 13.465/2017, a ausência de manifestação ou impugnação no prazo legal implica presunção de concordância dos notificados quanto ao procedimento de REURB, permitindo o regular prosseguimento dos atos administrativos e registrais pertinentes.

Os ocupantes dos lotes a serem regularizados, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, foram notificados por meio de termos de aceite e requerimento de adesão, nos quais manifestaram ciência e concordância quanto aos limites e à identificação das respectivas ocupações.

Os trabalhos topográficos anexados ao processo demonstram que a área em questão é amplamente urbanizada, conforme exigido pela legislação. Consequentemente, as intervenções por parte do município estão dispensadas, nos termos do art. 37.

O sistema viário foi individualizado por meio de memorial descritivo, com a devida indicação das áreas que serão incorporadas ao domínio do Município de Manfrinópolis/PR, garantindo a correta destinação dos logradouros públicos e a conformidade com a legislação vigente.

Os lotes cujos moradores não realizaram a regularização nesta etapa serão tratados conforme o art. 44, § 8º, da Lei nº 13.465/2017. O oficial do Cartório de Registro de Imóveis, ao abrir as matrículas individuais decorrentes do projeto de regularização fundiária, deverá:

Nas matrículas de unidades imobiliárias cujo ocupante não conste na lista de beneficiários da CRF, registrar o titular originário da matrícula como proprietário anterior;

Não inserir esse mesmo proprietário como titular atual da matrícula aberta;

Inserir, no campo relativo ao proprietário atual, texto informando que o futuro proprietário será oportunamente citado na matrícula, quando do envio de listas complementares de beneficiários.

Dessa forma, a titulação dos lotes fica condicionada à apresentação de lista complementar para formalização do direito real dos ocupantes.

Adicionalmente, o Município, por meio de seus órgãos competentes na área de infraestrutura, já emitiu parecer favorável à concessão dos direitos reais pleiteados neste procedimento.

3. DA DECISÃO DO MÉRITO

Diante do exposto, considerando a análise dos documentos técnicos, jurídicos, urbanísticos e ambientais aprovados e que integram o procedimento administrativo de Regularização Fundiária Urbana, **passo à decisão**:

Nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 13.465/2017, emite-se a presente **Certidão de Regularização Fundiária (CRF)**, contendo os elementos e informações pertinentes ao procedimento de regularização do núcleo urbano informal objeto dos autos:

Instrumento jurídico utilizado: Legitimação Fundiária

Nome do núcleo urbano informal a ser regularizado: Quadra 10-A

Localização do núcleo: Município de Manfrinópolis/PR

Modalidades da regularização: Reurb-E e Reurb-S

Cronograma e responsabilidades pela execução das obras e serviços: estão detalhadas no quadro a seguir, incluindo os responsáveis, os prazos estipulados e as ações a serem realizadas. Ressalta-se que os prazos previstos para os itens 3 e 4 terão início após a conclusão das etapas correspondentes aos itens 1 e 2, conforme cronograma e condições estabelecidas no presente procedimento.

	AÇÃO	PRAZO	RESPONSABILIDADE
1	Regularização do núcleo	06 meses	Município de Manfrinópolis/PR
2	Individualização das matrículas	07 meses	Município de Manfrinópolis/PR
3	Drenagem e tubulação de águas pluviais	48 meses	Município de Manfrinópolis/PR
4	Calçamento/pavimento das ruas e limitações com meio fio e calçadas	48 meses	Município de Manfrinópolis/PR

Para fins de análise municipal, foram coletadas dos moradores qualificados na modalidade REURB-S, em cumprimento ao art. 23 da Lei nº 13.465/2017 e ao §1º do art. 16 do Decreto nº 9.310/2018, declarações atestando que não são foreiros nem proprietários de qualquer outro imóvel urbano ou rural. Constatou-se, ainda, que os beneficiários não foram contemplados anteriormente com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade.

Conforme o art. 33 da Lei nº 13.465/2017: "Instaurada a REURB, compete ao Município aprovar o projeto de regularização fundiária, do qual deverão constar as responsabilidades das partes envolvidas.
Por tratar-se de decisão de mérito deste ente Municipal, competente para o julgamento do presente Projeto de Regularização Fundiária, nos termos do art. 33 da Lei Federal n° 13.465/2017, indico o estado civil dos beneficiários com base na documentação apresentada e fulcro no disposto na Lei Federal n° 13.726/2018.
DA CINDIBIILIDADE DO TÍTULO: Ao que se refere às **edificações, estas serão averbadas nas matrículas individualizadas em etapa posterior a regularização**, conforme prevê o art. 31 §3º, do Decreto Federal nº 9.310/2018.
Por meio da presente certidão, o Município concede propriedade aos ocupantes listados no Anexo I, com certidões individualizadas relativas aos imóveis descritos, por meio de Legitimação Fundiária, para o devido registro, em conformidade com os arts. 42 e seguintes da Lei nº 13.465/2017.
Fica deferida a REURB, mesmo na ausência de "lei municipal específica que trate de medidas ou posturas de interesse local aplicáveis a projetos de regularização fundiária urbana", nos termos do art. 28 do referido diploma legal.
Instaurada a REURB, o Município procedeu às buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio do imóvel onde se encontra o núcleo urbano informal a ser regularizado, identificando as matrículas nºs 11.050, 11.075, 11.076, 11.077, 11.078, 11.081, 11.082, 11.083, 11.084, 11.085, 11.086, 11.087, 11.178, 40.548, 40.549 e matrícula desconhecida como objeto deste procedimento.
De acordo com o art. 19 da Lei Federal nº 13.465/2017, o poder público pode utilizar o procedimento de demarcação urbanística, com base no levantamento da situação da área e na caracterização do núcleo urbano informal, a fim de averbar na matrícula dos imóveis atingidos a viabilidade da regularização fundiária. Contudo, como o levantamento planialtimétrico cadastral, com georreferenciamento, foi realizado por profissional habilitado e acompanhado de ART/RRT/RT, esta demarcação urbanística fica dispensada no âmbito deste projeto de regularização.
O Município notificou os titulares de domínio, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os confrontantes e quaisquer terceiros eventualmente interessados, não havendo registro de impugnação por parte de nenhum deles. Tal ausência de manifestação é, no presente caso, interpretada como concordância com a REURB, nos termos do art. 31, § 6º, da Lei nº 13.465/2017.
A REURB foi instaurada por decisão deste Município, mediante requerimento escrito pelos legitimados, em conformidade com os arts. 14, I, e 32 da Lei Federal nº 13.465/2017.
Aprovo o Projeto de Regularização Fundiária contemplando os aspectos urbanísticos, jurídicos e sociais, conforme previsto na legislação, constatando que o núcleo apresenta as infraestruturas básicas essenciais, incluindo energia elétrica, arruamento, e demais itens previstos, ressalvados aqueles de caráter individual discriminados no cronograma físico. No que se refere aos aspectos ambientais, conforme avaliação técnica realizada no âmbito do procedimento administrativo de regularização, **não foram identificadas Áreas de Preservação Permanente (APP), unidades de conservação, áreas de risco ou outras restrições ambientais incidentes sobre a poligonal do núcleo**, razão pela qual não se verificam impedimentos ambientais à regularização da área.
Defiro o cronograma físico de ações essenciais e o Termo de Compromisso assinado pelos responsáveis pelo seu cumprimento.
As plantas e os memoriais descritivos foram elaborados e assinados por profissional legalmente habilitado, acompanhados da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).
O Oficial de Registro de Imóveis fica dispensado de providenciar a notificação dos titulares de domínio, dos confrontantes e de terceiros eventualmente interessados, tendo o Município cumprido integralmente tal procedimento.
DA NÃO INCIDÊNCIA DE ITBI: Cabe ressaltar a não incidência do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) no presente procedimento de regularização fundiária, tendo em vista o disposto no art. 11, inciso VII, da Lei Federal nº 13.465/2017, o qual reconhece a legitimação fundiária como forma de aquisição originária do direito real de propriedade. Dessa forma, por se tratar de aquisição originária, não há ocorrência do fato gerador do ITBI, afastando-se a exigência de sua comprovação para fins de registro imobiliário. Assim, o registro dos atos decorrentes da presente Certidão de Regularização Fundiária (CRF) deverá ser efetivado independentemente da comprovação de pagamento do ITBI, em observância à legislação federal aplicável, bem como ao disposto no art. 13 da Resolução CM nº 8, de 9 de junho de 2014.
As unidades imobiliárias integrantes do referido núcleo urbano não possuem cadastro imobiliário municipal, inexistindo, até a presente data, inscrição imobiliária ou número de designação cadastral no sistema tributário municipal. Tal circunstância decorre do fato de tratar-se de núcleo urbano irregular em processo de regularização fundiária, razão pela qual ainda não houve a individualização cadastral dos lotes junto ao cadastro imobiliário municipal. Após a conclusão do procedimento de regularização fundiária e a abertura das matrículas individualizadas das unidades imobiliárias junto ao Registro de Imóveis, o Município promoverá a devida atualização do cadastro técnico municipal, com a consequente geração das respectivas inscrições imobiliárias para cada lote regularizado.
O Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão/PR deverá providenciar:
a) A abertura de nova matrícula com a área total objeto desta CRF, efetuando o registro conforme arts. 44, I, §1º; 46; e 51, parágrafo único, da Lei nº 13.465/2017;
b) A abertura das matrículas individualizadas dos lotes e áreas públicas resultantes do projeto de regularização aprovado, conforme art. 44, II, §1º, do mesmo diploma legal.
Fica dispensada a exigência de firma reconhecida nos documentos que acompanham a presente certidão, conforme artigo 47, parágrafo único, da Lei 13.465/2017.
Após a conclusão de todas as etapas do procedimento administrativo de Regularização Fundiária, e considerando que se trata de área urbana consolidada com mais de três equipamentos urbanos plenamente atendidos, **DECIDO**, com fundamento no art. 40 da Lei Federal nº 13.465/2017:
Aprovar o Projeto de Regularização Fundiária apresentado, uma vez que todos os requisitos legais aplicáveis foram devidamente atendidos;
Declarar o direito real de propriedade, nos termos do art. 1.228 do Código Civil, conferindo aos ocupantes de cada lote as prerrogativas inerentes à condição de proprietário, conforme descrito nos memoriais individuais anexos;
Emitir a Certidão de Regularização Fundiária (CRF), nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 13.465/2017, para formalizar e efetivar os direitos concedidos a cada beneficiário.
Encerro o presente expediente, determinando o encaminhamento da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) e dos documentos que integram o procedimento ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Comarca de Francisco Beltrão/PR, para ciência e adoção das providências registrais cabíveis, nos termos dos arts. 42 e seguintes da Lei Federal nº 13.465/2017.
Ressalta-se que, conforme disposto no art. 44 da Lei Federal nº 13.465/2017, o Oficial de Registro de Imóveis deverá proceder à análise do título apresentado e emitir **notas de exigência no prazo de 15 (quinze) dias**, ou não havendo exigências ou impedimentos registrais, realizar os atos necessários à efetivação do registro da Regularização Fundiária Urbana, observando-se os prazos e procedimentos previstos na legislação vigente.
Manfrinópolis/PR, 18 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

ANEXO I: LISTA DE REQUERENTES DA REURB, FORMA E DATA DE AQUISIÇÃO DO LOTE, INSTRUMENTO JURÍDICO, MODALIDADE DA REURB E VALOR AVALIADO DO IMÓVEL

Nº	QUADRA LOTE	QUALIFICAÇÃO	FORMA DE AQUISIÇÃO	INSTRUMENTO JURÍDICO	MODALIDADE DE REURB	AVALIAÇÃO DO LOTE
	Q-10-A L-01	**OTILIA APARECIDA THOMAS,** brasileira, divorciada conforme averbação na certidão de casamento nº 085449 00 55 1987 2 00005 052 0001252 19, aposentada, nascida no dia 12/10/1966, filha de Armando Waldomiro Thomas e Iraci Pecinato Thomas, portadora da carteira de identidade nº 4.465.323-0 SESP/PR e inscrita no CPF nº 896.869.009-00, residente e domiciliada na Rua João Manoel Ramos, s/nº, bairro Centro, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-000.	Declaração de Posse	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q-10-A L-02	**MARIA TEREZINHA HANNIG,** brasileira, divorciada conforme averbação na certidão de casamento nº 0880050155 1981 2 00003 161 0000556 08, pensionista, nascida no dia 28/05/1963, filha de José Hannig e Luiza Hannig, portadora da carteira de identidade nº 8.153.618-0 SESP/PR e inscrita no CPF nº 041.178.239-81, residente e domiciliada na Rua Ernesto Panzera, s/nº, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-000.	Contrato Particular de Compra e Venda 07/11/2023	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q-10-A L-03	**SALETE HANNIG,** brasileira, divorciada conforme averbação na certidão de casamento nº 081364 01 55 1990 2 00011 081 0002535 44, autônoma, nascida no dia 01/01/1968, filha de José Hannig e Luiza Hannig, portadora da carteira de identidade nº 8.988.400-4 II/PR e inscrita no CPF nº 037.318.199-02, residente e domiciliada na Rua Ernesto Panzera, nº 233, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-000.	Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda 16/12/2022	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q-10-A L-04	**MARIA DE LOURDES WRZSCIZ,** brasileira, solteira, professora, nascida no dia 08/06/1976, filha de José Wrzsciz e Madalena Laurindo Wrzsciz, portadora da carteira de identidade nº 6.687.653-5 SESP/PR e inscrita no CPF nº 035.564.079-14, residente e domiciliada na Rua Ernesto Panzera, s/nº, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-000.	Contrato Particular de Compra e Venda 26/06/2023	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q-10-A L-05	**VALDELIR DOS SANTOS,** brasileiro, divorciado conforme averbação na certidão de casamento nº 083808 01 55 2002 2 00001 040 0000040 49, autônomo, nascido no dia 03/08/1975, filho de Iracema Siqueira dos Santos e Ercílio Padilha dos Santos, portador do RG e CPF unificados nº 976.830.199-68, residente e domiciliado na Rua Ernesto Panzera, s/nº, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-000.	Declaração de Posse	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q-10-A L-06	**IRACEMA SIQUEIRA DOS SANTOS**, brasileira, viúva, aposentada, nascida no dia 03/08/1954, filha de Rosália Siqueira, portadora da carteira de identidade nº 7.701.235-4 SESP/PR e inscrita no CPF nº 022.813.889-21, residente e domiciliada na Rua Ernesto Panzera, s/nº, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-000.	Declaração de Posse	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q-10-A L-07	**IOLANDA MARIA PETRI TOLEDO,** brasileira, aposentada, nascida no dia 04/04/1963, filha de Tito Petri e Teolina Lourdes Petri, portadora da carteira de identidade nº 8.003.461-0 SESP/PR e inscrita no CPF nº 026.480.629-80, e seu marido **NELSO ANTONIO TOLEDO**, brasileiro, motorista, nascido no dia 07/07/1962, filho de Arlindo Toledo e Noemia Toledo, portador da carteira de identidade nº 3373399-2 SESP/PR e inscrito no CPF nº 453.207.309-00, casados pelo regime de comunhão universal de bens, no dia 01/12/1984, conforme certidão de casamento lavrada sob o nº 959, às folhas 059, do livro nº B-4, e pacto antenupcial registrado sob o n° 21.669 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão/PR, residentes e domiciliados na Rua Ernesto Panzera, s/n, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85628-000.	Declaração de Posse	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q-10-A L-08	**MARCIANA PADILHA DOS SANTOS**, brasileira, servente de limpeza, nascida no dia 04/03/1985, filha de Ercilio Padilha dos Santos e Iracema Siqueira dos Santos, portadora da carteira de identidade nº 9.928.087-5 SESP/PR e inscrita no CPF nº 055.745.639-83, e seu marido **ELEXANDRO RAIMUNDO**, brasileiro, microempreendedor nascido no dia 29/12/1965, filho de Antônio Raimundo e Angelica Soares do Amaral Raimundo, portador da carteira de identidade nº 10.321.744-1 SESP/PR e inscrito no CPF nº 063.531.139-94, casados pelo regime de comunhão parcial de bens, em 05/05/2008, conforme certidão de casamento lavrada sob a matrícula nº 0838080155 2018 2 00002 033 0000049 61, residentes e domiciliados na Rua Ernesto Panzera, s/nº, Centro, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85628-000.	Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda 27/08/2007	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q-10-A L-09	**VILSO PANZERA**, brasileiro, solteiro, agricultor-avicultor, nascido no dia 17/12/1980, filho de Aldir Panzera e Dulce Jung Panzera, portador da carteira de identidade nº 8.583.235-2 SESP/PR e inscrito no CPF nº 063.761.179-96, residente e domiciliado na Linha Encantilado, nº 651, Interior, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85628-000.	Declaração de Posse	Legitimação Fundiária	REURB-E	
	Q-10-A L-10	**VILSO PANZERA**, brasileiro, solteiro, agricultor-avicultor, nascido no dia 17/12/1980, filho de Aldir Panzera e Dulce Jung Panzera, portador da carteira de identidade nº 8.583.235-2 SESP/PR e inscrito no CPF nº 063.761.179-96, residente e domiciliado na Linha Encantilado, nº 651, Interior, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85628-000.	Declaração de Posse	Legitimação Fundiária	REURB-E	
	Q-10-A L-11	**ÁREA INSTITUCIONAL**				
	Q-10-A L-12	**JOCELAINE RODRIGUES DOS SANTOS**, brasileira, solteira, auxiliar de serviços gerais, nascida no dia 18/08/1989, filha de Rozelma Rodrigues dos Santos, portadora da carteira de identidade nº 12.380.864-9 SESP/PR e inscrita no CPF nº 079.286.469-78, e seu companheiro **CÉRGIO PANZERA**, brasileiro, solteiro, pedreiro, nascido no dia 30/07/1971, filho de Aldir Panzera e Dulce Jung Panzera, portador da carteira de identidade nº 10.413.285-5 SESP/PR e inscrito no CPF nº 086.375.899-10, residentes e domiciliados na Rua Ernesto Panzera, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-000.	Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda 01/10/2020	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q-10-A L-13	**BRUNA THAIS SOUZA PANZERA,** brasileira, solteira, autônoma, nascida no dia 15/03/1998, filha de Antoninho Panzera e Auridiane da Silva Souza, portadora do RG e CPF unificados nº 078.339.155-21, residente e domiciliada na Rua Alameda, 9, Tranquedo Neves, 10, no Município de Riachão do Jacuipe/BA, CEP: 44640-000, e seu irmão **HEITOR ANDRADE PANZERA**, brasileiro, solteiro, menor absolutamente incapaz, estudante, nascido no dia 13/03/2021, filho de Antoninho Panzera e Magna Andrade Panzera, portador do RG e CPF unificados nº 123.587.225-45, residente e domiciliado na Rua Alameda, 9, Tranquedo Neves, 10, no Município de Riachão do Jacuipe/BA, CEP: 44640-000	Declaração de Posse	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q-10-A L-14	**FRANCISCA BERNARDELLI,** brasileira, do lar, nascida no dia 06/03/1953, filha de Olivo Ferri e Rosalina Gramovski, portadora da carteira de identidade nº 1.567.847-0 II/PR e inscrita no CPF nº 034.949.149-66, e seu marido **VILSON BERNARDELLI,** brasileiro, agricultor, nascido no dia 03/02/1956, filho de Ângelo Caetano Bernardelli e Assunta Brustolin Bernardelli, portador da carteira de identidade nº 1398601-0 SESP/PR e inscrito no CPF nº 240.754.859-00, casados pelo regime de comunhão universal de bens, conforme matrícula nº 085449 01 55 1975 2 00004 159 0000556 17, no dia 07/06/1975, anterior à vigência da lei nº 6.515/77, residentes e domiciliados na	Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda 08/08/2017	Legitimação Fundiária	REURB-S	

		Avenida São Cristóvão, bairro Centro, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-000.				
	Q-10-A L-15	**JURACI JANOAR DA SILVA**, brasileiro, viúvo, aposentado, nascido no dia 11/07/1951, portador da carteira de identidade nº 3.327.401-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 453.235.349-15, residente e domiciliado na Rua São Cristóvão, s/nº, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-000.	Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda 04/09/2002	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q-10-A L-16	**JULIANE KAIPER CAPRA,** brasileira, professora, nascida no dia 22/12/1980, filha de Claudino Kaiper e Laurena Kaiper, portadora da carteira de identidade nº 7.701.160-9 SESP/PR e inscrita no CPF nº 030.429.949-96, e seu marido **VAGNER ERASMO CAPRA,** brasileiro, funcionário público, nascido no dia 05/01/1978, filho de Pedro Cláudio Capra e Guiomar Salete Capra, portador da carteira de identidade nº 7374537-3 SESP/PR e inscrito no CPF nº 023.026.519-79, casados pelo regime da comunhão universal de bens, conforme certidão de casamento lavrada sob o nº 080, às folhas 114/115, do livro nº 01-B, e pacto antenupcial registrado sob o n° 23.241 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão/PR, residentes e domiciliados no bairro Novo, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85628-000	Matrícula 40.548 Matrícula 40.549	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q-10-A L-17	**SANDRA DE FÁTIMA STEFANELLO,** brasileira, solteira, nascida no dia 13/08/1970, filha de Santos Alves Stefanello, portadora da carteira de identidade nº 84.472.306-0 SESP/PR e inscrita no CPF nº 960.083.59, residentes e domiciliados na Rua Manoel João Ramos, Centro, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85628-000.	Declaração de posse	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q-10-A L-18	**VILMA IUNG FABIAN,** brasileira, viúva conforme certidão de óbito nº 083436 01 55 2023 4 00055 079 0023479 02, aposentada, nascida no dia 10/10/1953, filha de Floriano Iung e Olga Appellung, portadora da carteira de identidade nº 1.192.111-6 SESP/PR e inscrita no CPF nº 020.701.179-60, residente e domiciliada na Rua Manoel Joao Ramos, nº 1, Centro, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85628-000.	Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda 14/05/1997	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q-10-A L-19	**VALENTIM RAMOS,** brasileiro, solteiro, aposentado, nascido no dia 12/09/1946, filho de Pedro Ramos e Santa Debortoli, portador da carteira de identidade nº 3.422.114-6 II/PR e inscrito no CPF nº 288.096.109-20, residente e domiciliado na Rua Manoel João Ramos, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-000.	Contrato de Compra e Venda de Bem Imóvel Urbano 02/03/2020	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q-7 L-03-A	**IRACEMA MARIA BAZOTTI FOGAÇA**, brasileira, aposentada, nascida em 17/01/1966, filha de Selvino Bazotti e Juvedina Pegoraro Bazotti, portadora da carteira de identidade e CPF unificados n° 775.900.829-53, e seu marido **ANTONIO ALUPP FOGAÇA**, brasileiro, aosentado, nascido em 08/11/1963, filho de Gentil Alupp Fogaça e Leonidas Fogaça, portador da carteira de identidade e CPF unificados n° 052.693.598-71, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, em 12/07/1986, conforme certidão de casamento lavrada sob a matrícula n° 085449 01 55 1986 2 00004 231 0001131 41, residentes e domiciliados na Avenida São Cristovão, 001, município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-000	Instrumento particular de contrato de compra e venda 04/02/2005	Legitimação Fundiária	REURB-S	

RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - REURB nº 01/2025
Referente ao edital publicado em 24 de dezembro de 2025

*O **MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.614.343/0001-09, com sede administrativa sito à Rua Encantilado, nº 11 Bairro Centro, CEP: 85628-000, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, especialmente pela Lei Federal nº 13.465/2017, pelo Decreto Federal nº 9.310/2018 e demais normas,*
***TORNA PÚBLICA** a presente **RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO** referente ao Processo Administrativo de Regularização Fundiária Urbana – REURB nº 01/2025, que tem por objeto o núcleo urbano informal consolidado denominado "Quadra 10-A", em razão da atualização do levantamento técnico, do perímetro efetivamente abrangido pelo procedimento de regularização fundiária e da correspondente identificação das áreas das matrículas atingidas.*

A presente rerratificação tem por finalidade adequar as informações constantes do edital anteriormente publicado à situação técnica e registral atualmente apurada no procedimento administrativo, especialmente quanto à delimitação do perímetro da área objeto da Reurb, às matrículas atingidas e às respectivas áreas abrangidas pelo procedimento.
Assim, procede-se às seguintes alterações:

ONDE CONSTOU:
Art. 1º O núcleo urbano Quadra 10-A, localizado neste município, é composto pelas matrículas nº 11.050, de propriedade de Renan Renato Manfrin, n° 11.075 de propriedade de Otilia Aparecida Thomas, n° 11.076, 11.077, 11.078, 11.081, 11.082, 11.083, 11.084, 11.085, 11.086 e 11.087, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim LTDA, nº 11.178, de propriedade do município de Manfrinópolis, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barracão/PR, n° 40.548 e 40.549, de propriedade de Juliane Kaiper Capra e Vagner Erasmo Capra, registradas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão/PR e matrícula desconhecida.
§1º O núcleo possui uma área total a regularizar de 11.925,40 m², distribuída em 18 lotes, sendo 11 lotes aderentes e 07 lotes futuro proprietário, com uma população aproximada de 72 pessoas.

PASSA A CONSTAR:
Art. 1º O núcleo urbano Quadra 10-A, localizado neste município, é composto pelas matrículas nº nº 11.050, de propriedade de Renan Renato Manfrin; matrícula nº 11.075, de propriedade de Otilia Aparecida Thomas; matrícula nº 11.076, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; matrícula nº 11.077, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; matrícula nº 11.078, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; matrícula nº 11.081, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; matrícula nº 11.082, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; matrícula n° 11.083, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; matrícula nº 11.084, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; Matrícula nº 11.085, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; matrícula nº 11.086, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; matrícula nº 11.087, de propriedade de Firma Colonizadora Erechim Ltda; matrícula nº 11.178, de propriedade de Município de Manfrinópolis/PR, devidamente registradas no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barracão/PR; matrícula nº 40.548, de propriedade de Juliana Kaiper Capra e seu marido Vagner Erasmo Capra; matrícula nº 40.549, de propriedade de Juliana Kaiper Capra e seu marido Vagner Erasmo Capra, devidamente registradas no 1° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão/PR, e matrícula desconhecida.
§1º O núcleo possui uma área total a regularizar de **14.168,31m²,** distribuída em 20 lotes, sendo 19 lotes com ocupantes aderentes ao procedimento de regularização, 01 lote institucional e 03 vias públicas a serem regularizadas e incorporadas ao domínio público municipal.

ONDE CONSTOU:

QUADRO DE ÁREAS	
Área da matrícula 11.050	1.050,00 m²
Área da matrícula 11.075	975,00 m²
Área da matrícula 11.076	1.100,00m²
Área da matrícula 11.077	1.071,00m²
Área da matrícula 11.078	1.580,00m²
Área da matrícula 11.081	1.000,00m²
Área da matrícula 11.082	867,00m²
Área da matrícula 11.083	1.000,00m²
Área da matrícula 11.084	1.000,00m²
Área da matrícula 11.085	1.250,00m²
Área da matrícula 11.086	1.600,00m²
Área da matrícula 11.178	3.240,00 m²
Área da matrícula 11.087	1.100,00m²
Área da matrícula 40.548	900,00m²
Área da matrícula 40.549	950,00m²
Área da matrícula desconhecida	-
Área dos lotes aderentes	12.336,02 m²
Área de ruas a regularizar	1.832,29 m²
Área total da REURB	14.168,31 m²

PASSA A CONSTAR:
QUADRO DE ÁREAS

MATRÍCULA	PROPRIETÁRIO	METRAGEM REGISTRADA	METRAGEM A REGULARIZAR	DIFERENÇA
11.050	RENAN RENATO MANFRIN - CRI BARRACÃO	1.050,00	438,48	611,52
11.075	OTILIA APARECIDA THOMAS - CRI BARRACÃO	975,00	1143,50	-168,50
11.076	FIRMA COLONIZADORA ERECHIM LTDA - CRI BARRACÃO	1.100,00	1242,34	-142,34
11.077	FIRMA COLONIZADORA ERECHIM LTDA - CRI BARRACÃO	1.071,00	1220,64	-149,64
11.078	FIRMA COLONIZADORA ERECHIM LTDA - CRI BARRACÃO	1.580,00	516,83	1063,17
11.081	FIRMA COLONIZADORA ERECHIM LTDA - CRI BARRACÃO	1.000,00	0,11	999,89
11.082	FIRMA COLONIZADORA ERECHIM LTDA - CRI BARRACÃO	867,00	0,60	866,40
11.083	FIRMA COLONIZADORA ERECHIM LTDA - CRI BARRACÃO	1.000,00	836,26	163,74
11.084	FIRMA COLONIZADORA ERECHIM LTDA - CRI BARRACÃO	1.000,00	1146,58	-146,58
11.085	FIRMA COLONIZADORA ERECHIM LTDA - CRI BARRACÃO	1.250,00	1532,68	-282,68
11.086	FIRMA COLONIZADORA ERECHIM LTDA - CRI BARRACÃO	1.600,00	2085,74	-485,74
11.087	FIRMA COLONIZADORA ERECHIM LTDA - CRI BARRACÃO	1.100,00	1366,22	-1266,22
11.178	MUNICÍPIO DE MANFRINOPOLIS - PR - CRI BARRACÃO	3.240,00	1580,98	1659,02
40.548	JULIANE KEIPER CAPRA e WAGNER ERASMO CAPRA - CRI 1º OFICIO FRANCISCO BELTRÃO	900,00	205,47	694,53
40.549	JULIANE KEIPER CAPRA e WAGNER ERASMO CAPRA - CRI 1º OFÍCIO FRANCISCO BELTRÃO	950,00	57,21	892,79
DESCONHECIDA	-	-	794,67	-

DAS IMPUGNAÇÕES:
Considerando que os titulares de domínio e os confrontantes já foram devidamente notificados por ocasião do Edital de Notificação originário e que a presente rerratificação se destina à correção e atualização das informações constantes do procedimento, sem alteração do conteúdo substancial da notificação anteriormente realizada e sem prejuízo aos direitos dos interessados, não haverá reabertura de prazo para apresentação de novas impugnações ou manifestações, permanecendo íntegros e válidos todos os atos regularmente praticados no âmbito do Processo Administrativo de Regularização Fundiária Urbana – REURB nº 01/2025.
Ficam, ainda, **ratificadas todas as demais disposições constantes do Edital de Notificação originário** e das rerratificações anteriormente publicadas, naquilo que não conflitarem com as alterações promovidas pela presente Rerratificação.
E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e produza seus legais e jurídicos efeitos, expede-se a presente Rerratificação de Edital de Notificação, que será publicada na forma da legislação vigente.

Manfrinópolis/PR, 18 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

LEI FEDERAL 13.465/2017: Art. 33. Instaurada a Reurb, compete ao Município aprovar o projeto de regularização fundiária, do qual deverão constar as responsabilidades das partes envolvidas.

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:E72A7C4E

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO N° 4147/2026

DISPÕE SOBRE O DEFERIMENTO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DO NÚCLEO CHÁCARA 22, COM INSTRUMENTO JURÍDICO DE LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA, E APROVA A CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF) DO MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS/PR, POR MEIO DA LEI FEDERAL Nº 13.465/2017 E DECRETO FEDERAL Nº 9.310/2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS, Estado do PARANÁ, no uso das atribuições do no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO:
I - a análise e instrução do processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana (REURB) do núcleo Chácara 22, de acordo com a Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018;
II - a emissão da Certidão de Regularização Fundiária (CRF), atestando a regularização dos lotes e a legitimação fundiária dos ocupantes;
III - a realização de levantamento planialtimétrico, georreferenciamento, memoriais e demais peças técnicas elaboradas por equipe multidisciplinar da Associação para o Desenvolvimento Habitacional Sustentável de Santa Catarina – ADEHASC, com observância das disposições legais pertinentes;

IV - a observância dos princípios da legalidade, publicidade, segurança jurídica, interesse social e função social da propriedade urbana;
DECRETA:
Art. 1º Fica **deferida a Regularização Fundiária Urbana** do núcleo Chácara 22, localizado neste Município, com atribuição de **Legitimação Fundiária**, na modalidade REURB-S, conforme o enquadramento dos lotes e famílias beneficiárias, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e do Decreto Federal nº 9.310/2018.
Art. 2º Fica **aprovada a Certidão de Regularização Fundiária (CRF)** referente ao núcleo urbano supracitado, conferindo validade jurídica para fins de registro imobiliário, abertura de matrículas individualizadas e demais efeitos legais previstos na legislação vigente.
Art. 3º A CRF aprovada deverá ser encaminhada ao **Ofício de Registro de Imóveis competente**, para registro das matrículas individualizadas dos lotes e áreas públicas, nos termos dos arts. 44 a 46 da Lei nº 13.465/2017.
Art. 4º Fica deferida a cobrança do **IPTU em nome dos beneficiários**, independentemente da emissão das matrículas individualizadas.
Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº 2088/2026, de 04 de fevereiro de 2026.
Registre-se e publique-se.

Manfrinópolis/PR, 18 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF)
Núcleo Chácara 22
O **MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.614.343/0001-09, com sede administrativa sito à Rua Encantilado, nº 11 Bairro Centro, CEP: 85628-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. AMARILDO ALVES CARNEIRO, no uso das atribuições legais conferidas pela legislação vigente, **CERTIFICA**, para os devidos fins de direito e, especialmente, para registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, a condição de núcleo urbano informal consolidado e irreversível do núcleo urbano irregular denominado Chácara 22 localizado na Travessa Valdivino Siqueira, Rua Tito Petri e PR-182, neste Município, conforme consta dos projetos e memoriais descritivos devidamente aprovados.
A área encontra-se registrada sob a matrícula nº 11.184, com área total de 1.600,00m², de propriedade de Município de Manfrinópolis/PR, matrícula nº 13.544, com área total de 10.690,00m², de propriedade de Município de Manfrinópolis/PR, devidamente registradas no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barracão/PR, e matrícula nº 37.034, com área total de 19.000,00m², de propriedade de Anibo Nunes e sua esposa Francisca Nunes, devidamente registrada no 1° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão/PR, razão pela qual se emite a presente **CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF)**, nos termos dos arts. 28, incisos VI e VIII, 30, inciso III, 41, 42, 44, 47, 48, 49, 51, 52 e 53 da Lei Federal nº 13.465/2017 e do Decreto Federal nº 9.310/2018.
CLASSIFICAÇÃO DA MODALIDADE DA REURB
Versam os autos sobre pedido de Regularização Fundiária Urbana (Reurb), fundamentado na Lei Federal nº 13.465/2017, nas modalidades Reurb-S e Reurb-E, conforme estabelecido no art. 13, incisos I e II, do referido diploma legal, sendo classificado como organização do núcleo de parcelamento de solo, nos termos do art. 14, 2º. Os requerentes buscam o reconhecimento do domínio sobre a área que atualmente ocupam, comprovado por meio da documentação apresentada.
O núcleo possui área total de 31.346,57m², distribuída em 15 lotes, sendo 12 lotes aderentes, 02 lotes destinados à futuro proprietários, 01 área institucional e 02 ruas a regularizar. Todos os aderentes foram classificados como REURB-S.
2. DOCUMENTOS QUE COMPÕEM A CRF:
Os documentos que compõem a CRF estão elencados abaixo, em conformidade com o art. 47:
Ofício de encaminhamento ao cartório;
Decreto ratificando a CRF;
Qualificação completa dos beneficiários;
Projeto de Regularização Fundiária;
Termo de Compromisso;
Edital de notificação;
Planta do perímetro em regularização;
Memorial descritivo dos lotes individualizados e do perímetro em regularização;
Apresentados todos os itens anteriormente expostos, **passo à sua avaliação**.
3. DA REGULARIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS
Os requerentes buscam o **reconhecimento do domínio** sobre a área que atualmente ocupam, demonstrado por meio de documentos de aquisição pertinentes à sua qualificação. Estes se enquadram nas modalidades de REURB-E e REURB-S, com o objetivo de promover a Legitimação Fundiária.
O enquadramento da REURB é definido a partir da análise da renda mensal do grupo familiar do requerente. Serão classificados como REURB-S (Interesse Social) aqueles cuja renda mensal não ultrapasse 5 (cinco) salários mínimos vigentes no país. Já os que possuírem renda superior serão enquadrados como REURB-E (Interesse Específico), nos termos do art. 13, §5º, da Lei Federal nº 13.465/2017.
Para os beneficiários enquadrados como REURB-S, de acordo com o art. 33, §2º, da mesma lei, é facultado que os moradores assumam, por conta própria, a elaboração de projetos, documentos técnicos e eventuais obras necessárias à regularização do imóvel, incluindo a infraestrutura essencial, nos termos do §1º do art. 36. Em consequência, os moradores, conforme previamente explicado e decidido em audiência pública, optaram por custear diretamente essas etapas para atender às suas necessidades.
O Projeto de Regularização Fundiária apresentado atende integralmente aos requisitos previstos nos arts. 35 e 36 da Lei Federal nº 13.465/2017.
As peças integrantes do Projeto de Regularização Fundiária (PRF) foram elaboradas pela equipe multidisciplinar da **Associação para o Desenvolvimento Habitacional Sustentável de Santa Catarina – ADEHASC**, entidade com legitimidade ativa nos termos do art. 14, inciso II, da Lei nº 13.465/2017, regularmente constituída, com atuação direcionada ao desenvolvimento urbano, promoção habitacional e regularização fundiária
Os ocupantes foram identificados por meio de levantamento planialtimétrico e cadastral da área, com georreferenciamento, subscrito por profissional legalmente habilitado, acompanhado da respectiva Anotação ou Termo de Responsabilidade Técnica (ART/TRT), em conformidade com o art. 35, I.
Certifica que foram realizadas as notificações, em atendimento ao artigo 31 da Lei Federal n° 13.465/2017, para todos os:
a) titulares de domínio/posse;
b) responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal;
c) confinantes do núcleo urbano informal
d) terceiros eventualmente interessados

e) Foram efetuadas as pesquisas por endereço dos imóveis, e pelos nomes dos beneficiários no Oficial de Registro de Imóveis competente, e que terminado o prazo legal, **não houve qualquer impugnação** que inviabilizasse a presente regularização fundiária.
Declaramos que os mesmos foram devidamente notificados por meio de cartas de anuência enviadas via postal com aviso de recebimento (AR) ou por meio de coleta de assinatura pessoal. Além disso, foi publicado edital para intimação de quaisquer terceiros interessados no pedido. Após o término do prazo estabelecido para cada uma das notificações e do edital.
Conforme previsto no art. 31, §6º, tal ausência de contestação é presumida como concordância com a REURB.
Os ocupantes dos lotes a serem regularizados, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, foram notificados por meio de termos de aceite e requerimento de adesão, nos quais manifestaram ciência e concordância quanto aos limites e à identificação das respectivas ocupações.
Os trabalhos topográficos anexados ao processo demonstram que a área em questão é amplamente urbanizada, conforme exigido pela legislação. Consequentemente, as intervenções por parte do município estão dispensadas, nos termos do art. 37.
O sistema viário foi individualizado por meio de memorial descritivo, com a devida indicação das áreas que serão incorporadas ao domínio do Município de Manfrinópolis/PR, garantindo a correta destinação dos logradouros públicos e a conformidade com a legislação vigente.
Os lotes cujos moradores não realizaram a regularização nesta etapa serão tratados conforme o art. 44, § 8º, da Lei nº 13.465/2017. O oficial do Cartório de Registro de Imóveis, ao abrir as matrículas individuais decorrentes do projeto de regularização fundiária, deverá:
Nas matrículas de unidades imobiliárias cujo ocupante não conste na lista de beneficiários da CRF, registrar o titular originário da matrícula como proprietário anterior;
Não inserir esse mesmo proprietário como titular atual da matrícula aberta;
Inserir, no campo relativo ao proprietário atual, texto informando que o futuro proprietário será oportunamente citado na matrícula, quando do envio de listas complementares de beneficiários.
Dessa forma, a titulação dos lotes fica condicionada à apresentação de lista complementar para formalização do direito real dos ocupantes.
Adicionalmente, o Município, por meio de seus órgãos competentes na área de infraestrutura, já emitiu parecer favorável à concessão dos direitos reais pleiteados neste procedimento.

3. DA DECISÃO DO MÉRITO

Diante do exposto, considerando a análise dos documentos técnicos, jurídicos, urbanísticos e ambientais aprovados e que integram o procedimento administrativo de Regularização Fundiária Urbana, **passo à decisão**:
Nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 13.465/2017, emite-se a presente **Certidão de Regularização Fundiária (CRF)**, contendo os elementos e informações pertinentes ao procedimento de regularização do núcleo urbano informal objeto dos autos:
Instrumento jurídico utilizado: Legitimação Fundiária
Nome do núcleo urbano irregular a ser regularizado: Chácara 22
Localização do núcleo: Manfrinópolis/PR
Modalidade da regularização: Reurb-S
Responsabilidades das obras e serviços: estão detalhadas no quadro a seguir, incluindo os responsáveis, os prazos estipulados e as ações a serem realizadas. É importante observar que os prazos para os itens 3 e 4 começam a ser contados após a conclusão dos itens 1 e 2:

	AÇÃO	PRAZO	RESPONSABILIDADE
1	Regularização do núcleo	06 meses	Município de Manfrinópolis/PR
2	Individualização das matrículas	07 meses	Município de Manfrinópolis/PR
2	Calçamento/pavimento das ruas e limitações com meio fio e calçadas	48 meses	Município de Manfrinópolis/PR
4	Drenagem e tubulação das águas pluviais	48 meses	Município de Manfrinópolis/PR
5	Saneamento – tratamento coletivo de esgoto	48 meses	Município de Manfrinópolis/PR
6	Plantio de mudas frutíferas nativas	48 meses	Município de Manfrinópolis/PR

Para fins de análise municipal, foram coletadas dos moradores qualificados na modalidade REURB-S, em cumprimento ao art. 23 da Lei nº 13.465/2017 e ao §1º do art. 16 do Decreto nº 9.310/2018, declarações atestando que não são foreiros nem proprietários de qualquer outro imóvel urbano ou rural. Constatou-se, ainda, que os beneficiários não foram contemplados anteriormente com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade.
Conforme o art. 33 da Lei nº 13.465/2017: “Instaurada a REURB, compete ao Município aprovar o projeto de regularização fundiária, do qual deverão constar as responsabilidades das partes envolvidas
Por tratar-se de decisão de mérito deste ente Municipal, competente para o julgamento do presente Projeto de Regularização Fundiária, nos termos do art. 33 da Lei Federal n° 13.465/2017, indico o estado civil dos beneficiários com base na documentação apresentada e fulcro no disposto na Lei Federal n° 13.726/2018.
Ao que se refere às **edificações, estas serão averbadas nas matrículas individualizadas em etapa posterior a regularização**, conforme prevê o art. 31 §3º, do Decreto Federal nº 9.310/2018.
Por meio da presente certidão, o Município concede propriedade aos ocupantes listados no Anexo I, com certidões individualizadas relativas aos imóveis descritos, por meio de Legitimação Fundiária, para o devido registro, em conformidade com os arts. 42 e seguintes da Lei nº 13.465/2017.
Fica deferida a REURB, mesmo na ausência de “lei municipal específica que trate de medidas ou posturas de interesse local aplicáveis a projetos de regularização fundiária urbana”, nos termos do art. 28 do referido diploma legal.
Instaurada a REURB, o Município procedeu às buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio do imóvel onde se encontra o núcleo urbano informal a ser regularizado, identificando as matrículas nºs 11.184, 13.544 e 37.034 como objeto deste procedimento.
De acordo com o art. 19 da Lei Federal nº 13.465/2017, o poder público pode utilizar o procedimento de demarcação urbanística, com base no levantamento da situação da área e na caracterização do núcleo urbano informal, a fim de averbar na matrícula dos imóveis atingidos a viabilidade da regularização fundiária. Contudo, como o levantamento planialtimétrico cadastral, com georreferenciamento, foi realizado por profissional habilitado e acompanhado de ART/RRT/RT, esta demarcação urbanística fica dispensada no âmbito deste projeto de regularização.
O Município notificou os titulares de domínio, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os confrontantes e quaisquer terceiros eventualmente interessados, não havendo registro de impugnação por parte de nenhum deles. Tal ausência de manifestação é, no presente caso, interpretada como concordância com a REURB, nos termos do art. 31, § 6º, da Lei nº 13.465/2017.
A REURB foi instaurada por decisão deste Município, mediante requerimento escrito pelos legitimados, em conformidade com os arts. 14, I, e 32 da Lei Federal nº 13.465/2017.
Aprovo o Projeto de Regularização Fundiária, contemplando os aspectos urbanísticos, jurídicos, ambientais e sociais, conforme previsto na legislação aplicável, constatando-se que o núcleo urbano informal apresenta as infraestruturas básicas essenciais existentes, incluindo energia elétrica, sistema viário implantado, abastecimento de água e demais elementos de infraestrutura identificados nos levantamentos técnicos realizados, ressalvadas eventuais medidas de complementação ou adequações de caráter individual e/ou coletivo previstas no cronograma físico. No que se refere aos aspectos ambientais, conforme avaliação técnica realizada no âmbito do procedimento administrativo de regularização fundiária, foi identificada a **incidência/confrontação do núcleo com Área de Preservação Permanente (APP)**, conforme demonstrado nas peças técnicas e estudo socioambiental integrantes do processo. A análise ambiental realizada constatou que a ocupação se encontra inserida em núcleo urbano

informal consolidado, sem caracterização de situação de risco ou comprometimento ambiental que impeça a regularização, tendo sido observadas as disposições previstas na Lei Federal nº 13.465/2017, na Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal), no Decreto Federal nº 9.310/2018 e demais normas aplicáveis. Dessa forma, considerando os estudos técnicos apresentados, as medidas ambientais propostas e a compatibilização entre a ocupação consolidada existente e a proteção ambiental, **fica aprovada a regularização fundiária da área, inclusive quanto aos aspectos ambientais relacionados à APP incidente**, observadas as medidas, condicionantes e obrigações estabelecidas no procedimento administrativo.
Defiro o cronograma físico de ações essenciais e o Termo de Compromisso assinado pelos responsáveis pelo seu cumprimento.
As plantas e os memoriais descritivos foram elaborados e assinados por profissional legalmente habilitado, acompanhados da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).
O Oficial de Registro de Imóveis fica dispensado de providenciar a notificação dos titulares de domínio, dos confrontantes e de terceiros eventualmente interessados, tendo o Município cumprido integralmente tal procedimento.
DA NÃO INCIDÊNCIA DE ITBI: Cabe ressaltar a não incidência do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) no presente procedimento de regularização fundiária, tendo em vista o disposto no art. 11, inciso VII, da Lei Federal nº 13.465/2017, o qual reconhece a legitimação fundiária como forma de aquisição originária do direito real de propriedade. Dessa forma, por se tratar de aquisição originária, não há ocorrência do fato gerador do ITBI, afastando-se a exigência de sua comprovação para fins de registro imobiliário. Assim, o registro dos atos decorrentes da presente Certidão de Regularização Fundiária (CRF) deverá ser efetivado independentemente da comprovação de pagamento do ITBI, em observância à legislação federal aplicável, bem como ao disposto no art. 13 da Resolução CM nº 8, de 9 de junho de 2014.
As unidades imobiliárias integrantes do referido núcleo urbano não possuem cadastro imobiliário municipal, inexistindo, até a presente data, inscrição imobiliária ou número de designação cadastral no sistema tributário municipal. Tal circunstância decorre do fato de tratar-se de núcleo urbano irregular em processo de regularização fundiária, razão pela qual ainda não houve a individualização cadastral dos lotes junto ao cadastro imobiliário municipal. Após a conclusão do procedimento de regularização fundiária e a abertura das matrículas individualizadas das unidades imobiliárias junto ao Registro de Imóveis, o Município promoverá a devida atualização do cadastro técnico municipal, com a consequente geração das respectivas inscrições imobiliárias para cada lote regularizado.
O Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão/PR deverá providenciar:
a) A abertura de nova matrícula com a área total objeto desta CRF, efetuando o registro conforme arts. 44, I, §1º; 46; e 51, parágrafo único, da Lei nº 13.465/2017;
b) A abertura das matrículas individualizadas dos lotes e áreas públicas resultantes do projeto de regularização aprovado, conforme art. 44, II, §1º, do mesmo diploma legal.
Fica dispensada a exigência de firma reconhecida nos documentos que acompanham a presente certidão.
Após a conclusão de todas as etapas do procedimento administrativo de Regularização Fundiária, e considerando que se trata de área urbana consolidada com mais de três equipamentos urbanos plenamente atendidos, **DECIDO**, com fundamento no art. 40 da Lei Federal nº 13.465/2017:
Aprovar o Projeto de Regularização Fundiária apresentado, uma vez que todos os requisitos legais aplicáveis foram devidamente atendidos;
Declarar o direito real de propriedade, nos termos do art. 1.228 do Código Civil, conferindo aos ocupantes de cada lote as prerrogativas inerentes à condição de proprietário, conforme descrito nos memoriais individuais anexos;
Emitir a Certidão de Regularização Fundiária (CRF), nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 13.465/2017, para formalizar e efetivar os direitos concedidos a cada beneficiário.
Encerro o presente expediente, determinando o encaminhamento da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) e dos documentos que integram o procedimento ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão/PR, para ciência e adoção das providências registrais cabíveis, nos termos dos arts. 42 e seguintes da Lei Federal nº 13.465/2017.
Ressalta-se que, conforme disposto no art. 44 da Lei Federal nº 13.465/2017, o Oficial de Registro de Imóveis deverá proceder à análise do título apresentado e emitir **notas de exigência no prazo de 15 (quinze) dias**, ou não havendo exigências ou impedimentos registrais, realizar os atos necessários à efetivação do registro da Regularização Fundiária Urbana, observando-se os prazos e procedimentos previstos na legislação vigente.

Manfrinópolis/PR, 18 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

ANEXO I: LISTA DE REQUERENTES DA REURB, FORMA E DATA DE AQUISIÇÃO DO LOTE, INSTRUMENTO JURÍDICO, MODALIDADE DA REURB E VALOR AVALIADO DO IMÓVEL

Nº	QUADRA LOTE	QUALIFICAÇÃO	FORMA DE AQUISIÇÃO	INSTRUMENTO JURÍDICO	MODALIDADE DE REURB	AVALIAÇÃO DO LOTE
	Q – 20 L - 01	**AREA INSTITUCIONAL**				
	Q – 110 L – 01	**DOMINGOS ALBERTO RECH**, brasileiro, solteiro, vendedor, nascido no dia 03/08/1969, filho de José Alberto Rech e Algemira Maria Smaniotto Rech, portador da carteira de identidade nº 5.115.397-9 SESP/PR e inscrito no CPF nº 735.135.129-53, residente e domiciliado na Rua 23, nº S/N, bairro Chácara, no município de Manfrinópolis/PR, CEP:85628 000	Contrato particular de compra e venda 10/07/2024	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q – 110 L – 01A	**VALDECIR RODRIGUES,** brasileiro, solteiro, autônomo, nascido no dia 25/09/1976, filho de Miguel Rodrigues e Nair da Rocha, portador da carteira de identidade nº 7042614-5 SESP/PR e inscrito no CPF nº 049.747.089-61, residente e domiciliado na Rua Ernesto Panzera, s/nº, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-302.	Contrato Particular de Compra e Venda de Maquinário 22/07/2025	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q – 110 L – 01B	**DINILCI DE FÁTIMA BIEGELMEIER,** brasileira, solteira, pensionista, nascida no dia 15/10/1981, filha de Olimpio Biegelmeier e Iria Biegelmeier, portadora da carteira de identidade nº 8.362.576-7 II/PR e inscrita no CPF nº 006.205.129-62, residente e domiciliada na Rua Campo Velho, s/nº, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-000	Contrato particular de compra e venda 31/10/2024	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q – 110 L – 02	**PEDRO BONFIM DOS SANTOS,** brasileiro, solteiro, cozinheiro, nascido no dia 24/12/1962, filho de Certorio Bonfim dos Santos e Izabel Siqueira, portador da carteira de identidade nº 28.465.165-5 SSP/SP e inscrito no CPF nº 264.209.778-19, residente e domiciliado na Linha São Cristóvão, s/nº, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-000	Instrumento particular de contrato de compra e venda 08/01/2024	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q – 110 L – 03A	**JANETE TEREZINHA DOS SANTOS ALVES,** brasileira, costureira, nascida no dia 09/11/1979, filha de Etelvino Roque Rodrigues dos Santos e Lucia Maria Katzer, portadora da carteira de identidade nº 9.024.806-5 IIPR e inscrita no CPF nº 025.177.699-90, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, conforme matrícula no 0854490155 2010 00008 171 0002171 21, no dia 19/06/2010, com **GILMAR ALVES,** brasileiro, diarista, nascido no dia 03/01/1976, filho de Maria Trindade Alves, portador da carteira de identidade	Instrumento particular de contrato de compra e venda 21/07/2020	Legitimação Fundiária	REURB-S	

		nº7.869.069 IIPR e inscrito no CPF nº023.785.059-14, residentes e domiciliados na Rua 21, nº s/n, bairro Chácara 22, no município de Manfrinópolis/PR, CEP:856828 000				
	Q – 110 L – 03B	**CLEONICE DA ROSA,** brasileira, solteira, aposentada, nascida no dia 08/12/1975, filha de Florêncio da Rosa e Dometilde da Rosa, portadora da carteira de identidade nº 5074954461 SSP/RS e inscrita no CPF nº 940.393.800-53, residente e domiciliada na Rua Encantilado, nº 0, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-000.	Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda 09/07/2024	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q – 110 L – 04	**NÁTALIE JENNIFER SIQUEIRA BATISTA,** brasileira, solteira, enfermeira assistencial, nascida no dia 28/07/2000, filha de Arnaldo Batista dos Santos e Maria Nelsi Siqueira, portadora do RG e CPF unificados nº 107.624.259-62, residente e domiciliada na Rua Vinte e Um, s/nº, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-000.	Instrumento particular de compromisso de compra e venda 23/06/2025	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q – 110 L – 05	**MARIA NELSI SIQUEIRA,** brasileira, solteira, técnica em enfermagem, nascida no dia 15/12/1977, filha de Valdivino Siqueira e Elmir Maria Siqueira, portadora da carteira de identidade nº7.512.248-9 SESP/PR e inscrita no CPF nº028.555.079-95, residente e domiciliada na Rua 21, s/nº, bairro Chácara 24, no município de Manfrinópolis, CEP:85628-000.	Instrumento particular de contrato de compra e venda 04/01/2010	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q – 110 L – 06	**ELZA SEUBERT DE BRITTO**, brasileira, aposentada, nascida no dia 26/09/1953, filha de Paulo Seubert e Clementina Pereira Seubert, portadora da carteira de identidade nº7.158.993-5 SESP/PR e inscrita no CPF nº 019.504.889-00, casada pelo regime de comunhão universal de bens, sob nº 25, fls. 100, do livro nº 1-B, no dia 28/11/1970, anterior à vigência da lei nº 6.515/77 com **ARNALDO TRANCOSO DE BRITO**, brasileiro, aposentado, nascido no dia 17/05/1949, filho de João Trancoso de Brito e Santina da Silva Brito, portador da carteira de identidade nº10.500.691-8 SESP/PR e inscrito no CPF nº332.571.409-91, residentes e domiciliados na Rua 21, nº s/n, bairro Chácara 22, no município de Manfrinópolis/PR, CEP:85628 000	Declaração de Posse 27/06/2025	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q – 110 L – 07	**MARCIO THOMAS**, brasileiro, solteiro, operador de máquinas, nascido no dia 30/12/1983, filho de Basilio Thomas e Nedir Rosalia Nascimento de Morais Thomas, portador da carteira de identidade nº 9.249.861-1 SESP/PR e inscrito no CPF nº 046.510.059-77, residente e domiciliado na Rua Vinte e Um, s/nº, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-000.	Contrato particular de compra e venda 15/05/2026	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q – 110 L – 08	**LETICIA NUNES MORAES**, brasileira, solteira, do lar, nascida em 31/03/1988, filha de Altamir Moraes e Eva Ivanete Nunes, portadora da carteira de identidade n° 98058800 SESP PR, e inscrita no CPF sob n° 076.156.609-04, residente e domiciliada na Rua 20, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-000	Instrumento particular de compra e venda 14/08/2020	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q – 110 L – 09	**FUTURO PROPRIETÁRIO** Art 44 § 8º O oficial do cartório de registro de imóveis, ao abrir as matrículas individuais decorrentes do projeto de regularização fundiária, deverá, nas matrículas de unidades imobiliárias cujo ocupante não venha a ser informado na lista de beneficiários da CRF, fazer constar o titular originário da matrícula na condição de proprietário anterior, não inserindo esse mesmo proprietário como titular atual da matrícula aberta, mas apenas inserindo, no campo relativo ao proprietário atual, texto informando que o futuro proprietário será oportunamente citado na matrícula quando do envio de listas complementares de beneficiários.				
	Q – 111 L – 01	**ELUIR MARIA SIQUEIRA,** brasileira, viúva conforme a certidão de óbito 028, fls.015 do livro C-1, aposentada, nascida no dia 04/10/1955, filha de João Pedro Siqueira e Otinilda de Paula, portadora da carteira de identidade nº 9.368.849-0 SESP/PR e inscrita no CPF nº 044.591.289-85, residente e domiciliada na Rua 21, nº S/N, bairro Chácara 24, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85.628-000.	Instrumento particular de promessa de compra e venda 30/06/2010	Legitimação Fundiária	REURB-S	
	Q – 111 L – 02	**FUTURO PROPRIETÁRIO** Art 44 § 8º O oficial do cartório de registro de imóveis, ao abrir as matrículas individuais decorrentes do projeto de regularização fundiária, deverá, nas matrículas de unidades imobiliárias cujo ocupante não venha a ser informado na lista de beneficiários da CRF, fazer constar o titular originário da matrícula na condição de proprietário anterior, não inserindo esse mesmo proprietário como titular atual da matrícula aberta, mas apenas inserindo, no campo relativo ao proprietário atual, texto informando que o futuro proprietário será oportunamente citado na matrícula quando do envio de listas complementares de beneficiários.				

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA Nº 001/2026

*O **MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.614.343/0001-09., com sede administrativa sito à Rua Encantilado, nº 11 Bairro Centro, CEP: 85628-000, por intermédio de seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,*

***TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de todos os interessados, em especial moradores, ocupantes, titulares de domínio, confrontantes e terceiros eventualmente interessados, que o núcleo urbano informal urbano denominado Chácara 22 encontra-se em processo de **Regularização Fundiária Urbana (REURB)**, na modalidade **REURB-S**, com fundamento na Lei Federal nº 13.465/2017 e no Decreto Federal nº 9.310/2018.*

O procedimento contempla, conforme o caso concreto, a aplicação do instituto da **Legitimação Fundiária**, nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 13.465/2017 e legislação correlata.

Informa-se que foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral da área, com georreferenciamento, subscrito por profissional legalmente habilitado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), bem como parecer preliminar de viabilidade, visando à individualização das unidades imobiliárias e à abertura de matrículas individualizadas.

As peças integrantes do Projeto de Regularização Fundiária (PRF) foram elaboradas pela equipe multidisciplinar da **Associação para o Desenvolvimento Habitacional Sustentável de Santa Catarina – ADEHASC**, entidade com legitimidade ativa nos termos do art. 14, inciso II, da Lei nº 13.465/2017, regularmente constituída, com atuação direcionada ao desenvolvimento urbano, promoção habitacional e regularização fundiária.

DO NÚCLEO

O núcleo urbano informal denominado Chácara 22, localizado neste Município, tem origem na matrícula nº 11.184, com área total de 1.600,00m², de propriedade de Município de Manfrinópolis/PR, matrícula nº 13.544, com área total de 10.690,00m², de propriedade de Município de Manfrinópolis/PR, devidamente registradas no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barracão/PR, e matrícula nº 37.034, com área total de 19.000,00m², de propriedade de Anibo Nunes e sua esposa Francisca Nunes, devidamente registrada no 1° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão/PR.

O núcleo possui área total de 31.346,57m², distribuída em 15 lotes, sendo 12 lotes aderentes, 02 lotes destinados à futuro proprietários, 01 área institucional e 02 ruas a regularizar.

O núcleo é servido pelas seguintes vias: Travessa Valdivino Siqueira e Rua Tito Petri, as quais serão destinadas ao domínio público municipal, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.465/2017, bem como pela PR-182, integrante do domínio público estadual.

QUADRO DE ÁREAS A REGULARIZAR	
Área da matrícula 11.184	1.600,00m²
Área da matrícula 13.544	10.690,00m²
Área da matrícula 37.034	19.056,57m²
Área dos lotes aderentes	10.443,96m²
Área dos lotes futuro proprietários	11.114,13m²
Área de lote institucional	7.323,12m²

Área das vias públicas a regularizar	2.465,36m²
Área total à regularizar	31.346,57m²

DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS
A área de intervenção é atendida pelos seguintes equipamentos e serviços públicos:
sistema viário implantado, com vias de circulação definidas;
fornecimento de energia elétrica;
abastecimento de água;
soluções de esgotamento sanitário;
serviço de coleta de resíduos sólidos;
acesso a equipamentos públicos e serviços essenciais, tais como educação, saúde e transporte.

DAS CONFRONTAÇÕES
Os titulares de domínio, os confrontantes internos e externos, bem como eventuais terceiros interessados, serão notificados por meio do presente edital e, cumulativamente, mediante notificação encaminhada via postal, com aviso de recebimento (AR), ou por meio de coleta de assinatura pessoal, sendo-lhes assegurada ciência da instauração do procedimento de Regularização Fundiária Urbana (REURB).
Será garantido o **prazo de 30 (trinta) dias**, contados do recebimento da notificação ou da data da publicação deste edital, para apresentação de **impugnação ou manifestação**, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e do Decreto Federal nº 9.310/2018.
Titulares de domínio:
Matrícula nº 11.184, de propriedade de Município de Manfrinópolis/PR;
Matrícula nº 13.544, de propriedade de Município de Manfrinópolis/PR;
Matrícula nº 37.034, de propriedade de Anibo Nunes e sua esposa Francisca Nunes;

Confrontantes:
Matrícula 11.119, de propriedade de Hugo Ivo Thomas e Gerci Picinato Thomas;
Matrícula 42.327, de propriedade de Rosangela Tereza Rodrigues Moura e seu marido Jose Eloi Lima Moura;
Rio Aparecida e Rio Encantilado;
PR-182, de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR

DOS REQUERENTES
São requerentes e beneficiários da regularização fundiária os ocupantes e moradores do núcleo urbano informal denominado Chácara 22, devidamente identificados no levantamento cadastral realizado, e que aderiram voluntariamente ao processo de Regularização Fundiária Urbana (REURB), nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e do Decreto Federal nº 9.310/2018.

Nº	NOME
	CLEONICE DA ROSA
	DINILCI DE FÁTIMA BIEGELMEIER
	DOMINGOS ALBERTO RECH
	ELUIR MARIA SIQUEIRA
	ELZA SEUBERT DE BRITTO e ARNALDO TRANCOSO DE BRITO
	JANETE TEREZINHA DOS SANTOS ALVES e GILMAR ALVES
	LETICIA NUNES MORAES
	MARCIO THOMAS
	MARIA NELSI SIQUEIRA
	NÁTALIE JENNIFER SIQUEIRA BATISTA
	PEDRO BONFIM DOS SANTOS
	VALDECIR RODRIGUES

Os requerentes optaram pela promoção da regularização às suas expensas, nos termos do art. 33, §2º, da Lei Federal nº 13.465/2017.

DAS IMPUGNAÇÕES
Eventuais impugnações deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da última publicação deste edital, junto ao setor de protocolo da Prefeitura Municipal, devidamente fundamentadas e instruídas com os documentos pertinentes.
As manifestações serão analisadas pelos órgãos técnicos competentes e pela Comissão Municipal de Regularização Fundiária, assegurando a apreciação adequada de todos os argumentos apresentados.
O processo administrativo permanecerá disponível para consulta pelos interessados na sede da Prefeitura Municipal, garantindo transparência e acesso às informações do procedimento.
A ausência de manifestação no prazo legal implicará concordância tácita com o procedimento de regularização, nos termos do art. 31, §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 13.465/2017.
Ao término do procedimento, será emitida a Certidão de Regularização Fundiária (CRF), que constituirá título hábil para registro junto ao Ofício de Registro de Imóveis competente.

Manfrinópolis/PR, 18 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

ANEXO I – DELIMITAÇÃO POLIGONAL

ANEXO II – MAPA DO NÚCLEO URBANO

LEI FEDERAL 13.465/2017: Art. 14. Poderão requerer a Reurb: § 2º Nos casos de parcelamento do solo, de conjunto habitacional ou de condomínio informal, empreendidos por particular, a conclusão da Reurb confere direito de regresso àqueles que suportarem os seus custos e obrigações contra os responsáveis pela implantação dos núcleos urbanos informais.

LEI FEDERAL 13.465/2017: Art. 47. Os padrões dos memoriais descritivos, das plantas e das demais representações gráficas, inclusive as escalas adotadas e outros detalhes técnicos, seguirão as diretrizes estabelecidas pela autoridade municipal ou distrital competente, as quais serão consideradas atendidas com a emissão da CRF.

Parágrafo único. Não serão exigidos reconhecimentos de firma nos documentos que compõem a CRF ou o termo individual de legitimação fundiária quando apresentados pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios ou entes da administração indireta.

LEI FEDERAL 13.465/2017: Art. 33. Instaurada a Reurb, compete ao Município aprovar o projeto de regularização fundiária, do qual deverão constar as responsabilidades das partes envolvidas.

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:99C4E1DB

MEIO AMBIENTE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0241/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0241/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0241/2026**
LEI MUNICIPAL 704/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR					
SERVIDOR	ADRIANO KOCH			**MATR.**	**1012243**
CARGO/FUNÇÃO	DIRETOR DE DEPARTAMENTO MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO	**LOTAÇÃO:**	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
	EFETIVO	X	**COMISSIONADO**		VAN ESPORTE
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA:**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	SEH-4A50

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
INICIO	**FIM**				
14/08/2026	14/08/2026	CAPANEMA	PR	PARA ; VISITAÇÃO Á FEIRA DO MELADO	0,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – Pr, em 14 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:89A23EEC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 119/2026 - HOMOLOGAÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

	8748 - GUARDA CIVIL MUNICIPAL - MATINHOS	
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0043513	ABDON ALVES DA SILVA FILHO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042199	ABNER RIBEIRO MACHADO	CadÚnico
0043389	ADAIR MORAES JUNIOR	CadÚnico
0042139	ADALBERTO FERNANDES ROSA	CadÚnico
0042902	ADAN PILAR STRINGHINI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043729	ADÃO BATISTA RODRIGUES	Doador de Medula Óssea
0042815	ADELSON MARTINS DE VASCONCELOS JUNIOR	CadÚnico
0042137	ADEMAR SANTOS MARTINS	Doador de Medula Óssea
0043283	ADEMIR HENRIQUE PAIVA FORCATO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042833	ADIEIZI RODRIGUES VIEIRA DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042264	ADNA LIMA RAMOS	CadÚnico
0042791	ADONY MARTINS PASCHOALIN SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043618	ADRIANA DA SILVA RODRIGUES	Doador de Medula Óssea
0043464	ADRIANA DE SOUZA LIMA	CadÚnico
0043063	ADRIANO BARROS FLORIANO	Doador de Medula Óssea
0042132	ADRIELE DA SILVA MATIEL	CadÚnico
0042262	AFONSO DE OLIVEIRA FILHO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042085	ÁGATA NADJA NASCIMENTO DA SILVA	CadÚnico
0043574	AGATHA CRYSTYNE PASSOS FERREIRA HANS	CadÚnico
0042089	AGUINALDO LUIZ VIDAL FILHO	Doador de Medula Óssea
0043479	ALAERCIO PETRICH JÚNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042917	ALAN CRISTIAN RAMOS DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043577	ALAN EMANUEL FERREIRA	Doador de Medula Óssea
0042110	ALCEU MENDES DO NASCIMENTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043453	ALEANDRO OLIVEIRA DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042065	ALESSANDERSON MARCALLO COSTA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042805	ALESSANDRA MIRANDA PONTES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)

0043680	ALESSANDRO LEMICHKA DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042320	ALESSON WILLIAN RIBEIRO VIANA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042758	ALEX ANTUNES BARBOSA	CadÚnico
0042479	ALEX DEPETRIS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042222	ALEX DOUGLAS COSTA VILHENA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043669	ALEX JÚNIOR ARAÚJO CONCEIÇÃO	CadÚnico
0043496	ALEX SANDRO RUMPF DE CASTRO	CadÚnico
0042370	ALEXANDER MAYER	CadÚnico
0042685	ALEXANDRE HENRIQUE DA SILVA BALIERO	Doador de Medula Óssea
0042106	ALEXANDRE LUIZ MANOEL	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043236	ALEXANDRE SALES PIRES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042921	ALEXARI LEAL	Doador de Medula Óssea
0042959	ALINE BUENO CORREA	CadÚnico
0043082	ALINE DA SILVA SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042153	ALINE PEREIRA BERTONCINI	Doador de Medula Óssea
0042965	ALISSON ADRIANO DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042933	ALLAN BRYKSAAG DO NASCIMENTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043491	ALLAN PEREIRA DE ANDRADE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042024	ALLANA DOS SANTOS FAVORETO	CadÚnico
0043534	ALLANA PAIXAO WISTUBA SERAFIM GARCIA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042009	AMANDA CARVALHO DE PAULA SOUZA	CadÚnico
0042457	AMANDA COSTA DOS SANTOS	CadÚnico

0043647	AMANDA CRISTINA MELO DE OLIVEIRA	CadÚnico
0042852	AMANDA DA SILVA BATISTA	Doador de Medula Óssea
0042865	AMANDA JESSICA MARTINS DE ARAUJO	CadÚnico
0042192	AMANDA MESQUITA VIANA	CadÚnico
0042189	AMARILDO PACHECO EUGENIO FILHO	CadÚnico
0043332	AMAURI DIRCEU RODRIGUES DE CAMPOS	CadÚnico
0042878	ANA CAMILA DA ROSA	Doador de Medula Óssea
0043418	ANA CAROLINA FRANCISCO MACHADO	CadÚnico
0042257	ANA CAROLINE PINOTTI RESENDE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042321	ANA CLARA BORGES FERREIRA	CadÚnico
0042216	ANA CRISTINA PIMENTEL BRANDINO	CadÚnico
0042550	ANA FLÁVIA GONÇALVES LIMA	Doador de Medula Óssea
0043277	ANA GABRIELLY PEREIRA MENDES	CadÚnico
0043419	ANA KAREN NETO REBELO	CadÚnico
0043192	ANA LUISA MUNIZ MAX	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043685	ANA LUIZA ALBUQUERQUE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043681	ANA PAULA DE CHAVES DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042190	ANA PAULA SILVA VICTORINO ZAINO	CadÚnico
0043004	ANDERSON OLIVEIRA DE SOUSA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042617	ANDRÉ ARNALDO KLEIN PEREIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042234	ANDRÉ CARDIN SOARES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042124	ANDRE HENRIQUE FUNARI	Doador de Medula Óssea
0042020	ANDRE LUIS DE OLIVEIRA PALMA	Doador de Medula Óssea
0042814	ANDRE LUIZ DELAVY DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0043214	ANDRÉ LUIZ PAVANI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043735	ANDRE MARTINS MASCARENHA	CadÚnico
0042742	ANDREI CEZAR MOREIRA	CadÚnico
0043409	ANDRÉIA LARISSA MONTEIRO MOREIRA	CadÚnico
0042892	ANDREISY GISELY MENDES FAUSTINO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043730	ANDRESSA AMORIM DA SILVA	CadÚnico
0042506	ANDRESSA BORGUESAN NEVES	CadÚnico
0042367	ANDRESSA KRUGER CORREA	CadÚnico
0042738	ANDRESSA REGINA DOS SANTOS GONÇALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042850	ANDRESSA SCHIRMER CABRAL	CadÚnico
0043380	ANDREWS ELIAS DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042363	ANDREY FELIPE DE LIMA TAVARES DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043011	ANDREY WESLEY MATTOS BATISTA	CadÚnico
0043086	ANDRIANE CAMILA DE LIMA OLIVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043336	ANDRIELE DE CARVALHO PEREIRA	CadÚnico
0042779	ANGÉLICA GOMES LOPES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042709	ANGELO AUGUSTO MATOS	Doador de Medula Óssea
0042536	ANTONIAN FERNANDES DA SILVA	CadÚnico
0042417	ANTÔNIO CÍCERO MARIANO	CadÚnico
0042082	ANTONIO ECLOMAR LAURICA DE FRAGA JUNIOR	CadÚnico
0042708	APARECIDO RODRIGUES DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043092	ARNALDO NASARIO BERGOSSI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043070	ARTHUR PILASTRE NETO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042520	AUGUSTO BENTO VIEIRA NETO	CadÚnico
0042028	BARBARA LUANE ALMEIDA LIMA	CadÚnico
0042086	BEATRIZ WEGENER DIAS	Doador de Medula Óssea
0043607	BIANCA CAROLINE TORRES DE SOUZA	CadÚnico

0043490	BRENDA CARDOSO DO ROSÁRIO	CadÚnico
0042567	BRENDO VERSAO DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043711	BRENO BOWKALOWSKI	Doador de Medula Óssea
0043501	BRUNA ELOISY SANTOS DE JESUS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043318	BRUNO ALVES DA SILVA	CadÚnico
0042923	BRUNO CASTRO DE ASSUNÇAO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043097	BRUNO DE MEDEIROS MARCONDES DA SILVEIRA	CadÚnico
0042502	BRUNO DOS SANTOS LEANDRO ALVES	CadÚnico
0042854	BRUNO MATHEUS DA SILVA RAMOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042601	BRUNO MATHIAS PAIFER	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042896	CAIO ÉRIK PEREIRA THOMÉ	Doador de Medula Óssea
0042655	CAMILA AUGUSTO DA SILVA LENCINA MONTIEL	CadÚnico
0042225	CAMILA DA SILVA GAZOLA	Doador de Medula Óssea

0043188	CAMILA DOS SANTOS ROCHA	Doador de Medula Óssea
0043404	CAMILA LUCACHEVISKI	CadÚnico
0043205	CAMILA PIRES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043531	CAMILE BEATRIS DE OLIVEIRA SANTOS	CadÚnico
0042754	CAMILI VITÓRIA SANTOS DA SILVA	CadÚnico
0042872	CARLOS ALBERTO DIAS FONTES JUNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042184	CARLOS DIOVANE PSYBYLOWSKI	CadÚnico
0042533	CARLOS HUMBERTO RODRIGUES DAMASCENO	CadÚnico
0043134	CAROLA HILDEBRANDO GONÇALVES	CadÚnico
0042721	CAROLINE ALEXANDRE	Doador de Medula Óssea
0043649	CAROLINE ALVES CARDOSO PINOTTI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043103	CAROLINE SIMÕES DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042315	CAROLYNA ESTRELA RAMOS	CadÚnico
0042012	CASSIO DE SOUZA FARIAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042165	CÁSSIO FERREIRA DOS SANTOS	CadÚnico
0042046	CAUAN PONTES LEONARDO	CadÚnico
0042802	CELIO DO VALE JUNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043117	CELSO DE ALMEIDA ALEXANDRE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043021	CELSO EDUARDO JORGE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043503	CHARLES BIANCHINI	Doador de Medula Óssea
0043198	CHRISLAN CESAR DE SOUZA	CadÚnico
0043152	CHRISTOPHER GILBERTO ALVES DOS SANTOS	CadÚnico
0043572	CHRISTOPHER LUCAS BARBOSA NASCIMENTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042818	CIBELE DE OLIVEIRA SOUZA	Doador de Medula Óssea
0042587	CICERO JOSE CORDEIRO DA SILVA	CadÚnico
0043546	CLAUDEMIR DE ARAUJO SANTOS JUNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042242	CLAUDEMIR RODRIGUES DE OLIVEIRA	CadÚnico
0043049	CLAUDIA DA SILVA BARBOSA	CadÚnico
0043244	CLAUDIO CHELSKI	CadÚnico
0042672	CLAUDIO DE ASSIS RAMOS	CadÚnico
0042867	CLAYTON JOSE BATISTA	CadÚnico
0043640	CLEITON DOS SANTOS ZBUINOWICZ	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043383	CLEITON ULSENHEIMER	CadÚnico
0042378	CLEONICE DE CARVALHO MACHADO	CadÚnico
0043140	CLEVERSON RODRIGO BARBOSA DE LIMA	CadÚnico
0043642	CRISBELI AUGUSTA LUTKE	CadÚnico
0043195	CRISLAINE APARECIDA RODRIGUES	CadÚnico
0042419	CRISTIAN WILLIAN DE PAULA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)

0042964	CRISTIANE DA COSTA SANTOS DA SILVA	CadÚnico
0043020	CRISTIANO CARDOSO ILDEFONSO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042126	CRISTIANO CAVALLARI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043529	CRISTIANO LOURENÇO DE SOUZA	CadÚnico
0042582	CRISTIANO PEREIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043424	CRISTIANO WEBER DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0042501	CRISTINA DA SILVA BALIERO	Doador de Medula Óssea
0042034	DAIANA MEDINA GOMES	CadÚnico
0043275	DALLESKA LOPES	CadÚnico
0042148	DALMIRO DO ROSARIO BEZERRA	Doador de Medula Óssea
0043484	DANIEL CASEMIRO	CadÚnico
0042244	DANIEL DA SILVA FRANCISCO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043300	DANIEL DE JESUS DO NASCIMENTO	CadÚnico
0042256	DANIEL GOMES PEREIRA NETO	CadÚnico
0043559	DANIEL GONÇALVES ROXINSKI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042829	DANIEL RAMOS FERNANDES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043017	DANIELA GARCIA DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0043542	DANIELE ANTONIA DE LIMA OLIVEIRA PEREIRA	CadÚnico
0042149	DANIELE ARCE CARVALHO PINTO	CadÚnico
0043215	DANIELLA LEANDRA SOARES MOREIRA	CadÚnico
0042796	DANIELLE BORTOLINI DE OLIVEIRA	CadÚnico
0042075	DANILO DA LUZ	CadÚnico
0043585	DANILO SIMÃO LAGROTERIA OLIVEIRA FARIA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043614	DAVI HIROSHI DE GOIS KAWAGUTI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043102	DAVID WENDEL DE CAMARGO	Doador de Medula Óssea
0042465	DAYANE GESSICA TABORDA	Doador de Medula Óssea
0042260	DEBORA DE FATIMA CAMARGO DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042398	DEIVID DENER DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0042010	DÉLCIO EVANDRO MUNSTER ROSA	CadÚnico
0042481	DELILSON RODRIGUES DE GODOY	CadÚnico
0042144	DEMÉTRIO ROMÃO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042251	DENIAN DE PAULA	CadÚnico
0043066	DENILSO DE MELO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043168	DENISE BELO VIEIRA	Doador de Medula Óssea
0043387	DENISE PEREIRA SILVANO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042428	DEONEL CORREA	Doador de Medula Óssea
0042542	DHIENIFER CAROLINE CRUZ DE SOUZA DE ALMEIDA	CadÚnico
0043141	DIEGO GONÇALVES MIRANDA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042078	DIEGO NOGUEIRA SOARES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042236	DIEGO OLIVEIRA SILVEIRA	CadÚnico
0042790	DIOGO ABNER MARTINS	CadÚnico
0043590	DISBY SCHUMACHER	Doador de Medula Óssea
0042691	DIVANIL APARECIDO GONÇALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042263	DOMINIQUE DE LIMA	CadÚnico
0042618	DOUGLAS LOVISON PEIXOTO	Doador de Medula Óssea
0042445	DOUGLAS MACIEL VARGAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043523	DRIELE MENDES LINO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042073	EDEILSON PONTES BRANDAO	CadÚnico
0042507	EDMA CARLA ALVES DE OLIVEIRA	CadÚnico

0043576	EDSON DE AGUIAR ELIAS JUNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043149	EDSON FRANÇA DE LIMA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)

0042599	EDUARDA LEITE ALVES	CadÚnico
0042407	EDUARDO BEZERRA DA SILVA	CadÚnico
0043290	EDUARDO GAVELETA DE CRISTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042226	EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA LOPES	Doador de Medula Óssea
0042811	EDUARDO LUIS MONTINO DE OLIVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042540	EDUARDO NORDESTE SALGADO	CadÚnico
0042414	EDUARDO SIQUEIRA	CadÚnico
0043664	ELAINE GONÇALVES BARROZO NEVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043364	ELIAS ALMEIDA DE OLIVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043202	ELIAS EMANUEL TAVARES ALBUQUERQUE	CadÚnico
0042787	ELIKA DE FATIMA XAVIER	CadÚnico
0042661	ELISA RIBEIRO	CadÚnico
0042288	ELISETE APARECIDA RODRIGUES	CadÚnico
0042058	ELISEU SOARES SAMPAIO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042295	ELISON CUARTES ALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042622	ELISSON NEITZKE DE SOUZA	Doador de Medula Óssea
0042130	ELIZABETE ZILLI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042827	ELVIS DAVID DA SILVA	CadÚnico
0043588	EMANOELI GARCIA DALLASTRA	Doador de Medula Óssea
0042410	EMANUELA FERNANDA SANTOS TONIAZZO	Doador de Medula Óssea
0043570	EMANUELLY OLIVEIRA DE ARAÚJO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042722	EMANUELLY PAOLA RODRIGUES NIEVES MEIRA	CadÚnico
0043396	EMERSON NUNES DA SILVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042824	EMERSON RODRIGO FERREIRA	Doador de Medula Óssea
0043166	EMERSON RUDIERI EUZEBIO	Doador de Medula Óssea
0042183	ENZO RUAN OLBERTS DE SOUZA LARA	CadÚnico
0043632	ERIC LUCIOS ARENA DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042444	ÉRICA ROSA DE LIMA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043639	ESTELA MARA DUARTE PEREIRA ABRAO	CadÚnico
0042711	ESTER DA CRUZ SILVA DE GODOY	CadÚnico
0043163	ESTER KAROLINY NICOLAU DE CARVALHO	CadÚnico
0042604	EUZEBIO SOUSA VIEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042246	EVA CRISTINA DE SOUZA DEBALDI DE OLIVEIRA	CadÚnico
0043550	EVANDRO NUNES DA COSTA LIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043003	EVELIN DO NASCIMENTO FANINI	Doador de Medula Óssea
0043298	EVELIS DA SILVA BARBOSA	CadÚnico
0042077	EVELYN APARECIDA MARQUES DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042494	EVELYN THAYS KOSSIN	CadÚnico
0043119	EVERSON CARLOS DE LIMA DA MOTA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043323	EVERTON ALVES COSTA YOTSUMOTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042208	EVERTON EUGENIO NOGUEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043708	EVERTON MENDES BATISTA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042664	EVERTON PEREIRA DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0043242	EVILY DA SILVA AGUIAR	CadÚnico
0043439	EWERTON DA SILVA FRANCO	CadÚnico
0042822	FÁBIA LUIZA DE OLIVEIRA ANDRIOLI	CadÚnico
0043313	FABIANO DA SILVA SANTANA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042855	FABIO DE LIMA SENN	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042786	FABIO LEANDRO ARMINDO	CadÚnico
0042665	FABIO LIACHI DE LIMA	CadÚnico
0042774	FABIO NUNES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)

0042443	FÁBIO PEREIRA GONÇALVES	CadÚnico
0043034	FABIO ROBERTO FERREIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042248	FABIO SOUZA DE OLIVEIRA	CadÚnico
0042928	FABIOLA ROCHA DOS SANTOS FORTUNATO MORAES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042101	FABRICIO DE SOUZA TAVARES	CadÚnico
0043071	FABRICIO LUCIO LOURENÇO DA COSTA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042409	FABRICIO PEREIRA DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0043352	FABRÍCIO ZAIONZ DA ROCHA DE ARAUJO	Doador de Medula Óssea
0042956	FELIPE GOMES MACHADO	CadÚnico
0043267	FELIPE HESPER DE MELLO	CadÚnico
0043237	FELIX EDUARDO DE ALMEIDA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042155	FERNANDA FERREIRA DE OLIVEIRA	CadÚnico
0042788	FERNANDA GUIMARAES GUSTACK	CadÚnico
0043713	FERNANDA NEVES DE LARA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042194	FERNANDO APARECIDO MARIANO	Doador de Medula Óssea
0042842	FERNANDO EREDIA PEREIRA	CadÚnico
0043610	FERNANDO JOSÉ CASTANHA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043371	FERNANDO PIMENTEL RAIMUNDO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042825	FERRUCCIO ROSSI JUNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042279	FILIPE PEREIRA FREITAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043569	FLAVIANO ALVES DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043467	FLÁVIO ANTUNES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042212	FLAVIO MOREIRA PEDROSO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043279	FRANCELIO DE LIMA	Doador de Medula Óssea
0043716	FRANCIANE CAROLIN DOS SANTOS BATISTA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043322	FRANCISCO CESAR CAMARGO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042023	FRANCISCO EDUARDO DE GODOI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042049	FRANCISCO MACHADO	CadÚnico
0043703	GABRIEL BENEDITO DO ROSARIO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043621	GABRIEL BRUKMULLER SANTOS	CadÚnico
0042340	GABRIEL FERREIRA DE SOUZA CARVALHO	CadÚnico
0043486	GABRIEL FILIPE CURVELLO CORDEIRO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042881	GABRIEL IVO ECKERT	CadÚnico

0043282	GABRIEL MENDES ALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042658	GABRIEL PINHEIRO DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043644	GABRIEL VENTURA GUIMARÃES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043435	GABRIELE DE LIMA	CadÚnico
0043348	GABRIELLA SILVA YOTSUMOTO ALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043355	GABRIELLE LOUISE DE MIRANDA SANTOS GALEANO	Doador de Medula Óssea
0042674	GEANE DOS SANTOS	CadÚnico
0042712	GENILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0042611	GENNIFER L. DE MOURA	CadÚnico
0042690	GEORGE PAULO GNOATTO DE FREITAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043120	GERSON FREITAS VIEIRA DE ANHAIA	CadÚnico
0043174	GERSON TADEU GAVLAK NETO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042858	GESSICA LUANA PINHEIRO FELIX	CadÚnico
0042591	GILBERTO DOS REIS DE SOUZA	CadÚnico
0043687	GILBERTO FERNANDES DE SOUZA	CadÚnico
0043470	GILSON JOSÉ CLAUDINO	Doador de Medula Óssea
0042612	GILSON SANT ANA DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042522	GIOVANA DA SILVA ALVES	Doador de Medula Óssea
0043459	GIOVANA RODRIGUES DE SOUZA	CadÚnico
0042425	GIOVANNA MARCONSSIN DOS SANTOS	CadÚnico
0042406	GISELE COELHO SIQUEIRA	CadÚnico
0042521	GISELE FRANCO DE LIMA	CadÚnico
0043723	GISLAINE FELIX DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0043038	GIULIA MARIA FERNANDES DA SILVA GASPAR PECINE	CadÚnico
0043241	GRACE KELLY DALFRE	CadÚnico
0042213	GUILHERME ASSI DE CAMARGO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043592	GUILHERME DA COSTA RICARDO MACHADO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043620	GUILHERME HENRIQUE MATOS DE ALMEIDA	Doador de Medula Óssea
0042552	GUILHERME HENRIQUE SILVEIRA SANTANA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042230	GUILHERME PORTELA DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042317	GUILHERME RODOVALHO CESAR	CadÚnico
0042634	GUSTAVO DE CARVALHO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042620	GUSTAVO ELIEZER TERRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043636	GUSTAVO PAIVA MARTINS	Doador de Medula Óssea
0043553	HAYNER CHRISTIAN NUNES DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0043656	HÉLIO JOSE DOS SANTOS FERNANDES	CadÚnico
0042093	HELTON RODRIGO DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043238	HENRIQUE DE CAMPOS	Doador de Medula Óssea
0043432	HENRIQUE DE CARVALHO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042322	HENRIQUE MASCARENHAS SOUZA	Doador de Medula Óssea
0043549	HENRIQUE OLIVEIRA DE FREITAS	CadÚnico
0042052	HEVELIN DE SOUZA FARIAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042376	HILARY LAUFER SIQUEIRA	CadÚnico
0043468	HOMERO JORGE DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042489	HUGO DA SILVA BRANDÃO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042875	HUGO GUILHERME TAUBE	Doador de Medula Óssea
0042360	IARA RENATA DE SOUZA ROCHA	CadÚnico
0042373	IGOR HENRIQUE TULIO VIDAL	CadÚnico
0042436	IGOR MANOEL BOWKALOWSKI	Doador de Medula Óssea
0043357	IGOR NASARIO BERGOSSI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042176	IGOR RENAN PERSON	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043180	IJAIR DELANI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043200	IRIS PEREIRA DA SILVA MAGALHÃES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042422	ISABEL CRISTINA DA COSTA FARIAS	CadÚnico
0043288	ISABELA CARDOSO MOREIRA	Doador de Medula Óssea
0042327	ISABELLA CHAGAS RODRIGUES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042603	ISABELLA EDUARDA DOS SANTOS DE SOUZA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042439	ISABELLA IVEN DA ROSA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042668	ISABELLE SPIEL GONÇALVES FERREIRA	CadÚnico
0043044	ISADORA ALBERTI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043653	ISRAEL LUIS DA FONSECA ZILLI	CadÚnico
0042505	ITAINA DA SILVA	CadÚnico
0042358	ITALO CARVALHO BEZERRA	CadÚnico
0042309	IURI CARDOSO	CadÚnico
0043359	IURY DOS SANTOS SILVA	CadÚnico
0042453	IVONETE DA ROCHA ARRUDA	CadÚnico
0043400	JACKELINE MARINO DO NASCIMENTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042882	JACKSON BRUNO BOIARSKI	CadÚnico
0042513	JACKSON FERNANDES MOURA	CadÚnico
0043074	JACKSON LUIZ DE LIMA NEVES	CadÚnico
0043216	JADER AUGUSTO GONÇALVES FERREIRA	CadÚnico
0042401	JAILTON CARLOS CARVALHO	CadÚnico
0043376	JANAINA THAIS ALVES	CadÚnico
0043030	JAQUELINE FLAVIANA DOS SANTOS OLIVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043139	JAVERSON FERREIRA MIRANDA	Doador de Medula Óssea
0042756	JEAN CARLOS DA SILVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043079	JEAN CARLOS MARTINS DOS SANTOS	CadÚnico
0043265	JEAN SALDANHA FRANCO	CadÚnico
0042727	JEDIEL DE OLIVEIRA MACHADO MARCONDES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042503	JEFFERSON SALAZAR FILHO	CadÚnico
0042491	JESIEL DA SILVA NUNES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043170	JESSICA ADNA DOS SANTOS ANDRADE	CadÚnico
0043488	JESSICA DA SILVA ANDRADE	CadÚnico
0042084	JESSICA SANTOS QUEIROZ	CadÚnico
0042845	JESSICA VALERIA GROS BRAGA	CadÚnico
0043280	JHENNIFER VIANA FIGUEIRÓ	CadÚnico

0043069	JHON ISAQUE WILLOCK DA SILVA	CadÚnico
0042828	JHONATA LUIS PANTOJA GONÇALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042220	JOAO ANTONIO DA SILVA CRUZ	CadÚnico
0043133	JOÃO GUSTAVO DE SOUZA MASCARENHAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043540	JOÃO HENRIQUE MARTINS	CadÚnico
0042283	JOÃO LUCAS CAETANO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043587	JOÃO MANOEL DA SILVA COSTA	CadÚnico
0042860	JOÃO PAULO KUNDY DERETTI	CadÚnico
0042538	JOÃO PEDRO DOMINGUES AZEVEDO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043334	JOÃO VICTOR DE OLIVEIRA JOÃO DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043606	JOÃO VICTOR GARCIA DUTRA	Doador de Medula Óssea
0042209	JOÃO VICTOR RIBEIRO	CadÚnico
0043454	JOÃO VITOR DA SILVA CASTRO	CadÚnico
0043676	JOAO VITOR SALES AMARO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043477	JOAQUIM MACHADO DA CRUZ	CadÚnico
0042819	JOCEMIR NEVES DE SOUZA	CadÚnico
0042726	JOCINEIA RIBEIRO MARTINS	Doador de Medula Óssea
0042348	JOEZER RAMOS BONFIM	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043107	JOFRE TOMAS CERQUEIRA ALMEIDA	CadÚnico
0043581	JOHATAN OLIVEIRA DA LUZ	Doador de Medula Óssea
0043543	JOHNNY GIL MELCHIADES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042397	JOICE DA SILVA AZEREDO	CadÚnico
0043138	JONAS CLAUDINEI ROIK	CadÚnico
0043658	JONATA ADRIEL CORDEIRO DE ANDRADE	CadÚnico
0043654	JONATA ARIEL DE ANDRADE	CadÚnico
0042379	JONATAN BERNARDI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043709	JORDAN VANDO MEDEIROS RAMOS	CadÚnico
0043335	JOSE CARLOS GIL MELCHIADES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042530	JOSÉ DIRCEU RIBEIRO ROSSA	CadÚnico
0042777	JOSE DONIZETI FURTADO	CadÚnico
0042863	JOSE EDISON DE MACEDO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043675	JOSÉ HENRIQUE PADILHA	Doador de Medula Óssea
0042305	JOSÉ MARIA DE SOUSA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043257	JOSÉ ROBERTO CAXIADO FILHO	CadÚnico

0042152	JOSÉ VALDIR VIANA DOMINGOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042429	JOSÉ VALMIR MENDES	CadÚnico
0042535	JOSE WILSON PEREIRA DUARTE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043474	JOSEMAR GERALDO	CadÚnico
0042789	JOSIANE BRASIL	CadÚnico
0043189	JOSIANE RIBEIRO DE SOUZA	CadÚnico
0043457	JOSILAINE DE FATIMA FERREIRA	CadÚnico
0042290	JOSUÉ ALYSSON MELLO DE OLIVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042087	JOSUE DA SILVA ASSIS	CadÚnico
0043338	JOYCE KELLE MELO ADORIAN	CadÚnico
0043480	JUAREZ GREFF	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043584	JULIANA APARECIDA BRASILINO	CadÚnico
0043631	JULIANA APARECIDA GULIN DE LARA	CadÚnico
0042088	JULIANA APARECIDA MARTINS RAMOS	CadÚnico
0043663	JULIANA RODRIGUES AMORIM	CadÚnico
0043573	JULIANA SOARES DAL OSTO	CadÚnico
0042180	JULIANO GAMA DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042512	JULIANO TURCHETTO	CadÚnico
0042471	JULIO CESAR GONÇALVES DE LARA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042031	JULIO CEZAR LUCIANO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042437	JÚLIO CEZAR ROSÁRIO DE SOUZA	CadÚnico
0042325	JUNIOR NELCI GUERREIRO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042380	KAIRON CANTON	Doador de Medula Óssea
0043294	KAMILA CRISTIE SANTOS	Doador de Medula Óssea
0043510	KAMILE ANACLETO MESQUITA	CadÚnico
0043339	KAOANA MARLENE IHLENFELDT BARRERE	CadÚnico
0043212	KAREN SUSAN SILVA PITINGA DA ROSA	Doador de Medula Óssea
0042029	KARINA HIROTA SERRATTI GODOI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042421	KARINE GRASSI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043016	KAROLINE ALVES DO NASCIMENTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043009	KAROLINE CEZAR CARMO DOS SANTOS CONDE	CadÚnico
0043612	KAROLINE CRISTINA LOOS	CadÚnico
0042060	KAROLINE DE OLIVEIRA DOMINGOS	CadÚnico
0042639	KELLI CORDEIRO DE LIMA	CadÚnico
0042041	KELLI LIDIANE ZANINI	CadÚnico
0042516	KELVIN GABRIEL DOS SANTOS VIANA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043012	KELVIN MORAES ZIELINSKI LEMOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042304	KETELLYN FREITAS DOS SANTOS	CadÚnico
0042539	KEVIN GABRIEL DA SILVA NASCIMENTO	CadÚnico
0042528	KLEVERSON CESAR DUTRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042961	LAIANE TELES MARTINS	CadÚnico
0042449	LAIS FERNANDA PIRES DE ALMEIDA PERILLI	CadÚnico
0043568	LAIS SILVA ROSSETI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043525	LARISSA ALBUNIO MATIOSKI	Doador de Medula Óssea
0042134	LARISSA BORBA PORTELLO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042990	LARYSSA CRISTINY COELHO AMARAL PONTES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043530	LAURA MARIA DE JESUS GOMES	CadÚnico
0042462	LAYANE RAPHAELE OLIVEIRA DOS SANTOS	CadÚnico
0043706	LEANDRO DE FREITAS LOPES	Doador de Medula Óssea
0043190	LEANDRO DE MELLO NASCIMENTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043331	LEANDRO HALISKI FHOGUES	CadÚnico

0042976	LEANDRO IGOR PONTES DO CARMO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)

0042125	LEANDRO LUIZ MINAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043471	LÉIA FERREIRA PEREIRA	CadÚnico
0042136	LEILA ANDRETTA	CadÚnico
0042470	LEOCADIO JOELSON PIANARO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043051	LEONARDO DONATTI DA SILVA	CadÚnico
0043399	LEONARDO FERRACINI ALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043159	LEONARDO LUIZ DE MIRANDA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043183	LEONARDO MINUZZO ZIMERMAN	Doador de Medula Óssea
0042861	LEONARDO VEIGA FREIXO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042573	LETICIA DA SILVA SALINAS	CadÚnico
0043023	LETÍCIA PADILHA ALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042544	LIDIANE MARTINS RODRIGUES DE SOUZA	Doador de Medula Óssea
0043580	LISEU FRANÇA SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042140	LIU DHIEVERLY RODRIGUES FRANK	CadÚnico
0042982	LOISLEYNE BASTOS DA ROCHA	Doador de Medula Óssea
0042266	LOUIS SÉRGEE KAPP DE OLIVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043521	LUAN GABRIEL SOARES BEZERRA	CadÚnico
0042104	LUAN MATEUS ROCHA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042490	LUANA MARIA MORETTI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042753	LUANA PEREIRA DE ANDRADE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042941	LUANA TERRA GECHELE ZIBETTI	CadÚnico
0043068	LUCAS DA SILVA	CadÚnico
0043601	LUCAS DA SILVA DE ANDRADE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043272	LUCAS FIALHO BARRANCO	Doador de Medula Óssea
0043600	LUCAS HERMES DE MACEDO CABRAL DE MELO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043246	LUCAS MARTINI DENCK	Doador de Medula Óssea
0042231	LUCAS MIGUEL RODRIGUES KRSYSIGUSKI	CadÚnico
0043109	LUCAS PEDRO DE FREITAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042643	LUCAS PEREIRA DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042907	LUCAS PINTO VINHORTE	CadÚnico
0043594	LUCCA CHIARELLI DE MACEDO	CadÚnico
0043725	LUCIANA CANDIDO DA SILVA	CadÚnico
0043571	LUCIANA FATIMA DE ANDRADE	CadÚnico
0042074	LUCIANA LUIZA DRANKA	CadÚnico
0043604	LUCIANA SOUZA DE ARAUJO	CadÚnico
0042396	LUCIANA VALÉRIA BUENO SOUZA	CadÚnico
0043362	LUCILDO VIRGULINO COELHO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042035	LUCILEIA DA SILVA NECO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042418	LUCILENI MUNHOS FERREIRA	Doador de Medula Óssea
0042577	LUDMILLA SANTANA RIBEIRO	CadÚnico
0042905	LUIZ ANTÔNIO MESQUITA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043412	LUIZ AUGUSTO GOMES PEREIRA	CadÚnico
0042307	LUIZ CARLOS CARDOSO MATILDE	CadÚnico
0042688	LUIZ CARLOS DE JESUS SOARES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043062	LUIZ EDUARDO DOS SANTOS	CadÚnico
0042979	LUIZ GONÇALVES JUNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043374	LUIZ GUILHERME CECCATTO LEÃO	CadÚnico
0042832	LUIZ GUILHERME DE LIMA MORAIS	Doador de Medula Óssea
0042287	LUIZ HENRIQUE DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043563	LUIZ JHONATAN ALENCAR DE FARIAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)

0042597	LUIZ MIGUEL GONÇALVES BRITTES	CadÚnico
0042032	LUIZ RICARDO FANTINATO FERMINO	CadÚnico
0043724	LUIZA ANDRIOLI CABRAL	CadÚnico
0042942	LUYSI RADECK DE CAMARGO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042336	MAGALI DE LIMA CARVALHO	Doador de Medula Óssea
0042223	MAICON DIONE FIGURA SANTOS CARDOSO	CadÚnico
0042623	MAICON HASKEL FARIAS	CadÚnico
0043406	MAIKON EMANUEL ROCHA	CadÚnico
0042463	MAILON DERBER DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043234	MAJOLIGUELEN ADRIANO MODESTO COELHO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043281	MANASSÉS CORREIA DE ARAÚJO	CadÚnico
0042859	MANOEL RODRIGUES DA SILVA JUNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042908	MARCELA ALVES	CadÚnico
0042432	MARCELI DOS SANTOS GAMA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042841	MARCELO ALVES DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043104	MARCELO LOPES DE OLIVEIRA MARTIM	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042186	MARCELO PEREIRA	Doador de Medula Óssea
0042411	MARCELO ZELINSKI	CadÚnico
0042040	MÁRCIA PETRINA DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042541	MÁRCIO CEZAR CONRADO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043208	MARCIO JOAO AUGUSTO	Doador de Medula Óssea
0042565	MÁRCIO JOSE DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042768	MARCIO ROGERIO ARAUJO SANTOS	CadÚnico
0042112	MARCIO SILVA CAMPOS	CadÚnico
0043696	MARCOS ANTONIO MACHADO	CadÚnico
0043160	MARCOS ANTONIO PEREIRA	CadÚnico
0042016	MARCOS DANIEL RODRIGUES VASCONCELOS	CadÚnico
0043665	MARCOS PRESTES	CadÚnico
0042274	MARCUS VINICIUS NOGUEIRA	Doador de Medula Óssea
0042008	MARIA CAROLINA DOS SANTOS FRANÇA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043591	MARIA EDUARDA WIEGAND	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042585	MARIA FERNANDA VIEIRA DOS SANTOS	CadÚnico
0043196	MARIA LUCÉLIA FERREIRA DA SILVA	CadÚnico
0043233	MARIA LUIZA SUSLA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042662	MARIA VITÓRIA CORREA DOS SANTOS	CadÚnico
0043186	MARIANA CRUZETTA COELHO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043670	MARIANA DE OLIVEIRA FINATO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)

0042751	MARIANE KAVALKEVISKI VICHINESKI CABRAL	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043121	MARIANE RODRIGUES DA CUNHA DE SOUSA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043509	MARIELE FELISBINO LAMEU	CadÚnico
0043276	MARIELE MELO STELLA	CadÚnico
0042120	MARINA BUZATTO PARENTE	Doador de Medula Óssea
0042919	MARIO MARQUES PRIMO	Doador de Medula Óssea
0042736	MARIO SÉRGIO DA SILVA	CadÚnico
0043287	MATEUS FILADELFO DO ROSÁRIO	CadÚnico
0042229	MATEUS HENRIQUE CAMARGO BRAGA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042798	MATEUS PIERIN MEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042764	MATHEUS CZAJKA DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042678	MATHEUS DA SILVA LUCAS	CadÚnico
0043447	MATHEUS DE CASTRO VESQUE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042129	MATHEUS DOS SANTOS COELHO	CadÚnico
0043650	MATHEUS FELIPE RODRIGUES HENRIQUE	CadÚnico
0043415	MATHEUS RAMON PRADO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043110	MAURÍCIO DE FARIA SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042831	MAURO LUIS ALVES CARVALHO	CadÚnico
0043728	MAYARA CAROLINE DA LUZ FERREIRA	Doador de Medula Óssea
0043710	MAYARA CAROLINE RIBEIRO	CadÚnico
0043114	MAYARA CRISTINA DOS SANTOS OZUNA	CadÚnico
0043657	MAYCKON PAULO MUNHOZ MARTINS	Doador de Medula Óssea
0042681	MAYCKON PINHEIRO DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042062	MAYKON JÚNIOR MACEDO PLATNER	CadÚnico
0043414	MAYROM KELTON DE AGUIAR ALMEIDA	CadÚnico
0042203	MICHAEL ANDRE MATSUMURA DOS SANTOS	CadÚnico
0043075	MICHELLE DE FÁTIMA SOARES TORTURA	CadÚnico
0043648	MIGUEL ALVES DA SILVA	CadÚnico
0042267	MILENA LEANDRO GONÇALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043154	MILENA LOPES LARA	Doador de Medula Óssea
0043717	MILENA MOREIRA RIBAS	Doador de Medula Óssea
0042993	MISAEL FERREIRA SUZARTE DOS SANTOS	CadÚnico
0042423	MISAEL NEVES SANTANA	CadÚnico
0042448	MÔNICA DE LIMA CARVALHO	Doador de Medula Óssea
0043273	MURILO FERREIRA DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042657	MYCHAEL MEROSKI GARABELLI FERREIRA	CadÚnico
0043005	NAIARA DO ROCIO LEITE	Doador de Medula Óssea
0042227	NATHAN GABRIEL SANTANA PEREIRA	CadÚnico
0042109	NATHAN MAGALHAES DA VEIGA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043370	NECLANOR SOARES NETO	CadÚnico
0042493	NELSON FELIPE YURI SILVA DE OLIVEIRA	CadÚnico
0043304	NEUDYS HENRIQUE DE ABREU ROSÁRIO	CadÚnico
0042294	NEUZA APARECIDA DE LIMA SANTOS	CadÚnico
0042595	NICKOLE LOPES PEREIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042645	NICOLAS RAPHAEL MIRANDA	CadÚnico
0042480	NICOLE DA SILVA VOLF	CadÚnico
0042671	NILTON CESAR LENCINA MONTIEL	CadÚnico
0043633	NOELLEN CAROLINE MENAIDE FELISBINO	CadÚnico
0042684	NORBERTO FARIAS DO NASCIMENTO	CadÚnico
0042543	OTÁVIO LEONIDAS ZAROR	CadÚnico
0042739	OZEIA GERALDO EDUARDO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042323	PABLO PATRICK PAIXÃO DA SILVA	CadÚnico
0043516	PABLO PHILIPPE DE OLIVEIRA	CadÚnico
0043271	PAMELA LAUANA VARVENCZACH	Doador de Medula Óssea
0043184	PAOLA CAROLINE BRECAILO CALDAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042894	PATRICIA DE CASTRO ALVES	CadÚnico
0042427	PATRICK DE LIMA TESSARO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043504	PATRYCIA ELÊNA DUARTE ABRÃO	CadÚnico
0042784	PAULO CEZAR DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042458	PAULO HENRIQUE CORREA DE MELLO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042021	PAULO ROBERTO DIAS JUNIOR	CadÚnico
0043377	PAULO ROBERTO MAREL	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042997	PAULO VINICIUS FIRMINO CARDOSO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042026	PEDRO ANTONIO SLABCOUSKI GARCIA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042775	PEDRO AUGUSTO SEVERO JOSEFI	CadÚnico
0042624	PEDRO LUCAS PATRICIO MONTEIRO	CadÚnico
0042335	PHELIPE PEREIRA DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043096	POLIANA SILVA ASSIS GONÇALVES	CadÚnico
0042404	PRISCILA DA CRUZ MENDES LANCE	CadÚnico
0043351	QUEILON LUAN DE ANDRADE PRUSAK	CadÚnico
0043515	RAFAEL ALVES MIRANDA	CadÚnico
0043187	RAFAEL BARRAGANA ALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043153	RAFAEL CORREA DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0042160	RAFAEL DE SOUSA FERREIRA	Doador de Medula Óssea
0042562	RAFAEL LUIZ TAVARES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043128	RAFAEL RICARDO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042408	RAFAEL ROOSEWELT RAMALHO ARAUJO SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042759	RAFAELA CAROLINE MATSEN	CadÚnico
0043100	RAFAELA DA LUZ BRITES	CadÚnico
0042888	RAFAELA LUNARDI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043101	RAFAELA SOUZA JESUS	CadÚnico
0042205	RAFFAEL VIANA GONÇALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042972	RAMON HNATIUK	Doador de Medula Óssea
0043452	RAYSSA BEATRIZ ANDRADE DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042056	RAYSSA CRISTINE SANTOS SOARES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043368	RAYSSA MATHIAS MARCELO	CadÚnico

0042532	REGIANE VIANA CORDEIRO	CadÚnico
0042748	REGINA CAÇADOR FERREIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042292	REGINALDO DENIS VENTURA	CadÚnico
0043401	REGINALDO DOS SANTOS LEÃO	CadÚnico
0042070	REGIS ALEXANDRE DIOGO	CadÚnico
0043366	RENAN WILLIAN DE OLIVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043122	RENATA CAROLINE NANTES	CadÚnico
0043129	RENATA SANTOS DA SILVA	CadÚnico
0042451	RENATO DA SILVA GONÇALVES	CadÚnico
0042776	RHIAN FELLIPE RODRIGUES GOMES	CadÚnico
0042455	RHUAN CAMARGO CARDOSO	CadÚnico
0043727	RICARDO DIAS WROBLEWSKI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042405	RICARDO MENDES LANCE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043024	ROBSON DE AMORIN OLIVEIRA	CadÚnico
0042548	ROBSON SILVÉRIO DOPP	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043674	RODRIGO AUGUSTO PEDRUZZI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043136	RODRIGO BACK	Doador de Medula Óssea
0042111	RODRIGO BATISTA DA SILVA	CadÚnico
0042090	RODRIGO CESAR FERNANDES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042579	RODRIGO COSTA CARVALHO	CadÚnico
0043511	RODRIGO DE OLIVEIRA CORREIA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042808	RODRIGO GOLEMBIOUSKI AMARAL	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042619	RODRIGO PAULA DE AZEVEDO	CadÚnico
0042761	RODRIGO RODRIGUES PEREIRA	CadÚnico
0043330	ROGER SOUZA DE BRITO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043207	ROMÁRIO DIOGO SANTOS	Doador de Medula Óssea
0043072	ROMEU RIBEIRO	CadÚnico
0042166	ROMOALDO MANOEL DA SILVA	CadÚnico
0042816	RONALDO DE SOUSA FERREIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042795	RONALDY MARCEL SIMOES DA COSTA	CadÚnico

0043042	ROSELI RIBEIRO CAMILO VIVEIROS	Doador de Medula Óssea
0043567	ROSIMARA APARECIDA BARBOSA	CadÚnico
0043485	ROSMAR DA SILVA JUNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043416	RUAN EDUARDO GROB RODRIGUES SOARES	CadÚnico
0043076	RUBIANE BATISTA DA CRUZ	Doador de Medula Óssea
0042276	RUDI DA SILVA MOREIRA	CadÚnico
0043324	RUDINEIA ZIMPEL	CadÚnico
0043291	RUTE GONÇALVES DE SOUZA ROMERO	CadÚnico
0042697	SABRINA CUBAN	CadÚnico
0042716	SABRINA HELOISA MEIRA FERREIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042161	SAMUEL DE OLIVEIRA	CadÚnico
0042273	SANDRA CRISTINA VORONIAK	CadÚnico
0042887	SANDRA DE FREITAS BORTOLOSSO	Doador de Medula Óssea
0042211	SANDY DOS SANTOS PIRES	CadÚnico
0043314	SANNDY KAROLAINY DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042245	SEBASTIÃO DO SOCORRO OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR	CadÚnico
0043411	SEBASTIÃO RAIMUNDO DA SILVA JUNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043605	SELMA APARECIDA DE OLIVEIRA	CadÚnico
0042713	SERGIO HENRIQUE DA SILVA PEREIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042253	SERGIO MACHADO FILHO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043260	SHEILA DE LIMA ALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042614	SHEILA DOS SANTOS EIGLMEIER	CadÚnico
0043172	SIDNEI PINTO FERREIRA	CadÚnico
0042531	SIDNEI RESENDE FERREIRA	CadÚnico
0042339	SILLAS KHALIL MACHADO	CadÚnico
0043130	SIMONE NATALIO DOS SANTOS	CadÚnico
0042303	SONIARA CAMILA DE SOUZA	CadÚnico
0043385	STHEPHANIE CATARINA SLOTY DA SILVA	CadÚnico
0042013	SUELEN ELIZANDRA DA SILVA	CadÚnico
0043715	TAFAREL SANTOS DE CASTRO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043142	TALITA CAROLINE SANTOS GONÇALVES	CadÚnico
0043394	TATIANA GALINDO DAINEZER	CadÚnico
0042019	TATIANE CAROLINE CORISCO	CadÚnico
0042695	TATIANE RIBEIRO GONÇALVES FERREIRA	CadÚnico
0043473	THAIS DA CRUZ FREIRE RIBEIRO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042663	THAYSLAINE STELLE	CadÚnico
0043177	THIAGO ADRIANO SILVA	CadÚnico
0043150	THIAGO CARVALHO MARTINS DE LIMA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043039	THIAGO DE CAMPOS ANDRADE LIMA	CadÚnico
0042735	THIAGO DIAS DA VEIGA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043661	THIAGO JULIUS SILVEIRA GANTER	CadÚnico
0042252	THIAGO SEBASTIAO OLIVEIRA DOS SANTOS	CadÚnico
0043582	THOMAS DOS SANTOS OLIVEIRA	CadÚnico
0042706	TIAGO ALEXANDRINO DA SILVA	CadÚnico
0042927	TIAGO COSTA DE OLIVEIRA	CadÚnico
0042469	TIAGO DE JESUS BUENO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043116	TIAGO FERNANDES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042589	VALDEMAR SILVA DA LUZ	CadÚnico
0042440	VALDERI DA SILVA	CadÚnico
0042324	VALÉRIA CRISTINE VALERIO	Doador de Medula Óssea
0043441	VALERIO DE SOUZA	CadÚnico

0043626	VALMIR JOSE GORISCHH	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043085	VANDERLEI ALVES DE OLIVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042729	VANESSA LOYANNE MIRANDA SARAIVA	CadÚnico
0042113	VANESSA TAVARES DA COSTA	CadÚnico
0043684	VANESSA VANTROBA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)

0043507	VERICSON SILVA DE ALMEIDA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043720	VICTOR DE GOES COGNIALLI	Doador de Medula Óssea
0042173	VICTOR MATEUS DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042438	VICTOR SCHULTZ	CadÚnico
0043346	VICTOR WIELGANCZUK SANTOS	CadÚnico
0042037	VILMAR DE ASSUMPÇÃO	CadÚnico
0042866	VILMAR SOARES	CadÚnico
0043061	VINÍCIUS BRUSTOLIN MENDES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042403	VINICIUS CARLIN DE ALENCAR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042284	VINICIUS DE LIMA FRIGERI	CadÚnico
0042974	VINICIUS SANTOS SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043505	VINICIUS SLOMPO DE ÁVILA	Doador de Medula Óssea
0043232	VITOR AUGUSTO AFONSO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042646	VITOR GABRIEL BUENO	CadÚnico
0042638	VITOR HUGO LEPIQUE MARCATTO	CadÚnico
0042870	VITOR OTÁVIO FRAGA MALAQUIAS	Doador de Medula Óssea
0043707	VITOR QUIROGA CONTEZINI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042757	VITOR RENAN FERREIRA DOLENNEI	CadÚnico
0042135	VIVIANE CASSILHA FERREIRA	CadÚnico
0043386	WAGNER CUNHA DE SOUZA	CadÚnico
0043517	WAGNER EDRIAN GODOI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043303	WAGNER ROSA DE JESUS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043255	WALISON RODOLFO CUSTODIO DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042055	WANELLY LUANA DE MELO GOUVEIA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042705	WANESSA CRISTINA BRAZ BURGA	CadÚnico
0043497	WELLINGTON AFONSO DA SILVA FERNANDES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043686	WELLINGTON ALVEZ DE LIMA DO NASCIMENTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042951	WELLINGTON JOSE DE ANDRADE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042468	WELLINGTON MARLON HONORATO PINTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042584	WELLINTON ANTONIO DA SILVA CORDEIRO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043694	WERBERTH DO ROSARIO ROCHA	CadÚnico
0043458	WESLEY CAMARGO BRAGA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043124	WESLEY CARLOS ALVES DE CARVALHO	Doador de Medula Óssea
0042666	WILLAN PEREIRA MARIA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043123	WILLIAN APOLINARIO DE JESUS DE SOUZA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043719	WILLIAN DE CAMPOS AGOSTINHO	Doador de Medula Óssea
0042561	WILLIAN OPOLIS DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042743	WILLIAN OTTO KRUGER	Doador de Medula Óssea
0042022	WILLIAN PEREIRA DOS SANTOS MARTINS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043508	WYTALO SOUZA BARROS	CadÚnico
0043381	YAN GUSTAVO DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042608	YURI EIGLMEIER KAI	CadÚnico
0042649	ZENO FLORO KUS	CadÚnico

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:D6640A48

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 98/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 18/2026

OBJETO: Locação de mobiliário para a 5ª Edição do Marumbi Festival, programada para ocorrer nos dias 22 e 23 de agosto de 2026, para atender a Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Morretes, fundamentada nos termos do artigo 75, inciso II da Lei Federal n.º 14.133/2021..

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Considerando a solicitação e justificativa para contratação do objeto proposto, procedendo a análise de documentos quanto ao objeto a ser contratado e com base na classificação das propostas onde o critério aplicado foi o de **MENOR VALOR.**

Considerando a informação da Secretaria da Fazenda, Divisão de Contabilidade e o arrazoado contido no Parecer exarado pela Assessoria Jurídica deste Poder, que, dentre outras ponderações, opina sobre a legalidade desta dispensa de licitação para o referente objeto**.**

Em conformidade com as informações constantes no Processo Administrativo nº 98/2026, no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 560/2022.

DECIDE-SE:

Tendo como princípio a economicidade, e com fundamento nos termos do artigo 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, **HOMOLOGO** a dispensa de licitação cujo objeto é a Locação de Mobiliário para a 5ª Edição do Marumbi Festival, em atendimento da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Dito isso, **RATIFICO** a contratação da seguinte proposta:
EMPRESA: 44.673.124 - REINALDO ROCHA SILVA – ME.

CNPJ nº 44.673.124/0001-03.

OBJETO:

Item	Produto/ Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Locação de banco rústico de paletes com almofada: locação de banco rústico confeccionado com 3 pallets de madeira empilhados e fixados, com acabamento lixado e tratado. Acompanha almofada acolchoada com espuma de alta Densidade (mín. D26), revestida com tecido impermeável ou courino, cor preta. Dimensões aproximadas: 120 cm (c) x 80 cm (l) x 45–50 cm (a total, com almofada). Uso: Marumbi Festival. Incluso na locação: entrega, retirada e itens em perfeitas condições de uso. Quantidade de itens: 15 Diárias: 02 Total: 30 un. de diárias. Período da locação: 22 e 23 de agosto de 2026 Local do evento: Morretes-PR – Porto de Cima. Serviços incluídos: entrega, montagem no local e retirada ao final do evento.	Diária	30	118,84	3.565,20
02	Locação de mesa rústica com bancos acolchoados: conjunto composto por 1 mesa de madeira tratada, com acabamento lixado e envernizado, e 4 cadeiras de madeira. Estrutura firme e segura, com visual rústico, ideal para eventos culturais, feiras ou ambientes de convivência. Quantidade: 30 Diárias: 02 Total: 60 un. de diárias. Período da locação: 22 e 23 de agosto de 2026. Local do evento: Morretes-PR – Porto de Cima. Serviços incluídos: entrega, montagem no local e retirada ao final do evento.	Diária	60	R$69,17	R$4.150,20
03	Locação varal de luzes Descrição: serviço de locação de varal de luzes decorativas (também conhecido como “luz de gambiarra” ou “luz de festa”), com lâmpadas led de luz quente (amarelada), instaladas em cabos de sustentação próprios para uso externo ou interno. Ideal para eventos noturnos, feiras, festivais ou ambientações culturais. Especificações mínimas: · Cabos com soquetes e 27 ou similares, com lâmpadas led (luz quente); · Distância aproximada entre lâmpadas: 30 a 50 cm; · Estrutura resistente a intempéries, segura e com padrão técnico. Pode ser afixado em postes, ganchos, estruturas já existentes ou estruturas fornecidas pela contratada, conforme necessidade do espaço. · Instalação e retirada inclusas Metros lineares estimados: 300m Período da locação: 22 e 23 de agosto de 2026. Local do evento: Morretes-PR – Porto de Cima.	Diária	02	R$2.000,00	R$4.000,00
Valor total:					**R$11.715,40**

VALOR:
R$ R$ 11.715,40 (onze mil, setecentos e quinze reais e quarenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RED. 466 - 12.001.23.695.2177.2067.3.3.90.39.00.00. FONTE 1000.

Morretes, 18 de agosto de 2026.

GILTON DIAS JUNIOR
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Gianlucca Cândido de Rocco
Código Identificador:AC9F64B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO ARP Nº 12/2025 PREGÃO ELETRONICO Nº 35/2025 – P.A.82/2025

CONTRATANTE: FUNDACAO DE SAUDE DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 30.372.673/0001-33

CONTRATADO: D. CAMP ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 60.496.699/0001-54

FUNDAMENTO LEGAL: art. 124, inciso II, letra ‘d’, da Lei nº 14133/21.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica acertado entre as partes o **3º termo aditivo de EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**, nos Termos do art. 124, inciso II, letra ‘d’, da Lei nº 14133/21, cujo objeto é a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA,EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS, para atender as necessidades do Hospital Municipal São José.

CLÁUSULA SEGUNDA

A partir desta data passam a vigorar os seguintes preços:

ITEM	UD	DESCRIÇÃO	VALOR			
			SALDO	REGIST.	APROV	TOTAL
90	UND	LEITE INTEGRAL	1.628	R$ 3,74	**R$ 5,99**	**R$ 9.751,72**
92	UND	LEITE ZERO LACTOSE	309	R$ 4,50	**R$ 5,75**	**R$ 1.776,75**

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.

Paiçandu – PR, 12 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CÉFALO
Diretor Presidente

Publicado por:
Diana Dos Santos Silva
Código Identificador:8C6F69E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DO CONTRATO 134/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 21/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 80/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 134/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.
CONTRATADO: METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à AVENIDA DAS TORRES, 1680 - CEP: 83040300 - BAIRRO: SAO CRISTOVÃO, São José dos Pinhais/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº05.035.532/0004-20, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor(a) ASSAAD FARES ABOU NABHAN, portador do RG nº SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 108.***.***-68 denominado(a) CONTRATADO(A).
OBJETO: AQUISIÇÃO VEÍCULOS ONIX HATCH CHEVROLET 1.0, NOVO ZERO KM, COM ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2026, do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE AMERIOS - CISA.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001	1	37926	VEÍCULO NOVO, zero KM-1.0 ASPIRADO MECÂNICO CARROCERIA HATCH-2026/2026	CHEVROLET	UN	3,00	99.650,00	99.650,00

DATA DO CONTRATO: 18/08/2026
VIGÊNCIA: 17/08/2027
VALOR TOTAL: R$ 99.650,00 (Noventa e nove mil, seiscentos e Cinqüenta Reais).
FORO: Comarca de Palmital - PR.

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:CF622B7F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 64/2026

AUTORIZAÇÃO N° 64/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **Luciane Correa de Ramos Vasson,** matrículas n° 12.128-1/2, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 56378/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 30/07/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata da servidora o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranaguá				
Curso	Ciências Ambientais, Ambientes Litorâneos e Insulares – Mestrado				
Disciplina	Análise de Dados Numéricos Métodos Avançados em Pesquisa Cientifica				
Previsão de Término	Período de 23/09/2026 à 09/12/2026				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
		08:00h/12:00h	13:30h /18:00h		
Compensação	07:30h /12:00h 13:00h /18:00h	13:30h /18:00h	07:30h /12:00h	07:30h /12:00h 13:00h/ 18:00h	07:30h/12:00h 13:00h/17:30h

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.

Assim sendo, a autorização está vigente até 09/12/2026 - 2º Semestre. Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, a servidora deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 06 de agosto de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:C4A352A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 73/2026

AUTORIZAÇÃO N° 73/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **Jacqueline Marcelli Cordeiro Wagner,** matrículas n°12375-1, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n°56759/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 31/07/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata do servidor o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Instituto Federal do Paraná – Campus Paranaguá				
Curso	Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade - Mestrado				
Disciplina	CTS 30 – Analise Critica do Discurso em CTS				
Previsão de Término	Período de 03/08/2026 à 08/12/2026				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
		13:30h/17:30h			
Compensação		Hora Atividade 13:30h/17:30h			

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 08/12/2026 - 2º Semestre. Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, o servidor deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 12 de agosto de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:19A8679E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 327/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 28/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AEC8068	277450T000056047	06/08/2026	55411
AFG3323	277450T000056046	06/08/2026	55411
AGO2E08	277450T000056040	06/08/2026	54521
AGV9222	277450T000049604	07/08/2026	55680
AKA7C63	277450T000053492	06/08/2026	55250
AKF6C62	277450T000056038	05/08/2026	51851
ANJ4H47	277450T000051518	06/08/2026	55500
AOH6J93	277450T000055009	06/08/2026	55414
AQQ9G55	277450T000052749	06/08/2026	76332
ARU2472	277450T000053494	06/08/2026	54521
ASN8B30	277450T000049605	07/08/2026	55680

AYA3F20	277450T000023056	06/08/2026	54790
AYZ7D94	277450T000056048	06/08/2026	55411
AZH3H99	277450T000036415	07/08/2026	53800
BAE9D50	277450T000025992	05/08/2026	60412
BBX3G62	277450T000056044	06/08/2026	76331
BCU2J49	277450T000056049	06/08/2026	76332
BDK7C93	277450T000056043	06/08/2026	57380
BEF0A63	277450T000053724	05/08/2026	51851
BEG8E28	277450T000049552	07/08/2026	76332
BEN8I06	277450T000053726	06/08/2026	76252
CLH3835	277450T000039849	05/08/2026	55680
DBL4B22	277450T000042501	06/08/2026	55680
DJG2G56	277450T000055007	06/08/2026	55414
FUZ1J07	277450T000053493	06/08/2026	55250
FWQ4B75	277450T000039850	06/08/2026	55680
GDI9991	277450T000055010	06/08/2026	55413
GJW8I31	277450T000051519	06/08/2026	55250
HRO8H43	277450T000055245	06/08/2026	55250
IBU7941	277450T000053725	06/08/2026	54521
IJU0B83	277450T000056042	06/08/2026	51851
ILW4I57	277450T000025994	06/08/2026	55411
ILW4I58	277450T000025995	06/08/2026	55411
IQS0C79	277450T000042503	06/08/2026	55680
IWH4F17	277450T000056045	06/08/2026	76331
LTC7I02	277450T000049551	07/08/2026	76332
MAB7487	277450T000051521	06/08/2026	50100
MAB7487	277450T000051522	06/08/2026	50610
MAB7487	277450T000051523	06/08/2026	66371
MKA9296	277450T000056037	05/08/2026	51851
MMB8D34	277450T000042502	06/08/2026	55680
OVM8H57	277450T000055005	05/08/2026	76251
QIM7B10	277450T000055246	06/08/2026	54521
RHJ7A96	277450T000053495	06/08/2026	57380
RKP4I65	277450T000025996	06/08/2026	52741
RNF9I57	277450T000055612	05/08/2026	55413
RNY0D72	277450T000056035	05/08/2026	55414
RPK3I46	277450T000056251	06/08/2026	55680
RWU0F22	277450T000042902	05/08/2026	54600
RXZ8G70	277450T000039848	05/08/2026	55680
SFD4D70	277450T000056041	06/08/2026	76332
SFG3E05	277450T000055006	06/08/2026	76251
SFH1F16	277450T000056039	06/08/2026	55411
SGC7B88	277450T000053835	06/08/2026	55411
SIF4J45	277450T000055613	05/08/2026	55250
TAZ0G28	277450T000010903	07/08/2026	58191
TAZ4I59	277450T000025993	06/08/2026	55411
TBF1I80	277450T000053181	07/08/2026	57380
TBF1I80	277450T000053182	07/08/2026	58350
TBP7C18	277450T000056050	06/08/2026	55680
TBQ9A66	277450T000055247	06/08/2026	55250
TBX6H40	277450T000055008	06/08/2026	76251
TBX6H40	277450T000053727	06/08/2026	76251
TLC4E78	277450T000055470	07/08/2026	57463
UAX7J03	277450T000052756	06/08/2026	55413
UBF0H73	277450T000056036	05/08/2026	76332

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:083AE184

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 330/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 28/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACQ3453	277450NIC0046033	21/07/2026	50020
ACQ3453	277450NIC0046050	21/07/2026	50020
ADJ3453	116100T003821572	04/08/2026	76700
ADQ5C23	277450NIC0046044	21/07/2026	50020
AEF6E07	277450T000055475	11/08/2026	55411
AEX8I29	277450T000025999	10/08/2026	55411
AFR6601	277450T000049412	11/08/2026	55411
AGN2A39	277450T000054706	09/08/2026	55500
AHE2B86	277450NIC0046041	21/07/2026	50020
AJW5C69	277450T000056257	09/08/2026	51851
AKA5D21	277450T000042505	09/08/2026	54521
ALA4F38	277450T000036416	08/08/2026	55413
AMS2881	277450T000056253	09/08/2026	51851
AON3671	116100T003821565	04/08/2026	76700
API9D23	277450T000056033	05/08/2026	51851
AQD3J87	277450T000056264	09/08/2026	57380
AQQ7C66	277450T000051021	08/08/2026	55414
ARE3523	277450T000054708	10/08/2026	60501
ARR5053	277450T000056255	09/08/2026	51851

ASY5C32	277450T000054705	08/08/2026	55500
ATR5C88	277450T000056271	10/08/2026	50100
ATR5C88	277450T000056269	10/08/2026	66020
ATR5C88	277450T000056272	10/08/2026	51180
AUB3562	277450T000056254	09/08/2026	57463
AUH0I53	277450T000056268	10/08/2026	55500
AUR4H70	277450NIC0046034	21/07/2026	50020
AVV0H37	277450T000036417	08/08/2026	55413
AXW5I74	277450NIC0046023	21/07/2026	50020
AYD6224	277450T000056032	05/08/2026	55414
AYO9A14	277450NIC0046021	21/07/2026	50020
AZZ1F60	277450T000055471	08/08/2026	55411
BBC8B65	277450T000055474	11/08/2026	55411
BBE5G72	277450T000054155	08/08/2026	76331
BBE5G72	277450T000054154	08/08/2026	70301
BBK2I77	116100T003821567	04/08/2026	55250
BBN1I83	277450T000051020	08/08/2026	55414
BBR2J18	277450T000053243	08/08/2026	55500
BBT9A13	277450NIC0046039	21/07/2026	50020
BBZ8E57	277450T000055016	10/08/2026	53800
BCE4G85	277450T000056263	09/08/2026	60412
BCS2B26	277450T000049411	11/08/2026	55411
BCZ9G08	116100T003821566	04/08/2026	54521
BDF6B40	277450NIC0046042	21/07/2026	50020
BDH8E73	277450T000042504	09/08/2026	73400
BDV1A46	277450NIC0046038	21/07/2026	50020
BDV6H00	277450NIC0046037	21/07/2026	50020
BDV7A03	277450T000050701	10/08/2026	60501
BDW1H57	277450T000055611	05/08/2026	55413
BDW3B26	277450NIC0046031	21/07/2026	50020
BDZ7A48	277450T000048497	08/08/2026	55500
BEV7G86	277450NIC0046052	21/07/2026	50020
CQM4B69	277450T000055472	08/08/2026	55411
CYG7G47	277450T000055015	10/08/2026	55414
DUR0J74	277450T000056262	09/08/2026	60412
EAU6A31	277450T000055017	10/08/2026	55414
EBK7670	277450NIC0046024	21/07/2026	50020
EGJ4H63	277450T000055013	10/08/2026	76331
FCF0I78	277450T000056256	09/08/2026	57463
FCJ1C53	277450T000056259	09/08/2026	60412
FUZ1J07	277450T000055014	10/08/2026	73662
GQM4B69	277450T000053837	10/08/2026	55411
IET9J43	277450T000049408	04/08/2026	54521
III9B80	277450T000049553	10/08/2026	54521
IPR5C46	277450NIC0046036	21/07/2026	50020
IZM3B71	277450T000053242	08/08/2026	55500
JBK2D03	277450NIC0046030	21/07/2026	50020
JBP5F98	277450NIC0046028	21/07/2026	50020
JBP5F98	277450NIC0046029	21/07/2026	50020
JTC4H80	277450T000055473	08/08/2026	55411
JYZ1A02	277450T000025997	10/08/2026	55411
LXF6616	277450NIC0046025	21/07/2026	50020
LXS9G26	277450T000048054	10/08/2026	54600
LXT6E87	277450T000053836	10/08/2026	55411
LXT6E87	277450T000053183	08/08/2026	55500
LYE2J74	277450NIC0046045	21/07/2026	50020
MAQ7A29	277450T000053184	08/08/2026	55500
MCN7A73	277450NIC0046020	21/07/2026	50020
MCN7A73	277450T000049410	09/08/2026	55250
MCN7A74	277450T000049409	09/08/2026	55411
MHT4F67	277450NIC0046022	21/07/2026	50020
MZH8G49	277450T000049413	11/08/2026	55250
OXG2850	277450T000056273	10/08/2026	76332
QIN6A57	277450NIC0046049	21/07/2026	50020
QJN0A78	277450NIC0046048	21/07/2026	50020
QJQ2E06	277450T000052757	10/08/2026	57463
REO0J81	277450T000049606	10/08/2026	54600
RFA7I98	277450NIC0046040	21/07/2026	50020
RHV3J83	277450NIC0046032	21/07/2026	50020
RHZ1C29	277450T000055012	10/08/2026	54522
RHZ4G19	277450T000054703	08/08/2026	55500
RME0I99	277450T000012292	10/08/2026	76331
SDP1I69	277450NIC0046047	21/07/2026	50020
SDU4J02	277450T000044082	11/08/2026	70561
SDV2C11	277450NIC0046035	21/07/2026	50020
SEF3E20	277450T000054707	09/08/2026	55500
SEK2A44	277450T000049467	08/08/2026	76332
SEM8H20	277450T000049466	08/08/2026	61220
SEN2G48	277450T000056258	09/08/2026	61220
SXU5E54	277450NIC0046026	21/07/2026	50020
SXV3C75	277450T000056267	10/08/2026	55500
TAJ6F71	277450T000026619	10/08/2026	59320
TAP0D62	277450T000056260	09/08/2026	60412
TAW8C71	277450T000056261	09/08/2026	76331
TBA0E28	277450T000025998	10/08/2026	55411
TBN6E38	277450NIC0046019	21/07/2026	50020
TBO7I43	277450T000035208	08/08/2026	60501
TBS5C98	277450NIC0046046	21/07/2026	50020
TBT8I01	277450T000054704	08/08/2026	55500

TBY5C23	277450T000056266	10/08/2026	55500
TBZ7E52	277450NIC0046043	21/07/2026	50020
TPT3D16	277450NIC0046027	21/07/2026	50020
TRA5I01	277450T000056252	09/08/2026	57463
TYC7B38	277450NIC0046051	21/07/2026	50020
TYS9D47	277450T000036418	08/08/2026	55413
UBF0D22	277450T000053240	08/08/2026	73400
UBF0D22	277450T000053241	08/08/2026	70561
UBM7E82	277450T000056265	10/08/2026	55500
UBP0E59	277450T000036420	08/08/2026	54600
UBP2C06	277450T000053239	04/08/2026	61300
UCG6F74	277450T000036419	08/08/2026	55414
UCI8A56	277450T000026000	10/08/2026	55411

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:748D0110

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 328/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 28/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AFT8A58	277450T000050986	02/06/2026	55250	R$ 130,16
AIZ1B11	277450T000054310	02/06/2026	51851	R$ 195,23
AKB0A13	277450T000054303	02/06/2026	51851	R$ 195,23
AMD2A93	277450T000054082	02/06/2026	66102	R$ 195,23
ANC6B96	277450T000054307	02/06/2026	76331	R$ 293,47
ANL6222	277450T000054312	02/06/2026	60412	R$ 195,23
AQD5518	277450T000054304	02/06/2026	76251	R$ 293,47
AQP2D81	277450T000047667	02/06/2026	55413	R$ 195,23
ASI1F47	277450T000054306	02/06/2026	55413	R$ 195,23
ATI4D41	277450T000050987	02/06/2026	51851	R$ 195,23
ATO4C10	277450T000053649	02/06/2026	51851	R$ 195,23
AWI7380	116100T003695045	27/05/2026	55413	R$ 195,23
BAA2E60	277450T000053650	02/06/2026	51851	R$ 195,23
BAB4J08	277450T000025965	02/06/2026	61220	R$ 293,47
BAN6D98	277450T000054301	02/06/2026	55413	R$ 195,23
BAQ3097	277450T000036563	03/06/2026	76332	R$ 293,47
BBV8E22	277450T000053030	02/06/2026	61220	R$ 293,47
BEL0B12	277450T000050984	02/06/2026	55250	R$ 130,16
BEY2J18	277450T000054313	02/06/2026	61220	R$ 293,47
DPE0187	277450T000032993	02/04/2026	73662	R$ 130,16
HLV4J12	277450T000050898	01/06/2026	52152	R$ 293,47
IVT1C55	277450T000054309	02/06/2026	76332	R$ 293,47
IZE9I00	277450T000054314	02/06/2026	57463	R$ 130,16
PAG0995	277450NIC0045792	15/05/2026	50020	R$ 390,46
QUU8E49	277450T000047668	03/06/2026	76332	R$ 293,47
RHZ2B69	277450T000054302	02/06/2026	76251	R$ 293,47
RVO1F63	277450T000042736	02/06/2026	55414	R$ 195,23
SEG8F35	277450T000047079	24/06/2026	66531	R$ 195,23
SEG8F35	277450T000047078	24/06/2026	66371	R$ 195,23
SEZ7F76	277450T000054311	02/06/2026	76332	R$ 293,47
TAM7A14	277450T000054083	03/06/2026	60501	R$ 293,47
TBO0G31	277450T000038485	01/06/2026	66531	R$ 195,23
TBO0G31	277450T000038487	01/06/2026	58350	R$ 195,23
TBO0G31	277450T000038486	01/06/2026	52741	R$ 2.934,70
TBO0G31	277450T000038488	01/06/2026	52152	R$ 293,47
TER8G70	277450T000054308	02/06/2026	76332	R$ 293,47
TPV0H99	277450T000053806	02/06/2026	55414	R$ 195,23
UAU0J50	277450T000054315	03/06/2026	54523	R$ 195,23
UBZ2H38	277450T000054305	02/06/2026	76251	R$ 293,47

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:0B23293A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 331/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 01/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAR8G56	277450T000053032	03/06/2026	55250	R$ 130,16
ABL8C48	277450T000041726	07/06/2026	54527	R$ 195,23
ABR6J24	277450T000053033	03/06/2026	55250	R$ 130,16
ACZ9D11	277450NIC0045796	19/05/2026	50020	R$ 390,46
AHC0C26	277450T000052189	06/06/2026	66102	R$ 195,23
AIN4A78	277450T000054323	06/06/2026	55680	R$ 195,23
AIV0B74	277450T000053034	03/06/2026	55250	R$ 130,16
AKX8G09	277450T000054325	06/06/2026	55680	R$ 195,23

ALV1C27	277450T000054324	06/06/2026	55680	R$ 195,23
AMG2123	277450T000025968	07/06/2026	76331	R$ 293,47
ANR1H27	277450T000054331	06/06/2026	51851	R$ 195,23
APZ6E46	277450T000054339	07/06/2026	55680	R$ 195,23
ASK5I84	277450T000054084	06/06/2026	66531	R$ 195,23
AVI3D49	277450T000041727	07/06/2026	54527	R$ 195,23
AVO1G07	277450T000051752	07/06/2026	60501	R$ 293,47
AWZ3E87	277450T000052190	06/06/2026	50100	R$ 880,41
AYM6I06	277450T000054341	07/06/2026	51851	R$ 195,23
AZJ9J37	277450T000054321	03/06/2026	57463	R$ 130,16
BAM0984	277450T000042615	04/06/2026	54521	R$ 195,23
BBM2J15	277450T000054340	07/06/2026	55680	R$ 195,23
BCH7904	277450T000054087	07/06/2026	54527	R$ 195,23
BCU3F92	277450T000054329	06/06/2026	76332	R$ 293,47
BEF9E09	277450T000049273	04/06/2026	53800	R$ 130,16
BET4E35	277450NIC0045800	19/05/2026	50020	R$ 586,94
BEU8B64	277450T000049462	04/06/2026	59161	R$ 1.467,35
BEV9E81	277450T000050900	04/06/2026	55417	R$ 195,23
CUD1C68	277450T000027641	04/06/2026	57463	R$ 130,16
DTE5C84	277450NIC0045794	19/05/2026	50020	R$ 390,46
EQM5A05	277450T000054332	06/06/2026	60412	R$ 195,23
FII9D79	277450NIC0045801	19/05/2026	50020	R$ 260,32
FMM0C18	277450T000042738	06/06/2026	53800	R$ 130,16
FMX2C34	277450T000054086	07/06/2026	54521	R$ 195,23
IFS2H33	277450T000054322	03/06/2026	51851	R$ 195,23
KLF8C72	277450T000054318	03/06/2026	55411	R$ 195,23
LSE2069	277450T000054333	06/06/2026	55680	R$ 195,23
MBP6B26	277450T000047669	06/06/2026	55680	R$ 195,23
MCN7A73	277450T000027640	04/06/2026	57463	R$ 130,16
MCX4F41	277450T000047671	07/06/2026	55680	R$ 195,23
MED6H18	277450NIC0045797	19/05/2026	50020	R$ 390,46
MEM7852	277450T000054330	06/06/2026	60412	R$ 195,23
MGT2C56	277450NIC0045802	19/05/2026	50020	R$ 260,32
MHQ7B15	277450T000049274	04/06/2026	53800	R$ 130,16
MLL4C34	277450T000054328	06/06/2026	55413	R$ 195,23
PJH4A19	277450T000054336	06/06/2026	55680	R$ 195,23
QJQ3J86	277450T000050989	06/06/2026	55411	R$ 195,23
QVJ4E04	277450T000054320	03/06/2026	55500	R$ 130,16
RHE4D54	277450T000054326	06/06/2026	55680	R$ 195,23
RTT9D47	277450T000054337	06/06/2026	55680	R$ 195,23
SDU8F58	277450T000053808	06/06/2026	55411	R$ 195,23
SEA9E05	277450T000054085	06/06/2026	59670	R$ 1.467,35
SEB1E25	277450NIC0045793	19/05/2026	50020	R$ 390,46
SED7H57	277450T000054334	06/06/2026	55680	R$ 195,23
SFL5D14	277450T000050991	06/06/2026	66372	R$ 195,23
SFL5D14	277450T000050990	06/06/2026	73400	R$ 130,16
SHF9I21	277450NIC0045798	19/05/2026	50020	R$ 586,94
TAP7D15	277450T000051699	07/06/2026	61220	R$ 293,47
TAP7D15	277450T000047672	07/06/2026	55680	R$ 195,23
TAQ1C65	277450T000048250	05/06/2026	73400	R$ 130,16
TBB7F46	277450NIC0045795	19/05/2026	50020	R$ 390,46
TBK2E57	277450T000054345	07/06/2026	50371	R$ 586,94
TBK2E57	277450T000054346	07/06/2026	51341	R$ 586,94
TBK2E57	277450T000054343	07/06/2026	66371	R$ 195,23
TBR6H73	277450T000052192	07/06/2026	66531	R$ 195,23
TBX9G02	277450T000050992	07/06/2026	73400	R$ 130,16
TPO5E08	277450NIC0045799	19/05/2026	50020	R$ 390,46
TXT4I75	277450T000053031	03/06/2026	54523	R$ 195,23
UAV5B92	277450T000054335	06/06/2026	55680	R$ 195,23
UAW6F10	277450T000037237	07/06/2026	70301	R$ 293,47
UAY9I90	277450T000050899	04/06/2026	55411	R$ 195,23
UBD0J12	277450T000025969	07/06/2026	73400	R$ 130,16
UBF0D22	277450T000054327	06/06/2026	66372	R$ 195,23
UBZ5D64	277450T000054319	03/06/2026	66531	R$ 195,23

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:CCB30B89

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 05/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
ABI4G78	277490T000007149	14/08/2026	51930
ACU3B05	277490T000008259	13/08/2026	51851
AFA9466	277490T000006910	13/08/2026	51930
AFG1089	277490T000007140	13/08/2026	51930
AFW2186	116100T001916927	08/08/2026	54521
AHY8D93	116100T002936608	08/08/2026	76251

AHY8D93	116100T003805071	09/08/2026	76251
AIT2416	277490T000005072	14/08/2026	50100
AIT2416	277490T000005073	14/08/2026	65992
AJR5D54	277490T000007144	13/08/2026	51851
ALC9412	277490T000007856	15/08/2026	73232
ALM4109	277490T000008120	14/08/2026	76331
AMH7636	277490T000007141	13/08/2026	73662
AOH1F49	277490T000006904	13/08/2026	76331
AOL1F65	277490T000008260	14/08/2026	51851
AOT9J81	277490T000008119	14/08/2026	76331
AOT9J82	277490T000006918	14/08/2026	70301
API8C34	277490T000003614	13/08/2026	70301
APM6D51	277490T000006919	14/08/2026	51930
APZ3D58	277490T000006911	13/08/2026	60501
AQW0A14	116100T001916930	08/08/2026	54521
ARH2191	277490T000005070	14/08/2026	57380
ARW1852	277490T000006920	14/08/2026	51930
ASB2H28	277490T000008265	14/08/2026	51851
ASN1864	277490T000007147	14/08/2026	51851
ATJ4794	277490T000008106	13/08/2026	76331
ATR1H48	277490T000008109	13/08/2026	51851
ATZ8C21	277490T000008118	14/08/2026	70721
AUE4948	277490T000008108	13/08/2026	76331
AUR4C53	116100T001916934	09/08/2026	54600
AUW3297	277490T000007143	13/08/2026	51930
AUW3297	277490T000008114	13/08/2026	51930
AUX4917	277490T000008267	14/08/2026	51851
AVA7564	116100T001916926	08/08/2026	54521
AWE0B92	277490T000008043	14/08/2026	51930
AWE1A64	277490T000008041	14/08/2026	76331
AWG9C53	116100T003805075	09/08/2026	56570
AWR5724	277490T000007854	14/08/2026	51930
AWZ4G09	277490T000008124	14/08/2026	51930
AXD9A02	277490T000008117	13/08/2026	73232
AYB8E00	277490T000008127	15/08/2026	76252
AYF5G37	277490T000008122	14/08/2026	76332
AYM1A59	277490T000008111	13/08/2026	51851
AYT8C00	277490T000007852	14/08/2026	73662
AZN6F48	277490T000008104	13/08/2026	57380
BAD4B09	277490T000006908	13/08/2026	60501
BAK7706	277490T000002773	15/08/2026	55411
BBM1133	277490T000004805	14/08/2026	65480
BBO6462	277490T000008123	14/08/2026	60501
BBW7D32	277490T000008251	13/08/2026	51851
BCG1197	277490T000008254	13/08/2026	51851
BCK6683	277490T000008107	13/08/2026	76331
BCX7D09	277490T000007853	14/08/2026	51930
BDF7J05	277490T000000314	13/08/2026	60501
BDI4G32	277490T000007851	14/08/2026	73662
BEU8F43	116100T001916929	08/08/2026	54521
BEV4I10	277490T000008268	14/08/2026	51851
BLY2A63	277490T000006914	13/08/2026	60501
CUC3089	277490T000008044	14/08/2026	76331
CZL2I58	116100T003745122	07/08/2026	55500
DHZ0E22	277490T000006915	14/08/2026	76331
DIH4978	116100T001916936	09/08/2026	54600
DKS2979	277490T000008040	14/08/2026	76331
DVR2D85	116100T001916931	08/08/2026	54521
DVR2D85	116100T002936610	09/08/2026	54521
EAU3F89	116100T002867677	08/08/2026	54521
EAU3F89	116100T002936609	09/08/2026	54521
EFC2I33	116100T001916935	09/08/2026	54600
EQT5120	277490T000008266	14/08/2026	60501
ERJ8H19	277490T000007150	14/08/2026	51930
FGK6I10	277490T000008269	14/08/2026	51851
GHA7H07	116100T002867675	08/08/2026	53800
HDM5C74	277490T000004703	12/08/2026	61650
HMQ0749	277490T000008126	15/08/2026	56650
KOR4A33	277490T000008255	13/08/2026	51851
MDJ3C75	277490T000006916	14/08/2026	57380
NPI9I74	277490T000008258	13/08/2026	51851
QIX5H52	277490T000006922	14/08/2026	51930
QUB5E24	277490T000006924	15/08/2026	51930
RHG4C06	277490T000008038	13/08/2026	56222
RHI8B41	277490T000008105	13/08/2026	76331
RHT2D81	277490T000008129	15/08/2026	57200
RHT2D81	277490T000008128	15/08/2026	70301
RHY2H11	277490T000002771	15/08/2026	72850
RLJ6B24	116100T002867676	08/08/2026	54521
RLJ6B24	116100T002936611	09/08/2026	54521
RTB9B52	277490T000008252	13/08/2026	51851
RWJ2F22	116100T001916932	08/08/2026	54521
SEL3H59	277490T000001451	13/08/2026	61220
SEL3H59	277490T000001452	13/08/2026	76842
SEM9A93	277490T000006913	13/08/2026	60501
SEY0I96	277490T000005075	14/08/2026	50100
TAI1C46	277490T000008262	14/08/2026	51851
TAM3H49	277490T000007148	14/08/2026	51851
TAN1E33	277490T000008115	13/08/2026	76331

TAO0J36	277490T000005071	14/08/2026	54521
TAS6H95	277490T000002774	16/08/2026	54522
TAX6J50	277490T000008037	13/08/2026	76331
UBH1F42	277490T000006921	14/08/2026	76332
UBM3A00	277490T000007145	13/08/2026	73662
UCD0H44	277490T000000311	13/08/2026	76332
UCL5I99	277490T000000310	11/08/2026	55680

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:E8F45D5B

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida, com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍaté 05/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AAO7896	277490NIC0044150	23/05/2026	50020	R$ 586,94
ABJ5H30	277490NIC0044154	23/05/2026	50020	R$ 586,94
AMH4445	277490NIC0044158	23/05/2026	50020	R$ 586,94
AOU8C00	277490NIC0044116	23/05/2026	50020	R$ 586,94
APP4B76	277490NIC0044119	23/05/2026	50020	R$ 586,94
AQH5I51	277490NIC0044103	23/05/2026	50020	R$ 586,94
ARC8B60	277490NIC0044107	23/05/2026	50020	R$ 586,94
ATG6180	277490NIC0044142	23/05/2026	50020	R$ 586,94
AUY6854	277490NIC0044157	23/05/2026	50020	R$ 586,94
AVO7809	277490NIC0044105	23/05/2026	50020	R$ 586,94
AXO5F65	277490NIC0044144	23/05/2026	50020	R$ 586,94
AXY4581	277490NIC0044109	23/05/2026	50020	R$ 586,94
AYU9H34	277490NIC0044136	23/05/2026	50020	R$ 586,94
AZC6D71	277490NIC0044110	23/05/2026	50020	R$ 586,94
BCH5772	277490NIC0044104	23/05/2026	50020	R$ 586,94
BDB6G80	277490NIC0044114	23/05/2026	50020	R$ 586,94
BDB7J82	277490NIC0044125	23/05/2026	50020	R$ 586,94
BDR6I40	277490NIC0044115	23/05/2026	50020	R$ 586,94
BDV9A05	277490NIC0044140	23/05/2026	50020	R$ 586,94
BDW2F62	277490NIC0044148	23/05/2026	50020	R$ 586,94
BEZ8G04	277490NIC0044156	23/05/2026	50020	R$ 586,94
FUR4D33	277490NIC0044102	23/05/2026	50020	R$ 390,46
FZK4H44	277490NIC0044130	23/05/2026	50020	R$ 586,94
GIS6G43	277490NIC0044151	23/05/2026	50020	R$ 586,94
JBL3H39	277490NIC0044124	23/05/2026	50020	R$ 586,94
NRG0J45	277490NIC0044139	23/05/2026	50020	R$ 586,94
OVS8G67	277490NIC0044141	23/05/2026	50020	R$ 586,94
PWI5B89	277490NIC0044106	23/05/2026	50020	R$ 586,94
QZW2D50	277490NIC0044128	23/05/2026	50020	R$ 586,94
RHK9I29	277490NIC0044113	23/05/2026	50020	R$ 260,32
RHS1H32	277490NIC0044127	23/05/2026	50020	R$ 586,94
RTE0A73	277490NIC0044117	23/05/2026	50020	R$ 586,94
RYI4C32	277490NIC0044147	23/05/2026	50020	R$ 586,94
SDS0J15	277490NIC0044108	23/05/2026	50020	R$ 586,94
SEQ7C17	277490NIC0044126	23/05/2026	50020	R$ 586,94
SES5C43	277490NIC0044143	23/05/2026	50020	R$ 586,94
SET8G77	277490NIC0044121	23/05/2026	50020	R$ 586,94
SFA2A47	277490NIC0044134	23/05/2026	50020	R$ 586,94
SFA2A47	277490NIC0044145	23/05/2026	50020	R$ 586,94
SFC8E30	277490NIC0044123	23/05/2026	50020	R$ 586,94
SVM8B88	277490NIC0044146	23/05/2026	50020	R$ 586,94
TAI1G26	277490NIC0044135	23/05/2026	50020	R$ 586,94
TAQ7E06	277490NIC0044129	23/05/2026	50020	R$ 586,94
TBM2F15	277490NIC0044153	23/05/2026	50020	R$ 586,94
TBP1F47	277490NIC0044131	23/05/2026	50020	R$ 586,94
TBP4F39	277490NIC0044122	23/05/2026	50020	R$ 586,94
TBU9G88	277490NIC0044149	23/05/2026	50020	R$ 586,94
TOE8H86	277490NIC0044111	23/05/2026	50020	R$ 586,94
TOE8H86	277490NIC0044132	23/05/2026	50020	R$ 586,94
TPJ8B31	277490NIC0044159	23/05/2026	50020	R$ 586,94
UAZ0F66	277490NIC0044118	23/05/2026	50020	R$ 586,94
UBB5C26	277490NIC0044152	23/05/2026	50020	R$ 586,94
UBJ8C29	277490NIC0044137	23/05/2026	50020	R$ 586,94
UBM3A00	277490NIC0044155	23/05/2026	50020	R$ 586,94
UBP7B12	277490NIC0044133	23/05/2026	50020	R$ 586,94
UBQ9B92	277490NIC0044120	23/05/2026	50020	R$ 586,94

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:E81FBFAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2026

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2026
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 55/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais RAFAEL LUCAS TORRENTE, ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE, ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS,** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **REGISTRO DE PREÇOS para locação futura e parcelada de EQUIPAMENTOS (palco, tenda piramidal, tenda pavilhão estruturado, sistema de sonorização e iluminação, arquibancadas, painel de LED, banheiros químicos, lavatório portátil, gerador de energia, grade de isolamento, treliça, cadeiras e mesas plásticas) e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (segurança desarmada, brigadista, ambulância tipo B e ambulância tipo C) a serem utilizados na realização dos eventos do Município de Paranavaí, através da Fundação Cultural de Paranavaí e das Secretarias Municipais de Agricultura, Assistência Social, Comunicação, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Saúde, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,443025%** referente à variação do IPCA no período de agosto/2025 a agosto/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 21/2026 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser conforme segue:

Fornecedor: **HOPE VIGILANCIA LTDA**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
27	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA para atender os diversos eventos da administração pública, devidamente credenciados, identificados e legalizados, com as reciclagens de seus cursos em dia e munidos de suas CNVs (Carteira Nacional de Vigilantes). A empresa deverá disponibilizar homens/mulheres devidamente uniformizados e instruídos para os cuidados de relacionamento com o público, bem como suporte de apoio tático de emergência para revistas e segurança preventiva dentro dos locais. Inclusas todas as despesas pertinentes ao objeto, tais como alimentação,hospedagem, estadia, deslocamento, transporte, bebidas, entre outros. Eventos realizados durante a semana, fins de semana ou feriados, com agendamento prévio mediante solicitação da secretaria demandante. Diária de 04 (quatro) horas.	diária	315	R$ 199,49	R$ 62.839,35
28	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA para atender os diversos eventos da administração pública, devidamente credenciados, identificados e legalizados, com as reciclagens de seus cursos em dia e munidos de suas CNVs (Carteira Nacional de Vigilantes). A empresa deverá disponibilizar homens/mulheres devidamente uniformizados e instruídos para os cuidados de relacionamento com o público, bem como suporte de apoio tático de emergência para revistas e segurança preventiva dentro dos locais. Inclusas todas as despesas pertinentes ao objeto, tais como alimentação, hospedagem, estadia, deslocamento, transporte, bebidas, entre outros. Eventos realizados durante a semana, fins de semana ou feriados, com agendamento prévio mediante solicitação da secretaria demandante. Diária de 06 (seis) horas.	diária	387	R$ 250,66	R$ 97.005,42
50	- CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA para atender os diversos eventos da administração pública, devidamente credenciados, identificados e legalizados, com as reciclagens de seus cursos em dia e munidos de suas CNVs (Carteira Nacional de Vigilantes). A empresa deverá disponibilizar homens/mulheres devidamente uniformizados e instruídos para os cuidados de relacionamento com o público, bem como suporte de apoio tático de emergência para revistas e segurança preventiva dentro dos locais. Inclusas todas as despesas pertinentes ao objeto, tais como alimentação, hospedagem, estadia, deslocamento, transporte, bebidas, entre outros. Eventos realizados durante a semana, fins de semana ou feriados, com agendamento prévio mediante solicitação da secretaria demandante. Diária de 06 (seis) horas.	diária	128	R$ 250,66	R$ 32.084,48
Total Fornecedor: R$ 191.929,25 (cento e noventa e um mil, novecentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2026), datada de 09 de fevereiro de 2026.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: Hope Vigilancia LTDA
CNPJ: 45.388.599/0001-10
Endereço: Rua Bartolomeu Peres, 150 - Jardim IPE, Paranavaí - PR,
E-mail: hopevigilancia@gmail.com, hopeseguranca2@gmail.com
Telefone: (44) 9141-2990, (44) 99141-2990
Nome do Representante:
FRANCIELLI MAZZOLA DE ALMEIDA
CPF: 068.274.769-60

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:422D690B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 287/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 287/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 55/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais CARLOS HENRIQUE SCARABELLI e AMAURI DE CARVALHO MARTINELI** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **REGISTRO DE PREÇOS para locação futura e parcelada de EQUIPAMENTOS (palco, tenda piramidal, tenda pavilhão estruturado, sistema de sonorização e iluminação, arquibancadas, painel de LED, banheiros químicos, lavatório portátil, gerador de energia, grade de isolamento, treliça, cadeiras e mesas plásticas) e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (segurança desarmada, brigadista, ambulância tipo B e ambulância tipo C) a serem utilizados na realização dos eventos do Município de Paranavaí, através da Fundação Cultural de Paranavaí e das Secretarias Municipais de Agricultura, Assistência Social, Comunicação, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Saúde, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,443025%** referente à variação do IPCA no período de agosto/2025 a agosto/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 287/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser conforme segue:

Fornecedor: **DESIGN SOM PRODUCOES LTDA**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
44	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE PAINEL DE LED (OUTDOOR) de alta resolução (P3.9mm), composição do pixel SMD 3 em 1, composto de placas totalmente independentes, permitindo a montagem da tela em diversos formatos, incluída a estrutura de treliça para sustentação (em alumínio) do painel. A instalação e operação do painel é por conta da contratada.	m²/diária	442	127,28	R$ 56.257,76
Total Fornecedor: R$ 56.257,76 (cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta e sete reais e setenta e seis centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.
CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 287/2025), datada de 13 de novembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

AMAURI DE CARVALHO MARTINELI
Secretário Municipal de Comunicação

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

Fornecedor:
Empresa: 60.598.903 GUILHERME ALVES CRUZ
CNPJ: 60.598.903/0001-48
Endereço: RUA PROJETADA 1, 436 - PARQUE DOS IPES, Paranavaí - PR,
E-mail: GUI.ACRUZ@HOTMAIL.COM, gui.acruz@hotmail.com
Telefone: (44) 9128-2811
Nome do Representante: GUILHERME ALVES CRUZ
CPF: 080.792.589-61

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:0952BEEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 288/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 288/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 55/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais RAFAEL LUCAS TORRENTE, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, JANE NUNES DE LIMA e WANESSA DURANTE** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **REGISTRO DE PREÇOS para locação futura e parcelada de EQUIPAMENTOS (palco, tenda piramidal, tenda pavilhão estruturado, sistema de sonorização e iluminação, arquibancadas, painel de LED, banheiros químicos, lavatório portátil, gerador de energia, grade de isolamento, treliça, cadeiras e mesas plásticas) e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (segurança desarmada, brigadista, ambulância tipo B e ambulância tipo C) a serem utilizados na realização dos eventos do Município de Paranavaí, através da Fundação Cultural de Paranavaí e das Secretarias Municipais de Agricultura, Assistência Social, Comunicação, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Saúde, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,443025%** referente à variação do IPCA no período de agosto/2025 a agosto/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 288/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser conforme segue:

Fornecedor: - **EVOLUTION LTDA.**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
29	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BRIGADISTA PROFISSIONAL para atender os diversos eventos da administração pública, com o emprego de equipamentos e profissionais treinados e devidamente qualificados,já inclusas todas as despesas pertinentes ao objeto, tais como alimentação, hospedagem, estadia, deslocamento, transporte, bebidas, entre outros. A empresa deverá apresentar sua licença junto ao Corpo de Bombeiros e os brigadistas devem estar em dia com seus cursos de reciclagem. Eventos realizados durante a semana, fins de semana ou feriados, com agendamento prévio mediante solicitação da secretaria demandante. Diária de 04 (quatro) horas.	DIÁRIA	178	R$ 154,72	R$ 27.540,16
30	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BRIGADISTA PROFISSIONAL para atender os diversos eventos da administração pública, com o emprego de equipamentos e profissionais reinados e devidamente qualificados, já inclusas todas as despesas pertinentes ao objeto, tais como alimentação, hospedagem, estadia, deslocamento, transporte, bebidas, entre outros. A empresa deverá apresentar sua licença junto ao Corpo de Bombeiros e os brigadistas devem estar em dia com seus cursos de reciclagem. Eventos realizados durante a semana, fins de semana ou feriados, com agendamento prévio mediante solicitação da secretaria demandante. Diária de 06 (seis) horas.	DIÁRIA	218	R$ 159,55	R$ 34.781,90
Total Fornecedor: R$ 62.322,06 (sessenta e dois mil, trezentos e vinte e dois reais e seis centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.
CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 288/2025), datada de 10 de novembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: ANGEL EMERGENCIAS MEDICAS LTDA
CNPJ: 47.190.203/0001-51
Endereço: RUA GUARANI, 2167 - JARDIM PIO XII, Campo Mourão – PR CEP 87.306-060
E-mail: licitacaoangel@gmail.com / angelapelisari3@gmail.com
Telefone: (44) 99944-5691
Nome do Representante: ANGELA APARECIDA PELISARI
CPF: 036.476.759-62

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:F9E15DC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 292/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 292/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 55/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais AMAURI MARTINELI, RAFAEL LUCAS TORRENTE, ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS, TARCÍSIO BARBOSA DE SOUZA, ANDREIA MARTINS DE SOUZA, ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **REGISTRO DE PREÇOS para locação futura e parcelada de EQUIPAMENTOS (palco, tenda piramidal, tenda pavilhão estruturado, sistema de sonorização e iluminação, arquibancadas, painel de LED, banheiros químicos, lavatório portátil, gerador de energia, grade de isolamento, treliça, cadeiras e mesas plásticas) e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (segurança desarmada, brigadista, ambulância tipo B e ambulância tipo C) a serem utilizados na realização dos eventos do Município de Paranavaí, através da Fundação Cultural de Paranavaí e das Secretarias Municipais de Agricultura, Assistência Social, Comunicação, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Saúde, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,443025%** referente à variação do IPCA no período de agosto/2025 a agosto/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 292/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser conforme segue:

Fornecedor: **DESIGN SOM PRODUCOES LTDA**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
14	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE PAINEL DE LED (INDOOR) de alta resolução (P3.9mm), composição do pixel SMD 3 em 1, composto de placas totalmente independentes, permitindo a montagem da tela em diversos formatos, incluída a estrutura de treliça para sustentação (em alumínio) do painel. A instalação e operação do painel é por conta da contratada.	M²/DIÁRIA	2.283	R$ 323,24	R$ 737.956,92
15	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE PAINEL DE LED (OUTDOOR) de alta resolução (P3.9mm), composição do pixel SMD 3 em 1, composto de placas totalmente independentes, permitindo a montagem da tela em diversos formatos, incluída a estrutura de treliça para sustentação (em alumínio) do painel. A instalação e operação do painel é por conta da contratada.	M²/DIÁRIA	1.329	R$ 395,08	R$ 525.061,32
Total Fornecedor: R$ 1.263.018,24 (um milhão, duzentos e sessenta e três mil, dezoito reais e vinte e quatro centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.
CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 292/2025), datada de 11 de novembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

AMAURI DE CARVALHO MARTINELI
Secretário Municipal de Comunicação

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: Design Som Producoes LTDA
CNPJ: 12.433.151/0001-12
Endereço: Avenida Martin Luther King, 18, - Jardim Farropilha, Paranavaí - PR,
E-mail: carlos.som@hotmail.com, cadu_cortez@hotmail.com
Telefone: (44) 99866-1303, (44) 3423-5776
Nome do Representante:
CARLOS EDUARDO CORTEZ DELGADO
CPF: 006.223.329-70

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:73CE70C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 27.968/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 27968 de 17 de agosto de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAí, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 07.002 (1030)	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 07.002.0008.0244.0007.2646	**Atividade:** Gestão de Benefícios Eventuais	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (1517)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 12.001.0004.0122.0002.2030	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 35.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO		
Unidade Orçamentária: 13.002 (1653)	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
Funcional Programática: 13.002.0006.0181.0015.2086	**Atividade:** Atividades de Patrulhamento - FUMTRAN	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00509 - Gerenciamento de Trânsito	R$ 100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
Unidade Orçamentária: 10.001 (1378)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
Funcional Programática: 10.001.0020.0605.0013.2140	**Atividade:** Atividades de Fomento e Marketing Agropecuário	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 400.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
Unidade Orçamentária: 10.001 (1382)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
Funcional Programática: 10.001.0020.0605.0013.2140	**Atividade:** Atividades de Fomento e Marketing Agropecuário	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.002 (722)	COORDENAÇÃO EDUCACIONAL	
Funcional Programática: 06.002.0012.0361.0005.2450	**Atividade:** Manutenção do Ensino Fundamental	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00104 - Demais Impostos Vinculados à educação básica	R$ 185.000,00
	VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:	**R$ 770.000,00**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 07.001 (882)	GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 07.001.0008.0244.0007.2571	**Atividade:** Segurança Alimentar e Nutricional	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (1502)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 12.001.0019.0126.0002.2021	**Atividade:** Atividades de Tecnologia da Informação	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 35.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO		
Unidade Orçamentária: 13.002 (1659)	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
Funcional Programática: 13.002.0006.0181.0015.2086	**Atividade:** Atividades de Patrulhamento - FUMTRAN	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00509 - Gerenciamento de Trânsito	R$ 100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
Unidade Orçamentária: 10.002 (1424)	CONVÊNIO E PROGRAMAS DE APLICAÇÃO EM AGRICULTURA	
Funcional Programática: 10.002.0020.0605.0013.2144	**Atividade:** Atividades de Convênios com Estado e União	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 400.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
Unidade Orçamentária: 10.002 (1424)	CONVÊNIO E PROGRAMAS DE APLICAÇÃO EM AGRICULTURA	
Funcional Programática: 10.002.0020.0605.0013.2144	**Atividade:** Atividades de Convênios com Estado e União	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.002 (731)	COORDENAÇÃO EDUCACIONAL	
Funcional Programática: 06.002.0012.0361.0005.2450	**Atividade:** Manutenção do Ensino Fundamental	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00104 - Demais Impostos Vinculados à educação básica	R$ 185.000,00
	VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:	**R$ 770.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 17 de agosto de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:FAF08920

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°264 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N.º 264 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 150.000,00.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 150.000,00, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
11	**SECRETARIA DE SAUDE**	
11.001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	
10.301.14.2.34	**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE**	
3.3.90.39.00.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**	
4222	**0482 Emenda Individual Impositiva - 20380007 - Portaria GM/MS 10948 - Atenção Primária à Saúde**	**150.000,00**
	SUBTOTAL	**150.000,00**
	TOTAL	**150.000,00**

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....150.000,00

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**

1.7.1.9.57.0.1.00.00.00.00.00	**TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL**	**150.000,00**
	TOTAL	**150.000,00**

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....150.000,00
Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 18 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:C2727C82

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1057, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1057, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **CILIANE MEIRE DA ROCHA ANDRADE,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 063.***.***-*** e matrículas funcionais 105871/4766392, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Apresentação dos trabalhos VERDE É VIDA Afubra	21/08/2026	Rio Negro/PR	1(uma)	R$ 61,00	8202/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 18 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:D33CDEB5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 153/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026				
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA				
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026				
Lei/Ato n° 5869 - Decreto n° 153/2026 de 18/08/2026		**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional		**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar		Anulação de Dotações		92.000,00
Despesa				
06		Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Acréscimo	92.000,00
06.002		Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.301.1001.2043		RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
2010	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
07		Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de alteração:** Anulação	92.000,00
07.003		Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de operação:** Abertura	
15.451.1501.2054		Manter as Atividades de Obras e Urbanismo		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
2850	0	Recursos Ordinários (Livres)		

Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
Resumo acumulado		**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar		Anulação de Dotações	Acréscimo	92.000,00
Suplementar		Anulação de Dotações	Anulação	92.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:6F57A6DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 14.9652026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 919.000,00 (novecentos e dezenove mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 919.000,00 (novecentos e dezenove mil reais) conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:
07.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
07.001 – Gabinete do Secretário – SMAD
07.001.04.122.0002.2007 – Gestão das Atividades da Secretaria – SMAD

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.93.00.00	96	1000	Indenizações e restituições	20.000,00
Total				**20.000,00**

10.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.002 – Divisão do Ensino Fundamental
10.002.12.361.0003.2.016 – Manutenção do Ensino Fundamental

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00	241	107	Equipamentos e material permanente	49.000,00
Total				**49.000,00**

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.003 – Fundo Municipal da Assistência Social
13.003.08.244.0006.2037 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00	434	1000	Equipamentos e material permanente	850.000,00
Total				**850.000,00**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

07.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
07.001 – Gabinete do Secretário – SMAD
07.001.04.122.0002.2007 – Gestão das Atividades da Secretaria – SMAD

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00	88	1000	Material de consumo	20.000,00
Total				**20.000,00**

10.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.003 – Divisão da Educação Infantil
10.003.12.365.0003.1.003 – Construção, Ampliação dos Centros Municipais de Educação Infantil

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00	243	107	Obras e instalações	49.000,00
Total				**49.000,00**

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.003 – Fundo Municipal da Assistência Social
13.003.08.244.0006.2036 – Coordenação das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.46.00.00	422	1000	Auxílio-alimentação	200.000,00
Total				**200.000,00**

13.003.08.244.0006.2037 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.32.00.00	426	1000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	650.000,00
Total				**650.000,00**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (LDO 2026), e Lei Municipal nº 2.634 de 01 de dezembro de 2025 (PPA 2026-2029), em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 18 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:FDBDEE4B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.962/2026

Concede progressão por Antiguidade, Titulação, Avaliação de Desempenho e altera a redação do Decreto Municipal nº 8.704/2020, Decreto Municipal nº10.731/2023, Decreto Municipal nº 11.822/2023, Decreto Municipal nº 13.142/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
Considerando o equívoco na elevação de nível do servidor abaixo nominado, realizada por meio do Decreto Municipal nº 8.704/2020, Decreto Municipal nº10.731/2023, Decreto Municipal nº 11.822/2023, Decreto Municipal nº 13.142/2025;
Considerando o princípio da autotutela, o qual confere à Administração Pública o poder de revisar seus próprios atos quando eivados de vícios,

DECRETA:
Art. 1º O servidor nominado abaixo, terá seu nível alterado, conforme progressão por Titulação:
"**Art. 1º**
"CARREIRA GESTOR PÚBLICO II – PROCURADOR 20 HORAS"
(...)

MATRÍCULA	SERVIDOR(A)	CARGO	CLASSE	NÍVEL	A CONTAR DE:
827401	IGOR RENATO LORENZ SPINARDI PINTO	Procurador Municipal (20 horas)	CE1	02	29/08/2024

Parágrafo único. Os efeitos da presente alteração retroagirão à data dos efeitos legais e pecuniários, em relação ao referido servidor, qual seja a partir de 29/08/2024.

Art. 2º O servidor nominado abaixo, terá seu nível alterado, conforme progressão por Antiguidade:
"**Art. 1º**
"CARREIRA GESTOR PÚBLICO II – PROCURADOR 20 HORAS"
(...)

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL
827401	IGOR RENATO LORENZ SPINARDI PINTO	Procurador Municipal (20 horas)	02	03

Parágrafo único. Os efeitos da presente alteração retroagirão à data dos efeitos legais e pecuniários, em relação ao referido servidor, qual seja a partir de 29/08/2024.

Art. 3º Fica excluído do Decreto 8.704/2020, o servidor abaixo nominado:

"**Art. 1º**
"CARREIRA GESTOR PÚBLICO E ESPECIAL"
(...)

MATRÍCULA	SERVIDOR(A)	CARGO	CLASSE	NÍVEL	A CONTAR DE:
827401	IGOR RENATO LORENZ SPINARDI PINTO	Procurador Municipal (20 horas)	CE1	02	01/11/2020

Parágrafo único. Os efeitos da presente alteração retroagirão à data dos efeitos legais, em relação ao referido servidor.

Art. 4º O servidor nominado abaixo, terá seu nível alterado, conforme progressão por Avaliação de Desempenho:
"**Art. 1º**
"CARREIRA GESTOR PÚBLICO II – PROCURADOR 20 HORAS"
(...)

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL
827401	IGOR RENATO LORENZ SPINARDI PINTO	Procurador Municipal (20 horas)	CE1-03	CE1-04

Parágrafo único. Os efeitos da presente alteração retroagirão à data dos efeitos legais e pecuniários, em relação ao referido servidor, qual seja a partir de 29/08/2024.
Art. 5º O servidor nominado abaixo, terá seu nível alterado, conforme progressão por Titulação:
"**Art. 1º**
"CARREIRA GESTOR PÚBLICO II – PROCURADOR 20 HORAS"
(...)

MATRÍCULA	SERVIDOR(A)	CARGO	CLASSE	NÍVEL	A CONTAR DE:
827401	IGOR RENATO LORENZ SPINARDI PINTO	Procurador Municipal (20 horas)	CE1	05	29/08/2024

Parágrafo único. Os efeitos da presente alteração retroagirão à data dos efeitos legais e pecuniários, em relação ao referido servidor, qual seja a partir de 29/08/2024.

Art. 6º Altera o nível de elevação do servidor abaixo nominado, descrito no Decreto Municipal nº 10.731/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"**Art. 1º**
"CARREIRA GESTOR PÚBLICO II – PROCURADOR 20 HORAS"
(...)

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL
827401	IGOR RENATO LORENZ SPINARDI PINTO	Procurador Municipal (20 horas)	CE1-05	CE1-06

Parágrafo único. Os efeitos da presente alteração retroagirão à data dos efeitos legais e pecuniários do Decreto Municipal nº 10.731/2023, em relação ao referido servidor, qual seja a partir de 29/08/2024.

Art. 7º Fica excluído do Decreto 11.822/2023, o servidor abaixo nominado:
"**Art. 1º**
"CARREIRA GESTOR PÚBLICO E ESPECIAL"
(...)

MATRÍCULA	SERVIDOR(A)	CARGO	CLASSE	NÍVEL	A CONTAR DE:
827401	IGOR RENATO LORENZ SPINARDI PINTO	Procurador Municipal (20 horas)	GP1	5	01/12/2023

Parágrafo único. Os efeitos da presente alteração retroagirão à data dos efeitos legais, em relação ao referido servidor.
Art. 8º O servidor nominado abaixo, terá seu nível alterado, conforme progressão por Titulação:
"**Art. 1º**
"CARREIRA GESTOR PÚBLICO II – PROCURADOR 20 HORAS"
(…)

MATRÍCULA	SERVIDOR(A)	CARGO	NÍVEL	A CONTAR DE:
827401	IGOR RENATO LORENZ SPINARDI PINTO	Procurador Municipal (20 horas)	07	29/08/2024

Parágrafo único. Os efeitos da presente alteração retroagirão à data dos efeitos legais e pecuniários, em relação ao referido servidor, qual seja a partir de 29/08/2024.

Art. 9º Altera o nível de elevação do servidor abaixo nominado, descrito no Decreto Municipal nº 13.142/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"**Art. 1º**
"CARREIRA GESTOR PÚBLICO II – PROCURADOR 20 HORAS"
(...)

MATRÍCULA	SERVIDOR (A)	FUNÇÃO	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL
827401	IGOR RENATO LORENZ SPINARDI PINTO	Procurador Municipal (20 horas)	07	08

Parágrafo único. Os efeitos da presente alteração retroagirão à data dos efeitos legais e pecuniários do Decreto Municipal nº 13.142/2025, em relação ao referido servidor, qual seja a partir de 01/01/2025

Art. 10 O servidor nominado abaixo, terá seu nível alterado, conforme progressão por Antiguidade:
"**Art. 1º**
"CARREIRA GESTOR PÚBLICO II – PROCURADOR 20 HORAS"
(...)

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL
827401	IGOR RENATO LORENZ SPINARDI PINTO	Procurador Municipal (20 horas)	08	09

Parágrafo único. Os efeitos da presente alteração retroagirão à data dos efeitos legais e pecuniários, em relação ao referido servidor, qual seja a partir de 01/03/2025.
Art. 11º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos nos termos dos parágrafos únicos dos artigos 1º, 2º, 3º,4º,5º,6º,7º,8º,9º e 10 do presente.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 18 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:ED81D90A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.963/2026

Concede progressão por Antiguidade, Titulação e Avaliação de Desempenho e altera a redação Decreto Municipal nº 13.733/2025, Decreto Municipal nº 13.799/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando o equívoco na elevação de nível do servidor abaixo nominado, realizada por meio do Decreto Municipal nº 13.733/2025 e Decreto Municipal nº 13.799/2025;
Considerando o princípio da autotutela, o qual confere à Administração Pública o poder de revisar seus próprios atos quando eivados de vícios,

DECRETA:

Art. 1º Fica excluído da elevação de nível descrita no Decreto 13.733/2025, o servidor abaixo nominado:

"**Art. 1º**
"CARREIRA NÍVEL MÉDIO"
(…)

MATRÍCULA	SERVIDOR(A)	CARGO	NÍVEL	A CONTAR DE:
992446	TIAGO ALVES	Técnico Administrativo	02	29/08/2024

Parágrafo único. Os efeitos da presente alteração retroagirão à data dos efeitos legais e pecuniários, em relação ao referido servidor, a contar de 29/08/2024.
Art. 2º Fica excluído da elevação de nível descrita no Decreto 13.799/2025, o servidor abaixo nominado:

"**Art. 1º**
"CARREIRA NÍVEL MÉDIO"
(...)

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	NÍVEL	A CONTAR DE:
992546	TIAGO ALVES	Técnico Administrativo	03	29/08/2024

Parágrafo único. Os efeitos da presente alteração retroagirão à data dos efeitos legais e pecuniários, em relação ao referido servidor, a contar de 29/08/2024.
Art. 3º O servidor abaixo nominado, terá seu nível alterado, conforme progressão por Titulação:
"**Art. 1º**
"CARREIRA NÍVEL MÉDIO"
(...)

MATRÍCULA	SERVIDOR(A)	CARGO	NÍVEL	A CONTAR DE:
992546	TIAGO ALVES	Técnico Administrativo	02	29/08/2024

Parágrafo único. Os efeitos da presente alteração retroagirão à data dos efeitos legais e pecuniários, em relação ao referido servidor, qual seja a partir de 29/08/2024.
Art. 4º O servidor abaixo nominado, terá seu nível alterado, conforme progressão por Antiguidade:
"**Art. 1º**
"CARREIRA NÍVEL MÉDIO"
(…)

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	CLASSE	NÍVEL
992546	TIAGO ALVES	Técnico Administrativo	1	03

Parágrafo único. Os efeitos da presente alteração retroagirão à data dos efeitos legais e pecuniários, em relação ao referido servidor, qual seja a partir de 29/08/2024.
Art. 5º O servidor abaixo nominado, terá seu nível alterado, conforme progressão por Avaliação de Desempenho:
"**Art. 1º**
"CARREIRA NÍVEL MÉDIO"
(...)

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL
992546	TIAGO ALVES	Técnico Administrativo	03	04

Parágrafo único. Os efeitos da presente alteração retroagirão à data dos efeitos legais e pecuniários, em relação ao referido servidor, qual seja a partir de 29/08/2024.
Art. 6º O servidor abaixo nominado, terá seu nível alterado, conforme progressão por Titulação:
"**Art. 1º**
"CARREIRA NÍVEL MÉDIO"
(...)

MATRÍCULA	SERVIDOR(A)	CARGO	NÍVEL	A CONTAR DE:
992546	TIAGO ALVES	Técnico Administrativo	05	29/08/2024

Parágrafo único. Os efeitos da presente alteração retroagirão à data dos efeitos legais e pecuniários, em relação ao referido servidor, qual seja a partir de 29/08/2024.

Art. 7º O servidor abaixo nominado, terá seu nível alterado, conforme progressão por Avaliação de Desempenho:
"**Art. 1º**
"CARREIRA NÍVEL MÉDIO"
(...)

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL

992546	TIAGO ALVES	Técnico Administrativo	05	06

Parágrafo único. Os efeitos da presente alteração retroagirão à data dos efeitos legais e pecuniários, em relação ao referido servidor, qual seja a partir de 01/01/2026.
Art.8 º este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos nos termos dos parágrafos únicos dos artigos 1º, 2º, 3º,4º,5º,6º e 7º do presente.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 18 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:16298B32

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°181/2026 DO PREGÃO N.°34/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°181/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **54.045.261 GISIANE EICHELBERGER DOS SANTOS,** inscrita no CNPJ/MF nº. 54.045.261/0001-57, estabelecida na Rua Soldado - Expedicionario Walter Felten, n.° 525, Figueira, Santa Rosa – RS, CEP 98792-754, neste ato representada pelo **Sr. Gisiane Eichelberger Dos Santos**, portador do CPF nº. 048.251.740-94, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
87	75359	Furadeira/parafusadeira a bateria, com alimentação por bateria de lítio 18 V, fornecida em kit com 02 (duas) baterias recarregáveis, com capacidade mínima de 2,0 Ah cada, mandril de aperto rápido com capacidade mínima de 13 mm, mínimo de 2 (duas) velocidades mecânicas, torque mínimo de 50 Nm, ajuste de torque com múltiplas posições incluindo modo perfuração, rotação sem carga de até 500 rpm na primeira velocidade e até 2.000 rpm na segunda velocidade, sistema de reversão de rotação, controle eletrônico de velocidade, iluminação auxiliar por LED, acompanhada de carregador bivolt automático (110/220 V), maleta para transporte e acessórios necessários ao funcionamento, produto novo, sem uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses. Produto de qualidade igual, equivalente ou superior aos modelos das marcas Bosch, Makita e DeWalt.	HANABÍ	UN	3	R$ 706,66	R$ 2.119,98
88	75384	FURADEIRA ELÉTRICA DE IMPACTO Furadeira elétrica de impacto, com cabo de alimentação, destinada a uso geral em atividades administrativas e de manutenção predial leve, adequada para perfurações em madeira, metal e alvenaria. Deverá possuir as seguintes características mínimas: Potência mínima: 550 W Sistema de impacto acionável Rotação variável, com velocidade compatível com uso geral Mandril de aperto rápido de 1/2″ (13 mm) Função reversível (direita/esquerda) Empunhadura ergonômica, com isolamento elétrico Cabo elétrico com comprimento mínimo de 2 metros Produto fornecido novo, sem uso, em perfeito estado de funcionamento, com garantia mínima de 12 (doze) meses. Serão aceitos produtos de qualidade igual, equivalente ou superior, tendo como referência de mercado as marcas Bosch, Makita e DeWalt.	EOS	UNI	2	R$ 190,00	R$ 380,00
92	75362	Esmerilhadeira elétrica angular, potência mínima de 800 W, tensão 127 V ou	HANABI	UN	2	R$ 220,00	R$ 440,00

		220 V, conforme solicitação da Secretaria requisitante, diâmetro do disco de 115 mm ou 125 mm, rotação sem carga mínima de 10.000 rpm, eixo compatível com discos padronizados do mercado, empunhadura lateral auxiliar, capa de proteção do disco, interruptor com sistema de segurança, fornecida com chave para troca de disco, produto novo, sem uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses. Produto de qualidade igual, equivalente ou superior aos modelos das marcas Bosch, Makita e DeWalt.					

2.3. Preço Total Registrado: **R$ 2.939,98 (dois mil, novecentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.

3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:

I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;

II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;

III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e

IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.

4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.

5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.

5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.

5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.

5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.

5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:

I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.

14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	0600212361060220284490520000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	0600212361060220284490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	0600212361060220284490520000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944490520000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	0600212365060220304490520000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	0600212365060220304490520000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144900520000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044900520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644900520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644900520000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	0600727813100121364490520000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244900520000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244900520000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	0800210301080110424490520000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244900520000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244900520000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844900520000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844900520000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544900520000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544900520000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344900520000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844900520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944900520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144900520000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144900520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744900520000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844900520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444900520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344900520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644900520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944900520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044900520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344900520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544900520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944900520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044900520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;

18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***GISIANE EICHELBERGER DOS SANTOS***
Prefeito	54.045.261 Gisiane Eichelberger Dos Santos
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:4D404AFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°182/2026 DO PREGÃO N.°34/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°182/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **ALF COMERCIO DE ELETRODOM?STICOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 12.581.380/0001-84, estabelecida na Rua Padre Acnhietta, n.° 683, Centro, Encantado – RS, CEP 95960-000, neste ato representada pelo **Sr. Adovandro Luiz Fraporti**, portador do CPF nº. 662.482.300-30, conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
46	75009	MACA PEDIÁTRICA COM BALCÃO EM MDF BRANCO CONTENDO 3 GAVETAS E ESPAÇO PARA BALANÇA, EM MDF 15MM ANTIBACTERIANO, MEDIDAS MONTADA 1,80 CM X 60 CM X 80 - (C X L X A), COLCHÃO 135X60 D-28 REVESTIDO EM COURINO DE COR PRETA, GAVETAS COM CORREDIÇAS TELESCÓPICAS	ALFRS	UN	4	R$ 1.625,00	R$ 6.500,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$ 6.500,00 (seis mil, quinhentos reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.

3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:

I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;

II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;

III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e

IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.

4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.

5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.

5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.

5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.

5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.

5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.

10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;

Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS

20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	**Causa Provável**	**Consequência**	**Responsável**	**Medidas de Mitigação**
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa	Rescisão; necessidade de nova licitação;	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções;

	fornecedora	prejuízo ao serviço público		acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – **DO FORO**
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – **DA PUBLICIDADE**
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI***
Prefeito	ALF Comercio de Eletrodomsticos LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:21E32707

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°183/2026 DO PREGÃO N.°34/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°183/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **AMS COMERCIO DE PRODUTOS LTDA**inscrita no CNPJ/MF nº. 59.060.397/0001-50, estabelecida na Avenida Hermelindo Vignoto, n.° 78, Jardim Aurora II, SARANDI – PR, CEP 87116-116, neste ato representada pelo **Sr. Andre Luiz Mazur Da Silva**, portador do CPF nº. 064.670.519-98, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
18	64804	RAIO X ODONTOLÓGICO DIGITAL, TIPO COLUNA MÓVEL, COM SISTEMA ELETRÔNICO DIGITAL MICROPROCESSADO PARA CONTROLE DO TEMPO DE EXPOSIÇÃO, PROPORCIONANDO QUALIDADE RADIOGRÁFICA CONSTANTE E TEMPOS DE EXPOSIÇÃO PRECISOS. EQUIPAMENTO COM PROTEÇÃO RADIOLÓGICA RIGOROSAMENTE CONTROLADA, DOTADO DE COLIMADOR EM CHUMBO DE NO MÍNIMO 1 MM PARA DIRECIONAMENTO DOS RAIOS-X AO OBJETIVO RADIOGRÁFICO PRINCIPAL. ALIMENTAÇÃO 127V OU 220V, COM CONVERSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA, CONFORME PADRÃO DO FABRICANTE. CABEÇOTE DE RAIOS-X COM AMPOLA IMERSA EM ÓLEO ISOLANTE ESPECIAL E SISTEMA SELADO A VÁCUO. DEVERÁ POSSUIR DISPARADOR À DISTÂNCIA, ARTICULAÇÕES COM MOVIMENTAÇÃO AMPLA E ESTRUTURA COM ACABAMENTO RESISTENTE À CORROSÃO E AO USO CONTÍNUO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: POTÊNCIA DE 70 KV, CORRENTE DO TUBO DE 8 MA, TEMPO DE IRRADIAÇÃO DE 0,05 A 3 SEGUNDOS E FOCO APROXIMADO DE 0,8 X 0,8 MM. EQUIPAMENTO EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS E SANITÁRIAS APLICÁVEIS, COM REGISTRO NA ANVISA E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE	ION PRO X	UNID	1	R$ 7.700,00	R$ 7.700,00

		OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA D700, GNATUS, X-DENT, SAEVO, ALLIAGE OU EQUIVALENTES.					

2.3. Preço Total Registrado: **R$7.700,00 (sete mil, setecentos reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;

II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente

identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.

14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.

14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.

14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.

14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.

14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.

14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.

15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	0600212361060220284490520000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	0600212361060220284490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944490520000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044490520000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044490520000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144490520000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644490520000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644490520000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844490520000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844490520000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544490520000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544490520000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344490520000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144490520000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744490520000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;

a) Impedimento de licitar e contratar;

b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:

a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;

b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.6. Infrações e penalidades do Contrato:

18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:

a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou

c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;

18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;

II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;

III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.

19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS

20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.

22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS

23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***ANDRE LUIZ MAZUR DA SILVA***
Prefeito	AMS Comercio de Produtos LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:4B776146

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°184/2026 DO PREGÃO N.°34/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°184/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano,**

podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais, conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **ARAUJO MOVEIS E TRANSPORTES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 23.206.565/0001-25, estabelecida na Rua Projetada, n.° 2727, Santa Ines, Itaipulândia – PR, CEP 85880-000, neste ato representada pelo **Sr. Gustavo Costa Araujo**, portador do CPF nº. 045.760.509-07, conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
15	68073	ARMÁRIO VITRINE COM 02 PORTAS, EM CHAPA DE AÇO, PINTURA EPÓXI, FECHADURA CILÍNDRICA, COM LATERAL EM VIDRO, MÍNIMO DE 04 PRATELEIRAS, PÉS EM TUBO DE AÇO. TAMANHO APROX. 1,60X0,70X0,35 (AXLXP).	BIG METAL	UN	2	R$ 1.075,00	R$ 2.150,00
19	75000	ARMÁRIO VESTIÁRIO / GUARDA-VOLUMES – 1 MÓDULO COM 4 PORTAS Armário vestiário alto, padrão guarda-volumes, confeccionado em chapa de aço nº 26, com espessura aproximada de 0,45 mm, pintura eletrostática na cor cinza padrão. Composto por 01 (um) módulo contendo 04 (quatro) portas individuais, dotadas de sistema de ventilação tipo veneziana e fechamento por pitão para cadeado. Deverá possuir pés removíveis. Dimensões mínimas externas do conjunto: Altura: 190 cm Largura: 70 cm Profundidade: 40 cm Dimensões mínimas internas de cada compartimento/porta: Altura: 82 cm Largura: 27 cm Profundidade: 37 cm Peso aproximado: 30 kg. Produto novo, sem uso, adequado para uso institucional.	BIG METAL	UN	3	R$ 533,30	R$ 1.599,90

2.3. Preço Total Registrado: **R$3.749,90 (três mil, setecentos e quarenta e nove reais e noventa centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.

3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:

I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;

II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;

III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e

IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.

4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.

5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.

5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.

5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.

5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.

5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.

10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;

Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS

20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	**Causa Provável**	**Consequência**	**Responsável**	**Medidas de Mitigação**
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna	Administração	Organização prévia; designação de fiscais

conferência		dos equipamentos		e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – **DO FORO**
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – **DA PUBLICIDADE**
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***GUSTAVO COSTA ARAUJO***
Prefeito	Araujo Moveis e Transportes LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:2E0EC1FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°185/2026 DO PREGÃO N.°34/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°185/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **BHDENTAL COMERCIAL EIRELI,** inscrita no CNPJ/MF nº. 29.312.896/0001-26, estabelecida na Rua Antonio Gravata, n.° 80, Cinquentenario, Belo Horizonte – MG, CEP 30570-040, neste ato representada pelo **Sr. Leonardo Antonio Rodrigues Cury**, portador do CPF nº. 758.729.606-97, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qtd.	Valor Unt.(R$)	Valor Total (R$)
58	46989	Fotopolimerizador de Resinas, LED, SEM FIO SEM RADIÔMETRO; Display digital; Tempos de aplicação disponíveis: 5, 10, 20 e 40 segundos; Bivolt automático. (com certificação Inmetro).	DENTEMED	UN	1	R$ 300,00	R$ 300,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$300,00 (trezentos reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.

10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.
16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.
16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.
16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.
16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.
16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta	Multa sobre o valor total da proposta	5%

	ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado		
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de

contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de "igual, similar ou superior" no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***LEONARDO ANTONIO RODRIGUES CURY***
Prefeito	BHDENTAL Comercial EIRELI
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:E5D833C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°186/2026 DO PREGÃO N.°34/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°186/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI,** inscrita no CNPJ/MF nº. 34.680.592/0001-51, estabelecida na R Graca Aranha, n.° 875, Vargem Grande, Pinhais – PR, CEP 83321-020, neste ato representada pelo **Sr. Jose Felipe Belotto Pelozzo**, portador do CPF nº. 064.890.839-90, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
39	75006	OFTALMOSCÓPIO, TIPO DIRETO, TIPO LUZ LUZ LED, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 2 PILHAS MÉDIAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 5 ABERTURAS DE DIAFRAGMA, COR FILTROS FILTRO VERDE LIVRE DE VERMELHO, APLICAÇÃO CAMPO CORREÇÃO -20D ATÉ +20D, COMPONENTES CABO METAL CROMADO E PLÁSTICO, COMPONENTES OUTROS 19 LENTES	DOCTOR DEVICES	UN	2	R$ 550,00	R$ 1.100,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$1.100,00 (um mil e Cem reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	—
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes	4 anos e 6 meses

		federativos	
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***JOSE FELIPE BELOTTO PELOZZO***
Prefeito	Brasil Devices Equipamentos Hospitalares EIRELI
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:BABAC832

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°187/2026 DO PREGÃO N.°34/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°187/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 42.753.718/0001-07, estabelecida na Rua Ana Merotto Stefanon, n.° 30, Cobilandia, Vila Velha – ES, CEP 29111-630, neste ato representada pelo **Sr. Paulo Henrique Andreani Araujo**, portador da Cédula de Identidade nº. 20135181 SEJUSP MT, CPF nº. 022.905.351-33, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
1	74990	AR CONDICIONADO, DO TIPO UNID SPLIT, INVERTER, HI WALL, 24000 BTU/H. OPERAÇÃO; QUENTE E FRIO, VAZÃO DE AR DE NO MÍNIMO 1200 M³H, VOLTAGEM: 220V, 60 HZ, COM SELO PROCEL, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, COM BAIXO RUIDO, COM UTILIZAÇÃO DO GÁS R410 – A, FORNECIDO COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, MANUAL DE INSTRUÇÕES E CERTIFICADOS DE GARANTIA EM PORTUGUÊS, CONFORME LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE, GARANTIA MÍNIMA 12 MESES.	MARA	UN	10	R$ 3.136,56	R$ 31.365,60
4	74938	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT PISO TETO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 36.000 BTUS, SISTEMA INVERTER, OPERAÇÃO QUENTE E FRIO, TENSÃO 220V, MONOFÁSICO, 60 HZ, COM FUNÇÕES DE REFRIGERAÇÃO, VENTILAÇÃO E DESUMIDIFICAÇÃO, TIMER, MODO SLEEP, CONTROLE DE TEMPERATURA, DIRECIONADORES DE AR, PAINEL DE CONTROLE ELETRÔNICO, FILTRO REMOVÍVEL E LAVÁVEL, CONTROLE REMOTO COM DISPLAY DIGITAL E BAIXO NÍVEL DE RUÍDO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA "A" OU SUPERIOR, CONFORME INMETRO, UTILIZANDO GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO R410A, R32 OU EQUIVALENTE. FORNECIDO COM UNIDADE EVAPORADORA, UNIDADE CONDENSADORA, CONTROLE REMOTO E MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA TCL, LG, SAMSUNG, MIDEA, ELGIN, GREE OU EQUIVALENTES.	MIDEA	UN	3	R$ 8.137,85	R$ 24.413,55
7	74995	LAVADORA E SECADORA DE ROUPAS – CAPACIDADE MÍNIMA 8,5 KG Máquina de lavar e secar roupas, com capacidade mínima de 8,5 kg de roupas. Deverá possuir classificação energética mínima "A", permitir lavagem com temperatura de até 70 °C, adequada para higienização eficiente de roupas. Equipada com múltiplos programas de lavagem e secagem, atendendo diferentes tipos de tecidos e níveis de sujidade, e cesto confeccionado em aço inoxidável, garantindo maior durabilidade e resistência à corrosão. Produto fornecido novo, sem uso, em perfeito estado de funcionamento, com garantia mínima de 12 (doze) meses.	MIDEA	UN	8	R$ 2.997,00	R$ 23.976,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$79.755,15 (setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quinze centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e

IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.

10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.
16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.
16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.
16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.
16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.
16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%

		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – **DO FORO**
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – **DA PUBLICIDADE**
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***PAULO HENRIQUE ANDREANI ARAUJO***
Prefeito	Castro Equipamentos LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:F6E8104B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°188/2026 DO PREGÃO N.°34/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°188/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **C E C IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 24.864.422/0001-73, estabelecida na AV Brasil, n.° 468, Centro, Ivaiporã – PR, CEP 86870-000, neste ato representada pelo **Sr. Carlos Eduardo Carvalho**, portador da Cédula de Identidade nº. 77933239 SSP PR, CPF nº. 007.976.549-17, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
25	67138	CARRO DE EMERGÊNCIA HOSPITALAR, ESTRUTURA CHAPAS DE AÇO INOXIDÁVEL, GAVETAS 04GAVETAS, SENDO A 1ª COM DIVISÃO, SUPORTE SUPORTE PARA MONITOR, BASE GIRATÓRIA, RODÍZIOS COM RODÍZIOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01 SUPORTE SORO E CILINDRO DE O2, ACESSÓRIOS TÁBUA DE MASSAGEM CARDÍACA, ACESSÓRIOS 01 EXTENSÃO ELÉTRICA,MÍNIMO 5 METROS E ATÉ 7 PLUGS, ACESSÓRIOS 02 TRAVA DE GAVETAS COM LACRE	REANASCER	UN	2	R$ 3.000,00	R$ 6.000,00
52	75014	CLORÍMETRO, TIPO: DIGITAL PORTÁTIL, FAIXA TRABALHO: : 0,01 MG,L, PRECISÃO: 0,02 MG,L, PRECISÃO FOTOMÉTRICA: 2 PER, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 9 VDC OU 110, 220 VAC V, ACESSÓRIOS: 2 CUBETAS DE 25 ML; REAGENTES; MANUAL DE INSTRUÇÕES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MICROPROCESSADOR INTERNO GARANTIDOR EXATIDÃO LEITURA,	AKSO	UN	1	R$ 800,00	R$ 800,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$6.800,00 (seis mil, oitocentos reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.

10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602202314905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do	1% /dia

		contrato/empenho	
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***CARLOS EDUARDO CARVALHO***
Prefeito	C E C Importacao e Comercio de Produtos Medicos LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:3F277F3D

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°189/2026 DO PREGÃO N.°34/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°189/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **CIRURGICAS MULLET IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 34.055.837/0001-50, estabelecida na Avenida Coronel Antonio Lehmkuhl, n.° 1030, Centro, Águas Mornas – SC, CEP 88150-001, neste ato representada pelo **Sr. Heloisa Helena Garcia**, portador da Cédula de Identidade nº. 1462489 SSP - SC, CPF nº. 600.855.419-15, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
45	75008	EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO ULTRASSOM, MODO DE OPERAÇÃO CONTINUA, FREQUÊNCIA DE VIBRAÇÃO DE 28000HZ, BIVOLT, MATERIAL PONTEIRA AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CORPO PLÁSTICO ABS, INDICAÇÃO PERIODONTIA/ENDODONTIA/PRÓTESE/DENTÍSTICA, FONTE ELÉTRICO, COMPONENTES PEÇA DEMÃO, CONJUNTO COM 5 INSERTOS, SENDO:2 INSERTOS G1, 1 INSERTO G2, 1 INSERTO P1 E 1 INSERTO G4	ALT	UN	8	R$ 848,75	R$ 6.790,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$6.790,00 (seis mil, setecentos e noventa reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.

10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;

Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.

14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.
16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.
16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.
16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.
16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses

Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS

20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de "igual, similar ou superior" no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS

23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***HELOISA HELENA GARCIA***
Prefeito	Cirurgicas Mullet Importadora E Exportadora De Equipamentos Hospitalares E Odontologicos LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:3932BC15

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°190/2026 DO PREGÃO N.°34/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°190/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **DSE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS DE AÇO LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 15.318.347/0001-54, estabelecida na Rua Tenente Lagos, S/N, Cara - Cara, Ponta Grossa – PR, CEP 84043-754, neste ato representada pelo **Sr. Diego Cirilo Lachman Gomes**, portador da Cédula de Identidade nº. 7.217.433-0 SSP/PR, CPF nº. 043.937.229-14, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
84	12122	ARQUIVO PARA PASTAS SUSPENSAS – 04 GAVETAS COM FECHADURA Arquivo vertical para uso administrativo, destinado ao acondicionamento de pastas suspensas padrão, confeccionado em aço ou material equivalente, com 04 (quatro) gavetas independentes, dotadas de sistema de deslizamento adequado e fechadura com chave. Deverá possuir estrutura resistente para uso contínuo em ambiente institucional, com capacidade compatível com pastas suspensas padrão, permitindo abertura e fechamento suaves das gavetas. Dimensões mínimas externas do conjunto: Altura mínima: 1,30 m Largura mínima: 46 cm Profundidade mínima: 60 cm Produto fornecido novo, sem uso, em perfeito estado.	PROPRIA	UN	2	R$ 1.080,00	R$ 2.160,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;

II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.

14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944490520000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044490520000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044490520000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144490520000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644490520000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644490520000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844490520000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844490520000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544490520000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544490520000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344490520000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144490520000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744490520000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Red	Dotação	Fonte	Descrição
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***DIEGO CIRILO LACHMAN GOMES***
Prefeito	DSE Industria E Comercio De Moveis De Aço LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:F178FA4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°191/2026 DO PREGÃO N.°34/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°191/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:11/08/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 57.498.660/0001-61, estabelecida na Avenida Henrique Mansano, n.° 1581, Santa Monica, Londrina – PR, CEP 86079-450, neste ato representada pelo **Sr. Cesar Rafael Carrega**, portador da Cédula de Identidade nº. 9177472-0 SESP/PR, CPF nº. 055.015.959-23, conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
33	59981	Escada inox 2 degraus para maca hospitalar, pés com ponteiras, passadeira de borracha preta antiderrapante.	LIFENOX / 2D	UN	5	R$ 139,99	R$ 699,95

2.3. Preço Total Registrado: **R$699,95 (seiscentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.

3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:

I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;

II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;

III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e

IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.

4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.

5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.

5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.

5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.

5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.

5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.

10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;

Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Red	Dotação	Fonte	Descrição
116	06002123610602202844490520000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944490520000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044490520000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044490520000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602202314490520000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603202404490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644490520000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644490520000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844490520000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844490520000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544490520000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544490520000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344490520000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144490520000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744490520000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944490520000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144490520000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS

20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	**Causa Provável**	**Consequência**	**Responsável**	**Medidas de Mitigação**
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores

Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – **DO FORO**
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – **DA PUBLICIDADE**
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 11 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES	***CESAR RAFAEL CARREGA***
Prefeito Município de Pitanga	Starmedical Importacao E Exportacao De Produtos Hospitalares LTDA

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:EC906CA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°192/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°192/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **F.COMM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ/MF nº. 49.535.491/0001-64, estabelecida na Rua Luiza Meneghel Mancini, n.° 96, Jardim Paulista, Americana – SP, CEP 13468-274, neste ato representada pelo **Sr. Fernanda Aparecida Versolatto Silva**, portador da Cédula de Identidade nº. 33745954X SSP/SP, CPF nº. 276.911.808-02, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
17	47090	Balança Antropométrica infantil; Concha anatômica em polipropileno com medida 540 x 290 mm injetada em material anti-germes; Faixa de medição antropométrica na concha; Display LED com 6 dígitos, Pés reguláveis em borracha sintética; Fonte externa 90 a 240 VAC c/ chaveamento automático; Função TARA até capacidade máxima da balança; Homologadas pelo INMETRO e aferidas pelo IPEM; 01 ano de garantia;	WELMY	UN	1	R$ 529,99	R$ 529,99

2.3. Preço Total Registrado: **R$529,99 (quinhentos e vinte e nove reais e noventa e nove centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:

I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.

10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.

14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro

Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;

a) Impedimento de licitar e contratar;

b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	—
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;

III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***FERNANDA APARECIDA VERSOLATTO SILVA***
Prefeito	F.COMM Comércio E Distribuidora LTDA - EPP
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:921F5C87

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°193/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°193/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do**

Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 20.481.118/0001-96, estabelecida na Rua Juliete Waldrich, n.° 663, Encano, INDAIAL – SC, CEP 89086-580, neste ato representada pelo **Sr. Felipe Altamiro Espindola**, portador da Cédula do CPF nº. 073.500.849-35, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
22	74979	BEBEDOURO INDUSTRIAL DE COLUNA – 25 LITROS Bebedouro industrial de coluna, com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) litros, fabricado em aço inoxidável, contendo 02 (duas) saídas de água por meio de torneiras, sendo 01 (uma) para água gelada e 01 (uma) para água natural. O equipamento deverá possuir estrutura externa em aço inox, garantindo alta resistência à corrosão, fácil higienização e durabilidade. Deverá acompanhar filtro purificador de água, mangueira com no mínimo 2 (dois) metros e todos os acessórios necessários para a instalação hidráulica. Deverá possuir sistema de refrigeração com serpentina interna em material apropriado, como aço inoxidável ou equivalente, reservatório interno em material atóxico, isolamento térmico eficiente, boia controladora de nível de água e termostato com múltiplos níveis de ajuste de temperatura. Deverá possuir tampa e base ou pés niveladores em material de alta resistência (ABS ou equivalente), aparador de água em aço inox com dreno e acabamento reforçado. Utilizar gás refrigerante ecológico, compatível com as normas ambientais vigentes, devendo ser equipado com tomada de 3 pinos conforme padrão ABNT NBR 14136 e certificação do INMETRO. Tensão de alimentação em 110 V ou 220 V, conforme necessidade da unidade solicitante. Dimensões mínimas: Altura mínima: 110 cm Largura mínima: 35 cm Profundidade mínima: 35 cm Produto novo, sem uso	ECOBLU	UN	26	R$ 1.559,23	R$ 40.539,98

2.3. Preço Total Registrado: **R$40.539,98 (quarenta mil, quinhentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.

10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202304905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202304905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602202314905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO

Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – **DA PUBLICIDADE**
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA***
Prefeito	Felipe Altamiro Espindola
Município De Pitanga	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:E89531FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°194/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°194/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **FREEDOM DO BRASIL LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 35.733.585/0001-33, estabelecida na Rua Martinho Van Biene, n.° 577, Jardim Iririu, JOINVILLE – SC, CEP 89224-055, neste ato representada pelo **Sr. Edimar Vernillo Junior**, portador da Cédula de Identidade nº. , CPF nº. 066.599.879-16, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
78	75719	PROJETOR MULTIMÍDIA – RESOLUÇÃO WXGA E BRILHO MÍNIMO DE 3.000 LÚMENS Projetor multimídia destinado à exibição de vídeos, imagens, gráficos e apresentações em ambientes educacionais, administrativos e institucionais. Equipamento com resolução nativa mínima WXGA (1280 x 800), proporção widescreen 16:10, proporcionando imagens amplas e boa definição. Deve possuir brilho mínimo de 3.000 lúmens, garantindo projeção nítida mesmo em ambientes com iluminação moderada. Sistema de projeção com tecnologia LCD, 3LCD ou tecnologia equivalente, capaz de reproduzir cores vivas, uniformes e com boa fidelidade. Capacidade de projeção de tela de grande formato, adequada para apresentações, aulas e exibição de conteúdos multimídia. O equipamento deverá possuir conectividade compatível com diferentes dispositivos, incluindo no mínimo entrada HDMI e USB, permitindo conexão com computadores, notebooks, reprodutores de mídia e outros equipamentos audiovisuais. Deve possuir função de correção de distorção de imagem (keystone) para ajuste de alinhamento da projeção, bem como lâmpada com vida útil prolongada, preferencialmente de até 12.000 horas em modo econômico ou equivalente, garantindo maior durabilidade e menor custo de manutenção. Produto fornecido novo, sem uso, acompanhado de cabo de alimentação, controle remoto, manual do usuário e demais acessórios necessários para funcionamento. Marcas de referência: Epson, BenQ ou ViewSonic, ou de qualidade igual, equivalente ou superior.	MSE	UN	1	R$ 1.149,99	R$ 1.149,99

2.3. Preço Total Registrado: **R$1.149,99 (um mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;

II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.

10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.

14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202304905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202304905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro

Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;

a) Impedimento de licitar e contratar;

b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	—
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;

III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***EDIMAR VERNILLO JUNIOR***
Prefeito	Freedom Do Brasil LTDA
Município De Pitanga	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:DD27EEA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°195/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°195/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do**

Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **GENIAL ATACADO E VAREJO LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 66.663.797/0001-15, estabelecida na Rua José Venturelli, n.° 285, Parque Industrial Ardo Ernesto Venturelli, Sertanópolis – PR, CEP 86170-000, neste ato representada pelo **Sr. Bruno Josue Martins**, portador da Cédula de Identidade nº. 4989597 SSP SC, CPF nº. 079.906.409-29, conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
2	74991	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 9.000 BTUS, OPERAÇÃO QUENTE E FRIO, COM TECNOLOGIA INVERTER, VAZÃO DE AR COMPATÍVEL COM A CAPACIDADE DO EQUIPAMENTO, FILTRO REMOVÍVEL E LAVÁVEL, TENSÃO 127V OU 220V, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, MONOFÁSICO, 60 HZ, COM SELO PROCEL E CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA "A" OU SUPERIOR, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, UTILIZAÇÃO DE GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO R410-A, R32 OU EQUIVALENTE, FORNECIDO COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, MANUAL DE INSTRUÇÕES E CERTIFICADO DE GARANTIA EM PORTUGUÊS, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS ABNT VIGENTES. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA TCL, LG, SAMSUNG, MIDEA, ELGIN OU EQUIVALENTES.	VIX	UN	29	R$ 1.758,62	R$ 50.999,98
94	75385	AR-CONDICIONADO SPLIT 30.000 BTUS – CICLO FRIO. Ar-condicionado do tipo Split, com capacidade mínima de refrigeração de 30.000 BTUs, operação em ciclo frio, equipado com compressor convencional (sistema liga/desliga), utilizando gás refrigerante R-410A ou equivalente ambientalmente permitido. O equipamento deverá possuir sistema de filtragem do ar para retenção de partículas em suspensão e distribuição de ar por aletas móveis. Deverá dispor, no mínimo, de função Sleep, Timer programável, modo de desumidificação e múltiplas velocidades de ventilação. Composto por unidade evaporadora interna e unidade condensadora externa, próprio para instalação em parede, com alimentação elétrica conforme padrão do fabricante. O produto deverá ser fornecido novo, sem uso, em embalagem original, acompanhado de controle remoto, manual do usuário e demais acessórios padrão de fábrica. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses para o produto como um todo, abrangendo unidade evaporadora, unidade condensadora e demais componentes, contada a partir do recebimento definitivo. O compressor deverá possuir garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, conforme política do fabricante, sem prejuízo de prazos superiores eventualmente ofertados, desde que comprovados em documentação oficial. Serão aceitos equipamentos de qualidade igual, similar ou equivalente aos das marcas de referência TCL, LG, Samsung, Midea e Elgin, desde que atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas.	VIX	und	2	R$ 4.530,00	R$ 9.060,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$60.059,98 (sessenta mil e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.

3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:

I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;

II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;

III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e

IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.

4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.

5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.

5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.

5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.

10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.

10.2. Obrigações da Contratante

10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.

10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.

10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.

10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.

10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.

10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).

10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.

10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes

11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.

11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:

I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;

II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;

IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.

11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:

I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;

II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.

11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.

11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.

11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE

Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;

Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;

Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;

Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.
16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.
16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.
16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.
16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.
16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;

a) Impedimento de licitar e contratar;

b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:

a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;

b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS

20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	**Causa Provável**	**Consequência**	**Responsável**	**Medidas de Mitigação**
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – **DO FORO**
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – **DA PUBLICIDADE**
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***BRUNO JOSUE MARTINS***
Prefeito	Genial Atacado E Varejo LTDA
Município de Pitanga	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:4C1B9189

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°196/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°196/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **GUIMARAES E SOARES LTDA** inscrita no CNPJ/MF nº. 17.330.681/0001-59, estabelecida na Rua Osvaldo Aranha, n.°116, Centro, Pitanga – PR, CEP 85200-000, neste ato representada pelo **Sr. Marilene De Paula Soares**, portador do CPF nº. 776.176.309-72, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
11	74934	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO – USO PROFISSIONAL; PRESSÃO DE TRABALHO MÁXIMA MÍNIMA DE 137 BAR; VAZÃO MÍNIMA DE 8,3 L/MIN; POTÊNCIA DO MOTOR DE APROXIMADAMENTE 2.200 W; VOLTAGEM 127 V; MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 7,5 METROS; PISTOLA DE ALTA PRESSÃO COM BICO REGULÁVEL; ACOMPANHA: PISTOLA, BAIONETA COM CONEXÃO RÁPIDA, ENGATE RÁPIDO E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO. PRODUTO NOVO, SEM USO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. PRODUTO DE QUALIDADE OU DESEMPENHO IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA DO MERCADO, TAIS COMO: WAP, KÄRCHER OU TRAMONTINA.	TEKNA	UN	3	R$ 1.166,66	R$ 3.499,98
69	75834	Soprador de detritos, manual ou costal, com funcionamento a combustão, motor 2	TSSAPER	UN	2	R$ 650,00	R$ 1.300,00

		tempos, com cilindrada mínima de 27,2 cm³, peso máximo aproximado de 3,6 kg, fluxo de ar mínimo de 700 m³/h, com sistema de ignição eficiente, empunhadura ergonômica e estrutura resistente. Equipamento compatível com uso contínuo, com todos os componentes necessários ao pleno funcionamento. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Produto de qualidade igual, equivalente ou superior às marcas Stihl, Husqvarna ou Toyama.					
71	75836	CARRINHO DEMARCADOR: Equipamento destinado à demarcação de solo, com estrutura em aço com pintura epóxi, rodas pneumáticas ou emborrachadas, e reservatório para tinta ou cal com sistema de dispersão uniforme, acompanhado dos acessórios necessários ao pleno funcionamento, com garantia mínima de 12 meses ou garantia do fabricante, prevalecendo a mais vantajosa para a Administração. Para fins de referência, serão aceitos equipamentos de qualidade igual, equivalente ou superior aos das marcas Tramontina, Vonder e Buffalo.	FORJAS EMBER	UN	1	R$ 1.350,00	R$ 1.350,00
74	75313	LAVADORA DE ROUPAS AUTOMÁTICA – LAVA E SECA Lavadora de roupas automática do tipo lava e seca, nova, sem uso anterior, em linha de fabricação vigente. Capacidade mínima de 13 (treze) quilogramas para lavagem. Sistema automático de lavagem e secagem integradas, com programas adequados para diferentes tipos de tecidos. Voltagem 110 V ou 220 V, conforme solicitação da Secretaria requisitante. Painel de controle digital ou eletromecânico, de fácil operação. Cesto interno em material resistente e adequado ao uso prolongado. Sistema de segurança compatível com normas técnicas aplicáveis. Acompanha mangueiras, cabos e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento. Garantia mínima de 01 (um) ano, fornecida pelo fabricante ou fornecedor, com assistência técnica autorizada em território nacional.	MUELLER	UN	3	R$ 2.286,00	R$ 6.858,00
76	75717	TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL 200 x 150 cm (FORMATO 4:3) Tela de projeção retrátil manual, indicada para projeção de vídeos, apresentações, aulas e eventos institucionais. Superfície de projeção na cor branca opaca (matte white), proporcionando boa reflexão de luz, nitidez e uniformidade da imagem. Deve possuir sistema de acionamento manual com enrolamento automático por mola, com mecanismo multiponto de parada, permitindo ajuste da altura da tela em diferentes posições conforme necessidade de uso. Estrutura composta por barra superior e inferior em material metálico resistente, com acabamento em pintura eletrostática, garantindo maior durabilidade, resistência a riscos e corrosão. Deve possuir bordas pretas para melhor enquadramento da imagem. Dimensões aproximadas da área de projeção: 200 cm (largura) x 150 cm (altura), com formato de vídeo 4:3, equivalente a aproximadamente 78 polegadas na diagonal. Produto destinado à fixação em parede ou teto, conforme necessidade do ambiente. Produto fornecido novo, sem uso, acompanhado de manual e acessórios necessários para instalação. Não inclui tripé ou sistema elétrico de acionamento. Marcas de referência: Goldentec, TBT, Nardelli, Sumay ou de qualidade igual, equivalente ou superior.	TES	UN	3	R$ 500,00	R$ 1.500,00
79	75720	FORNO ELÉTRICO DE EMBUTIR – CAPACIDADE APROXIMADA DE 48 LITROS Forno elétrico de embutir, destinado ao preparo e aquecimento de alimentos, adequado para uso em cozinhas institucionais ou administrativas. Equipamento com capacidade aproximada de 48 litros, na cor branca, com instalação tipo embutir. Deve possuir potência aproximada de 1.700 W a 1.800 W, com controle de funcionamento por sistema eletromecânico, permitindo ajuste de temperatura e seleção das funções de aquecimento. Estrutura com acabamento frontal em aço-carbono pintado ou material equivalente, garantindo resistência e durabilidade. Porta do forno com vidro duplo temperado ou serigrafado, proporcionando melhor isolamento térmico e maior segurança durante o uso. Abertura da porta vertical, com puxador em alumínio anodizado escovado ou material equivalente, resistente ao calor e ao uso contínuo. Produto fornecido novo, sem uso, acompanhado de manual e acessórios necessários para instalação e funcionamento. Marca de referência: Fischer, Mueller ou Philco, ou de qualidade igual, equivalente ou superior.	FISCHER	UN	1	R$ 1.033,00	R$ 1.033,00
80	75723	Emplastificadora 5 em 1, com potência de 265 W e tensão de 110 V, largura de entrada de 230 mm, velocidade de laminação de 250 mm/min, espessura máxima de laminação de 0,5 mm, temperatura de operação de 110 °C a 130 °C e tempo de aquecimento de 3 a 5 minutos. Equipamento com funções de laminação quente e fria, botão liga/desliga, medindo aproximadamente 385 mm x 135 mm x 100 mm. Inclui refiladora com regulagem para cortes reto, micro serrilhado e ondulado, além de cortador de canto arredondado. Marcas de referência: Mazzilli, GBC, Fellowes, de qualidade igual, equivalente ou superior.	LORBEN	un	1	R$ 445,00	R$ 445,00
81	75725	Mesa para escritório em formato em "L", com dimensões totais aproximadas de 157 cm de largura (lado principal) x 122,4 cm (lado secundário) x 73,9 cm de altura e profundidade de 45 cm, confeccionada em painéis de MDP de 15 mm com acabamento em pintura UV. O produto deve possuir duas gavetas com corrediças metálicas, três portas com prateleiras internas para organização de materiais, puxadores em alumínio e acabamento adequado para escritório, sendo necessário montagem no local. O móvel deve apresentar acabamento também na parte posterior, permitindo utilização como divisor de ambientes, e suportar distribuição de cargas compatível com uso normal em ambientes corporativos ou administrativos. Cor conforme solicitação na secretária	PHOR/L	un	1	R$ 800,00	R$ 800,00
93	75705	Riscadeira manual para piso e porcelanato, com capacidade de corte aproximada de até 125 cm, indicada para corte de pisos cerâmicos e porcelanatos. Deverá possuir base reforçada em aço ou alumínio, trilho guia com deslizamento suave, sistema de corte com roldana em metal duro (vídia) e alavanca para pressão e quebra da peça. Equipamento novo, resistente para uso em serviços de construção e manutenção, com garantia mínima de 12 (doze) meses. Marcas de referência: Cortag, Sigma, Rubi ou de qualidade igual, equivalente ou superior.	HESSEN	UN	2	R$ 1.625,00	R$ 3.250,00
96	75734	SERRA POLICORTE DE BANCADA – DISCO 14″ Serra policorte de bancada destinada ao corte de metais e perfis metálicos, equipada com motor elétrico de potência mínima de 2.400 W, rotação sem carga aproximada de 3.800 rpm e disco de corte de 14 polegadas (355 mm) com furo de 25,4 mm. Capacidade mínima de corte aproximada: 100 × 196 mm (retangular), 119 × 119 mm (quadrado) e 130 × 130 mm (perfil em L) em 0°, permitindo também corte em esquadria de até 45°. Equipamento com base reforçada, sistema de fixação da peça e proteção do disco. Peso aproximado de 18 kg. Produto fornecido novo, sem uso, com garantia mínima de 12 meses. Serão aceitos equipamentos de qualidade igual ou superior aos das marcas Bosch, Makita, DeWalt, Vonder ou Motomil.	WAP	UN	1	R$ 1.200,00	R$ 1.200,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$21.235,98 (vinte e um mil, duzentos e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.

3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:

I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;

II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;

III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e

IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.

10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.
16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.
16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.
16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.
16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.
16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses

Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de

contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de "igual, similar ou superior" no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***MARILENE DE PAULA SOARES***
Prefeito Município de Pitanga	Guimaraes E Soares LTDA

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:43527B85

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°197/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°197/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **HOME E MAQUINAS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 51.219.667/0001-10, estabelecida na Rua Jacob Luchesi, n.° 2678, Santa Lucia, Caxias Do Sul – RS, CEP 95032-000, neste ato representada pelo **Sr. Alex Diel Anschau**, portador da Cédula de Identidade nº. 5090814129 SSP-RS, CPF nº. 026.430.980-48, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
90	75670	Motosserra a combustão, nova, de uso profissional, indicada para corte de madeira de médio e grande porte, equipada com motor 2 tempos, com cilindrada mínima de 70 cm³ e potência mínima de 3,8 kW, sabre com comprimento mínimo de 45 cm (18") e máximo de 50 cm (20"), sistema de ignição eletrônica, sistema antivibração, freio de corrente de acionamento rápido, bomba de óleo automática ou regulável, sistema de fácil acesso ao filtro de ar, tanque de combustível com capacidade mínima de 0,60 litros, peso máximo de até 6,5 kg sem conjunto de corte. O equipamento deverá acompanhar sabre, corrente compatível, capa de proteção do sabre, manual de instruções em português e kit básico de ferramentas. Deverá ser entregue novo, sem uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. O produto ofertado deverá ser igual ou de qualidade equivalente ou superior, atendendo integralmente às especificações técnicas descritas, tendo como marcas de referência reconhecidas no mercado: STIHL (modelo equivalente à categoria da MS 382), Husqvarna (modelo equivalente da linha profissional) ou Toyama (linha profissional equivalente), sendo admitidas outras marcas desde que comprovadamente atendam às especificações mínimas exigidas e apresentem padrão de qualidade igual ou superior às marcas de referência indicadas.	STIHL	UN	2	R$ 4.229,99	R$ 8.459,98

2.3. Preço Total Registrado: **R$8.459,98 (oito mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.

10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;

Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses

Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS

23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***ALEX DIEL ANSCHAU***
Prefeito	Home E Maquinas LTDA
Município De Pitanga	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:90E96FD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°198/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°198/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **INTELMASTER LTDA** inscrita no CNPJ/MF nº. 33.008.679/0001-14, estabelecida na R Claudinei Pedro Zanella, n.° 386, Centro, Águas Frias – SC, CEP 89843-000, neste ato representada pelo **Sr. Marcos Ferrar**, portador da Cédula de Identidade nº. 4.378.041 SESP/SC - SC, CPF nº. 066.907.149-85, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
68	75732	Sanitizadora de piso com no mínimo as seguintes especificações técnicas, com produtividade teórica/prática mínima de 1900 / 1020 m²/h, faixa de Trabalho de 490 mm e faixa de aspiração de 800 mm. Possuir tanque de água limpa com capacidade mínima de 45 litros e tanque de água suja com capacidade mínima de 45 litros, rotação da escova no mínimo 130 rpm e dimensões mínimas de 1000 x 500 x 1000 mm (Comprimento x Largura x Altura). Inclusos no valor: fornecimento do equipamento, entrega, instalação e orientação quanto ao correto funcionamento	Kärcher	UN	1	R$ 22.500,00	R$ 22.500,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$22.500,00 (vinte e dois mil, quinhentos reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.

5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.

10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;

Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.

14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.
16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.
16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.
16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.
16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses

Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS

20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de "igual, similar ou superior" no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – **DO FORO**

21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – **DA PUBLICIDADE**

22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS

23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***MARCOS FERRAR***
Prefeito	Intelmaster LTDA
Município De Pitanga	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:6FDB596F

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°199/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°199/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 54.322.844/0001-88, estabelecida na Rua 434, n.° 1603, Morretes, Itapema – SC, CEP 88220-000, neste ato representada pelo **Sr. Rodrigo Goulart Luchtemberg**, portador do CPF nº. 957.968.000-00, conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
20	67131	AUTOCLAVE HORIZONTAL PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SOB PRESSÃO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 75 (SETENTA E CINCO) LITROS, SISTEMA DIGITAL MICROPROCESSADO, DESTINADA À ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAIS E INSTRUMENTAIS, EM CONFORMIDADE COM A NORMA NBR ISO 13485 E DEMAIS NORMAS TÉCNICAS E SANITÁRIAS APLICÁVEIS. EQUIPAMENTO COM CÂMARA E TAMPA CONFECCIONADAS EM AÇO INOXIDÁVEL, SISTEMA DE SECAGEM COM PORTA FECHADA, PAINEL DIGITAL DE CONTROLE, SISTEMAS DE SEGURANÇA, CONTROLE AUTOMÁTICO DE TEMPERATURA E PRESSÃO, E DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO CONTRA SOBREPRESSÃO E SUPERAQUECIMENTO. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 127V OU 220V, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E PADRÃO DO FABRICANTE. EQUIPAMENTO COM REGISTRO NA ANVISA, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA CRISTÓFOLI, STERMAX, DIGITALE, SERCON, ALT OU EQUIVALENTES.	alt	UN	2	R$ 9.139,43	R$ 18.278,86
23	46991	BOMBA DE VÁCUO ODONTOLÓGICA, DESTINADA AO USO EM CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS, COM POTÊNCIA ENTRE 0,5 E 1,2 HP/CV, CAPACIDADE DE VÁCUO ENTRE 110 E 730 MMHG, SISTEMA DE FUNCIONAMENTO EFICIENTE E BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, ADEQUADA PARA ATENDIMENTO DE 01 (UM) OU MAIS CONSULTÓRIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE. EQUIPAMENTO COM ESTRUTURA RESISTENTE, MOTOR DE ALTO DESEMPENHO, SISTEMA DE SEGURANÇA E COMPONENTES DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 127V OU 220V, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E PADRÃO DO FABRICANTE. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA APLICÁVEIS, REGISTRO NA ANVISA QUANDO APLICÁVEL, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA SCHUSTER, DABI ATLANTE, GNATUS, ALLIAGE, SAEVO OU EQUIVALENTES.	alt	UN	4	R$ 2.785,00	R$ 11.140,00
35	75005	LAVADORA ULTRASSONICA ATÉ 15 LITROS – GABINETE E CESTO EM AÇO INOXIDÁVEL E TAMPA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE OU SIMILAR, COM SENSOR DE SEGURANÇA, PAINEL DE COMANDO, COM TIMER E AQUECIMENTO DIGITAL, FREQUÊNCIA DO ULTRASSOM: 40 KHZ, TEMPORIZADOR ELETRÔNICO MICROPROCESSADO, FUSÍVEL DE PROTEÇÃO, DESCARGA PARA LÍQUIDOS, CICLO DE TRABALHO AUTOMÁTICO, CONTROLE DE TEMPO DE TRABALHO INDICADO POR LEDS, CUBA EM AÇO INOX COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 5 LITROS, VOLTAGEM 127 V	alt	UN	7	R$ 2.200,00	R$ 15.400,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$44.818,86 (quarenta e quatro mil, oitocentos e dezoito reais e oitenta e seis centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.

3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:

I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;

II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;

III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e

IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.

4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.

5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.

5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.

5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.

5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.

5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.

10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;

Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***RODRIGO GOULART LUCHTEMBERG***
Prefeito Município de Pitanga	Itapemed Importadora E Exportadora De Equipamentos Hospitalares LTDA

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:7D6E6804

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°200/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°200/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **IX MEDICAL LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 59.131.363/0001-09, estabelecida na Rua Mandaguari, n.° 973, Emiliano Perneta, Pinhais – PR, CEP 83324-410, neste ato representada pelo **Sr. Sara Benedette Stokloski**, portador da Cédula de Identidade nº. 137452588 SESP PR, CPF nº. 107.249.739-58, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
16	70613	ADIPÔMETRO, OPERAÇÃO:DIGITAL, MATERIAL:PLÁSTICO, RESOLUÇÃO:RESOLUÇÃO 0,1 MM, FAIXA DE OPERAÇÃO:ATÉ 60 MM, PRESSÃO:CERCA DE 10 G/MM², TOLERÂNCIA:TOLERÂNCIA ATÉ 0,5 MM	AVANUTRI	UN	1	R$ 853,00	R$ 853,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$853,00 (oitocentos e cinquenta e três reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.

10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.
16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.
16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.
16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.
16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%

		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS

20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de "igual, similar ou superior" no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS

23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.
Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***SARA BENEDETTE STOKLOSKI***
Prefeito	IX Medical LTDA
Município de Pitanga	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:009061CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°201/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°201/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **JOSÉ EDSON BLASZCZYK – ME,** inscrita no CNPJ/MF nº. 33.113.700/0001-41, estabelecida na Rua Santa Terezinha, n.° 48, Vila Santa Terezinha, Rio Azul – PR, CEP 84560-000, neste ato representada pelo **Sr. Jose Edson Blaszczyk**, portador da Cédula de Identidade nº. 8736009-1 SESP PR, CPF nº. 034.134.129-06, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
54	75021	CADEIRA DE ESCRITÓRIO GIRATÓRIA REFORÇADA – CAPACIDADE ATÉ 250 KG Cadeira de escritório giratória reforçada, destinada a uso administrativo/institucional, com capacidade mínima de suporte de até 250 (duzentos e cinquenta) kg. Assento e encosto revestidos em corvin/vinil na cor preta, com braços fixos, presos simultaneamente ao assento e ao encosto, garantindo maior robustez estrutural. Deverá possuir estrutura em aço, com sistema de regulagem de altura por pistão a gás, base giratória resistente e rodízios adequados para uso em ambientes internos. Produto fornecido novo, sem uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses.	Movebrink	UN	3	R$ 900,00	R$ 2.700,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$2.700,00 (dois mil, setecentos reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***JOSE EDSON BLASZCZYK***
Prefeito	José Edson Blaszczyk - ME
Município de Pitanga	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:6A4E9922

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°202/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°202/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **MICRON INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 39.791.096/0001-99, estabelecida na Rua Nidolfo Mattje, n.° 616, Centro, Maravilha – SC, CEP 89874-000, neste ato representada pelo Sr. Jacson Eichstaedt, portador da Cédula de Identidade nº. 565785 SSP/SC, CPF nº. 011.090.619-51**, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
57	74453	Smart TV 43 polegadas com tela IPS e resolução Full HD (1920x1080), tecnologia HDR. Possuir conectividade completa com Wi-Fi, Bluetooth, porta Ethernet, 2 entradas HDMI e 1 porta USB. Seu design moderno na cor preta conta com bordas finas, sendo uma ótima opção para ambientes residenciais ou corporativos. Dimensões aproximadas entre 97,3 cm a 110 cm de largura, 0,85 cm a 12cm de profundidade e 57,2 cm a 65 cm de altura. Taxa de atualização de no minimo 60Hz, voltagem bivolt (127/220V) e acompanha controle remoto.	AOC	UN	1	R$ 1.600,00	R$ 1.600,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$1.600,00 (um mil, seiscentos reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.

14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.

15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;

a) Impedimento de licitar e contratar;

b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os	4 anos e

	de 2013	entes federativos	6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	—
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS

20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	**Causa Provável**	**Consequência**	**Responsável**	**Medidas de Mitigação**
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de

				substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de "igual, similar ou superior" no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – **DO FORO**
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – **DA PUBLICIDADE**
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***JACSON EICHSTAEDT***
Prefeito	Micron Informatica LTDA
Município de Pitanga	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:DDEAC186

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°203/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°203/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **MORIMED COMERCIAL EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ/MF nº. 26.499.522/0001-73, estabelecida na Rua Pará, Nº 410,0, Jardim Apucarana, Apucarana – PR, CEP 86.804-250, neste ato representada pelo Sr. Leandro Mori Do Couto, portador do CPF nº. 069.239.619-55**, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
43	70649	SELADORA PARA SELAGEM DE EMBALAGEM DO TIPO GRAU CIRURGICO PARA ESTERILIZAÇÃO NO VAPOR; COM SUPORTE DE ROLOS PARA ATÉ DOIS TUBULARES DE PAPEL GRAU CIRURGICO; COM TECNOLOGIA PTC (POSITIVE TEMPERATURE COEFFICIENT); SELAGEM POR ALAVANCA COM TRAVA; SISTEMA INTEGRADO DE CORTE EM AMBAS AS DIREÇÕES; SISTEMA DE BIPS QUE INDIQUEM LI/DESLIGA, AQUECENDO,	CRISTOFOLI	UNID	6	R$ 750,00	R$ 4.500,00

		PRONTA PARA USO E SELAGEM COMPLETA; DESLIGAMENTO AUTOMATICO EM CASO DE INATIVIDADE POR 30 MINUTOS; ÀREA DE SELAGEM DE NO MINIMO 30 CM, BIVOLT AUTOMÁTICO; GARANTIA DE DOIS ANOS. EM CONFORMIDADE COM AS DIRETIVAS E NORMAS INTERNACIONAIS ISO 13485:2016 E CE (DIRETIVA 2014/30/UE, EN55014-1 E EN55014-2); E COM REGISTRO NA ANVISA. IGUAL OU SUPERIOR À SELADORA CRSITÓFOLI.					
59	37195	Bisturi elétrico com potência mínima de até 165 W, com modos de corte e coagulação, controles ajustáveis, compatível com uso hospitalar, acompanhado de acessórios básicos, fornecido novo, com garantia mínima de 12 (doze) meses, atendendo às normas técnicas aplicáveis.	TRANSMAI	UN	5	R$ 7.900,00	R$ 39.500,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.

3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:

I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;

II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;

III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e

IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.

4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.

5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.

5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.

5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.

5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.

5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;

IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.

14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;

18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***LEANDRO MORI DO COUTO***
Prefeito	Morimed Comercial EIRELI - EPP
Município de Pitanga	
Contratante	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:2EB5F1E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°204/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°204/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **MRM HOSPITALAR LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 20.920.517/0001-06, estabelecida na Rua Araruama, S/N, Vila Alzira, Aparecida De Goiânia – GO, CEP 74913-190, neste ato representada pelo **Sr. Marcus Vinicius Pereira Machado**, portador da Cédula de Identidade nº. 5032683 SPTC/GO, CPF nº. 017.393.621-01, conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
34	35306	Inalador/Nebulizador Portátil hospitalar, com suporte de rodízio; Aparelho de aerossol 3 saídas. Com suporte para mascara, 4 kits de nebulização, compressor isento de óleo, régua com válvula de impacto para retenção do ar destinado aos inaladores, potência 1/4hp 50/60hz rotações 1.750 RPM, 40 libras 2.8 bar, protetor térmico que desliga o equipamento automaticamente quando o mesmo sofre aquecimento ou descarga elétrica, tensão bivolt. Vazão de 70 l/min.	INALOVIDA	UN	5	R$ 1.243,60	R$ 6.218,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$6.218,00 (seis mil, duzentos e dezoito reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.

3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:

I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;

II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;

III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e

IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.

4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.

5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.

5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.

5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.

5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;

Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS

20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	**Causa Provável**	**Consequência**	**Responsável**	**Medidas de Mitigação**
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas

Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – **DO FORO**
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – **DA PUBLICIDADE**
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***MARCUS VINICIUS PEREIRA MACHADO***
Prefeito	MRM Hospitalar LTDA
Município de Pitanga	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:F625117C

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°205/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°205/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **PAPERFLEX COMERCIAL LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 07.299.558/0001-69, estabelecida na Rua Santos Dumont, n.° 1406, Centro, Campo Mourão – PR, CEP , neste ato representada pelo **Sr. Flavio Pereira Garaluz**, portador da Cédula de Identidade nº. 7.604.345-0, CPF nº. 043.778.839-33, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
8	74996	LONGARINA 04 LUGARES, TIPO SECRETÁRIA, COM ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, ESTRUTURA RESISTENTE EM AÇO CARBONO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTÁTICA, ASSENTO E ENCOSTO EM MADEIRA COMPENSADA OU MATERIAL EQUIVALENTE, REVESTIMENTO EM TECIDO IMPERMEÁVEL OU MATERIAL DE QUALIDADE SUPERIOR, ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE SUPORTE DE 120 KG POR LUGAR. DEVERÁ POSSUIR BASE REFORÇADA, SAPATAS OU APOIOS ANTIDERRAPANTES E ACABAMENTO RESISTENTE AO USO CONTÍNUO. DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM MODELO DE 04 (QUATRO) LUGARES, GARANTINDO CONFORTO E ERGONOMIA PARA OS USUÁRIOS. PRODUTO NOVO, SEM USO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA CAVALETTI, FRISOKAR, PLAXMETAL, MARTIFLEX, FLEXFORM OU EQUIVALENTES.	papiros moveis	UN	8	R$ 550,00	R$ 4.400,00
9	75704	CADEIRA DE ESCRITÓRIO MODELO DIRETOR, giratória, com assento e encosto estofados em tecido, corvin (couro sintético) ou material equivalente, encosto médio, apoio de braços, base giratória com rodízios, sistema de regulagem de altura por pistão a gás, estrutura resistente em aço ou material equivalente, com capacidade mínima de suporte de até 120 kg. Produto novo, sem uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses. Marcas de referência: Cavaletti, Frisokar, Wicopet, Flexform ou de qualidade igual, equivalente ou superior.	papiros moveis	UN	42	R$ 367,85	R$ 15.449,70
37	50881	Mocho odontológico com encosto, REGULAGEM DE ALTURA A GÁS, MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO CARBONO;	PAPIROS MOVEIS	UN	3	R$ 270,00	R$ 810,00

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
89	71413	CADEIRA FIXA ESTOFADA PRETA ASSENTO– medindo 45 x 42 cm e 45 cm de altura ao chão. com espuma injetada de 50 mm revestido em tecido ou courvin com acabamento em perfil ENCOSTO– medindo 42 x 36 cm em compensado de 15 mm com espuma injetada de 50 mm revestido em tecido ou courvin com acabamento em perfil. ESTRUTURA– em tubos de aço industrial medindo 20 x 20 mm na parede 1,8 mm para os pés e encosto e barra de reforço. Metálica fabricada em tubo de aço industrial tratados por conjuntos de banhos químicos para proteção e longevidade da estrutura, interligados por solda MIG e pintados através do sistema eletrostático epóxi pó. PONTEIRA– antiderrapantes e também com a função de proteção da pintura em formato quadrado medindo 10cm de altura por 2cm de largura por 2cm de comprimento, fabricadas em polipropileno injetadas na mesma cor do assento e encosto (função da ponteira é de evitar a oxidação em contato com a água).	Papiros moveis	UN	16	R$ 134,37	R$ 2.149,92

2.3. Preço Total Registrado: **R$22.809,62 (vinte e dois mil, oitocentos e nove reais e sessenta e dois centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.

3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:

I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;

II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;

III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e

IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.

4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.

5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.

5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.

5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.

5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.

5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;

IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.

14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;

18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***FLAVIO PEREIRA GARALUZ***
Prefeito Município de Pitanga	Paperflex Comercial LTDA

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:88A79859

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°206/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°206/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026

DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **PIETRA ODONTO IMPORTACAO E DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 28.877.319/0001-19, estabelecida na Rua Gastão Vieira, n.° 453, Parque Santa Felicia Jardim, São Carlos – SP, CEP 13562-410, neste ato representada pelo **Sr. Vera aparecida trevisano Kondor**, portador do CPF nº. 214.561.298-05, conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt.(R$)	Valor Total (R$)
32	67134	DESTILADOR DE ÁGUA, MÍNIMO DE 3,8 LITROS EM 4 HORAS COM BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, VOLTAGEM 110V.	KONDENTECH AQUATECH	UN	5	R$ 440,00	R$ 2.200,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$2.200,00 (dois mil, duzentos reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.

3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:

I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;

II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;

III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e

IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.

4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.

5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.

5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.

5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.

5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.

5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.

10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602202144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO

Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.
Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***VERA APARECIDA TREVISANO KONDOR***
Prefeito	Pietra Odonto Importacao E Distribuidora LTDA
Município de Pitanga	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:37D23060

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°207/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°207/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **PRIMAX IND. E COM. DE MOVEIS LTDA-ME,** inscrita no CNPJ/MF nº. 85.515.542/0001-50, estabelecida na Avenida Sao Joao, n.° 1155, Vila Nova, Astorga – PR, CEP 86730-000, neste ato representada pelo **Sr. Vinicius Do Amaral**, portador da Cédula de Identidade nº. 84359319 , CPF nº. 006.949.229-86, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
82	17990	MESA PARA ESCRITÓRIO COM 02 GAVETAS E FECHADURA Mesa para escritório, com 02 (duas) gavetas, sendo ao menos 01 (uma) com fechadura e chave, adequada para uso administrativo. Estrutura e tampo confeccionados em material resistente, com acabamento apropriado para uso contínuo em ambiente de trabalho, devendo possuir cantos arredondados ou protegidos por perfil de acabamento, visando maior segurança e durabilidade. Dimensões mínimas: Largura mínima: 1,50 m Profundidade mínima: 0,60 m Altura mínima: 0,74 m Acabamento em cores neutras, tais como preto, cinza ou madeira escura (nogal, tabaco ou similar). Produto fornecido novo, sem uso	MARTINUCCI	UN	12	R$ 518,33	R$ 6.219,96

2.3. Preço Total Registrado: **R$6.219,96 (seis mil, duzentos e dezenove reais e noventa e seis centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.

10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.
16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.
16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.
16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.
16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%

		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS

20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de "igual, similar ou superior" no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS

23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***VINICIUS DO AMARAL***
Prefeito Município de Pitanga	Primax Ind. E Com. De Moveis LTDA-ME

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:0D581123

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°208/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°208/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 52.386.933/0001-62, estabelecida na Rua Jose Augusto Maba, n.° 295, Fortaleza, Blumenau – SC, CEP 89056-080, neste ato representada pelo **Sr. Silvio Kohler**, portador da Cédula de Identidade nº. 1241370 SESP - SC, CPF nº. 418.859.889-15, conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
12	74998	MICRO-ONDAS BRANCO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 LITROS, ALTURA APROXIMADA: 26,3 CM; LARGURA APROXIMADA: 45,8 CM; PROFUNDIDADE COM PUXADOR: 34,8 CM; PESO APROXIMADO: 11,4 KG; TENSÃO 110 V OU 220 V, CONFORME NECESSIDADE DA UNIDADE SOLICITANTE. PRODUTO NOVO, SEM USO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. PRODUTO DE QUALIDADE E DESEMPENHO IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA DO MERCADO, TAIS COMO: ELECTROLUX, PHILCO OU PANASONIC.	MIDEA	UN	1	R$ 565,64	R$ 565,64
13	70767	FREEZER VERTICAL MINI: FREEZER VERTICAL, ARMAZENAMENTO DE 65 - 85 L, QUARO CESTOS DESLIZANTES, PORTA REVERSÍVEL, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CLASSE A, 110 VOLTS, GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO.	EOS	UN	7	R$ 1.409,48	R$ 9.866,36
26	65478	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO ISENTO DE ÓLEO, INDICADO PARA ATENDIMENTO DE 01 (UM) OU 02 (DOIS) CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS, COM RESERVATÓRIO DE AR DE CAPACIDADE APROXIMADA DE 45 LITROS, MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1,5 HP, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V, 50/60 HZ, PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO DE APROXIMADAMENTE 120 LIBRAS/POL² OU 8,3 BAR. EQUIPAMENTO COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, DE ATÉ 60 DB, SISTEMA DE SEGURANÇA, FILTRO DE AR, PROTEÇÃO TÉRMICA E COMPONENTES ADEQUADOS PARA USO ODONTOLÓGICO CONTÍNUO. PESO APROXIMADO DE 50 KG, ADMITINDO-SE VARIAÇÕES COMPATÍVEIS COM O PADRÃO DO FABRICANTE. EQUIPAMENTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, REGISTRO NA ANVISA QUANDO APLICÁVEL, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA SCHUSTER, DABI ATLANTE, GNATUS, FIAC, CHIAPERINI OU EQUIVALENTES.	Motomil	UN	7	R$ 2.375,71	R$ 16.629,97
27	75001	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO ISENTO DE ÓLEO, INDICADO PARA ATENDIMENTO DE 03 (TRÊS) OU MAIS CADEIRAS ODONTOLÓGICAS, COM RESERVATÓRIO DE AR DE CAPACIDADE MÍNIMA DE 100 (CEM) LITROS, MOTOR COM POTÊNCIA ENTRE 2 E 2,5 HP, CONSUMO APROXIMADO DE 12 PÉS, SISTEMA DE FUNCIONAMENTO SILENCIOSO E BAIXO NÍVEL DE VIBRAÇÃO. EQUIPAMENTO COM PROTEÇÃO TÉRMICA, FILTRO DE AR, SISTEMA DE SEGURANÇA CONTRA SOBREPRESSÃO E COMPONENTES ADEQUADOS PARA USO ODONTOLÓGICO CONTÍNUO. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V OU BIVOLT, CONFORME PADRÃO DO FABRICANTE E NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO. EQUIPAMENTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, REGISTRO NA ANVISA QUANDO APLICÁVEL, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA SCHUSTER, DABI ATLANTE, GNATUS, FIAC, CHIAPERINI OU EQUIVALENTES.	Fiac	UN	1	R$ 4.700,00	R$ 4.700,00
47	68095	GAVETEIRO 4 GAVETAS, COM RODIZIO E CHAVE, MEDIDAS (67X36X36 CM), CORREDIÇA TELESCÓPICA, COM ACABAMENTO UV DE ALTA QUALIDADE, CONFECCIONADO EM MDF COR BRANCO. PUXADOR DE ALUMÍNIO, RODIZIO EM SILICONE E TRAVA EM DUAS RODAS.	PANDIN	UN	2	R$ 345,00	R$ 690,00
50	75012	FORNO ELÉTRICO DE BANCADA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 80 LITROS, COM DUPLA RESISTÊNCIA (SUPERIOR E INFERIOR), TIMER SONORO, TECNOLOGIA DE CONVECÇÃO DE AR (AIR CONVECTION OU EQUIVALENTE), TEMPERATURA AJUSTÁVEL DE APROXIMADAMENTE 50ºC A 320ºC. EQUIPAMENTO DESTINADO A USO EM AMBIENTE INSTITUCIONAL, COM ESTRUTURA RESISTENTE E FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. PRODUTO NOVO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. PRODUTO DE QUALIDADE E DESEMPENHO IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA DO MERCADO, TAIS COMO: FISCHER, PHILCO OU MONDIAL.	PHILCO	UN	1	R$ 1.039,97	R$ 1.039,97
67	38594	ESCADA DOMÉSTICA EM ALUMÍNIO – 08 DEGRAUS Escada dobrável confeccionada em alumínio, com 08 (oito) degraus, indicada para uso doméstico ou institucional. Estrutura leve e resistente, com degraus e pés antiderrapantes, proporcionando maior segurança e estabilidade durante o uso. Sistema de abertura e fechamento prático, com travamento de segurança. Produto novo, sem uso, com capacidade mínima aproximada de 120 kg. Marcas de referência: Mor, Botafogo ou Alumasa, ou de qualidade igual, equivalente ou superior.	ALUMASA	UN	1	R$ 499,99	R$ 499,99
70	73720	ROÇADEIRA A COMBUSTÃO. Roçadeira a combustão de uso profissional, destinada a serviços de roçada, limpeza e manutenção de áreas verdes, vegetação densa e acabamentos em geral, adequada para uso contínuo. Deverá possuir: • Cilindrada mínima: 40 cm³ • Potência mínima: 1,8 kW, equivalente a cerca de 2,4 cv • Rotação máxima compatível com operação profissional, superior a 12.000 rpm • Capacidade mínima do tanque de combustível: 0,60 litro • Peso máximo do equipamento (sem combustível): até 8,5 kg, visando ergonomia e conforto operacional Deverá ser equipada com empunhadura ergonômica, sistema de amortecimento de vibração, cinto/arnês de sustentação, e fornecida com itens de corte compatíveis, tais como lâmina metálica e carretel de fio, adequados ao uso profissional. Serão aceitos produtos de qualidade igual, equivalente ou superior, tendo como referência de mercado as marcas Stihl, Husqvarna e Toyama. Produto fornecido novo, sem uso, em perfeito estado de funcionamento, com garantia mínima de 12 (doze) meses.	ZMAX	UNID	3	R$ 710,00	R$ 2.130,00
83	35979	Estante de aço com 05 (cinco) prateleiras reguláveis, com dimensões mínimas de 1,98 m de altura, 0,92 m de largura e 0,40 m de profundidade, com capacidade mínima de 80 kg por prateleira, distribuídos uniformemente. Estrutura em aço carbono, com prateleiras em chapa de aço de espessura mínima de 0,50 mm e colunas com espessura mínima de 1,20 mm. Sistema de regulagem por encaixe ou parafusado, com montagem desmontável, acompanhando todos os acessórios necessários. Acabamento em pintura eletrostática a pó, com tratamento anticorrosivo, na cor cinza ou equivalente. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Produto de qualidade igual, equivalente ou superior às marcas Pandin, Amapá ou Metalponta.	NOBRE	UN	2	R$ 348,00	R$ 696,00

95	75733	FURADEIRA DE BANCADA – CAPACIDADE 16 MM (5/8″) Furadeira de bancada destinada à perfuração em madeira, metal e materiais similares, com capacidade de furação de 3 mm a 16 mm (5/8″). Equipamento com rotação máxima aproximada de até 3.100 rpm, mandril compatível com brocas de até 16 mm, mesa de trabalho regulável e base robusta para maior estabilidade. Motor elétrico 127 V, com sistema de transmissão por correias ou equivalente, adequado para uso em oficinas, manutenção e serviços técnicos. Produto fornecido novo, sem uso, acompanhado de manual e acessórios padrão de fábrica, com garantia mínima de 12 (doze) meses. Serão aceitos equipamentos de qualidade igual ou superior aos das marcas Schulz, Vonder, Motomil ou Menegotti.	Intech	UN	1	R$ 1.005,39	R$ 1.005,39

2.3. Preço Total Registrado: **R$37.823,32 (trinta e sete mil, oitocentos e vinte e três reais e trinta e dois centavos)**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.

3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:

I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;

II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;

III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e

IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.

4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.

5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.

5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.

5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.

5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.

5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;

IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.

14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;

18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***SILVIO KOHLER***
Prefeito Município de Pitanga	Refinar Empresarial Assessoria Em Controles Administrativos LTDA

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:CE3E5A81

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°209/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°209/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lotes abaixo especificados – adjudicado para **RONAN PLASTICOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 18.257.589/0001-73, estabelecida na Rua Angelo Joao Pavan, n.° 25, Industrial, Aratiba – RS, CEP 99770-000, neste ato representada pelo **Sr. Renan Ronaldo Trentin**, portador da Cédula de Identidade nº. 8087683564 SJS/RS, CPF nº. 015.427.590-56, conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
14	75703	BANCO DE JARDIM TOTALMENTE EM PLÁSTICO OU MATERIAL POLIMÉRICO DE ALTA RESISTÊNCIA, resistente às intempéries e à exposição ao sol e chuva, com estrutura reforçada. Assento e encosto na cor madeira e pés na cor preta, com capacidade para no mínimo 03 (três) lugares, comprimento aproximado de 1,50 m, adequado para instalação em áreas externas. Deverá acompanhar todos os parafusos, chumbadores e demais acessórios necessários para a fixação do banco, tanto na estrutura do próprio banco quanto no solo.	PROPRIA	UN	20	R$ 579,00	R$ 11.580,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$11.580,00 (onze mil, quinhentos e oitenta reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.

3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:

I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;

II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;

III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e

IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.

4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.

5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.

5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.

5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.

5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;

Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	**Causa Provável**	**Consequência**	**Responsável**	**Medidas de Mitigação**
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas

Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – **DO FORO**
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – **DA PUBLICIDADE**
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***RENAN RONALDO TRENTIN***
Prefeito	Ronan Plasticos LTDA
Município de Pitanga	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:B0EF159D

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°210/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°210/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **SANCOMAR COMERCIAL LTDA, i**nscrita no CNPJ/MF nº. 03.220.288/0001-06, estabelecida na Avenida Paraiso, n.° 1024, Osvaldo Cruz, São Caetano Do Sul – SP, CEP 9571200, neste ato representada pelo **Sr. Paulo Cesar Ferreira**, portador da Cédula de Identidade nº. 156357574 SSP-SP, CPF nº. 063.554.098-31, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
53	75015	TURBIDÍMETRO DIGITAL DE BANCADA DE FÁCIL OPERAÇÃO E MANUSEIO DISPLAY EM PORTUGUÊS - MICROPROCESSADOR INTERNO MINIMIZA ERROS DE OPERAÇÃO E GARANTE A EXATIDÃO DA LEITURA EM TODAS AS ESCALAS - UTILIZA PADRÕES PRONTOS QUE FACILITAM AS CALIBRAÇÕES - GABINETE EM PLÁSTICO ABS E TECLADO EM POLICARBONATO, RESISTENTE À CORROSÃO E RESPINGOS - PRINCÍPIO DE MEDIÇÃO: NEFELOMÉTRICO - FONTE DE ALIMENTAÇÃO: BIVOLT - FAIXA DE MEDIÇÃO: 0 – 1000 NTU - PRECISÃO: +/-2% - MEMÓRIA PARA 50 CONTATOS ACOMPANHA: - PADRÕES SECUNDÁRIOS ESTABILIZADOS - MALETA PARA TRANSPORTE - MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS COM CERTIFICADO DE GARANTIA - 3 CUBETAS DE VIDRO COM TAMPA - FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT BATERIA 9 VOLTS	AKSO	un	1	R$ 3.380,00	R$ 3.380,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$3.380,00 (três mil, trezentos e oitenta reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.

3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:

10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.

11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.

14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.
16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.
16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.
16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.
16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.
16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***PAULO CESAR FERREIRA***
Prefeito	Sancomar Comercial LTDA
Município de Pitanga	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:6F174792

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°211/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°211/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **SELF STATION AUDIO E VIDEO LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 23.198.676/0001-37, estabelecida na Rua Dez, n.° 397, Jardim Dos Bandeirantes , Contagem – MG, CEP 32371-320, neste ato representada pelo **Sr. Tauana Duarte Oliveira**, portador da Cédula de Identidade nº. MG-15.444.574 SSP/MG, CPF nº. 101.115.126-03, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
72	75892	PAINEL DE LED FULL COLOR OUTDOOR P3.91: Tecnologia SMD 3 em 1, gabinete modular em alumínio fundido (500x1000x93mm), mó-dulos de 250x250mm. Pixel pitch 3,91mm, densidade 65.536 pixels/m², brilho 4.500-6.000 cd/m², ângulo de visão 140º (H/V), taxa de atualiza-ção 3840 Hz, processamento 16 bits, contraste 4000:1. Suporte 2K/4K, alimentação AC 220V, vida útil 100.000h. Incluso: cabos e sistema de controle.	Triplo Vision	UN	1	R$ 94.820,00	R$ 94.820,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$94.820,00 (noventa e quatro mil, oitocentos e vinte reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).

10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);

Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses

Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS

23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***TAUANA DUARTE OLIVEIRA***
Prefeito	Self Station Audio E Video LTDA
Município de Pitanga	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:EB44FA0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°212/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°212/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 57.498.660/0001-61, estabelecida na Avenida Henrique Mansano, n.° 1581, Santa Monica, Londrina – PR, CEP 86079-450, neste ato representada pelo **Sr. Cesar Rafael Carrega**, portador da Cédula de Identidade nº. 9177472-0 SESP/PR, CPF nº. 055.015.959-23, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
24	64620	CARDIOTOCÓGRAFO PORTÁTIL PARA MONITORAMENTO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL E CONTRAÇÕES UTERINAS, INCLUSIVE MONITORIZAÇÃO GEMELAR, UTILIZANDO TECNOLOGIA DE ULTRASSOM PARA FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL E STRAIN GAUGE PARA CONTRAÇÕES UTERINAS. EQUIPAMENTO COM MOSTRADOR DIGITAL PARA VISUALIZAÇÃO DA FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL, ALARMES AUDIOVISUAIS PARA FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL MÁXIMA E MÍNIMA, ALERTAS PARA TRANSDUTOR DESCONECTADO, AUSÊNCIA DE PAPEL E PORTA ABERTA. DEVERÁ POSSUIR MARCADOR DE EVENTOS, IMPRESSORA TÉRMICA INCORPORADA COM CONTROLE DE VELOCIDADE DE IMPRESSÃO E PROGRAMAÇÃO DE TEMPO DE MONITORAÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ACOMPANHAR, NO MÍNIMO: 02 (DOIS) TRANSDUTORES DE ULTRASSOM, 01 (UM) TRANSDUTOR PARA CONTRAÇÕES UTERINAS, 03 (TRÊS) CINTAS DE FIXAÇÃO, CABOS, BLOCO(S) DE PAPEL TERMOSSENSÍVEL, TUBO DE GEL E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO. DEVERÁ POSSUIR SAÍDA RS-232 OU EQUIVALENTE E TECNOLOGIA WIRELESS PARA CONEXÃO COM CENTRAL DE MONITORAMENTO, QUANDO DISPONÍVEL PELO FABRICANTE. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 110V/220V, 60HZ, CONFORME PADRÃO DO FABRICANTE. EQUIPAMENTO EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS IEC 60601-1 E IEC 60601-1-2, COM REGISTRO NA ANVISA, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, MANUAL TÉCNICO E OPERACIONAL EM PORTUGUÊS E TREINAMENTO OPERACIONAL PARA UTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA BIONET, COMEN, EDAN, GE HEALTHCARE, PHILIPS OU EQUIVALENTES.	MD / HI BEBE	UN	2	R$ 7.495,00	R$ 14.990,00
30	23875	DESFIBRILADOR, TIPO EXTERNO AUTOMÁTICO, TIPO ONDA BIFÁSICA, TEMPO MÁXIMO CARGA ATÉ 10 S, MEMÓRIA GRAVAÇÃO ECG/ EVENTOS/ RCP, PESO MAXIMO DE 3 KG, ALIMENTAÇÃO BATERIA LÍTIO DE LONGA DURAÇÃO COM AUTONOMIA PARA APROXIMADAMENTE 200 CHOQUES, MÍNIMO 4H DE OPERAÇÃO CONTINUA E NO MÍNIMO 5 ANOS DE VIDA ÚTIL EM STAND-BY, COMPONENTE PÁS EXTERNAS E ADESIVAS (FORNECER 5 ADULTO E TRÊS INFANTIL JUNTO AO EQUIPAMENTO), COMPONENTES ADICIONAIS TELAC/ MENSAGEM DE TEXTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COMANDO DE VOZ, TIPO MÓDULO PORTÁTIL, C/ ALÇA	CMOS DRAKE / ALIVE	UN	3	R$ 6.180,00	R$ 18.540,00

		TRANSPORTE, MALETA. COMANDO DE VOZ, TIPO MÓDULO PORTÁTIL, C/ ALÇA TRANSPORTE, MALETA.					
38	67135	NEGATOSCOPIO 2 CORPO; COM FRENTE DE ACRÍLICO LEITOSO TRANSLUCIDO, FIXAÇÃO DE RX POR ROLETES, BIVOLT. ILUMINAÇÃO LÂMPADA FLUORESCENTE	LIFENOX / 2C	UN	5	R$ 400,00	R$ 2.000,00
40	72510	otoscópio iluminação branca alto brilho e nitidez, lâmpada de LED halógena, pilha AA, estojo para transporte, com no mínimo 05 espéculos pretos reutilizáveis nº 1 (2,5mm) e 05 espéculos pretos reutilizáveis nº 2 (4,0mm).	MIKATOS / LED	UN	4	R$ 209,9975	R$ 839,99
41	75007	OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM SENSOR ADULTO E INFANTIL : VISOR LCD COLORIDO DE ALTA RESOLUÇÃO, TELA ROTACIONAL, PERMITE VISUALIZAÇÃO NA VERTICAL E HORIZONTAL. INDICAÇÃO DA SP02, FREQUÊNCIA CARDÍACA, FORÇA DE PULSO, ONDA PLETISMOGRÁFICA E TABELA DE TENDÊNCIAS. ALARMES VISUAIS E SONOROS, AJUSTÁVEIS E PROGRAMÁVEIS, MEMÓRIA INTERNA DOS EVENTOS E CONEXÃO USB PARA COMPUTADOR. CAPA PROTETORA COM SUPORTE PARA ACOMODAR EM SUPERFÍCIES PLANAS, ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICO E ATRAVÉS DE BATERIAS RECARREGÁVEIS COM CARREGADOR INTEGRADO. SENSOR DE SP02 PADRÃO NELLCOR. CERTIFICADO PELO INMETRO. SP02: INTERVALO: 0-100%, PRECISÃO: _ 2% EM 70-100%, RESOLUÇÃO: 1%, PULSAÇÃO: 30-250BPM, PRECISÃO: _ 2BPM, DIMENSÕES: 13,5 X 7,5 X 2,8 CM, PESO: 260 GRAMAS. APROVADO PELO INMETRO	LEPU / 66B	UN	4	R$ 900,00	R$ 3.600,00
42	67141	POLTRONA HOSPITALAR, ARTICULÁVEL COM VÁRIAS POSIÇÕES. ESTRUTURA EM TUBULAR REDONDA COM PINTURAEPÓXI. ASSENTO E ENCOSTO COM ESTOFAMENTO ANATÔMICO REVESTIDO EM COURINO; DESCANSO DE PÉS INTEGRADO COM MOVIMENTOS INDEPENDENTES. APOIO DE BRAÇOS FIXO E ESTOFADO. PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHA.	LIFENOX / DESCANSO	UN	2	R$ 924,095	R$ 1.848,19
44	47036	Suporte de soro, pedestal, em aço inox, com rodízios, 04 ganchos, regulagem de altura.	SALUTEM / PEDESTAL	UN	3	R$ 149,99	R$ 449,97
97	37195	Bisturi elétrico com potência mínima de até 165 W, com modos de corte e coagulação, controles ajustáveis, compatível com uso hospitalar, acompanhado de acessórios básicos, fornecido novo, com garantia mínima de 12 (doze) meses, atendendo às normas técnicas aplicáveis.	EMAI / BP	UN	1	R$ 7.875,00	R$ 7.875,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$50.143,15 (cinquenta mil, cento e quarenta e três reais e quinze centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.

3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:

I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;

II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;

III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e

IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.

4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.

5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.

5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.

5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.

5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.

5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.

10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;

Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses

Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS

23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	*CESAR RAFAEL CARREGA*
Prefeito	Starmedical Importacao E Exportacao De Produtos Hospitalares LTDA
Município de Pitanga	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:AE02A9C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°213/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°213/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **STOKMETAL COMERCIO DE MOVEIS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 32.597.474/0001-59, estabelecida na Rua Nova Esperança, n.° 976, Emiliano Perneta, Pinhais – PR, CEP 83324-400, neste ato representada pelo **Sr. Rhaissa Stefanie Torno Stokloski**, portador do CPF nº. 075.001.889-51, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
36	67136	MESA AUXILIAR HOSPITALAR, MATERIAL ESTRUTURA ESTRUTURA TUBULAR, MATERIAL TAMPOTAMPO E PRATELEIRA EM AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO TAMPO 75 CM, LARGURA TAMPO 45 CM, ALTURA 80 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM 4 RODÍZIOS DE 2´, COM FREIO EM DUAS	Metalic Medical	UN	3	R$ 599,84	R$ 1.799,52

2.3. Preço Total Registrado: **R$1.799,52 (um mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.

10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;

Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.

14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944490520000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044490520000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044490520000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602202144490520000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644490520000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644490520000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844490520000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844490520000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544490520000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544490520000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344490520000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144490520000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744490520000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944490520000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144490520000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.
16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.
16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.
16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.
16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses

Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso,

permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS

20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de "igual, similar ou superior" no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – **DO FORO**

21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – **DA PUBLICIDADE**

22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS

23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***RHAISSA STEFANIE TORNO STOKLOSKI***
Prefeito Município de Pitanga	Stokmetal Comercio De Moveis LTDA

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:B7BF1C04

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°214/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°214/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **STP COMERCIAL LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 53.710.803/0001-04, estabelecida na Avenida Oitocentos, S/N, Terminal Intermodal Da Serra, Serra – ES, CEP 29161-389, neste ato representada pelo **Sr. Luis Fernando Stresser**, portador da Cédula de Identidade nº. 11804950 SESP/PR, CPF nº. 301.990.939-20, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
91	75363	Motosserra a combustão, equipada com motor 2 tempos, movida a gasolina, com cilindrada mínima de 40 cm³, potência mínima de 1,8 kW, sabre com comprimento mínimo de 18 polegadas, corrente compatível com o sabre fornecido, sistema de lubrificação automática da corrente, freio de corrente com acionamento manual e por inércia, sistema de partida manual, empunhaduras com proteção, tanques de combustível e óleo integrados, fornecida com sabre, corrente, capa protetora do sabre e ferramentas básicas para manutenção, produto novo, sem uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses. Produto de qualidade igual, equivalente ou superior aos modelos das marcas Stihl, Husqvarna e Makita.	Vulcan	UN	2	R$ 850,00	R$ 1.700,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$1.700,00 (um mil, setecentos reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	—
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes	4 anos e 6 meses

	contratação	federativos	
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***LUIS FERNANDO STRESSER***
Prefeito	STP Comercial LTDA
Município de Pitanga	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:E8868DD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°215/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°215/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **ULTRAMARCA INOVACAO E TECNOLOGIA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 61.869.262/0001-81, estabelecida na Rua Dos Bandeirantes, n.° 458, Centro, Guapó – GO, CEP 75350-000, neste ato representada pelo **Sr. Alvaro Jose Da Silva Filho**, portador do CPF nº. 842.688.751-15, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
61	75707	Aparelho de Eletroestimulação TENS Portátil Especificações mínimas: • Tipo: Estimulador elétrico neuromuscular TENS • Canais de saída: mínimo de 02 canais independentes • Utilização: até 04 eletrodos simultâneos • Ajuste de intensidade: individual por canal • Temporizador: ajustável para tempo de aplicação • Alimentação elétrica: bivolt automático (127/220V – 50/60 Hz) ou equivalente • Equipamento portátil e de fácil operação Acessórios mínimos que devem acompanhar o equipamento: • 02 cabos para eletroestimulação (duas vias) • 04 eletrodos reutilizáveis • Fonte de alimentação compatível • Manual de instruções em português • Estojo ou maleta para transporte Requisitos adicionais: • Equipamento deverá possuir registro ativo na ANVISA. • Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação CATMAT: 422040	IBRAMED	UND	2	R$ 640,00	R$ 1.280,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$1.280,00 (um mil, duzentos e oitenta reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.

14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844490520000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944490520000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044490520000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044490520000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144490520000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644490520000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644490520000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244490520000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844490520000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844490520000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544490520000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544490520000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344490520000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144490520000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744490520000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944490520000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944490520000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144490520000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.
16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.
16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.
16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.
16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses

Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso,

permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS

20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de "igual, similar ou superior" no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – **DO FORO**

21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – **DA PUBLICIDADE**

22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS

23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***ALVARO JOSE DA SILVA FILHO***
Prefeito	Ultramarca Inovacao E Tecnologia LTDA
Município de Pitanga	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:49693DEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°216/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°216/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **VA OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA**inscrita no CNPJ/MF nº. 18.770.897/0001-06, estabelecida na Rua Laurindo Cordeiro De Souza, n.° 236, Centro, Goioxim – PR, CEP 85162-000, neste ato representada pelo **Sr. Viviane Aparecida Ottoni**, portador da Cédula de Identidade nº. 75298226, CPF nº. 042.785.589-61, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
48	75010	BALCÃO EM MDF COM PORTAS, GAVETAS E PRATELEIRA Balcão confeccionado em MDF, com espessura mínima de 15 mm, tampo em MDF com espessura mínima de 25 mm, acabamento na cor branca. Deverá possuir 02 (duas) portas, 04 (quatro) gavetas com corrediças telescópicas, 01 (uma) prateleira interna, e dobradiças com sistema de amortecimento. Dimensões mínimas do conjunto: Altura mínima: 84 cm Largura mínima: 120 cm Profundidade mínima: 52 cm Produto fornecido novo, sem uso	PERFLEX	UN	3	R$ 670,00	R$ 2.010,00
65	74251	BEBEDOURO INDUSTRIAL DE COLUNA – 100 LITROS Bebedouro industrial de coluna, com capacidade mínima de 100 (cem) litros, fabricado em aço inoxidável, contendo 03 (três) saídas de água por meio de torneiras, sendo 02 (duas) torneiras para água gelada e 01 (uma) torneira para água natural. O equipamento deverá possuir estrutura em aço inox, garantindo alta resistência à corrosão, fácil higienização e durabilidade. Deverá acompanhar filtro purificador de água, assegurando qualidade e potabilidade, bem como mangueira com no mínimo 2 (dois) metros e todos os itens necessários para a instalação hidráulica. Deverá possuir tampa e pés reguláveis em material de alta resistência (ABS ou equivalente), aparador de água em aço inox, serpentina interna em aço inoxidável apropriada para refrigeração, reservatório em material atóxico, isolamento térmico em EPS, boia controladora de nível de água e termostato com múltiplos níveis para ajuste de temperatura. Utilizar gás refrigerante ecológico, compatível com as normas ambientais vigentes (como R134a ou equivalente), devendo ser equipado com tomada de 3 pinos conforme padrão ABNT NBR 14136 e certificação do INMETRO. Tensão de alimentação em 110 V ou 220 V, conforme solicitação da Secretaria requisitante. Dimensões mínimas: Altura mínima: 120 cm Largura mínima: 70 cm Profundidade mínima: 60 cm Produto novo, sem uso	NOZON	UN	7	R$ 2.520,09	R$ 17.640,63

2.3. Preço Total Registrado: **R$19.650,63 (dezenove mil, seiscentos e cinquenta reais e sessenta e três centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.

10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO

Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***VIVIANE APARECIDA OTTONI***
Prefeito	VA Ottoni Equipamentos LTDA
Município de Pitanga	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:94747A04

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°217/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°217/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **VERLUMA COMERCIO LTDA**inscrita no CNPJ/MF nº. 63.679.550/0001-07, estabelecida na Rua Carlos Gomes, n.° 239, Centro, Araçatuba – SP, CEP 16010-310, neste ato representada pelo **Sr. Nilson Menezes Da Conceição**, portador da Cédula de Identidade nº. 11.834.505-9 SSP/SP, CPF nº. 899.845.958-20, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
21	47065	Balança Eletrônica Adulto, Capacidade até 300 kg, Display LED com 6 dígitos, Estrutura em aço carbono. Cor branca. Homologada pelo INMETRO e aferida pelo IPEM. 01 ano de garantia.	LIDER	UN	4	R$ 730,00	R$ 2.920,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$2.920,00 (dois mil, novecentos e vinte reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.

10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.
16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.
16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.
16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.
16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente	Multa sobre o valor total da proposta	5%

	justificado		
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	—
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.

19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de "igual, similar ou superior" no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	*NILSON MENEZES DA CONCEIÇÃO*
Prefeito	Verluma Comercio LTDA
Município de Pitanga	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:CEA7F08B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°218/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°218/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **VERTICE COMERCIO DE ARTIGOS DE PLASTICOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 66.712.923/0001-84, estabelecida na Avenida Odilon Pires, n.° 94, Jardim Aricanduva, São Paulo – SP, CEP 3455000, neste ato representada pelo **Sr. Jhosep Albert Batista Feitosa**, portador da Cédula de Identidade nº. 632354495 SSP/SP, CPF nº. 051.178.043-50, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
86	35501	Cadeira empilhável confeccionada em polipropileno, do tipo monobloco, na cor branca, sem braços, com assento e encosto integrados. Produto fornecido novo, sem uso, em perfeito estado.	REI DO PLASTICO	UN	500	R$ 46,00	R$ 23.000,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$23.000,00 (vinte e três mil reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes

11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%

		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS

23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	*JHOSEP ALBERT BATISTA FEITOSA*
Prefeito	Vertice Comercio De Artigos De Plasticos LTDA
Município de Pitanga	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:D8EF62E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°219/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°219/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **VMLX ELETRONICOS EIRELI EPP**inscrita no CNPJ/MF nº. 03.800.477/0001-40, estabelecida na Rua Luiz Cirimbelli, n.° 1659, Imigrantes, Turvo – PR, CEP 88930-000, neste ato representada pelo **Sr. Maria Favarin Dandolini**, portador da Cédula de Identidade nº. 1.089.794 SESP-SC, CPF nº. 918.763.709-04, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
73	11495	Fogão industrial com forno e 06 (seis) bocas, funcionamento em baixa pressão, estrutura em aço carbono com pintura resistente a altas temperaturas ou aço inox, com grelhas em ferro fundido removíveis, queimadores simples e duplos em material resistente, com registro individual de controle de chama. Forno acoplado com capacidade mínima aproximada de 90 litros, com porta em aço ou vidro temperado, isolamento térmico, prateleira interna e controle de temperatura. Dimensões mínimas aproximadas do equipamento: 80 cm de largura, 80 cm de profundidade e 80 cm de altura. Equipamento compatível com gás GLP, com pés fixos ou reguláveis, estável e reforçado. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Produto de qualidade igual, equivalente ou superior às marcas Venâncio, Itajobi ou Metalmaq.	MR FOGÕES	UN	4	R$ 1.240,00	R$ 4.960,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$4.960,00 (quatro mil, novecentos e sessenta reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.

10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602202044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.
16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.
16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.
16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.
16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente	Multa sobre o valor total da proposta	5%

	justificado		
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	—
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.

19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de "igual, similar ou superior" no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***MARIA FAVARIN DANDOLINI***
Prefeito	VMLX Eletronicos EIRELI EPP
Município de Pitanga	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:CB830874

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°220/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°220/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **ALF COMERCIO DE ELETRODOM?STICOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 12.581.380/0001-84, estabelecida na Rua Padre Acnhietta, n.° 683, Centro, Encantado – RS, CEP 95960-000, neste ato representada pelo **Sr. Adovandro Luiz Fraporti**, portador do CPF nº. 662.482.300-30, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
10	74997	MESA PARA ESCRITÓRIO RETA, COM TAMPO E PÉS CONFECCIONADOS EM MDF OU MDP DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 25 MM, CONTENDO GAVETEIRO COM NO MÍNIMO 02 (DUAS) GAVETAS, SENDO A PRIMEIRA COM FECHADURA E CHAVE. DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA RESISTENTE, SAPATAS NIVELADORAS REGULÁVEIS E ACABAMENTO DE BOA QUALIDADE, ADEQUADO PARA USO ADMINISTRATIVO CONTÍNUO. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1.500 MM DE LARGURA X 700 MM DE PROFUNDIDADE X 780 MM DE ALTURA, ADMITINDO-SE VARIAÇÃO COMPATÍVEL COM O PADRÃO DO FABRICANTE. COR CINZA, GRAFITE, GRISS OU EQUIVALENTE. PRODUTO NOVO, SEM USO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA PANDIN, KAPPESBERG CORPORATIVO, CAVALETTI, TECNO MOBILI, ARTANY OU EQUIVALENTES.	ALFRS	UN	21	R$ 800,00	R$ 16.800,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$ 16.800,00 (dezesseis mil, oitocentos reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.
10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).

10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);

Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.

16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.

16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses

Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de “igual, similar ou superior” no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS

23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 30 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI***
Prefeito	ALF Comercio De Eletrodomsticos LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:E09D19E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°221/2026 DO PREGÃO N.°34/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°221/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°34/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°148/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:28/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 34/2026, para a **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram este Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades inerentes à missão institucional de cada órgão.**
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Saúde; Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Social e Cidadania; Agricultura e Pecuária; Gestão; Fazenda; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lotes abaixo especificados – adjudicado para **OFFICER X MÓVEIS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 66.296.653/0001-78, estabelecida na Avenida Bento Munhoz Da Rocha Neto, n.° 4702, Primavera, Guarapuava – PR, CEP 85050-150, neste ato representada pelo **Sr. Hiromu Yokota**, portador da Cédula de Identidade nº. 311378 SESP MS, CPF nº. 196.815.699-20, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
5	74993	ARMÁRIO COM 02 PORTAS, 03 PRATELEIRAS E FECHADURA Armário alto para uso institucional, com 02 (duas) portas, cada uma com largura mínima de 0,40 m, providas de fechadura com chave, confeccionado em MDF com espessura mínima de 15 mm, com revestimento laminado e estrutura/base metálica. Deverá possuir 03 (três) prateleiras internas, sendo ao menos 02 reguláveis, com capacidade mínima de carga de 50 kg por prateleira, apoiadas em suportes adequados. Dimensões mínimas do conjunto: Altura mínima: 1,80 m Largura total mínima: 0,83 m Profundidade mínima: 0,60 m Acabamento na cor branca, fornecido novo, sem uso, em perfeito estado.	PERFLEX MOD. CL-17	UN	31	R$ 483,00	R$ 14.973,00
77	75718	ARMÁRIO TIPO COLMEIA EM MDF – 08 NICHOS Armário organizador tipo colmeia, confeccionado em MDF, na cor branca, destinado ao armazenamento e organização de materiais em ambientes administrativos, educacionais ou institucionais. Estrutura com dimensões aproximadas de 1,00 m de largura, 1,60 m de altura e 0,40 m de profundidade, dividido internamente em 08 (oito) nichos/colmeias, distribuídos de forma uniforme, com aproximadamente 40 cm em cada compartimento, permitindo melhor organização dos itens armazenados. O móvel deverá possuir base com pés de apoio, garantindo estabilidade e evitando contato direto com o piso. Estrutura resistente, com acabamento adequado para uso institucional, bordas com bom acabamento e superfícies lisas que facilitem a limpeza e conservação.	PERFLEX MOD. CL-15/ ESPECIAL	UN	10	R$ 625,00	R$ 6.250,00

2.3. Preço Total Registrado: **R$ 21.223,00 (vinte e um mil, duzentos e vinte e três reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações assumidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e em sua proposta vencedora, respondendo exclusiva e integralmente pela correta execução do fornecimento, observando a legislação vigente e as determinações da Administração Pública.
10.1.2. Assumir todos os riscos inerentes ao fornecimento dos materiais permanentes, inclusive aqueles relacionados à logística, transporte, armazenagem, integridade dos itens, cumprimento de prazos e adequação às especificações técnicas definidas pela Administração.
10.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer circunstância que possa comprometer o prazo de entrega, devendo apresentar justificativa comprovada, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
10.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade e demais requisitos apresentados na fase de licitação, garantindo plena conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.

10.1.5. Arcar com todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas ao fornecimento, incluindo: impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, sem repassar qualquer custo adicional ao Município.
10.1.6. Entregar os materiais permanentes **novos, de primeiro uso, lacrados**, acompanhados de manuais, certificados, termos de garantia e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis.
10.1.7. Responder integralmente pela qualidade, procedência, autenticidade, durabilidade, segurança e desempenho dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
10.1.8. Garantir assistência técnica autorizada no território nacional durante todo o período de garantia, bem como disponibilidade de peças de reposição, quando aplicável.
10.1.9. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações, com defeitos de fabricação, avarias, divergências de quantidade, vícios aparentes ou ocultos, sem ônus à Administração.
10.1.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo às orientações, recomendações e determinações do gestor e dos fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.11. É vedado à contratada ceder, transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, permanecendo responsável por todas as obrigações decorrentes do fornecimento.
10.1.12. Garantir que todos os funcionários envolvidos na entrega e movimentação dos materiais estejam devidamente identificados e utilizem os equipamentos de proteção individual, quando necessário, assumindo responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.
10.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Notas de Empenho ou Autorizações de Fornecimento, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades previstas no edital e na legislação.
10.1.14. Responder solidariamente por falhas decorrentes de empresas terceirizadas eventualmente utilizadas para transporte ou logística, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
10.2. Obrigações da Contratante
10.2.1. Acompanhar, monitorar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, verificando quantidade, especificações, integridade e conformidade dos itens entregues, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
10.2.2. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documento próprio a conformidade ou não do objeto com as especificações estabelecidas.
10.2.3. Comunicar formalmente à contratada, dentro do prazo legal, qualquer irregularidade constatada, indicando os ajustes necessários e determinando a substituição dos itens quando aplicável.
10.2.4. Analisar e validar os documentos fiscais apresentados, realizando o pagamento devido somente após o recebimento definitivo e atesto por servidor designado.
10.2.5. Exercer o poder-dever de fiscalização, zelando pela estrita execução das obrigações contratuais, preservando o interesse público e exigindo da contratada, comportamento compatível com a legislação e as normas de gestão pública.
10.2.6. Não assumir obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis ou comerciais da contratada, que continuam sendo de inteira responsabilidade desta.
10.2.7. Informar à contratada, com antecedência adequada, a quantidade de material permanente a ser fornecido, emitindo os documentos formais correspondentes (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento).
10.2.8. Designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal técnico**, responsáveis pelo controle, acompanhamento e atesto das entregas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
10.2.9. Registrar em processo administrativo todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, resguardando a transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §§4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ARP caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados através de Portaria nº 300, de 07 de Abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Iran Mendes de Oliveira, matricula nº 50974;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 – Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 – Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 50385;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n° 50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula nº 25048 – Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula nº 50978 – Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
José Roberto Leandro, matricula nº 50050 – Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula nº 50820 – Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. O item deverá ser entregue com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando equipamentos de proteção individual. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável.
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
80	05002041230501202244905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
91	05003041230501202344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	21016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
116	06002123610602202844905200000	921016	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
127	06002123650602202944905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
135	06002123650602203044905200000	105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
149	06002123670602203144905200000	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
197	06006133920603204044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8118	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
215	06007278131001213644905200000	8136	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	9338	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	91497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
224	08002103010801104244905200000	93007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	304	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
264	08002103010801204844905200000	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
285	08002103010801205544905200000	913518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
295	08002103020801204544905200000	95187	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
309	08003103040801205344905200000	910518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
325	11001081221101205844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
335	11002081221101205944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	880	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
345	11003082431103206144905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
361	11004081221101206744905200000	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
374	11004081221101206844905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
394	11004082441101217444905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
399	11004082451101206344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
412	11004082451101206644905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
425	11004082451101206944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
450	11007081221101207044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
456	11008082411101212344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
461	11009082421101212544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
471	11010081221101216944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
496	13002154511301108044905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
568	17004206061701209744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
648	19002041220301213344905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
686	21002236951201215744905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
699	21003226611201215544905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
721	21006185421401215944905200000	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
730	21006185421401216144905200000	555	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo para pagamento ficará suspenso caso a nota fiscal apresente irregularidades, pendências documentais, glosas, divergências de fornecimento ou qualquer descumprimento contratual por parte da contratada, voltando a contar somente após a completa regularização.
16.3.1. Na hipótese de aplicação de multa e não havendo pagamento espontâneo pela contratada no prazo concedido, o valor devido poderá ser descontado diretamente da fatura ou nota fiscal apresentada, mediante comunicação prévia da Administração.
16.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, endereço: Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, devendo constar, obrigatoriamente, o número da licitação, o lote/item correspondente e a identificação dos produtos, para fins de rastreabilidade e controle de estoque.
16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.
16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.
16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses

Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de

contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória contempla a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, permitindo à Administração antecipar cenários adversos, adotar medidas preventivas e estabelecer mecanismos de controle capazes de assegurar maior segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

Descrição do Risco	Causa Provável	Consequência	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos materiais permanentes	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque, falhas no transporte	Prejuízo ao andamento das atividades das Secretarias, atraso no atendimento das demandas	Contratada	Previsão de prazos no edital; penalidades por atraso; exigência de comprovação de logística adequada
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência interna da empresa; tentativa de fornecimento de item inferior	Recusa do recebimento; necessidade de substituição; atraso operacional	Contratada	Especificações claras no TR; conferência técnica no recebimento; exigência de substituição imediata
Descontinuidade de modelos ou equipamentos no mercado	Mudança de linha de produção; descontinuidade comercial	Necessidade de substituição do modelo; risco de incompatibilidade	Contratada	Previsão de "igual, similar ou superior" no TR; análise técnica da equivalência
Produtos com defeito na garantia	Falha de fabricação ou transporte	Interrupção das atividades; necessidade de troca	Contratada	Garantia mínima exigida; troca imediata; assistência técnica autorizada
Erro no quantitativo solicitado pelas Secretarias	Falha no levantamento interno das unidades	Necessidade de nova aquisição ou sobra de itens	Administração	Revisão prévia das demandas; validação pelos setores requisitantes
Incompatibilidade dos equipamentos com a infraestrutura existente	Diferenças de sistema, conectividade ou padrão tecnológico	Inutilização parcial ou total do item; necessidade de ajustes	Administração	Padronização mínima no TR; análise técnica prévia pelos setores
Risco de preço não refletir a variação de mercado	Oscilação econômica; inflação; câmbio	Dificuldade futura de fornecimento; pedidos menores	Administração / Contratada	Revisão formal da Ata se comprovado desequilíbrio; pesquisas de preços atualizadas
Falhas na execução contratual	Inadimplemento por parte da empresa fornecedora	Rescisão; necessidade de nova licitação; prejuízo ao serviço público	Contratada	Fiscalização ativa; aplicação de sanções; acompanhamento do desempenho da contratada
Demora no processo de recebimento e conferência	Acúmulo de entregas; falta de equipe técnica	Retrabalho; atrasos na distribuição interna dos equipamentos	Administração	Organização prévia; designação de fiscais e responsáveis pelo recebimento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 30 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***HIROMU YOKOTA***
Prefeito	Officer X Móveis LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:59D409BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.°34/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão n.°34/2026, nestes termos:
Data Pregão**:** 10/06/2026.
Objeto: Registro de preços, por um período de 01 (um) ano34, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de expansão das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, Saúde, Educação, Cultura e Esporte, Desenvolvimento Social e Cidadania, Agricultura e Pecuária, Gestão Pública, Fazenda e Obras, Infraestrutura e Urbanismo.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
54.045.261 GISIANE EICHELBERGER DOS SANTOS	54.045.261/0001-57	R$ 2.939,98
ALF COMERCIO DE ELETRODOM?STICOS LTDA	12.581.380/0001-84	R$ 23.300,00
AMS COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	59.060.397/0001-50	R$ 7.700,00
ARAUJO MOVEIS E TRANSPORTES LTDA	23.206.565/0001-25	R$ 3.749,90
BHDENTAL COMERCIAL EIRELI	29.312.896/0001-26	R$ 300,00
BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI	34.680.592/0001-51	R$ 1.100,00
CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA	42.753.718/0001-07	R$ 79.755,15
C E C IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA	24.864.422/0001-73	R$ 6.800,00
CIRURGICAS MULLET IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA	34.055.837/0001-50	R$ 6.790,00
DSE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS DE AÇO LTDA	15.318.347/0001-54	R$ 2.160,00
E-LEVEN GROUP LTDA	36.040.646/0001-40	R$ 260,00
F.COMM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP.	49.535.491/0001-64	R$ 529,99
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	20.481.118/0001-96	R$ 40.539,98
FREEDOM DO BRASIL LTDA	35.733.585/0001-33	R$ 1.149,99
GENIAL ATACADO E VAREJO LTDA	66.663.797/0001-15	R$ 60.059,98

GUIMARAES E SOARES LTDA	17.330.681/0001-59	R$ 21.235,98
HOME E MAQUINAS LTDA	51.219.667/0001-10	R$ 8.459,98
INTELMASTER LTDA	33.008.679/0001-14	R$ 22.500,00
ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	54.322.844/0001-88	R$ 44.818,86
IX MEDICAL LTDA	59.131.363/0001-09	R$ 853,00
JOSÉ EDSON BLASZCZYK - ME	33.113.700/0001-41	R$ 2.700,00
MICRON INFORMATICA LTDA	39.791.096/0001-99	R$ 1.600,00
MORIMED COMERCIAL EIRELI - EPP	26.499.522/0001-73	R$ 44.000,00
MRM HOSPITALAR LTDA	20.920.517/0001-06	R$ 6.218,00
OFFICER X MÓVEIS LTDA	66.296.653/0001-78	R$ 21.223,00
PAPERFLEX COMERCIAL LTDA	07.299.558/0001-69	R$ 22.809,62
PIETRA ODONTO IMPORTACAO E DISTRIBUIDORA LTDA	28.877.319/0001-19	R$ 2.200,00
PRIMAX IND. E COM. DE MOVEIS LTDA-ME	85.515.542/0001-50	R$ 6.219,96
REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA	52.386.933/0001-62	R$ 37.823,32
RONAN PLASTICOS LTDA.	18.257.589/0001-73	R$ 11.580,00
SANCOMAR COMERCIAL LTDA.	03.220.288/0001-06	R$ 3.380,00
SELF STATION AUDIO E VIDEO LTDA	23.198.676/0001-37	R$ 94.820,00
STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	57.498.660/0001-61	R$ 50.143,15
STOKMETAL COMERCIO DE MOVEIS LTDA	32.597.474/0001-59	R$ 1.799,52
STP COMERCIAL LTDA	53.710.803/0001-04	R$ 1.700,00
ULTRAMARCA INOVACAO E TECNOLOGIA LTDA	61.869.262/0001-81	R$ 1.280,00
V3 ELETRÔNICOS E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA	05.060.654/0001-24	R$ 2.552,00
VA OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA	18.770.897/0001-06	R$ 19.650,63
VERLUMA COMERCIO LTDA	63.679.550/0001-07	R$ 2.920,00
VERTICE COMERCIO DE ARTIGOS DE PLASTICOS LTDA	66.712.923/0001-84	R$ 23.000,00
VMLX ELETRONICOS EIRELI EPP	03.800.477/0001-40	R$ 4.960,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$697.581,99 (seiscentos e noventa e sete mil, quinhentos e oitenta um real e noventa e nove centavos)

Lote	Descrição	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	AR CONDICIONADO, DO TIPO UNID SPLIT, INVERTER, HI WALL, 24000 BTU/H. OPERAÇÃO; QUENTE E FRIO, VAZÃO DE AR DE NO MÍNIMO 1200 M³H, VOLTAGEM: 220V, 60 HZ, COM SELO PROCEL, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, COM BAIXO RUIDO, COM UTILIZAÇÃO DO GÁS R410 – A, FORNECIDO COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, MANUAL DE INSTRUÇÕES E CERTIFICADOS DE GARANTIA EM PORTUGUÊS, CONFORME LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE, GARANTIA MÍNIMA 12 MESES.	MARA	UN	10	R$ 3.136,56	R$ 31.365,60	CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA
2	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 9.000 BTUS, OPERAÇÃO QUENTE E FRIO, COM TECNOLOGIA INVERTER, VAZÃO DE AR COMPATÍVEL COM A CAPACIDADE DO EQUIPAMENTO, FILTRO REMOVÍVEL E LAVÁVEL, TENSÃO 127V OU 220V, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, MONOFÁSICO, 60 HZ, COM SELO PROCEL E CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA "A" OU SUPERIOR, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, UTILIZAÇÃO DE GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO R410-A, R32 OU EQUIVALENTE, FORNECIDO COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, MANUAL DE INSTRUÇÕES E CERTIFICADO DE GARANTIA EM PORTUGUÊS, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS ABNT VIGENTES. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA TCL, LG, SAMSUNG, MIDEA, ELGIN OU EQUIVALENTES.	VIX	UN	29	R$ 1.758,62	R$ 50.999,98	GENIAL ATACADO E VAREJO LTDA
4	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT PISO TETO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 36.000 BTUS, SISTEMA INVERTER, OPERAÇÃO QUENTE E FRIO, TENSÃO 220V, MONOFÁSICO, 60 HZ, COM FUNÇÕES DE REFRIGERAÇÃO, VENTILAÇÃO E DESUMIDIFICAÇÃO, TIMER, MODO SLEEP, CONTROLE DE TEMPERATURA, DIRECIONADORES DE AR, PAINEL DE CONTROLE ELETRÔNICO, FILTRO REMOVÍVEL E LAVÁVEL, CONTROLE REMOTO COM DISPLAY DIGITAL E BAIXO NÍVEL DE RUÍDO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA "A" OU SUPERIOR, CONFORME INMETRO, UTILIZANDO GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO R410A, R32 OU EQUIVALENTE. FORNECIDO COM UNIDADE EVAPORADORA, UNIDADE CONDENSADORA, CONTROLE REMOTO E MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA TCL, LG, SAMSUNG, MIDEA, ELGIN, GREE OU EQUIVALENTES.	MIDEA	UN	3	R$ 8.137,85	R$ 24.413,55	CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA
5	ARMÁRIO COM 02 PORTAS, 03 PRATELEIRAS E FECHADURA Armário alto para uso institucional, com 02 (duas) portas, cada uma com largura mínima de 0,40 m, providas de fechadura com chave, confeccionado em MDF com espessura mínima de 15 mm, com revestimento laminado e estrutura/base metálica. Deverá possuir 03 (três) prateleiras internas, sendo ao menos 02 reguláveis, com capacidade mínima de carga de 50 kg por prateleira, apoiadas em suportes adequados. Dimensões mínimas do conjunto: Altura mínima: 1,80 m Largura total mínima: 0,83 m Profundidade mínima: 0,60 m Acabamento na cor branca, fornecido novo, sem uso, em perfeito estado.	PERFLEX MOD. CL-17	UN	31	R$ 483,00	R$ 14.973,00	OFFICER X MÓVEIS LTDA
7	LAVADORA E SECADORA DE ROUPAS – CAPACIDADE MÍNIMA 8,5 KG Máquina de lavar e secar roupas, com capacidade mínima de 8,5 kg de roupas. Deverá possuir classificação energética mínima "A", permitir lavagem com temperatura de até 70 °C, adequada para higienização eficiente de roupas. Equipada com múltiplos programas de lavagem e secagem, atendendo diferentes tipos de tecidos e níveis de sujidade, e cesto confeccionado em aço inoxidável, garantindo maior durabilidade e resistência à corrosão. Produto fornecido novo, sem uso, em perfeito estado de funcionamento, com garantia mínima de 12 (doze) meses.	MIDEA	UN	8	R$ 2.997,00	R$ 23.976,00	CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA
8	LONGARINA 04 LUGARES, TIPO SECRETÁRIA, COM ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS, ESTRUTURA RESISTENTE EM AÇO CARBONO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTÁTICA, ASSENTO E ENCOSTO EM MADEIRA COMPENSADA OU MATERIAL EQUIVALENTE, REVESTIMENTO EM TECIDO IMPERMEÁVEL OU MATERIAL DE QUALIDADE SUPERIOR, ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE SUPORTE DE 120 KG POR LUGAR. DEVERÁ POSSUIR BASE REFORÇADA, SAPATAS OU APOIOS ANTIDERRAPANTES E ACABAMENTO RESISTENTE AO USO CONTÍNUO. DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM MODELO DE 04 (QUATRO) LUGARES, GARANTINDO CONFORTO E ERGONOMIA PARA OS USUÁRIOS. PRODUTO NOVO, SEM USO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA CAVALETTI, FRISOKAR,	papiros moveis	UN	8	R$ 550,00	R$ 4.400,00	PAPERFLEX COMERCIAL LTDA

	PLAXMETAL, MARTIFLEX, FLEXFORM OU EQUIVALENTES.						
9	CADEIRA DE ESCRITÓRIO MODELO DIRETOR, giratória, com assento e encosto estofados em tecido, corvin (couro sintético) ou material equivalente, encosto médio, apoio de braços, base giratória com rodízios, sistema de regulagem de altura por pistão a gás, estrutura resistente em aço ou material equivalente, com capacidade mínima de suporte de até 120 kg. Produto novo, sem uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses. Marcas de referência: Cavaletti, Frisokar, Wicopet, Flexform ou de qualidade igual, equivalente ou superior.	papiros moveis	UN	42	R$ 367,85	R$ 15.449,70	PAPERFLEX COMERCIAL LTDA
10	MESA PARA ESCRITÓRIO RETA, COM TAMPO E PÉS CONFECCIONADOS EM MDF OU MDP DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 25 MM, CONTENDO GAVETEIRO COM NO MÍNIMO 02 (DUAS) GAVETAS, SENDO A PRIMEIRA COM FECHADURA E CHAVE. DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA RESISTENTE, SAPATAS NIVELADORAS REGULÁVEIS E ACABAMENTO DE BOA QUALIDADE, ADEQUADO PARA USO ADMINISTRATIVO CONTÍNUO. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1.500 MM DE LARGURA X 700 MM DE PROFUNDIDADE X 780 MM DE ALTURA, ADMITINDO-SE VARIAÇÃO COMPATÍVEL COM O PADRÃO DO FABRICANTE. COR CINZA, GRAFITE, GRISS OU EQUIVALENTE. PRODUTO NOVO, SEM USO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA PANDIN, KAPPESBERG CORPORATIVO, CAVALETTI, TECNO MOBILI, ARTANY OU EQUIVALENTES.	ALFRS	UN	21	R$ 800,00	R$ 16.800,00	ALF COMERCIO DE ELETRODOM?STICOS LTDA
11	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO – USO PROFISSIONAL; PRESSÃO DE TRABALHO MÁXIMA MÍNIMA DE 137 BAR; VAZÃO MÍNIMA DE 8,3 L/MIN; POTÊNCIA DO MOTOR DE APROXIMADAMENTE 2.200 W; VOLTAGEM 127 V; MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 7,5 METROS; PISTOLA DE ALTA PRESSÃO COM BICO REGULÁVEL; ACOMPANHA: PISTOLA, BAIONETA COM CONEXÃO RÁPIDA, ENGATE RÁPIDO E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO. PRODUTO NOVO, SEM USO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. PRODUTO DE QUALIDADE OU DESEMPENHO IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA DO MERCADO, TAIS COMO: WAP, KÄRCHER OU TRAMONTINA.	TEKNA	UN	3	R$ 1.166,66	R$ 3.499,98	GUIMARAES E SOARES LTDA
12	MICRO-ONDAS BRANCO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 LITROS, ALTURA APROXIMADA: 26,3 CM; LARGURA APROXIMADA: 45,8 CM; PROFUNDIDADE COM PUXADOR: 34,8 CM; PESO APROXIMADO: 11,4 KG; TENSÃO 110 V OU 220 V, CONFORME NECESSIDADE DA UNIDADE SOLICITANTE. PRODUTO NOVO, SEM USO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. PRODUTO DE QUALIDADE E DESEMPENHO IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA DO MERCADO, TAIS COMO: ELECTROLUX, PHILCO OU PANASONIC.	MIDEA	UN	1	R$ 565,64	R$ 565,64	REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA
13	FREEZER VERTICAL MINI: FREEZER VERTICAL, ARMAZENAMENTO DE 65 - 85 L, QUARO CESTOS DESLIZANTES, PORTA REVERSÍVEL, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CLASSE A, 110 VOLTS, GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO.	EOS	UN	7	R$ 1.409,48	R$ 9.866,36	REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA
14	BANCO DE JARDIM TOTALMENTE EM PLÁSTICO OU MATERIAL POLIMÉRICO DE ALTA RESISTÊNCIA, resistente às intempéries e à exposição ao sol e chuva, com estrutura reforçada. Assento e encosto na cor madeira e pés na cor preta, com capacidade para no mínimo 03 (três) lugares, comprimento aproximado de 1,50 m, adequado para instalação em áreas externas. Deverá acompanhar todos os parafusos, chumbadores e demais acessórios necessários para a fixação do banco, tanto na estrutura do próprio banco quanto no solo.	PROPRIA	UN	20	R$ 579,00	R$ 11.580,00	RONAN PLASTICOS LTDA.
15	ARMÁRIO VITRINE COM 02 PORTAS, EM CHAPA DE AÇO, PINTURA EPÓXI, FECHADURA CILÍNDRICA, COM LATERAL EM VIDRO, MÍNIMO DE 04 PRATELEIRAS, PÉS EM TUBO DE AÇO. TAMANHO APROX. 1,60X0,70X0,35 (AXLXP).	BIG METAL	UN	2	R$ 1.075,00	R$ 2.150,00	ARAUJO MOVEIS E TRANSPORTES LTDA
16	ADIPÔMETRO, OPERAÇÃO:DIGITAL, MATERIAL:PLÁSTICO, RESOLUÇÃO:RESOLUÇÃO 0,1 MM, FAIXA DE OPERAÇÃO:ATÉ 60 MM, PRESSÃO:CERCA DE 10 G/MM², TOLERÂNCIA:TOLERÂNCIA ATÉ 0,5 MM	AVANUTRI	UN	1	R$ 853,00	R$ 853,00	IX MEDICAL LTDA
17	Balança Antropométrica infantil; Concha anatômica em polipropileno com medida 540 x 290 mm injetada em material anti-germes; Faixa de medição antropométrica na concha; Display LED com 6 dígitos, Pés reguláveis em borracha sintética; Fonte externa 90 a 240 VAC c/ chaveamento automático; Função TARA até capacidade máxima da balança; Homologadas pelo INMETRO e aferidas pelo IPEM; 01 ano de garantia;	WELMY	UN	1	R$ 529,99	R$ 529,99	F.COMM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP.
18	RAIO X ODONTOLÓGICO DIGITAL, TIPO COLUNA MÓVEL, COM SISTEMA ELETRÔNICO DIGITAL MICROPROCESSADO PARA CONTROLE DO TEMPO DE EXPOSIÇÃO, PROPORCIONANDO QUALIDADE RADIOGRÁFICA CONSTANTE E TEMPOS DE EXPOSIÇÃO PRECISOS. EQUIPAMENTO COM PROTEÇÃO RADIOLÓGICA RIGOROSAMENTE CONTROLADA, DOTADO DE COLIMADOR EM CHUMBO DE NO MÍNIMO 1 MM PARA DIRECIONAMENTO DOS RAIOS-X AO OBJETIVO RADIOGRÁFICO PRINCIPAL. ALIMENTAÇÃO 127V OU 220V, COM CONVERSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA, CONFORME PADRÃO DO FABRICANTE. CABEÇOTE DE RAIOS-X COM AMPOLA IMERSA EM ÓLEO ISOLANTE ESPECIAL E SISTEMA SELADO A VÁCUO. DEVERÁ POSSUIR DISPARADOR À DISTÂNCIA, ARTICULAÇÕES COM MOVIMENTAÇÃO AMPLA E ESTRUTURA COM ACABAMENTO RESISTENTE À CORROSÃO E AO USO CONTÍNUO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: POTÊNCIA DE 70 KV, CORRENTE DO TUBO DE 8 MA, TEMPO DE IRRADIAÇÃO DE 0,05 A 3 SEGUNDOS E FOCO APROXIMADO DE 0,8 X 0,8 MM. EQUIPAMENTO EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS E SANITÁRIAS APLICÁVEIS, COM REGISTRO NA ANVISA E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA D700, GNATUS, X-DENT, SAEVO, ALLIAGE OU EQUIVALENTES.	ION PRO X	UNID	1	R$ 7.700,00	R$ 7.700,00	AMS COMERCIO DE PRODUTOS LTDA
19	ARMÁRIO VESTIÁRIO / GUARDA-VOLUMES – 1 MÓDULO COM 4 PORTAS Armário vestiário alto, padrão guarda-volumes, confeccionado em chapa de aço nº 26, com espessura aproximada de 0,45 mm, pintura eletrostática na cor cinza padrão. Composto por 01 (um) módulo contendo 04 (quatro) portas individuais, dotadas de sistema de ventilação tipo veneziana e fechamento por pitão para cadeado. Deverá possuir pés removíveis. Dimensões mínimas externas do conjunto: Altura: 190 cm Largura: 70 cm Profundidade: 40 cm Dimensões mínimas internas de cada compartimento/porta: Altura: 82 cm Largura: 27 cm Profundidade: 37 cm Peso aproximado: 30 kg. Produto novo, sem uso, adequado para uso institucional.	BIG METAL	UN	3	R$ 533,30	R$ 1.599,90	ARAUJO MOVEIS E TRANSPORTES LTDA
20	AUTOCLAVE HORIZONTAL PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SOB PRESSÃO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 75 (SETENTA E CINCO)	alt	UN	2	R$ 9.139,43	R$ 18.278,86	ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE

	LITROS, SISTEMA DIGITAL MICROPROCESSADO, DESTINADA À ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAIS E INSTRUMENTAIS, EM CONFORMIDADE COM A NORMA NBR ISO 13485 E DEMAIS NORMAS TÉCNICAS E SANITÁRIAS APLICÁVEIS. EQUIPAMENTO COM CÂMARA E TAMPA CONFECCIONADAS EM AÇO INOXIDÁVEL, SISTEMA DE SECAGEM COM PORTA FECHADA, PAINEL DIGITAL DE CONTROLE, SISTEMAS DE SEGURANÇA, CONTROLE AUTOMÁTICO DE TEMPERATURA E PRESSÃO, E DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO CONTRA SOBREPRESSÃO E SUPERAQUECIMENTO. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 127V OU 220V, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E PADRÃO DO FABRICANTE. EQUIPAMENTO COM REGISTRO NA ANVISA, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA CRISTÓFOLI, STERMAX, DIGITALE, SERCON, ALT OU EQUIVALENTES.						EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
21	Balança Eletrônica Adulto, Capacidade até 300 kg, Display LED com 6 dígitos, Estrutura em aço carbono. Cor branca. Homologada pelo INMETRO e aferida pelo IPEM. 01 ano de garantia.	LIDER	UN	4	R$ 730,00	R$ 2.920,00	VERLUMA COMERCIO LTDA
22	BEBEDOURO INDUSTRIAL DE COLUNA – 25 LITROS Bebedouro industrial de coluna, com capacidade mínima de 25 (vinte e cinco) litros, fabricado em aço inoxidável, contendo 02 (duas) saídas de água por meio de torneiras, sendo 01 (uma) para água gelada e 01 (uma) para água natural. O equipamento deverá possuir estrutura externa em aço inox, garantindo alta resistência à corrosão, fácil higienização e durabilidade. Deverá acompanhar filtro purificador de água, mangueira com no mínimo 2 (dois) metros e todos os acessórios necessários para a instalação hidráulica. Deverá possuir sistema de refrigeração com serpentina interna em material apropriado, como aço inoxidável ou equivalente, reservatório interno em material atóxico, isolamento térmico eficiente, boia controladora de nível de água e termostato com múltiplos níveis de ajuste de temperatura. Deverá possuir tampa e base ou pés niveladores em material de alta resistência (ABS ou equivalente), aparador de água em aço inox com dreno e acabamento reforçado. Utilizar gás refrigerante ecológico, compatível com as normas ambientais vigentes, devendo ser equipado com tomada de 3 pinos conforme padrão ABNT NBR 14136 e certificação do INMETRO. Tensão de alimentação em 110 V ou 220 V, conforme necessidade da unidade solicitante. Dimensões mínimas: Altura mínima: 110 cm Largura mínima: 35 cm Profundidade mínima: 35 cm Produto novo, sem uso	ECOBLU	UN	26	R$ 1.559,23	R$ 40.539,98	FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA
23	BOMBA DE VÁCUO ODONTOLÓGICA, DESTINADA AO USO EM CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS, COM POTÊNCIA ENTRE 0,5 E 1,2 HP/CV, CAPACIDADE DE VÁCUO ENTRE 110 E 730 MMHG, SISTEMA DE FUNCIONAMENTO EFICIENTE E BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, ADEQUADA PARA ATENDIMENTO DE 01 (UM) OU MAIS CONSULTÓRIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE. EQUIPAMENTO COM ESTRUTURA RESISTENTE, MOTOR DE ALTO DESEMPENHO, SISTEMA DE SEGURANÇA E COMPONENTES DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 127V OU 220V, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E PADRÃO DO FABRICANTE. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA APLICÁVEIS, REGISTRO NA ANVISA QUANDO APLICÁVEL, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA SCHUSTER, DABI ATLANTE, GNATUS, ALLIAGE, SAEVO OU EQUIVALENTES.	alt	UN	4	R$ 2.785,00	R$ 11.140,00	ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
24	CARDIOTOCÓGRAFO PORTÁTIL PARA MONITORAMENTO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL E CONTRAÇÕES UTERINAS, INCLUSIVE MONITORIZAÇÃO GEMELAR, UTILIZANDO TECNOLOGIA DE ULTRASSOM PARA FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL E STRAIN GAUGE PARA CONTRAÇÕES UTERINAS. EQUIPAMENTO COM MOSTRADOR DIGITAL PARA VISUALIZAÇÃO DA FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL, ALARMES AUDIOVISUAIS PARA FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL MÁXIMA E MÍNIMA, ALERTAS PARA TRANSDUTOR DESCONECTADO, AUSÊNCIA DE PAPEL E PORTA ABERTA. DEVERÁ POSSUIR MARCADOR DE EVENTOS, IMPRESSORA TÉRMICA INCORPORADA COM CONTROLE DE VELOCIDADE DE IMPRESSÃO E PROGRAMAÇÃO DE TEMPO DE MONITORAÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ACOMPANHAR, NO MÍNIMO: 02 (DOIS) TRANSDUTORES DE ULTRASSOM, 01 (UM) TRANSDUTOR PARA CONTRAÇÕES UTERINAS, 03 (TRÊS) CINTAS DE FIXAÇÃO, CABOS, BLOCO(S) DE PAPEL TERMOSSENSÍVEL, TUBO DE GEL E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO. DEVERÁ POSSUIR SAÍDA RS-232 OU EQUIVALENTE E TECNOLOGIA WIRELESS PARA CONEXÃO COM CENTRAL DE MONITORAMENTO, QUANDO DISPONÍVEL PELO FABRICANTE. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 110V/220V, 60HZ, CONFORME PADRÃO DO FABRICANTE. EQUIPAMENTO EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS IEC 60601-1 E IEC 60601-1-2, COM REGISTRO NA ANVISA, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, MANUAL TÉCNICO E OPERACIONAL EM PORTUGUÊS E TREINAMENTO OPERACIONAL PARA UTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA BIONET, COMEN, EDAN, GE HEALTHCARE, PHILIPS OU EQUIVALENTES.	MD / HI BEBE	UN	2	R$ 7.495,00	R$ 14.990,00	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
25	CARRO DE EMERGÊNCIA HOSPITALAR, ESTRUTURA CHAPAS DE AÇO INOXIDÁVEL, GAVETAS 04GAVETAS, SENDO A 1ª COM DIVISÃO, SUPORTE SUPORTE PARA MONITOR, BASE GIRATÓRIA, RODÍZIOS COM RODÍZIOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01 SUPORTE SORO E CILINDRO DE O2, ACESSÓRIOS TÁBUA DE MASSAGEM CARDÍACA, ACESSÓRIOS 01 EXTENSÃO ELÉTRICA,MÍNIMO 5 METROS E ATÉ 7 PLUGS, ACESSÓRIOS 02 TRAVA DE GAVETAS COM LACRE	REANASCER	UN	2	R$ 3.000,00	R$ 6.000,00	C E C IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA
26	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO ISENTO DE ÓLEO, INDICADO PARA ATENDIMENTO DE 01 (UM) OU 02 (DOIS) CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS, COM RESERVATÓRIO DE AR DE CAPACIDADE APROXIMADA DE 45 LITROS, MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1,5 HP, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V, 50/60 HZ, PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO DE APROXIMADAMENTE 120 LIBRAS/POL² OU 8,3 BAR. EQUIPAMENTO COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, DE ATÉ 60 DB, SISTEMA DE SEGURANÇA, FILTRO DE AR, PROTEÇÃO TÉRMICA E COMPONENTES ADEQUADOS PARA USO ODONTOLÓGICO CONTÍNUO. PESO APROXIMADO DE 50 KG, ADMITINDO-SE VARIAÇÕES COMPATÍVEIS COM O PADRÃO DO FABRICANTE. EQUIPAMENTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, REGISTRO NA ANVISA QUANDO APLICÁVEL, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR	Motomil	UN	7	R$ 2.375,71	R$ 16.629,97	REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA

	ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA SCHUSTER, DABI ATLANTE, GNATUS, FIAC, CHIAPERINI OU EQUIVALENTES.						
27	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO ISENTO DE ÓLEO, INDICADO PARA ATENDIMENTO DE 03 (TRÊS) OU MAIS CADEIRAS ODONTOLÓGICAS, COM RESERVATÓRIO DE AR DE CAPACIDADE MÍNIMA DE 100 (CEM) LITROS, MOTOR COM POTÊNCIA ENTRE 2 E 2,5 HP, CONSUMO APROXIMADO DE 12 PÉS, SISTEMA DE FUNCIONAMENTO SILENCIOSO E BAIXO NÍVEL DE VIBRAÇÃO. EQUIPAMENTO COM PROTEÇÃO TÉRMICA, FILTRO DE AR, SISTEMA DE SEGURANÇA CONTRA SOBREPRESSÃO E COMPONENTES ADEQUADOS PARA USO ODONTOLÓGICO CONTÍNUO. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V OU BIVOLT, CONFORME PADRÃO DO FABRICANTE E NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO. EQUIPAMENTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, REGISTRO NA ANVISA QUANDO APLICÁVEL, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. PRODUTO DE QUALIDADE IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA SCHUSTER, DABI ATLANTE, GNATUS, FIAC, CHIAPERINI OU EQUIVALENTES.	Fiac	UN	1	R$ 4.700,00	R$ 4.700,00	REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA
30	DESFIBRILADOR, TIPO EXTERNO AUTOMÁTICO, TIPO ONDA BIFÁSICA, TEMPO MÁXIMO CARGA ATÉ 10 S, MEMÓRIA GRAVAÇÃO ECG/ EVENTOS/ RCP, PESO MAXIMO DE 3 KG, ALIMENTAÇÃO BATERIA LÍTIO DE LONGA DURAÇÃO COM AUTONOMIA PARA APROXIMADAMENTE 200 CHOQUES, MÍNIMO 4H DE OPERAÇÃO CONTINUA E NO MÍNIMO 5 ANOS DE VIDA ÚTIL EM STAND-BY, COMPONENTE PÁS EXTERNAS E ADESIVAS (FORNECER 5 ADULTO E TRÊS INFANTIL JUNTO AO EQUIPAMENTO), COMPONENTES ADICIONAIS TELAC/ MENSAGEM DE TEXTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COMANDO DE VOZ, TIPO MÓDULO PORTÁTIL, C/ ALÇA TRANSPORTE, MALETA. COMANDO DE VOZ, TIPO MÓDULO PORTÁTIL, C/ ALÇA TRANSPORTE, MALETA.	CMOS DRAKE / ALIVE	UN	3	R$ 6.180,00	R$ 18.540,00	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
32	DESTILADOR DE ÁGUA, MÍNIMO DE 3,8 LITROS EM 4 HORAS COM BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, VOLTAGEM 110V.	KONDENTECH AQUATECH	UN	5	R$ 440,00	R$ 2.200,00	PIETRA ODONTO IMPORTACAO E DISTRIBUIDORA LTDA
33	Escada inox 2 degraus para maca hospitalar, pés com ponteiras, passadeira de borracha preta antiderrapante.	Caumaq Ltda	UN	5	R$ 52,00	R$ 260,00	E-LEVEN GROUP LTDA
34	Inalador/Nebulizador Portátil hospitalar, com suporte de rodízio; Aparelho de aerossol 3 saídas. Com suporte para mascara, 4 kits de nebulização, compressor isento de óleo, régua com válvula de impacto para retenção do ar destinado aos inaladores, potência 1/4hp 50/60hz rotações 1.750 RPM, 40 libras 2.8 bar, protetor térmico que desliga o equipamento automaticamente quando o mesmo sofre aquecimento ou descarga elétrica, tensão bivolt. Vazão de 70 l/min.	INALOVIDA	UN	5	R$ 1.243,60	R$ 6.218,00	MRM HOSPITALAR LTDA
35	LAVADORA ULTRASSONICA ATÉ 15 LITROS – GABINETE E CESTO EM AÇO INOXIDÁVEL E TAMPA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE OU SIMILAR, COM SENSOR DE SEGURANÇA, PAINEL DE COMANDO, COM TIMER E AQUECIMENTO DIGITAL, FREQUÊNCIA DO ULTRASSOM: 40 KHZ, TEMPORIZADOR ELETRÔNICO MICROPROCESSADO, FUSÍVEL DE PROTEÇÃO, DESCARGA PARA LÍQUIDOS, CICLO DE TRABALHO AUTOMÁTICO, CONTROLE DE TEMPO DE TRABALHO INDICADO POR LEDS, CUBA EM AÇO INOX COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 5 LITROS, VOLTAGEM 127 V	alt	UN	7	R$ 2.200,00	R$ 15.400,00	ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
36	MESA AUXILIAR HOSPITALAR, MATERIAL ESTRUTURA ESTRUTURA TUBULAR, MATERIAL TAMPOTAMPO E PRATELEIRA EM AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO TAMPO 75 CM, LARGURA TAMPO 45 CM, ALTURA 80 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM 4 RODÍZIOS DE 2´, COM FREIO EM DUAS	Metalic Medical	UN	3	R$ 599,84	R$ 1.799,52	STOKMETAL COMERCIO DE MOVEIS LTDA
37	Mocho odontológico com encosto, REGULAGEM DE ALTURA A GÁS, MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO CARBONO;	PAPIROS MOVEIS	UN	3	R$ 270,00	R$ 810,00	PAPERFLEX COMERCIAL LTDA
38	NEGATOSCOPIO 2 CORPO; COM FRENTE DE ACRÍLICO LEITOSO TRANSLUCIDO, FIXAÇÃO DE RX POR ROLETES, BIVOLT. ILUMINAÇÃO LÂMPADA FLUORESCENTE	LIFENOX / 2C	UN	5	R$ 400,00	R$ 2.000,00	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
39	OFTALMOSCÓPIO, TIPO DIRETO, TIPO LUZ LUZ LED, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 2 PILHAS MÉDIAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 5 ABERTURAS DE DIAFRAGMA, COR FILTROS FILTRO VERDE LIVRE DE VERMELHO, APLICAÇÃO CAMPO CORREÇÃO -20D ATÉ +20D, COMPONENTES CABO METAL CROMADO E PLÁSTICO, COMPONENTES OUTROS 19 LENTES	DOCTOR DEVICES	UN	2	R$ 550,00	R$ 1.100,00	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI
40	otoscópio iluminação branca alto brilho e nitidez, lâmpada de LED halógena, pilha AA, estojo para transporte, com no mínimo 05 espéculos pretos reutilizáveis nº 1 (2,5mm) e 05 espéculos pretos reutilizáveis nº 2 (4,0mm).	MIKATOS / LED	UN	4	R$ 209,9975	R$ 839,99	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
41	OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM SENSOR ADULTO E INFANTIL : VISOR LCD COLORIDO DE ALTA RESOLUÇÃO, TELA ROTACIONAL, PERMITE VISUALIZAÇÃO NA VERTICAL E HORIZONTAL. INDICAÇÃO DA SP02, FREQUÊNCIA CARDÍACA, FORÇA DE PULSO, ONDA PLETISMOGRÁFICA E TABELA DE TENDÊNCIAS. ALARMES VISUAIS E SONOROS, AJUSTÁVEIS E PROGRAMÁVEIS, MEMÓRIA INTERNA DOS EVENTOS E CONEXÃO USB PARA COMPUTADOR. CAPA PROTETORA COM SUPORTE PARA ACOMODAR EM SUPERFÍCIES PLANAS, ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICO E ATRAVÉS DE BATERIAS RECARREGÁVEIS COM CARREGADOR INTEGRADO. SENSOR DE SP02 PADRÃO NELLCOR. CERTIFICADO PELO INMETRO. SP02: INTERVALO: 0-100%, PRECISÃO: _ 2% EM 70-100%, RESOLUÇÃO: 1%, PULSAÇÃO: 30-250BPM, PRECISÃO: _ 2BPM, DIMENSÕES: 13,5 X 7,5 X 2,8 CM, PESO: 260 GRAMAS. APROVADO PELO INMETRO	LEPU / 66B	UN	4	R$ 900,00	R$ 3.600,00	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
42	POLTRONA HOSPITALAR, ARTICULÁVEL COM VÁRIAS POSIÇÕES. ESTRUTURA EM TUBULAR REDONDA COM PINTURAEPÓXI. ASSENTO E ENCOSTO COM ESTOFAMENTO ANATÔMICO REVESTIDO EM COURINO; DESCANSO DE PÉS INTEGRADO COM MOVIMENTOS INDEPENDENTES. APOIO DE BRAÇOS FIXO E ESTOFADO. PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHA.	LIFENOX / DESCANSO	UN	2	R$ 924,095	R$ 1.848,19	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
43	SELADORA PARA SELAGEM DE EMBALAGEM DO TIPO GRAU CIRURGICO PARA ESTERILIZAÇÃO NO VAPOR; COM SUPORTE DE ROLOS PARA ATÉ DOIS TUBULARES DE PAPEL GRAU CIRURGICO; COM TECNOLOGIA PTC (POSITIVE TEMPERATURE COEFFICIENT); SELAGEM POR ALAVANCA COM TRAVA; SISTEMA INTEGRADO DE CORTE EM AMBAS AS DIREÇÕES; SISTEMA DE BIPS QUE INDIQUEM LI/DESLIGA, AQUECENDO, PRONTA PARA USO E SELAGEM COMPLETA; DESLIGAMENTO AUTOMATICO EM CASO DE INATIVIDADE POR 30 MINUTOS; ÀREA DE SELAGEM DE NO MINIMO 30 CM, BIVOLT AUTOMÁTICO; GARANTIA DE DOIS ANOS.	CRISTOFOLI	UNID	6	R$ 750,00	R$ 4.500,00	MORIMED COMERCIAL EIRELI - EPP

	EM CONFORMIDADE COM AS DIRETIVAS E NORMAS INTERNACIONAIS ISO 13485:2016 E CE (DIRETIVA 2014/30/UE, EN55014-1 E EN55014-2); E COM REGISTRO NA ANVISA. IGUAL OU SUPERIOR À SELADORA CRSITÓFOLI.						
44	Suporte de soro, pedestal, em aço inox, com rodízios, 04 ganchos, regulagem de altura.	SALUTEM / PEDESTAL	UN	3	R$ 149,99	R$ 449,97	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
45	EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO ULTRASSOM, MODO DE OPERAÇÃO CONTINUA, FREQUÊNCIA DE VIBRAÇÃO DE 28000HZ, BIVOLT, MATERIAL PONTEIRA AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CORPO PLÁSTICO ABS, INDICAÇÃO PERIODONTIA/ENDODONTIA/PRÓTESE/DENTÍSTICA, FONTE ELÉTRICO, COMPONENTES PEÇA DEMÃO, CONJUNTO COM 5 INSERTOS, SENDO:2 INSERTOS G1, 1 INSERTO G2, 1 INSERTO P1 E 1 INSERTO G4	ALT	UN	8	R$ 848,75	R$ 6.790,00	CIRURGICAS MULLET IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA
46	MACA PEDIÁTRICA COM BALCÃO EM MDF BRANCO CONTENDO 3 GAVETAS E ESPAÇO PARA BALANÇA, EM MDF 15MM ANTIBACTERIANO, MEDIDAS MONTADA 1,80 CM X 60 CM X 80 - (C X L X A), COLCHÃO 135X60 D-28 REVESTIDO EM COURINO DE COR PRETA, GAVETAS COM CORREDIÇAS TELESCÓPICAS	ALFRS	UN	4	R$ 1.625,00	R$ 6.500,00	ALF COMERCIO DE ELETRODOM?STICOS LTDA
47	GAVETEIRO 4 GAVETAS, COM RODIZIO E CHAVE, MEDIDAS (67X36X36 CM), CORREDIÇA TELESCÓPICA, COM ACABAMENTO UV DE ALTA QUALIDADE, CONFECCIONADO EM MDF COR BRANCO. PUXADOR DE ALUMÍNIO, RODIZIO EM SILICONE E TRAVA EM DUAS RODAS.	PANDIN	UN	2	R$ 345,00	R$ 690,00	REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA
48	BALCÃO EM MDF COM PORTAS, GAVETAS E PRATELEIRA Balcão confeccionado em MDF, com espessura mínima de 15 mm, tampo em MDF com espessura mínima de 25 mm, acabamento na cor branca. Deverá possuir 02 (duas) portas, 04 (quatro) gavetas com corrediças telescópicas, 01 (uma) prateleira interna, e dobradiças com sistema de amortecimento. Dimensões mínimas do conjunto: Altura mínima: 84 cm Largura mínima: 120 cm Profundidade mínima: 52 cm Produto fornecido novo, sem uso		UN	3	R$ 670,00	R$ 2.010,00	VA OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA
50	FORNO ELÉTRICO DE BANCADA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 80 LITROS, COM DUPLA RESISTÊNCIA (SUPERIOR E INFERIOR), TIMER SONORO, TECNOLOGIA DE CONVECÇÃO DE AR (AIR CONVECTION OU EQUIVALENTE), TEMPERATURA AJUSTÁVEL DE APROXIMADAMENTE 50ºC A 320ºC. EQUIPAMENTO DESTINADO A USO EM AMBIENTE INSTITUCIONAL, COM ESTRUTURA RESISTENTE E FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. PRODUTO NOVO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. PRODUTO DE QUALIDADE E DESEMPENHO IGUAL, EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DE REFERÊNCIA DO MERCADO, TAIS COMO: FISCHER, PHILCO OU MONDIAL.	PHILCO	UN	1	R$ 1.039,97	R$ 1.039,97	REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA
52	CLORÍMETRO, TIPO: DIGITAL PORTÁTIL, FAIXA TRABALHO: : 0,01 MG,L, PRECISÃO: 0,02 MG,L, PRECISÃO FOTOMÉTRICA: 2 PER, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 9 VDC OU 110, 220 VAC V, ACESSÓRIOS: 2 CUBETAS DE 25 ML; REAGENTES; MANUAL DE INSTRUÇÕES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MICROPROCESSADOR INTERNO GARANTIDOR EXATIDÃO LEITURA,	AKSO	UN	1	R$ 800,00	R$ 800,00	C E C IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA
53	TURBIDÍMETRO DIGITAL DE BANCADA DE FÁCIL OPERAÇÃO E MANUSEIO DISPLAY EM PORTUGUÊS - MICROPROCESSADOR INTERNO MINIMIZA ERROS DE OPERAÇÃO E GARANTE A EXATIDÃO DA LEITURA EM TODAS AS ESCALAS - UTILIZA PADRÕES PRONTOS QUE FACILITAM AS CALIBRAÇÕES - GABINETE EM PLÁSTICO ABS E TECLADO EM POLICARBONATO, RESISTENTE À CORROSÃO E RESPINGOS - PRINCÍPIO DE MEDIÇÃO: NEFELOMÉTRICO - FONTE DE ALIMENTAÇÃO: BIVOLT - FAIXA DE MEDIÇÃO: 0 – 1000 NTU - PRECISÃO: +/-2% - MEMÓRIA PARA 50 CONTATOS ACOMPANHA: - PADRÕES SECUNDÁRIOS ESTABILIZADOS - MALETA PARA TRANSPORTE - MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS COM CERTIFICADO DE GARANTIA - 3 CUBETAS DE VIDRO COM TAMPA - FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT BATERIA 9 VOLTS	AKSO	un	1	R$ 3.380,00	R$ 3.380,00	SANCOMAR COMERCIAL LTDA.
54	CADEIRA DE ESCRITÓRIO GIRATÓRIA REFORÇADA – CAPACIDADE ATÉ 250 KG Cadeira de escritório giratória reforçada, destinada a uso administrativo/institucional, com capacidade mínima de suporte de até 250 (duzentos e cinquenta) kg. Assento e encosto revestidos em corvin/vinil na cor preta, com braços fixos, presos simultaneamente ao assento e ao encosto, garantindo maior robustez estrutural. Deverá possuir estrutura em aço, com sistema de regulagem de altura por pistão a gás, base giratória resistente e rodízios adequados para uso em ambientes internos. Produto fornecido novo, sem uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses.	Movebrink	UN	3	R$ 900,00	R$ 2.700,00	JOSÉ EDSON BLASZCZYK - ME
57	Smart TV 43 polegadas com tela IPS e resolução Full HD (1920x1080), tecnologia HDR. Possuir conectividade completa com Wi-Fi, Bluetooth, porta Ethernet, 2 entradas HDMI e 1 porta USB. Seu design moderno na cor preta conta com bordas finas, sendo uma ótima opção para ambientes residenciais ou corporativos. Dimensões aproximadas entre 97,3 cm a 110 cm de largura, 0,85 cm a 12cm de profundidade e 57,2 cm a 65 cm de altura. Taxa de atualização de no mínimo 60Hz, voltagem bivolt (127/220V) e acompanha controle remoto.		UN	1	R$ 1.600,00	R$ 1.600,00	MICRON INFORMATICA LTDA
58	Fotopolimerizador de Resinas, LED, SEM FIO SEM RADIÔMETRO; Display digital; Tempos de aplicação disponíveis: 5, 10, 20 e 40 segundos; Bivolt automático. (com certificação Inmetro).	DENTEMED	UN	1	R$ 300,00	R$ 300,00	BHDENTAL COMERCIAL EIRELI
59	Bisturi elétrico com potência mínima de até 165 W, com modos de corte e coagulação, controles ajustáveis, compatível com uso hospitalar, acompanhado de acessórios básicos, fornecido novo, com garantia mínima de 12 (doze) meses, atendendo às normas técnicas aplicáveis.	TRANSMAI	UN	5	R$ 7.900,00	R$ 39.500,00	MORIMED COMERCIAL EIRELI - EPP
61	Aparelho de Eletroestimulação TENS Portátil Especificações mínimas: • Tipo: Estimulador elétrico neuromuscular TENS • Canais de saída: mínimo de 02 canais independentes • Utilização: até 04 eletrodos simultâneos • Ajuste de intensidade: individual por canal • Temporizador: ajustável para tempo de aplicação • Alimentação elétrica: bivolt automático (127/220V – 50/60 Hz) ou equivalente • Equipamento portátil e de fácil operação Acessórios mínimos que devem acompanhar o equipamento: • 02 cabos para eletroestimulação (duas vias) • 04 eletrodos reutilizáveis • Fonte de alimentação compatível • Manual de instruções em português • Estojo ou maleta para transporte Requisitos adicionais: • Equipamento deverá possuir registro ativo na ANVISA. • Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação CATMAT: 422040	IBRAMED	UND	2	R$ 640,00	R$ 1.280,00	ULTRAMARCA INOVACAO E TECNOLOGIA LTDA
65	BEBEDOURO INDUSTRIAL DE COLUNA – 100 LITROS Bebedouro industrial de coluna, com capacidade mínima de 100 (cem) litros, fabricado em aço inoxidável, contendo 03 (três) saídas de água por meio de torneiras, sendo 02 (duas) torneiras para água gelada e 01 (uma) torneira para água natural. O equipamento deverá possuir estrutura em aço inox, garantindo alta resistência à corrosão, fácil higienização e durabilidade. Deverá acompanhar	NOZON	UN	7	R$ 2.520,09	R$ 17.640,63	VA OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA

	filtro purificador de água, assegurando qualidade e potabilidade, bem como mangueira com no mínimo 2 (dois) metros e todos os itens necessários para a instalação hidráulica. Deverá possuir tampa e pés reguláveis em material de alta resistência (ABS ou equivalente), aparador de água em aço inox, serpentina interna em aço inoxidável apropriada para refrigeração, reservatório em material atóxico, isolamento térmico em EPS, boia controladora de nível de água e termostato com múltiplos níveis para ajuste de temperatura. Utilizar gás refrigerante ecológico, compatível com as normas ambientais vigentes (como R134a ou equivalente), devendo ser equipado com tomada de 3 pinos conforme padrão ABNT NBR 14136 e certificação do INMETRO. Tensão de alimentação em 110 V ou 220 V, conforme solicitação da Secretaria requisitante. Dimensões mínimas: Altura mínima: 120 cm Largura mínima: 70 cm Profundidade mínima: 60 cm Produto novo, sem uso						
67	ESCADA DOMÉSTICA EM ALUMÍNIO – 08 DEGRAUS Escada dobrável confeccionada em alumínio, com 08 (oito) degraus, indicada para uso doméstico ou institucional. Estrutura leve e resistente, com degraus e pés antiderrapantes, proporcionando maior segurança e estabilidade durante o uso. Sistema de abertura e fechamento prático, com travamento de segurança. Produto novo, sem uso, com capacidade mínima aproximada de 120 kg. Marcas de referência: Mor, Botafogo ou Alumasa, ou de qualidade igual, equivalente ou superior.	ALUMASA	UN	1	R$ 499,99	R$ 499,99	REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA
68	Sanitizadora de piso com no mínimo as seguintes especificações técnicas, com produtividade teórica/prática mínima de 1900 / 1020 m²/h, faixa de Trabalho de 490 mm e faixa de aspiração de 800 mm. Possuir tanque de água limpa com capacidade mínima de 45 litros e tanque de água suja com capacidade mínima de 45 litros, rotação da escova no mínimo 130 rpm e dimensões mínimas de 1000 x 500 x 1000 mm (Comprimento x Largura x Altura). Inclusos no valor: fornecimento do equipamento, entrega, instalação e orientação quanto ao correto funcionamento	Kärcher	UN	1	R$ 22.500,00	R$ 22.500,00	INTELMASTER LTDA
69	Soprador de detritos, manual ou costal, com funcionamento a combustão, motor 2 tempos, com cilindrada mínima de 27,2 cm³, peso máximo aproximado de 3,6 kg, fluxo de ar mínimo de 700 m³/h, com sistema de ignição eficiente, empunhadura ergonômica e estrutura resistente. Equipamento compatível com uso contínuo, com todos os componentes necessários ao pleno funcionamento. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Produto de qualidade igual, equivalente ou superior às marcas Stihl, Husqvarna ou Toyama.	TSSAPER	UN	2	R$ 650,00	R$ 1.300,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
70	ROÇADEIRA A COMBUSTÃO. Roçadeira a combustão de uso profissional, destinada a serviços de roçada, limpeza e manutenção de áreas verdes, vegetação densa e acabamentos em geral, adequada para uso contínuo. Deverá possuir: • Cilindrada mínima: 40 cm³ • Potência mínima: 1,8 kW, equivalente a cerca de 2,4 cv • Rotação máxima compatível com operação profissional, superior a 12.000 rpm • Capacidade mínima do tanque de combustível: 0,60 litro • Peso máximo do equipamento (sem combustível): até 8,5 kg, visando ergonomia e conforto operacional Deverá ser equipada com empunhadura ergonômica, sistema de amortecimento de vibração, cinto/arnês de sustentação, e fornecida com itens de corte compatíveis, tais como lâmina metálica e carretel de fio, adequados ao uso profissional. Serão aceitos produtos de qualidade igual, equivalente ou superior, tendo como referência de mercado as marcas Stihl, Husqvarna e Toyama. Produto fornecido novo, sem uso, em perfeito estado de funcionamento, com garantia mínima de 12 (doze) meses.	ZMAX	UNID	3	R$ 710,00	R$ 2.130,00	REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA
71	CARRINHO DEMARCADOR: Equipamento destinado à demarcação de solo, com estrutura em aço com pintura epóxi, rodas pneumáticas ou emborrachadas, e reservatório para tinta ou cal com sistema de dispersão uniforme, acompanhado dos acessórios necessários ao pleno funcionamento, com garantia mínima de 12 meses ou garantia do fabricante, prevalecendo a mais vantajosa para a Administração. Para fins de referência, serão aceitos equipamentos de qualidade igual, equivalente ou superior aos das marcas Tramontina, Vonder e Buffalo.	FORJAS EMBER	UN	1	R$ 1.350,00	R$ 1.350,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
72	PAINEL DE LED FULL COLOR OUTDOOR P3.91: Tecnologia SMD 3 em 1, gabinete modular em alumínio fundido (500x1000x93mm), mó-dulos de 250x250mm. Pixel pitch 3,91mm, densidade 65.536 pixels/m², brilho 4.500-6.000 cd/m², ângulo de visão 140º (H/V), taxa de atualiza-ção 3840 Hz, processamento 16 bits, contraste 4000:1. Suporte 2K/4K, alimentação AC 220V, vida útil 100.000h. Incluso: cabos e sistema de controle.	Triplo Vision	UN	1	R$ 94.820,00	R$ 94.820,00	SELF STATION AUDIO E VIDEO LTDA
73	Fogão industrial com forno e 06 (seis) bocas, funcionamento em baixa pressão, estrutura em aço carbono com pintura resistente a altas temperaturas ou aço inox, com grelhas em ferro fundido removíveis, queimadores simples e duplos em material resistente, com registro individual de controle de chama. Forno acoplado com capacidade mínima aproximada de 90 litros, com porta em aço ou vidro temperado, isolamento térmico, prateleira interna e controle de temperatura. Dimensões mínimas aproximadas do equipamento: 80 cm de largura, 80 cm de profundidade e 80 cm de altura. Equipamento compatível com gás GLP, com pés fixos ou reguláveis, estável e reforçado. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Produto de qualidade igual, equivalente ou superior às marcas Venâncio, Itajobi ou Metalmaq.	MR FOGÕES	UN	4	R$ 1.240,00	R$ 4.960,00	VMLX ELETRONICOS EIRELI EPP
74	LAVADORA DE ROUPAS AUTOMÁTICA – LAVA E SECA Lavadora de roupas automática do tipo lava e seca, nova, sem uso anterior, em linha de fabricação vigente. Capacidade mínima de 13 (treze) quilogramas para lavagem. Sistema automático de lavagem e secagem integradas, com programas adequados para diferentes tipos de tecidos. Voltagem 110 V ou 220 V, conforme solicitação da Secretaria requisitante. Painel de controle digital ou eletromecânico, de fácil operação. Cesto interno em material resistente e adequado ao uso prolongado. Sistema de segurança compatível com normas técnicas aplicáveis. Acompanha mangueiras, cabos e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento. Garantia mínima de 01 (um) ano, fornecida pelo fabricante ou fornecedor, com assistência técnica autorizada em território nacional.	MUELLER	UN	3	R$ 2.286,00	R$ 6.858,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
76	TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL 200 x 150 cm (FORMATO 4:3) Tela de projeção retrátil manual, indicada para projeção de vídeos, apresentações, aulas e eventos institucionais. Superfície de projeção na cor branca opaca (matte white), proporcionando boa reflexão de luz, nitidez e uniformidade da imagem. Deve possuir sistema de acionamento manual com enrolamento automático por mola, com mecanismo multiponto de parada, permitindo ajuste da altura da tela em diferentes posições conforme necessidade de uso. Estrutura composta por barra superior e inferior em material metálico resistente, com acabamento em pintura eletrostática, garantindo maior durabilidade, resistência a riscos e corrosão. Deve possuir bordas pretas para melhor enquadramento da imagem. Dimensões aproximadas da área de projeção: 200 cm (largura) x 150 cm (altura), com formato de vídeo 4:3, equivalente a aproximadamente 78 polegadas na diagonal. Produto destinado à fixação em parede ou teto, conforme necessidade do ambiente. Produto fornecido novo, sem uso, acompanhado de manual e acessórios necessários para instalação. Não inclui tripé ou sistema elétrico de acionamento. Marcas de referência: Goldentec, TBT, Nardelli, Sumay ou de qualidade igual, equivalente ou superior.	TES	UN	3	R$ 500,00	R$ 1.500,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
77	ARMÁRIO TIPO COLMEIA EM MDF – 08 NICHOS Armário organizador	PERFLEX MOD.	UN	10	R$ 625,00	R$ 6.250,00	OFFICER X MÓVEIS LTDA

	tipo colmeia, confeccionado em MDF, na cor branca, destinado ao armazenamento e organização de materiais em ambientes administrativos, educacionais ou institucionais. Estrutura com dimensões aproximadas de 1,00 m de largura, 1,60 m de altura e 0,40 m de profundidade, dividido internamente em 08 (oito) nichos/colmeias, distribuídos de forma uniforme, com aproximadamente 40 cm em cada compartimento, permitindo melhor organização dos itens armazenados. O móvel deverá possuir base com pés de apoio, garantindo estabilidade e evitando contato direto com o piso. Estrutura resistente, com acabamento adequado para uso institucional, bordas com bom acabamento e superfícies lisas que facilitem a limpeza e conservação.	CL-15/ ESPECIAL					
78	PROJETOR MULTIMÍDIA – RESOLUÇÃO WXGA E BRILHO MÍNIMO DE 3.000 LÚMENS Projetor multimídia destinado à exibição de vídeos, imagens, gráficos e apresentações em ambientes educacionais, administrativos e institucionais. Equipamento com resolução nativa mínima WXGA (1280 x 800), proporção widescreen 16:10, proporcionando imagens amplas e boa definição. Deve possuir brilho mínimo de 3.000 lúmens, garantindo projeção nítida mesmo em ambientes com iluminação moderada. Sistema de projeção com tecnologia LCD, 3LCD ou tecnologia equivalente, capaz de reproduzir cores vivas, uniformes e com boa fidelidade. Capacidade de projeção de tela de grande formato, adequada para apresentações, aulas e exibição de conteúdos multimídia. O equipamento deverá possuir conectividade compatível com diferentes dispositivos, incluindo no mínimo entrada HDMI e USB, permitindo conexão com computadores, notebooks, reprodutores de mídia e outros equipamentos audiovisuais. Deve possuir função de correção de distorção de imagem (keystone) para ajuste de alinhamento da projeção, bem como lâmpada com vida útil prolongada, preferencialmente de até 12.000 horas em modo econômico ou equivalente, garantindo maior durabilidade e menor custo de manutenção. Produto fornecido novo, sem uso, acompanhado de cabo de alimentação, controle remoto, manual do usuário e demais acessórios necessários para funcionamento. Marcas de referência: Epson, BenQ ou ViewSonic, ou de qualidade igual, equivalente ou superior.	MSE	UN	1	R$ 1.149,99	R$ 1.149,99	FREEDOM DO BRASIL LTDA
79	FORNO ELÉTRICO DE EMBUTIR – CAPACIDADE APROXIMADA DE 48 LITROS Forno elétrico de embutir, destinado ao preparo e aquecimento de alimentos, adequado para uso em cozinhas institucionais ou administrativas. Equipamento com capacidade aproximada de 48 litros, na cor branca, com instalação tipo embutir. Deve possuir potência aproximada de 1.700 W a 1.800 W, com controle de funcionamento por sistema eletromecânico, permitindo ajuste de temperatura e seleção das funções de aquecimento. Estrutura com acabamento frontal em aço-carbono pintado ou material equivalente, garantindo resistência e durabilidade. Porta do forno com vidro duplo temperado ou serigrafado, proporcionando melhor isolamento térmico e maior segurança durante o uso. Abertura da porta vertical, com puxador em alumínio anodizado escovado ou material equivalente, resistente ao calor e ao uso contínuo. Produto fornecido novo, sem uso, acompanhado de manual e acessórios necessários para instalação e funcionamento. Marca de referência: Fischer, Mueller ou Philco, ou de qualidade igual, equivalente ou superior.	FISCHER	UN	1	R$ 1.033,00	R$ 1.033,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
80	Emplastificadora 5 em 1, com potência de 265 W e tensão de 110 V, largura de entrada de 230 mm, velocidade de laminação de 250 mm/min, espessura máxima de laminação de 0,5 mm, temperatura de operação de 110 °C a 130 °C e tempo de aquecimento de 3 a 5 minutos. Equipamento com funções de laminação quente e fria, botão liga/desliga, medindo aproximadamente 385 mm x 135 mm x 100 mm. Inclui refiladora com regulagem para cortes reto, micro serrilhado e ondulado, além de cortador de canto arredondado. Marcas de referência: Mazzilli, GBC, Fellowes, de qualidade igual, equivalente ou superior.	LORBEN	un	1	R$ 445,00	R$ 445,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
81	Mesa para escritório em formato em “L”, com dimensões totais aproximadas de 157 cm de largura (lado principal) x 122,4 cm (lado secundário) x 73,9 cm de altura e profundidade de 45 cm, confeccionada em painéis de MDP de 15 mm com acabamento em pintura UV. O produto deve possuir duas gavetas com corrediças metálicas, três portas com prateleiras internas para organização de materiais, puxadores em alumínio e acabamento adequado para escritório, sendo necessário montagem no local. O móvel deve apresentar acabamento também na parte posterior, permitindo utilização como divisor de ambientes, e suportar distribuição de cargas compatível com uso normal em ambientes corporativos ou administrativos. Cor conforme solicitação na secretária	PHOR/L	un	1	R$ 800,00	R$ 800,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
82	MESA PARA ESCRITÓRIO COM 02 GAVETAS E FECHADURA Mesa para escritório, com 02 (duas) gavetas, sendo ao menos 01 (uma) com fechadura e chave, adequada para uso administrativo. Estrutura e tampo confeccionados em material resistente, com acabamento apropriado para uso contínuo em ambiente de trabalho, devendo possuir cantos arredondados ou protegidos por perfil de acabamento, visando maior segurança e durabilidade. Dimensões mínimas: Largura mínima: 1,50 m Profundidade mínima: 0,60 m Altura mínima: 0,74 m Acabamento em cores neutras, tais como preto, cinza ou madeira escura (nogal, tabaco ou similar). Produto fornecido novo, sem uso	MARTINUCCI	UN	12	R$ 518,33	R$ 6.219,96	PRIMAX IND. E COM. DE MOVEIS LTDA-ME
83	Estante de aço com 05 (cinco) prateleiras reguláveis, com dimensões mínimas de 1,98 m de altura, 0,92 m de largura e 0,40 m de profundidade, com capacidade mínima de 80 kg por prateleira, distribuídos uniformemente. Estrutura em aço carbono, com prateleiras em chapa de aço de espessura mínima de 0,50 mm e colunas com espessura mínima de 1,20 mm. Sistema de regulagem por encaixe ou parafusado, com montagem desmontável, acompanhando todos os acessórios necessários. Acabamento em pintura eletrostática a pó, com tratamento anticorrosivo, na cor cinza ou equivalente. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Produto de qualidade igual, equivalente ou superior às marcas Pandin, Amapá ou Metalponta.	NOBRE	UN	2	R$ 348,00	R$ 696,00	REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA
84	ARQUIVO PARA PASTAS SUSPENSAS – 04 GAVETAS COM FECHADURA Arquivo vertical para uso administrativo, destinado ao acondicionamento de pastas suspensas padrão, confeccionado em aço ou material equivalente, com 04 (quatro) gavetas independentes, dotadas de sistema de deslizamento adequado e fechadura com chave. Deverá possuir estrutura resistente para uso contínuo em ambiente institucional, com capacidade compatível com pastas suspensas padrão, permitindo abertura e fechamento suaves das gavetas. Dimensões mínimas externas do conjunto: Altura mínima: 1,30 m Largura mínima: 46 cm Profundidade mínima: 60 cm Produto fornecido novo, sem uso, em perfeito estado.	PROPRIA	UN	2	R$ 1.080,00	R$ 2.160,00	DSE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS DE AÇO LTDA
85	MESA DE REUNIÃO PARA 12 LUGARES Mesa de reunião destinada a acomodar até 12 (doze) lugares, com estrutura reforçada, adequada para uso contínuo em ambiente corporativo e institucional. Deverá possuir tampo confeccionado em MDF com espessura mínima de 25 mm, com bordas arredondadas ou protegidas por perfil de acabamento, e pés/estrutura confeccionados em aço ou material estrutural equivalente, garantindo estabilidade, resistência mecânica e durabilidade. Dimensões mínimas: Comprimento mínimo: 3,00 m Largura mínima: 1,10 m Altura mínima: 0,74 m Acabamento em cores neutras de fácil manutenção, tais como preto, cinza ou madeira escura (nogal, tabaco ou similar). Produto fornecido novo, sem uso	VIANFLEX	UN	1	R$ 2.552,00	R$ 2.552,00	V3 ELETRÔNICOS E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA
86	Cadeira empilhável confeccionada em polipropileno, do tipo monobloco, na cor branca, sem braços, com assento e encosto integrados. Produto fornecido novo, sem uso, em perfeito estado.	REI DO PLASTICO	UN	500	R$ 46,00	R$ 23.000,00	VERTICE COMERCIO DE ARTIGOS DE PLASTICOS LTDA

87	Furadeira/parafusadeira a bateria, com alimentação por bateria de lítio 18 V, fornecida em kit com 02 (duas) baterias recarregáveis, com capacidade mínima de 2,0 Ah cada, mandril de aperto rápido com capacidade mínima de 13 mm, mínimo de 2 (duas) velocidades mecânicas, torque mínimo de 50 Nm, ajuste de torque com múltiplas posições incluindo modo perfuração, rotação sem carga de até 500 rpm na primeira velocidade e até 2.000 rpm na segunda velocidade, sistema de reversão de rotação, controle eletrônico de velocidade, iluminação auxiliar por LED, acompanhada de carregador bivolt automático (110/220 V), maleta para transporte e acessórios necessários ao funcionamento, produto novo, sem uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses. Produto de qualidade igual, equivalente ou superior aos modelos das marcas Bosch, Makita e DeWalt.	HANABÍ	UN	3	R$ 706,66	R$ 2.119,98	54.045.261 GISIANE EICHELBERGER DOS SANTOS
88	FURADEIRA ELÉTRICA DE IMPACTO Furadeira elétrica de impacto, com cabo de alimentação, destinada a uso geral em atividades administrativas e de manutenção predial leve, adequada para perfurações em madeira, metal e alvenaria. Deverá possuir as seguintes características mínimas: Potência mínima: 550 W Sistema de impacto acionável Rotação variável, com velocidade compatível com uso geral Mandril de aperto rápido de 1/2″ (13 mm) Função reversível (direita/esquerda) Empunhadura ergonômica, com isolamento elétrico Cabo elétrico com comprimento mínimo de 2 metros Produto fornecido novo, sem uso, em perfeito estado de funcionamento, com garantia mínima de 12 (doze) meses. Serão aceitos produtos de qualidade igual, equivalente ou superior, tendo como referência de mercado as marcas Bosch, Makita e DeWalt.	EOS	UNI	2	R$ 190,00	R$ 380,00	54.045.261 GISIANE EICHELBERGER DOS SANTOS
89	CADEIRA FIXA ESTOFADA PRETA ASSENTO– medindo 45 x 42 cm e 45 cm de altura ao chão. com espuma injetada de 50 mm revestido em tecido ou courvin com acabamento em perfil ENCOSTO– medindo 42 x 36 cm em compensado de 15 mm com espuma injetada de 50 mm revestido em tecido ou courvin com acabamento em perfil. ESTRUTURA– em tubos de aço industrial medindo 20 x 20 mm na parede 1,8 mm para os pés e encosto e barra de reforço. Metálica fabricada em tubo de aço industrial tratados por conjuntos de banhos químicos para proteção e longevidade da estrutura, interligados por solda MIG e pintados através do sistema eletrostático epóxi pó. PONTEIRA– antiderrapantes e também com a função de proteção da pintura em formato quadrado medindo 10cm de altura por 2cm de largura por 2cm de comprimento, fabricadas em polipropileno injetadas na mesma cor do assento e encosto (função da ponteira é de evitar a oxidação em contato com a água).	Papiros moveis	UN	16	R$ 134,37	R$ 2.149,92	PAPERFLEX COMERCIAL LTDA
90	Motosserra a combustão, nova, de uso profissional, indicada para corte de madeira de médio e grande porte, equipada com motor 2 tempos, com cilindrada mínima de 70 cm³ e potência mínima de 3,8 kW, sabre com comprimento mínimo de 45 cm (18") e máximo de 50 cm (20"), sistema de ignição eletrônica, sistema antivibração, freio de corrente de acionamento rápido, bomba de óleo automática ou regulável, sistema de fácil acesso ao filtro de ar, tanque de combustível com capacidade mínima de 0,60 litros, peso máximo de até 6,5 kg sem conjunto de corte. O equipamento deverá acompanhar sabre, corrente compatível, capa de proteção do sabre, manual de instruções em português e kit básico de ferramentas. Deverá ser entregue novo, sem uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. O produto ofertado deverá ser igual ou de qualidade equivalente ou superior, atendendo integralmente às especificações técnicas descritas, tendo como marcas de referência reconhecidas no mercado: STIHL (modelo equivalente à categoria da MS 382), Husqvarna (modelo equivalente da linha profissional) ou Toyama (linha profissional equivalente), sendo admitidas outras marcas desde que comprovadamente atendam às especificações mínimas exigidas e apresentem padrão de qualidade igual ou superior às marcas de referência indicadas.	STIHL	UN	2	R$ 4.229,99	R$ 8.459,98	HOME E MAQUINAS LTDA
91	Motosserra a combustão, equipada com motor 2 tempos, movida a gasolina, com cilindrada mínima de 40 cm³, potência mínima de 1,8 kW, sabre com comprimento mínimo de 18 polegadas, corrente compatível com o sabre fornecido, sistema de lubrificação automática da corrente, freio de corrente com acionamento manual e por inércia, sistema de partida manual, empunhaduras com proteção, tanques de combustível e óleo integrados, fornecida com sabre, corrente, capa protetora do sabre e ferramentas básicas para manutenção, produto novo, sem uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses. Produto de qualidade igual, equivalente ou superior aos modelos das marcas Stihl, Husqvarna e Makita.	Vulcan	UN	2	R$ 850,00	R$ 1.700,00	STP COMERCIAL LTDA
92	Esmerilhadeira elétrica angular, potência mínima de 800 W, tensão 127 V ou 220 V, conforme solicitação da Secretaria requisitante, diâmetro do disco de 115 mm ou 125 mm, rotação sem carga mínima de 10.000 rpm, eixo compatível com discos padronizados do mercado, empunhadura lateral auxiliar, capa de proteção do disco, interruptor com sistema de segurança, fornecida com chave para troca de disco, produto novo, sem uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses. Produto de qualidade igual, equivalente ou superior aos modelos das marcas Bosch, Makita e DeWalt.	HANABI	UN	2	R$ 220,00	R$ 440,00	54.045.261 GISIANE EICHELBERGER DOS SANTOS
93	Riscadeira manual para piso e porcelanato, com capacidade de corte aproximada de até 125 cm, indicada para corte de pisos cerâmicos e porcelanatos. Deverá possuir base reforçada em aço ou alumínio, trilho guia com deslizamento suave, sistema de corte com roldana em metal duro (vídia) e alavanca para pressão e quebra da peça. Equipamento novo, resistente para uso em serviços de construção e manutenção, com garantia mínima de 12 (doze) meses. Marcas de referência: Cortag, Sigma, Rubi ou de qualidade igual, equivalente ou superior.	HESSEN	UN	2	R$ 1.625,00	R$ 3.250,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
94	AR-CONDICIONADO SPLIT 30.000 BTUS – CICLO FRIO. Ar-condicionado do tipo Split, com capacidade mínima de refrigeração de 30.000 BTUs, operação em ciclo frio, equipado com compressor convencional (sistema liga/desliga), utilizando gás refrigerante R-410A ou equivalente ambientalmente permitido. O equipamento deverá possuir sistema de filtragem do ar para retenção de partículas em suspensão e distribuição de ar por aletas móveis. Deverá dispor, no mínimo, de função Sleep, Timer programável, modo de desumidificação e múltiplas velocidades de ventilação. Composto por unidade evaporadora interna e unidade condensadora externa, próprio para instalação em parede, com alimentação elétrica conforme padrão do fabricante. O produto deverá ser fornecido novo, sem uso, em embalagem original, acompanhado de controle remoto, manual do usuário e demais acessórios padrão de fábrica. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses para o produto como um todo, abrangendo unidade evaporadora, unidade condensadora e demais componentes, contada a partir do recebimento definitivo. O compressor deverá possuir garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, conforme política do fabricante, sem prejuízo de prazos superiores eventualmente ofertados, desde que comprovados em documentação oficial. Serão aceitos equipamentos de qualidade igual, similar ou equivalente aos das marcas de referência TCL, LG, Samsung, Midea e Elgin, desde que atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas.	VIX	und	2	R$ 4.530,00	R$ 9.060,00	GENIAL ATACADO E VAREJO LTDA
95	FURADEIRA DE BANCADA – CAPACIDADE 16 MM (5/8″) Furadeira de bancada destinada à perfuração em madeira, metal e materiais similares, com capacidade de furação de 3 mm a 16 mm (5/8″). Equipamento com rotação máxima aproximada de até 3.100 rpm, mandril compatível com brocas de até	Intech	UN	1	R$ 1.005,39	R$ 1.005,39	REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA

	16 mm, mesa de trabalho regulável e base robusta para maior estabilidade. Motor elétrico 127 V, com sistema de transmissão por correias ou equivalente, adequado para uso em oficinas, manutenção e serviços técnicos. Produto fornecido novo, sem uso, acompanhado de manual e acessórios padrão de fábrica, com garantia mínima de 12 (doze) meses. Serão aceitos equipamentos de qualidade igual ou superior aos das marcas Schulz, Vonder, Motomil ou Menegotti.						
96	SERRA POLICORTE DE BANCADA – DISCO 14″ Serra policorte de bancada destinada ao corte de metais e perfis metálicos, equipada com motor elétrico de potência mínima de 2.400 W, rotação sem carga aproximada de 3.800 rpm e disco de corte de 14 polegadas (355 mm) com furo de 25,4 mm. Capacidade mínima de corte aproximada: 100 × 196 mm (retangular), 119 × 119 mm (quadrado) e 130 × 130 mm (perfil em L) em 0°, permitindo também corte em esquadria de até 45°. Equipamento com base reforçada, sistema de fixação da peça e proteção do disco. Peso aproximado de 18 kg. Produto fornecido novo, sem uso, com garantia mínima de 12 meses. Serão aceitos equipamentos de qualidade igual ou superior aos das marcas Bosch, Makita, DeWalt, Vonder ou Motomil.	WAP	UN	1	R$ 1.200,00	R$ 1.200,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
97	Bisturi elétrico com potência mínima de até 165 W, com modos de corte e coagulação, controles ajustáveis, compatível com uso hospitalar, acompanhado de acessórios básicos, fornecido novo, com garantia mínima de 12 (doze) meses, atendendo às normas técnicas aplicáveis.	EMAI / BP	UN	1	R$ 7.875,00	R$ 7.875,00	STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.
03 – **CONVOCAR** as empresas acima nominadas, vencedoras dos Lotes acima descritos, para no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da publicação da homologação, para encaminhar, via e-mail, as Atas de registro de preços ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar a Ata de Registro de Preço referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 30 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:6F68DFF8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13613/2026 DE 17/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026

Decreto n° 13613/2026 de 17/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025. Decreta: Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$53.980,00 (cinquenta e três mil e novecentos e oitenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09		SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCA	
09.003		DEPART DE PESCA E AGRICULTURA	
09.003.20.334.0024.1.079		AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	
348 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	53.980,00
Total Suplementação:			53.980,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
09		SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCA	
09.003		DEPART DE PESCA E AGRICULTURA	
09.003.20.334.0024.1.012		CONSTRUCAO, REFORMA E ADEQU. DOS EQUIP. PUBL. VINCULADOS A PESCA	
347 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	23.990,00
09.003.20.334.0024.1.080		PAVIMENTACAO DE ESTRADAS RURAIS	
349 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	29.990,00
Total Redução:			53.980,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 17 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:B9193AE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13617/2026 DE 18/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13617/2026 de 18/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$111.000,00 (cento e onze mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		PROCURADORIA GERAL	
05.001		DIRETORIA GERAL	
05.001.02.062.0005.2.011		GERENCIAMENTO DE ASSUNTOS JURIDICOS	
86 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	111.000,00
		Total Suplementação:	111.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO, INOVACAO E TECNOLOGIA	
03.001		DIRETORIA GERAL	
03.001.04.122.0003.2.007		GESTAO DA ADMINISTRACAO MUNICIPAL	
48 - 3.3.90.37.00.00	1000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	52.000,00
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
06.001		DIRETORIA GERAL	
06.001.08.244.0007.1.067		PROJETO BARRACAO INDUSTRIAL I	
99 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	49.900,00
06.001.08.244.0007.2.015		GESTAO DO CONSELHO TUTELAR	
134 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.100,00
		Total Redução:	111.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:433C7BDF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11884/2026

Súmula: Concede Progressão Funcional aos servidores listados neste decreto.

Art. 1º O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, Concede Progressão Funcional referente ao ano de 2025, aos Servidores Municipais indicados a seguir, todos pertencentes ao Grupo Ocupacional Magistério, conforme disposto nas Leis Municipais nº. 12/2001, 03/2006 e 50/2006, e ainda, o contido no Edital nº. 01/2026-CPAM:

MAT.	NOME	CARGO	PADRÃO	NIVEL/CLASSE
2597	ADRIANO DE LARA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	1°	IV - B
2649	ANA CÉLIA BRIÃO DE SOUZA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	1°	IV - C
1681	GERSON GONÇALVES DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	1°	IV - C
2599	GRACE KELLY ROSSI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	1°	IV - D
5719	PRISCILA AFONSO MAGALHÃES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	1°	IV - C
2657	SCHEILA MORAIS DA ROSA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	1°	IV - E
5747	WELINGTON PADILHA RODRIGUES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	1°	IV - B
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**PADRÃO**	**NIVEL/CLASSE**
1031	ANDRÉA MITSUKO PUCCI BERLESI	PROFESSOR MLPE	1°	IV - E
5960	ANGÉLICA CRISTINA DE OLIVEIRA	PROFESSOR MLPE	1°	IV - B
5328	CARINA MACCALLI	PROFESSOR MLPE	1°	IV - B
5684	CAROLINE ALBERTI	PROFESSOR MLPE	1°	IV - B
2224	CELIA PETSCH BARBOSA	PROFESSOR MLPE	1°	IV - C
5357	CLEIA LUIZA COLLERE	PROFESSOR MLPE	1°	IV - C
913	CLEIDEMAR DUPINSKE SBRISSIA	PROFESSOR MLPE	1°	IV - E
957	CRISTILIANE VALERIO DE ANDRADE	PROFESSOR MLPE	2°	IV - E

2222	CRISTINA GODOY	PROFESSOR MLPE	1°	IV - E
987	DEISE CRISTINA DE TOLEDO ANDREOTTI ZORNOFF	PROFESSOR MLPE	1°	IV - H
5429	DEISEANI CORREA ROSENENTE DOMINGUES	PROFESSOR MLPE	1°	IV - B
991	DINANI PRODOSSIMO RIBEIRO PINTO	PROFESSOR MLPE	2°	V - B
5437	DIRCE APARECIDA ALMEIDA DE SOUZA	PROFESSOR MLPE	1°	IV - B
6918	EDNA CRISTINA AMATTI MARTINS	PROFESSOR MLPE	1°	IV - B
2232	ELOIZE ASSUMPÇÃO KAMINSKI	PROFESSOR MLPE	1°	IV - C
2285	FABIANNY DE SOUZA CUNHA OLIVEIRA	PROFESSOR MLPE	1°	IV - C
2656	GIANCARLA RODRIGUES FERRARINE	PROFESSOR MLPE	1°	IV - D
5391	GIANCARLA RODRIGUES FERRARINE	PROFESSOR MLPE	2°	IV - B
5687	GRACIELE ALVES PIRES	PROFESSOR MLPE	1°	IV - C
5693	IVONE ARROIO DA SILVA	PROFESSOR MLPE	1°	IV - C
1494	IZALTINA VICENTE CARNEIRO	PROFESSOR MLPE	2°	IV - F
5702	JEANNE CAROLLINE FILUS PAULA	PROFESSOR MLPE	1°	IV - C
5749	JESSICA FRANCIELE RUZENENTE LOBAS FERNANDES	PROFESSOR MLPE	1°	IV - C
5688	JESSIKA APARECIDA DOS PASSOS FREITAS	PROFESSOR MLPE	1°	IV - C
5452	JULIANA KENAP	PROFESSOR MLPE	1°	IV - B
5961	KARINE ALESSANDRA DOS SANTOS SIMBA	PROFESSOR MLPE	1°	IV - B
2348	KATIUSCIA BUTZKE MORAIS	PROFESSOR MLPE	1°	IV - D
174	LUCIANA SIMIONI ANDREATTA	PROFESSOR MLPE	1°	IV - F
4284	MANUELA CELESTINE CORGAS DA SILVA	PROFESSOR MLPE	1°	IV - B
947	MARIA CAMPOS DE ALMEIDA	PROFESSOR MLPE	1°	IV - F
5714	MARIA IVETE DA SILVA WALEK	PROFESSOR MLPE	1°	IV - B
5398	MARISA FATIMA KUKUL	PROFESSOR MLPE	1°	IV - B
216	MARLENE DO PERPETUO SOCORRO PIRES DA SILVA	PROFESSOR MLPE	1°	IV - G
2654	MEIRE VIDOLIN PEREIRA	PROFESSOR MLPE	1°	IV - C
2226	OSANA RIBEIRO DO VALE MARTINS	PROFESSOR MLPE	1°	IV - B
5406	OSANA RIBEIRO DO VALE MARTINS	PROFESSOR MLPE	2°	IV - B
618	RAQUEL MUCENIEKS COLUCCI	PROFESSOR MLPE	1°	IV - G
5957	RAQUEL PEREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR MLPE	1°	IV - C
286	SELMA MARIA FERRARINI CROZETTA	PROFESSOR MLPE	1°	IV - E
5707	SILVIO LUIZ LIMA DE LIMA	PROFESSOR MLPE	1°	IV - C
6910	SIMONE FRACARO RIBEIRO LAGE	PROFESSOR MLPE	1°	IV - B
2231	SOELI DE FATIMA CORDEIRO OTTO	PROFESSOR MLPE	1°	IV - E
5704	THAIS REGINA DE OLIVEIRA GODOY VIANA	PROFESSOR MLPE	1°	IV - B
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**PADRÃO**	**NIVEL/CLASSE**
5623	VANESSA DE MORAES	PROFESSOR DE ARTES	1°	IV - B
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**PADRÃO**	**NIVEL/CLASSE**
5733	TADEU APARECIDO MALAQUIAS	PROFESSOR DE MÚSICA	1°	V - B
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**PADRÃO**	**NIVEL/CLASSE**
5944	CIDIANE APARECIDA GARCIA	PROFESSOR MLPA	1°	III - B
5396	ELAINE CRISTINA VODAN	PROFESSOR MLPA	2°	III - B
6917	FABIANA MOCELLIN	PROFESSOR MLPA	1°	III - B
6913	FERNANDA BENATO PAMPUCHE CORREA	PROFESSOR MLPA	1°	III - B
1419	ROSIMEIRE DE OLIVEIRA DIAS	PROFESSOR MLPA	1°	III - B
6907	SIMONE GUIMARÃES	PROFESSOR MLPA	1°	III - B

Art. 2° Este decreto entra em vigor a partir de 01 de Agosto de 2026.

Quatro Barras, 18 de Agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:8BBCD8A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 004/2026

Edital 004/2026
PREFEITURA MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE – PARANÁ
CONCURSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP
EDITAL Nº 001/2026

O **Sr. EVERTON CASSIO ZANUTO**, **Prefeito do Município de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná**, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições contidas no **Edital nº 001/2026**, **RESOLVE** tornar público o **Edital Preliminar de Deferimento e Indeferimento das Inscrições dos candidatos PcD, dos pedidos de isenção da taxa de inscrição, dos candidatos** Afrodescendente**, dos doadores de medula óssea e das solicitações de outras condições especiais, conforme segue.**

Relação Geral:

1º. Ficam **DEFERIDAS PRELIMINARMENTE** as **Inscrição** dos candidatos abaixo relacionados, que se declararam **AFRODESCENDENTES,** como segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
41444	Leandro Farias Fagundes	01 - Agente Comunitário de Saúde	Afrodescendente

39826	Bruno Aparecido Pereira Lima	02 - Agente de Endemias	Afrodescendente
40420	Clarice Batista de Oliveira	02 - Agente de Endemias	Afrodescendente
40482	Claudio Henrique Rodrigues Fantinati	02 - Agente de Endemias	Afrodescendente
40017	Cristiano Santana Borges	02 - Agente de Endemias	Afrodescendente
40481	Dineusa Rodrigues do Nascimento	02 - Agente de Endemias	Afrodescendente
40913	Flavia Santos Silva	02 - Agente de Endemias	Afrodescendente
40415	Valmir Ribeiro da Silva	02 - Agente de Endemias	Afrodescendente
40613	Sabrina Thamyres de Souza	04 - Arquiteto	Afrodescendente
39371	Elisa dos Santos Rodrigues	05 - Assistente Social	Afrodescendente
39994	Evens Pierre	05 - Assistente Social	Afrodescendente
39482	Geovani dos Santos da Silva	05 - Assistente Social	Afrodescendente
40573	Gilda Gomes Alves	05 - Assistente Social	Afrodescendente
40382	Luzia Batista dos Santos	05 - Assistente Social	Afrodescendente
39687	Marcos Vieira Brandao	05 - Assistente Social	Afrodescendente
40384	Rosenilda Batista Pereira	08 - Auxiliar de Enfermagem	Afrodescendente
40009	Thais de Souza dos Santos	08 - Auxiliar de Enfermagem	Afrodescendente
40167	Brunna de Oliveira Pereira	09 - Cirurgião Dentista	Afrodescendente
39450	Gabrielle Lopes de Souza	09 - Cirurgião Dentista	Afrodescendente
41411	Pablo Henrique Lima Cavalcante	09 - Cirurgião Dentista	Afrodescendente
39523	Cleitson Rodrigo Ribeiro	10 - Coletor de Lixo	Afrodescendente
39914	Rafael Jose Lima da Silva	11 - Contador	Afrodescendente
40698	Carlos Henrique Cordeiro	12 - Controlador Interno	Afrodescendente
40560	Emerson Emanoel Silva Pereira	12 - Controlador Interno	Afrodescendente
39383	Faena Gabriela Ehlers da Silva	12 - Controlador Interno	Afrodescendente
39865	Filipe Magalhães Marcelino de Oliveira	12 - Controlador Interno	Afrodescendente
40386	Guilherme Jose Goncalves dos Santos	12 - Controlador Interno	Afrodescendente
40704	Diego Paulino	15 - Enfermeiro	Afrodescendente
39803	Edielica Neves de Oliveira	15 - Enfermeiro	Afrodescendente
40080	Franciele Cardoso de Souza	15 - Enfermeiro	Afrodescendente
39434	Rosangela Mendes Batista Alves	15 - Enfermeiro	Afrodescendente
39749	Tamiris Marina Ortega Fagundes	15 - Enfermeiro	Afrodescendente
39411	Bruno da Silva Pasquino	17 - Engenheiro Civil	Afrodescendente
40270	Danilo Morais Mota	18 - Escriturário	Afrodescendente
39856	Douglas Gabriel da Silva	18 - Escriturário	Afrodescendente
40599	Eduarda de Jesus do Nascimento	18 - Escriturário	Afrodescendente
40184	José Claudio Batista de Oliveira	18 - Escriturário	Afrodescendente
40411	Marcelo dos Santos	18 - Escriturário	Afrodescendente
40419	Mario Alceu Teles Medeiros	18 - Escriturário	Afrodescendente
40970	Ponciane Lopes da Silva	18 - Escriturário	Afrodescendente
40324	Allan Vinicius Felismino de Oliveira	20 - Fiscal de Tributos	Afrodescendente
39797	Geilza Garatini	20 - Fiscal de Tributos	Afrodescendente
40381	Nathalia Fernanda dos Santos Silva	20 - Fiscal de Tributos	Afrodescendente
40606	Pedro Pereira de Souza Júnior	20 - Fiscal de Tributos	Afrodescendente
39760	Silmax Correia Borges	20 - Fiscal de Tributos	Afrodescendente
40724	Wendel Junior Rodrigues Souza	20 - Fiscal de Tributos	Afrodescendente
39599	Edneia Maria dos Santos	22 - Fisioterapeuta	Afrodescendente
39633	Maria Alice Veiga Colognese	22 - Fisioterapeuta	Afrodescendente
39705	Amanda Rodrigues de Souza	24 - Médico Clínico Geral	Afrodescendente
40308	Ananda Valquiria Moura dos Santos	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Afrodescendente
40396	Ademilson Pereira de Souza	29 - Motorista II	Afrodescendente
39360	Matheus Gomes dos Santos de Araujo	29 - Motorista II	Afrodescendente
40055	Paulo Roberto dos Santos	29 - Motorista II	Afrodescendente
40193	Cristian Pereira do Nascimento	32 - Procurador Municipal	Afrodescendente
41427	Evanei de Jesus Souza	32 - Procurador Municipal	Afrodescendente
39734	Gabriela da Silva	32 - Procurador Municipal	Afrodescendente
40500	Josiane Flores Munis da Silva	32 - Procurador Municipal	Afrodescendente
39744	Lorrane Ferreira da Cunha	32 - Procurador Municipal	Afrodescendente
40764	Lucas Willian Santos de Souza	32 - Procurador Municipal	Afrodescendente
40437	Marciel Alves Ferreira	32 - Procurador Municipal	Afrodescendente
40702	Alessandra Pereira da Cruz	33 - Professor	Afrodescendente
41027	Aline Aparecida Teodoro	33 - Professor	Afrodescendente
40074	Emanuely Velozo Aragao	33 - Professor	Afrodescendente
39988	Erica Thayrini Pereira dos Anjos	33 - Professor	Afrodescendente
39490	Ester de Araujo Pinheiro	33 - Professor	Afrodescendente
39802	Francielli Maciel Azevedo	33 - Professor	Afrodescendente
40668	Marilene Lais Pereira dos Santos de Oliveira	33 - Professor	Afrodescendente
40812	Monica Vieira Dutra	33 - Professor	Afrodescendente
39594	Suzana Rodrigues da Silva Gomes	33 - Professor	Afrodescendente
39990	Viviane Marques dos Santos Krachinski	33 - Professor	Afrodescendente
40346	Patricia Heidrich Pereira	34 - Professor de Língua Inglesa	Afrodescendente
39628	Dominique Angélica dos Santos Passos	35 - Psicólogo	Afrodescendente
39586	Flavia Gisele dos Santos Carnizal	35 - Psicólogo	Afrodescendente
39617	Janaina Gomes de Souza	35 - Psicólogo	Afrodescendente
39515	Larissa Ascanio	35 - Psicólogo	Afrodescendente
39611	Larissa Felix Araújo	35 - Psicólogo	Afrodescendente
40961	Rozilene Mendes Batista de Almeida	37 - Telefonista	Afrodescendente
40406	Adevair Aparecido de Oliveira	39 - Vigia	Afrodescendente
39489	Daniel Silva Pires	39 - Vigia	Afrodescendente
41401	Elaine Beatriz Araujo Ribeiro	39 - Vigia	Afrodescendente
41423	Eucilene Ramos Pereira da Silva Andrade	39 - Vigia	Afrodescendente
41428	Gabriel Rodrigues dos Santos	39 - Vigia	Afrodescendente
41223	Renata dos Santos Rosa	39 - Vigia	Afrodescendente

2º. Ficam **DEFERIDAS PRELIMINARMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que comprovaram sua inscrição no Cadastro Único, estabelecido no **Edital nº 001/2026,** conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
39826	Bruno Aparecido Pereira Lima	02 - Agente de Endemias	Cadastro Único

40420	Clarice Batista de Oliveira	02 - Agente de Endemias	Cadastro Único
40117	Josenilda Leal de Brito Kehl Pereira	02 - Agente de Endemias	Cadastro Único
39613	Orlei Dziurkowski	02 - Agente de Endemias	Cadastro Único
39733	Juliana Claudia Fantinati	04 - Arquiteto	Cadastro Único
40316	Marcio Rodrigues Dias	04 - Arquiteto	Cadastro Único
39818	Caroline Aparecida Marques de Brito	05 - Assistente Social	Cadastro Único
39473	Claudenice Aparecida da Silva	05 - Assistente Social	Cadastro Único
40522	Dandara Raiane de Paula	05 - Assistente Social	Cadastro Único
39855	Jucelia Aparecida de Ramos	05 - Assistente Social	Cadastro Único
40076	Jéssica Chaiane Pacheco Malonyai	05 - Assistente Social	Cadastro Único
40382	Luzia Batista dos Santos	05 - Assistente Social	Cadastro Único
39554	Marcos Lopes de Carvalho	05 - Assistente Social	Cadastro Único
39820	Queli do Nascimento da Silva	05 - Assistente Social	Cadastro Único
39498	Antonia Uberlandia Queiroz Nascimento	06 - Auxiliar Administrativo	Cadastro Único
40421	Ana Beatriz Barbara de Haro	07 - Auxiliar Cirurgião Dentista	Cadastro Único
41397	Lucinete Maria Rodrigues	08 - Auxiliar de Enfermagem	Cadastro Único
40032	Marcia Aparecida Forcato de Oliveira Pereira	08 - Auxiliar de Enfermagem	Cadastro Único
39630	Clarice Moreira Duarte	09 - Cirurgião Dentista	Cadastro Único
39756	Felipe Souza de Moura Balancieri	09 - Cirurgião Dentista	Cadastro Único
39775	Karyn Rodrigues Viana	09 - Cirurgião Dentista	Cadastro Único
40136	Alexandre Kehl Pereira	11 - Contador	Cadastro Único
40386	Guilherme Jose Goncalves dos Santos	12 - Controlador Interno	Cadastro Único
39671	Keilla Jaiane Batista de Oliveira	12 - Controlador Interno	Cadastro Único
39460	Pedro Augusto Severo Josefi	12 - Controlador Interno	Cadastro Único
40808	Juliana dos Santos Ferreira Sena	14 - Cozinheiro	Cadastro Único
40338	Sirlei Aparecida Bezerra dos Santos	14 - Cozinheiro	Cadastro Único
39700	Ivanildo Cardoso Campos	17 - Engenheiro Civil	Cadastro Único
39478	Jose Marcos Alves de Oliveira	17 - Engenheiro Civil	Cadastro Único
40270	Danilo Morais Mota	18 - Escriturário	Cadastro Único
39856	Douglas Gabriel da Silva	18 - Escriturário	Cadastro Único
40599	Eduarda de Jesus do Nascimento	18 - Escriturário	Cadastro Único
40532	Jessica Cristina de Oliveira Piveta	18 - Escriturário	Cadastro Único
40184	José Claudio Batista de Oliveira	18 - Escriturário	Cadastro Único
40164	Karen de Sousa Gimenes	18 - Escriturário	Cadastro Único
40719	Shelder Malaquias dos Santos Leal	18 - Escriturário	Cadastro Único
39810	Silvia Clarice da Costa	18 - Escriturário	Cadastro Único
39891	Adrian Daniel Piveta	20 - Fiscal de Tributos	Cadastro Único
40507	Andressa Fernanda Valentini	20 - Fiscal de Tributos	Cadastro Único
39797	Geilza Garatini	20 - Fiscal de Tributos	Cadastro Único
40381	Nathalia Fernanda dos Santos Silva	20 - Fiscal de Tributos	Cadastro Único
39439	Lucelia Aparecida Ribeiro	21 - Fiscal Municipal	Cadastro Único
39599	Edneia Maria dos Santos	22 - Fisioterapeuta	Cadastro Único
39738	Lara Eduarda Camargo de Oliveira	23 - Fonoaudiólogo	Cadastro Único
39808	Joao Alexandre de Oliveira Paz	24 - Médico Clínico Geral	Cadastro Único
40740	Eduarda Oliveira Perin	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Cadastro Único
40039	Elvis Cunha Cotrim Ribeiro	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Cadastro Único
39684	Gabriel Cordova	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Cadastro Único
40746	Gabriel Mahl	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Cadastro Único
39360	Matheus Gomes dos Santos de Araujo	29 - Motorista II	Cadastro Único
40081	Monica Cordeiro dos Santos	30 - Nutricionista	Cadastro Único
39762	Patricia da Silva Barros	30 - Nutricionista	Cadastro Único
40193	Cristian Pereira do Nascimento	32 - Procurador Municipal	Cadastro Único
39996	Luciano Hasper	32 - Procurador Municipal	Cadastro Único
40437	Marciel Alves Ferreira	32 - Procurador Municipal	Cadastro Único
40491	Aline Franciele de Oliveira Lima	33 - Professor	Cadastro Único
39793	Amanda Caroline Pontes Guimaraes	33 - Professor	Cadastro Único
40023	Bianca Maria Ramos Lima	33 - Professor	Cadastro Único
39490	Ester de Araujo Pinheiro	33 - Professor	Cadastro Único
39802	Francielli Maciel Azevedo	33 - Professor	Cadastro Único
39850	Geovana de Brito Alves Ferreira	33 - Professor	Cadastro Único
39853	Jessica Martins Freitas	33 - Professor	Cadastro Único
40062	Kethelin Eduarda de Brito	33 - Professor	Cadastro Único
39830	Layla Monic de Mattos Evangelista	33 - Professor	Cadastro Único
39761	Marilza de Araujo Rocha	33 - Professor	Cadastro Único
40627	Merilin Goncalves Miranda	33 - Professor	Cadastro Único
40812	Monica Vieira Dutra	33 - Professor	Cadastro Único
39984	Renata de Almeida	33 - Professor	Cadastro Único
40174	Sarai Jireh Delgado Giraldo	33 - Professor	Cadastro Único
39600	Solange Rosa da Silva	33 - Professor	Cadastro Único
39586	Flavia Gisele dos Santos Carnizal	35 - Psicólogo	Cadastro Único
40335	Larissa Martins Alexandre	35 - Psicólogo	Cadastro Único
40215	Logans Vithor Ferreira Marques	35 - Psicólogo	Cadastro Único
40204	Maria Eduarda do Banho Oliveira	35 - Psicólogo	Cadastro Único
40474	Mariana Honorato da Silva	35 - Psicólogo	Cadastro Único
39780	Nathalia Aline Almeida da Silva	35 - Psicólogo	Cadastro Único
40731	Ruan Schardosim de Oliveira	35 - Psicólogo	Cadastro Único
40525	Samuel Jardim Santos	35 - Psicólogo	Cadastro Único
39798	Ingrid Emanuelle de Souza Rodrigues	36 - Psicopedagogo	Cadastro Único
40701	Angelica dos Santos Heidrick	37 - Telefonista	Cadastro Único
40406	Adevair Aparecido de Oliveira	39 - Vigia	Cadastro Único
39564	Celso Jose da Silva	39 - Vigia	Cadastro Único
39489	Daniel Silva Pires	39 - Vigia	Cadastro Único

3º. Ficam **DEFERIDAS PRELIMINARMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que enviaram a **Declaração de Desemprego,** conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
40117	Josenilda Leal de Brito Kehl Pereira	02 - Agente de Endemias	Desemprego

40935	Rosilda Vieira	02 - Agente de Endemias	Desemprego
39733	Juliana Claudia Fantinati	04 - Arquiteto	Desemprego
39818	Caroline Aparecida Marques de Brito	05 - Assistente Social	Desemprego
40522	Dandara Raiane de Paula	05 - Assistente Social	Desemprego
39775	Karyn Rodrigues Viana	09 - Cirurgião Dentista	Desemprego
39671	Keilla Jaiane Batista de Oliveira	12 - Controlador Interno	Desemprego
39442	Zilma Fernandes dos Santos Soares	12 - Controlador Interno	Desemprego
41383	Marina Gomes da Silva Clara	14 - Cozinheiro	Desemprego
39968	Daniele Camargo Mariano	18 - Escriturário	Desemprego
40270	Danilo Morais Mota	18 - Escriturário	Desemprego
39856	Douglas Gabriel da Silva	18 - Escriturário	Desemprego
40599	Eduarda de Jesus do Nascimento	18 - Escriturário	Desemprego
40532	Jessica Cristina de Oliveira Piveta	18 - Escriturário	Desemprego
40184	José Claudio Batista de Oliveira	18 - Escriturário	Desemprego
40164	Karen de Sousa Gimenes	18 - Escriturário	Desemprego
40719	Shelder Malaquias dos Santos Leal	18 - Escriturário	Desemprego
39810	Silvia Clarice da Costa	18 - Escriturário	Desemprego
39979	Tais Aparecida Furtado Parteka	18 - Escriturário	Desemprego
40507	Andressa Fernanda Valentini	20 - Fiscal de Tributos	Desemprego
40381	Nathalia Fernanda dos Santos Silva	20 - Fiscal de Tributos	Desemprego
40039	Elvis Cunha Cotrim Ribeiro	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Desemprego
39684	Gabriel Cordova	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Desemprego
40746	Gabriel Mahl	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Desemprego
40081	Monica Cordeiro dos Santos	30 - Nutricionista	Desemprego
39762	Patricia da Silva Barros	30 - Nutricionista	Desemprego
39996	Luciano Hasper	32 - Procurador Municipal	Desemprego
39837	Cleide Tavares	33 - Professor	Desemprego
39802	Francielli Maciel Azevedo	33 - Professor	Desemprego
39850	Geovana de Brito Alves Ferreira	33 - Professor	Desemprego
40062	Kethelin Eduarda de Brito	33 - Professor	Desemprego
39830	Layla Monic de Mattos Evangelista	33 - Professor	Desemprego
40812	Monica Vieira Dutra	33 - Professor	Desemprego
40174	Sarai Jireh Delgado Giraldo	33 - Professor	Desemprego
39600	Solange Rosa da Silva	33 - Professor	Desemprego
40335	Larissa Martins Alexandre	35 - Psicólogo	Desemprego
39780	Nathalia Aline Almeida da Silva	35 - Psicólogo	Desemprego
40731	Ruan Schardosim de Oliveira	35 - Psicólogo	Desemprego
40406	Adevair Aparecido de Oliveira	39 - Vigia	Desemprego
39489	Daniel Silva Pires	39 - Vigia	Desemprego

4º. Ficam **DEFERIDAS PRELIMINARMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que comprovaram serem **doadores de medula**, conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
39813	Dhionata Carvalho Faria	02 - Agente de Endemias	Doador de Medula
40103	Eliel Paulo Godoy	02 - Agente de Endemias	Doador de Medula
39977	Dierci Jordana Oliveira de Paula	04 - Arquiteto	Doador de Medula
40255	Manoel Hermes Pupim Neto	04 - Arquiteto	Doador de Medula
39953	Adriane Nascimento Silva	05 - Assistente Social	Doador de Medula
39507	Angela Maria Lavezzo Silva	05 - Assistente Social	Doador de Medula
39647	Fabiana de Carvalho Aniceto Ortiz	05 - Assistente Social	Doador de Medula
40319	Franciele Luci Barreiro	05 - Assistente Social	Doador de Medula
39482	Geovani dos Santos da Silva	05 - Assistente Social	Doador de Medula
39567	Karine Eliane Bergamini	05 - Assistente Social	Doador de Medula
39669	Lourisley Siqueira Gil	05 - Assistente Social	Doador de Medula
40601	Lucineia Raimunda de Souza	05 - Assistente Social	Doador de Medula
39812	Roseanne Cristina Herbert Faria	06 - Auxiliar Administrativo	Doador de Medula
40809	Viviane Leao Rocha	08 - Auxiliar de Enfermagem	Doador de Medula
40714	Alessandra Barbizan Cordeiro	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
40111	Andre Luis Dias Carvalho	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39542	Andreia da Silva Guedes Furlan	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
40648	Beatriz Patricio de Oliveira	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39785	Bianca Pires Cardozo	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39799	Elizabete Lucas de Jesus Ferreira Graciano	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
40125	Fabiola Bento da Silva	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39450	Gabrielle Lopes de Souza	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39925	Gervania Pereira Gigante	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39639	Guilherme Carlos da Silva	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
40022	Gustavo Henrique Amador Meloquero	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39709	Ieda Carla Candido	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39801	Isadora Bitencourte Ribeiro Mariano	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39976	Jhulia Fernanda Amann de Oliveira	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
40261	Juliete Milani Mathias	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
40878	Laura da Silva Martins	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
40321	Luana da Silva Duarte	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39410	Marcos Yamamoto Inoue	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
40330	Maria Eduarda Basso	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39465	Rafael Dal Santos Marcon	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39694	Renan Velozo Aragao	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39683	Victoria Regina Ferreira Pinto	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39861	Vinícius Siqueira da Silva	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39544	Vitoria Caetano Cervantes	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39402	Anne Karolyna de Freitas da Silva	11 - Contador	Doador de Medula
39392	Elonia Kezia da Silva Souza	11 - Contador	Doador de Medula
39417	Felipe Gustavo Cardozo Gomes	11 - Contador	Doador de Medula
39363	Lucas Rodrigues dos Santos	11 - Contador	Doador de Medula
39794	Nathan Vulczak da Luz	11 - Contador	Doador de Medula
39914	Rafael Jose Lima da Silva	11 - Contador	Doador de Medula

39865	Filipe Magalhães Marcelino de Oliveira	12 - Controlador Interno	Doador de Medula
39941	Jadder Gustavo de Souza Canario	12 - Controlador Interno	Doador de Medula
39468	Oscar Frank Junior	12 - Controlador Interno	Doador de Medula
39851	Renato Spinoza Andreo	12 - Controlador Interno	Doador de Medula
40848	Robson Antonio da Silva	12 - Controlador Interno	Doador de Medula
40187	Telciomar Aparecido de Souza	12 - Controlador Interno	Doador de Medula
41021	Allan Serafim Nunes Biondaro	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
40661	Ana Paula Schultz	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
39718	Eduarda Gilio	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
40694	Fernanda Pires Dolizny	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
40430	Gracieli de Oliveira Jose	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
40027	Igor Henrique Batista	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
40307	Leticia de Souza Matias	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
40953	Letycia Lima	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
40341	Maria Cristina Oleczuk Michaliszyn	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
39832	Nelson Brandt	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
41044	Sueli Sobrera Nunes dos Santos	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
39749	Tamiris Marina Ortega Fagundes	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
40440	Valdomiro Pimentel dos Santos	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
39698	Beatriz Caiado Rodrigues	17 - Engenheiro Civil	Doador de Medula
39737	Giovana Thais Malfato	17 - Engenheiro Civil	Doador de Medula
40535	Nemias Junior Bispo de Souza	17 - Engenheiro Civil	Doador de Medula
39986	Valéria Francisca da Silva Manoel	17 - Engenheiro Civil	Doador de Medula
40019	Caroline Gilio Silva	18 - Escriturário	Doador de Medula
39365	Jaime Barboza de Jesus	18 - Escriturário	Doador de Medula
40411	Marcelo dos Santos	18 - Escriturário	Doador de Medula
39727	Bianca Padilha Andrade	19 - Farmacêutico	Doador de Medula
39561	Caroline Calixto Kazama	19 - Farmacêutico	Doador de Medula
39536	Flavia Barbosa	19 - Farmacêutico	Doador de Medula
39432	Lucas Francelino de Araújo	19 - Farmacêutico	Doador de Medula
41269	Maria Gabriela Passafaro	19 - Farmacêutico	Doador de Medula
39875	Marines Minuk	19 - Farmacêutico	Doador de Medula
40195	Denivilson Anderson Frasson	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Medula
41114	Felipe Dalarte da Silva	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Medula
40689	Karine Alessandra Correa	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Medula
40025	Pedro Henrique da Silva	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Medula
39760	Silmax Correia Borges	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Medula
39422	Tailla Fernanda Guimaraes	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Medula
39451	Alex Yuiti Ogura	22 - Fisioterapeuta	Doador de Medula
39720	Aline Gabrielly Alves de Souza	22 - Fisioterapeuta	Doador de Medula
40275	Karina Suellen Nolasco Bento	22 - Fisioterapeuta	Doador de Medula
39500	Naiara Alessandra do Nascimento Schoninger	22 - Fisioterapeuta	Doador de Medula
39705	Amanda Rodrigues de Souza	24 - Médico Clínico Geral	Doador de Medula
41144	Giulia Boito de Oliveira	24 - Médico Clínico Geral	Doador de Medula
40159	Ingra Monique Duarte Lopes	24 - Médico Clínico Geral	Doador de Medula
41413	Laila Kawane Azevedo de Aguiar	24 - Médico Clínico Geral	Doador de Medula
40308	Ananda Valquiria Moura dos Santos	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Doador de Medula
40585	Julia Ines Sitta	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Doador de Medula
39394	Manoela de Moura Gervazoni	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Doador de Medula
40473	Maria Luísa Domingues Jacinto	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Doador de Medula
40529	Marina Boito de Oliveira	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Doador de Medula
40243	Matheus Bonzanini	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Doador de Medula
39479	Edson Martin Vieira	30 - Nutricionista	Doador de Medula
40669	Kauanni Feitosa Prezotti	30 - Nutricionista	Doador de Medula
39512	Leticia Macedo Graci	30 - Nutricionista	Doador de Medula
40206	Djansley Siriaco	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
41427	Evanei de Jesus Souza	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39382	Felipe Carvalho Romero	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39734	Gabriela da Silva	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39823	Guilherme Neris Martins	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39581	Halan Kiosh Miahira de Lima	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
40617	Jessica Karoline Alves Bento	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39545	Jhonathan Vieira dos Santos	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
40653	Jonatas Evangelista de Resende	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
40500	Josiane Flores Munis da Silva	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39787	Julio Cesar Idalgo	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39588	Leilane Linhares de Sousa Cheles	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
40764	Lucas Willian Santos de Souza	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39689	Mara Daniele Gambetta	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
40014	Mateus de Oliveira Martins	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39370	Pietra Paula Lomas de Oliveira	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39991	Renata Tikako de Jesus Kato	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39429	Sara Julia Rodrigues de Carvalho Willwock	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39948	Silvana Cristina Cavichio	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
40241	Tarcis Henrique Sant Anna	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39879	Tiago Batista	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
40395	Átila da Silveira Strapasson	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
40679	Joilse Diniz	33 - Professor	Doador de Medula
39491	Juliana Lichman Afonso	33 - Professor	Doador de Medula
40668	Marilene Lais Pereira dos Santos de Oliveira	33 - Professor	Doador de Medula
40884	Amanda Machado Dantas Leite	35 - Psicólogo	Doador de Medula
40954	Andressa Fernanda Feliciano Tochio	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39867	Aparecida de Fatima de Barros Alves	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39388	Ayla Cecile de Amorim Vilas Boas	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39563	Carla Roberta Aniceto	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39628	Dominique Angélica dos Santos Passos	35 - Psicólogo	Doador de Medula
40013	Driely Cristina Milani	35 - Psicólogo	Doador de Medula
40682	Emylly Camille Santos Modaelli	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39585	Gabriela Neves da Silva	35 - Psicólogo	Doador de Medula

40628	Hellen Hayanne Alixandre Silva	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39386	Joseval Henrique Soares dos Santos	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39854	Kamila Moreira Scaco	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39515	Larissa Ascanio	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39611	Larissa Felix Araújo	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39690	Meirieli Fantin	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39550	Nathalia Mazzetto Saraiva	35 - Psicólogo	Doador de Medula
40483	Nathiely Araujo Cabral Cipriano	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39418	Thais Luara Teske	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39778	Tulio Yudi Ishikawa	35 - Psicólogo	Doador de Medula
40521	Victoria Navarro Miranda	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39547	Jessica Volpato Craveiro	38 - Terapeuta Ocupacional	Doador de Medula
40559	Luiz Fernando Borges de Oliveira	38 - Terapeuta Ocupacional	Doador de Medula
39629	Otaviano de Castro Rifa	38 - Terapeuta Ocupacional	Doador de Medula

5º. Ficam **DEFERIDAS PRELIMINARMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que comprovaram serem **doadores de sangue**, conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
41035	Evellin Juliana dos Santos	01 - Agente Comunitário de Saúde	Doador de Sangue
40673	Marcos Andre Schimit Lopes	01 - Agente Comunitário de Saúde	Doador de Sangue
40242	Daniel Andrade Rodrigues de Souza	04 - Arquiteto	Doador de Sangue
40393	Marcos Antonio Dantas	04 - Arquiteto	Doador de Sangue
39702	Yoni de Souza do Valle	04 - Arquiteto	Doador de Sangue
40169	Danielle Bortolini de Oliveira	05 - Assistente Social	Doador de Sangue
39994	Evens Pierre	05 - Assistente Social	Doador de Sangue
39843	Sirlei Aparecida Oliveira	05 - Assistente Social	Doador de Sangue
40181	Zuleide Higute dos Reis Silva	05 - Assistente Social	Doador de Sangue
40526	Luciana Mathias Brunetti	06 - Auxiliar Administrativo	Doador de Sangue
40475	Maiara Aparecida de Souza Ferreira Coqueiro	08 - Auxiliar de Enfermagem	Doador de Sangue
40167	Brunna de Oliveira Pereira	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Sangue
39688	Grasiele Tieme Hirata da Silva	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Sangue
40079	Guilherme Barbosa Alves de Freitas	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Sangue
39764	Brendow Matheus Willian Gemin	11 - Contador	Doador de Sangue
40442	Fernanda Franca Rossi da Silva	11 - Contador	Doador de Sangue
39710	Marcos Jose Novakoski	11 - Contador	Doador de Sangue
40773	Mauro Albrecht	11 - Contador	Doador de Sangue
39488	Oliver Mateus Boreck Rosa	11 - Contador	Doador de Sangue
40698	Carlos Henrique Cordeiro	12 - Controlador Interno	Doador de Sangue
39571	Celso Fernando Bolonha	12 - Controlador Interno	Doador de Sangue
39804	Gean Lucas Silvestre Farias	12 - Controlador Interno	Doador de Sangue
40686	Luciano Junio Dada	12 - Controlador Interno	Doador de Sangue
41272	Camila Cagnam de Oliveira	15 - Enfermeiro	Doador de Sangue
39803	Edielica Neves de Oliveira	15 - Enfermeiro	Doador de Sangue
40320	Odaisa Borges de Oliveira	15 - Enfermeiro	Doador de Sangue
39926	Severino da Rocha Silva Junior	15 - Enfermeiro	Doador de Sangue
40715	Silmara Tamires dos Santos Farias	15 - Enfermeiro	Doador de Sangue
39476	Alceu Mendes do Nascimento	17 - Engenheiro Civil	Doador de Sangue
39698	Beatriz Caiado Rodrigues	17 - Engenheiro Civil	Doador de Sangue
39411	Bruno da Silva Pasquino	17 - Engenheiro Civil	Doador de Sangue
39526	Bruno dos Santos	17 - Engenheiro Civil	Doador de Sangue
39608	Diego Aparecido de Souza	17 - Engenheiro Civil	Doador de Sangue
39376	Lucas Galvão Kuns	17 - Engenheiro Civil	Doador de Sangue
39699	Mirian Okamoto Husch	17 - Engenheiro Civil	Doador de Sangue
40735	Alexia Elis da Silva	18 - Escriturário	Doador de Sangue
40623	Eliana Pinheiro da Trindade	18 - Escriturário	Doador de Sangue
40296	Gustavo Munhoz da Silva Bonache	18 - Escriturário	Doador de Sangue
40087	Igor da Silva Costa	18 - Escriturário	Doador de Sangue
39908	Irineu Marcio Ferreira	18 - Escriturário	Doador de Sangue
39408	Tatiane Paiao Lopes	18 - Escriturário	Doador de Sangue
40446	Hemilly Gabrielly Cordeiro de Souza	19 - Farmacêutico	Doador de Sangue
40550	Jamilly da Silva Moretto	19 - Farmacêutico	Doador de Sangue
40490	Sabrina Amrein Silva	19 - Farmacêutico	Doador de Sangue
40455	Diego Antonio da Silva Faxo	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Sangue
40654	Eduardo Masaji Endo	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Sangue
41141	Fernando Jose Agostini	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Sangue
40672	Jessica Alessandra Silva Goes	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Sangue
40635	Virgilio Jose Marchesini de Souza	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Sangue
40724	Wendel Junior Rodrigues Souza	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Sangue
39437	Bruna Eduarda Hacul	22 - Fisioterapeuta	Doador de Sangue
39795	Enio Henrique Vazata	22 - Fisioterapeuta	Doador de Sangue
40238	Guilherme dos Santos Kozlowski	22 - Fisioterapeuta	Doador de Sangue
39548	Aline de Moraes Milani	23 - Fonoaudiólogo	Doador de Sangue
41327	Cintia Trindade de Siqueira	24 - Médico Clínico Geral	Doador de Sangue
40605	Ewerton Davis Gusmao de Souza	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Doador de Sangue
39397	Jessica Farias Lopes	30 - Nutricionista	Doador de Sangue
39951	Thais Cristina Pelegati de Moraes Perini Polido	30 - Nutricionista	Doador de Sangue
39863	Alexandre Matos Lima	32 - Procurador Municipal	Doador de Sangue
39529	Fernando César Nunes Alves	32 - Procurador Municipal	Doador de Sangue
40240	Guilherme Alexandre Alves	32 - Procurador Municipal	Doador de Sangue
39616	Guilherme Grillo Ferraz	32 - Procurador Municipal	Doador de Sangue
39620	Marcos Paulo Pinto de Arruda Sodre	32 - Procurador Municipal	Doador de Sangue
39373	Natalia Prates Faria	32 - Procurador Municipal	Doador de Sangue
39539	Rafael Soares de Albuquerque	32 - Procurador Municipal	Doador de Sangue
40548	Sheeina Alves Lima das Neves	33 - Professor	Doador de Sangue
39463	Lais Zetolis Barba	35 - Psicólogo	Doador de Sangue
40213	Maeli de Araujo Farias	35 - Psicólogo	Doador de Sangue
39551	Marcia Henrique Medeiros	35 - Psicólogo	Doador de Sangue

39664	Natália Amaral Pereira	35 - Psicólogo	Doador de Sangue
41163	Natália Brischiliari	35 - Psicólogo	Doador de Sangue
39618	Vanessa Smaha de Araujo	35 - Psicólogo	Doador de Sangue
40403	Alisson de Oliveira Lima	39 - Vigia	Doador de Sangue

6º. Ficam **DEFERIDAS PRELIMINARMENTE** as **condições especiais** aos candidatos abaixo relacionados, que se declararam **PcDs,** como segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
40123	Sidnei Mauro Tureta	05 - Assistente Social	PCD
39842	Pedro Ilo Rebelo de Azevedo	09 - Cirurgião Dentista	PCD
39914	Rafael Jose Lima da Silva	11 - Contador	PCD
41021	Allan Serafim Nunes Biondaro	15 - Enfermeiro	PCD
39718	Eduarda Gilio	15 - Enfermeiro	PCD
40027	Igor Henrique Batista	15 - Enfermeiro	PCD
39365	Jaime Barboza de Jesus	18 - Escriturário	PCD
40279	Heloisa Pedro Germano	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	PCD
39545	Jhonathan Vieira dos Santos	32 - Procurador Municipal	PCD
40856	Valdir Medeiros	33 - Professor	PCD
40443	Jaqueline Felix de Sousa	35 - Psicólogo	PCD
40483	Nathiely Araujo Cabral Cipriano	35 - Psicólogo	PCD

7º. Ficam **DEFERIDAS PRELIMINARMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que comprovaram terem **trabalhado nos últimos pleitos eleitorais,** conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
41299	Cicero Erivan de Oliveira Nascimento	02 - Agente de Endemias	Pleito Eleitoral
40571	Francisca Tomaz	02 - Agente de Endemias	Pleito Eleitoral
40825	Jefferson Dionatas dos Santos	02 - Agente de Endemias	Pleito Eleitoral
40323	Natalia Braga Zati	02 - Agente de Endemias	Pleito Eleitoral
39674	Debora Karoline da Silva Jaques	04 - Arquiteto	Pleito Eleitoral
40345	Nicolle Ohara Chignalia	04 - Arquiteto	Pleito Eleitoral
39681	Cledi Bairros Flores dos Passos	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
40102	Eliane Alves de Souza	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
40625	Eliane de Paula Sobrinho	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
39758	Fabio Cristian Kuhn Pazinato	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
39469	Flavia Silva	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
39503	Joseane Matias Silva	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
39687	Marcos Vieira Brandao	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
39496	Mayara Fernanda de Medeiros	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
39454	Rosiléia Aparecida Fantin Santos	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
40528	Thaynan Aparecida Goudinho de Souza	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
40647	Bruna Lívia de Souza Oliveira	06 - Auxiliar Administrativo	Pleito Eleitoral
39900	Gabriela Aparecida Couto da Silva	08 - Auxiliar de Enfermagem	Pleito Eleitoral
39890	Thais Alonso Matias Oliveira	08 - Auxiliar de Enfermagem	Pleito Eleitoral
40921	Arissa Ayumi Okabayashi	09 - Cirurgião Dentista	Pleito Eleitoral
39364	Carolina Silva Topa	09 - Cirurgião Dentista	Pleito Eleitoral
40748	Graciele Jordan	09 - Cirurgião Dentista	Pleito Eleitoral
40387	Lariane Rodler Sturion	09 - Cirurgião Dentista	Pleito Eleitoral
39510	Larissa Sanches de Sousa Ramos	09 - Cirurgião Dentista	Pleito Eleitoral
39852	Thaila Fernanda de Abreu Landgraf	09 - Cirurgião Dentista	Pleito Eleitoral
40705	Blondy Louise Voida	11 - Contador	Pleito Eleitoral
39784	Brenda Gabrieli de Lima de Oliveira	11 - Contador	Pleito Eleitoral
39495	Driely Fernanda Faria Guilhermino	11 - Contador	Pleito Eleitoral
39448	Gabrielle de Lima Souza Silva	11 - Contador	Pleito Eleitoral
39754	Andre Ricardo Olegario	12 - Controlador Interno	Pleito Eleitoral
39412	Eliete Borges Leandro	12 - Controlador Interno	Pleito Eleitoral
39707	Fabio Luis Carbonera	12 - Controlador Interno	Pleito Eleitoral
39430	Gabriel Julio Alexandre Schuingel	12 - Controlador Interno	Pleito Eleitoral
39484	Luiz Fernando Gomes de Santana	12 - Controlador Interno	Pleito Eleitoral
40211	Mariza Rodler	12 - Controlador Interno	Pleito Eleitoral
39708	Matheus Delain	12 - Controlador Interno	Pleito Eleitoral
40864	Patricia Fernanda da Silva Fagundes	12 - Controlador Interno	Pleito Eleitoral
40763	Thiago Henrique Sales	12 - Controlador Interno	Pleito Eleitoral
39603	Ana Maria Santos da Costa	15 - Enfermeiro	Pleito Eleitoral
40756	Cristina Aparecida dos Santos	15 - Enfermeiro	Pleito Eleitoral
40695	Debora Batista de Oliveira	15 - Enfermeiro	Pleito Eleitoral
40704	Diego Paulino	15 - Enfermeiro	Pleito Eleitoral
39580	Helena Demeterko Cordeiro Romagnoli	15 - Enfermeiro	Pleito Eleitoral
40620	Karoline Brianesi Miloch	15 - Enfermeiro	Pleito Eleitoral
39635	Yara Helena Magella	15 - Enfermeiro	Pleito Eleitoral
39859	Beatriz Vitoria Somariva	17 - Engenheiro Civil	Pleito Eleitoral
39901	Fernanda Machado Batista	18 - Escriturário	Pleito Eleitoral
40247	Jennifer Candido de Rezende	18 - Escriturário	Pleito Eleitoral
40697	Laryssa Aparecida dos Santos	18 - Escriturário	Pleito Eleitoral
40970	Ponciane Lopes da Silva	18 - Escriturário	Pleito Eleitoral
40208	Ana Flavia Cadan dos Santos	19 - Farmacêutico	Pleito Eleitoral
39492	Daiane Kelly de Souza Amaral Moura	19 - Farmacêutico	Pleito Eleitoral
39502	Gislaine Teodoro Ferreira de Almeida	19 - Farmacêutico	Pleito Eleitoral
40366	Josiany Farias Lopes	19 - Farmacêutico	Pleito Eleitoral
40401	Mariani Pizzolio	19 - Farmacêutico	Pleito Eleitoral
40324	Allan Vinicius Felismino de Oliveira	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
40077	Domingos Tavela Ribeiro	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
40533	Elizeu Ambrosio dos Santos	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
39989	Gabriela Fernanda Bloemer dos Santos	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
39864	Henrique Pinheiro Urbano	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
40379	Julia dos Santos Pimentel de Oliveira	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
40445	Julia Rangel Jose	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral

40212	Maikon Andre Ceolato	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
39880	Rebeca Kalita de Oliveira Urbano	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
40477	Stenio Cesar da Silva	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
40696	Arthur Aylon Gimenes Tameirao	22 - Fisioterapeuta	Pleito Eleitoral
39677	Beatriz Bertoli Ludwig	22 - Fisioterapeuta	Pleito Eleitoral
40699	Cauani Barbara dos Santos Niro	22 - Fisioterapeuta	Pleito Eleitoral
40566	Ana Keli de Almeida Oliveira	23 - Fonoaudiólogo	Pleito Eleitoral
40178	Ronaldo da Silva	23 - Fonoaudiólogo	Pleito Eleitoral
40004	Tatiane de Campos Cavalcante	23 - Fonoaudiólogo	Pleito Eleitoral
40030	Paulino Rodrigues Mendes de Souza	29 - Motorista II	Pleito Eleitoral
41264	Jessika Eloisa Suzano Souza	30 - Nutricionista	Pleito Eleitoral
39985	Kamila de Paula Bento Menegat	30 - Nutricionista	Pleito Eleitoral
39706	Ana Julia Vivan de Carvalho	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39745	Andrew Picioneri Salme	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39899	Bonifacio Cionek Neto	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39475	Bruno Cazatti Freire	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39841	Elcio João Gonçalves Moreira	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
40711	Igor Barbosa de Carvalho	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
40708	Izabela Silva Santos Almeida	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39724	Joao Vagner Borges	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
40643	Karine Lopes dos Santos	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39744	Lorrane Ferreira da Cunha	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39425	Lucas Henrique Fontana	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39735	Lucimara Andrade Machado Vieira	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39668	Rui Cezar Alves Veridiano	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39472	Thariani Favaro	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39943	Alexandra Aniceto	33 - Professor	Pleito Eleitoral
40036	Beatriz Gabriela dos Santos Ferreira	33 - Professor	Pleito Eleitoral
39381	Bruna Bueno Cavalcanti	33 - Professor	Pleito Eleitoral
40618	Camilli Vitoria dos Santos Niro	33 - Professor	Pleito Eleitoral
39391	Cassia Natieli Cardoso Lima	33 - Professor	Pleito Eleitoral
39816	Daniela Caroline da Silva	33 - Professor	Pleito Eleitoral
40230	Janaina de Lima Pereira	33 - Professor	Pleito Eleitoral
40329	Jhenifer dos Santos Lopes	33 - Professor	Pleito Eleitoral
40690	Juliana Ferreira da Silva de Jesus	33 - Professor	Pleito Eleitoral
40497	Marcio da Costa Cervantes	33 - Professor	Pleito Eleitoral
39597	Mariana Araujo Ferreira	33 - Professor	Pleito Eleitoral
39892	Rosana Benfica Fernandes	33 - Professor	Pleito Eleitoral
40493	Solange Soares Cardoso	33 - Professor	Pleito Eleitoral
40856	Valdir Medeiros	33 - Professor	Pleito Eleitoral
40222	Hugo Caliari Velasco	34 - Professor de Língua Inglesa	Pleito Eleitoral
40466	Alana Caroline da Silva	35 - Psicólogo	Pleito Eleitoral
40416	Ana Beatriz Cardoso	35 - Psicólogo	Pleito Eleitoral
40196	Eduarda Akemi Otake	35 - Psicólogo	Pleito Eleitoral
39918	Janaina Roseli Simoes Dias	35 - Psicólogo	Pleito Eleitoral
40392	Joice Marcondes Correia	35 - Psicólogo	Pleito Eleitoral
40733	Jose Augusto Geronimo Ferreira	35 - Psicólogo	Pleito Eleitoral
40299	Maria Daniela Barbara de Castro	35 - Psicólogo	Pleito Eleitoral
39485	Maria Rita Zancanaro de Oliveira	35 - Psicólogo	Pleito Eleitoral
39521	Taís Carla Dias Nunes	35 - Psicólogo	Pleito Eleitoral
39643	Brunna Carolina da Silva	36 - Psicopedagogo	Pleito Eleitoral
40660	Ezequias Alves da Silva	38 - Terapeuta Ocupacional	Pleito Eleitoral

8º. Fica **DEFERIDA PRELIMINARMENTE** ao candidato abaixo relacionado, a solicitação especial para L**actante,** como segue**:**

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Motivo
39409	Tais Larissa Teodoro Ferreira	01 - Agente Comunitário de Saúde	Lactante
40485	Heloisa de Lima Barradas	35 - Psicólogo	Lactante

9º. Ficam **INDEFERIDAS PRELIMINARMENTE** as **Inscrições** dos candidatos abaixo relacionados, por não apresentarem a documentação comprobatória **da condição solicitada, como segue:**

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
39592	Jeanine Magalhaes de Lima	05 - Assistente Social	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
40642	Ana Paula Camargo	06 - Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
40135	Anielly Nogueira Barbosa	09 - Cirurgião Dentista	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
41052	Grasieli Aparecida Feitosa Pereira	14 - Cozinheiro	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
39415	Lais Mirian Alves Evangelista Pasquino	15 - Enfermeiro	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
39701	Samantha Garcia Faria Santos	15 - Enfermeiro	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
39517	Fabiana Ramos de Aguiar	17 - Engenheiro Civil	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
39755	Juliana Lopes Enevan Ribeiro	17 - Engenheiro Civil	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
39535	Douglas Vinicius de Oliveira	20 - Fiscal de Tributos	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
40918	Emerson Junior Jacomini Lemes	20 - Fiscal de Tributos	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
39546	Janete da Silva Geraldi	33 - Professor	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO

Rancho Alegre D'Oeste / PR, 18 de agosto de 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO,
Prefeito Municipal
Rancho Alegre D'Oeste / PR

Publicado por:
Thiago de Souza Mourão
Código Identificador:A322156D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026

O Agente de contratação e equipe de apoio tornam público o resultado do Credenciamento que tem como objeto **CREDENCIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU DE SUAS ORGANIZAÇÕES, PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ANO DE 2026 E 2027, COM O OBJETIVO DE ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IDA KUMMER, E CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL GIRASSOL**, conforme segue:

COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE MARMELEIRO – COOPAFI – MARMELEIRO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1.	80	KG	ABACATE, tamanho médio a grande, coloração verde, apresentando tamanho, cor e formação uniforme, de verde a meio maduro, com polpa intacta e firme, isento de bolor e umidade, sem danos físicos e mecânicos e acondicionado em embalagem própria.	5,98	478,40
2.	200	KG	ABÓBORA CABOTIÁ PICADA MINIMAMENTE PROCESSADA (picada, embalada e congelada) de primeira qualidade, com boa aparência e sem machucaduras, ou outros que alterem o produto, com grau de maturação completa, presentar cor de polpa intensa, odor agradável, consistência firme, não apresentar perfurações, machucados. Apresentar licença sanitária atualizada e rotulagem conforme a resolução SESA 748/2014.	6,27	1.254,00
3.	70	KG	ABOBRINHA VERDE, de primeira qualidade, tamanho médio, uniforme, tenra, cor uniforme e com brilho, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas, sem ferimentos ou defeitos, livres de terra ou corpos estranhos aderentes à superfície externa. Entregar em embalagens plásticas devidamente higienizadas, com etiqueta de pesagem.	5,98	418,60
4.	20	UND	AÇAFRÃO DA TERRA PÓ, limpo e embalado em embalagem transparente atóxica de 100 gramas, com rotulagem adequada.	11,65	233,00
5.	100	UND	ACELGA, de primeira qualidade, bem desenvolvida, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria da espécie e variedade, livres de ferimentos ou defeitos, não estando danificadas por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Tamanho médio. Entregar em embalagens plásticas devidamente higienizadas.	7,90	790,00
6.	20	UND	ALECRIM limpo, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado às legislações vigentes.	8,67	173,40
7.	1200	UND	ALFACE AMERICANA/CRESPA/LISA, deve estar fisiologicamente desenvolvida, bem formada, folhas limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Unidades de 300g. Entregar em embalagens plásticas devidamente higienizadas.	5,15	6.180,00
8.	800	UND	ALFACE ROXA, fisiologicamente bem desenvolvida, bem formada, folhas limpas, com coloração própria - arroxeada, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Unidades de 300g. Entregar em embalagens plásticas devidamente higienizadas.	7,63	6.104,00
9.	150	KG	AMEIXA, in natura, de primeira qualidade, com características organolépticas (cor, odor, textura, aparência, sabor) preservadas, sem podridão, sem danos químicos, físicos e biológicos, tamanho médio e com grau de maturidade adequado.	15,91	2.386,50
10.	60	KG	AÇÚCAR MASCAVO, natural, constituído de cana de açúcar. Aspecto sólido, e homogêneo, sem a presença de torrões. Cor, odor e sabor característicos, livre de sujidades. Apresentação em embalagens de polietileno atóxico, contendo 1kg. O produto deve conter obrigatoriamente rotulagem nutricional conforme legislação vigente, identificação do produtor, data de fabricação e data de validade. Reposição em caso de embalagem danificada, produto fora da validade ou com alteração das características sensoriais.	16,34	980,40
11.	1200	KG	BANANA CATURRA, em pencas de primeira qualidade, limpas, íntegras, com coloração própria, livres de danos mecânicos e fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Pesando entre 100 e 150 gramas a unidade.	4,98	5.976,00
12.	800	KG	BANANA PRATA, em pencas de primeira qualidade, com boa aparência e sem machucaduras, com polpa intacta e firme sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	5,96	4.768,00
13.	200	KG	BATATA DOCE, lavada, de primeira qualidade, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Unidades de tamanho médio.	5,13	1.026,00
14.	800	KG	BERGAMOTA, casca lisa, de primeira qualidade, firme, sem ceder à pressão dos dedos, ponto certo de maturação. Entregar em embalagens plásticas devidamente higienizadas.	5,80	4.640,00
15.	250	KG	BETERRABA, sem folhas e talos, limpa, com aspecto firme, e sem rachaduras livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estar em perfeitas condições de conservação, maturação média, tamanho médio.	5,87	1.467,50
16.	350	KG	BOLACHA CASEIRA, doce, sem recheio, sem cobertura. Deverá ser fabricada a partir de matérias-primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Acondicionar em embalagens plásticas contendo 1 kg cada. Deve apresentar tabela de rotulagem nutricional. Estabelecimento com licença sanitária.	32,00	11.200,00
17.	250	KG	BOLACHA CASEIRA DE FUBÁ, doce, sem recheio, sem cobertura. Deverá ser fabricada a partir de matérias-primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Acondicionar em embalagens plásticas contendo 1 kg cada. Deve apresentar tabela de rotulagem nutricional. Estabelecimento com licença sanitária.	34,50	8.625,00
18.	400	KG	BOLO SEM RECHEIO, tipo pão de ló, fubá, laranja, cenoura, chocolate. Em perfeito estado de conservação e de acordo com as boas práticas de fabricação. Não é tolerado o emprego de corantes na sua confecção. Deve se apresentar sem indícios de fermentação, ausente de sujidades, parasitas, larvas. O seu aspecto deverá ser de massa cozida ou assada, sem sinais de queimaduras, com cor, cheiro e sabor próprios. Não deverá possuir recheio nem cobertura que leve leite, creme de leite, nata, chantilly, leite condensado e ovos crus em sua composição. Deve estar acondicionado em embalagem plástica descartável e resistente, atóxica, bem fechada ou em bandeja de isopor coberto com filme plástico. Deve apresentar tabela de rotulagem nutricional. Estabelecimento com licença sanitária.	33,93	13.572,00
19.	500	KG	BROA DE MILHO, de tamanho médio com textura macia e ingredientes naturais. Entregue no dia posterior à fabricação ou no mesmo dia. Deve apresentar tabela de rotulagem nutricional. Estabelecimento com licença sanitária.	23,53	11.765,00
20.	400	UND	BRÓCOLIS, de primeira qualidade, viçoso, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Unidade de 400g. Entregar em embalagens devidamente higienizadas	9,37	3.748,00
21.	40	UND	CAMOMILA limpa, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado às legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	10,07	402,80
22.	100	KG	CENOURA, de primeira qualidade, com tamanho médio padronizado, frescas, inteiras e sãs. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Isentas de substâncias terrosas, sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa. Sem parasitos, larvas ou outros animais nos produtos e embalagens. Sem umidade externa anormal. Isentas de odor e sabor estranhos. O produto deverá estar acondicionado em sacos plásticos ou caixas plásticas devidamente higienizadas para o transporte do produto até o local de entrega.	4,91	491,00
23.	300	KG	CHUCHU, sem defeitos, com aspecto, aroma, sabor e cor da polpa típicos da variedade, com uniformidade de tamanho e cor, ausência de rachaduras, perfurações e cortes provocados mecanicamente ou por insetos e doenças. Deve ainda estar livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos.	5,17	1.551,00
24.	600	MAÇO	CHEIRO VERDE: salsa e cebolinha. Deve apresentar-se viçosa, brilhante, sem excesso de umidade, sem sinais de	7,84	4.704,00

			amarelamento, sem talos amolecidos ou folhas escurecidas e murchas. Maço de 300 gramas.		
26.	800	KG	CITRUS PONCKAN, tamanho médio, limpas, de 1ª qualidade, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação, maturação.	5,76	4.608,00
27.	250	MAÇO	COUVE MANTEIGA em Folha, de primeira qualidade, folhas limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, sujidades e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Maços de 400g. Devem ser embaladas em plástico transparente atóxico.	5,55	1.387,50
28.	200	UND	COUVE-FLOR, de primeira qualidade, unidade de tamanho médio, bem desenvolvido, flores bem formadas, limpas, com coloração uniforme, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, em perfeitas condições de conservação e maturação. Unidade de 400g. Entregar em embalagens devidamente higienizadas.	9,65	1.930,00
29.	450	KG	CUCA CASEIRA, sem recheio, com pequena quantidade de farofa. Entregar em unidades de tamanho médio com 500g, embaladas individualmente em embalagem plástica transparente apropriada para o produto, com rótulo contendo composição, data de fabricação e data de validade. Estabelecimento com licença sanitária.	28,27	12.721,50
31.	50	KG	DOCE DE FRUTAS, sabores variados. Fabricado com fruta fresca, íntegro, com consistência adequada, produzido de forma artesanal, sem conservantes, corantes e outros aditivos, produzido em agroindústria certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. Embalagem deve ser plástico transparente ou vidro de 1 kg, lacrada e com indicação do peso, data de validade e ingredientes.	32,27	1.613,50
32.	50		DOCE DE FRUTAS, SEM AÇÚCAR, sem adição de qualquer tipo de açúcares e aditivos químicos, próprio para passar no pão, com sabor, odor, aparência características do produto, não apresentar bolor. Entrega em embalagem de 700 gramas. Com rotulagem e prazo de validade adequado às legislações vigentes. Apresentar licença sanitária atualizada. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	39,30	1.965,00
33.	40	UND	ENDRO limpo, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado às legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	10,07	402,80
34.	40	UND	ERVA CIDREIRA limpa, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado às legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	10,07	402,80
35.	40	UND	ERVA DOCE limpa, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado às legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	10,07	402,80
36.	200	UND	ESCAROLA, CHICÓRIA, ALMEIRÃO, "PÃO DE AÇÚCAR", de primeira qualidade, com tamanho médio padronizado, frescas, inteiras e sãs. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. As folhas deverão se apresentar intactas e firmes. Isentas de substâncias terrosas, sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa. Livres de parasitos, larvas ou outros animais nos produtos e embalagens. Sem umidade externa anormal. Isentas de odor e sabor estranhos. Entregar em embalagens devidamente higienizadas.	5,14	1.028,00
37.	60	UND	ESPINAFRE, de qualidade, folhas sãs, sem rupturas, com coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade, sem sujidades ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade, livres de resíduos de fertilizantes. Entregar em embalagens plásticas devidamente higienizadas. Maço com média de 400g.	7,93	475,80
38.	150	KG	FEIJÃO DE COR (CARIOCA, RAJADO, BRANCO). Safra nova tipo 1, grãos inteiros e sãos, aspecto brilhoso e liso, isento de matérias estranhas, impurezas, insetos vivos ou mortos, grãos ardidos, brotados, chochos, imaturos, mofados, carunchados. Produção de última safra, acondicionado em embalagem plástica resistente contendo 1 kg. Validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega.	10,36	1.554,00
39.	300	KG	FEIJÃO PRETO. Safra nova tipo 1, grãos inteiros e sãs, aspecto brilhoso e liso, isento de matérias estranhas, impurezas, insetos vivos ou mortos, grãos ardidos, brotados, chochos, imaturos, mofados, carunchados. Produção de última safra, acondicionado em embalagem plástica resistente contendo 1 kg. Validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega.	10,17	3.051,00
40.	60	KG	FARINHA DE MILHO: Fubá, de ótima qualidade, coloração uniforme, sem sujidades, materiais terrosos, próprio para o consumo humano. Embalado em polietileno atóxico, contendo 1 Kg e validade 3 meses a partir da data de entrega, contendo data de fabricação, valide, lote.	6,16	369,60
42.	300	KG	LARANJA CHAMPANHE, BAHIA, madura, limpa, de 1ª qualidade, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Unidade de tamanho médio.	7,17	2.151,00
43.	550	KG	LARANJA COMUM/PÊRA, madura, limpa, de 1ª qualidade, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Unidade de tamanho médio.	5,77	3.173,50
44.	50	KG	LEGUMES MINIMAMENTE PROCESSADOS (cenoura, couve flor, brócolis, abobrinha, cabotiá, chuchu), 400g, deverá ser entregue resfriado em bandejas com no mínimo 4 tipos de legumes, de cores diferentes, limpo, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos, com rotulagem e prazo de validade adequado às legislações vigentes. Apresentar licença sanitária atualizada e rotulagem conforme a resolução SESA 748/2014. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	9,33	466,50
45.	50	KG	LIMÃO, de primeira qualidade, casca lisa livre de fungos. Entregar em embalagens plásticas devidamente higienizadas, com etiqueta de pesagem.	5,48	274,00
46.	400	KG	MACARRÃO CASEIRO, tipo espaguete, isento de gorduras animais e trans, com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Acondicionado em embalagem plástica transparente apropriada para o produto, contendo 1 kg cada, com rótulo apresentando composição, data de fabricação e validade. Estabelecimento com laudo da licença sanitária	25,83	10.332,00
47.	280	KG	MACARRÃO CASEIRO INTEGRAL, tipo espaguete, isento de gorduras animais e trans, com farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico. Acondicionado em embalagem plástica transparente apropriada para o produto, contendo 1 kg cada, com rótulo apresentando composição, data de fabricação e validade. Estabelecimento com laudo da licença sanitária.	30,93	8.660,40
48.	500	KG	MANDIOCA GRAÚDA, raiz limpa e sem cascas, de boa qualidade, sem defeitos, com aspecto, aroma, sabor e cor da polpa típicos da variedade, com uniformidade de tamanho e cor, ausência de rachaduras, perfurações e cortes provocados mecanicamente ou por insetos e doenças. As raízes devem ser próprias para o consumo humano e oriundos de vegetais sadios, com colheita recente, isentos de umidade externa anormal, odor e aspectos estranhos. Deve ainda obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. Apresentar licença sanitária atualizada, entregar em embalagens plásticas devidamente higienizadas, com etiqueta de pesagem e rotulagem conforme a resolução SESA 748/2014. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	8,26	4.130,00
49.	40	UND	MANJERICÃO limpo, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado às legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	7,47	298,80
50.	400	KG	MORANGO in natura, limpo em perfeito estado, sendo íntegros de tamanho médio, firmes e sem batidas, embalagem limpa e íntegra identificada com nome do produtor e data de validade.	34,40	13.760,00
51.	150	KG	MORANGO/AMORA CONGELADOS, embalado a vácuo, limpo em perfeito estado, sendo íntegros de tamanho médio. Deverá ser transportado em carros fechados refrigerados, em embalagens e temperaturas adequadas. O produto deverá apresentar validade máxima de 90 dias a partir da data de entrega. Embalagem em polietileno atóxico contendo externamente os dados de identificação e procedência, o local de origem do produto, peso, data de embalagem e data de validade, acondicionadas em pacotes de 500 g. Apresentar licença sanitária atualizada. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	32,37	4.855,50
52.	30	KG	MEL DE ABELHA, natural, puro, sem adição de corantes, aromatizantes, espessantes, conservadores e edulcorantes de qualquer natureza, naturais e sintéticos. Poderá se apresentar parcialmente cristalizado e não apresentar caramelização nem espuma superficial. Entregar em embalagem apropriada e rotulagem conforme exigência da legislação. Validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega.	43,23	1.296,90
53.	500	KG	MILHO VERDE (sem palha), frescos de ótima qualidade, macio de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem conformação e aparência. Isento de: sujidade, insetos parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações. Espigas com peso e	9,36	4.680,00

			tamanho padrão. Entregar em embalagens plásticas devidamente higienizadas, com etiqueta de pesagem.		
55.	40	UND	ORÉGANO limpo, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado às legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	8,67	346,80
56.	50	DZ	OVOS DE GALINHA, BRANCO OU VERMELHO, de granja, novo, grande, selecionados com cascas limpas isento de sujidades fungos e substâncias tóxicas, não deve apresentar rachaduras e/ou trincas na casca. Suas condições deverão estar de acordo com as normas do RIISPOA e ANVISA, tendo inspeção do SIM, SIP ou SIF. Deverá ser transportado em carros fechados refrigerados, em embalagens e temperaturas adequadas. O produto deverá apresentar validade máxima de 15 dias a partir da data de entrega. Embalagem em polietileno atóxico contendo externamente os dados de identificação e procedência, o local de origem do produto, peso, data de embalagem e data de validade, pesando no mínimo 55 gr por unidade. Produto sujeito à verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	11,78	589,00
57.	200	KG	PÃO CASEIRO, isento de gorduras animais e trans, com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Entregar em unidades de tamanho médio com 500g, embaladas individualmente em embalagem plástica transparente apropriada para o produto, com rótulo contendo composição, data de fabricação e data de validade.	19,87	3.974,00
58.	600	KG	PÃO CASEIRO FATIADO, isento de gorduras animais e trans, com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Entregar em unidades de tamanho médio com 500g, embaladas individualmente em embalagem plástica transparente apropriada para o produto, com rótulo contendo composição, data de fabricação e data de validade.	20,08	12.048,00
59.	200	KG	PÃO CASEIRO INTEGRAL, isento de gorduras animais e trans. Entregar em unidades de tamanho médio com 500g, embaladas individualmente em embalagem plástica transparente apropriada para o produto, com rótulo contendo composição, data de fabricação e data de validade.	23,68	4.736,00
60.	1700	UND	PÃO CASEIRINHO MISTO (metade farinha de trigo branca, metade farinha de trigo integral e/ou farelos), unidade de 50g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no MÁXIMO NO DIA ANTERIOR A ENTREGA. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica com rotulagem nutricional.	2,15	3.655,00
61.	1700	UND	PÃO CASEIRINHO DE VEGETAIS (cenoura, beterraba, brócolis, espinafre, abóbora), unidade de 50g, fresco, macio, crescimento adequados, sem presença de sujidades, feito no MÁXIMO NO DIA ANTERIOR A ENTREGA. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica com rotulagem nutricional.	1,62	2.754,00
62.	1800	UND	PÃO CASEIRINHO, unidade de 50g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no máximo no dia anterior à entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade.	1,81	3.258,00
63.	150	KG	PEPINO SALADA, de primeira qualidade, no ponto de maturação, que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Sem ferimentos ou defeitos, sem manchas. Entregar em embalagens plásticas devidamente higienizadas, com etiqueta de pesagem.	5,74	861,00
64.	380	KG	PÊSSEGO in natura, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta.	12,76	4.848,80
66.	30	KG	PIMENTÃO VERDE ORGÂNICO, com tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Em grau de desenvolvimento tal que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não conterem substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Estarem isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos.	11,53	345,90
67.	60	KG	PIMENTÃO VERDE, VERMELHO, AMARELO, médio amadurecimento, firmes, íntegros, sem manchas e cor característica uniforme. Devem ser entregues em caixas plásticas limpas e higienizadas ou sacos plásticos transparentes próprios para alimentos.	10,80	648,00
68.	50	KG	POLPA DE FRUTA, sabores diversos. Ingredientes: Polpa de fruta 100% natural, sem conservante e CONGELADA. Armazenada em embalagem de polietileno atóxico de 1 Kg.	22,49	1.124,50
69.	500	KG	REPOLHO VERDE, fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estar em perfeito estado de conservação e maturação. Unidades de tamanho médio.	5,32	2.660,00
70.	350	UND	RÚCULA (350G), de primeira qualidade, com tamanho médio padronizado, frescas, inteiras e sãs. As folhas deverão se apresentar intactas e firmes. Isentas de substâncias terrosas, sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa. Livres de parasitos, larvas ou outros animais nos produtos e embalagens. Sem umidade externa anormal. Isentas de odor e sabor estranhos. Entregar em embalagens devidamente higienizadas.	6,54	2.289,00
71.	15	UND	SÁLVIA limpa, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado às legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	8,67	130,05
73.	1500	KG	TOMATE, de primeira qualidade, maturação média, bem formado, limpo, cor própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Entregar em embalagens plásticas devidamente higienizadas, com etiqueta de pesagem.	7,63	11.445,00
74.	100	KG	TOMATE CEREJA ORGÂNICO, de boa qualidade, tamanho e coloração uniforme, livre de sujidades, bem desenvolvido, com polpa firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica; acondicionada em embalagem de 1 kg.	24,38	2.438,00
76.	150	UND	SUCO DE UVA INTEGRAL, processado de acordo com as normas com registro no MAPA - Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, isenta de fragmentos das partes não comestíveis e sem açúcar, cor, cheiro e sabor próprio, em embalagens de 1,5 L em vidro.	26,79	4.018,50
77.	100	KG	VAGEM, de tamanho regular, de primeira, fresco, aroma e cor da espécie e variedade, apresentar grau máximo de maturação que permita suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar. Entregar em embalagens plásticas devidamente higienizadas, com etiqueta de pesagem.	16,19	1.619,00
78.	80	UND	VINAGRE COLONIAL, de vinho tinto. Ingredientes: fermentado acético de vinho tinto hidratado e conservante INS 224. Acondicionado em embalagens plásticas com tampa inviolável, contendo 750ml.	9,86	788,80
79.	100	KG	UVA ORGÂNICA, de boa qualidade, sem semente. Devem ser frescas, terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. A polpa deve estar intacta e firme. Deve apresentar-se em início de maturação. Acondicionados em sacos plásticos resistentes, com 1 kg.	18,76	1.876,00

Renascença, 18 de agosto de 2026.

LUCIANA ALMERI MORCELLI
Agente de Contratação

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:55D80539

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO Nº 063/2026

DECRETO Nº 063/2026

SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E DE INTERESSE SOCIAL AS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, DRENAGEM PLUVIAL E INFRAESTRUTURA URBANA EM VIAS DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO IVAÍ/PR.

O Prefeito do MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO IVAÍ, Estado do Paraná, Senhor PEDRO TABORDA DESPLANCHES, usando das atribuições do seu cargo, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam declaradas de Utilidade Pública e de Interesse Social, para fins de Licenciamento Ambiental junto ao Instituto Água e Terra - IAT, as obras de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ, implantação e adequação do sistema de drenagem de águas pluviais, meio-fio e sarjeta, passeios e dispositivos de acessibilidade, sinalização viária, paisagismo e demais serviços complementares de infraestrutura urbana, a serem executadas em vias públicas do Município de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná.

Art. 2º - O empreendimento compreende os seguintes trechos, identificados pelas respectivas coordenadas UTM de início e final, conforme o projeto executivo:

Item	Via	Trecho	UTM - Início	UTM - Final	Extensão (m)
I	Rua Projetada A	Entre a Rua Projetada B e a Rua Projetada F	E = 457713,04 m N = 7306798,61 m	E = 456952,03 m N = 7307407,60 m	1.079,46
II	Rua Projetada B	Entre a Estrada Rural e a Rua Projetada D	E = 457827,24 m N = 7306734,39 m	E = 457431,29 m N = 7307027,69 m	357,83
III	Rua Projetada C	Entre a Rua Projetada B e a Rua Projetada A	E = 457499,08 m N = 7306974,76 m	E = 457464,30 m N = 7306936,79 m	84,13
IV	Rua Projetada D	Entre a Rua Projetada B e a Rua Projetada A	E = 457429,13 m N = 7307029,99 m	E = 457379,65 m N = 7307012,57 m	50,48
V	Rua Rio Piquiri	Entre a Rodovia Ary Borba Carneiro e a Rua Rio Cambará	E = 467425,79 m N = 7312117,02 m	E = 467486,65 m N = 7312134,36 m	64,21
VI	Rua Rio Cambará	Entre a Rua Rio Piquiri e a Travessa Rio Machado	E = 467488,29 m N = 7312134,56 m	E = 467572,03 m N = 7311856,45 m	273,59
VII	Travessa Rio Machado	Entre a Rodovia Ary Borba Carneiro e a Rua Rio Cambará	E = 467570,93 m N = 7311852,03 m	E = 467538,86 m N = 7311832,70 m	36,83
VIII	Avenida Rio São Francisco	Entre a Rua Rio Tietê e a Rua Rio Nilo	E = 468492,94 m N = 7310160,53 m	E = 468505,46 m N = 7310314,26 m	155,63
IX	Rua Rio Jordão	Entre a Rua Rio das Cinzas e propriedade sem denominação	E = 468200,87 m N = 7309905,75 m	E = 468110,27 m N = 7309980,00 m	102,61
X	Rua Rio das Cinzas	Entre a Rua Rio Jordão e a Rua Rio Tibagi	E = 468200,67 m N = 7309908,86 m	E = 468282,21 m N = 7309999,89 m	109,46
XI	Rua Rio Paraná	Entre a Rua Rio Negrinho e a Rua Rio Solimões	E = 468012,07 m N = 7310075,67 m	E = 468003,35 m N = 7310158,11 m	102,20
XII	Rua Rio Solimões	Entre a Rua Rio Paraná e a Rua Rio Tibagi	E = 468013,97 m N = 7310071,51 m	E = 468119,28 m N = 7310139,13 m	109,94
XIII	Rua Cotovia	Entre a Rua Maracanã e a Rua Jacutinga	E = 467332,24 m N = 7310967,36 m	E = 466976,47 m N = 7310862,64 m	383,48
XIV	Rua Sanhaço	Entre a Rua Cotovia e a Rua Rio Igapó	E = 467118,83 m N = 7310872,85 m	E = 467561,86 m N = 7310470,62 m	611,82
XV	Rua Rio Igapó	Entre a Rua Sanhaço e a Estrada Municipal	E = 467553,70 m N = 7310472,51 m	E = 467456,94 m N = 7310447,20 m	98,54
XVI	Rua Tangará da Serra	Entre a Avenida Rio Branco e a Rua Sanhaço	E = 467834,52 m N = 7310848,92 m	E = 467547,92 m N = 7310496,02 m	355,54
XVII	Rua Rio Miranda	Entre a Rua Rio do Lontra e propriedade sem denominação	E = 467841,91 m N = 7310756,45 m	E = 467723,32 m N = 7310540,58 m	307,25
Item	Via	Trecho	UTM - Início	UTM - Final	Extensão (m)
XVIII	Rua Rio Tiguari	Entre a Avenida Antônio Wosiack e a Rua Rio Miranda	E = 467968,71 m N = 7310691,82 m	E = 467830,69 m N = 7310725,52 m	133,93
XIX	Rua Rio Paranapanema	Entre a Avenida Antônio Wosiack e a Rua Rio Miranda	E = 467932,50 m N = 7310627,85 m	E = 467792,90 m N = 7310663,92 m	134,93
XX	Rua Rio Naviraí	Entre a Avenida Antônio Wosiack e a Rua Rio Miranda	E = 467896,70 m N = 7310562,12 m	E = 467758,46 m N = 7310600,91 m	132,75
XXI	Rua Rio Bom	Entre a Avenida Antônio Wosiack e a Rua Sem Denominação	E = 467727,68 m N = 7310304,90 m	E = 467504,61 m N = 7310372,21 m	237,92
XXII	Rua Rio Tietê	Entre a Rua Rio Alonzo e a Avenida Rio São Francisco	E = 468644,45 m N = 7310092,05 m	E = 468496,00 m N = 7310155,37 m	162,61
XXIII	Rua Rio Alonzo	Entre a Rua Rio Tietê e propriedade rural	E = 468645,83 m N = 7310092,06 m	E = 468496,53 m N = 7310155,82 m	176,68
XXIV	Avenida Antônio Wosiack	Entre a Avenida Rio Vermelho e a Rua Rio Negrinho	E = 467775,28 m N = 7310357,65 m	E = 467632,74 m N = 7310254,43 m	169,09
XXV	Rua Rio Araguaia	Entre a Avenida Rio São Francisco e a Rua Rio da Areia	E = 468307,87 m N = 7309860,18 m	E = 468412,49 m N = 7309859,56 m	128,04
XXVI	Rua Rio da Areia	Entre a Rua Rio Araguaia e a Rua Rio Tietê	E = 468417,99 m N = 7309859,45 m	E = 468554,53 m N = 7310132,14 m	298,77
XXVII	Rua Maracanã	Entre a Rua Tangará da Serra e a Rua Cotovia	E = 467781,81 m N = 7310782,19 m	E = 467331,47 m N = 7310971,01 m	610,56

Parágrafo único. As coordenadas UTM relacionadas neste artigo reproduzem os pontos de início e final constantes do memorial descritivo do projeto, devendo ser interpretadas no mesmo sistema de referência geodésica adotado nas peças técnicas do empreendimento.

Art. 3º - O empreendimento possui extensão total aproximada de 6.468,28 metros, área de pavimentação asfáltica de 41.461,02 m² e área de passeios e paisagismo de 19.098,75 m², totalizando aproximadamente 60.559,77 m² de área de intervenção.

Art. 4º - Integram as intervenções declaradas de Utilidade Pública e de Interesse Social os sistemas de drenagem de águas pluviais previstos para as vias contempladas, incluindo galerias, tubulações, bocas de lobo, caixas de ligação, poços de visita, conexões com redes existentes, dispositivos de lançamento e dissipadores de energia, conforme as peças técnicas do projeto.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE

Edifício do PAÇO MUNICIPAL de Rio Branco do Ivaí, aos 18 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Gabriela Dos Santos Bernardes
Código Identificador:B3A0FB7D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE HABILITAÇÃO DE LICITANTES PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026

A Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, através da Agente de Contratação designada pelo Decreto nº 8.513/2026, tendo em vista o que consta do processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, que tem por objeto a **"**Fornecimento sob demanda de gás e água mineral, com serviço de entrega.**"** leva ao conhecimento dos interessados os licitantes declarados habilitados, sendo-lhe adjudicado o objeto, conforme abaixo

Razão Social	Lote	Und.	Qtde.	Desconto	Valor Unit.	Valor Total
PRONTO EXPRESS LOGISTICA LTDA	1	Und	1,00	**21%**	R$ 521.318,15	R$ 521.318,15
LISBOA ALIMENTOS LTDA	2	Und	1,00	**49%**	R$ 169.796,00	R$ 169.796,00

Valor Máximo para a contratação **R$ 691.114,15 (Seiscentos e noventa e um mil, cento e quatorze reais e quinze centavos).**
Vistas do processo poderão ser obtidas perante a própria Agente de Contratação/Equipe de Apoio, em dias de expediente normal, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Rio Branco do Sul, 18 de agosto de 2026.

CAMILA NAIARA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:37EEE59A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
EDITAL N.º 104/2026

RESULTADO FINAL
PROMOÇÃO HORIZONTAL MAGISTÉRIO 2026

A Prefeitura Municipal de Rio Negro, através da Secretaria de Educação, no uso de suas atribuições legais, dando cumprimento ao disposto nos artigos 42 e 45 da Lei Municipal nº 2007, de 29 de abril de 2010 e no Decreto nº 084, de 05 de julho de 2022, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos profissionais pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério, o presente Edital que estabelece o **RESULTADO FINAL**, após entrega de documentação da **promoção horizontal do quadro próprio do magistério para o ano de 2026.**

I - PROGREDIRAM DE NÍVEL:

Nº	Funcionário - Código	Funcionário - Contrato	Funcionário - Descrição	Data Admissão	Nível - Descrição	Nível - Novo
	4502	2	Adriana da Silva Pinto	10/03/2009	PC20-6	PC20-7
	24635	1	Alessandra Maria Pasdiora	21/07/2015	PC20-5	PC20-6
	18830	4	Ana Cristina dos Santos	10/03/2009	PC20-6	PC20-7
	24600	1	Ana Paula Plautz Kuhne	20/07/2015	PC20-5	PC20-6
	10502	3	Ana Paula Ritzmann Malinovski	17/06/2019	PC20-3	PC20-4
	23582	5	Andreia de Lima Bento	14/02/2013	PB40-6	PB40-7
	24708	1	Bernadete Rank Padilha	22/07/2015	PC20-5	PC20-6
	25470	1	Bruna Branco Walter	19/09/2016	PC40-4	PC40-5
	20010	4	Carla Adriana Fuchs de Castro	01/02/2011	PC20-6	PC20-7
	5487	2	Carmelita Regina Zilioto Soares	14/02/2008	PC20-6	PC20-7
	10340	11	Crislaine Francine Denck	07/03/2019	PB40-3	PB40-4
	25658	1	Cristiane Pscheidt Kobczinski	08/03/2017	PC20-4	PC20-5
	19852	5	Cristiane Schafhauser	03/11/2010	PC20-6	PC20-7
	16624	2	Daniele Cristina Herzer Dallabona	14/02/2013	PC20-6	PC20-7
	10480	7	Danilo Bruno de Lima Nogueira	03/06/2019	PC20-2	PC20-3
	24546	6	Desiree Francielli Colaço Fernandes	01/04/2019	PC20-3	PC20-4
	24546	5	Desiree Francielli Colaço Fernandes	17/06/2015	PC20-5	PC20-6
	10499	2	Diuliana Aparecida Ruthes Polak	10/06/2019	PC20-3	PC20-4
	19860	4	Ediane Bueno Costa	03/11/2010	PA20-7	PA20-8
	10170	3	Elena Rodrigues	07/11/2018	PC40-2	PC40-3
	18562	1	Eliane Aparecida Eckel	02/02/2009	PC20-6	PC20-7
	18562	2	Eliane Aparecida Eckel	12/03/2013	PC20-6	PC20-7
	18953	1	Eliane Konig Wilczek	06/04/2009	PC20-6	PC20-7
	24619	9	Eliane Liebel	20/07/2015	PC40-5	PC40-6
	5398	2	Elza Maria de Lima Lourenço	15/08/2002	PC20-10	PC20-11
	19992	3	Emanuela Felix de Sousa Fuchs	01/02/2011	PC20-6	PC20-7
	4820	2	Fatima Emidia Pedro	01/04/2002	PC20-10	PC20-11
	10367	1	Flavia Alzira Goffi de Lima Cardoso	08/03/2019	PC40-2	PC40-3
	23590	3	Geovane Augustin Schmidt	14/02/2013	PC20-6	PC20-7
	24643	6	Gerciane Gruber Wotroba	21/07/2015	PC20-5	PC20-6
	18899	4	Gisela Cunha	10/03/2009	PC20-6	PC20-7

	23612	7	Giselle Correa Marques	14/02/2013	PC20-6	PC20-7
	100099	2	Iasminda Maria Rauen Deda	05/05/2017	PC20-3	PC20-4
	2321	2	Janice Bastos Ribeiro	01/09/2002	PC20-10	PC20-11
	20060	2	Janine Maria Koene	21/03/2017	PC20-3	PC20-4
	23680	1	Jaqueline Cordova Neppel	19/02/2013	PC40-6	PC40-7
	10189	1	João Tobias de Moraes	07/11/2018	PC40-3	PC40-4
	23639	1	Joelma Chaves Gonçalves	14/02/2013	PC20-5	PC20-6
	10464	1	Joseneia Gomes dos Santos Drosdeck	02/05/2019	PC20-3	PC20-4
	5339	3	Josiane Vichinheski Prestes	16/12/2010	PC20-6	PC20-7
	9652	1	Judi Emili Martins Popper	08/01/2001	PC20-12	PC20-13
	24686	2	Juviliane Eneyde Gutstein Padilha	21/07/2015	PC40-5	PC40-6
	18970	1	Lia Cristina Rumph	06/04/2009	PC20-6	PC20-7
	25526	11	Luana Eduarda de Andrade	11/10/2016	PB40-4	PB40-5
	24627	2	Lucimara Gruber Pereira	21/07/2015	PC20-5	PC20-6
	9733	1	Margarete Bauer	08/01/2001	PC20-10	PC20-11
	5150	2	Mariles Eles Pszybyla	01/04/2002	PC20-10	PC20-11
	25534	1	Milena Cristine Domiciano Bendlin	11/10/2016	PC40-4	PC40-5
	25631	7	Rosana Rodrigues de França Wotroba	05/04/2019	PC20-3	PC20-4
	25631	6	Rosana Rodrigues de França Wotroba	06/03/2017	PC20-4	PC20-5
	19879	2	Rosimar dos Santos Numer da Trindade	03/11/2010	PC20-6	PC20-7
	20087	1	Sandra Aparecida Maia	01/02/2011	PC20-6	PC20-7
	23086	9	Sandra Berenice Colaço	03/09/2012	PC40-5	PC40-6
	9695	1	Sidineia Leite Pires da Fonseca	08/01/2001	PC20-11	PC20-12
	24694	1	Simone Braz de Queiroz	20/07/2015	PC20-3	PC20-4
	20044	4	Simoni Maria Prestes de Souza	07/02/2011	PC20-4	PC20-5
	10383	5	Solange Regina Signorelli Konkel	12/03/2019	PC20-3	PC20-4
	25640	1	Suellen Ribeiro Bergamini	07/03/2017	PC20-4	PC20-5
	10430	1	Suelyn Luiz	03/04/2019	PC20-3	PC20-4
	10588	7	Tatiane Cristine França	08/07/2019	PC20-3	PC20-4
	24678	1	Valdirene do Rocio Gomes Siqueira Haaben	21/07/2015	PC20-5	PC20-6
	10375	1	Vania Semkowicz	12/03/2019	PC40-3	PC40-4
	9067	2	Veridiane Aparecida Veiga Alves	14/02/2013	PC20-6	PC20-7

II - NÃO COMPARECERAM / NÃO ATENDERAM AOS REQUISITOS PERTINENTES AO DEVIDO AVANÇO:

Nº	Funcionário - Código	Funcionário - Contrato	Funcionário - Descrição	Data Admissão	Nível - Descrição
	9709	1	Eva Angelita Brandemburg	08/01/2001	PC20-5
	10367	1	Flavia Alzira Goffi de Lima Cardoso	08/03/2019	PC40-2
	10286	4	Gisele Scru Fuchs	12/02/2019	PC20-3
	18945	5	Joani Danubia Hilgenstieler Walecsko	06/04/2009	PB20-6
	20079	5	Neozeli Marinheski	01/02/2011	PC20-1
	24511	11	Ray Marcelo Trindade de Oliveira	20/05/2015	PB40-5
	24597	1	Richard Antonello	20/07/2015	PC20-3
	23620	1	Rubia Valeria Gruber	15/02/2013	PC20-6

As alterações terão validade a partir de 1º de agosto de 2026.

Rio Negro, 18 de agosto de 2026.

VERA MARIA PFEFFER SCHELBAUER
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:89996F2B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 233/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 114/2026

OBJETO: Contratação de empresa para divulgação sonora nos dias 21 e 22 de agosto para chamamento da população para a Campanha de Multivacinação.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1,00	SRV	DIVULGAÇÃO DE PUBLICIDADE - Serviço de divulgação de som pelos bairros de Rio Negro nos dias 21 e 22 de Agosto, devido à Campanha de Multivacinação, para chamamento da população para atualização do calendário vacinal. A divulgação deverá acontecer no dia 21/08 das 8 às 16h, e no dia 22/08 das 8 às 12h.	660,00	59.811.449 WELITON SALVADOR

Rio Negro, 18 de agosto de 2026 -

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:B0C2850E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 045/2026

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa COMERCIAL BEIRA RIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 40.138.949/0001-77, com sede à Rua Monteiro Lobato, nº 297, Sala 02, Centro, na cidade de Jataizinho – PR, CEP 86.210-000, Fone (43) 99908-4729, e-mail comercialbeirarioltda@gmail.com, representada pelo Senhor VALDENIR ROSA, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a prestação dos serviços/aquisição de gêneros alimentícios básicos da Prefeitura Municipal de Rolândia e o Instituto de Previdência Municipal de Rolândia, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 045/2026, devidamente homologado pelo Município em 30/07/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
7	PCT	520,00	50331	Farinha de milho, flocada, amarela sem sal. Em embalagem plástica transparente com identificação do produto, data da embalagem, prazo de validade mínima de 06 meses na data da entrega do produto - embalagem de 500 g.	3,50	1.820,00	D'MILLE
13	PCT	1.030,00	71815	Biscoito tipo maisena integral isento de lactose e livre de transgênicos: O produto deverá ser fabricado isento de lactose e livre de transgenia, elaborado a partir de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral, açúcar, gordura vegetal, fécula de mandioca, ovos, açúcar invertido, gordura em pó, fermento químico/ bicarbonato de sódio, estabilizante/pirofosfato ácido de sódio, sal, aroma idêntico ao natural. O biscoito final deverá apresentar aspecto e cor característicos, além de odor e sabor próprios e compatíveis com a sua categoria.	9,43	9.712,90	LIANE
18	PCT	210,00	70323	Leite em Pó Instantâneo Integral Zero Lactose, 300 g: Leite integral, enzima lactase e emulsificante lecitina de soja. Validade: Mínima de 10 meses a contar da data da entrega.	23,31	4.895,10	BATAVO

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

1. Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.

Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.

Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.

O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.

Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.

As adjudicatárias, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.

A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.

Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referentes ao ramo de atividades.

O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.

Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.

Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.

Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.

A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.

A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.

O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.

Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.

Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 16.428,00 (dezesseis mil, quatrocentos e vinte e oito reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município,sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do

processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.

O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.

PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.

PARÁGRAFO SEXTO –É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

São obrigações do Detentor do Registro de Preços:

Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.

O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;

V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.

V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.

V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.

V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:

• Dar causa à inexecução parcial ou total da ata de registro de preços;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:

• Recusar-se injustificadamente a assinar a ata de registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.

O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:

• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;

• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será de até10 (dez) dias, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento.
2. O Instrumento hábil de formalização da contrataçãoterá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV,da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Secretaria geral dotação: 2044 **fonte de recursos:** 000
SINE: dotação 13.730 **fontes de recursos:** 000
Secretaria municipal de saúde: dotação 9877 **fontes de recursos:** 494
Secretaria de assistência social dotação: 12149 **fontes de recursos:** 01000
Classificação Orçamentária:

Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00
As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia – PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surtaos seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***COMERCIAL BEIRA RIO LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	MICHELE DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:54EA63D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 045/2026

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, e o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA – ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA, entidade de natureza autárquica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 08.690.876/0001-19, com sede à Rua Willie Davids, nº 457, Centro, na cidade de Rolândia – PR, neste ato devidamente representado pela Superintendente, Senhora ELUIZA MESSIANO BETTEGA, residente e domiciliada nesta cidade, resolvem registrar o preço da empresa F & N PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 58.354.399/0001-99, com sede à Avenida Dr. Gastão Vidigal, nº 98, Setor 01, Quadra 01, Lote 09, Eco Park, na cidade de Cruzeiro do Sul – PR, CEP 87.650-030, Fone (44) 99773-1619, e-mail comerciocasadalimpeza@gmail.com, representada pelo Senhor JOSÉ FARIA DO NASCIMENTO, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a prestação dos serviços/aquisição de gêneros alimentícios básicos da Prefeitura Municipal de Rolândia e o Instituto de Previdência Municipal de Rolândia, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 045/2026, devidamente homologado pelo Município em 30/07/2026.

Item	Und.	Qtd. Prefeitura	Qtd. Previdência	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total Prefeitura	R$ Total Previdência	Marca
1	CX	3.160,00	5,00	51110	Chá mate - ingredientes: folhas e talos de mate tostados. O produto deve apresentar rendimento de 1 litro de infusão para 13,5 a 18 gramas. Embalagem de 250 gramas, sendo a embalagem primária plástica e secundária em caixa de papelão. Prazo de validade mínimo de 10 meses no ato da entrega do produto	3,00	9.480,00	15,00	BARAO PICOLO

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
1. Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.
Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.
As adjudicatárias, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.

A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referentes ao ramo de atividades.
O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.
Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.
Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 9.480,00 (nove mil, quatrocentos e oitenta reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no

prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
O Instituto de Previdência Municipal de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 15,00 (quinze reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município,sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO –É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência;
II) Multa;
III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;
IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;
V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.
V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.
V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total da ata de registro de preços;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar a ata de registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será de até10 (dez) dias, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento.
2. O Instrumento hábil de formalização da contrataçãoterá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV,da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.

8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Secretaria geral dotação: 2044 **fonte de recursos:** 000
SINE: dotação 13.730 **fontes de recursos:** 000
Secretaria municipal de saúde: dotação 9877 **fontes de recursos:** 494
Secretaria de assistência social dotação: 12149 **fontes de recursos:** 01000
30 - Fundo Apos. Pensões Benf Servidores Munic.

Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia – PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surtaos seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***F & N PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA***

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Instituto De Previdência Municipal De Rolândia

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	MICHELE DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:83B05EE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 045/2026

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa GALERA DA CESTA BÁSICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 45.693.344/0001-61, com sede à Rua Paulo Sérgio de Lima Marasca, nº 395, Parque Industrial Bandeirantes, na cidade de Maringá – PR, CEP 87.070-060, Fone (44) 3031-5073 / 99813-7221, e-mail galeradacestabasica@gmail.com, representada pela Senhora CRISTHIANE MICHEL NASSER MANEIRA, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a prestação dos serviços/aquisição de gêneros alimentícios básicos da Prefeitura Municipal de Rolândia e o Instituto de Previdência Municipal de Rolândia, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 045/2026, devidamente homologado pelo Município em 30/07/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
2	PCT	100,00	68694	Macarrão espaguete com ovos, nº 08, massa de sêmola com ovos - ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural urucum e cúrcuma. Embalagem plástica de 500g. Validade mínima de 11 meses no ato da entrega.	2,90	290,00	JOIA

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

1. Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.

Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.

Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.

O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.

Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.

As adjudicatárias, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.

A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.

Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referentes ao ramo de atividades.

O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.

Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.

Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.

Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.

A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.

A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.

O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.

Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.

Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.

Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.

As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.

Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.

O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.

A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).

Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.

Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.

Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).

O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.

A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO

Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.

Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.

O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).

O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 290,00 (duzentos e noventa reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.

A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município,sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;

Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.

A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP

Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO –É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência;
II) Multa;
III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;
IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;
V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.
V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.
V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total da ata de registro de preços;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar a ata de registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.

Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será de até10 (dez) dias, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento.
2. O Instrumento hábil de formalização da contrataçãoterá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV,da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Secretaria geral dotação: 2044 **fonte de recursos:** 000
SINE: dotação 13.730 **fontes de recursos:** 000
Secretaria municipal de saúde: dotação 9877 **fontes de recursos:** 494
Secretaria de assistência social dotação: 12149 **fontes de recursos:** 01000

Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia – PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surtaos seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***F & N PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	MICHELE DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:EB72C0DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 045/2026

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa J VOLPATO TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 14.835.996/0001-60, com sede à PR 218, KM 03, S/N, Jardim Universitário, na cidade de Arapongas – PR, CEP 86.700-970, Fone (43) 3274-6000 / 98828-5300, e-mail mauro@laticiniosvolpato.com.br, representada pelo Senhor MAURO PRIETO GARRIDO, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a prestação dos serviços/aquisição de gêneros alimentícios básicos da Prefeitura Municipal de Rolândia e o Instituto de Previdência Municipal de Rolândia, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 045/2026, devidamente homologado pelo Município em 30/07/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
3	PCT	1.145,00	71807	Manteiga extra com sal. Ingredientes: creme de leite pasteurizado, cloreto de sódio e fermento lácteo. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega. Embalagem mínima de 200g.	9,30	10.648,50	VOLPATO
9	PCT	1.100,00	71811	Bebida Láctea Fermentada com Preparado de Fruta sabor Morango. INGREDIENTES: Leite reconstituído semidesnatado e/ou leite pasteurizado integral, preparado de morango (água, xarope de açúcar, amido modificado, açúcar, morango, cálcio (fosfato tricálcico), aromatizantes, acidulante ácido cítrico, espessante goma guar, corante natural carmim e conservador sorbato de potássio), soro de leite reconstituído, xarope de açúcar e fermento lácteo. Acondicionado em embalagem plástica atóxica com capacidade de 900ml, com registro de inspeção SIF. Prazo de validade 45 dias no ato da entrega.	4,70	5.170,00	VOLPATO

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
1. Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.
Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.
As adjudicatárias, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.

A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referentes ao ramo de atividades.
O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.
Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.
Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 15.818,50 (quinze mil, oitocentos e dezoito reais e cinquenta centavos), conforme as respectivas notas de empenho. O

pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município,sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO –É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência;
II) Multa;
III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;
IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;

V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.
V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.
V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total da ata de registro de preços;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar a ata de registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será de até10 (dez) dias, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento.
2. O Instrumento hábil de formalização da contrataçãoterá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV,da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Secretaria geral dotação: 2044 **fonte de recursos:** 000
SINE: dotação 13.730 **fontes de recursos:** 000
Secretaria municipal de saúde: dotação 9877 **fontes de recursos:** 494
Secretaria de assistência social dotação: 12149 **fontes de recursos:** 01000

Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia – PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surtaos seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	____
Prefeito Municipal De Rolândia	***J VOLPATO TRANSPORTES LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	MICHELE DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:5FD23D9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 045/2026

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, e o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA – ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA, entidade de natureza autárquica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 08.690.876/0001-19, com sede à Rua Willie Davids, nº 457, Centro, na cidade de Rolândia – PR, neste ato devidamente representado pela Superintendente, Senhora ELUIZA MESSIANO BETTEGA, residente e domiciliada nesta cidade, resolvem registrar o preço da empresa ROYAL COFFEE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 55.914.994/0001-43, com sede à Rua Brilhante, nº 153, Jardim Santa Helena, na cidade de Maringá – PR, CEP 87.083-326, Fone (44) 99153-6262, e-mail distribuidoraroyalcoffee@gmail.com, representada pelo Senhor DIEGO VINÍCIUS SEMENSATO PINTO, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a prestação dos serviços/aquisição de gêneros alimentícios básicos da Prefeitura Municipal de Rolândia e o Instituto de Previdência Municipal de Rolândia, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 045/2026, devidamente homologado pelo Município em 30/07/2026.

Item	Und.	Qtd. Prefeitura	Qtd. Previdência	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total Prefeitura	R$ Total Previdência	Marca
14	PCT	3.050,00	-	70321	Café Torrado e Moído Extraforte, embalagem de 500 g: produto obtido a partir de grãos de café torrados e moídos, tipo 8 ou superior, isento de impurezas, matérias estranhas e substâncias nocivas à saúde, atendendo aos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pela legislação vigente e comprovados por laudo técnico, certificação ou documentação equivalente emitidos por entidade ou laboratório legalmente habilitado. Validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.	14,20	43.310,00	-	PRESIDENTE
15	PCT	9.110,00	40,00	70321	Café Torrado e Moído Extraforte, embalagem de 500 g: produto obtido a partir de grãos de café torrados e moídos, tipo 8 ou superior, isento de impurezas, matérias estranhas e substâncias nocivas à saúde, atendendo aos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pela legislação vigente e comprovados por laudo técnico, certificação ou documentação equivalente emitidos por entidade ou laboratório legalmente habilitado. Validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.	14,20	129.362,00	568,00	PRESIDENTE

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

1. Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.

Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.

Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.

O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.

Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.

As adjudicatárias, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.

A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.

Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referentes ao ramo de atividades.

O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.

Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.

Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.

Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.

A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.

A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.

O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.

Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.

Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.

Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 172.672,00 (cento e setenta e dois mil, seiscentos e setenta e dois reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
O Instituto de Previdência Municipal de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 568,00 (quinhentos e sessenta e oito reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município,sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.

O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.

PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.

PARÁGRAFO SEXTO –É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

São obrigações do Detentor do Registro de Preços:

Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.

O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;

V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.

V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.

V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.

V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:

• Dar causa à inexecução parcial ou total da ata de registro de preços;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:

• Recusar-se injustificadamente a assinar a ata de registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.

O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:

• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será de até10 (dez) dias, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento.
2. O Instrumento hábil de formalização da contrataçãoterá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV,da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Secretaria geral dotação: 2044 **fonte de recursos:** 000

SINE: dotação 13.730 **fontes de recursos:** 000
Secretaria municipal de saúde: dotação 9877 **fontes de recursos:** 494
Secretaria de assistência social dotação: 12149 **fontes de recursos:** 01000
30 - Fundo Apos. Pensões Benf Servidores Munic.

Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia – PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surtaos seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO Prefeito Municipal De Rolândia	***ROYAL COFFEE LTDA***

ELUIZA MESSIANO BETTEGA Instituto De Previdência Municipal De Rolândia

TESTEMUNHAS:

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	MICHELE DA SILVA PEREIRA Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:A6630EE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 061/2026

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa BAZOCA PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 44.281.941/0001-16, com sede à Rua José Nicola Caliento, nº 981, Jardim Rosângelo, na cidade de Rolândia – PR, CEP 86.602-342, Fone (43) 99914-4967, e-mail claudiorobertobonacini@gmail.com, representada pelo Senhor CLÁUDIO BONACINI, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação dos serviços especializada(s) na prestação de serviços de borracharia, lavagem, higienização e lubrificação dos veículos e maquinários pertencentes à frota municipal.
conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 061/2026, devidamente homologado pelo Município em 31/07/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
1	SER	350,00	72036	CONSERTO PNEUS DE EQUIPAMENTOS (utilitário pesado caminhões, ônibus e micro-ônibus) NO LOCAL DENTRO DO MUNICÍPIO (zona urbana) SOCORRO	151,00	52.850,00	Não Informado
2	SER	250,00	72037	CONSERTO PNEUS DE EQUIPAMENTOS (tratores pá carregadeiras etc). NO LOCAL ZONA RURAL.SOCORRO	232,00	58.000,00	Não Informado
3	SER	300,00	72038	MONTAGEM PNEUS (EQUIPAMENTOS PESADOS PÁ CARREGADEIRA, MOTONIVELADORA ETC....)	151,00	45.300,00	Não Informado
4	SER	400,00	72039	MONTAGEM PNEUS (peso acima de 3.500 kg caminhões, ônibus e micro-ônibus)	44,00	17.600,00	Não Informado
5	SER	55,00	72040	VULCANIZAÇÃO PARA PNEU DE TRATOR	892,00	49.060,00	Não Informado
6	SER	200,00	72041	Conserto pneu trator sem água	192,00	38.400,00	Não Informado
7	SER	200,00	72042	Conserto pneu trator com água	218,00	43.600,00	Não Informado
8	SER	300,00	72043	Conserto pneu pá carregadeira 1300x24/1400x24	218,00	65.400,00	Não Informado
9	SER	175,00	72044	Vulcanização de pneu em veículo automotor tipo utilitário (peso acima de 3.500 kg caminhões, ônibus e micro-ônibus)	422,00	73.850,00	Não Informado
10	SER	150,00	72045	VULCANIZAÇÃO DE PNEU EM VEICULO AUTOMOTOR TIPO UTILITÁRIO ARO 16 (vans caminhonete).	240,00	36.000,00	Não Informado
11	SER	800,00	72046	CONSERTO EM PNEU (utilitário pesado - caminhões, ônibus e micro-ônibus).	71,00	56.800,00	Não Informado
12	SER	300,00	72047	TROCA DE Bico para pneu com camara	28,00	8.400,00	Não Informado
13	SER	500,00	72048	Vulcanização de pneu em veículo automotor tipo utilitário leve. (vans - ambulancias)	240,00	120.000,00	Não Informado
14	SER	700,00	72049	CONSERTO EM PNEU (veículo utilitário vans).	83,00	58.100,00	Não Informado
15	SER	500,00	72050	TROCA DE Bico para pneu sem câmara	76,00	38.000,00	Não Informado
16	SER	500,00	72051	Vulcanização de pneu em veículo automotor tipo passeio	96,00	48.000,00	Não Informado
17	SER	500,00	72052	CONSERTO EM PNEU (veículo passeio).	39,00	19.500,00	Não Informado
18	SER	500,00	72053	TROCA do anel de vedação do Pneu	75,00	37.500,00	Não Informado
19	SER	500,00	72054	TROCA DO BICO DE FERRO	88,00	44.000,00	Não Informado
20	SER	350,00	72055	TIPE TOPE COLADO.	77,00	26.950,00	Não Informado
21	SER	55,00	69195	VULCANIZAÇÃO PARA PNEU DE MOTONIVELADORA	804,00	44.220,00	Não Informado

22	SER	55,00	69196	VULCANIZAÇÃO PARA PNEU DE PA CARREGADEIRA	794,00	43.670,00	Não Informado
23	SER	55,00	69197	VULCANIZAÇÃO PARA PNEU RETRO ESCAVADEIRA	803,00	44.165,00	Não Informado
24	SER	55,00	69198	VULCANIZAÇÃO PARA PNEU DE BOB CAT	803,00	44.165,00	Não Informado
25	SER	55,00	69199	VULCANIZAÇÃO DO ROLO COMPACTADOR	808,00	44.440,00	Não Informado

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

1. Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

Entregar/Executar os produtos/serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.

Substituir/refazer os produtos/serviços em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.

O transporte dos produtos/serviços deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.

Em caso de dano e extravio do produto/serviço durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.

A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.

A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.

Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.

O produto/serviço deverá atender integralmente as especificações do edital.

Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.

Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.

Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.

A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.

A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

DA EXIGÊNCIA DE BASE OPERACIONAL LOCAL PARA EXECUÇÃO

Considerando a natureza dos serviços — que incluem atendimento emergencial (socorro) e o encaminhamento físico de veículos, máquinas e equipamentos ao estabelecimento da contratada - e visando a assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, a redução do tempo de indisponibilidade da frota, a economicidade em deslocamentos e a efetiva fiscalização contratual, a detentora da ata / contratada deverá manter, durante toda a execução, estabelecimento (matriz ou filial) ou base operacional situada no Município de Rolândia/PR, devidamente estruturada e regularizada para a prestação dos serviços registrados.

Esta exigência não constitui condição de participação ou de habilitação, não sendo, em nenhuma hipótese, oponível aos licitantes na fase de disputa ou julgamento, sendo exigível exclusivamente do licitante vencedor, como condição para a execução contratual, em conformidade com o art. 9º, I, e com o art. 37, XXI, da Constituição Federal, e com a Súmula TCU nº 272.

A comprovação far-se-á no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da convocação da Administração, prorrogável por igual período mediante justificativa aceita, mediante apresentação de:

alvará de localização e funcionamento;

licença/dispensa ambiental, quando aplicável à atividade; e

comprovante de endereço do estabelecimento/base no Município.

A plena operação da base é condição para a emissão da primeira ordem de serviço/autorização de fornecimento.

O descumprimento injustificado do disposto nesta cláusula caracteriza recusa em contratar/inexecução, autorizando a Administração a decair do direito à contratação da detentora, convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação e aplicar as sanções cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

O fornecimento/execução dos produtos/serviços deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.

O fornecimento/execução dos produtos/serviços deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.

Os produtos/serviços entregues/executados em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser

considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
Caso a proponente entregue/execute um produto/serviços que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído/refeito para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 1.157.970,00 (um milhão, cento e cinquenta e sete mil, novecentos e setenta reais), conforme as respectivas notas de empenho.
O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos.
A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município,sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a

nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.

O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.

PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.

PARÁGRAFO SEXTO –É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

São obrigações do Detentor do Registro de Preços:

Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.

O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;

V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.

V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.

V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.

V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:

• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:

• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.

O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:

• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;

• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. **Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA de forma imediata, após o recebimento da respectiva Requisição de Serviços emitida pelo Município, observadas as condições e especificações constantes neste Termo de Referência. A execução dos serviços ocorrerá conforme a demanda da Administração Municipal, mediante encaminhamento dos veículos, máquinas e equipamentos ao estabelecimento da CONTRATADA.Em razão da essencialidade dos serviços de saúde pública, os veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde, especialmente as ambulâncias, terão prioridade absoluta no atendimento.Os serviços solicitados para ambulâncias deverão ser executados e concluídos no mesmo dia da requisição, desde que o veículo seja entregue pela Secretaria requisitante à CONTRATADA até as 12h00 (doze horas) da data da solicitação.Caso a entrega do veículo ocorra após o horário previsto no item anterior, o atendimento deverá ocorrer com prioridade máxima, observando-se a disponibilidade operacional da CONTRATADA e a urgência da demanda.**
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV,da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 02 – Chefia de Gabinete;
Classificação Orçamentária:
Para Serviços: 33.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia – PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surtaos seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 31 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***BAZOCA PNEUS LTDA***
Prefeito Municipal De Rolândia	

TESTEMUNHAS:

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	SÉRGIO DOMINGUES
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Chefe de Gabinete

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:DED1FB9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 061/2026

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa D. C. P. COMÉRCIO E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 60.122.813/0001-86, com sede à Rua Francisca Pereira da Silva, nº 4, Bairro Empresarial Center, na cidade de Presidente Venceslau – SP, CEP 19.409-514, Fone (18) 3271-3975, e-mail dcppneus@outlook.com, representada pelo Senhor RAPHAEL MURILO DENIPPOTTI, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação dos serviços especializada(s) na prestação de serviços de borracharia, lavagem, higienização e lubrificação dos veículos e maquinários pertencentes à frota municipal.
conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 061/2026, devidamente homologado pelo Município em 31/07/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
27	SER	100,00	72057	Recapagem PNEUS de veículos pesados(295/80R22.5) - (275/80 R22.5) CAMINHAO	1.050,00	105.000,00	B. UNIBOR
28	SER	100,00	72058	Recapagem PNEUS de veículos pesados(235/75R17.5) - (215/75R17.5) CAMINHAO	1.050,00	105.000,00	B. UNIBOR
32	SER	25,00	72060	Recapagem PNEUS de veículos pesados(17.5 X25) - (1400X24) - (19.5X24) MAQUINAS	2.500,00	62.500,00	B. UNIBOR
33	SER	50,00	72061	Recapagem PNEUS de veículos pesados (10X16.5)MAQUINAS	1.290,00	64.500,00	B. UNIBOR
34	SER	50,00	72062	Recapagem PNEUS de veículos pesados (12X16.5)MAQUINAS	1.290,00	64.500,00	B. UNIBOR
35	SER	50,00	72063	Recapagem PNEUS de veículos pesados (12.5/18) (12 X 16.5) MAQUINAS	1.290,00	64.500,00	B. UNIBOR
38	SER	50,00	72066	Recapagem PNEUS de veículos pesados (12.4 X 24) MAQUINAS - AGRICOLA	1.950,00	97.500,00	B. UNIBOR

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
1. Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Entregar/Executar os produtos/serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
Substituir/refazer os produtos/serviços em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.

O transporte dos produtos/serviços deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
Em caso de dano e extravio do produto/serviço durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.
A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
O produto/serviço deverá atender integralmente as especificações do edital.
Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS
DA EXIGÊNCIA DE BASE OPERACIONAL LOCAL PARA EXECUÇÃO
Considerando a natureza dos serviços — que incluem atendimento emergencial (socorro) e o encaminhamento físico de veículos, máquinas e equipamentos ao estabelecimento da contratada - e visando a assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, a redução do tempo de indisponibilidade da frota, a economicidade em deslocamentos e a efetiva fiscalização contratual, a detentora da ata / contratada deverá manter, durante toda a execução, estabelecimento (matriz ou filial) ou base operacional situada no Município de Rolândia/PR, devidamente estruturada e regularizada para a prestação dos serviços registrados.
Esta exigência não constitui condição de participação ou de habilitação, não sendo, em nenhuma hipótese, oponível aos licitantes na fase de disputa ou julgamento, sendo exigível exclusivamente do licitante vencedor, como condição para a execução contratual, em conformidade com o art. 9º, I, e com o art. 37, XXI, da Constituição Federal, e com a Súmula TCU nº 272.
A comprovação far-se-á no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da convocação da Administração, prorrogável por igual período mediante justificativa aceita, mediante apresentação de:
alvará de localização e funcionamento;
licença/dispensa ambiental, quando aplicável à atividade; e
comprovante de endereço do estabelecimento/base no Município.
A plena operação da base é condição para a emissão da primeira ordem de serviço/autorização de fornecimento.
O descumprimento injustificado do disposto nesta cláusula caracteriza recusa em contratar/inexecução, autorizando a Administração a decair do direito à contratação da detentora, convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação e aplicar as sanções cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

O fornecimento/execução dos produtos/serviços deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.
O fornecimento/execução dos produtos/serviços deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.
Os produtos/serviços entregues/executados em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
Caso a proponente entregue/execute um produto/serviços que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído/refeito para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.

Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 563.500,00 (quinhentos e sessenta e três mil e quinhentos reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município,sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO –É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência;
II) Multa;
III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;
IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;
V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.
V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.
V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. **Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA de forma imediata, após o recebimento da respectiva Requisição de Serviços emitida pelo Município, observadas as condições e especificações constantes neste Termo de Referência. A execução dos serviços ocorrerá conforme a demanda da Administração Municipal, mediante encaminhamento dos veículos, máquinas e equipamentos ao estabelecimento da CONTRATADA.Em razão da essencialidade dos serviços de saúde pública, os veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde, especialmente as ambulâncias, terão prioridade absoluta no atendimento.Os serviços solicitados para ambulâncias deverão ser executados e**

concluídos no mesmo dia da requisição, desde que o veículo seja entregue pela Secretaria requisitante à CONTRATADA até as 12h00 (doze horas) da data da solicitação.Caso a entrega do veículo ocorra após o horário previsto no item anterior, o atendimento deverá ocorrer com prioridade máxima, observando-se a disponibilidade operacional da CONTRATADA e a urgência da demanda.
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV,da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 02 – Chefia de Gabinete;
Classificação Orçamentária:
Para Serviços: 33.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia – PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surtaos seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 31 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***D. C. P. COMÉRCIO E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS LTDA – ME***
Prefeito Municipal De Rolândia	

TESTEMUNHAS:

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	SÉRGIO DOMINGUES
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Chefe de Gabinete

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:384F7F98

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 061/2026

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO MUT PNEUS LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 58.619.644/0001-42, com sede à Avenida Dr. Pedro Bentivoglio Filho, nº 30, Distrito Industrial, na cidade de Andradina – SP, CEP 16.902-170, Fone (18) 3722-4671, e-mail mutpneus@terra.com.br, representada pelo Senhor MARCO ANTÔNIO TOZZI, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação dos serviços especializada(s) na prestação de serviços de borracharia, lavagem, higienização e lubrificação dos veículos e maquinários pertencentes à frota municipal.
conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 061/2026, devidamente homologado pelo Município em 31/07/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
26	SER	100,00	72056	Recapagem PNEUS de veículos pesados(1000X20) CAMINHAO/MAQUINAS (7.50 X16 - RAIADO) - (7.50 X 18 -RAIADO)	855,00	85.500,00	PRÓPRIA
30	SER	25,00	72059	Recapagem PNEUS de veículos pesados(20.5 X 25) - (23.1 X 30) MAQUINAS	5.345,00	133.625,00	PRÓPRIA
36	SER	40,00	72064	Recapagem PNEUS de veículos pesados (18.4 X30) MAQUINAS - AGRICOLA	4.770,00	190.800,00	PRÓPRIA
37	SER	40,00	72065	Recapagem PNEUS de veículos pesados (18.4 X 34) MAQUINAS - AGRICOLA	4.770,00	190.800,00	PRÓPRIA
39	SER	50,00	72067	Recapagem PNEUS de veículos pesados (14.9 X 24) MAQUINAS - AGRICOLA	2.145,00	107.250,00	PRÓPRIA

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
1. Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Entregar/Executar os produtos/serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
Substituir/refazer os produtos/serviços em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
O transporte dos produtos/serviços deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
Em caso de dano e extravio do produto/serviço durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.
A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
O produto/serviço deverá atender integralmente as especificações do edital.
Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.

A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

DA EXIGÊNCIA DE BASE OPERACIONAL LOCAL PARA EXECUÇÃO

Considerando a natureza dos serviços — que incluem atendimento emergencial (socorro) e o encaminhamento físico de veículos, máquinas e equipamentos ao estabelecimento da contratada - e visando a assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, a redução do tempo de indisponibilidade da frota, a economicidade em deslocamentos e a efetiva fiscalização contratual, a detentora da ata / contratada deverá manter, durante toda a execução, estabelecimento (matriz ou filial) ou base operacional situada no Município de Rolândia/PR, devidamente estruturada e regularizada para a prestação dos serviços registrados.

Esta exigência não constitui condição de participação ou de habilitação, não sendo, em nenhuma hipótese, oponível aos licitantes na fase de disputa ou julgamento, sendo exigível exclusivamente do licitante vencedor, como condição para a execução contratual, em conformidade com o art. 9º, I, e com o art. 37, XXI, da Constituição Federal, e com a Súmula TCU nº 272.

A comprovação far-se-á no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da convocação da Administração, prorrogável por igual período mediante justificativa aceita, mediante apresentação de:

alvará de localização e funcionamento;

licença/dispensa ambiental, quando aplicável à atividade; e

comprovante de endereço do estabelecimento/base no Município.

A plena operação da base é condição para a emissão da primeira ordem de serviço/autorização de fornecimento.

O descumprimento injustificado do disposto nesta cláusula caracteriza recusa em contratar/inexecução, autorizando a Administração a decair do direito à contratação da detentora, convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação e aplicar as sanções cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

O fornecimento/execução dos produtos/serviços deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.

O fornecimento/execução dos produtos/serviços deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.

Os produtos/serviços entregues/executados em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.

Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.

Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.

As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Caso a proponente entregue/execute um produto/serviços que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído/refeito para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.

Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.

O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.

A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante “atesto” na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).

Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.

Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.

Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).

O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.

A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO

Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.

Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.

O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).

O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 707.975,00 (setecentos e sete mil e novecentos e setenta e cinco reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município,sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO –É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência;

II) Multa;
III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;
IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;
V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.
V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.
V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. **Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA de forma imediata, após o recebimento da respectiva Requisição de Serviços emitida pelo Município, observadas as condições e especificações constantes neste Termo de Referência. A execução dos serviços ocorrerá conforme a demanda da Administração Municipal, mediante encaminhamento dos veículos, máquinas e equipamentos ao estabelecimento da CONTRATADA.Em razão da essencialidade dos serviços de saúde pública, os veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde, especialmente as ambulâncias, terão prioridade absoluta no atendimento.Os serviços solicitados para ambulâncias deverão ser executados e concluídos no mesmo dia da requisição, desde que o veículo seja entregue pela Secretaria requisitante à CONTRATADA até as 12h00 (doze horas) da data da solicitação.Caso a entrega do veículo ocorra após o horário previsto no item anterior, o atendimento deverá ocorrer com prioridade máxima, observando-se a disponibilidade operacional da CONTRATADA e a urgência da demanda.**
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV,da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.

7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 02 – Chefia de Gabinete;
Classificação Orçamentária:
Para Serviços: 33.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia – PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surtaos seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 31 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***INDÚSTRIA E COMÉRCIO MUT PNEUS LTDA – EPP***
Prefeito Municipal De Rolândia	

TESTEMUNHAS:

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	SÉRGIO DOMINGUES
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Chefe de Gabinete

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:5616AE49

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 061/2026

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa J P BELEZE, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 54.054.937/0001-79, com sede à Rua dos Expedicionários, nº 1.029, Centro, na cidade de Ourinhos – SP, CEP 19.900-041, Fone (14) 3322-4229, e-mail ouripneu@ouripneu.com, representada pelo Senhor JEAN PIERRE BELEZE, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação dos serviços especializada(s) na prestação de serviços de borracharia, lavagem, higienização e lubrificação dos veículos e maquinários pertencentes à frota municipal.

conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 061/2026, devidamente homologado pelo Município em 31/07/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
29	SER	75,00	72059	Recapagem PNEUS de veículos pesados(20.5 X 25) - (23.1 X 30) MAQUINAS	5.050,00	378.750,00	newplac
31	SER	75,00	72060	Recapagem PNEUS de veículos pesados(17.5 X25) - (1400X24) - (19.5X24) MAQUINAS	2.600,00	195.000,00	newplac

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

1. Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

Entregar/Executar os produtos/serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.

Substituir/refazer os produtos/serviços em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.

O transporte dos produtos/serviços deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.

Em caso de dano e extravio do produto/serviço durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.

A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.

A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.

Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.

O produto/serviço deverá atender integralmente as especificações do edital.

Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.

Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.

Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.

A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.

A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

DA EXIGÊNCIA DE BASE OPERACIONAL LOCAL PARA EXECUÇÃO

Considerando a natureza dos serviços — que incluem atendimento emergencial (socorro) e o encaminhamento físico de veículos, máquinas e equipamentos ao estabelecimento da contratada - e visando a assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, a redução do tempo de indisponibilidade da frota, a economicidade em deslocamentos e a efetiva fiscalização contratual, a detentora da ata / contratada deverá manter, durante toda a execução, estabelecimento (matriz ou filial) ou base operacional situada no Município de Rolândia/PR, devidamente estruturada e regularizada para a prestação dos serviços registrados.

Esta exigência não constitui condição de participação ou de habilitação, não sendo, em nenhuma hipótese, oponível aos licitantes na fase de disputa ou julgamento, sendo exigível exclusivamente do licitante vencedor, como condição para a execução contratual, em conformidade com o art. 9º, I, e com o art. 37, XXI, da Constituição Federal, e com a Súmula TCU nº 272.

A comprovação far-se-á no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da convocação da Administração, prorrogável por igual período mediante justificativa aceita, mediante apresentação de:

alvará de localização e funcionamento;

licença/dispensa ambiental, quando aplicável à atividade; e

comprovante de endereço do estabelecimento/base no Município.

A plena operação da base é condição para a emissão da primeira ordem de serviço/autorização de fornecimento.

O descumprimento injustificado do disposto nesta cláusula caracteriza recusa em contratar/inexecução, autorizando a Administração a decair do direito à contratação da detentora, convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação e aplicar as sanções cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

O fornecimento/execução dos produtos/serviços deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.
O fornecimento/execução dos produtos/serviços deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.
Os produtos/serviços entregues/executados em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
Caso a proponente entregue/execute um produto/serviços que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído/refeito para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 573.750,00 (quinhentos e setenta e três mil e setecentos e cinquenta reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município,sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO –É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência;
II) Multa;
III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;
IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;
V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.
V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.
V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;

• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. **Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA de forma imediata, após o recebimento da respectiva Requisição de Serviços emitida pelo Município, observadas as condições e especificações constantes neste Termo de Referência. A execução dos serviços ocorrerá conforme a demanda da Administração Municipal, mediante encaminhamento dos veículos, máquinas e equipamentos ao estabelecimento da CONTRATADA.Em razão da essencialidade dos serviços de saúde pública, os veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde, especialmente as ambulâncias, terão prioridade absoluta no atendimento.Os serviços solicitados para ambulâncias deverão ser executados e concluídos no mesmo dia da requisição, desde que o veículo seja entregue pela Secretaria requisitante à CONTRATADA até as 12h00 (doze horas) da data da solicitação.Caso a entrega do veículo ocorra após o horário previsto no item anterior, o atendimento deverá ocorrer com prioridade máxima, observando-se a disponibilidade operacional da CONTRATADA e a urgência da demanda.**
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV,da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 02 – Chefia de Gabinete;
Classificação Orçamentária:
Para Serviços: 33.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia – PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surtaos seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 31 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***J P BELEZE***
Prefeito Municipal De Rolândia	

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	SÉRGIO DOMINGUES
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Chefe de Gabinete

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:8054A6F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 061/2026
O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa 32.798.322 MÁRIO FLÁVIO RIBEIRO, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 32.798.322/0001-14, com sede à Avenida Ailton Rodrigues Alves, nº 334, Jardim Rosângelo, na cidade de Rolândia – PR, CEP 86.602-040, Fone (43) 99867-0618, e-mail marioflavio1967@gmail.com, representada pelo Senhor MÁRIO FLÁVIO RIBEIRO, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação dos serviços especializada(s) na prestação de serviços de borracharia, lavagem, higienização e lubrificação dos veículos e maquinários pertencentes à frota municipal, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 061/2026, devidamente homologado pelo Município em 31/07/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
40	SER	120,00	72068	LAVAGEM - veículos de passeio - Lavagem completa (com Motor)- lavagem das partes interna, externa, inferior e motor, com passagem de produto para dar brilho nos pneus, em garagem específica, com secagem	95,00	11.400,00	Próprio
41	SER	400,00	72069	LAVAGEM -veículos de passeio - Lavagem interna e externa, com passagem de produto para dar brilho nos pneus, em garagem específica, com secagem	60,00	24.000,00	Próprio
42	SER	150,00	72069	LAVAGEM -veículos de passeio - Lavagem interna e externa, com passagem de produto para dar brilho nos pneus, em garagem específica, com secagem	180,00	27.000,00	Próprio
43	SER	500,00	72071	LAVAGEM -veículos utilitarios(KOMBI, CAMIONETES E AMBULÂNCIA) Lavagem interna e externa, com passagem de produto Lubrificação em todos os pontos necessários do veículo, com engraxadeira	100,00	50.000,00	Próprio
44	SER	100,00	72072	LUBRIFICAÇÃO -veículos utilitarios(KOMBI, CAMIONETES E AMBULÂNCIA)Lubrificação em todos os pontos necessários do veículo	160,00	16.000,00	Próprio
45	SER	120,00	72073	LAVAGEM -veículos utilitarios - (VANS)Lavagem completa (com Motor)- lavagem das partes interna,externa, inferior e motor, com passagem de produto para dar brilho nos pneus, em garagem específica, com secagem	170,00	20.400,00	Próprio
46	SER	500,00	72074	LAVAGEM -veículos utilitarios - (VANS) Lavagem interna e externa, com passagem de produto para dar brilho nos pneus, em garagem específica, com secagem	100,00	50.000,00	Próprio
47	SER	120,00	72075	LAVAGEM -MICROONIBUS E TRATORES -Lavagem completa (Com Motor)- lavagem das partes interna,externa, inferior e motor, com passagem de produto para dar brilho nos pneus, em garagem específica, com secagem	275,00	33.000,00	Próprio
48	SER	200,00	72076	LAVAGEM -MICROONIBUS E TRATORES -Lavagem interna e externa, com passagem de produto para dar brilho nos pneus, em garagem específica, com veículo, com engraxadeira	350,00	70.000,00	Próprio
49	SER	200,00	72077	LUBRIFICAÇÃO -MICROONIBUS E TRATORES -Lubrificação em todos os pontos necessários do veículo, com engraxadeira	320,00	64.000,00	Próprio
50	SER	150,00	72078	LAVAGEM -ÔNIBUS E CAMINHÕES - Lavagem completa - (Com Motor)lavagem das partes interna,externa, inferior e motor, com passagem de produto para dar brilho nos pneus, em garagem específica, com secagem	385,00	57.750,00	Próprio
51	SER	150,00	72079	LAVAGEM -ÔNIBUS E CAMINHÕES - Lavagem interna e externa, com passagem de produto para dar brilho nos pneus, em garagem específica, com secagem	340,00	51.000,00	Próprio
52	SER	100,00	72080	LUBRIFICAÇÃO -ÔNIBUS E CAMINHÕES - Lubrificação em todos os pontos necessários do veículo, com engraxadeira	280,00	28.000,00	Próprio
53	SER	200,00	72081	LAVAGEM -MOTO NIVELADORA E PÁ CARREGADEIRA - Lavagem completa(Com Motor) - lavagem das partes interna,externa, inferior e motor, , em garagem específica, com secagem	350,00	70.000,00	Próprio
54	SER	120,00	72082	LAVAGEM -MOTO NIVELADORA E PÁ CARREGADEIRA - Lavagem interna e externa, em garagem específica, com secagem	310,00	37.200,00	Próprio
55	SER	120,00	72083	LUBRIFICAÇÃO -MOTO NIVELADORA E PÁ CARREGADEIRA -Lubrificação em todos os pontos necessários do veículo, com engraxadeira	320,00	38.400,00	Próprio

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

1. Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

Entregar/Executar os produtos/serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.

Substituir/refazer os produtos/serviços em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.

O transporte dos produtos/serviços deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.

Em caso de dano e extravio do produto/serviço durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.

A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.

A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.

Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.

O produto/serviço deverá atender integralmente as especificações do edital.

Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.

Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.

Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.

A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.

A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

DA EXIGÊNCIA DE BASE OPERACIONAL LOCAL PARA EXECUÇÃO

Considerando a natureza dos serviços — que incluem atendimento emergencial (socorro) e o encaminhamento físico de veículos, máquinas e equipamentos ao estabelecimento da contratada - e visando a assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, a redução do tempo de indisponibilidade da frota, a economicidade em deslocamentos e a efetiva fiscalização contratual, a detentora da ata / contratada deverá manter, durante toda a execução, estabelecimento (matriz ou filial) ou base operacional situada no Município de Rolândia/PR, devidamente estruturada e regularizada para a prestação dos serviços registrados.

Esta exigência não constitui condição de participação ou de habilitação, não sendo, em nenhuma hipótese, oponível aos licitantes na fase de disputa ou julgamento, sendo exigível exclusivamente do licitante vencedor, como condição para a execução contratual, em conformidade com o art. 9º, I, e com o art. 37, XXI, da Constituição Federal, e com a Súmula TCU nº 272.

A comprovação far-se-á no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da convocação da Administração, prorrogável por igual período mediante justificativa aceita, mediante apresentação de:

alvará de localização e funcionamento;

licença/dispensa ambiental, quando aplicável à atividade; e

comprovante de endereço do estabelecimento/base no Município.

A plena operação da base é condição para a emissão da primeira ordem de serviço/autorização de fornecimento.

O descumprimento injustificado do disposto nesta cláusula caracteriza recusa em contratar/inexecução, autorizando a Administração a decair do direito à contratação da detentora, convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação e aplicar as sanções cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

O fornecimento/execução dos produtos/serviços deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.

O fornecimento/execução dos produtos/serviços deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.

Os produtos/serviços entregues/executados em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.

Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.

Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
Caso a proponente entregue/execute um produto/serviços que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído/refeito para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 648.150,00 (seiscentos e quarenta e oito mil e cento e cinquenta reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município,sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no

mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.

O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.

PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.

PARÁGRAFO SEXTO –É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

São obrigações do Detentor do Registro de Preços:

Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.

O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;

V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.

V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.

V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.

V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:

• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:

• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.

O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:

• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.

Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. **Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA de forma imediata, após o recebimento da respectiva Requisição de Serviços emitida pelo Município, observadas as condições e especificações constantes neste Termo de Referência. A execução dos serviços ocorrerá conforme a demanda da Administração Municipal, mediante encaminhamento dos veículos, máquinas e equipamentos ao estabelecimento da CONTRATADA.Em razão da essencialidade dos serviços de saúde pública, os veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde, especialmente as ambulâncias, terão prioridade absoluta no atendimento.Os serviços solicitados para ambulâncias deverão ser executados e concluídos no mesmo dia da requisição, desde que o veículo seja entregue pela Secretaria requisitante à CONTRATADA até as 12h00 (doze horas) da data da solicitação.Caso a entrega do veículo ocorra após o horário previsto no item anterior, o atendimento deverá ocorrer com prioridade máxima, observando-se a disponibilidade operacional da CONTRATADA e a urgência da demanda.**
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV,da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 02 – Chefia de Gabinete;
Classificação Orçamentária:
Para Serviços: 33.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia – PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surtaos seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 31 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***32.798.322 MÁRIO FLÁVIO RIBEIRO***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	SÉRGIO DOMINGUES
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Chefe de Gabinete

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:6AF1033F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 38/2026

Expirado o prazo recursal, dispenso a licitação, com fundamento no Inciso I do Art. 74 da Lei nº 14.133/21, ratifico o presente processo nas seguintes condições:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	QTDE	UNIT.	TOTAL
1	1	OLEO MOTOR GRANEL MOBIL(NCM: 27101931)	NOVAFROTA EQUIPAMENTOS S/A	12,00	40,9941	491,93
1	2	FILTRO DE COMBUSTIVEL COM SEPARADOR DE ÁGUA (NCM: 84212300)	NOVAFROTA EQUIPAMENTOS S/A	1,00	201,07	201,07
1	3	FILTRO DE ÓLEO PARA MOTOR DIESEL (NCM: 84212300)	NOVAFROTA EQUIPAMENTOS S/A	1,00	118,91	118,91
1	4	PRIMEIRA REVISÃO-50 HORAS (REV50HR)	NOVAFROTA EQUIPAMENTOS S/A	1,00	600,00	600,00
1	5	QUILOMETRAGEM VEICULO PARA ATENDIMENTO (KMRODADO)	NOVAFROTA EQUIPAMENTOS S/A	440,00	3,20	1.408,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
NOVAFROTA EQUIPAMENTOS S/A	2.819,91

Salto do Lontra, 18 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:593CD4FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O prefeito Municipal INIVALDO BATISTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico, resolve:
01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:
Processo n°: 37/2026
Licitação n°: 7/2026
Modalidade: Inexigibilidade
Data da Homologação: 17/08/2026

Data de adjudicação: 17/08/2026
Objeto homologado: Contratação de Cursos e Materiais Pedagógicos para atender a rede de ensino

BOQUINHAS APRENDIZAGEM E ASSESSORIA LTDA - ME						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Boquinhas Aprendizagem e Assessoria Curso: Fluência leitora por boquinhas 8 horas de curso para até 50 pessoas	PCTS	1,00	6.690,00	6.690,00
1	2	Boquinhas Aprendizagem e Assessoria Curso: Treino alfabetização com boquinhas 08 horas presenciais para até 50??Participantes.??	PCTS	1,00	6.690,00	6.690,00
2	1	Aprender + com boquinhas (alunos) Aprender + com Boquinhas (Aluno)	UNI	45,00	243,00	10.935,00
2	2	Boquinhas do Des. Infantil (aluno) Boquinhas no Des. Infantil (Aluno)	UNI	100,00	243,00	24.300,00
2	3	Passos iniciais de boquinhas Passos Iniciais de Boquinhas	UNI	100,00	243,00	24.300,00
2	4	Novo Kit completo Alfabetização 2 volumes Novo Kit Completo de Alfabetização 2 volumes	UNI	35,00	320,00	11.200,00
TOTAL						84.115,00

Valor homologado: 84.115,00

Santa Amélia, 17 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito de Santa Amélia

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:4D05A395

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
LEI MUNICIPAL N.º. 046/2026

LEI MUNICIPAL Nº 046/2026.

SUMULA: Autoriza abertura de um crédito adicional suplementar e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional suplementar, na importância total de R$ 2.456.900,40 (dois milhão quatrocentos e cinquenta e seis mil novecentos reais e quarenta centavos), destinado ao reforço de dotação do orçamento vigente, cuja consignação far-se-á nas codificações da Funcional-Programática a seguir discriminadas:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
03.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE FINANÇAS	
03.001.04	ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001.04.122.0002.	APOIO ADMINISTRATIVOS AOS DIVERSOS SEGMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0002.2.007.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO E COORDENADORIA GERAL	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	45.500,00
3.1.91.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	35.000,00
03.001.04.122.0002.2.008.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.46.	AUXILIO ALIMENTAÇÃO	
Fonte TCE 000 Código Local 1002 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	78.000,00
03.001.04.122.0002.2.505.	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.86.	COMPENSAÇÕES A REGIMES DE PREVIDÊNCIA	
Fonte TCE 000 Código Local 1002 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	230.000,00
04.	DIRETORIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
04.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO D.V.O.U.	
04.001.04.	ADMINISTRAÇÃO	
04.001.04.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.001.04.122.0009.	GERENCIAMENTO DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO	
04.001.04.122.0009.2.020	Administração da Diretoria de Viação, Obras e Urbanismo	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	

3.1.90.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte 000 Código Local 1002 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	84.000,00
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	46.000,00
3.1.91.	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	26.000,00
04.001.26.	TRANSPORTE	
04.001.26.782.	TRANSPORTE RODOVIARIO	
04.001.26.782.0015.	INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE	
04.001.26.782.0015.1.215.	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS VICINAIS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 986 Código Local 31986 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	SEAB Programa Estradas Integração - Estrada Bairro Marrecas (Local 3084)	1.430.771,13
Fonte TCE 501 Código Local 3501 Fonte Padrão 501.04.09.00.00	Receitas de Alienações de Ativos - Exercício Anterior	80.019,63
05.	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO	
05.002.	DIVISÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.002.12.	EDUCAÇÃO	
05.001.12.365.	EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.001.12.122.0019.	EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.001.12.122.0018.2.051	Creches Municipais (Recursos Próprios)	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 104 Código Local 1028 Fonte Padrão 104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	62.000,00
3.1.91.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 104 Código Local 1028 Fonte Padrão 104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	8.000,00

07.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001.10.	SAÚDE	
07.001.10.301.	ATENÇÃO BÁSICA	
07.001.10.301.0022.	SAÚDE É DIREITO DE TODOS	
07.001.10.301.0022.1.092	Aquisição de Veículos para Saúde – ambulâncias e demais veículos	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte TCE 336 Código Local 33336 Fonte Padrão 1011.09.02.06.18	SESA - FES FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - C/C Nº 366-0 CEF Local 1235 (Exercício Anterior)	33.368,82
07.001.10.301.0022.2.060.	PAB - PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.36.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	
Fonte TCE 303 Código Local 1039 Fonte Padrão 303.01.02.00.00	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	50.000,00
07.001.10.301.0022.2.061.	PSF – PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 303 Código Local 1039 Fonte Padrão 303.01.02.00.00	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	100.000,00
3.1.91.	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 303 Código Local 1039 Fonte Padrão 303.01.02.00.00	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	12.000,00
07.001.10.304.	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
07.001.10.304.0022.	SAÚDE É DIREITO DE TODOS	
07.001.10.304.0022.2.084.	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 494 Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	35.000,00
3.1.91.	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	3.500,00

Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20		
07.001.10.305.	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
07.001.10.305.0022.	SAÚDE É DIREITO DE TODOS	
07.001.10.305.0022.2.083.	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 494 Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	62.000,00
3.1.91.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 494 Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	8.000,00
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.30.	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte TCE 32075 Código Local 32075 Fonte Padrão 1011.09.02.05.18	SESA - PROVIGIA CUSTEIO - RES. Nº 741-2026	20.000,00
3.3.90.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	
Fonte TCE 32075 Código Local 32075 Fonte Padrão 1011.09.02.05.18	SESA - PROVIGIA CUSTEIO - RES. Nº 741-2026	7.740,82
TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO		**2.456.900,40**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante a utilização do cancelamento total ou parcial de dotações do orçamento vigente, do superávit financeiro das fontes do exercício anterior, e do excesso de arrecadação de fonte de receita, a seguir discriminado:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
05.	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO	
05.001.	DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.	EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.	ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.361.0018.	EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO - ÁREA DE ATUAÇÃO LDB	
05.001.12.361.0018.1.176.	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte TCE 104 Código Local 1028 Fonte Padrão 104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	70.000,00
07.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.	SAÚDE	
07.001.10.301.	ATENÇÃO BÁSICA	
07.001.10.301.0022.	SAÚDE É DIREITO DE TODOS	
07.001.10.301.0022.1.092	Aquisição de Veículos para Saúde – ambulâncias e demais veículos	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte TCE 303 Código Local 1039 Fonte Padrão 303.01.02.00.00	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	50.000,00
07.001.10.301.0022.1.430	Aquisição de Equipamentos para a Saúde	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte TCE 336 Código Local 33336 Fonte Padrão 1011.09.02.06.18	SESA - FES FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - C/C Nº 366-0 CEF Local 1235 (Exercício Anterior)	33.368,82
Fonte TCE 303 Código Local 1039 Fonte Padrão 303.01.02.00.00	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	60.000.00
07.001.10.301.0022.1.442.	Ampliação e Reforma das Unidades de Saúde	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 303 Código Local 1039 Fonte Padrão 303.01.02.00.00	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	52.000,00
07.001.10.301.0022.2.061.	PSF – PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 494 Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	90.000,00
3.1.91.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 494 Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	18.500,00
10.	SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	

10.001.	SECRETARIA GERAL - SEMMA	
10.001.18.	Gestão Ambiental	
10.001.18.541.	Preservação e Conservação Ambiental	
10.001.18.541.0029.	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	
10.001.18.541.0029.1.153.	PROSSEGUIMENTO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA NO PORTO SÃO JOSÉ	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.01.07.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	152.500,00
Total dos Cancelamentos		526.368,82
SUPERAVIT FINANCEIRO – EXERCÍCIO ANTERIOR		
FONTE	DENOMINAÇÃO/ALÍNEA DE RECEITA	VALOR
Fonte 000 Código Local 1002 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	392.000,00
Fonte TCE 501 Código Local 3501 Fonte Padrão 501.04.09.00.00	Receitas de Alienações de Ativos - Exercício Anterior	80.019,63
Total do Superavit Utilizado		472019,63
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ALÍNEA DE RECEITA		
FONTE	DENOMINAÇÃO/ALÍNEA DE RECEITA	VALOR
Fonte TCE 986 Código Local 31986 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	RECEITA 2.4.2.2.54.0.1.12.00.00.00.00. SEAB Programa Estradas Integração - Estrada Bairro Marrecas (Local 3084)	1.430.771,13
Fonte TCE 32075 Código Local 32075 Fonte Padrão 1011.09.02.05.18	RECEITA 1.7.2.3.50.0.1.09.00.00.00.00. SESA - PROVIGIA CUSTEIO - RES. Nº 741-2026	27.740,82
Total do Excesso de Arrecadação		1.458.511,95
TOTAL GERAL DESTA LEI		**2.456.900,40**

Artigo 3º Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do Crédito Adicional SUPLEMENTAR na LOA de que tratam a presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º Revogadas as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de São Pedro do Paraná, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:3429A83C

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
LEI MUNICIPAL N.º. 047/2026

LEI MUNICIPAL Nº 047 DE 2026

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional ESPECIAL e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito Adicional Especial na importância total de R$ 137.856,56 (cento e trinta e sete mil oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), cuja consignação far-se-á nas codificações da Funcional-Programática a seguir discriminadas:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
04.	DIRETORIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
04.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO D.V.O.U.	
04.001.26.	TRANSPORTE	
04.001.26.782.	TRANSPOORTE RODOVIÁRIO	
04.001.26.782.0015.	INFRAÉSTRUTURA E TRANSPORTES	
04.001.26.782.0015.1.456.	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETRAS	
4.4.90.93.	IDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
Fonte 32021 Código Local 32021 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	CONVÊNIO Nº 206-2025 SECID - CAMINHÃO LIMPA FOSSA	991,16
07.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001.10.	SAÚDE	
07.001.10.301.	ATENÇÃO BÁSICA	
07.001.10.301.0022.	SAÚDE É DIREITO DE TODOS	
07.001.10.301.0022.1.430.	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETRAS	
4.4.90.93.	IDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
Fonte 33029 Código Local 32029	SESA - REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE - ULTRASSOM - RESOLUÇÃO Nº 899/2025 - Exerc. Anteriores	50.300,00

Fonte Padrão 1011.09.02.05.18		
Fonte 31336 Código Local 336 Fonte Padrão 1011.09.02.05.18	2023 SESA FAF ESTADUAL - INVESTIMENTOS - LOCAL 1265	4.186,16
07.001.10.305.	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
07.001.10.305.0022.	SAÚDE É DIREITO DE TODOS	
07.001.10.305.0022.2.083.	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETRAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte 32078 Código Local 32078 Fonte Padrão 1011.09.02.05.18	SESA - PROVIGIA INVESTIMENTO - RES. Nº 739-2026	82.350,39
12.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	
12.001.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO SMT	
12.001.23.	COMERCIO E SERVIÇO	
12.001.23.695.	TURISMO	
12.001.23.695.0030.	O TURISMO NO MUNICIPIO	
12.001.23.695.0030.2.100.	AÇÕES DIRETAS DE TURISMO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.93.	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
Fonte TCE 32060 Código Local 32060 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	CONVÊNIO Nº 072/2026 SETU - FESTIVAL DE PESCA DO JAÚ 2026	28,85
Total do Credito Autorizado		**137.856,56**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional especial autorizado na presente lei, far-se-á mediante a utilização do cancelamento total ou parcial de dotações do orçamento vigente, e do excesso de arrecadação de fonte de receita, a saber:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
07.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001.10.	SAÚDE	
07.001.10.301.	ATENÇÃO BÁSICA	
07.001.10.301.0022.	SAÚDE É DIREITO DE TODOS	
07.001.10.301.0022.1.430.	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETRAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte 33029 Código Local 32029 Fonte Padrão 1011.09.02.05.18	SESA - REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE - ULTRASSOM - RESOLUÇÃO Nº 899/2025 - Exerc. Anteriores	50.300,00
12.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	
12.001.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO SMT	
12.001.23.	COMERCIO E SERVIÇO	
12.001.23.695.	TURISMO	
12.001.23.695.0030.	O TURISMO NO MUNICIPIO	
12.001.23.695.0030.2.100.	AÇÕES DIRETAS DE TURISMO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Fonte TCE 32060 Código Local 32060 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	CONVÊNIO Nº 072/2026 SETU - FESTIVAL DE PESCA DO JAÚ 2026	28,85
Total dos Cancelamentos		50.328,85

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ALINEA DE RECEITA		
FONTE	**DENOMINAÇÃO**	**VALOR**
Fonte 32021 Código Local 32021 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	RECEITA 1.3.2.1.01.1.1.04.31.00.00.00. R.A.F. Bco do Brasil C/C 30367-4 CONVENIO SECID - CAMINÃO LIMPA FOSSA	991,16
Fonte 32078 Código Local 32078 Fonte Padrão 1011.09.02.05.18	RECEITA 2.4.2.1.50.0.1.11.00.00.00.00. Bco Brasil - C/C 26839-9 SESA - PROVIGIA INVESTIMENTO - RES. Nº 739-2026	82.350,39
Fonte 31336 Código Local 336 Fonte Padrão 1011.09.02.05.18	RECEITA 1.3.2.1.01.1.1.01.27.00.00.00. 2023 SESA FAF ESTADUAL - INVESTIMENTOS - LOCAL 1265	4.186,16
Total do Excesso de Arrecadação		87.527,71
TOTAL GERAL DO CREDITO AUTORIZADO		**137.856,56**

Artigo 3º - Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do crédito adicional especial na LOA de que tratam a presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º Revogadas as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:AAFE033A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 18/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
ESTADO DO PARANÁ
Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br
CNPJ: 76.290.659/0001-91

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N° 18/2026
GABINETE DA PREFEITA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2026

Torna-se pública a **Adjudicação** e a **homologação** da Dispensa de Licitação 18/2026 a que se refere o Processo Administrativo 25/2026, com base no Art. 21 Inciso III do Decreto Municipal 111/2025 cujo objeto é a **Aquisição de materiais e equipamentos para desenvolver atividades físicas com o público assistido pela Política Municipal de Assistência Social.**
RINAMED COM DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP, estabelecida na Rua Pavão, nº. 374, CEP: 86 700 245, no Município de **Arapongas,** no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ **sob nº** 03.583.301/0001-83.
Valor total da despesa: R$ 1.520,00 (um mil e quinhentos e vinte reais).
Pagamento: Conforme previsão.

LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				Theraband (faixa elástica) em látex de alta qualidade, mínimo 1,5m		
1	2	80,00	UNIDADE	●Faixa elástica linear para exercícios de resistência, confeccionada em látex de alta qualidade, com resistência progressiva, sem emendas, lavável e durável. ●Indicada para fisioterapia, alongamentos e fortalecimento muscular. ●Comprimento mínimo de 1,5 metros. **MARCA: FIT BAND** **MODELO: LEVE**	R$ 19,00	R$ 1.520,00
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 1.520,00						
ELM EMPREENDIMENTO LTDA, estabelecida na Rua São Paulo, nº. 1.500, Centro, CEP: 86 840 000, no Município de Faxinal, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 60.682.658/0001- 52.						
Valor total da despesa: R$ 5.708,14 (cinco mil, setecentos e oito reais e catorze centavos).						
Pagamento: Conforme previsão.						
LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	**DESCRIÇÃO**	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	3	10,00	UNIDADE	**Escada de agilidade com mínimo 4m, degraus ajustáveis e bolsa transporte** **●Escada para treinamento funcional, composta por degraus em plástico resistente e tiras em nylon ajustáveis.** **●Deve possuir no mínimo 4 metros de comprimento, com espaçamento regulável entre os degraus, acompanhada de bolsa para transporte.** **MARCA: PRÓPRIA**	R$ 32,69	R$ 326,90
1	6	10,00	UNIDADE	**Medicine ball 2 kg, material resistente, superfície antiderrapante** **●Bola medicinal confeccionada em borracha ou material sintético resistente, com superfície texturizada para melhor aderência.** **●Deve possuir peso identificado de forma visível e ser resistente a impactos e deformações.** **MARCA: PRÓPRIA**	R$ 86,00	R$ 860,00
1	8	2,00	UNIDADE	**Espaldar em madeira ou aço, estrutura resistente, fixação em parede** **●Equipamento fixo para exercícios físicos, confeccionado em madeira maciça de alta resistência ou aço com pintura eletrostática.** **●Deve possuir barras horizontais firmes, bem fixadas, com acabamento liso e seguro.** **●Dimensões aproximadas: altura de 2,20 m e largura de 0,80 m.** **MARCA: PRÓPRIA**	R$ 654,20	R$ 1.308,40
1	9	8,00	UNIDADE	**Anilha 2 kg em ferro fundido ou emborrachada** **●Anilhas fabricadas em ferro fundido ou material emborrachado de alta resistência, com furação padrão para barras (aproximadamente 28 mm ou 32 mm), acabamento resistente à corrosão e identificação de peso gravada.** **MARCA: PRÓPRIA**	R$ 30,73	R$ 245,84
1	10	8,00	UNIDADE	**Anilha 5 kg em ferro fundido ou emborrachada Anilhas fabricadas em ferro fundido ou material emborrachado de alta resistência, com furação padrão para barras (aproximadamente 28 mm ou 32 mm), acabamento resistente à corrosão e identificação de peso gravada.** **MARCA: PRÓPRIA**	R$ 75,59	R$ 604,72
1	11	6,00	UNIDADE	**Anilha 10 kg em ferro fundido ou emborrachada** **●Anilhas fabricadas em ferro fundido ou material emborrachado de alta resistência, com furação padrão para barras (aproximadamente 28 mm ou 32 mm), acabamento resistente à corrosão e identificação de peso gravada.** **MARCA: PRÓPRIA**	R$ 124,17	R$ 745,02
1	20	10,00	UNIDADE	**Kettlebell 6 kg em ferro ou revestido, alça anatômica** **●Peso tipo kettlebell confeccionado em ferro fundido ou revestido em PVC/borracha, com alça anatômica para pegada firme, acabamento resistente e identificação do peso.** **●Indicado para treinamento funcional e musculação.** **MARCA: PRÓPRIA**	R$ 77,00	R$ 770,00
1	22	6,00	UNIDADE	**Kettlebell 10 kg em ferro ou revestido, alça anatômica** **●Peso tipo kettlebell confeccionado em ferro fundido ou revestido em PVC/borracha, com alça anatômica para pegada firme, acabamento resistente e identificação do peso.** **●Indicado para treinamento funcional e musculação.** **MARCA: PRÓPRIA**	R$ 141,21	R$ 847,26
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 5.708,14						
STUDIO AGILE LTDA, estabelecida na RUA DESEMBARGADOR ARTHUR LEME, nº. 351, Loja 2, CEP: 82 510 220, no Município **de Curitiba, no Estado do Paraná, inscrita no** CNPJ sob nº 12.941.497/0001-21.						
Valor total da despesa: R$ 6.977,20 (seis mil, novecentos e setenta e sete reais e vinte centavos).						
Pagamento: Conforme previsão.						
LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	**DESCRIÇÃO**	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	4	4,00	UNIDADE	**Corda naval em polietileno, mínimo 10m, diâmetro mínimo 38mm** **●Corda para treinamento funcional confeccionada em polietileno ou material similar de alta resistência, com diâmetro mínimo de 38 mm e e comprimento mínimo de 10 metros.** **●Extremidades com acabamento reforçado para melhor empunhadura e durabilidade.** **MARCA/MODELO: SPORTS**	R$ 317,00	R$ 1.268,00
1	14	10,00	PAR	**Caneleira 1 kg, material reforçado, fechamento em velcro (par)** **●Caneleiras confeccionadas em nylon reforçado ou material similar, com enchimento em areia ou granalha de ferro, fechamento em velcro de alta fixação, costura reforçada e identificação de peso.** **●Vendidas em pares.**	R$ 36,20	R$ 362,00

				MARCA/MODELO: SPORTS		
1	15	10,00	PAR	**Caneleira 2 kg, material reforçado, fechamento em velcro (par)** **●Caneleiras confeccionadas em nylon reforçado ou material similar, com enchimento em areia ou granalha de ferro, fechamento em velcro de alta fixação, costura reforçada e identificação de peso.** **●Vendidas em pares.** **MARCA/MODELO: SPORTS**	R$ 42,70	R$ 427,00
1	16	10,00	PAR	**Caneleira 3 kg, material reforçado, fechamento em velcro (par)** **●Caneleiras confeccionadas em nylon reforçado ou material similar, com enchimento em areia ou granalha de ferro, fechamento em velcro de alta fixação, costura reforçada e identificação de peso.** **●Vendidas em pares.** **MARCA/MODELO: SPORTS**	R$ 46,40	R$ 464,00
1	17	10,00	PAR	**Caneleira 4 kg, material reforçado, fechamento em velcro (par)** **●Caneleiras confeccionadas em nylon reforçado ou material similar, com enchimento em areia ou granalha de ferro, fechamento em velcro de alta fixação, costura reforçada e identificação de peso.** **●Vendidas em pares.** **MARCA/MODELO: SPORTS**	R$ 56,20	R$ 562,00
1	18	10,00	PAR	**Caneleira 5 kg, material reforçado, fechamento em velcro (par)** **●Caneleiras confeccionadas em nylon reforçado ou material similar, com enchimento em areia ou granalha de ferro, fechamento em velcro de alta fixação, costura reforçada e identificação de peso.** **●Vendidas em pares. MARCA/MODELO: SPORTS**	R$ 62,30	R$ 623,00
1	24	80,00	UNIDADE	**Colchonete academia D28, revestimento impermeável, espessura mínima 3cm** **●Colchonete para exercícios físicos confeccionado em espuma de alta densidade (mínimo D28), revestido em material sintético impermeável (courvin, napa ou similar), resistente a rasgos e de fácil higienização.** **●Deve possuir costura reforçada, superfície confortável e antiderrapante.** **●Dimensões aproximadas: 90 cm a 100 cm de comprimento, 40 cm a 50 cm de largura e espessura mínima de 3 cm.** **MARCA/MODELO: SPORTS**	R$ 40,89	R$ 3.271,20
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 6.977,20						

MELIM COMERCIAL LTDA ME, estabelecida na Rua Capitão Adolfo G. Andrade, nº. 88, CEP: 88 304 020, no Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 49.608.132/0001-90.

Valor total da despesa: R$ 2.430,00 (dois mil e quatrocentos e trinta reais).

Pagamento: Conforme previsão.

LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	12	30,00	CONJUNTO	**Tatame EVA alta densidade, 3m x 6m, espessura mínima 20mm** **●Tatame em placas modulares confeccionadas em EVA de alta densidade, com encaixe tipo quebra- cabeça, superfície antiderrapante e lavável.** **●Espessura mínima de 20 mm, resistente a impacto, ideal para atividades físicas e recreativas.** **MARCA: EVAB** **MODELO: 1 peça 1x1mts x 20mm**	R$ 81,00	R$ 2.430,00
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 2.430,00						

SC COMERCIAL EIRELI , estabelecida na Rua Recife, nº. 215, Conjunto Cidade Nova, CEP: 87 023 090, no Município de Maringá, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 20.758.465/0001- 13.

Valor total da despesa: R$ 3.288,00 (três mil e duzentos e oitenta e oito reais).

Pagamento: Conforme previsão.

LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	13	2,00	UNIDADE	**Bicicleta ergométrica horizontal, painel digital, resistência magnética** **●Equipamento para exercício cardiovascular, com assento ergonômico com encosto, regulagem de distância, painel digital com funções mínimas (tempo, distância, calorias e velocidade), sistema de resistência magnética e estrutura reforçada.** **●Suporte mínimo de 100 kg.** **MARCA: WINKER** **MODELO: HORIZONTAL**	R$ 1.644,00	R$ 3.288,00
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 3.288,00						
TOTAL DO PROCESSO: R$ 19.923,34						

São Sebastião da Amoreira - PR, 18 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:4FD0B3F9

SETOR DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE DISPENSA - 23/2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2026

GABINETE DA PREFEITA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2026

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Torna-se pública a **homologação** da Dispensa de Licitação a que se refere o processo administrativo sob o nº 85/2026, cujo objeto **TERCEIRA revisão e manutenção preventiva 30.000 do veículo CITROEN, placa TBA1I66 ano/modelo 2024/2025, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Assistência Social, cuja execução deve ser realizada exclusivamente em concessionária autorizada para manutenção dentro do período de garantia de fábrica**, sendo **adjudicado** a empresa MARAJO FRANCE COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA, CNPJ 04.718.973/0001-11, localizada na Av. Higienópolis, Nº 1636, Centro, CEP: 86.015-010, em Londrina/Paraná, conforme descrição a seguir:

Fornecedor: MARAJO FRANCE COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA						
LOTE	**ORDEM**	**QUANTIDADE**	**UNIDADE**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	1	0,90	UNI	REVISÃO 30.000KM	R$ 350,00	R$ 315,00
1	2	4	UNI	QUARTZ INEO FIRST 0W30	R$ 69,90	R$ 279,60
1	3	1	UNI	FILTRO POLENE	R$ 177,05	R$ 177,05
1	4	1	UNI	QUARTZ INEO FIRST 0W30	R$ 234,27	R$ 234,27
1	5	1	UNI	ELEMENTO DE FILTRO	R$ 75,14	R$ 75,14
Valor Total dos Itens:						**R$ 1.081,06**

Em, 18 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

GENITO SEVERINO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:B513EFEC

SETOR DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE DISPENSA - 24/2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2026

GABINETE DA PREFEITA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 92/2026
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Torna-se pública a **homologação** da Dispensa de Licitação a que se refere o processo administrativo sob o nº 92/2026, cujo objeto **TERCEIRA revisão e manutenção preventiva 30.000 do veículo CITROEN, placa TBA1I63 ano/modelo 2024/2025, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Saúde, cuja execução deve ser realizada exclusivamente em concessionária autorizada para manutenção dentro do período de garantia de fábrica**, sendo **adjudicado** a empresa MARAJO FRANCE COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA, CNPJ 04.718.973/0001-11, localizada na Av. Higienópolis, Nº 1636, Centro, CEP: 86.015-010, em Londrina/Paraná, conforme descrição a seguir:

Fornecedor: MARAJO FRANCE COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA						
LOTE	**ORDEM**	**QUANTIDADE**	**UNIDADE**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	1	0,90	UNI	REVISÃO 30.000KM	R$ 350,00	R$ 315,00
1	2	4	UNI	QUARTZ INEO FIRST 0W30	R$ 69,90	R$ 279,60
1	3	1	UNI	FILTRO POLENE	R$ 177,05	R$ 177,05
1	4	1	UNI	QUARTZ INEO FIRST 0W30	R$ 234,27	R$ 234,27
1	5	1	UNI	ELEMENTO DE FILTRO	R$ 75,14	R$ 75,14
Valor Total dos Itens:						**R$ 1.081,06**

Em, 18 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

GENITO SEVERINO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:4FBD8AE0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI Nº 1695/2026

LEI Nº 1695/2026.

SUMULA: Autoriza o poder Executivo Municipal a alterar o PPA e a LDO, bem como a abrir Crédito Adicional Especial e da outras providencias, para o Exercício de 2026.

A Câmara Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de um Crédito Adicional Especial e a incluir no Plano Plurianual **LEI nº 1624/2025 (PPA – 2026 / 2029**), para o exercício de **2026**:
Art. 2º - Fica autorizado a abertura de um Crédito Adicional Especial e a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentaria **LEI** nº **1625/2025 (LDO 2026)**;

Art. 3º – O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento geral do corrente exercício aprovado pela **Lei nº 1641/2025 (**Lei Orçamentária Anual para exercício financeiro de 2026), um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais), destinados a atenderem despesas na seguinte dotação orçamentária.

06.001		EDUCAÇÃO		
12.361.0006-2013		MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL		
1075	31.90.04.00.00	01104	Contratação por tempo determinado	12.000,00
1135	31.90.16.00.00	01104	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	24.000,00
Total da Unidade				36.000,00

06.001		EDUCAÇÃO		
12.365.0006-2016		MANUTENÇÃO ENSINO INFANTIL CRECHE		
1495	31.90.04.00.00	01104	Contratação por tempo determinado	12.500,00
1535	31.90.16.00.00	01104	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	8.500,00
Total da Unidade				21.000,00

Art. 4º - Para Cobertura do Crédito Adicional Especial referido no artigo anterior, serão utilizadas o Cancelamento/Anulação parcial de recursos orçamentários, de acordo com o artigo 43, § 1º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 4.320/64 e Art. 8º da **Lei nº 1641/2025**.

06.001		EDUCAÇÃO		
12.361.0006-2013		MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL		
1150	31.90.44.00.00	01104	Indenizações e Restituições Trabalhistas	57.000,00
Total da Unidade				57.000,00

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sapopema – Pr, 18 de agosto de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:8913BF03

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20260812_187464

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 28/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACK5B81	284610NIC0033622	21/07/2026	50020
ACQ0537	284610NIC0033635	21/07/2026	50020
AHH1I31	116100T000381248	04/08/2026	76251
ASI0546	284610NIC0033626	21/07/2026	50020
ASQ8D63	284610NIC0033629	21/07/2026	50020
AWV9B38	284610NIC0033627	21/07/2026	50020
AYD8316	284610NIC0033623	21/07/2026	50020
AZK2D16	284610NIC0033615	21/07/2026	50020
AZR4G26	284610NIC0033610	21/07/2026	50020
AZZ3J04	284610NIC0033609	21/07/2026	50020
BAX6A39	284610NIC0033624	21/07/2026	50020
BCW7D18	284610NIC0033634	21/07/2026	50020
BEY9F27	284610NIC0033614	21/07/2026	50020
BSE8281	284610NIC0033636	21/07/2026	50020
CXW9588	284610NIC0033611	21/07/2026	50020
FBY1C62	284610NIC0033643	21/07/2026	50020
FCO2216	284610NIC0033613	21/07/2026	50020
FGU6H29	284610NIC0033618	21/07/2026	50020
FGU6H29	284610NIC0033617	21/07/2026	50020
FSW9C37	284610NIC0033637	21/07/2026	50020
JVS7A77	284610NIC0033630	21/07/2026	50020
MFL9B57	284610NIC0033607	21/07/2026	50020
MIO0D81	116100T000381247	04/08/2026	76252
OOU4I45	284610NIC0033625	21/07/2026	50020
QRA0B08	284610NIC0033620	21/07/2026	50020
RHK7C14	284610NIC0033612	21/07/2026	50020
RHN5I06	284610NIC0033633	21/07/2026	50020
RHN5I06	284610NIC0033632	21/07/2026	50020
RLJ4D45	116100T000381246	04/08/2026	76251
RMN7G77	284610NIC0033621	21/07/2026	50020
RYH5C81	284610NIC0033642	21/07/2026	50020
SDQ2I80	284610NIC0033616	21/07/2026	50020
SEV7B25	284610NIC0033619	21/07/2026	50020
SSZ4D79	284610NIC0033608	21/07/2026	50020
TAZ1F26	284610NIC0033628	21/07/2026	50020
TBU6G81	284610NIC0033631	21/07/2026	50020
TDW5A63	284610NIC0033638	21/07/2026	50020
TJA6D16	284610NIC0033640	21/07/2026	50020
TJA6D16	284610NIC0033641	21/07/2026	50020
TXK7C45	284610NIC0033639	21/07/2026	50020

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:763B00C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20260815_187717

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 05/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração

AAH1943	284610T000011597	11/08/2026	51851
AAL2211	284610M000362827	04/08/2026	60503
AAY2A93	284610M000362850	04/08/2026	60503
AAZ6G11	284610T000012052	14/08/2026	66532
ABB4088	284610T000011475	11/08/2026	55920
ABW8F92	284610T000010931	08/08/2026	66532
ABW8F92	284610T000010930	08/08/2026	76842
ABY4728	284610M000362901	05/08/2026	60503
ABY4728	284610M000362919	05/08/2026	60503
ACN2339	284610T000000964	12/08/2026	55250
ACP7982	284610M000362659	01/08/2026	60503
ACS2G88	284610T000011595	07/08/2026	51851
ADO1J42	284610M000362736	02/08/2026	60503
AEC2G13	284610M000362844	04/08/2026	60503
AEI1104	284610T000011469	11/08/2026	66531
AEI1104	284610T000011467	11/08/2026	65992
AEI1104	284610T000011470	11/08/2026	51180
AEI1104	284610T000011468	11/08/2026	50100
AEW6G58	284610T000000963	12/08/2026	54521
AEY0291	284610M000362870	04/08/2026	60503
AFD0D36	284610T000010947	14/08/2026	51851
AFE4I30	284610M000362748	02/08/2026	60503
AFF6D67	284610T000012404	12/08/2026	55411
AFG9192	284610M000362658	01/08/2026	60503
AFI2J05	284610T000011454	10/08/2026	66531
AFI2J05	284610T000011456	10/08/2026	51341
AFI2J05	284610T000011455	10/08/2026	50371
AGG3B19	284610T000012051	14/08/2026	51851
AGM9B85	284610M000362775	03/08/2026	60503
AGO7I25	284610T000011417	13/08/2026	51851
AGP3B12	284610T000011350	10/08/2026	73400
AGP3B12	284610T000011349	10/08/2026	51851
AGP3B12	284610T000011348	10/08/2026	55680
AGP3B12	284610T000011347	10/08/2026	65992
AGP5J06	284610M000362707	01/08/2026	56732
AGQ9A85	284610M000362899	05/08/2026	60503
AGR2885	284610M000362829	04/08/2026	60503
AGV0408	284610T000000959	09/08/2026	54870
AGX0A84	284610M000362648	01/08/2026	60503
AGX0A84	284610M000362763	02/08/2026	60503
AHD2826	284610M000362721	02/08/2026	60503
AHL3894	284610M000362790	03/08/2026	60503
AHV9J56	284610M000362902	05/08/2026	60503
AIG7271	284610T000011494	11/08/2026	57200
AII8I39	284610T000012441	13/08/2026	66531
AIR0338	284610T000010918	08/08/2026	55414
AJD3F32	284610M000362799	03/08/2026	60503
AJD3F32	284610M000362888	05/08/2026	60503
AJI6965	284610T000001232	07/08/2026	51851
AJU2H31	284610M000362696	02/08/2026	60503
AJX5738	284610T000001061	12/08/2026	73662
AJZ6H62	284610M000362866	04/08/2026	60503
AJZ9066	284610T000012055	14/08/2026	66532
AKA0488	284610T000011338	10/08/2026	76251
AKH2898	284610M000362908	05/08/2026	60503
AKS8H75	284610T000011375	08/08/2026	51180
AKS8H75	284610T000011376	08/08/2026	66700
AKS8H75	284610T000011373	08/08/2026	65992
AKS8H75	284610T000011374	08/08/2026	50100
AKS8H75	284610T000011377	08/08/2026	67261
AKW0359	284610M000362889	05/08/2026	60503
AKY3F73	284610M000362661	01/08/2026	60503
ALF0269	284610T000011383	08/08/2026	66531
ALN2334	284610T000012402	12/08/2026	65992
ALP4B31	284610T000006572	08/08/2026	61810
ALQ4E09	284610M000362795	03/08/2026	60503
ALS7D66	284610M000362733	02/08/2026	60503
ALS7D66	284610M000362717	02/08/2026	60503
ALT4J01	284610M000362719	02/08/2026	60503
ALV3523	284610T000000962	09/08/2026	51180
ALV3523	284610T000000961	09/08/2026	50100
ALV3523	284610T000000960	09/08/2026	70301
ALZ1B49	284610M000362802	03/08/2026	60503
ALZ2H06	284610M000362843	04/08/2026	60503
AMB5A07	284610T000012418	13/08/2026	55414
AMN3J30	284610T000010921	08/08/2026	55414
AMQ2G32	284610T000011425	13/08/2026	57463
ANB4B04	284610T000010928	08/08/2026	76842
ANB4B04	284610T000010927	08/08/2026	66531
ANC1680	284610M000362847	04/08/2026	60503
ANE7859	284610T000012448	14/08/2026	57380
ANH4H01	284610T000011386	08/08/2026	66531
ANH4H01	284610T000011387	08/08/2026	76842
ANH6C89	284610T000011388	08/08/2026	57380
ANN3I17	284610M000362777	02/08/2026	60503
ANN9G92	284610M000362764	02/08/2026	60503
ANO5750	284610M000362924	05/08/2026	60503
ANQ3964	284610T000010415	08/08/2026	55414
ANT3H74	284610M000362666	01/08/2026	60503

ANV3A09	284610T000011343	10/08/2026	51851
AOC9469	284610M000362817	03/08/2026	60503
AOF0118	284610M000362767	02/08/2026	60503
AOH3458	284610T000001187	08/08/2026	65992
AOH8420	284610M000362838	04/08/2026	60503
AOH8420	284610M000362782	03/08/2026	60503
AOJ5375	284610M000362781	02/08/2026	60503
AOJ7487	284610T000012510	14/08/2026	60681
AOJ7487	284610T000012509	14/08/2026	58191
AOM7D15	284610M000362745	02/08/2026	60503
AOO5D88	284610M000362695	01/08/2026	60503
AOP1239	284610M000362798	03/08/2026	60503
AOP6C24	284610T000011426	13/08/2026	66532
AOP6J32	284610T000010421	08/08/2026	55414
AOP7813	284610M000362852	04/08/2026	60503
AOQ3109	284610M000362735	02/08/2026	60503
AOQ7C80	284610T000010948	14/08/2026	51851
AOS8625	284610M000362651	01/08/2026	60503
APP7733	284610M000362714	02/08/2026	60503
APQ3D21	284610T000012439	13/08/2026	66531
APQ9555	284610M000362744	31/07/2026	60503
APS4258	284610T000012433	13/08/2026	66531
APU3199	284610M000362805	03/08/2026	60503
APU7158	284610T000003030	11/08/2026	76332
APV6496	284610T000011389	08/08/2026	66531
APZ2578	284610M000362674	01/08/2026	60503
APZ5475	284610M000362925	05/08/2026	56732
AQC7H93	284610T000011594	07/08/2026	51851
AQE7H38	284610T000012450	14/08/2026	58191
AQE7H38	284610T000012449	14/08/2026	50100
AQE7H38	284610T000012501	14/08/2026	66700
AQJ6D84	284610M000362859	04/08/2026	60503
AQL9A36	284610M000362665	01/08/2026	60503
AQN7E37	284610M000362914	05/08/2026	60503
AQP4B18	284610M000362820	03/08/2026	60503
AQQ4A23	284610T000012102	14/08/2026	73400
AQT8748	284610M000362706	02/08/2026	60503
AQY1E74	284610T000011457	10/08/2026	76332
AQY5349	284610T000010923	08/08/2026	70301
AQZ2B87	284610M000362801	03/08/2026	60503
ARA8B30	284610M000362759	02/08/2026	60503
ARD9B26	284610M000362786	03/08/2026	60503
ARH7A28	284610T000011461	11/08/2026	66531
ARL8F53	284610T000010934	12/08/2026	55680
ARM3F76	284610M000362657	01/08/2026	60503
ARR8F94	284610T000012429	13/08/2026	58350
ARR8F94	284610T000012432	13/08/2026	66531
ARR8F94	284610T000012430	13/08/2026	60501
ARX3D51	284610M000362787	03/08/2026	60503
ARX3D51	284610M000362896	05/08/2026	60503
ASB3F03	284610M000362880	05/08/2026	60503
ASB5I19	284610T000010932	08/08/2026	51851
ASI5297	284610M000362761	02/08/2026	60503
ASP8D15	284610T000011382	08/08/2026	55414
ASU4E10	284610T000011495	11/08/2026	55411
ASX5D22	284610M000362853	04/08/2026	60503
ASX6C72	284610M000362788	03/08/2026	60503
ASZ8H44	284610T000011392	08/08/2026	51851
ATJ3964	284610M000362732	02/08/2026	60503
ATK9513	284610M000362871	04/08/2026	60503
ATL7H24	284610M000362655	01/08/2026	60503
ATM9D81	284610M000362765	02/08/2026	60503
ATN1023	284610M000362807	03/08/2026	60503
ATS9J32	284610T000012444	14/08/2026	73400
ATT2123	284610M000362809	03/08/2026	60503
ATT6I16	284610T000012443	13/08/2026	66531
ATW0I89	284610T000011414	13/08/2026	73580
ATW0I89	284610T000011413	13/08/2026	52070
ATW0I89	284610T000011412	13/08/2026	58350
ATY3D79	284610T000001369	07/08/2026	61220
ATY3D79	284610M000362860	04/08/2026	60503
ATZ7B14	284610T000012426	13/08/2026	76842
ATZ7B14	284610T000012425	13/08/2026	73400
AUA0B08	284610T000011394	08/08/2026	51851
AUB0C09	284610T000010946	14/08/2026	66532
AUI8I05	284610M000362741	02/08/2026	60503
AUK5620	284610T000011453	10/08/2026	65561
AUK5620	284610T000011452	10/08/2026	66700
AUK5620	284610T000011451	10/08/2026	66531
AUK5620	284610T000011400	10/08/2026	51420
AUK5620	284610T000011399	10/08/2026	50450
AUK5620	284610T000011398	10/08/2026	65992
AUK8886	284610M000362692	01/08/2026	60503
AUM8H88	284610M000362854	04/08/2026	60503
AUN7G24	284610T000010424	08/08/2026	55414
AUR8B05	284610M000362893	05/08/2026	60503
AUS6C64	284610T000012434	13/08/2026	66531
AUT4I40	284610T000012401	11/08/2026	70721
AUT4I40	284610T000011418	13/08/2026	70721

AUT9795	284610M000362738	02/08/2026	60503
AUU7064	284610M000362705	02/08/2026	56732
AVB8A51	284610T000011406	11/08/2026	51851
AVC7A74	284610M000362900	05/08/2026	60503
AVP4J02	284610M000362780	02/08/2026	60503
AVQ0351	284610M000362910	05/08/2026	60503
AVR2G32	284610M000362670	01/08/2026	60503
AVT8H42	284610M000362691	01/08/2026	60503
AVU5162	284610T000011378	08/08/2026	55414
AVV9106	284610M000362923	05/08/2026	60503
AVY6E07	284610M000362857	04/08/2026	60503
AWC6F71	284610M000362792	03/08/2026	60503
AWE5375	284610M000362722	02/08/2026	60503
AWI4972	284610M000362753	02/08/2026	60503
AWJ6119	284610M000362821	03/08/2026	60503
AWQ5B48	284610M000362688	01/08/2026	60503
AWQ6F24	284610M000362840	04/08/2026	60503
AWR4899	284610M000362848	04/08/2026	60503
AWR5591	284610T000011865	09/08/2026	70481
AWZ7F90	284610T000007991	10/08/2026	55411
AXA2A74	284610M000362668	01/08/2026	60503
AXE5E10	284610T000011345	10/08/2026	51851
AXF3E16	284610M000362926	05/08/2026	60503
AXG4G17	284610M000362698	02/08/2026	60503
AXI9124	284610T000010418	08/08/2026	55414
AXN9E65	284610M000362710	02/08/2026	60503
AXP2318	284610T000010922	08/08/2026	73400
AXP4F73	284610M000362712	02/08/2026	60503
AXR1F17	284610T000011460	11/08/2026	66531
AXT9A98	284610M000362656	01/08/2026	60503
AXX2E14	284610T000010425	13/08/2026	73400
AXX2E14	284610T000010427	13/08/2026	50100
AXX2E14	284610T000010426	13/08/2026	70301
AYB4F32	284610T000006782	08/08/2026	51851
AYC7D84	284610M000362650	01/08/2026	60503
AYD7J02	284610M000362686	01/08/2026	60503
AYF2629	284610M000362872	04/08/2026	60503
AYG6H63	284610M000362772	03/08/2026	60503
AYJ8B96	284610M000362678	01/08/2026	60503
AYM1C58	284610M000362768	02/08/2026	60503
AYO1I23	284610T000011419	13/08/2026	51851
AYP0J60	284610T000006784	09/08/2026	51851
AYU6450	284610M000362864	04/08/2026	60503
AYU6453	284610M000362750	02/08/2026	60503
AYW6I59	284610M000362676	01/08/2026	60503
AYX3I72	284610T000011473	11/08/2026	76252
AYZ9E04	284610T000011385	08/08/2026	51851
AZA1305	284610M000362912	05/08/2026	60503
AZA7D40	284610T000011340	10/08/2026	66532
AZE9532	284610M000362756	02/08/2026	60503
AZG8F86	284610T000012438	13/08/2026	57463
AZI8B53	284610T000011866	11/08/2026	52070
AZM6D46	284610M000362830	04/08/2026	60503
AZM7J72	284610M000362734	02/08/2026	60503
AZN0D91	284610M000362895	05/08/2026	60503
AZU4J26	284610M000362832	04/08/2026	60503
AZV0004	284610M000362755	02/08/2026	60503
AZW0I70	284610M000362876	04/08/2026	60503
AZW4E18	284610T000001234	07/08/2026	51851
AZZ3903	284610M000362845	04/08/2026	60503
AZZ5I78	284610M000362824	04/08/2026	60503
BAE7D66	284610M000362897	05/08/2026	60503
BAG1759	284610T000012506	14/08/2026	51851
BAL1H34	284610T000010937	12/08/2026	76332
BAL1H34	284610T000010938	12/08/2026	76842
BAL3J35	284610T000011484	11/08/2026	51930
BAV9A43	284610T000011405	11/08/2026	55090
BAZ4J89	284610M000362916	05/08/2026	60503
BBA5I51	284610T000012059	14/08/2026	60502
BBA6I16	284610M000362862	04/08/2026	60503
BBF2633	284610M000362918	05/08/2026	60503
BBF6J50	284610M000362700	01/08/2026	60503
BBG8F64	284610M000362819	03/08/2026	60503
BBH2A78	284610M000362713	02/08/2026	60503
BBI4A39	284610T000012415	12/08/2026	55090
BBI4A39	284610T000010944	12/08/2026	55411
BBI5E41	284610M000362885	05/08/2026	56732
BBP0I34	284610T000010935	12/08/2026	59591
BBP5F39	284610T000011346	10/08/2026	55680
BBQ7739	284610M000362679	01/08/2026	60503
BBR4A35	284610T000011339	10/08/2026	51851
BBT9854	284610M000362728	02/08/2026	60503
BBU5I35	284610T000010936	12/08/2026	55411
BCI6E58	284610T000008229	12/08/2026	73400
BCI6E58	284610T000008228	12/08/2026	66531
BCI6E58	284610T000008227	12/08/2026	70561
BCI7H87	284610M000362811	03/08/2026	60503
BCJ4J39	284610T000010945	14/08/2026	58191
BCJ8F18	284610T000006781	08/08/2026	66531

BCJ8I03	284610M000362793	03/08/2026	60503
BCL1G91	284610T000012058	14/08/2026	51851
BCL7G37	284610M000362932	05/08/2026	56732
BCM5C47	284610T000011328	07/08/2026	67000
BCM8E39	284610M000362865	04/08/2026	60503
BCM8E39	284610M000362841	04/08/2026	60503
BCP2H44	284610M000362653	01/08/2026	60503
BCP8J69	284610M000362652	01/08/2026	60503
BDG1F62	284610M000362909	05/08/2026	60503
BDG8J35	284610T000012428	13/08/2026	59591
BDP4C68	284610M000362875	04/08/2026	60503
BDU5I91	284610T000008225	08/08/2026	52070
BDU5I91	284610T000008224	08/08/2026	66531
BDU5I91	284610T000008226	08/08/2026	66700
BED8G57	284610M000362922	05/08/2026	60503
BED9E33	284610M000362828	04/08/2026	60503
BEE6E17	284610T000010924	08/08/2026	66532
BEE6E17	284610T000010925	08/08/2026	76842
BEF1402	284610T000011464	11/08/2026	66531
BEG9G98	284610M000362794	03/08/2026	60503
BEG9G98	284610M000362797	03/08/2026	60503
BEG9G98	284610M000362837	04/08/2026	60503
BEI8A32	284610T000011462	11/08/2026	66531
BEK2G08	284610T000011410	11/08/2026	67000
BEK6C86	284610M000362791	03/08/2026	60503
BEL2148	284610T000012101	14/08/2026	76331
BER7759	284610T000011474	11/08/2026	55414
BES4C28	284610M000362861	04/08/2026	60503
BEU4D85	284610T000011407	11/08/2026	51851
BEU8D79	284610M000362730	02/08/2026	60503
BEX8A53	284610M000362649	01/08/2026	60503
BME6A38	284610M000362858	04/08/2026	60503
BPL8D66	284610M000362711	02/08/2026	60503
BZO9J55	284610T000007990	10/08/2026	76332
CEZ9A18	284610T000012508	14/08/2026	57380
CFM1J83	284610T000012053	14/08/2026	51851
CFM1J83	284610T000012054	14/08/2026	73580
CGF6687	284610M000362672	01/08/2026	60503
CIL8C06	284610T000011393	08/08/2026	51851
CIP5A28	284610M000362694	01/08/2026	60503
CIZ0372	284610T000011334	10/08/2026	51851
CLB2016	284610T000001134	09/08/2026	61220
CPI3D30	284610T000011391	08/08/2026	57463
CQR8837	284610T000012057	14/08/2026	56222
CQR8837	284610T000012056	14/08/2026	51851
CVT9I64	284610M000362708	02/08/2026	60503
CVT9I64	284610M000362727	02/08/2026	60503
CWE4543	284610T000009227	07/08/2026	55411
CWQ5339	284610M000362915	05/08/2026	60503
CZU2597	284610T000012301	07/08/2026	51851
DCG5793	284610T000011496	11/08/2026	55411
DCM2A49	284610T000011329	07/08/2026	76251
DCM2A49	284610M000362662	01/08/2026	60503
DEJ7940	284610T000011380	08/08/2026	55414
DHK2F96	284610T000012507	14/08/2026	51851
DHY2239	284610M000362905	05/08/2026	60503
DIZ6207	284610T000011476	11/08/2026	55411
DJF9D04	284610M000362815	03/08/2026	60503
DJN4455	284610M000362836	04/08/2026	60503
DJN7866	284610M000362898	05/08/2026	60503
DKR2400	284610M000362760	02/08/2026	60503
DMN2E17	284610M000362660	01/08/2026	60503
DMZ7632	284610T000011341	10/08/2026	66532
DPQ0H06	284610T000010939	12/08/2026	66531
DPQ0H06	284610T000010941	12/08/2026	76842
DPQ0H06	284610T000010940	12/08/2026	73400
DQG4F28	284610M000362673	01/08/2026	60503
DQS9I22	284610M000362697	02/08/2026	60503
DRJ5998	284610M000362934	05/08/2026	60503
DSB6806	284610M000362685	01/08/2026	60503
DSR5526	284610M000362856	04/08/2026	60503
DTU0D40	284610M000362704	02/08/2026	60503
DUT4A06	284610M000362758	02/08/2026	60503
DWI1J70	284610M000362835	04/08/2026	60503
DWZ9J22	284610T000010950	14/08/2026	58433
DWZ9J22	284610T000010949	14/08/2026	66532
DXX0F85	284610T000010417	08/08/2026	55414
DZX9G47	284610M000362903	05/08/2026	60503
EBL8A73	284610M000362770	02/08/2026	60503
ECA2E02	284610T000007995	11/08/2026	65992
ECA2E02	284610T000007994	11/08/2026	66531
ECA2E02	284610T000007993	11/08/2026	50100
ECA2E02	284610T000007992	11/08/2026	51180
ECA2E02	284610T000007996	11/08/2026	66700
EFY9B91	284610M000362883	05/08/2026	60503
EIV0B63	284610M000362825	04/08/2026	56732
EIW1J45	284610T000010422	08/08/2026	55414
EIY3911	284610M000362812	03/08/2026	56732
ELU8H69	284610M000362681	01/08/2026	60503

ELZ7C61	284610M000362810	03/08/2026	60503
EPX9C09	284610T000011331	09/08/2026	65300
EQO1E33	284610M000362917	05/08/2026	60503
ESD0G11	284610M000362667	01/08/2026	60503
ESP3J97	284610T000011482	11/08/2026	66531
ETO7B68	284610T000011381	08/08/2026	55414
EUP8126	284610T000011490	11/08/2026	55920
EUY0H48	284610M000362682	01/08/2026	60503
EVL2A36	284610T000012424	13/08/2026	51851
EWR9I38	284610M000362677	01/08/2026	60503
EYO5253	284610T000011403	11/08/2026	65992
EYO5253	284610T000011465	11/08/2026	65992
EYO5253	284610T000011466	11/08/2026	50292
EYO5253	284610T000011404	11/08/2026	50450
FAE2C17	284610T000011335	10/08/2026	55680
FBP6H97	284610M000362669	01/08/2026	60503
FFP3E68	284610M000362784	03/08/2026	60503
FFS1A89	284610M000362867	04/08/2026	60503
FGD3392	284610M000362878	05/08/2026	60503
FGJ9B96	284610M000362887	05/08/2026	60503
FHA5F58	284610M000362654	01/08/2026	60503
FHM8F19	284610M000362739	02/08/2026	60503
FHU9B01	284610M000362757	02/08/2026	60503
FIB4378	284610M000362906	05/08/2026	60503
FMU7D24	284610M000362823	04/08/2026	60503
FNY6B63	284610M000362683	01/08/2026	60503
FPQ2F00	284610M000362873	04/08/2026	60503
FRA6J84	284610M000362882	05/08/2026	60503
FRC7I93	284610M000362709	27/07/2026	60503
FUF8F21	284610M000362703	02/08/2026	60503
FUM3D65	284610T000011498	11/08/2026	55411
FUS0414	284610T000011471	11/08/2026	51851
FWC1F64	284610T000012417	12/08/2026	53800
FXC2B06	284610T000012436	13/08/2026	66531
FXC2B06	284610T000012437	13/08/2026	76842
FXH1G23	284610M000362751	02/08/2026	60503
FZG2C99	284610M000362816	03/08/2026	60503
GKB1D86	284610M000362937	05/08/2026	60503
GKE8B20	284610M000362773	03/08/2026	60503
HJT6I51	284610T000011390	08/08/2026	51851
HKI1E17	284610M000362729	02/08/2026	60503
HKQ1465	284610M000362783	03/08/2026	60503
HKQ1465	284610M000362718	02/08/2026	60503
HMF2B34	284610T000010943	12/08/2026	54522
HMR3F23	284610T000012423	13/08/2026	55411
HMW2962	284610M000362904	05/08/2026	56732
HRI5571	284610M000362740	02/08/2026	60503
HRR0C67	284610T000001233	07/08/2026	61220
HSJ0417	284610M000362800	03/08/2026	60503
HTL1118	284610T000012435	13/08/2026	66531
IJE1449	284610T000010416	08/08/2026	55414
JAQ5A66	284610M000362842	04/08/2026	60503
JDL1D31	284610M000362849	04/08/2026	60503
JFI6146	284610M000362886	05/08/2026	60503
JHJ5570	284610T000011379	08/08/2026	55414
JNT3181	284610T000010419	08/08/2026	55414
JVO5G02	284610M000362742	31/07/2026	60503
JZM2273	284610T000012502	14/08/2026	57380
KAM2B56	284610T000001260	13/08/2026	51851
KYU1444	284610M000362726	02/08/2026	60503
KZL9I61	284610M000362743	31/07/2026	60503
MCF1D09	284610M000362680	01/08/2026	56732
MCS0A28	284610M000362927	05/08/2026	60503
MDF4B39	284610T000011342	10/08/2026	55414
MEJ2J42	284610M000362808	03/08/2026	60503
MEP8E39	284610M000362869	04/08/2026	60503
MHK1F06	284610T000011499	11/08/2026	55411
MHN0178	284610M000362687	01/08/2026	60503
MHT4F31	284610T000011333	10/08/2026	57380
MIJ5G26	284610T000010414	08/08/2026	55414
MJS5A59	284610T000011344	10/08/2026	54870
MMJ6C60	284610T000011408	11/08/2026	66532
MMJ6C60	284610T000011409	11/08/2026	67000
MNJ9119	284610M000362725	02/08/2026	60503
MOM1J13	284610M000362907	05/08/2026	60503
MQG8I57	284610M000362723	02/08/2026	60503
MSB3A25	284610T000012419	13/08/2026	56225
NAU3A56	284610T000011416	13/08/2026	67000
NDS4B59	284610T000012420	13/08/2026	57463
NES1817	284610M000362747	02/08/2026	60503
NKY8H66	284610M000362933	05/08/2026	60503
NNK3873	284610T000011485	11/08/2026	51851
NQU5556	284610M000362749	02/08/2026	60503
NRF9I15	284610M000362766	02/08/2026	60503
NRN0B97	284610M000362851	04/08/2026	60503
NRQ3976	284610M000362839	04/08/2026	60503
NSQ9C47	284610T000001188	08/08/2026	54870
NXW1I10	284610M000362813	03/08/2026	60503
NYT7030	284610M000362720	02/08/2026	60503

NZD9F31	284610M000362803	03/08/2026	60503
ONN9H02	284610M000362822	03/08/2026	60503
OQL2D22	284610T000011500	11/08/2026	55411
OQL2D22	284610T000010942	12/08/2026	56141
ORB0D46	284610M000362762	02/08/2026	60503
OTE4C39	284610M000362930	05/08/2026	60503
PDP0H20	284610M000362911	05/08/2026	60503
PVG8E10	284610T000011463	11/08/2026	66531
PWW2B19	284610M000362769	02/08/2026	60503
QAG4D88	284610M000362814	03/08/2026	60503
QAN8A64	284610T000012445	14/08/2026	57380
QAQ4E48	284610M000362931	05/08/2026	60503
QAT0892	284610M000362928	05/08/2026	56732
QCL8E12	284610M000362689	01/08/2026	60503
QHZ3B35	284610M000362863	04/08/2026	60503
QHZ3B35	284610M000362846	04/08/2026	60503
QHZ3B35	284610M000362868	04/08/2026	60503
QIK3830	284610M000362804	29/07/2026	60503
QJU6I39	284610M000362701	01/08/2026	60503
QNH7A19	284610T000011478	11/08/2026	55411
QOD6E76	284610T000011600	14/08/2026	55414
QOP4D46	284610M000362935	05/08/2026	60503
QPR3C88	284610M000362699	01/08/2026	60503
QPU8D59	284610M000362855	04/08/2026	60503
QUW8E53	284610M000362913	05/08/2026	60503
QXF4E86	284610M000362874	04/08/2026	60503
RAJ7H58	284610M000362779	03/08/2026	60503
RBH4C30	284610T000011497	11/08/2026	55411
REW6H77	284610M000362818	03/08/2026	56732
REY3B75	284610T000011459	11/08/2026	66531
RFH7E33	284610M000362774	03/08/2026	60503
RHA2B10	284610M000362877	05/08/2026	60503
RHC3G62	284610M000362796	03/08/2026	60503
RHG7G13	284610M000362675	01/08/2026	60503
RHO9F30	284610M000362731	02/08/2026	60503
RHQ2G50	284610M000362671	01/08/2026	60503
RHQ5G53	284610M000362752	02/08/2026	60503
RMK8B93	284610T000011477	11/08/2026	55411
RMW8J41	284610T000010420	08/08/2026	55414
RNH7C13	284610M000362702	02/08/2026	60503
RQD9E39	284610T000010423	08/08/2026	55414
RTX3D80	284610M000362746	02/08/2026	60503
RUL8C20	284610M000362834	04/08/2026	60503
RUX3I04	284610T000012503	14/08/2026	57380
RXP5E85	284610T000011336	10/08/2026	57463
RXP5E85	284610T000011337	10/08/2026	64591
SDZ4A29	284610T000011332	10/08/2026	57463
SEH2A32	284610T000010413	08/08/2026	76332
SEI9I60	284610T000011479	11/08/2026	55411
SEL3G48	284610M000362693	01/08/2026	60503
SEM7G32	284610T000011483	11/08/2026	57463
SEN5E55	284610M000362879	05/08/2026	60503
SEN9A60	284610T000010919	08/08/2026	55414
SER6F56	284610M000362684	01/08/2026	60503
SEU1A05	284610T000012440	13/08/2026	66531
SEU5G04	284610T000011424	13/08/2026	66532
SFA8E24	284610T000012421	13/08/2026	70721
SFA8E24	284610T000012422	13/08/2026	76842
SFB6A35	284610M000362789	03/08/2026	60503
SFH3B90	284610M000362884	05/08/2026	60503
SFH7C82	284610T000011397	10/08/2026	65992
SFJ1A52	284610T000011423	13/08/2026	66532
SFJ1A52	284610T000011421	13/08/2026	66020
SFJ1A52	284610T000011422	13/08/2026	76842
SFJ1D43	284610M000362920	05/08/2026	60503
SFJ4B47	284610M000362785	03/08/2026	60503
SFK2J96	284610T000010933	12/08/2026	60501
SFN8G36	284610T000012403	12/08/2026	70721
SIW4E89	284610M000362690	01/08/2026	60503
SJQ2A83	284610M000362891	05/08/2026	60503
STI7F57	284610M000362776	03/08/2026	60503
STN2F08	284610M000362826	04/08/2026	60503
SVE0E50	284610M000362890	05/08/2026	60503
TAJ3B32	284610T000001721	08/08/2026	70301
TAJ9G72	284610T000011415	13/08/2026	55414
TAM7D60	284610M000362936	05/08/2026	60503
TAN7G90	284610T000010929	08/08/2026	76842
TAW7G99	284610T000011489	11/08/2026	66371
TAW7G99	284610T000011486	11/08/2026	66101
TAW7G99	284610T000011488	11/08/2026	67261
TAX1H41	284610T000011402	11/08/2026	66532
TAZ3B59	284610T000011472	11/08/2026	55411
TAZ9I38	284610M000362894	05/08/2026	60503
TBD8D76	284610M000362929	05/08/2026	60503
TBJ7G03	284610T000011492	11/08/2026	55920
TBK4B35	284610T000012442	13/08/2026	66531
TBP3H62	284610M000362771	03/08/2026	60503
TBP7G63	284610T000006783	08/08/2026	73400
TBQ6H18	284610M000362737	02/08/2026	60503

TBW8G51	284610M000362806	03/08/2026	60503
TCH6J37	284610M000362833	04/08/2026	56732
TCJ9B01	284610T000006571	08/08/2026	58191
TCZ4H51	284610M000362663	01/08/2026	60503
TLI3I94	284610T000011493	11/08/2026	55411
TXS2J41	284610M000362715	02/08/2026	60503
UAU8J32	284610T000012512	14/08/2026	58191
UAU8J32	284610T000012511	14/08/2026	60681
UAV5C04	284610T000012446	14/08/2026	73400
UAV5C04	284610T000012447	14/08/2026	76842
UAW7G73	284610T000011480	11/08/2026	55920
UAY9G88	284610T000011491	11/08/2026	61220
UBE7F42	284610M000362921	05/08/2026	60503
UBE7F42	284610M000362831	04/08/2026	60503
UBH7B31	284610M000362754	02/08/2026	60503
UBJ2H52	284610M000362892	05/08/2026	60503
UBJ2H59	284610T000012504	14/08/2026	58191
UBJ2H59	284610T000012505	14/08/2026	60681
UBJ9A85	284610M000362716	02/08/2026	60503
UBO1H28	284610T000011396	08/08/2026	76842
UBO1H28	284610T000011395	08/08/2026	73400
UBP8B24	284610T000010926	08/08/2026	66531
UBQ3C21	284610M000362881	05/08/2026	60503
UBR8H44	284610T000000958	09/08/2026	73400
UBX4B74	284610T000012407	12/08/2026	70301
UBX4B74	284610T000012405	12/08/2026	50100
UBX4B74	284610T000012406	12/08/2026	51180
UBX5J47	284610T000012427	13/08/2026	59591
UCA0J26	284610M000362664	01/08/2026	60503
UCB7B65	284610T000011481	11/08/2026	66531
UCI7B57	284610M000362778	02/08/2026	60503

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:49F55A4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NADV_20260813_187610

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 02/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
ABF5454	284610M000357887	21/05/2026	56732	
ACT1409	284610T000010747	04/06/2026	76842	
AJN7628	284610M000357886	21/05/2026	56732	
AJV8473	284610M000357883	21/05/2026	56732	
ALL4F84	284610T000010703	03/06/2026	73400	
ASP6J50	284610T000010661	02/06/2026	52070	08037866709
ATZ8A07	284610M000357881	21/05/2026	56732	01749843116
BBL7661	284610M000357812	19/05/2026	56732	
BBM8571	284610M000357769	19/05/2026	56732	05844282000
CCC2474	284610M000357958	22/05/2026	56732	
ERQ3011	284610M000357772	19/05/2026	56732	
FVM2J19	284610T000010717	03/06/2026	56221	
HGZ3768	284610T000010075	27/05/2026	54600	
IVF2H95	284610M000357835	20/05/2026	56732	
SHQ8C99	284610M000357894	21/05/2026	56732	
TEM0E51	284610M000357882	21/05/2026	56732	03310266896
UBX5D21	284610M000357924	21/05/2026	56732	

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:45C82F16

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20260812_187533

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 01/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAK2467	284610M000357824	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AAX1991	284610M000357945	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ABK8B09	284610M000357939	21/05/2026	60503	R$ 293,47
ABL0586	284610M000357871	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ABW2151	284610T000010687	02/06/2026	51851	R$ 195,23
ACD7G75	284610M000357810	19/05/2026	60503	R$ 293,47
ACT1409	284610T000010099	02/06/2026	66531	R$ 195,23
ACT1409	284610T000010746	04/06/2026	66531	R$ 195,23
ADZ1C75	284610M000357967	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AEF4282	284610T000010663	02/06/2026	51851	R$ 195,23
AEJ4563	284610M000357892	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AEL7959	284610M000357725	18/05/2026	60503	R$ 293,47

AFG9192	284610M000357831	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AGE7H95	284610T000010652	02/06/2026	51851	R$ 195,23
AGX3561	284610M000357947	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AHE4C00	284610M000357748	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AHO1691	284610M000357847	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AHO5118	284610M000357780	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AHP9562	284610T000010301	02/06/2026	55680	R$ 195,23
AHU6F95	284610T000010082	02/06/2026	66532	R$ 195,23
AHY3H99	284610T000010696	02/06/2026	66531	R$ 195,23
AID8362	284610M000357959	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AIP6D52	284610M000357726	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AIP6D52	284610M000357718	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AIP6D52	284610M000357898	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AIP6D52	284610M000357896	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AIX6355	284610M000357841	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AJI9C33	284610M000357978	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AJJ1983	284610T000010088	02/06/2026	51930	R$ 293,47
AJQ1C33	284610M000357976	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AJV5B30	284610M000357893	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AJW8D42	284610M000357940	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AJZ4I10	284610M000357914	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AKB9104	284610M000357973	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AKC7199	284610M000357946	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AKH8952	284610M000357836	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AKI4I13	284610T000010664	02/06/2026	51851	R$ 195,23
AKK3G06	284610M000357785	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AKM0F59	284610M000357941	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AKO2I30	284610M000357788	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AKO2I30	284610M000357839	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AKO2I30	284610M000357843	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AKT5074	284610T000010675	02/06/2026	51851	R$ 195,23
AKX0F28	284610T000010676	02/06/2026	51851	R$ 195,23
ALI1277	284610M000357927	21/05/2026	60503	R$ 293,47
ALJ9156	284610M000357822	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ALT8749	284610M000357859	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ALU2936	284610M000357776	19/05/2026	60503	R$ 293,47
ALY9157	284610M000357956	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AMC8E83	284610T000010086	02/06/2026	66531	R$ 195,23
AMC8E83	284610T000010649	02/06/2026	66531	R$ 195,23
AMD7194	284610M000357845	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AMG4I15	284610T000010693	02/06/2026	51851	R$ 195,23
AMG4I15	284610T000010694	02/06/2026	51930	R$ 293,47
AMN6D14	284610T000010730	03/06/2026	66531	R$ 195,23
AMQ5813	284610M000357735	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AMR5E44	284610M000357764	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AMW2D85	284610M000357739	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AMY1868	284610M000357876	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ANA7323	284610T000010711	03/06/2026	51851	R$ 195,23
ANJ7B89	284610M000357985	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ANK6C89	284610M000357838	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ANN0518	284610M000357879	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ANO7D05	284610T000010093	02/06/2026	51851	R$ 195,23
ANR2644	284610M000357991	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ANR2644	284610M000357867	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ANS4713	284610NIC0033250	19/05/2026	50020	R$ 586,94
ANW9625	284610M000357827	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ANX2G56	284610M000357913	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AOE1033	284610M000357864	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AOE1033	284610M000357789	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AOE2187	284610M000357750	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AOE2187	284610M000357897	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AOH8420	284610M000357933	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AOP8J95	284610NIC0033270	19/05/2026	50020	R$ 586,94
AOP9383	284610M000357873	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AOP9H70	284610T000010686	02/06/2026	51851	R$ 195,23
AOU2F22	284610M000357716	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AOU2F22	284610M000357854	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AOU8737	284610M000357975	22/05/2026	60503	R$ 293,47
APE3765	284610T000010080	02/06/2026	66532	R$ 195,23
APF0189	284610T000007294	02/06/2026	57380	R$ 293,47
APJ6G48	284610M000357791	19/05/2026	60503	R$ 293,47
APO7H44	284610NIC0033267	19/05/2026	50020	R$ 260,32
APU5783	284610M000357828	20/05/2026	60503	R$ 293,47
APV4B41	284610M000357981	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AQD0339	284610T000010671	02/06/2026	51851	R$ 195,23
AQE4B86	284610T000010299	03/06/2026	66531	R$ 195,23
AQE6C58	284610M000357908	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AQG0G71	284610M000357753	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AQI0683	284610NIC0033254	19/05/2026	50020	R$ 260,32
AQV8J98	284610M000357856	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AQW7A96	284610M000357768	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AQW8D89	284610M000357802	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AQX2627	284610NIC0033240	19/05/2026	50020	R$ 586,94
AQX9B46	284610T000010718	03/06/2026	57380	R$ 293,47
AQZ1443	284610M000357997	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ARB4584	284610M000357994	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ARB9601	284610T000010653	02/06/2026	70721	R$ 293,47
ARD5638	284610T000010681	02/06/2026	51930	R$ 293,47
ARD5638	284610T000010680	02/06/2026	51851	R$ 195,23

ARF3917	284610M000357766	19/05/2026	60503	R$ 293,47
ARL3C53	284610M000357932	21/05/2026	60503	R$ 293,47
ARP2774	284610M000357922	21/05/2026	60503	R$ 293,47
ARS5F12	284610M000357868	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ART3C19	284610NIC0033274	19/05/2026	50020	R$ 260,32
ARU6E94	284610T000010083	02/06/2026	51851	R$ 195,23
ARU7344	284610M000357910	21/05/2026	60503	R$ 293,47
ARX3D51	284610M000357740	17/05/2026	60503	R$ 293,47
ARY9A83	284610T000004917	01/06/2026	76332	R$ 293,47
ARZ5643	284610M000357752	18/05/2026	60503	R$ 293,47
ARZ9F39	284610T000006340	03/06/2026	51851	R$ 195,23
ARZ9F39	284610T000006339	03/06/2026	65300	R$ 195,23
ASN8217	284610T000010672	02/06/2026	51851	R$ 195,23
ASP2G71	284610T000010731	04/06/2026	52742	R$ 2.934,70
ASP2G71	284610T000010736	04/06/2026	60501	R$ 293,47
ASP2G71	284610T000010737	04/06/2026	66700	R$ 195,23
ASP2G71	284610T000010735	04/06/2026	67261	R$ 195,23
ASP2G71	284610T000010734	04/06/2026	66531	R$ 195,23
ASW9E18	284610M000357760	18/05/2026	60503	R$ 293,47
ASX6C53	284610M000357848	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ATA9H37	284610M000357756	18/05/2026	60503	R$ 293,47
ATA9H37	284610M000357787	19/05/2026	60503	R$ 293,47
ATB1E02	284610M000357938	21/05/2026	60503	R$ 293,47
ATC8J35	284610T000001181	04/06/2026	70561	R$ 293,47
ATC8J35	284610T000001180	04/06/2026	70301	R$ 293,47
ATF2901	284610T000010552	03/06/2026	66531	R$ 195,23
ATH7C76	284610M000357857	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ATJ3G60	284610T000010645	02/06/2026	57200	R$ 195,23
ATJ3G60	284610T000010646	02/06/2026	60681	R$ 195,23
ATZ8E25	284610M000357948	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AUA1720	284610M000357861	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AUC4193	284610M000357758	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AUG6D69	284610T000010691	02/06/2026	66531	R$ 195,23
AUJ8328	284610M000357875	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AUR1F10	284610M000357819	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AUS8C07	284610M000357970	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AUT2I30	284610T000010708	03/06/2026	51851	R$ 195,23
AVE8G92	284610M000357986	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AVI7H04	284610T000010679	02/06/2026	51930	R$ 293,47
AVQ0D12	284610T000010690	02/06/2026	67000	R$ 195,23
AVR8J78	284610NIC0033244	19/05/2026	50020	R$ 586,94
AVS3G61	284610T000010095	02/06/2026	67000	R$ 195,23
AVX5I76	284610T000010695	02/06/2026	51851	R$ 195,23
AWA8670	284610T000010725	03/06/2026	51851	R$ 195,23
AWD1081	284610T000010089	02/06/2026	51851	R$ 195,23
AWF5B61	284610M000357790	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AWK2487	284610M000357874	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AWK7955	284610M000357724	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AWO4C58	284610T000010100	02/06/2026	51851	R$ 195,23
AXF7516	284610M000357814	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AXG8474	284610NIC0033235	19/05/2026	50020	R$ 586,94
AXI4992	284610M000357784	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AXJ6497	284610M000357929	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AXM5J43	284610NIC0033243	19/05/2026	50020	R$ 586,94
AXP6H45	284610NIC0033271	19/05/2026	50020	R$ 260,32
AXQ0F86	284610M000357746	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AXR2C07	284610T000010682	02/06/2026	51851	R$ 195,23
AXZ1J40	284610M000357974	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AXZ4H80	284610T000004918	03/06/2026	60501	R$ 293,47
AYD1883	284610M000357763	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AYF1G43	284610T000010665	02/06/2026	51851	R$ 195,23
AYJ4F83	284610M000357968	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AYO2A88	284610NIC0033245	19/05/2026	50020	R$ 586,94
AYQ9A35	284610M000357745	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AZB5E77	284610T000000390	30/05/2026	60502	R$ 293,47
AZC0443	284610T000010667	02/06/2026	51851	R$ 195,23
AZC0637	284610M000357729	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AZL5336	284610T000010674	02/06/2026	70721	R$ 293,47
AZM9D76	284610M000357923	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AZQ9C13	284610M000357952	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AZR1271	284610M000357823	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AZU0B88	284610T000010651	02/06/2026	51851	R$ 195,23
AZV9E70	284610M000357987	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AZY4F83	284610NIC0033272	19/05/2026	50020	R$ 260,32
AZY9F31	284610M000357851	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AZZ5I78	284610M000357955	22/05/2026	60503	R$ 293,47
BAA6C69	284610M000357878	20/05/2026	60503	R$ 293,47
BAJ6H14	284610M000357906	21/05/2026	60503	R$ 293,47
BAT4E29	284610M000357935	21/05/2026	60503	R$ 293,47
BAW4882	284610M000357761	18/05/2026	60503	R$ 293,47
BBE9841	284610T000010654	02/06/2026	66531	R$ 195,23
BBI5I40	284610NIC0033242	19/05/2026	50020	R$ 586,94
BBL3J83	284610M000357816	19/05/2026	60503	R$ 293,47
BBP7957	284610M000357805	19/05/2026	60503	R$ 293,47
BBU5I35	284610M000357815	19/05/2026	60503	R$ 293,47
BBY3A82	284610M000357966	22/05/2026	60503	R$ 293,47
BCB4D17	284610M000357895	21/05/2026	60503	R$ 293,47
BCC2438	284610T000010677	02/06/2026	76332	R$ 293,47
BCC4692	284610M000357912	21/05/2026	60503	R$ 293,47

BCD2941	284610NIC0033249	19/05/2026	50020	R$ 586,94
BCD2941	284610NIC0033246	19/05/2026	50020	R$ 586,94
BCF5D52	284610T000010666	02/06/2026	51851	R$ 195,23
BCG7B13	284610M000357813	19/05/2026	60503	R$ 293,47
BCJ7A29	284610M000357965	22/05/2026	60503	R$ 293,47
BCL6B60	284610M000357920	21/05/2026	60503	R$ 293,47
BCR3F98	284610T000010657	02/06/2026	70721	R$ 293,47
BCU8J86	284610M000357755	18/05/2026	60503	R$ 293,47
BCW3E10	284610M000357754	18/05/2026	60503	R$ 293,47
BCX1I53	284610T000010702	03/06/2026	57200	R$ 195,23
BCX4D68	284610T000010091	02/06/2026	58431	R$ 195,23
BDE8E95	284610M000357797	19/05/2026	60503	R$ 293,47
BDJ2E17	284610T000010817	08/06/2026	66531	R$ 195,23
BDK9A49	284610M000357984	22/05/2026	60503	R$ 293,47
BDW9H63	284610NIC0033237	19/05/2026	50020	R$ 586,94
BEC7H57	284610M000357720	18/05/2026	60503	R$ 293,47
BEG2C18	284610M000357799	19/05/2026	60503	R$ 293,47
BEH7C20	284610M000357963	22/05/2026	60503	R$ 293,47
BEJ6A94	284610T000010685	02/06/2026	60681	R$ 195,23
BEP8G85	284610M000357742	18/05/2026	60503	R$ 293,47
BEU6C85	284610T000010668	02/06/2026	58350	R$ 195,23
BEW8H54	284610M000357811	19/05/2026	60503	R$ 293,47
BEZ7B98	284610M000357885	21/05/2026	60503	R$ 293,47
BMV8598	284610M000357844	20/05/2026	60503	R$ 293,47
BPI1463	284610M000357732	17/05/2026	60503	R$ 293,47
BPI1463	284610T000010298	03/06/2026	76332	R$ 293,47
BPY2D22	284610M000357767	19/05/2026	60503	R$ 293,47
BQR6I48	284610M000357762	19/05/2026	60503	R$ 293,47
BTE4420	284610T000010097	02/06/2026	51852	R$ 195,23
CEK5A67	284610T000010704	03/06/2026	51851	R$ 195,23
CEK5F83	284610M000357792	19/05/2026	60503	R$ 293,47
CFQ8E89	284610T000010722	03/06/2026	51851	R$ 195,23
CFT5508	284610M000357849	20/05/2026	60503	R$ 293,47
CFX9F18	284610M000357751	18/05/2026	60503	R$ 293,47
CGX0I08	284610M000357936	21/05/2026	60503	R$ 293,47
CHI4C92	284610M000357992	22/05/2026	60503	R$ 293,47
CIP9I18	284610M000357808	19/05/2026	60503	R$ 293,47
CLJ1019	284610NIC0033236	19/05/2026	50020	R$ 586,94
CXL5G21	284610M000357801	19/05/2026	60503	R$ 293,47
CYF0I57	284610M000357721	18/05/2026	60503	R$ 293,47
DAL8447	284610T000010658	02/06/2026	51851	R$ 195,23
DCE9207	284610T000010721	03/06/2026	51851	R$ 195,23
DCZ0813	284610T000010639	29/05/2026	65300	R$ 195,23
DDL7A90	284610M000357865	20/05/2026	60503	R$ 293,47
DEJ6660	284610M000357826	20/05/2026	60503	R$ 293,47
DFM6G85	284610T000010706	03/06/2026	51851	R$ 195,23
DHV2G23	284610T000010662	02/06/2026	51851	R$ 195,23
DLS9576	284610T000006559	02/06/2026	50100	R$ 880,41
DLS9576	284610T000006558	02/06/2026	52741	R$ 2.934,70
DLS9576	284610T000006560	02/06/2026	51180	R$ 880,41
DLS9576	284610T000006557	02/06/2026	65992	R$ 293,47
DMD0627	284610M000357757	18/05/2026	60503	R$ 293,47
DNQ2387	284610T000010673	02/06/2026	51851	R$ 195,23
DOB5548	284610T000010739	04/06/2026	66531	R$ 195,23
DOB5548	284610T000010740	04/06/2026	66700	R$ 195,23
DOB5548	284610T000010738	04/06/2026	66020	R$ 293,47
DQW3F69	284610T000010650	02/06/2026	51851	R$ 195,23
DRN9H71	284610M000357918	21/05/2026	60503	R$ 293,47
DSB0044	284610M000357884	21/05/2026	60503	R$ 293,47
DUE6129	284610NIC0033261	19/05/2026	50020	R$ 586,94
DUH2D91	284610T000010635	29/05/2026	65300	R$ 195,23
DXU4F52	284610T000010640	29/05/2026	51851	R$ 195,23
EAJ9I50	284610T000010670	02/06/2026	51851	R$ 195,23
ECP3E57	284610M000357855	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ECU7C64	284610NIC0033253	19/05/2026	50020	R$ 586,94
EKC2F52	284610T000010647	02/06/2026	66531	R$ 195,23
EKZ9A40	284610M000357931	21/05/2026	60503	R$ 293,47
EML1J07	284610M000357818	19/05/2026	60503	R$ 293,47
EPT1G80	284610M000357852	20/05/2026	60503	R$ 293,47
EPY1G72	284610NIC0033241	19/05/2026	50020	R$ 586,94
ETH1J79	284610M000357809	19/05/2026	60503	R$ 293,47
EUE5J16	284610M000357888	21/05/2026	60503	R$ 293,47
EVD2G62	284610M000357996	22/05/2026	60503	R$ 293,47
EYA8H63	284610M000357972	22/05/2026	60503	R$ 293,47
EYW6067	284610M000357741	17/05/2026	60503	R$ 293,47
EYW6067	284610M000357909	21/05/2026	60503	R$ 293,47
FAW9405	284610M000357800	19/05/2026	60503	R$ 293,47
FCM6C35	284610M000357980	22/05/2026	60503	R$ 293,47
FFQ1I94	284610M000357949	22/05/2026	60503	R$ 293,47
FGU6H29	284610M000357903	21/05/2026	60503	R$ 293,47
FGU6H29	284610M000357850	20/05/2026	60503	R$ 293,47
FGU6H29	284610M000357904	21/05/2026	60503	R$ 293,47
FGU6H29	284610M000357911	21/05/2026	60503	R$ 293,47
FJK8G13	284610T000010709	03/06/2026	51851	R$ 195,23
FJQ5I06	284610T000003256	03/06/2026	55417	R$ 195,23
FKA0A37	284610NIC0033248	19/05/2026	50020	R$ 586,94
FLP6679	284610M000357953	22/05/2026	60503	R$ 293,47
FMS1J20	284610M000357821	20/05/2026	60503	R$ 293,47
FPU4G20	284610M000357901	21/05/2026	60503	R$ 293,47

FPV3836	284610M000357900	21/05/2026	60503	R$ 293,47
FSQ4E96	284610T000010707	03/06/2026	51851	R$ 195,23
FWN5B74	284610M000357747	18/05/2026	60503	R$ 293,47
FYI9J00	284610M000357905	21/05/2026	60503	R$ 293,47
FZE1F70	284610T000010660	02/06/2026	51851	R$ 195,23
GAJ4J24	284610NIC0033247	19/05/2026	50020	R$ 586,94
GBP7I87	284610T000007293	02/06/2026	61300	R$ 293,47
GGN1A11	284610M000357863	20/05/2026	60503	R$ 293,47
GHI0A07	284610M000357786	19/05/2026	60503	R$ 293,47
GHJ4C87	284610T000010712	03/06/2026	60681	R$ 195,23
GHJ4C87	284610T000010713	03/06/2026	57200	R$ 195,23
GHJ4C87	284610M000357749	18/05/2026	60503	R$ 293,47
GIU9J97	284610NIC0033266	19/05/2026	50020	R$ 586,94
GYC5664	284610M000357937	21/05/2026	60503	R$ 293,47
HFF0E42	284610M000357951	22/05/2026	60503	R$ 293,47
HQP9524	284610M000357979	22/05/2026	60503	R$ 293,47
HSY5171	284610T000010656	02/06/2026	51851	R$ 195,23
HTD5A52	284610T000010096	02/06/2026	51851	R$ 195,23
IQA0F30	284610M000357723	18/05/2026	60503	R$ 293,47
IUQ3E51	284610M000357765	19/05/2026	60503	R$ 293,47
IWW1I08	284610T000010078	02/06/2026	51851	R$ 195,23
IWW1I08	284610T000010077	02/06/2026	65300	R$ 195,23
JQW7F76	284610M000357964	22/05/2026	60503	R$ 293,47
KCQ8722	284610M000357971	22/05/2026	60503	R$ 293,47
KFB0I03	284610T000010683	02/06/2026	51851	R$ 195,23
LVR2840	284610T000010684	02/06/2026	51851	R$ 195,23
LYX1D37	284610T000010715	03/06/2026	58350	R$ 195,23
LYX1D37	284610T000010714	03/06/2026	51851	R$ 195,23
LZH0921	284610NIC0033238	19/05/2026	50020	R$ 586,94
MAY1C70	284610M000357962	22/05/2026	60503	R$ 293,47
MDD7H23	284610M000357719	18/05/2026	60503	R$ 293,47
MEJ4B29	284610T000006343	03/06/2026	66531	R$ 195,23
MEJ4B29	284610T000006341	03/06/2026	52152	R$ 293,47
MEL6G91	284610T000010688	02/06/2026	51851	R$ 195,23
MFB4C95	284610M000357774	19/05/2026	60503	R$ 293,47
MFV7886	284610NIC0033251	19/05/2026	50020	R$ 586,94
MFV9725	284610M000357737	18/05/2026	60503	R$ 293,47
MIP3151	284610M000357902	21/05/2026	60503	R$ 293,47
MMK8J10	284610T000010710	03/06/2026	51851	R$ 195,23
MNX3G51	284610M000357734	17/05/2026	60503	R$ 293,47
MOB5610	284610M000357930	21/05/2026	60503	R$ 293,47
MSH3A23	284610T000010748	04/06/2026	51851	R$ 195,23
MXL6434	284610M000357781	19/05/2026	60503	R$ 293,47
NLP4684	284610NIC0033273	19/05/2026	50020	R$ 390,46
NPK8938	284610M000357829	20/05/2026	60503	R$ 293,47
NSD2957	284610NIC0033257	19/05/2026	50020	R$ 586,94
NUG7D54	284610M000357759	18/05/2026	60503	R$ 293,47
OUI4D24	284610M000357993	22/05/2026	60503	R$ 293,47
QAR3D80	284610M000357783	19/05/2026	60503	R$ 293,47
QAV0C71	284610M000357738	18/05/2026	60503	R$ 293,47
QIN6F30	284610T000010098	02/06/2026	51852	R$ 195,23
QIT3E82	284610NIC0033264	19/05/2026	50020	R$ 586,94
QJJ5J25	284610T000010724	03/06/2026	56144	R$ 195,23
QLM8449	284610T000010079	02/06/2026	66531	R$ 195,23
QNS2G70	284610M000357877	20/05/2026	60503	R$ 293,47
QOF9G13	284610M000357804	19/05/2026	60503	R$ 293,47
QOY3G41	284610M000357880	21/05/2026	60503	R$ 293,47
QPS8F24	284610M000357944	22/05/2026	60503	R$ 293,47
RHE9H25	284610M000357806	19/05/2026	60503	R$ 293,47
RHE9H25	284610M000357778	19/05/2026	60503	R$ 293,47
RHH9H37	284610M000357943	22/05/2026	60503	R$ 293,47
RHI5J28	284610NIC0033258	19/05/2026	50020	R$ 586,94
RHK2B16	284610M000357793	19/05/2026	60503	R$ 293,47
RHL8C09	284610NIC0033263	19/05/2026	50020	R$ 586,94
RHN5I06	284610T000010727	03/06/2026	50450	R$ 293,47
RHN5I06	284610T000010728	03/06/2026	51420	R$ 293,47
RHN5I06	284610T000010726	03/06/2026	65992	R$ 293,47
RHN5I06	284610M000357807	19/05/2026	60503	R$ 293,47
RHO9C43	284610M000357989	22/05/2026	60503	R$ 293,47
RHQ0J71	284610M000357977	22/05/2026	60503	R$ 293,47
RHQ1D96	284610M000357777	19/05/2026	60503	R$ 293,47
RHT8H04	284610M000357798	19/05/2026	60503	R$ 293,47
RHU2D35	284610M000357840	20/05/2026	60503	R$ 293,47
RHV5J50	284610M000357921	21/05/2026	60503	R$ 293,47
RIV2C25	284610M000357834	20/05/2026	60503	R$ 293,47
RNF9B20	284610T000010723	03/06/2026	56144	R$ 195,23
RNL5A22	284610M000357890	21/05/2026	60503	R$ 293,47
SDY6A93	284610M000357917	21/05/2026	60503	R$ 293,47
SDY7B19	284610M000357891	21/05/2026	60503	R$ 293,47
SDZ5H01	284610M000357730	18/05/2026	60503	R$ 293,47
SEE8I31	284610T000010092	02/06/2026	66531	R$ 195,23
SEH5B05	284610T000010719	03/06/2026	66531	R$ 195,23
SEJ6A54	284610NIC0033259	19/05/2026	50020	R$ 586,94
SEK9I94	284610NIC0033268	19/05/2026	50020	R$ 260,32
SET9C85	284610M000357925	21/05/2026	60503	R$ 293,47
SEV9I39	284610M000357950	22/05/2026	60503	R$ 293,47
SEX0B25	284610T000010297	01/06/2026	55250	R$ 130,16
SFD4C20	284610M000357942	22/05/2026	60503	R$ 293,47
SFD8I10	284610M000357817	19/05/2026	60503	R$ 293,47

SFH5A02	284610M000357830	20/05/2026	60503	R$ 293,47
SFI2G71	284610M000357916	21/05/2026	60503	R$ 293,47
SFK7E96	284610T000010081	02/06/2026	66531	R$ 195,23
SFK9J62	284610T000010705	03/06/2026	66531	R$ 195,23
SFL4A14	284610M000357983	22/05/2026	60503	R$ 293,47
SFN0E86	284610NIC0033265	19/05/2026	50020	R$ 586,94
SFN8J15	284610M000357926	21/05/2026	60503	R$ 293,47
SHK2G35	284610M000357728	18/05/2026	60503	R$ 293,47
SHO6G87	284610M000357919	21/05/2026	60503	R$ 293,47
SIL7G85	284610M000357782	19/05/2026	60503	R$ 293,47
SJN4F29	284610NIC0033252	19/05/2026	50020	R$ 586,94
TAJ5D80	284610T000006333	30/05/2026	52741	R$ 2.934,70
TAJ5D80	284610T000006334	30/05/2026	50100	R$ 880,41
TAJ5D80	284610T000006335	30/05/2026	51180	R$ 880,41
TAJ5D80	284610T000006338	30/05/2026	66531	R$ 195,23
TAM3C58	284610T000007296	02/06/2026	66372	R$ 195,23
TAM3C58	284610T000007297	04/06/2026	70301	R$ 293,47
TAQ7J25	284610T000010085	02/06/2026	66532	R$ 195,23
TBA0J48	284610NIC0033262	19/05/2026	50020	R$ 586,94
TBH9I30	284610M000357869	20/05/2026	60503	R$ 293,47
TBH9J81	284610M000357853	20/05/2026	60503	R$ 293,47
TBK3I14	284610NIC0033269	19/05/2026	50020	R$ 260,32
TBK5H74	284610T000010300	03/06/2026	76332	R$ 293,47
TBN4I67	284610M000357907	21/05/2026	60503	R$ 293,47
TBS7H98	284610NIC0033255	19/05/2026	50020	R$ 260,32
TBS7H98	284610NIC0033239	19/05/2026	50020	R$ 586,94
TBS7H98	284610NIC0033256	19/05/2026	50020	R$ 586,94
TBT3A92	284610M000357775	19/05/2026	60503	R$ 293,47
TBU6G81	284610NIC0033260	19/05/2026	50020	R$ 586,94
TBV6B08	284610T000010742	04/06/2026	50100	R$ 880,41
TBV6B08	284610T000010743	04/06/2026	66531	R$ 195,23
TCF0C46	284610M000357889	21/05/2026	60503	R$ 293,47
TCX6B98	284610M000357820	20/05/2026	60503	R$ 293,47
TEI9A65	284610M000357860	20/05/2026	60503	R$ 293,47
TLD8I53	284610T000010551	03/06/2026	55680	R$ 195,23
TRG7H41	284610M000357803	19/05/2026	60503	R$ 293,47
UAA5H97	284610M000357733	17/05/2026	60503	R$ 293,47
UAI9B13	284610M000357779	19/05/2026	60503	R$ 293,47
UAV5C04	284610T000010716	03/06/2026	76332	R$ 293,47
UAV6F12	284610M000357866	20/05/2026	60503	R$ 293,47
UBA9E15	284610T000010659	02/06/2026	66531	R$ 195,23
UBM2C37	284610M000357990	22/05/2026	60503	R$ 293,47
UBN8E66	284610M000357969	22/05/2026	60503	R$ 293,47
UBS0E70	284610M000357872	20/05/2026	60503	R$ 293,47
UBS0E70	284610M000357995	22/05/2026	60503	R$ 293,47
UBS0E70	284610M000357870	20/05/2026	60503	R$ 293,47
UBS5C39	284610M000357794	19/05/2026	60503	R$ 293,47
UCB7B65	284610T000010642	29/05/2026	65991	R$ 293,47
UGB2H22	284610M000357846	20/05/2026	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:18258682

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20260815_187772

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 05/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAR4809	284610T000010846	09/06/2026	66531	R$ 195,23
ALK3564	284610T000010522	20/05/2026	51851	R$ 195,23
AMR8F47	284610M000357383	13/05/2026	60503	R$ 293,47
AOR8570	284610T000010361	07/05/2026	55411	R$ 195,23
APT2B32	284610T000010258	18/05/2026	66532	R$ 195,23
AQP2A87	284610T000004911	28/04/2026	60501	R$ 293,47
AQP2A87	284610T000004910	28/04/2026	60501	R$ 293,47
AQP6G44	284610T000008961	12/05/2026	76252	R$ 293,47
ASD3I57	284610M000355535	15/04/2026	60503	R$ 293,47
ASD3I57	284610M000355926	21/04/2026	60503	R$ 293,47
ASD8C35	284610T000004913	30/04/2026	60501	R$ 293,47
ASD8C35	284610T000004912	30/04/2026	60501	R$ 293,47
AVA0F60	284610M000356268	26/04/2026	60503	R$ 293,47
AVC2A92	284610T000010692	02/06/2026	61220	R$ 293,47
AVF3A08	284610M000357530	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AXV9H96	284610T000010395	12/05/2026	66531	R$ 195,23
AXV9H96	284610T000010396	12/05/2026	76842	R$ 130,16
AYH9G41	284610M000357498	15/05/2026	60503	R$ 293,47
BBC1F58	284610M000355443	14/04/2026	60503	R$ 293,47
BCG5A09	284610M000355137	10/04/2026	60503	R$ 293,47
BDU6H84	284610M000355370	13/04/2026	60503	R$ 293,47
BEA6I55	284610M000356894	05/05/2026	60503	R$ 293,47
BZW5F17	284610T000009527	12/05/2026	66532	R$ 195,23
CWJ0I94	284610M000354984	07/04/2026	60503	R$ 293,47
EKA0J81	284610T000010132	23/04/2026	59591	R$ 1.467,35

FDK2E14	284610T000010689	02/06/2026	67000	R$ 195,23
GMF9B94	284610M000355549	16/04/2026	60503	R$ 293,47
GPK4D44	284610T000009891	11/04/2026	58000	R$ 195,23
GPK4D44	284610T000009892	11/04/2026	51851	R$ 195,23
IEV0I80	284610M000355979	22/04/2026	60503	R$ 293,47
QUC5I91	284610M000355114	09/04/2026	60503	R$ 293,47
RHW7F58	116100T003822304	03/06/2026	54870	R$ 195,23
RKN5D62	284610T000008033	03/04/2026	51851	R$ 195,23
SFG0F92	284610T000009926	13/04/2026	66531	R$ 195,23
SVO2C88	284610M000356826	04/05/2026	60503	R$ 293,47
TAS0J56	284610T000010289	20/05/2026	66532	R$ 195,23

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:2D9DE6CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
PUBLICAÇÕES DE NOTIFICAÇÕES, AUTOS DE INFRAÇÃO E EMBARGOS N° 09/2026

PROPRIETÁRIO	BAIRRO	QUADRA	LOTE	TIPO	NÚMERO
APARECIDA CLARA ISOLANI	JARDIM DOS IPES	49	1	NOTIFICAÇÃO	13900/1-2026
APARECIDA CLARA ISOLANI	JARDIM DOS IPES	49	1	NOTIFICAÇÃO	13901/1-2026
APARECIDA CLARA ISOLANI	JARDIM DOS IPES	49	1	NOTIFICAÇÃO	13902/1-2026
RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA	JARDIM CENTRO CIVICO	12	2	AUTO DE INFRAÇÃO	247/2026
RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA	JARDIM CENTRO CIVICO	12	2	NOTIFICAÇÃO	13738/1-2026
RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA	JARDIM CENTRO CIVICO	12	3	AUTO DE INFRAÇÃO	248/2026
RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA	JARDIM CENTRO CIVICO	12	3	NOTIFICAÇÃO	13738/2-2026
SIDNEI APARECIDO NUNES ALVES	JARDIM CENTRO CIVICO	9	19	EMBARGO	13913/1-2026
IMOBILIARIA SOL LTDA	JARDIM ESPERANÇA 1A PARTE	11	13	AUTO DE INFRAÇÃO	399/2026
IMOBILIARIA SOL LTDA	JARDIM ESPERANÇA 1A PARTE	11	13	AUTO DE INFRAÇÃO	400/2026
IMOBILIARIA SOL LTDA	JARDIM ESPERANÇA 1A PARTE	11	13	NOTIFICAÇÃO	13992/1-2026
IMOBILIARIA SOL LTDA	JARDIM ESPERANÇA 1A PARTE	11	13	NOTIFICAÇÃO	13993/1-2026
IMOBILIARIA YPEI LTDA	PQ. SAO PEDRO	15	16	NOTIFICAÇÃO	12656/1-2025
RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA	JARDIM CENTRO CIVICO	9	17	AUTO DE INFRAÇÃO	314/2026
RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA	JARDIM CENTRO CIVICO	9	17	NOTIFICAÇÃO	13916/2-2026
RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA	JARDIM CENTRO CIVICO	11	6	AUTO DE INFRAÇÃO	404/2026
RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA	JARDIM CENTRO CIVICO	11	6	NOTIFICAÇÃO	14000/3-2026
RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA	JARDIM CENTRO CIVICO	11	6	NOTIFICAÇÃO	13999/3-2026
RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA	JARDIM CENTRO CIVICO	9	10	AUTO DE INFRAÇÃO	315/2026
RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA	JARDIM CENTRO CIVICO	9	10	NOTIFICAÇÃO	13916/1-2026
WAGNER FELISMINO DOS SANTOS	JARDIM NOVA INDEPENDENCIA I	121	10	EMBARGO	14068/1-2026
INCORPORADORA DE IMOVEIS REAL LTDA	JD. REAL	2	1	NOTIFICAÇÃO	14005/1-2026
ROBERTO MASAYUKI HAYACIBARA	JARDIM DOS IPES	43	1	AUTO DE INFRAÇÃO	409/2026
ROBERTO MASAYUKI HAYACIBARA	JARDIM DOS IPES	43	1	AUTO DE INFRAÇÃO	410/2026
ROBERTO MASAYUKI HAYACIBARA	JARDIM DOS IPES	43	1	NOTIFICAÇÃO	14018/1-2026
ROBERTO MASAYUKI HAYACIBARA	JARDIM DOS IPES	43	1	NOTIFICAÇÃO	14019/1-2026
ROBERTO MASAYUKI HAYACIBARA	JARDIM DOS IPES	43	2	AUTO DE INFRAÇÃO	411/2026
ROBERTO MASAYUKI HAYACIBARA	JARDIM DOS IPES	43	2	AUTO DE INFRAÇÃO	412/2026
ROBERTO MASAYUKI HAYACIBARA	JARDIM DOS IPES	43	2	NOTIFICAÇÃO	14020/1-2026
ROBERTO MASAYUKI HAYACIBARA	JARDIM DOS IPES	43	2	NOTIFICAÇÃO	14021/1-2026
ROBERTO MASAYUKI HAYACIBARA	JARDIM DOS IPES	43	2	NOTIFICAÇÃO	14022/1-2026

Publicado por:
Queren Luana Rodrigues Faustino da Silva
Código Identificador:CCAC6EC4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AUTÓGRAFO DE LEI Nº 846/2026

EMENTA: Desafeta e Autoriza o Poder Executivo a Promover Leilão para Alienar Veículos, Bens e Sucatas Inservíveis de Propriedade da Prefeitura Municipal, e dá outras providências.

Art. 1º Ficam desafetados e o Poder Executivo autorizado a promover leilão para alienar bens considerados economicamente inviáveis para consertos e manutenção, além de sucatas, constantes no anexo único, as quais são inservíveis para atendimento das ações programáticas da municipalidade.

Art. 2º O valor mínimo para venda dos bens corresponderá àquele que constar na avaliação da Comissão de Avaliação.

Art. 3º O leilão será realizado por meio de leiloeiro Oficial devidamente contratado e designado pela Administração Municipal, não sendo descontada do Município qualquer porcentagem em favor do mesmo.
Parágrafo Único. A remuneração do Leiloeiro se dará através de comissão percentual sobre o valor do lance, paga diretamente pelo arrematante.

Art. 4º Sem prejuízo das demais regras que disciplinam o procedimento, e independentemente do valor de lance ofertado, nos lotes referentes aos equipamentos, bens e veículos pesados é reservado á Administração o direito de aceitar ou não a proposta, permanecendo o lance na condicional.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

(Esta Lei foi Decretada pela Câmara Municipal de Sengés, em Sessão Ordinária realizada em data de 17-08-2026, conferindo com o original que consta no Livro de Registro de Leis deste Legislativo).

Sala das Sessões, em 17 de Agosto de 2026.

JESSÉ BRIZOLA –
Vice-Presidente

MARIANE LUPINACCI –
1ª Secretária

ANEXO ÚNICO

Lote	placa	marca/modelo	ano/modelo	secretaria
1		sucata de informática		várias
2	900169	máquinas de costura		ASSISTENCIA SOCIAL
3	10211	PULVERIZADOR JACTO 600 LITROS	2009	AGRICULTURA
4	BWG-7300	sucata volkswagem fox 1.0	2009/2009	adminsitração
5	BAC-8C30	FIAT PALIO FIRE	2015/2016	ASSISTENCIA SOCIAL
6	BBX-8928	RENAULT SANDERO AUTENTIQUE 1.0	2018/2018	SAÚDE
7	BBX-1528	RENAULT SANDERO AUTENTIQUE 1.0	2018/2018	SAÚDE
8	BEY-2G30	VOLKSWAGEN GOL 1.0 MC4	2021/2022	SAÚDE
9	BBI-2B32	VOLKSWAGEN GOL TL MCV	2017/2017	ASSISTENCIA SOCIAL
10	BEW-8I23	VOLKSWAGEN GOL 1.0 L MC4	2021/2022	SAÚDE
11	BCI-5451	CHEVROLET ONIX 1.0 MT JOYE	2018/2018	SAÚDE
12	BCI-5447	CHEVROLET ONIX 1.0 MT JOYE	2018/2018	SAÚDE
13	BEQ-5E29	HYUNDAI HB20 1.0 M SENSE SURROUND GRILLE	2020/2021	SAÚDE
14	BEQ-5E25	HYUNDAI HB20 1.0 M SENSE SURROUND GRILLE	2020/2021	SAÚDE
15	BEK7A33	RENAULT DUSTER 1.6 EXPRESSION	2019/2020	SAÚDE
16	GKE-2E36	RENAULT DUSTER ZEN 1.6	2020/2021	SAÚDE
17	RHN-8H02	RENAULT OROCH EXPRESSION 1.6 SCE	2021/2022	TRANSP. VIAÇÃO
18	RHI-4I23	DUSTER OROCH DYNAMIQUE 1.6	2021/2022	AGRICULTURA
19	FZS-5F83	RENAULT DUSTER OROCH 1.6 4X2	2019/2020	TRANSP. VIAÇÃO
20	BCG-5587	CHEVROLET MONTANA LS1	2018/2019	AGRICULTURA
21	BDF-1E52	IVECO DAILY CLASS VAN	2019/2020	SAÚDE
22	BEW-1H85	AMBULÂNCIA RENAULT MASTER L1H1	2020/2021	SAÚDE
23	BCX-OF95	AMBULÂNCIA RENAULT MASTER	2018/2019	SAÚDE
24	AXM-1G37	AMBULÂNCIA RENAULT MASTER	2013/2014	SAÚDE
25	RHF-8A12	VOLARE WL EXECUTIVE EURO V	2020/2021	SAÚDE
26	BCV-5I02	MARCOPOLO VOLARE W-L	2020/2021	SAÚDE
27	AUC-8258	VOLKSWAGEN 13.180 EURO WORKER	2011/2011	TRANSP. VIAÇÃO
28	AUC-8256	VOLKSWAGEN 13.180 EURO WORKER	2011/2011	TRANSP. VIAÇÃO
29	AVX-5102	SR RODOEIXO BA 2E	2012/2012	TRANSP. VIAÇÃO
30	16609	ROLO COMPACTADOR MULLER VAP70LT	2013	TRANSP. VIAÇÃO
31	18955	RETROESCAVADEIRA RANDON RD 406	2018	TRANSP. VIAÇÃO
32	16280	RETROESCAVADEIRA CAT 416 E	2013	AGRICULTURA
33	21053	CARREGADEIRA XCMG	2020	TRANSP. VIAÇÃO
34	21178	MOTONIVELADORA XCMG GR 1803BR	2020	TRANSP. VIAÇÃO
35		sucata mista		várias
36		3.284 KG DE SOJA		AGRICULTURA
37		11.456 KG DE MILHO		AGRICULTURA
38	BBS-4624	FORD CARGO 816 S	2017/2018	AGRICULTURA

Publicado por:
Luciane Aparecida Vieira
Código Identificador:12C92C95

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 187, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3388/2025 de 18/12/2025.

Decreta:			
Art. 1° - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$700.000,00 (setecentos mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.			
Suplementação			
09		DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	
09.020		DIVISAO DE CULTURA	
09.020.13.392.0015.2.067		PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTISTICOS, CULTURAIS, EDUCACIONAIS E RELIGIOSOS	
285 - 3.3.90.39.00.00	3000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	700.000,00
Total Suplementação:			700.000,00
Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:			
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.			

Paço Municipal “Santo Soriani”, 18 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Henrique Zanoni
Código Identificador:4077779A

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO PREGÃO 41/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeita Municipal, **Ana Ruth Secco**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	238/2026
b) Licitação Nº:	41/2026
c) Modalidade:	Pregão
d) Data Homologação:	18/08/2026
e) Objeto Homologado:	Registro de Preços para contratação de empresa especializada para fornecimento completo da infraestrutura de eventos, compreendendo: Equipamentos de som; Estrutura de palco; Estrutura de tendas e camarins; Gerador de Energia; Sistema de iluminação; Painel de LED com transmissão simultânea; Sistema de filmagem; Operação técnica especializada Montagem e desmontagem; Transporte e suporte técnico durante o evento, para atender a demanda de eventos institucionais, culturais, cívicos e comemorativos promovidos pela Prefeitura Municipal de Sertanópolis

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
285	09020133920015206733903900000	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: MUNDIAL GERADORES LTDA - CNPJ: 62.527.832/0001-18
Valor total homologado: R$ 24.400,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7	1	Locação de Gerador de energia 260KVAS - Conforme Termo de Referência.	STEMAC	Serviço	2	R$ 5.800,00	R$ 11.600,00
8	1	Locação de Gerador de energia 260KVAS - Conforme Termo de Referência.	STEMAC	Serviço	4	R$ 3.200,00	R$ 12.800,00

Fornecedor: SEA SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS E LOCAÇÕES EIRELI - CNPJ: 06.227.610/0001-09
Valor total homologado: R$ 104.530,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	1	Locação de Palco 14x10 profissional - Conforme Termo de Referência.	HARDFORM	Serviço	1	R$ 18.850,00	R$ 18.850,00
4	1	Locação de Camarim octanorm de 5x5m - Conforme Termo de Referência.	HARDFORM	Serviço	3	R$ 6.400,00	R$ 19.200,00
4	2	Locação de Tendas pirâmides 10x10 - Conforme Termo de Referência.	VARIADO	Serviço	5	R$ 1.000,0000	R$ 5.000,00
4	3	Locação de Tenda pirâmide 4x4 - Conforme Termo de Referência.	VARIADO	Serviço	2	R$ 590,0000	R$ 1.180,00
5	1	Locação de Camarim octanorm de 5x5m - Conforme Termo de Referência.	HARDFORM	Serviço	3	R$ 4.500,0000	R$ 13.500,00
5	2	Locação de Tendas pirâmides 10x10 - Conforme Termo de Referência.	VARIADO	Serviço	20	R$ 1.500,0000	R$ 30.000,00
5	3	Locação de Tenda pirâmide 4x4 - Conforme Termo de Referência.	VARIADO	Serviço	2	R$ 900,0000	R$ 1.800,00
6	1	Locação de Grade de Proteção para eventos (Gradil), com 3 pés, 1,20 m x 2,20m. - Conforme Termo de Referência.	ARALTEC	Metro	400	R$ 23,0000	R$ 9.200,00
6	2	Locação de fechamento EM LATA, medindo no mínimo 2,00m de altura x 2,00m comprimento - Conforme Termo de Referência.	HARDFORM	Metro	200	R$ 29,0000	R$ 5.800,00

Fornecedor: VIA SOM BRASIL LTDA - ME - CNPJ: 04.473.887/0001-96
Valor total homologado: R$ 81.200,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Locação de som de pequeno porte - Conforme Termo de Referência.	PRÓPRIA	Serviço	7	R$ 2.800,00	R$ 19.600,00
1	2	Locação de iluminação - Conforme Termo de Referência.	PRÓPRIA	Serviço	6	R$ 2.000,00	R$ 12.000,00
1	3	Locação de um painel de LED outdoor, com sistema de filmagem e transmissão simultânea - Conforme Termo de Referência.	PRÓPRIA	Serviço	6	R$ 3.100,00	R$ 18.600,00
3	1	LOCAÇÃO DE PALCO MEDINDO 6,00 X 3,00 - Conforme Termo de Referência.	PRÓPRIA	Serviço	6	R$ 3.000,00	R$ 18.000,00
3	2	Locação de Palco 14x10 profissional - Conforme Termo de Referência.	PRÓPRIA	Serviço	1	R$ 13.000,00	R$ 13.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 210.130,00 (duzentos e dez mil, cento e trinta reais).

02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 18 de agosto de 2026

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:AE3851DD

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
3º TERMO ADITIVO – REF. CONTRATO Nº. 68/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/2024

Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de coleta, transporte e destinação final de resíduos dos serviços de saúde – Grupos "A", "B" e "E" gerados pelo município de Sertanópolis/PR, para atenderem as necessidades desta secretaria municipal de Saúde.

Ao Instrumento Particular de prorrogação de Contrato, para contratação de médico clínico geral de Pessoa Jurídica referente ao contrato nº 68/2024, objeto da Pregão Eletrônico nº. 17/2024, firmado entre o SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 78.318.359/0001-07, com sede na Rua Senador Souza Naves, Nº 487, em Sertanópolis, estado do Paraná, neste ato representado pela diretora superintendente Sra. GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade R.G. Nº 648.871.09-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR, doravante denominado de contratante e empresa O3 GESTÃO AMBIENTAL LTDA, CNPJ n.º 02.456.361/0001-72, situado na Rua Seis, nº 131, Jardim Vale Verde, CEP: 18.960-000, Bernardino de Campos/SP., representada por seu responsável, Sr FRANCISCO MAXIMIANO PINTO FILHO, brasileiro, RG n.º 40.891.811-1 SSP/SP, CPF n.º 364.668.008-30, residente e domiciliado em Ourinhos-SP, doravante denominada CONTRATADA.

Cláusula Primeira.

O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da primeira *cláusula – do objeto e valor do contrato*, de n.º 68/2024 do pregão eletrônico nº 17/2024, decorrente de aditivo de 10%. Valor total de R$ 4.118,40 (Quatro mil cento e dezoito reais e quarenta centavos), conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Marca	Quant.	Quant aditivada	Valor Unit.	Valor. Total
1	Coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos do Serviço Municipal de Saúde – RSS de acordo com a classificação das Resoluções CONAMA n°358/2005 e ANVISA RDC N°222/2018, com estimativa aproximada de 367 kg ao mês, Resíduos dos grupos "A" e "E", "B". Frequência de coleta – semanal.	SERV.	4.400	440	R$ 9,36	R$ 4.118,40

Cláusula Segunda.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas.
E, por estarem justos certos e acordados com o presente TERMO ADITIVO, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que serão anexadas ao Contrato Inicial, feito na época e aditado nesta oportunidade na presença das testemunhas constantes.

Sertanópolis, 18 de Agosto de 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do Serviço Municipal de Saúde

FRANCISCO MAXIMIANO PINTO FILHO
O3 Gestão Ambiental LTDA

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:6D82CC34

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 251, DE 23 DE JULHO DE 2026.

DECRETO Nº 251, DE 23 DE JULHO DE 2026.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 2.251.501,05 (Dois Milhões, Duzentos e Cinqüenta e Um Mil, Quinhentos e Um Reais e Cinco Centavos), DESTINADOS A COBRIR DESPESAS NO CORRENTE EXERCÍCIO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.264 de 29 de dezembro de 2025 (LOA).

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, no valor de R$ 2.251.501,05 (dois milhões, duzentos e cinqüenta e um mil, quinhentos e um reais e cinco centavos), para atender as despesas nas rubricas assim classificadas:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
03	SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO	
03.001	SECRETARIA GERAL DE GOVERNO	
04.122.0200.2007	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA GERAL DE GOVERNO	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.700,00
03.003	DEPARTAMENTO DE CULTURA E PATRIMONIO HISTORICO	
13.122.0203.2012	IMPLANTAR, DESENVOLVER E MANTER AS ATIVIDADES CULTURAIS, HISTORICAS E TURISTICAS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.400,00
03.005	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
04.122.0200.2015	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
890	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
03.006	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	
04.121.0200.2016	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
990	00000-Recursos Ordinários (Livres)	17.700,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1000	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.200,00
03.007	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
04.131.0200.2018	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200,00
	SUBTOTAL	26.200,00
04	SECRETARIA DE FINANÇAS, ATIVIDADES ECONÔMICAS E ORÇAMENTO	
04.001	DIRETORIA DA SECRETARIA DE FINANÇAS, ATIVIDADES ECONÔMICAS E ORÇAMENTO	
04.123.0206.2022	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS, ATIVIDADE ECONÔMICA E ORÇAMENTO	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1630	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.300,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1680	00000-Recursos Ordinários (Livres)	24.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
1700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00

04.121.0001.3020	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
1550	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.500,00
04.003	DEPARTAMENTO DE LICITAÇOES E CONTRATOS	
04.122.0206.2024	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇOES E CONTRATOS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1870	00000-Recursos Ordinários (Livres)	29.200,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1900	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.300,00
	SUBTOTAL	69.300,00
05	SECRETARIA DE OBRAS, ARQUITETURA E ENGENHARIA	
05.001	DIRETORIA DA SECRETARIA DE OBRAS, ARQUITETURA E ENGENHARIA	
04.451.0303.2029	MANUTENÇÃO E EXTENSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2320	00507-COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	17.000,00
04.451.0303.1027	OBRAS E INFRAESTRUTURA DA CIDADE, BAIRROS E DISTRITOS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2225	01156-CONVÊNIO SIT 84165 EQUIPAMENTOS PARA PLAYGROUND	70.901,05
	SUBTOTAL	87.901,05
06	SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
06.001	DIRETORIA DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
04.122.0304.2036	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2830	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.400,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2840	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.300,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2860	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2880	00003-CREDITO TAC - MINISTERIO PUBLICO	15.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2925	00510-Taxas - Exercício Poder de Polícia	20.000,00
	SUBTOTAL	61.700,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
07.001	DIRETORIA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
20.122.0404.2040	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
3100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.700,00
	SUBTOTAL	6.700,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS	
08.001	DIRETORIA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS	
18.122.0405.2044	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
3460	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.500,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	27.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3610	00501-Receitas de Alienações de Ativos	6.000,00
	SUBTOTAL	34.500,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.361.0505.2052	EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ESCOLA DO CAMPO)	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4380	00000-Recursos Ordinários (Livres)	52.200,00
12.361.0505.2055	EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, ED ESPECIAL E EJA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4640	00000-Recursos Ordinários (Livres)	94.800,00
12.361.0505.2056	EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNDEB)	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4785	00000-Recursos Ordinários (Livres)	259.000,00
12.361.0505.2052	EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ESCOLA DO CAMPO)	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4420	00000-Recursos Ordinários (Livres)	800,00
12.361.0505.2057	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇAO	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4910	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.200,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
4950	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.600,00
12.361.0505.2055	EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, ED ESPECIAL E EJA	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4660	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.800,00
12.361.0505.2056	EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNDEB)	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4805	00000-Recursos Ordinários (Livres)	34.700,00
12.361.0505.2052	EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ESCOLA DO CAMPO)	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4500	00101-Fundeb 70%	17.300,00
4510	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	4.300,00
12.361.0505.2057	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇAO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5170	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	100.000,00
	SUBTOTAL	588.700,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001	DIRETORIA DA SECRETARIA DE SAÚDE	
10.122.0330.2062	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6000	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	1.200,00
10.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0331.2067	BLOCO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE - PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DA SAÚDE	

3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6520	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	26.900,00
10.301.0331.2070	BLOCO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA E INCIDÊNCIA BUCAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6860	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Federal	77.700,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6900	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Federal	11.700,00
10.301.0330.2064	APOIO FINANCEIRO A OUTRAS INSTITUIÇÕES DA ÁREA DE SAÚDE	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
6380	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	1.124.000,00
10.304.0331.2074	PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA VIGILANCIA EM SAUDE (VIGIASUS) - CUSTEIO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
7680	00493-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual	12.000,00
10.304.0331.2075	BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
7930	00493-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual	15.000,00
	SUBTOTAL	1.268.500,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
11.001	DIRETORIA DA SECRETARIA DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
08.122.0440.2076	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
8060	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.100,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
8195	00003-CREDITO TAC - MINISTERIO PUBLICO	2.000,00
11.005	DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA	
08.122.0440.2087	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
9540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.900,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
9550	00000-Recursos Ordinários (Livres)	600,00
11.008	DEPARTAMENTO MUN DE POLITICAS PARA AS MULHERES	
08.245.0440.2104	POLITICAS PARA AS MULHERES	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
9850	00000-Recursos Ordinários (Livres)	600,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
9885	01150-Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher -CUSTEIO	5.000,00
11.009	FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DA MULHER - FMDM	
08.245.0440.2110	FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DA MULHER - FMDM	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
9965	01150-Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher -CUSTEIO	30.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
9975	01150-Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher -CUSTEIO	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
9985	01150-Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher -CUSTEIO	20.000,00
	SUBTOTAL	76.200,00
12	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
12.001	DIRETORIA DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
27.812.0204.2091	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
10170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.100,00
27.812.0204.1089	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA, REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESPORTIVAS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
10095	00501-Receitas de Alienações de Ativos	25.000,00
	SUBTOTAL	28.100,00
14	SECRETARIA MUNICIPAL DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	
14.002	AGENCIA DO TRABALHADOR	
04.122.0508.2097	MANUTENÇÃO DA AGENCIA DO TRABALHADOR	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
10980	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.700,00
	SUBTOTAL	3.700,00
	TOTAL	**2.251.501,05**

Art. 2º Constitui recursos para cobertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, referido no art. 1°, nos termos do art. 43, § 1º, II e III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

II - Excesso de arrecadação:

Conta de receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
2.2.2.1.01.0.1.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL	6.000,00
1.7.2.9.51.0.1.14.00.00.00.00	REDE DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER -CUSTEIO FONTE 1150	65.000,00
2.4.2.2.99.0.1.45.00.00.00.00	CONV EST SIT 84165 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PLAYGROUND - FONTE 1156	70.901,05
	TOTAL	**141.901,05**

III - Anulação total ou parcial das seguintes dotações orçamentárias a saber:

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
03	SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO	
03.006	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	
04.122.0200.2017	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1180	00003-CREDITO TAC - MINISTERIO PUBLICO	2.000,00
1190	00510-Taxas - Exercício Poder de Polícia	20.000,00
	SUBTOTAL	22.000,00
05	SECRETARIA DE OBRAS, ARQUITETURA E ENGENHARIA	
05.001	DIRETORIA DA SECRETARIA DE OBRAS, ARQUITETURA E ENGENHARIA	
04.451.0303.2029	MANUTENÇÃO E EXTENSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO	
3.3.67.83.00.00	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECONÔMICAS,	

	APORTE E FUNDO GARANTIDOR	
2250	00507-COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	17.000,00
05.003	DEPARTAMENTO DE OBRAS, ARQUITETURA E ENGENHARIA	
04.451.0303.2033	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS, ARQUITETURA E ENGENHARIA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2750	00003-CREDITO TAC - MINISTERIO PUBLICO	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2770	00003-CREDITO TAC - MINISTERIO PUBLICO	5.000,00
	SUBTOTAL	32.000,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
07.001	DIRETORIA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
20.122.0404.2040	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3080	00000-Recursos Ordinários (Livres)	65.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3130	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00
	SUBTOTAL	79.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS	
08.003	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS	
04.451.0303.2029	MANUTENÇÃO E EXTENSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3940	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
	SUBTOTAL	7.000,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.361.0505.2055	EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, ED ESPECIAL E EJA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4650	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	15.100,00
12.361.0505.2056	EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNDEB)	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4770	00101-Fundeb 70%	17.300,00
12.361.0505.2057	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇAO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4850	00000-Recursos Ordinários (Livres)	400.000,00
12.361.0506.2058	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE DE ENSINO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5360	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	100.000,00
	SUBTOTAL	532.400,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001	DIRETORIA DA SECRETARIA DE SAÚDE	
10.122.0330.2062	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
5970	00000-Recursos Ordinários (Livres)	157.200,00
10.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0331.2067	BLOCO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE - PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DA SAÚDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6530	00493-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual	12.000,00
10.301.0331.2071	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
7040	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	28.100,00
10.301.0331.2067	BLOCO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE - PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DA SAÚDE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6560	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.500,00
10.301.0331.2071	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
7210	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	524.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
7380	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	600.000,00
7400	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Federal	89.400,00
10.304.0331.2074	PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA VIGILANCIA EM SAUDE (VIGIASUS) - CUSTEIO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
7680	00493-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual	15.000,00
	SUBTOTAL	1.437.200,00
	TOTAL	**2.109.600,00**

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO no Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 23 de julho de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:C07C86A1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 320/2025

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **MAPFRE SEGUROS GERAIS SA, CNPJ 61.074.175/0001-38** com endereço na Av. das Nações Unidas, 14.261 18º andar - CEP: 04794000 - BAIRRO: VILA GERTRUDES, neste ato representada por Eduardo Alves de Oliveira ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 037.878.450-11, com domicilio na Avenida das Nações Unida, 14261 - CEP: 04974000 - BAIRRO: VILA GERTRUDES, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 14.133/21, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 95/2025, objetivando a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro veicular.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, ficou o contrato acima identificado, com seu prazo de vigência prorrogado a partir de seu vencimento, por mais **12 meses**, ou seja, até o dia 16/08/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: Através do presente termo aditivo, fica reajustado os valores unitários do contrato de acordo com o índice IPCA de 4,64%, conforme tabela abaixo:

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 006 - Lote 006 - EDUCAÇÃO	1	SEGURO DO VEÍCULO CHEV/SPIN 1.8L AT ACT PLACA: BDC-5C05 SEGURO DO VEÍCULO CHEV/SPIN 1.8L AT ACT Ano de fabricação/modelo: 2018/2019; Código FIPE: 44903; PLACA: BDC-5C05; Chassi: 9BGJE7520KB112045 Dados da cobertura: COBERTURA 100% TABELA FIPE RESP CIVIL DANOS MATERIAIS: R$ 150.000,00 RESP CIVIL DANOS CORPORAIS: R$ 200.000,00 RESP CIVIL DANOS MORAIS: R$ 10.000,00 ACIDENTES PESSOAIS PASSAGEIROS - MORTE: 20.000,00 ACIDENTES PESSOAIS PASSAGEIROS - INVALIDEZ PERMANENTE: 20.000,00 CARRO RESERVA: MÍNIMO 7 DIAS ASSISTÊNCIA COMPLETA – VIDROS, RETROVISORES LANTERNAS E FARÓIS ASSISTÊNCIA 24 HORAS GARANTIA DE 0KM - 6 MESES GUINCHO COM DISTANCIA MÁXIMA DE 600KM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA	SER	1,00	742,94	742,94

CLAUSULA QUARTA: O valor total do aditivo é de R$ 742,94 (Setecentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos).

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 320/2025 de 18/08/2025.

Terra Rica-Pr, 17/07/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA	***EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA***
Prefeito Municipal	Mapfre Seguros Gerais SA

Testemunhas:

_____
Nome:

_____
Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:73E8EB51

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA 20/2026

Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação

Modalidade: Dispensa

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviço de manutenção da Pá Carregadeira New Holland W130B, F325.

Contratada: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.224.121/0006-08, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 10.789, Depósito 1, Cidade Industrial, Curitiba/PR, CEP 81.170-300.

Relação de itens e valor total da contratação:

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total

	produto/serviço					
1	62699	KILOMETRAGEM	470,00	KM	5,50	2.585,00
2	62700	LIMPEZA E DESCARBONIZAÇÃO DE MOTORES	3,00	HR	420,00	1.260,00
3	62701	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	1,00	UNID	158,07	158,07
4	62702	FILTRO DE COMBUSTIVE	1,00	UNID	339,52	339,52
5	62703	ELEMENTO FILTRANTE POLIPROPILENO EXPANDI	1,00	UNID	54,29	54,29
6	62704	PRO DIESEL AGROTECH 500ML	1,00	UNID	125,87	125,87
7	62705	MOTOR CLEAN AGROTECH 25L	1,00	UNID	950,49	950,49
TOTAL						5.473,24

Fundamento Legal: 75, inciso IV, alínea "a". *da Lei 14.133/21.*

Recursos:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	5660	13.004.18.541.0020.2115	505	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	5660	13.004.18.541.0020.2115	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5675	13.004.18.541.0020.2115	505	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	5675	13.004.18.541.0020.2115	505	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Julgamento: *Setor de Licitações, em 18/08/2026.*

Ratificação: *Prefeito Municipal, em 18/08/2026.*

Terra Rica, 14/08/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:802486F5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA 21/2026

Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação

Modalidade: Dispensa

Objeto: Contratação de serviço profissional de avaliação neuropsicológica completa para menor atendido pelos sistemas municipais de saúde e assistência social.

Contratada: F. F. P. CAVALLI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 50.057.161/0001-90, com sede na Rua São Roque, nº 30, Centro, Santo Antônio do Caiuá/PR, CEP 87.730-000.

Relação de itens e valor total da contratação:

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62926	AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA Prestação de serviços de avaliação neuropsicológica com paciente T.B.S. da S. buscando avaliação neuropsicológica completa, contemplando: Funcionamento intelectual global; Atenção (sustentada, seletiva, alternada e dividida); Funções executivas (planejamento, organização, memória de trabalho, controle inibitório e flexibilidade cognitiva); Memória (imediata, operacional, verbal e visual); Linguagem (compreensão, expressão, fluência e processamento linguístico); Habilidades visuoespaciais e visuoconstrutivas; Praxias, gnosias e processamento perceptivo; Velocidade de processamento cognitivo; Desempenho acadêmico, quando pertinente à idade e à demanda clínica; Aspectos emocionais, comportamentais e habilidades sociais; Funcionamento adaptativo e nível de autonomia compatível com a faixa etária; investigação de possíveis transtornos do neurodesenvolvimento; Observação comportamental durante todo o processo avaliativo; Integração dos resultados obtidos por meio da entrevista clínica, observação, testes psicológicos aprovados pelo SATEPSI e demais instrumentos tecnicamente pertinentes; Conclusão técnica fundamentada, contendo a descrição dos achados, das potencialidades, das dificuldades identificadas e das recomendações para acompanhamento, intervenções e adaptações, quando necessárias. Trata-se de rol mínimo, cabendo ao profissional ampliar temas/capacidade/questões/características que se mostrarem necessárias durante a avaliação. A avaliação inclui a aplicação de, no mínimo, 5 testes psicológicos aprovados pelo SATEPSI e outros instrumentos que se fizerem necessários. Sessões: mínimo de 10 sessões, com duração mínima de 40 minutos cada. Prazos: a avaliação terá prazo máximo de 90 dias, inclusive para entrega do relatório final. Relatório final: Emissão de relatório final (laudo técnico), técnico e fundamentado, contendo achados	1,00	SERV	3.800,00	3.800,00

		relevantes, integração dos resultados, hipóteses diagnósticas, bem como recomendações e encaminhamentos para intervenções e acompanhamentos necessários. Sessão/reunião interdisciplinar: sessão devolutiva, após emissão do relatório final, com os responsáveis pelo acolhimento, com entrega do relatório e explicações do laudo sob todas as perspectivas da avaliação. A reunião integrará até dois representantes de cada setor, sendo Casa Lar, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Conselho Tutelar. Não haverá pagamento adicional por sessões que excedam o quantitativo previsto (10 sessões). Presencial: A avaliação (todas as sessões) serão todas presenciais, na cidade de Terra Rica, sendo os custos de translado inclusos no valor do pacote (sem pagamento adicional para locomoção). O serviço será remunerado de forma global, incluindo sessões, emissão de relatório final/laudos e reunião final, sem pagamentos adicionais.				
TOTAL						3.800,00

Fundamento Legal: *art. 75,* inciso VIII. *da Lei 14.133/21.*

Recursos:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	2350	05.002.10.302.0030.2090	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Julgamento: *Setor de Licitações, em 18/08/2026.*
Ratificação: *Prefeito Municipal, em 18/08/2026 .*

Terra Rica, 14/08/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:EBE66A19

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO LEILÃO Nº 02/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2026

Objeto: LEILÃO EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICO, em tempo real para alienação de bens móveis e imóveis inservíveis de propriedade do Município de Tomazina/PR, do tipo maior lance de cada lote, por meio do Leiloeiro Público Oficial, **ALEX SANDRO VIEIRA FELIX,** devidamente matriculado perante a JUCEPAR sob nº 18/297-L, contratado conforme rol de credenciados do Credenciamento nº. 09/2025**,** para realização de leilão de bens inservíveis. O Prefeito Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, HOMOLOGA o julgamento do leiloeiro, realizado em sessão de 22/07/2026, relativo à Licitação – Modalidade – Leilão Eletrônico nº 02/2026, que adjudicou o objeto em destaque supra, em favor dos arrematantes:

Nº	**DESCRIÇÃO DO LOTE**	**VALOR DA AVALIAÇÃO**	**VALOR DE ARREMATE**	**ARREMATANTE**
1	FIAT UNO MILE WAY ECONOMY	R$ 10.000,00	R$ 11.500,00	GUILHERME MENDONÇA COSTA
2	VW GOL 1.0 GIV	R$ 12.000,00	R$ 16.500,00	GLEYCON DOS SANTOS
3	VIRTUS	R$ 38.000,00	R$ 40.000,00	SERGIO ANTONIO MUNHOZ
4	CITROEN AIRCROSS STARTMT	R$ 20.000,00	R$ 23.000,00	ANA PAULA DE OLIVEIRA
5	FORD KÁ	R$ 20.000,00	R$ 20.500,00	SILVANEI CLARET SIMOES
6	VW/GOL 1.0L MC4	R$ 22.000,00	R$ 24.500,00	DIEGO DE MURCA MARQUES
7	RENAULT KWID	R$ 18.000,00	R$ 19.000,00	DIEGO DE MURCA MARQUES
8	AMBULÂNCIA RENAULT MASTER TRANSF A	R$ 40.000,00	R$ 54.500,00	ANA PAULA DE OLIVEIRA
9	CAMINHÃO FORD CARGO 2629 6X4	R$ 180.000,00	R$ 202.000,00	CARLOS EDUARDO GONÇALVES DUARTE
10	MOTONIVELADORA XCMG	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00	WELINGTON APARECIDO TERCIOTTI
11	AMBULANCIA SUCATA	R$ 800,00	LOTE SEM PAGAMENTO	-
12	SUCATA RESFRIADOR DE LEITE	R$ 500,00	R$ 700,00	JOSÉ ROBERTO BATISTA
13	TERRENO URBANO - BAIRRO ALTO III - 189,81M2 - MAT. 15.566	R$ 30.000,00	R$ 31.000,00	WAGNER VIDAL DE ASSIS
14	TERRENO URBANO - RESID. CAMPO BELO - 250M2 - MAT. 9.729	R$ 65.000,00	LOTE DESERTO	-
15	TERRENO URBANO - RESID. CAMPO BELO - 250M2 - MAT. 9730	R$ 65.000,00	LOTE DESERTO	-
16	TERRENO URBANO - RESID. CAMPO BELO - 250M2 - MAT. 9731	R$ 65.000,00	LOTE DESERTO	-
17	RENAULT LOGAN AUTH 10	R$ 20.000,00	R$ 27.000,00	LOPES E ALMEIDA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTD
VALOR TOTAL		**R$ 670.200,00**		

Valor total arrecadado: R$ 670.200,00 (seiscentos e setenta mil e duzentos reais).
Publique-se;

Tomazina, 18 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:7B9D8BF6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026.

O Pregoeiro, devidamente constituído, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 30/2026, o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

Classificações em primeiro lugar nos itens do objeto, conforme segue:

Ø G. M. POSSAN LTDA – CNPJ 46481010000197

ITEM	PRODUTO	UND.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. MÁX.	VALOR TOTAL MÁX.
2	BASE PARA RELÉ FOTOCÉLULA BIVOLT	UND	50	Tecnolinsa	16,40	820,00
3	BOCAL DE PORCELANA E-27	UND	50	G20	4,94	247,00
4	BOCAL DE PORCELANA E-40	UND	60	G20	14,70	882,00
5	BRAÇO BR1 1,00M, GALVANIZADO A FOGO, PAREDE DE NO MÍNIMO 2,25MM, COM SAPATA, CONFORME NTC 813951	UND	40	Olivo	94,90	3.796,00
6	BRAÇO BR2 3M, GALVANIZADO A FOGO, PAREDE DE NO MÍNIMO 3,00MM, COM SAPATA, CONFORME NTC 813952	UND	20	Olivo	297,90	5.958,00
18	CONECTOR PERFURANTE 10/95MM	UND	300	MCI	13,90	4.170,00
19	REFLETOR LED 300W IP66 BIVOLT, TEMPERATURA DA COR 6.500K, FLUXO LUMINOSO 9.000 LUMENS, VIDA UTIL 30.000H, MATERIAL ALUMINIO DIMENSOES 21X27X3.	UND	40	Lumanti	164,90	6.596,00
20	REFLETOR LED 200W IP66 BIVOLT, TEMPERATURA DA COR 6.000K, FLUXO LUMINOSO 14.000 LUMENS, VIDA UTIL 14.000H, MATERIAL ALUMINIO DIMENSOES 20X17X3.	UND	30	Lumanti	128,00	3.840,00
23	CONTACTORA 40A 220V TRIFASICA	UND	20	Soprano	353,00	7.060,00
33	GRAMPO HASTE TERRA PADRÃO COPEL	UND	60	Betel	7,80	468,00
34	HASTE DE COBRE 5/8 X 2,40M	UND	50	Olivo	65,40	3.270,00
35	LÂMPADA A VAPOR DE SÓDIO, POTÊNCIA NOMINAL DE 250W/220V, ALTA PRESSÃO, BASE E-40, FORMATO TUBULAR, FLUXO LUMINOSO 33.000 LM, EFICIÊNCIA LUMINOSA 132,0 LM/W, COM VIDA MEDIANA DE 32.000 HORAS.	UND	30	Goodlux	39,90	1.197,00
36	FITA ISOLANTE 20MX18MM NAS CORES PRETA, AMARELA, VERMELHA, BRANCA E AZUL (CONFORME SOLICITAÇÃO)	UND	100	G20	7,90	790,00
38	PARAFUSO ROSCA DUPLA 250MM COM ARRUELAS E DUAS PORCAS GALVANIZADO	UND	100	Olivo	22,90	2.290,00
39	PARAFUSO ROSCA DUPLA 350MM COM ARRUELAS E DUAS PORCAS GALVANIZADO	UND	100	Olivo	17,85	1.785,00
40	PARAFUSO ROSCA DUPLA 450MM COM ARRUELAS E DUAS PORCAS GALVANIZADO	UND	80	Olivo	29,70	2.376,00
41	PARAFUSO ROSCA DUPLA 300MM COM ARRUELAS E DUAS PORCAS GALVANIZADO	UND	80	Olivo	23,40	1.872,00
45	REATOR EXTERNO PARA LÂMPADAS A VAPOR DE SÓDIO 250W/220V, GALVANIZADO A FOGO CHAPA DE AÇO MÍNIMA DE 1,20MM COM BASE PARA RELÊ, ALTO FATOR DE POTÊNCIA, NÚCLEO DE COBRE, CONTENDO CABOS EPR OU XLPE COM LUVAS PRE-ISOLADAS NAS PONTAS, PERDAS MÁXIMAS DE 24W E FATOR DE POTÊNCIA MÍNIMA DE 0,97, DEVENDO POSSUIR EM SUA LATERAL ADESIVO REFLETIVO PARA IDENTIFICAÇÃO DA POTÊNCIA DO REATOR, FUNDO BRANCO E LETRAS VERMELHAS, COM SELO PROCEL. GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS.	UND	30	Goodlux	191,00	5.730,00
46	REATOR EXTERNO PARA LÂMPADAS A VAPOR DE SÓDIO 70W/220V, GALVANIZADO A FOGO CHAPA DE AÇO MÍNIMA DE 1,20MM COM BASE PARA RELÊ, ALTO FATOR DE POTÊNCIA, NÚCLEO DE COBRE, CONTENDO CABOS EPR OU XLPE COM LUVAS PRE-ISOLADAS NAS PONTAS, PERDAS MÁXIMAS DE 12W E FATOR DE POTÊNCIA MÍNIMA DE 0,95, DEVENDO POSSUIR EM SUA LATERAL ADESIVO REFLETIVO PARA IDENTIFICAÇÃO DA POTÊNCIA DO REATOR, FUNDO BRANCO E LETRAS VERMELHAS, COM SELO PROCEL. GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS.	UND	30	Goodlux	127,30	3.819,00
49	TERMINAL PRESSÃO SAPATA 120MM EM COBRE	UND	50	Dreik	29,15	1.457,50
51	TERMINAL PRESSÃO SAPATA 35MM EM COBRE	UND	60	Betel	12,40	744,00
52	TERMINAL PRESSÃO SAPATA 50MM	UND	50	Betel	19,90	995,00

Valor total a ser registrado para o fornecedor: R$ 60.162,50 (Sessenta mil e cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Ø ROCCO BARROCO COM DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA – CNPJ 80799786000198

ITEM	PRODUTO	UND.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. MÁX.	VALOR TOTAL MÁX.
1	CONJUNTO ISOLADOR TIPO ROLDANA DE PORCELANA ESMALTADA 72 X 72 MM; FERRAGENS: ARMAÇÃO SECUNDARIA PESADA COM PINO E CUPILHA.	UND	20	VP	28,50	570,00
7	CABO DE COBRE 16MM SEMIRRÍGIDO	M	200	RCM	21,50	4.300,00
8	CABO DE COBRE 25MM SEMIRRÍGIDO	M	250	RCM	33,30	8.325,00
9	CABO DE COBRE 35MM SEMIRRÍGIDO	M	300	RCM	54,40	16.320,00
10	CABO DE COBRE 95MM SEMIRRÍGIDO	M	300	RCM	129,30	38.790,00
11	CABO DE COBRE NU 35MM	M	400	RCM	36,65	14.660,00
12	CABO DE COBRE (100%) SEMI RÍGIDO 70MM	M	400	RCM	109,90	43.960,00
13	CABO DE COBRE SEMI RÍGIDO 50MM	M	200	RCM	72,40	14.480,00
14	CABO PP 2X6MM	M	200	RCM	20,60	4.120,00
15	CABO DE COBRE FLEXIVEL TIPO PP 2X2,5MM	M	400	RCM	7,45	2.980,00
16	CAIXA CN COMPLETA COM ABRAÇADEIRAS DE AÇO GALVANIZADO CN1	UND	10	JORDAO	260,00	2.600,00

17	CAIXA GNE PADRÃO COPEL COM ABRAÇADEIRAS DE AÇO GALVANIZADO CN2	UND	5	JORDAO	630,00	3.150,00
21	REFLETOR HOLOFOTE 1000W LED IP67 BIVOLT, TEMPERATURA DA COR 6.500K, FLUXO LUMINOSO 90.000 LUMENS, VIDA UTIL 50.000H MATERIAL ALUMINIO PINTADO, TIPO DE LED: COB, FATOR DE POTENCIA > 0.9 DIMENSOES 55X40X12.	UND	10	ARCO IRIS	939,00	9.390,00
22	REFLETOR HOLOFOTE 2000W LED IP67 BIVOLT, TEMPERATURA DA COR 6.500K, FLUXO LUMINOSO 200.000 LUMENS, VIDA UTIL 25.000H MATERIAL ALUMINIO, TIPO DE LED: COB, FATOR DE POTENCIA > 0.9 DIMENSOES 73X33X6,5, COMPATIVEL COM RELE FOTOCELULA.	UND	20	ARCO IRIS	1.520,00	30.400,00
24	DISJUNTOR BI 50A - NEMA	UND	20	ELGIN	74,50	1.490,00
25	DISJUNTOR TRI 100A - DIN	UND	20	ELGIN	136,75	2.735,00
26	DISJUNTOR TRI 125A - DIN	UND	20	ELGIN	178,00	3.560,00
27	DISJUNTOR TRI 200A - DIN	UND	20	SOPRANO	424,9	8.498,00
28	FIO DE COBRE 10MM RIGIDO	M	1.000	RCM	13,30	13.300,00
29	FIO DE COBRE 2,5MM FLEXIVEL	M	1.000	RCM	3,30	3.300,00
30	FIO DE COBRE 4MM FLEXIVEL	M	1.000	RCM	5,35	5.350,00
31	FIO DE COBRE 6MM FLEXIVEL	M	1.000	RCM	6,80	6.800,00
32	FIO DE COBRE 2X4MM PARALELO	M	1.000	RCM	12,80	12.800,00
37	LÂMPADA A VAPOR DE SÓDIO, POTÊNCIA NOMINAL DE 70W/220V, ALTA PRESSÃO, BASE E-27, FORMATO TUBULAR, FLUXO LUMINOSO 6.000 LM, EFICIÊNCIA LUMINOSA 84,0 LM/W, COM VIDA MEDIANA DE 24.000 HORAS.	UND.	60	AVANT	21,00	1.260,00
47	RELÉ FOTO ELÉTRICO MAGNÉTICO USO EM CORRENTES ALTERNADAS INTERCAMBIÁVEL DE 220V, COM SISTEMA DE OPERAÇÃO QUE ACENDE E APAGA LÂMPADAS EM FUNÇÃO DA VARIAÇÃO DA ILUMINÂNCIA, CORPO EM POLIPROPILENO ESTABILIZADO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETAS PARA SUPORTAR INTEMPÉRIES, PINAGEM DE CONTATO EM LATÃO ESTANHADO PRESO AO CORPO POR SISTEMA DE REBITAGEM, COM CONTATOS DE CARGA TIPO LN QUE ACIONAM A CARGA A NOITE, CÉLULA FOTOELÉTRICA TIPO CDS COM ENCAPSULAMENTO BLINDADO DE RESPOSTA INSTANTÂNEA MONTADO NA POSIÇÃO LATERAL, FREQUÊNCIA DE 60HZ, CORRENTE MÁXIMA DE 10ª, POTÊNCIA DE 1000W EM CARGA RESISTIVA E 1800VA 220V EM CARGA INDUTIVA, FAIXA DE OPERAÇÃO DE 5 A 20 LUX PARA LIGAR E NO MÁXIMO DE 40 LUX PARA DESLIGAR, DE ACORDO COM A ABNT NBR 5123/2016, TEMPERATURA DE TRABALHO DE -5°C A + 50°C.	UND	300	NKS	32,85	9.855,00
48	RELÉ FOTO CONTROLADOR ELÉTRONICO LIGA DE NOITE(LN)FALHA DESLIGADO (FD/ FAIL OFF) COMFORME ABNT NBR 5123/2016 EM POLICARBONATO COM PROTEÇAO UV, CAPACIDADE DE CARGA DE 1000W RESISTIVO, TESÃO DE FUNCIONAMENTO DE 220V E 60HZ, PROTEÇAO CONTRA SURTOS DE 2KA, INDICE DE PROTEÇAO IP65, TOMADA PADRÃO NEMA COM 3 PINOS DE LATÃO ESTANHADO, ACIONAMENTO POR PICOS DE LUMINOSIDADE TRANSITORIOS, COM GARANTIA DE 5 ANOS.	UND	300	POLLUX	21,00	6.300,00
50	TERMINAL PRESSÃO SAPATA 250MM EM COBRE	UND	60	BETEL	28,30	1.698,00
53	TERMINAL PRESSÃO SAPATA 70MM	UND	50	BETEL	21,87	1.093,50
54	REFLETOR LED 600W IP66 BIVOLT, TEMPERATURA DA COR 6.500K, FLUXO LUMINOSO 54.000 LUMENS, VIDA UTIL 45.000H, MATERIAL ALUMINIO DIMENSÕES 38X28X3,1.	UND	30	ARCO IRIS	330,61	9.918,30
55	DISJUNTOR BI 40A - DIN	UND	20	ELGIN	42,50	850,00
56	DISJUNTOR TRI 50A	UND	20	ELGIN	68,93	1378,6
57	DISJUNTOR TRIFASICO DIN 63 A	UND	20	ELGIN	61,17	1.223,40
58	DISJUNTOR BIFASICO DIN 32 A	UND	20	ELGIN	40,26	805,20
59	BARRAMENTO TRI 3X18 LIG. DIN 63 A 440V	UND	20	CEMAR	217,94	4.358,80
60	FIO DE COBRE SOLIDO/ FLEXIVEL 10MM	M	500	RCM	12,45	6.225,00

Valor total a ser registrado para o fornecedor: R$ 296.843,80 (Duzentos e noventa e seis mil e oitocentos e quarenta e três reais e oitenta centavos).

Lotes Fracassados

Lotes Desertos
Ø **LOTE 42**
Ø **LOTE 43**
Ø **LOTE 44**
Ø **LOTE 61**

Desclassificações / Inabilitações

Três Barras do Paraná/Pr. 18 de agosto de 2026.

CARLOS SNIEZKO
Pregoeiro

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:FFA6FCB2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PMU

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130 - fone:(44)3621-4141
Home-page: **www.umuarama.pr.gov.br** – email: **licita@umuarama.pr.gov.br**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2026 – PMU

O **MUNICÍPIO DE UMUARAMA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, Centro Cívico, em Umuarama, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **ANTONIO FERNANDO SCANAVACA,** brasileiro, casado, empresário/agente político, portador do RG nº **891472-* – SESP- PR, inscrito no CPF sob nº ***.395.309-**, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama, Paraná, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o procedimento de Licitação **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 045/2026 - PMU, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios de 12 de junho de 2026, processo administrativo n.º 2026/04/225, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Aviso do Pregão Eletrônico nº 045/2026 - PMU, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e demais disposições legais, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de máquinas, tratores, equipamentos e implementos, com fornecimento e troca de peças de mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais e equipamentos obrigatórios, outras peças e fluídos necessários ao perfeito funcionamento dos veículos que compõem e irão compor a frota do Município, pelo período de 12 (doze) meses, com critério de maior percentual de desconto tendo como referência de valores máximos os preços do software de orçamentação eletrônica TRAZ VALOR para peças e/ou materiais e maior percentual de desconto sobre os preços da hora homem dos serviços da TRAZ VALOR e tempo de reparo da tabela tempária sindirepa-PR e/ou equivalente da montadora e/ou fabricante, conforme especificado no Termo de Referência, anexo ao processo de Pregão Eletrônico n.º 045/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 01 – NEW HOLLAND – AMPLA								
Item	Descrição	Valor Serviços	Valor Peças	Valor Total	Desconto Ofertado Serviços	Desconto Ofertado Peças	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – Um Ano)
1	Trator New Holland Tl75E	R$ 45.000,00	R$ 105.000,00	R$ 150.000,00	21,24%	49,56%	V J M Comercio de Peças Para Maquinas Ltda EPP	14/08/2026
2	Trator New Holland Tl75E							
3	Pá Carregadeira New Holand 12B							
4	Pá Carregadeira W130 New Holland							
5	Trator Agrícola TL75E (Cabinado)							
6	Trator New Holland Tl75E							
8	Trator New Holland Tl75E							
9	Trator New Holland Tl75E							
10	Trator New Holland Tl75E							
LOTE 02 – CASE – EXCLUSIVA								
Item	Descrição	Valor Serviços	Valor Peças	Valor Total	Desconto Ofertado Serviços	Desconto Ofertado Peças	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – Um Ano)
1	Pá Carregadeira Case w20e	R$ 19.500,00	R$ 45.500,00	R$ 65.000,00	23,64%	55,16%	V J M Comercio de Peças Para Maquinas Ltda EPP	14/08/2026
LOTE 03 – JOHN DEERE – EXCLUSIVA								
Item	Descrição	Valor Serviços	Valor Peças	Valor Total	Desconto Ofertado Serviços	Desconto Ofertado Peças	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – Um Ano)
1	Trator Agrícola - John Deere 5303	R$ 14.400,00	R$ 33.600,00	R$ 48.000,00	19,50%	45,50%	A. Pereira Barbosa Comércio de Peças	14/08/2026

LOTE 04 – BOBCAT – EXCLUSIVA								
Item	Descrição	Valor Serviços	Valor Peças	Valor Total	Desconto Ofertado Serviços	Desconto Ofertado Peças	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – Um Ano)
1	Mini Carregadeira Bobcat S650	R$ 9.000,00	R$ 21.000,00	R$ 30.000,00	23,40%	54,60%	A. Pereira Barbosa Comércio de Peças	14/08/2026
2	Mini Carregadeira Bobcat S650							
4	Vassoura hidráulica bobcat SWB60							
LOTE 05 – KOTMATSU – AMPLA								
Item	Descrição	Valor Serviços	Valor Peças	Valor Total	Desconto Ofertado Serviços	Desconto Ofertado Peças	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – Um Ano)
1	Esteira komatsu D51EX	R$ 30.000,00	R$ 70.000,00	R$ 100.000,00	19,20%	44,80%	V J M Comercio de Peças Para Maquinas Ltda EPP	14/08/2026
LOTE 06 – SEMAX – EXCLUSIVA								
Item	Descrição	Valor Serviços	Valor Peças	Valor Total	Desconto Ofertado Serviços	Desconto Ofertado Peças	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – Um Ano)
1	Mini Carregadeira Semax SX50N	R$ 3.600,00	R$ 8.400,00	R$ 12.000,00	13,50%	31,50%	Umucampo Comércio de Peças Para Tratores e Veículos Rodoviários Ltda	14/08/2026
LOTE 07 – LIPPEL – EXCLUSIVA								
Item	Descrição	Valor Serviços	Valor Peças	Valor Total	Desconto Ofertado Serviços	Desconto Ofertado Peças	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – Um Ano)
1	Triturador de Galhos Lippel Ptu-300 Série:1317.1.1218.0282004000m0 Motor Hatz	R$ 6.000,00	R$ 14.000,00	R$ 20.000,00	19,50%	45,50%	Umucampo Comércio de Peças Para Tratores e Veículos Rodoviários Ltda	14/08/2026

LOTE 08 – VERMEER – EXCLUSIVA								
Item	Descrição	Valor Serviços	Valor Peças	Valor Total	Desconto Ofertado Serviços	Desconto Ofertado Peças	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – Um Ano)
1	Triturador de Galhos Vermeer Bc1000X1	R$ 6.000,00	R$ 14.000,00	R$ 20.000,00	13,50%	31,50%	A. Pereira Barbosa	14/08/2026

	Série:1Vry11197E1020914 Motor Perkins 4.236						Comércio de Peças	

LOTE 09 – CATERPILLAR – AMPLA

Item	Descrição	Valor Serviços	Valor Peças	Valor Total	Desconto Ofertado Serviços	Desconto Ofertado Peças	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – Um Ano)
1	Pá Carregadeira Caterpillar 924 Hz	R$ 69.000,00	R$ 161.000,00	R$ 230.000,00	24,75%	57,75%	Umucampo Comércio de Peças Para Tratores e Veículos Rodoviários Ltda	14/08/2026
2	Pá Carregadeira Caterpillar 924 Hz							
4	Motoniveladora Cat120K							
5	Pá Carregadeira 924K							
6	Pá Carregadeira 924K							
7	Pá Carregadeira 924K							
10	Triturador De Galhos Vermeer Bc1000Xl Série:1Vry11192B1016331 Motor Cat C 2.2							

LOTE 10 – XCMG – AMPLA

Item	Descrição	Valor Serviços	Valor Peças	Valor Total	Desconto Ofertado Serviços	Desconto Ofertado Peças	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – Um Ano)
1	Motoniveladora	R$ 64.500,00	R$ 150.500,00	R$ 215.000,00	25,05%	58,45%	A. Pereira Barbosa Comércio de Peças	14/08/2026
4	Escavadeira Hidráulica							
5	Motoniveladora							
6	Pá carregadeira LW350							
7	Pá carregadeira LW300							
8	Pá carregadeira LW350							

LOTE 11 – SHANTUI – EXCLUSIVA

Item	Descrição	Valor Serviços	Valor Peças	Valor Total	Desconto Ofertado Serviços	Desconto Ofertado Peças	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – Um Ano)
1	Trator de Esteira DH17 C3 XL	R$ 18.000,00	R$ 42.000,00	R$ 60.000,00	21,60%	50,40%	Umucampo Comércio de Peças Para Tratores e Veículos Rodoviários Ltda	14/08/2026

LOTE 12 – ROMANELLI – EXCLUSIVA

Item	Descrição	Valor Serviços	Valor Peças	Valor Total	Desconto Ofertado Serviços	Desconto Ofertado Peças	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – Um Ano)
1	Usina de Micropavimento UHR700H	R$ 6.000,00	R$ 14.000,00	R$ 20.000,00	16,95%	39,55%	Umucampo Comércio de Peças Para Tratores e Veículos Rodoviários Ltda	14/08/2026

LOTE 13 – HUSQARNA – EXCLUSIVA

Item	Descrição	Valor Serviços	Valor Peças	Valor Total	Desconto Ofertado Serviços	Desconto Ofertado Peças	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – Um Ano)
1	Trator Roçadeira LGT 54DXL	R$ 9.000,00	R$ 21.000,00	R$ 30.000,00	21,30%	49,70%	V J M Comercio de Peças Para Maquinas Ltda EPP	14/08/2026
	Trator Roçadeira MZ54							
	Trator Roçadeira Z560X							
	Trator Roçadeira Z560X							

LOTE 14 – PIONEIRA – EXCLUSIVA

Item	Descrição	Valor Serviços	Valor Peças	Valor Total	Desconto Ofertado Serviços	Desconto Ofertado Peças	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – Um Ano)
1	Varredeira Colpion	R$ 12.000,00	R$ 28.000,00	R$ 40.000,00	16,50%	38,50%	A. Pereira Barbosa Comércio de Peças	14/08/2026
2	Varredeira Compact							

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 O órgão gerenciador será o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.378/0001-56.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente deste Pregão Eletrônico, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares **Vedação a acréscimo de quantitativos 4.2** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12(doze) meses,contado** da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, desde que demonstrado o interesse da Administração Pública, bem como a vantajosidade dos preços registrados, conforme art. 84, da Lei nº 14.133/21 e o art. 48, do Decreto Municipal nº 067/2023.

5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade do fornecedor oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela.

5.5 O preço registrado com indicação do fornecedor será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.6 Após a homologação da contratação direta, o fornecedor será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.7 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.8 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.2 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.4 Na hipótese de previsão no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;

6.4.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.4.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.5 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, junto com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.8 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.9 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou.

8.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.3.1 Por razão de interesse público;

8.3.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou.

8.3.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023

9. DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 045/2026 - PMU.

9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 O presente objeto será entregue no Departamento de Compras e Almoxarifado (DCA), e após conferido, será encaminhado, de maneira a ser acordada, ao pátio municipal. O objeto será entregue de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários, essa que é responsável pela manutenção da Frota Municipal, Frota da Secretaria de Educação, Fundo Municipal de Saúde e ACESF.

10.2 A entrega dos objetos deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias após recebimento da Nota de Empenho.

10.3 Os objetos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias pela Comissão de Recebimento responsável e poderá ser acompanhada pelo Fiscal do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.4 Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

10.5 Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
10.8 Caso a empresa contratada seja de outro Município, todas as despesas de envio ocorrerão por conta da contratada.
10.9 Exemplo de calculo para faturamento de peças e serviços:

LOTE 01 - Muller - 15.000,00		
% DESCONTO HOMOLOGADO	**PROPORÇÃO P/ PEÇAS**	**PROPORÇÃO SERVIÇOS**
2,00%	70%	30%
	1,4%	0,6%
	R$ 10.500,00	R$ 4.500,00

Ou seja, sobre o valor para peças estipulado para este lote de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) será aplicado o percentual de 1,4% e sobre o valor estipulado para mão-de-obra será aplicado o percentual de 0,6%.

Parágrafo Primeiro: Os bens objeto da presente contratação são caracterizados como comuns e não possuem fornecimento de natureza contínua, nos termos do art. 6º, incisos XIII e XV, respectivamente, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo Segundo: As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, nos termos do que dispõe o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro: Vinculam esta contratação, independente de transcrição:
I – O Termo de Referência;
II – O Edital de Licitação;
III – A Proposta da Contratada, ora Detentora da Ata.
IV – Eventuais anexos e documentos presentes no Processo Licitatório nº 045/2026 – PMU – Sistema de Registro de Preços.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
11.1 As despesas correrão por conta da dotação orçamentária:

10.001.15.452.0006.2.025. - ED:3.3.90.30.00.00. - D:445 - F:511
10.001.15.452.0006.2.025. - ED:3.3.90.30.00.00. - D:446 - F:1000
10.001.15.452.0006.2.025. - ED:3.3.90.39.00.00. - D:448 - F:511
10.001.15.452.0006.2.025. - ED:3.3.90.39.00.00. - D:449 - F:1000

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Umuarama, 14 de agosto de 2026.

MARCIA REGINA DA COSTA BALERONI
V J M Comercio de Peças Para Maquinas LTDA
Detentora da Ata

ALESSANDRO PEREIRA BARBOSA
A. Pereira Barbosa Comercio de Pecas
Detentora da Ata

VALDIR MARTINI
Umucampo Comércio De Peças Para Tratores E Veículos Rodoviários LTDA
Detentora da Ata

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

CARLOS ALBERTO DE ASSIS
Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:189B2AC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL 096/2026

EDITAL Nº 96/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, a Lei n.º 4.271 de 18 de maio de 2018, que institui o Programa Fila Única;

CONSIDERANDO, o Decreto n.º 265 de 24 de outubro de 2019 e Decreto n.º 195 de 07 de julho de 2022;

R E S O L V E :

Art. 1º. Tornar público o resultado classificatório por categoria do Programa Fila Única**.**

Art. 2º. Este Edital entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 17 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

RELATÓRIO TOTAL POR TURMA (total espera) 17/08/2026 08:07:34

BERÇÁRIO	INFANTIL 1	INFANTIL 2	INFANTIL 3	Total
135	50	63	17	265

CLASSIFICAÇÃO GERAL 17/08/2026 07:12:10

BERÇÁRIO

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
, GABRIELY GONÇALVES LUNARDI	M C L P	08/01/2026	E.M. ANALIDES DE OLIVEIRA CARUSO - *, 6º Colocado	CMEI MADRE PAULINA - *, 8º Colocado	
ADRIANA ALVES SANTOS	D R A D S *	12/07/2025	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS - *, 7º Colocado	CMEI VILMAR SILVEIRA - *, 5º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 22º Colocado
ALESSANDRA DA SILVA MACHADO	H M	12/11/2025	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 28º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 27º Colocado	
ALEXIA SALES DA SILVA	S S M *	18/03/2026	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 35º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 35º Colocado	
AMANDA CARLA TEIXEIRA	M T *	08/05/2025	CMEI MADRE PAULINA - *, 20º Colocado	CMEI VILMAR SILVEIRA - *, 2º Colocado	CMEI CORA CORALINA - *, 15º Colocado
AMANDA GOMES DA SILVA SANTIAGO	B G S	04/03/2026	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 18º Colocado	CMEI MADRE PAULINA - *, 16º Colocado	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS - *, 3º Colocado
AMANDA MOURA	A M D M M *	03/05/2025	CMEI CORA CORALINA - *, 14º Colocado	CMEI MADRE PAULINA - *, 19º Colocado	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 9º Colocado
AMANDA VENANCIO DE SOUSA	M L V C	16/02/2026	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 6º Colocado		
ANA BEATRIZ DE MORAIS ALMEIDA	J M A T	17/07/2025	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 6º Colocado		
ANA BEATRIZ MACHADO DOS SANTOS GOMES	S M G	17/08/2025	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 8º Colocado		
ANA CAROLINA DE SOUZA COSTA	H B D S M	05/09/2025	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 2º Colocado		
ANA CAROLINE GODOI DA ROCHA	C R R *	03/09/2025	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 11º Colocado	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 8º Colocado	

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
ANA CLÁUDIA LIMA DA SILVA	S V L D S B *	01/09/2025	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 28º Colocado	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 29º Colocado	
ANA KAROLINE LEITE ARAUNO	V L M	09/04/2025	CMEI MADRE PAULINA - *, 6º Colocado		
ANA PAULA DO NASCIMENTO	E V D C N	10/08/2025	E.M. CARLOS GOMES - *, 1º Colocado		
ANA PAULA DOS SANTOS PIMENTA	A V D S P	09/10/2025	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 1º Colocado		
ANDERSON MATHEUS PINHEIRO FERNANDES	I D L F	15/11/2025	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 5º Colocado	CMEI MADRE PAULINA - *, 5º Colocado	
ANDRESA DE SOUZA DO AMARAL	N D S D A	21/05/2025	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 5º Colocado		
ANDRESSA ROQUE SOARES	L R R	19/07/2025	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 4º Colocado		
ANDRIELE CRISTINA NUNES	J M N C	01/04/2026	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 1º Colocado	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 1º Colocado	
ANGELICA GUILHERME DA COSTA	M D C R *	13/11/2025	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 21º Colocado		
ANY CAROLINE CARDOSO SILVA DOS REIS	M C D S D A	14/03/2026	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 3º Colocado	CMEI MADRE PAULINA - *, 9º Colocado	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 3º Colocado
AYRTON DA SILVA GOUVEIA	H P G	18/05/2025	CMEI CORA CORALINA - *, 1º Colocado		
BEATRIZ BELONI RUBIANO	R B R P	11/10/2025	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 1º Colocado		
BIATRIZ CAROLINI PEREIRA LIMA	M Í L R	14/03/2026	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 3º Colocado		
CAMILY VITÓRIA RAIMUNDO	E L R D S	02/12/2025	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 8º Colocado		

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
CAROLINA RODRIGUES DE OLIVEIRA	M J R A *	01/07/2025	E.M. ANALIDES DE OLIVEIRA CARUSO - *, 8º Colocado		
CAUANA GABRIELA TEIXEIRA DE MORAES	M T D M S	24/09/2025	CMEI CORA CORALINA - *, 13º Colocado	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 16º Colocado	
CHENERINA RIBEIRO JULIANI	S J L	04/01/2026	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 13º Colocado	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 14º Colocado	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS - *, 4º Colocado
CLARA LUIZA PONCE SILVA	A P M S	25/11/2025	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 10º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 11º Colocado	
CRISTIANE CAVALCANTE BORTOLATO SECUNDINI	E A S	02/03/2026	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 23º Colocado		
DAIANA FERNANDA DA SILVA PEREIRA	H S D S C	29/10/2025	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 2º Colocado		
DAIANE MARIA TERRASSINI XAVIER	M C T X	15/12/2025	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 15º Colocado	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 16º Colocado	
DANIELA MOTA DOS ANJOS	J P M *	11/06/2025	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 30º Colocado		
DAYANE ALINE DA SILVA	M G D S D N	28/12/2025	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 4º Colocado		
DAYANE GARCIA SOARES	L E G S	22/03/2026	E.M. ANALIDES DE OLIVEIRA		

			CARUSO - *, 4º Colocado		
DJEINIFFER MAIARA DA SILVA	C S M	11/02/2026	CMEI MADRE PAULINA - *, 7º Colocado		
EDNEIA PERISSATO CONTE DE LIMA	S C D L	06/12/2025	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 21º Colocado	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 23º Colocado	
ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	A O D S *	28/05/2025	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 7º Colocado	E.M. ANALIDES DE OLIVEIRA CARUSO - *, 7º Colocado	
ELLEN ANA CAVALCANTE DOS SANTOS E MATHEUS FELIPE SILVESTRE	S N S C	21/08/2025	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 12º Colocado		

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
ELOIZA LIMA GONÇALVES	M E G S *	20/05/2025	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 32º Colocado		
EMILLY THAIS PESSANHA DE OLIVEIRA	J L P D O *	14/07/2025	CMEI MADRE PAULINA - *, 23º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 25º Colocado	E.M. ANALIDES DE OLIVEIRA CARUSO - *, 9º Colocado
ESTEVÃO ALVES DALTO	I T D	26/02/2026	CMEI CORA CORALINA - *, 9º Colocado		
ESTÉFANY MARIANA MAIA ANTUNES	D A G M	31/10/2025	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 10º Colocado	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 13º Colocado	CMEI PROF. IGNÁCIO URBAINSKI - *, 4º Colocado
EVELYN VICTORIA QUELUZ	G G D S	04/09/2025	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 2º Colocado		
FLAVIANE ROSSATI BORGES	R B G D C	03/06/2025	CMEI CORA CORALINA - *, 12º Colocado		
FRANCIELE RIBEIRO DE OLIVEIRA	J K D O M *	02/01/2026	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 10º Colocado	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 14º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 24º Colocado
GABRIELA FERREIRA DA SILVA	C D S L *	30/06/2025	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 17º Colocado		
GABRIELLA BARBOSA DA SILVA	A C B D O	15/11/2025	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 8º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 9º Colocado	
GIOVANA CUSTÓDIO FIGUEIRA	R C F *	20/08/2025	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS - *, 9º Colocado	CMEI MADRE PAULINA - *, 22º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 23º Colocado
GIOVANA MARIA DA SILVA	C D S O	20/05/2025	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 7º Colocado		
GIOVANNA APARECIDA VIEIRA DA SILVA	J R V G	31/12/2025	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 3º Colocado	CMEI MADRE PAULINA - *, 3º Colocado	
GISELE NATÁLIA DA SILVA DE ARAÚJO	B F D A *	11/04/2025	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 30º Colocado		
GLEIKA MARIELE DE SOUZA TESOLIN	T D S T *	28/04/2025	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 10º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 29º Colocado	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 7º Colocado

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
GRAZIELE ALBANEZI JONCK DE SOUZA	R J D S	22/09/2025	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 15º Colocado	CMEI MADRE PAULINA - *, 14º Colocado	
GRAZIELLE CARLA FERNANDES	I F D S	26/02/2026	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 14º Colocado		
HELOISA ARAUJO GOMES	Í A A M	12/03/2026	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 16º Colocado	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS - *, 5º Colocado	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 17º Colocado
IRISMERIS GONÇALVES SILVA	J M G D D M	15/11/2025	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 5º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 11º Colocado	
ISABELA CAMPOS DA SILVA	A C A	04/02/2026	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 6º Colocado	CMEI CORA CORALINA - *, 5º Colocado	CMEI PROF. IGNÁCIO URBAINSKI - *, 2º Colocado
ISABELLY AUGUSTI	E A P M	09/02/2026	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 15º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 14º Colocado	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 11º Colocado
JANAINA CIRÍACO DA SILVA	A P C S	03/11/2025	CMEI PROF. IGNÁCIO URBAINSKI - *, 1º Colocado	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 4º Colocado	CMEI CORA CORALINA - *, 4º Colocado
JANICEIA APARECIDA MORAIS MOURA	A E M D S	08/03/2026	E.M. ANALIDES DE OLIVEIRA CARUSO - *, 1º Colocado		
JAQUELINE ZANOVELLI NALEVAIKO FURTADO	J N F	05/02/2026	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 15º Colocado	CMEI CORA CORALINA - *, 11º Colocado	
JENNIFER JULIO DE OLIVEIRA	L G D O *	23/05/2025	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 31º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 32º Colocado	
JEOVANA RODRIGUES CONCÊNCIO NOVAK	J M C B	27/02/2026	CMEI MADRE PAULINA - *, 10º Colocado		
JULIA ROBERTHA SANTOS	C S D F	12/10/2025	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 11º Colocado	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 9º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 12º Colocado
JULIANA GABRIELA BANDEIRA	B B P	31/10/2025	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 12º Colocado	CMEI CORA CORALINA - *, 8º Colocado	
JULIANA PRISCILA DIAS DA CONCEIÇÃO	R A D C	13/09/2025	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 6º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 7º Colocado	
JULLYA OLIVEIRA SOUZA	A B O D A *	08/05/2025	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 31º Colocado		

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
JÉSSICA CRISTINA PEREIRA DO NASCIMENTO	J E D N A	14/06/2025	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 1º Colocado	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 1º Colocado	
JÉSSICA ILÁRIO AFONSO	B M I A	30/10/2025	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 4º Colocado		
JÉSSICA MAYARA DA ROCHA MIYAZAKI LOPES	S M M L *	09/01/2026	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 9º Colocado	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS - *, 8º Colocado	
KAMILLY PAZETTO DOS ANJOS COELHO	A P D S *	08/01/2026	CMEI CORA CORALINA - *, 17º Colocado		
KARINA DE FRANÇA DOS SANTOS	A A D F D	20/02/2026	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 22º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 20º Colocado	
KAUANE NASCIMENTO DOS SANTOS	G N A	15/01/2026	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 7º Colocado	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 5º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 8º Colocado
KELLE VIRGINIA NAVERO DE SIMONE	L D O	29/04/2025	CMEI CORA CORALINA - *, 10º Colocado		
KETELEN CAUANA ALVES DA SILVA GALERANI	O A G	05/06/2025	CMEI CORA CORALINA - *, 2º Colocado		
KETHELIN VITÓRIA AVIDA DE SOUZA	C A D S B	08/03/2026	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 7º Colocado		
LARA CAMILA DA SILVA	C D S C *	08/08/2025	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS - *, 7º Colocado		
LARISSA MAYARA DOS SANTOS	R L D S	13/03/2026	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 7º		

			Colocado		
LAURIETI DE ALMEIDA	A A B	06/02/2026	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 2º Colocado		
LAUÃNE FERNANDES DA SILVA	B E J C D S	26/04/2025	E.M. ANALIDES DE OLIVEIRA CARUSO - *, 2º Colocado		
LAYLLA KEYTT FERREIRA ORRIOLE KEYTT FERREIRA ORRIOLE	B M O P *	11/08/2025	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS - *, 10º Colocado	CMEI VILMAR SILVEIRA - *, 7º Colocado	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 10º Colocado

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
LETICIA DE OLIVEIRA	Y M D O S	10/12/2025	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 1º Colocado		
LIRIANE BASTOS DOS SANTOS MODESTO	L S M *	01/04/2025	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 34º Colocado	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 34º Colocado	
LIZ PAULA MEDINA	A Y M A	09/03/2026	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 1º Colocado		
LUANA DE FATIMA VEIGA NEGRISOLI	M E N V	13/03/2026	CMEI MADRE PAULINA - *, 11º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 10º Colocado	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS - *, 2º Colocado
LUANA MAYARA RIBEIRO BOÇON	G R B	24/07/2025	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 7º Colocado		
MARCELA JENIFFER DA SILVA COSTA	Á G D S	10/03/2026	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 2º Colocado		
MARCELLA BRAGA FALASCHI	C F G *	13/06/2025	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 8º Colocado		
MARIA AUGUSTA DA SILVA DOS SANTOS	D A F D S	24/01/2026	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 6º Colocado	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 5º Colocado	
MARIA CRISTINA BARRINUEVO CARMONA	R C D S	24/01/2026	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 27º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 26º Colocado	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 8º Colocado
MARIA KAROLINY MIRANDA	V M P	07/05/2025	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 2º Colocado	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 3º Colocado	
MARIA TATIANA DA SILVA	A N D S C	02/10/2025	E.M. ANALIDES DE OLIVEIRA CARUSO - *, 3º Colocado		
MARIANA APARECIDA ALVES FERREIRA	H H A R	27/12/2025	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 3º Colocado		
MARIANA GOMES DE AZEVEDO	C P D A M	12/03/2026	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 6º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 14º Colocado	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 4º Colocado
MARIE FLAURE JN BAPTISTE	A S C	10/03/2026	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 2º Colocado	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 3º Colocado	CMEI MADRE PAULINA - *, 2º Colocado

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
MAYARA ALVES DE SANTANA BORGES	M S B	02/03/2026	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 22º Colocado	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 24º Colocado	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS - *, 6º Colocado
MAYARA SBARAINI GOMES	S S D S	09/06/2025	E.M. BENJAMIN CONSTANT - *, 1º Colocado		
MIRIÃ MOREIRA ROCHA DA SILVA	E R D S	31/03/2026	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 8º Colocado		
NATALIA VIANA BOTELHO FELIPE	R S O V *	05/06/2025	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 11º Colocado	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 15º Colocado	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 9º Colocado
NATALY RODRIGUES CONCENCIO	L C L	25/01/2026	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 17º Colocado	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 5º Colocado	
NATIANE DOS SANTOS NASCIMENTO	M L N M	30/11/2025	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 9º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 10º Colocado	
PALLOMA FELICIO DA SILVA SPINARDI	S S T	22/03/2026	CMEI MADRE PAULINA - *, 13º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 13º Colocado	
PALOMA SILVA DE OLIVEIRA	S A D O	17/02/2026	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 2º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 3º Colocado	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS - *, 1º Colocado
PATRÍCIA BISPO DE MELO	A B D S	09/04/2026	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 19º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 18º Colocado	
PATRÍCIA TONIN DOS SANTOS	B T D S	06/02/2026	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 6º Colocado		
PÂMELA VITÓRIA MARIA BALESTEIRO	H B V	22/02/2026	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 12º Colocado	CMEI MADRE PAULINA - *, 12º Colocado	
RAFAELLA CORREIA FLORIANO	E C	30/03/2026	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 26º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 25º Colocado	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 7º Colocado
RAIANE STEFANY MATIAS FELIX OLIVEIRA	H S F O	06/06/2025	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 6º Colocado		
RAQUEL MANICARDI BERTUCHI	E B P	10/03/2026	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 13º Colocado	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 25º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 24º Colocado

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
RAQUEL VALERIA SCHELL DOS SANTOS	E B S *	17/09/2025	CMEI CORA CORALINA - *, 16º Colocado	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS - *, 6º Colocado	CMEI VILMAR SILVEIRA - *, 4º Colocado
ROSEANE RODRIGUES DE JESUS DA SILVA	C R D S *	11/07/2025	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS - *, 5º Colocado	CMEI VILMAR SILVEIRA - *, 3º Colocado	CMEI MADRE PAULINA - *, 21º Colocado
ROSEMEIRE DE OLIVEIRA SILVA	A R D O D S	22/06/2025	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS - *, 4º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 19º Colocado	CMEI MADRE PAULINA - *, 17º Colocado
SIMONE VIEIRA DA SILVA	B D S P	04/03/2026	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 5º Colocado	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 21º Colocado	
SOLIMARCIA FELINSKI LIMA	H L L L	12/10/2025	CMEI CORA CORALINA - *, 6º Colocado	CMEI VILMAR SILVEIRA - *, 1º Colocado	CMEI PROF. IGNÁCIO URBAINSKI - *, 3º Colocado
STEFANI ROCHA MATOS	M A T M *	30/11/2025	CMEI VILMAR SILVEIRA - *, 6º Colocado		
SUELEN DE SOUZA PINTO	L A F	24/07/2025	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 4º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 5º Colocado	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS - *, 3º Colocado
SUELLEN RODRIGUES PEREIRA BOTELHO	M R P B	18/10/2025	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 17º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 9º Colocado	
TALITA DRUZIANI MARCHIORI	J M S	17/03/2026	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 9º Colocado	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 6º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 20º Colocado
TATIANI NOGUEIRA DE SOUZA	Í E D S D C	16/05/2025	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 2º Colocado	CMEI CORA CORALINA - *, 3º Colocado	
TAUANE LIMA SILVA	A L S G	02/03/2026	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 4º Colocado	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 4º Colocado	CMEI MADRE PAULINA - *, 4º Colocado
THAIRA THALIA PEREIRA CAMPOS	T P C *	05/12/2025	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 13º Colocado		

THAIS ALEXANDRE SANTOS	M A D E S	24/01/2026	CMEI MADRE PAULINA - *, 1º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 1º Colocado	
THAIS EMANUELLA DE JESUS	H M D J R	18/08/2025	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS - *, 2º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 4º Colocado	

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
THAIS MARCIELLY OLMEDO PERES	M L P S	23/06/2025	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 3º Colocado		
VANESSA SILVA DA CRUZ	E D C D O	08/07/2025	CMEI MADRE PAULINA - *, 15º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 16º Colocado	
VICTORIA MACHADO CALIXTO DOS SANTOS	R M D C	12/11/2025	CMEI CORA CORALINA - *, 7º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 19º Colocado	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 20º Colocado
VITÓRIA PASCHOALETO NEVES	Y H P C	07/04/2025	E.M. ANALIDES DE OLIVEIRA CARUSO - *, 5º Colocado		
WANCITO DUFOND	M W D	12/12/2025	CMEI MADRE PAULINA - *, 18º Colocado		
WELITON LUIS PEREIRA SILVA	D K P S	29/12/2025	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 18º Colocado		
YASMIN SOUSA CAMARGO TORRES	A C T *	25/09/2025	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 33º Colocado	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 12º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 33º Colocado
YASMIN VITÓRIA QUEIROS BARRETO	H V Q A	31/12/2025	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS - *, 1º Colocado		
ZILIANE MONTEIRO DA SILVA PELEGRINI QUINDERÉ	J L D S Q	05/09/2025	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 5º Colocado		
ÉRIKA ARAÚJO DE SOUZA	L M D A	28/05/2025	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 8º Colocado		

INFANTIL 1

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
ADA HÁVILA GONÇALVES GELLI DAS CHAGAS	H G D C	26/06/2024	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 3º Colocado		
ADRIELE DE SOUZA DA SILVA	A L D S D C *	25/08/2024	CMEI SÃO PAULO APÓSTOLO - *, 3º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 2º Colocado	CMEI RUBEM ALVES - *, 3º Colocado

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
ALINE APARECIDA BISPO	A M B M *	28/11/2024	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 7º Colocado		
ALINE DOS SANTOS DE MELO	L M D S M *	02/04/2024	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 8º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 4º Colocado	
AMANDA FEITOSA SANTOS	M R S M	15/11/2024	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 2º Colocado		
ANA BEATRIZ RODRIGUES PAVAN	M H R D M P *	12/12/2024	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 2º Colocado		
ANA CLARA DA SILVA	P M B D S *	03/03/2025	E.M. CARLOS GOMES - *, 1º Colocado		
ANA PAULA OLIVEIRA DE SOUZA	I D S R *	10/05/2024	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 5º Colocado		
ANGÉLICA SCARMANHANI	L H N B *	08/01/2025	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 5º Colocado		
ANNA PRISCILA DA SILVA	T B D S M	13/08/2024	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 1º Colocado		
BEATRIZ HELENA DE OLIVEIRA HARTMANN	H H B M *	18/11/2024	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 4º Colocado	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 3º Colocado	CMEI MADRE PAULINA - *, 2º Colocado
BIANCA VEIGA DOS SANTOS	M V F	07/06/2024	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 1º Colocado		
BRUNA CRISTINA DOS SANTOS	A G D S S	09/10/2024	E.M. ANALIDES DE OLIVEIRA CARUSO - *, 1º Colocado		
CLAUDIA PETIT-CLAIRE	K P S *	30/04/2024	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 9º Colocado		
ELOIZA MATOS PESSOTO	S G P G *	08/04/2024	CMEI RUBEM ALVES - *, 2º Colocado		

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
ERICA MARIA PAES FONSECA	M P D Q S	27/01/2025	E.M. ANALIDES DE OLIVEIRA CARUSO - *, 5º Colocado		
GABRIELA CRISTINA PASSOS ARAUJO	G F P C *	03/06/2024	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 6º Colocado		
GILVANA BORGMANN VIEIRA DOS SANTOS	M T B D A *	23/03/2025	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 3º Colocado		
HELEN CRISTINA DA SILVA	I E C D S *	23/08/2024	CMEI SÃO PAULO APÓSTOLO - *, 2º Colocado		
HELOISA AVELINO CHIOCA	M A C C *	08/03/2025	E.M. ANALIDES DE OLIVEIRA CARUSO - *, 6º Colocado		
ISABELLY VITÓRIA GRANDE	M G A *	11/06/2024	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 2º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 5º Colocado	CMEI SÃO PAULO APÓSTOLO - *, 4º Colocado
IZABELA LIRA DE LIMA	E L D S	10/01/2025	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 1º Colocado		
JAQUELINE GUEDES VERRIS DE AZEVEDO	L V D A *	08/10/2024	CEI ANJO DA GUARDA - *, 2º Colocado		
JHENIFER KAMILA ALVES	E G A N D S	01/01/2025	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 2º Colocado	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 1º Colocado	CMEI JARDIM BIRIGUI - *, 1º Colocado
JHOSMARLYS DE LOURDES BAEZ MADRID	M A B M	04/05/2024	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS - *, 2º Colocado		
JOYCE STEPHANY DE OLIVEIRA LINO	P E D S	05/03/2025	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 1º Colocado	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 1º Colocado	
JULIANA MORAES AMORIM	B A N	05/02/2025	CMEI VILMAR SILVEIRA - *, 2º	E.M. ANALIDES DE OLIVEIRA	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS

			Colocado	CARUSO - *, 4º Colocado	SANTOS - *, 2º Colocado
JUSCILENE CRISTINA CASTELINI	A C D S	25/10/2024	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 3º Colocado	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 2º Colocado	
KAMILA COSTA CEBRIAN DA SILVA	M C C D S	14/03/2025	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 1º Colocado		

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
KARINA DA COSTA	A D C E *	15/07/2024	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 7º Colocado		
LAÍS REGINA DE SOUZA	L O T	10/03/2025	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS - *, 1º Colocado		
LUCAS GOMES DOS SANTOS	A S S G D S	20/06/2024	CMEI RUBEM ALVES - *, 1º Colocado		
LUCIELE A SLVA BELCHIOR	A B D S *	28/11/2024	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 4º Colocado		
LUCINDA FERNANDA DIAS PACHECO	M D G D F	10/10/2024	CEI ANJO DA GUARDA - *, 1º Colocado	CMEI CORA CORALINA - *, 1º Colocado	
MARGARITA BENITEZ FRANCO	L V B *	10/01/2025	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS - *, 3º Colocado		
MARIA LUANA MORIM DA SILVA	A V M	03/08/2024	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 4º Colocado	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 2º Colocado	
MARIANA DOS SANTOS VIEIRA	L V G	20/11/2024	CMEI MADRE PAULINA - *, 1º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 2º Colocado	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 1º Colocado
MARIANA MARTINS DA COSTA	E M M D	16/09/2024	E.M. ANALIDES DE OLIVEIRA CARUSO - *, 2º Colocado	CMEI VILMAR SILVEIRA - *, 1º Colocado	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS - *, 1º Colocado
MICHELLE JULIANA ALVES BASTOS	C A D P *	22/11/2024	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS - *, 3º Colocado		
NATALIE CAROLINE DE FREITAS	I E D F M *	05/03/2025	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 6º Colocado	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 5º Colocado	
NATHALIA DA SILVA DUARTE	N V D *	10/03/2025	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 3º Colocado		
PETERSON RODRIGUES DA SILVA	L A B D S R	28/02/2025	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 2º Colocado		
RAYANE DESTEPHANI DE SOUZA	H G D D S *	27/05/2024	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 6º Colocado		

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
ROSMARY DEL ROSARIO ROBERTO BRIZUELA	J D F R	22/03/2025	E.M. ANALIDES DE OLIVEIRA CARUSO - *, 3º Colocado		
SARAH LILIANE DIAS SOARES	C G S D J	12/09/2024	CMEI HELENA KOLODY - *, 1º Colocado		
SILMARA PEREIRA RODRIGUES	S P R	02/09/2024	CMEI PROF. IGNÁCIO URBAINSKI - *, 1º Colocado		
TIAGO CAMPOS DO NASCIMENTO	L A C	10/07/2024	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 3º Colocado		
VICTORIA KAWANE ALVES	M E A A	22/12/2024	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 1º Colocado		
VINÍCIUS MACHADO VIEIRA	S A M V	04/02/2025	CMEI SÃO PAULO APÓSTOLO - *, 1º Colocado		
VÂNIA TAHIS MARTINS CAMPOS MROWSKOVSKY	H C P M	05/12/2024	CMEI HELENA KOLODY - *, 2º Colocado	CMEI CORA CORALINA - *, 2º Colocado	CMEI JARDIM BIRIGUI - *, 2º Colocado

INFANTIL 2

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
ALEXANDRO MOTTA DO NASCIMENTO	R A B M *	09/10/2023	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 3º Colocado		
ALINE FERNANDA FREITAS FLORÊNCIO	H E F A *	27/06/2023	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 7º Colocado		
ANDRESSA QUENTAL DOS SANTOS	D L Q S *	03/11/2023	CMEI RUBEM ALVES - *, 3º Colocado	CMEI SÃO PAULO APÓSTOLO - *, 8º Colocado	
BEATRIZ BELONI RUBIANO	K B R P	27/05/2023	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 4º Colocado		
BRUNA CRISTINA BORGES DOS SANTOS	L O B D S	21/03/2024	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 3º Colocado		
BRUNA DE CAMPOS PEREIRA	L H P D S P *	19/06/2023	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 2º Colocado	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS - *, 1º Colocado	

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
CAMILA VITÓRIA DOS SANTOS SOUZA	M V D S L *	26/02/2024	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS - *, 1º Colocado		
CASSIA RAFAELA DA SILVA	I D S M	04/07/2023	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 5º Colocado		
DAIANE RIBEIRO	L R D S	06/10/2023	CMEI SÃO PAULO APÓSTOLO - *, 4º Colocado		
DANIELLI DOS SANTOS PAIS	L B D D S *	24/11/2023	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 5º Colocado	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 8º Colocado	
EDINA DOS SANTOS DIAS	J R A D *	09/07/2023	CMEI CORA CORALINA - *, 1º Colocado	CMEI JARDIM BIRIGUI - *, 3º Colocado	
EGISLENE PEREIRA DE SOUZA	V H P D S	19/05/2023	CMEI RUBEM ALVES - *, 1º Colocado	CMEI SÃO PAULO APÓSTOLO - *, 3º Colocado	
ELAINE APARECIDA SOARES PEREIRA	G H P D S *	28/06/2023	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 10º Colocado	CMEI PROF. IGNÁCIO URBAINSKI - *, 1º Colocado	
EMILLY BEATRIZ DE ARAUJO BERTOCO	A B *	27/05/2023	CEI ANJO DA GUARDA - *, 7º Colocado		
FERNANDA ZACARI OLIVEIRA	A Z D S *	23/01/2024	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 9º Colocado		
FLÁVIA OTÁVIO DO NASCIMENTO	V O	31/03/2024	CMEI SÃO PAULO APÓSTOLO - *, 2º Colocado	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 1º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 3º Colocado
FRANCIELI RODRIGUES DE SOUZA	H D S B *	20/10/2023	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 3º Colocado		
FRANCIELLE VALDEZ MESSA	A L M D *	23/07/2023	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 9º Colocado	CMEI JARDIM BIRIGUI - *, 5º Colocado	
GABRIELA AVELINO DA SILVA RODRIGUES	R R A	10/09/2023	CMEI JARDIM BIRIGUI - *, 1º Colocado	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 2º Colocado	
GABRIELA BAEZ LEITE	M B L M *	27/08/2023	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA	CMEI SÃO PAULO APÓSTOLO - *, 7º	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 3º

			WATANABE - *, 3º Colocado	Colocado	Colocado
GABRIELA FERREIRA DA SILVA	M A D S E *	24/08/2023	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 4º Colocado		

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
GABRIELA PEREIRA GALMASSI	I M G D S	29/11/2023	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 6º Colocado		
GESSICA RODRIGUES ALVES	Y M R A P *	20/12/2023	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 9º Colocado		
GIAN LUCAS DE BRITO MORAIS	H V A M *	25/03/2024	CMEI RUBEM ALVES - *, 2º Colocado		
GIANCARLO DE GIULI MADEIRA	T D M	06/06/2023	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 1º Colocado		
HELOUYSE VITÓRIA JULIÃO DE SOUZA	N G J A *	04/05/2023	CMEI JARDIM BIRIGUI - *, 6º Colocado	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 7º Colocado	
IGOR ANTUNES MOREIRA	A M D M	18/10/2023	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 5º Colocado		
JANAINA DA SILVA	A D S D O *	04/05/2023	CMEI VILMAR SILVEIRA - *, 1º Colocado		
JAQUELINE MACIEL DOS SANTOS	K I D S	16/11/2023	CMEI NELLY GONÇALVES - *, 1º Colocado		
JESSIKA RIBEIRO DE SOUZA	M A R S *	21/03/2024	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 6º Colocado		
JOSUE ANTONIO BLANQUEZ ATAGUA	J M B G	27/01/2024	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 2º Colocado		
JOÃO GABRIEL DA CRUZ	R C	02/11/2023	CMEI SÃO PAULO APÓSTOLO - *, 1º Colocado	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 1º Colocado	CEI ANJO DA GUARDA - *, 1º Colocado
JULIANA BARBOSA DA SILVA	L B D S	13/09/2023	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 1º Colocado		
JÚLIA CARVALHO JULIÃO	G C G S	25/01/2024	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 2º Colocado		
KAMILA CRISTINA GARCIA GIBIM	A S G	23/06/2023	CMEI NELLY GONÇALVES - *, 2º Colocado		
KARINE HELEN TENÓRIO BOLDORI DE SOUSA	L A B D S	31/12/2023	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 2º Colocado	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 2º Colocado	

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
KAROLAINY BEATRYS MAIRINQUE SOUZA	L E M S *	12/03/2024	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS - *, 2º Colocado		
KAUANY FERNANDES ROGINSKI	M R G *	03/10/2023	CMEI JARDIM BIRIGUI - *, 2º Colocado		
LANDELICE VILLALVA BARBOSA	C G V R *	17/02/2024	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 7º Colocado	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 4º Colocado	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 4º Colocado
LARISSA CRISTINA RIOS MARQUES	T M V *	07/12/2023	CEI ANJO DA GUARDA - *, 4º Colocado	CMEI JARDIM BIRIGUI - *, 4º Colocado	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 6º Colocado
LETICIA KAULFUSS LEITE	C P *	31/07/2023	CMEI RUBEM ALVES - *, 4º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 4º Colocado	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 4º Colocado
LETÍCIA GIMENEZ DIAS DE CARVALHO	N D D C	06/06/2023	CEI ANJO DA GUARDA - *, 3º Colocado	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE - *, 2º Colocado	
LOURDES FERREIRA	B H F L *	02/12/2023	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 4º Colocado		
LUCIANE DA SILVA RAMOS	K K D S D O *	01/02/2024	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 8º Colocado		
LUCIMARA DOS SANTOS	Í M V D S *	24/07/2023	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 5º Colocado		
LUIZ RICARDO DA SILVA SOUZA	G O D D S	09/11/2023	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 3º Colocado		
MARIA LUCINEIDE DA SILVA	I L D S	12/05/2023	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA - *, 1º Colocado	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 1º Colocado	CEI ANJO DA GUARDA - *, 2º Colocado
MARYA GABRIELLA PAISCA DE PAULA	M D P C L *	18/09/2023	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 10º Colocado		
MAYARA GABRIELA RAIS DA SILVA	A B R D S C	19/11/2023	CMEI SÃO PAULO APÓSTOLO - *, 5º Colocado		
MICHELI NEVES SILVA SCHMIDT	S N S *	19/03/2024	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 8º Colocado		

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
MONICA CRISTINA DA SILVA	H M D S *	19/12/2023	E.M. CARLOS GOMES - *, 1º Colocado		
NATHALIA FERREIRA DIAS	L F M *	22/09/2023	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 2º Colocado		
PAULINA DOS SANTOS BATISTA	H D S D C	09/04/2023	CMEI SÃO PAULO APÓSTOLO - *, 6º Colocado	CMEI CECILIA MEIRELES - *, 1º Colocado	
RAIELE ANDRADE DO NASCIMENTO	P A A D C	07/11/2023	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU) - *, 1º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 1º Colocado	
RAISSA DA SILVA BRITO	M H D S D O *	04/03/2024	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - *, 5º Colocado		
RENATA TAISA DOS SANTOS PAULINO CANAVAROLLI	W D S C	26/03/2024	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 4º Colocado	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 2º Colocado	
RODINEI APARECIDO DA SILVA ROCHA	B A V A R	06/12/2023	CMEI RACHEL DE QUEIROZ - *, 3º Colocado		
SARA MELO ANGELOTTO MACEDO	C A M *	29/01/2024	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 11º Colocado	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS - *, 2º Colocado	
TAYNA SILVA PEREIRA	D O S *	08/10/2023	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 7º Colocado		
TESTE APPLE/GOOGLE	T	23/05/2023	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 6º Colocado		
VALQUÍRIA ELIAS DA SILVA	A V D S R	29/01/2024	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 3º Colocado		
ÉRIKA DE OLIVEIRA GARDIM DA SILVA	V N G *	24/06/2023	CEI ANJO DA GUARDA - *, 5º Colocado		
ÉRIKA DE OLIVEIRA GARDIM DA SILVA	V N G *	24/06/2023	CEI ANJO DA GUARDA - *, 6º Colocado		

INFANTIL 3

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3

DAMIANA COUTINHO GOMES	M D D S C O *	19/09/2022	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS - *, 2º Colocado	CMEI MADRE PAULINA - *, 5º Colocado	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 3º Colocado
DAYANE FERREIRA CRASTEQUINI	M C F *	02/04/2022	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 3º Colocado		
DULCE LÉA CARVALHO MUZZY WANIS	J L M W	01/08/2022	CMEI JARDIM BIRIGUI - *, 1º Colocado		
EVELIN CAROLINE RODRIGUES	M R S D *	25/03/2023	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 2º Colocado		
GABRIELA DOS SANTOS	M C D D S *	15/10/2022	E.M. ANALIDES DE OLIVEIRA CARUSO - *, 1º Colocado		
GABRIELA VICTORIA PÉREZ HEURTEL	A Z G P	22/10/2022	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 1º Colocado	CMEI MADRE PAULINA - *, 2º Colocado	CMEI VILMAR SILVEIRA - *, 1º Colocado
GEOVANNA BARROS DE CASTRO	J F B D O *	24/03/2023	CMEI SÃO CRISTÓVÃO - *, 1º Colocado		
GISELI MOURA QUADROS	E M P	27/12/2022	CMEI NELLY GONÇALVES - *, 1º Colocado		
JHOSMARLYS DE LOURDES BAEZ MADRID	A A B M *	26/09/2022	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS - *, 1º Colocado		
JOVANA SANTANA DA SILVA MEDEIROS	H S M	28/01/2023	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 2º Colocado		
LETÍCIA REGINA FREIBERGER XAVIER DE CARVALHO	M L F B *	22/11/2022	CMEI MADRE PAULINA - *, 4º Colocado		
LORRAN BATISTA LIMA	M S L S *	13/04/2022	CEI ANJO DA GUARDA - *, 2º Colocado		
LUCIANA DE OLIVEIRA	W A D O N	07/09/2022	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 1º Colocado		
MARCIA THAYENE MARTINS MERESSIANO	Y H M D S	20/02/2023	CMEI MARIA MONTESSORI - *, 2º Colocado	CMEI MADRE PAULINA - *, 1º Colocado	
MARIANE MIRANDOLA DE OLIVEIRA	K D O D *	03/10/2022	CEI ANJO DA GUARDA - *, 1º Colocado		

Responsável (em ordem alfabética)	Iniciais da criança	Data de nascimento	Opção de instituição 1	Opção de instituição 2	Opção de instituição 3
MIRIAN INÊS MONTEIRO DE SOUZA	P H M D S	11/04/2022	CMEI MADRE PAULINA - *, 3º Colocado	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS - *, 1º Colocado	
NATALIA APARECIDA VICENTE	H G V D A *	28/04/2022	CMEI GRACILIANO RAMOS - *, 4º Colocado		

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:CA0AF84F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL 097/2026

EDITAL Nº 97/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, a Lei n.º 4.271 de 18 de maio de 2018, que institui o Programa Fila única;

CONSIDERANDO, o Decreto n.º 265 de 24 de outubro de 2019 e Decreto n.º 195 de 07 de julho de 2022;

R E S O L V E :

Art. 1º. CONVOCAR os pais ou responsáveis, das crianças citadas no Anexo II deste Edital, para que se dirijam a **Unidade Educacional** onde a vaga foi contemplada, nos prazos e horários fixados pelo Anexo I, **munidos dos documentos utilizados no momento da inscrição**, para validação dos dados.

Art. 2º. Reitera-se o contido no Decreto n.º 265/2019, que aprova o Regulamento do Programa Fila Única, o qual dispõe que:

I - Após a convocação, o responsável legal da criança deverá apresentar os seguintes documentos, conforme Art. 18:
a) Certidão de Nascimento da criança pleiteante a vaga.
b) Comprovante de residência consistente na Fatura **da** Concessionária
de Energia Elétrica atualizada (de, no máximo, 3 meses atrás) em nome do pai ou responsável legal pela criança ou, se em nome de terceiro, em conjunto com outro comprovante de endereço em nome do pai ou responsável.
c) Folha-Resumo do Sistema CadÚnico, para comprovar a participação em programa social, se o caso.
d) Carteira de Trabalho, para comprovar se possui ou não vínculo empregatício.
e) Holerites relativos aos três últimos meses; no caso do pai ou responsável legal ser trabalhador formal, com registro na Carteira de Trabalho ou de vínculo estatutário, servidor público.
f) Declarações de serviços prestados nos últimos três meses, com firma reconhecida em cartório, declaração de imposto de renda ou declaração do próprio pai ou responsável, em modelo a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação e assinada perante o servidor público desta; no caso de autônomos.
g) Declaração de vacinação (Emitida pelo posto de saúde).
II –As informações constantes nas declarações das famílias e/ou responsável legal, serão de inteira responsabilidade destes e dos signatários, e, caso sejam inverídicas, os mesmos responderão em conformidade com a legislação vigente, conforme o art. 32.
III –Serão nulas, de pleno direito, sem qualquer responsabilidade para Unidade Escolar e Secretaria Municipal de Educação, as inscrições no Programa Fila Única e/ou matrículas na rede de Educação Infantil Municipal, efetuadas com documentos falsos ou adulterados, ficando o responsável passível das penas previstas em Lei, conforme o art. 33.

Art. 3º. Este Edital entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 17 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

ANEXO I

ANEXO I

TURMAS	DATA DO COMPARECIMENTO	HORÁRIO DO COMPARECIMENTO
BERÇÁRIO	24 e 25/08/2026	8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00
INFANTIL 1		
INFANTIL 2		
INFANTIL 3		

ENDEREÇO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS

1- ESCOLA MUNICIPAL CÂNDIDO PORTINARI – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Rua Visconde de Taunay, 1305 – Conjunto Hab. Sonho Meu – CEP: 87.510-035

2- CMEI CECÍLIA MEIRELES
Endereço: Rua Alfredo Bernardo, quadra 06, s/nº-Conjunto 28 de outubro

3- CMEI CORA CORALINA
Endereço: Rua Nereu Ramos, 3206, Jardim Panorama

4- CMEI GRACILIANO RAMOS
Endereço: Rua Ouro Branco, 1393 – Conjunto Ouro Branco – CEP: 87508-265

5- CMEI HELENA KOLODY
Endereço**:** Rua Londrina, 286 – Distrito Lovat

6- CMEI MADRE PAULINA
Endereço**:** Avenida Dr. Julio Cezar Jarros, s/nº – Parque Danielle

7- CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS
Endereço: Rua Maria Ignácia, 2488 – Parque San Remo – CEP: 87503-260

8- CMEI MARIA MONTESSORI
Endereço: Rua São Francisco Xavier, 2455, Parque Vitória Régia, CEP: 87506-636

9- CMEI PROFESSOR IGNÁCIO URBAINSKI
Endereço: Rua Dom Afonso, 1873 – Parque Dom Bosco – CEP: 87505-380

10- CMEI PROFESSORA MARIA YOKOHAMA WATANABE
Endereço: Rua F, 5757, Parque Verde Vale

11- CMEI PROFESSORA NELLY GONÇALVES
Endereço: Avenida Central, 784 – Distrito Serra dos Dourados

12- CMEI RACHEL DE QUEIROZ
Endereço: Avenida dos Xetás, s/nº – Parque Dom Pedro I

13- CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA
Endereço: Rua Bararuba, 2835 – Praça Tamoyo – CEP: 87503-040

14- CMEI RUBEM ALVES
Endereço: Rua Santa Efigênia, Conjunto Guarani – CEP: 87504-380

15- CMEI SÃO CRISTÓVÃO
Endereço: Rua Santa Clara, 2413, Jardim São Cristóvão – CEP: 87507-320

16- CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS
Endereço: Rua Francisco Junior, s/n, Jardim Alphaville – CEP: 87.504-640

18- CMEI SÃO PAULO APÓSTOLO
Endereço: Rua Carlos Gomes, S/Nº, Praça Anchieta – CEP: 87504-150

19- CMEI VILMAR SILVEIRA
Endereço: Rua das Orquídeas, 1426 – Parque Laranjeiras, CEP: 87507-110

20. CMEI JARDIM BIRIGUI
Endereço: Av. Rio Grande do Sul, 2063 – CEP: 87.505-130

21- ESCOLA MUNICIPAL PROF. ANALIDES DE OLIVEIRA CARUSO – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Rua Jorge Carlos Jardim, 1268 - Parque Industrial I - CEP: 87.507-040

22- ESCOLA MUNICIPAL VINÍCIUS DE MORAIS – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
Rua Flor de Ipê, 1471 – Parque Jabuticabeira – CEP: 87.504-580

23- CEI ANJO DA GUARDA
Endereço: Rua: José Teixeira D'Ávila, 3729 – Zona I – CEP: 87501-040

VAGAS 0 A 3 ANOS - 15ª Convocação									
INSTITUIÇÃO		VAGA BERÇÁRIO MANHÃ	VAGA BERÇÁRIO TARDE	VAGA INFANTIL I MANHÃ	VAGA INFANTIL I TARDE	VAGA INFANTIL II MANHÃ	VAGA INFANTIL II TARDE	VAGA INFANTIL III MANHÃ	VAGA INFANTIL III TARDE
1	ANALIDES DE O. CARUSO – E I	-	0	0	-	0	2	0	0
2	BENJAMIN CONSTANT – E I	1		0		0		0	
3	CARLOS GOMES – E I	-	-	1	1	0	0	11	11
4	CECILIA MEIRELES, CMEI	2	0	0	1	0	2	0	2
5	CORA CORALINA, CMEI	1	0	2	0	4	2	2	0
6	GRACILIANO RAMOS, CMEI	1	0	0	0	0	6	0	0
7	HELENA KOLODY, CMEI			0		3		12	
8	IGNÁCIO URBANSKI, CMEI PROF	3	0	0	8	1	5	7	9
9	JARDIM BIRIGUI - E I	0	0	1	3	0	0	2	0
10	MADRE PAULINA, CMEI	0	0	0	0	0	6	1	2
11	MARIA ARLETE A. DOS SANTOS, CMEI	1	0	0	0	0	1	1	0
12	MARIA MONTESSORI, CMEI	0	0	0	1	1	0	0	1
13	MARIA YOKOHAMA WATANABE,CMEI PROFª	0	1	3	1	0	0	2	8
14	NELLY GONÇALVES, CMEI PROF ª	0	0	0	1	0	5	1	0
15	RACHEL DE QUEIROZ, CMEI	0	0	0	0	0	0	0	0
16	RANICE B. DE ARAÚJO TEIXEIRA, CMEI	0	0	0	1	0	1	6	0
17	RUBEM ALVES, CMEI	0	0	0	0	0	0	1	0
18	SÃO CRISTÓVÃO, CMEI	0	-	-	0	0	0	0	0
19	SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CMEI	0	0	0	0	0	0	0	0
20	SÃO PAULO APÓSTOLO, CMEI	0	0	1	0	0	0	0	0
21	TARSILA DO AMARAL, CMEI	2	-	0	0	0	1	1	6
22	VILMAR SILVEIRA, CMEI	1	-	-	0	4	0	10	3
23	VINICIUS DE MORAIS - E I	4	0	3	2	2	0	1	0
24	ANJO DA GUARDA - CEI	0	0	1	0	0	3	5	0
TOTAL		16	1	12	19	15	34	63	42
TOTAL POR TURMA		17		31		49		105	
202									

15 CONVOCAÇÃO 2026 17/08/2026 12:48:57

BERÇÁRIO

Iniciais da criança	Nome completo do responsável	Instituição	Data do cadastro
H B D S M	ANA CAROLINA DE SOUZA COSTA	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU)	16/08/2026 14:13:01
H P G	AYRTON DA SILVA GOUVEIA	CMEI CORA CORALINA	01/06/2026 08:54:07
S J L	CHENERINA RIBEIRO JULIANI	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS	05/02/2026 20:44:15
D A G M	ESTÉFANY MARIANA MAIA ANTUNES	CMEI PROF. IGNÁCIO URBAINSKI	16/08/2026 11:35:23
G G D S	EVELYN VICTORIA QUELUZ	CMEI CECILIA MEIRELES	11/08/2026 17:27:51
Í A A M	HELOISA ARAUJO GOMES	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS	29/03/2026 09:34:13
A C A	ISABELA CAMPOS DA SILVA	CMEI PROF. IGNÁCIO URBAINSKI	08/08/2026 00:24:43
A P C S	JANAINA CIRÍACO DA SILVA	CMEI PROF. IGNÁCIO URBAINSKI	07/08/2026 20:36:15
J E D N A	JÉSSICA CRISTINA PEREIRA DO NASCIMENTO	CMEI CECILIA MEIRELES	10/08/2026 08:49:01
Y M D O S	LETICIA DE OLIVEIRA	CMEI GRACILIANO RAMOS	08/07/2026 15:57:08
A Y M A	LIZ PAULA MEDINA	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU)	14/07/2026 22:27:11
S S D S	MAYARA SBARAINI GOMES	E.M. BENJAMIN CONSTANT	05/08/2026 16:45:54
S A D O	PALOMA SILVA DE OLIVEIRA	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE	10/03/2026 16:41:02
H L L L	SOLIMARCIA FELINSKI LIMA	CMEI VILMAR SILVEIRA	10/08/2026 16:51:03
L A F	SUELEN DE SOUZA PINTO	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS	02/06/2026 10:06:27
H M D J R	THAIS EMANUELLA DE JESUS	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS	28/04/2026 09:10:38
H V Q A	YASMIN VITÓRIA QUEIROS BARRETO	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS	12/08/2026 19:39:12

INFANTIL 1

Iniciais da criança	Nome completo do responsável	Instituição	Data do cadastro
P M B D S	ANA CLARA DA SILVA	E.M. CARLOS GOMES	05/08/2026 15:11:30

Iniciais da criança	Nome completo do responsável	Instituição	Data do cadastro
M G A	ISABELLY VITÓRIA GRANDE	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE	13/08/2026 11:59:23
E G A N D S	JHENIFER KAMILA ALVES	CMEI PROFª MARIA YOKOHAMA WATANABE	10/08/2026 16:40:27
M A B M	JHOSMARLYS DE LOURDES BAEZ MADRID	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS	16/08/2026 17:30:49
P E D S	JOYCE STEPHANY DE OLIVEIRA LINO	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA	06/08/2026 00:34:35
M C C D S	KAMILA COSTA CEBRIAN DA SILVA	CMEI MARIA MONTESSORI	06/08/2026 16:38:12
L O T	LAÍS REGINA DE SOUZA	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS	07/08/2026 15:09:11
M D G D F	LUCINDA FERNANDA DIAS PACHECO	CEI ANJO DA GUARDA	15/08/2026 22:33:41
C A D P	MICHELLE JULIANA ALVES BASTOS	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS	13/08/2026 10:30:10
S P R	SILMARA PEREIRA RODRIGUES	CMEI PROF. IGNÁCIO URBAINSKI	05/08/2026 14:39:11
M E A A	VICTORIA KAWANE ALVES	CMEI CECILIA MEIRELES	16/08/2026 18:07:20
S A M V	VINÍCIUS MACHADO VIEIRA	CMEI SÃO PAULO APÓSTOLO	22/07/2026 19:34:10
H C P M	VÂNIA TAHIS MARTINS CAMPOS MROWSKOVSKY	CMEI CORA CORALINA	05/08/2026 14:27:25

INFANTIL 2

Iniciais da criança	Nome completo do responsável	Instituição	Data do cadastro
L O B D S	BRUNA CRISTINA BORGES DOS SANTOS	CMEI GRACILIANO RAMOS	12/08/2026 18:41:52
L H P D S P	BRUNA DE CAMPOS PEREIRA	CMEI CECILIA MEIRELES	10/08/2026 10:52:57
M V D S L	CAMILA VITÓRIA DOS SANTOS SOUZA	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS	01/06/2026 10:59:04

J R A D	EDINA DOS SANTOS DIAS	CMEI CORA CORALINA	05/08/2026 13:44:41
G H P D S	ELAINE APARECIDA SOARES PEREIRA	CMEI PROF. IGNÁCIO URBAINSKI	10/08/2026 20:01:48
V O	FLÁVIA OTÁVIO DO NASCIMENTO	CMEI GRACILIANO RAMOS	05/08/2026 14:29:34
A D S D O	JANAINA DA SILVA	CMEI VILMAR SILVEIRA	13/08/2026 10:57:41
K I D S	JAQUELINE MACIEL DOS SANTOS	CMEI NELLY GONÇALVES	06/08/2026 09:13:54
J M B G	JOSUE ANTONIO BLANQUEZ ATAGUA	CMEI MARIA MONTESSORI	09/06/2026 13:56:18
R C	JOÃO GABRIEL DA CRUZ	CEI ANJO DA GUARDA	14/08/2026 10:47:42

Iniciais da criança	Nome completo do responsável	Instituição	Data do cadastro
A S G	KAMILA CRISTINA GARCIA GIBIM	CMEI NELLY GONÇALVES	14/08/2026 13:48:19
L E M S	KAROLAINY BEATRYS MAIRINQUE SOUZA	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS	06/08/2026 13:39:52
T M V	LARISSA CRISTINA RIOS MARQUES	CEI ANJO DA GUARDA	10/08/2026 10:42:02
N D D C	LETÍCIA GIMENEZ DIAS DE CARVALHO	CEI ANJO DA GUARDA	07/07/2026 14:12:01
I L D S	MARIA LUCINEIDE DA SILVA	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA	07/08/2026 14:16:13
H D S D C	PAULINA DOS SANTOS BATISTA	CMEI CECILIA MEIRELES	10/08/2026 18:20:06
P A A D C	RAIELE ANDRADE DO NASCIMENTO	CMEI TARSILA DO AMARAL (CONJUNTO SONHO MEU)	13/08/2026 16:43:28
W D S C	RENATA TAISA DOS SANTOS PAULINO CANAVAROLLI	CMEI GRACILIANO RAMOS	05/08/2026 14:48:14

INFANTIL 3

Iniciais da criança	Nome completo do responsável	Instituição	Data do cadastro
M D D S C O	DAMIANA COUTINHO GOMES	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS	10/08/2026 12:30:47
J L M W	DULCE LÉA CARVALHO MUZZY WANIS	CMEI JARDIM BIRIGUI	14/08/2026 13:49:22
A Z G P	GABRIELA VICTORIA PÉREZ HEURTEL	CMEI MADRE PAULINA	13/08/2026 10:41:09
E M P	GISELI MOURA QUADROS	CMEI NELLY GONÇALVES	15/06/2026 15:14:33
A A B M	JHOSMARLYS DE LOURDES BAEZ MADRID	E.M. VINÍCIUS DE MORAIS	16/08/2026 17:30:49
M S L S	LORRAN BATISTA LIMA	CEI ANJO DA GUARDA	05/08/2026 14:26:23
W A D O N	LUCIANA DE OLIVEIRA	CMEI MARIA MONTESSORI	27/07/2026 08:27:28
Y H M D S	MARCIA THAYENE MARTINS MERESSIANO	CMEI MADRE PAULINA	09/08/2026 21:30:36
K D O D	MARIANE MIRANDOLA DE OLIVEIRA	CEI ANJO DA GUARDA	05/08/2026 14:45:13
P H M D S	MIRIAN INÊS MONTEIRO DE SOUZA	CMEI MADRE PAULINA	14/08/2026 14:25:17

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:3FAF4500

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO 205/2026

DECRETO Nº 205/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar, altera o PPA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 4.929 de 12 de dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao Orçamento Geral do Municipio, aprovado pela Lei Municipal n° 4.929, de 12 de dezembro de 2025, no valor de R$ 625.800,00 (seiscentos e vinte e cinco mil e oitocentos reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1° decorrem de:

I - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais), conforme indicado no Anexo II.
II - provável excesso de arrecadação da Fonte 104 - Educação / 25% sobre Impostos, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e da Fonte 60249 - Transferências do FUNDEB Complementação da União - ETI mínimo de 70% estabelecido no inciso XIV, no valor de R$ 366.800,00 (trezentos e sessenta e seis mil e oitocentos reais), considerando a tendência do exercício nos termos do art. 43, § 3º da Lei Federal nº 4320/64.

Art. 3º Este Decreto altera as despesas previstas nos anexos das leis Municipais nº 4.928/25 - PPA, a seguir relacionados:

I – PPA:

a) - Programas e Ações;

b) - Demonstrativo por Função;

c) - Demonstrativo por Programa;

d) - Demonstrativo por Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, em 13 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

ANDREIA DE PAULA GUIMARÃES
Secretária Municipal de Fazenda

CLAUDECIR LUIS DE OLIVEIRA
Contador
CRC - PR 058645/0-5

ANEXO I
ANEXO AO DECRETO N° 205 DE 13/08/2026
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64
SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA (APLICAÇÃO)

ÓRGÃO: 19. - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
UNIDADE: 19.001. - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.E					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
12.367.0015.2053	Manutenção da Educação Especial / FUNDEB	3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	60249	R$ 5.000,00
12.361.0015.2049	Manutenção do Ensino Fundamental / FUNDEB	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60249	R$ 230.000,00
12.361.0015.2049	Manutenção do Ensino Fundamental / FUNDEB	3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	60249	R$ 36.800,00
12.361.0015.2049	Manutenção do Ensino Fundamental / FUNDEB	3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	60249	R$ 95.000,00
12.366.0015.2157	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos / FUNDEB	3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	101	R$ 15.000,00
12.366.0015.2157	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos / FUNDEB	3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	101	R$ 3.000,00
12.361.0015.2047	Manutenção do Ensino Fundamental	3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	103	R$ 13.000,00
12.122.0015.2100	Administração da Diretoria de Educação	3.3.90.18.00.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	104	R$ 8.000,00
12.361.0015.2048	Alimentação escolar	3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	104	R$ 20.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 425.800,00**
ÓRGÃO: 08. - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS					
UNIDADE: 08.002. - DIRETORIA DE OBRAS					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
12.361.0015.1095	Construção, Reformas, Reparos, Adequações e Ampliac. da Estrutura Física das Unid. Escolares	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	104	R$ 200.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 200.000,00**
TOTAL GERAL					**625.800,00**

ANEXO II
ANEXO AO DECRETO N° 205 DE 13/08/2026
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64
CANCELAMENTO DE DESPESA

ÓRGÃO: 19. - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
UNIDADE: 19.001. - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.E					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
12.365.0015.2051	Manutenção da Educação Infantil - 0 a 3 anos/ FUNDEB	3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	101	R$ 18.000,00
12.361.0015.2047	Manutenção do Ensino Fundamental	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	103	R$ 13.000,00
12.122.0015.2214	S.M.E - Manutenção da Frota da Educação	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	104	R$ 28.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 59.000,00**
TOTAL GERAL					**59.000,00**

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:3D636E78

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 11/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABE7415	279350E000038429	08/07/2026	55412
ACS9I68	279350E000038218	08/07/2026	55412
AEB5A26	279350E000038182	07/07/2026	55412
AEW6519	279350E000038234	08/07/2026	55412
AFU8C64	279350E000038265	08/07/2026	55412
AHT3636	279350E000038197	07/07/2026	55412
AHX3B64	279350E000038257	08/07/2026	55412
AIH9180	279350E000038152	07/07/2026	55412
AJF5A17	279350E000038300	08/07/2026	55412
AJH6D00	279350E000038340	08/07/2026	55412
AJY7A46	279350E000038183	07/07/2026	55412
AJZ8D30	279350E000038058	07/07/2026	55412
AKY2449	279350E000038074	07/07/2026	55412
ALD8F55	279350E000038088	07/07/2026	55412
ALW3B99	279350E000038101	07/07/2026	55412
AMQ7072	279350E000038457	08/07/2026	55412
ANF6378	279350E000038413	08/07/2026	55412
ANH9381	279350E000038387	08/07/2026	55412
ANO3F68	279350E000038070	07/07/2026	55412
ANS1440	279350E000038067	07/07/2026	55412
ANY3E39	279350E000038425	08/07/2026	55412
AOA9081	279350E000038060	07/07/2026	55412
AOJ2A99	279350E000038333	08/07/2026	55412
APG7G57	279350E000038466	08/07/2026	55412
AQF2C69	279350E000038089	07/07/2026	55412

AQF5J62	279350E000038355	08/07/2026	55412
ART0215	279350E000038079	07/07/2026	55412
ARX2G53	279350E000038253	08/07/2026	55412
ASS7841	279350E000038055	07/07/2026	55412
ASV0A45	279350E000038082	07/07/2026	55412
ATC3I93	279350E000038130	07/07/2026	55412
ATQ6E34	279350E000038111	07/07/2026	55412
ATQ6F43	279350E000038146	07/07/2026	55412
AUE0D41	279350E000038327	08/07/2026	55412
AUM3I37	279350E000038404	08/07/2026	55412
AUV7F54	279350E000038352	08/07/2026	55412
AVA4G06	279350E000038222	08/07/2026	55412
AVR3D63	279350E000038462	08/07/2026	55412
AWB9I26	279350E000038401	08/07/2026	55412
AWN5325	279350E000038174	07/07/2026	55412
AWR3939	279350E000038361	08/07/2026	55412
AWU3G58	279350E000038242	08/07/2026	55412
AXU4683	279350E000038112	07/07/2026	55412
AXY9B86	279350E000038372	08/07/2026	55412
AYO5F47	279350E000038147	07/07/2026	55412
AZA7I08	279350E000038179	07/07/2026	55412
AZD7C09	279350E000038062	07/07/2026	55412
AZF2121	279350E000038184	07/07/2026	55412
AZF7941	279350E000038398	08/07/2026	55412
AZI3E44	279350E000038291	08/07/2026	55412
AZL6B16	279350E000038066	07/07/2026	55412
AZP3194	279350E000038039	07/07/2026	55412
AZU6B41	279350E000038319	08/07/2026	55412
AZU8C39	279350E000038389	08/07/2026	55412
AZZ0D39	279350E000038321	08/07/2026	55412
BAB0B40	279350E000038270	08/07/2026	55412
BAB8C69	279350E000038054	07/07/2026	55412
BAG3542	279350E000038441	08/07/2026	55412
BAU4D78	279350E000038180	07/07/2026	55412
BAW2A60	279350E000038128	07/07/2026	55412
BAY0I35	279350E000038247	08/07/2026	55412
BBE6G51	279350E000038459	08/07/2026	55412
BBF7690	279350E000038308	08/07/2026	55412
BBG2E55	279350E000038189	07/07/2026	55412
BBG9E80	279350E000038354	08/07/2026	55412
BBI0D97	279350E000038313	08/07/2026	55412
BBJ6082	279350E000038506	08/07/2026	55412
BBM4D01	279350E000038167	07/07/2026	55412
BBY5J21	279350E000038348	08/07/2026	55412
BBZ9G50	279350E000038385	08/07/2026	55412
BCC2B74	279350E000038095	07/07/2026	55412
BCL1H33	279350E000038047	07/07/2026	55412
BCP0A23	279350E000038096	07/07/2026	55412
BCV4E32	279350E000038150	07/07/2026	55412
BCZ1B60	279350E000038034	07/07/2026	55412
BDI6I84	279350E000038440	08/07/2026	55412
BDI7I81	279350E000038109	07/07/2026	55412
BDJ2F61	279350E000038452	08/07/2026	55412
BDL3G87	279350E000038269	08/07/2026	55412
BDL5J63	279350E000038042	07/07/2026	55412
BDY8G34	279350E000038475	08/07/2026	55412
BED9E57	279350E000038393	08/07/2026	55412
BEE2E11	279350E000038051	07/07/2026	55412
BES4C89	279350E000038252	08/07/2026	55412
BNI3D77	279350E000038033	07/07/2026	55412
CET2829	279350E000038045	07/07/2026	55412
CHN4I13	279350E000038205	08/07/2026	55412
DHO1799	279350E000038514	08/07/2026	55412
DJO1J20	279350E000038107	07/07/2026	55412
DKV6I07	279350E000038085	07/07/2026	55412
DMG3H64	279350E000038391	08/07/2026	55412
DSM1J88	279350E000038249	08/07/2026	55412
DSM3257	279350E000038084	07/07/2026	55412
EAH0G46	279350E000038126	07/07/2026	55412
EAT2A48	279350E000038491	08/07/2026	55412
EEJ0E41	279350E000038190	07/07/2026	55412
EIF4D06	279350E000038424	08/07/2026	55412
ELU2G65	279350E000038154	07/07/2026	55412
END1G92	279350E000038379	08/07/2026	55412
ENP9I10	279350E000038289	08/07/2026	55412
ERF6C98	279350E000038240	08/07/2026	55412
EWF6H77	279350E000038108	07/07/2026	55412
EWT2671	279350E000038287	08/07/2026	55412
FAG0J97	279350E000038053	07/07/2026	55412
FJP3H00	279350E000038296	08/07/2026	55412
FLN9A34	279350E000038057	07/07/2026	55412
FMO6D56	279350E000038173	07/07/2026	55412
FND6I98	279350E000038290	08/07/2026	55412
FNZ8D80	279350E000038406	08/07/2026	55412
FYM7A39	279350E000038390	08/07/2026	55412
FYU0D80	279350E000038155	07/07/2026	55412
GBP8088	279350E000038076	07/07/2026	55412
GCS6J44	279350E000038185	07/07/2026	55412
GCV6H65	279350E000038133	07/07/2026	55412

GHG6I20	279350E000038181	07/07/2026	55412
GJM2A46	279350E000038213	08/07/2026	55412
GMO5394	279350E000038049	07/07/2026	55412
GTR9C33	279350E000038092	07/07/2026	55412
HBU4I39	279350E000038041	07/07/2026	55412
HCV1727	279350E000038359	08/07/2026	55412
HRD6E01	279350E000038221	08/07/2026	55412
HSC2A85	279350E000038346	08/07/2026	55412
HSD3D10	279350E000038435	08/07/2026	55412
ILP9F22	279350E000038207	08/07/2026	55412
ISE8F80	279350E000038496	08/07/2026	55412
ITP3C53	279350E000038380	08/07/2026	55412
IWG8I99	279350E000038187	07/07/2026	55412
JCA1B00	279350E000038467	08/07/2026	55412
LRW4B26	279350E000038080	07/07/2026	55412
LSD1913	279350E000038295	08/07/2026	55412
LWQ9B61	279350E000038490	08/07/2026	55412
LWR8743	279350E000038178	07/07/2026	55412
MCD3D35	279350E000038419	08/07/2026	55412
MJZ7I18	279350E000038350	08/07/2026	55412
NGO3E03	279350E000038064	07/07/2026	55412
NNF2842	279350E000038093	07/07/2026	55412
NRN7800	279350E000038325	08/07/2026	55412
OBG4774	279350E000038305	08/07/2026	55412
OHT7B19	279350E000038345	08/07/2026	55412
OOJ8G95	279350E000038262	08/07/2026	55412
PZU6D38	279350E000038030	07/07/2026	55412
QDZ9C94	279350E000038297	08/07/2026	55412
QFN3G36	279350E000038411	08/07/2026	55412
QJM8D98	279350E000038220	08/07/2026	55412
QQB4C33	279350E000038203	08/07/2026	55412
RFE1G87	279350E000038368	08/07/2026	55412
RGQ9F29	279350E000038509	08/07/2026	55412
RHB3C52	279350E000038164	07/07/2026	55412
RHD4C63	279350CND0001205	27/05/2026	50371
RHH1J31	279350E000038464	08/07/2026	55412
RHK4H84	279350E000038448	08/07/2026	55412
RHN8E85	279350E000038078	07/07/2026	55412
RVA7A62	279350E000038371	08/07/2026	55412
RWI0B24	279350E000038478	08/07/2026	55412
SDX7J59	279350E000038077	07/07/2026	55412
SEF3C25	279350E000038110	07/07/2026	55412
SFB5F97	279350E000038248	08/07/2026	55412
SFH3A23	279350E000038437	08/07/2026	55412
SFO4I54	279350E000038468	08/07/2026	55412
SGZ7E31	279350E000038280	08/07/2026	55412
SWU2D04	279350E000038481	08/07/2026	55412
TAN2J87	279350E000038065	07/07/2026	55412
TAQ1C40	279350E000038194	07/07/2026	55412
TBF0E09	279350E000038097	07/07/2026	55412
TBH5C45	279350E000038386	08/07/2026	55412
TBI7C96	279350E000038367	08/07/2026	55412
TBK2E77	279350E000038328	08/07/2026	55412
TBX7E55	279350E000038422	08/07/2026	55412
UBG3D28	279350E000038384	08/07/2026	55412
UBH5C90	279350E000038392	08/07/2026	55412
UBN2J65	279350E000038048	07/07/2026	55412
UBN9F71	279350E000038502	08/07/2026	55412
UBQ0J63	279350E000038196	07/07/2026	55412
UBY5H28	279350E000038324	08/07/2026	55412
UBZ3D51	279350E000038083	07/07/2026	55412
UCA7H92	279350E000038072	07/07/2026	55412

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:C7C0D8BD

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS – UMUARAMA até 14/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAA4D64	279350E000038944	10/07/2026	55412
AAW2A54	279350E000039026	10/07/2026	55412
ABE7415	279350E000038581	09/07/2026	55412
ABP4761	279350S000267993	11/07/2026	60503
ABV5F53	279350S000268084	12/07/2026	60503
ABY6298	279350E000038678	09/07/2026	55412
ACK0622	279350S000268123	13/07/2026	60503
AEL9672	279350S000268264	15/07/2026	60503
AFI5A99	279350E000039013	10/07/2026	55412
AFP2171	279350S000268276	15/07/2026	60503
AFP8306	279350S000268313	16/07/2026	60503
AFP8306	279350S000267964	11/07/2026	60503

AFR3625	279350S000267902	10/07/2026	56732
AGL6702	279350S000267960	11/07/2026	60503
AGN9900	279350E000038738	09/07/2026	55412
AHA8I99	279350E000038763	09/07/2026	55412
AHB2I39	279350S000267941	11/07/2026	60503
AHH6929	279350S000267856	10/07/2026	60503
AHH8135	279350S000267946	11/07/2026	60503
AHL3069	279350S000267909	10/07/2026	56732
AHP0250	279350E000038692	09/07/2026	55412
AHQ7F75	279350E000038895	10/07/2026	55412
AHV9I34	279350S000267895	10/07/2026	60503
AHW3D38	279350S000268111	13/07/2026	60503
AID0081	279350E000038594	09/07/2026	55412
AIN9I54	279350S000267900	10/07/2026	60503
AJA6967	279350S000267851	10/07/2026	60503
AJB5412	279350S000268000	11/07/2026	60503
AJH0025	279350S000268011	11/07/2026	56732
AJI1F31	279350S000267847	10/07/2026	60503
AJN4952	279350S000267852	10/07/2026	60503
AJQ1H87	279350S000268182	14/07/2026	60503
AJY7234	279350S000268191	14/07/2026	60503
AJY9975	279350E000038818	10/07/2026	55412
AKE2603	279350S000268021	11/07/2026	60503
AKF8C71	279350S000267999	11/07/2026	60503
AKI9D88	279350E000038976	10/07/2026	55412
AKK1F33	279350S000268183	14/07/2026	60503
AKK3338	279350S000268271	15/07/2026	60503
AKK4138	279350S000267837	10/07/2026	60503
AKK7C16	279350E000038977	10/07/2026	55412
AKN3958	279350S000268188	14/07/2026	60503
AKO4F43	279350S000267980	11/07/2026	60503
AKS0191	279350E000038690	09/07/2026	55412
AKS0191	279350E000038921	10/07/2026	55412
AKS0471	279350S000268152	13/07/2026	60503
AKV7205	279350E000038850	10/07/2026	55412
AKW4270	279350S000268192	14/07/2026	60503
ALB0F21	279350E000038668	09/07/2026	55412
ALD2G88	279350S000268238	15/07/2026	60503
ALG9692	279350S000268017	11/07/2026	56732
ALK0G62	279350S000268222	14/07/2026	56732
ALM5812	279350S000268146	13/07/2026	60503
ALN4068	279350S000267979	11/07/2026	56732
ALP4621	279350E000038914	10/07/2026	55412
ALR7J09	279350S000268132	13/07/2026	60503
ALY8015	279350S000268292	15/07/2026	60503
AMB4B77	279350S000268245	15/07/2026	60503
AME9F24	279350E000038557	09/07/2026	55412
AMH4B21	279350S000268290	15/07/2026	60503
AMI1B49	279350E000038592	09/07/2026	55412
AMI6303	279350S000267850	10/07/2026	60503
AMO3534	279350E000038591	09/07/2026	55412
AMQ2275	279350S000268089	12/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000267922	11/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000268148	13/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000268025	12/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000268169	14/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000267849	10/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000268002	11/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000267913	10/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000268076	12/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000268077	12/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000268282	15/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000268097	12/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000267890	10/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000268274	15/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000268043	12/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000267876	20/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000268083	12/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000268295	15/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000268321	16/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000268289	15/07/2026	60503
AMQ5A97	279350S000268303	16/07/2026	60503
AMS7H80	279350S000268067	12/07/2026	60503
AMV3224	279350S000267894	10/07/2026	60503
ANB3A97	279350E000038675	09/07/2026	55412
ANC9036	279350S000267862	10/07/2026	60503
ANF4011	279350E000038740	09/07/2026	55412
ANH4260	279350S000268233	15/07/2026	60503
ANJ4D14	279350S000268208	14/07/2026	60503
ANM0548	279350S000267983	11/07/2026	60503
ANM0548	279350S000267875	20/07/2026	60503
ANM0548	279350S000267842	10/07/2026	60503
ANM0548	279350S000268173	14/07/2026	60503
ANR7A69	279350S000267917	11/07/2026	60503
ANX6214	279350E000038720	09/07/2026	55412
ANY5D02	279350S000268126	13/07/2026	60503
AOD7I60	279350E000038778	09/07/2026	55412
AOG4F02	279350S000268161	13/07/2026	60503
AOH7B00	279350S000268204	14/07/2026	60503

AOH8B42	279350S000268189	14/07/2026	60503
AOJ2A99	279350E000038533	09/07/2026	55412
AOJ4E09	279350S000268016	11/07/2026	60503
AOK8C60	279350S000268180	14/07/2026	60503
AOS5828	279350S000268217	14/07/2026	60503
AOS5828	279350S000268012	11/07/2026	60503
AOX2C17	279350E000038548	09/07/2026	55412
AOY9C38	279350S000267985	11/07/2026	60503
AOZ3482	279350S000267957	11/07/2026	60503
AOZ5791	279350E000038840	10/07/2026	55412
APA9D74	279350S000268157	13/07/2026	60503
APL0814	279350S000268009	11/07/2026	60503
APP8B75	279350S000268307	16/07/2026	60503
APQ5J52	279350E000038935	10/07/2026	55412
APT0239	279350S000268050	12/07/2026	60503
AQA3J17	279350S000268127	13/07/2026	60503
AQA3J17	279350S000268058	12/07/2026	60503
AQA6458	279350S000268145	13/07/2026	60503
AQI2H43	279350S000268322	16/07/2026	56732
AQL3F88	279350S000268263	15/07/2026	60503
AQL5881	279350S000268291	15/07/2026	60503
AQL5881	279350S000268147	13/07/2026	60503
AQL5881	279350S000268022	11/07/2026	60503
AQL5881	279350S000268235	15/07/2026	60503
AQL5881	279350S000267926	11/07/2026	60503
AQM4433	279350S000267961	11/07/2026	56732
AQP5H07	279350S000268257	15/07/2026	60503
AQQ2I87	279350S000268283	15/07/2026	60503
AQQ3F37	279350S000267978	11/07/2026	56732
AQU3A46	279350S000268091	12/07/2026	60503
AQZ2D26	279350S000268038	12/07/2026	56732
ARH6827	279350S000268196	14/07/2026	60503
ARH7B87	279350S000268176	14/07/2026	60503
ARJ8I73	279350E000038691	09/07/2026	55412
ARL8153	279350S000267966	11/07/2026	60503
ARO8C30	279350S000268154	13/07/2026	60503
ARS1I06	279350S000267974	11/07/2026	56732
ART5C60	279350S000268001	11/07/2026	60503
ARX1C33	279350S000267959	11/07/2026	60503
ASB1F17	279350S000268008	11/07/2026	60503
ASD5299	279350S000268085	12/07/2026	60503
ASE0H90	279350S000268107	13/07/2026	60503
ASH9364	279350S000268102	13/07/2026	60503
ASJ4322	279350E000038958	10/07/2026	55412
ASL7550	279350S000268155	13/07/2026	60503
ASL7550	279350S000267896	10/07/2026	60503
ASR4D33	279350E000038989	10/07/2026	55412
ASV0E73	279350S000268044	12/07/2026	60503
ATE1G45	279350E000038520	09/07/2026	55412
ATG7327	279350S000268149	13/07/2026	60503
ATH0D35	279350S000267940	11/07/2026	60503
ATH8J56	279350S000267996	11/07/2026	60503
ATJ8448	279350E000038845	10/07/2026	55412
ATL4654	279350S000268068	12/07/2026	60503
ATL5D98	279350S000267967	11/07/2026	60503
ATW8I61	279350S000267955	11/07/2026	60503
ATX8I22	279350E000038868	10/07/2026	55412
ATZ6I61	279350S000267997	11/07/2026	60503
AUB8924	279350S000268305	16/07/2026	60503
AUB9I67	279350S000267987	11/07/2026	60503
AUC5A88	279350S000268010	11/07/2026	56732
AUC6505	279350S000268151	13/07/2026	60503
AUD7E44	279350E000038649	09/07/2026	55412
AUI6A98	279350E000038661	09/07/2026	55412
AUJ5315	279350E000038800	09/07/2026	55412
AUJ6511	279350E000038889	10/07/2026	55412
AUK7E49	279350S000267846	10/07/2026	60503
AUM7I51	279350S000268211	14/07/2026	60503
AUP9E31	279350S000267965	11/07/2026	60503
AUR1E16	279350S000268166	14/07/2026	60503
AUV7D55	279350E000038769	09/07/2026	55412
AUX1B26	279350E000038629	09/07/2026	55412
AUX9195	279350S000267854	10/07/2026	60503
AVB0D40	279350S000267906	10/07/2026	60503
AVB7F75	279350E000038891	10/07/2026	55412
AVB9H58	279350S000268159	13/07/2026	60503
AVG3437	279350E000038801	09/07/2026	55412
AVH0E36	279350S000267874	10/07/2026	56732
AVI4H49	279350E000038853	10/07/2026	55412
AVK1D51	279350E000038583	09/07/2026	55412
AVN1F75	279350E000038941	10/07/2026	55412
AVQ1599	279350S000268199	14/07/2026	60503
AVQ3812	279350S000267990	11/07/2026	60503
AVQ9395	279350S000267861	10/07/2026	60503
AVT9J38	279350S000268206	14/07/2026	60503
AVU2J60	279350S000268296	15/07/2026	56732
AVX2E29	279350S000267908	10/07/2026	60503
AVX7255	279350S000268071	12/07/2026	60503
AWA1B96	279350S000267901	10/07/2026	56732

AWC7F14	279350S000268304	16/07/2026	60503
AWD3419	279350S000268228	14/07/2026	56732
AWE0C37	279350S000268280	15/07/2026	60503
AWI6F13	279350S000268237	15/07/2026	60503
AWQ1A18	279350E000038728	09/07/2026	55412
AWQ9F10	279350S000268031	12/07/2026	60503
AWV9D52	279350E000038940	10/07/2026	55412
AWV9E34	279350E000038975	10/07/2026	55412
AWY3J52	279350S000268170	14/07/2026	56732
AXA2J26	279350E000038787	09/07/2026	55412
AXB8J75	279350E000039031	10/07/2026	55412
AXK1G34	279350S000267838	10/07/2026	60503
AXL9B22	279350S000267886	10/07/2026	60503
AXM6109	279350S000268266	15/07/2026	60503
AXN0238	279350S000267925	11/07/2026	60503
AXP4359	279350E000038605	09/07/2026	55412
AXP9H20	279350S000268259	15/07/2026	60503
AXS5E95	279350E000038961	10/07/2026	55412
AXS7I69	279350S000268060	12/07/2026	56732
AXU2C66	279350S000268099	13/07/2026	60503
AXW6A43	279350S000268026	12/07/2026	56732
AXW8460	279350S000268226	14/07/2026	60503
AXZ1530	279350S000268299	15/07/2026	60503
AXZ1530	279350S000268103	13/07/2026	60503
AXZ1530	279350S000268118	13/07/2026	60503
AXZ1530	279350S000268112	13/07/2026	60503
AXZ1530	279350S000268247	15/07/2026	60503
AXZ1530	279350S000268234	15/07/2026	60503
AXZ1530	279350S000268315	16/07/2026	60503
AXZ1530	279350S000268246	15/07/2026	60503
AXZ3H30	279350S000267883	10/07/2026	60503
AYA0I28	279350E000038521	09/07/2026	55412
AYC5657	279350S000268287	15/07/2026	60503
AYD4629	279350S000268252	15/07/2026	60503
AYD9623	279350E000038781	09/07/2026	55412
AYE6A66	279350E000038725	09/07/2026	55412
AYF7368	279350S000268034	12/07/2026	60503
AYG2308	279350S000268053	12/07/2026	60503
AYG5B28	279350S000268281	15/07/2026	60503
AYJ6I89	279350S000267880	10/07/2026	56732
AYO2G45	279350E000038562	09/07/2026	55412
AYQ4I66	279350E000038646	09/07/2026	55412
AYR3926	279350S000268272	15/07/2026	60503
AYV8F84	279350S000268100	13/07/2026	60503
AYY9G53	279350E000038627	09/07/2026	55412
AYY9G57	279350E000039025	10/07/2026	55412
AZH0523	279350E000038903	10/07/2026	55412
AZK6F91	279350E000038704	09/07/2026	55412
AZN6B82	279350S000267944	11/07/2026	60503
AZR7093	279350S000268320	16/07/2026	60503
BAE1557	279350S000268028	12/07/2026	56732
BAF1G31	279350S000267984	11/07/2026	60503
BAI5I18	279350S000267935	11/07/2026	56732
BAP8J23	279350S000267956	11/07/2026	60503
BAQ9E86	279350S000268125	13/07/2026	60503
BAT8604	279350S000268014	11/07/2026	56732
BAV5E46	279350E000038997	10/07/2026	55412
BAX9G17	279350S000268318	16/07/2026	60503
BAZ2624	279350S000268221	14/07/2026	60503
BAZ3D65	279350S000268045	12/07/2026	60503
BAZ9607	279350E000038699	09/07/2026	55412
BBA2J82	279350S000268265	15/07/2026	60503
BBB5D14	279350S000268080	12/07/2026	60503
BBD3310	279350S000268224	14/07/2026	56732
BBH8C72	279350S000267963	11/07/2026	60503
BBI0D97	279350E000038714	09/07/2026	55412
BBL0D51	279350CND0001206	03/07/2026	50371
BBO5J48	279350S000268187	14/07/2026	60503
BBQ1D06	279350E000038647	09/07/2026	55412
BBQ4H86	279350S000267839	10/07/2026	60503
BBS2788	279350S000268309	16/07/2026	60503
BBS4H67	279350S000267844	10/07/2026	60503
BBX0E28	279350E000038802	09/07/2026	55412
BBY4E41	279350E000039030	10/07/2026	55412
BBY5J21	279350E000038528	09/07/2026	55412
BBZ1I24	279350S000268040	12/07/2026	60503
BBZ5027	279350E000038946	10/07/2026	55412
BBZ8I44	279350E000038767	09/07/2026	55412
BCA2931	279350E000038876	10/07/2026	55412
BCA4D42	279350S000268317	16/07/2026	60503
BCG4861	279350S000267864	10/07/2026	60503
BCO5J51	279350S000268232	15/07/2026	60503
BCO6671	279350E000038828	10/07/2026	55412
BCO6I13	279350S000268248	15/07/2026	60503
BCP0A23	279350E000038659	09/07/2026	55412
BCP1C03	279350S000268095	12/07/2026	60503
BCQ6096	279350E000038808	10/07/2026	55412
BCU1B45	279350S000267994	11/07/2026	60503
BCU1B45	279350E000038711	09/07/2026	55412

BCU7I70	279350S000267949	11/07/2026	56732
BCU9J81	279350S000268288	15/07/2026	60503
BCZ1B60	279350E000038568	09/07/2026	55412
BDD1I56	279350S000268250	15/07/2026	60503
BDD4E16	279350S000268256	15/07/2026	60503
BDF2H47	279350S000267863	10/07/2026	60503
BDF9H79	279350E000038919	10/07/2026	55412
BDG5C30	279350S000268035	12/07/2026	60503
BDG5H86	279350E000038888	10/07/2026	55412
BDI6J63	279350S000268168	14/07/2026	60503
BDJ1E19	279350E000038543	09/07/2026	55412
BDK0I11	279350S000268129	13/07/2026	60503
BDK2C55	279350S000268051	12/07/2026	56732
BDM8C35	279350S000268286	15/07/2026	60503
BDR6I94	279350S000268251	15/07/2026	60503
BDS4C48	279350S000267938	11/07/2026	60503
BDT2I42	279350S000268109	13/07/2026	60503
BDY3I43	279350E000038890	10/07/2026	55412
BDY7H26	279350S000268130	13/07/2026	60503
BDY7J00	279350S000268279	15/07/2026	60503
BDZ8J73	279350S000267936	11/07/2026	60503
BEB9F50	279350S000268207	14/07/2026	60503
BEC2J30	279350E000038680	09/07/2026	55412
BEC9E47	279350S000268312	16/07/2026	60503
BEG1J28	279350E000038665	09/07/2026	55412
BEG9C14	279350S000268277	15/07/2026	56732
BEI2G33	279350S000268229	14/07/2026	60503
BEJ7D68	279350S000268202	14/07/2026	60503
BEK7E73	279350S000268195	14/07/2026	60503
BEL4D53	279350E000039012	10/07/2026	55412
BEO3H26	279350E000038650	09/07/2026	55412
BEO6E15	279350S000268163	13/07/2026	60503
BER4F83	279350S000268253	15/07/2026	60503
BEU3C56	279350S000268270	15/07/2026	60503
BEU8F03	279350E000038877	10/07/2026	55412
BEV5D96	279350S000268278	15/07/2026	60503
BEV6I71	279350E000038577	09/07/2026	55412
BEZ3H29	279350E000038554	09/07/2026	55412
BIV3J73	279350S000268007	11/07/2026	60503
BMW1A48	279350S000268066	12/07/2026	60503
BRZ2B72	279350E000038688	09/07/2026	55412
CAC1934	279350S000268311	16/07/2026	60503
CBK8728	279350S000268209	14/07/2026	60503
CGC8F60	279350S000267889	10/07/2026	60503
CJD6I26	279350S000267898	10/07/2026	60503
CJP7C63	279350S000267835	10/07/2026	56732
CXN3269	279350S000268218	14/07/2026	60503
CZD8483	279350S000267976	11/07/2026	60503
DBI6E97	279350S000267845	10/07/2026	60503
DDX0H57	279350S000267891	10/07/2026	60503
DEB8135	279350S000267931	11/07/2026	60503
DHS2B47	279350S000268285	15/07/2026	60503
DJH3A50	279350E000038897	10/07/2026	55412
DJL0G92	279350S000268298	15/07/2026	60503
DMS5B96	279350E000038815	10/07/2026	55412
DMV5A53	279350S000267954	11/07/2026	60503
DNB9G36	279350S000268314	16/07/2026	60503
DOM2B18	279350E000038936	10/07/2026	55412
DPM6228	279350S000268069	12/07/2026	60503
DQB5C78	279350S000268061	12/07/2026	60503
DRX1B22	279350E000038574	09/07/2026	55412
DSM1J88	279350E000038614	09/07/2026	55412
DTC0H86	279350S000267897	10/07/2026	60503
DTZ9C21	279350S000268018	11/07/2026	60503
DUR1624	279350E000038932	10/07/2026	55412
DWK6D97	279350E000038841	10/07/2026	55412
DXF8J08	279350E000038576	09/07/2026	55412
EAD0A04	279350S000267932	11/07/2026	60503
EBW3817	279350E000038764	09/07/2026	55412
EDQ7490	279350E000038920	10/07/2026	55412
EDU6H10	279350S000268081	12/07/2026	60503
EDZ2367	279350E000038839	10/07/2026	55412
EEE9G48	279350S000268156	13/07/2026	60503
EEE9G48	279350S000268153	13/07/2026	60503
EGD3495	279350E000038636	09/07/2026	55412
EGO1774	279350S000268198	14/07/2026	60503
EJC2J16	279350S000268064	12/07/2026	60503
EPM2I13	279350E000038847	10/07/2026	55412
EQI8C97	279350S000267951	11/07/2026	56732
ETP8D74	279350S000268047	12/07/2026	60503
EUZ5C55	279350E000038911	10/07/2026	55412
EVD5899	279350S000268197	14/07/2026	60503
EVJ6B78	279350E000039016	10/07/2026	55412
EYJ6159	279350E000038751	09/07/2026	55412
EZK8F19	279350E000038867	10/07/2026	55412
FAG0J97	279350E000038915	10/07/2026	55412
FBM0H69	279350E000038908	10/07/2026	55412
FCK7G77	279350S000268162	13/07/2026	60503
FDJ8C40	279350E000038758	09/07/2026	55412

FDR2C23	279350E000038945	10/07/2026	55412
FDW4I19	279350E000038623	09/07/2026	55412
FIC6J44	279350E000038779	09/07/2026	55412
FJM7B44	279350E000038917	10/07/2026	55412
FNY8C90	279350E000038760	09/07/2026	55412
FNZ8D80	279350E000038540	09/07/2026	55412
FRE9G97	279350E000038757	09/07/2026	55412
FSU0A26	279350E000038968	10/07/2026	55412
FVI4944	279350S000268297	15/07/2026	60503
FXD1H76	279350E000038653	09/07/2026	55412
FXG5C36	279350E000038772	09/07/2026	55412
FXJ2690	279350S000268273	15/07/2026	60503
FYC7B29	279350S000268220	14/07/2026	60503
FYD1I90	279350E000038652	09/07/2026	55412
GBR0I01	279350S000267915	10/07/2026	56732
GCQ7J67	279350S000267843	10/07/2026	60503
GDI2B06	279350E000038862	10/07/2026	55412
GGF5A56	279350S000267833	10/07/2026	60503
GGS0147	279350S000267873	10/07/2026	56732
GTO3F24	279350S000267884	10/07/2026	60503
HCD7G03	279350S000268300	16/07/2026	60503
HCD7G03	279350S000268171	14/07/2026	60503
HHB0I11	279350S000268048	12/07/2026	60503
HLK7F90	279350E000038535	09/07/2026	55412
HMJ5211	279350E000038700	09/07/2026	55412
HOA9G40	116100T002953439	18/07/2026	55500
HPP5103	279350E000038863	10/07/2026	55412
HPU4C97	279350S000267968	11/07/2026	60503
HRD6E01	279350E000039009	10/07/2026	55412
HRR6811	279350S000267998	11/07/2026	60503
HSC2A85	279350E000038723	09/07/2026	55412
HSC2A85	279350E000038810	10/07/2026	55412
HSF3B82	279350E000038990	10/07/2026	55412
HSO8F85	279350S000268213	14/07/2026	60503
HSX5I76	279350E000038777	09/07/2026	55412
HSZ3497	279350S000267868	10/07/2026	60503
HTL7721	279350S000268037	12/07/2026	60503
IKY8157	279350S000267859	10/07/2026	60503
IKY8157	279350S000268190	14/07/2026	60503
IKY8157	279350S000267916	11/07/2026	60503
IKY8157	279350S000267853	10/07/2026	60503
IKY8157	279350S000267947	11/07/2026	60503
IKY8157	279350S000268049	12/07/2026	60503
IKY8157	279350S000268033	12/07/2026	60503
IKY8157	279350S000268004	11/07/2026	60503
ILP9F22	279350E000038572	09/07/2026	55412
IMJ7J91	279350S000268203	14/07/2026	60503
IOQ9D75	279350E000039006	10/07/2026	55412
IQJ8E28	279350S000268117	13/07/2026	60503
IRA8E22	279350S000267928	11/07/2026	60503
ITL1J93	279350S000268006	11/07/2026	60503
IZD8B45	279350S000267930	11/07/2026	60503
KAR2518	279350S000268088	12/07/2026	56732
LCY3J16	279350E000038872	10/07/2026	55412
LOG9F46	279350S000267910	10/07/2026	60503
LOG9F46	279350S000268158	13/07/2026	60503
LON5A34	279350S000268093	12/07/2026	60503
LTD2G77	279350E000038625	09/07/2026	55412
LVD4G01	279350E000038970	10/07/2026	55412
LVL9A02	279350E000038973	10/07/2026	55412
LXJ4872	279350S000268015	11/07/2026	60503
LXJ4872	279350S000268227	14/07/2026	60503
MBI3G01	279350E000038766	09/07/2026	55412
MBQ0120	279350S000268225	14/07/2026	56732
MEV2813	279350E000038842	10/07/2026	55412
MGC2467	279350S000267912	10/07/2026	60503
MHU2A27	279350E000038759	09/07/2026	55412
MIR3H00	279350S000267920	11/07/2026	60503
MIY0797	279350E000038965	10/07/2026	55412
MKW7I69	279350E000038735	09/07/2026	55412
MLG6E22	279350S000268039	12/07/2026	60503
MMB2I98	279350E000038981	10/07/2026	55412
MOV9G65	279350S000267971	11/07/2026	56732
MSX2F66	279350E000038817	10/07/2026	55412
NAC6C61	279350S000267836	10/07/2026	60503
NBP3D13	279350S000268092	12/07/2026	60503
NCR5D58	279350E000038964	10/07/2026	55412
NJD3H65	279350S000268062	12/07/2026	60503
NJJ5C82	279350S000268003	11/07/2026	60503
NRK0C20	279350S000268094	12/07/2026	60503
NSA4D39	279350E000038838	10/07/2026	55412
ONK7552	279350S000267995	11/07/2026	60503
OOI2C08	279350S000267929	11/07/2026	60503
PBQ7H17	279350S000267918	11/07/2026	60503
PCM9B67	279350S000268241	15/07/2026	60503
PER9F61	279350E000038531	09/07/2026	55412
PKN8E60	279350S000267834	10/07/2026	60503
PZV8A52	279350S000268302	16/07/2026	60503
QAA4G24	279350E000038991	10/07/2026	55412

QAD6G69	279350E000038784	09/07/2026	55412
QAJ4A60	279350S000268079	12/07/2026	60503
QAN0A66	279350E000038930	10/07/2026	55412
QAR5639	279350S000267991	11/07/2026	60503
QBC5C28	279350E000038573	09/07/2026	55412
QCP6D36	279350E000038624	09/07/2026	55412
QDZ9C94	279350E000038865	10/07/2026	55412
QIJ4H17	279350E000039024	10/07/2026	55412
QTC5F08	279350S000268032	12/07/2026	60503
RDW8A74	279350E000038904	10/07/2026	55412
RFU0A40	279350S000267872	10/07/2026	56732
RHA0G12	279350S000267881	10/07/2026	60503
RHC2H24	279350E000038736	09/07/2026	55412
RHC4E59	279350S000268230	14/07/2026	60503
RHD8G08	279350E000038861	10/07/2026	55412
RHE5C75	279350S000268042	12/07/2026	60503
RHJ0E71	279350E000038881	10/07/2026	55412
RHL2G34	279350E000038796	09/07/2026	55412
RHO9C36	279350E000038983	10/07/2026	55412
RHX0F67	279350S000267977	11/07/2026	60503
RHY2C62	279350S000268140	13/07/2026	60503
RHY5I86	279350S000268174	14/07/2026	60503
RLI8C65	279350S000268239	15/07/2026	60503
RVI7F40	279350E000038549	09/07/2026	55412
RWS6C01	279350E000038651	09/07/2026	55412
RXQ6H05	279350E000038731	09/07/2026	55412
SCX8A13	279350E000038622	09/07/2026	55412
SDP3E86	279350S000268144	13/07/2026	60503
SDW0J46	279350S000267882	10/07/2026	60503
SDY0C83	279350E000038522	09/07/2026	55412
SEA6D78	279350E000038898	10/07/2026	55412
SEB1E16	279350S000268268	15/07/2026	60503
SEB3B13	279350S000268255	15/07/2026	60503
SEB4I87	279350S000268316	16/07/2026	60503
SEB6J89	279350S000268164	13/07/2026	60503
SEC7E34	279350S000267939	11/07/2026	60503
SEE0A22	279350S000267969	11/07/2026	60503
SEI6J68	279350S000267888	10/07/2026	60503
SEJ9E88	279350E000039001	10/07/2026	55412
SEK4J12	279350S000268258	15/07/2026	60503
SEL9D85	279350E000038994	10/07/2026	55412
SEM4H53	279350S000268205	14/07/2026	60503
SEN5G60	279350E000038561	09/07/2026	55412
SEP3B93	279350S000268070	12/07/2026	60503
SEU4I33	279350E000038962	10/07/2026	55412
SEU9J71	279350S000268013	11/07/2026	60503
SEX3J06	279350S000267981	11/07/2026	60503
SEX3J06	279350S000268177	14/07/2026	60503
SFE2A07	279350E000038789	09/07/2026	55412
SFH0H06	279350S000268131	13/07/2026	60503
SFO4B00	279350S000267962	11/07/2026	60503
SFX1B29	279350S000267905	10/07/2026	60503
SGZ7E31	279350E000038730	09/07/2026	55412
SGZ7E31	279350E000038879	10/07/2026	55412
SIY8H39	279350E000038733	09/07/2026	55412
SKV7J03	279350E000038844	10/07/2026	55412
SUC2J45	279350S000267923	11/07/2026	60503
SVK0E85	279350E000038951	10/07/2026	55412
TAI3E29	279350S000267942	11/07/2026	60503
TAN7D90	279350S000268029	12/07/2026	60503
TAN7D90	279350S000268096	12/07/2026	60503
TAP3A30	279350E000038660	09/07/2026	55412
TAP5D75	279350S000267903	10/07/2026	56732
TAP6B99	279350E000038798	09/07/2026	55412
TAR3I43	279350E000038550	09/07/2026	55412
TAT2B36	279350S000268059	12/07/2026	60503
TAV3B71	279350E000038982	10/07/2026	55412
TAW0J86	279350S000267907	10/07/2026	60503
TAY1D70	279350S000268267	15/07/2026	56732
TBC2B22	279350E000038900	10/07/2026	55412
TBE1E12	279350E000038771	09/07/2026	55412
TBF9I19	279350E000038873	10/07/2026	55412
TBH3B71	279350S000267953	11/07/2026	60503
TBH5B82	279350E000038967	10/07/2026	55412
TBH5E81	279350S000268167	14/07/2026	60503
TBI0B64	279350S000268078	12/07/2026	60503
TBK9I43	279350S000268214	14/07/2026	60503
TBS8I45	279350S000268072	12/07/2026	60503
TBT9A19	279350S000268301	16/07/2026	60503
TEA2J57	279350E000038775	09/07/2026	55412
TKM3G80	279350E000039035	10/07/2026	55412
UAX6J32	279350S000268139	13/07/2026	60503
UBH8A91	279350S000268244	15/07/2026	60503
UBK0H21	279350S000268005	11/07/2026	60503
UBM0E17	279350S000268310	16/07/2026	60503
UBP5C27	279350E000038724	09/07/2026	55412
UBS7B69	279350S000267899	10/07/2026	56732
UBS8G21	279350S000268074	12/07/2026	60503
UBT1A56	279350E000038843	10/07/2026	55412

UBV2F66	279350S000268055	12/07/2026	60503
UBW6J89	279350E000038633	09/07/2026	55412
UBW8A14	279350E000038669	09/07/2026	55412
UCA4C41	279350S000268181	14/07/2026	60503
UCA4J68	279350S000268141	13/07/2026	56732
UDN1H81	279350S000267927	11/07/2026	60503
UGX5E70	279350E000038571	09/07/2026	55412

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:8962E22B

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 11/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAX3932	279350T000140860	14/05/2026	51851	R$ 195,23
ADT2G66	279350T000140848	14/05/2026	51851	R$ 195,23
ADT2G66	279350T000140847	14/05/2026	76331	R$ 293,47
AFV9434	279350T000140782	12/05/2026	51851	R$ 195,23
AIA2E47	279350T000140840	13/05/2026	51851	R$ 195,23
AJQ8753	279350T000140817	13/05/2026	76331	R$ 293,47
AKG0383	279350T000140798	13/05/2026	51851	R$ 195,23
ALQ5G13	279350T000140865	14/05/2026	51852	R$ 195,23
ANO8F81	279350T000140824	13/05/2026	51852	R$ 195,23
ANR6G23	279350T000140843	13/05/2026	76331	R$ 293,47
ANV0A46	279350T000140815	13/05/2026	76331	R$ 293,47
ANV0A46	279350T000140816	13/05/2026	51851	R$ 195,23
AOR4766	279350T000140796	13/05/2026	51851	R$ 195,23
AOZ6870	279350T000140764	12/05/2026	51852	R$ 195,23
APC4179	279350T000137224	13/05/2026	60502	R$ 293,47
AQV1H32	279350T000140802	13/05/2026	51851	R$ 195,23
ASG3C68	279350T000140800	13/05/2026	51851	R$ 195,23
ASP7D43	279350T000140803	13/05/2026	51851	R$ 195,23
ASV7124	279350T000137237	14/05/2026	76331	R$ 293,47
ATJ1343	279350T000140795	13/05/2026	51851	R$ 195,23
ATX9311	279350T000140804	13/05/2026	51851	R$ 195,23
AUF2I31	279350T000140758	12/05/2026	51851	R$ 195,23
AUF2I31	279350T000140759	12/05/2026	76331	R$ 293,47
AUH8663	279350T000140787	12/05/2026	76331	R$ 293,47
AUL4D00	279350T000140819	13/05/2026	76331	R$ 293,47
AUX1518	279350T000137229	14/05/2026	54521	R$ 195,23
AVF5F76	279350T000140785	12/05/2026	51852	R$ 195,23
AVL1B94	279350T000137235	14/05/2026	66020	R$ 293,47
AVR4F33	279350T000140826	13/05/2026	76331	R$ 293,47
AVX1B44	279350T000137234	14/05/2026	76331	R$ 293,47
AXF4797	279350T000140851	14/05/2026	76331	R$ 293,47
AYM4F55	279350T000140821	13/05/2026	76331	R$ 293,47
AYX8242	279350T000140784	12/05/2026	51851	R$ 195,23
BAZ0H44	279350T000140765	12/05/2026	51851	R$ 195,23
BBH9E66	279350T000140761	12/05/2026	51930	R$ 293,47
BBN2J44	279350T000140839	13/05/2026	51851	R$ 195,23
BBS6J28	279350T000140773	12/05/2026	51851	R$ 195,23
BBX4H02	279350T000137221	13/05/2026	54870	R$ 195,23
BCC6512	279350T000140793	12/05/2026	51851	R$ 195,23
BCO4H50	279350T000140799	13/05/2026	51851	R$ 195,23
BDD9D77	279350T000140779	12/05/2026	51851	R$ 195,23
BDM0F89	279350T000140829	13/05/2026	51852	R$ 195,23
BDV7J88	279350T000140778	12/05/2026	76331	R$ 293,47
BEY6C33	279350T000140861	14/05/2026	51851	R$ 195,23
BEY7J00	279350T000140792	12/05/2026	51852	R$ 195,23
BNP0879	279350T000140791	12/05/2026	51851	R$ 195,23
BQG2J40	279350T000140786	12/05/2026	51851	R$ 195,23
BVZ4085	279350T000140842	13/05/2026	51851	R$ 195,23
CAA8808	279350T000140780	12/05/2026	51851	R$ 195,23
CZL5E70	279350T000140844	13/05/2026	76331	R$ 293,47
DCE4087	279350T000140807	13/05/2026	51851	R$ 195,23
DFU7F54	279350T000140857	14/05/2026	51852	R$ 195,23
DPC5I96	279350T000140794	13/05/2026	51851	R$ 195,23
EGH0169	279350T000140777	12/05/2026	76331	R$ 293,47
EMY0681	279350T000140812	13/05/2026	51851	R$ 195,23
ERQ8013	279350T000140864	14/05/2026	51851	R$ 195,23
FPK6D73	279350T000140830	13/05/2026	76331	R$ 293,47
FZA7G41	279350T000140841	13/05/2026	51851	R$ 195,23
HDZ7H27	279350T000137227	13/05/2026	66020	R$ 293,47
HTT5698	279350T000140806	13/05/2026	51851	R$ 195,23
KAK7D31	279350T000137238	14/05/2026	66020	R$ 293,47
KFU1993	279350T000137226	13/05/2026	54521	R$ 195,23
KRN7H82	279350T000140822	13/05/2026	76331	R$ 293,47
NPO2I18	279350T000140858	14/05/2026	51851	R$ 195,23
NRH1D94	279350T000140760	12/05/2026	51851	R$ 195,23
OHS6618	279350T000140863	14/05/2026	51852	R$ 195,23
QMZ0D05	279350T000140835	13/05/2026	76331	R$ 293,47

QNR0G80	279350T000137232	14/05/2026	57380	R$ 293,47
QNR5F23	279350T000137240	14/05/2026	54521	R$ 195,23
RHP1H43	279350T000140850	14/05/2026	51852	R$ 195,23
RHT9E93	279350T000137231	14/05/2026	70301	R$ 293,47
RHZ6B58	279350T000140833	13/05/2026	76331	R$ 293,47
RWG9D89	279350T000140763	12/05/2026	51852	R$ 195,23
SBG3C96	279350T000140767	12/05/2026	51852	R$ 195,23
SEE8A52	279350T000140849	14/05/2026	51851	R$ 195,23
SEU9J73	279350T000120142	13/05/2026	76331	R$ 293,47
SVX9G40	279350T000137228	13/05/2026	61220	R$ 293,47
SWI9A22	279350T000140831	13/05/2026	76331	R$ 293,47
TAI0E69	279350T000140771	12/05/2026	76331	R$ 293,47
TAK5H99	279350T000140836	13/05/2026	51851	R$ 195,23
TYT3A78	279350T000140846	14/05/2026	76331	R$ 293,47
UBB1J77	279350T000140814	13/05/2026	76331	R$ 293,47
UBB1J77	279350T000140813	13/05/2026	51851	R$ 195,23
UBV0E62	279350T000140818	13/05/2026	76331	R$ 293,47
UBW2I05	279350T000140845	14/05/2026	76331	R$ 293,47

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:763F083C

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 14/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AFB7393	279350E000028986	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AFD5H22	279350E000029022	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AKI1C49	279350E000029016	05/05/2026	55412	R$ 195,23
ALA2I86	279350E000028980	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ALD7C42	279350E000028965	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ANB2739	279350E000028956	02/05/2026	55412	R$ 195,23
ANX6D33	279350E000028962	02/05/2026	55412	R$ 195,23
APP2654	279350E000028929	02/05/2026	55412	R$ 195,23
AQG7G91	279350E000028967	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ARI5224	279350E000028966	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ASA5F52	279350E000028928	02/05/2026	55412	R$ 195,23
AUJ2807	279350E000028996	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AVD7G57	279350E000029047	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AVH5319	279350E000028985	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AWQ5A98	279350E000028933	02/05/2026	55412	R$ 195,23
AWX0C85	279350E000028946	02/05/2026	55412	R$ 195,23
AYR2D09	279350E000028988	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AYX3I29	279350E000028999	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AYY9G53	279350E000028941	02/05/2026	55412	R$ 195,23
AZI9988	279350E000028942	02/05/2026	55412	R$ 195,23
BAT7712	279350E000028984	04/05/2026	55412	R$ 195,23
BBG5J61	279350E000029032	05/05/2026	55412	R$ 195,23
BBI0D97	279350E000029035	05/05/2026	55412	R$ 195,23
BBZ9B58	279350E000028975	04/05/2026	55412	R$ 195,23
BDG1B40	279350E000028948	02/05/2026	55412	R$ 195,23
BEA3110	279350E000028937	02/05/2026	55412	R$ 195,23
BEF2J81	279350E000029008	05/05/2026	55412	R$ 195,23
BEM5625	279350E000029033	05/05/2026	55412	R$ 195,23
BEO2C63	279350E000029012	05/05/2026	55412	R$ 195,23
BEO5J99	279350E000029034	05/05/2026	55412	R$ 195,23
BYI5J55	279350E000028979	04/05/2026	55412	R$ 195,23
CHS4A11	279350E000029018	05/05/2026	55412	R$ 195,23
CRK1145	279350E000028931	02/05/2026	55412	R$ 195,23
CYR6194	279350E000028954	02/05/2026	55412	R$ 195,23
DOL5991	279350E000029044	05/05/2026	55412	R$ 195,23
DWK6D97	279350E000029001	04/05/2026	55412	R$ 195,23
EBC5C58	279350E000028939	02/05/2026	55412	R$ 195,23
ENZ0F41	279350E000028930	02/05/2026	55412	R$ 195,23
FES1I13	279350E000028949	02/05/2026	55412	R$ 195,23
FMV7C96	279350E000028952	02/05/2026	55412	R$ 195,23
GGY5I64	279350E000028953	02/05/2026	55412	R$ 195,23
GJO5F59	279350E000029021	05/05/2026	55412	R$ 195,23
HRM9C08	279350E000029004	05/05/2026	55412	R$ 195,23
KMA7B23	279350E000028951	02/05/2026	55412	R$ 195,23
MLS9B54	279350E000029000	04/05/2026	55412	R$ 195,23
NJO1F87	279350E000028955	02/05/2026	55412	R$ 195,23
OPV5430	279350E000028958	02/05/2026	55412	R$ 195,23
RHO7E73	279350E000029039	05/05/2026	55412	R$ 195,23
RHP3B02	279350E000028969	04/05/2026	55412	R$ 195,23
SEM1J96	279350E000029041	05/05/2026	55412	R$ 195,23
SEX3I75	279350E000029036	05/05/2026	55412	R$ 195,23
SFA5G80	279350E000028987	04/05/2026	55412	R$ 195,23
SFF3E16	279350E000028971	04/05/2026	55412	R$ 195,23
SMH9D05	279350E000029013	05/05/2026	55412	R$ 195,23
TAM0J73	279350E000028959	02/05/2026	55412	R$ 195,23
TAN1I37	279350E000028936	02/05/2026	55412	R$ 195,23

TAV8J25	279350E000029038	05/05/2026	55412	R$ 195,23
UBT1A56	279350E000029017	05/05/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:D7D6D4F5



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

GABINETE
DECRETO Nº 167/2026

DECRETO Nº 167/2026

Súmula: *"Dispõe sobre o cancelamento de Restos a Pagar inscritos em 31 de dezembro de 2025 e dá outras providências."*

O PREFEITO DE BALSA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, do artigo 80, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos artigos 36 e 37 da Lei Federal n. º 4.320/1964, e na Lei Complementar nº. 101/2000.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam cancelados, integralmente, os **Restos a Pagar não processados** inscritos em 31 de dezembro de 2025, constantes do Anexo I deste Decreto, provenientes de órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo integrantes do Orçamento Fiscal, em razão da não liquidação da despesa ou da insubsistência da obrigação.

Art. 2º - A relação de Restos a Pagar cancelados por força deste Decreto deverá integrar o balancete contábil do mês de agosto de 2026.
Art. 3º - O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados através deste Decreto poderá ser atendido à conta de dotação constante de Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais, abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 18 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA										
ESTADO DO PARANÁ										
Exercício: 2026										
Demonstrativo de Restos a Pagar										
Janeiro/2026 até Julho/2026										
Anexo I decreto nº 167/2026										
				Inscrição/Saldo Anterior		**Liquidado**	**Pago**	**Cancelado**	**Saldo a Pagar**	
Empenho	Data	Credor		Processado	Não Processado		Processado	Processado	Processado	Não Processado
Programática		Desdobramento	Fonte Recurso		Total	Total	Não Processado	Não Processado		Total
6561/2025	02/10/2025	1798-MAGATAO SUPERMERCADO LTDA		0,00	181,28		0,00	0,00	0,00	59,34
560 - 13.003.08.243.0015.6.218		3390300799	1000		181,28		121,94	0,00		
6931/2024	24/10/2024	1798-MAGATAO SUPERMERCADO LTDA		0,00	155,04		0,00	0,00	0,00	155,04
499 - 13.002.08.243.0015.6.127		3390300799	1000		155,04		0,00	0,00		
7109/2024	01/11/2024	1798-MAGATAO SUPERMERCADO LTDA		0,00	21,13		0,00	0,00	0,00	21,13
531 - 13.002.08.244.0015.2.138		3390300799	1000		21,13		0,00	0,00		
7114/2024	01/11/2024	48259-ZR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		0,00	21,60		0,00	0,00	0,00	21,60
531 - 13.002.08.244.0015.2.138		3390300799	1000		21,60		0,00	0,00		
7130/2024	01/11/2024	46452-PAPERLIMP COMÉRCIO DE MATERIAIS		0,00	1.524,84		0,00	0,00	0,00	1.524,84
550 - 13.003.08.243.0015.6.142		3390320300	1000		1.524,84		0,00	0,00		
7179/2024	06/11/2024	1798-MAGATAO SUPERMERCADO LTDA		0,00	631,82		0,00	0,00	0,00	631,82
531 - 13.002.08.244.0015.2.138		3390300799	1000		631,82		0,00	0,00		
7916/2024	02/12/2024	4761-M.P. DISTRIBUIDORA DE CARNES E		0,00	7,05		0,00	0,00	0,00	7,05
494 - 13.002.08.241.0015.2.125		3390300799	1000		7,05		0,00	0,00		
7918/2024	02/12/2024	4761-M.P. DISTRIBUIDORA DE CARNES E		0,00	92,60		0,00	0,00	0,00	92,60

557 - 13.003.08.243.0015.6.144		3390300799	1000		92,60		0,00	0,00		
8026/2024	05/12/2024	4761-M.P. DISTRIBUIDORA DE CARNES E		0,00	215,32		0,00	0,00	0,00	215,32
557 - 13.003.08.243.0015.6.144		3390300799	1000		215,32		0,00	0,00		
8029/2024	05/12/2024	1798-MAGATAO SUPERMERCADO LTDA		0,00	109,68		0,00	0,00	0,00	109,68
557 - 13.003.08.243.0015.6.144		3390300799	1000		109,68		0,00	0,00		
8452/2024	16/12/2024	4761-M.P. DISTRIBUIDORA DE CARNES E		0,00	1.697,84		0,00	0,00	0,00	1.697,84
557 - 13.003.08.243.0015.6.144		3390300799	1000		1.697,84		0,00	0,00		
8453/2024	16/12/2024	1798-MAGATAO SUPERMERCADO LTDA		0,00	907,96		0,00	0,00	0,00	907,96
557 - 13.003.08.243.0015.6.144		3390300799	1000		907,96		0,00	0,00		
8456/2024	16/12/2024	4761-M.P. DISTRIBUIDORA DE CARNES E		0,00	1.141,06		0,00	0,00	0,00	1.141,06
557 - 13.003.08.243.0015.6.144		3390300799	1000		1.141,06		0,00	0,00		
8813/2024	17/12/2024	47559-FEIRA FACIL LTDA		0,00	150,04		0,00	0,00	0,00	150,04
555 - 13.003.08.243.0015.6.143		3390320300	1000		150,04		0,00	0,00		
8819/2024	17/12/2024	18635-JOSE PAULO MACHADO EIRELI ME		0,00	84,70		0,00	0,00	0,00	84,70
499 - 13.002.08.243.0015.6.127		3390300799	1000		84,70		0,00	0,00		
8822/2024	17/12/2024	47559-FEIRA FACIL LTDA		0,00	224,44		0,00	0,00	0,00	224,44
555 - 13.003.08.243.0015.6.143		3390320300	1000		224,44		0,00	0,00		
TOTAL:				**0,00**	**7.166,40**		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.044,46**
					7.166,40	**121,94**	**121,94**	**0,00**		

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:CA83B295

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DIARIAS 07 2026

Município de Candói - 2026
Relação da despesa líquida liquidada
Período: 01/07/2026 até 31/07/2026

Data	Est. Liquidação	Liquidação	Empenho	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Natureza	Fornecedor		Valor
02/07/2026	-	5002/2026	2529/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	108428-3	JACIEL PEREIRA DA SILVA	137,00
02/07/2026	-	5003/2026	1953/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	95774-7	MILTON LUIZ KARPINSKI SILVA	52,00
02/07/2026	-	5004/2026	2532/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	98566-0	SEBASTIÃO FERREIRA	137,00
02/07/2026	-	5005/2026	2528/2026	O	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	97426-9	LUIZ MARCIO SOARES PEREIRA	88,00
02/07/2026	-	5006/2026	2527/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	95725-9	NELSON NENE AGUIRES	88,00
02/07/2026	-	5007/2026	3627/2026	O	2950	00000	09.003	08.122.0006.2040	3.3.90.14.14.02	133209-1	JACSON SANTOS DO CARMO	208,00
02/07/2026	-	5010/2026	2531/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	2915-7	ANTONIO MAURICIO VALOMIN	88,00
02/07/2026	-	5011/2026	2527/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	95725-9	NELSON NENE AGUIRES	52,00
02/07/2026	-	5012/2026	2607/2026	E	480	00000	04.001	04.122.0002.2006	3.3.90.14.14.01	5154-3	NELSI AULER DE OLIVEIRA	52,00
02/07/2026	-	5013/2026	2526/2026	O	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	97354-8	ANTONIO SAUKA	88,00
02/07/2026	-	5014/2026	2527/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	95725-9	NELSON NENE AGUIRES	88,00
02/07/2026	-	5015/2026	3221/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	102237-7	LAURINEI CARNEIRO	137,00
02/07/2026	-	5016/2026	2528/2026	O	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	97426-9	LUIZ MARCIO SOARES PEREIRA	137,00
02/07/2026	-	5017/2026	1953/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	95774-7	MILTON LUIZ KARPINSKI SILVA	52,00
02/07/2026	-	5018/2026	2535/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	5439-9	EVERSON LUCIANO DE OLIVEIRA	137,00
02/07/2026	-	5019/2026	2526/2026	O	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	97354-8	ANTONIO SAUKA	137,00
02/07/2026	-	5020/2026	2529/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	108428-3	JACIEL PEREIRA DA SILVA	137,00
02/07/2026	-	5021/2026	2531/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	2915-7	ANTONIO MAURICIO VALOMIN	88,00
02/07/2026	-	5022/2026	3221/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	102237-7	LAURINEI CARNEIRO	137,00
02/07/2026	-	5023/2026	2528/2026	O	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	97426-9	LUIZ MARCIO SOARES PEREIRA	88,00
02/07/2026	-	5038/2026	3225/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	6731-8	PAULO ROBERTO SOARES	137,00
03/07/2026	-	5044/2026	3222/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	97426-9	LUIZ MARCIO SOARES PEREIRA	137,00
03/07/2026	-	5045/2026	2527/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	95725-9	NELSON NENE AGUIRES	88,00
06/07/2026	-	5077/2026	3224/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	95725-9	NELSON NENE AGUIRES	92,00
07/07/2026	-	5095/2026	3221/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	102237-7	LAURINEI CARNEIRO	92,00

07/07/2026	-	5098/2026	3695/2026	O	1000	00000	06.001	12.361.0005.2013	3.3.90.14.14.01	91752-4	AIRTON VALDIR HAAN	143,00
08/07/2026	-	5107/2026	3726/2026	O	700	00000	05.001	04.123.0002.2009	3.3.90.14.14.01	97407-2	LUCIELI PINHEIRO DA SILVA BODANESE	182,75
08/07/2026	-	5108/2026	3728/2026	O	700	00000	05.001	04.123.0002.2009	3.3.90.14.14.01	1509-1	LUIZ ORLANDO DOS SANTOS	182,75
08/07/2026	-	5109/2026	3727/2026	O	700	00000	05.001	04.123.0002.2009	3.3.90.14.14.01	125696-3	PATRICK MOISES CHARNESKI TURRA	182,75
08/07/2026	-	5111/2026	2533/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	98265-2	FABIO WEGNER	143,00
08/07/2026	-	5117/2026	3225/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	6731-8	PAULO ROBERTO SOARES	143,00
08/07/2026	-	5119/2026	2607/2026	E	480	00000	04.001	04.122.0002.2006	3.3.90.14.14.01	5154-3	NELSI AULER DE OLIVEIRA	54,50
10/07/2026	-	5160/2026	3223/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	95774-7	MILTON LUIZ KARPINSKI SILVA	54,50
10/07/2026	-	5161/2026	3222/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	97426-9	LUIZ MARCIO SOARES PEREIRA	143,00
10/07/2026	-	5162/2026	3222/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	97426-9	LUIZ MARCIO SOARES PEREIRA	92,00
10/07/2026	-	5163/2026	3218/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	97354-8	ANTONIO SAUKA	92,00
10/07/2026	-	5164/2026	3766/2026	O	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	135574-1	JOÃO ROBERTO DA ROSA	913,75
13/07/2026	-	5236/2026	2532/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	98566-0	SEBASTIÃO FERREIRA	92,00
13/07/2026	-	5237/2026	2529/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	108428-3	JACIEL PEREIRA DA SILVA	92,00
Data	Est. Liquidação	Liquidação	Empenho	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Natureza	Fornecedor		Valor
13/07/2026	-	5238/2026	2532/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	98566-0	SEBASTIÃO FERREIRA	143,00
13/07/2026	-	5239/2026	3225/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	6731-8	PAULO ROBERTO SOARES	143,00
21/07/2026	-	5331/2026	3226/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	98566-0	SEBASTIÃO FERREIRA	92,00
21/07/2026	-	5332/2026	3218/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	97354-8	ANTONIO SAUKA	143,00
21/07/2026	-	5333/2026	1953/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	95774-7	MILTON LUIZ KARPINSKI SILVA	54,50
21/07/2026	-	5334/2026	3222/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	97426-9	LUIZ MARCIO SOARES PEREIRA	143,00
21/07/2026	-	5335/2026	3221/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	102237-7	LAURINEI CARNEIRO	92,00
21/07/2026	-	5336/2026	3816/2026	O	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.02	118147-5	MATEUS HENRIQUE ARAUJO VEIGA	1.096,50
21/07/2026	-	5337/2026	3220/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	108428-3	JACIEL PEREIRA DA SILVA	143,00
21/07/2026	-	5341/2026	2527/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	95725-9	NELSON NENE AGUIRES	92,00
21/07/2026	-	5342/2026	3817/2026	O	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.03	95775-5	SANDRA DOS SANTOS	1.096,50
21/07/2026	-	5343/2026	1953/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	95774-7	MILTON LUIZ KARPINSKI SILVA	92,00
21/07/2026	-	5344/2026	3226/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	98566-0	SEBASTIÃO FERREIRA	92,00
21/07/2026	-	5345/2026	3225/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	6731-8	PAULO ROBERTO SOARES	143,00
21/07/2026	-	5346/2026	3220/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	108428-3	JACIEL PEREIRA DA SILVA	143,00
21/07/2026	-	5347/2026	3222/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	97426-9	LUIZ MARCIO SOARES PEREIRA	143,00
21/07/2026	-	5348/2026	3218/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	97354-8	ANTONIO SAUKA	143,00
21/07/2026	-	5349/2026	3224/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	95725-9	NELSON NENE AGUIRES	92,00
21/07/2026	-	5350/2026	3222/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	97426-9	LUIZ MARCIO SOARES PEREIRA	92,00
21/07/2026	-	5351/2026	3877/2026	O	1600	00000	07.001	04.122.0006.2020	3.3.90.14.14.01	598-3	NELINHO ARANTES FANK	913,75
21/07/2026	-	5352/2026	3218/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	97354-8	ANTONIO SAUKA	92,00
21/07/2026	-	5353/2026	3225/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	6731-8	PAULO ROBERTO SOARES	143,00
21/07/2026	-	5354/2026	3224/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	95725-9	NELSON NENE AGUIRES	54,50
21/07/2026	-	5355/2026	3815/2026	O	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	96695-9	JOÃO MARCIO DE FREITAS	548,25
23/07/2026	-	5414/2026	3883/2026	O	3600	00000	10.001	04.122.0003.2052	3.3.90.14.14.03	95741-1	RICARDO IGNEZ DALLAROSA	1.096,50
23/07/2026	-	5415/2026	3882/2026	O	30	00000	02.001	04.122.0002.2001	3.3.90.14.14.03	98161-3	GEORGE JOSE ROSA	1.096,50
23/07/2026	-	5416/2026	3912/2026	O	1770	00000	07.003	13.392.0006.2022	3.3.90.14.14.03	103218-6	MARCOS ROBERTO BARBOZA DE PAULA	1.096,50
23/07/2026	-	5417/2026	3884/2026	O	3850	00000	11.001	04.122.0004.2055	3.3.90.14.14.03	98584-8	JONILSON ANTONIO ARAUJO	1.096,50
23/07/2026	-	5418/2026	3913/2026	O	30	00000	02.001	04.122.0002.2001	3.3.90.14.14.03	105206-3	ALDOINO GOLDONI FILHO	1.409,50
23/07/2026	-	5627/2026	3885/2026	O	1000	00000	06.001	12.361.0005.2013	3.3.90.14.14.01	96506-5	ALINE HEDRICH MARCONDES	548,25
23/07/2026	-	5628/2026	2607/2026	E	480	00000	04.001	04.122.0002.2006	3.3.90.14.14.01	5154-3	NELSI AULER DE OLIVEIRA	54,50
23/07/2026	-	5629/2026	3225/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	6731-8	PAULO ROBERTO SOARES	143,00
23/07/2026	-	5630/2026	3225/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	6731-8	PAULO ROBERTO SOARES	92,00
23/07/2026	-	5631/2026	3220/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	108428-3	JACIEL PEREIRA DA SILVA	92,00
23/07/2026	-	5632/2026	3220/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	108428-3	JACIEL PEREIRA DA SILVA	143,00
23/07/2026	-	5633/2026	3222/2026	E	1930	00303	08.001	10.301.0007.2023	3.3.90.14.14.01	97426-9	LUIZ MARCIO SOARES PEREIRA	92,00
24/07/2026	-	5674/2026	4124/2026	O	4220	00000	13.001	04.122.0003.2062	3.3.90.14.14.01	143837-9	MATHEUS SANTOS MENDES	92,00
											TOTAL:	**18.167,25**
Critérios de seleção												
Natureza da despesa: 3.3.90.14.00.00 até 3.3.90.14.99.00												

Publicado por:
Giliard Resmini
Código Identificador:3BC911A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
ANEXO III DO EDITAL N.º 08.01/2026 - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

8639 - AGENTE DE OPERAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO - JAGUAPITÃ							
INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	CE	PONTOS	MODALIDADE	
42497	ADRIANO APARECIDO DE ALMEIDA	14	14	56	84	Ampla Concorrência	
42021	ALDO BERNARDO DOS SANTOS	10	10	36	56	Ampla Concorrência	
41993	ALLISON JUNIOR FELISMINO DE OLIVEIRA	20	14	52	86	Afrodescendente	
42305	DANIEL ALVES DA SILVA	14	8	36	58	PcD - Pessoa com Deficiência	
41968	DANIEL DA SILVA	12	8	32	52	Ampla Concorrência	
42306	DIEGO GOUVEIA MARQUES	18	20	52	90	Ampla Concorrência	
42746	EDER DA SILVA DE SOUZA	16	20	56	92	Ampla Concorrência	
42319	ELTON RICARDO DE SOUZA	14	12	32	58	Ampla Concorrência	
42633	GUILHERME BANDEIRA PAPKER	16	16	44	76	Ampla Concorrência	
42605	ISAIAS PAULO RODRIGUES BARBOSA JOSÉ	18	6	48	72	Ampla Concorrência	
41900	JOEL SANTOS DE SOUZA	16	20	56	92	Ampla Concorrência	
42353	MATHEUS FELIPE SILVA AKIZUKI PONTES	16	20	44	80	Ampla Concorrência	
41895	MURILO LUAN DA SILVA	14	18	52	84	Ampla Concorrência	
42671	OSMAIR FERNANDES DE OLIVEIRA	14	18	40	72	Ampla Concorrência	
42310	PAULO RICARDO GOMES BARBOSA	18	10	48	76	Ampla Concorrência	
42010	PAULO SERGIO DE OLIVEIRA	16	12	56	84	Ampla Concorrência	
42393	RICARDO ROSSETTO FIGUEIREDO SOARES	12	10	44	66	Ampla Concorrência	
42658	ROBERTO CARLOS DO NASCIMENTO	14	10	56	80	Ampla Concorrência	
42689	ROSELY DO NASCIMENTO	20	14	48	82	Ampla Concorrência	
42653	SILVIO JOSÉ SEGA DE ALMEIDA	16	18	52	86	Ampla Concorrência	
42191	SOLANGE FERNANDA FARIA	12	6	40	58	Ampla Concorrência	
42676	WASHINGTON DOS REIS FIGUEIREDO	10	14	36	60	Afrodescendente	
8640 - SERVIÇOS GERAIS - JAGUAPITÃ							
INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	CE	PONTOS	MODALIDADE	
42523	ADRIANA VIEIRA DUARTE	0	6	52	58	Ampla Concorrência	
42542	ADRIANO APARECIDO DE ALMEIDA	14	20	60	94	Ampla Concorrência	
42613	ALINE SOARES	6	8	56	70	Ampla Concorrência	
42212	ARIADE ALVES DO NASCIMENTO	12	20	60	92	Ampla Concorrência	
42132	BRUNA MENDES VIEIRA	8	4	56	68	Ampla Concorrência	
42345	CAIQUE CESAR DOS SANTOS PEREIRA	10	10	60	80	Ampla Concorrência	
42552	CLAUDIO GUALBERTO	14	20	60	94	Ampla Concorrência	
42607	CLÁUDIO RODRIGUES DE SOUZA	6	6	52	64	Ampla Concorrência	
42131	CLEVERSON RODRIGUES SCHELEGER	2	14	52	68	Ampla Concorrência	
42304	DANIEL ALVES DA SILVA	6	12	48	66	PcD - Pessoa com Deficiência	
42715	EMANUEL ELIEZER DE SOUZA	12	12	52	76	Ampla Concorrência	
42619	KAIQUE DE OLIVEIRA RIBEIRO	16	4	56	76	Ampla Concorrência	
41986	KERULYN LOPES DOS REIS	14	16	60	90	Ampla Concorrência	
41926	LEANDRA DANIEL DOS SANTOS	10	6	56	72	Ampla Concorrência	
41966	LENON HENRIQUE ALVES DOS SANTOS	14	6	60	80	Ampla Concorrência	
42035	LILIAN DE OLIVEIRA RICARDO	10	8	56	74	Ampla Concorrência	
42462	MÁRCIA CRISTINA TARGA	8	6	44	58	Ampla Concorrência	
42254	NÚBIA LORENA APARECIDA DE OLIVEIRA	14	8	56	78	Ampla Concorrência	
42287	ORLANDO APARECIDO VENTURINI	2	4	52	58	Ampla Concorrência	
42465	PATRÍCIA RODRIGUES BORGES	12	10	56	78	Ampla Concorrência	
42180	RENATA ZEFERINO MATIAS	6	2	52	60	Ampla Concorrência	
42023	ROSIMARI FERREIRA	10	8	52	70	Ampla Concorrência	
41891	VALDIR DIAS	6	4	52	62	Ampla Concorrência	

42284	VINICIUS DE OLIVEIRA DA SILVA	8	16	56	80	Ampla Concorrência	
41964	WALDINEIA BARBOSA DOS SANTOS	12	10	56	78	Ampla Concorrência	
8641 - OPERADOR DE MÁQUINA PESADA - JAGUAPITÃ							
INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	CE	PONTOS	MODALIDADE	
42226	JHONATAN PINHEIRO BARBOSA	16	18	56	90	Ampla Concorrência	
42245	MURILO LUAN DA SILVA	14	18	52	84	Ampla Concorrência	
42593	REGIANE DOS SANTOS LIMA	8	12	44	64	Ampla Concorrência	
42508	VALDECIR JOAQUIM PORTUGUÊZ	8	8	48	64	Ampla Concorrência	
8642 - AGENTE ADMINISTRATIVO - JAGUAPITÃ							
INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	INF	CE	PONTOS	MODALIDADE
42448	ADRIANA APARECIDA FERNANDES	10	2	6	39	57	Ampla Concorrência
41971	ADRIANA CRISTINA ALVES BARBOSA	14	6	10	42	72	Ampla Concorrência
42081	ADRIANA MAGALHAES CAVALCANTE ZANOTTO	14	4	6	36	60	Afrodescendente
42509	ALCIDES BRUNO MARIOTO SANDOLI	12	6	8	27	53	Ampla Concorrência
42216	ALEX YUDI ALVES OZAWA	12	6	10	24	52	Ampla Concorrência
41958	ALEXANDRA DA SILVA PEREIRA BORTOLASSI	16	4	10	33	63	Afrodescendente
42318	ALINE PEREIRA DE SOUZA	16	6	8	27	57	Ampla Concorrência
42308	ALINE RODRIGUES DOS SANTOS	14	0	10	39	63	Ampla Concorrência
42014	ALLAN VINICIUS FELISMINO DE OLIVEIRA	16	8	8	51	83	Afrodescendente
41994	ALLISON JUNIOR FELISMINO DE OLIVEIRA	14	10	10	51	85	Afrodescendente
42390	ALTHIER DIONIZIO DOS SANTOS	14	10	8	36	68	Ampla Concorrência
42431	AMÁBILLE RATKO DA COSTA	14	2	8	27	51	Ampla Concorrência
41912	AMANDA ROSA DE SOUZA BRUNHOLI	14	6	8	33	61	Ampla Concorrência
42320	AMAURI APARECIDO VIEIRA	12	4	8	39	63	Ampla Concorrência
42412	ANDRÉ GONZALEZ DONADON LEAL	16	8	10	48	82	Ampla Concorrência
42651	ANDRÉ LUIZ PINHEIRO	18	8	8	45	79	Afrodescendente
42598	ANDREIA GABRIEL NEVES DE LIMA	14	2	6	30	52	Ampla Concorrência
42270	ANDRESSA APARECIDA TAVARES DIAS	16	2	2	39	59	Ampla Concorrência
42609	ANDREY RENAN MAGRO	14	6	6	30	56	Ampla Concorrência
42227	ANGELITA LENICE ARALI DE ARAUJO	18	2	10	24	54	Ampla Concorrência
42750	ANGELO GABRIEL PEREIRA BARBARINO	14	6	8	27	55	Ampla Concorrência
42491	ANTHONY DE PAULA OLIVEIRA	16	8	10	39	73	Ampla Concorrência
42492	ARIANE ISABELA DA SILVA MEDEIROS	16	2	6	33	57	Ampla Concorrência
42026	CAIQUE HANDA DE OLIVEIRA	14	2	10	30	56	Ampla Concorrência
41930	CARINE SILVA DE ALMEIDA	18	0	10	42	70	Afrodescendente
41883	CARLA ROCHA DELMONICO	16	6	8	39	69	PcD - Pessoa com Deficiência
42600	CARLOS EDUARDO APARECIDO LUIZ	14	8	8	48	78	Ampla Concorrência
42499	CAROLINE KOPIEQUES	14	4	6	30	54	Ampla Concorrência
42043	CASSIA MARIA LUIZ	14	2	8	42	66	Ampla Concorrência
42440	CRISTINA ROZENO DE LIMA	18	6	6	51	81	Ampla Concorrência
42253	DANIEL SILVA MENDES	16	2	8	36	62	Ampla Concorrência
42240	DEISE CRISTINA DE MEDEIROS REIS	14	4	6	27	51	Ampla Concorrência
42536	DIEGO NASCIMENTO DOS SANTOS	18	10	10	51	89	Ampla Concorrência
42726	DIORGES AMADEU	16	6	10	27	59	Ampla Concorrência
42441	EDER DA SILVA DE SOUZA	14	8	10	27	59	Ampla Concorrência
42718	EDUARDO AKIRA SHIMOMURA	18	8	8	30	64	Ampla Concorrência
42282	EDUARDO VINICIUS SANTANA DOS SANTOS	14	8	8	30	60	PcD - Pessoa com Deficiência
41942	ELISANGELA CRISTINA DE OLIVEIRA	16	0	8	45	69	Ampla Concorrência
42382	ÉLISSON LUCAS PRATES BARBOSA	12	4	8	36	60	Ampla Concorrência
42028	ELOISA APARECIDA GONCALVES DA SILVA	14	6	10	24	54	Ampla Concorrência
42481	ELOIZA LUZIA DE OLIVEIRA	12	4	8	27	51	Ampla Concorrência
42728	EMANUEL CÂNDIDO VIVAN	16	6	10	39	71	Ampla Concorrência
42090	EMANUEL FELIPE DE JESUS VIANA	14	4	8	33	59	Ampla Concorrência
42545	ERICKSON KENDI UETSUBO	16	2	10	36	64	Ampla Concorrência
41976	FABIANA DE SOUZA FREITAS	14	0	8	51	73	Ampla Concorrência
42561	FÁBIO RANGEL MATSUOKA CESTARI	18	8	10	42	78	Ampla Concorrência

42647	FELIPE ALEXANDRE ROCHA PIRES	14	6	8	36	64	Ampla Concorrência
42339	FELIPE FERREIRA DE FARIA ADELHUTTE	14	6	10	42	72	Ampla Concorrência
42059	FERNANDA RAFAELA MENDES BATISTA SINTI	16	4	6	33	59	Ampla Concorrência
42524	FLAVIA CAMILA ALVES	20	4	8	30	62	Ampla Concorrência
42577	GABRIEL EMERENCIANO VENDRAMES	18	4	10	39	71	Ampla Concorrência
41963	GABRIEL HENRIQUE DO NASCIMENTO GOMES	14	6	10	51	81	Ampla Concorrência
42620	GABRIEL PERES CHIQUETTI	18	8	10	30	66	Ampla Concorrência
41946	GHIOVANNA ANTUNES VALLINI	14	4	8	36	62	Ampla Concorrência
42394	GISLAINE CONCEIÇÃO LEITE	16	2	8	30	56	Ampla Concorrência
42498	GIULIANA ANGÉLICA BROGIATO	10	6	6	45	67	Ampla Concorrência
42745	GREGORY MAX CARVALHO SOUZA	16	10	10	39	75	Afrodescendente
42634	GUILHERME BANDEIRA PAPKER	20	6	6	27	59	Ampla Concorrência
42495	GUILHERME HESPANHOL MULLER	20	10	10	54	94	Ampla Concorrência
42644	GUILHERME LOPES TANAKA	14	6	8	57	85	Ampla Concorrência
42364	GUSTAVO CARLOS LOPES	16	0	8	27	51	Ampla Concorrência
42503	GUSTAVO DE MELO MORETTO	12	2	10	48	72	Ampla Concorrência
41999	GUSTAVO HENRIQUE VERGILIO	12	4	10	39	65	Ampla Concorrência
42468	IEZA BABILA GONCALVES	16	10	6	30	62	Ampla Concorrência
42402	IGOR EDUARDO TORRES	10	8	8	36	62	Ampla Concorrência
42510	ISABELY DOS SANTOS MARIOTO SANDOLI	12	0	6	33	51	Ampla Concorrência
42739	ISADORA MARIA RUFFO NOGUEIRA	20	4	4	27	55	Ampla Concorrência
42446	JACKSON YGOR VALÉRIO	12	2	10	27	51	Ampla Concorrência
42525	JEAN MARCOS RODRIGUES DE OLIVEIRA	12	10	10	54	86	Ampla Concorrência
42601	JEFERSON LEONARDO PEREIRA	18	6	8	51	83	Ampla Concorrência
41902	JESSICA TATIANE DE LIMA DA SILVA	16	2	6	45	69	Ampla Concorrência
42454	JOÃO GUILHERME STEPANIUK BASSACO	12	4	10	33	59	Ampla Concorrência
42085	JOÃO HENRIQUE GOMES MACHADO CORDEIRO	16	10	10	30	66	Ampla Concorrência
42099	JOSÉ MARCIO DE OLIVEIRA JUNIOR	14	2	10	33	59	Ampla Concorrência
42643	JOSÉ VICTOR MARINI	18	8	10	39	75	Ampla Concorrência
42527	JOSIELE GONÇALVES DE PAULA	16	0	10	33	59	Ampla Concorrência
42061	JULIA DALILA DOS SANTOS PEQUENO ALVES	16	6	6	33	61	Ampla Concorrência
42003	JULIA FERNANDA DE MELO	14	2	8	30	54	Ampla Concorrência
42660	JULIANA LAIS SILVA DAS VIRGENS	12	4	8	27	51	Ampla Concorrência
41880	KADILA HENRIQUE DA ROCHA DELMONICO	20	6	8	48	82	Ampla Concorrência
42571	KATLEEN DE OLIVEIRA BRITO	16	2	8	27	53	Ampla Concorrência
42708	KENDI FELIPE UETSUBO	14	2	6	30	52	Ampla Concorrência
41931	LEONARDO CAMARGO CONSALTER	14	2	8	36	60	Ampla Concorrência
42616	LEONARDO FRANCISCO BORGES	16	6	6	51	79	Ampla Concorrência
42101	LEONARDO PERRE DOENHA	10	6	8	33	57	Ampla Concorrência
42537	LORRAINE CAMILA DE SOUZA PEREIRA	14	4	8	24	50	Ampla Concorrência
42735	LUANA CARVALHO	12	4	8	36	60	Ampla Concorrência
42656	LUANA DE SOUZA BARBOSA	10	0	8	33	51	Ampla Concorrência
42641	LUARA CAROLINE RIBEIRO	16	10	8	48	82	Ampla Concorrência
42449	LUCAS CASSIANO DA SILVA	16	4	10	33	63	Ampla Concorrência
42747	LUCAS EMANUEL PEREIRA DE SOUZA	16	8	8	48	80	Afrodescendente
42538	LUCIANA DOS SANTOS ZEFERINO	16	2	6	45	69	Afrodescendente
42594	LUIZ CESAR FIORI	14	10	10	48	82	Ampla Concorrência
42236	MAICON ERICS MATHEUS DOMINGOS	16	4	10	30	60	Ampla Concorrência
42686	MANUELA DA SILVA	14	6	8	48	76	Ampla Concorrência
42029	MARCELO DOS SANTOS RODRIGUES PEREIRA	10	8	10	24	52	Afrodescendente
42680	MARCELO FERMINO MOREIRA	8	6	8	39	61	Ampla Concorrência
42426	MARCELO FERNANDES	20	6	8	48	82	Ampla Concorrência
42604	MARIA CLARA FERNANDES MONTEIRO	14	2	10	36	62	Ampla Concorrência
42012	MARIA EDUARDA DOS SANTOS	16	4	8	24	52	Ampla Concorrência
42470	MARIANA VALENTINA DOS SANTOS	12	0	8	33	53	Ampla Concorrência
42424	MARIANE SPERANDIN	14	6	8	33	61	Ampla Concorrência
42063	MATEUS AZINARI	12	6	8	39	65	Ampla Concorrência
42505	MATEUS GABRIEL PEREIRA DE SOUZA	16	2	4	42	64	Afrodescendente
42678	MATHEUS CARRARA DE SOUZA	16	6	10	45	77	Ampla Concorrência
42002	MATHEUS DEZOTTI TOLENTINO	18	8	6	51	83	Ampla Concorrência
42575	MAURO CELSO SCOLARI	16	4	8	30	58	Ampla Concorrência

42707	MAYARA CRISTINA DA CRUZ GONÇALVES	12	6	10	45	73	Ampla Concorrência
42297	MILENA THAMIRIS ALMEIDA DA SILVA	16	8	8	24	56	Ampla Concorrência
42385	NÁGILLA ALÉXIA FERREIRA ROCHA VAZ	14	8	8	33	63	Ampla Concorrência
42086	NICOLLAS SANTANA LOPES	16	8	8	39	71	Ampla Concorrência
42414	OTÁVIO HENRIQUE CAMPOS MARCON	14	4	8	30	56	Ampla Concorrência
42024	PATRÍCIA ERHARDT ARTEMAN	14	6	8	42	70	Ampla Concorrência
42352	PAULA MAYARA FERREIRA BERNARDES	8	2	10	36	56	Ampla Concorrência
42312	PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA GONÇALVES	16	6	10	33	65	Ampla Concorrência
41952	PRISCILA SOUZA CARDOSO	12	4	6	30	52	Ampla Concorrência
42659	QUESIA ROSA DOS SANTOS	14	2	6	36	58	Ampla Concorrência
42639	RAFAELLA GOMES DIAS	16	4	4	39	63	Ampla Concorrência
42405	RAMON HENRIQUE CARVALHO SCHWINGEL	16	0	10	24	50	Ampla Concorrência
41882	RENATA FERNANDA MADEIRA DE FARIAS	12	6	8	48	74	Ampla Concorrência
42106	RENATA TEODORO DE SOUZA	10	2	8	30	50	Ampla Concorrência
42667	ROBERTO SINTI	18	8	8	21	55	Ampla Concorrência
42371	SAULO RODRIGO CAETANO DOS SANTOS	16	4	6	42	68	Ampla Concorrência
42654	SILVIO JOSÉ SEGA DE ALMEIDA	14	4	4	30	52	Ampla Concorrência
42356	TELIANA CAMPOS E PRADO PAIXÃO	16	4	8	33	61	Ampla Concorrência
42638	THAILANI GUIMARÃES VASCONCELOS	18	8	6	42	74	Ampla Concorrência
42713	THAISE MARCELE VIANA	16	8	10	24	58	Ampla Concorrência
42554	THIAGO HENRIQUE ARALI BOTTAZZARI	10	6	4	39	59	Ampla Concorrência
42025	TIAGO DE OLIVEIRA	12	2	10	33	57	Ampla Concorrência
42161	TUANI BARROS DE OLIVEIRA	18	8	8	39	73	Ampla Concorrência
42455	VALDIR ANTONIO KULKA GOES	16	4	10	39	69	Ampla Concorrência
42005	VANESSA CAROLINE DE LIMA VENANCIO	18	6	10	18	52	Ampla Concorrência
42627	VICTÓRIA RIBEIRO DE PAULA	18	4	8	51	81	Ampla Concorrência
42749	VINICIUS AMADEU BORASCHI	10	2	6	42	60	Ampla Concorrência
42123	VINÍCIUS DURANTE ROLIM	12	4	6	30	52	Ampla Concorrência
42199	VINICIUS MURILO GONÇALVES SANTANA	16	6	10	27	59	Afrodescendente
41953	VIRGILIO JOSÉ MARCHESINI DE SOUZA	18	4	8	42	72	Ampla Concorrência
42273	VITOR NOGUEIRA VIDAL	16	4	10	36	66	Ampla Concorrência
42387	VIVIAN MARTINS SILVA	14	4	6	39	63	Ampla Concorrência
41872	WILLIAN SANT ANA LOPES	16	6	10	33	65	Afrodescendente
42422	WILSON SANTANA DA SILVA	18	2	10	33	63	Ampla Concorrência
42354	YASMIM RODRIGUES SCHELEGER	14	8	4	33	59	Ampla Concorrência
42562	YASMIN DE SOUZA FERRER	16	8	8	33	65	Ampla Concorrência

8643 - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO E LEITURA - JAGUAPITÃ

INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	INF	CE	PONTOS	MODALIDADE
42611	ALAN JORGE TORRES	14	8	6	57	85	Ampla Concorrência
41929	ALESSANDRE FRANCISCO DA SILVA	10	2	6	51	69	Ampla Concorrência
42032	ALEX RICARDO	4	4	8	57	73	Ampla Concorrência
42684	ALEX SANDER ALVIM CAVECCHIA	18	2	10	57	87	Ampla Concorrência
42355	ANA LUCIA BATISTA ALVES PEDRO	12	4	2	45	63	Ampla Concorrência
41927	ANDERSON LEANDRO FERREIRA	6	4	2	57	69	Ampla Concorrência
42343	ANDRE SINTI	8	4	2	51	65	Ampla Concorrência
41885	CARLA ROCHA DELMONICO	10	4	8	57	79	PcD - Pessoa com Deficiência
42436	CARLSO FELIPE SANTOS BAREZ	10	4	6	48	68	Ampla Concorrência
42629	CELIA PEREIRA DA SILVA BOTTAZZARI	10	2	2	54	68	Ampla Concorrência
42103	CRISTIANO TEIXEIRA DE ALMEIDA	8	4	4	54	70	Ampla Concorrência
42128	DANILO AUGUSTO LOBATO	12	4	8	54	78	Ampla Concorrência
42646	EDUARDO RIBEIRO DA SILVA	10	6	6	39	61	Ampla Concorrência
42283	EDUARDO VINICIUS SANTANA DOS SANTOS	14	8	10	45	77	PcD - Pessoa com Deficiência
42727	ELIZANGELA APARECIDA DE CASTRO	16	2	2	45	65	Ampla Concorrência
42734	EMANUEL FELIPE DE JESUS VIANA	14	8	10	54	86	Ampla Concorrência
42699	EVERTON DA SILVA CANDIDO	14	6	6	60	86	Ampla Concorrência
42531	FERNANDO FRANCISCO MOREIRA	10	6	6	60	82	Ampla Concorrência
41951	GEOVANE DE MELLO ROBERTO	6	8	4	54	72	Ampla Concorrência
42401	GUILHERME DE OLIVEIRA GARCIA	18	2	2	42	64	Afrodescendente
42375	ISAAC DALANORA	8	4	2	42	56	Ampla Concorrência

42724	ISADORA IACONO ACCETI	8	2	8	54	72	Ampla Concorrência
42071	JÉSSICA FERNANDA PEREIRA MORAES	18	8	8	51	85	Ampla Concorrência
42582	JESSICA MARIA LEONEL DOS SANTOS	12	6	4	54	76	Ampla Concorrência
42066	JOÃO ANTONIO SENA	10	8	10	51	79	Ampla Concorrência
42246	JOÃO PAULO BARBOSA LOPES	8	4	2	48	62	Ampla Concorrência
42471	JOSÉ DOMINGOS ELIAS	12	2	4	45	63	Ampla Concorrência
42702	JOSÉ LUIZ DE ANDRADE	16	4	10	54	84	Ampla Concorrência
42091	JOSE UMBERTO CAVECCHIA JUNIOR	16	8	10	57	91	Ampla Concorrência
42361	KETLIN FERREIRA	10	6	2	33	51	Ampla Concorrência
41928	LEANDRA DANIEL DOS SANTOS	14	6	0	51	71	Ampla Concorrência
42673	LEONARDO ENRIQUE MACHADO	14	2	6	51	73	Ampla Concorrência
42098	LEONARDO PALOMARES PERES	16	4	8	54	82	Ampla Concorrência
42185	LEONARDO PERRE DOENHA	4	4	4	48	60	Ampla Concorrência
42447	LUCAS RATKO DA COSTA	8	6	0	39	53	Ampla Concorrência
41956	LUIZ GUSTAVO PINTO MADEIRA	14	4	4	57	79	Ampla Concorrência
42031	MARCELO DOS SANTOS RODRIGUES PEREIRA	12	6	10	60	88	Afrodescendente
42417	MARCELO LUIZ DE LIMA	8	4	4	48	64	Ampla Concorrência
41977	MARCOS ANTONIO DA COSTA JUNIOR	12	8	8	54	82	Ampla Concorrência
42124	MARCOS VINICIUS DE SOUZA CORREIA	12	4	8	54	78	Ampla Concorrência
42111	MARIO SERGIO CORRÊA COLHADO	10	4	2	60	76	Ampla Concorrência
42506	MATEUS GABRIEL PEREIRA DE SOUZA	10	2	6	51	69	Afrodescendente
42748	MATHEUS HENRIQUE MARSÃO	14	4	6	45	69	Ampla Concorrência
42074	MAYCON HENRIQUE DO NASCIMENTO	14	6	4	48	72	Ampla Concorrência
42294	NICOLAS PEREIRA DA SILVA	10	4	2	51	67	Ampla Concorrência
42365	OSCAR DA SILVA AGUIAR JUNIOR	12	4	8	54	78	Ampla Concorrência
42657	OSMAR LUIZ GONCALVES	14	6	6	54	80	Ampla Concorrência
42228	RAFAEL AUGUSTO GRIZOSTIMO	16	4	4	48	72	Ampla Concorrência
42062	RAFAELA BATISTA VALERIANO	10	4	6	54	74	Ampla Concorrência
42406	RAMON HENRIQUE CARVALHO SCHWINGEL	12	4	8	57	81	Ampla Concorrência
42384	REGINALDO DE OLIVEIRA	10	2	2	54	68	Ampla Concorrência
42534	RENAN BARTZ PEREIRA	18	8	8	51	85	Ampla Concorrência
42134	ROGÉRIO AFONSO DA SILVA	16	4	4	51	75	Ampla Concorrência
42580	RONALDO DIEGO GAMA DE OLIVEIRA	8	6	4	54	72	Ampla Concorrência
42490	SANDRA MARGARETE BATISTA	8	4	0	45	57	Ampla Concorrência
42174	THIAGO PETRONILIO DOS SANTOS	18	10	10	57	95	Ampla Concorrência
42302	TIAGO RODRIGUES DOS SANTOS	12	4	6	45	67	Afrodescendente
42413	TOBIAS PEREIRA MENGER	14	6	4	54	78	Ampla Concorrência
42674	VALDIR NUNES MESSIAS	8	4	4	39	55	Ampla Concorrência
42082	VANESSA CAROLINE DE LIMA VENANCIO	14	8	10	42	74	Ampla Concorrência
42383	VICTOR HUGO VIEIRA DA SILVA	10	4	8	45	67	Ampla Concorrência
42200	VINICIUS MURILO GONÇALVES SANTANA	14	8	10	57	89	Afrodescendente
41954	VIRGILIO JOSÉ MARCHESINI DE SOUZA	12	6	8	57	83	Ampla Concorrência
42135	WALDINEIA BARBOSA DOS SANTOS	10	6	4	51	71	Ampla Concorrência
42403	WILIAN DIAS DA SILVA	12	2	8	54	76	Ampla Concorrência
42632	WILLIS APARECIDO DOS SANTOS	16	6	8	57	87	Afrodescendente
42423	WILSON SANTANA DA SILVA	16	4	6	60	86	Ampla Concorrência
8644 - TÉCNICO EM QUÍMICA - JAGUAPITÃ							
INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	INF	CE	PONTOS	MODALIDADE
42621	ADEVILSON JOSÉ SOARES	16	6	6	36	64	Ampla Concorrência
42599	ALEX FAQUIM	10	8	8	36	62	Ampla Concorrência
42195	ALISSON DE LIMA FIGUEIREDO	12	8	10	48	78	Ampla Concorrência
42558	ANA CAROLINA ROSA	14	2	6	45	67	Ampla Concorrência
42606	ANGELICA RIBEIRO CLAUS	12	6	8	60	86	Ampla Concorrência
42367	CAMILA PASSOS NASCIMENTO VIEIRA DA SILVA	16	4	10	45	75	Ampla Concorrência
42479	CAROLINE SANTANA DOS SANTOS	16	10	10	57	93	Ampla Concorrência
42281	DAIANE GALVÃO OLIVEIRA	14	8	6	39	67	Ampla Concorrência
42307	DIEGO GOUVEIA MARQUES	18	10	10	60	98	Ampla Concorrência
42187	DIEGO PAULINO	16	2	4	42	64	Afrodescendente
42677	DIRCEU CAMARA JUNIOR	14	4	10	48	76	Ampla Concorrência

42467	GISELA DA SILVA VIEIRA	16	4	10	45	75	Ampla Concorrência
42159	GISELLE FREITAS ALVES	14	2	6	39	61	Ampla Concorrência
42701	GUILHERME SALDANHA DE MELO	16	10	6	51	83	Ampla Concorrência
42080	HEYDELBERG BADARO LIMA JUNIOR	18	10	10	60	98	Ampla Concorrência
42461	IRIS INDYAMARA VELLOZO	14	8	4	51	77	Ampla Concorrência
42511	JOÃO VITOR DE CAMPOS	18	10	8	54	90	Ampla Concorrência
42589	JOÃO VITOR FRANCISCO ZANACOLI	14	4	10	45	73	Ampla Concorrência
42624	JONATHAN ALVES DOS SANTOS	14	4	6	42	66	Ampla Concorrência
42522	JORGE ALEXANDRE ZATO	18	8	8	45	79	Ampla Concorrência
42625	JUSSARA DA SILVA PRESTES	14	4	6	45	69	Ampla Concorrência
42560	KELLY ROBERTA SPACINO	14	2	8	45	69	Ampla Concorrência
42488	LARISSA SCHMIEDT DA SILVA	12	6	6	39	63	Ampla Concorrência
42688	LÚCIA DE PAULA ALVES	12	6	8	30	56	Ampla Concorrência
41967	LUIS EDUARDO DANIEL DOS SANTOS	10	2	6	42	60	PcD - Pessoa com Deficiência
42669	LUIZ FERNANDO DOMINGOS	18	2	8	45	73	Ampla Concorrência
42115	MARCIO ANDRE GUERRA	18	8	10	45	81	Ampla Concorrência
42602	MARCOS VINÍCIUS SALLES NUNES	12	8	10	57	87	Ampla Concorrência
42572	MARIA EDUARDA RODRIGUES	16	0	8	45	69	Ampla Concorrência
42015	MARIANA GONÇALVES VIANA	14	6	8	54	82	Ampla Concorrência
42194	MARINA DOS REIS OLIVEIRA	18	6	10	51	85	Ampla Concorrência
42055	MATHEUS FERNANDO PIVETA	18	10	8	57	93	Ampla Concorrência
42697	MIGUEL TOLEDO NICOLETTI	14	10	10	54	88	Ampla Concorrência
41888	NAGILA NAYANE SANTANA XAVIER CAMPOS	14	2	10	45	71	Ampla Concorrência
41915	NILTON SANTANA DA SILVA	8	6	4	33	51	Ampla Concorrência
42176	PATRICIA CRISTINA RAYMUNNDO	14	10	8	51	83	Ampla Concorrência
42429	PEDRO HENRIQUE SCHMOELLER BACURAU	18	8	10	57	93	Ampla Concorrência
41995	PEDRO LEONARDO VIEIRA ANDRADE	18	10	10	60	98	Ampla Concorrência
42018	RENILDO RIBEIRO DOS SANTOS	16	10	10	60	96	Ampla Concorrência
42350	TIAGO JOSE ORTIZ	8	2	6	36	52	Ampla Concorrência
41996	YASMIN RAINERI SILVA	20	10	8	54	92	Ampla Concorrência
8645 - CONTADOR – JAGUAPITÃ							
INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	INF	CE	PONTOS	MODALIDADE
41992	ADILSON DE OLIVEIRA	14	8	10	48	80	Ampla Concorrência
41991	ALLAN ELIAS DA SILVA	16	6	8	48	78	Ampla Concorrência
42016	ALLAN VINICIUS FELISMINO DE OLIVEIRA	20	6	6	42	74	Afrodescendente
42725	AMANDA MARIA DA SILVA	14	2	4	42	62	Ampla Concorrência
42548	ANA PAULA BISPO GONÇALVES	14	4	8	46	72	PcD - Pessoa com Deficiência
42079	ANDERSON BERTOLLA	20	6	8	54	88	Ampla Concorrência
42628	BRUNO HIDEKI NAKASSUGUI FUKUDA	14	10	8	52	84	Ampla Concorrência
41886	EDUARDO CHIAVELLI PUGA	16	6	10	42	74	Ampla Concorrência
42709	EDUARDO DE CASTRO RIBEIRO	8	4	10	34	56	Ampla Concorrência
42410	ELIANE DE BARROS ZANOLI	10	4	8	46	68	Ampla Concorrência
42223	EMERSON DE ANDRADE JANUSKEVICIUS	14	4	10	48	76	Ampla Concorrência
41876	ERICK DOUGLAS YAMAKAWA	20	10	8	48	86	Ampla Concorrência
42487	FERNANDO BARBARA CORREA	14	4	6	36	60	Ampla Concorrência
42484	GUILHERME NOGUEIRA FUKUCIRO RODRIGUES DA SILVA	18	6	10	44	78	Ampla Concorrência
42670	JAIR IGNACIO DE SOUZA JUNIOR	20	6	8	50	84	Ampla Concorrência
42037	JANAINA CANDIDA PEREIRA	12	8	6	36	62	Ampla Concorrência
41881	KADILA HENRIQUE DA ROCHA DELMONICO	14	4	4	40	62	Ampla Concorrência
41892	LEONARDO RODRIGUES COSTA	12	6	8	38	64	Ampla Concorrência
41870	LUCIMAR ANGELO DE LIMA	8	2	4	42	56	Ampla Concorrência
42154	MAIKON RIBEIRO CELESTINO CAMPONES	6	6	6	44	62	Ampla Concorrência
42155	MARCOS MARQUES MOTA	18	8	6	38	70	Ampla Concorrência
42011	MATEUS AZINARI	16	6	8	28	58	Ampla Concorrência
42521	MATEUS VINICIUS SOBRINHO DE REZENDE	16	8	4	48	76	Afrodescendente
41949	OLAVIO LEANDRO DOS SANTOS	18	8	10	54	90	Ampla Concorrência
42416	OTÁVIO HENRIQUE CAMPOS MARCON	10	4	4	40	58	Ampla Concorrência
42381	PAULA KAORY OSAWA MATSUSHIMA	12	6	4	38	60	Ampla Concorrência
42517	PEDRO HENRIQUE MORO EUGENIO	20	10	8	58	96	Ampla Concorrência
42556	RAFAEL HIDEKI FUKAE	18	8	8	52	86	Ampla Concorrência
42650	RENAN MANTOVANI PERON	16	4	8	46	74	Ampla Concorrência

42694	RENATA DE SOUZA MELO	12	4	4	30	50	Ampla Concorrência
42576	RONALDO NOGUEIRA DOMINGOS GERVASIO	12	4	6	36	58	Ampla Concorrência
42121	SIDNEI PEREIRA GOULART JUNIOR	16	2	8	52	78	Ampla Concorrência
42464	WELERSON FÁBIO BRAMBILA	16	4	6	44	70	Ampla Concorrência
8646 - ENGENHEIRO SANITARISTA - JAGUAPITÃ							
INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	INF	CE	PONTOS	MODALIDADE
42564	ALEF HENRIQUE BARROS	10	10	8	42	70	Ampla Concorrência
42630	BRUNA CAROLINE ALTOMANI	18	10	8	52	88	Ampla Concorrência
42485	CEZAR AUGUSTO MOREIRA	14	8	10	44	76	Ampla Concorrência
41887	EDGAR BITENCOURT SILVA	16	10	6	42	74	Ampla Concorrência
42179	ÉRICA DA SILVA SANTOS	14	6	6	50	76	Ampla Concorrência
42432	HEYTOR NOGUEIRA VIANA	16	6	8	46	76	Ampla Concorrência
42083	JADSON DE OLIVEIRA ARAUJO	16	6	8	32	62	Ampla Concorrência
41997	JOHVANNY LOURENÇO MENDONÇA	14	6	8	56	84	Ampla Concorrência
42314	JOSÉ DAVI DE SOUZA OLIVEIRA	16	8	8	44	76	Ampla Concorrência
42528	KAROLINE OLIVEIRA MORAIS DE ABREU	10	6	4	48	68	Ampla Concorrência
42555	LUCAS AMARAL ZANINI	12	8	4	46	70	Ampla Concorrência
42549	LUCIANO LACERDA ANTONINI	16	0	8	34	58	Ampla Concorrência
42559	NAYARA DE OLIVEIRA BATISTA PAVAN	16	10	6	40	72	Ampla Concorrência
41908	PATRICK CONSTANTINO SILVA	14	2	6	38	60	Ampla Concorrência
42453	RICARDO ALMEIDA DOS SANTOS	10	8	6	44	68	Ampla Concorrência
42489	STEPHANIE LUANA URATA	20	10	8	54	92	Ampla Concorrência
42435	VITÓRIA ESTELA FACCIO LOPES	16	10	10	40	76	Ampla Concorrência
42687	VITÓRIA NARITA DANTAS	18	10	6	52	86	Afrodescendente
42130	YASMIN SANTOS ALVES	14	10	8	48	80	Ampla Concorrência

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:C0F07767

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

GABINETE DO PREFEITO
ESCALA ENFERMAGEM PERIODO NOTURNO E DIURNO - AGOSTO E SETEMBRO 2026

ESCALA ENFERMAGEM - PERIODO NOTURNO - AGOSTO E SETEMBRO

DIA		**HORÁRIO: 19 ÀS 07 HRS**	AGOSTO 2026															
				16	**17**	**18**	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**
CARGO	**C.H**	**NOME**	**Nº COREN**	**D**	**S**	**T**	**Q**	**Q**	**S**	**S**	**D**	**S**	**T**	**Q**	**Q**	**S**	**S**	**D**	**S**
TE	12/36HS	ZELIANDRA DA S. SOUZA	1.874.351	PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA	
TE	12 H	LUANA CAROLINA ZANGARI	1.691.679			PA				PA				PA				PA	
TE	12 HS	HELENA MARIA PINHEIRO SIERRA	2.428.164	PA				PA				PA				PA			
ENF	12/36 HS	ÂNGELA DA SILVA ACÂNTARA	352117	PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA	
TE	12/36HS	ANGELINA C. VIEIRA	916.010	A		A		A		A		A		A		A		A	
AE	12/36HS	MATHILDE C. DA SILVA	803.228	PE		PE		PE		PE		PE		PE		PE		PE	
TE	12/36 HS	JULIANA DE OLIVEIRA	943.998		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA
AE	12/36HS	DÉBORA C. PEIXOTO	555.048		PE		PE		PE		PE		PE		PE		PE		PE
TE	12HS	ZEONILDA CLAUDINA DA SILVA (VIP)	2.342.832		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA
TE	12/36HS	IVELIZE C. GONÇALVES	522.873		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA
ENF	12/36 HS	CLAUDIA FERREIRA DE SANTANA	696.941	P		P		P		P		P		P		P		P	
ENF	12/36	GABRIELA LETICIA DA SILVA NOVAES	679.368		P		P		P		P		P		P		P		P

DIA		HORÁRIO: 19 ÀS 07HRS	SETEMBRO 2026																
				01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	
CARGO	C.H	NOME	Nº COREN	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	
TE	12/36HS	ZELIANDRA DA S. SOUZA	1.874.351	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	
TE	12 H	LUANA CAROLINA ZANGARI	1.691.679	PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA	
TE	12 HS	HELENA MARIA PINHEIRO SIERRA	2.428.164			PA				PA				PA				PA	
ENF	12/36 HS	ÂNGELA DA SILVA ACÂNTARA	352117	PA				PA				PA				PA			
TE	12/36HS	ANGELINA C. VIEIRA	916.010	PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA	
AE	12/36HS	MATHILDE C. DA SILVA	803.228	A		A		A		A		A		A		A		A	
TE	12/36 HS	JULIANA DE OLIVEIRA	943.998	PE		PE		PE		PE		PE		PE		PE		PE	
AE	12/36HS	DÉBORA C. PEIXOTO	555.048		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA		
TE	12HS	ZEONILDA CLAUDINA DA SILVA (VIP)	2.342.832		PE		PE		PE		PE		PE		PE		PE		
TE	12/36HS	IVELIZE C. GONÇALVES	522.873		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA		
ENF	12/36 HS	CLAUDIA FERREIRA DE SANTANA	696.941		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA		
ENF	12/36	GABRIELA LETICIA DA SILVA NOVAES	679.368	P		P		P		P		P		P		P		P	
					P		P		P		P		P		P		P		

LEGENDA: F- FÉRIAS A-ATESTADO P-PLANTÃO LM- LICENÇA MATERNIDADE LP- LICENÇA PRÊMIO VIP-EMPRESA TERCEIRIZADA AF AFASTAMENTO
PA- PLANTÃO PRONTO ATENDIMENTO PE- PLANTÃO POSTO DE ENFERMAGEM CME- CENTRAL DE MATERIALDE ESTERILIZAÇÃO
ANGELINA- ATESTADO A PARTIR DO DIA 16/08/2026

Andressa Mary Mestriner Felipe Sobral
COREN-PR 150.869
ENFERMEIRA

ESCALA ENFERMAGEM - PERIODO DIURNO - AGOSTO E SETEMBRO

DIA		HORÁRIO: 07-19HRS	AGOSTO 2026																
				16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
CARGO	C.H	NOME	Nº COREN	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S
TE	12/36HS	ALANA CAROLINE DA SILVA (VIP	2.303.339	PE		PA		PA		PE		PA		PA		PE		PA	
TE.	12/36 HS	FRANIANE DE MORAES (VIP)	1.700.083	PA		PE		PA		PA		PE		PA		PA		PE	
TE	12/36 HS	CARINA DIAS DE SANTANA(VIP)	1.065.452	PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA	
TE	12/36HS	JOELMA REGINA DA SILVA	1.657.705	PA		PA		PE		PA		PA		PE		PA		PA	
TE	12/36HS	VICTOR RICARDO COSTA HILÁRIO	1.754.109								PA						PA		
ENF.	12/36HS	BEATRIZ CARINHENA MAIA	984.283		P PA		PA		PA				PA		PA				PA
TE	12/36HS	ANA PAULA MALVINO DOS SANTOS	1.847.471		P PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA
TE	12/36HS	ANA ELIZA O. CUNHA	1.351.342		LM		LM		LM		LM		LM		LM		LM		LM
TE.	12/36HS	ROSELI M.G. MORETTI	909.018		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA
TE	12/36HS	HELENA MARIA PINHEIRO SIERRA (VIP)	2428164		PE		PE		PE		PE		PE		PE		PE		PE
AE	12 HS	SILVIA O.M. SCAVAZINI	639.699	A		A		A		A		A		A		A		A	
ENF.	12/36HS	JULIANA AP. PERES	154.005		L		L		L		L		L		L		L		L
ENF.	12/36HS	CLAYTON Q. SANTOS	607.229	A		A		A		A		A		A		A		A	
ENF	12/36HS	MARCIA FERANANDES DO NASCIMENTO (VIP)	630.151	P		P		P		P		P		P		P		P	
ENF.	12 HS	CRISTIANE DA SILVA SANTOS	961.447		P		P		P		P		P		P		P		P
PLANTÃO FINAL DE SEMANA E FERIADO (REFORÇO) 10;00 ÀS 22:00HS																			
TE	12 HS	FRANIANE DE MORAES (VIP)	1.700.083								PA						PA		

ENF.	12 HS	CRISTIANE DA SILVA SANTOS	961.447	PA						PA								PA		

DIA		**HORÁRIO: 07-19HRS**	SETEMBRO 2026																
				01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	
CARGO	**C.H**	**NOME**	**Nº COREN**	**T**	**Q**	**Q**	**S**	**S**	**D**	**S**	**T**	**Q**	**Q**	**S**	**S**	**D**	**S**	**T**	
TE	12/36HS	ALANA CAROLINE DA SILVA (VIP	2.303.339	PA		PE		PA		PA		PE		PA		PA		PE	
TE.	12/36 HS	FRANIANE DE MORAES (VIP)	1.700.083	PA		PA		PE		PA		PA		PE		PA		PA	
TE	12/36 HS	CARINA DIAS DE SANTANA(VIP)	1.065.452	PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA	
TE	12/36HS	JOELMA REGINA DA SILVA	1.657.705	PE		PA		PA		PE		PA		PA		PE		PA	
TE	12/36HS	VICTOR RICARDO COSTA HILÁRIO	1.754.109						**PA**						**PA**				
ENF.	12/36HS	BEATRIZ CARINHENA MAIA	984.283		**PA**		PA				**PA**		PA				PA		
TE	12/36HS	ANA PAULA MALVINO DOS SANTOS	1.847.471		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA		
TE	12/36HS	ANA ELIZA O. CUNHA	1.351.342		LM		LM		LM		LM		LM		LM		LM		
TE.	12/36HS	ROSELI M.G. MORETTI	909.018		PA		PA		PA		PA		PA		PA		PA		
TE	12/36HS	HELENA MARIA PINHEIRO SIERRA (VIP)	2428164		PE		PE		PE		PE		PE		PE		PE		
AE	12 HS	SILVIA O.M. SCAVAZINI	639.699	A		A		A		A		A		A		A		A	
ENF.	12/36HS	JULIANA AP. PERES	154.005		L		L		L		L		L		L		L		
ENF.	12/36HS	CLAYTON Q. SANTOS	607.229	A		A		A		A		A		A		A		A	
ENF	12/36HS	MARCIA FERANANDES DO NASCIMENTO (VIP)	630.151	P		P		P		P		P		P		P		P	
ENF.	12 HS	CRISTIANE DA SILVA SANTOS	961.447		P		P		P		P		P		P		P		
PLANTÃO FINAL DE SEMANA E FERIADO (REFORÇO) 10;00 ÀS 22:00HS																			
TE	12 HS	FRANIANE DE MORAES (VIP)	1.700.083						PA						PA				
ENF.	12 HS	CRISTIANE DA SILVA SANTOS	961.447					PA								PA			

LEGENDA:

F- FÉRIAS A-ATESTADO P-PLANTÃO LM- LICENÇA MATERNIDADE LP- LICENÇA PRÊMIO VIP-EMPRESA TERCEIRIZADA AF-AFASTAMENTO L- LICENÇA NÃO REMUNERADA

PA-PLANTÃO PRONTO ATENDIMENTO PE- PLANTÃO POSTO DE ENFERMAGEM CME- CENTRAL DE MATERIAL DE ESTERILIZAÇÃO

JULIANA APARECIDA PERES- LICENÇA DE 2 ANOS A PARTIR DO DIA 19/03/2025

SILVIA- ATESTADO 90 DIAS A PARTIR DO DIA 15/05/2026

CLAYTON - ATESTADO A PARTIR DO DIA 09 DE JUNHO 2026 (180 DIAS)

ANA ELIZA- LICENÇA MATERNIDADE 04/08/2026 A 30/01/2027 (120 DIAS)

ANDRESSA MARY MESTRINER FELIPE SOBRAL
COREN-PR 150.869
Enfermeira

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:EADF9F6C